



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 60ª SESSÃO À 66ª SESSÃO DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 32 Nº 14
24 DE ABRIL A 30 DE ABRIL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2008

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

(2007-2008)

PRESIDENTE	Senador GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goias

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
- vago**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
Registro de que a Justiça determinou ao Prefeito de Joinville/SC arcar com a reforma do telhado das escolas. Senadora Ideli Salvatti.	41	Registro da matéria intitulada “Dois ministros embolsaram ajuda indevida”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 13 de fevereiro de 2008. Senador Flexa Ribeiro.	378
Complementa seu discurso anterior apresentando o programa do Primeiro Encontro de Gestores Municipais da Microrregião de Picos. Senador Mão Santa.	58	Registro da matéria intitulada “Consultor ataca sugestão do Ipea para conter dólar”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 7 de março de 2008. Senador Papaléo Paes.	475
AMAZÔNIA			
Registro de encontro do Príncipe Charles com Governadores da Amazônia. Senador Mozarildo Cavalcanti.	293	Registro da matéria intitulada “Governo federal é grande braço do MST”, publicada no jornal <i>O Liberal</i> , edição de 20 de abril de 2008. Senador Flexa Ribeiro.	477
ARTIGO DE IMPRENSA			
Registro da matéria intitulada “Campanha contra a Emenda 29”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 23 de abril de 2008. Senador Papaléo Paes.	98	ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Registro da matéria intitulada “Ministros do PT-SC irrigam entidades ligadas ao PT-SC”, publicada no jornal <i>Folha de São Paulo</i> , edição de 10 de março de 2008. Senador Papaléo Paes.	211	Debate sobre a Medida Provisória 410, de 2007. Senador Flávio Arns.	284
Registro da matéria intitulada “Ministros do PT-SC irrigam entidades ligadas ao PT-SC”, publicada no jornal <i>Folha de São Paulo</i> , edição de 10 de março de 2008. Senador Papaléo Paes.	211	BANCO	
Registro do artigo intitulado “Em direção a lugar nenhum”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 5 de abril de 2008. Senador Flexa Ribeiro... ..	213	O lucro abusivo dos bancos. Senador Renato Casagrande.	366
Registro do artigo intitulado “Psiu. Recebeu Marcos Valério?” , publicado pela revista <i>Veja</i> , edição de 13 de fevereiro de 2008. Senador Sérgio Guerra.	214	Análise acerca das tarifas bancárias, da necessidade de regulamentação e do lucro exorbitante dos bancos. Senador Renato Casagrande.	440
Registro da matéria intitulada “Pressão pela sobrevivência acelera abandono”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 09 de março de 2008. Senador Papaléo Paes.	377	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
		Registro da assinatura de contratos da ordem de R\$ 240 milhões entre a Prefeitura de Cuiabá, cinco consórcios e duas empreiteiras, que executarão as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na capital do Mato Grosso. Senadora Serys Slhessarenko.	37
		Considerações acerca do governo do Piauí, fazendo referência a algumas notícias, como o número de pessoas desabrigadas pelas enchentes, a epidemia de dengue, o estado das estradas e a greve de professores. Senador Mão Santa.	39

	Pág.		Pág.
Considerações sobre o Programa Territórios da Cidadania. Senador Augusto Botelho.....	61	Defesa de que o Governo tem que investir em educação, dar apoio, recursos financeiros, definir metas e cobrar para que as metas sejam cumpridas. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Cristovam Buarque....	281
Considerações sobre o Programa Territórios da Cidadania. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Sérgio Zambiasi.....	274	Homenagem pelo transcurso dos 18 anos da Universidade Federal do Amapá, e comemoração pela concessão de verbas para a Universidade. Senador Geovani Borges.....	281
Defesa do Projeto de Lei do Senado 142, de 2008, de autoria de S.Exa., que trata dos Arranjos Produtivos Locais - APLs. Senador Renan Calheiros.....	330	Comentário acerca da inteligência da população baiana e acerca das universidades públicas. Senador Mão Santa.....	410
Congratulações ao senador Renan Calheiros e ao Sebrae pelo envolvimento com os Arranjos Produtivos Locais – APLs. Aparte ao Senador Renan Calheiros. Senador Adelmir Santana.....	330	Comentário sobre os investimentos do Governo nas universidades públicas brasileiras. Senador Mão Santa.	416
DISCRIMINAÇÃO		Os baixos investimentos do Brasil na área de educação. Senador Heráclito Fortes.....	431
Repúdio à atitude do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas, que atribuiu o rendimento dos alunos da referida Universidade no Enade, ao QI dos baianos. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	402	Considerações acerca dos resultados do MEC no que diz respeito à avaliação das universidades brasileiras. Senador João Pedro.....	435
Reforço às palavras do Senador Geraldo Mesquita Júnior, em pronunciamento sobre a ofensa ao povo baiano. Senador Paulo Paim.....	404	Considerações sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e a descentralização dos cursos de Medicina. Senador Antonio Carlos Valadares.....	441
Repúdio à atitude do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas. Senador César Borges..	404	Considerações acerca da necessidade de descentralização dos cursos de Medicina. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares. Senadora Rosalba Ciarlini.....	442
Repúdio à atitude do coordenador do Curso de Medicina da UFBA. Senador Antonio Carlos Júnior..	407	Reflexão sobre a falta de investimento na educação de base e o baixo desempenho das universidades brasileiras. Senador Cristovam Buarque..	470
Repúdio à atitude do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas. Senador José Maranhão.	408	ELEIÇÃO	
Repúdio à atitude do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas. Senadora Fátima Cleide.....	411	Registro da importância do lançamento do livro “Guia do Eleitor Cidadão para as eleições de 2008”. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	293
EDUCAÇÃO		(EMBRAPA)	
Comentários sobre encontro com o Presidente Garibaldi para entregar relatório final das diversas audiências feitas na Comissão de Educação, propondo um rumo para a educação brasileira e sobre o segundo Seminário Internacional sobre Pobreza e Educação, realizado na Comissão de Educação. Senador Cristovam Buarque.....	91	Registro do lançamento do PAC da Embrapa. Senador Sibá Machado.	73
Justificação pela apresentação do Projeto de Lei do Senado 143/2008, para incluir conteúdo relativo aos primeiros socorros no ensino fundamental e médio. Senador Geovani Borges.	96	Congratulações pelo lançamento do PAC da EMBRAPA. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Augusto Botelho.	75
Contestação ao anúncio feito pelo Presidente Lula sobre a criação, até 2010, de 400 mil novas vagas nas universidades brasileiras. Defesa da escola em tempo integral e verbas da União para as universidades estaduais. Senador Osmar Dias.	278	Fazendo referência ao lançamento do PAC da Embrapa, comenta a abertura de uma unidade na Venezuela. Senador Augusto Botelho.....	78
		FORÇAS ARMADAS	
		Indignação com o corte de recursos orçamentários destinados às Forças Armadas brasileiras. Senador Heráclito Fortes.....	431

	Pág.		Pág.
GOVERNO			
Considerações acerca do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores. Senador Mão Santa.....	138	Homenagem ao Senador José Sarney pelo transcurso de seu aniversário. Senador Geovani Borges.	96
GOVERNO ESTADUAL			
Atribuições enfrentadas pelo Estado de Alagoas. Senador João Tenório.	58	Cinqüenta e um anos de fundação da Rádio Guaíba, no Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.	129
Críticas a gestão da Governadora Ana Júlia, do Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro.....	360	Homenagem pelo transcurso de 60 anos de criação do “35 CGT” - Centro de Tradições Gaúchas. Senador Sérgio Zambiasi.	156
HOMENAGEM			
Comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa. Senador Inácio Arruda.	1	Homenagem pelos 17 anos de funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.	161
Comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa. Senador Pedro Simon.....	5	Comemoração do Quadragésimo Oitavo Aniversário de Brasília. Senador Adelmir Santana.	227
Comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa. Senadora Marisa Serrano.	8	Comemoração do Quadragésimo Oitavo Aniversário de Brasília. Senador Mão Santa.	229
Comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa. Senadora Serys Slhessarenko.....	11	Comemoração do Quadragésimo Oitavo Aniversário de Brasília. Senador Gim Argello.	231
Comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Eduardo Suplicy.....	12	Comemoração do Quadragésimo Oitavo Aniversário de Brasília. Senador Cristovam Buarque.	233
Comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa. Senador Mão Santa.	12	Comemoração do Quadragésimo Oitavo Aniversário de Brasília. Senador José Agripino.	236
Comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa. Senadora Lúcia Vânia.....	17	Comemoração do Quadragésimo Oitavo Aniversário de Brasília. Senador Flexa Ribeiro.....	240
Cumprimentos ao Prefeito de São Luís do Piauí pela criação de um simpósio para a educação dos prefeitos do Piauí. Senador Mão Santa.	39	Comemoração do Quadragésimo Oitavo Aniversário de Brasília. Senadora Lúcia Vânia.	241
Cumprimentos ao Senador Jarbas Vasconcelos pela sua reflexão sobre a política e economia brasileira. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Mão Santa.....	55	Elogios ao Senador Expedito Júnior e ao Estado de Rondônia pelo seu povo trabalhador. Aparte ao Senador Expedito Júnior. Senador Mão Santa.	273
Voto de louvor a Excelentíssima Ministra Ellen Gracie Northfleet, que, no dia 24 de abril de 2008, encerra seu mandato como Presidente do Supremo Tribunal Federal. Senador Sibá Machado.....	57	Registro do transcurso, em 23 de abril, do Dia Mundial do Escoteiro e, no dia 28 de abril, do Dia Nacional da Educação. Senador Flávio Arns.....	284
Congratulações ao trabalho desenvolvido pelos servidores da Embrapa. Senador João Pedro.	82	Parabenização a todos os imigrantes japoneses e aos seus descendentes, por ajudarem a construir o Brasil. Aparte ao Senador César Borges. Senador Flexa Ribeiro.	333
		Cumprimentos à atuação do coordenador do Curso de Medicina da UFMT. Senadora Serys Slhessarenko.	407
		Comemoração aos sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senadora Fátima Cleide.....	413
		Homenagem aos trabalhadores brasileiros pelo transcurso, dia 1º de maio, do Dia do Trabalho. Senador Flexa Ribeiro.	424
		Saudação aos trabalhadores brasileiros pelo transcurso, dia 1º de maio de 2008, do Dia do Trabalho. Senador José Nery.....	455
		Homenagem aos trabalhadores brasileiros. Senadora Rosalba Ciarlini.....	457
		Homenagem aos trabalhadores brasileiros. Senador Paulo Paim.....	462

IV

	Pág.		Pág.
Exaltação ao esforço e homenagem ao trabalhador brasileiro. Senador Mão Santa.....	468	neral Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis da Pátria. Senador Marconi Perillo.....	107
HOMENAGEM PÓSTUMA		Parecer nº 354, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2008 (nº 6.778/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que “dispõe sobre a transformação e criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, e dá outras providências”. Senadora Ideli Salvatti.....	
Homenagem de pesar pelo falecimento do alagoano Major-Brigadeiro Othon Correia Netto, sobrevivente de um campo de concentração na Segunda Guerra Mundial como voluntário do primeiro Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira. Senador Renan Calheiros.....	82	Parecer nº 355, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2008 (nº 4.858/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, e que dispõe sobre a transformação de Funções Comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e dá outras providências. Senador César Borges.	109
Voto de pesar pelo falecimento do presidente do jornal <i>O Povo</i> , Demócrito Rocha Dummar. Senadora Patrícia Saboya.	478	Parecer nº 356, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte) (em audiência, nos termos do Requerimento nº 937, de 2006), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios. Senador Paulo Paim.....	117
IMPRENSA		Parecer nº 357, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte) (em audiência, nos termos do Requerimento nº 937, de 2006), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios. Senador Mozarildo Cavalcanti.	
Repúdio à reportagem caluniosa da revista <i>Istoé</i> , contra a pessoa de S.Exa. e de sua família. Senador Antonio Carlos Júnior.	341	Parecer nº 358, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2004 (nº 6.415/2005, naquela Casa) que altera o art. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69 – à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica. Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.....	119
Considerações sobre a veiculação, pela imprensa internacional, da alta do preço dos alimentos. Senador José Maranhão.	408	Parecer nº 359, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 624, de 2007, de autoria do Senador Tarso Jereissati que altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar	121
Registro do transcurso do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, e a realização da terceira Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa. Senador Marco Maciel.	413		
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA			
Na qualidade de participante da Frente em Defesa do Livro Orientação Sexual, saúda uma das primeiras convenções coletivas, na qual o direito dos dependentes da união estável entre pessoas do mesmo sexo é reconhecido. Senadora Ideli Salvatti.	39		
(ONG)			
Relato sobre reunião realizada no Paraná, para discutir o Projeto de Lei do Executivo 3.021/08, que estabelece novas regras para a obtenção de documentos públicos para o terceiro setor. Senador Flávio Arns.....	284		
Considerações sobre a terceirização de ONGs. Aparte ao Senador Flávio Arns. Senador Mozarildo Cavalcanti.	286		
PARECER			
Parecer nº 353, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2007 (nº 6.917/e 2006, na Casa de Origem), que inscreve o nome do Ge-			

	Pág.	V	Pág.
a celebração de convênios com pessoas jurídicas de direito privado a prévio processo seletivo. Senador Jefferson Péres.....	194		
Parecer nº 360, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Emenda nº 4-PLN à Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como 1º signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade. Senador Demóstenes Torres.....	207		
Parecer nº 361, de 2008 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 104, de 2007 (nº 1.697/2007, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC nº 026.778/2007-3. Senador Flexa Ribeiro.	209		
PECUÁRIA			
Comenta reunião conjunta das comissões de agricultura do Senado, Câmara e do Parlamento Europeu para discutir o embargo à carne brasileira por parte da União Européia. Senadora Kátia Abreu. .	269		
POLÍTICA AGRÍCOLA			
Considerações sobre a inflação mundial nos preços dos alimentos. Senador João Tenório.	174		
Contrário à tese de que o aumento dos preços dos alimentos no mercado global seria devido, sobretudo, à ampliação da produção de biocombustíveis. Senador Sibá Machado.....	177		
Análise sobre a crise mundial de alimentos. Senador Paulo Paim.....	265		
Comentários sobre o anúncio da ONU a respeito da alta dos preços de alimentos como crise global. Questionamento sobre as alegações de que o biocombustível é o vilão da crise de alimentos. Senador Gerson Camata.....	276		
Preocupação com a crise que se avizinha no mundo, em razão da escassez e da alta no preço dos alimentos. Comprometimento do custo de produção dos alimentos em razão do aumento no preço dos fertilizantes. Senador Alvaro Dias.	326		
Considerações sobre a crise mundial de produção de alimento. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Gilberto Goellner.....	328		
Considerações sobre a crise mundial de produção de alimento. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Flexa Ribeiro.	328		
A crise mundial de alimentos e as suas conseqüências para o Brasil. Senador José Nery.	362		
		Apelo ao agricultor para refazer o seguro safra, o seguro desemprego. Senadora Rosalba Ciarlini.	457
		A crise no comércio internacional e a escalada dos preços dos alimentos. As perspectivas brasileiras com o avanço do biocombustível. Senador Valter Pereira.	460
POLÍTICA DE TRANSPORTES			
		Apelo ao Presidente Lula no sentido da recuperação das estradas no Piauí e em todo o País. Senador Mão Santa.....	270
		A questão da construção de uma segunda pista de pouso e decolagem no Aeroporto Internacional de Macapá. Senador Geovani Borges.....	455
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE			
		Contrariedade diante de veto a dispositivo da Lei de Florestas que se refere à necessidade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das concessões com mais de 2.500 hectares. Senador Pedro Simon.....	145
		Considerações acerca aprovação da Lei de Gestão das Florestas. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	146
		Apelo ao pronunciamento do Senador Pedro Simon com relação à Lei de Gestão das Florestas. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Cristovam Buarque.....	149
		Relato sobre os trabalhos da Subcomissão que avalia a crise do meio ambiente. Senador Expedito Júnior.	271
		Insegurança entre os produtores rurais da Amazônia Legal em virtude do desencadeamento da Operação Arco de Fogo, que tem a finalidade de combater a exploração ilegal de madeira. Senador Gilberto Goellner.....	333
		Considerações acerca da MP nº 2.166, que regulamenta o Código Florestal Brasileiro. Aparte ao Senador Gilberto Goellner. Senador Expedito Júnior..	336
		Considerações sobre a fiscalização da Operação Arco de Fogo. Aparte ao Senador Gilberto Goellner. Senador Flexa Ribeiro.	336
		Comentário sobre matéria publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , do dia 20 de abril de 2008, intitulada "Amazônia é nova fronteira de exploração petrolífera em terra". Senador Valdir Raupp.....	358
POLÍTICA ECONÔMICA FINANCEIRA			
		Registra que a agência Standard e Poor's, elevou o ranking do Brasil para um grau de inves-	

	Pág.		Pág.
timento, melhor classificação para receber investimentos estrangeiros. Senador Valdir Raupp.....	430	alguma, o Governo brasileiro iria rever o acordo firmado com o Paraguai. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Flexa Ribeiro.	418
Comentário sobre a elevação do ranking do Brasil para um grau de investimento, melhor classificação para receber investimentos estrangeiros, pela agência Standard & Poor's. Senador Renato Casagrande.	435	Apoio ao Senador Alvaro Dias e suas impressões acerca do Vice-Presidente eleito do Paraguai, Frederico Franco. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Heráclito Fortes.	419
POLÍTICA ENERGÉTICA		POLÍTICA FISCAL	
Preocupação com a centralização das gestões das empresas de energia elétrica de Rondônia, Acre, Amazonas, Piauí, Roraima e Alagoas. Senadora Fátima Cleide.	167	Comentário sobre matéria publicada no jornal Folha de S.Paulo, intitulada "Brasileiro trabalha metade da vida para o fisco, diz estudo". Senador Flexa Ribeiro.	424
Preocupação com a centralização das gestões das empresas de energia elétrica de Rondônia, Acre, Amazonas, Piauí, Roraima e Alagoas. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senador Sibá Machado.	169	POLÍTICA FUNDIÁRIA	
Preocupação com a centralização das gestões das empresas de energia elétrica, principalmente do Estado do Amapá. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senador Papaléo Paes.	170	Considerações a respeito da faixa de fronteira brasileira. Senador Sérgio Zambiasi.	129
Reflexões sobre a questão da Binacional Itaipu. Senador José Sarney.	436	Considerações a respeito da faixa de fronteira brasileira. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi. Senador Mozarildo Cavalcanti.	130
POLÍTICA EXTERNA		Considerações acerca das fronteiras brasileiras, inclusive da fronteira da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Senador Mozarildo Cavalcanti.	133
Reiteração de apelo para que as FARC's liberte a ex-Senadora colombiana Ingrid Betancourt. Senador Eduardo Suplicy.	46	POLÍTICA INDIGENISTA	
Considerações sobre a reivindicação do Paraguai de revisão do Tratado da Usina de Itaipu. Senador Gerson Camata.	53	Elogios ao gerenciamento, pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim, do incidente causado pelas declarações do Comandante Militar da Amazônia, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, sobre os descaminhos da política indigenista brasileira. Senador Demóstenes Torres.	43
Alusão à eleição do Sr. Fernando Lugo para presidir o Paraguai. Senador Inácio Arruda.	84	Considerações sobre a matéria do jornal O Globo, intitulada "Governo Federal terceiriza a ONGs política indigenista do país". Senador Mozarildo Cavalcanti. ...	293
Considerações acerca a maneira que o Presidente Lula está lidando com a política externa. Aparte ao Senador Inácio Arruda. Senador Cristovam Buarque.	87	Considerações sobre o exagero de criação de reservas indígenas. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Tasso Jereissati.	296
Preocupação com a grave crise por que passa a Bolívia, onde se expandem os fatores de instabilidade e de desagregação. Senador Fernando Collor. ...	283	Considerações sobre a matéria do jornal O Globo, intitulada "Governo Federal terceiriza a ONGs política indigenista do país". Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Demóstenes Torres. ...	297
Relato de reunião ocorrida no dia 24 de abril de 2008, em Tóquio, no Japão, para reafirmar a amizade entre os dois países, em comemoração do Centenário da Imigração Nipônica ao Brasil. Senador César Borges.	331	Considerações sobre a matéria do jornal O Globo, intitulada "Governo Federal terceiriza a ONGs política indigenista do país". Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Heráclito Fortes.	298
Registro da presença, ontem, no Senado Federal, do Vice-Presidente eleito do Paraguai, Frederico Franco, quando foi discutida a transparência da gestão da Binacional Itaipu. Senador Alvaro Dias.	417	POLÍTICA INTERNACIONAL	
Referência à declaração do Senador Mercadante, na imprensa nacional, de que, em hipótese		Comentários ao plebiscito a ser realizado em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, para decidir	

	Pág.		Pág.
se a região vai tornar-se um país independente. Senador Inácio Arruda.....	368	Apelo à Câmara dos Deputados pela votação do reajuste do salário dos aposentados. Senadora Rosalba Ciarlini.....	457
Comentários ao plebiscito a ser realizado em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, para decidir se a região vai tornar-se um país independente. Aparte ao Senador Inácio Arruda. Senador José Nery.	369	Registro das movimentações sociais pelo fim do fator previdenciário e reajuste dos aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim.	462
Congratulações com o povo paraguaio pela eleição do Bispo Lugo à Presidência daquela nação. Senador José Sarney.....	436		
POLÍTICA PARTIDÁRIA		PROJETO DE LEI DA CÂMARA	
Comentários sobre a reunião do Conselho Político do Governo. Senadora Ideli Salvatti.....	41	Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2008 (nº 972/2007, na Casa de origem) (De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), que dispõe sobre a criação e a transformação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1º Região, dá outras providências.	101
Reflexão sobre a situação política e econômica do País. Senador Jarbas Vasconcelos.	54		
Leitura de Moção de Denúncia, Defesa e Apoio de autoria do Movimento Sindical Gaúcho e registro de reuniões com diversas entidades, que manifestaram-se em apoio aos projetos em favor de aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim.....	265	PROJETO DE LEI DO SENADO	
Transcrição nos Anais da Carta de Intenções da Juventude do PSDB, para a Conferência Nacional da Juventude. Senador Alvaro Dias.....	288	Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2008, que acrescenta o artigo 183-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estipular a necessidade da reparação do dano nos crimes patrimoniais como condição para oferecimento de transação penal. Senador Demóstenes Torres.....	21
Registro do Quarto Encontro Regional do PSDB do Pará. Senador Flexa Ribeiro.	424	Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2008, que altera os arts. 61, 62, 65 e 66 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para fixar em 1/6 o acréscimo ou diminuição da pena base em decorrência de circunstâncias agravantes ou atenuantes. Senador Demóstenes Torres.....	22
POLÍTICA SOCIAL		Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2008, que altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e a Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, para permitir o protesto da Certidão da Dívida Ativa (CDA). Senador Demóstenes Torres.....	24
Considerações sobre a história de um jovem residente em Jaboatão dos Guararapes, que passou no vestibular de medicina, em primeiro lugar, e cujo pai tem renda inferior ao salário-mínimo. Senador Cristovam Buarque.....	291	Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2008, que acresce o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais. Senador Pedro Simon.....	26
Reflexão sobre a perda dos valores fundamentais, pela sociedade. Senador Pedro Simon...	426	Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2008, que altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional. Senador Epitácio Cafeteira.	35
PRESIDENTE			
Comentários sobre a questão do terceiro mandato presidencial e o resultado da pesquisa CNT-Sensus. Senador Sibá Machado.	177		
Comentários sobre pesquisa da CNT/Census, apresentando evolução positiva para o Presidente Lula e seu Governo. Senadora Ideli Salvatti.....	274		
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Considerações sobre a queda do fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.	266		

Pág.	Pág.		
<p>Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2008, que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para o fim de tomar obrigatória a nomeação de candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas e no prazo de validade do certame. Senador Mão Santa.....</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2008, que acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro. Senadora Serys Slhessarenko.....</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2008, que dá nova redação ao § 4º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de modo a incluir a obrigação de se desenvolver o conteúdo relativo aos aspectos históricos regionais e locais no ensino da História do Brasil. Senador Tasso Jereissati.....</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2008, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.036, de 11 de maio 1990, para dispor sobre o percentual máximo das prestações do parcelamento de débitos dos municípios e estados para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Senador Antonio Carlos Valadares.</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2008, que altera a Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências e a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990; 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências. Senadora Serys Slhessarenko.</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2008, que dispõe sobre o seguro no arrendamento residencial e imobiliário especial e dá outras providências. Senadora Serys Slhessarenko.</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2008, que autoriza a União a celebrar convênio com o Governo do Estado de Goiás com vistas à implantação do Sistema Metropolitano de Transporte de Passageiros de Goiânia (GO). Senador Marconi Perillo.....</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2008, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre guarda e adoção. Senador Marconi Perillo.</p>	<p>126</p> <p>245</p> <p>246</p> <p>248</p> <p>251</p> <p>255</p> <p>255</p> <p>256</p>	<p>Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia. Senador Expedito Júnior.</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2008, que determina o cancelamento das multas aplicadas na vigência da Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais. Senador Expedito Júnior.....</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2008, que altera o § 2º do art. 15 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para reduzir de cinqüenta para vinte e cinco o percentual máximo de ações preferenciais em relação ao total das ações emitidas. Senador Antonio Carlos Júnior.</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2008, que altera o caput do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Sociedades por Ações), para aumentar de oitenta para noventa o percentual do preço mínimo a ser pago aos demais acionistas da companhia no caso de alienação do controle. Senador Antonio Carlos Júnior.....</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, no Distrito Federal. Senador Adelmir Santana.</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal. Senador Adelmir Santana.</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Planaltina, no Distrito Federal. Senador Adelmir Santana.....</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Samambaia, no Distrito Federal. Senador Adelmir Santana.....</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2008, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem. Senador Marcelo Crivella.....</p> <p>REFORMA POLÍTICA</p> <p>Proposta de criação de uma comissão especial mista para debater a reforma política. Senador Renato Casagrande.....</p>	<p>261</p> <p>262</p> <p>393</p> <p>396</p> <p>398</p> <p>399</p> <p>400</p> <p>400</p> <p>401</p> <p></p> <p>78</p>

Pág.	Pág.
Comentário sobre a necessidade do Congresso nacional e de instituições como a OAB, a União Nacional dos Estudantes, CNBB e a ABI, fazerem a reforma política. Aparte ao Senador Renato Casagrande. Senador João Pedro.	79
Exposição de pontos de vista de S.Exa. contribuindo para o pronunciamento do Senador Renato Casagrande sobre a reforma política. Aparte ao Senador Renato Casagrande. Senador Sibá Machado.	80
REFORMA TRIBUTÁRIA	
Importância de o Congresso Nacional priorizar a reforma tributária. Senador João Pedro.	82
REQUERIMENTO	
Requerimento nº 495, de 2008, que requer adendo ao Requerimento nº 193, de 2008, tendo em vista que foram 36 (trinta e seis) e não 31 (trinta e um) os municípios situados no Bioma Amazônia relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu “mapa do desmatamento” e identificados no Anexo da Portaria nº 28, de 24/01/2008, da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Senador Jayme Campos.	20
Requerimento nº 496, de 2008, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 27 a 30 de abril de 2008 para participar da Nona Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se na cidade de Montevideú, Uruguai. Senadora Marisa Serrano...	20
Requerimento nº 497, de 2008, que requer autorização para que seja considerada “desempenho de Missão Política e Cultural de interesse parlamentar no exterior”, ausência de S.Exa. dos trabalhos da Casa, entre os dias 27 e 28 de abril de 2008, tendo sido designado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para participar da Reunião Ordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevideú – Uruguai. Senador Cristovam Buarque.	20
Requerimento nº 498, de 2008, que requer que seja considerada como missão política a ausência de S.Exa. dos trabalhos da Casa no dia 24 de abril de 2008 quando, na qualidade de Presidente da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193/2008, estará participando de diligências, em conjunto com membros da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, criada no âmbito da CMA, na cidade de Podo Velho, Estado de Rondônia. Senador Jayme Campos.	21
Requerimento nº 499, de 2008, que requer autorização para participar de diligências nos dias 23 a 25 de abril de 2008, no Estado de Rondônia, em visita aos Municípios de Porto Velho, Machadinho do Oeste, Buritis (Ponta de Abunã) e Vilhena, em conjunto com a Subcomissão Temporária para acompanhar a crise ambiental na Amazônia, criada no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, tendo sido designado pelo Exmo. Sr. Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 193 de 2008. Senador Gilberto Goellner.	21
Requerimento nº 500, de 2008, que requer a inserção em ata de Voto de Louvor à Exma. Sra. Ministra Ellen Gracie Northfleet, que, no dia 24 de abril de 2008, encerra seu mandato como Presidente do Supremo Tribunal Federal. Senador Tasso Jereissati.	57
Requerimento nº 501, de 2008, que requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Afonso Emílio Haubert, ocorrido dia 21 de abril de 2008. Afonso Emílio era pai de Edson Guilherme Haubert, presidente do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas – MOSAP. Senador Paulo Paim.	58
Requerimento nº 502, de 2008, que requer que seja solicitado, ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre o quantitativo de servidores e militares ativos e inativos e instituidores de pensão dos ex-Territórios Federais de Roraima e do Amapá, discriminados por lotação e por carreira ou categoria funcional. Senador Mozarildo Cavalcanti.	127
Requerimento nº 503, de 2008, que requer que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 30 de abril do corrente ano, seja destinado à homenagear os trabalhadores brasileiros em comemoração, dia 1º de maio, do Dia Mundial do Trabalho. Senador Paulo Paim.	263
Requerimento nº 504, de 2008, que requer que o PLS nº 250, de 2005, que estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência, e o PLS nº 68, de 2003, que regulamenta o § 4º do artigo 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, voltem a ter tramitação autônoma. Embora ambos os projetos tratem da concessão de aposentadoria especial a servidores públicos, há no mérito das matérias significativas distinções, o que justifica que as proposições sejam deliberadas separadamente. Senador Flávio Arns.	264

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 505, de 2008, que requer a inclusão, em Ordem do Dia, das emendas de Plenário ao PLS nº 68, de 2003-Complementar, que regulamenta o § 4º do art. 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria especial a servidores públicos portadores de deficiência, aos servidores policiais que exerçam atividades de risco e aos servidores que exerçam atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física; tendo em vista já ter se esgotado o prazo previsto no § 1º do art. 118 do Regimento Interno do Senado Federal para a Comissão de Assuntos Sociais examinar a matéria. Senador Demóstenes Torres.....	264	Requerimento nº 506, de 2008, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, seja despachado para tramitação também na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com destino à Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia (CMACAA), além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, em virtude de se tratar de matéria de interesse direto entre os objetivos da Subcomissão. Senador Expedito Júnior.....	264
Requerimento nº 507, de 2008, que requer a retirada em caráter definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2007, de autoria de S.Exa.. Senador Valdir Raupp.....	264	Requerimento nº 508, de 2008, que requer a retirada em caráter definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2007, de autoria de S.Exa.. Senador Valdir Raupp.....	265
Requerimento nº 509, de 2008, que requer Voto de Repúdio à notícia veiculada no jornal <i>Folha de São Paulo</i> creditada ao Professor Antônio Dantas – Coordenador do Curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia – que atribui ao “baixo QI dos baianos” a nota 2 obtida pelo curso no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e no Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD). Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	403	Requerimento nº 510, de 2008, que requer que seja considerada como missão política a ausência de S.Exa. dos trabalhos da Casa no dia 17 de abril quando, na qualidade de Presidente da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193/2008, estará participando de diligências, em conjunto com membros da Subcomissão Temporária para acompanhar a crise ambiental na Amazônia, criada no âmbito da CMA, na cidade de Belém, Estado do Pará. Senador Jayme Campos.....	404
Requerimento nº 511, de 2008, que requer a inserção em ata de Voto de Censura ao coordena-		Requerimento nº 512, de 2008, que requer Voto de Aplauso destinado a homenagear os 65 anos da publicação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Homenageamos também o mestre em direito do trabalho e um dos elaboradores no processo de formulação da CLT, Arnaldo Sússekind. Senador Paulo Paim.....	406
		Requerimento nº 513, de 2008, que requer Voto de Congratulações aos Senhores Egídio Malquini – proprietário da empresa Vista Cafés Especiais e presidente do Sindicato das Indústrias de Café do Espírito Santo (SINCAFÉ) e José Guilherme Lima – Sócio-Diretor da Café Campeão. Senador Paulo Paim.....	406
		Requerimento nº 514, de 2008, que requer a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do presidente do jornal <i>O Povo</i> , Demócrito Rocha Dummar, com apresentação de condolências à família. Senadora Patrícia Saboya.....	407
		Requerimento nº 515, de 2008, que requer que seja prorrogado o prazo de funcionamento de 180 (cento e oitenta dias), a partir de 12 de maio de 2008, da Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de onze Senadores titulares e sete suplentes, destinada a apurar a libertação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007, mantendo seu limite de despesas em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Senador Heráclito Fortes.....	433
		SAÚDE	
		Registro da realização, nos dias 27 a 30 de abril de 2008, do Congresso Médico Amazônico. Apelo no sentido da aprovação na Câmara, do Projeto de Lei do Senado 121/2007, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços de saúde. Senador Papaléo Paes.....	171

	Pág.	XI	Pág.
Preocupação para que seja aprovado na Câmara o Projeto de Lei do Senado 121/2007, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços de saúde. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Sibá Machado.....	173	Federal promova debate sobre a regulamentação da Lei Geral das Telecomunicações. Senador Renato Casagrande.	366
Referências à matéria publicada no jornal do Conselho Federal de Medicina intitulada “SOS, o SUS pede socorro”. Senador Mozarildo Cavalcanti.	293	Considerações sobre o acesso às comunicações através da rede mundial de computadores e elogios aos programas Banda Larga nas Escolas e Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão. Senador Romero Jucá.....	375
Alerta sobre pesquisa divulgada pela mídia, que retrata a preocupação dos brasileiros com a questão da saúde. Senador José Agripino.	338	TRABALHO	
Considerações acerca do financiamento da saúde. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Flexa Ribeiro.....	340	Reflexão sobre a situação do trabalhador brasileiro, por ocasião da passagem do “Dia Internacional do Trabalho”. Senador Valdir Raupp.....	459
SEGURANÇA PÚBLICA		Comemoração pelo apoio da CNBB à redução da jornada de trabalho sem redução de salário. Senador Paulo Paim.....	462
Registro do assassinato de Edson Dutra Barros, pré-candidato a vereador no Município de Burity. Senadora Fátima Cleide.....	411	VIOLÊNCIA	
SENADO FEDERAL		Reflexão sobre a seqüência de assassinatos de crianças no Brasil. Senador Cristovam Buarque.	157
Questionamento referente ao projeto que destina recursos para o setor da Saúde aprovado no senado no dia 9 de abril de 2008. Senador Pedro Simon.....	144	A violência contra os moradores da Ilha de Marajó. Senador José Nery.....	362
TELECOMUNICAÇÕES		Relato de encontro, em Marajó, com Bispo ameaçado de morte por denunciar o tráfico de pessoas, mulheres e crianças e o abuso sexual contra crianças e pedofilia. Aparte ao Senador José Nery. Senador Magno Malta.	363
Requerimento para que seja verificada a afirmativa do senador Mão Santa de que haja censura na Voz do Brasil. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Pedro Simon.....	140	Reflexão sobre o assassinato da menina Isabela e da violência cometida contra as crianças brasileiras. Senadora Kátia Abreu.	472
Considerações sobre a fusão das empresas Brasil Telecom e Oi. Proposta para que o Senado		Marca da violência pela a perspectiva das crianças brasileiras. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Cristovam Buarque.....	475

Ata da 60ª Sessão Especial, em 24 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho e Inácio Arruda

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 6 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente Sessão Especial destina-se a comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, de acordo com os Requerimentos de nºs 50, 163, 233 e 392, de 2008, do Senador Inácio Arruda e de outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De acordo com a decisão desta Presidência, faremos como nas outras sessões especiais: usarão da palavra os Srs. Líderes ou os indicados pelas Lideranças. Teremos aqui o privilégio, desde logo anuncio, de ouvir o pronunciamento do Senador Pedro Simon, porque, mesmo que não houvesse indicação da Liderança, ele seria indicado pela Presidência.

A Presidência vai compor a Mesa com a presença honrosa, para todos nós, do Dr. Maurício Azêdo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (palmas); do Sr. Fernando Tolentino de Sousa Vieira, Diretor-Geral da Imprensa Nacional (palmas); e do Senador Inácio Arruda, autor da presente proposição (palmas).

Convido a todos para, de pé, acompanharmos a execução do Hino Nacional Brasileiro, pelo Coral do Senado Federal.

(Execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, primeiro subscritor do requerimento.

Antes de V. Ex^a ocupar a tribuna e iniciar sua oração, gostaria, com sua permissão, de convidar para compor a Mesa a Exm^a Sr^a Julieta Cavalcanti de Albuquerque, Subprocuradora-Geral da República. (Palmas.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero inicialmente cumprimentar o Sr. Maurício Azêdo, Presidente desta que é uma das maiores instituições do povo brasileiro, a Associação Brasileira de Imprensa;

cumprimentar o Sr. Fernando Tolentino, Diretor-Geral da Imprensa Nacional; Sr^a Subprocuradora-Geral da República Julieta Cavalcanti de Albuquerque; nosso Professor Joaquim Campelo Marques, ex-Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós temos, no Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado, realizado seguidas sessões de homenagem aos órgãos de imprensa do nosso País – revistas, jornais, televisão, rádios – que têm desempenhado um importante papel na vida política, democrática do nosso País. Alguns nem tanto, mas têm recebido a homenagem pelo serviço de utilidade pública que realizam.

Eu fiquei imaginando que essa organização, uma organização que tem uma trajetória tão rica na vida política brasileira, na luta por democracia, por liberdade e pelos direitos sociais, merece uma homenagem justa do Senado da República.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos lembrar estes 100 anos de nascimento da Associação Brasileira de Imprensa. Precisamente a 7 de abril de 1908, nascia uma das mais respeitadas instituições brasileiras. A Associação Brasileira de Imprensa surgiu não apenas para testemunhar a história do Brasil contemporâneo, mas, digamos assim, surgiu da necessidade; é como se houvesse um clamor pela existência de uma organização desse porte. Por isso, ela nasceu para fazer história. Foi o que se viu ao longo de uma existência centenária, comprometida com os mais legítimos interesses dos profissionais que representa e, acima de tudo, com a defesa intransigente do Estado democrático de direito.

A ABI foi o fruto mais nobre do perseverante idealismo de Gustavo de Lacerda. Sem ter partido político ou suporte econômico, Lacerda foi um socialista convicto, contestador, que vivia da profissão de jornalista. Catarinense radicado no Rio de Janeiro, mestiço, filho de família humilde, ele projetou-se entre as figuras que marcaram o período entre o final do Império e o início da República no Brasil, como Rui Barbosa e o abolicionista José do Patrocínio. Visionário, defendia bandeiras avançadas que só se tornariam realidade no País décadas mais tarde, a exemplo da reforma agrária, uma luta já presente em muitos países do mundo

capitalista, que, só depois de uma longa jornada e da ABI, se torna uma necessidade para o povo brasileiro e uma bandeira forte do movimento social.

Tendo vivido uma existência voltada para o bem comum, ironicamente morreu subnutrido na Santa Casa da Misericórdia, no Rio. Morreu de fome, sendo enterado sem honras, em vala comum, no Cemitério São João Batista. Talvez não vislumbrasse que, até hoje, 100 anos depois, ele estaria sendo lembrado por nós, que buscamos contribuir na luta democrática e libertária do povo brasileiro nos dias atuais.

O século XX começou com a agitação do operariado, e, não por acaso, o surgimento da ABI aconteceu no ano seguinte ao do Congresso Operário Brasileiro, impregnada pelo socialismo de Gustavo de Lacerda. A idéia original da entidade era servir como uma trincheira operária, uma tribuna sindical, no entender de seu idealizador.

Ao surgir, quando o País dava os primeiros passos no aprendizado republicano, não foram poucos os que desqualificavam o projeto inovador. Não faltou quem visse na nascente Associação a inaceitável união de “um grupo de malandros” – que eram, obviamente, os operários e os intelectuais da época – “chefiados por um anarquista perigoso”, que era o Lacerda. Além disso, mestiço.

Mesmo contra todas as dificuldades, nascia a Associação, com objetivo de prestar assistência aos profissionais de imprensa e aos seus familiares, por meio de uma caixa de pensões, atendimento médico, pecúlio e residências para os mais desfavorecidos no “Retiro dos Jornalistas”. Outras bandeiras seriam deflagradas nesse período inicial marcado pela hostilidade dos donos dos jornais: a instituição do curso de Jornalismo e a realização, com regularidade, de congressos de jornalistas.

Acompanhando e interferindo no processo de modernização do Brasil, fazendo-se ouvir na defesa apaixonada das liberdades e da prevalência da justiça, a ABI convivia, em seus primeiros anos de vida, com dificuldades materiais de toda a ordem. Até a década de 30, não pôde contar com sede própria, acomodando-se em espaços alugados ou em locais cedidos gratuitamente.

Nenhum transtorno, porém, foi capaz de calar a sua voz ou de desfigurar seu espírito elevado. Foi sob a liderança sempre louvada de Herbert Moses que a ABI conseguiu erguer a sua sede: a Casa do Jornalista, uma imponente construção na Rua Araújo Porto Alegre, que, fora o caráter simbólico da conquista, fruto de anos de esforço e abnegação, é considerada um marco arquitetônico pelas suas linhas arrojadas e técnicas utilizadas em sua construção. A sede foi palco de

entrevistas históricas com personalidades como Fidel Castro, Che Guevara – que completaria 80 anos de nascimento no mês de junho -, Neil Armstrong – que, depois de pisar a Lua, resolveu pisar a sede da ABI – e Bob Kennedy, que também resolveu vir até a sede da Associação Brasileira de Imprensa. Depois de receber esse povo todo, a ABI sofre dois atentados a bomba em 1976, mas não desiste da luta por liberdade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao completar cem anos, a ABI mostra-se cada vez mais jovem. Nunca perdeu o seu viço, o vigor de seus primeiros anos de vida, justamente porque jamais se afastou do caminho traçado pelos pioneiros que a constituíram e a consolidaram. É dessa seiva marcada pela tenacidade da ação e pela integridade de propósitos que ela se nutre. É impossível desvincular a ABI de todos os momentos decisivos que se consubstanciaram no Brasil de nossos dias.

No difícil contexto dos anos 30 e 40, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, lá estava a ABI. De que lado? Ajudando a mobilizar a Nação em torno da luta dos aliados contra a barbárie nazi-fascista. Como em tantas outras oportunidades, lá estava ela praticando o exercício que melhor a define: o de defender o ideal da liberdade como condição essencial à própria dignidade humana.

A sede da ABI foi palco de incontáveis reuniões patrióticas em torno da memorável campanha “O petróleo é nosso”. Diziam que não havia petróleo. Agora dizem que tem petróleo. Até as bolsas internacionais se abalam com qualquer notícia de petróleo no Brasil. Eu já aproveito para anunciar que a Petrobras, Sr. Presidente, também vai perfurar uns poços de petróleo lá no Estado do Ceará, brevemente. Não sei se a bolsa vai cair ou se vai subir, mas, que a Petrobras vai perfurar, vai. Isso foi fruto dessa luta histórica do povo brasileiro. A ABI estava ali, era o lado dela. Dali ecoaram vozes nacionalistas, comprometidas com o desenvolvimento brasileiro, que viram seu grande objetivo materializar-se em outubro de 1953. Naquele momento, com a promulgação da Lei nº 2004, estava criada a Petrobras, a Petróleo Brasileiro S/A, e instituído o monopólio estatal para a exploração do petróleo.

Quando a força do autoritarismo se impôs sobre a Nação, a ABI portou-se com a dignidade que se esperava de quem jamais perde a coragem cívica. Foi assim à época do Estado Novo de Vargas. Foi assim quando do regime militar instaurado em 1964, situação de extrema gravidade, onde estavam suspensas as garantias individuais e livres – livres, digamos assim, um paradoxo – os caminhos do arbítrio. Ao mesmo tempo em que dava as mãos à cidadania, na busca incessante da superação desse quadro de exceção que agredia a

consciência democrática, a ABI diligenciava na defesa da integridade física e moral dos jornalistas.

Em 1937, Getúlio Vargas institucionalizou o famigerado Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), inspirado no modelo de repressão nazista. O DIP representou, de fato, o cerceamento da liberdade de expressão em um dos momentos mais marcantes da história da imprensa em nosso País. Mas, nesse mesmo ano em que era criado o DIP, fundava-se o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

O movimento sindical dos jornalistas paulistas teve três momentos marcantes: em 1961, quando uma greve conquistou o primeiro piso salarial da categoria – a ABI estava, digamos assim, por trás de tudo isso, por trás no bom sentido; em 1975, quando a morte do jornalista Vladimir Herzog, pela ditadura militar, provocou a indignação geral e diversas manifestações aconteceram pelo País inteiro; e em 1979, ano marcado por outra greve que mobilizou grande parte da categoria por todo o Brasil.

Durante a década de 70, a ditadura militar e o AI-5 impuseram estratégias de sobrevivência das publicações. Surgiram os pasquins e o jornalismo alternativo. Com o apoio de Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; de Audálio Dantas, do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo; além do empresário nacionalista Fernando Gasparian e do jornalista Raimundo Pereira, os progressistas Lysâneas Maciel, Marcos Freire e Alencar Furtado, entre outros Parlamentares e empresários e personalidades da vida política, democráticos e teimosos, vararam o País de Norte a Sul em busca de adeptos e de recursos para viabilizar o jornal **Opinião**, que depois se chamaria **Movimento** e viria a se tornar um símbolo da imprensa alternativa brasileira, na fase mais dura de resistência política ao regime militar.

Foi graças a esse empenho sem limites que muitos profissionais da Imprensa foram libertados da opressão, livrando-se de constrangedores inquéritos policiais, e, não raro, puderam vencer o terrível castigo do exílio e retornar ao País. É fato marcante para a vida política nacional o surgimento de um jornal alternativo que teve na ABI o seu alicerce, porque deu voz, deu bandeira ao movimento social e denunciou as perseguições pelo Brasil afora, com grande respeitabilidade nas suas opiniões, nos seus editoriais, nos seus artigos. E isso facilitou, querendo ou não, o renascimento da vida democrática brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao recapitular a esplêndida trajetória da ABI, não podemos deixar de reverenciar a memória de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, um nome, meu caro Maurício Azêdo,

que sempre vem à lembrança de todos quando se fala de imprensa, de liberdade e de amor ao Brasil. Em seus mais de cem anos de vida, esse advogado, jornalista, ensaísta, historiador, professor, ex-governador, político que Pernambuco ofereceu ao Brasil não fez outra coisa senão dar lições cotidianas de coerência de princípios, de integridade pessoal e de devoção absoluta às causas populares e nacionalistas.

Barbosa Lima Sobrinho confunde-se com as lutas mais gloriosas, ainda que difíceis e desgastantes, empreendidas pelo Brasil ao longo do século XX. À frente de cargos públicos, como o de Deputado Federal por Pernambuco, de Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, de Governador de Estado ou de Procurador da Prefeitura do Distrito Federal, pautou-se pela seriedade e pelo incontestável predomínio do viés social que ele impunha à sua ação política e administrativa.

Do princípio ao fim de sua fértil e longa carreira, seus textos expressavam o eterno compromisso pelos ideais nacionalistas e a convicção de que sua profissão deveria ser vista como meio para levar à população brasileira a verdadeira conscientização política. Foi esse espírito que embalou permanentemente o ofício que Barbosa Lima Sobrinho tão bem soube honrar e dignificar. Acima de tudo, porém, Barbosa Lima Sobrinho inscreve-se na galeria dos grandes vultos da história do Brasil por seu trabalho como jornalista, entrelaçando sua vida profissional com a trajetória da Associação Brasileira de Imprensa.

Na juventude de seus 29 anos de idade, em 1926, Barbosa Lima assumiu, pela primeira vez, a Presidência da entidade. Encerrou seu ciclo na Presidência da ABI, mas, no momento em que a Nação mais precisava da sua firme e ilustre presença na luta contra o autoritarismo, foi alçado novamente à categoria de Presidente, sendo sucessivamente reeleito desde 1978.

Alguns anos antes, em 1973, emprestara seu nome, na condição de companheiro de chapa, à extraordinária “anticandidatura” do Dr. Ulysses à Presidência da República. Daquele gesto heróico, renasceu a oposição ao regime militar, preparando-se o caminho que levaria o País ao reencontro com a normalidade democrática. Por fim, vamos encontrá-lo à frente do movimento que redundou no inédito **impeachment** presidencial, em 1992.

Outra iniciativa que levou a marca de Barbosa Lima Sobrinho foi a fundação, em 1990, do Movimento em Defesa da Economia Nacional, o Modecon. Atualmente presidido pela médica Maria Augusta Tibiriçá Miranda, o Modecon se reúne na sede da ABI e tem pautado sua atuação nos grandes movimentos pela soberania nacional e lutando contra as reformas que considera lesivas aos interesses do País, principalmente

no que diz respeito ao petróleo, manifestando-se contra políticas entreguistas e prejudiciais ao setor.

Aproveito para estender esta homenagem a todos aqueles que, a exemplo de Barbosa Lima Sobrinho e de Gustavo Lacerda, honraram o Brasil, ocupando a presidência da Associação Brasileira de Imprensa nestes anos de busca pela liberdade de expressão: Francisco Souto, Dunshee de Abranches, Belisário de Souza, Raul Pederneiras, João Guedes de Melo, Gabriel Loureiro Bernardes, Manuel Paulo Filho, Alfredo Neves, Herbert Moses, Celso Kelly, Elmano Cruz, Danton Jobim, Adonias Filho, Líbero Osvaldo de Miranda, Prudente de Moraes Neto, Fernando Segismundo. E queremos cumprimentar, de forma ainda mais honrosa, a direção da ABI, na pessoa de Maurício Azêdo, nosso atual Presidente, cujo mandato segue até 2010.

Além de reunir profissionais da imprensa, a ABI contou, ao longo de sua história, com ilustres associados, que compartilharam com ela os ideais mais elevados, voltados ao desenvolvimento e à redemocratização do País, como o maestro Villa-Lobos, autor do Hino da ABI, e Oscar Niemeyer, sócio desde 1953 e conselheiro da antiga administração durante muitos anos.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, espero ter registrado, em meu nome e no de milhões de brasileiros, o reconhecimento ao trabalho de cem anos realizado pela Associação Brasileira de Imprensa. Reafirmo minha convicção de que a plenitude democrática somente ocorre quando uma imprensa livre, mas responsável, pode atuar.

A luta pela democratização da mídia e em defesa da cultura nacional é hoje uma bandeira estratégica, que exige a mobilização da sociedade. O meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, tem participado ativamente dessa luta. Perseguido e censurado por regimes ditatoriais, sempre defendeu a ampla liberdade de expressão, mas nunca confundiu a liberdade de imprensa com a liberdade dos monopólios. Porque há monopólios na mídia que querem formar a opinião do povo e dizer que a opinião do povo é a partir das suas idéias, do seu ideário, e não da vontade, da necessidade da Nação brasileira.

E é justamente agora, quando esse debate ganha nova força na sociedade, que se deve mobilizar amplos setores políticos e sociais. Nesse ponto, não tenho dúvidas de que a ABI possui um papel decisivo e que já começou a jogar nesse processo, resgatando sua história e atuando com firmeza em prol de uma imprensa que efetivamente cumpra seu objetivo de informar a população e, sobretudo, de defender o nosso País. Uma imprensa livre é, ao mesmo tempo, requisito e conseqüência da consolidação de uma sociedade democrática. Disso não podemos abrir mão. Porém, a

questão que se levanta no horizonte desse debate é que a imprensa, por estar a serviço da sociedade...

E é bom que se diga que parte significativa da imprensa de hoje, diferentemente da imprensa do início do século XX, final do século XIX, usa concessões públicas. Os canais de rádio e televisão pertencem à União, pertencem ao povo, pertencem ao Estado brasileiro. Não podem ser usados para atacar os interesses populares, muito menos da Nação brasileira.

Portanto, essa imprensa, por estar a serviço da sociedade, deve servir aos objetivos desta e não pairar acima dela, alheia até mesmo aos seus pressupostos constitucionais como a dignidade da pessoa humana, o devido processo legal, a proteção da honra e da vida privada de todos.

Além do resgate dessa função precípua da imprensa, há outras batalhas importantes para a sociedade brasileira, que só terá a ganhar recebendo o apoio e o engajamento da ABI, como o combate à política de juros altos. Os mais altos do mundo são os juros adotados no Brasil. É bom a gente ter a idéia de que, quando os juros começaram a cair, o povo começou a ter mais acesso aos alimentos, o povo começou a ter mais acesso aos empregos. A vida do povo melhorou, e o PIB cresceu. O PIB cresceu 5,2% por isso, porque se atualizou a política de juros, fazendo-os descender, fazendo-os diminuir. Mas o Brasil subiu os juros de novo. O mundo inteiro está baixando os juros, mas o Brasil resolveu subir os juros. Esse fato merece uma grande batalha e um engajamento forte da ABI. E também a batalha da busca pelo pleno emprego e pela redução da jornada de trabalho e de tantas outras desigualdades que ainda existem no País.

Ao encerrar minhas palavras, expresso a gratidão, minha e do meu Partido, o PCdoB, e tenho certeza de que da maioria dos Senadores, à Associação Brasileira de Imprensa. Renovamos nossa confiança no trabalho dessa Entidade e desde já nos colocamos totalmente à disposição. O nosso mandato de Senador da República é um mandato que pertence também à Associação Brasileira de Imprensa. Que ela prossiga empreendendo o mesmo esforço que outrora resultou na conquista e na consolidação da democracia, desta vez rumo à crescente ampliação da cidadania e da justiça social, ou seja, conquistar o desenvolvimento econômico para garantir cidadania e justiça para o nosso povo.

Era o que tinha a dizer.

Um grande abraço, Maurício, a você e a todos que fazem a Associação Brasileira de Imprensa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Inácio Arruda.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu querido Presidente Garibaldi, que tem honrado esta Casa, buscando recolocá-la no seu devido lugar; meu querido Senador Inácio Arruda, autor desta homenagem; grande brasileiro Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Sr. Fernando Tolentino de Sousa Vieira, Diretor-Geral da Imprensa Nacional; Sr^a Julieta Cavalcanti de Albuquerque, Subprocuradora da República; Sr. Joaquim Campelo Marques, jornalista, editor e Vice-Presidente do Conselho Editorial do Senado; senhoras e senhores; estamos, hoje, reunidos nesta sessão especial. O Congresso, a Câmara e o Senado realizam muitas sessões especiais, importantes, mas esta é uma sessão ultra-especial, daquelas que marcam a história desta Casa, Sr. Presidente, porque estamos aqui, neste momento, fazendo história.

Estamos aqui homenageando uma entidade que escreveu seu nome na história brasileira em letras maiúsculas: a Associação Brasileira de Imprensa. Em todos os momentos importantes da vida pública brasileira, da história deste País, nos últimos cem anos, a Associação Brasileira de Imprensa atuou de forma decisiva e corajosa. Com a sua postura ética, as ações, muitas vezes, próximas do heroísmo, sofrendo perseguições e até mesmo sendo alvo de atentados, atentados terroristas, a ABI merece a admiração do povo brasileiro e se impôs ao respeito de todos os poderosos.

Hoje, homenageamos uma instituição histórica da imprensa brasileira e, no dia 3 de junho próximo, em nova sessão especial do Senado, vamos comemorar os 200 anos da fundação do primeiro jornal brasileiro e o Dia da Imprensa. Na ocasião, será homenageado o Patrono da Imprensa, Hipólito José da Costa, o primeiro jornalista brasileiro. Em 1º de junho de 1808, em Londres, onde estava exilado, fugindo da Inquisição portuguesa, fundou o **Correio Braziliense**. Foi o nosso primeiro jornal, com distribuição mensal no Brasil e em Portugal. Pioneiro na profissão, Hipólito foi também o primeiro jornalista perseguido por suas opiniões, críticas e idéias.

Meus irmãos, a imprensa e os jornalistas brasileiros conhecem então, desde sua origem, a intolerância dos governos autoritários.

A imprensa livre não foi uma dádiva, mas uma conquista dos povos que anseiam por liberdade.

O jornada da ABI começou em 7 de abril de 1908, no Rio de Janeiro, quando foi criada pelo repórter catarinense Gustavo de Lacerda. A entidade, a princípio, foi pensada nos moldes de um sindicato, com a finalidade de defender interesses específicos da categoria nas

relações de trabalho. Durante sua trajetória, porém, a ABI ganhou uma estatura diferente, ultrapassou as fronteiras da atuação meramente corporativa, chegando aos dias de hoje como uma instituição que participou de forma destacada da história política brasileira, defendendo as bandeiras da liberdade de imprensa, os direitos humanos e a democracia

Foi na sede da ABI, por exemplo, que nasceu a emocionante e memorável campanha nacionalista “O petróleo é nosso”, movimento que culminou com a confecção da lei que criou a Petrobras, a grande empresa brasileira e uma das grandes do mundo, emblema de nossa soberania.

A instituição também abrigou, em tempos mais recentes, manifestações nacionalistas contrárias à privatização do patrimônio público. A ABI atuou sempre com equilíbrio e de forma democrática em cenário de disputas políticas e ideológicas acirradas. Foi assim na campanha pelo monopólio do petróleo, quando o mundo atravessava uma era de extrema polarização e antagonismo. O Brasil também sofreu influência do espírito de intolerância vigente no quadro da Guerra Fria, o conflito permanente não declarado que sucedeu à Segunda Guerra Mundial e colocava em campos opostos os Estados Unidos e a União Soviética, envolvendo as nações de suas respectivas áreas de influência. Duas lideranças mundiais representativas dessa época estiveram na ABI, que democraticamente, abriu as portas para Fidel Castro e Robert Kennedy.

A intolerância contra a diversidade de opiniões e ao papel crítico e fiscalizador da imprensa, na realidade, foi uma constante na maior parte da nossa história. A instauração da República, em 1889, veio acompanhada de fortes restrições à liberdade de imprensa. Jornais foram depredados, jornalistas e tipógrafos, perseguidos e, alguns, até assassinados. Uma história que ainda vai-se desfazer.

Eu cada vez tenho mais carinho e respeito pela figura de Dom Pedro II e cada vez tenho mais restrições às fórmulas com que a República, com um golpe de estado, foi implantada. Sofreram os jornais, apedrejados. Jornalistas e tipógrafos, perseguidos e alguns até assassinados. Nada parecido com os ventos de liberdade de opinião que a introdução do sistema republicano de governo gerou em outros países.

Hipólito José da Costa confessou em seu livro **Diário de Minha Viagem para Filadélfia** (1789-1799) sua admiração pela liberdade de imprensa que encontrou lá nos Estados Unidos, país que conheceu quando a ex-colônia ainda dava seus primeiros passos como uma nação independente.

Temos hoje – tenho repetido muito aqui, meu bravo Presidente da ABI – que o Brasil vive uma hora

de falta de referências da sua vida republicana. Pois é aí que o papel da ABI na história brasileira deve ser compreendido e analisado inclusive nas escolas, para que as futuras gerações tenham referência nas quais possam inspirar-se para a condução dos destinos deste País.

A educação deficiente de nosso povo é um problema grave, com profundas conseqüências para o desenvolvimento do Brasil e sua posição no cenário mundial no momento atual e nos próximos séculos.

Sim, essa falta de referência é importante. E a ABI tem um papel histórico. Entendo que a imprensa tem um importante papel a cumprir na educação do povo brasileiro, principalmente a televisão e o rádio. Aqui abro um parêntese para citar Roquette Pinto, pioneiro no uso do rádio na educação. Considerava ele, com propriedade, que “o rádio era o jornal de quem não sabia ler; o mestre de quem não pode ir à escola; e o divertimento gratuito do pobre”. Hoje, podemos estender para a televisão esse pensamento. O rádio e a televisão constituem, juntamente com o jornal, veículos fundamentais para a educação e a cultura de um povo. Ainda mais num país com a imensidão territorial do Brasil.

A televisão, comprometida com a sociedade e o País, devia reservar bom espaço, em horários adequados, para estimular e participar da gigantesca obra que é a educação. Há muitos projetos nesta Casa nesse sentido. No entanto, é difícil que sejam cumpridos.

Tem a televisão a responsabilidade de preservar e difundir a cultura regional, cujos elementos, em sua riqueza e diversidade, formam a alma de uma nação.

Também nesse aspecto, foi importante o papel histórico da Associação Brasileira de Imprensa, que funcionou desde muito cedo como pólo aglutinador da cultura nacional. Em sua sede, reuniam-se para debates e manifestações grandes nomes representativos da cultura nacional. Alguns deles: da música, o grande maestro Villa-Lobos; do teatro, a encantadora figura de Tônia Carrero; da literatura, escritores como Graciliano Ramos e Rubem Braga; sem falar no cinema, pois o primeiro cine-clubes do Brasil projetava suas seleções de filmes exatamente na sede da ABI.

A luta pela anistia a presos e exilados políticos; o fim da censura prévia, que mantinha o povo na ignorância dos fatos relevantes para a sociedade; e a campanha pelas Diretas Já, a luta pelo voto direto, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, marco fundamental da Nova República – essas foram as bandeiras que unificaram a oposição, fortaleceram, junto com a ABI, a luta popular e acabaram por derrubar a ditadura. Esse movimento, que se constituiu no eixo da resistência democrática, teve a participação

sagrada e sacrossanta, ativa e permanente da Associação Brasileira de Imprensa, que, em conseqüência, sofreu muito pela sua corajosa posição.

Em 1976, uma onda de atentados terroristas atinge instituições democráticas: jornais, editoras e opositores do regime, vitimando jornalistas, políticos e religiosos. Entre eles, o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho, torturados e assassinados nos porões da ditadura.

Um dos alvos foi a ABI. Um atentado a bomba destruiu o sétimo andar do seu edifício-sede, no centro do Rio de Janeiro, onde funcionava a administração e se reunia o Conselho da entidade. Os executores e mentores da empreitada ainda permanecem desconhecidos, mas a investida foi considerada uma represália pelo fato de a ABI ter realizado em seu auditório um ato cívico-ecumênico em memória da história do jornalista Vladimir Herzog.

Eram tempos de luta, tempos difíceis que, no entanto, também ofereciam exemplos de extrema coragem cívica e destemor. Realmente, era preciso coragem pessoal, idealismo e sólida convicção democrática para se opor ao regime que, enquanto perseguia opositores, por outro lado também tratava de cooptar consciências, tendo benesses como moeda principal.

Apesar da truculência, o regime não dispunha de força suficiente para simplesmente impedir totalmente a manifestação da oposição. Pressionado pela forte resistência democrática, o governo autoritário foi obrigado a permitir a existência de uma oposição organizada.

Assim, admitiu o funcionamento de dois partidos, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que abrigava os beneficiados pelo regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia as oposições.

A história da resistência, a consolidação das oposições, o voto em branco, a luta armada, a proposta de extinção, a Carta de Porto Alegre, a vitória nas urnas do Colégio Eleitoral, a consolidação da democracia: bandeira do povo, bandeira das oposições, bandeira da ABI.

Senhoras e senhores, até aqui eu falei da instituição, mas devo reverenciar homens que a dirigiram, entre os quais pessoas como o grande jornalista Barbosa Lima Sobrinho, que esteve à frente da instituição como presidente em duas ocasiões, mas pertenceu aos seus quadros de dirigente durante muito tempo e deixou sua marca para a história brasileira.

O jornalista Barbosa Lima Sobrinho assume a presidência da ABI em 1926, ainda antes de completar 30 anos. Voltou duas vezes ao cargo, de 1930 a 1931, quando fortaleceu a ABI com a fusão com outras entidades; e de 1978 a 2000, quando, já octoge-

nário, estava consagrado como jornalista e escritor, com mais de 70 livros, além de político competente e habilidoso (foi Governador de Pernambuco, entre outros cargos). Poderia recolher-se ao convívio dos seus livros e levar uma aposentadoria tranqüila, mas não se acomodou, permaneceu à frente da entidade, resistindo ao arbítrio e à violência de uma ditadura que parecia não ter fim.

Barbosa Lima Sobrinho foi o primeiro brasileiro a assinar o inédito pedido de **impeachment** constitucional de um Presidente da República. Pela primeira vez na história mundial, um governante é afastado do poder por meio de um processo absolutamente democrático conduzido pelo Congresso.

Foi Barbosa Lima Sobrinho quem melhor encarnou e traduziu o espírito democrático e lutador da ABI, ao lado de personalidades como Herbert Moses, o presidente que consolidou materialmente a entidade e construiu seu edifício-sede, marco na arquitetura moderna brasileira; o Senador Danton Jobim, que tentou evitar a criação da famigerada Lei de Imprensa, ainda vigente; Prudente de Moraes, neto, jornalista e poeta, que com sua coragem e determinação não hesitou em comparecer a quartéis para defender jornalistas presos e processados. Foi na sua gestão que a ABI realizou o ato cívico em memória a Vladimir Herzog. Prudente de Moraes viajou a São Paulo para hipotecar solidariedade ao Sindicato dos Jornalistas, presidido por Audálio Dantas, outra figura destacada na luta democrática, atual vice-presidente da ABI.

Em sua existência, a ABI teve vinte presidentes, homens que, dentro de suas limitações, estilo e convicções, mantiveram a instituição atuante durante todo esse centenário. Alguns chegaram a assumir posições temerárias, com risco da própria vida, para defender a entidade. É o caso do maranhense João Dunshee de Abranches, seguidor de Gustavo de Lacerda, terceiro dirigente da ABI. Diante de ameaças de depredação do prédio por seguidores de Hermes da Fonseca, Presidente da recém-proclamada República, Dunshee não hesitou em permanecer em vigília por dias seguidos, de arma na mão, num gesto heróico e surpreendente.

Atualmente, a instituição é dirigida pelo jornalista Maurício Azêdo, que é o grande responsável pelo processo de revitalização que vive a entidade. Foi editor do **Boletim da ABI**, nos temerosos anos 70, quando transformou o veículo num órgão de denúncia dos desmandos da ditadura.

Ao Maurício, seus companheiros de diretoria, funcionários e tantos outros que gostaria de citar, rendo minhas homenagens sinceras e profunda admiração.

Essa é a Associação Brasileira de Imprensa, instituição que completa cem anos e permanece aberta,

modernizando-se, do ponto de vista tecnológico, com uma página na Internet e com o Cine ABI em pleno funcionamento e um serviço de assistência médica invejável.

Um problema, entretanto, preocupa a ABI e a nós todos. A entidade teve cassado, pelo Governo, o seu registro de entidade beneficente de assistência social, obtido há décadas. Esse ato, obtido em 1917, um excesso de zelo do atual Governo, gerou uma dívida impagável.

O mesmo Governo que já repassou – sem licitação pública – R\$12,6 bilhões às organizações não-governamentais, está cobrando da ABI uma dívida de cerca de R\$3 milhões.

Fica aqui o meu apelo ao Governo, ao Presidente Lula, para que seja devolvido o registro da ABI, de forma a garantir a permanência dessa instituição – esta, sim, não-governamental –, que tantos benefícios trouxe à democracia no País.

Aqui no Senado já tramita projeto de lei que isenta não só a ABI, mas também a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do pagamento desse tributo. Ao mesmo tempo, essa proposta, de autoria do Senador José Sarney, cancela os débitos fiscais e previdenciários dessas instituições.

A ABI, de fato, nunca se afastou dos princípios definidos em seu primeiro estatuto, redigido em 1908, mas sempre atual. A instituição nasceu para defender os jornalistas e “zelar pelo patrimônio material e espiritual da pátria”.

Atendendo ao imperativo da defesa do patrimônio material da Pátria, a ABI defendeu o monopólio do petróleo e das riquezas nacionais, protestando contra a privatização do patrimônio público e repudiando a entrega de empresas como a Vale do Rio Doce, a segunda maior mineradora do mundo, vendida praticamente de graça.

Quanto ao segundo mandamento, o educador e escritor Fernando Segismundo, recente presidente da instituição, definiu o que deve ser entendido “como patrimônio espiritual da pátria”, sempre defendido pela ABI: “*É o civismo, é a cidadania*”.

Sim, é o civismo, é a cidadania! Assim, diz tudo. Assim é a ABI.

Por isso, neste momento em que o Congresso vive uma hora tão difícil, quando nos interrogamos sobre o que fazer e como fazer, estamos aqui, meu bravo Presidente, para agradecer à ABI, que, nas horas mais dramáticas, esteve conosco. Foi o presidente da ABI e o presidente da OAB que assinaram o requerimento e que vieram a esta Casa nos apontar o caminho.

Agradecemos a V. Ex^a, agradecemos à Associação Brasileira de Imprensa e voltamos a dizer que,

numa hora em que o Brasil vive sem referências, numa hora em que o Brasil fica a se perguntar realmente o que é, o que somos e o que queremos, prestamos uma homenagem cívica às nossas referências mais queridas, mais puras e mais proféticas: a Associação Brasileira de Imprensa, orgulho do Brasil, orgulho do nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Pedro Simon e concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente Garibaldi Alves; Senador Inácio Arruda, companheiro de lutas nesta Casa; Sr. Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Sr. Fernando Tolentino de Sousa Vieira, Diretor-Geral da Imprensa Nacional; Sr^a Julieta Cavalcanti de Albuquerque, Sub-Procuradora-Geral da República, é com alegria que os recebemos aqui e a todos os presentes.

Falar dos cem anos da ABI é falar da história de uma Associação Brasileira de Imprensa que está intrinsecamente vinculada à construção do processo democrático brasileiro.

Criada em 7 de abril de 1908 por Gustavo Lacerda com o objetivo de assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais, a ABI tornou-se, ao longo dos anos, um dos centros mais poderosos de ação política pluripartidária do Brasil, defendendo a liberdade de expressão e os direitos civis. Esse é um exemplo para o País, um exemplo para as gerações de hoje e, principalmente, para as gerações que não de vir.

Devemos ressaltar que Gustavo Lacerda era uma figura ímpar. Ele não concordava com a idéia de que os jornais fossem empresas capitalistas – lendo essa história, achei interessantíssima essa parte. Ele não pensava que os jornais tinham que ser capitalistas, dando lucro a seus acionistas e colocando o lucro na frente dos interesses da sociedade. Para ele, os jornais deveriam ter uma missão social e funcionar como cooperativas de trabalhadores. Isso, no começo do século passado.

De certa maneira, Lacerda estava além de seu tempo, visto que um dos temas mais atuais do jornalismo continua sendo exatamente este: onde começam e terminam os negócios, e onde começa e termina a função social da imprensa? Há demarcação entre isso? Acredito que os objetivos financeiros podem – e devem – caminhar junto com os objetivos maiores de ajudar a população brasileira a achar o seu eixo e o seu rumo.

Tornou-se clássica, por exemplo, a discussão entre os jornalistas sobre a clara divisão entre o Estado e o Clero em determinada época da nossa história – e, isso, dentro das redações. Nesse aspecto, a ABI sempre foi uma referência fundamental na formação das consciências e do senso crítico dos profissionais da notícia e da comunicação.

Falar da ABI é também lembrar a lendária figura de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, como tão bem se expressou aqui nosso colega e amigo Pedro Simon. Foi um homem que viveu 103 anos (nasceu em 1897 e faleceu em 2000), que lutava por ideais nacionalistas e via, na profissão de jornalista, um instrumento para levar a população brasileira à conscientização política e social.

Em 1926, aos 29 anos de idade, quase 30, como disse Pedro Simon, assumiu pela primeira vez a Presidência da ABI. Durante seu quarto mandato, em 1992 – a juventude acompanhou muito bem isso –, foi o responsável direto pelo pedido da abertura do *impeachment* de Fernando Collor de Mello e o primeiro orador inscrito para defender o processo.

A homenagem que o Senado faz nesta data para a ABI deve ser também uma celebração sobre o significado do fortalecimento das instituições no País. Aqui quero fazer um parêntese para dizer que isso é atualíssimo e muito importante.

Estamos precisando, Dr. Azêdo, da ABI novamente, para dar um rumo e nos ajudar a dar esse rumo à sociedade brasileira. Esta Casa, o Congresso Nacional, precisa, e muito, de ser também, junto com a ABI e com outras instituições sérias deste País, a paladina não só da moralidade e da decência, mas também da ética. E dizer ao povo brasileiro que regimes como a democracia – que pregamos tanto e pela qual a ABI lutou tanto – devem ser, sim, sempre o nosso farol. Farol não só dos homens e mulheres com a idade um pouco mais avançada, como alguns de nós. E temos de dizer aos jovens brasileiros, aos jovens que nem sempre têm os parâmetros que gostaríamos que tivessem, que esta é uma Casa da verdade – tem de ser a Casa da verdade –, que esta tem que ser sempre a Casa da resistência.

Concordo com Pedro Simon que o Presidente Garibaldi Alves tem dado a todos nós um exemplo de que os homens e mulheres que estão aqui trabalhando em nome do povo brasileiro têm sempre de estar em sintonia aberta com esse mesmo povo, para poder defendê-lo sempre, para poder defender as nossas instituições, para dizer que nós temos os Poderes constituídos neste País; que nós temos um Poder Executivo que tem de ser, sim, altivo e independente, dentro das suas prerrogativas, que tem de olhar o povo

brasileiro e esta Nação com o olhar de quem está ali pronto a trabalhar para que o Brasil seja sempre uma Nação forte, uma Nação que seja vista por outras nações como uma parceira, uma companheira, mas com sua altivez de Nação independente; que tem de ter um Poder Judiciário, como ontem nós vimos – e o Presidente Garibaldi externou essa idéia muito bem –, altivo, independente também, mas que saiba delimitar sempre o seu espaço e que apóie os outros parceiros, os outros dois Poderes, naquilo que nós temos de mais sagrado, que é a nossa independência.

Que esta Casa saiba fazer aquele que é o seu papel, que é garantir a liberdade das instituições e fazer as leis que devam ser exercidas neste País por todos os brasileiros; que esta Casa saiba respeitar e delimitar também os seus espaços, que o Executivo e o Judiciário tenham aqui um parceiro, mas parceria, companheirismo, e, principalmente, a junção de aspectos importantes na formação desse tripé que segura a democracia com a nossa liberdade de trabalho, que nem sempre nós temos.

Portanto, quero dizer que, neste momento, a defesa da democracia, das liberdades e do Estado de direito merece sempre estar num lugar de destaque em nossas mentes e corações, e a força de uma instituição como a ABI deve ser exemplo para todos neste País.

Devemos registrar nesta oportunidade que homenagear a ABI é oferecer um tributo à memória de homens e mulheres de bem neste País, de todas as classes sociais.

Cada vez mais, quando nos deparamos com injustiças sociais, com tentativas de calar a imprensa, com a luta que muitos fazem contra a transparência e pela permanência do obscurantismo em muitas esferas da vida nacional, convencemo-nos da importância de entidades como a ABI, colocando-nos ao seu lado na luta pelas verdadeiras transformações na vida social do País.

Hoje, a imprensa brasileira é fundamental. É informativa e é investigativa. Eu sei o quanto ela é investigativa, porque tenho convivido com ela, neste um ano que tenho nesta Casa, em vários assuntos em que está denunciando, levando a todo o povo brasileiro a verdade como ela é. Ela é fundamental, também, para que o povo brasileiro tenha conhecimento dos fatos, raciocine com os editoriais e as críticas, e tenha condições de conhecer as idéias e as propostas antagônicas também.

A imprensa tem ajudado muito a formar e a forjar a nossa cidadania, calcada, como eu disse, no amor à democracia, à liberdade, aos valores morais e éticos da nossa sociedade.

Eu quero terminar minha fala, dizendo que fiz questão de vir aqui esta manhã não só para dizer que falar de cem anos da ABI não é falar de uma instituição qualquer, mas de uma instituição benemérita, uma instituição social digna, uma instituição de grandes profissionais, grandes homens e mulheres; mas principalmente vim aqui para dizer que o povo brasileiro tem muito a caminhar junto com instituições desse tipo.

E a ABI tem a obrigação, o dever de continuar como sempre foi nos seus cem anos de história: um farol. Um farol que o povo brasileiro tem de ter sempre aceso. Um farol de dignidade. Um farol da verdade. Um farol de luta – de que estamos precisando muito. Acho que nunca, nesses últimos anos, o Brasil precisou tanto desse farol.

Tenho certeza de que a ABI vai estar junto com a nossa Casa e com todas aquelas instituições sérias deste País, lutando para que o povo brasileiro saiba que este é um grande País e que vale a pena lutar para que o Brasil seja grande, não só no tamanho, não só nas suas riquezas, mas grande também na sua população de homens e mulheres que comunguem de grandes ideais. E tenho certeza de que a ABI vai ser sempre essa nossa luz.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de dar a palavra ao próximo orador inscrito, quero dizer que já pedi aqui as minhas desculpas ao Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, porque terei de viajar agora para a minha cidade, para o meu Estado, o Rio Grande do Norte, e vou ter a honra inclusive de passar a Presidência para o autor do requerimento, o Senador Inácio Arruda. Antes ainda de fazer isso, saúdo o nosso Maurício Azêdo, Presidente da ABI; o Sr. Fernando Tolentino de Sousa, Diretor-Geral da Imprensa Nacional, que, por sinal, me deu a boa notícia de que, no dia 13 de maio, a Imprensa Nacional vai comemorar os seus 200 anos; a Sr^a Julietta Cavalcanti de Albuquerque, Subprocuradora-Geral da República; o Professor Joaquim Campelo Marques, Vice-Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal; e todas as Sr^{as} e Srs. Senadores. Quero dizer também, depois que tantos oradores já se manifestaram a respeito do papel da ABI, da minha admiração, do meu orgulho, do meu apreço por essa que é uma das mais influentes, admiradas e respeitadas instituições nacionais.

É grande, meu caro Mauricio Azêdo, atual Presidente da ABI, a gratidão de todos os brasileiros por essa luta empreendida ao longo de cem anos, luta, sobretudo, pela supremacia dos valores democráticos e, como disseram os oradores – a Senadora Marisa

Serrano acaba de dizer isso bem –, consolidação da cidadania entre nós.

Assim, ao sintetizar o espírito federativo que sedimenta a Pátria brasileira, esta Casa não poderia ausentar-se das comemorações deste centenário. E o faz com justo orgulho – como já falaram tantos oradores.

Pouco, muito pouco – e eu queria fazer esta reflexão – aproxima o Brasil de 2008 daquele início do século XX, quando nasce a Associação Brasileira de Imprensa. Éramos um País acanhado, de rarefeita população e com enormes vazios no seu extenso território. Éramos, sobretudo, uma Nação provinciana, em que a marca da exclusão social, política e econômica manifestava-se com um componente muito mais forte do que o de hoje, diante de um Estado elitista e profundamente oligárquico.

Graças a Deus, mudamos muito.

Ao ser fundada a ABI, no já distante 7 de abril de 1908, sob a liderança desse catarinense, desse brasileiro, desse grande brasileiro Gustavo de Lacerda, caracterizava-se como uma caixa assistencial, uma espécie de ancoradouro a oferecer um mínimo de amparo aos que labutavam na área jornalística. Não por outra razão, o estatuto da entidade classista previa fundos para pensões, auxílio funeral, abrigo para idosos e carteira profissional.

Tempos difíceis aqueles, Dr. Maurício Azêdo! Numa época em que legislação trabalhista era sonho de visionários, em que a “questão social” era tratada como “caso de polícia”, era constrangedora a situação dos homens de imprensa. Aos salários de fome, juntava-se a instabilidade no emprego, sem falar nas jornadas de trabalho desumanas, nos desmandos e abusos de alguns patrões.

Do pioneiro Gustavo Lacerda a Dunshee de Abranches; de Herbert Moses e sua gestão de trinta e três anos a Celso Kelly; de Danton Jobim – que viria a ser eleito Senador pela Guanabara na primeira fase do Regime Militar – a Prudente de Moraes, neto; de Barbosa Lima Sobrinho a Maurício Azêdo – lembro as páginas memoráveis que escreveu no argumento –, as lideranças que passaram pela ABI souberam dignificar a instituição e responder aos desafios que lhes foram apresentados.

Como já foi dito, sobretudo pelo Pedro Simon, trincheira avançada da liberdade, em sintonia permanente com os mais elevados anseios de democracia, de justiça e de cidadania, a ABI nunca se curvou ante qualquer forma de autoritarismo. Foi assim, sob o Estado Novo de Getúlio Vargas, quando estive na linha de frente contra o totalitarismo nazi-fascista.

Como disse aqui o nosso autor do requerimento, Senador Inácio Arruda, a bomba que destruiu parte da imponente sede-marco da ABI – aliás, representativa da moderna arquitetura brasileira – foi, para além de insana, o gesto de desespero das forças que não admitiam que a Nação voltasse a respirar os ares de liberdade. Altaneira, a Instituição não esmoreceu. Antes, recobrou o ânimo e colaborou decisivamente para o aprofundamento do processo de abertura política.

Ao finalizar, meu caro Maurício Azêdo, permita-me reproduzir um trecho de artigo recente de Jânio de Freitas – ele próprio um daqueles grandes jornalistas que a imprensa brasileira tem hoje –, em que ele foi absolutamente feliz na escolha das palavras e na compreensão do significado histórico da Associação Brasileira de Imprensa. Escreveu o articulista da **Folha de S. Paulo**:

A Associação Brasileira de Imprensa faz um século. Não, não faz um século. Faz cem anos, ano a ano de luta, ora por sua sobrevivência, na maior parte dos anos pela liberdade, pelo Estado de direito, pela democracia. Não só os jornalistas têm cem anos de dívida com a ABI. Nem são os que mais lhe devem. Somos todos em cem anos.

Eu não poderia concluir sem dizer que hoje os jornalistas mantêm essa luta, essa chama acesa, quando combatem as chamadas medidas provisórias. Medidas provisórias que tanto humilham este Congresso Nacional, que tanto fazem dele uma instituição de papel caudatário.

Eu não poderia terminar sem prestar esta homenagem à ABI, porque sei que representa o escoadouro de tudo isso que se escreve hoje em favor de uma Nação mais livre, mais democrática e mais soberana. E o que se escreve hoje sobre medidas provisórias, sobre vetos que não são votados, sobre o orçamento, que muitas vezes é fraudado, sobre tudo o que se escreve hoje a respeito do Congresso Nacional, nós devemos dizer uma palavra só: muito obrigado!

Muito obrigado, porque temos consciência de que, se não fosse a imprensa, a nossa voz daqui não sairia; daqui não ganharia os espaços desta Nação e, sobretudo, não inundaria os corações dos brasileiros que gritam que a democracia não é uma conquista de cem anos, que a democracia é uma conquista eterna do povo brasileiro.

Por isso, com esta emoção, eu digo a Maurício Azêdo: a ABI continua viva nos nossos corações, e V. S^a é hoje o símbolo maior. E foi inclusive o nosso Pompeu de Souza, de quem me falava o nosso Tolentino, da Imprensa Oficial, que enriqueceu este Plenário com a

sua contribuição magnífica; Pompeu de Souza que veio do Ceará, como Inácio Arruda veio do Ceará. Pompeu de Souza, Maurício Azêdo, Barbosa Lima Sobrinho são nomes que ficaram e ficarão na história do nosso País como os grandes defensores do que temos de mais caro, que é a liberdade democrática.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas!)

A Senadora Serys Slhessarenko será a próxima oradora. Depois, o próximo orador desta homenagem à ABI será o Senador Mão Santa.

Tenho a honra de passar a Presidência ao cearense Senador Inácio Arruda. Faço votos de que seja ele um cearense da qualidade que foi Pompeu de Souza.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Sr. Presidente Inácio Arruda. Sr. Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Sr. Fernando Tolentino de Sousa Vieira, Diretor-Geral da Imprensa Nacional; Sr^a Julieta Cavalcanti de Albuquerque, Subprocuradora-Geral da República, muito nos honra a presença de uma mulher nesta Mesa; Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores; apesar das inúmeras comissões em que tive de estar presente hoje pela manhã – inclusive, neste momento, afastei-me de uma delas – fiz questão de estar aqui, pela importância deste momento destinado a comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa – ABI.

Em 2008, a categoria jornalística será marcada por diversas datas importantes, como os 200 anos de imprensa no Brasil, os 70 anos da primeira regulamentação profissional para jornalistas, os 100 anos de fundação da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, os 90 anos do primeiro congresso nacional da categoria e os 40 anos de morte de Assis Chateaubriand.

Este mês, especialmente, os 100 anos da ABI foram lembrados e há 40 anos morreu um visionário que revolucionou o jornalismo brasileiro, Assis Chateaubriand.

Com certeza, essas datas merecem e precisam ser lembradas. À ABI, pelos ideais que motivaram sua criação, Gustavo Lacerda criou a associação para assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais e tornar um centro poderoso de ação. E hoje, cem anos

depois, temos a felicidade de constatar que esses objetivos foram atingidos.

A Associação, nesse longo período de existência, não ficou parada no tempo, acompanhando os avanços da sociedade. De lá para cá foram muitos altos e baixos. No entanto, a imprensa do Brasil é forte, possui meios de comunicação e profissionais premiados e com grande respaldo no mundo.

O que seria do Brasil sem a imprensa? Graças à curiosidade, à competência e ao **feeling** jornalístico, muitos assuntos são abordados e revelados ao público. Os jornalistas – senhores e senhoras, V. S^{as} sabem disso muito melhor do que eu, com certeza, porque essa não é a minha área – têm uma função social de grande responsabilidade: formar opiniões, esclarecer fatos, esmiuçar informações. Mas não posso deixar de ressaltar a questão da responsabilidade e penso ser este o melhor momento para cobrar isso da imprensa brasileira. Não podemos admitir que essa onda denunciata que tomou de assalto alguns veículos de imprensa continue a avançar.

A imprensa deve informar e não julgar e condenar indivíduos ou destacar apenas a agenda negativa. Um exemplo – digo sem temor – é o nosso Senado, que produz muito; não tenho dúvida disso. Nós produzimos muito, Sr. Presidente, produzimos muito. Trabalhamos muito, mas só viramos notícia por desvirtuamentos de condutas, que, em alguns casos, nem são tão relevantes. Claro que existem aqueles casos relevantes que têm de ser descortinados – não tenho a menor dúvida quanto a isso –, mas precisamos ver também a agenda positiva. Não tenho dúvida disso. Isso faz parte do processo democrático. A democracia é isso. Existem os pontos negativos que têm de ser denunciados. A imprensa investigativa, para mim, é primordial, mas também existe a agenda positiva.

Não posso deixar, como já disse, de ressaltar os bons profissionais, que são muitos, com certeza, e como Senadora levanto a bandeira da democracia e congratulo-me com todos os profissionais responsáveis e comprometidos com o desenvolvimento da democracia brasileira pelas importantes contribuições que dão ao País.

Caro jornalista Maurício Azêdo, tenho um orgulho em minha vida de parlamentar, que é o fato de, como Deputada estadual lá em Mato Grosso, ter proposto e ter conseguido que a Assembléia Legislativa do Estado, àquela época, aprovasse, por unanimidade, a apresentação de uma ação direta de inconstitucionalidade contra a vigência da Lei nº 5.020, a indigitada Lei de Imprensa da ditadura militar. Consegui apresentar uma proposição e fazê-la aprovar, porque nós queríamos ter 50% mais uma das assembléias legislativas com

isso aprovado, para derrubarmos aquela indigitada Lei nº 5.020.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal revogou essa lei quase que na sua totalidade. Urge que ela seja completamente varrida e que se possa garantir, de forma definitiva, a liberdade de imprensa em nosso País.

Certamente, senhores e senhoras, na diversidade de que hoje temos, o Brasil e os brasileiros ganharão sempre com uma imprensa assim, ativa e atenta, e sem que uma espada de Dâmocles paire sobre a cabeça daqueles que procuram exercitar um jornalismo crítico e investigativo.

Aproveito, Sr. Maurício Azêdo, para apoiar esses profissionais na luta pela formação universitária da classe.

É certo que houve um momento em que foi necessário ser de outra forma. Foi necessário, mas esse momento passou. Hoje, precisamos mesmo é investir na luta pela formação universitária obrigatória da classe. O diploma é necessário, anos de estudo, formação específica, treinamentos são importantes para que seja formado um bom profissional. Essa pessoa, com certeza, terá excelentes condições de mostrar verdades e de formar opiniões.

Mais uma vez, parabéns à classe jornalística brasileira, que incentivo a lutar pelas reivindicações de melhoria profissional e a continuar, com certeza, contribuindo cada vez mais para a melhoria do nosso País.

Aqui quero fazer uma homenagem especial a todos os jornalistas do nosso País e muito especial ao jornalismo do meu Estado de Mato Grosso. Com certeza, lá na organização dos jornalistas de Mato Grosso, temos profissionais de alta competência, de alta qualidade, críticos, realmente uma imprensa investigativa. Já tive sérios problemas com a imprensa de Mato Grosso, mas, em relação àqueles em que a imprensa tem razão já me posicionei de forma determinada. Em certo momento, há alguns anos, quando pessoas me acordaram de madrugada para dizer que tínhamos de ir a um jornal para não deixar uma edição sair, porque havia manchete contra minha pessoa, eu falei: “Não! Jamais! Que saia e que eu faça a minha defesa depois”. Realmente eram inverdades, mas que saia, porque não aceito qualquer censura à imprensa. E eu sempre me posicionei de forma muito determinada a esse respeito.

É lógico, tive problemas, e eram realmente inverdades, mas existem os procedimentos corretos na Justiça e, sempre que foi preciso, eu os usei.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko, sobretudo por esse exemplo que traz V. Ex^a, nesta sessão de homenagem, sobre a maneira como, na prática, tem-se solidarizado com os jornalistas. Gostaria também de cumprimentar o Presidente da ABI, Sr. Maurício Azêdo, o Presidente Inácio Arruda e todos os jornalistas presentes e de desejar que a ABI possa, por muitos séculos, estar na batalha pela liberdade de imprensa, pelo aprimoramento dos meios de comunicação no Brasil. Meus cumprimentos a V. Ex^a e a todos os jornalistas brasileiros.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Suplicy.

Aqui encerro, dizendo ao Sr. Maurício Azedo que acredito que a imprensa livre, a imprensa realmente livre, a imprensa dentro de um país democrático, a imprensa crítica, a imprensa investigativa tem um papel decisivo e determinante na construção e no aperfeiçoamento da democracia.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do Piauí, meu vizinho, e registro a presença do nosso colega jornalista Tarcísio Holanda, acompanhando esta sessão solene.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Inácio Arruda, que preside e que inspirou essa justa homenagem aos cem anos da imprensa brasileira; Sr. Maurício Azêdo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Sr. Fernando Tolentino Vieira, diretor da Imprensa Nacional; e encantadora Sr^a Julieta Cavalcanti de Albuquerque, Subprocuradora-Geral da República; demais jornalistas; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, que também é muito bom. Sem dúvida nenhuma, tudo nasceu aí, na ABI.

Inácio, ali está Cristo, que disse: “Em verdade, em verdade, vos digo.” E aí está o que deve a boa imprensa buscar: a verdade. Abaixo, está Rui, o nosso patrono. Então, permita-me, Inácio, fazer minhas as palavras de Rui, que são eternas, como as de Cristo, como esta Casa, como a imprensa brasileira. Atentai bem! Rui Barbosa:

A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alveja, ou nodoam; mede o que lhe cerceiam, ou destroem; vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.

Sem vista mal se vive. Vida sem vista é vida no escuro, vida na soledade, vida no medo, morte em vida: o receio de tudo; dependência de todos; rumo à mercê do acaso. A cada passo: acidentes, perigos, despenhadeiros. Tal a condição do país onde a publicidade se avariou e, em vez de ser os olhos por onde se lhe exerce a visão, ou o cristal que lha clareia, é a obscuridade onde perde a ruim lente que lhe turva, ou a droga maligna que lha perverte, obstando-lhe a notícia da realidade, ou não lha deixando senão adulterada, invertida, enganosa.

Minhas senhoras e meus senhores, sou orgulhoso de ser do Piauí, e o Inácio Arruda, por ser vizinho do Piauí.

São cem anos. Atentai bem: esta República nasceu pelo povo, o povo que não admitia o absolutismo.. Os reis eram deuses na terra. Deus, imaginariamente, seria um rei no Céu, e o absolutismo... Aí, o povo sofrido, povo bravo e forte...

Quando eu governei o Piauí, eu cantava como uma reza: o povo é o poder.

Inácio Arruda, então, o povo foi às ruas e gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade.” Caíram os reis, a inteligência humana buscando a justiça, que é o pão de que mais a humanidade necessita – não fui eu quem disse, também não vou esconder quem disse, foi Montaigne. Todo mundo deseja a justiça. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. Deus pegou: “Toma, Moisés, vai melhorar o seu povo”, dando-lhe leis, que constituem a justiça.

Esta República, para chegar aqui no Brasil – nós somos retardatários, nós estamos aqui para acordar, nós devemos ser os pais da pátria. Se não for, fecha isso. São cem anos para esse grito chegar ao Brasil! Cem anos! De lá, das ruas da França, libertária. E chegou, graças ao meu Piauí.

Teresina foi a primeira capital planejada deste País, em 1852. Aí nasceram, por inspiração dela, Goiânia, Belo Horizonte, Brasília, Palmas. A primeira cidade planejada! Então, lá existia um jornal criado por um baiano, o Saraiva. O nome do jornal era **A Ordem**. Aí, um jornalista irrequieto, David Caldas, nascido em Barras, tida como a terra dos governadores... Eu até brinco: parece que a cidade deu cinco governadores, um deles foi Leônidas Melo, um médico. Mas Parnaíba deu três – Alberto Silva vale por dois; o Chagas, por dois; e eu por um. Então, já empatamos o jogo. Mas, lá dessa Barra – cujo Prefeito é, hoje, Manin Rêgo –, esse jornalista trocou o nome do jornal de **A Ordem para Oitenta e Nove**.

Inácio, “Oitenta e Nove” parece até nome de cachça hoje, né?

Atentai bem: meu Presidente da ABI, Maurício Azêdo... É até doce, simpático. As coisas são assim, não transmitem. Meu Maurício doce, ele escolheu o nome **Oitenta e Nove** para despertar neste País, porque o Hino Nacional diz: “Deitado eternamente em berço esplêndido” Então, o **Oitenta e Nove** circulou por 17 anos antes de 15 de novembro de 1989, para acordar o Brasil deitado em berço esplêndido.

Por dezessete anos o **Oitenta e Nove** instigou, motivou, foi o profeta da República. É no Piauí que nasce tudo. Ele feriu o Pedro II – e tudo era ligado a Portugal – e não deixaram ele ser enterrado no cemitério. Ele ficou enterrado fora. Ele morreu antes da República. Depois o colocaram naquele cemitério de Teresina, o primeiro que se vêm vindo do norte, de Fortaleza, de Parnaíba.

Poderiam dizer que o Mão Santa está falando coisas do passado, mas eu sei que passado são o Pai Nosso e a Ave Maria e todos os dias a gente repete e sai dessas aos Céus. Mas vou ao presente também, o orgulho do Piauí.

Nós apresentamos aqui como o maior exemplo do jornalista do Brasil: Carlos Castello Branco, o Castelinho, é nosso, piauiense. Agora é fácil. Nós já conquistamos a liberdade, mas, naquele tempo, era difícil. E aqui estavam calados, as tribunas cerceadas, a imprensa. Aí nasceu a história de anticandidatura. E, a bem da verdade, ninguém admira mais Ulysses do que eu, e eu tenho duas medalhas já no peito com o nome dele que a sociedade me deu. Mas não foi dele, foi do MDB, dos autênticos que surgiu a idéia. E o homem foi o Barbosa Lima Sobrinho, o primeiro candidato. Foi ele quem aceitou a convite dos autênticos do PMDB, um deles do Piauí, o Severo Eulálio, Deputado Federal. Tinha de ter o Piauí, nós tínhamos de estar. Então, a idéia nasceu; e o candidato era Barbosa Lima Sobrinho. Mas o nosso Ulysses, que está encantado no fundo do mar, numa visão, numa percepção, viu que o negócio era bom, e ele era o líder mesmo do MDB. Aí, a solução era botar o Barbosa Lima Sobrinho para vice da chapa.

Essa é a história verdadeira. Ô Arruda, e nós fizemos antes. Aquilo foi em 1974, Ulysses. Em 1972, na minha cidade, Parnaíba, no Piauí, nós tomávamos a prefeitura da Arena, Elias Ximenes do Prado, eu e outro, na ditadura, a maior cidade do Piauí, antes de Ulysses. Os autênticos. Daí nós estarmos aqui. Em 1972, nós vencemos a ditadura. É outra história.

Mas o que eu queria dizer era o seguinte: foi esse jornalista. E tanto é verdade que, no dia, Ulysses dirigiu bem. Eu acho que está certo, porque os autênticos

achavam que ele não devia vir. Deram passaporte, sinal verde para ele despertar o País para a redemocratização, mas os autênticos não queriam que ele viesse no dia, para não dar validade, não dar festividade, não dar alegria, legalizar aquilo. E nem Ulysses... Daí, quando me falam do PMDB, eu digo: Ulysses, aqui, teve dezessete votos em branco, não levou o PMDB. Agora falam que nós temos, porque continuam os autênticos aqui. É a história. Somos Pedro Simon, Geraldo Mesquita, Jarbas e Mão Santa. Nós já tivemos até mais, mas essas coisas são assim mesmo. Estamos forjados. Mas eu acho que ele devia ver o Ulysses. Que belo discurso, Inácio Arruda. Eu já li várias vezes.

E outra vez o meu Piauí falando em nome do candidato, porque ele era o anticandidato, Barbosa Sobrinho. Era Petrônio Portella defendendo Ernesto Geisel. E que belos discursos! Eu me orgulho de Petrônio Portella.

O homem é o homem e suas circunstâncias, e eu dou o testemunho. Eu estava lá – e Deus é muito bom para mim – do lado do Petrônio, quando esta Casa... E ele é o melhor exemplo para todos aqueles que presidem. Ô Inácio! E tinha uma reforma do Judiciário. Os militares mandaram como se mandam essas medidas provisórias, mas era melhor, era decreto-lei, que só valia quando era aprovado. Agora nós nos acocoramos, nós nos acovardamos, nós nos envergonhamos. E vai ligeiro... Também o Luiz Inácio conhece. Ele passou ali e disse que tinha trezentos picaretas. Ele manda e abusa. Mas mandaram e Petrônio mandou voltar o projeto de lei. E os canhões rodaram e fecharam. Eu estava do lado. Ali é homem do Piauí. Por isso é que estamos aqui. Aí a imprensa... Eu estava do lado de Petrônio quando ele disse uma só frase – eu aprendi, Inácio Arruda, a autoridade é moral: “Este é o dia mais triste da minha vida.” Deus me permitiu estar do lado dele.

Eu tenho um retrato dele, novinho, ele me estimulou, me induziu a entrar na política. Eu não sei se foi bom, porque eu era tão feliz como médico em uma Santa Casa de Misericórdia. Deus guiava estas mãos, salvando um aqui e acolá, mas estamos combatendo um bom combate, percorrendo o nosso caminho e pregando a nossa fé. A nossa fé é na imprensa.

Aí Petrônio disse: “Este é o dia mais triste da minha vida.” Vejam que autoridade moral! Cinco dias depois, Geisel mandou abrir o Congresso e nós estamos aqui.

Então, o que eu queria dizer é que estamos aqui e a imprensa... Eu sei que Montesquieu e o povo francês disseram que era poder. Eu tenho as minhas convicções e entendo que não tem nada de poder. Nós somos instrumentos da democracia: o instrumento Executivo

– eu já fui prefeitinho e governador –, o instrumento legislativo e o instrumento judiciário.

Nós vimos ontem. Em todo o mundo é de pão de que mais necessita a humanidade, porque ele é verdadeiro. Nós sabemos que sem justiça não tem sociedade, não tem paz, não tem país, não tem democracia.

Ontem, fomos premiados com o novo Presidente Gilmar Mendes. Que ele busque também inspiração no Piauí. Não teve melhor Presidente do que Evandro Lins e Silva. Não teve. Eu vi o Miguel Arraes, meu amigo, dizer que ele já estava certo de que seria comido pelos jacarés em Fernando de Noronha. Aí Evandro Lins e Silva o mandou soltar, como dezenas. Então também o Piauí é orientação.

E nós estamos aqui, orgulhosos, agradecidos.

Fazer jornal não é meio de vida, é meio de morte. Eu sei como é, porque eu tive. Eu fico olhando assim, e penso: “Não é bem de vida, não; é meio de morte.” Eu tive um.

Arruda, eu era Deputado estadual, aí tinha um pequenininho de um monsenhor, igual ao Padre Cícero. Monsenhor Roberto Lopes, em Parnaíba, igual a Padre Cícero. E ele estava velhinho e tinha um jornal. Quando tratava de igreja era um sino, e ele entrava na política, era ação. Eu disse que ia comprar porque ele estava velhinho, tinha sido professor... Ô homem trabalhador! Fez a Igreja dos Capuchinhos, fez o Círculo Operário, abrigo de velhos, muitas coisas. E, naquele tempo, a igreja não tinha esses ganhos, estava em dificuldade mesmo. A irmã dele era minha cliente e eu disse: “Quero comprar o jornal.” Nem precisava, podia botar outro nome, mas era para dar dois salários mínimos para que ele vivesse com dignidade o final, mas isso ajuda. Eu já era Deputado, era um médico muito famoso. Naquele tempo não eram essas tabelas miseráveis do INPS, não; se ganhava bem, com dignidade. E com o propósito, depois, de fazer a sepultura dele, um homem que merecia.

Aí, depois de Deputado, eu fui Prefeito. Arruda, eu vi que esse rolo não dava certo. O meu jornal e a prefeitura? Não dava certo. Então eu me desfiz daquelas máquinas velhas, das letrinhas, aquele negócio. Mas eu dirigi, eu e a minha Adalgisa. É complicado. Eu era médico, não precisava disso. Eu tinha uma coluna: “A Política Maior”. Eu não sou mão santa, mas sou filho de mãe santa, terceira franciscana. Ela tem um livro publicado: **A Vida, um Hino de Amor**. Esse paramento do Senador Pedro Simon a mim é pela minha mãe – são terceiros franciscanos.

Fui buscar até Henry Ford, que disse que qualquer empreendimento dava certo. Um jornalista perguntou a ele: “E se tocarem fogo na sua fábrica e você ficar pobre?” Ele respondeu: “Não tenho medo. Vou ouvir

outra necessidade da comunidade e vou fabricá-la com os seguintes princípios: maior quantidade, menor tempo e menor custo.” Por isso os carros dele eram todos pretos.

Inácio, fiz, com a minha Adalgisa, a minha mulher, o jornal funcionar, seguindo... Eu, médico-cirurgião, para testar. É difícil manter um jornal, meus amigos! Olhem os heróis! Não tinha lucro. E era preto, porque é mais barata a tinta preta. Então, são heróis todos esses que mantêm. Nós já vimos muitos falirem.

Quando estudava no Rio de Janeiro, eu lia, porque era mais barato – era médico residente – **A Notícia**. Havia **O Dia**, do Chagas Freitas e, a uma hora, saía **A Notícia**. Era pequenininha. Era bem mais barato. Aquilo, no fim do mês, para um médico residente, era uma economia.. Em relação ao **O Globo**, ele era bem mais barato. E tinha o Stanislaw Ponte Preta. Que felicidade ler Stanislaw Ponte Preta depois do almoço! E eu ia ajudar nas operações.

Então, são essas as nossas palavras.

E trago aqui a gratidão do Piauí pelos jornais que tem lá. Na minha cidade, ainda tem um, cujo pai é Mário Gomes Meireles. É difícil, e herói. Os do Piauí, dois empresários grandiosos fizeram jornais modernos: o **Meio Norte, Diário do Povo**, e o tradicional **O Dia**, e todos. Fácil ou não, eu admito, porque eu sou do tempo do Rio de Janeiro, com Carlos Lacerda, de Raul Brunini. Como é o nome daquele da pena de morte? Amaral Neto. Eu precisei aqui da ajuda do nosso Maurício “doce” para lembrar. Amaral Neto. Eu me lembro como se fazia a imprensa às nove horas da noite: Raul Brunini apresenta Carlos Lacerda. E o meu pai ouvindo o rádio. Aí o Getúlio, depois de ouvir aquele discurso: “Será mentira a viúva? Será mentira o órfão? Um mar de lama?” Afonso Arinos. Por isso, esta tribuna é forte. Quem ouviu aquele discurso... Você já ouviu, Inácio Arruda? Mas não vai fazer para ninguém lá no Ceará, não, porque o cabra, depois daquele discurso...

Então, os nossos agradecimentos. E eu quero dizer que nos considero instrumentos da democracia. O poder é o povo que trabalha e paga a conta; o poder foi isso que nasceu do povo. A voz do povo é a voz de Deus. O povo diz que a imprensa é o quarto poder. E eu quero dizer que, nos dias de hoje, com a decadência em que estamos, ela é o primeiro poder.

Os parabéns do Piauí à imprensa brasileira! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, para coroarmos a nossa homenagem e fazermos mais do que justiça à Associação Brasileira de Imprensa no seu centenário, temos a alegria e a satisfação de conceder a palavra ao presidente da Associação Brasileira

de Imprensa, Sr. Maurício Azêdo, que já foi mais do que confirmado aqui, por sua simpatia e alegria, como Maurício “Doce”.

O SR. MAURÍCIO AZÊDO – Ilustre Senador Inácio Arruda, que preside esta sessão, sucedendo a esse notável homem público que é o Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente desta Casa, a Associação Brasileira de Imprensa considera-se no dever de fazer um agradecimento especial a V. Ex^a pela iniciativa de propor esta sessão, também especial, em homenagem ao centenário da nossa Casa. É uma homenagem que nos sensibiliza profundamente, porque, além do brilhante e fundamentado discurso com que V. Ex^a justificou a sua iniciativa, podemos recolher o brilho das intervenções de outros Senadores que se manifestaram acerca da trajetória da ABI, como o digno e admirado Senador Pedro Simon, a Senadora Serys Shlessarenko, o Senador Eduardo Suplicy, no aparte com que abrilhantou o discurso de sua colega de partido e de representação, e, por fim, a Senadora Marisa Serrano, que nos ofereceu o depoimento de exaltação à ABI e expôs as suas preocupações em relação aos rumos da coisa pública entre nós e das obrigações que os meios de comunicação têm para com o conjunto da cidadania, a fim de lhe levar aquelas informações que permitam o constante aperfeiçoamento do processo democrático entre nós.

Eu penso, ilustre Senador Inácio Arruda, que devo ser breve nessa manifestação de agradecimento, mas não posso deixar de sublinhar que tanto V. Ex^a como os demais oradores exaltaram aquilo que é a linha dominante da atuação da ABI nestes 100 anos, que é o seu apreço à liberdade, o seu apostolado em torno da idéia da liberdade e a sua militância, enfrentando desafios, perigos, ameaças e represálias para que a liberdade fosse e seja sempre um bem a cobrir e proteger o conjunto dos brasileiros.

Nós da ABI ficamos muito sensibilizados com o destaque que se dá a esse empenho da Casa em torno da questão da liberdade, que foi erigida pela ABI como divisa das comemorações do seu centenário, por proposta de um companheiro nosso do quadro social da ABI, o jornalista Rodolfo Konder. Erigiu como divisa dessas comemorações essa afirmação que corresponde à nossa trajetória e à nossa passagem pela vida brasileira: ABI – 100 anos de luta pela liberdade.

Além disso, ilustre Senador Inácio Arruda, para nós foi muito confortante verificar que os diferentes Parlamentares que se pronunciaram aqui exaltaram figuras que sobrevivem na nossa memória e na nossa admiração pela contribuição que ofereceram ao jornalismo e à vida nacional. V. Ex^a teve, inclusive, a iniciativa de nominar, um a um, aqueles jornalistas que

ocuparam a Presidência da ABI desde a sua fundação em 7 de abril de 1908. V. Ex^a e outros Senadores puseram em relevo a atuação de figuras extraordinárias de que a ABI se orgulha, como Barbosa Lima Sobrinho, que é o patriarca da nossa casa e o patriarca da vida nacional, um brasileiro que merece a nossa admiração e das gerações que nos sucederem pela clareza que ele tinha da vida nacional ao dizer que, no Brasil, há apenas dois partidos: o partido de Silvério dos Reis, o traidor; e o partido de Tiradentes, o lutador pela independência nacional. (Palmas.)

E essa adesão de Barbosa Lima Sobrinho à brasilidade, ao sentimento de defesa da nossa identidade nacional e das nossas riquezas foi expressa também numa outra definição lapidar desse ilustre brasileiro, que dizia: O meu patrão é o Brasil. O ideal é que todos os brasileiros tenham como patrão, tenham a disposição de servir apenas a este senhor, o Brasil e o povo brasileiro.

Quero lembrar também as menções que foram feitas a companheiros que, além de sobreviverem na nossa admiração, sobrevivem também na nossa saudade, como ilustres jornalistas que marcaram a sua presença nesta Casa com o seu talento e a sua devoção à coisa pública, como o Senador Danton Jobim e o Senador Pompeu de Souza, que, por acaso, ou talvez não por acaso, foram os mestres que modelaram o estilo da técnica de fazer jornalismo diário no Brasil a partir dos anos 50, à base das informações e dos ensinamentos que eles recolheram em visita aos Estados Unidos e aos contatos que eles mantiveram com os mais avançados veículos impressos diários dos Estados Unidos.

O Senador Mão Santa, que nos deu um depoimento pontilhado de vivências pessoais, umas dramáticas, outras revestidas de um certo tom de comédia, que ele empresta ao seu talento de orador brilhante, lembrou aqui dois outros jornalistas excepcionais, Evandro Lins e Silva, que foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, concedeu *habeas corpus*, como lembrou o Senador Mão Santa, a Miguel Arraes, um dos fundadores há 72 anos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, cujo primeiro estatuto teve, entre seus redatores, esse antigo repórter, esse iniciante repórter que ele era.

E lembrou também o Senador Mão Santa essa figura extraordinária de jornalista, revestido de dotes intelectuais que o levaram, inclusive, à Academia Brasileira de Letras, piauiense, “pi-au-i-en-se”, tal como Evandro Lins e Silva, que é o Carlos Castello Branco, mais competente e admirado cronista e repórter político que o Brasil teve.

Então, Sr. Presidente Inácio Arruda, ilustre Senador Mão Santa, ilustres companheiros e companheiras que assistem a esta Sessão histórica para a ABI, queremos apresentar ao Senador Inácio Arruda o sentimento da nossa gratidão por aquilo que entendemos ser de justiça: a homenagem a uma entidade que tem como devoção na sua trajetória o apreço à liberdade e à luta pela liberdade entre nós.

Muito obrigado, Senador Inácio Arruda! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Convidados, antes de concluir a nossa sessão de homenagem à Associação Brasileira de Imprensa, registro a presença do Prefeito de Tejuissuoca, terra próxima a Redenção, no Estado do Ceará. Redenção é a terra de Pompeu de Souza, esse grande Senador, grande jornalista. Está aqui conosco o Prefeito Edilardo Eufrásio, acompanhando a nossa sessão.

Quero lembrar dois episódios históricos. Tivemos a fundação da imprensa brasileira no exterior, no exílio. Logo após a Independência ou um pouco antes dela, tivemos a saga do patriarca da Independência, que, assim como o Senador Mão Santa – não sei se para se defender dos outros jornais –, teve que criar e fundar um jornalzinho. Mas o Senador, o Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva teve que fundar um jornal para se defender dos ataques virulentos da mídia da época. A liberdade de imprensa pressupõe que todos possam se pronunciar, mas, às vezes, apenas uma pequena parte da população tem o direito de se pronunciar, tem o direito de defender as suas idéias e assacar contra todos posições muitas vezes injustas e inverídicas. E, para buscar a verdade, o Patriarca então teve que fundar o seu jornal para se defender e atacar os seus adversários, que era o que ele fazia.

Outro, lá do Ceará, que virou Deputado Federal, mas era jornalista e advogado, mas ficou renomado no Brasil como escritor e romancista: José de Alencar. Ele teve que fundar cinco jornais. Escrevia em um, mas quando as idéias começavam a se incompatibilizar com as idéias dos donos dos jornais, os proprietários, ele tinha que pedir para sair, porque as idéias não cabiam mais ali. E teve que, ao longo da sua história, fundar mais de cinco jornais para poder defender as suas posições, as suas opiniões, até se transformar, no plenário do Congresso Nacional e mesmo no governo, ainda no Império de D. Pedro II, no inimigo do rei, embora fosse do partido do rei, do Partido Conservador. Mas virou inimigo do rei, porque também as suas idéias não se compatibilizavam mais com a do governo do Imperador Pedro II. Era, portanto, uma luta atroz.

Nos dias atuais também, uma das causas mais importantes da vida política brasileira, que se mantém na ordem do dia – por isso, a existência da ABI se transforma numa necessidade permanente: a causa da liberdade de imprensa. Quer dizer, é garantir a todos os segmentos da sociedade que têm opiniões, muitas vezes distintas umas das outras, o direito de poder se expressar através de órgão de comunicação, do rádio, da televisão, que ainda está nas mãos de poucos; poucos no Brasil têm esse direito.

Então, essa liberdade para ser alcançada precisa de ampla democratização dos meios de comunicação do nosso País. É uma bandeira fortíssima do nosso País: garantir a democratização dos meios de comunicação no Brasil para que a verdade então possa se expressar, confrontando entre as várias idéias e as várias opiniões quais as que mais interessam ao povo brasileiro.

Encerro, meu caro Maurício Azêdo, fazendo um convite público para um acontecimento que marca a história da ABI. A Dr^a Maria Augusta Tibiriçá, uma médica de 90 anos de idade, mas com um vigor esplendoroso, vai lançar, na segunda-feira, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, um movimento que será denominado Movimento Nacional em Defesa da Amazônia, para que os interesses maiores do povo brasileiro, não só dos que vivem na Amazônia, mas de todo o povo brasileiro, sejam expressos verdadeiramente. Será na segunda-feira, na sede da ABI.

Portanto, a ABI tem essas causas, que são as de todo o povo, de toda a Nação brasileira, que deixamos em suas mãos. A Dr^a. Augusta é médica, não é jornalista, mas, daqui a pouco, a ABI vai ter que associá-la na Associação Brasileira de Imprensa como uma daquelas que mais marcaram também a vida da ABI.

Meu caro Presidente, quero render mais uma vez as homenagens do Senado Federal a esta importantíssima instituição do povo brasileiro. Disse-nos aqui o Presidente Garibaldi que quem a está homenageando é o povo brasileiro, porque foi o povo brasileiro que recebeu das mãos da ABI bandeiras extraordinárias de luta em defesa dos maiores interesses da nossa Pátria.

Por isso, os nossos parabéns à Associação Brasileira de Imprensa, em seu nome, Maurício Azêdo.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – A Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores e demais autoridades presentes, sou jor-

nalista de formação e, por esse motivo, não poderia deixar de prestar minha homenagem ao centenário da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

A ABI foi criada em 7 de abril de 1908, por Gustavo Lacerda, um socialista convicto, contestador, que vivia da profissão de jornalista.

Seu principal objetivo era assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais e tornar-se um centro poderoso de ação.

Segundo o próprio Lacerda, a Associação deveria ser um campo neutro em que se pudessem abrigar todos os trabalhadores da imprensa.

Lacerda defendia que os jornais tivessem uma missão social e que funcionassem como cooperativas das quais participassem todos os seus membros.

Numa pequena sala na sobreloja do imóvel onde funcionava a Caixa Beneficente dos Empregados do jornal **O Paiz**, Lacerda se reunia a outros colegas de redação para discutir sobre a instituição de classe que pretendiam fundar.

Durante as primeiras décadas da ABI, a organização se acomodou em espaços alugados, mas nos anos 30 conseguiu sua própria sede.

Gustavo de Lacerda, Mário Galvão e Amorim Júnior foram incumbidos da elaboração do primeiro projeto de estatuto da ABI. A partir daí a história se fez.

A ABI jamais deixou de cumprir os objetivos que a originaram, mas se adaptou ao longo do tempo. Seus estatutos foram ajustados às diversas situações socioeconômicas da indústria jornalística.

Em 1969, um ex-presidente da Casa, Fernando Segismundo, disse:

Além das finalidades fundamentais, a associação deve interpretar o pensamento, as aspirações, os reclamos, a expressão cultural e cívica de nossa imprensa; preservar a dignidade profissional dos jornalistas – e não apenas a de seus sócios; acautelar os interesses da classe; estimular entre os jornalistas o sentimento de defesa do patrimônio cultural e material da Pátria; realçar a atuação da imprensa nos fatos da nossa história; e colaborar em tudo que diga respeito ao desenvolvimento intelectual do País.

Senhoras e senhores, nenhuma democracia forte se faz sem que haja garantia de liberdade de expressão. No Brasil, esse tem sido um desafio histórico.

Qualquer brasileiro com mais de 30 anos já experimentou a sombra de uma ditadura, com liberdades individuais cerceadas e censura aos meios de comunicação.

Em 119 anos de República, o País teve 34 presidentes, dos quais apenas 21 foram eleitos de forma democrática. Ao longo dessa trajetória acidentada, a imprensa foi muitas vezes vítima da truculência dos governos, mas conseguiu sempre ser um agente decisivo para a construção da democracia no Brasil.

A ABI sempre se manifestou publicamente contra todo e qualquer ataque à imprensa ou ato de censura. Isso aconteceu não só em períodos de privação explícita de liberdade de expressão, como na época do regime militar, mas também em períodos que teoricamente seriam democráticos, como o do Governo Lula, que, em 2004, tentou criar o Conselho Federal de Jornalismo, um órgão para controlar a atividade jornalística no Brasil.

Foi fácil verificar, na época, que os significados dos termos fundamentais em relação aos objetivos do Conselho proposto eram induzir um rumo que se sobrepusesse à preferência do praticante, isto é, do jornalista.

Não há como negar que o texto constituiu uma evidente tentativa de se criarem instrumentos para o cerceamento da liberdade de imprensa, do pensamento e da expressão. Estas, a liberdade de imprensa, do pensamento e da expressão, são conquistas inalienáveis numa sociedade democrática.

A ABI posicionou-se contra a criação do Conselho Federal de Jornalismo. A mobilização da sociedade, dos jornalistas e dos meios de comunicação contra o Conselho fez o Governo desistir do projeto.

Na época, o Presidente Lula chamou os jornalistas que não defendiam o Conselho de “covardes”. Mais do que sinais, são evidências de um Governo que tem no

seu interior personagens saudosos dos ensinamentos de Vladimir Lênin:

Por que deveríamos aceitar a liberdade de expressão e de imprensa? Por que deveria um governo, que está fazendo o que acredita estar certo, permitir que o critiquem? Ele não aceitaria a oposição de armas letais. Mas idéias são muito mais fatais que armas.

A liberdade de imprensa é um bem da sociedade, antes mesmo de ser um direito de profissionais e de empresas ligadas a essa atividade.

Por sua própria natureza, exige mobilização constante, vigilância permanente e firme posicionamento diante de fatos que representam ameaça ou que efetivamente a atinjam.

A defesa da liberdade de imprensa certamente contribui para o fortalecimento das instituições democráticas no País.

Esse é um trabalho incessante em favor da sociedade que, por ter direito constitucional à informação, deve defender a imprensa livre e combater a impunidade dos crimes praticados contra profissionais e veículos de comunicação no Brasil.

A ABI deu os rumos da imprensa brasileira, ajudando a chegar no que temos hoje. Como jornalista por formação, presto aqui minha homenagem a este grande órgão, patrimônio do povo brasileiro. Parabéns, ABI!

Sr. Presidente, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Está encerrada a presente Sessão de Homenagem à Associação Brasileira de Imprensa. (Palmas.)

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 18 minutos.)

Ata da 61ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 24 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Gerson Camata, Eduardo Suplicy e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 24/4/2008 07:34:18 até 24/4/2008 20:30:09

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X
PTB	PB	CARLOS DUNGA		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL		X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUP LICY		X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS		X
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR		X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X
PTB	DF	GIM ARGELLO		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO		X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO		X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PMDB	PI	MÃO SANTA		X
DEM	PE	MARCO MACIEL		X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PA	MÁRIO COUTO		X
PSDB	MS	MARISA SERRANO		X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO		X
PDT	PR	OSMAR DIAS		X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA		X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE		X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO		X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI		X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X

Compareceram: 56 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 58 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 495 , DE 2008

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, adendo ao Requerimento nº 193, de 2008, tendo em vista que foram 36 (trinta e seis) e não 31 (trinta e um) os municípios situados no Bioma Amazônia relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu “mapa do desmatamento” e identificados no Anexo da Portaria nº 28, de 24/01/2008, da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 2008. – Senador **Jayme Campos**.

PORTARIA Nº 28, DE 24 DE JANEIRO DE 2008

Dispõe sobre os Municípios situados no Bioma Amazônia onde incidirão ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle o desmatamento ilegal. A Ministra de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, dispõe:

Art. 1º Esta portaria identifica, no Anexo I, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007, a lista de Municípios situados no Bioma Amazônia, selecionados conforme os seguintes critérios:

I – área total de floresta desmatada;

II – área total de floresta desmatada nos últimos três anos; e

III – aumento da taxa de desmatamento em pelo menos três dos últimos cinco anos.

Art.2º Nos municípios que constam da lista anexa incidirão ações prioritárias relativas à proteção de áreas ameaçadas de degradação e à racionalização do uso do solo, de forma a prevenir, monitorar e controlar o desmatamento ilegal.

Art. 3º Esta lista será atualizada anualmente, com o ingresso de novos municípios, de acordo com o desempenho e a dinâmica de desmatamento verificados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Marina Silva**.

ANEXO I

LISTA DE MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DOS DESMATAMENTOS NA AMAZÔNIA EM 2008

AM : Lábrea;

MT: Alta Floresta, Aripuanã, Brasnorte, Colniza, Confresa, Cotriguaçu, Gaúcha do Norte, Juara, Juína, Marcelândia, Nova Bandeirantes, Nova Maringá, Nova Ubiratã, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Porto dos Gaúchos, Querência, São Félix, do Araguaia, Vila Rica;

PA: Altamira, Brasil Novo, Cumaru do Norte, Dom Eliseu, Novo Progresso, Novo Repartimento, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingú, Ulianópolis;

RO: Nova Mamoré, Porto Velho, Machadinho D'Oeste, Pimenta Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 496, DE 2008

Tendo sido designada por Vossa Excelência, para participar da Nona Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se na cidade de Montevidéu, Uruguai, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 27 a 30 de abril de 2008 para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do país entre os dias 27 a 30 de abril de 2008.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2008. – Senadora **Marisa Serrano**.

REQUERIMENTO Nº 497, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40, II, **c**, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja considerada “desempenho de Missão Política e Cultural de interesse parlamentar no exterior”, minha ausência dos trabalhos desta Casa, entre os dias 27 e 28 de abril do corrente ano, quando fui designado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para participar da Reunião Ordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu – Uruguai, conforme cópia do documento que encaminho em anexo.

Comunico, ainda, a Vossa Excelência, para fins do disposto no art. 39, I do Regimento Interno, que estarei ausente do País nesse período para esse fim.

Sala das sessões, em 24, de abril de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

REQUERIMENTO Nº 498, DE 2008.

Requeiro, nos termos do art. 13, do Regimento Interno, seja considerada como missão política minha ausência dos trabalhos da Casa no dia 24 de abril quando, na qualidade de Presidente da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193/2008, estarei participando de diligências, em conjunto com membros da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, criada no âmbito da CMA, na cidade de Podo Velho, Estado de Rondônia.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 2008. – Senador **Jayme Campos**.

REQUERIMENTO Nº 499, DE 2008

Senhor Presidente,

Tendo sido designado pelo Exmo. Sr. Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 193 de 2008, para participar de diligências nos dias 23 a 25 do corrente mês, no Estado de Rondônia, em visita aos Municípios de Porto Velho, Machadinho do Oeste, Buritis (Ponta de Abunã) e Vilhena, em conjunto com a Subcomissão Temporária para acompanhar a crise ambiental na Amazônia, criada no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § P, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho da referida missão.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 2008. – Senador **Gilberto Goellner**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 22, de 2008** (nº 103/2008, na origem), do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de março de 2008, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federa-

ção, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o **Aviso nº 23, de 2008** (nº 33/2008, na origem), informando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 23, de 1996, do Senado Federal, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, analisadas e registradas por aquela Autarquia, referentes ao 1º trimestre de 2008.

O expediente, juntado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF.PRES Nº 1/2008-CRA

Brasília, 23 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, na qualidade de Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a designação do Senador Gilberto Goellner (DEM-MT), para compor como titular, vaga destinada ao Democratas, na Subcomissão Permanente de Biocombustíveis – CRA-BIO,

Atenciosamente, – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, DE 2008

Acrescenta o artigo 183-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estipular a necessidade da reparação do dano nos crimes patrimoniais como condição para oferecimento de transação penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Art. 183-A. Nos crimes contra o patrimônio, a reparação do dano é condição indispensável para o oferecimento de transação

penal, suspensão do processo, progressão do regime ou concessão de qualquer benefício na execução penal.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Condicionar a concessão de benefícios legais à prévia reparação do dano é instrumento inovador para se desestimular a prática criminosa. É sabido que muitas quadrilhas cometem crimes e usam o dinheiro fruto da prática criminosa para, entre outras coisas, pagar honorários advocatícios. Não há na legislação penal brasileira, no momento presente, necessidade efetiva de reparação do dano com condição para obtenção dos benefícios legais indicados.

A lucratividade é uma das maiores responsáveis pela perpetuação do mercado de crimes. Controle mais rigoroso dos frutos econômicos da atividade ilícita é a tendência observada no direito comparado para o combate mais efetivo ao crime organizado.

Essas as razões que embasam a inserção do art. 183-A nas Disposições Gerais do Título II (Dos crimes conta o patrimônio) da Parte Especial do Código Penal.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 2008. – Senador **Demóstenes Torres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Art. 181. É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo:

I – do cônjuge, na constância da sociedade conjugal;

II – de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural.

Art. 182. Somente se procede mediante representação, se o crime previsto neste título é cometido em prejuízo:

I – do cônjuge desquitado ou judicialmente separado;

II – de irmão, legítimo ou ilegítimo;

III – de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.

Art. 183. Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores:

I – se o crime é de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de grave ameaça ou violência à pessoa;

II – ao estranho que participa do crime;

III – se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. (Incluído pela Lei nº 10.741, de 2003).

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 2008

Altera os arts. 61, 62, 65 e 66 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para fixar em 1/6 o acréscimo ou diminuição da pena base em decorrência de circunstâncias agravantes ou atenuantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 61, 62, 65 e 66 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Circunstâncias agravantes

Art. 61. São circunstâncias que sempre agravam a pena, em até um sexto para cada agravante reconhecida na sentença, respeitados os limites da pena cominada ao crime, quando não constituem ou qualificam o crime:

..... (NR)”

“Agravantes no caso de concurso de pessoas

Art. 62. A pena será ainda aumentada de até um sexto em relação ao agente que:

..... (NR)”

“Circunstâncias atenuantes

Art. 65. São circunstâncias que sempre reduzem a pena, em até um sexto, para cada atenuante reconhecida na sentença, respeitados os limites de pena cominada ao crime:

..... (NR)”

“Art. 66. A pena poderá ser ainda diminuída, em até um sexto, em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O procedimento de quantificação da pena quando presentes circunstâncias genéricas agravantes ou

atenuantes, deixa para o juiz a tarefa de dosar o respectivo agravamento ou atenuação. Isso faz com que situações idênticas sejam sopesadas de diferentes formas pelos diversos magistrados, espalhados pelos estados brasileiros.

Entendo que se deve diminuir esse grau de subjetividade, em homenagem ao princípio da isonomia.

Pela presente proposta, o julgador terá ainda um campo de discricionariedade ao se deparar com alguma circunstância genérica que agrava ou atenua a pena do agente; entretanto, o respectivo aumento ou diminuição ficará limitado até 1/6 da pena base.

Dessa forma, pretende que situações semelhantes não sejam tratadas de forma tão diferente pelos juízes.

Certo da contribuição que a iniciativa proporcionará ao sistema legal-penal brasileiro, conclamo os nobres senadoras e senadores a aprovarem esta proposição.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2008. – Senador **Demostenes Torres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

CAPÍTULO III Da Aplicação da Pena

Art. 61. São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984).

I – a reincidência; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984).

II – ter o agente cometido o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984).

a) por motivo fútil ou torpe;

b) para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

c) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido;

d) com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum;

e) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica. (Incluído pela Lei nº 11.340, de 2006).

g) com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;

h) contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida. (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003).

i) quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade;

j) em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido;

l) em estado de embriaguez preordenada.

Agravantes no caso de concurso de pessoas

Art. 62. A pena será ainda agravada em relação ao agente que: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

I – promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

II – coage ou induz outrem à execução material do crime; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

III – instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não-punível em virtude de condição ou qualidade pessoal; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

IV – executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

Reincidência

Art. 63. Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

Art. 64. Para efeito de reincidência: (Redação dada pela Lei nº 7.209 de 11-7-1984)

I – não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

II – não se consideram os crimes militares próprios e políticos. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

Circunstâncias atenuantes

Art. 65. São circunstâncias que sempre atenuam a pena: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

I – ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

II – o desconhecimento da lei; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

III – ter o agente: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

a) cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral;

b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as conseqüências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano;

c) cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima;

d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;

e) cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou.

Art. 66. A pena poderá ser ainda atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2008

Altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e a Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, para permitir o protesto da Certidão da Dívida Ativa (CDA).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 8º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

Parágrafo único. Poderão ser recepcionadas as indicações a protestos das certidões de dívida ativa, das duplicatas mercantis e de prestação de serviços, por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados, sendo de inteira responsabilidade do apresentante os dados fornecidos, ficando a cargo dos tabelionatos a mera instrumentalização delas. (NR)”

Art. 2º A Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 10-A. Poderá ser protestada a Certidão da Dívida Ativa (CDA) que preencher os requisitos da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.”

Art. 3º O art. 2º da Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido dos se-

guintes inciso IV e § 2º, passando o atual parágrafo único a ser § 1º:

“Art. 2º

IV – a apresentação e a distribuição de Certidão de Dívida Ativa (CDA) a protesto independe do pagamento ou de depósito prévio dos emolumentos e de qualquer outra despesa reembolsável, cujos valores serão exigidos do devedor de acordo com a tabela em vigor na data da protocolização do título, de acordo com os seguintes critérios:

a) se protestado o título, por ocasião do pedido de cancelamento do respectivo registro;

b) previamente ao cumprimento da determinação judicial da sustação do protesto, do cancelamento ou dos seus efeitos, ainda que provisória;

c) por ocasião do pagamento do título no tabelionato de protesto;

d) onde houver ofício de registro de distribuição privativo, os valores dos emolumentos devidos pela distribuição do título ou documento de dívida serão cobrados pelo respectivo tabelionato de protesto e repassados ao oficial de registro de distribuição.

§ 2º A legislação estadual poderá estender, no todo ou em parte, as regras do inciso IV para os demais títulos ou documentos de dívida. (NR)”

Art. 4º Na hipótese de protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA), a certidão fiscal negativa somente será concedida caso o devedor comprove o pagamento integral da dívida tributária ou não tributária, com os acréscimos legais e os emolumentos devidos ao tabelião, de acordo com as regras previstas na Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica na hipótese de ordem judicial que determinar a expedição de certidão fiscal negativa ou de certidão positiva com efeito de negativa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É patente que a sociedade brasileira não mais suporta o aumento da já elevada carga tributária. Também é patente que as necessidades da população são crescentes, sendo necessários recursos para o justo atendimento.

Desse modo, muito melhor do que criar novos tributos é cobrar de modo eficaz os tributos já existentes. Diz o ditado: “quando todos pagam, todos pagam menos”.

A presente proposição objetiva aumentar o grau de efetividade da cobrança dos tributos existentes sem necessidade de recorrer ao Poder Judiciário. É notório que a Justiça está sobrecarregada, com um volume de processos em montante muito superior à sua capacidade material e humana: faltam recursos, servidores, juízes, prédios, computadores, treinamento, enfim, a Justiça padece dos mesmos males que afligem os demais órgãos estatais.

É, portanto, necessário criar mecanismos alternativos e eficazes para a cobrança dos tributos devidos ao Estado, de modo a ser feita justiça com as pessoas que pagam seus tributos em dia. Essas pessoas pagam muito, exatamente porque muitas outras pessoas deveriam pagar, mas não pagam.

Assim, é proposta alteração da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, para tornar possível o protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA).

Embora a Lei nº 9.492, de 1997, não seja explícita no sentido de proibir o protesto da CDA, a jurisprudência dos tribunais entendeu que a CDA não é título passível de ser protestado. Desse modo, a alteração da referida norma é medida necessária.

Proponho, também, a alteração da Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, que estabelece as normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. Referida norma é omissa quanto ao pagamento dos emolumentos devidos ao notário e ao registrador, o que tem sido objeto de legislação estadual.

No caso, proponho que, para a CDA, a regra seja o pagamento ao final, explicitando que a legislação estadual poderá estendê-la para os demais títulos ou documentos de dívida. Essa opção partiu da experiência bem sucedida da Lei nº 10.710, de 29 de dezembro de 2000, do Estado de São Paulo, que adotou essa sistemática para os títulos e documentos de dívida em geral.

O protesto de título é largamente utilizado pelos credores privados como forma de coagir o devedor de título executivo ao pagamento do valor devido. Esse meio de cobrança é vantajoso, por ser rápido, ter alto grau de eficácia e dispensar a intervenção do abarro-tado Poder Judiciário.

Hoje existe uma situação, no mínimo, esdrúxula: se alguém deixa de pagar uma dívida de natureza privada materializada em um título (ex.: cheque, nota promissória, letra de câmbio, duplicata etc.), está sujeito ao protesto; porém, se a dívida é de natureza pública, materializada na COA, não é possível o protesto do título.

Com a inovação trazida pelo presente projeto, ao credor privado, além da possibilidade de propor a execução judicial do seu título, é facultado o protesto dele, mesmo nas hipóteses em que esse protesto é desnecessário para qualquer medida judicial, como forma de coagir o devedor ao cumprimento da obrigação. Mas quando o credor é o Poder Público, somente é possível a execução judicial, cujo grau de efetividade é comprovadamente baixo.

Portanto, o que se propõe não é dar ao fisco uma vantagem adicional, mas apenas lhe conceder o mesmo instrumento de que dispõe o particular para o recebimento dos créditos materializados em título executivo: o protesto.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2008. – Senador **Demostenes Torres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.

Art. 8º Os títulos e documentos de dívida serão recepcionados, distribuídos e entregues na mesma data aos tabelionatos de protesto, obedecidos os critérios de quantidade e qualidade.

Parágrafo único. Poderão ser recepcionadas as indicações a protestos das duplicatas mercantis e de prestação de serviços, por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados, sendo de inteira responsabilidade do apresentante os dados fornecidos, ficando a cargo dos tabelionatos a mera instrumentalização das mesmas.

Art. 10. Poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, desde que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado.

§ 1º Constarão obrigatoriamente do registro do protesto a descrição do documento e sua tradução.

§ 2º Em caso de pagamento, este será efetuado em moeda corrente nacional, cumprindo ao apresentante a conversão na data de apresentação do documento para protesto.

§ 3º Tratando-se de títulos ou documentos de dívidas emitidos no Brasil, em moeda estrangeira, cuidar-se-á de observar as disposições do Decreto-Lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, e legislação complementar ou superveniente.

LEI Nº 10.169, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000

Mensagem de Veto nº 2.113

Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 2º Para a fixação do valor dos emolumentos, a Lei dos Estados e do Distrito Federal levará em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro, atendidas ainda as seguintes regras:

I – os valores dos emolumentos constarão de tabelas e serão expressos em moeda corrente do País;

II – os atos comuns aos vários tipos de serviços notariais e de registro serão remunerados por emolumentos específicos, fixados para cada espécie de ato;

III – os atos específicos de cada serviço serão classificados em:

a) atos relativos a situações jurídicas, sem conteúdo financeiro, cujos emolumentos atenderão às peculiaridades socioeconômicas de cada região;

b) atos relativos a situações jurídicas, com conteúdo financeiro, cujos emolumentos serão fixados mediante a observância de faixas que estabeleçam valores mínimos e máximos, nas quais enquadrar-se-á o valor constante do documento apresentado aos serviços notariais e de registro.

Parágrafo único. Nos casos em que, por força de lei, devam ser utilizados valores decorrentes de avaliação judicial ou fiscal, estes serão os valores considerados para os fins do disposto na alínea b do inciso III deste artigo.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2008

Acresce o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei acresce o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade

das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais.

Art. 2º. O art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

“Art. 649.
.....

XI – as máquinas, os equipamentos e os implementos agrícolas, desde que pertencentes a produtor rural, pessoa física ou jurídica, e salvo se forem objeto de penhor para fins de seu próprio financiamento ou quando responderem por dívida de natureza alimentar, trabalhista ou previdenciária.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Apresentei esta proposição em 1999 (PLS nº 141/99), que teve uma longa tramitação no Congresso. No Senado, a proposta foi aprovada por unanimidade e com louvor. Na Câmara dos Deputados, ela foi analisada pela Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação, onde teve uma tramitação no mínimo inusitada: o projeto recebeu dois relatórios, do mesmo Relator e em menos de um ano, e, o mais entra, utilizando exatamente os mesmos argumentos, o primeiro Parecer concluiu pela aprovação e o segundo, que foi por fim o acatado, clamava pela rejeição.

Como consequência, em todo o país, uma infinidade de pessoas tem buscado no Judiciário a proteção a direitos que consideraram ofendidos. De profissionais liberais a vendedores autônomos, cada qual, ante a circunstância de penhora decretada ou iminente, tenta demonstrar a importância de livros, ferramentas, equipamentos diversos e máquinas dos mais variados tipos, para o desempenho de sua atividade profissional ou mesmo para o exercício de profissão já regulamentada em lei.

Desse modo, das varas de primeira instância aos tribunais estaduais e superiores, é farta a jurisprudência a assegurar o fiel cumprimento da Lei. Todavia, até aqui, tais garantias só têm alcançado as atividades profissionais urbanas. Dir-se-á: a lei não chegou ao campo para resguardar os direitos do homem que ali trabalha.

Não são poucas as situações constrangedoras e a revelarem a falta de sensibilidade de alguns aplicadores do direito, que desconhecem ou fingem não entender o alcance do supra citado dispositivo do Código de Processo Civil. A despeito de jurisprudência favorável no Superior Tribunal de Justiça, que reconheceu a “impenhorabilidade do trator usado pelo produtor rural como ferramenta necessária para o seu

mister profissional” (Processo nº0046062/1994, Turma 4, Recurso Especial, relator Ministro Salvio Figueiredo Teixeira), continuam os bancos, credores do homem do campo, a promover execuções onde tratores, máquinas e demais implementos agrícolas são penhorados, no mais das vezes com o uso de força policial.

Daí a reapresentação deste projeto de lei que, se aprovado como esperamos, poderá, de vez, colocar

um ponto final nessa questão proporcionando ao produtor rural as condições de desenvolver sua atividade e, conseqüentemente, saldar os seus compromissos, cuja inadimplência, quase sempre, resulta da imprevisibilidade do clima ou da insensatez dos governos.”

Sala das Sessões, em 24 de abril de 2008. – Senador **Pedro Simon**.

Legislação citada

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 649. São absolutamente impenhoráveis:

I - os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução;

II - os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

III - os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

IV - os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, observado o disposto no § 3º deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

V - os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

VI - o seguro de vida; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

VII - os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

VIII - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).


IX - os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

X - até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, a quantia depositada em caderneta de poupança. (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

§ 1º A impenhorabilidade não é oponível à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).

§ 2º O disposto no inciso IV do caput deste artigo não se aplica no caso de penhora para pagamento de prestação alimentícia. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).

§ 3º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).



LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL 1988**

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional:

.....
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional).

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2007, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno, terá o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, ofícios que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 272/2007/PS-GSE

Brasília, 13 de junho de 2007

Assunto: comunica que o PLS 193/2004 foi convertido em lei

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei nº 5.887, de 2005 (nº 193/2004 no Senado Federal), o qual "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no Município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul".

2. Comunico, outrossim, que o citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo se convertido na Lei nº 11.475, de 29 de maio de 2007.

3. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro Secretário.

Of. nº 273/2007/PS-GSE

Brasília, 13 de junho de 2007

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 58 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de inadequação financeira e orçamentária, do Projeto de Lei nº 4.839/2005, do Senado Federal (PLS nº 132/2003, na origem), que "Dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro Secretário.

Of. nº 274/2007/PS-GSE

Brasília, 13 de junho de 2007

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 58 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 7.484/2006, do Senado Federal (PLS nº 141/99, na origem), que "Acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas".

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro Secretário.

OF. Nº 275/2007/PS-GSE

Brasília, 13 de junho de 2007

Assunto: comunica que o PLS 226/2004 foi convertido em lei

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei nº 6.207, de 2005 (nº 226/2004 no Senado Federal), o qual "Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia".

2. Comunico, outrossim, que o citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo se convertido na Lei nº 11.476, de 29 de maio de 2007.

3. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da

Nesta fase, a proposição principal e o Substitutivo que lhe foi aprovado estão sob o crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e redacional.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Consoante o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta CCJC manifestar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das proposições.

A matéria tratada pelo projeto de lei em epígrafe e pelo Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor é da esfera de competência da União (art. 22, I, CF) e está compreendida entre as da atribuição do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, e 61CF).

Outrossim, as proposições, no aspecto material, não estão em conflito com quaisquer princípios ou normas constitucionais.

Tampouco elas contrariam Princípio Geral de Direito, de onde decorre a juridicidade de seus mandamentos.

Quanto à técnica legislativa e redacional, o projeto de lei original não está a merecer reparos, vez que atende ao estatuído pela Lei Complementar n.º 95/98, que disciplina o processo de elaboração das leis.

Por outro lado, o Substitutivo da Comissão de mérito deve ser aperfeiçoado para se adequar àquela Lei Complementar normalizadora.

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica redacional e legislativa do Projeto de Lei n.º 6.346, de 2005, bem como do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, este, com a emenda em anexo.

Sala da Comissão, 10 de abril de 2007. – Deputada **Maria Lúcia Cardoso**, Relatora.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.346, DE 2005

Acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula a cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor.

EMENDA

Acresça-se ao final do inciso XVII e ao § 5º, ambos do art. 51 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei n.º 6.346, de 2005, a expressão (NR).

Sala da Comissão, de de 2007. – Deputada **Maria Lúcia Cardoso**, Relatora.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 6.346-A/2005 e do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, com subemenda (apresentada pela Relatora), nos termos do Parecer da Relatora, Deputada **Maria Lúcia Cardoso**.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Mendes Ribeiro Filho – Vice-Presidente no exercício da Presidência, **Marcelo Itagiba** – Vice-Presidente, **Antonio Carlos Magalhães Neto**, **Benedito de Lira**, **Bonifácio de Andrada**, **Bruno Araújo**, **Cândido Vaccarezza**, **Cezar Schirmer**, **Colbert Martins**, **Edmar Moreira**, **Edson Aparecido**, **Efraim Filho**, **Felipe Maia**, **Flávio Dino**, **Geraldo Pudiñ**, **Gerson Peres**, **Ibsen Pinheiro**, **José Eduardo Cardozo**, **José Genoíno**, **Magela**, **Marcelo Guimarães Filho**, **Marcelo Ortiz**, **Maurício Rands**, **Mauro Benevides**, **Mendonça Prado**, **Nelson Pellegrino**, **Paes Landim**, **Paulo Magalhães**, **Paulo Maluf**, **Regis de Oliveira**, **Ronaldo Cunha Lima**, **Sandra Rosado**, **Sérgio Barradas Carneiro**, **Silvinho Peccioli**, **Vicente Arruda**, **Vilson Covatti**, **Vital do Rêgo Filho**, **Wolney Queiroz**, **Zenaldo Coutinho**, **André de Paula**, **Antonio Bulhões**, **Antônio Carlos Biffi**, **Arnaldo Faria de Sá**, **Beto Albuquerque**, **Bispo Gê Tenuta**, **Edmilson Valentim**, **Fernando Coruja**, **George Hilton**, **Gonzaga Patriota**, **Iriny Lopes**, **José Pimentel**, **Léo Alcântara**, **Luiz Couto**, **Odílio Balbinotti**, **Ricardo Barros**, **Ricardo Tripoli**, **Rubens Otoni**, **Severiano Alves** e **Veloso**.

Sala da Comissão, 26 de abril de 2007. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente em exercício

PROJETO DE LEI Nº 7.484-A, DE 2006

(Do Senado Federal)

PLS Nº 141/99

OFÍCIO Nº 1653/06 (SF)

Acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, injuridicidade, falta de técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e do de n.º 2.802/03, apensado (Relator: Dep. **Luiz Couto).**

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito E Art. 54, RICD). Apense a Este o PL-2802/2003.

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Encontram-se nesta Comissão o Projeto de Lei nº 7.484, de 2006, oriundo do Senado Federal, e o Projeto de Lei nº 2.802, de 2003, de autoria do Deputado Carlos Nader, que àquele foi apensado para fins de tramitação.

O Projeto de Lei nº 7.484, de 2006, cuida de acrescentar inciso ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, com vistas a dispor que serão impenhoráveis “as máquinas, os equipamentos e os implementos agrícolas, desde pertencentes a pessoa física ou empresa individual produtora rural, exceto quando tais bens tenham sido objeto de financiamento e estejam vinculados em garantia à operação financiada ou respondam por dívida de natureza alimentar ou trabalhista”.

Por sua vez, o Projeto de Lei nº 2.802, de 2003, também por meio de acréscimo de um inciso ao aludido artigo, prevê que serão impenhoráveis as “máquinas, os equipamentos e os implementos agrícolas, desde pertencentes a pessoa física ou jurídica produtora rural”, ampliando, pois, o alcance da disposição assecuratória de impenhorabilidade de bens contida no projeto de lei ao qual foi apensado para fins de tramitação.

Por se sujeitarem ambas as proposições em tela à apreciação pelo Plenário desta Câmara dos Deputados, não foi designado prazo no âmbito desta Comissão para oferecimento de emendas à matéria.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre ambas as proposições aludidas quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito nos termos regimentais.

Os projetos de lei em análise estão compreendidos na competência privativa da União para legislar sobre direito processual, sendo legítimas as iniciativas e adequada a elaboração de lei ordinária para tratar da matéria nelas versada (Art. 22, inciso I; Art. 48, *caput*, e Art. 61, *caput*, da Constituição Federal).

Não se vislumbra em seus textos óbices pertinentes aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, tendo sido observadas as normas constitucionais, bem como os princípios e fundamentos do nosso ordenamento jurídico.

A técnica legislativa empregada em ambos os projetos de lei em exame, contudo, não se encontra plenamente de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Entre outras irregularidades, observa-se neles a ausência de um artigo inaugural que enuncie o respectivo objeto e o emprego, no âmbito do Projeto de Lei nº 2.802, de 2003, de cláusula revogatória genérica.

No que diz respeito ao mérito, é de se louvar ambas as iniciativas em exame, cujo conteúdo principal merece indubitavelmente prosperar.

É certo que existem interpretações jurisprudenciais ou doutrinárias que já consideram impenhoráveis os instrumentos e maquinários agrícolas necessários ao exercício da atividade rural, reconhecendo que os mesmos se encontram abrigados no disposto no inciso VI do artigo 649 do Código de Processo Civil, que livra de penhora “as máquinas, os utensílios e os instrumentos necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão”.

Neste sentido, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ, REsp. nº 46062-GO, 4ª Turma, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 20/11/1995, p. 39598):

“Processual civil. CPC, art. 330. Trator. Ferramenta de trabalho. Necessidade. Utilidade. Impenhorabilidade. CPC, art. 649-VI e Lei 8.009/90, art. 1º, parágrafo único.

I – O trator usado pelo produtor rural é ferramenta necessária para o seu mister profissional, sendo impenhorável nos termos do art. 649, VI, CPC.

II – A despeito de ser ferramenta necessária, é o mencionado bem útil ao desempenho da profissão de agricultor, subsumindo-se à norma processual que considera impenhorável não só em decorrência da necessidade mas também pela utilidade do bem.”

Não se trata, contudo, de posicionamento pacífico, dando origem a amplas discussões na seara processual.

Outro diploma legal que poderia incidir na hipótese é a Lei nº 8.009, de 1990, que trata da impenhorabilidade do bem de família. Todavia, entende-se que esta somente impediria a penhora da sede da propriedade rural e dos bens móveis que a guarneçam (art. 1º, parágrafo único), não incidindo sobre os implementos agrícolas. A este respeito, confira-se o seguinte julgado (STJ, REsp. nº 218747-MG, 4ª Turma, Rel. Min. Ruy Pires de Aguiar, DJ 21/02/2000, p. 00133):

“BEM DE FAMÍLIA. Equipamentos agrícolas.

Os bens indicados no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.009/90 são os móveis ou equipamentos que compõem a residência da família e ali se encontram para guarnecer a casa ou permitir que nela seja exercida alguma atividade profissional. Isso não autoriza estender o conceito de bem de família para equipamentos utilizados na exploração econômica de área rural, embora possam ser esses bens protegidos por outra legislação. No caso dos autos, as máquinas penhoradas são de grande porte e certamente não integram o conjunto residencial do executado e da embarcante, ou de sua família, razão pela qual não pode ser acolhida a declaração de imunidade pelo fundamento invocado."

É de se concluir, assim, pela pertinência da alteração legislativa pretendida, a qual parece salutar desde que restrita ao produtor rural (pessoa física ou jurídica) e ressalvadas as hipóteses em que deva responder por dívidas de natureza alimentar, trabalhista ou previdenciária ou naquelas em que o próprio proprietário dá os seus instrumentos agrícolas em garantia real de uma dívida para fins de obtenção de financiamento agrícola (penhor agrícola), como é comum se verificar nas cédulas de crédito rural. Neste último caso, obviamente, os bens devem responder pela inadimplência a exemplo do que já se prevê no âmbito do art. 3º, inciso V, da Lei nº 8.009, de 1990.

Diante do exposto, vota-se pela constitucionalidade, juridicidade, adequação técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nº 7.484, de 2006, e nº 2.802, de 2003, na forma do substitutivo a eles ora oferecido e cujo teor segue em anexo.

Sala da Comissão, 11 de outubro de 2006. – Deputado **Luiz Couto**, Relator.

SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 7.484, DE 2006, E Nº 2.802, DE 2003

Acresce o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acresce o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais.

Art. 2º O art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

*Art. 649.
.....

XI – as máquinas, os equipamentos e os implementos agrícolas, desde que pertencentes a produtor rural, pessoa física ou jurídica, e salvo se forem objeto de penhor para fins de financiamento agrícola ou quando responderem por dívida de natureza alimentar, trabalhista ou previdenciária. (NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de outubro de 2006. – Deputado **Luiz Couto**, Relator.

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

AO PROJETO DE LEI Nº 7.484, DE 2006 (Apenso PL nº 2802, de 2003)

I – Relatório

Encontram-se nesta Comissão o Projeto de Lei nº 7.484, de 2006, oriundo do Senado Federal, e o Projeto de Lei nº 2.802, de 2003, de autoria do Deputado Carlos Nader, que àquele foi apensado para fins de tramitação.

O Projeto de Lei nº 7.484, de 2006, cuida de acrescentar inciso ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, com vistas a dispor que serão impenhoráveis "as máquinas, os equipamentos e os implementos agrícolas, desde pertencentes a pessoa física ou empresa individual produtora rural, exceto quando tais bens tenham sido objeto de financiamento e estejam vinculados em garantia à operação financiada ou respondam por dívida de natureza alimentar ou trabalhista".

Por sua vez, o Projeto de Lei nº 2.802, de 2003, também por meio de acréscimo de um inciso ao aludido artigo, prevê que serão impenhoráveis as "máquinas, os equipamentos e os implementos agrícolas, desde pertencentes a pessoa física ou jurídica produtora rural", ampliando, pois, o alcance da disposição assecuratória de impenhorabilidade de bens contida no projeto de lei ao qual foi apensado para fins de tramitação.

Por se sujeitarem ambas as proposições em tela à apreciação pelo Plenário desta Câmara dos Deputados, não foi designado prazo no âmbito desta Comissão para oferecimento de emendas à matéria.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre ambas as proposições atizadas quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito nos termos regimentais.

Os projetos de lei em análise estão compreendidos na competência privativa da União para legislar sobre direito processual, sendo legítimas as iniciativas e adequada a elaboração de lei ordinária para tratar da matéria nelas versada (Art. 22, inciso I; Art. 48, *caput*; e Art. 61, *caput*, da Constituição Federal).

No que toca à juridicidade e ao mérito, entretanto, ambos os projetos encontram-se prejudicados. Isso porque atualmente o Código de Processo Civil, recentemente reformado pela Lei nº 11.382, de 6 de dezembro de 2006, dispõe de maneira expressa no artigo 649 do CPC, inciso V, que são absolutamente impenhoráveis "os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão;". O novo inciso VIII do mesmo artigo, por sua vez, destaca que a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família."

Completa o artigo 650 do CPC, também acrescentado pela Lei nº 11.382/2006, completa que "podem ser penhorados, à falta de outros bens, os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis, salvo se destinados à satisfação de prestação alimentícia."

Desse modo, o escopo dos projetos em comento já está atendido pela legislação em vigor., encontrando-se prejudicada a apreciação de ambos.

Por fim vez, a técnica legislativa empregada os projetos de lei não se encontra plenamente de acordo com os ditames da Lei Complementar no 95, de 26 de fevereiro de 1998. Entre outras irregularidades, observa-se neles a ausência de um artigo inaugural que enuncie o respectivo objeto e o emprego, no âmbito do Projeto de Lei no 2.802, de 2003, de cláusula revogatória genérica.

Diante do exposto, vota-se pela constitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa e no mérito pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 7.484, de 2006, e 2.802, de 2003.

Sala da Comissão, 18 de abril de 2007. – Deputado **Luiz Couto**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, injuridicidade, falta de técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 7.484/2006 e do de nº 2.802/2003, apensado, nos termos do Parecer, com complementação, do Relator, Deputado Luiz Couto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Mendes Ribeiro Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, Marcelo Itagiba – Vice-Presidente, Antonio Carlos Magalhães Neto, Benedito de Lira,

Bonifácio de Andrada, Bruno Araújo, Cândido Vaccarezza, Cezar Schirmer, Colbert Martins, Edmar Moreira, Edson Aparecido, Efraim Filho, Felipe Maia, Flávio Dino, Geraldo Pudim, Gerson Peres, Ibsen Pinheiro, José Eduardo Cardozo, José Genofino, Magela, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mauro Benevides, Mendonça Prado, Nelson Pellegrino, Paes Landim, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Regis de Oliveira, Ronaldo Cunha Lima, Sandra Rosado, Sérgio Barradas Carneiro, Silvinho Peccioli, Vicente Arruda, Vilson Covatti, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, André de Paula, Antonio Bulhões, Antônio Carlos Biffi, Arnaldo Faria de Sá, Beto Albuquerque, Bispo Gê Tenuta, Edmilson Valentim, Fernando Coruja, George Hilton, Gonzaga Patriota, Iriny Lopes, José Pimentel, Léo Alcântara, Luiz Couto, Odílio Balbinotti, Ricardo Barros, Ricardo Tripoli, Rubens Otoni, Severiano Alves e Veloso.

Sala da Comissão, 26 de abril de 2007. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente em exercício

PROJETO DE LEI Nº 25-A, DE 2007

(Do Sr. Vicentino)

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Tecnológica de Hortolândia/SP; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. CLÁUDIO MAGRÃO).

Despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Educação e Cultura; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

I – Relatório

O presente Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Tecnológica de Hortolândia – SP, descreve as atividades a serem desenvolvidas pela instituição de ensino superior e estabelece prazo para que o Ministério da Educação adote as providências para a elaboração do Estatuto da Universidade.

A Justificação que acompanha a proposição, apresenta, em síntese, as seguintes razões que motivam a iniciativa:

A localização geográfica entre dois grandes pólos industriais, quais sejam São Paulo e Campinas;

Uma população de aproximadamente 200.000 habitantes;

Um grande contingente de alunos atendidos pela educação básica – ensino fundamental e médio;

A existência, em sua área territorial, de empresas de grande porte tecnológico. Hortolândia é considerada um pólo tecnológico no que diz respeito à tecnologia empresarial de ponta; e

Uma carência de mão-de-obra especializada para atender à demanda das empresas instaladas na região.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Além desta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a proposição será também encaminhada para análise de mérito à Comissão de Educação e Cultura. Em seguida, será apreciada pela Comissão de Finanças e Tributação, em seu aspecto de adequação financeira ou orçamentária, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a respeito de sua constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade.

II – Voto do Relator

Nos termos do art. 32, XVIII, alínea "p", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito da proposição.

A proposta do Projeto de Lei nº 25, de 2007, guarda perfeita consonância com o esforço empreendido pelo Poder Executivo, uma vez que amplia o acesso ao ensino superior aos habitantes da região do município de Hortolândia – SP, o que irá contribuir sobremaneira para a melhor capacitação técnica dessa população.

As razões que fundamentam a justificação que acompanha a proposição, por si só, já seriam suficientes para a criação da Instituição de Ensino Superior que se pleiteia. Diante desse cenário, capacitar profissionalmente a população de acordo com o perfil produtivo é medida que se impõe para garantir o desenvolvimento científico, econômico e social da região.

Não há dúvidas que a pretensão da presente proposição é relevante e significativa para o desenvolvimento nacional. É de conhecimento universal a importância que a educação formal possui no processo de desenvolvimento científico, econômico e social uma nação. Nesse contexto, a ampliação de oportunidades de acesso ao ensino universitário figura como meta prioritária a ser concretizada, tendo em conta o fortalecimento da economia nacional e da competitividade do parque industrial brasileiro.

Embora não seja da competência desta Comissão, cabe registrar a possibilidade de vir a ser ques-

tionada a constitucionalidade da proposição examinada, tendo em vista a reserva de iniciativa legiferante do Presidente da República, prevista no art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Constituição Federal, para projetos que disponham sobre a criação de órgãos e entidades públicas.

Diante do exposto, quanto ao mérito, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 25, de 2007.

Sala da Comissão, 24 de abril de 2007. – Deputado **Cláudio Magrão**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 25/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Cláudio Magrão.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Marquezelli – Presidente, Sabino Castelo Branco e Wilson Braga – Vice-Presidentes, Andreia Zito, Daniel Almeida, Edinho Bez, Gorete Pereira, Mauro Nazif, Paulo Rocha, Roberto Santiago, Tarcísio Zimmermann, Vicentinho, Carlos Alberto Canuto, Carlos Alberto Leréia, Carlos Santana, Cláudio Magrão, Eduardo Barbosa, Eduardo Valverde, Iran Barbosa, Nelson Pellegrino e Sebastião Bala Rocha.

Sala da Comissão, 3 de maio de 2007. – Deputado **Nelson Marquezelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 90-A, DE 2007

(Do Sr. Neilton Mulim)

Inclui um Capítulo V-A, no Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, versando sobre garantias dos integrantes da polícia militar e dos corpos de bombeiros militar; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com emendas (relator: DEP. WILSON BRAGA).

Despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

I – Relatório

A proposta assegura o pagamento, aos respectivos dependentes, de indenização equivalente ao triplo

da última remuneração devida ao policial ou bombeiro militar que venha a falecer no cumprimento de dever funcional ou em virtude de ação criminosa motivada pela condição de militar.

A Justificação do projeto lembra que, embora o inciso XXI do art. 22 da Constituição Federal atribua à União competência para legislar sobre "*normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares*", o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, estabelece rígidas normas de hierarquia e disciplina, bem como algumas proibições, mas nenhuma garantia em favor dos militares. Nada obstante, muitos Estados contratam seguros para cobrir a hipótese de morte do militar em razão de ato em serviço. Todavia, a despeito de o militar estar obrigado a agir mesmo quando de folga, em tal circunstância o seguro não oferece cobertura, ainda que o óbito venha a ocorrer estritamente em função da condição de militar.

Segundo o Autor, somente estabelecendo uma norma geral poder-se-á superar a deficiência das legislações estaduais.

O prazo regimental de cinco sessões transcorreu sem que fossem apresentadas emendas à proposição.

II – Voto do Relator

Não está claro se a instituição da indenização aventada se insere no âmbito da competência legislativa da União, prevista no art. 22, XXI, ou na dos Estados, consoante disposto nos arts. 42, § 1º, e 142, § 3º, X. Entrementes, a este Colegiado cabe apreciar apenas o mérito da proposta e, em tal sentido, não há dúvida.

O Autor do projeto enumera várias situações em que policiais militares, durante suas folgas, são friamente executados por criminosos, seja por tentarem impedir um crime em andamento ou apenas porque os delinquentes tomam conhecimento da condição funcional dos primeiros. Também o dever dos bombeiros, de expor a risco suas próprias vidas para salvar vidas alheias, perdura durante suas folgas. Por conseguinte, o pagamento, em favor dos dependentes, de indenização equivalente a três vezes o valor da remuneração do policial ou bombeiro militar é mais do que justificável.

Nada obstante, o projeto reclama duas pequenas adequações de redação.

O § 2º do art. 20-A, acrescentado ao Decreto-Lei nº 667, de 1969, contém referência a seguro, em lugar de indenização. A correção devida é promovida pela Emenda nº 1, anexa.

O art. 20-C autoriza a substituição da indenização por seguro com prêmio igual ou maior ao estabelecido

para a indenização. Entendemos que a referência é equivocada, pois o prêmio é a importância paga pelo estipulante à seguradora, e não o valor da indenização devida em caso de sinistro. A Emenda nº 2, anexa, retifica a redação do dispositivo.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 90, de 2007, com a redação determinada pelas duas Emendas anexas, de nossa autoria.

Sala da Comissão, 24 de abril de 2007. – Deputado **Wilson Braga**, Relator.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao § 2º do art. 20-A, acrescentado pelo art. 1º do projeto ao Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, a seguinte expressão:

"Art. 20-A

.....

§ 2º No pagamento da indenização prevista no caput obedecer-se-á à seguinte proporcionalidade:

.....

Sala da Comissão, 24 de abril de 2007. – Deputado **Wilson Braga**.

EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 20-C, acrescentado pelo art. 1º do projeto ao Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, a seguinte expressão:

"Art. 20-C Os Estados e o Distrito Federal poderão transferir a seguradoras contratadas a responsabilidade pelo pagamento da indenização prevista no art. 20-A."

Sala da Comissão, 24 de abril de 2007. – Deputado **Wilson Braga**.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente, o Projeto de Lei nº 90/2007, com emendas, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Wilson Braga.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Marquezelli – Presidente, Sabino Castelo Branco e Wilson Braga – Vice-Presidentes, Andreia Zito, Daniel Almeida, Edinho Bez, Gorete Pereira, Mauro Nazif, Paulo Rocha, Roberto Santiago, Tarcísio Zimmermann, Vicentinho, Carlos Alberto Canuto, Carlos Alberto Leréia, Carlos Santana, Cláudio Magrão, Eduardo Barbosa, Eduardo Valverde, Iran Barbosa, Nelson Pellegrino e Sebastião Bala Rocha.

Sala da Comissão, 3 de maio de 2007. – Deputado **Nelson Marquezelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2008

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 6º
.....

XXII — os valores recebidos a título de remuneração percebida pelos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo quando o beneficiário desse rendimento for portador das doenças relacionadas no inciso XIV deste artigo, com base em conclusão da medicina especializada. (NR)”

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O disposto no art. 1º só produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Justificação

O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, concede isenção do imposto de renda de pessoas físicas aos proventos de aposentadoria ou reforma percebidos por portadores de alguns agravos à saúde. Todavia, os agentes públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo não fazem jus ao mesmo benefício.

Isso cria uma situação injusta: se uma pessoa que contraiu a moléstia especificada no mencionado dispositivo já está aposentada, sem trabalhar, recebe o benefício fiscal; se está na ativa, trabalhando, não recebe esse benefício.

Desse modo, a legislação atual incentiva sobremaneira a solicitação de aposentadoria ou de reforma. Com isso, o Estado sofre um duplo prejuízo: embora continue pagando os valores correspondentes à remuneração do servidor, perde sua força de trabalho e é obrigada a lhe conceder o benefício fiscal apontado.

A presente proposição corrige essa situação. Não penaliza as pessoas que, de acordo com a legislação atual, dispõem do benefício, apenas o estende para os agentes públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo que estejam na ativa, de modo a não incentivá-los a ingressar com pedido de aposentadoria ou reforma.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2008. – Senador **Epitácio Cafeteria.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988.

Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
.....

Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

I – a alimentação, o transporte e os uniformes ou vestimentas especiais de trabalho, fornecidos gratuitamente pelo empregador a seus empregados, ou a diferença entre o preço cobrado e o valor de mercado;

II – as diárias destinadas, exclusivamente, ao pagamento de despesas de alimentação e hospedagem, por serviço eventual realizado em município diferente do da sede de trabalho;

III – o valor locativo do prédio construído, quando ocupado por seu proprietário ou cedido gratuitamente para uso do cônjuge ou de parentes de primeiro grau;

IV – as indenizações por acidentes de trabalho;

V – a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

VI – o montante dos depósitos, juros, correção monetária e quotas-partes creditados em contas individuais pelo Programa de Integração Social e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

VII – os seguros recebidos de entidades de previdência privada decorrentes de morte ou invalidez

permanente do participante. Redação dada pela Lei nº 9.250, de 1995)

VIII – as contribuições pagas pelos empregadores relativas a programas de previdência privada em favor de seus empregados e dirigentes;

IX – os valores resgatados dos Planos de Poupança e Investimento – PAIT, de que trata o Decreto-Lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986 relativamente à parcela correspondente às contribuições efetuadas pelo participante;

X – as contribuições empresariais a Plano de Poupança e Investimento – PAIT, a que se refere o art. 5º 2º, do Decreto-Lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986;

XI – o pecúlio recebido pelos aposentados que voltam a trabalhar em atividade sujeita ao regime previdenciário, quando dela se afastarem, e pelos trabalhadores que ingressarem nesse regime após completarem sessenta anos de idade, pago pelo Instituto Nacional de Previdência Social ao segurado ou a seus dependentes, após sua morte, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975;

XII – as pensões e os proventos concedidos de acordo com os Decretos-Leis, nºs 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946 e Lei nº 2.579 de 23 de agosto de 1955 e art. 30 da Lei nº 4.242 de 17 de julho de 1963 em decorrência de reforma ou falecimento de ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira;

XIII – capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado, bem como os prêmios de seguro restituídos em qualquer caso, inclusive no de renúncia do contrato;

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma; (Redação dada pela Lei nº 11.052, de 2004)

XV – os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transferência para a reserva remunerada ou de reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, sem prejuízo da

parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto, até o valor de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) R\$.313,69 (mil, trezentos e treze reais e sessenta e nove centavos), por mês, para o ano-calendário de 2007 (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) R\$.1.372,81 (mil, trezentos e setenta e dois reais e oitenta e um centavos), por mês, para o ano-calendário de 2008' (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) R\$.1.434,59 (mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinqüenta e nove centavos), por mês, para o ano-calendário de 2009' (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

d) R\$.1.499,15 (mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quinze centavos), por mês, a partir do ano-calendário de 2010– (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

XVI – o valor dos bens adquiridos por doação ou herança;

XVII – os valores decorrentes de aumento de capital:

a) mediante a incorporação de reservas ou lucros que tenham sido tributados na forma do art. 36 desta Lei;

b) efetuado com observância do disposto no art. 63 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 relativamente aos lucros apurados em períodos-base encerrados anteriormente à vigência desta Lei;

XVIII – a correção monetária de investimentos, calculada aos mesmos índices aprovados para os Bônus do Tesouro Nacional – BTN, e desde que seu pagamento ou crédito ocorra em intervalos não inferiores a trinta dias' (Redação dada pela Lei nº 7.799, de 1989)

XIX – a diferença entre o valor de aplicação e o de resgate de quotas de fundos de aplicações de curto prazo;

XX – ajuda de custo destinada a atender às despesas com transporte, frete e locomoção do beneficiário e seus familiares, em caso de remoção de um município para outro, sujeita à comprovação posterior pelo contribuinte.

XXI – os valores recebidos a título de pensão quando o beneficiário desse rendimento for portador das doenças relacionadas no inciso XIV deste artigo, exceto as decorrentes de moléstia profissional, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após a concessão da pensão. (Incluído pela Lei nº 8.541, de 1992) Vide Lei nº 9.250, de 1995)

.....

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria a minha inscrição, em primeiro lugar, para uma comunicação inadiável. Fui o primeiro a chegar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a está inscrito logo após o Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiquei, então, em terceiro lugar, não é isso? Assim, já estou pedindo a minha inscrição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a tem o terceiro lugar garantido. Muito obrigado a V. Ex^a.

Há oradores inscritos.

A primeira oradora inscrita é a Senadora Serys Slhessarenko.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental de dez minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para registrar um acontecimento fantástico no meu Estado, Mato Grosso. No dia 18 de abril, foram assinados contratos da ordem de R\$240 milhões entre a Prefeitura de Cuiabá, cinco consórcios e duas empreiteiras, que passam os próximos dias a executar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Capital do nosso Estado, Mato Grosso.

Com as obras, Cuiabá terá, para os próximos anos, 100% de água captada e tratada, 100% do esgoto coletado tratado e devolvido ao rio Cuiabá, além de obras de infra-estrutura e urbanização de bairros.

É muito bom, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ver os resultados das políticas projetadas pelo nosso Governo. O Presidente Lula, que no dia 31 de julho do ano passado visitou Cuiabá e motivou a reunião e o conagraçamento das principais personalidades

políticas do Estado, independentemente da coloração partidária, anunciou um pacote de R\$574,5 milhões em recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para Mato Grosso. Além de Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis, o Município de Sinop também está sendo contemplado com obras de saneamento e urbanização.

Agora, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2008, depois de importante participação do Ministério Público, por meio da Promotora Ana Cristina Bardusco, que com ação firme fez despencar os preços das obras, ocorreu que no ato de assinatura do PAC, o Prefeito Wilson Santos, do PSDB, fez questão de mais uma vez enaltecer a postura do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Disse o Prefeito que o Presidente Lula não discrimina e está atendendo Cuiabá em seus pleitos, destacando que – e são palavras do Prefeito: “por causa da sua posição, o Presidente sempre será recebido de braços abertos em com o calor comum entre os cuiabanos”. O Prefeito elogiou ainda personagens como a Vereadora Enelinda Scala, bem como a minha participação como Senadora do PT pela concretização desse sonho de todos que vivem em Mato Grosso.

Não esqueço que Lula, acompanhado da Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e do Ministro das Cidades, Márcio Fortes, sentiu-se em casa e à vontade, relatando com entusiasmo o significado dos investimentos anunciados, que trarão fortes benefícios, notadamente para as camadas mais pobres da população.

Sr. Presidente, foi emocionante – e já tive a oportunidade de aqui relatar isso – quando Lula lembrou seus vinte anos de idade, quando, no ABC paulista, lutava contra as enchentes, exatamente por falta de esgoto e saneamento. O Presidente lembrou: “foram momentos duríssimos, mas que servem hoje para incentivar a mudança na qualidade de vida da população mais carente”.

Vimos, ali em Cuiabá, o Presidente, oriundo das camadas mais pobres de nossa cidadania, demonstrando o compromisso que tem o seu Governo, o Governo do PT, de alterar a situação de subalternidade em que vive a grande maioria de nosso povo. É um Presidente que veio do meio dos pobres e governa para os pobres. É um Presidente que traduz, nas prioridades de seu Governo, as prioridades do Partido construído pelos trabalhadores do Brasil. É um Presidente que, como operário das grandes montadoras paulistas, viveu nos bairros da periferia de São Paulo, teve sua moradia diversas vezes invadida pelas águas da chuva, sofreu

devido à falta de saneamento e, agora, providencia investimentos urgentes nesse setor para que o povo pobre do Brasil, seja em Mato Grosso, seja em qualquer canto deste País, não tenha que passar pelos mesmos constrangimentos por que passou.

Serão aplicados, Sr^{as} e Srs. Senadores, em Mato Grosso, recursos substanciais do PAC, sendo R\$238 milhões para Cuiabá, R\$156 milhões para Várzea Grande e R\$127 milhões para Rondonópolis. As cidades se enquadram na primeira etapa do PAC, voltada a municípios com população superior a 150 mil habitantes.

Devo ressaltar, Sr^{as} e Srs. Senadores, a importância da presença de Lula em Cuiabá – e a história já registrou –, tanto que o Prefeito Wilson Santos, do PSDB, declarou que “Nenhum Presidente da República jamais levou tanto recurso para Cuiabá como o Governo do Presidente Lula” – palavras do prefeito de Cuiabá. Afirmou ainda o prefeito que Lula cuida dos pobres. E, sendo mais enfático ainda, o prefeito disse, Senadora Ideli: “Em nome do PSDB, quero dizer, Presidente Lula, que o senhor é o Presidente que mais trouxe dinheiro na história de 300 anos de Cuiabá”. Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis terão disponíveis os recursos do PAC até o final de agosto, recursos que permanecerão livres de contingenciamento.

As obras de saneamento prometem promover um novo desenho na infra-estrutura urbana e no quadro social dos três maiores municípios do Estado: Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis. A assinatura dos contratos foi um verdadeiro presente para nossa capital, que completou, no último dia 8 de abril, 289 anos e mais uma vez confirmou o compromisso do Presidente Lula, o compromisso do governo do PT, de priorizar o atendimento às classes pobres da nossa população para que possamos um dia viver num país sem pobreza e sem miséria. Lula faz questão de ressaltar que PAC não é programa do Presidente, mas sim um programa para o País, para as próximas gerações.

Sr. Presidente, quero enfatizar aqui que Cuiabá tem hoje apenas 19% de suas habitações com saneamento básico. Todavia, a partir do desenvolvimento desse grande projeto de saneamento básico, lançado há pouco tempo pelo Presidente Lula, com as obras já em execução, teremos, ao final, 100% da nossa capital de Mato Grosso contemplada com saneamento básico. Teremos 100% das moradias da capital mato-grossense com saneamento básico, assim como teremos praticamente 100% das moradias da cidade de Rondonópolis e 90% da cidade de Várzea Grande com saneamento básico.

Saneamento básico, sabemos todos, é uma obra difícil, pois fica escondida debaixo da terra. Nem todos os governantes gostam de fazer saneamento básico, mas é uma obra decisiva e determinante para a saúde da população, especialmente para as nossas crianças. Saneamento básico é fundamental! A existência de saneamento básico, de água tratada, é fundamental para a saúde da população.

Por isso, o nosso Mato Grosso se sente realmente presenteado, contemplado com essa decisão do Presidente Lula, absolutamente independente da coloração partidária, porque, das quatro prefeituras contempladas com o grande programa de saneamento básico do Presidente, apenas uma é de um partido da Base do Governo. Algumas pessoas, de vez em quando, dizem: “Contemplou as prefeituras do Partido do Presidente”. Não; lá em Mato Grosso não foi assim. Das quatro maiores prefeituras contempladas com recursos do PAC para saneamento básico, água tratada etc., três são de partidos que fazem oposição ao Governo do Presidente Lula. Apenas uma é de um partido da Base do Governo.

Portanto, isso deixa bem clara a vontade e a determinação do Presidente Lula de promover políticas públicas que melhorem a qualidade de vida da população como um todo, em especial da população mais carente, a mais despossuída, a que mais precisa de infra-estrutura, a que mais precisa de políticas públicas.

Após esta minha fala – e o meu tempo já está terminando –, eu gostaria de registrar desta tribuna uma cerimônia a que eu assisti no final de semana que passou, no chamado Clube Feminino, um clube histórico na nossa capital mato-grossense. Lá se realizou uma solenidade que reputo da maior importância para a cultura mato-grossense, especialmente a cuiabana, que foi a moção de aplauso a todos os cantores e compositores do rasqueado cuiabano.

Lá estava a nossa querida vereadora, Prof^a Ene-linda Scala, hoje Vereadora pelo Partido dos Trabalhadores. Ela conseguiu aglutinar ali praticamente todos os cantores e compositores do rasqueado cuiabano, em uma homenagem extremamente justa, por meio dessa moção de aplauso. Lá estavam patrimônios vivos da maior envergadura do nosso Estado, Mato Grosso, como o Prof^o Aecim Tocantins, memorável figura, que tem realmente uma história em Mato Grosso, e deixa a todos que lá vivem lisonjeados. Estavam lá o Oficial da Reserva do Exército, o Sr^o Adriano, com 88 anos, uma pessoa da maior envergadura; Moisés Martins, Secretário Adjunto da Cultura do Município de Cuiabá.

Moisés Martins está sempre envolvido na questão da cultura mato-grossense; com a maior determinação; Janete, a Presidenta da Associação. Enfim, estavam todos lá, reverenciando o rasqueado cuiabano, raiz profunda da cultura cuiabana. Lá estava João Elói, que trouxe essa reivindicação à Vereadora Enelinda; lá estavam Vera e Zuleica, autoras do primeiro livro que relata toda a história do rasqueado cuiabano e suas origens.

Ao homenagear João Elói, Vera, Zuleica, quero homenagear todos, homens e mulheres, que participam da construção da cultura cuiabana. Precisamos conhecer as nossas raízes e, conhecendo-as, seremos capazes de compreender e transformar uma sociedade no caminho que acreditamos, gostamos e queremos que ela avance.

A história tem de ser reverenciada, e esta forma de reverenciar, nas suas origens, o rasqueado cuiabano devemos a essa moção de aplauso que a nossa querida vereadora Enelinda Scala fez a todos os cantores e compositores da nossa Cuiabá.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência agradece a V. Ex^a o estrito cumprimento do tempo regimental, colaborando com o bom andamento da sessão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senadora Ideli Salvatti, antes de conceder a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, a Presidência gostaria de comunicar a presença, em nosso plenário, do Senador da República da Jamaica, Basil Waite, um jovem Senador que foi líder e fundador da juventude do Partido Nacional do Povo. Líder estudantil na Universidade de Harvard, é professor universitário na Jamaica e, com muita honra, visita o nosso Senado, acompanhado do Senador Eduardo Suplicy.

O Senado brasileiro o acolhe com muita alegria e com muita satisfação. É a primeira visita que S. Ex^a faz a Brasília.

Senador Basil Waite, o Brasil o acolhe com muita satisfação, exaltando os laços de amizade que unem o Brasil à Jamaica já há tanto tempo. Sua presença ilustra esta sessão, nesta tarde, no Senado Federal. Esperamos que V. Ex^a venha mais vezes ao Brasil, pois dará sempre muito prazer e muita alegria para nós.

Senadora Ideli Salvatti, tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu

queria, da mesma forma, saudar o nosso colega jamaicano, desejar que ele seja muito bem acolhido aqui no nosso Brasil e volte sempre.

Eu queria apenas fazer um rápido registro, Sr. Presidente, porque, nós, que participamos da Frente em Defesa da Livre Orientação Sexual, só poderíamos comemorar talvez uma das primeiras convenções coletivas, na qual o direito dos dependentes da união estável entre o mesmo sexo é reconhecido.

No dia de ontem, os trabalhadores farmacêuticos assinaram uma das primeiras convenções coletivas do País que recomenda às empresas do setor estender benefícios sociais e direitos trabalhistas para companheiros e dependentes de pessoas que têm união estável do mesmo sexo.

É um avanço da sociedade, enquanto a gente não consegue, infelizmente, ainda aqui no Congresso fazer avançar na própria legislação.

Era isso, então, que eu queria deixar registrado. Saúdo os trabalhadores farmacêuticos por esse avanço, que, com certeza, como diz o próprio Dieese, deverá repercutir e se estender provavelmente para outras categorias, como uma iniciativa pioneira e que deve ser aplaudida.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência participa da comunicação de V. Ex^a por esse importante acontecimento.

O próximo orador inscrito, que fez a sua inscrição para uma comunicação inadiável, é S. Ex^a, o Senador Mão Santa, pelo tempo regimental de cinco minutos.

A seguir, por permuta com o Senador Sérgio Zambiasi, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

Senador Mão Santa, tempo regimental de cinco minutos para V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Camata, que preside esta sessão de 24 de abril, Parlamentares da Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e aqueles que nos assistem pelo sistema de comunicação, o Brasil está assim. Vou trazer cinco notícias: uma boa, para começar, e quatro ruins, porque vivemos o Governo do PT, que é de muita propaganda, muita mentira, muito cacarejamento e muita enganação. A notícia boa...

V. Ex^a foi Governador do Estado. Tive a felicidade de criar 78 novas cidades no Piauí; povoados transformados em cidades. Não fui eu o idealizador disso, não. Eu sucedi um extraordinário homem público, que foi

Senador, Freitas Neto, que começara esse programa. Ele pegou o Piauí com 115 cidades e criou 30: 145.

Eu era prefeito. A minha cidade deu dois filhotes. É bom princípio. E eu vi que era bom. E continuei. Peguei o bonde andando. Quer dizer, estou sendo justo. Mas, Camata, V. Ex^a, que foi Governador, pegar povoado e transformar em cidade é uma mudança.

“O essencial é invisível aos olhos”. Antoine de Saint-Exupéry. Além do que você vê numa cidade, num povoado: avenidas, praças para namorar, mercado para comercializar, cadeia para botar ordem, escola para educar, hospital para a saúde; o essencial é invisível aos olhos; é a gente. É transformarmos aquela gente de povoado rural, desprezada, esquecida, em novos líderes: vereadores, prefeitos, vice-prefeitos.

Camata, hoje eu vejo. Os prefeitos dessas pequenas cidades se transformaram em prefeitos da capital, da cidade mãe, para me entenderem. Muitos. Que felicidade! É uma transformação, porque mexe com aquilo que é mais importante: o homem. Homens do interior se transformaram em líderes. Então, tem avançado o Piauí. Essa gente é gente boa.

Os prefeitos são dedicados. Mas isso é a vida mesmo. Eu acho a coisa mais interessante, Demóstenes – sei que você é moderno, é do tempo da Internet –, eu acho a maior invenção o avião. E tanto é verdade que quando vemos uma mulher bonita, dizemos: “Lá vai um avião”. O avião é um negócio bom. Mas quando cai um avião, é uma confusão, é um mal-estar no mundo todo. Está vendo, Zambiasi? E assim é o prefeito.

São milhares e milhares e milhares de altruístas administradores, mas, quando um faz um delito, é como o avião: é coisa boa, mas é uma confusão, algemam os pobrezinhos e não-sei-quê, sai em tudo que é jornal. Mas eles são dedicados.

Então eu queria cumprimentar um deles: Raimundo Renato Vicente de Araújo Sousa, Prefeito de São Luís do Piauí, cidade dessas criadas no nosso Governo.

Camata, ele faz um simpósio que começa amanhã. Como eles são dedicados! De aprendizado, com 30 prefeitos de cidades em torno de Picos, que, para nós, é a São Paulo, é uma cidade de trabalho. Então lá os prefeitos vão aprender a estudar, com teste no Tribunal de Contas, com teste no Tribunal Regional Eleitoral, Sr. Presidente, com professores de Administração. Então, isso é muito louvável.

A ele, o Renato Sousa, que preside a Associação de Prefeitos da região de Picos e que também foi Presidente da Câmara de Vereadores, os nossos cumprimentos.

Mas aí a desgraça: um levantamento do Piauí, ô Jarbas, o Piauí é de um cabra lá do PT, o Presidente... 200 mil casas, e o povo sem casa, morando por aí, depois dessas enchentes. Sem casa! V. Ex^a foi Governador!

Dengue! Dengue é porque é o Rio de Janeiro, mas o Piauí está vivendo uma epidemia, está uma desgraça! Agora, lá, eles são mentirosos; o PT mente, mente, mente, mente. É o Goebbels... Mentira... Então eles não dão os números verdadeiros. Você pode multiplicar os que eles dão por 10, que é a verdade. Dengue não é só no Rio de Janeiro, não; o Piauí está todo assolado pela dengue.

E estrada no cerrado? O cerrado é a última fronteira agrícola. Estão falando em uma produção de alimentos. Onze milhões de hectares. Em um dia só chegaram, Camata, trezentos gaúchos, uma colônia. A Bunge eu levei para lá, imaginando uma transcerrado. Estão ganhando dinheiro com trator para rebocar as carretas.

A saca, que era US\$50, não tem armazém, estão vendendo pela metade. Aí é a produção. Aí a falta de alimentos. Não tem. Estrada do cerrado. Estão ganhando dinheiro, ô Camata. Fotografaram os jornalistas. Lá tem dois jornais de empresários ricos, fortes, o **Diário do Povo** e o **Meio Norte** – graças a Deus, são ricos empresários e são independentes. Fotografia do trator – um meio de vida – rebocando as carretas no cerrado.

E se fala em produção de alimentos. Sem estrada, ô Luiz Inácio? Jarbas, você sabe que Pedro II, em 49 anos, só fez três viagens. Em uma delas, ele foi à Europa, ao Egito e à América e disse: “Isabel, minha filha, estrada é o melhor presente que se pode dar a um povo”. Depois veio o Presidente Washington Luiz que dizia que “governar é fazer estradas” e o nosso Juscelino, “energia e transporte”. E o Luiz Inácio, não precisa nem buscar, mas deve andar por aí e estudar a vida desses grandes estadistas e Presidentes do País.

O pior – o Tuma ia chorar, porque o Tuma, ô Demóstenes, o Tuma casou, como eu, com uma professora. Naquele tempo, a gente ia buscá-las na Escola Normal. Olha, Jarbas, não deixei nem a Adalgisa terminar. Ela era sorridente, era alegre –: as professoras do Piauí estão em greve, porque ganham menos de um salário mínimo. Isso é uma vergonha. Isso é o Governo do PT no Piauí!

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe de um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Isso é o Governo do PT no Piauí!

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex^a pelo estrito cumprimento ao Regimento Interno.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Peça a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pediria a V. Ex^a minha inscrição como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a está inscrito como Líder da Minoria.

A próxima oradora inscrita – e V. Ex^a falará logo após ela – é a Senadora Ideli Salvatti. S. Ex^a, por permuta com o Senador Sérgio Zambiasi, tem a palavra pelo tempo regimental de dez minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente.

É uma pena que o Senador Arthur Virgílio não esteja esta semana aqui, compartilhando conosco dos trabalhos no Senado. Ele está numa missão internacional, nos Estados Unidos, acompanhando as prévias. Parece que ele foi lá ver como funcionam nos Estados Unidos porque, parece, quer fazer as primárias aqui, no PSDB.

Mas, Senador Camata, eu vou deixar prontinho aqui e eu vou fazer uma dedicatória – já combinei com o Senador Demóstenes. A gente está brincando, mas é algo sério. A Justiça lá em Santa Catarina determinou que o Prefeito de Joinville, que é do PSDB, pague a reforma para mudar os telhados de várias unidades escolares.

Senador Camata, eu vou mostrar para o senhor por que é que tem que mudar. O senhor consegue identificar? O senhor consegue identificar por que tem que mudar o telhado? O telhado é um tucano. É um tucano. É visível. É o olho, o nariz amarelinho. Na reprodução não aparece, mas é azul, amarelo, com o olhinho. É escancarado. É escancarado.

Então, a Justiça mandou o Prefeito arcar com a reforma do telhado das escolas, das várias escolas que foram “tucanadas” lá em Joinville.

Vou fazer aqui minha dedicatória ao Senador Arthur Virgílio. Depois, quando ele chegar, semana que vem, acho que poderemos fazer aquele debate qualificado – como costumamos sempre dizer aqui.

Mas o que me traz à tribuna mesmo é que hoje, pela manhã, estivemos com o Presidente Lula, na reu-

nião do Conselho Político do Governo, com a presença de vários Ministros: Ministro Guido Mantega; Ministro Marinho, da Previdência; Ministro Temporão, da Saúde; e Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento. Porque, como o Senado aprovou algumas matérias aqui que não têm fonte de sustentação – a Emenda nº 29, a eliminação do fator previdenciário, o reajuste para todos –, para que se implemente aquilo que aprovamos sem garantir a fonte, precisamos ter alternativas.

Os Ministros fizeram a explanação, expuseram toda a situação, e estamos agora com a tarefa de, se tiver que dar continuidade ao que aprovamos aqui juntos – também não podemos jogar esse abacaxi lá para a Câmara, como se fosse responsabilidade deles –, resolvermos aquilo que o Senado fez quando aprovou.

Portanto, ficou muito claro que vamos ter que encontrar uma saída, até porque o Presidente expôs de forma muito clara que ele não cometerá nenhuma irresponsabilidade no sentido de convalidar algo que não tenha sustentação financeira.

Durante a reunião, recebemos uma notícia muito importante, muito positiva do Ministro Guido Mantega: foi concluído todo o processo de negociação do endividamento da agricultura brasileira. Ou seja, tudo foi concluído: todos os Pesa, todos os Procera, todas as dívidas que foram ficando de estiagem, de uma série de situações. E, só para se ter uma idéia da dimensão do que significa reequacionar toda essa dívida, são nada mais nada menos do que 2,8 milhões contratos que estarão sendo reequacionados, renegociados, totalizando o endividamento do setor agrícola brasileiro no montante de R\$76 bilhões.

Portanto, essa negociação foi concluída com a participação das duas Comissões – Comissão de Agricultura da Câmara e a do Senado – e do Ministério da Fazenda; apenas vamos ter que decidir agora se isso virá na forma de projeto de lei ou de medida provisória. Se for como medida provisória, obviamente vai beneficiar de imediato; se for como projeto de lei, aí vai entrar naquelas nossas longas filas. Haverá demora.

E, como tem a ver com a questão agrícola, está chegando aqui a Medida Provisória do Reporto – cujo debate virá para esta Casa, já que foi aprovada na Câmara. Trata-se daquela medida provisória tão importante que prolonga o benefício do sistema portuário brasileiro, desonerando, para a modernização, aperfeiçoamento de equipamento e para reequipamento dos portos brasileiros, de montante tributário tão pesado.

Só para se ter uma idéia, tivemos um importantíssimo investimento particular em Santa Catarina, na

margem esquerda do rio Itajaí. Na margem direita, é o porto público, onde o Governo Federal já investiu mais de R\$100 milhões, e, na outra margem, um investimento privado da ordem de R\$400 milhões, em que a aplicação do Reporto, Senador Gerson Camata, permitiu que o investimento tivesse uma desoneração de quase 6% a 7% do total do investimento. Portanto, valor bastante significativo a desoneração do Reporto. E, nessa questão do Reporto, foram incluídas emendas que poderão vir a flexibilizar uma regra que é constitucional, porque os portos no Brasil, como em todos os lugares do mundo, são públicos; os portos são públicos. Por concessão, permite-se a iniciativa privada atuar, é assim lá em Vitória, ou seja, por concessão, mas o controle é do Governo, do Estado. Inclusive há uma emenda que estou apelidando de uma emenda, assim, um pouco interessante, porque é a emenda do “e/ou”, que pode ter porto público ou privado. E o privado entraria sem pagar qualquer tipo de custo que hoje os portos concessionados são obrigados a pagar e, portanto, entrariam numa concorrência absolutamente desleal.

Por isso, eu gostaria aqui de fazer um registro – e, portanto, peço permissão para fazer tal leitura – de um importante artigo que considero extremamente importante, do José Augusto Valente, que é um especialista nessa questão de logística portuária, modal e intermodal do nosso País. Ele trata exatamente sobre a logística do agronegócio que está sendo utilizado, inclusive, como argumento. Porque quem está defendendo o “e/ou” está dizendo que o agronegócio precisa ter portos mais eficientes. O agronegócio precisa desembarçar sua carga rapidamente. Hoje temos vários portos privativos de empresas do agronegócio que estão em pleno funcionamento. Pode-se continuar tendo dezenas, centenas de portos privativos para escoar a própria carga. Agora, não se pode, com a história de ser privativo, fazer uma competição desleal com os portos públicos.

Farei a leitura do artigo do José Augusto Valente, porque esse debate chegará aqui, não tenho dúvida alguma, e será acalorado:

A matéria “Logística pior tira US\$3,9 bilhões do agronegócio”, publicada na Folha de S.Paulo no dia 07 de abril, mostra dados de um estudo realizado pela Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), que revela prejuízos de US\$3,88 bilhões causados por problemas no escoamento da produção agrícola, tanto nas exportações quanto na logística interna.

Os problemas de movimentação de cargas do agronegócio, em grande parte, são de responsabilidade dos grandes embarcadores como Bunge, Cargill, Maggi que precisam investir mais em silagem e armazenagem. Existe linha do BNDES (Moderinfra) para isso, mas eles preferem transformar os caminhões em silos ambulantes, o que gerou, no passado, filas indesejáveis nos portos.

Esse discurso da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) tem como objetivo a privatização ampla, geral e irrestrita dos portos, o que é inconstitucional, mas eles acham que não. Além disso, com a proliferação de portos privativos em condições assimétricas de competição com os portos públicos, haveria um dano significativo para o país. Porém, eles se aproveitam do fato de que o governo não enfrenta como devia essa proposta e avançam no seu discurso da ineficiência dos portos públicos.

Há tentativas constantes de alteração do marco regulatório para atender não aos produtores, mas aos armadores que serão os grandes beneficiados com essa medida, ainda que se destrua a logística do país e se criem situações adversas para os pequenos e médios exportadores e importadores. Sobre esse assunto, já escrevi muita coisa, mas sugiro a leitura do artigo do [ex-ministro] Delfim Neto, Deputado Federal do PMDB, atualmente, que foi publicado no Valor Econômico (25/3) [e que traz de forma muito clara o que está em jogo na questão da emenda do e/ou, que estão querendo passar na emenda do Reporto].

O discurso da CNA é falho porque, no atual marco regulatório, não há nenhuma restrição à construção de portos de uso privativo pelos grandes embarcadores. Existem vários nessa situação e outros tantos poderiam ser implantados. Em Porto Velho, por exemplo, há dois terminais desse tipo: um da Cargill e outro da Maggi. Por esses terminais escoam anualmente cerca de 2,5 milhões de toneladas de soja. Então, mais uma vez fica claro que, se há problemas na logística e se eles dizem que há possibilidade de investimentos privados para novos portos visando ao agronegócio, não há problema algum em fazê-lo. Na verdade, o que eles querem é fazer um portinho para escoar

soja e junto um grande porto de contêineres, para atender aos armadores.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) informa, em seu site, que o tempo médio de espera total dos navios, em 2007, teve os seguintes valores (bem diferentes dos apresentados na matéria defendendo a abertura dos nossos portos), por grupo/mercadoria: soja = 58 horas; produtos químicos orgânicos = 19 horas; trigo = 9 horas; açúcar = 90 horas.

A maioria dos portos públicos está investindo para aumentar a capacidade de silagem e armazenamento para reduzir tempos. Ninguém está parado. Idem em relação à dragagem, cujo maior problema é solucionar ambientalmente. O problema não é se é gestão ineficiente, mas o que fazer com o material dragado. [este é o grande problema: onde se coloca o material. E o Senador Gerson Camata sabe disso, porque o Porto de Vitória, com certeza, como os portos de Santa Catarina, enfrenta o problema da dragagem, a questão ambiental]. De qualquer forma, contratos de dragagem estão em andamento.

A afirmação final do Luiz Antonio Fayet, consultor logístico da CNA, é interessante por um lado e não verdadeira por outro. É verdade que não tem mais fila de caminhões no acesso ao Porto de Paranaguá e Santos porque, entre outras medidas, é o porto quem está organizando a chegada das cargas e não os embarcadores. Não é verdade que tem filas no mar, mas apenas tempos de espera, suportáveis, como na maioria dos portos em todo o mundo, já que são fruto do acelerado aumento de movimentação de cargas em toda parte.

A solução para redução de tempos e custos – portanto, da eficiência dos portos – está em concentrar a movimentação de contêineres para garantir ganhos de escala, o que não será possível com a pulverização de portos de carga geral containerizada. Para cargas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe de um minuto para encerrar o pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É a última linha.

Para cargas de granéis sólidos, o marco regulatório, como dissemos, permite a construção e operação de terminais de uso privativo, desde que seja para carga própria e não para carga de terceiros, que é o que eles desejam.

Eles querem abrir não é para escoar a produção própria; eles querem é abrir a possibilidade de um pequeno escoamento de produção própria e um grande escoamento fazendo competição desleal com os portos públicos.

Por isso, Sr. Presidente, é que nós temos muito trabalho. Vamos ter muito debate, não tenho nenhuma dúvida. Será de novo um enfrentamento em termos de concepção de papel do Estado, de papel da iniciativa privada e das parcerias possíveis de serem feitas, desde que não percamos mais um fator de soberania. Deter o controle dos portos é fator de soberania. Todos os países do mundo detêm o controle dos seus portos. Não será o Brasil que cometerá a insanidade de, com uma emendinha de “e/ou”, quebrar uma regra que está inclusive estabelecida na nossa Constituição.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência agradece a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, o cumprimento do horário regimental e concede a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo de cinco minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Senadora Ideli Salvatti traz aqui uma decisão da Justiça de Santa Catarina que precisa ser respeitada. Um Prefeito do interior do Estado, da cidade de Joinville, resolveu homenagear seu Partido às custas dos cofres públicos, construindo tucanos em cima de ginásios de esportes e de escolas municipais. A Justiça de Santa Catarina agiu muito bem, Sr. Presidente. Igual presteza esperamos da Justiça Federal em relação, possivelmente, ao caso que aconteceu aqui também, quando estrelas foram construídas no Palácio do Planalto também às custas dos cofres públicos. É preciso lembrar que os adeptos dos partidos podem construir estrelinhas e tucanos à vontade, mas prefeitos, governadores e presidentes da República precisam entender que aquelas casas onde eles vivem não são a casa da mãe Joana.

“Pela estrutura etnológica, caso tivesse acompanhado a loucura nacionalista e racista da Europa, o Brasil deveria ser o país mais dividido, menos pacífico e mais conturbado do mundo” – Stefan Zweig.

Atentai bem, Senador Mão Santa!

O Ministro da Defesa, Nelson Jobim, mostrou grandeza de estadista no gerenciamento do incidente causado pelas declarações pertinentes do comandante Militar da Amazônia, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, sobre os descaminhos da política indigenista brasileira. Peremptório, com apenas duas palavras – “caso encerrado” – o Dr. Jobim prestou enorme serviço à Nação ao dissipar a sanha revanchista, preparada para fabricar uma crise militar. Em vez de calar o pensamento coerente do General Heleno com os objetivos nacionais, o Ministro da Defesa, ainda que de forma colateral, desligou o microfone dos burocratas dos Direitos Humanos.

Oportunistas, eles tinham acabado de incluir as populações indígenas em seu protocolo de causas insurgentes e estavam prontos para, mais uma vez, colher rentabilidade política na divisão do Brasil. A eles interessa cindir um País historicamente amalgamado na cultura do sincretismo e romper o pacto da tolerância que engrandece e diferencia o nosso projeto de civilização. Ao nos separar em minorias ou nos jogar contra o passado, eles pensam desconstituir o esforço de cinco séculos do povo brasileiro que nos manteve unidos para criar uma classificação étnica e social inaceitável. Primeiro foram as quotas, depois a distribuição generosa de indulgências para marcar quem lutou e quem não lutou contra a ditadura, e agora vem com inopinada paixão pelos povos da floresta. Os direitos humanos no Brasil viraram uma reserva de mercado para organizações não-governamentais e neoburocratas oriundos da Libelu, ambos regiadamente remunerados pelo governo do PT e preparados para bagunçar o País, a exemplo do que patrocinou o MST com seu abril vermelho na semana passada.

Por mais que queiram eugenizar o Brasil, os burocratas do etnocentrismo nativista esbarram justamente em nosso DNA. O brasileiro não é branco, índio ou negro, e sim uma formidável mistura de raças realizada com muita alegria desde os primeiros dias de colonização portuguesa, conforme nos ensina o antropólogo Darcy Ribeiro. No começo não havia mulheres brancas e as indígenas foram a matriz do imenso criatório de gente que se tornaram esses trópicos a partir do cunhadismo, que permitia os laços de parentesco dos recém-chegados com as comunidades nativas. Aliás, é famosa a correspondência do padre jesuíta Manoel da

Nóbrega com a metrópole, no sentido de que a coroa enviasse ao Brasil “mulheres órfãs, porque todas se casariam”, além de recomendar que até as prostitutas fossem destinatárias de igual honra. Na inauguração de Brasília, o próprio Darcy Ribeiro fez uma paródia de espetacular poesia da Carta de Pero Vaz de Caminha, em que ressalta a função civilizatória das primeiras mães do Brasil naquela atmosfera quinhentista, a saber: “Andam lânguidas como se bailassem e com tanta graça natural que suponha não haja nesta terra maravilha que a elas se compare”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o que disse de tão exasperador o General Heleno? Rigorosamente nada além da verdade. A política indigenista brasileira é mesmo lastimável e caótica. A Fundação Nacional do Índio (Funai) é uma indústria de enxugamento de gelo, cujo custo em 2007 foi quase o dobro da média nacional dos investimentos da União no último quinquênio do Fundo Nacional de Segurança Pública. Trata-se de um paternalismo antropológico de Estado que custa muito à Nação, posto que os resultados estão distante de promover a emancipação dos povos indígenas. Aliás, interessa muito à Funai manter a dependência para que os gabinetes, os trâmites e as funções organizacionais da sua estrutura burocrática prosperem.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe de um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Isso para não mencionar a tolerância com a corrupção.

A pretexto de tirar proveito da própria nulidade, o presidente da Funai, Sr. Márcio Meira, lançou mão de filosofadas naturalistas por ocasião do incidente com o General. Afirmou Meira que “o direito econômico não pode inviabilizar o direito indígena”. Seria apenas o raciocínio próprio de um jurisconsulto de botequim, caso a Funai não fosse absolutamente conivente com todas as formas de atividades ilegais que corrompem os índios brasileiros. Estou a mencionar fatos reais como o envolvimento de sociedades indígenas na produção de drogas ilegais em seus territórios. Lembro ainda o caso da reserva Roosevelt, onde, em 2004, 29 mineradores foram assassinados pelos Cintas-Largas em um conflito usurário dos caciques da tribo com garimpeiros, também fruto de acentuada ilegalidade.

É sabido o envolvimento de lideranças indígenas com o desmatamento da Mata Atlântica, além da co-participação em atividades como a biopirataria e o extrativismo bandido dentro da Amazônia. Sabemos

que há lideranças indígenas que cobram pedágios de mineradoras entre tantas outras atrocidades do direito econômico paralelo que a Funai tolera. Enquanto tudo isso acontece, de um lado, chefes indígenas alcançam os prazeres do capitalismo e, de outro, a imensa maioria das populações indígenas vive à beira da mendicância, sem assistência médica adequada e cada vez mais dissociada de suas culturas tradicionais. O Presidente da Funai está equivocado e tem a companhia do Ministro da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Sr. Paulo Vanucci – esse um tolo catedrático – quando nega a emancipação econômica aos povos indígenas.

Tudo porque a burocracia dos direitos humanos, falsos direitos humanos neste caso, se beneficia da embromação. Para eles, é preferível a subsistência das atividades ilegais à regulamentação da economia em territórios demarcados. O caso da atividade mineradora é explícito. A Funai faz um *lobby* sufocante sobre o Congresso Nacional para que o projeto que regula a mineração em áreas indígenas não prospere, Sr. Presidente. Tanto é verdade que há 12 anos a matéria tem a tramitação estagnada. Argumentam que é preciso, primeiro, aprovar a nova lei das sociedades indígenas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa pede a colaboração de V. Ex^a. V. Ex^a tinha um tempo de cinco minutos. Talvez não tenha percebido, mas já falou por nove minutos, e há outros oradores aguardando a sua vez de falar. V. Ex^a terá um minuto, impreterível, para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Dê-me um pouco mais, Sr. Presidente. Neste caso, nós temos apenas três ou quatro Senadores na Casa. V. Ex^a poderia ter um pouco mais de condescendência, para que eu pudesse encerrar, uma vez que é um discurso em que eu faço até uma exortação para que este problema seja definitivamente resolvido.

Peço a V. Ex^a apenas um pouco mais de tolerância, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa não pode descumprir o Regimento, Excelência. Tem que dar o exemplo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – E tem descumprido com frequência.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Não eu.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu sou testemunha de Senadores aqui que falam por cerca de três horas, com total conviência da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a me desculpe, mas não posso descumprir o Regimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Então, encerro o discurso.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Eu agradeço a V. Ex^a o cumprimento do tempo que lhe foi destinado, mas a Mesa, infelizmente, tem que cumprir o Regimento. Eu não posso descumprir o Regimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – E vou pedir, quando V. Ex^a estiver usando da palavra; em outros momentos, vou fiscalizar V. Ex^a, para que cumpra o Regimento da Casa. E farei isso, e V. Ex^a sabe que farei.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Agradeço muito que V. Ex^a me fiscalize. V. Ex^a vai se frustrar ao me fiscalizar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Acho que não vou. Vamos ver.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Próximo orador inscrito: Senador Eduardo Suplicy, por cessão do Senador Jayme Campos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É só para comunicar que nós estamos encaminhando um voto de louvor, que eu sei que já foi assinado inclusive por V. Ex^a, pela gestão da Ministra Ellen Gracie à frente do Supremo Tribunal Federal, que eu pediria a V. Ex^a para colocar em votação. Mas, antes disso, estou sendo informado que vários Senadores presentes gostariam também de subscrever este voto de louvor. Peço, se for possível, que seja, antes de ser lido, distribuído para que todos possam prestar esta homenagem, a meu ver, tão merecida à Ministra Ellen Gracie.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência solicita à Secretaria da Mesa que faça descer até o Plenário o requerimento do Senador Tasso Jereissati de voto de congratulações à Ministra Ellen Gracie – já está no plenário –, para que possa ser assinado pelos Srs. Senadores presentes.

Embora haja um orador na tribuna, pela ordem, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria apenas associar-me a essa feliz inspiração do Senador Tasso Jereissati.

Ontem nós vimos... É aquilo que Montaigne já disse: “A justiça é o pão de que mais a humanidade precisa”. Ontem, na posse do Presidente do Supremo Tribunal Federal, vimos uma freqüência que traduz isso. É como Aristóteles já dizia: “que a coroa da justiça esteja mais alta do que a dos santos e brilhe mais do que a dos reis”. E a Ministra Ellen Gracie simbolizou essa grandeza.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Na oportunidade da leitura e da votação do requerimento, V. Ex^a poderá se inscrever para falar.

Com as desculpas ao Senador Suplicy, V. Ex^a tem a palavra pelo tempo de dez minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Gerson Camata, inúmeros Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras têm aqui feito um apelo para que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia libertem a Senadora Ingrid Betancourt bem como todos aqueles que estão seqüestrados.

Ingrid Betancourt está seqüestrada desde fevereiro de 2002 e, conforme muitos aqui já ressaltaram, se encontra em condições extremamente precárias de saúde.

Então, quero hoje renovar o apelo, já assinado por tantos Senadores, inclusive por todos os presentes, e pela Senadora Kátia Abreu, pela Líder Ideli Salvatti, pelo Senador Mão Santa, pelo Senador Tasso Jereissati, pelo Senador Jarbas Vasconcelos, pelo Senador Pedro Simon e também pelo Senador Gerson Camata. Todos temos apelado pela libertação da Senadora Ingrid Betancourt.

Para dar maior substância ao tema, eu gostaria, hoje, de trazer aqui ao conhecimento de todos alguma coisa do pensamento de Ingrid Betancourt, uma vez que o sociólogo e jornalista Guillermo Solarte Lindo publicou, recentemente, um livro e um artigo.

Numa entrevista publicada pela *Terra Magazine* estão as próprias palavras de Ingrid Betancourt. E eu gostaria, Senador Mão Santa, para que nós todos pudéssemos conhecê-la melhor, de transmitir ao Senado brasileiro o pensamento da Senadora Ingrid Betancourt.

Quero ressaltar que ainda há pouco conversei com o pessoal do gabinete da Senadora Piedad Córdoba, que voltou da Espanha hoje, nesta madrugada, e me informaram os seus auxiliares que, infelizmente,

desde a morte do Sr. Raúl Reyes, ali naquele episódio em que as Forças Armadas da Colômbia adentraram o território do Equador, não tem havido mais diálogo com as FARC. Assim, estão suspensas, congeladas as negociações, seja com o governo francês, seja com o Presidente Hugo Chávez, seja com o Governo Álvaro Uribe. E é importante que sejam retomadas essas negociações.

O Senador Mão Santa há pouco me disse que gostaria até que fôssemos lá, que eu próprio fosse... Então, quero aqui dizer, Senador Mão Santa – e até já o transmiti à Senadora Piedad Córdoba –, que, se avaliarem que eu possa ser útil, disponho-me, sim, a ir à Colômbia ou aonde puder, para auxiliar mais nessa causa, seja em Bogotá, seja na Floresta Amazônica, seja entrando pela fronteira do Brasil-Colômbia ou aonde for. Mas não adiantará ir para lá sem saber onde ou com quem conversar, porque, senão, me perderei na selva, sem utilidade. E o trabalho aqui precisa continuar. Então, se houver alguma indicação precisa de aonde ir ou como colaborar, disponho-me a seguir a sua sugestão.

Mas eis as palavras de Ingrid Betancourt, Senador Gerson Camata:

A política é o exercício que todo ser humano faz quando trata de sonhar um entorno ideal, portanto é um exercício coletivo, histórico, de melhoramento das condições. Creio que os sonhos são o que finalmente moldaram a história do mundo, penso que o mundo chegou onde está precisamente porque existiram homens que o sonharam tal como o conhecemos hoje, não somente no âmbito tecnológico, médico ou de comunicações; mas também no político. Considero que a política é o instrumento para fazer com que esses sonhos históricos se tornem realidade. Meu sonho é a possibilidade de viver em uma Colômbia que está latente, que sinto que vive, mas que se encontra completamente asfixiada e seqüestrada por uma gerência obsoleta, anacrônica, com todas as características dos Séculos XVIII e XIX, apesar de já estarmos no Século XXI. O salto para a reestruturação de nossa sociedade deve ser dado, ou seja, devemos redistribuir o poder em particular.

Sobre Ecologia e humanismo, diz Ingrid Betancourt:

A destruição do planeta implica a destruição do ser humano, ou seja, para salvar o ser

humano e para salvar a história da humanidade, a condição primordial é salvar o planeta. A Colômbia tem uma responsabilidade imensa nessa matéria, porque a primeira potência ecológica neste assunto é a América Latina e, dentro desse bloco ecológico, a Colômbia tem uma missão particular, obviamente pela riqueza que temos no âmbito da biodiversidade: águas, terras, bosques, picos nevados e tudo o que significa a riqueza colombiana. Dentro dessa riqueza também temos uma imensa culpa. Quando falamos de ecologia, estamos falando da ecologia imersa em um sistema que contempla a liberdade de empresa, a liberdade de mercados, ou seja, uma ecologia dentro de um sistema capitalista, mas obviamente uma ecologia que é humanizante e que, de fato, se aproxima mais do reflexo de um novo socialismo, um socialismo capitalista. Portanto, para mim, a ecologia é a bandeira humanista do princípio do milênio.

Manifestando-se “contra o capitalismo ascendente”, diz ela:

Uma coisa é o capitalismo e outra coisa é o neoliberalismo. Esta é uma reflexão que deve ser feita, porque o que está legitimando o neoliberalismo é um capitalismo ascendente que sustenta o consumismo, e o consumismo é a produção do desperdício. O neoliberalismo planetário, ou melhor, as características de uma globalização neoliberal não são democráticas, justamente por levarem implícitas a imposição do mais forte, não existindo para muitos a possibilidade de atuar. A Colômbia tem que buscar, dentro dessa globalização, poder atuar, mas com regras nas quais o sentir democrático se faça valer. A maioria dos povos do mundo, incluindo a Colômbia, está jogando com regras desequilibradas a favor dos países do norte; essas regras devem ser equilibradas. O consenso internacional aponta as estruturas onde se tomam as decisões da globalização, estruturas que devemos começar a reformar. Um planeta onde a metade da população vive com menos de mil dólares por ano e outros, com 14 mil dólares por ano de renda per capita – isso nos está dizendo que aqui há algo que temos de organizar, e acredito que isso deve ser realizado por meio de um processo de democratização das estruturas da sociedade internacional.

Sobre a corrupção na Colômbia, diz Ingrid Betancourt:

Nada do que propusemos tem a possibilidade de ser aplicado dentro de um Estado corrupto. Mas o que é o Estado? O Estado não é nada diferente dos indivíduos que trabalham para ele. O Estado é uma entelêquia, salvo no caso em que se personaliza através de quem o representa: os funcionários, os servidores públicos. Na Colômbia persiste um clientelismo que matou o país, porque nenhuma das decisões foi tomada com o rigor que pode se pressupor de um Estado que funcione em termos de honestidade. Então, qual é a nossa reflexão? Que não vale a pena defender nenhuma tese econômica no país.

Sobre “mudar as estruturas”, diz Ingrid Betancourt que:

Na Colômbia pegamos no pé da história durante cem anos, quero dizer, nos vestimos de uma roupagem retórica, vendemos tudo de bom e de mau, fazendo com que os colombianos acreditassem que estávamos fazendo reformas de estrutura. Nunca fizemos reforma de estrutura, já que temos a mesma estrutura de poder que na colônia, com uma oligarquia fechada na tomada de decisões, uma exclusão sistemática, uma exploração do humilde e relações de poder excessivamente arbitrárias. A Colômbia é um país onde não conseguimos desatar a energia das pessoas para que elas produzam. É um país que não se liberou das correntes de um sistema econômico completamente arcaico. A Colômbia é um país de rendas, não é um país produtivo. É especuladora, é um país onde as coisas se fazem através do tráfego de influência, e não através da competitividade, ou seja, na Colômbia temos que desmascarar as decisões que foram tomadas para poder encará-las e denunciá-las. Por que insistimos tanto no tema da corrupção como prioridade? Porque finalmente nos damos conta de que, há mais de 100 anos, aqueles que vêm gerindo o país puderam esconder todas as suas artimanhas para manter seus privilégios e afogar e asfixiar a Colômbia com discursos progressivos em nível social, quase revolucionários, sem ter tocado as estruturas.

Quanto à visão de Ingrid Betancourt sobre a guerra na Colômbia:

Na Colômbia, com nossa estrutura ainda colonial, o poder político divide os demais poderes. Creio que existe um fator importante, o de fazer uma identificação das estratégias daqueles que não desejam que as coisas mudem. Explico: seria possível dizer que na Colômbia existe uma guerra civil, mas não creio que seja contra os bandos a que estamos acostumados. A guerra se trava entre aqueles que têm o poder do dinheiro, da política, das armas, e os demais cidadãos que são vítimas dos abusos de poder que esses homens cometem. Por que considero que seja preciso desmascarar essas estratégias? Porque, de alguma maneira, na Colômbia, sempre que procuramos realizar uma reforma estrutural que toque o poder, seja político, econômico ou social, imediatamente os meios de comunicação apresentam uma visão de casos, como se estivessem interessados na defesa de uma suposta ordem. E a cada vez que tentamos tocar esse espaço, a cada vez que tentamos resolver esse problema, que é aquilo que está gerando o caos, a violência, o empobrecimento, a falta de oportunidades na Colômbia, nos dizem que vamos causar uma crise econômica, que vamos incentivar e fortalecer a guerrilha.

Sr. Presidente, eu teria aqui mais duas páginas para ler do pensamento de Ingrid Betancourt, mas sei que V. Ex^a, exigente que foi com o Senador Demóstenes Torres, comigo o será também.

Mas quero, então, reiterar o apelo, que é de todos nós, Senadores, para que as FARC e também o Governo Álvaro Uribe, que inclusive está sendo objeto de investigação, segundo ele próprio reconheceu, a respeito de pessoas muito próximas a ele – até a Presidente do Senado Federal da Colômbia está sendo objeto agora de investigação muito séria de ligações com os grupos paramilitares, ligações as mais diversas... E é importante que, neste momento, essa palavra de Ingrid Betancourt possa ser colocada para toda a América Latina ouvir, que inclusive cheguem a nossa palavra e o nosso apelo ao meio da Floresta Amazônica; que possam os membros das FARC, assim como os membros do Governo do Presidente Álvaro Uribe, chegar ao entendimento, porque isso interessa à humanidade, interessa a todos nós da América Latina, a todos nós que amamos a democracia e a liberdade.

Sr. Presidente, eu gostaria então, já que seria difícil colocar aqui tudo o que a Ingrid Betancourt disse, de requerer que seja transcrita toda sua palavra aqui resumida. Somente, então, o último parágrafo, se me permite V. Ex^a:

Ingrid e o sacrifício

Sou uma dama de ferro em meu trabalho, mas na verdade sou fruto de minha vida familiar, ou seja, não poderia conduzir minha luta nem exhibir meu radicalismo, nem atuar como atuo se não tivesse o respaldo absoluto não só daqueles com quem divido minha vida, como também o de meus filhos, que são vítimas desse processo. A equação é simples: considero-me uma pessoa muito dura, muito firme, muito batalhadora e esforçada, no âmbito de minha profissão e no âmbito social, mas sou completamente mulher no âmbito familiar, e, portanto, em minha casa os papéis são bastante convencionais. A relação com meus filhos é muito intensa, porque evidentemente nem eu, nem eles poderíamos viver as separações e riscos sem que houvesse uma comunicação mais forte que o normal; existe uma necessidade de comunicação exacerbada, já que são crianças que sofreram e continuam sofrendo muito. A vantagem é que as tomam como sacrifício construtivo.

E aqui pergunta então o sociólogo Antonio Morales Riveira: “Onde está a distância entre as posições políticas de Ingrid e as dos homens que a seqüestraram? Na verdade, elas parecem bem próximas. E, no entanto, ela continua prisioneira”.

Sr. Presidente, quero dizer, com muita franqueza e sinceridade, aos membros das FARC que seqüestraram, que torturaram pessoas, que cometeram atividades com as quais de maneira alguma posso concordar, mas eles são seres humanos e precisam verificar que libertar a Senadora Ingrid Betancourt constitui hoje uma necessidade inelutável. É algo que toda a humanidade espera que aconteça e que ainda ela esteja com vida para que possa logo retornar ao carinho de seus filhos, de seu marido e do povo da Colômbia.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ingrid Betancourt mantém a palavra

Antonio Morales Riveira
De Bogotá, Colômbia

Um mês antes de ser seqüestrada, em fevereiro de 2002, Ingrid Betancourt deu uma entrevista ao sociólogo e jornalista Guillermo Solarte Lindo. Nela, deixou estampado seu pensamento, sua ideologia e suas agudas críticas ao sistema político colombiano.

Tal entrevista não foi publicada na imprensa. Apareceu em um livro do autor, em companhia de outros encontros com diversas mulheres protagonistas da vida nacional. E constitui hoje um elemento importante para medir o pensamento de Ingrid, que segue nas mãos das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (Farc), nas selvas da Colômbia.

Os rumores em torno de sua saúde e provável libertação continuam esta semana, mas não são mais que versões e informações vagas. Nada é certo, exceto o fato de que Ingrid segue no matagal. Quisemos, esta semana, sair da análise e da reflexão sobre o que acontece com ela, porque consideramos que toda a informação é incerta e em não poucas ocasiões manipulada pelo poder e pela própria imprensa. Por isso, apresentamos alguns trechos da entrevista gentilmente cedidos por Guillermo Solarte Lindo a **Terra Magazine**. Desta vez, que Ingrid mesma fale...

A política para que os sonhos se tornem realidade

"A política é o exercício que todo ser humano faz quando trata de sonhar um entorno ideal, portanto é um exercício coletivo, histórico, de melhoramento das condições. Creio que os sonhos são o que finalmente moldaram a história do mundo, penso que o mundo chegou onde está precisamente porque existiram homens que o sonharam tal como o conhecemos hoje, não somente no âmbito tecnológico, médico ou de comunicações; mas também no político. Considero que a política é o instrumento para fazer com que esses sonhos históricos se tornem realidade. Meu sonho é a possibilidade de viver em uma Colômbia que está latente, que sinto que vive, mas que se encontra completamente asfixiada e seqüestrada por uma gerência obsoleta, anacrônica, com todas as características dos séculos XVIII e XIX, apesar de já estarmos no século XXI. O salto para a reestruturação de nossa sociedade deve ser dado, ou seja, devemos redistribuir o poder em particular".

Ecologia e humanismo

"A destruição do planeta implica na destruição do ser humano, ou seja, para salvar o ser humano e para salvar a história da humanidade, a condição primordial é salvar o planeta. A Colômbia tem uma responsabilidade imensa nessa matéria porque a primeira potência ecológica neste assunto é a América Latina, e dentro desse bloco ecológico a Colômbia tem uma missão particular, obviamente pela riqueza que temos no âmbito da biodiversidade: águas, terras, bosques, picos nevados e tudo que significa a riqueza colombiana. Dentro desta riqueza também temos uma imensa culpa. Quando falamos de ecologia, estamos falando da ecologia imersa em um sistema que contempla a liberdade de empresa, a liberdade de mercados, ou seja, uma ecologia dentro de um sistema capitalista, mas obviamente uma ecologia que é humanizante e, que de fato, se aproxima mais do reflexo de um novo

socialismo, a um socialismo capitalista. Portanto, para mim, a ecologia é a bandeira humanista do princípio do milênio".

Contra o capitalismo ascendente

"Uma coisa é o capitalismo e outra coisa é o neoliberalismo. Esta é uma reflexão que deve ser feita, porque o que está legitimando o neoliberalismo é um capitalismo ascendente que sustenta o consumismo, e o consumismo é a produção do desperdício. O neoliberalismo planetário, ou melhor, as características de uma globalização neoliberal, não são democráticas justamente por levarem implícitas a imposição do mais forte, não existindo para muitos a possibilidade de atuar. A Colômbia tem que buscar dentro dessa globalização poder atuar, mas com regras nas quais o sentir democrático se faça valer. A maioria dos povos do mundo, incluindo a Colômbia, está jogando com regras desequilibradas a favor dos países do norte; essas regras devem ser equilibradas. O consenso internacional aponta as estruturas onde se tomam as decisões da globalização, estruturas que devemos começar a reformar. Um planeta onde a metade da população vive com menos de mil dólares por ano e outros com 14 mil dólares por ano de renda per capita -isso nos está dizendo que aqui há algo que temos de organizar, e acredito que isso deva ser realizado por meio de um processo de democratização das estruturas da sociedade internacional".

Antes de mais nada, acabar com a corrupção

"Nada do que propusermos tem a possibilidade de ser aplicado dentro de um Estado corrupto. Mas o que é o Estado? O Estado não é nada diferente dos indivíduos que trabalham para ele. O Estado é uma entelêquia, salvo no caso em que se personaliza através de quem o representa: os funcionários, os servidores públicos. Na Colômbia persiste um clientelismo que matou o país, porque nenhuma das decisões foi tomada com o rigor que pode se pressupor de um Estado que funcione em termos de honestidade. Então, qual é nossa reflexão? Que não vale a pena defender nenhuma tese econômica no país".

Mudar as estruturas

"Na Colômbia pegamos no pé da história durante cem anos, quero dizer, nos vestimos em uma roupagem retórica, vendemos tudo de bom e de mau fazendo com que os colombianos acreditassem que estávamos fazendo reformas de estrutura. Nunca fizemos reformas de estrutura, já que temos a mesma estrutura de poder que na colônia, com uma oligarquia muito fechada na tomada de decisões, uma exclusão sistemática, uma exploração do humilde e relações de poder excessivamente arbitrárias. A Colômbia é um país onde não conseguimos desatar a energia das pessoas para que elas produzam, é um país que não se liberou das correntes de um sistema econômico completamente arcaico. A Colômbia é um país de rendas, não é um país produtivo; é especulador; é um país onde as coisas se fazem através do tráfico de influências e não através da competitividade, ou seja, na Colômbia temos que desmascarar as decisões que foram tomadas para poder encará-las e denunciá-las. Por que insistimos tanto no tema da corrupção como prioridade? Porque finalmente nos damos conta de que há mais de 100 anos aqueles que vêm gerindo o país puderam esconder todas as suas artimanhas para manter seus privilégios e afogar e asfixiar a Colômbia com discursos progressivos em nível social, quase revolucionários, sem ter tocado as estruturas".

A visão de Ingrid sobre a guerra na Colômbia

"Na Colômbia, com nossa estrutura ainda colonial, o poder político divide os demais poderes. Creio que exista um fator importante, o de fazer uma identificação das estratégias daqueles que não desejam que as coisas mudem. Explico: seria possível dizer que na Colômbia existe uma guerra civil, mas não creio que seja contra os bandos a que estamos acostumados. A guerra se trava entre aqueles que têm o poder do dinheiro, da política, das armas, e os demais cidadãos que são vítimas dos abusos de poder que esses homens cometem. Por que considero que seja preciso desmascarar essas estratégias? Porque de alguma maneira, na Colômbia, sempre que procuramos realizar uma reforma estrutural que toque o poder, seja político, econômico ou social, imediatamente os meios de comunicação apresentam uma visão de casos, como se estivessem interessados na defesa de uma suposta ordem. E a cada vez que tentamos tocar esse espaço, a cada vez que tentamos resolver esse problema, que é aquilo que está gerando o caos, a violência, o empobrecimento, a falta de oportunidades na Colômbia, nós dizem que vamos causar uma crise econômica, que vamos incentivar e fortalecer a guerrilha".

A oligarquia de sempre

"Temos uma classe dirigente demasiadamente hábil, que passou dois séculos entrincheirada de maneira inamovível e conseguiu se manter apesar de todos os movimentos históricos, de tudo que houve no mundo. Das idéias novas que surgiram, nenhuma chegou até aqui. Nossa oligarquia sempre soube manobrar para manter os mesmos esquemas de poder, recolhendo e controlando discursos que colocavam em xeque o status colombiano. Os que mais poderiam ser prejudicados pela reforma agrária foram os que mais defenderam que ela fosse violada, tentando primeiro manipulá-la e mais tarde impedindo sua realização. Os que falaram de reformas sindicais na Colômbia foram exatamente aqueles que mais manipularam os direitos dos trabalhadores, deixando-os aos caprichos dos dirigentes de plantão. Ou seja, caímos nas garras de charlatães habilidosos".

Imprensa e manipulação

"Temos um país que está em mãos de pessoas que se beneficiam do sistema, que o orientam: políticos, empresários - não todos, mas aqueles que estão por cima, os que conseguem fazer lobby; também existem líderes sindicais que conseguem tirar partido de seu relacionamento privilegiado com o Estado. Também temos todos os meios de informação, que por serem de propriedade de grupos econômicos dependem, para sobreviver, de seu relacionamento com o Estado. Número grande demais de colombianos, não importa quais sejam suas origens sociais, preferências ideológicas ou causa, em algum momento fazem essa passagem, e passam a fazer parte do grupo daqueles que usufruem de benefícios porque estão próximos ao status quo. Hoje em dia os colombianos se sentam para assistir aos jornais de TV, ouvem um programa de rádio ou lêem os jornais tendo de ler nas entrelinhas, e sabem que aquilo que lhes é dito tem por objetivo levá-los a pensar de certa forma, manipular sua reflexão; disso sabemos todos nós".

O Congresso é um mercado

"Nele, as ações altas são as que permitem dividendos. Pode ser um mercado de valores, no qual as ações que têm mais peso são as que produzem maiores dividendos, e as ações que maiores dividendos propiciam são as econômicas, porque permitem que as pessoas se beneficiem dos lobbies e com isso permitem redistribuição de favores em forma de financiamento de campanhas; e as políticas, porque definem as regras do jogo de acesso ao poder".

A serpente que devora a si mesma

"Os hindus dizem que, para limpar a escada, é preciso começar de cima, e isso é fato. Na Colômbia, a problemática local está relacionada aos mesmos fatores que atuam no cenário regional e nacional. Por exemplo, se você visita qualquer cidade, descobrirá que o prefeito está roubando, e que conta com o apoio do senador, por sua vez aliado do presidente. Quando você se dispõe a perguntar, percebe que todas as possibilidades ou mecanismos de controle se fecham, porque o procurador é amigo de tal funcionário, o fiscal é amigo de tal outro, o controlador de ainda outro, e assim por diante".

Na Colômbia não existe democracia

"Se temos um capital democrático não é porque realizamos eleições sucessivas, mas sim porque houve pessoas que deram a vida por isso, ao promover a criação de uma resistência. Um ambiente democrático é aquele no qual os cidadãos podem chegar em igualdade de condições a defender seus pensamentos, e na Colômbia não temos um sistema democrático. Para mim, a Colômbia não é uma entidade abstrata; a Colômbia são os colombianos, e portanto a política precisa ser direcionada de forma a melhorar a vida de todos os colombianos. Para expressar a situação em termos bastante humanistas, como líder política meu interesse é facilitar a felicidade dos cidadãos colombianos".

Legalização das drogas

"O problema da legalização das drogas é diferente do problema do consumo das drogas. O verdadeiro problema é o comércio da droga, e o debate sobre sua legalização precisa acontecer em âmbito internacional. Acredito que seja importante defender a legalização da droga, e eu o faria em termos políticos. Mas é preciso também deixar bastante claro que esse é um processo de reflexão, e que especificamente, para a Colômbia, devemos conduzi-lo com grande responsabilidade, porque não podemos defender a legalização enquanto continuamos a ser os maiores produtores mundiais de droga. Não podemos ser os porta-vozes da legalização das drogas enquanto tivermos presidentes ou congressistas financiados por elas. Quando estivermos dispostos a permitir que aquilo que ainda não foi contado, e precisa ser contado, seja de fato contado, poderemos levar a juízo as estruturas políticas que estão dominando o país, porque é tudo um jogo de dominós. No dia em que o fizermos, teremos dignidade como país libertado dessas correntes, e poderemos convidar o mundo a contemplar nossa situação, porque enfim o tema da luta contra as drogas será uma forma de defesa da democracia. Todos os violentos são corruptos, por definição. Quando propomos a luta contra a corrupção como parte fundamental de nossos afazeres políticos, estamos propondo um debate sobre o Estado".

Ingrid e o sacrifício

"Sou uma dama de ferro em meu trabalho, mas na verdade sou fruto de minha vida familiar, ou seja, não poderia conduzir minha luta, nem exibir meu radicalismo, nem atuar como atuo, se não tivesse o respaldo absoluto não só daqueles com quem divido minha vida como também o de meus filhos, que são vítimas dessa processo. A equação é simples: considero-me uma pessoa muito dura, muito firme, muito batalhadora e esforçada, no âmbito de minha profissão e no âmbito social, mas sou completamente mulher no âmbito familiar, e portanto em minha casa os papéis são bastante convencionais. A relação com meus filhos é muito intensa, porque evidentemente nem eu, nem eles, poderíamos viver as separações e riscos sem que houvesse uma comunicação mais forte que o normal; existe uma necessidade de comunicação exacerbada, já que são crianças que sofreram e continuam sofrendo muito. A vantagem é que as tomam como sacrifício construtivo".

Onde está a distância entre as posições políticas de Ingrid e as dos homens que a seqüestraram? Na verdade, elas parecem bem próximas. E no entanto ela continua prisioneira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Suplicy, a Presidência faz eco com o brado de V. Ex^a pela libertação da nossa colega ex-senadora e candidata a Presidente da República da Colômbia, presa de maneira cruel, durante seis anos, nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Solicito a V. Ex^a que, em cumprimento ao Regimento Interno, assumo a Presidência, para que possa ser concedida a palavra a mim e ao Senador Jarbas Vasconcelos, que é o próximo orador inscrito.

O Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, veja V. Ex^a que terei de cumprir o Regimento, como sempre, aliás, tenho feito aqui.

V. Ex^a falou sobre os problemas do Brasil, aliás, da Colômbia, e vou abordar o problema do Paraguai.

Em 1976, eu era Deputado Federal e o Brasil começou o acordo de Itaipu. Eu fiz um discurso. Naquela época, a maior encrência da América era o Canal do Panamá, construído e administrado pelos Estados Unidos, com muitos problemas políticos, com tentativa de retomada pelo governo do Panamá, pelo presidente da época, e eu me lembro que disse aqui – aliás, disse lá da tribuna da Câmara – o seguinte: o Brasil está criando, com essa usina binacional, um novo canal do Panamá, dessa vez para o Brasil, uma encrência secular e internacional. E eu dizia que o Paraguai não tinha, naquela época, e me parece que até hoje não tem, a personalidade jurídica de país assentado para assinar um acordo que fosse durar 40 anos. E eu fiz uma profecia infelizmente.

Estamos vendo agora que esse novo presidente do Paraguai se elegeu na demagógica renovação do acordo de enfrentamento com o Brasil como o Evo Morales fez. E o Evo Morales invadiu as refinarias da Petrobras, abusou da soberania do Brasil, prendeu funcionários da Petrobras, pagou dez centavos pelas refinarias que a Petrobras gastou bilhões de dólares para montar, desapropriou os postos de gasolina, e a popularidade dele subiu. Agora ele está com as encrências que arranjou lá, porque não tem mais coisas do Brasil para desapropriar. O boliviano se sente bem: enfrentou o Brasil, tomou as refinarias, pensou que teria gasolina de graça. Não tem. Pensaram que teriam muito gás. Não têm, porque não estão investindo o dinheiro que tomaram do Brasil lá nos postos de gás e petróleo.

A mesma coisa vai acontecer com o Paraguai. Tenho certeza. Preparem-se consumidores brasileiros, todo

mundo que tem energia elétrica em casa, nós vamos pagar mais pela energia elétrica para dar mais dinheiro para o Paraguai, para reforçar a demagogia desse ex-bispo, candidato à Presidência, que acaba de se eleger lá.

Mas queria fazer um apelo, Sr. Presidente, ao Governo brasileiro. Já que vai ter de ceder, já que é programático ceder, já que houve apoio do PT ao atual Presidente do Paraguai, eleito recentemente, vamos exigir algo em troca do Paraguai. Que eles fiscalizem os armamentos que vêm para as mãos dos bandidos de São Paulo e do Rio de Janeiro, atravessando o Paraguai com apoio de forças políticas paraguaias.

Será que eles não podem fiscalizar? Será que a polícia do Paraguai, que deixa passar esse armamento, não pode, de uma hora para outra, em troca dessa revisão do Tratado de Itaipu, começar a frear a entrada de armas, inclusive armas para derrubar helicópteros e aviões, que entram pelo Paraguai a rodo e vão para os bandidos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Vitória, de todo o Brasil? Temos de exigir do Presidente do Paraguai que respeite a autonomia e a soberania do Brasil, que não infiltre maconha, que não infiltre cocaína, que tome conta dos seus bandidos e, aliás, que não dê asilo aos bandidos brasileiros, que têm asilo perpétuo e permanente lá para atuar jogando droga, armamento, maconha, contrabando para dentro do Brasil, como está acontecendo hoje. Acredito que, se o Brasil conseguisse algo nesse campo, certamente, Sr. Presidente, valeria a pena até ceder às exigências do novo Presidente do Paraguai.

Na verdade, o que ele está pretendendo é que o Paraguai não pague o investimento feito. Quem investiu para construir Itaipu foi o Brasil. O Paraguai está amortizando a dívida da parte que não investiu. Ele deseja ter soberania sobre a usina, rendimento total da venda da energia da usina, mas, em nenhum momento, participar da construção da usina.

Eu acredito então, Sr. Presidente, que era hora de o Brasil começar a exigir. Por exemplo, há pouco tempo, pegaram o Presidente do Paraguai com um carro roubado em São Paulo. Quer dizer, a estrutura legal do Paraguai, a estrutura política do Paraguai, está imiscuída, interpenetrada pelo crime organizado, que, daquele país, vive às custas de infiltrar armamento, infiltrar droga e infiltrar contrabando no território brasileiro.

Eu acho que qualquer negociação terá que colocar na mesa também a maneira desrespeitosa com que autoridades, governo e polícia do Paraguai tratam os brasileiros.

Cada jovem que morre nos fins de semana nas ruas do Rio de Janeiro, nas favelas do Espírito Santo, em consequência das drogas, cada traficante que é morto, cada policial que é morto, o Paraguai tem um pouco de culpa e um pouco de responsabilidade nisso.

O Brasil tem também que afirmar a sua soberania nesse campo e não pode permitir que continue sendo tratado dessa maneira pelo país vizinho, que nós queremos respeitar, mas queremos também que respeite o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Gerson Camata, acho importante que V. Ex^a possa colocar que o novo Governo do Presidente Fernando Lugo venha a ter um espírito de cooperação, de respeito com o Brasil e possa colaborar inclusive para que não haja o envio de armas de forma ilegal do Paraguai para o Brasil, ao mesmo tempo em que avalio ser importante que o Governo brasileiro tenha um diálogo fraterno e de muito respeito.

Parece-me que o Presidente Fernando Lugo quer muito ter um procedimento de muita retidão no diálogo, em cooperação com o nosso Governo.

Tem a palavra agora o Senador Jarbas Vasconcelos, em permuta com o Senador Cristovam Buarque, por dez minutos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, sempre acreditei e torci para que o Brasil pudesse viver um bom momento na sua economia, sem que isso excluísse o exercício virtuoso da política.

No início da década de 1970, o País vivia o chamado “milagre econômico”, mas sofria na pele o período mais obscuro da repressão política.

A redemocratização chegou na década de 1980, com o resgate das liberdades individuais e o respeito aos direitos do cidadão, mas a economia patinava na hiperinflação.

Essa falta de sintonia entre política e economia fez com que durante algum tempo especialistas chegassem a duvidar de que o nosso País pudesse conjugar essas duas agendas civilizatórias.

Com o Plano Real, o Brasil deu sinais de que poderia fazer isso, provando que a estabilidade econômica é, sim, compatível com a estabilidade política, demonstrando que a competência no exercício do poder político pode incluir também o desenvolvimento econômico.

Em síntese: o Brasil caminharia a passos largos para se tornar uma democracia no mundo desenvolvido.

Infelizmente, Sr. Presidente, não é isso que podemos vivenciar nos últimos anos. A verdade é que o País acumula resultados positivos na chamada macroeconomia, mas, na política, a marca principal tem sido a da mediocridade.

Nos dicionários da Língua Portuguesa, está escrito que medíocre é aquele que está abaixo da média no que toca a qualidade, originalidade; algo que é

inexpressivo, ordinário, sem expressão ou originalidade; mediano, pobre, banal, passável.

Não é de surpreender que a política, em especial no Parlamento, passe por uma fase de tão baixo respaldo da opinião pública, pois os valores que deveriam nortear a prática política estão completamente desvirtuados.

Mente-se da forma mais descarada, sem qualquer sinal de timidez ou de vergonha. O cinismo e a desfaçatez está se transformando em virtudes anunciadas.

Manipula-se escancaradamente a verdade olhando nos olhos do manipulado. Tamanho desvio não pode resultar em coisa boa.

A mediocridade campeia.

Se o fato é desfavorável ao poderoso de plantão? Muda-se o fato.

Agressores se transformam em agredidos; vítimas, em criminosos.

Assina-se embaixo da máxima nazista de que uma mentira repetida mil vezes se transforma em verdade.

Não há respeito pela história, Senador Mão Santa. Não há respeito pelo que herdamos de bom dos nossos antecessores. É o que existe de mais velho e retrógrado, travestido de novidade. É a preferência pelo jogo do mais esperto, no qual a trapaça é a única forma de vencer.

Sr^s e Srs. Senadores, tenho o maior respeito pela história de vida do Presidente da República. De identidade com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não guardo apenas o fato de ter nascido em terras de Pernambuco. Vai além disso.

Na década de 1970, estávamos – eu no MDB, ele no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – lutando para que o Brasil voltasse a ser uma democracia. Sua atuação na hoje histórica Greve dos Metalúrgicos do ABC paulista terminou levando-o à prisão. Fui um dos primeiros integrantes da Oposição a visitar Lula, após ser libertado em 1980.

Nove anos depois, em 1989, no segundo turno da eleição presidencial, voltamos a nos encontrar e apoiei sua candidatura.

No entanto, em 2002, quando Lula finalmente venceu a disputa presidencial, eu estava em um palanque oposto, do então ex-Ministro José Serra, hoje Governador de São Paulo.

Como Governador do Estado de Pernambuco, em segundo mandato, entre 2003 e 2006, mantive uma relação de respeito recíproco com o Presidente da República. Quer seja no Recife ou aqui mesmo em Brasília, construímos um diálogo produtivo, que colocava os interesses do nosso Estado e do País acima das divergências partidárias.

Já no primeiro mandato, o Governo Lula dava sinais de que não saberia valorizar as duas agendas: a política e a econômica. Enquanto manteve corretamente os pressupostos macroeconômicos, traçados nos Governos Itamar Franco e Fernando Henrique, o Governo petista se perdeu na hora de negociar a montagem da sua base de apoio no Congresso Nacional.

Esse “atalho” para obter a maioria parlamentar foi o caminho mais curto para o escândalo do “mensalão”, no qual o apoio parlamentar foi comprado como se compra um pacote de manteiga no supermercado.

Mesmo não tendo votado em Lula e no PT, tinha a expectativa de que as coisas pudessem avançar; de que a prática política entrasse na sua nova fase e que a nossa agenda democrática não sofresse solução de continuidade.

O que vimos, Sr. Presidente, foi o pior da política minúscula, da troca de apoio por recursos do Orçamento, por diretorias de empresas estatais. O que vimos foi o aparelhamento da máquina federal e a cooptação notória de entidades da chamada “sociedade civil”.

Os sindicatos, as organizações não-governamentais, ONGs, por exemplo, que deveriam ser a vanguarda da sociedade, foram transformadas em meros instrumentos de manutenção do *statu quo*. Tudo muito bem azeitado pelo repasse de recursos públicos dos “companheiros” encastelados na máquina pública. A manipulação se transformou em regra de comportamento.

Será que é mera coincidência que setores do PT voltem a defender um terceiro mandato para o Presidente da República num momento no qual a imagem da atividade parlamentar está abaixo do nível do mar, quase sem forças para reagir?

Será que é mera coincidência que um grande empresário venha de público afirmar que um terceiro mandato representa a vontade da maioria?

Será que é mera coincidência o Presidente da República barrar a fiscalização da aplicação dos recursos repassados aos sindicatos?

Será que é mera coincidência que um ministro considere normal a montagem de dossiês contra adversários políticos?

Será que é mera coincidência que o sigilo bancário de um simples caseiro, que o sigilo de dados de um ex-Presidente da República e de sua esposa e que o sigilo do descobrimento de um novo campo de petróleo venham à tona como se isso fosse normal?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a mediocridade campeia. Nada, absolutamente nada, é coincidência. É tudo fruto do mesmo caldo medíocre, da cultura do aparelhamento escancarado do Poder Federal.

A lista de desvios ou desvarios é imensa. Precisaríamos de um dia inteiro para relacioná-los.

Sr^{as} e Srs. Senadores, por todo esse cenário preocupante, cresce em responsabilidade o papel das forças de Oposição.

A pauta dessa agenda continuísta já está posta, quer seja por meio de uma oportunista re-reeleição, quer seja por meio de um candidato – poste ou não – a ser “ungido” pelo Presidente da República.

Cabe à Oposição deixar claro que democracia e personalismo não combinam. Nunca combinaram. Aí está a História da Humanidade repleta de exemplos de que o messianismo provoca efeitos devastadores sobre o desenvolvimento coletivo de uma sociedade.

Permitam-me transcrever texto de Norberto Bobbio:

“A soberania popular não pode se basear na mera autoridade do número: a maioria é tão arbitrária quanto o arbítrio individual. A soberania não pode ser senão a soberania do direito, de uma ordem jurídica racionalmente organizada, mediando entre liberdade e organização, entre espontaneidade social e poder”.

Para tanto, a Oposição, na minha modesta opinião, precisa se organizar.

Como disse, certa vez, o cantor e compositor pernambucano, desaparecido muito cedo, Chico Science: “*Eu me organizando, posso desorganizar*”.

Não há outro caminho para enfrentar essa máquina que aí está.

Em 2005 e 2006, a Oposição cometeu, de forma reincidente, o erro fatal de subestimar as forças que hoje se encontram unidas no Poder Federal. Se não conversarmos, se não dividirmos missões e responsabilidades, vamos condenar o País a manter essa mesmice que aí está.

Em tempos estranhos como os de hoje, quando as pessoas se digladiam para comprar cuecas usadas de um traficante de drogas, a mediocridade precisa ser combatida diuturnamente como se fosse uma doença contagiosa.

Precisamos, Sr. Presidente, combater o que este Governo tem de pernicioso, seus desvios, seus abusos; precisamos enfrentá-lo com altivez e firmeza quando são agredidas outras instituições da República, o que virou rotina nos últimos meses.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jarbas, eu queria participar.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Pois não, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Suplicy, V. Ex^a tem uma sensibilidade extraordinária, não é? A lei foi feita para servir o homem, e esse homem está servindo a democracia, que é a maior conquista da humanidade na história política do mundo. Eu queria parabenizar V. Ex^a. Eis aí a diferença: a nossa geração.

Eu estava vendo por que o Suplicy está ali – o Camata foi muito vivo –: pela idade, como está no Regimento. Então, ele nasceu antes de nós. Mas a nossa geração estudou *O Homem Mediocre*, do filósofo argentino José Ingenieros, aquele livro *O Homem Mediocre*. V. Ex^a sintetizou. Essa geração não estuda. O nosso Presidente – e o exemplo arrasta – disse: “Ler uma página de livro dá uma canseira! É melhor fazer uma hora de esteira”. Nós lemos *O Homem Mediocre*, do filósofo argentino José Ingenieros. Nós aprendemos. Eu devo ter lido três vezes e V. Ex^a sintetizou. Eis aí, eu recebi um *e-mail*, Suplicy, a mulher brasileira inteligente. V. Ex^a diz que a ignorância é audaciosa. Mas a sabedoria é coragem; é Jarbas. Ele simboliza essa coragem e foi buscar, com sabedoria, Norberto Bobbio, aquele teórico político italiano que foi senador vitalício por escolha do regime. Ele disse que o mínimo que o povo pode exigir do governo é o direito à segurança, à liberdade e à propriedade. Então, esses dois filósofos citados são suficientes para nos preocuparmos. E V. Ex^a é homem de luta. V. Ex^a não é a esperança; é a certeza, porque nos anos 70 V. Ex^a estava aqui nos autênticos, lançando anticandidatos, inspirando a redemocratização.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Eu lhes agradeço, Sr. Presidente e nobre Senador Mão Santa. Inclusive, aproveito a oportunidade, porque falar em combatividade a V. Ex^a é falar do óbvio, pois V. Ex^a utiliza quase diuturnamente esta tribuna para fazer o bom combate. Mas estava faltando ainda uma palavra, senão da Casa, de amigos seus, de integrantes da Bancada da Oposição, para lhe prestar solidariedade pública. V. Ex^a não se submeteu à chantagem que lhe queriam impor na semana retrasada – faz 15, 20 dias – sobre o seu discurso; manteve-se firme, ativo e não teve receio algum da ameaça de Conselho de Ética. Há muita gente que precisa ser julgado pelo Conselho de Ética, antes de V. Ex^a. Por isso que V. Ex^a se manteve aqui com altivez, com coragem, não arrefeceu seus ânimos e muito menos suas idas à tribuna para condenar aquilo que considera errado por parte do Governo.

Sr. Presidente, fico muito alegre e satisfeito de tê-lo como Presidente neste discurso. É um privilégio ter V. Ex^a, que sempre dialoga com a Oposição, nesta Casa, presidindo com as suas qualidades – morais, políticas -, que são conhecidas não somente do Senado e em São Paulo, mas no Brasil inteiro.

Vou concluir, Sr. Presidente! Sei que V. Ex^a não concorda em nada com o meu discurso e que, se tivesse em lugar oposto, estaria contestando!

Esse bom combate, Sr. Presidente, por parte da Oposição – tenho cobrado isto reiteradamente – a imprensa é testemunha: a Oposição tem que se organizar, tem que dividir tarefas. Esse bom combate por

parte da Oposição é essencial para que o País não seja contaminado por essa praga da mediocridade. Não devemos permitir que o comportamento da sociedade brasileira, em especial das novas gerações, seja pautado por esses exemplos nocivos.

Era isso, Sr. Presidente, que tinha a dizer nesta tarde.

Muito obrigado pela sua benevolência!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a sabe do respeito crescente que tenho tido por V. Ex^a, por sua combatividade e sua assertividade.

Eu acho muito saudável a conclamação e a exigência que V. Ex^a tem feito com respeito ao Presidente Lula. Há uma coisa que, de fato, quero expressar, porque me sinto na responsabilidade de fazê-lo. V. Ex^a, naturalmente, expressou um receio com respeito a isso que é fato.

O Deputado Devanir Ribeiro, o Vice-Presidente José Alencar, entre outros, expressaram que gostariam que o Presidente Lula pudesse até ser reeleito para um terceiro mandato. Mas quero lhe dizer que ouvi do Presidente Lula, e tantas vezes ele tem dito isso publicamente e a nós, Senadores do PT, que, para aperfeiçoamento da democracia, não será adequado um terceiro mandato. Ele recusa essa hipótese. Ele próprio disse à Bancada do PDT que, se o Partido dos Trabalhadores quiser um terceiro mandato, ele até briga com o PT, rompe com o PT. Ele tem asseverado que não quer, não deseja o terceiro mandato.

Quero lhe dizer que considero o Presidente Lula sincero quando diz isso. Estou de acordo com a análise de V. Ex^a assim como com a brilhante análise em *A Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, que pode até parecer de bom senso para um povo que ame muito, que admire muito o seu governante e gostaria de reelegê-lo. Entretanto, será que as desvantagens do sistema de reeleição na democracia não são superiores? Porque como, por vezes, quem tem o comando da máquina acaba utilizando da intriga, dos desvios, da corrupção para atingir o objetivo maior da sua própria reeleição. Então, ele acaba recomendando que não haja reeleição como uma forma de aperfeiçoar a democracia. E eu estou de acordo com aquela análise que tem a ver com a análise que V. Ex^a hoje fez. Neste ponto eu estou, sim, de acordo: eu não recomendo que haja um terceiro mandato e votei contra o direito de reeleição da primeira vez.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Continuo acreditando nos seus compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim, eu gostaria até, Senador Mão Santa, de convidá-lo para presidir a sessão...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas me dê a palavra pela ordem, e eu vou em seguida. São duas ordens. Deixe eu lhe dar duas ordens: pela ordem e eu vou em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Permita, entretanto, que eu faça a leitura do requerimento do Senador Tasso Jereissati, assinado por V. Ex^a, pelo Senador Jarbas Vasconcelos e por mim. Os demais presentes, se desejarem, poderão assiná-lo também.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 500, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal a inserção em ata de Voto de Louvor à Ex^{ma}. Sra. Ministra Ellen Gracie Northfleet, que hoje encerra seu mandato como Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Com a aprovação deste requerimento, o Senado Brasileiro, rende homenagem a aquela que, além do brilhante desempenho como magistrada, mercê de seu profundo saber jurídico e inafastável compromisso com a justiça, também soube, conduzir nossa mais elevada Corte, sempre pelo Norte do equilíbrio entre os poderes e da defesa das instituições, materializados na sua árdua e diária função de guardiã da Constituição, esteio da democracia e em última instância, fundamento da própria vida em sociedade.

Nossas congratulações à Sua Excelência, com o respeito e a gratidão de todos os brasileiros amantes da justiça, aos quais nos somamos na lavratura do presente requerimento.

Sala das sessões, 24 de abril de 2008.

SENADOR TASSO JEREISSATI

Jarbas Vasconcelos

Ellen Gracie Northfleet (pelo voto)

Siba Machado

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nossas congratulações a Sua Excelência, com o respeito e a gratidão de todos os brasileiros amantes da Justiça, aos quais nos somamos na lavratura do presente requerimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – É sobre o assunto, Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É sobre o assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, queremos parabenizar o Senador Tasso Jereissati, que expressa o sentimento desta Casa.

Queremos nos irmanar ao requerimento e até pedir a V. Ex^a que, pelo menos simbolicamente, possamos apor nossas assinaturas. Realmente foi um sinal muito bom do Judiciário brasileiro, da democracia brasileira – a questão de gênero, que cada vez mais avança no nosso País – a experiência de ter, na Presidência do Supremo Tribunal Federal, a Dr^a Ellen Gracie. E, é claro, aproveitamos também para saudar também o novo Presidente, nosso Ministro Gilmar Mendes.

Esperamos que esses sejam os princípios dos três Poderes. O Estado brasileiro, conformado em Executivo, Legislativo e Judiciário, tem a obrigação de encontrar todos os mecanismos possíveis para acelerar nosso País no caminho do desenvolvimento, no equilíbrio da nossa democracia e no exemplo de paz para o mundo.

Portanto Sr. Presidente, espero que, com essas palavras, possamos externar também o sentimento de todos aqueles que não estão neste momento, mas que, com certeza, pensam da mesma maneira que assim expressou, em seu requerimento, o Senador Tasso Jereissati.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Convido, então, todos a assinarem o voto de congratulações. Se os Senadores João Tenório e Augusto Botelho também desejarem assiná-lo, poderão fazê-lo.

Todos nós desejamos cumprimentar, pois muitos de nós testemunhamos ontem a bonita sessão de transmissão da Presidência do Supremo Tribunal Federal da Ministra Ellen Gracie Northfleet para o Ministro Gilmar Mendes, que merece os nossos votos de sucesso.

Então, em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 501, DE 2008

Nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento do Sr. Afonso Emílio Haubert, ocorrido na última segunda-feira dia 21 de abril de 2008. Afonso Emílio era pai de Edson Guilherme Haubert, presidente do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas – MOSAP.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Olha, Presidente, eu queria ver a grandeza deste Senado, que somos todos nós.

O sistema de comunicação funciona tão bem e esta televisão simboliza a verdade, leva a verdade, Senador Suplicy, que, na minha comunicação pessoal, fiz o comentário de que haveria um encontro de gestores municipais na região de Picos. Pois não é que o Prefeito já mandou o programa! Hoje, a modernização está tão grande! Falei, então simplifiquei.

Quero, primeiro, louvar o Prefeito, Raimundo Renato, Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião de Picos (Ampicos), que, juntamente com a Associação, promove o I Encontro de Gestores Municipais da Microrregião de Picos, amanhã, dia 25. Aqui está o programa enviado pelo presidente da Ampicos, Raimundo Nonato.

Esse fato mostra como nós temos de acreditar no mundo político. Esse negócio de dizer que político está desgastado, eu não acredito. Aqui nós temos três exemplos: a morte de três Senadores. Olha que nos enterros de Ramez Tebet, Jonas Pinheiro e Antonio Carlos Magalhães o povo estava chorando. Eu não desejo que ninguém morra, mas vocês vêem que nós temos credibilidade. É preciso que o Poder Executivo saiba que nós também somos filhos do voto e da democracia. Somando os nossos votos, dá mais do

que os votos do Presidente Luiz Inácio. Então, esse é o prestígio.

O exemplo irradia. Essa democracia foi construída e nós vamos obedecer o militar Eduardo Gomes, que combateu a ditadura Vargas. Ele disse: “O preço das liberdades democráticas é a eterna vigilância”. Nós estamos aqui vigilantes pela democracia brasileira.

Já chegou *e-mail* – veja como funciona – informando os temas: importância das associações regionais; prestações de contas municipais; abuso de poder econômico nas eleições; fidelidade partidária *versus* insegurança jurídica; orientações jurídicas sobre as eleições municipais.

Os palestrantes são: Luiz Coelho, presidente da APPM; Fausther Santos, gerente de negócios da Superintendência Estadual do Banco do Brasil; Delano Câmara – auditor do TCE; Karen Aline de Carvalho Isidoro, advogada especialista em Direito Público e Privado e Professora da UESPI; Kelson Vieira de Macedo, advogado do PSDB e especialista em Direito Público e Privado; Emir Martins Filho, Procurador-Geral de Justiça; William Guimarães, advogado eleitoral, Procurador do Estado e Conselheiro Federal da OAB.

O Presidente da Associação é o Prefeito Raimundo Renato, repito.

Público-alvo: prefeitos, secretários, controladores e estudantes.

Haverá um pronunciamento do representante do Ministério Público.

Esse encontro traduz o comportamento dos Prefeitos do meu Estado, Piauí, do qual me orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra o Senador João Tenório, por cessão do Senador Marconi Perillo e inversão com o Senador Augusto Botelho.

Agradeceria ao Senador Mão Santa se pudesse agora voltar à Presidência desta sessão.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente – Srs. Presidentes, melhor dizendo –, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, eu gostaria de agradecer a gentileza e a atenção dos Senadores Marconi Perillo e Augusto Botelho por me conceder a oportunidade de uma permuta, um deles, e uma substituição, o Senador Marconi Perillo, que neste momento estaria nesta tribuna.

Retorno a esta tribuna trazendo Alagoas como tema. O Estado que represento nesta Casa passa, neste momento, por grandes atribulações. Essas atribulações que sacodem meu Estado merecem melhor atenção do País. O que lá acontece nesses dias deve ser estudado e valorizado, pois, em meu entendimento, as causas e os desdobramentos de tais comoções

servem de exemplo e de alerta para todo o Brasil, quer seja por seus aspectos positivos, quer seja por conta dos seus traços negativos.

São aspectos positivos desse processo – faço questão de iniciar minha fala por esse ângulo – o trabalho republicano dos órgãos federais, a participação cidadã das entidades e da sociedade civil, a postura do Ministério Público, o posicionamento do Poder Judiciário alagoano e a pronta ação do Governo estadual. Destaco ainda, sinergia entre as forças e Poderes estadual e federal, de forma parceira e transparente, no combate às mazelas apresentadas, relegando a seu devido lugar as divergências de ordem político-partidárias.

É negativa, entretanto, a pouca repercussão de uma batalha duramente travada num dos mais pobres Estados da Federação. Insisto: em Alagoas, nos dias em curso, está sendo desenvolvida uma verdadeira guerra pela ética, pela cidadania e pelo direito de se removerem ancestrais óbices ao desenvolvimento de uma sociedade.

Muito negativo é comprovar-se, em pleno século XXI, que o tamanho e o corporativismo da máquina do Estado venham a contribuir para a ocorrência de prejuízos de toda espécie contra o Erário e, em consequência, contra a sociedade.

Tentarei resumir o atual cenário alagoano, destacando aqueles que, a meu ver, são os componentes mais importantes.

Há décadas Alagoas sofre de uma grave deterioração na qualidade de vida de seu povo e do rareamento das oportunidades de desenvolvimento.

Há pouco mais de 30 anos, Alagoas era considerado o “oásis do Nordeste” e a qualidade de vida dos alagoanos, apesar de não se dispor dos índices tão elaborados quanto os utilizados nos dias em curso, era considerada uma das melhores – quando não a melhor dentre viventes dos Estados nordestinos.

Quando o Governador Teotônio Vilela Filho assumiu o Governo alagoano, no dia 1º de janeiro de 2007, a realidade – amplamente conhecida por todos – era outra. Em resumo: os piores índices brasileiros eram recolhidos em nosso Estado.

Alagoas, há 15 meses, ostentava o maior índice de mortalidade infantil, o maior percentual de analfabetos funcionais e tinha 50% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza.

E chamo a atenção, Sr. Presidente, para um desses dados de “campeão”: em termos proporcionais, Alagoas é o Estado com o maior gasto público do Brasil.

O primeiro desafio alagoano, nos dias em curso, não é se incorporar ao Brasil (em termos das melhores referências nacionais), mas em ser reintegrado ao

Nordeste pelo menos – pois mesmo sendo a nossa região considerada a mais sofrida do País, Alagoas havia caído muito abaixo das médias e das perspectivas nordestinas.

Hoje, ainda sofrendo das dificuldades decorrentes dessas mazelas, Alagoas começa a enxergar esperanças verdadeiras no horizonte. Porém, recentemente, um grave problema se alevantou nesse percurso – questão que abordaremos dentro de poucos instantes.

Antes, sinto-me na obrigação de fazer um curto resumo da realidade e das esperanças da população alagoana.

Nesses 15 meses, o Governo Teotônio Vilela Filho tem feito um múltiplo esforço no sentido de sanear as finanças, organizar a máquina governamental; construir e implementar projetos voltados para o desenvolvimento local, articulado e sustentável.

Durante esse período, Alagoas tem saudado todos os seus compromissos de caixa pontualmente. Funcionários, fornecedores, contrapartidas, municípios têm tido seus compromissos honrados sem postergação, assim como têm sido pagas as parcelas devidas de contratos e débitos anteriores à gestão de Teotônio Vilela Filho. Tudo isso alcançado apesar de o atual Governo ter herdado as contas do Estado em estado deplorável, com um passivo da ordem de R\$400 milhões.

Parcerias nacionais foram estabelecidas para reorganizar a máquina governamental. E aqui destaco as parcerias construídas com o INDG (Instituto de Desenvolvimento Gerencial), e o Movimento Brasil Competitivo, que tem à sua frente, na sua liderança, o empresário Jorge Gerdau, que tem dado uma contribuição importantíssima com objetivo de ajudar ao Estado de Alagoas a sair da situação de caos em que se encontrava.

Nesse meio tempo, foram tratados investimentos na ordem de R\$5 bilhões para implementação de novos projetos empresariais no Estado, assim como temos assegurado, em função de parcerias com o Governo Federal, cerca de R\$2,5 bilhões de investimento do PAC. Estão redirecionadas ações inovadoras nas áreas estratégicas de Educação, Saúde e Segurança Pública.

A opinião pública, entretanto, viu-se chocada, nos últimos meses, pelas denúncias provenientes da chamada operação Taturana.

Tão impactantes são essas denúncias que é uma opinião praticamente unânime no Estado que uma linha divisória está traçada: antes e depois da descoberta dos fatos expostos pela operação Taturana, que atingiu em cheio a Assembléia Legislativa.

Essa operação foi desencadeada a partir de solicitação do Ministério Público Federal e de investigações realizadas pela Polícia Federal, devidamente autorizadas pela Justiça Federal.

Num resumo do caso, está sendo questionado pelos órgãos federais aqui citados qual o destino de R\$280 milhões, valor acumulado durante cinco anos, do montante destinado como duodécimo, legalmente instituído, ao Poder Legislativo. Mais de dez deputados foram indiciados, Sr. Presidente, assim como ex-parlamentares e várias outras pessoas. Estabeleceu-se, desde então, uma crise de enormes proporções.

Como não poderia deixar de ser, tal fato provocou uma profunda comoção social. Depois de um certo tempo de perplexidade, a intitulada voz rouca das ruas, tem bradado pelo completo esclarecimento do caso.

Esse escândalo policial/político soma-se às preocupações para com a realidade dantesca da segurança pública – item no qual infelizmente Alagoas não destoa dos demais Estados brasileiros, pois o crescimento avassalador do crime organizado é uma chaga nacional.

O governo estadual agiu com firmeza e em parceria com as forças federais. Procedeu a uma total reestruturação no comando da segurança pública. Tal foi a magnitude dessa iniciativa e profundidade dessa parceria que o próprio Ministro da Justiça, Tarso Genro, compareceu a Maceió para, juntamente com o Governador do Estado, dar posse aos novos dirigentes dos órgãos de Defesa Social de Alagoas.

Nesse cenário, em relação às denúncias contidas na Operação Taturana, a população tem ido às ruas em protesto quanto ao uso indevido dos recursos em apoio à proposta do Governador, no sentido de que a própria Assembléia Legislativa reavalie seus gastos e possa operar uma redução no valor do duodécimo destinado àquele Poder.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, eu dei dez a mais e, se preciso for, eu lhe darei outros dez. Isso eu faço com consciência do que é um Parlamento. **O Espírito da Lei**, de Montesquieu, está acima do Regimento. É preciso entendê-lo.

Então V. Ex^a tem o tempo que achar conveniente.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Entendo isso também como a solidariedade de um nordestino com o Estado que apresenta as dificuldades que aqui estou enumerando.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E também é uma inspiração em Petrônio Portela. No período mais difícil, Paulo Brossard chegou a usar

esta tribuna por três horas e meia e Petrônio, representando o poder militar, limitava Paulo Brossard para uma hora.

Então, inspiro-me em Petrônio, que permitiu que Paulo Brossard falasse por uma hora aí.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Agradeço, Sr. Presidente, mas não será necessário tanto.

A meu ver, uma questão essencial suscitada por esse acontecimento no seio de um Poder Legislativo estadual diz respeito ao tamanho do Estado brasileiro – que se reflete naturalmente no tamanho da máquina de Estado, nas unidades federadas, como Alagoas.

Insisto: não estamos diante de um problema restrito a um dos poderes constituídos em nível estadual. Estamos diante de uma grave ocorrência gerada a partir dos vícios e do superdimensionamento do Estado do Brasil. Tal é o inchaço do Estado brasileiro, tão surreais são seus custos, que tamanhos disparates têm terreno fértil para eclodir. E pergunto: Acontecerão apenas em Alagoas?

A chamada Operação Taturana indica um superávit tão grande, um dos pilares do Estado que esse excesso teria sido capaz de produzir um desvio de recursos públicos da ordem de R\$56 milhões por ano. Naturalmente esses valores podem e devem ser definidos com mais exatidão ao longo das investigações. Torcemos para que não seja acrescido. Mas, mesmo que sejam reduzidos pela metade – isso é uma hipótese –, ainda assim teríamos a estonteante cifra de R\$30 milhões “sobrando” por ano, que, no caso de um Estado paupérrimo como Alagoas, é demasiado.

Tal sobra, notem os Srs. e Sr^{as} Senadores, ocorre num dos Estados menores da Federação, detentores dos piores índices sociais e econômicos do País, cujo duodécimo legislativo seria, segundo levantamento do próprio Poder, o segundo menor do Nordeste.

Não estou aqui prejulgando antecipadamente os inquéritos em curso, muito menos apoiando precipitações equivalentes aos linchamentos políticos, que, infelizmente, não têm sido raros em nosso País.

Ao tempo em que convido para reflexão sobre esse caso alagoano, em suas múltiplas facetas, destaco o crescimento e o fortalecimento da consciência política em meu Estado.

Alagoas vive um momento caótico, mas não nos desesperamos. A ciência ensina que do caos advém uma nova ordem. Afinal, do **Big Bang** surgiu o Universo.

Da pequena Alagoas e de um dos acontecimentos mais agitados que fazem parte da histórica trajetória dos alagoanos, podem surgir indicações valiosas para

o aprofundamento da democracia e reafirmação dos valores éticos na prática política, para o redimensionamento do Estado e para a reconstrução do desenvolvimento do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Tenório, o Sr. Eduardo Suplicy, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Queremos nos congratular com V. Ex^a, que traduz a grandeza de Alagoas. V. Ex^a, nesta Casa, tem-se dedicado, com muita competência e muita experiência, a um dos maiores problemas do mundo, a bioenergia. V. Ex^a tem oferecido a esta Casa, ao País e ao mundo trabalhos importantes sobre a bioenergia. E o Estado de V. Ex^a – temos que rememorar – já deu três Presidentes da República: Deodoro, Floriano e o Presidente Collor. Que V. Ex^a possa até ser o quarto, assim o desejo.

Relembramos Teotônio Vilela, que foi uma das figuras mais dignas e honradas que por aqui passou. Moribundo, com câncer, se imolava e dizia “resistir falando e falar resistindo”. Hoje o seu filho governa o Estado, o nosso Senador Teotônio Vilela Filho. Então, temos toda a crença de que ele vai no rumo certo, porque está escrito no Livro de Deus “árvore boa dá bons frutos”.

Convidamos para usar da palavra o Senador de Roraima, do Partido dos Trabalhadores, Augusto Botelho.

V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Mão Santa. V. Ex^a, que é discípulo de Montesquieu, é muito democrático quando está aí, no comando do nosso tempo. Todos os Senadores gostam de falar quando V. Ex^a está aí, Senador, porque não há muita repressão.

Exm^o Sr. Presidente, Exm^{as} Sr^{as} e Srs. Senadores, quero falar hoje aqui desta tribuna sobre o Programa Territórios da Cidadania, um programa que visa a estimular o desenvolvimento regional sustentável e garantir acesso a direitos sociais nas localidades com menor Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil.

Por isso, estão reunidas no programa ações do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais. O programa ainda conta com ampla participação das comunidades representadas nos Colegiados Territoriais. Aliás, o programa é gerido pra-

tivamente pelas comunidades; são elas que organizam suas necessidades.

O Programa Territórios da Cidadania está começando com 60 territórios, atendendo mais de 900 Municípios em todo o Brasil. Essa nova ação do Governo Federal é resultado do trabalho de 19 Ministérios, que, juntos, estão realizando 135 ações integradas. Esse trabalho começou há mais ou menos dois anos. Agora que nós estamos chegando na primeira solução e vamos ter as primeiras ações concretas.

Além disso, os recursos destinados para o programa este ano são da ordem de R\$11,3 bilhões, e a aplicação será nos territórios selecionados em função do baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), e de reduzido dinamismo econômico – Municípios mais pobres, que têm mais dificuldades. Além disso, o programa prioriza Municípios com concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e beneficiários do Bolsa-Família.

Ao todo, o Territórios da Cidadania beneficiará 23,9 milhões de pessoas, sendo 973 mil famílias de agricultores familiares; 364 comunidades quilombolas e 201 terras indígenas, além de dois milhões de famílias beneficiárias do Bolsa-Família.

O Programa Territórios da Cidadania, assim como o PAC Funasa e o Programa Luz para Todos, é uma das ações em que o Governo Federal está priorizando o atendimento aos pequenos Municípios.

Este importante programa do Governo Federal, o Programa Territórios da Cidadania, vai levar para Roraima R\$67 milhões. Começou ontem e desenrola-se hoje e amanhã, na Casa João XXIII, uma reunião de que participam 250 pessoas dos Municípios que são abrangidos pelo Programa Territórios da Cidadania em Roraima. Estão discutindo as metas, as soluções e as formas de gestão.

Com esses recursos, será possível alavancar a economia do meu Estado na região sul, além de promover o desenvolvimento socioeconômico das famílias que vivem nos Municípios de Caroebe, São Luis do Anauá, São João da Baliza e Caracaraí.

Segundo informações oficiais, o Programa Territórios da Cidadania ocupa, em Roraima, uma área de quase 52 mil quilômetros quadrados no sul do Estado, com mais de 33 mil habitantes, sendo 1.915 agricultores familiares – isso só no meu Estado de Roraima, na região sul –, 6.235 famílias assentadas, 387 famílias de pescadores e três terras indígenas sendo beneficiadas pelo Programa Territórios da Cidadania no meu Estado.

Existem os ribeirinhos do Baixo Rio Branco, no meu Estado, local em que – eu diria – a Nação chega menos. São pessoas que vivem praticamente isoladas,

porque, para se chegar lá, saindo dos locais mais próximos, saindo de Boa Vista, se levam três dias, descendo o rio até Santa Maria, e mais um dia, um dia e meio, dois dias para se chegar a essas localidades.

O Programa Territórios vai melhorar a qualidade de vida dos roraimenses, pois esses recursos vão facilitar a geração de emprego e de renda. Entre as ações do programa, estão previstos: apoio à gestão territorial, direitos sociais, educação e cultura, infraestrutura e produção, saúde, saneamento básico, além da destinação de terras para assentamento de trabalhadores rurais.

Senador Sibá Machado, o Governo do Estado de Roraima, na figura do seu Governador, José Anchieta Júnior, e do Secretário de Agricultura, Rodolfo Pereira, está fazendo sua parte ao firmar parcerias com o Governo Federal, especialmente em questões ligadas à agricultura familiar, uma vez que quase metade da população de Roraima vive no meio rural.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores Sibá e João Pedro, quero destacar que a criação de um modelo de desenvolvimento para o sul do Estado de Roraima, com o auxílio do Programa Territórios, passa pela discussão da sustentabilidade econômica e ecológica, abrangendo uma política permanente de assistência técnica e extensão rural.

Aliás, o Governo de Roraima criou uma lei para implantar o sistema de defesa animal e florestal do meu Estado e também criou um fundo que vai sustentar o sistema de assistência técnica e extensão rural. Ações desse tipo são fundamentais para o nosso Estado, para que ele supere as dificuldades e possa promover o bem-estar de todos os seus cidadãos, de toda a gente da minha terra.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente Mão Santa.

Muito obrigado a V. Ex^a pela generosidade com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós queremos cumprimentá-lo.

V. Ex^a viaja para Roraima ou estará aqui amanhã?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Devo viajar hoje à noite, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É porque eu queria convocá-lo para a sessão de amanhã.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – (...) senão, teria prazer de estar aqui amanhã cedo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou a esta Presidência informação de acordo para apreciação dos itens da pauta da presente sessão.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior),

que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que*

menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador

Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto,

com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeiteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

18

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001,

na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo*.

Pareceres sob os n°s 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas n°s 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas n°s 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda n° 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas n°s 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas n°s 13 a 18-CDR.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 28, de 2003 (n° 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob n° 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 75, de 2004 (n° 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei n° 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob n° 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 24, de 2005 (n° 4.465/2001,

na Casa de origem), que altera a Lei n° 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob n° 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 103, de 2005 (n° 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob n° 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 111, de 2005 (n° 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob n°s 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas n°s 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda n° 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 118, de 2005 (n° 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e*

acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de

Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen):

favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe

sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva

Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

48

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

49

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

50

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

51

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

52

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

53

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo."

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

54

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartirem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

55

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

56

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

57

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

58

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

59

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

60

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

61

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família.)*

62

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

63

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica.)*

64

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida,*

também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

65

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

66

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

67

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

68

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liber-*

dade de manifestação do pensamento e de informação).

69

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

70

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estando encerrada a Ordem do Dia, automaticamente o tempo do orador dobra, e não precisamos nem buscar o espírito da lei, Senador Sibá Machado. Faça isso com a intenção de prestigiar esse Senador que o Piauí empresta ao Acre.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Antes, porém, de voltar à lista de oradores, passamos à apreciação dos **Requerimentos nºs 496 e 497, de 2008**, de autoria, respectivamente, da Senadora Mária Serrano e do Senador Cristovam Buarque, lidos anteriormente.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação os **Requerimentos nºs 498 e 499, de 2008**, de autoria, respectivamente, dos Senadores Jaime Campos e Gilberto Goellner, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Volta-se à lista de oradores.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a pode usar da tribuna pelo tempo que julgar conveniente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar V. Ex^a, um Senador que sempre vem a esta tribuna e que o Brasil inteiro já conhece por tantas citações de tão vastos conhecimentos, sobre tantas matérias e assuntos diferentes, e pela vasta cultura que tem, fruto de uma leitura invejável.

Sr. Presidente, na manhã de ontem, tivemos o lançamento do PAC da Embrapa. Estiveram presentes ao evento, além do Presidente da República, os Ministros Reinhold Stephanes, da Agricultura, Celso Amorim, das Relações Exteriores, diversos Governadores, como os de Santa Catarina, do Mato Grosso e do Piauí, e, é claro, a comunidade de pesquisadores do Brasil, cuja maioria é vinculada à Embrapa.

Sr. Presidente, eu fiquei muito entusiasmado com o que vi e ouvi, e o que mais me chamou a atenção foi que, no discurso do Presidente, tocou-se novamente no assunto que diz respeito aos preços dos alimentos no mundo e, concomitantemente a isso, no debate que a União Européia faz hoje culpando os biocombustíveis por esse aumento.

O Presidente Lula havia, em algumas entrevistas à imprensa nacional, afirmado que deposita no preço do petróleo a responsabilidade pelo aumento dos preços dos alimentos, mas hoje, na reunião do Conselho Político, ele anunciou uma outra vertente de observação no que tange à culpa do aumento dos preços dos alimentos no mundo. Ele lembrou que a Índia, a China, o Brasil e outros países começam a fazer um processo de distribuição de renda mínima para populações que, tradicionalmente, viviam com uma renda até abaixo de um dólar por dia. Com isso, essas famílias, essas pessoas acabam por criar uma nova demanda por alimentos, e essa tem sido, de fato, no meu entendimento, a razão para uma procura tão grande de alimentos de primeira necessidade – e não é nada supérfluo ainda –, o que coloca o preço alto, provocando, inclusive, algum impacto na área da inflação, não só no Brasil, mas em outros países.

Vendo os dados dos preços dos alimentos no Brasil, até há algumas semanas, eu imaginava que o equilíbrio do preço do milho estava se dando porque os Estados Unidos estavam utilizando parte do seu milho para produção de etanol. Isso fez com que, no

meu entendimento, o preço do milho no Brasil se equilibrasse no patamar que estamos hoje.

O Governo do Estado do Acre investiu muito forte agora na produção de uma área mecanizada, e o preço do milho está muito compensador no meu Estado. Sempre usei isto como discurso: o que estabiliza o preço do milho no Brasil é que os Estados Unidos queimam parte do seu milho, transformam parte do seu milho em etanol. Esse procedimento tira um volume muito grande do mercado internacional, que, para suprir essa necessidade, chama o Brasil a dar essa resposta.

No entanto, com a fala do Presidente Lula, cheguei à conclusão de que há algo a mais; não é apenas isso. É claro que é uma realidade que os americanos, ao transformarem parte do seu milho em etanol, tiram-no do mercado e a procura estabiliza o preço. É claro! Isso é fácil de compreender. Contudo, segundo a fala do Presidente, devido à transferência de renda mínima que a China está promovendo por conta da sua pulsante economia, à transferência mínima de renda que a Índia está fazendo por conta também da sua pulsante sua economia, e à transferência de renda que ocorre hoje no Brasil – e todos os institutos de pesquisas mostram que houve uma fortíssima transferência de renda no País por diversos vetores –, nós temos uma maior procura por alimentos.

Quero agora falar da Embrapa, Sr. Presidente, mas antes gostaria de lembrar mais uma vez que o Brasil lança a política de biocombustíveis ao mundo, criando uma legislação avançada para o setor de biodiesel, do nosso ponto de vista, porque regionaliza a produção de matérias-primas e, com isso, não ficamos vinculados apenas à soja como a grande matéria-prima para o biodiesel. Diversificamos ao máximo. Temos, por exemplo, a matriz da mamona, que ainda se revela como de muita dificuldade, porque de baixa produtividade. Além do mais, para o óleo da mamona há outros mercados que pagam melhor do que o mercado do biocombustível, o que também se coloca com um certo problema. Temos o sebo animal, especialmente o sebo do gado bovino, que era praticamente todo perdido em todos os frigoríficos do País, mas que, agora, com as plantas de biodiesel utilizando esse produto, é aproveitado e começa a dar um preço melhor inclusive à pecuária bovina.

Então, temos uma legislação que vem assegurar a produção de biodiesel por diversas matrizes no Brasil, e nenhum outro país do mundo tem condições de competir conosco neste momento.

Quanto à produção do álcool a partir da cana-de-açúcar, está provado por “a” mais “b” que tanto a sua produtividade no Brasil é uma das melhores que há no mundo como a tecnologia é uma das mais es-

táveis hoje, se considerados os países que dominam, minimamente, a técnica de produção de etanol, como é o caso americano, europeu e brasileiro.

Pois muito bem, Sr. Presidente. Na falta dessa competitividade, os europeus lançam essa idéia infame, que considero mesmo desesperadora – essa é a palavra que pode ser usada – de tratar o Brasil dessa maneira, dizendo que o biocombustível brasileiro é responsável pelo aumento dos preços dos alimentos. Então, para justificar definitivamente, isso não se sustenta. E acho que a Alemanha, hoje, dos países que compõem a União Européia, é o país que melhor juízo faz sobre esse assunto e não deveria se deixar levar por esse canto de sereia. Sim; considero isso um canto de sereia ou choro de surubim – termo que usamos muito no Estado do Acre quando uma pessoa, num debate, perde-o. Hoje, a Europa não tem um palmo de terra para a produção de etanol e de biodiesel. Não tem. Pode até dominar a tecnologia, mas não tem como competir; vai ter de utilizar, sim, parcerias com outros países. E o nosso País, hoje, tem todas as condições, penso eu, de prestar essa assessoria, essa consultoria à União Européia ou a qualquer país que assim o quiser.

Sr. Presidente, retomando o tema PAC da Embrapa, ontem lançado naquela solenidade, o que teremos é a transferência de quase R\$1 bilhão – são mais de R\$900 milhões –, além do orçamento que a própria Embrapa já tem, que é de cerca de R\$1,1 bilhão, para os próximos dois anos e meio, até 2010, que é quando se conclui o segundo mandato do Presidente Lula.

Então, recebendo esses recursos, a Embrapa irá fortalecer toda a sua rede de pesquisa, contratando, inclusive, pessoal. No projeto, prevê-se a contratação de cerca de 750 novos pesquisadores, como também todo pessoal necessário para o chamado apoio a esses pesquisadores. Serão criados vários centros de pesquisas da Embrapa, com o desafio de dar respostas cada vez melhores e maiores aos desafios da produção agropecuária brasileira.

Então, Sr. Presidente, os recursos do PAC, que virão como um reconhecimento à Embrapa pelos seus 35 anos de pesquisa no País, irão possibilitar que a empresa enfrente os desafios da agricultura brasileira. Estaremos bem mais preparados, por exemplo, para criar alternativas de bioenergia para mudanças da matriz energética e de nova base tecnológica para a mitigação e a convivência da agricultura e a pecuária com as alterações climáticas globais, bem como a redução dos desequilíbrios sociais e econômicos. Esta, inclusive, é uma frase utilizada pelo Presidente da Embrapa, o Dr. Sílvio Crestana.

Também foram concedidos prêmios a diversos pesquisadores como reconhecimento por dedicarem suas vidas ao estudo aprimorado e por colocarem nosso País na condição de campeão de um modelo de desenvolvimento sadio, veloz e abrangente a todos os setores da nossa sociedade.

Então, Sr. Presidente, preciso ainda registrar que o Dr. Silvio Crestana, Presidente da Embrapa, classificou a atual fase da empresa como memorável, entregou ao Presidente Lula o balanço social de 2008 daquela empresa com 550 ações de interesse social – afirmou que tais ações foram fundamentais para a criação de 115 mil novos empregos no País – e um lucro social de mais de R\$15 bilhões, o que dá um retorno maior que R\$13,00 para cada real aplicado nas pesquisas. Então, destino aqui meu abraço, minha reverência, minha admiração...

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou já conceder o aparte a V. Ex^a.

Minha admiração a essa empresa. Acho que é uma das empresas que provam àqueles que tanto defenderam o fim, a extinção, o chamado estado mínimo sobre tudo e para tudo, que têm limites as coisas. Quero admirar, sim, porque temos todas as condições de preservar algumas coisas que são *sine qua non* para a visão de longo prazo do nosso Brasil, de empresas do tipo da Embrapa e tantas outras mais.

Portanto, é nesse nível de emoção que quero reverenciar todas as pesquisadoras e a todos os pesquisadores, pois, a cada gota de seu suor, a cada minuto de suas preocupações, têm de ser reconhecidos pela tribuna do Senado e por todos os brasileiros.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Sibá Machado, peço licença a V. Ex^a para me solidarizar com os votos de louvor que V. Ex^a presta à Embrapa agora e reafirmar a minha convicção de que é pelo conhecimento que nós vamos melhorar a qualidade de vida das pessoas do Brasil. A Embrapa permitiu que nós, aumentando apenas 25% da área plantada do Brasil, tenhamos aumentado em quatro vezes 400%, a produção de alimentos no Brasil. Essa história de que estamos invadindo a área de alimentos com a cana é conversa para prejudicar, porque o Brasil está despendendo com uma das alternativas futuras de fornecimento de energia mundial. Quanto à nossa cana, aquele pesquisador que foi homenageado lá é um dos pioneiros na pesquisa em cana – não me lembro do nome do professor. Isso os deixa com medo, e aí começam a colocar essa dificuldade, dizendo que florestas estão

sendo derrubadas para se plantar cana; que se está tirando área de alimento para plantar cana. No nosso País, não houve nenhuma diminuição de produção de alimentos. Não faltou alimento na mesa das pessoas. Graças a Deus, com a redistribuição da renda, todos estão comprando mais alimentos, continuamos exportando inclusive mais e a nossa safra tem aumentando ano a ano. A Embrapa é uma entidade que tem todo o respeito dos brasileiros e a estima de todos nós, brasileiros. No meu Estado, agora temos um pesquisador estudando o inajá – deve ter no seu Estado também –, que é uma palmeira parecida com o babaçu, só que é o babaçu nosso, da Amazônia, é menor um pouco. Mas há grandes promessas para produzirmos o biodiesel a partir do inajá, que é considerado uma praga: onde mexe no solo, o inajá aparece. Eu reafirmo a minha confiança na Embrapa, especialmente nos membros da Embrapa de Roraima, que inaugurou um laboratório moderníssimo. São quatro laboratórios anexados num só bloco, para continuar suas pesquisas. O Presidente Lula vai contratar mais 700 e poucos técnicos, pesquisadores, e todo o pessoal de apoio. V. Ex^a já falou isso, mas estou reafirmando que isso significa que o País vai crescer mais. Esse primeiro passo dado ontem vai permitir que a Embrapa se associe às empresas de pesquisa estaduais também para trabalharem juntas, ombro a ombro, com tudo facilitado, porque havia um pouco de dificuldade de harmonizar o seu trabalho. Meus parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento. E nós, brasileiros, confiamos na Embrapa e nos seus pesquisadores.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a lembrou uns dados, que vou ler agora, porque acabei de receber, em meu gabinete, o Diretor da Embrapa do Acre, Dr. Judson Valentim, um apaixonado pelo trabalho que faz. Ele está fazendo exatamente os cálculos agora dos últimos 15 anos em que a Embrapa tem trabalhado no Brasil e qual o marco de sucesso obtido por essas pesquisas.

Olhem o que ele apresentou hoje para mim: grãos no Brasil de 1990 a 2006. Base de 1990, grãos: a área colhida na época foi de 34,7 milhões de hectares; colheu em produção 54,6 milhões de toneladas, o que deu uma produtividade de 1.572 quilos por hectare. Em 2006, a área, que era de 34 milhões de hectares, subiu para 46, o que dá um crescimento de 28%; a produção, que foi de 54,6 milhões de toneladas, foi para 115 milhões de toneladas, dando um crescimento realmente muito impressionante; e a produtividade, que foi de 1.572 quilos por hectare, subiu para 2.583 quilos por hectare, o que dá um crescimento de 64%. Só nessa área, evitou-se ocupar no Brasil a incorporação nova de 25,8 milhões de hectares de terra no Brasil, ou seja, a

tecnologia pegou praticamente a mesma terra que se tinha, ocupada para a produção de grãos no Brasil, e mais que dobrou essa produção, praticamente na mesma área, o que fez com que o Brasil não precisasse esticar suas áreas plantadas.

No caso da cana, uma comparação de 90 a 2006 mostra que a área colhida de cana em 1990 foi de 4,3 milhões de hectares. A produção chegou a 263 milhões de toneladas e a produtividade, por hectare, foi de 61,5 toneladas por hectare. Em 2006, essa área de 4,3 milhões foi para 6,1 milhões de hectares. O que foi 263 milhões de toneladas foi para 457 milhões de toneladas, e a produtividade, que era 61 toneladas por hectare, subiu para 74 toneladas, o que evitou plantar uma área de 1,3 milhão de hectares. Então somando tudo, o Brasil deixou de ocupar 27,1 milhões de novos hectares, dobrando a sua produtividade praticamente na mesma área.

Isso tem que ser dito daqui para frente e reprisado porque nesse discurso que praticamente os ingleses têm iniciado lá e que é agora capitaneado pela representação da União Européia, o Brasil não pode ficar calado, e não pode ser um discurso apenas do Presidente Lula, mas tem que ser de todo o Brasil.

Os europeus não estão encontrando condições de competir com a tecnologia brasileira. Dizem que o Brasil é abençoado por Deus. E é porque tem um território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados; dessa área a metade tem possibilidade, sim, de ser aproveitada para a agricultura e a pecuária.

Nós temos uma área nova – que pode ser incorporada, porque está subutilizada – de sobra de pastagens mal utilizadas que podem muito bem incrementar essas tecnologias. Podemos incrementar 60 milhões de hectares novos só com a redução de áreas de pastagens, com o aumento de tecnologia nessas pastagens. Portanto, não há país no mundo que possa competir com este – não vou dizer monstro, não é a palavra – gigantismo, que é a capacidade do Brasil.

A insolação no Brasil ocupa o maior período do ano, porque estamos em faixa de latitude, no máximo, média, de baixa a média latitude. Portanto, o sol oferece sua luz por muitos mais dias do que em outras partes do mundo. As chuvas no Brasil são muito bem distribuídas: registramos cerca de 1.500 a 2.500 milímetros de chuva muito bem regularizadas. Temos baixas altitudes, não temos o fenômeno das montanhas. Podem-se ocupar, então, muitas áreas de terras.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o debate realmente é apaixonante. Dá para a gente ficar vários dias vindo aqui para dizer para os europeus que não é esse o caminho. Como se diz no bom português do Norte e do Nordeste, o caminho não é jogar barata na panela

do outro para não poder comer. Se não têm condições de competir na tecnologia e no gigantismo da pulsação da capacidade econômica rural brasileira, que venham se associar à gente. Podemos nos associar.

E o que ocorreu? Ocorreu que, já em 2006, na visão de médio e longo prazo que o Brasil hoje vive sob a liderança do Presidente Lula, negociações vêm sendo feitas com a África. Foi esse o pulo do gato, Senador Augusto Botelho: o continente africano estar numa relação muito próxima da do Brasil nesses dados – a proximidade com a linha do Equador, as áreas que podem ser utilizadas para a agricultura, as áreas antrópicas que poderão ser incluídas nesse processo.

Portanto, o Brasil não quer o caminho seguido pelos europeus ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, quando fizeram a ocupação desses países, passando por cima de suas culturas, colocando as pessoas na condição de escravos, roubando as suas riquezas. Esse caminho, o Brasil não o quer. O caminho do Brasil é o que estamos seguindo.

O que houve? O Presidente Lula determinou, em um acordo com os países africanos, que a Embrapa se instalasse na África. Este é o caminho da solidariedade: pesquisadores brasileiros vão para a África agora emprestar o seu conhecimento ao desenvolvimento daqueles países.

Temos de ter isso presente nessas negociações que se fazem na OMC, na chamada Rodada Doha. Os países do sul do mundo têm como maior potencial de suas economias a produção primária e não a secundária ou a terciária. Portanto, não dá para os países mais industrializados continuarem subsidiando sua produção agrícola como fazem hoje, chegando ao ponto de pagarem seus agricultores para não produzirem. Só vou considerar isso bom em um ponto, Sr. Presidente: é que todo país no mundo tem que ter segurança alimentar, não pode viver 100% dependente de ninguém. Com essa idéia eu concordo, mas não se pode fazer disso dominação econômica, empobrecimento dos povos do mundo.

Nesse ponto, o Presidente Lula tem razão, e o nosso País tem de servir de exemplo. O nosso País tem de dar as mãos à América do Sul. Ele disse hoje, na reunião do Conselho Político, que, nas conversas com Hugo Chávez, chamou a atenção para o fato de que a Venezuela não pode querer viver apenas do petróleo, porque há o risco de, um dia – não sei se 100%, mas num volume muito grande – acontecer de a produção de combustíveis líquidos sofrer um reverterio.

Se assim acontecer, os países que hoje vivem desse potencial, como os do Oriente Médio, os que faziam parte da antiga União Soviética, parte dos Estados Unidos e a própria Venezuela poderão enfrentar

dificuldades. É preciso produzir alimentos. Por enquanto, a situação é boa para nós, é boa para o Estado de V. Ex^a, Roraima, que produz e vende sua produção no país vizinho. Nesse ponto é bom, mas, pensando em longo prazo, não pode a Venezuela seguir esse caminho. Concordo plenamente com o que foi dito hoje pelo Presidente Lula.

O caminho é a África, que agora se junta ao Brasil na capacidade de oferecer alimentos na quantidade e na qualidade que o mundo merece e com preços competitivos. Não se trata de aviltamento de preços, mas do oferecimento de preços de mercado com capacidade competitiva porque há tecnologia de ponta. É isso o que o Brasil vai fazer lá na África, é isso o que a Embrapa vai fazer na África do Sul e nos países com os quais o Brasil fechou esse tipo de contrato. Que a África agora ressurgir de suas cinzas, da transformação que lhe foi imposta pelos europeus no passado. Agora, seguramente, essa página da história será virada. Esse é o caminho que queremos.

Sr. Presidente, quero, encerrando, dizer que virei mais vezes à tribuna desta Casa com o maior prazer. Neste assunto, digo a V. Ex^a que os europeus já perderam, e não foi por causa do discurso de um ou de outro. Poderão até querer criar mais barreiras, mas vamos ter condições de oferecer um produto de altíssima qualidade, na quantidade necessária e na qualidade que todos desejam. Os europeus ou outros povos do mundo poderão comprar os alimentos do chamado hemisfério sul, com a energia que se baseia hoje no álcool e no biodiesel brasileiro.

Trata-se, antes, de reserva de mercado, talvez de um terrorismo banal, bobo, que só vem prejudicar outros tipos de entendimento. O mundo não pode mais viver isso.

Debate-se também hoje o que ocorre na economia norte-americana. Não se deseja isso a ninguém. Nós não podemos ficar aqui fazendo torcida pela desgraça de ninguém. Nós não podemos fazer isso. Os americanos estão passando por um problema pelo qual nós não gostaríamos que estivessem passando. Agora, o que nós não queremos é que os americanos depositem na conta do Brasil ou de qualquer outro país o sucesso ou o insucesso de sua economia, não podem subir nas costas de ninguém. Esse modelo nós haveremos de combater. O modelo que nós queremos é o modelo da solidariedade.

Ainda bem que o mundo se deu as mãos. A idéia do BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – realmente veio para ficar. Ainda que não tenhamos parado para estudar melhor essas novas relações, elas estão postas. A abertura de mercados é uma política acertada que segue o Governo brasileiro no âmbito de sua po-

lítica externa. Temos realmente de dar as mãos ao novo Governo do Paraguai, à Argentina, ao Uruguai, à Venezuela, à Bolívia, a todos os países da América do Sul, para que, junto com a África, junto com o sul da Ásia, mostremos ao mundo que nós temos todas as condições de oferecer o mínimo necessário para que viva com dignidade tanto a população atual de 6 bilhões de pessoas como a população projetada para o ano de 2030, de aproximadamente 10 bilhões de pessoas.

Podemos trabalhar para que todas as pessoas do mundo tenham, no mínimo, a qualidade de vida que Deus nos desejou ao criar o ser humano: que todo mundo tenha um lugar para ficar, que todo mundo tenha comida, água e dormida de qualidade para viver dignamente, segundo os desígnios de Deus.

Portanto, Sr. Presidente, com essa emoção, parabênizo a Embrapa por seus 35 anos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós cumprimentamos o Senador Sibá.

Apenas queríamos rememorar que a Embrapa foi criada no período revolucionário, quando era Presidente Garrastazu Médiçi, mas foi sobretudo a inteligência e a luz do parnaibano João Paulo dos Reis Velloso – mentor do I e do II PND, Plano de Desenvolvimento Nacional – que serviram de inspiração para o governo revolucionário.

Eu queria ainda chamar a atenção do Senador Sibá Machado para o seguinte: Sibá, seu raciocínio foi muito bom, mas, ao refletir sobre o custo dos alimentos no mundo, V. Ex^a tem de levar em consideração a alta do petróleo. No período em que foi criada a Embrapa, o barril de petróleo custava dois dólares, mas foi aumentando; há dez anos, custava vinte dólares, e hoje está a cento e vinte dólares. Então, aquilo que era insignificante, o transporte, passou a ser significativo na formação dos preços dos alimentos. Hoje, em qualquer alimento que você come, os economistas botam 8% de transporte devido à alta do petróleo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Permita-me, Sr. Presidente, concordar com V. Ex^a. Realmente foi um esquecimento, uma falha minha: o preço do petróleo incide também, violentamente, sobre o aumento do preço dos alimentos. Mas também queria dizer que, além desse fator, há o problema de distribuição de renda minimamente na China, na Índia, no Brasil e em outros países.

Outra coisa que esqueci de dizer é que já há algum tempo tomei a decisão de apoiar, ao máximo, no meu Estado, a área de desenvolvimento da pesquisa. Anualmente, coloco emendas parlamentares, as quais tenho direito, para o fortalecimento da Embrapa do Estado do Acre, da Universidade Federal e da Fundação

de Tecnologia do Estado do Acre. E estou satisfeitiíssimo com os resultados que temos obtido.

Hoje, posso afirmar a V. Ex^a, nas palavras do Governador do Estado, que a nossa luta é para que todo esse movimento bom que está acontecendo no País transforme o Estado do Acre em um dos melhores Estados para se viver no Brasil, a partir de 2010.

Com isso, concluo a linha do meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Como no Piauí, quero orientar o Governador do Acre. A Embrapa foi levada ao Piauí pelo Presidente Sarney. Ele criou uma unidade na minha cidade. Quando governei o Piauí, aproveitei aquela beleza de estrutura da Embrapa, com os técnicos, com o valor humano da competência que eles têm, e instalei lá dentro a Faculdade de Agricultura e Agronomia da Uespi, dedicando-se à Carcinicultura e à Biologia Marinha.

Oriente o seu Governador a seguir o modelo que eu construí, aproveitando aquele colosso de estrutura da Embrapa, que também deve ter no Acre, e, principalmente, o material humano, que são os técnicos da Embrapa. E implantei essa faculdade com um convênio do Estado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Senador Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É pela ordem que V. Ex^a pede a palavra?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – É pela ordem, já que V. Ex^a está falando da Embrapa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Como sou muito liberal, V. Ex^a pode ficar sentado, mas o correto seria ficar de pé.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para lembrar que, na minha vizinha Venezuela, sobre a qual o Senador Siba Machado falou, dizemos que a nossa fronteira é uma linha que nos une e não que nos separa, os roraimenses e os venezuelanos. O Lula fundou uma unidade da Embrapa na Venezuela, exatamente visando dar uma alternativa ao País para desenvolver tecnologia de agricultura e de pecuária lá.

V. Ex^a falou no transporte e do preço do petróleo que influiriam no preço final do alimento. A uréia, por exemplo, que é o nitrogênio, um importante adubo, é todo do petróleo. O Ministro Luiz Fernando Cirne Lima, ontem, no lançamento do PAC da Embrapa, disse que quando foi criada a Embrapa o barril de petróleo tinha mudado de US\$4 para US\$8. O mundo estava perturbado com aquela história. Veja como era. Hoje, são US\$120. Portanto, o alimento está subindo não é por causa do nosso biodiesel, do nosso álcool, mas por causa do petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos seguir a lista de oradores inscritos e convidamos esse brilhante Senador do Espírito Santo, Renato Casagrande. Com esse nome e nascido no Espírito Santo só poderia ter uma inteligência privilegiada.

Antes, porém, quero comunicar que estão inscritos o Senador Pedro Simon e, depois, o Senador João Pedro. São muitos Pedros aqui.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes nas galerias do Senado, senhoras e senhores que nos estão acompanhando pelo Sistema de Comunicação do Senado, apresentei a proposta de uma comissão especial mista para debatermos a reforma política. A reforma política já foi debatida nesta Casa e já foi encaminhada à Câmara. Lá, Sr. Presidente, no ano passado, por falta de acordo, Senador Augusto Botelho, a reforma política foi toda arquivada. Algumas medidas já foram aprovadas na Câmara em outros momentos, em outros anos, mas quando chegam ao Senado não têm seqüência. Por isso, apresentei a proposta ao Congresso Nacional de uma comissão mista de 11 Senadores e 11 Deputados para debater a reforma política, já que a reforma é matéria de iniciativa do Parlamento. Não é o Poder Executivo que tem que interferir neste caso, não é o Supremo Tribunal Federal, não é o Tribunal Superior Eleitoral, que tem tomado medidas com base na sua interpretação da lei que mais se parecem novas legislações. No entanto, não podemos criticar porque não tomamos as medidas necessárias com relação aos procedimentos das reformas institucionais.

É indiscutível a necessidade de o Congresso Nacional promover uma reforma constitucional e infraconstitucional do sistema político-eleitoral. Embora a referida reforma seja necessária, é urgente também que se processe uma reforma das práticas políticas do nosso dia-a-dia.

Sondagens de opinião atribuem aos políticos e ao Poder Legislativo enorme descrédito junto à sociedade. Câmara, Senado e poderes legislativos estaduais e municipais estão entre as instituições de baixa credibilidade junto à sociedade. Não seria para menos, uma vez que nos últimos três anos o Legislativo ficou exposto a um nível exagerado de denúncias e escândalos, enquanto o Executivo cumpriu, quase que soberanamente, sozinho, quase que isolado, uma agenda social e econômica de visíveis resultados e de altos índices de aprovação para o Presidente Lula.

No referido período, Câmara e Senado pouco trataram de reformas econômicas, sociais e de natureza política, que dessem sustentação ao *boom* desenvolvimentista do País. Debruçaram-se sobre quebra da ética, falta de decoro, cassação de mandato, renúncias e corrupção, sem que medidas rigorosamente eficazes fossem adotadas para que não haja casos de reincidência num horizonte próximo.

A reforma do arcabouço legal político-partidário é, portanto, imperativa diante da necessidade, primeira, de se resgatar o papel do Poder Legislativo frente ao Estado e à sociedade. Deveriam os políticos promoverem ainda uma autocrítica a respeito de sua postura, quando a rejeição popular ao Parlamento denuncia um modelo esgarçado de fazer política.

É claro que o Congresso Nacional deve preservar a sua atribuição de investigar via Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Porém, quando uma sanha policialesca faz das CPMIs agenda prioritária, acaba se distanciando do seu papel mais nobre que é o de legislar e interferir nos grandes temas de interesse social.

A dinâmica da economia mundial, a ampliação de mercados, as relações multilaterais estão ocorrendo sem interferência direta do Legislativo. É indispensável envolver o Parlamento em discussões em torno das políticas públicas de curto, médio e longo prazo, fortalecendo o combate às desigualdades internas, mas que também tratem da integração do País à economia mundial e à geopolítica global.

A reforma tributária é a oportunidade que temos de reforçar o pacto federativo, de reduzir a carga tributária que incide sobre o setor produtivo e salário dos trabalhadores e simplificar o sistema arrecadatário nacional. Mudar a dinâmica da edição de medidas provisórias seria outro ponto positivo para o resgate do papel desta Casa.

Do ponto de vista institucional, seria oportuna a decisão do Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho, de aprovar nossa proposta de criar uma comissão mista e temporária para discutir a reforma política. É importante dizer que o Senador Garibaldi Alves Filho está apoiando a Oposição; ele quer discutir como ficará a distribuição dos cargos de presidente e relator.

Criaríamos com ela um fórum de discussões em torno de temas como o papel dos partidos políticos, fidelidade partidária, financiamentos públicos e privados das campanhas, papel dos Senadores suplentes, o sistema de votação.

Encontraríamos também, Sr. Presidente, o caminho para aperfeiçoar na Carta Magna o dispositivo constitucional da reeleição, por exemplo, estabelecendo – caso queiramos manter a reeleição – o afastamento

do detentor do mandato, nos três níveis do Executivo, para concorrer a mais um mandato. Essa possibilidade de o Governador, o Prefeito e o Presidente permanecerem no cargo e concorrerem à reeleição é um equívoco da nossa Constituição, aprovada pelo Congresso Nacional. Aceito o debate de um mandato único de cinco anos e aceito o debate da reeleição, com o afastamento do detentor de mandato.

Acredito que debater a reforma política, ainda em 2008, é antídoto contra a tentação do terceiro mandato. Em 2009, pode vir alguma proposta já influenciada pela campanha de 2010 de se debater o terceiro mandato. Se tivermos capacidade de debate, João Pedro, neste ano sepultaremos esse factóide, esse pseudodebate do terceiro mandato, que está sempre sendo colocado como hipótese não pelo Presidente Lula, que já disse ser contra, mas por diversos articulistas políticos e por alguns parlamentares.

Concedo um aparte ao Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Primeiro, quero dizer da importância do pronunciamento de V. Ex^a. Quero fazer um comentário sobre a necessidade de o Congresso Nacional – e não só o Congresso –, a sociedade organizada, instituições como a OAB, a União Nacional dos Estudantes, a CNBB, a ABI, que fez uma sessão aqui no nosso plenário... São entidades representativas com uma larga tradição. Não quero fazer uma crítica, mas reafirmar a necessidade de se fazer a reforma política, defendida nesta tarde por V. Ex^a. Olhe, de 2004 para cá, o Congresso Nacional se deparou com CPIs, comissões especiais que levam à necessidade da reforma política. O Congresso Nacional deveria pautar este debate, agendar com letras maiúsculas a reforma política. Lamento que este ano estejamos por conta das eleições, do segundo turno. E nós já temos a reforma tributária, sobre a qual falarei a respeito, pois estou inscrito. Mas quero dizer da minha concordância. Os partidos, as lideranças deveriam, pós-eleição, dar início à reforma política. V. Ex^a levantou alguns dados, alguns elementos para a discussão. Quero dizer da minha concordância com o mandato de cinco anos e com o fim da reeleição. No entanto, quero dizer que discordo do afastamento. Se há eleição, não há porque o candidato se afastar do cargo. Acho que temos de ter mecanismos para garantir a transparência, a legalidade, a postura dos Prefeitos, dos Governadores, do Presidente da República, no sentido de que suas ações não interferiram no processo eleitoral. Então, o Brasil, a sociedade, os partidos políticos precisam da reforma política. As normas que vêm norteando a vida política no Brasil estão obsoletas, principalmente no que se refere ao financiamento de campanhas. Defendo o financiamento público da

campanha para dar um equilíbrio e colocarmos fim ao poderio econômico que, com certeza, interfere na eleição de Parlamentares, de Vereadores, de Prefeitos, pelo Brasil afora. Muito obrigado pelo aparte e parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a, que defende a reforma política.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador João Pedro.

E a reforma política – estão aqui dois ex-presidentes do Senado, Senadores Renan Calheiros e Tião Viana – é uma agenda nossa, não é do Poder Judiciário, não é do Poder Executivo, é nossa. Ou fazemos a reforma política, ou não teremos sucesso nessa reforma institucional. Então, ela é nossa.

E esse debate polemiza. Se ele polemiza, ele dá aos Senadores e aos Deputados a oportunidade de ocuparem seu tempo estudando uma matéria importante para a sociedade brasileira. E que não fiquemos, como ficamos aqui no Senado até alguns dias atrás, num debate muito pessoal por falta de uma agenda.

A reforma tributária tramita na Câmara; a reforma política poderia tramitar na Câmara e no Senado numa comissão especial mista, que ocuparia efetivamente o nosso tempo com debates sobre uma reforma importante, que vai trazer benefícios para a sociedade.

Sr. Deputado Sibá Machado, vou lhe dar o aparte, assim que concluir meu raciocínio.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Renato Casagrande, ele continua Senador.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Senador Sibá Machado, peço-lhe desculpas, mas é que eu estava falando da Câmara.

Mesmo sendo um ano eleitoral, Senador João Pedro, é fundamental que, neste ano, nós possamos avançar na reforma política. A eleição não pode atrapalhar esse debate. E não atrapalhará. Acho que é possível em uma comissão mista seguirmos em frente. E essa é a forma de acabarmos com esse falso debate do terceiro mandato, da re-releição, é o antídoto que temos para acabar com esse debate. Essa proposta de re-releição naturalmente agride o Estado democrático de direito, porque se apresenta de forma casuística e inoportuna. Portanto, vamos acabar com isso.

Proponho a criação de uma instância que nos permita aperfeiçoar os institutos que regulam a nossa política e criamos mecanismos de combate à corrupção, ao fisiologismo, ao patrimonialismo, práticas que ainda permeiam as relações políticas e afastam os homens públicos do cidadão.

Ouçó o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Renato Casagrande, darei dois pontos de vista para contribuir com o pronunciamento de V. Ex^a. O primeiro

é sobre a história do terceiro mandato. Digo para V. Ex^a, com toda a segurança, que vejo só uma coisa boa nisso: reconhecer que o Presidente Lula e o Governo estão muito bem, porque, se não fosse assim, essa história estaria ridicularizada e não estaria sendo tratada aqui. Então, é a única coisa boa que vou considerar do debate do terceiro mandato. O segundo ponto é que isso não pode virar agenda do Congresso, porque está na cabeça de uma ou de outra pessoa que – acho – está dormindo mal à noite, reconhecendo que o Governo está muito bem, mas temendo que ele possa, de uma hora para outra, recomendar um prolongamento do Governo em uma terceira oportunidade. Isso, então, está mais do que colocado, pelo menos nas instâncias do meu Partido. E, em todos os momentos em que estive presente em conversas com o Presidente Lula e esse assunto foi tratado, ele foi rechaçado de primeira. Inclusive, na última vez, o Presidente chegou a dizer que teria até problemas na convivência com o PT, se essa proposta tomasse corpo dentro do nosso Partido. Portanto, não é assunto para nós.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Mas a reforma política é assunto.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Esse foi o primeiro ponto. Sobre a reforma política, quero dizer que nós tivemos um momento muito importante nesta Legislatura, especialmente no ano de 2005 para 2006. Tentou-se de tudo, inclusive a chamada mini-reforma, apresentada pelo Senador Jorge Bornhausen e aprovada aqui na velocidade da luz. E, quando chegou lá...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – E foi acabar na Câmara...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Nós temos um problema de entendimento no Congresso. Eu espero que V. Ex^a tenha êxito nessa propositura.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – É por isso que eu proponho uma comissão mista; Câmara e Senado, juntos, debatendo a proposta.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Para negociar, senão a matéria não anda. Sai uma história de lá e, quando vem para cá, muda; sai uma idéia daqui, quando vai para lá, não anda ou coisa parecida. E, aí, encerrando o aparte, com muito orgulho, quero dizer a V. Ex^a que apresentei duas PECs que tratam da história do fim da reeleição. Uma das PECs, já aprovada na CCJC, diz que se encerra o instituto da reeleição no Brasil, mas que se aumenta os mandatos para cinco anos. E o Senador Marco Maciel...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – E o mandato de Senador, Senador Sibá Machado?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O mandato de Senador da República com cinco anos – todos são com cinco anos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Todos com cinco anos.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Linearmente, de Vereador a Presidência da República – todos com cinco anos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sou favorável à proposta de V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Várias vezes, eu ouvi pronunciamentos e li artigos do Senador Marco Maciel tratando dos problemas que o País viveu, quando teve a desconexão do mandato do Parlamento com o da Presidência da República. Concordo com ele, mas a minha PEC propõe que seja todo mundo linear. E a segunda PEC diz que todo mundo deve ser votado e empossado, executando os seus mandatos num mesmo momento. Então, são duas PECs que se somam e eu ficaria honrado se pudéssemos tirá-las das gavetas do Congresso Nacional para colocá-las ou apensá-las a outras idéias que por acaso estejam tramitando. Mas vou concordar com V. Ex^a num ponto: se as duas Casas não fecharem um entendimento daquilo que pelo menos pode ser o sinal de um novo caminho do fortalecimento da democracia, a reforma política fica só na conversa e a gente não consegue implementá-la. Agradeço a V. Ex^a pelo pronunciamento que traz à Casa na tarde de hoje.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Eu agradeço. Quero dizer a V. Ex^a que é por isso que a reforma política é importante, porque ela gera o debate, ela cria o debate. Discutir pontos do sistema político eleitoral isoladamente não é bom, é bom discuti-los e votá-los de forma articulada. Por isso, uma comissão poderia pegar a PEC de V. Ex^a, com a qual concordo, e trabalharíamos para que pudéssemos votar e aprovar, num trabalho coordenado entre Câmara e Senado.

Sr. Presidente, essa era a questão. Eu gostaria de apenas mais 30 segundos.

Hoje, eu e o Senador Tião Viana, que está aqui presente, tivemos um debate no conselho político sobre as três propostas aprovadas nesta Casa. Dois projetos do Senador Paulo Paim tratam da Previdência e a proposta de V. Ex^a trata da regulamentação dos recursos para a área de saúde.

O Governo manifestou, lá, preocupação com a repercussão financeira: até 2011, R\$49,5 bilhões nos três projetos. Então, o Governo manifestou preocupação e busca um debate para poder chegar a uma alternativa.

Acho que a vantagem de termos aprovado, especialmente, a proposta de V. Ex^a é que também está forçando o Congresso e o Governo a buscarem uma saída. Lá se discutiu uma alternativa – não tem nenhuma proposta formada – de como financiar esse recurso, esse aumento de recurso para a área de saúde. Discutiu-se a questão do álcool, do fumo, como aumentar recursos, arrecadação nessa área, discutiu-se a relação com planos privados, com a saúde privada, de ressarcimento para a Administração Pública, do Sistema Único de Saúde.

Então, só para informar a V. Ex^a o debate que nós tivemos, que foi um debate produtivo, importante, sem solução, mas tenho certeza de que a posição do Senado vai fortalecer a busca de um caminho para aumentarmos os recursos para a área de saúde.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Renato Casagrande, eu estava atentamente ouvindo V. Ex^a, e concordo com o Senador Sibá quando trouxe aqui a inteligência do Senador Jorge Bornhausen. Mas atentai bem aqui, que quero dizer o que é o mais grave: que V. Ex^a tenha o êxito que o Senador Jorge Bornhausen não teve!

Mas queria advertir para a maior imoralidade que existe. Vivemos, somos políticos. Senador Renan, hoje, a gente chega a uma cidade, e, aí, chega um líder. Atentai bem! Isto aqui não tem mais jeito, não! Temos de consertar, é urgente! Ô Senador Casagrande, olha isto: a gente chega a uma cidade – governei o Piauí por duas vezes –, e aí chega um líder de um Partido que nem conheço. Existem trinta Partidos neste País. Renan, ele chega com um papelzinho com trinta nomes, às vezes até na minha cidade, em que nasci, em que me criei e onde fui Prefeito e cirurgião. Não conheço nenhum nome dos candidatos. Eles dizem assim: “Olha, há trinta candidatos a Vereador. Apoiemos seu candidato, e o senhor dá R\$4 mil para cada um.”. Trinta vezes quatro são R\$120 mil. Digo: “Rapaz, não tenho mensalão, não! Isto aqui é um absurdo!”. Aí ele diz: “Não, a gente baixa para R\$3 mil, e ficam R\$90 mil.”.

Entendeu, ô Senador Renato Casagrande, a gravidade? Isso é o real.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado pela sua observação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já, já, no fim de semana, estará ocorrendo isso. Não existe esse número de Partidos. Isso não existe, e temos de ver um meio... Eles estão servindo para isso, e quem tem recursos compra mesmo.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Renan Calheiros, que já presidiu esta Casa e que foi Ministro da Justiça deste País, um extraordinário Ministro da Justiça. Dou esse testemunho, porque governava o Piauí. V. Ex^a foi um extraordinário Ministro da Justiça no seu mandato.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Alagoas perdeu mais um filho ilustre, agora, no último dia 17 de abril. O Major-Brigadeiro Othon Correia Netto deixou uma vida verdadeiramente de herói, aos 87 anos, no Rio de Janeiro.

Nascido em Viçosa, Othon foi um dos poucos brasileiros a sobreviver a um campo de concentração da Segunda Guerra Mundial, na Alemanha, em 1945. Voluntário do Primeiro Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB), ele serviu durante a campanha da Itália e realizou, Sr. Presidente, 58 missões de combate em seu lendário avião P-47. Numa delas, foi abatido pela artilharia antiaérea. Feito prisioneiro de guerra, foi levado para dois campos de concentração no interior da Alemanha, de onde foi libertado no final do conflito.

Imaginem, Sr^{as} e Srs. Senadores, os dramas e as intempéries que esse bravo alagoano enfrentou durante sua juventude, sobrevivendo às mais duras condições de combate e de aprisionamento!

Depois da guerra, Othon Correia Netto prosseguiu a carreira militar, exercendo várias funções de comando e Estado-Maior da Aeronáutica até 1966, quando saiu do serviço ativo da nossa FAB.

Deixo aqui, Sr. Presidente, nestas poucas palavras, meus sinceros sentimentos à viúva, Dona Lúcia; aos filhos, Othon, Lílian e Cristina; e aos quatro netos.

Saibam todos que Alagoas tem profundo orgulho de ter tido um nome de sua grandeza, que testemunhou os acontecimentos mais graves do século passado.

Que as novas gerações, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, vejam em Othon um exemplo não somente de coragem, mas de um patriota, de um pai de família dedicado, que deixará muitas saudades!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência se associa ao pesar pelo Brigadeiro Othon Correia Netto, da nossa Aeronáutica, que nos faz lembrar do ícone daquela Força Armada, o Brigadeiro Eduardo Gomes, que, em vida, deixou um pensamento muito atual, que simboliza também o pesar que tenho pela passagem de Othon Correia Netto. O Brigadeiro Eduardo Gomes, que combateu o período

de exceção, a ditadura civil Vargas, disse: “O preço da liberdade é a eterna vigilância.”. O Senado está nessa vigilância.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Até há bem pouco tempo, estava aqui o Senador Pedro Simon, que chamamos para usar a palavra como orador inscrito. (Pausa.)

Continuamos a chamar os oradores inscritos. Depois do Senador Pedro Simon, vem outro Pedro, o Senador João Pedro, que representa o Partido dos Trabalhadores do Estado do Amazonas.

V. Ex^a pode usar a palavra pelo tempo que achar conveniente, como fiz com os que o antecederam.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Mão Santa. Serei rápido.

Primeiro, quero congratular-me com os servidores e pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), essa grande instituição de pesquisa, essa empresa brasileira que tem presença nos campos desse imenso território brasileiro. A presença da Embrapa é importante sob o ponto de vista do conhecimento, da pesquisa e das contribuições que aquela empresa vem dando, principalmente nesses últimos anos.

Eu estava ouvindo o Senador Sibá falar da importância do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e de mais recursos que o Presidente Lula apresentou na tarde de ontem. Quero falar da minha alegria. A Embrapa merece, sim, mais recursos. Os servidores e os pesquisadores da Embrapa merecem um salário melhor. A Embrapa cumpre um papel estratégico dos mais importantes e é uma empresa que orgulha todos nós. Há muita coisa boa neste Brasil, e uma delas é a presença da Embrapa, principalmente o resultado dos estudos e das pesquisas dessa empresa, que está no meu Estado, em Roraima e no Pará.

Faço menção aqui à postura do Presidente Lula em atravessar o Atlântico e colocar a Embrapa nos países africanos. Agora mesmo, o Presidente veio de Gana e reafirmou o compromisso da presença da Embrapa naquele país, como já está na África do Sul. Ou seja, é importante que essa empresa pesquise e estude o campo nos países irmãos da África.

Sr. Presidente, fiz esse registro, mas vou falar da importância de a Câmara dos Deputados, de o Congresso Nacional entender que a prioridade, neste exato momento, é enfrentar e travar o debate da reforma tributária. Penso que, até julho – estaremos aqui até 17 de julho, antes do recesso do meio do ano –, essa é a prioridade da Casa. Precisamos travar um debate

sobre a reforma tributária não apenas internamente, mas também com a sociedade brasileira.

Há pouco, ouvi o Senador Renato Casagrande propor, de forma concreta, uma Comissão Mista para dar início aos trabalhos da reforma política. A reforma política é necessária, é tão urgente quanto a reforma tributária. A reforma tributária é o encontro de um vácuo, de uma distância da sociedade brasileira com a distribuição de renda. Precisamos fazer justiça do ponto de vista da distribuição de renda, da tributação, dos impostos, dos índices a serem arrecadados, enfim, da distribuição, da descentralização dos recursos. E isso só acontecerá por meio da reforma tributária.

Fiquei satisfeito. Ontem, eu soube que avançou o entendimento para a definição da Relatoria e da Presidência da Comissão que vai tratar da reforma. O ex-Ministro Antonio Palocci foi designado Presidente da Comissão que vai tratar do assunto na Câmara. Espero que a Comissão comece a trabalhar e que o Congresso Nacional faça um debate profundo sobre a reforma tributária, um debate com compromisso, com olhar democrático, compromissado com as questões sociais e com a distribuição justa da renda no País. Falo, hoje, da importância disso.

Alguns números atuais da nossa economia, do contexto político, social e econômico em que o Brasil vive são animadores. O Brasil precisa, portanto, fazer a reforma tributária. Já existem números importantes. Sr. Presidente Mão Santa, a pobreza no País, nos últimos anos, precisamente nos seis anos do Governo do Presidente Lula, diminui 20% – 19,8%, para ser preciso. Para mim, isso é importante. É uma mazela a pobreza, a exclusão econômica e social de parcela do povo brasileiro, de homens e de mulheres. Para mim, diminuir a pobreza é um índice importante. E o Governo Lula fez isso, nos últimos seis anos.

Quanto ao PAC, Sr. Presidente Mão Santa, nos próximos anos, haverá mais de R\$1 trilhão de dinheiro público, com a participação do setor privado brasileiro. Serão recursos de mais de R\$1 trilhão, R\$1,2 trilhão, destinados para investimento em infra-estrutura – este é outro número importante que aqui registro.

O investimento estrangeiro no Brasil, somente no ano de 2007, em um ano apenas, está na ordem de US\$34 bilhões. Em um ano, o investimento estrangeiro no Brasil foi superior ao de uma década de privatizações do Governo passado. Foi uma década de privatizações, a década de 90. Em um ano, o de 2007, os investimentos de US\$34 bilhões foram superiores aos obtidos em dez anos de privatizações. São números que me deixam animado com o presente, mas fundamentalmente com o futuro do País, com o futuro da sociedade brasileira.

Outro número que é importante frisar neste debate e do qual vou fazer o registro são as reservas internacionais, nossas reservas, que, hoje, estão em torno de US\$190 bilhões.

Com toda essa situação internacional, com a crise nos Estados Unidos e, agora, com o aumento dos preços dos cereais, dos alimentos – esse preço cresce, porque também há uma distribuição de renda –, com toda essa dificuldade, alguns países começam a comprar alimentos, a ter acesso a eles, e esse é um dos fatores que provocam o aumento dos preços.

Nos últimos anos, o Brasil cuidou com rigor da macroeconomia. Os números que acabei de citar são importantes. O Governo deve continuar nesse caminho, nessa trilha. Esse é o compromisso. E penso que podemos coroar este momento com a reforma tributária. Se a reforma política é importante e é um passo para consolidar e para qualificar nossa democracia, o Congresso Nacional – neste exato momento, a Câmara dos Deputados – não pode deixar de encarar e de travar o debate da reforma tributária com a sociedade civil, não somente no âmbito da Câmara dos Deputados.

Este será um ano rico, se concluirmos o debate até o meio do ano. Depois, haverá as eleições municipais, outro momento importante para reafirmarmos a democracia, a representatividade de Vereadoras e de Vereadores eleitos para as Câmaras Municipais e de novos Prefeitos. O Brasil chegará ao final deste ano, com certeza, com muita alegria, com os números da nossa economia e, acima de tudo, com a reforma tributária e com uma eleição que reafirme o presente e o futuro, com a democracia brasileira elegendo Prefeitos e Vereadores que possam fazer mais pelo povo, principalmente pelo povo simples e pobre do País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Pedro, também V. Ex^a tem de influenciar a sua bancada, porque esta Casa teve uma subcomissão de reforma tributária, presidida pelo Senador Tasso Jereissati, profundo conhecedor da economia do Nordeste e do Brasil, um dos maiores valores desta Casa e da política brasileira. Ele era o preferido de Mário Covas para ser Presidente da República. Então, Tasso Jereissati dirigiu essa subcomissão, debruçou-se sobre ela. E eu fazia parte dela.

Sobre a reforma política, todos nós reconhecemos que o Senador Jorge Bornhausen fez um trabalho extraordinário, com sua experiência e inteligência. Mas ela foi para a Câmara Federal e ficou enterrada. Aí, dou até razão de o Luiz Inácio, nosso Presidente, ter dito que, quando passou por lá, havia 300 picaretas. Dou testemunho de que saiu daqui uma reforma

política, pela inteligência de Jorge Bornhausen, e uma reforma tributária também, pela inteligência do Senador Tasso Jereissati.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir, gostaria de usar da palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente, porque não é Líder só do PCdoB. É líder do Nordeste, é meu líder.

Em tempo, também quero manifestar o reconhecimento pela brilhante sessão em que V. Ex^a homenageou hoje a imprensa brasileira pelos seus 100 anos de existência.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Brilhante foi o pronunciamento de V. Ex^a na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tenho procurado aprender com V. Ex^a. O partido de V. Ex^a, o PCdoB... As duas vezes em que cheguei ao Governo do Estado do Piauí foi com auxílio do partido de V. Ex^a.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É verdade. E não deixo de reafirmar que o PCdoB nunca se arrependeu um minuto da posição que adotou.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já pensou se o PCdoB me apoiasse para a Presidência da República!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Quem sabe! Já o apoiamos para Governador duas vezes. Se o partido de V. Ex^a o escolher...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a vai ser o meu Richelieu.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Gostaria de ajudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, em nome do meu partido, para fazer uma alusão a este acontecimento que considero de muito significado para a América do Sul, que foi a eleição do Sr. Fernando Lugo para presidir o país vizinho, integrante do Mercosul, o Paraguai.

Durantes décadas, o país esteve dominado por um único segmento, com uma coloração...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Seis décadas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Precisamente, seis décadas, é o que nos comunica o nosso Senador João Pedro, lá do Amazonas. Seis décadas, 61 anos de comando de uma oligarquia difícil, que instituiu também uma ditadura no Paraguai e

submeteu aquele povo, uma nação inteira... Lá, 80% da população corresponde à nação guarani, são nativos que estão ali naquele país e que falam os dois idiomas: o espanhol, do colonizador, e o guarani.

Então, é muito significativa a eleição no Paraguai. Juntamente com a eleição de Fernando Lugo, houve a eleição direta dos primeiros parlamentares, pelo voto do povo, para compor o Parlamento do Mercosul, algo que a Argentina e o Uruguai farão em 2009, e o Brasil, em 2010. Os paraguaios são os primeiros a eleger Deputados, quer dizer, parlamentares, para o Parlamento do Mercosul pelo voto direto da população de seu país. As atuais representações foram indicadas pelos parlamentos. Nós, representantes do Brasil – nove Senadores e nove Deputados Federais –, fomos indicados pelas nossas Casas respectivas, o Senado e a Câmara.

Agora, a representação paraguaia é eleita pelo povo paraguaio para o Mercosul, o que enseja maior força para este Parlamento regional, o Parlamento do Mercosul, que reúne quatro países como membros; dois como associados, que são a Bolívia e o Chile; e um em via de ser membro permanente, a Venezuela; os demais, exceto as Guianas, são membros associados. Então, é um Parlamento que vai ganhando grande fôlego, grande papel e grande destaque.

Refiro-me especialmente a esta situação, que é a nossa relação com um país vizinho e a eleição de um homem progressista, da Igreja Católica, ligado à Teologia da Libertação, um bispo que deixou o seu bispado para disputar a eleição de Presidente da República e que a ganhou, o que tem um significado histórico para o Paraguai e para a América do Sul. Esse acontecimento tem muito significado político para a frente, para a unidade dos nossos povos.

A eleição de Fernando Lugo, conhecido como “bispo dos pobres” – V. Ex^a é conhecido como Mão Santa, e ele, como “bispo dos pobres” –, para Presidente do Paraguai confirma a tendência sul-americana de escolher governos voltados para o atendimento das necessidades de seus povos e dos povos do continente, e que se contrapõem às oligarquias regionais e aos representantes principalmente do imperialismo contemporâneo, que é o imperialismo norte-americano, essa nação poderosa que tem exércitos espalhados por todos os continentes.

Mal disfarçando sua torcida contra a vitória de Lugo – confirmada pelo eleitorado paraguaio no domingo –, a mídia conservadora do mundo e também brasileira arrolou, desde a campanha eleitoral, os possíveis problemas que sua escolha representaria. Seria um novo Evo Morales, diziam os jornalões, referência à defesa dos interesses do povo boliviano, que levou

o governo daquele país a renegociar, de forma muitas vezes dura, tratados lesivos à sua soberania e aos direitos do seu povo.

A principal bandeira da campanha eleitoral do novo presidente paraguaio foi a defesa da revisão dos tratados com o Brasil e com a Argentina, concretizados há mais de duas décadas, quando as ditaduras das duas nações acertaram com a ditadura paraguaia o uso do potencial hidrelétrico dos rios que fazem a fronteira entre esses países.

A nossa opinião é a de que os contratos, os tratados, devem, sim, ser respeitados. Acho que Fernando Lugo deverá respeitar os contratos com o Brasil. E o Brasil, ao mesmo tempo em que exige o respeito aos contratos, deve ter uma relação amistosa, de confiança, com o governo do campo democrático e popular que o Paraguai acaba de eleger.

Outro problema é a existência de latifundiários na faixa de fronteira e mesmo dentro do território paraguaio, já mais distante da nossa fronteira, que são os plantadores de soja. Há grandes proprietários e muita mão-de-obra brasileira. Não podemos aqui fazer uma confusão entre latifundiários, sejam paraguaios, sejam brasileiros, e os chamados “brasilguaios”, uma mão-de-obra barata, que foi levada do Brasil para se associar a uma mão-de-obra barata também do Paraguai. São duas coisas distintas: há os latifundiários no Brasil e no Paraguai e os trabalhadores dessas áreas, que são áreas rurais.

Com certeza, Fernando Lugo deverá examinar o potencial que seu país tem do ponto de vista produtivo, ainda mais se fizer uma ampla reforma agrária em seu país, que é o que devemos ao nosso povo secularmente, um problema do capitalismo que o Brasil não conseguiu resolver até hoje. Esse é um problema que também está instalado, entre as desconfianças que foram preparadas a respeito de Lugo, e que poderá ser afetado pela prometida reforma agrária que Lugo defendeu durante a campanha. Mas o principal item da campanha e da agenda com o Brasil é o Tratado de Itaipu, que viabilizou a construção daquela que é hoje a maior hidrelétrica em funcionamento no mundo.

Talvez o mais significativo, Sr. Presidente, seja ressaltarmos o papel dessa empresa. Como membro da Comissão de Infra-Estrutura do Parlamento do Mercosul, estive com deputados paraguaios e uruguaios. Formamos uma comissão de representantes dos parlamentos paraguaio, uruaio e brasileiro e fomos até Itaipu. Fizemos uma visita a Itaipu. Itaipu não é uma empresa para ser privatizada ou estatizada. Itaipu é uma estatal binacional, pertence ao Brasil e ao Para-

guai. Todo debate, toda discussão considera essas duas partes sempre. Fomos lá, e lá está, dividida ao meio: deste lado, “x” técnicos brasileiros; do outro lado, igual quantidade de paraguaios – diretor brasileiro, diretor paraguaio.

A dívida da construção de Itaipu, que vai sendo paga até 2022, é conjunta, respaldada pelo Brasil, que é a garantia de que aquele empreendimento será pago, serão pagos os seus empréstimos. E, a partir de 2022, a parte da energia fornecida e que é do Paraguai, esse país poderá vendê-la a quem quiser. Em 2022, todo o tratado de venda da energia será reexaminado, porque isso já faz parte do tratado. Claro, o principal comprador, evidentemente, é o Brasil. Mas, se alguém pagar mais pela energia, o Paraguai tem todo o direito de vendê-la, se não for utilizá-la.

Mas qual é a minha expectativa? É que, com o Governo novo, o Paraguai possa se desenvolver de tal sorte que não precise vender a sua energia, que ele consuma a sua energia. Para isso, o Governo brasileiro já se antecipou, através de Itaipu, através do BNDES e através da sua chancelaria, dizendo: “Vamos ajudar o Paraguai, vamos ajudar a estender as linhas de transmissão para poder fornecer a energia de Itaipu para que os paraguaios possam utilizar a sua energia”. É inconcebível que o Paraguai tenha uma quantidade enorme de energia, que cruza o seu território e volta para o Brasil, e dela não possa se beneficiar.

O Brasil já se antecipou. O Governo do Presidente Lula, que já vinha conversando com o governo paraguaio, manifestou publicamente a intenção de aprofundar esses contatos. Depois da confirmação da vitória, o Chanceler Celso Amorim considerou justa a reivindicação paraguaia de renegociar o preço da energia comprada do Paraguai. O presidente eleito manifestou disposição semelhante e defendeu a racionalidade e a objetividade na negociação. Por que ele defende isso? Porque se trata de uma empresa paraguaia e brasileira. Não é uma empresa em que o Paraguai vai chegar agora e dizer: “Vou estatizar Itaipu”. Não pode. Ela é uma empresa do Paraguai, pertence ao Paraguai, só que pertence ao Paraguai e ao Brasil. E é o empreendimento binacional de maior sucesso em toda a América, do Alasca à Patagônia. Não há empreendimento com tal força na área de produção de energia, com tal êxito, entre nenhuma nação dessa região do mundo que é a América, partindo do Alasca até a nossa Patagônia, já na América do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Senador Inácio Arruda, Professor Cristovam Buar-

que, V. Ex^a, que é professor, deixe-me participar desse debate.

Temos que ser justos. Uma das páginas mais bonitas do Presidente Luiz Inácio foi ele ir à África, na sua missão de relações exteriores, e pedir perdão por termos tirado os filhos africanos nos navios negreiros – e Castro Alves bradava: “Ó Deus, ó Deus, onde estais que não respondes?” – e colocarmos aqui.

Entendo que foi uma grandeza do Presidente Luiz Inácio, mas também é uma grandeza nós reconhecermos, e por isso que somos os pais da pátria, que nós devemos muito ao Paraguai. A página mais vergonhosa da nossa história foi quando os paraguaios iniciaram uma fábrica têxtil para concorrer com o poder econômico perverso da Inglaterra... O poder econômico é perverso. Isso que nós estamos assistindo dos Estados Unidos no Iraque foi mais feio. A Inglaterra, numa concorrência...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a me concede então um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vai já. Mas deixe-me explicar: numa concorrência do têxtil, porque quem ganhava o mundo, o comércio, eram os produtos ingleses – o tropical era inglês, a casimira era inglesa, todos os produtos têxteis, o linho era inglês –, então eles começaram a industrializar e a comercializar nesse mercado. Os ingleses deram dinheiro para o Brasil, para a Argentina e para o Uruguai para nós trucidarmos o parque industrial.

E mais: era Brasil, Argentina, Uruguai, a Inglaterra, com dinheiro, e os portugueses, que aqui estavam com medo dos franceses. Então, eram cinco países contra o nosso irmão Paraguai.

Então, quero que V. Ex^a, que é do Mercosul, inclua o meu nome para ir à posse do novo presidente resgatar essa atrocidade da nossa história.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Já está incluído.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cinco países contra o Paraguai! É uma história vergonhosa!

Professor Cristovam Buarque, eu visitei o Museu do Paraguai e vi, em cartolina, escrito com pincel atômico essa vergonhosa história: cinco países contra ele. Então, é hora também de o Presidente Luiz Inácio – se ele não quiser, nós vamos lá –...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ... pedir perdão por aquele massacre que foi feito ao país-irmão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É muito significativo o aparte de V. Ex^a, eu ia apartear-lo para lembrar também o episódio de uma indústria desenvolvida por Delmiro Gouveia, um ipuense lá do Ceará, que resolveu que poderia represar águas, produzir energia elétrica e industrializar o Nordeste, produzindo tecido, produzindo linhas. E tinha uma linha, que hoje é chamada Linha Corrente Laranja, que pertencia aos ingleses, e os ingleses então começaram a perseguir o Delmiro Gouveia. Até hoje não foram esclarecidos o seu assassinato e a destruição das indústrias que ele começou a montar no Nordeste brasileiro.

É esse o tipo de enfrentamento. Por isto, eu considero que o Governo brasileiro tem que ser duro na defesa dos contratos e dos tratados que assinou, justos, mas sem perder a ternura para poder negociar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – “Hay que endurecer, pero sin perder la ternura jamás.” E Albert Einstein disse que não é a força que traz a paz, é o entendimento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É o entendimento, e, esse entendimento, defende Lugo e defende Lula. Devemos ter racionalidade e objetividade na negociação. O que ocorre?

O Paraguai consome, infelizmente, apenas 12% da sua parte de energia, o que corresponde a 6% da energia de Itaipu. Infelizmente! O que eu gostaria é que ele já consumisse mais, porque, se assim fosse, significaria que ele estaria mais desenvolvido, estaria progredindo mais, o seu povo estaria mais bem atendido. Uma nação nativa, com o povo guarani querendo ascender, querendo crescer, querendo se desenvolver, é lógico que tem que ter o nosso entendimento, que V. Ex^a levanta, que é a compreensão dos problemas para dar uma solução justa, adequada.

Veja o que ocorre: o preço da energia de Itaipu é cotado em dólar, e é evidente que o dólar está despencando no mundo. Muita gente acha que o dólar está despencando em prejuízo dos Estados Unidos. Não é isso. Ao despencar e ao se desvalorizar no mundo inteiro, os Estados Unidos não estão tendo prejuízo, estão ficando mais competitivos, os produtos americanos estão podendo ser vendidos com mais força no exterior. Como a energia é cotada em dólar, o preço da energia está caindo, o valor dessa energia está diminuindo, está decrescendo esse valor, porque o dólar está em queda. E nós comercializamos essa energia de Itaipu em dólar. Itaipu vende para o Brasil em dólar e vende para o Paraguai em dólar, pagando ao Paraguai também em dólar na parte que compra dele.

Então, a queda do dólar está causando prejuízo ao Paraguai e ao Brasil. Talvez tivéssemos de dizer que Paraguai e Brasil, unidos, vão usar outra moeda. Essa moeda não nos serve mais, essa moeda está prejudicando o Brasil e o Paraguai.

É bom examinar também desse ponto de vista, senão podemos nos enredar num problema que está longe de solução se nós tivermos como base da negociação a moeda norte-americana, porque ela está se desvalorizando, sobretudo em vantagem para os americanos e não em desvantagem. Eles têm um outro tipo de poder. Eles não têm só moeda; eles têm a moeda e têm as armas, têm as bombas, têm os aviões, têm os exércitos espalhados pelo mundo inteiro. Eles têm um outro poder de dissuasão diferente da moeda. A moeda é um dos grandes instrumentos, mas não é o único. Então, o que de principal nós devemos fazer com o Paraguai é um grande entendimento.

Lugo deve ser recebido no Brasil para um grande entendimento, e nós devemos ir, na pessoa do Presidente Lula, como temos ido seguidas vezes, ao Paraguai, para um grande entendimento.

Espero poder estar presente na posse de Lugo, acompanhado de V. Ex^a, para que a gente possa fazer esse resgate importante da história brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Um momento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pois não, Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, eu não posso deixar de fazer um aparte ao seu discurso, pela importância dele e pela importância do assunto. O seu discurso teve a sua importância, e o assunto tem mais ainda. Nós vamos entrar em uma relação tensa, mas tensa em defesa dos interesses do Paraguai, que é obrigação do Presidente daquele país; e tensa pela defesa dos interesses do Brasil, que é obrigação do nosso Presidente. E aí eu quero dizer que, hoje, eu sinto uma certa tranquilidade nesse momento dessa tensão, porque, se há uma coisa do Governo Lula – e eu reconheço que há diversas –, mas se há uma coisa, Senador Mão Santa, que a gente tem de reconhecer que está sendo feita com compromisso e competência é a política externa. Não se abriu mão de um compromisso e não se cometeu um erro. Isso é muito raro. Não se abriu mão de compromisso... Por exemplo, mandar tropa para o Iraque. Não; não se fez. Agora, ao mesmo tempo, sem mandar a tropa, com extrema competência não se criou um contencioso com os Estados Unidos. Creio que, pelo que eu ouço por aí,

hoje no mundo existe uma espécie de instituição, que é o casamento da liderança do Presidente Lula com a competência e seriedade do Ministro Celso Amorim. Olhem bem: não há hoje um Ministro de Exterior com o prestígio do Ministro Celso Amorim, salvo aqueles cujo prestígio vem do país. A Ministra das Relações Exteriores do Estados Unidos tem prestígio porque, nos Estados Unidos, qualquer um que se colocar no cargo terá prestígio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A força do seu governo impõe o prestígio.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Impõe, como a Inglaterra também. A Ministra das Relações Exteriores de Israel se torna importante pelo fato de ali se ter um foco de tensões. Raramente o mundo teve um Ministro das Relações Exteriores de um país como o nosso, emergente, ou pequeno, como outros, com tanto prestígio. Eu lembro o Butrus Gali, do Egito. Realmente, ele conseguiu ser. Mas ali havia guerra, e, quando há guerra, os estadistas...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Emergem.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – (...) se sobressaem, a um custo muito alto, sobre o qual vou falar no momento em que chegar no Paraguai. Hoje conseguimos ter um Ministério das Relações Exteriores com um respeito no mundo inteiro que raramente acontece, e penso que nunca aconteceu no Brasil, que eu me lembre. Até porque ele é o que dura mais depois do Rio Branco. O Rio Branco talvez tivesse mais prestígio, mas ali o prestígio era local. Não havia a globalização de hoje. O Ministro Celso Amorim encarna uma política de compromissos e uma competência. Voltando ao compromisso: o papel na África. O Brasil hoje está presente na África, onde nunca esteve. Eu lembro, com todo o respeito que tenho ao ex-Presidente Fernando Henrique, que ele fechou a Embaixada da Tunísia e a Embaixada da Tanzânia para poupar alguns mil dólares. E, para se colocar essa bandeira em um país, merece serem gastos muitos dólares, sim, além de trazer outras vantagens; e também o prestígio que o Ministro Celso Amorim está tendo, que o anterior não teve porque fechava embaixada em vez de abrir. Há uma alta relação positiva benefício/custo na política externa. Eu defendo dinheiro para a educação, mas, na educação, se colocarmos menos de cinco bilhões, não mudamos nada; na política externa, se pusermos cem milhões, adquirimos uma presença internacional e conseguimos, inclusive, embora não seja essa a finalidade, aumentar os negócios do País. Mas não é essa a finalidade principal da política externa; é algo mais.

Então, a política externa do Brasil hoje tem sido sem erro de competência e sem margem de acabar com o compromissos. Então, eu não tenho o que falar. E isso é que me dá tranqüilidade em relação ao Paraguai. Eu, às vezes, digo que o próprio Presidente Lula se preocupa muito com o presente, com a popularidade. Na política externa, ele tem dado exemplo de se preocupar com o que vem em longo prazo. Querem ver um exemplo? Se quisesse popularidade, ele teria comprado briga com o Presidente Evo Morales. Ah, teria alta popularidade! Se mandasse tanques de guerra para a fronteira com a Bolívia – bastava chegar perto –, ele viraria o rei do Brasil, porque outros presidentes fizeram isto: fazem guerra para unir o seu povo. O Presidente Lula resistiu a todas as pressões que pudessem acontecer do ponto de vista de insuflar o clima de beligerância com a Bolívia e se manteve firme no diálogo. Quando houve – chamemos assim – a “tomada” da refinaria da Petrobras, o espírito – e vim aqui fazer discurso pela paz, contra a corrente – era de invasão, de briga. E o Presidente Lula agiu com competência – e não se pode deixar de falar – graças ao fato de ter junto um Celso Amorim. Claro que o mérito de ter escolhido o Celso Amorim é do Lula. Esse casamento tem sido bom, e é isso que me dá certa tranqüilidade hoje. A gente vai entrar no contencioso, porque espero que o Presidente do Paraguai cumpra o que prometeu ao seu povo, e ele prometeu negociar com o Brasil. Espero que ele cumpra isso, e espero que o nosso seja capaz de defender o Brasil. É aí que a competência do Ministro Celso Amorim e de toda equipe – não vamos falar só do Ministro –, há uma equipe ali...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O corpo diplomático está muito afinado.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Que o corpo diplomático consiga não abrir mais do que o Brasil deve e, ao mesmo tempo, não ameaçar o Paraguai em nada. Concluo lembrando a Guerra do Paraguai. É preciso que o Brasil estude mais. É claro que há razões para o Paraguai ter mágoas. Gente, morreram 300 mil paraguaios! Tomando as populações de hoje, isso significaria nove milhões de brasileiros. Já pensou se o Brasil perdesse 9 milhões de pessoas numa guerra contra um país, por quantos séculos a gente teria ódio desse país? Acho até que os paraguaios abriram mão, Senador Mão Santa, que trouxe esse assunto, com muita rapidez. E mais: quase todos os mortos eram homens, o que criou inclusive um desequilíbrio populacional que durou décadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Crianças.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Não. E também crianças e mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eles mandaram crianças para a guerra porque não havia mais adultos.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – É verdade. Engraçado, no Brasil, foram só homens porque foram à guerra; mas, no Paraguai, foram crianças e mulheres porque entraram lá nossos soldados, os da Argentina e os do Uruguai, armados pela Inglaterra, como disse o Senador Mão Santa. É natural que eles tenham suas mágoas e é obrigação da gente pedir desculpas. O Senador Mão Santa falou bem. Acho que a gente deve pedir desculpas. Já devia ter feito. Agora, não, porque, se pedir desculpa agora, parece que é por causa de Itaipu. Deixe passar alguns anos. Mas é preciso muito competência. Esta Casa tem uma responsabilidade. O Senado não pode se transformar na Casa do conflito, do insuflamento; tem que ser a Casa da pacificação, da negociação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ô, Cristovam, estamos fazendo muito. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional fez o nosso Presidente pensar. No início do Governo, um bocado de aloprado quis ser embaixador. Aí a Comissão começou a dar bola preta, bola preta. Aí o Governo aprendeu que é só do Itamaraty. É tudo bola branca. Melhorou. Então, o Presidente Luiz Inácio teve inspiração e sorte ao nomear Celso Amorim, que tem sido para o Presidente Luiz Inácio o que Henry Kissinger foi para Nixon.

Aliás, lembro que Celso Amorim foi do governo anterior também, é um especialista. Henry Kissinger teve tamanha competência que terminou a guerra do Vietnã, acabou com aquela confusão de Guerra Fria. Celso Amorim tem sido para o Presidente Luiz Inácio o que Henry Kissinger foi para Nixon – aliás, continuou até o governo Ford.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Encerro então, Senador, lembrando o Mercosul, do qual fazemos parte. Domingo, outra vez, vamos a uma reunião. Estou de acordo com a sua preocupação de que é preciso dar um salto. É uma grande coisa. O Paraguai demonstrou que está na frente da gente, elegendo pelo voto direto seus parlamentares. Creio que a Argentina também...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Argentina e Uruguai farão em 2009.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Farão em 2009, tem razão, e nós faremos em 2010. Ali está o embrião da futura unidade latino-americana, ali está o

que Bolívar sonhou quando pensou em unificação, e ali temos nós – V. Ex^a, eu e outros – uma grande responsabilidade por sermos os primeiros parlamentares do Parlamento do Mercosul. Aliás, acho que deveríamos mudar o nome, porque “merco” vem de economia, tem a ver com bolsa, e não com parlamento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E bolsa é muito sensível...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Tinha de ser o Parlamento dos Países do Sul, algo assim. De qualquer forma, é um Parlamento do qual o povo brasileiro ainda vai ouvir falar muito. Para mim é uma honra ser seu companheiro nesse Parlamento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É uma honra também para mim ter V. Ex^a participando comigo daquele Parlamento. V. Ex^a tem uma trajetória de Governador de Estado, de reitor, de professor de universidade e fala do Mercosul na condição também de economista. V. Ex^a chega e diz que deveria ser Parlasul, o Parlamento da América do Sul e não do Mercado do Sul. É um economista mostrando que o caminho mais adequado não é deixar tudo na mão do mercado, porque o mercado hoje até chora, ri, sobe, desce, e o povo sempre sofre quando o mercado se agita.

Então, quero dizer que V. Ex^a ilustra, significativamente, este pronunciamento que nós fazemos aqui em relação à eleição do Paraguai, que elegeu um ex-bispo, um homem do povo paraguaio que, tenho certeza, irá dirigir com muita dignidade os interesses daquela população.

E considero aqui o aparte do Presidente dos trabalhos neste momento, que mostrou o que significou aquela guerra e quais eram os interesses que estavam por trás dela: eram os interesses de não deixar que a América do Sul se industrializasse. Tratava-se de sufocar a incipiente indústria que nascia; ela foi massacrada, destruída.

E eu fiz um paralelo lá com o Nordeste brasileiro, com Delmiro Gouveia. A gente podia ter começado a industrialização muito mais cedo no Nordeste brasileiro, mas ficamos atrasados em relação às outras regiões brasileiras, ficamos atrasados em relação ao Sudeste. O Norte também se atrasou por pressão das forças da época, do imperialismo da época, que era o imperialismo inglês, que também ocupou vasta área do planeta com seus exércitos.

Quero encerrar o meu pronunciamento voltando para essa atitude...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Um instante.

Professor Cristovam, a historia é uma só.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele citou aí que o Simón Bolívar... O nosso Dom João VI, quando diz: “Filho, coloque a coroa antes que um...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Antes que um aventureiro o faça.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O aventureiro era esse Simón Bolívar, que andava derrubando tudo o que era rei.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Libertou...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Mas havia alguns aventureiros aqui dentro. Eu só queria retomar – desculpem a interrupção – essa idéia do mercado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O SR. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Essa idéia do mercado merece um debate aqui também. Hoje eu não tenho a menor dúvida de que sem mercado a gente não caminha bem, mas só com o mercado a gente caminha pior. Eu até diria que o mercado é o termômetro; a penicilina é o Parlamento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Isso é verdade.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Desculpe se eu estou usando metáforas médicas, Senador Mão Santa, pois posso cometer erros...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Puxou das mãos do Mão Santa.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Sem termômetro, poucos médicos conseguem orientar-se bem. Agora, termômetro não cura ninguém. O que cura é a penicilina, é a cirurgia, é uma mão santa, e isso não é o mercado. Mercado não cura; mercado indica. A gente tem de levar em conta, sim, o mercado; ele não pode ser ignorado. Muitos de nós, durante muitos anos, achamos que o Estado era capaz de definir a eficiência pela simples ciência do planejamento. Não. O mercado leva em conta os instintos, os gostos que estão dentro dos seres humanos, sem necessidade da opressão, da disciplina imposta pelo Estado. Agora, se for só o mercado, as coisas não andam bem. Dou um exemplo. É claro que a gente deve aproveitar essa situação da crise energética para produzir biodiesel, mas, se deixar nas mãos do mercado, os estômagos vão ficar vazios para encher os tanques dos automóveis, porque os tanques dos automóveis têm dinheiro; os estômagos não vão ter dinheiro. Aí, o mercado não funciona.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Claro.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Estômago só é satisfeito pelo mercado para os que têm dinheiro: entram no supermercado e compram. Para os que não têm, não é o mercado que resolve, é uma política humanista, de parte do Estado, dos governos, usando o dinheiro arrecadado de todos e repassando àqueles que não têm dinheiro para comprar. Então, temos que casar os parlamentos, como símbolos da democracia, e os mercados.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

E compreender que o mercado... Fica sempre a idéia de que o mercado foi criado simplesmente pelo capital. O mercado vem da Antiguidade; os mercados e os mercadores vêm de antes de Cristo. O capitalismo é mais recente, é muito novo. Não foram os capitalistas que criaram o mercado. O mercado é um instrumento de regulação dos negócios do mundo há milênios; não é uma obra de duzentos, trezentos anos atrás, mas de milênios.

Talvez o fator mais significativo e importante que temos de registrar – e o Senador Cristovam busca cristalizá-lo em seu aparte – seja essa possibilidade de transformar a política de relações exteriores do Brasil na América do Sul em algo muito forte, de muita unidade.

Vejam que a principal competição esportiva da América do Sul se chama Taça Libertadores da América. É uma clara alusão aos libertadores. Não era só o Bolívar: era Bolívar, era Sucre, era Miranda, era Abreu e Lima, que foi convocado para aquela turma para sair libertando a América, eis que já não havia mais compatibilidade entre as matrizes, as sedes das colônias em Madri e em Lisboa, e a realidade vivida pelos povos dessa região.

Além do mais, a civilização aqui era antiga. Tínhamos três grandes civilizações – Incas, Astecas e Maias – que foram praticamente dizimadas por esses colonizadores. Um dos livros espetaculares de Darcy Ribeiro trata disso. **As Américas e as Civilizações** é um livro excepcional, que todos nós deveríamos ler e examinar, entre outros títulos de Darcy Ribeiro. Esse título é significativo, porque mostra que aqui tínhamos civilizações avançadas, que tinham um espírito de atuação com o próprio mercado. Os Astecas tinham empresários, tinham um mercado. Eles foram destruídos e dizimados, assim como os Incas.

Então, nós poderíamos tratar essa política exterior brasileira... Disse bem o Senador Cristovam Buarque: é a intuição forte e bem compreendida de Lula casa-

da com uma figura excepcional, que é Celso Amorim, nessa arte de discutir o problema de países, e países vizinhos. Entre países vizinhos sempre surgem problemas. Sempre aparecem muitos problemas entre países vizinhos, mas com muita arte, com muita sabedoria, esses problemas podem ser discutidos.

Quem mais tem tido vantagens hoje, Senador Cristovam, em relação à ação na América do Sul, é o Brasil. O Brasil é superavitário em suas relações comerciais com todos os países da América do Sul. Quer dizer, o Brasil vende muito mais do que compra desses países. No entanto, deveria ser o contrário. O maior mercado é o Brasil, a maior população é brasileira, a maior economia é a brasileira, mas nós somos os que mais vendemos. Mesmo quando se trata da Venezuela, de quem compramos petróleo, a balança comercial tem distorção brutal: são US\$5 bilhões que vendemos para lá contra aproximadamente US\$300 milhões de dólares de lá para cá. É um descompasso absoluto!

Por isso é importante para o Brasil essa figura excepcional de Celso Amorim, que tem de lidar com esses interesses todos, que são interesses econômicos, políticos, sociais. É preciso estar atento a todos eles.

O corpo diplomático, a chancelaria brasileira está muito sintonizada com a situação que vivemos. Os nossos embaixadores estão muito antenados com os interesses da política externa brasileira conduzida por Lula e por seu Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.

Tenho a convicção de que vamos nos sair bem nessa negociação com o Paraguai. Devemos nos conduzir com racionalidade, com dureza se for preciso, mas a ternura deve sempre estar à frente, pois se trata da unidade sul-americana.

Essa unidade ajuda os povos da América do Sul e, por isso, ajuda muito o Brasil. Se o Brasil souber e tiver a capacidade de dar passos firmes para consolidar essa política, sairia mais forte e mais consagrado na América do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Inácio Arruda, V. Ex^a é do Parlamento, eu não sou – V. Ex^a não me convidou –, mas quero dizer que a Alemanha melhorou com o mercado europeu. A dificuldade lá é só a língua. A Espanha, por exemplo, tem o catalão, tem o basco, tem o espanhol, tem o galego. Nós praticamente só estamos hoje com uma língua na América do Sul, é oportunhol. Isso é uma realidade.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Isso é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quem faz a língua é o povo, é o garçom, é o motorista. Então nós estamos simplificando. Não dizemos mais “obrigado”, que é complicado. Dizemos *gracias*. Eu sei que é uma realidade. Quem faz a língua é o povo. Morrem as outras. O latim, quem estudou...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – No portunhol, o *gracias* fica mais perto de graças. Então, fica-se sempre com o que é mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O portunhol é uma realidade. Hoje, você entra em um país desses e o garçom, o motorista...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Há um perfeito entendimento entre os nossos povos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quem faz a língua é o povo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Essa é a minha opinião; ou seja, devemos consolidar a nossa política de relações com os países da América do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a sabe que o Jânio Quadros... Ele que era um lingüista, um professor de português, chegou a pensar nisso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Ter uma língua só na América do Sul. Enquanto não temos uma língua só, é bom aprendermos bem o português e bem o espanhol. O portunhol vai ficar muito mais fácil se compreendermos bem as duas línguas, com as suas diferenças, com as suas peculiaridades, com os seus sentidos para cada palavra que, às vezes, são muito parecidas com as nossas, mas têm um sentido...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O galego é isso. O galego é exatamente isto: a mistura do espanhol com o português.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O galego é a nossa interseção. Se você falar com o galego, ele vai dizer que são os criadores do português e do espanhol ao mesmo tempo.

Quero concluir reafirmando a minha convicção, a convicção do meu Partido e a nossa confiança na política externa brasileira, na política externa comandada pelo Lula, mas com essa figura excepcional que é o Ministro Celso Amorim, juntamente com todo o corpo diplomático brasileiro.

Apenas um reparo, para que não cometamos nenhuma injustiça, dois grande brasileiros foram Embaixadores, meu caro Mão Santa: Paes de Andrade, em Portugal; e Tilden Santiago, em Cuba. S. Ex^{as} são também duas personalidades da vida política brasi-

leira que buscaram desempenhar, mesmo não sendo diplomatas de carreira, sua atribuição de forma muito eficiente, com o apoio extraordinário do corpo diplomático.

Quero reafirmar minha convicção de que o Brasil terá ganhos significativos se usar sua sabedoria, sua inteligência, sua capacidade de convencimento em um debate frutuoso com o Paraguai, com a sua nova administração tendo à frente o Presidente Fernando Lugo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento, como sempre demonstrando cultura.

Professor Cristovam Buarque, V. Ex^a está na lista de oradores inscritos. Depois, o Senador Geovani Borges.

Professor Cristovam Buarque, uns falam em abril vermelho, mas falo no abril mais bonito. Foi o renascer da juventude estudiosa de Brasília.

Foi a página mais bonita escrita por esta cidade nos seus 48 anos. Já não acreditavam mais, quando a mocidade surgiu com a sua pureza, seu idealismo e iniciou uma campanha contra a corrupção na universidade que V. Ex^a ajudou a criar.

Foi uma das mais belas páginas da História do Brasil. Brasília tornou-se realmente capital do nosso País graças à nossa mocidade estudiosa, que teve a coragem de enfrentar a corrupção, e não só a que lá existia, mas aquilo foi um sinal de indignação contra toda a corrupção que há neste País.

Com a palavra o Professor e Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar a minha fala, tomei conhecimento, ainda há pouco, de que aqui está nos visitando uma das mais expressivas figuras da política brasileira ao longo de todo o século XX e, sobretudo, no período da redemocratização, que é o Deputado Fernando Lyra.

Falo da sua importância...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos nos associar. Ele que também representa a grandeza do Nordeste.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Falei da sua importância do ponto de vista histórico, o que todos sabem, mas quero deixar aqui patente, Senador Mão Santa, o meu ponto de vista pessoal, o meu carinho, o meu respeito pela liderança do Fernando Lyra, a quem tive o privilégio de acompanhar como

assessor durante todo aquele período de luta pela re-democratização e, muito especialmente, a eleição do Presidente Tancredo Neves.

Para mim, foi um privilégio. Se eu for escolher algo que mostre a minha colaboração na História, eu direi, sem nenhuma dúvida, diante da televisão, que foi o fato de ter sido auxiliar do Fernando Lyra e, logo depois, como chefe de gabinete, no período inicial do Governo da chamada Nova República, quando, em poucos meses, o Ministro Fernando Lyra acabou a censura, liberou os partidos, ajudou a retomar relações diplomáticas inclusive com Cuba, e saímos fazendo tudo aquilo que era preciso para mostrar que começava um novo tempo, a partir de 1985.

Então, para mim, é um privilégio a coincidência de vê-lo aqui e espero que logo depois possamos conversar.

Sr. Presidente, vim falar de dois assuntos relacionados com a Comissão de Educação, a qual presido. Primeiro, é que, na próxima semana, já temos marcado um encontro com o Presidente Garibaldi, para entregarmos um documento – e V. Ex^a, como membro da Comissão de Educação, espero que nos acompanhe –, o relatório final das diversas audiências feitas na Comissão de Educação, propondo um rumo para a educação brasileira.

Esse documento, que acaba de ser concluído – o Secretário da Comissão, Júlio Linhares, acaba de me mostrar – vai ser entregue ao Presidente Garibaldi. Eu creio que é um documento histórico. E espero que muitos queiram ler, queiram ver, criticar. O documento vai estar à disposição de todos aqueles que quiserem colaborar, pela Internet, por meio dos *sítes* do Senado.

Mas, ao mesmo tempo em que eu falo disso e presto contas, porque é uma promessa que fizemos de entregar esse documento, quero falar de uma reunião que tivemos na terça-feira, na Comissão de Educação do Senado, que fez aqui o II Seminário Internacional sobre Pobreza e Educação, Senador Wellington, algo que as pessoas não ligam. As pessoas consideram que o fim, a abolição, a superação do quadro de pobreza virá no mundo inteiro pelo crescimento econômico.

Pois um grupo de pessoas da Índia, do Brasil, da África do Sul, com o apoio também do governo britânico, têm-se reunido para discutir como superar a pobreza por meio da educação. Ontem, então, fizemos o segundo seminário. O primeiro foi em Londres, o segundo em Brasília e no próximo ano haverá um na cidade de Joanesburgo, na África do Sul.

Esse encontro se iniciou na terça-feira aqui, na Comissão de Educação, e continuou ontem e hoje em Mato Grosso do Sul. Uma coisa para a qual quero chamar a atenção foi a idéia de que pensemos o mundo como pensamos para o Brasil esse documento que vamos entregar agora. Vamos entregar um documento ao Presidente Garibaldi sobre educação no Brasil.

A idéia que surgiu é a de que precisamos desperatar para o fato de que o mundo precisa ser educado. Depois da Segunda Guerra Mundial, o mundo inteiro se uniu, visando o desenvolvimento econômico. Aí surgiu o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, a Comissão Econômica da América Latina, Comissão Econômica da África, Comissão Econômica da Ásia, o FMI. Surgiram uma infinidade de instituições visando apoiar os países pobres para o desenvolvimento.

O incrível é que eles conseguiram do ponto de vista econômico. Hoje, não apenas o Brasil, a Índia, a África do Sul ou a China deram um salto, mas também os mais pobres países conseguiram sair da pobreza agrícola e dar entrada em algum processo industrial.

Esses organismos, ao longo de 50 anos, mudaram a realidade econômica, mas não mudaram a realidade social. E cheguei a participar muito jovem desse esforço como consultor de organismos internacionais. Morei em Honduras, no Equador, trabalhando na idéia do esforço de industrialização. Acertamos na industrialização; erramos no social.

Está na hora de fazermos, com franqueza, uma avaliação dos erros que cometemos ao acharmos que o desenvolvimento, o crescimento econômico, seria capaz de resolver os problemas sociais e superar a pobreza. O crescimento aumenta a riqueza, mas aumentar a riqueza não significa reduzir a pobreza. São coisas diferentes, porque a riqueza não se distribui. Se houvesse distribuição, ficaria pouco para todo mundo; se ficasse pouco para todo mundo – o que seria possível –, não daria para comprar aquilo de que as pessoas precisam.

Não se consegue ter educação de qualidade para as pessoas por intermédio apenas da renda. Uma pequena minoria pode comprar uma boa escola, mas não há renda para que todos comprem uma boa escola privadamente. A boa escola para todos tem de ser pública.

Não há como ter uma boa saúde para todos, do ponto de vista privado, cada um pagando a consulta do médico. Só vai haver uma boa saúde para todos, se for a saúde pública.

Então, é preciso que a gente entenda que a saída não está no investimento privado, gerando emprego, que gera renda, e que aí as pessoas compram tudo no mercado. Não. A saída está em fazer tudo isso para dinamizar a economia, porque precisamos de uma economia dinâmica, porque precisamos de renda. No entanto, a solução da água, do esgoto, a solução para a educação, para a saúde virá dos investimentos públicos, obviamente em cooperação total com o setor privado e muitos desses setores.

Na educação, por exemplo, sem a colaboração do setor privado, a gente não vai dar o salto que deseja, mas, se deixarmos só o setor privado, nós não vamos chegar a todos.

Mas a maior de todas as mudanças de posições que a gente precisa fazer é a idéia de que o vetor do progresso está na economia de qualidade para todos e não na idéia de que o vetor do progresso está na produção industrial para o mercado. Isso é preciso, mas não vai fazer a mudança.

O progresso, daqui para frente, virá do capital. Mas o capital do futuro é o conhecimento. O capital do futuro não é mais o capital em dinheiro comprando máquinas, é o capital do conhecimento inventando as máquinas. É a invenção das máquinas que gera de fato a riqueza. Fazer uma máquina, do ponto de vista da quantidade de ferro ou de aço, não é problema, não se precisa dinheiro para isso. Precisa-se de dinheiro para desenhar a inteligência artificial que está dentro das máquinas. E isso só virá de uma revolução na educação.

Vim, na semana retrasada, Senador Wellington, de uma viagem ao Qatar, convidado pelos dirigentes para um seminário sobre democracia e educação, democracia e desenvolvimento. Vi, em pleno deserto, onde está localizada a capital, uma cidade inteira educacional. Estão levando as universidades do exterior para lá. E como são financiadas? Com o dinheiro do petróleo. Eles perceberam que o petróleo vai acabar e só tem um jeito de o país sobreviver: transformando o petróleo de hoje, que vai acabar, na inteligência de amanhã, que será permanente. Estão investindo horrores, do ponto de vista de grandeza, para fazer com que haja uma população educada.

Esse foi o tema do seminário que tivemos aqui na terça-feira e que continuou ontem, hoje e se prolongará até amanhã no Mato Grosso do Sul.

Mas há um item que quero chamar a atenção: é a idéia de que está na hora de termos organismos internacionais dedicados à promoção da educação nos países que não têm condições de, eles próprios,

fazer a revolução educacional, uma espécie de banco mundial da educação.

Se nós pegássemos hoje 1% da renda nacional, daria US\$450 bilhões. Com US\$450 bilhões, não há dúvida de que poderíamos fazer com que os países africanos superassem, em poucos anos, o analfabetismo de adultos e tivessem todas as suas crianças na escola do primeiro e do segundo grau, em poucos anos essas crianças concluiriam um segundo grau de qualidade e, em poucos anos, conseguiriam essas crianças se transformar em vetores do progresso, por meio das universidades, dos centros de ciência e tecnologia.

E, é claro, como estamos num mundo global, alguns deles vão migrar, mas a migração da população instruída não irá pressionar os países desenvolvidos, como ocorre hoje, devido à quantidade de mão-de-obra que ali chega e não encontra emprego. Isso faz com que países europeus sejam obrigados a traírem o humanismo que os caracterizou, colocando barreiras para que ali não entrem pobres do mundo inteiro. Se os imigrantes que chegassem à Europa fossem pessoas instruídas, as portas poderiam estar abertas. Isso é possível.

O que falta? Falta uma vontade nacional, uma vontade internacional para isso. Temos hoje o grupo dos oito, o grupo dos vinte, o grupo não sei de quantos, temos a Assembléia Nacional das Nações Unidas. Cada organismo internacional tem o seu conselho, mas a gente não tem na agenda desses organismos o assunto: educação.

Creio em que Gênova, numa reunião do G8, em que o Brasil, inclusive, foi convidado, colocou-se a educação, mas de uma maneira de passagem, de raspão, que nem saiu nos jornais. Por que os líderes do mundo não fazem uma reunião para discutir o problema da educação, em vez de discutirem apenas os problemas do comércio internacional? Por que não formulam um organismo internacional que de fato se preocupe, tenha recursos para investir na educação? Porque hoje o organismo internacional da educação, a Unesco, não tem os recursos necessários. Por que não faz isso?

E a idéia que surgiu também nesse encontro foi de buscar uma justificativa para isso, Senador Wellington. Só tem um jeito de buscar uma justificativa para isso no mundo de hoje, é não justificar a educação pela educação, é justificar a educação pelo que ela pode fazer para superar as necessidades. E hoje temos três necessidades a serem consideradas.

A primeira é o progresso, é o desenvolvimento. Então, é preciso convencer de que é pela educação que vamos ter o progresso.

As outras duas são o meio ambiente e a liberdade, a promoção da liberdade pelo mundo afora, a defesa da democracia. Os países desenvolvidos hoje se consideram os grandes promotores. Como ter liberdade sem educação? Fala-se de liberdade de imprensa. Que liberdade de imprensa em um país de analfabetos? Como é que a gente pode falar que a imprensa é livre, se 16 milhões de brasileiros adultos não sabem ler?

E se mais de trinta milhões sabem que c-a-s-a é casa, mas não são capazes de ler um texto completo. E mais vinte milhões são até capazes de ler um texto completo, mas não vão entendê-lo direito, porque não vão entender as notícias dos países novos, porque não estudaram geografia; não vão entender os assuntos de política, porque não estudaram aquilo que é necessário de história para se ter um acesso ao conhecimento do que se passa na política.

Não há liberdade sem educação. Não há liberdade de imprensa sem saber ler, sem entender o que se lê e sem ser capaz de reescrever o que lê.

Mas não é só isso. E a liberdade de escolha que tantos falam no mercado? Que liberdade de escolha tem quem não sabe ler para entender inclusive a publicidade? E, se sabe ler para entender a publicidade, mas não tem um emprego bom, com bom salário, que liberdade de escolher tem? Não tem liberdade de escolher aquele que não passou por uma boa educação.

Cada uma das liberdades que o mundo precisa tem por base a educação, e outra é o meio ambiente. Como é que a gente vai resolver o problema do meio ambiente, se não for pela educação? A educação fará duas coisas: primeiro, mudar a cabeça para que a gente não seja depredador da natureza, para que a gente passe a respeitar a natureza, entenda que o consumo tem de estar debaixo do interesse ecológico, que há certos consumos que devem ser proibidos, certos consumos que não devem ser feitos, porque eles destroem o futuro inteiro, porque é como se a atual geração estivesse chupando a natureza que as gerações futuras vão necessitar para comer.

É a educação que faz isso.

Mas não é só isso. É que só a educação, além de reduzir o nível de consumo aos patamares que permitam manter o equilíbrio ecológico, só a educação é que vai permitir desenvolver ciência e tecnologia capazes de substituir os recursos que são escassos,

capazes de substituir os recursos que vão-se esgotar nos próximos anos.

A educação é o caminho para um meio ambiente equilibrado, é o caminho para um mundo livre e é o caminho para um mundo em progresso, o tripé que a gente quer. A gente quer progresso, liberdade e equilíbrio ecológico.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Professor, permita-me ser professor por um instante. Eu tenho mais idade que V. Ex^a. Então, eu queria dizer que V. Ex^a está certo, é só o Brasil aceitar isso. V. Ex^a está certo. V. Ex^a é o nosso Darcy Ribeiro de hoje, é o João Calmon. Eu queria dar um dado muito real para o Wellington Salgado, porque ele tem esse investimento e por isso eu o admiro. Atentai bem: Itajubá. Foi um rico, é a coisa mais linda. Ele tem uma frase, lá, que eu não sei de cabeça. Mas Itajubá é uma beleza, um homem de visão fez. Eu fui. Alberto Silva ia ser homenageado como um dos engenheiros mais velhos de lá. Itajubá. E eu vi os homenageados. Olha, eram todos de multinacionais do mundo e eu acompanhando Alberto Silva. Itajubá, quer dizer, foi a visão de um homem. O Arruda é formado lá. Estou dizendo os frutos que dá. Mas o nosso, do Nordeste. Você conhece Petrolina?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois eu fui lá em Petrolina. Eu fui e vi a escola técnica, e vi a produção agrícola, e vi aviões cargueiros, Wellington Salgado, chegando, vi computadores vendo preço mundial de fruticultura.

Eu visitando, visitando, terminei a visita de noite, porque eu queria melhorar a UESPI, as faculdades. Eu queria criar uma Faculdade de Agronomia e eu aproveitei. Aí, de noite, eles estavam me esperando e eu tive de falar para os professores. Eu vi um homem... Imaginem o Wellington Salgado, assim, 30 anos mais velho. Ele se levantou chorando. Quando eu fui lá, essa Faculdade de Agronomia, que é em Juazeiro, na Bahia, tinha 37 anos. E eu disse o que eu tinha visto ali, aquela irrigação, que, hoje, é vinho, o tal Miolo; que hoje é tudo: é avião cargueiro levando – não é? – fruticultura para todo o mundo. Eu, com aquele meu diagnóstico – seis hectares de goiaba, melão, fruticultura –, disse: “Mas a causa está aqui, nesta faculdade”. Porque eu detectei que de três mil agrônomos – porque a causa é o homem, o homem educado –, 2.600 tinham sido formados ali. Não adianta chegar a luz, chegar nada, não dava certo. É porque chegou, antes, o homem, o agrônomo formado, por isso é que é aquela beleza. Quando eu disse isso, um se levantou – olhem, é

uma cena feia –, um professor, e disse: “Precisou o senhor vir aqui. Só quem anda aqui é o João Alves, que foi Governador do Nordeste e V. Ex^a”. Então, eu quero dizer que ele se emocionou, porque, quando eles fundaram aquilo, eles eram tidos como uns lunáticos, doidos. E, realmente, aquilo cresceu pela Faculdade de Agronomia que tem ao lado, em Juazeiro, na Bahia. Quer dizer, tudo ali, de três mil agrônomos que tem, 2.600 eram de lá. Se não tivesse o homem, não tinham aquela beleza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O senhor tem toda razão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Heidelberg é uma experiência internacional. Duas vezes foi bombardeada a Alemanha, mas a respeitaram e ela ressurgiu pela sabedoria da universidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas eu queria dar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, o Wellington Salgado merece nossa homenagem, porque ele faz investimento na educação do Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Cito outro exemplo do tipo de Petrolina, que é São José dos Campos, onde está a Embraer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Essa eu não conheço.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – A Embraer é um instituto do ITA, Instituto Tecnológico da Aeronáutica.

Mas voltando, Sr. Presidente, pois já tomei muito tempo e quero concluir, se nós percebermos que esse trio de objetivos – progresso, liberdade e ecologia – virá de uma coisa que os unifica, que é a educação, se percebemos que são três itens mundiais, globais, planetários, que não podem mais ser tratados como coisas de um ou outro país – como a educação, no Brasil, não pode ser tratada como coisa de município –, poderemos perceber que só um programa mundial de educação vai permitir à Humanidade encontrar um caminho, o caminho que impeça o aquecimento global, o caminho que impeça a divisão dos seres humanos de uma maneira tão brutal que vão deixar de se reconhecer como semelhantes, de tão superior que um deles vai ser ao outro, conforme os seus poderes para comprar ciência e tecnologia. E, finalmente, a liberdade. Isso é possível. Um fundo mundial, um órgão mundial, um banco mundial poderia fazer isso.

Vou concluir, porque eu não sabia que o Senador Wellington iria falar, sinceramente.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não vou, não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não vai.

Para concluir isso, eu creio que bastava a gente ter um imposto sobre o petróleo, no mundo inteiro. Bastava ter um pequeno imposto sobre as transações financeiras, no mundo inteiro. Um pequeno imposto permitiria à gente ter recursos necessários para que a riqueza do Planeta fosse permanente.

Estou buscando exemplo num minúsculo país do Golfo Pérsico, chamado Catar, onde vi um poço de gás, segundo eles dizem, do qual tudo o que sai vai para a educação. O que sai de um poço de gás vai para a educação. Eles estão transformando um recurso que se esgotará em um recurso inesgotável. Por que a gente não pode aprender com aquele pequeno país e tentar fazer o mesmo em escala global, em escala planetária? Isso é possível e o Brasil pode muito bem liderar um processo desse.

Nós temos, como foi falado aqui, há pouco, pelo Senador Inácio Arruda, uma diplomacia que merece toda nossa admiração, que merece todo nosso respeito e que é perfeitamente capaz de levar uma idéia como essa a se transformar em realidade.

O parlamento solta suas idéias. Pode até elaborar leis para um país, mas, para o mundo inteiro, o mais que a gente pode fazer é soltar as idéias e deixar que alguém que cuida da política externa do Brasil, que são o Presidente e o Ministro, agarre a idéia, se ela for boa, e tente levá-la para convencer os outros líderes do mundo.

Eu só posso dizer que, se não for feito pelo Brasil, ou algum país o fará ou o futuro não vai ser muito bonito. Como o futuro do Catar vai ser muito trágico se não transformarem o petróleo de hoje na inteligência de amanhã, o mundo inteiro não vai ter futuro se não formos capazes de transformar as riquezas de hoje no patrimônio permanente da inteligência no mundo inteiro. Isso é possível.

Creio que a nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na terça-feira, deu a sua contribuição ao sugerir uma proposta como essa, graças a um seminário reunindo Índia, Inglaterra, África do Sul e Brasil, inclusive com a presença de Ministros desses países.

Era isso, Sr. Presidente.

Como prestação de contas, entregaremos, na próxima semana, um relatório que propõe para o Brasil um rumo na educação e, nesta semana, propusemos, na

Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nesse seminário, algo que pode servir para o mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque e Senador Wellington Salgado, para concluir essa crença na educação, eu queria relembrar um fato dos Estados Unidos, que são poderosos, que são ricos.

Thomas Jefferson foi presidente dos Estados Unidos e assinou a carta de libertação e a Constituição dos Estados Unidos.

Senador Wellington Salgado quero estimulá-lo a investir cada vez mais na educação. Aliás, peço-lhe que faça esse investimento também no Piauí, na área educacional.

Atentai bem para o túmulo de Thomas Jefferson, Professor Cristovam Buarque. Ele foi presidente dos Estados Unidos, fez a Constituição e a assinou, mas está escrito: “Thomas Jefferson, Autor da Declaração de Independência dos Estados Unidos e Fundador da Universidade da Virgínia”. Essa foi a grandeza. Não colocaram: “Aqui jaz o ex-Presidente dos Estados Unidos.”

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convido para usar a palavra, depois de cumprimentar o Professor Cristovam Buarque por seu brilhante pronunciamento, o Senador do Amapá e último orador inscrito, Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se todos soubessem noções básicas de primeiros socorros, muitas vítimas poderiam ser salvas.

Dentre as diversas situações de emergência médica, as causadas pelas doenças cardiovasculares e as provocadas pelas, assim chamadas, causas externas são responsáveis por altíssimos índices de mortalidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Geovani Borges, peço permissão a V. Ex^a porque, regimentalmente, encerraria esta sessão às 18h30min.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu prorrogo por mais 15 minutos para que V. Ex^a faça seu pronunciamento à vontade.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Agradeço a generosidade de V. Ex^a.

Por sinal, com relação ao tema que trago à tribuna hoje, espero contar com a sua contribuição, com a formação de médico que eu e V. Ex^a temos. Estou informado a respeito de V. Ex^a, como ex-Governador do Piauí e médico renomado naquele Estado, que tive oportunidade de conhecer e de visitar. Trago um assunto de suma importância para o Brasil, e V. Ex^a vai se situar ao longo do meu discurso.

Segundo o Ministério da Saúde, 27,6% dos óbitos ocorridos no Brasil, no ano de 1998, foram devido às doenças do aparelho cardiovascular e 12% foram devido a causas externas, abrangendo os acidentes automobilísticos e a violência interpessoal.

Esses males afligem principalmente a população economicamente ativa, causando uma grande perda da capacidade produtiva do País. O trauma é responsável por 35 anos de vida perdidos em relação à expectativa média de vida no Brasil, enquanto as doenças cardiovasculares provocam a perda de 12 a 15 anos.

As situações de emergência são imprevisíveis, e os primeiros socorros, na grande maioria das vezes, infelizmente, são prestados pela população leiga, geralmente despreparada, que está próxima da vítima no momento da ocorrência.

As primeiras condutas são, portanto, regidas por medidas de lógica individual, da cultura popular ou de conhecimentos provindos de fontes inseguras. É isso que o meu projeto quer eliminar. Por essa razão, apresentei a esta Casa o PLS (Projeto de Lei do Senado) nº 143, de 2008.

O projeto é prosaico, quase singelo, mas de fundamental importância para manter o bem mais precioso, que é a própria vida. Ele altera o § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases, de 20 de dezembro de 1996, para incluir o conteúdo relativo a primeiros socorros nos ensinos fundamental e médio.

O objetivo é habilitar os jovens brasileiros a prestar os primeiros socorros a pessoas acidentadas. A finalidade do primeiro atendimento é manter os sinais vitais da vítima e evitar o agravamento do seu quadro, dando-lhe o conforto físico e psicológico até a chegada da assistência especializada.

São procedimentos simples de emergência que, se realizados de modo imediato e eficiente, podem salvar vidas. No caso dos acidentes de trânsito, por exemplo, a omissão e a falta de socorro são apontados como os principais motivos de mortes e danos irreversíveis.

Além disso, acreditamos que a experiência de participar de cursos de primeiros socorros irá desenvolver nos jovens, desde a escola, sentimentos de

solidariedade e de responsabilidade, que se revelarão úteis, principalmente quando estiverem, mais tarde, ao volante.

Ensinando conceito e finalidade, o papel do socorrista e técnicas de observação para avaliação do acidentado, as aulas teriam como objetivo detectar sinais clínicos e condutas de atendimento para acidentes e para os males que podem acometer a qualquer um de nós, tais como: paradas respiratórias e cardíacas; estado de choque; hemorragia; ferimentos e contusões; corpos estranhos na pele, ouvidos, garganta, olhos e nariz; luxações, entorses e fraturas; vertigens, desmaios e crises convulsivas; envenenamento e intoxicação; transporte de pessoas acidentadas; insolação, internação e choque elétrico; queimaduras; afogamento; mordedura de animais e picadas de insetos.

Estatísticas revelam que os principais motivos de óbitos ou seqüelas irreversíveis nas vítimas são a omissão do socorro e a falta de um atendimento eficiente de primeiros socorros.

Atitudes desesperadas e imediatistas podem levar a vítima a óbito ou ao agravamento irreversível de alguma lesão.

No Brasil, cerca de 10% do número de mortes são causadas por acidentes automobilísticos. A maioria das vítimas está na faixa etária entre 19 e 44 anos, ou seja, no período mais produtivo da vida.

Em 2004, o maior número de óbitos, no Brasil, ocorreu por afogamento e submersão em águas naturais (2.966 óbitos), seguidos por afogamentos “não especificados” (2.903), entre outros. Os Estados com maior número de casos são os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Mato Grosso do Sul.

As principais vítimas são adolescentes entre 10 e 19 anos e, em segundo lugar, adultos jovens entre 20 e 29 anos.

Nos óbitos provocados por acidentes com embarcação, o Estado campeão é o Amazonas, com 21 mortes em 2003 e 12 em 2004, seguido pelo Pará, com 11 mortes. Santa Catarina empata com o Amazonas, contabilizando também 12 mortes. No total, morreram, em 2004, 61 vítimas de acidentes com embarcações.

A preocupação com a orientação, o preparo e a participação da população leiga torna-se fundamental, pois o atendimento inicial depende de uma série de medidas que devem ser tomadas antes da chegada de equipes especializadas no atendimento de emergência pré-hospitalar. Além disso, a educação dos jovens no reconhecimento dos sinais de alerta para as emergências mais comuns pode trazer grande im-

pacto na redução do tempo e resposta dos envolvidos na ativação e na busca de um serviço de emergência capacitado.

Qual seria então o público adequado para receber esse tipo de orientação? É simples. São os estudantes, adolescentes, que estão em processo de formação e, por isso mesmo, abertos a receber novas informações, além de servirem como importantes multiplicadores do conhecimento entre seus amigos e familiares.

Como eu disse, Sr. Presidente, o projeto é simples, mas dada a sua importância, tenho certeza de que contarei com o apoio do meus Pares para vê-lo aprovado o quanto antes.

Antes de encerrar meu pronunciamento, Sr. Presidente, eu gostaria de prestar aqui uma homenagem ao Senador José Sarney, Senador pelo meu Estado do Amapá, ex-Presidente da República, ex-Presidente desta Casa por duas vezes, que está de berço hoje. Isso é motivo de festa no meu Estado e no Brasil.

Encerro o meu pronunciamento, fazendo esta singela homenagem a esse grande estadista brasileiro. Ao Senador José Sarney o meu respeito, a minha admiração e os meus parabéns, em meu nome e no do Senador Gilvam Borges, em nome da família, dos meus amigos e do povo do meu Estado, o qual represento, com muita honra, nesta tribuna.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento, com esse final, lembrando a todos nós o aniversário do Presidente José Sarney.

O Presidente José Sarney é de tal maneira, que o aniversário dele não é só dele. É da D. Marly, dos filhos, de São Luís, do Maranhão, de Pinheiro, onde nasceu; é do Brasil e do mundo. O Presidente Sarney é um cidadão da cultura; é um cidadão que, sem dúvida, pegou o momento mais difícil da história do Brasil, em que este País saía de um regime de exceção, de uma ditadura militar, para um transição democrática.

Sei que Tancredo se imolou nesse período, mas Deus escreve certo por linhas tortas: assim como escolheu Davi para vencer Golias, Moisés para o seu povo, escolheu o Presidente Sarney, para fazer essa transição democrática na paz, sem morte, com sua tolerância, com sua paciência.

E nós usufruímos dessa democracia e estamos aqui numa hora como essa. Diante de outra ditadura, militar honrado, Brigadeiro Eduardo Gomes disse, depois de livrar este País da ditadura civil de Vargas: o preço da liberdade democrática é a eterna vigilância. Este Senado aqui está, com os princípios e também

a inspiração maior do Presidente José Sarney, nesta eterna vigilância da democracia.

O que temos pedido é o seguinte: a Deus... E santa Kyola, atentai bem, Presidente Luiz Inácio, disse ao Presidente Sarney: “Presidente Sarney, meu filho, não deixem prejudicar os velhinhos, os aposentados do meu Brasil”. Isso é muito. Então, que essas bênçãos da santa Kyola se estendam a todos nós. Vamos lutar, para que não sejam prejudicados os nossos velhinhos e aposentados.

Evidentemente, a ele os nossos cumprimentos e os votos de felicidade junto com toda a sua família.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, tenho a honra de incorporar suas palavras ao meu pronunciamento e, somando-as às nossas, fazer uma homenagem a esse grande estadista, Presidente José Sarney, que está de berço hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Entendo, Senador Geovani Borges, que eu devo ser o Senador que talvez tenha presidido o maior número de sessões do Senado da República.

Mas essa é uma gratidão que tenho ao Presidente Sarney, que foi o primeiro Presidente do meu mandato. Ele sempre tinha esta distinção de me convidar para presidir, quando se ausentava. Aí o Renan ficou, e, depois, o Garibaldi, e estamos aqui, com o exemplo do Presidente Sarney.

Aproveitaria esta oportunidade – ele me ensinou, talvez; quando saía, dizia “Fique aí”, justamente para eu ter a oportunidade de reivindicar pela nossa gente –; mas eu aproveitaria este momento, para reivindicar ao Presidente da República, Luiz Inácio: no Piauí, no qual ele tem muito prestígio, é muito forte, foi vitorioso todas as vezes – aliás, conseguiu fazer o Governo do Piauí ser do Partido dos Trabalhadores –, sofremos com o déficit habitacional; são 200 mil casas, segundo a imprensa. Aproveitaria este fim de sessão, para reivindicar isso ao Presidente Luiz Inácio.

E, com esse inverno, nas regiões ribeirinhas – o Piauí tem, além do Rio Parnaíba, 19 rios, seis deles perenes, e 100 lagoas –, a enchente destruiu muitas casas.

O dengue lamenta informar. O Rio tem a sua importância política, mas o povo do Piauí sofre também com o dengue. Então, que o Presidente Luiz Inácio nos socorra.

Sobre as estradas do cerrado, recebi pedidos do Prefeito Chico Filho, de Uruçuí; de Zé Neto; de João Falcão; de Antunes, lá de Ribeiro Gonçalves; daqueles que trabalham no cerrado. As estradas estão intransitáveis – a Transcerrado. Hoje, tratores cobram para

rebocar as carretas. Então, a saca de soja – a esperança de riqueza daquele povo que para lá acorreu e plantou –, que custava R\$50,00, baixou para R\$30,00, em razão de não terem onde armazenar e da dificuldade do transporte. Então, que Sua Excelência o Presidente da República viabilize...

E é com muita tristeza que lamento o fato de que professoras do meu Piauí estão em greve, porque muitas não recebem o salário mínimo. Isso é uma lástima.

Reivindico, em nome de todo o Piauí – são palavras que falo em nome dos outros Senadores: Heráclito Fortes, que está nos Estados Unidos, e João Claudino –, que o Presidente da República melhore as nossas habitações e as nossas estradas, que estão intransitáveis; que combata o dengue; que minimize o sofrimento das nossas professoras.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Papaléo Paes enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o §2º, do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria “Campanha contra a Emenda 29”, do jornal **Correio Braziliense**, em sua edição nº 16.411, do dia 23 de abril de 2008.

A matéria mostra, de forma clara e objetiva, que o Governo federal não tem o menor interesse na regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que garante definitivamente recursos para a área de saúde. Apesar da aprovação do PLS nº 121, de autoria do Senador Tião Viana, o Governo mostra que fará de tudo para que o mesmo não aconteça na Câmara dos Deputados. Lamentavelmente, o Governo não atende sequer aos apelos de Parlamentares de sua própria base de apoio.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula recruta os ministros da Fazenda, Previdência e Saúde para reunião do conselho político. Idéia é alertar parlamentares que, com a regulamentação do projeto, será preciso novo financiamento

Campanha contra a Emenda 29

ENTENDA
O CASO

UGO BRAGA E
DANIEL PEREIRA

DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocará amanhã uma faca no pescoço do Congresso. Na reunião do chamado conselho político — onde têm assento os líderes e presidentes dos partidos aliados —, avisará que se os parlamentares quiserem mesmo aprovar a regulamentação da Emenda 29, terão de criar um imposto para financiá-la. Os ministros Guido Mantega (Fazenda), Luiz Marinho (Previdência) e José Gomes Temporão (Saúde) foram recrutados para participar da empreitada. Trarão os argumentos técnicos com os quais Lula afiará sua navalha.

A regulamentação da Emenda 29 é o assunto do momento na Câmara. Elaborado pelo senador Tião Vianna (PT-AC), o projeto de lei complementar 121/07 foi aprovado no último dia 9 no Senado. Ao atravessar o Congresso, ganhou de cara o lobby poderoso da Frente Parlamentar da Saúde, um bloco pluripartidário que se espalha entre governo e oposição e conta inclusive com o apoio do presidente da Casa, o petista Arlindo Chinaglia (SP). Os articuladores do Palácio do Planalto já sabem

que dificilmente conseguirão barrá-lo. E, como se trata de uma injeção bilionária no Sistema Único de Saúde, tentam evitar que o presidente o veto em pleno ano eleitoral.

O argumento da equipe econômica é o de que a regulamentação obriga o governo a engessar uma fatia grande, entre R\$ 5 bi e R\$ 6 bi, dos gastos previstos para este ano. Sem o projeto de Tião Vianna, o dinheiro seria aplicado em outras despesas. Mas se for aprovado, das duas uma: o governo cancela obras ou fabrica dinheiro.

Como não quer macular o seu propagandeado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com um corte bilionário de grandes obras públicas, o Palácio do Planalto prefere fabricar dinheiro. Sendo assim, Lula chamou seus três ministros para ajudá-lo a pressionar os deputados a ressuscitarem a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPLF). Inventarem outro tributo capaz de lhe permitir o que julga ser o melhor dos mundos, isto é, manter o PAC, aumentar os gastos em saúde e ainda botar a culpa da alta de impostos no Congresso Nacional.

No Parlamento, o assunto desperta paixões. Na tarde da última quinta-feira, a tradicional calmara que toma conta da Câmara foi quebrada por uma passeata liderada pelos deputados Darcísio Perondi (PMDB-RS) e Rita Camata (PMDB-ES). Acompanhados de cerca de 30 outros manifestantes, eles adentraram no Salão Verde, todos vestidos com batas brancas, semelhantes às usadas por médicos. Bradavam palavras de ordem pela saúde pública e exigiam que Chinaglia pautasse rapidamente o projeto de Tião Vianna. Mesmo solidário ao tema, o presidente da Câmara não assumiu nenhum compromisso público. Mas a pressão só cresce.

De antemão, líderes da oposição avisam que não aceitam de forma nenhuma uma subida de impostos neste ano, mesmo que seja para custear melhorias no sistema de saúde. O líder do DEM, Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), diz que o governo vem registrando excessos de arrecadação e que pode usá-los. O presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), já se declarou favorável ao projeto de Tião Vianna. Mas os tucanos também se negam a votar pela criação da CPMF ou de qualquer outro tributo como fonte de financiamento.

Gastos fixados

A Emenda 29 à Constituição Federal, aprovada em 13 de setembro de 2000, estabeleceu que, naquele ano, a União gastasse na área de saúde quantia 5% superior à de 1999. E determinou também que nos anos seguintes o orçamento da saúde crescesse segundo a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Aos estados, coube separar 12% das receitas para o setor. A fatia dos municípios ficou em 15%. A regra era transitória, deveria vigorar somente até 2004. Jamais foi regulamentada, porém. Portanto, nunca foi implementada.

No último dia 9, o Senado aprovou projeto de lei complementar com os critérios a serem usados pelos governos federal, estaduais e municipais na elaboração do orçamento da saúde; como manda a Emenda 29. Por ele, a União fica obrigada a orçar seus gastos em saúde de forma crescente, até que o bolo atinja 10% das receitas totais em 2011.

TEMPORÃO, MARINHO E MANTEGÁ PARTICIPARÃO DE ENCONTRO

MINISTROS DE LULA TENTARÃO CONVENCER POLÍTICOS DAS DIFICULDADES DO TEXTO

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 48 minutos.)

Ata da 62ª Sessão Não Deliberativa, em 25 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 6 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa projeto de lei recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº49, DE 2008

(Nº 972/2007, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação e a transformação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados e transformados, no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, os cargos em comissão e funções comissionadas constantes nos anexos I e II desta lei, e próprios da Justiça do Trabalho.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados, até a data de publicação desta lei, por servidores no exercício de cargos em comissão e funções comissionadas criados, até 7 de fevereiro de 2002, por meio de atos administrativos do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, bem como os efeitos financeiros decorrentes do exercício desses cargos e funções.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CARGOS EM COMISSÃO	QUANTIDADE
CJ-3	8
CJ-2	35
CJ-1	181
TOTAL	224

ANEXO II

(Art. 1º da Lei nº , de de de)

FUNÇÕES COMISSIONADAS	QUANTIDADE
FC-5	625
FC-4	54
FC-3	13
FC-1	2
TOTAL	694

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 972, DE 2007**Dispõe sobre a criação e transformação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criados e transformados, no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, os cargos em comissão e funções comissionadas constantes nos anexos I e II desta lei, e próprios da Justiça do Trabalho.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados, até a data de publicação desta lei, por servidores no exercício de funções comissionadas criadas por meio de atos administrativos do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, bem como os efeitos financeiros decorrentes do exercício dessas funções.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, de de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

ANEXO I

(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CARGOS EM COMISSÃO	QUANTIDADE
CJ-3	8
CJ-2	35
CJ-1	181
TOTAL	224

ANEXO II

(Art. 1º da Lei nº , de de de)

FUNÇÕES COMISSIONADAS	QUANTIDADE
FC-5	625
FC-4	54
FC-3	13
FC-1	2
TOTAL	694

Justificação

Nos termos do artigo 96, inciso alínea **b**, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Tribunal Superior do Trabalho, que, sem qualquer aumento de despesa, propõe a criação e transformação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sediado no Rio de Janeiro – RJ.

Encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 88, IV, da Lei nº 11.178/2005, a proposta foi aprovada em Sessão realizada em 6-3-2007, para a ratificação da criação e transformação de 694 (seiscentas e noventa e quatro) funções comissionadas e 224 (duzentos e vinte e

quatro) cargos em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

A proposta representa apenas a ratificação, pela via legislativa, da criação de cargos em comissão e funções comissionadas por atos administrativos interno daquela Corte Regional à época considerada possível, advindo determinação posterior do Tribunal de Contas da União, por meio do Ofício nº 1.462/2001, no sentido de abster-se aquele TRT de dispor sobre alteração de nível de função gratificada, bem como observar os artigos 48, inciso X; 96, inciso II; e 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal, nas matérias relativas à criação, transformação e extinção de cargos e funções Comissionadas.

Os servidores ocupantes dos cargos em comissão e funções comissionadas são detentores de boa-fé, reconhecidos pelo merecimento, dedicação e eficiência com que desempenham suas atribuições, e, por essa

razão, o não-acolhimento da pretendida convalidação acarretaria enorme prejuízo à estrutura funcional do Regional.

Ademais, é plenamente justificável que, para assegurar a celeridade na entrega da prestação jurisdicional – mesmo com o aumento do número de ações

ajuizadas perante o TRT da 1ª Região, elevando o volume de serviços e responsabilidades dos servidores – aquela Corte tenha adotado medidas que viabilizassem a adequação da sua estrutura.

Ressalte-se que a criação desses cargos em comissão e funções comissionadas não implicará aumento de despesa com pessoal, pois se trata de situação já existente, que somente precisa ser regularizada, a fim de que se dê continuidade às atividades do Tribunal, não resultando, dessa forma, impacto financeiro e orçamentário, a exemplo do que já ocorreu em relação a outros Tribunais, Conforme recente publicação das leis números 11.336, de 25-7-2006, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, e 11.349, de 27-9-2006, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Com estas considerações, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo

esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília-DF, 3 de maio de 2007. – **Rider Nogueira de Brito**, Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

OF.TST.GDGCA.GP N° 148

Brasília, 3 de maio de 2007

Assunto: Anteprojeto de Lei

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 96, inciso II, alínea **b**, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Senhores Membros do Congresso Nacional, acompanhado da correspondente justificação, anteprojeto de lei referente à criação e transformação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sediado no Rio de Janeiro – RJ.

Cordialmente, – **Rider Nogueira Brito**, Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

CERTIDÃO

PROCESSO CSJT - 092/2005-000-90-00.0

RELATORA: Conselheira Dora Vaz Treviño

INTERESSADO: TRT-1

ASSUNTO: Recursos Humanos – Projeto de Lei – Anteprojeto de Lei – Criação de cargos e funções.

CERTIFICO que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão ordinária realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

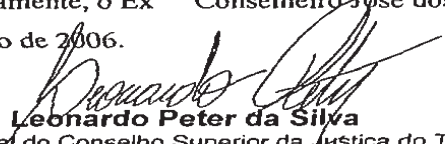
“O Conselho decidiu, por unanimidade, aprovar parcialmente o projeto de lei encaminhado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, alterando-se a redação do art. 2º nos termos do voto da Relatora, remetendo-o ao Pleno do TST, de acordo com o art. 5º, inciso VII, 'd', do RICSJT.”

Presidiu a sessão o Ex.^{mo} Conselheiro Ronaldo Lopes Leal (Presidente), presentes os Ex.^{mos} Conselheiros Rider Nogueira de Brito, José Luciano de Castilho Pereira, Milton de Moura França, João Oreste Dalazen, Gelson de Azevedo, Dora Vaz Treviño, Pedro Inácio da Silva, Nicanor de Araújo Lima e Denis Marcelo de Lima Molarinho.

Presente o Ex.^{mo} Presidente da ANAMATRA, Juiz José Nilton Ferreira Pandelot, conforme o disposto na Resolução nº 001/2005.

Ausente, justificadamente, o Ex.^{mo} Conselheiro José dos Santos Pereira Braga.

Brasília, 23 de maio de 2006.


Leonardo Peter da Silva
Secretário-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho,
em exercício

TRIBUNAL PLENO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N° TST-MA - 173544/2006-000-00-00.7

CERTIFICO que o Egrégio Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão Ordinária hoje realizada, sob a Presidência do Exmo. Ministro Rider Nogueira de Brito, Vice-Presidente, presentes os Exmos. Ministros Vantuil Abdala, Relator, José Luciano de Castilho Pereira, Milton de Moura França, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra Martins Filho, João Batista Brito Pereira, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, José Simpliciano Fontes de F. Fernandes, Renato de Lacerda Paiva, Lelio Bentes Corrêa, Aloysio Corrêa da Veiga, Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira e o Exmo. Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. José Neto da Silva, DECIDIU, por unanimidade, encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça, o anteprojeto que cuida da criação e transformação de cargos de 694 funções comissionadas e 224 cargos em comissão, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Assunto: Recursos Humanos - Projeto de Lei - Anteprojeto de Lei - Criação de cargos e funções

Interessado(a): Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.

Sala de Sessões, 28 de setembro de 2006.


Valério Augusto Freitas do Carmo
Diretor-Geral de Coordenação Judiciária

CERTIDÃO DE JULGAMENTO 6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 1177

RELATORA: MINISTRA ELLEN GRACIE

REQUERENTE: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

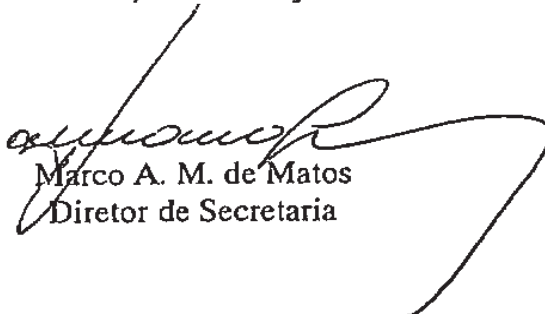
CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, decidiu incluir o presente processo em pauta, nos termos do parágrafo único do art. 23 do regimento interno, e referendar a decisão monocrática proferida pela Presidência, no sentido de emitir parecer de mérito favorável à aprovação do anteprojeto de lei encaminhado pelo Tribunal Superior do Trabalho, que prevê a ratificação da criação e transformação de 694 funções comissionadas e 224 cargos em comissão no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Determinou-se a expedição de ofícios aos Presidentes do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e do Tribunal de Contas da União. Presidiu o julgamento a Excelentíssima Ministra Ellen Gracie (Presidente). Plenário, 06 de março de 2007".

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Antônio de Pádua Ribeiro (Corregedor Nacional de Justiça), Vantuil Abdala, Marcus Faver, Jirair Aram Meguerian, Douglas Rodrigues, Cláudio Godoy, Germana Moraes, Paulo Schmidt, Eduardo Lorenzoni, Ruth Carvalho, Oscar Argollo, Paulo Lobo, Alexandre de Moraes e Joaquim Falcão.

Ausentes, justificadamente, o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Brasília-DF, 06 de março de 2007.



Marco A. M. de Matos
Diretor de Secretaria

TRIBUNAL PLENO
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N° 1217/2007

CERTIFICO E DOU FÉ que o Egrégio Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão extraordinária hoje realizada, sob a Presidência do Ex.^{mo} Ministro Rider Nogueira de Brito, Presidente do Tribunal, presentes os Ex.^{mos} Ministros Milton de Moura França, Vice-Presidente, Vantuil Abdala, Gelson de Azevedo, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra da Silva Martins Filho, João Batista Brito Pereira, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Aloysio Corrêa da Veiga, Horácio Raymundo de Senna Pires, Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, e o Ex.^{mo} Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. Rogério Rodriguez Fernandez Filho,

RESOLVEU, por unanimidade, editar a Resolução Administrativa n° 1217/2007, nos seguintes termos:

Autorizar o encaminhamento, ao Congresso Nacional, de anteprojeto de lei, objeto do Processo n° TST-MA-173.544/2006-000-00-00-7, que dispõe sobre a ratificação da criação de 224 (duzentos e vinte e quatro) cargos em comissão e 694 (seiscentos e noventa e quatro) funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Sala de Sessões, 19 de abril de 2007.


VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Diretor-Geral de Coordenação Judiciária

LEGISLAÇÃO ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005

Mensagem de veto

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006, e dá outras providências.

Art. 85. O Poder Executivo, por intermédio do órgão central do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC, publicará, até 31 de outubro de 2005, tabela com os totais, por níveis, de cargos efetivos, comissionados e funções de confiança integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando, por órgão, autarquia e fundação, os quantitativos de cargos efetivos vagos e ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e os quantitativos de cargos em comissão e funções de confiança vagos e ocupados por servidores com e sem vínculo com a Administração Pública Federal, comparando-os com os quantitativos do ano anterior e indicando as respectivas variações percentuais.

§ 1º Os Poderes Legislativo e Judiciário, assim como o Ministério Público da União, observarão o cumprimento do disposto neste artigo, mediante atos próprios dos dirigentes máximos de cada órgão, destacando, inclusive, as entidades vinculadas da administração indireta.

§ 2º Os cargos transformados após 31 de outubro de 2005, em decorrência de processo de racionalização de planos de carreiras dos servidores públicos, serão incorporados à tabela referida neste artigo.

Art. 88. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, a que se refere o art. 85, § 2º, desta lei, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

I – declaração do proponente e do ordenador de despesas, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II – simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos e inativos, detalhada, no mínimo, por elemento de despesa;

III – manifestação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no caso do Poder Executivo, e dos órgãos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, sobre o mérito e o impacto orçamentário e financeiro;

IV – em se tratando de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, parecer sobre o mérito e o atendimento aos requisitos

deste artigo, respectivamente, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição; e

V – o disposto no inciso anterior aplica-se aos projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União em tramitação no Poder Legislativo na data da publicação desta lei.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O projeto lido vai à Comissão competente.

Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 353, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2007 (nº 6.917/e 2006, na Casa de Origem), que inscreve o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis da Pátria.

Relator: Senador **Marconi Perillo**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 124, de 2007 (nº 6.917, de 2006, na Câmara dos Deputados) de autoria do Deputado Leandro Vilela, inscreve o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis da Pátria.

Em sua justificação, o autor ressalta a história de dedicação do General Curado na luta em defesa da integridade territorial e da independência do Brasil.

Na Câmara dos Deputados a proposição foi aprovada, sem emendas, pela Comissão de Educação e Cultura, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Em análise na Comissão de Educação do Senado Federal, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

O General Joaquim Xavier Curado, goiano, dedicou a vida à sua brilhante carreira militar. Oficial respeitado, organizou o Exército brasileiro, implementou a Academia Militar, precursora da atual Academia Militar das Agulhas Negras.

Patriota, o General liderou as campanhas no Sul, pela conquista e preservação do nosso território. Lutou ao lado de D. Pedro I, no Dia do Fico, contra a resistência da Coroa portuguesa.

É personagem importante da História do Brasil, tendo os seus feitos reconhecidos e reverenciados tanto

em Goiás, seu estado natal, quanto no Rio de Janeiro e em Santa Catarina, de onde foi governador.

Sendo assim, é justa e meritória a iniciativa do projeto de lei em tela ao inscrever, no **Livro dos Heróis da Pátria**, o nome desse brasileiro ilustre, verdadeiro herói de nossa História.

No que se refere aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de boa técnica legislati-

va, também não há reparos a fazer à proposição em análise.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2007 (nº 6.917, de 2006, na Casa de Origem).

Sala da Comissão, 15 de abril de 2008

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 124/07 NA REUNIÃO DE 15/04/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:

M. Arnés (Sen. Flávio Arnés)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>albal</i>
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
	9- SIBÁ MACHADO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA <i>Samuel</i>	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA <i>Valter</i>
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
(VAGO)	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1-ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL <i>Marco</i>	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba</i>	6- ROMEU TUMA <i>Romeu</i>
MARCONI PERILLO	7- (VAGO)
RELATOR	
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES <i>Papaleo</i>	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO <i>Flexa</i>	10- LÚCIA VÂNIA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI (VAGO)

PDT

CRISTOVAM BUARQUE 1- JEFFERSON PÉRES

PARECER Nº 354, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2008 (nº 6.778 2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que “dispõe sobre a transformação e criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, e dá outras providências”.

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 16, de 2008 (nº 6.778, de 2002, na origem), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cuja emenda se encontra na epígrafe.

A proposição cria, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 12ª Região, sediado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, e com jurisdição sobre o território daquela Unidade da Federação, um total de 86 funções comissionadas, sendo 23 nível FC-8, 10 nível FC-4 e 53 nível FC-3. Além disso, transforma 44 funções comissionadas nível FC-4 em funções nível FC-8.

Finalmente, o projeto determina que as despesas decorrentes da aplicação da lei que se originar da sua aprovação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao TRT da 12ª Região.

Segundo afirma o Senhor Ministro-Presidente do TST, “o crescente número de ações ajuizadas naquela Justiça Especializada, com a conseqüente

elevação do volume de serviços e responsabilidades dos servidores, e a necessidade de propiciar maior funcionalidade e dinâmica às unidades administrativas da Corte justificam a adoção de medidas que viabilizem a adequação de sua estrutura organizacional, assegurando a manutenção da celeridade na entrega da prestação jurisdicional”.

Em obediência ao que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Conselho Nacional de Justiça examinou o projeto em tela, manifestando-se, no Pedido de Providências nº 117, julgado na

24ª Sessão Ordinária do Colegiado, ocorrida em 29 de agosto de 2006, pelo acolhimento integral da matéria.

Aprovada na Câmara dos Deputados vem a proposição à revisão desta Câmara Alta, onde não recebeu emendas.

II – Análise

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2008, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, art. 48, X), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (CF, art. 96, II, **b**), não havendo, também, qualquer reparo no tocante à constitucionalidade material e à juridicidade.

Quanto à exigência contida nos arts. 87, IV, e 88 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008, a Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, de que a presente proposição seja instruída por parecer do Conselho Nacional de Justiça, ela foi suprida pela acima referida decisão daquele colegiado no Pedido de Providências nº 177, de 2006.

No tocante ao mérito, verifica-se que, essencialmente, o PLC nº 16, de 2008, é justificado pela ampliação das atividades sob responsabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

O número de feitos da Justiça Trabalhista do Estado de Santa Catarina, que conta, além do TRT da 12ª Região, criado pela Lei nº 6.928, de 7 de julho de 1981, com cinquenta e quatro Varas do Trabalho e duas Unidades Judiciárias Avançadas, vem crescendo a cada ano, o que toma o seu contingente de pessoal absolutamente insuficiente para atendimento às suas necessidades básicas, trazendo prejuízos inestimáveis aos jurisdicionados. Essa situação é ainda grave se considerarmos que a presente proposição, que já se impunha quando de sua apresentação, encontra-se em tramitação há quase seis anos.

A aprovação da presente proposição representa, assim, providência urgente e correta no sentido de permitir a adequada prestação da justiça trabalhista naquele grande Estado.

Ocorre, entretanto, que, entre a apresentação do presente projeto e o seu envio ao Senado Federal, a Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, que então dispunha sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, foi alterada pela Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002, e, posteriormente, revogada pela Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

Esses novos diplomas legais alteraram a denominação das funções comissionadas níveis FC-7 a 10, então existentes nos quadros de pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União, para, respectivamente, cargos em comissão níveis CJ-1 a 4.

Essa modificação, vale comentar, sequer alterou a natureza das antigas FC-7 a 10, uma vez que, por força do parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.421, de 1996, essas sempre foram consideradas como cargo em comissão, quando seus ocupantes não tivessem vínculo efetivo com a Administração Pública.

Assim, impõe-se adotar, no projeto sob exame, a nova denominação das antigas funções comissionadas nível FC-8, qual seja, de cargo em comissão nível CJ-2.

Trata-se de fato que foi, inclusive, detectado no voto do relator da matéria no acima citado Pedido de Providências nº 177, o ilustre conselheiro Cláudio Godoy, que, em determinado momento de seu relatório, lembra que “vale anotar que a proposta legislativa, se considerada a extinção de 44 funções comissionadas, de nível FC-4, acaba criando 67, e não 111 cargos em comissão CJ-2”.

Impõe-se, então, proceder a esse ajuste de redação na proposta sob exame, para adaptá-la à nova realidade que se instituiu no âmbito dos recursos humanos da Justiça. Trata-se de alteração que, apesar de, absolutamente, não interferir no mérito da proposição aprovada na Câmara dos Deputados, não pode deixar de ser feita, sob o risco de tornar o projeto inaplicável.

Finalmente, no tocante à adequação financeira e orçamentária do PLC nº 16, de 2008, cabe registrar que a Lei Orçamentária para 2008, a Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008, prevê, de forma expressa, em seu Anexo V, autorização para criação e provimento, no presente exercício, dos 130 cargos e funções de que trata a proposição, com limite financeiro de R\$1.299.846,00 em 2008, e anualizado de R\$4.951.669,00.

III – Voto

Destarte, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2008, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1 – CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do PLC nº 16, de 2008, a seguinte redação:

“Dispõe sobre a transformação e criação de cargos em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências.”

EMENDA Nº 2 – CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 16, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam transformados e criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, os cargos em comissão e as funções comissionadas constantes dos Anexos I e II desta Lei.”

EMENDA Nº 3 – CCJ (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, nos Anexos I e II do PLC nº 16, de 2008, o código FC-08 por CJ-2.

EMENDA Nº 4 – CCJ (DE REDAÇÃO)

Substituam-se, na coluna “CRIAÇÃO” do Anexo I do PLC nº 16, de 2008, as expressões “FUNÇÕES/NÍVEL” e “Nº DE FUNÇÕES” por, respectivamente, “CARGOS/NÍVEL” e “Nº DE CARGOS”.

EMENDA Nº 5 – CCJ (DE REDAÇÃO)

Substituam-se, no Anexo II do PLC nº 16, de 2008, as expressões “FUNÇÕES/NÍVEL” e “Nº DE FUNÇÕES” por, respectivamente, “CARGOS OU FUNÇÕES/NÍVEL” e “Nº DE CARGOS OU FUNÇÕES”.

Sala da Comissão, 16 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 16 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/04/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: EM EXERCÍCIO: <i>G. Garcia</i> <i>Sen. Valter Pereira</i>	
RELATOR: <i>Edoardo</i> <i>Sen. Ideli Salvatti</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>Siba Machado</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLYC <i>Edoardo</i>	3. CÉSAR BORGES <i>Cesar Borges</i>
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI (RELATORA) <i>Ideli</i>	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antônio</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>
VALTER PEREIRA (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)	5. JOSÉ MARANHÃO <i>Jose Maranhão</i>
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>Adelmir</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>Demostenes</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ⁴ <i>Alvaro Dias</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO <i>Virgínio</i>
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur</i>	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>Tasso</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson</i>	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 01/04/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008:

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....
X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
.....

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;

c) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;

f) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados;

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

III - aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

LEI Nº 11.514, DE 13 DE AGOSTO DE 2007.

Mensagem de veto

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências.

Art. 87. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, a que se refere o art. 84, § 2º, desta Lei, deverão ser acompanhados de:

I - declaração do proponente e do ordenador de despesas, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que demonstre a existência de autorização e a observância dos limites de que trata o Anexo previsto no **caput** do art. 89 desta Lei;

II - simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos e inativos, detalhada, no mínimo, por elemento de despesa;

III - manifestação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no caso do Poder Executivo, e dos órgãos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, sobre o mérito e o impacto orçamentário e financeiro; e

IV - parecer, de caráter opinativo sobre o mérito e o atendimento aos requisitos deste artigo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, em se tratando, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.

§ 1º Não se aplica o disposto no inciso IV deste artigo aos projetos de lei referentes ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União.

§ 2º Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos a exercícios anteriores a sua entrada em vigor.

Art. 88. O disposto no art. 87 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União em tramitação no Poder Legislativo na data da publicação desta Lei.

.....

LEI Nº 6.928, DE 7 DE JULHO DE 1981.

Cria a 12ª Região da Justiça do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho Respectivo, Institui a Correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras Providências.

.....

LEI Nº 9.421, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996.

Vide Lei nº 11.336, de 2006

Revogado pelo Lei nº 11.416, de 2006

~~Cria as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.~~

.....

LEI Nº 10.475, DE 27 DE JUNHO DE 2002.

Revogado pelo Lei nº 11.416, de 2006

~~Altera dispositivos da Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, e reestrutura as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.~~

.....

LEI Nº 11.416, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006.

Mensagem de veto

Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências.

.....

Art. 33. Ficam revogadas a Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002, a Lei nº 10.417, de 5 de abril de 2002, e a Lei nº 10.944, de 16 de setembro de 2004.

.....

LEI Nº 11.647, DE 24 MARÇO DE 2008.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

.....

ANEXO V
AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA
CONSTITUIÇÃO, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

R\$ 1,00

I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES, BEM COMO ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO DE PESSOAL A QUALQUER TÍTULO

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES (QUANTIDADE)	PROVIMENTO, ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO		
		QUANTIDADE	DESPESA	
			NO EXERCÍCIO DE 2008	ANUALIZADA
1. Poder Legislativo:	179	1.417	53.419.063	161.088.085
1.1. Câmara dos Deputados	-	364	23.512.505	47.025.009
1.1.1. Cargos e funções vagos	-	364	23.512.505	47.025.009
1.2. Senado Federal	-	573	12.500.000	50.000.000
1.2.1. Cargos e funções vagos	-	573	12.500.000	50.000.000
1.3. Tribunal de Contas da União	179	480	17.406.558	64.063.076
1.3.1. Cargos e funções vagos	-	301	17.190.321	58.298.217
1.3.2. PL nº 7.541, de 2006	179	179	216.237	5.764.859
2. Poder Judiciário:	19.415	12.604	323.589.895	965.958.355
2.1. Supremo Tribunal Federal	262	329	10.334.167	20.668.334
2.1.1. Cargos e funções vagos	-	67	862.699	1.725.398
2.1.2. Lei nº 11.617, de 2007	262	262	9.471.468	18.942.936
2.2. Conselho Nacional de Justiça	126	126	4.869.430	9.738.860
2.2.1. Lei nº 11.618, de 2007	126	126	4.869.430	9.738.860
2.3. Superior Tribunal de Justiça	320	459	11.108.451	32.212.979
2.3.1. Cargos e funções vagos	-	139	5.279.746	12.359.608
2.3.2. PL nº 1.581, de 2007	320	320	5.828.705	19.853.371
2.4. Justiça Federal	8.548	3.989	104.712.917	326.082.334
2.4.1. Cargos e funções vagos	-	1.879	39.668.183	164.176.373
2.4.2. PL nº 5.829, de 2005	8.510	2.072	63.935.263	159.501.304
2.4.3. PL nº 4.564, de 2004	38	38	1.109.471	2.404.657
2.5. Superior Tribunal Militar	-	33	1.153.424	2.306.848
2.5.1. Cargos e funções vagos	-	33	1.153.424	2.306.848
2.6. Justiça Eleitoral	174	3.487	100.928.033	218.303.307
2.6.1. Cargos e funções vagos		3.313	96.380.000	209.207.242
2.6.2. PL nº 4.533, de 2004	174	174	4.548.033	9.096.065
2.7. Justiça do Trabalho	7.316	3.380	61.024.388	238.809.353
2.7.01. Cargos e funções vagos	-	531	11.371.423	42.017.761
2.7.02. PL nº 4.942, de 2001	240	240	5.113.660	19.480.123
2.7.03. PL nº 6.600, de 2002	2	2	41.679	158.771
2.7.04. PL nº 6.778, de 2002	130	130	1.299.846	4.951.669
2.7.05. PL nº 2.334, de 2003	58	58	575.311	2.191.604
2.7.06. PL nº 2.549, de 2003	9	9	55.783	212.500
2.7.07. PL nº 2.550, de 2003	1.005	1.005	12.036.738	53.495.276
2.7.08. PL nº 5.357, de 2005	28	30	426.974	1.626.526
2.7.09. PL nº 5.471, de 2005	141	141	10.313.511	39.288.583
2.7.10. PL nº 552, de 2007	539	539	8.337.324	31.760.441
2.7.11. PL nº 1.353, de 2007	147	147	2.656.654	10.120.332

ANEXO V
AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA
CONSTITUIÇÃO, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

R\$ 1,00

I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES, BEM COMO ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO DE PESSOAL A QUALQUER TÍTULO

2.7.12. PL nº 1.354, de 2007	98	98	1.590.661	6.059.508
2.7.13. PL nº 1.355, de 2007	11	11	131.509	500.972
2.7.14. PL nº 1.651, de 2007	334	334	5.240.736	19.964.208
2.7.15. PL nº 1.652, de 2007	12	12	239.414	912.031
2.7.16. PL nº 1.653, de 2007	93	93	1.593.165	6.069.048
2.7.17. PL nº 4.858, de 2005 *	962	-	-	-
2.7.18. PL nº 5.238, de 2005 *	1.351	-	-	-
2.7.19. PL nº 7.508, de 2006 *	215	-	-	-
2.7.20. PL nº 971, de 2007 *	1.023	-	-	-
2.7.21. PL nº 972, de 2007 *	918	-	-	-
2.8. Justiça do Distrito Federal e Territórios	2.669	801	29.459.085	117.836.340
2.8.1. PL nº 3.248, de 2004	2.669	801	29.459.085	117.836.340
3. Ministério Público da União -	-	2.295	55.657.041	205.778.144
3.1. Provimento de Cargos e funções vagas	-	2.295	55.657.041	205.778.144
4. Poder Executivo, sendo:	13.375	40.032	515.862.706	2.165.628.023
4.1. Criação e provimento de cargos e funções	7.501	28.586	317.399.781	1.758.524.586
4.1.1. Auditoria e Fiscalização, até 2.700 vagas				
4.1.2. Gestão e Diplomacia, até 3.888 vagas				
4.1.3. Jurídica, até 1.850 vagas				
4.1.4. Defesa e Segurança Pública, até 5.485 vagas				
4.1.5. Cultura, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, até 1.527 vagas				
4.1.6. Seguridade Social, Educação e Esportes, até 10.375 vagas			317.399.781	1.758.524.586
4.1.7. Regulação do Mercado, dos Serviços Públicos e do Sistema Financeiro, até 1.041 vagas				
4.1.8. Indústria e Comércio, Infra-Estrutura, Agricultura e Reforma Agrária, até 1.720 vagas				
4.2. Substituição de pessoal terceirizado **	5.874	11.446	198.462.925	407.103.437
4.2.1. Gestão e Diplomacia, até 89 vagas				
4.2.2. Defesa e Segurança Pública, até 144 vagas				
4.2.3. Cultura, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, até 2.237 vagas				
4.2.4. Seguridade Social, Educação e Esportes, até 8.031 vagas			198.462.925	407.103.437
4.2.5. Indústria e Comércio, Infra-Estrutura, Agricultura e Reforma Agrária, até 945 vagas				
TOTAL DO ITEM I	32.969	56.348	948.528.705	3.498.452.607

* Referem-se a Projetos de Leis de ratificação da criação de cargos e funções comissionadas efetivada por ato administrativo, cujas despesas já vêm compondo a folha de pagamento dos Tribunais Regionais do Trabalho ao longo dos últimos anos, não implicando em acréscimos de despesa.

** Os recursos orçamentários para o provimento de cargos efetivos mediante a substituição de pessoal terceirizado não configuram ação específica e serão oriundos de remanejamento de "Outras Despesas Correntes e Capital" para "Pessoal e Encargos Sociais", à medida que essas substituições forem sendo efetivadas.

ANEXO V
AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO,
RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

R\$ 1,00

II. ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA	
	NO EXERCÍCIO DE 2008	ANUALIZADA
1. Poder Legislativo	1.414.410	1.414.410
1.1. Tribunal de Contas da União: Revisão dos subsídios de Ministros e Auditores do Tribunal de Contas da União e de Procuradores do Ministério Público junto ao TCU, em decorrência da aprovação dos Projetos de Lei nº 7.297 e 7.298, de 2006, e em observância ao disposto nos § 3º e 4º do art. 73 e art. 130 da Constituição Federal, com efeitos financeiros a partir de 2008.	1.414.410	1.414.410
2. Poder Judiciário	129.427.632	129.427.632
2.1. Revisão do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal de que trata a Lei nº 11.143, de 26 de julho de 2005, bem como os efeitos dessa alteração no Poder Judiciário da União - Exercício de 2008, sendo:	126.312.239	126.312.239
2.1.1. Supremo Tribunal Federal	563.025	563.025
2.1.2. Conselho Nacional de Justiça	100.511	100.511
2.1.3. Superior Tribunal de Justiça	1.253.257	1.253.257
2.1.4. Justiça Federal	26.338.714	26.338.714
2.1.5. Justiça Militar	2.083.778	2.083.778
2.1.6. Justiça Eleitoral	10.596.804	10.596.804
2.1.7. Justiça do Trabalho	80.826.353	80.826.353
2.1.8. Justiça do DF e Territórios	4.549.797	4.549.797
2.2. Conselho Nacional de Justiça: Pagamento de retribuição pecuniária aos membros do Conselho Nacional de Justiça e aos juizes auxiliares de que trata o Projeto de Lei nº 7.560, de 2007, com efeitos financeiros a partir de 2008.	3.115.393	3.115.393
3. Ministério Público da União	53.432.332	53.432.332
3.1. Remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público, de que trata o Projeto de Lei nº 940, de 2007, com efeitos financeiros a partir de 2008.	1.083.700	1.083.700
3.2. Alteração do subsídio do Procurador-Geral da República, referido no art. 37, XI, e art. 39, § 4º, combinado com o art. 127, § 2º, e art. 128, § 5º, I, c, da Constituição, relativo ao exercício de 2008.	52.348.632	52.348.632
4. Poder Executivo:	3.461.367.490	7.408.734.980
4.1. Reestruturação da remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Executivo, inclusive servidores integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 2006, e militares das Forças Armadas.	3.461.367.490	7.408.734.980
TOTAL DO ITEM II	3.645.641.864	7.593.009.354
TOTAL GERAL	4.594.170.569	11.091.461.961

PARECER Nº 355, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2008 (nº 4.858/ 2005, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, e que dispõe sobre a transformação de Funções Comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e dá outras providências.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

O Projeto de Lei sob exame, de autoria do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, dispõe sobre a transformação de Funções Comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 5ª Região, situado na cidade de Salvador, no Estado da Bahia. A mencionada transformação consta do Anexo Único do Projeto.

O art. 2º assevera que não haverá acréscimo de despesa decorrente da execução da lei.

Efetivamente, isso ocorre porque a proposição visa a ratificar a Resolução Administrativa nº 14, de 1997, do TRT da 6ª Região.

O Projeto foi enviado ao Congresso Nacional em 28 de fevereiro de 2005, e é justificado com a informação de que, por ocasião da transformação das funções comissionadas em questão, por ato administrativo do Tribunal, a matéria ensejava várias interpretações. Dessa forma, havia o entendimento de que a criação e a transformação de funções comissionadas se inseria dentro dos limites da autonomia da instituição, assegurada pelo art. 96 da Constituição. Posteriormente, pacificou-se o entendimento de que o ato só seria possível mediante lei de iniciativa dos tribunais. Foi então editada, pelo Tribunal Superior do Trabalho, a Resolução Administrativa nº 833, de 2002, que veda a criação de função comissionada ou sua transformação independentemente de lei.

A matéria sob análise foi examinada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, quando obteve parecer favorável, com o argumento de que o TRT da 5ª Região sofre de séria insuficiência de recursos

humanos. Ademais, constata-se grande instabilidade gerada pelo iminente risco de substancial decréscimo na remuneração de grande parte dos servidores que tiveram suas funções transformadas por ato administrativo interno. Há que se considerar, ainda, que a Justiça do Trabalho do Estado da Bahia é a 6ª maior do País em termos de movimentação processual, e que a aprovação da presente iniciativa não acarretará aumento de despesa.

O Conselho Nacional de Justiça, no Pedido de Providência nº 115, de 2005, igualmente, manifestou-se favoravelmente à matéria.

O Projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados sem emendas, e enviado a esta Casa no dia 12 de março do corrente ano.

II – Análise

O projeto não fere nenhum dos preceitos da Lei Maior, antes vem ao encontro das normas constitucionais relativas à disciplina da matéria. Com efeito, compete ao Congresso Nacional dispor sobre o assunto, consoante o teor do art. 48, inciso X, da Constituição. Compatibiliza-se, ainda, com a letra **b** do inciso II do art. 96 da CF, que reserva à iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho a iniciativa de propor ao Poder Legislativo a criação, a extinção de cargos e a remuneração de seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.

No mérito, a iniciativa mostra-se oportuna e conveniente, por buscar dotar o TRT da 5ª Região de recursos humanos que melhor desempenharão as suas volumosas demandas, conforme informação constante da justificação.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 17 de 2008, por constitucional, jurídico, oportuno e conveniente.

Sala da Comissão, 16 de abril de 2008.

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 217/06 NA REUNIÃO DE 17104107
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Sen: Gilvan Borges

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS <i>M M U</i>	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>
RELATOR:	5- FRANCISCO DORNELLES <i>Francisco Dornelles</i>
IDELI SALVATTI	6- MARCELO CRIVELLA <i>Marcelo Crivella</i>
INÁCIO ARRUDA <i>Inacio Arruda</i>	7- MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>
RENATO CASAGRANDE <i>Renato Casagrande</i>	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO <i>João Vicente Claudino</i>
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sergio Zambiasi</i>	9-(VAGO)
JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>	

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>Wellington Salgado de Oliveira</i>	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>
GARIBALDI ALVES FILHO	4- VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	5- JARBAS VASCONCELOS <i>Jarbas Vasconcelos</i>
PAULO DUQUE	6- JOAQUIM RORIZ
GERALDO MESQUITA	7- NEUTO DE CONTO <i>Neuto de Conto</i>

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES <i>Maria do Carmo Alves</i>	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO <i>Raimundo Colombo</i>	5- KÁTIA ABREU <i>Kátia Abreu</i>
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCONI PERILLO <i>Marconi Perillo</i>	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO <i>Marisa Serrano</i>	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES <i>Papaleo Paes</i>	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO <i>Flexa Ribeiro</i>	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

Art. 96. Compete privativamente:

I – aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;

c) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;

f) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados;

II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19-12-2003)

c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

III – aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos cri-

mes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

PARECERES Nºs 356 E 357, DE 2008

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.

PARECER Nº 356, DE 2008

(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)
(em audiência, nos termos do
Requerimento nº 937, de 2006)

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 217, de 2006, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, tem por objetivo alterar a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) para nela incluir a previsão de salas de aula nos presídios, destinadas a cursos de ensino básico e profissionalizante.

Em justificativa ao projeto, o autor menciona que a implantação nacional da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda não beneficiou a população carcerária, que continua alijada do processo educativo, inclusive a preparação do detento para futuro reingresso no mercado de trabalho.

O PLS em tela foi distribuído também para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que tem decisão terminativa sobre a matéria.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

II – Análise

O ilustre Senador Cristovam Buarque tenciona, mediante o PLS nº 217, de 2006, alterar a Lei de Execuções Penais, com vistas a garantir a instalação de salas de aula nos presídios brasileiros.

A alteração legal guarda relação com o dever do Estado de cuidar da reintegração dos encarcerados à vida social, tarefa facilitada pela elevação do nível educacional dos brasileiros em cumprimento de pena prisional.

Em nossa opinião, o projeto em exame contribuirá para a humanização dos presídios, diminuindo o risco de reincidência dos apenados que, após obter a liberdade, não conseguem reinserir-se na sociedade por falta de qualificação profissional.

O projeto é socialmente relevante merece ser transformado em lei.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2006.

Sala da Comissão, 17 de abril de 2007.

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 217/06 NA REUNIÃO DE 17104107
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Sen: Gilvan Borges

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS <i>M M U</i>	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM RELATOR: <i>[Signature]</i>	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>[Signature]</i>
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES <i>[Signature]</i>
INÁCIO ARRUDA <i>[Signature]</i>	6- MARCELO CRIVELLA <i>[Signature]</i>
RENATO CASAGRANDE <i>[Signature]</i>	7- MAGNO MALTA <i>[Signature]</i>
SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Signature]</i>	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO <i>[Signature]</i>
JOÃO RIBEIRO <i>[Signature]</i>	9-(VAGO)

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>[Signature]</i>	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON <i>[Signature]</i>
GARIBALDI ALVES FILHO	4- VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	5- JARBAS VASCONCELOS
PAULO DUQUE	6- JOAQUIM RORIZ
GERALDO MESQUITA	7- NEUTO DE CONTO <i>[Signature]</i>

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL <i>[Signature]</i>	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO <i>[Signature]</i>	5- KÁTIA ABREU <i>[Signature]</i>
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA <i>[Signature]</i>
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO <i>[Signature]</i>	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO <i>[Signature]</i>	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

PARECER Nº 357, DE 2008

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**Relator **ad hoc**: Senador **Jefferson Peres****I – Relatório**

Vem a esta Comissão, em caráter terminativo, para análise, nos termos do art. 101, II, **d**, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 217, de 2006, que Altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

A proposta, por meio da inclusão de novo parágrafo ao teor do art. 83 da Lei de Execução Penal (LEP), institui que deverão ser instaladas salas de aula destinadas a cursos do ensino básico e profissionalizante nos estabelecimentos penais brasileiros.

O autor, em sua Justificação, argumenta:

Com aproximadamente 360.000 detentos agrupados em cerca de 512 prisões, milhares de delegacias e vários outros estabelecimentos, o Brasil administra um dos dez maiores sistemas penais do mundo. No entanto, seu índice de encarceramento – isto é, a razão preso/população – é relativamente moderado. Em alguns estados, como a Bahia, a população carcerária cresce numa taxa quinze vezes mais rápida que a taxa demográfica local. Por outro lado, no Amapá não há população carcerária importante. O Brasil encarcera menos pessoas **per capita** que muitos outros países sul-americanos e, de longe, bem menos do que os Estados Unidos.

O número de pessoas encarceradas enseja que o Estado tome providências e, dar educação a essa população certamente trará benefícios, promovendo no ambiente prisional uma atmosfera propícia à reabilitação, fazendo com que a educação aponte novos horizontes.

Ademais, a Lei nº 7.210, de 1984, conhecida como Lei de Execução Penal, garante que o conjunto arquitetônico prisional poderá abrigar estabelecimentos de destinação diversa desde que devidamente isolados. Tal é o

caso da construção de salas de aula. É imperativo que os projetos arquitetônicos incluam a construção dessas salas.

Em razão do Requerimento nº 937, de 2006, a proposição tramitou pela Comissão de Educação onde foi aprovada por parecer relatado pelo Senador Paulo Paim.

Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Preliminarmente, há que se registrar não existirem vícios de constitucionalidade ou juridicidade na proposição em exame. A matéria nela tratada está compreendida no campo da competência da União para legislar sobre direito penal e penitenciário, consoante dispõem os arts. 22, I, e 24, I, da Constituição Federal. Foi respeitada **in casu** a limitação quanto ao estabelecimento de normas gerais no tocante à legislação concorrente.

No mérito, assim como a Comissão de Educação, somos do entendimento que a massificação da existência de salas de aulas nos estabelecimentos penitenciários contribuirá para a sua humanização, reduzindo o risco de reincidência dos egressos que têm dificuldades para reinserir-se na sociedade por falta de qualificação profissional. Até porque trabalho e educação são direitos sociais constitucionalmente assegurados (art. 6º, da CF) e o Código Penal, em seu art. 38, prevê que: O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.

III – Voto

Em razão do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2006, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao **caput** do art. 1º do PLS nº 217, de 2006, a seguinte redação, mantida, no entanto, a alteração pretendida no art. 83 da Lei de Execução Penal (LEP):

“Art. 1º O art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

.....”

Sala da Comissão, 2 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 217 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/04/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: "ad hoc" <i>[assinatura]</i> <i>Sen. Jefferson Pères</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PGOdB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO <i>[assinatura]</i>	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>[assinatura]</i>	2. INÁCIO ARRUDA <i>[assinatura]</i>
EDUARDO SUPLICY <i>[assinatura]</i>	3. CÉSAR BORGES <i>[assinatura]</i>
ALOIZIO MERCADANTE <i>[assinatura]</i>	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI <i>[assinatura]</i>	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>[assinatura]</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>[assinatura]</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA <i>[assinatura]</i>	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>[assinatura]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES <i>[assinatura]</i>	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[assinatura]</i>	1. ELISEU RESENDE <i>[assinatura]</i>
MARCO MACIEL ¹ (Presidente) <i>[assinatura]</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>[assinatura]</i>	4. ALVARO DIAS ⁴ <i>[assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	5. VIRGINIO DE CARVALHO <i>[assinatura]</i>
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[assinatura]</i>	6. FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>[assinatura]</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>[assinatura]</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>[assinatura]</i>	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES (Relator "ad hoc") <i>[assinatura]</i>	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 01/04/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 217, DE 2006

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS S HESSARENKO	X				1 - JOAO RIBEIRO				
SIBA MACHADO	X				2 - INACIO ARRUDA	X			
EDUARDO SUPLICY	X				3 - CESAR BORGES	X			
ALOIZIO MERCADANTE					4 - MARCELO CRIVELLA				
IDELI SALVATTI					5 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - JOSÉ NERY (PSOL)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS	X				1 - ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCA					3 - LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA LIMA					4 - VALDIR RAUPP				
VALTER PEREIRA					5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA					1 - ELISEU RESENDE	X			
MARCO MACIEL (<i>absente</i>)					2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES					3 - JOSÉ AGRIPINO				
KÁTIA ABREU					4 - ALVARO DIAS	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5 - VIRGINIO DE CARVALHO	X			
ARTHUR VIRGÍLIO					6 - FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					7 - JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VANIA					8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI					9 - MARIO COUTO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EPITÁCIO CAFETEIRA	X				1 - MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PÉRES (<i>absente</i>)	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: *Senador Marco Maciel* PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 02 104 12008

Senador MARCO MACIEL
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
U:\CCJ\2007\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 01/04/2008)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

Emenda nº 1 - CCI
 PROPOSIÇÃO: PLS Nº 117, DE 2006

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PSC, PPB, PPS, PEB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PSC, PPB, PPS, PEB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERY S L HESSARENKO	X				1 - JOÃO RIBEIRO				
SIBÁ MACHADO	X				2 - INÁCIO ARRUDA	X			
EDUARDO SUPLYCY	X				3 - CÉSAR BORGES	X			
ALOIZIO MERCADANTE					4 - MARCELO CRIVELLA				
IDELI SALVATI					5 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - JOSÉ NERY (PSOL)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS	X				1 - ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCA					3 - LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA LIMA					4 - VALDIR RAUPP				
VALTER PEREIRA					5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM, PPSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM, PPSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA					1 - ELISEU RESENDE	X			
MARCO MACIEL (PDS/PR)					2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES					3 - JOSÉ AGRIPINO				
KÁTIA ABREU					4 - ALVARO DIAS	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5 - VIRGINIO DE CARVALHO	X			
ARTHUR VIRGÍLIO					6 - FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					7 - JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA					8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI					9 - MÁRIO COUTO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EPITÁCIO CAFETEIRA	X				1 - MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES (PDS/PP)	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE 1
 Senador MARCO MACIEL
 Presidente

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/04/2008

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
 U:\CCJ\2007\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 01/04/2008)

TEXTO FINAL

DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2006, NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA QUE:

Altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 83.

§ 3º Serão instaladas salas de aulas destinadas a cursos do ensino básico e profissionalizante.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 2 de abril de 2008. – **Marco Maciel**, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000)

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Vide texto compilado

Código Penal.

Direitos do preso

Art. 38. O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os pareceres lidos vão à publicação.

Sobre mesa ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 19/08-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, de 2008

Assunto: Decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2006, que “Altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios”, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com referência ao ofício lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2006, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 235, II, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 124, de 2007, 16 e 17, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Teleco-

municações), 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei da Concessão de Serviço Público), e 8.977, de 6 de janeiro de 1995, para conceder direito à compensação, no prazo de quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços que disciplinam.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência recebeu o Ofício nº 265, de 2008, da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga - SP, encaminhando manifestação de apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2008.

O expediente será juntado ao processado da referida matéria, que retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência recebeu o Ofício nº 17, de 2008, da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares, encaminhando manifestação de apoio à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2007.

O expediente será juntado ao processado da referida matéria, que aguarda inclusão em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2008

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para o fim de tomar obrigatória a nomeação de candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas e no prazo de validade do certame.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3.º:

Art. 12.
.....

§ 3º No prazo de validade do concurso, o candidato aprovado dentro do número de vagas previstas no edital têm direito à nomeação e à posse.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Superior Tribunal de Justiça publicou acórdão no Diário da Justiça do dia 3 de março de 2008 referente ao Recurso em Mandado de Segurança nº 20.718-SP, assim ementado:

“Em conformidade com a jurisprudência pacífica desta Corte, o candidato aprovado em concurso público, dentro de número de vagas previstas no edital, possui direito líquido e certo à nomeação e à posse.

A partir da veiculação, pelo instrumento convocatório da necessidade de a Administração prover determinado número de vagas, a nomeação e a posse, que seriam, em princípio, atos discricionários, de acordo com necessidade do serviço público, tomam-se vinculados, gerando, em contrapartida, direito subjetivo para o candidato aprovado dentro do número de vagas previstas em edital.

Precedentes.”

A tese de que os candidatos aprovados em concurso público têm apenas expectativa de direito à nomeação e à posse vem sendo superada pelo Poder Judiciário, como é exemplo significativo o acórdão supramencionado.

É que a legislação também tem evoluído, dando novo sentido e alcance aos contornos jurídicos que informam o tema. De fato, a própria Constituição Federal estatui que é da competência privativa do Chefe do Poder Executivo a iniciativa das leis sobre a criação de cargos públicos (alínea **a** do inciso II do § 1º do art. 61), sendo diversas e peremptórias as restrições previstas na legislação infraconstitucional, a exemplo do que se contém na Lei nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), notadamente com relação às despesas de caráter continuado, como é o caso de que se cogita.

Então é de se supor que a criação de cargos públicos é feita em razão da necessidade do serviço público, levando-se em conta também os indispensáveis estudos quanto à estimativa do impacto orçamentário e financeiro que a medida acarreta. E mesmo a existência de cargos vagos pressupõe a idéia que a Administração irá supri-los, do contrário proporia sua extinção pura e simples.

Além disso, há a exigência de publicação do edital do concurso no **Diário Oficial** e em jornal diário de grande circulação, tudo isso fazendo crer que a oferta de certo número de vagas é feita com vistas ao seu preenchimento, dentro do prazo de validade do concurso que, hoje em dia, pode chegar a quatro anos.

Com base em tais premissas, os candidatos investem muito do seu tempo preparando-se para o certame, ao custo de elevados financeiros que são pagos aos cursos preparatórios, acreditando que a promessa do Poder Público é séria e que será cumprida.

Por todas essas razões e fundamentos é que pretendemos, com esta iniciativa, inscrever no contexto jurídico pátrio norma que preveja a obrigatoriedade da nomeação e posse dos candidatos aprovados em concursos públicos dentro do número de vagas e no prazo de validade do certame, na mesma linha de pensamento esposada pelo Poder Judiciário.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2008. – Senador **Mão Santa**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O projeto lido vai à Comissão competente.

Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 502, DE 2008

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitado, ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre o quantitativo de servidores e militares ativos e inativos e instituidores de pensão dos ex-Territórios Federais de Roraima e do Amapá, discriminados por lotação e por carreira ou categoria funcional.

Justificação

A situação dos servidores dos ex-Territórios é matéria de grande importância para o Governo e a sociedade dos Estados deles originados, cujo acompanhamento se impõe não apenas aos senadores representantes daquelas unidades da Federação como a toda a Casa.

Assim, para que possamos exercer essa função, estamos apresentando o presente requerimento de informações ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de obter dados sobre o quantitativo de servidores e militares ativos e inativos e instituidores de pensão dos ex-Territórios Federais de Roraima e do Amapá, discriminados por lotação e por carreira ou categoria funcional.

Sala das Sessões de abril de 2008. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento lido vai à Mesa para decisão, nos termos regimentais.

Sobre a mesa ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 22/2008/CAE

Brasília, 15 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ordinária, realizada em 15 de abril do corrente, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus membros, através do OF. CAE nº 9/2008-Circular, a Mensagem nº 90 – Mensagem nº 52/08, de 5 de março de 2008, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de janeiro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF. Nº 61/2008/CAE

Brasília, 15 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ordinária, realizada em 15 de abril do corrente, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus membros, através do OF. CAE nº 9/2008-Circular, a Mensagem nº 157 – Mensagem nº 63/08, de 4 de abril de 2008, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de janeiro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os **Ofícios nºs 22 e 61, de 2008**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, juntados aos processados das Mensagens nºs 52 e 63, de 2008, a que se referem, respectivamente, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 23/2008/CAE

Brasília, 15 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ordinária, realizada em 15 de abril do corrente, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus membros, através do OF. CAE nº 9/2008 – Circular, Ofício nº 36/GAB/GOV (PRS nº 93, de 2007), de 12 de fevereiro de 2008, do Governo do Estado de Rondônia, comunicando que, apesar da promulgação da Resolução do Senado Federal nº 34, de 2007, que suspende os pagamentos das prestações da dívida do Banco do Estado de Rondônia – BERON, o Banco do Brasil continua descontando as parcelas referentes ao pagamento da dívida.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
O **Ofício nº 23, de 2008**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, juntado ao processado do Projeto de Resolução nº 93, de 2007, a que se refere, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 35/08-GLPSDB

Brasília, 17 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito o desligamento dos Senadores Alvaro Dias e João Tenório da condição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa, PMDB – PI) –
O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. PSDB Nº 434/2008

Brasília, 24 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Bruno Araújo e Waldir Neves em substituição aos Deputados Bonifácio de Andrada e Jutahy Junior, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Respeitosamente, – Deputado **José Aníbal**, Líder do PSDB.

OF. PSDB Nº 435/2008

Brasília, 24 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Claudio Diaz e Urzeni Rocha em substituição aos deputados Félix Mendonça (DEM – BA) e José Mendonça Bezerra (DEM – PE), como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Respeitosamente, – Deputado **José Aníbal**, Líder do PSDB.

OF. PSDB Nº 443/2008

Brasília, 24 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Alfredo Kaefer e Raimundo Gomes de Matos, como membros titulares, em substituição aos Deputados Claudio Diaz e Waldir Neves, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Respeitosamente, – Deputado **José Aníbal**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Serão feitas as substituições solicitadas.

Hoje é sexta-feira, dia 25 de abril. São 9h06min. Sessão não deliberativa do Senado da República do Brasil, coordenada pela nossa Secretária Executiva, Drª Claudia Lyra, e os Drs. José Roberto e João Pedro. Declaro aberta a sessão, sob as bênçãos de Deus.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito representa o grandioso Estado do Rio Grande do Sul. É o Senador Sérgio Zambiasi, do Partido Trabalhista Brasileiro, fundado por Getúlio Dornelles Vargas, gaúcho como S. Exª, bravo também.

O Senador Sérgio Zambiasi, além de representar o Partido Trabalhista Brasileiro pelo Rio Grande do Sul, representa a classe da imprensa falada e escrita do nosso Brasil.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada pelo registro, prezado Senador Mão Santa.

Falando em imprensa falada e escrita, o tema não faz parte do meu pronunciamento de hoje, mas, apenas pegando uma carona na abertura dos seus trabalhos, eu quero registrar, com muita alegria, que um dos mais tradicionais veículos de comunicação, que é a Rádio Guaíba, uma das mais importantes emissoras do Estado do Rio Grande do Sul está completando 51 anos de fundação no próximo dia 30, semana que vem. Estou inclusive apresentando aqui, com as assinaturas dos colegas Paulo Paim e Pedro Simon, um voto de congratulações pela passagem dessa data tão importante da Rádio Guaíba, que teve momentos especialíssimos na história e na vida política do Rio Grande do Sul.

Em 1958, com um pouco mais de um ano, foi a primeira emissora gaúcha a transmitir do exterior uma Copa do Mundo, o Mundial da Suécia. Em 1961, a Guaíba foi requisitada pelo então Governador Leonel Brizola para liderar a Rede da Legalidade, quando teve seus estúdios transferidos para o Palácio Piratini.

Então, estou me associando às comemorações que este mês celebram a passagem dos 51 anos da Rádio Guaíba, sob o comando, hoje, da Rede Record de Comunicação. Nós gaúchos somos muito orgulhosos do trabalho que faz a Guaíba, que, em suas ondas médias, alcança inclusive o Estado de Santa Catarina, cidades uruguaias e cidades argentinas localizadas na região da fronteira com o Brasil. É uma das pioneiras do segmento de rádio-jornalismo. A Guaíba serviu de modelo para muitas outras emissoras brasileiras que focam sua programação na transmissão de notícias e informações, razão pela qual estamos transmitindo ao seus trabalhadores, à sua direção e aos seus ouvintes as nossas congratulações por essa data importante, nós que acompanhamos o cotidiano e a evolução diária da imprensa e o seu papel importante no sentido da estabilidade democrática que o País vive.

Falei das transmissões da Rádio Guaíba, Senador Mão Santa, que ultrapassam inclusive as nossas fronteiras, e o meu pronunciamento hoje aqui trata exatamente da nossa questão de fronteiras, especialmente da questão da faixa de fronteiras. Venho trabalhando esse tema, venho trabalhando essa questão, que, infelizmente, ainda não ganhou o espaço que imagino deva ter aqui no Congresso Nacional.

O Brasil é um país continental. O Brasil tem 15,7 mil km de fronteira. Onze Estados brasileiros fazem fronteira com dez países sul-americanos. Por isso, temos realmente motivos que justificam uma análise especial,

uma atenção especial com relação às demarcações, com relação às políticas de fronteira.

Temos uma lei que, do meu ponto de vista, é antiquada, é uma lei inadequada a estes tempos. A definição da faixa de fronteira em 150 km foi feita pela Lei nº 6.634, de 1979, porém a faixa de fronteira foi estabelecida nas Constituições de 1934 e 1937, mas regride a 1860, época em que realmente – era um momento de consolidação, a demarcação era necessária – era importante que tivéssemos uma legislação específica que tratasse dessa questão. Na época, as terras que permanecessem em uma área de dez léguas – ou seja, 60 km, ou a distância atingida por um tiro de canhão –, como estava estabelecido, pertenciam ao Estado. O Estado é que deveria regular a sua utilização. Depois, em 1934, uma lei mudou a faixa de fronteira para 100 km e, posteriormente, para 150 km, em 1937.

Em 1979, a Lei nº 6.634 regulamentou a utilização dessa faixa. Segundo suas exposições, depende do assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional a prática de atos como a construção de estradas nessa longa faixa de 150 km. Para se ter uma idéia, metade do Rio Grande do Sul, que faz fronteira com a Argentina e com o Uruguai, permanece nessa faixa considerada de fronteira, independentemente de cultura, visão e diferenças regionais.

Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a, que é do Estado de Roraima, está lutando pela causa da demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol, que fica exatamente na faixa de fronteira com a Venezuela. Fico me perguntando, com essa demarcação da área indígena, que utiliza a faixa de fronteira junto à Venezuela e o seu Estado de Roraima, como fica agora, então, a lei da faixa de fronteira. Que tipo de normatização deverá regulá-la? Não conheço as normas, não conheço exatamente os procedimentos, mas é como se fosse uma nação indígena. Serão leis próprias? A Constituição brasileira continua vigorando dentro da área indígena? Como funciona? A faixa de 150 km, Senador Mozarildo Cavalcanti, obedece a normas e determinações especiais. A demarcação não estaria conflitando com a lei de fronteiras?

Apresentei uma PEC, Senador Mozarildo, reduzindo para 150 km a faixa de fronteira e, acima de tudo, tentando provocar uma discussão ampla e democrática sobre a lei de fronteiras.

Na minha opinião, deveríamos ter uma lei específica para as cidades da linha de fronteira, linha que divide cidades-gêmeas, cidades-irmãs, municípios-irmãos, municípios de países vizinhos. Há inúmeros desses casos no Rio Grande do Sul: Uruguiana com Libres, Livramento com Rivera, Chuí com Chuy, apenas para dar três exemplos clássicos do Rio Grande

do Sul; são cidades irmãs, cidades fronteiriças entre o Uruguai e a Argentina.

Para a linha de fronteira, sim, devemos ter uma legislação especial, alguma atenção especial para o seu desenvolvimento, já que ali as comunidades são irmãs realmente, convivem fraternalmente, e as próprias famílias – brasileiras e argentinas ou brasileiras e uruguaias – acabam se confundindo, casando, convivendo e investindo entre si, fazendo ali os seus investimentos.

Então, ao recebê-lo aqui nesta manhã no Congresso Nacional, com a alegria de vê-lo como companheiro do PTB, uma das vozes que alertam o Brasil com relação à questão da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, questiono-me como fica a lei da faixa de fronteira naquela região em vista dessa demarcação, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Sérgio Zambiasi, quero dizer da minha felicidade de ouvir V. Ex^a hoje abordando um tema tão importante para o interesse nacional. Lamentavelmente, não só o Poder Executivo, mas a população de modo geral e os órgãos públicos fazem vista grossa ou desconhecem completamente a importância dessa questão. Hoje, como está, os 150 km da faixa de fronteira são área da União. Tudo o que se for fazer ali tem de passar por uma autorização da União. No entanto, as demarcações das terras indígenas estão sendo feitas a partir da linha de fronteira. No meu Estado, nós temos, de um lado, do lado oeste, a reserva ianomâmi, que foi resultado da fusão de várias outras pequenas reservas numa só, com mais de quatro milhões de hectares; ela vai até o Estado do Amazonas, também na linha de fronteira, entrando por quase a metade do Estado; do outro lado, temos agora a reserva Raposa Serra do Sol, e já estão prevendo uma outra reserva, chamada Anaro, que vai se juntar com a Raposa Serra do Sol, a São Marcos e a ianomâmi, e toda a fronteira do Estado de Roraima com a Venezuela e com a Guiana será de reservas indígenas. Então, apresentamos aqui, primeiramente, uma emenda constitucional regulamentando a demarcação de terras indígenas; depois, uma comissão externa do Senado propôs que fosse ouvido o Conselho de Defesa Nacional. A emenda constitucional de V. Ex^a, reduzindo para 50 km, é muito importante, porque a realidade da faixa de fronteira no seu Estado, no sul do Brasil, é uma, e a realidade da faixa de fronteira na Amazônia é outra. Inclusive há uma questão de segurança e de defesa nacional na região que hoje compreende a fronteira com vários países de toda a região, desde a Guiana Francesa, o Suriname, a ex-Guiana Inglesa, a Venezuela, a Colômbia, países que têm conflitos, países que têm problemas de nar-

cotráfico, de contrabando de drogas. Nós precisamos realmente fazer uma revisão dessa faixa de fronteira e, principalmente, fazer uma regulamentação adequada para que se possam desenvolver os Estados, tanto os da região amazônica, que necessitam desse desenvolvimento, quanto os da região de V. Ex^a, que precisa de uma flexibilidade maior dentro de uma realidade que é irrefutável: a integração entre o Rio Grande do Sul e os países vizinhos. Então, associe-me à idéia de V. Ex^a. Quando fui constituinte, tentei fazer algumas mudanças nessa questão e incluir algum tipo de regulamentação; mas não foi possível. Acho que agora é chegado o momento. V. Ex^a pode contar comigo. Realmente essa questão é do maior interesse, não só do seu e do meu Estado, mas da Nação.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Estou me debruçando sobre a questão da faixa de fronteira e percebo que, se não olharmos inclusive as diferenças regionais, não vamos conseguir alcançar a adequação necessária para que vivamos esta nova realidade, uma realidade de integração regional. Estamos fortalecendo o Mercosul, estamos caminhando para um grande bloco continental, ultrapassando os países associados plenos do Mercosul, que são o Paraguai, o Uruguai, a Argentina, o Brasil e, agora, a Venezuela, e buscando o Chile e a Bolívia, que são os países associados mais antigos. Mas é bom lembrar que todos os demais países, à exceção das Guianas e do Suriname, são associados do Mercosul.

Então, realmente temos que trazer esse tema para esta ampla discussão no âmbito do Congresso Nacional. As diferenças regionais são mesmo muito interessantes. Na medida em que trago para cá a discussão da faixa de fronteira, a redução para 50 km, que recebo manifestações de todas as entidades da linha de fronteira do Rio Grande do Sul, pedindo que se reduza ainda mais para 10 km a faixa de fronteira. Então, percebemos que temos de passar a discutir a questão dos Municípios de linha de fronteira.

Fui ao Ministério da Integração Nacional para saber o volume de investimentos que esse Ministério tem para fazer nesses Municípios de faixa de fronteira: R\$160 milhões. Esse é o orçamento, incluindo emendas parlamentares. Ora, R\$160 milhões para uma faixa de 150 km contínua de 15.700 km é um país, Senador Mozarildo, maior que a Argentina e um pouco menor que o México – do tamanho da Espanha, mais ou menos -, administrado por um gabinete da Presidência da República e com algumas verbas do Ministério da Integração. Quinhentos e oitenta e oito Municípios estão nessa faixa de 150 km em todo o Brasil, com enormes dificuldades de desenvolvimento.

Recebo aqui dos Deputados Paulo Odone, Marco Peixoto e Adolfo Brito, da Assembléia do Rio Grande do Sul, manifestações especialmente da União dos Legislativos da Fronteira Oeste, que fizeram inúmeras reuniões, inúmeras discussões, alertando para a dificuldade de desenvolvimento regional, especialmente a mesorregião da fronteira sul do Brasil, de que ali estão cerca de cem Municípios que exigem mais investimento.

Senador Mozarildo e Senador Mão Santa, eu fiz um levantamento da questão das migrações na nossa região de fronteira.

É interessante verificar, por exemplo, que o Município de Uruguaiana, conforme projeção da Fundação de Economia e Estatística, órgão do Estado do Rio Grande do Sul, previa para 2006 um total de 133 mil habitantes para o Município de Uruguaiana. A pesquisa do IBGE de abril de 2007 nos dá 123 mil habitantes, dez mil a menos, um ano depois. Ora, é evidente o fator migratório, já que não há estímulos ao seu desenvolvimento, lamentavelmente.

Para o Município de Jaguarão, a previsão da Fundação de Economia e Estatística para 2006: 31 mil habitantes; pesquisa do IBGE em 2007: 27.900 habitantes. E assim vai.

Santana do Livramento, lá na fronteira com Rivera, no Uruguai, previsão da Fundação de Economia e Estatística para 2006: 94 mil habitantes; pesquisa do IBGE em 2007: 83 mil habitantes, 11 mil a menos.

São fatores que nos chamam a atenção para a necessidade de promovermos uma pesquisa e um investimento especial voltado com essa preocupação.

O que nos pede, Senador Mão Santa, a Confederação Nacional dos Municípios, que, semana passada, trouxe cerca de quatro mil prefeitos de todo o Brasil a Brasília para discutir suas questões?

A Confederação colocou a fronteira em debate, promoveu encontros de Municípios de fronteira. Entre muitas sugestões que apresentou, propõe a discussão de soluções para o êxodo que afeta os Municípios de fronteira:

- a possibilidade de que se criem incentivos e abonos para profissionais que trabalham na região;

- permitir que empresas estrangeiras se instalem nas regiões de fronteira – o que vai de encontro ao que estabelece a Lei nº 6.634, de 1979; essa Lei coloca uma série de restrições à compra de terrenos, à instalação e à estruturação interna de pessoal dirigidas às empresas internacionais; os Municípios acreditam que essas medidas prejudicam o desenvolvimento econômico local, impedindo

a geração de empregos e a movimentação de divisas, que poderiam encadear uma série de melhorias às comunidades de fronteira.

- reavaliação dos Municípios que fazem parte da faixa de fronteira – isso é importante -, pois há grandes distinções entre os Municípios de linha de fronteira e aqueles que estão somente na faixa de fronteira. Não dá para imaginar que um Município que esteja lá no limite interno da faixa de fronteira, nos 150 km, tenha as mesmas vocações daquele que está na linha de fronteira. Por isso, chamo a atenção da Casa, do Governo, para que possamos finalmente discutir essa questão.

O Brasil é um dos países com maior fronteira do mundo. Quanto às áreas de fronteira, temos leis restritivas, leis impeditivas, leis que não respeitam as desigualdades regionais, as diferenças regionais, leis únicas, que consideram a fronteira do Rio Grande do Sul da mesma forma como consideram a fronteira lá de Roraima, do nosso Senador Mozarildo Cavalcanti, com a sua demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol; não há nenhuma diferença, nenhum diferencial. Pois bem, de um lado, temos essas leis que colocam tantas restrições a investimentos; do outro lado, percebemos, por exemplo, a nossa faixa litorânea, o litoral brasileiro, especialmente o litoral do Nordeste brasileiro, onde a compra por empresas estrangeiras é livre. Há Estados – li em algumas reportagens – cujo litoral está todo em mãos de imobiliárias espanholas, portuguesas, americanas. Isso pode. Agora, investimento em áreas de fronteira não, aí não pode. Como se ainda vivêssemos os tempos da guerra fria – especialmente com a Argentina, porque foi o único país que esteve, em algum momento, com algum tensionamento com o Brasil, depois da questão paraguaia. Ontem, o Senador Mão Santa fazia uma retratação dos muitos crimes que se cometeram, cinco países contra... A Tríplice Aliança contra López. Enfim, isso merece um estudo especial. Confesso que ainda não estou completamente convencido, porque há poucos registros.

O Senado publicou aqui um livro, e eu tive o privilégio de assinar a apresentação, *Lembranças da Guerra do Paraguai*, escrita por um ex-soldado, retratando exatamente a época em que participaram nordestinos e gaúchos. Os gaúchos, vindos da Guerra dos Farrapos, depois de ficarem dez anos peleando contra a Federação brasileira, foram chamados para lutar na Guerra do Paraguai, juntando-se aos nordestinos e ali enfrentando aquela situação. Então, acho que esse é outro fator que merece...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a é um dos líderes – e a quem sou favorável – do

Parlamento do Mercosul. V. Ex^a, quando visitar Assunção, vá a um museu e encontrará em cartolina, escrito com pincel atômico, a história contada por ele, o início da industrialização têxtil que afetou o capitalismo, que é um poder perverso dos ingleses. E eles deram dinheiro a nós, aos uruguaios e aos argentinos, com apoio também de Portugal, que era subalterno à Inglaterra, economicamente, com medo dos franceses. E nós fizemos aquele massacre no Paraguai. Acho que V. Ex^a, que nos representa bem no Parlamento do Mercosul, devia anteceder o Presidente da República e pedir perdão.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Os índios guaranis, lá na Palmeira das Missões, lá nas nossas Missões, enfrentaram situação semelhante, Senador Mão Santa, com o nosso herói Sepetiaraju, que, nas missões jesuíticas, foi derrotado pelos impérios da Espanha e de Portugal. Esses impérios se uniram. Lutavam entre si, mas, para derrotar aqueles heróis guaranis naquelas missões jesuíticas, uniram as duas forças para massacrar, à época, naquelas planícies, cerca de 20 mil índios. Então, infelizmente a História denuncia esses verdadeiros massacres ocorridos em épocas passadas.

Mas nós vivemos outros tempos. Os nossos tempos são de integração. O Mercosul é esse instrumento, e o Parlamento do Mercosul é essa tribuna de aproximação. Nós estamos falando em moeda única da América do Sul ou do Mercosul. Nós estamos falando de carteiras de fronteira, Senador Mão Santa, para os brasileiros que estão até 25 km dentro dos países do Mercosul, seja no Paraguai, seja na Argentina, seja no Uruguai, seja na Venezuela, que queremos ver integrada ao Mercosul, independentemente do Chávez, porque os acordos são com os países, e não com os seus governantes. E nós temos que olhar com esta visão: Chávez vai passar, a Venezuela vai continuar. E – quem sabe? – teremos logo a Bolívia como sócio pleno e, ali à frente, os demais países: o Chile, a Colômbia, o Equador.

Por isso eu defendo, dentro do Mercosul, a criação do Conselho de Segurança Sul-Americano, para que nós tenhamos aqui uma forma de resolver nossos próprios conflitos, sem termos de buscar a tutela de países europeus ou então de outras Nações. Nós temos maturidade suficiente para encontrar soluções internas. Entendo que a sugestão do Ministro Jobim e do Presidente Lula de criarmos um Conselho de Segurança Sul-Americano será bem-vinda.

Enfim, nós vivemos tempos de integração, de aproximação. E, quando nós ainda conservamos leis restritivas de convívio nas faixas de fronteira, nós estamos dificul-

tando esse sonho da união dos povos sul-americanos. Esse eu acho que é o grande sonho de todos nós.

Eu quero dizer, para completar, Sr. Presidente, agradecendo a generosidade do tempo que V. Ex^a está me concedendo, que a nova realidade da integração entre países, que tem ido muito além da formação de blocos econômicos, como podemos ver pelo exemplo da União Européia, impõe uma nova concepção de fronteiras. As fronteiras devem hoje servir mais ao propósito de aproximar e integrar do que de separar. A integração, seja ela econômica, seja cultural, torna-se particularmente desejável e mesmo imperiosa para países vizinhos que já mantêm, há muito, relações comerciais e apresentam semelhanças em sua formação histórico-cultural.

Há outra razão das mais incontestáveis para que seja diminuída a extensão da faixa de fronteira. Não é admissível, na verdade, que ocorra o engessamento econômico de tal porção do nosso território, particularmente importante para os Estados que não dispõem de vasta extensão territorial. Volto a insistir: uma extensão que é maior do que um país, a Argentina, um pouco menor do que o México ou do tamanho da Espanha, que passa pela administração de um gabinete – essa extensão enorme, com quase 600 Municípios e um orçamento de R\$160 milhões, o que não dá R\$300 mil para se investir por Município. Como é que se pode promover desenvolvimento numa situação dessas?

Acho extremamente importante que a gente reflita, debata. Essa não é uma condição definitiva, nem pode ser, nem será, mas temos que, definitivamente, sim, trazer à luz a questão de fronteiras brasileiras. As fronteiras brasileiras devem estar na ordem do dia do Congresso Nacional. Temos que passar a nos olhar como um País que faz fronteira com quase toda a América do Sul, com dez países sul-americanos em 11 Estados brasileiros.

Eu sou de um Estado fronteiro, uma das mais desenvolvidas fronteiras que o Brasil possui, exatamente com o Uruguai e com a Argentina. Conheço e sei do convívio harmônico e especialíssimo daqueles povos, mas entendo que não podemos, em tempos de hoje, viver uma legislação que iniciou em 1860, foi ampliada em 1934, novamente ampliada em 1937 e recebeu uma regulamentação, que me parece sem qualquer visão mais aprofundada, em 1980. É hora de a gente rever essa questão para ampliar o conceito da grande pátria sul-americana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a foi muito feliz, e V. Ex^a é feliz quando exercita esse mandato em benefício da consolidação do Parlamento

do Mercosul. Albert Einstein disse que a paz será conseguida, não pela força, mas pelo entendimento.

E eu vejo nascer esse entendimento por meio do Parlamento do Mercosul, com o qual V. Ex^a tem se identificado. É uma continuação da visão de Pedro Simon, que, quando governou o seu Estado, começou a sonhá-lo. O nosso Presidente Sarney deu um avanço, e V. Ex^a está efetivamente... Basta vermos a Europa: Arrasada após guerra, ela está bem fortalecida com a União Européia. E nós cremos muito mais na união dos países da América Latina, porque já é um desejo histórico desde Simón Bolívar.

Convidamos para usar da palavra o Senador que representa o Estado de Roraima, do Partido Trabalhista Brasileiro, Mozarildo Cavalcanti. Foi o primeiro Senador que alertou o País para a malversação de recursos das ONGs. Foi o primeiro Senador a se preocupar com as fronteiras do seu Estado. Advirto a V. Ex^a que a preocupação deve ser muito maior agora. Ouvimos o Senador Zambiasi. E o Brasil tem quatro Exércitos: primeiro, segundo, terceiro e quarto. O segundo Exército, que é o da fronteira do Rio Grande do Sul, é o mais poderoso, e Zambiasi mostrou preocupações. E V. Ex^a, com muito mais motivo. Uma fronteira ampla, uma fronteira complicada, porque é território amazônico, uma fronteira que une guianas de vários países, uma fronteira com a Venezuela, do Chávez, uma fronteira com as Farc – e há indícios de penetração no Brasil, aproveitando-se da etnia indígena, dando uma fronteira de continuidade, que fez despertar um dos mais brilhantes oficiais do nosso Exército. As suas preocupações, ele apenas externou, como brasileiro, como militar responsável. Mas entendo que Sua Excelência o Presidente da República não deve interferir lá no Judiciário. É feio! Acabou o absolutismo. Houve a tripartição de Poderes. O Judiciário não deve receber interferência, deve ser “equipotente”, igualitário.

V. Ex^a, Presidente Luiz Inácio, deve convidar Mozarildo Cavalcanti, que mais conhece o problema.

Franklin Delano Roosevelt, Presidente Luiz Inácio, que governou os Estados Unidos por quatro vezes – o Vice-Presidente de V. Ex^a disse que foi por três, mas foi por quatro, no período de guerra –, ele disse uma frase muito importante, Presidente Luiz Inácio. Ele disse: “Toda pessoa que eu vejo é superior em determinado assunto a mim, e eu procuro aprender nesse particular”.

E ninguém aqui no Senado, no Poder Legislativo, no Executivo, entende mais de Roraima do que esse extraordinário Senador que é Mozarildo Cavalcanti.

E quero dizer por que estou fazendo essa preleção, porque soma. Outro dia, viajando em um avião, eu vi como V. Ex^a é acreditado. Disseram-me: “Olha,

você está com Mozarildo!”. “Eu estou mesmo”. Então vou ganhar mais abraços do povo de Roraima, porque aquela fronteira é complicada. Naquela fronteira, há as Farc. Nós sabemos que Uribe está endurecendo o jogo – e deve endurecer. Então, as Farc vão invadir o Brasil se não houver o alerta de Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, fico muito lisonjeado com as palavras de V. Ex^a.

Quero dizer que, neste Brasil de hoje, pessoas que se preocupam com o patriotismo, com o nacionalismo, com a integridade territorial do País, com a soberania da Nação sobre as suas terras, sobre as suas riquezas, têm escasseado muito – têm escasseado muito! –, talvez porque os próprios dirigentes do País não têm levado a sério essa questão, não têm se preocupado em cuidar, sequer, da herança que os portugueses deixaram quando nós fizemos a independência do Brasil.

Está claro que D. João VI, quando veio para cá, digamos assim, tangido, praticamente, por Napoleão, veio com o desejo de fazer desta colônia, que era o Brasil da época, um país. E fez. Fez mesmo, porque implantou as primeiras providências para tornar o Brasil, realmente, um país. Quando foi embora e deixou aqui o seu filho, nós já tínhamos, então, uma fronteira que foi se consolidando, inclusive na Amazônia. Quer dizer, o Barão do Rio Branco teve um trabalho imenso de saber, com diplomacia – eu não diria diplomacia impositiva, mas altiva –, não ceder às pressões que, de todos os lados, sofria. A Inglaterra tinha a Guiana Inglesa. Nós perdemos um pedaço do Brasil para a Inglaterra naquela época, mas soubemos negociar com a Espanha e com os outros países que já tinham independência para conseguir fazer com que o Brasil tivesse um contorno geográfico perfeito.

Muito bem. Essas fronteiras estabelecidas, que foram sendo ocupadas, espontaneamente algumas delas, algumas outras por ações do Governo, como foi o caso dos soldados da borracha, principalmente no Acre. E é importante que tenhamos uma consciência de que temos o dever cívico de manter essas fronteiras. E mantê-las íntegras, mantê-las brasileiras.

No entanto, por questões ideológicas, por questões de uma visão ultrapassada, está-se tratando as fronteiras do Brasil como se elas não fossem importantes para o País.

Vim ontem do meu Estado numa missão do Senado por indicação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aliás a quarta viagem que faço com este objetivo, Senador Mão Santa. A primeira foi antes da demarcação da tal reserva indígena Rapo-

sa Serra do Sol, pretensão mentirosa essa, desde o nome, porque Serra do Sol é lá no extremo norte do Estado, encaixado dentro da Venezuela, e a Raposa é lá embaixo, próxima da fronteira com a Guiana. São 140 quilômetros de distância uma da outra. Demarcou-se primeiro a reserva indígena da Serra do Sol e, depois, a reserva indígena da Raposa. Aí, através de uma maquinação promovida principalmente pelo Conselho Indigenista Missionário, um órgão da Igreja Católica que criou lá em Roraima o Conselho Indígena de Roraima. No modelo do sistema da Inquisição de antigamente, começou-se a rotular: fazendeiro era herege, garimpeiro tinha pacto com o diabo. Todo trabalhador brasileiro que estava lá tinha que ser expulso de lá. Esse trabalho foi sendo feito adrede. A Igreja Católica tinha, lá na região, mais precisamente na cidade do Surumu, um hospital e uma escola, inclusive com internato, e portanto, na aparência de fazer o bem, foi conquistando a simpatia não só dos índios, mas também dos moradores não-índios daquela região. Os então criadores, os pecuaristas de lá, a cada festa de São José, que era o padroeiro da Vila do Surumu, doavam gado, doavam dinheiro para manter as obras sociais da Igreja Católica lá em Roraima. Eu, como médico, Senador Mão Santa – e V. Ex^a é médico também –, fui inúmeras vezes àquela cidade e àquela região toda, atender aos índios e aos não-índios, fiz inúmeros partos. Inclusive muitos índios têm o meu nome em homenagem, justamente, ao trabalho que eu fiz. Tem até um tuchawa de uma comunidade que tem o meu nome.

Por aí se vê que a Igreja Católica fez um trabalho de dissuasão, de propaganda silenciosa. Ela conhece mais do que ninguém a situação dos índios, pois, quando chegou lá, já existiam moradores não-índios, existiam não-índios casados com índias. A índia mais velha hoje viva naquela região era casada com um não índio. Os seus cerca de dez filhos são o quê? Brancos ou índios, Senador Mão Santa? Como fazer o DNA desses filhos? Eles são o quê? Vamos chamar de mestiços? E os que são mestiços? São brasileiros?

Agora, o que o Governo Lula está fazendo? Colocou a Polícia Federal lá, cerca de mais de 300 homens, armados até os dentes, para expulsar de lá, quem? Narcotraficantes, bandidos, contrabandistas? Não, cidadãos ordeiros, funcionários públicos, pequenos criadores, porque estão em terra que inventaram depois ser terra indígena. Foram expandindo essas áreas, que eram primeiro da Serra do Sol e da Raposa, e fizeram uma área só. Que área é, Senador Mão Santa? Um milhão e setecentos mil hectares. Onde? Na fronteira da Venezuela com a Guiana. E o que tem entre a Guiana e a Venezuela? Uma briga secular, porque, ao contrário do Brasil, que aceitou ceder um

pedaço da sua terra para a Inglaterra, para fazer um limite de acordo, a Inglaterra nunca aceitou. E tem quase dois terços do território da Guiana que a Venezuela chama de Zona de Reclamação. E ela já formalizou isso em todos os organismos internacionais, inclusive na ONU, há décadas.

Portanto, se amanhã o Presidente Chávez resolver invadir aquela região e disser que é da Venezuela, não será decadência do Presidente Chávez, não. Está lá no mapa. E o Brasil, o que ele está fazendo naquela região? Está desocupando a região, está retirando quatro pequenas cidades: Mutum, na linha de fronteira com a Guiana; Socó e Água Fria, também na faixa de fronteira; e Surumu, todas dentro da faixa de fronteiras. Está retirando cidades, desmanchando cidades. Para quê? Para atender apenas a um grupo de índios, porque aqueles índios lá são divididos em várias etnias que não pensam igual, que não agem igual, que têm religiões diferentes.

Por exemplo, o índios do CIR – Conselho Indígena de Roraima, são católicos. Os índios de outras entidades – e vou citar apenas algumas, como a Sodiurr, a Alidecir e a Arikon – não são católicos. São evangélicos. Os índios Ingaricós, ao norte da Reserva Serra do Sol, não são católicos ou evangélicos. Têm uma religião própria. Então, como dizer que tudo é a mesma coisa, Senador Mão Santa? Nem os índios são a mesma coisa! E os descendentes dos índios, que estão lá há várias gerações? Avô, bisavô, netos estão lá.

Estive lá agora. Cheguei ontem, Senador Mão Santa. Estou com o coração partido de ver uma vila como aquela de Surumu – e fui lá inúmeras vezes, como médico, atender – ocupada militarmente por policiais da Polícia Federal e da Força Nacional armados até os dentes, atendendo mal até a mim. Não foram corteses nem sequer comigo, como Senador, como representante do Senado Federal! Falaram de maneira fria e até diria um pouco deselegante.

O que o Presidente Lula está fazendo com a nossa Polícia Federal, que reputo uma das instituições mais importantes para o País? Sempre digo que, das instituições federais nacionais, quatro realmente são nacionalistas e patrióticas: as três Forças Armadas e a Polícia Federal. É evidente que a Polícia Federal está lá cumprindo ordens a pedido da Funai, que é um órgão também do Ministério da Justiça, por determinação do Presidente da República.

Senador Mão Santa, em 2003, tivemos uma comissão temporária externa do Senado da qual fui o Presidente, e o Relator foi o Senador Delcídio Amaral, um homem do Mato Grosso do Sul, que conhece a realidade indígena e que é do PT. Apresentamos um relatório ao Presidente Lula de como ele faria aquela

demarcação sem prejudicar ninguém, atendendo a todos, e, principalmente, além de cuidar, prioritariamente, dos seres humanos que estavam lá, estaria cuidando da soberania da nossa Nação naquela região. O Presidente recebeu esse relatório, como recebeu relatório da comissão da Câmara, da qual foi Relator o Deputado Lindberg Farias, também do PT. Portanto, o Presidente nem pode dizer que eram pessoas de outros partidos e que não pensavam como o “companheiro Lula”. Não! Ele tinha, portanto, informação e não pode dizer que não sabia dessa história. Ele sabia dessa história.

A Ministra Ellen Gracie, atendendo a uma ação minha, suspendeu a demarcação até que se julgassem as diversas ações existentes contra a demarcação, inclusive do Governo do Estado.

Pois bem, o que fez o então Ministro da Justiça do Presidente Lula, Márcio Thomaz Bastos? Como ele viu que não havia saída jurídica... Senador Mão Santa, até o laudo em que se baseou essa demarcação é falso, foi feito em cima de fraudes antropológicas, fraudes históricas, fraudes técnicas. Com base em algo fraudulento, não se pode gerar direito. E o Presidente Lula sabe disso também. Mas o que fez o Ministro Thomaz Bastos? Como ele viu que ia perder no Supremo, ele anulou a portaria que estava demarcando a área e, no mesmo dia, editou outra. Antes de publicá-la, comunicou ao Supremo que a Portaria nº 820 havia sido revogada e que outra fora baixada. Então, juridicamente, se não existia mais a Portaria nº 820, contra a qual estavam impetradas ações, perdia o objeto a questão. E, em menos de 24 horas, o Ministro Thomaz Bastos levou o decreto e o Presidente Lula assinou a demarcação fraudulenta, mentirosa, nociva aos índios, aos não-índios, ao meu Estado e ao Brasil.

Agora, o Governo do Estado está diante dessa operação chamada Upatakon 3 – portanto, a terceira missão. Sabem o que quer dizer Upatakon na língua Macuxi? Nossa terra. “Nossa” de quem? Dos índios? De quais índios? Dos Ingaricós, dos Macuxis, dos Wapixanas, dos Taurepangs? De quais índios? Dos índios do CIR, dos índios da Sodiurr, da Alidecir, da Arikon? De quais índios? Ou dos não-índios? Ou de todos os brasileiros?

Aliás, é interessante, Senador Mão Santa. O *slogan* deste Governo é o seguinte: “Brasil, um país de todos”. Ora, de todos quem? Todos todos? Índios, não-índios, negros, mulatos, mamelucos? Todos os brasileiros? Ou este é um Brasil somente de todos os “companheiros”? É preciso saber. É preciso traduzir, até porque aquela logomarca do Governo tem cores estranhas à nossa bandeira. A nossa bandeira, pelo que sei, não tem vermelho; tem? Não tem. A nossa bandeira não tem preto, tem? Não tem. Então, a logomarca

deste Governo é estranha às cores da nossa bandeira. Por isso, começo a entender que a política do Governo Lula para essa questão da Amazônia toda... Da Amazônia toda! O que acontece em Roraima acontece, em maior ou menor grau, em toda a Amazônia.

Vejamos o caso da reserva Roosevelt, lá no Estado de Rondônia. Estive lá também na comissão temporária externa. É uma reserva de diamante fabulosa, a melhor do mundo, talvez a maior do mundo. E o nome é reserva Roosevelt. Por que será, Senador Mão Santa? Porque o Presidente Roosevelt esteve lá. Por que será que ele esteve lá, Senador Mão Santa? Porque eles já sabiam que lá havia diamante. E lá, na reserva Raposa Serra do Sol, há diamante de sobra, ouro, cassiterita. Mas o mais importante são os minerais estratégicos: nióbio, urânio.

É interessante que, pelo menos no meu Estado, o mapa das reservas minerais casa exatamente com o mapa das reservas indígenas. Lá na reserva Raposa Serra do Sol existe mais minério do que índio. E dos índios que estão lá, Senador Mão Santa, a maioria não quer – desculpe o termo – essa molecagem que está sendo feita com o Estado e com aquela região.

Estive lá, conversei com todos os que ainda estão resistindo e quero denunciar aqui, aos órgãos de inteligência do Governo, já que a Polícia Federal está lá agora, já não na missão de retirar os proprietários não-índios...

E quero deixar aqui bem claro: a grande imprensa tem repetido que se trata apenas de alguns arrozeiros, meia dúzia deles que têm de sair e que são eles que estão criando a confusão. Mas não, Senador Mão Santa; são moradores das vilas, são pequenos criadores pecuaristas e agricultores. Inclusive, na nossa comissão, ressaltamos que deveriam permanecer apenas aqueles que tinham títulos anteriores a 1934, quando Roraima ainda era Estado do Amazonas.

Ocorre que o Presidente Lula e o seu autocomando não gostam de receber sugestões. Sugestão contrária ao que eles pensam é entendida como crítica feroz; sugestão diferente do que pensa o núcleo duro deste Governo soa como agressão. Não se pode pensar diferentemente do que pensa o Presidente Lula; não se pode pensar diferentemente do que pensa esse autocomando. É um autocomando que parece aquele japonês que se escondeu em uma caverna durante a 2ª Guerra Mundial, e que continuava escondido lá quando a guerra acabou; não queria sair porque disse que ainda estava em guerra. É mais ou menos assim que está pensando esse autocomando do Governo Lula. Parece que querem implantar aqui um modelo de socialismo que havia antes de a cortina de ferro cair, antes da queda do Muro de Berlim. Não se faz

um trabalho de ajuda às minorias criando lutas, ódio entre classes, criando separações dentro da sociedade, *apartheids*. Lá no caso da Raposa Serra do Sol, o *apartheid* não é mais entre índios e não-índios; será um *apartheid* intra-étnico. Ou seja, haverá um comando de um Conselho Indígena de Roraima, que é comandado pela Igreja Católica; aqui haverá um comando da Sodurr e de outras que são ligadas às igrejas evangélicas; e um terceiro comando, que é o da Raposa Serra do Sol, perto da Venezuela, que não abraça nem uma nem a outra religião.

Ora, Sr. Presidente, eu acho que o Presidente Lula tinha de pensar o seguinte: na nossa família, não criamos os filhos fazendo desunião entre eles, ressaltando que um é mais bonito ou outro é mais feio, dizendo que um é mais inteligente e o outro é mais inteligente. Ninguém cria um filho, se for casado com uma mulher morena, sendo claro, como é o meu caso, e tiver um filho mais escuro e outro mais claro, dizendo que o mais escuro é mais bonito que mais claro ou que o mais claro tem de ser mais bem tratado que o mais escuro.

O Presidente Lula pegou este País, que é um país multirracial, e o que ele está fazendo? Aprofundando as separações em vez de fazer a união de todos. É lógico que precisamos dar atenção especial aos mais fracos. Senador Mão Santa, V. Ex^a e eu somos médicos e sabemos disso. No atendimento aos pacientes, vamos dar mais atenção àqueles que estão mais graves, mais fragilizados, é evidente. Mas nem por isso podemos esquecer os outros. Não se ajuda os mais pobres eliminando aqueles que podem dar emprego a esses mais pobres.

Não vamos eliminar a pobreza do Brasil só com o Bolsa-Família, não. Então, temos de fazer um trabalho que o meu Partido prega, que o Partido de Getúlio Vargas prega, que é o trabalho, e não apenas a defesa do empregador ou a defesa do trabalhador. É fazer o diálogo entre empregador e trabalhador.

No caso do meu Estado, agora, coincidentemente, Senador Mão Santa, o Brasil está querendo impedir os plantadores de arroz de exportar arroz. E o que eles estão querendo fazer lá no meu Estado? Tirar os arroteiros dessa região, os arroteiros que produzem 25% do Produto Interno Bruto do Estado de Roraima e que, inclusive, abastecem o Estado de Roraima e ainda exportam. Então, é um contra-senso.

Este Governo não pensa o Brasil. Ele pensa bolsões, bolsões. Preocupa-se... “Tenho que fazer cota para isso, cota para aquilo”; “Tenho que financiar movimentos sociais por intermédio de ONGs”, gastando bilhões de reais com ONGs só para essas ONGs roubarem o dinheiro público. Este Governo, que não sabe

de onde vai tirar dinheiro para a saúde, não sabe cortar gastos da sua propaganda, que está toda a hora nas televisões, não sabe – estão aí os cartões corporativos para comprovar – e gasta com festas... Agora mesmo o Presidente Lula deu uma festa, merecida. A Ministra Ellen Gracie merecia, sim, ser homenageada pelo País todo. Mas o Presidente Lula não tinha outra coisa para fazer, não?

Então, gastando com festa, gastando com viagem, com diárias misteriosas, gastando com ONGs para botar o dinheiro no bolso e para financiar o partido e os movimentos, aí, realmente, não sobra dinheiro para a saúde.

E pergunta de onde tirar. Eu estou dizendo ao Presidente Lula de onde ele tira dinheiro para a saúde: cortando dinheiro de coisas supérfluas, de coisas inúteis. Qualquer pai de família, qualquer mãe de família sabe. Você gasta com sua família o que ganha e gasta estabelecendo prioridade: primeiro, alimentação, educação, saúde, transporte; só depois, com festa e com farra. Isso é elementar! Qualquer pai de família sabe. O Presidente Lula não fez assim, será, com a sua família? Porque ele não está fazendo com o Brasil.

Agora, é preciso que o Presidente Lula aprenda – está no seu segundo mandato – a conviver na democracia. Ninguém é obrigado a pensar como ele pensa. E, às vezes, é muito bom que ele ouça quem não pensa como ele; que ele ouça quem não pensa como os subservientes dele; que ele ouça aquelas pessoas que estão lá.

Como ele quer decidir sobre Roraima sem ouvir o Governador de Roraima? Sem ouvir os Senadores de Roraima? E eu, Senador Mão Santa, por acaso, não sou um Senador eleito por Roraima, não. Sou um Senador nascido em Roraima, que dediquei toda a minha vida àquela minha terra, como médico, depois como Deputado Federal, por duas vezes, inclusive Deputado Federal Constituinte; e estou em meu segundo mandato de Senador. Estou aqui por ideal e amor à minha terra. Não tenho sequer uma denúncia – denúncia – de corrupção. E não vai haver, porque estou aqui para defender a minha terra. Se estou agradando ou desagradando o Presidente Lula, pouco me importa. Estou me preocupando com o Brasil, estou me preocupando com o futuro da minha terra, com o futuro da minha região.

Por isso, presidi uma CPI das ONGs, a primeira, quando todo o mundo achava que ONG era uma espécie de entidade sacrossanta. Depois, como disse o Senador Bernardo Cabral, comprovamos – está comprovado, escancarado – que, na verdade, elas só têm uma fachada de catedral, mas o fundo é de bordel.

Então, é preciso que a gente mude essa história, e nós aqui no Senado temos condições de mudar. Nós não já mudamos? Não já derrubamos a CPMF? O povo brasileiro todo que recebe o seu dinheiro no banco não está recebendo o seu contracheque sem CPMF? Nós tínhamos que pagar para receber. O trabalhador, coitado, que ganhava R\$1 mil, R\$2 mil, ia receber o seu salário e tinha que pagar imposto para recebê-lo; o único País no mundo em que isso acontecia. Agora, acabou a CPMF. O Brasil acabou? Está faltando dinheiro? Pelo contrário, a arrecadação aumentou, e muito. Agora, o que está fazendo com a arrecadação? Gastando com besteira, gastando para financiar movimentos e ONGs que só fazem roubar.

Então, quero aqui deixar essa satisfação ao Senado. Vou apresentar o meu relatório, semana que vem, dessa viagem e vou dizer claramente, como já foi feito nas outras viagens, que, se o Presidente Lula descer do seu pedestal, dialogar com aquelas pessoas que estão lá... Ele, que se gaba de dizer que veio da camada mais pobre da população, que se gaba de dizer que não tem curso superior, que se gaba de dizer que não precisa estudar para ser Presidente da República, por que ele não vai lá conversar com aquelas pessoas simples? Por que ele não vai lá, ele mesmo? Nunca foi no meu Estado, nem em campanha política. Pelo fato de o meu Estado ter pouco eleitor? Então o que ele vai fazer no Suriname e na Guiana, que têm pouca gente também? Países pequenos, de 800 mil habitantes. O que ele vai fazer lá?

Então, é preciso, Senador Mão Santa, que o Presidente Lula entenda: ele tem que descer do pedestal, não se empolgar com essa aprovação de 50%, 60% ou mais do eleitorado e pensar que o Brasil é feito de muitas raças, de muitas realidades. Graças a Deus, o Brasil tem este tamanho e esta diversidade de ecossistemas, e a Amazônia precisa ser levada mais a sério. Sessenta e um por cento do território nacional, com as maiores riquezas do mundo. Daí por que dou razão ao General Heleno. Embora sendo um militar da ativa, tendo que obedecer a questão da hierarquia, a hierarquia maior que ele respeitou foi a responsabilidade que ele tem com o Brasil, com a Nação. E ele fez muito bem ao alertar o Brasil que a Amazônia está sendo entregue pelo Governo brasileiro aos estrangeiros, entregue de maneira descarada. Porque, na Amazônia, o que não é reserva indígena é reserva ecológica; o que não é reserva ecológica é corredor ecológico, uma outra figura que inventaram para o bichinho poder correr de uma reserva para outra quando está mais distante. O que não é isso são florestas nacionais que eles vão alugar, alugar por 30 anos renováveis por mais 30. Alugar para quem? Para algum brasileiro sendo testa-de-ferro de empresas estrangeiras.

Então, eu quero aqui de público manifestar o meu apoio à posição do General Heleno, porque, por mais que se argumente que, pela hierarquia, ele não podia se manifestar, antes mesmo da posição de comandante, já que ele é subordinado, falou a voz do brasileiro, do patriota que ele é. E espero que a Amazônia seja mais...

Tenho aqui, Senador Mão Santa, de maneira repetida – mas não me canso –, denunciado o descaso deste Governo para com a Amazônia.

E o pior: a criminalização da população da Amazônia. Do jeito que falam, uma hora bandido é madeireiro, bandido é fazendeiro, bandido é garimpeiro, bandido é o agricultor, o plantador de soja, o pecuarista. Todo o mundo é bandido na Amazônia. São 25 milhões de brasileiros, e há de tudo lá: há bandidos, como no sul do Brasil; há bandidos, assim como no Palácio do Planalto. Mas a maioria esmagadora das pessoas que estão lá são homens e mulheres de bem, que estão pagando um preço alto para continuar brasileiros, porque, lá, o custo de vida é mais caro, a incidência de doenças é maior.

Está-se falando tanto dessa epidemia de dengue no Rio de Janeiro, porque é o Rio de Janeiro. Mas há dengue no Piauí, em Roraima, no Ceará. Tem gente morrendo lá. Agora, na semana que passei em Roraima, houve quatro casos de crianças com dengue hemorrágica. O que acontece é que o Brasil é muito litoral. O Brasil só é Rio de Janeiro, São Paulo, Minas; e não se pensa no resto do País.

O pior é que essa política míope, Senador Mão Santa, serve para quê? Para pessoas do seu Estado, do meu Estado e de todo o Nordeste, Centro-Oeste e Norte migrarem para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas etc., em busca de dias melhores. Essa não é uma política que fixa pessoas nas regiões mais pobres, porque não há política de desenvolvimento das regiões mais pobres.

Senador Mão Santa, quero encerrar agradecendo a gentileza, a tolerância de V. Ex^a, dizendo que, semana que vem, vou apresentar relatório da nossa viagem, que fiz com a ajuda de dois consultores legislativos do Senado, com a presença da TV Senado, que documentou esses eventos todos.

E eu queria, ao final, também fazer um registro. O jornal de Boa Vista, a *Folha de Boa Vista*, publicou uma extensa matéria com o Presidente do Sindicato dos Policiais Federais, denunciando as condições subumanas em que estão os policiais federais lá: comendo mal, mal-alojados, maltratados.

Sei que a população de Roraima está revoltada com a presença daquela quantidade de policiais federais, mas é bom ressaltar que eles estão lá cumprindo

ordens. E eu gostaria que o Presidente Lula imediatamente revogasse essa ordem e instalasse dentro da reserva, sim, posições e postos e até delegacia da Polícia Federal lá, para também garantir que aquela região não seja desnacionalizada, porque não há convicção nenhuma do Cimi, que é o braço indigenista da Igreja Católica, nem do CIR, que é seu filhote, nenhum compromisso com o nacionalismo ou com a integridade do território nacional.

Quero, portanto, dizer, com este meu pronunciamento, que semana que vem trarei o meu relatório, que apresentarei à Comissão de Relações Exteriores, e encaminharei esses subsídios para o Supremo Tribunal Federal, para colaborar com os Ministros, para que eles possam encontrar uma decisão. E confio muito em que a decisão que vai prestar será essa, que vai sair a do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a traz o mais profundo pronunciamento sobre a real situação das fronteiras lá no nosso Norte, especificamente no Estado de Roraima, onde V. Ex^a nasceu, governou e é Senador da República com muita grandeza.

Eu entendo essas sessões serem da maior valia. As sessões de sexta-feira nasceram sob a inspiração da inteligência de Efraim Morais. Ele, que fora Presidente da Câmara Federal, inventou um bloco da minoria com poucos: Efraim Morais, Antero Barros, Arthur Virgílio e eu. E o Paim desejando. Ele era o Vice-Presidente, mas o PT não dava a ele aquela liberdade. Ele ficava afastado. Daí eu quase sempre presidia, porque, regimentalmente, tinha mais idade do que eles. Aí foram se somando, foram se somando e essa classe cresceu, porque, ao longo dos anos, tivemos pronunciamentos, aí na sua tribuna, de Paulo Brossard. Ele demorou, às vezes, três horas e meia. Tem um discurso de Roberto Campos que dava para dividir em sete. É o maior tratado de problemas da economia do País. E V. Ex^a, então... Sexta-feira nós usamos o tempo que acharmos conveniente para apresentar, com liberdade, as nossas teses ao País. E V. Ex^a deu agora, neste instante, o melhor subsídio para o nosso Presidente da República. Apenas precisamos que o Presidente Luiz Inácio tenha momentos, instantes de humildade. A humildade une os homens; o orgulho divide-os. E chamá-lo, como Senador da República, como pai da Pátria, a mostrar a verdade. Sem a verdade, não há uma boa solução. E V. Ex^a trouxe a verdade da situação. Eu o congratulo e o convido para presidir esta sessão, porque também quero trazer minha mensagem. Em seguida, já mandou dizer que está se deslocando do gabinete o extraordinário Senador da República Pedro Simon, que depois também vai usar da palavra.

O Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Mão Santa, do Estado do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo, que preside esta reunião de sexta-feira, 25 de abril, do Senado da República, Parlamentares na Casa, brasileiras e brasileiros, aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação extraordinário do Senado da República, a televisão, a Rádio Senado AM, a Rádio Senado FM, o Jornal do Senado, a Agência de Notícias do Senado, que ganham o Brasil.

Senador Mozarildo, eu estava presidindo e ouvi o primeiro pronunciamento do Senador do Rio Grande do Sul, do Partido dos Trabalhadores. E Sérgio Zambiasi também representa nesta Casa uma história de Parlamentares ligados à imprensa; a imprensa que ontem nós comemoramos cem anos; a imprensa que teve grandes Parlamentares oriundos da imprensa. Quem se esquece de Carlos Werneck Lacerda?

Então, V. Ex^a seguiu e eu quero dizer que todos nós, brasileiros, estamos apreensivos e acompanhamos esse **affair**, que é sério, lá da fronteira, que um General, traduzindo toda a história de grandeza das Forças Armadas, apenas mostrou suas preocupações. Atentai bem! Essa política indígena, ele mostrou preocupações: está mal orientada, está caótica. E foi um Deus nos acuda. No cumprimento do dever, da responsabilidade, do amor à Pátria. Um dos oficiais que, segundo consta, tem um dos melhores currículos da história do Exército brasileiro.

Eu já tinha comentado com V. Ex^a que, por acaso, ouvi a entrevista dele – parece-me que na televisão *Bandeirante* – e fiquei encantado pela responsabilidade e pelo conhecimento das fronteiras.

Nós vivemos, Mozarildo, um momento meio estranho. Há um militar... Quase que humilharam o militar. Foi chamado pelo Ministro da Defesa, sob ordem do Presidente da República, para repreendê-lo.

E eu perguntaria: E o MST, que funciona aí? Invade os bancos; invade a maior empresa, a Vale do Rio Doce, que dá dividendos, que funciona; invade propriedades produtivas, agências bancárias, e ninguém os repreende, a não ser o extraordinário Ministro do Supremo Tribunal Federal que assumiu recentemente, que advertiu.

Aquilo que Norberto Bobbio já dizia... O pai da teoria democrática, que foi senador vitalício italiano, dizia que o mínimo que tem que se exigir de um governo é defesa à liberdade, à vida e à propriedade.

Mas, Mozarildo, V. Ex^a dá uma grande contribuição. E este País, talvez, se o Luiz Inácio fosse o Presidente, o Acre com certeza seria da Bolívia; Santa Catarina seria da Argentina. E aquela fronteira é uma fronteira complicada, que preocupa a todos nós, porque ela nos liga com três Guianas de origens diferentes, com a Venezuela que aí está, com o Equador, cedendo espaço para as FARC. As FARC que estão encolhendo a sua área territorial, porque o governo legal da Colômbia as esmaga, pressiona. Então, eles estão entrando no território brasileiro por esta área. As FARC que vivem à custa do tráfico de drogas, de armas, de seqüestros que aí estão. Então, as nossas preocupações.

Mas eu também trago o assunto e queria dizer que isso aqui é tão importante que na semana passada – eu quero fazer uma correção –, de centenas de *e-mails* que recebi, pincei um, de Rodrigo Constantino, aliás, não foi dele, foi de uma extraordinária mulher do Rio de Janeiro, professora lúcida, que citava um artigo dele, daí um pouco de confusão. Então, a bem da verdade, hoje o Rodrigo Constantino – e ele tem um *blog* – me manda outro *e-mail* e assume:

“Sou o autor do artigo que o senhor leu hoje no Senado, chamado “Um líder carismático”. Venho por meio deste e-mail esclarecer que a autoria do artigo é minha mesmo, contando sobre a origem de Hitler e a ascensão do seu partido dos trabalhadores ao poder, deixando o evidente paralelo por conta dos leitores. Usei a excelente frase do filósofo Schopenhauer na epígrafe, mas o artigo é meu. Compartilhamos do receio frente ao viés autoritário deste atual governo. Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato. Sugiro que visite meu blog. Lá poderá encontrar mais artigos que possam lhe inspirar.”

O Rodrigo Constantino tem um *blog*, então eu agradeço, e são essas as nossas preocupações – está vendo, Mozarildo? – da maneira com que o Brasil vive. Mas isso tudo se fundamenta na semelhança principal, e ontem teve um pronunciamento muito importante de um dos maiores líderes deste País, mas é líder sofrido, líder de coragem: Jarbas Vasconcelos.

Jarbas Vasconcelos, nos anos de 74, da anti-candidatura de Barbosa Sobrinho a vice de Ulysses Guimarães, ele já fazia parte desse PMDB autêntico, em que surgiu esse movimento. De lá para cá, houve muita luta, e essa redemocratização se deve muito a esses autênticos do PMDB. Eu sempre digo que os que estão aí estão inspirados no Goebbels, agente de comunicação de Adolf Hitler. Goebbels dizia que uma mentira repetida, repetida, e repetida, torna-se verdade.

Evidentemente, eu vou dar só um exemplo, Mozarildo. O Hitler, no seu desejo de poder, saía com um exército de três mil homens. O Goebbels dizia “Lá vai Hitler com dez mil homens.” Aí os outros países estremeciam de medo. Mas, no fim, aquilo foi um mal ao próprio Hitler, que venceu várias eleições da Alemanha; ao próprio Hitler, que teve também as suas pesquisas de opinião pública, obteve 96% da Alemanha. Mas ele se envaideceu e perdeu o controle.

O próprio Hitler, e o seu Partido era nacionalista, nazista, dos trabalhadores da Alemanha; o próprio Hitler, que escolheu a cor vermelha. Nós que somos médicos, Mozarildo, sabemos que ela lembra sangue, que excita quando visualizamos. O próprio Mozarildo aqui, com sua inteligência, denuncia que as cores da propaganda desse Governo não são as cores da nossa bandeira: o verde da esperança, o branco da paz, o azul do céu e o amarelo do ouro. A própria história nos ensina que o partido era nacionalista e nazista dos trabalhadores, dos alemães. Quando falavam, não falavam como Getúlio Vargas: trabalhadores do Brasil. Quantas e quantas vezes ouvimos, no 1º de maio, Getúlio dizendo “trabalhadores do Brasil” e anunciando as conquistas do trabalho. Anunciava aquilo em que acreditava, o mesmo que fez com que Rui Barbosa tivesse aí essa posição de destaque como nosso patrono. Porque Rui Barbosa disse que a primazia, Zezinho, tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador. “Eles vieram antes. Eles fizeram a riqueza.”

Pedro Simon, esses e-mails e os outros todos se referem a uma coisa muito clara, Presidente Luiz Inácio.

Atentai bem, a mentira! O Jarbas dizia: “Mentem com desfaçatez, mentem cinicamente, enganam”. Daqui a pouco, quem disser a verdade será chamado de otário.

O sistema de Goebbels hoje é Duda. Logicamente, que não seria. E o próprio Duda mantinha aqueles que nós chamamos de “militantes”, que eles lá chamavam de “galinhas cacarejadoras”, para fazer propaganda do governo. E essa galinha é simbólica, é homem, é mulher, são aqueles que mentem, que mentem, que mentem. São obras que ninguém vê.

Pedro Simon, Cristo está ali porque Ele dizia: “Em verdade, em verdade vos digo”. E a mídia? Olhe que eles têm. Pedro Simon, você já assistiu ao canal NBR? Eu já assisti.

Mozarildo, tenho uma filha no Rio, fazendo residência médica. Fui lá com a mãe, Adalgisa. Pedro Simon, eu estava no hotel. Elas foram arrumar um apartamentinho. Mozarildo, era domingo no Rio de Janeiro. Elas foram ver apartamento, e eu fiquei no quarto. Às duas horas da tarde, coloquei no canal NBR. Quando

Adalgisa e Daniela voltaram, eram quase nove horas da noite. Eu fiquei para poder contar. Ô vergonha! Luiz Inácio, de duas horas às nove horas da noite, uma NBR, um canal de televisão. Mozarildo, Hitler, Duda está ganhando de Goebbels. Hitler colocava o rádio nas fábricas e, na hora do almoço, discursava. Olhem, é uma NBR.

Há outra televisão, uma televisão Brasil. Podem ver. É propaganda. E passou por aqui, imoralmente, indecentemente, como medida provisória, outra televisão. A “Hora do Brasil”. Deveria o Presidente da República pagar a um bocado de empresas de rádio que tiram o seu horário nobre para entrar a “Hora do Brasil”, que é propaganda.

Nós pouco saímos. Eu observo. Eles pinçam. Quem faz são eles com resumo. É propaganda. Pedro Simon pouco aparece lá. Mozarildo, esse é que não vai. Eu duvide-o-dó que o discurso de Mozarildo saia hoje na “Hora do Brasil”. E é para o Senado levar para lá, só ouvir o de Pedro Simon. Mas eles colocam “galinhas cacarejadas”, de frases citadas aqui.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Sr. Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pedro Simon nos honra.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a está fazendo uma afirmativa que estou ouvindo pela primeira vez. Nem na ditadura, a “Hora do Brasil” fazia censura sobre os pronunciamentos dos Parlamentares. Eu nunca reparei que há censura nos 15 minutos que o Senado tem na Voz do Brasil. O que V. Ex^a está dizendo é muito sério.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Faço aqui um requerimento ao Presidente Garibaldi – tenho certeza de que, se isso está acontecendo, o Senador Garibaldi não está sabendo – para verificar isso. Eu não acredito, me perdoe a sinceridade, que isso possa estar acontecendo. E, se estiver acontecendo, é muito sério e nós temos por obrigação pedir ao Senador Garibaldi – que, tenho certeza, se estiver acontecendo não está sabendo –, para que faça a devida... Pode até acontecer que, na parte do Senado na Voz do Brasil, se dê maior destaque ao pronunciamento de Fulano e se dê menor destaque ao pronunciamento de Beltrano. Mas não publicar nada do pronunciamento de Beltrano aqui no Senado é muito grave. Sinceramente, peço à Assessoria da Mesa que este meu aparte ao pronunciamento de V. Ex^a seja levado ao Presidente Garibaldi, para nos trazer uma resposta sobre o que há em torno da afirmativa gravíssima de V. Ex^a. Queira Deus que V. Ex^a esteja enganado. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas, infelizmente, não é não. São pinçados aqueles que cacarejam em favor do Governo.

Mas aqui estamos, isso é assim mesmo. V. Ex^a vê que esta tribuna é forte, por isso estamos aqui. O País está aguardando V. Ex^a daqui a pouco. E eu me lembro quando Brossard, lá do Rio Grande do Sul, passava três horas e meia aqui. Tem pronunciamento do Brossard de três horas e meia. Mas foram importantes para enterrar a ditadura militar. E nós estamos aqui e eu queria dizer hoje o que me traz aqui, dessa maioria de *e-mails*. Atentai bem, Pedro Simon. Eu ia dizer que o nosso Paim está desesperado. O PT tem gente boa. O candidato a Prefeito do PT lá de Teresina é um Deputado Federal honrado, Nazareno Fonteles, que disputou comigo o Governo do Estado, em 1994. Aliás, fui ao segundo turno, porque ele teve muito voto. Tem gente boa! Mas a maioria é de aloprados!

Então, o Duda, o Goebbels, faz o Luiz Inácio dizer: “Não devo nada a ninguém. Tem duzentos e tantos bilhões em caixa. Paguei o FMI, os banqueiros”, e todo mundo sabe que ele gosta muito dos banqueiros. “Paguei todos os banqueiros!” Presidente, eu, no lugar de V. Ex^a, o que seria muito bom para o País, ficava devendo os banqueiros, mas pagaria os velhinhos, os aposentados.

Pedro Simon, olha, isso tudo é *e-mail* lamentando aquele fator previdenciário. Vou ler um trecho aqui de um *e-mail* enviado por José de Sousa Oliveira:

“Como também contribuí ao INSS durante 33 anos sobre 20 salários, veio a aposentadoria sobre apenas 5 salários e hoje estou recebendo salário de R\$240,00 [...]”

Aquilo foi um contrato, uma regra, que descontava do salário do trabalhador, durante 35 anos, para, na sua velhice, ter aquele dinheiro, para ter uma velhice com dignidade, com a sua mulher amada, com a sua família.

Muitos brasileiros pagaram, grande maioria, aposentados, para ter direito a uma aposentadoria de vinte salários mínimos, e estão recebendo cinco. Muitos pagaram para dez, para cinco, e estão recebendo um. É um tal de fator previdenciário.

Presidente Luiz Inácio, V. Ex^a deve aos velhinhos aposentados do Brasil. V. Ex^a tem direito a ter uma conversa com o Presidente Sarney. Lendo a biografia do Presidente Sarney, Mozarildo, está lá Kyola, mãe de Sarney, hoje Santa Kyola – ontem, o Presidente Sarney fez setenta e oito anos de idade; D. Kyola, hoje Santa Kyola, diz lá: “Meu filho, não deixe perseguirem os velhinhos aposentados!” E o Presidente Sarney foi obediente ao

conselho e às bençãos de sua mãe. Ele pagou. Contudo, não tinha esse fator previdenciário; é atual.

Paim disse no seu trabalho e na sua lei, da qual fui o Relator – e eu acredito no Paim –, que esse fator previdenciário só existe no Brasil, Professor Cristovam. Em nenhum lugar do mundo o Governo tira o direito adquirido, contratado, com lei, dos velhinhos aposentados. Só o Brasil.

Professor Cristovam, nós não podemos ficar na história da humanidade como a sociedade que persegue, que maltrata os velhinhos aposentados.

Eu fui o relator dessa lei. Defendi-a em todas as comissões, na Comissão de Assuntos Econômicos, na de Constituição e Justiça. Aqui foi aprovada, no Senado da República. Como outra também, que outro relator... Que doravante se pense, à medida que se dê um aumento para os que estão trabalhando, que se dê por igual aos que estão aposentados.

Cristovam Buarque, no meu entender – e entendo muito, pois tenho 65 anos de idade, foi longa e sinuosa a estrada até aqui, calçada na crença do estudo e do trabalho, foi estudando e trabalhando, amando e realizando que aqui chegamos –, esta Casa tirou o mandato do Presidente Collor. No meu entender, o Presidente Collor começou a cair no dia que faltou um conselheiro a ele. Hoje ele está um grande estadista. Mas, naquele momento, faltou-lhe um conselho. Os aposentados ganharam na Justiça um aumento que o Governo havia lhe negado. Era 147%, Mozarildo, você se lembra? Aí o Collor, na mocidade, jovem, mal-assessorado, pulou e disse: “Eu não pago”. Foi aí.

Enganam-se aqueles que pensam que Luiz Inácio está forte. Olha, eu tenho experiência. Essas pesquisas são todas mentirosas. Olha, os aloprados, que são acostumados a roubar, que até mataram em São Paulo, não são capazes de comprar uma “pesquisinha”?

Ó Cristovam, tenho essa experiência. Prefeitinho, prometi que ia pagar o salário mínimo de Parnaíba. Naquele tempo, só Teresina pagava e Floriano. Nenhum! Ganhavam como essas bolsas-família. E paguei, Cristovam. Quatro, seis meses, e tal. Aí eu cheguei, Mozarildo, e chamei o Secretário: “Tem uma folha aí de aposentados e pensionistas”. Antes, eram aqueles funcionários, Mozarildo, antes de ter a Previdência Social, antes de ter o INPS; eles não tinham, então ficaram rebolados lá. Eu ouvia falar e mandei buscar. Mozarildo, era uma folha ridícula: eram umas vinte pensionistas, viúvas, e uns dez ou doze aposentados, e eles ganhavam o valor de uma cerveja. Eu mandei dar salário mínimo, mandei chamar os aposentados. Mozarildo, um deles passou mal no meu gabinete, e eu tive foi medo de que ele morresse, Eurípedes. Dei a chave do carro preto, do prefeito, e o levaram.

Olha, esses velhinhos começaram a me apoiar. Senador Eurípedes, em toda inauguração, eles estavam lá, estavam no banco da Praça da Graça: “Esse prefeito é justo; nós estamos aqui há vinte anos esquecidos”. O aposentado não tem força para fazer greve, para fazer manifestações. Eu dei, e eles passaram a dizer que eu era boa gente, que eu era justo, e aqui eu estou – depois saí de lá, fui Governador por duas vezes e Senador.

Quando o Presidente Collor disse que não ia atender é que começou. O velhinho não é só o velhinho não: o velhinho tem filhos, o velhinho tem netos. Não pode. Eles foram assaltados por esse Governo. E pior, Pedro Simon...

Ali tem o retrato de todos os Senadores do Império. Cristovam Buarque, Pedro II assistia às sessões do Senado lá no Palácio Monroe, no Rio de Janeiro. E eu olhando: Pedro II deixava a coroa e o cetro na ante-sala para se igualar aos Senadores.

Luiz Inácio, nos ouça: Pedro II deixava a coroa e o cetro para ouvir os Senadores. E agora, Pedro Simon, dois ministros disseram que nós somos irresponsáveis, somos enganadores, demagogos, porque aprovamos a lei do Paim do PT, porque passou aqui essa lei. Por causa disso, somos irresponsáveis, enganadores. Nós, brasileiros e brasileiras, aprovamos essa lei e, junto com ela, a lei que melhora as condições da Saúde Pública, essa saúde da dengue que está aí, da febre amarela, da tuberculose que cresce, dos hospitais sucateados, da tabela em que a consulta médica custa R\$2,00.

Estabeleceu-se para a Educação um valor fixo: 25% da receita do País vai para a Educação – conquista de Senadores do passado, como João Calmon, Pedro Calmon e Darcy Ribeiro. Da mesma forma, uma lei oriunda de outro Senador do PT, Tião Viana, pretende fixar um valor para a Saúde.

Este Senado da República aprovou essa lei para que a Saúde tenha aquele dinheiro que eles dizem que nunca têm. O Prefeito tem a obrigação de aplicar 15% em Saúde, o Governador, 12%. É a Medida 29, que há anos é analisada, é discutida e aprovada aqui.

Nós somos irresponsáveis, enganadores, demagogos...

Então, eu convidei Pedro Simon... Nós não estamos parados, estamos solidários com os Senadores do PT, Paim e Tião Viana.

Eu nunca fui Deputado Federal. Aliás, quando fui suplente, poderia ter assumido, mas Deus me inspirou e, para ser Prefeito de minha cidade, eu não assumi.

Eu sei bem que o Luiz Inácio passou por ali e disse que tinha trezentos picaretas. Nós vamos acompanhar

para saber quantos tem agora. Nós vamos recontar para saber se são realmente trezentos, mais ou menos.

Ontem Tião se apresentou. O próprio Paim estava meio São Tomé, porque tem um movimento para enterrar aquilo que aqui nós aprovamos: recuperar o salário que devemos aos velinhos aposentados e um dinheiro exato, correto, para a Saúde, como acontece com a Educação na nossa Constituição.

Mas um grupo aqui... Mozarildo, já somos dez para formar um bloco para não deixar os trezentos picaretas enterrarem o fator previdenciário, que tira a aposentadoria dos velhos, a quem nós devemos.

Querem enterrar a Medida Provisória nº 29, que é a garantia do dinheiro certo para a Saúde.

Já temos uns dez ou doze Senadores para formar um bloco, e eu fui incumbido de convidar o Senador Pedro Simon para liderar esse bloco. Pedro Simon disse que não quer liderá-lo porque tem umas posições contra o Partido dos Trabalhadores no seu Estado, mas que ele está engajado nesse grupo de defesa dos aposentados e do dinheiro para a Saúde.

Mozarildo, conversei com Jarbas Vasconcelos – V. Ex^a foi um dos primeiros, Mozarildo, a dar essa sugestão, e ela está prosperando. Não vamos deixar abandonado o Paulo Paim, não vamos deixar que os trezentos picaretas enterrem as leis boas e justas que saem aqui e na Câmara. Vamos fazer um bloco para acompanhar essas votações, vamos fazer um bloco para acompanhar o Sr. Chinaglia, para ver se ele caminha e bota isso para ser votado, se ele não deixa isso morrer no tempo. Se assim fizer, vamos pedir aos paulistas, aos nordestinos, aos aposentados que não façam Chinaglia voltar a esta Casa. Vamos acompanhar, eles têm que votar, eles têm que dizer se estão no time dos trezentos picaretas ou no time da verdade, das leis boas e justas feitas pelos Senadores do PT – de uma delas, fomos relator –, a lei do Paim, que protege os aposentados e a lei do médico Tião Viana, que resguarda recursos para a Saúde.

Nós vamos continuar esta sessão.

Pedro Simon, aquele seu “não” não foi aceito pelo grupo. Jarbas Vasconcelos, ontem, após brilhante pronunciamento em que dizia que temos que acabar com a mediocridade – todos nós lemos o livro *O Homem Mediocre*, de José Ingenieros – que está aí, a mentira que mente escandalosamente, repetitivamente. Se o fato desagrada o Presidente, eles mudam o fato. Pedro Simon, Jarbas Vasconcelos andou atrás de V. Ex^a para fazer nova tentativa de convencê-lo a ser o nosso líder em apoio àquelas duas leis boas e justas que nasceram no Senado em defesa do velho aposentado e em defesa da Saúde no Brasil. Ele não aceitou a minha resposta e, ontem, andava procurando V. Ex^a para in-

sistir no convite a V. Ex^a para ser o líder desse grupo de que o Mozarildo é um dos idealizadores.

Ainda espero, Pedro Simon, que V. Ex^a seja o comandante desse bloco, porque aí estaremos fazendo, neste Senado da República, aquilo que é a sua missão. Estamos aqui é para fazer leis boas e justas, temos a inspiração das leis que Deus entregou a Moisés para viver melhor; a função de fiscalizar o Governo, o que temos feito; e a função de denunciar.

E hoje nós ouvimos denúncias extraordinárias, feitas pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, quanto à situação dos brasileiros que vivem em Roraima. Um quadro vale dez mil mulheres. A mais velha índia de Roraima é casada com um branco. E os filhos são o quê? Nós não somos nem índios, nem pretos, nem brancos, nós somos é brasileiros, a mistura toda.

Então, aquelas são as nossas preocupações. Reitero aqui o convite ao Pedro Simon, para que nasça aqui um bloco suprapartidário, independente, que salvasse as leis boas e justas feitas aqui pela inspiração dos Senadores do PT. Atentai bem, brasileiros e brasileiras, se as leis nascidas da cabeça do PT, do Paim, em benefício dos velhos aposentados, e do Tião, que é médico, em benefício da Saúde, são enganadoras...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador, a emenda do Senador Paim tem um aspecto muito importante. Ele não está apresentando agora, é uma luta que ele vem tendo há muito tempo, é uma luta que ele teve durante oito anos lá na Câmara, com o Governo lutando com ele, a favor dele. O Governo Federal contra, à época do Fernando Henrique; o PSDB contra, à época do Fernando Henrique. Agora, o PT, durante oito anos, deu força total para a emenda do Paim. Tanto que o Paim diz o seguinte: “A minha emenda é o sonho do Lula”. O Lula, quando estava na oposição, quando era o Líder do PT, defendia com paixão a emenda do Paim porque era uma abertura, um respiro aos aposentados e pensionistas. E agora ele disse: “A minha emenda é o sonho do PT”. E agora querem votar contra? Eu, sinceramente, não entendo. Sempre se diz que a Câmara dos Deputados é mais avançada do que o Senado Federal, que o Senado é mais conservador. Eu acho, com toda sinceridade, que a Câmara dos Deputados vai aprovar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu agradeço a participação, Pedro Simon.

Atentai para a diferença: no Parlamento do Império, dos reis, Pedro II vinha com humildade, deixava a coroa e o cetro do lado de fora para aprender com os Senadores da República. O Senado Federal é para isto: a experiência e o aconselhamento.

O Poder Executivo era o rei. Agora, os Ministros fazem é escolhambiar. Botam o nome escolhambado, que, lá no Piauí, é escolhambiar a gente. A gente faz uma lei, e somos irresponsáveis, somos demagogos, estamos mentindo, estamos enganando o povo. Eles vinham assistir.

Essa é a diferença, viu, Pedro Simon? Quando se convida uma Ministra para vir prestar esclarecimentos é um deus-nos-acuda, é uma confusão. Isso aqui é para quê? É para isso. Aqui, acabou. O Poder Moderador tem que ser aqui. No Império, o Poder Moderador era o imperador. Hoje, somos nós.

Ô Pedro Simon, eu fui prefeitinho. Todos os meus secretários iam à Câmara. Eu mesmo fui. Eu me lembro, Pedro Simon, quando eu era prefeitinho e fiz uma visita à Alemanha e à Espanha, a duas multinacionais. E aí, Pedro, na hora de tirar a diária – nunca tinha ido um Prefeito de Parnaíba ao exterior –, eu olhei e não tinha nenhuma diária em dólar, Eurípedes. Aí, eu olhei: rapaz, me dá essa aqui do Rio e São Paulo. É a mais cara, em dólar, é convite de duas multinacionais. E levei a minha mulher, ela era do serviço social. Rapaz, quando cheguei, Pedro Simon, ainda me lembro do Dr. Ariosto. Foi uma confusão! E ela era do serviço social. Aí eu disse: rapaz, eu levei mesmo e tirei. Foi pouco, porque naquele tempo o dólar era pesado, era R\$4,00. Não dava, eu não podia dormir com a Dona Adalgisa debaixo da ponte, porque lá é frio. Agora, vocês deviam me chamar se eu tivesse levado a mulher dos outros, eu levei a minha. Quer dizer, lá a Câmara Municipal chama, a gente vai. Olha, na Assembléia Legislativa – quando governei, eu dava ordem –, todos os secretários vão, chamam, esclarecem. Aqui, vem Dilma, não vem Dilma, cacareja não cacareja, e tal, vai, viaja, não vem, volta. Que coisa natural, ô Pedro Simon!

Pedro Simon, quantos ministros V. Ex^a, nessa sua longa passagem por aqui, vão se igualar a Rui Barbosa na ética, na decência? V. Ex^a está empate com ele, só é questão de tempo, porque ele esteve 32 anos nesta Casa. E V. Ex^a tem quantos anos aqui?

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Estou aqui há 25 anos. E, se Deus não me tirar a vida antes, eu fico aqui 32 anos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Aí empatou com Rui Barbosa. Aí, na História do Brasil, vamos decidir quem foi maior: se Rui ou Pedro Simon.

Feliz do País que não conta só com um, que vai contar com dois exemplos. O que eu quero dizer é isso.

Então, Pedro Simon, V. Ex^a é franciscano como minha mãe – outro dia eu estava explicando: a afinidade minha com o Pedro Simon é mais pela minha mãe. A minha mãe era Terceira Franciscana...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu vou lhe dizer uma coisa, Senador: V. Ex^a está tendo uma atuação fantástica nesta Casa, inovando, por exemplo, na Presidência do Senado. E V. Ex^a está sempre na Presidência do Senado, porque lá pelo fim todos os importantes vão embora, fica V. Ex^a, fico eu, fica o outro... V. Ex^a está inovando, fazendo com que sejam históricos os finais de reunião das sessões aqui do Senado. Mas eu vejo a profundidade do pronunciamento de V. Ex^a, e o que todo mundo me pergunta no Rio Grande do Sul é: “Mas, e o Mão Santa? Como é que é o Mão Santa?” Em primeiro lugar, eles querem saber por que é Mão Santa. E eu tenho que explicar, com muita tranquilidade, que V. Ex^a é um médico muito famoso, um médico humanitário que operava, operava, operava, praticamente sem se preocupar com o que ganhava. E aí lhe colocaram na política, mas o nome Mão Santa não é do tempo de política, é do tempo de médico, e continua agora. Mas eu, quando vejo os pronunciamentos de V. Ex^a, a profundidade de V. Ex^a, eu digo a eles: “Olha, eu vejo o Mão Santa, cada semana ele está com dois, três livros dos melhores, de maior conteúdo – filosófico, político, psicológico – lendo, e tudo anotado”. Mas eu vou dizer a V. Ex^a uma coisa que eu ainda não tinha dito: no fundo, no fundo, o Mão Santa, o Prefeito, o Governador, o Senador, o intelectual, é fruto de todo esse estudo, mas, no fundo, está no berço, é sua mãe. Eu, lendo o livro que V. Ex^a me deu e que está no livro de honra da minha biblioteca...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – *A Vida – um Hino de Amor*, de minha mãe, publicado pela Vozes.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – E V. Ex^a me pediu...E, para mim, é um livro de honra, que eu li e reli. Parece que eu a estou vendo, ao lado de V. Ex^a, orientando e formando a sua personalidade; orientando as diretrizes, que, talvez, V. Ex^a nem se dê conta. Mas foram essas diretrizes, foi esse pensamento, foi esse conselho materno, foi essa orientação materna que fez com que V. Ex^a seja hoje o grande homem que é. Deve-se muito claramente às mil capacidades de V. Ex^a, mas, no fundo, se nós formos analisar onde é que começou, começou nos conselhos, no carinho e na santidade de vossa mãe.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu agradeço e incorporo as suas palavras. Apenas para encerrar, ali está Cristo. Quem mais se aproximou Dele foi Francisco, o Santo, que há 800 anos está aí. E ele disse, ó Mozarildo: “Onde houver erro, que eu leve a verdade”.

Presidente Luiz Inácio, nós estamos trazendo a verdade. V. Ex^a não deve ao FMI, não deve aos banqueiros – aliás, já pagou muitos juros –, mas V. Ex^a deve aos nossos velhinhos aposentados. Eu tinha pago primeiro os velhinhos aposentados e deixava o FMI, o

Banco, e rolava, como diz o brasileiro, empurrava com a barriga. Mas, já em respeito a Pedro Simon, Terceiro Franciscano... E Cristo, Mozarildo, passou no mundo e disse: “Vinde a mim as criancinhas”. **Que bela frase!** Nós estamos sofrendo com o homicídio daquela criança. Mas, se Cristo viesse ao Brasil, ele diria: vinde a mim os velhinhos aposentados do Brasil, pois eles estão sofrendo muito. Foram enganados e roubados mesmo pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço ao Senador Mão Santa.

Convido para usar a palavra o Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se V. Ex^a me permitir, antes de ir à tribuna, com muita honra, atendendo à determinação de V. Ex^a, queria fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – O Senador Mão Santa se referiu, e o Brasil inteiro está acompanhando, ao fato de votarmos aqui a emenda do Senador Tião Viana destinando recursos à saúde.

Toda a imprensa de ontem noticiava – e até a imprensa de hoje noticia – que o Presidente da Câmara dos Deputados estava querendo reunir Governo e Oposição, as Lideranças na Câmara e o Poder Executivo para encontrar uma fórmula de aprovar a emenda, com ou sem mudanças.

Ontem, fui surpreendido – inclusive falei com a querida, extraordinária e competente Secretária Especial do nosso Senado, da Mesa – : os jornalistas vieram falar comigo dizendo que o Presidente da Câmara estava esperando para fazer a reunião e marcar, para a semana que vem, a votação da emenda que aprovamos aqui. A imprensa ficou sabendo que nós a aprovamos aqui, mas que teria ocorrido um equívoco – se não me engano até... não sei se é... não, não, não é emenda de V. Ex^a. Mas um Senador apresentou uma emenda de Plenário à emenda do Senador Tião Viana, que foi aprovada em plenário, com uma redação controvertida e que se chocava com a emenda do Senador Tião Viana. Então, não pode ser enviada para a Câmara. Teria que haver uma emenda de redação.

Eu não sou um entusiasta do Regimento, mas até pensei que, se há um equívoco desse... Primeiro, eu me perguntei: “Mas como nós aprovamos sem ver que estava equivocado, sem os Líderes notarem, sem a Mesa notar?” Segundo: “Foi votada e não saiu, em lugar nenhum, uma notícia de que tem de voltar a uma nova votação nominal no plenário do Senado?” Enquanto o Presidente da Câmara estava se reunin-

do para decidir como iam votar a emenda que nós já tínhamos votado, a emenda está aqui, na Mesa, para discutir se ela voltará a plenário para ser votada nominalmente.

Fui me aprofundar e fiquei sabendo, inclusive, que a Liderança do Governo já está preocupada em derrubar essa segunda votação. Eu não estou entendendo. Primeiro, votamos aqui, se não me engano, dia nove de abril, não foi?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Secretaria informa que dia nove.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nove de abril. Estamos agora no dia 25. Votamos há dezesseis dias. E, nesses dezesseis dias, ninguém ficou sabendo de nada. Não saiu na imprensa. Nós Parlamentares não sabíamos nem que ela não tinha ido para a Câmara, nem que vai ter que ser votada novamente. Não entendo a razão de tudo isso que está acontecendo. Mas é estranho.

As informações que tenho são as de que a Liderança do Governo está pensando, porque o ambiente não está muito favorável a derrubar na Câmara e, como é período eleitoral etc e tal, eles estariam pensando que é mais fácil derrubar essa próxima votação que vem aqui do que brigar na Câmara.

Gostaria que V. Ex^a desse uma informação, inclusive para a imprensa. A Mesa devia dar uma nota para a imprensa porque há uma interrogação tremenda sobre o que está acontecendo e sobre o que não está acontecendo. E ninguém sabe responder.

É essa a questão que formulo a V. Ex^a, pedindo que, por meio de V. Ex^a, seja endereçada à Mesa para que tenhamos uma resposta, ainda neste final de semana, para saber o que está acontecendo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Pedro Simon, a Mesa acolhe a questão de ordem de V. Ex^a e informa que a Secretaria disse que haverá nova votação. Porém, vou encaminhar o assunto ao Presidente Garibaldi.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a sabia disso?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Não. Não sabia. Pessoalmente, não sabia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Está sabendo agora por mim?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Estou sabendo agora por V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu fiquei sabendo às sete horas da noite de ontem, porque não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Então, esse assunto será examinado pela

Mesa. Teremos oportunidade de votar, se for o caso, logo que se destrancar a pauta.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, estou aqui com toda a matéria para seguir a minha tradição, que é falar de improviso nesta Casa. Não sei nem ler, mas tenho lido, vou ler agora e, depois, se V. Ex^a me permitir, acrescentarei um improviso, porque os fatos são tão delicados e a situação está tão controversa, meu amigo Mão Santa, que fico preocupado em extravasar tudo o que sinto. Mas há momento para tudo, e não sei se é hora de dizer realmente tudo o que sinto. É hora de caminhar um caminho, buscando encontrar uma solução. E é o que estou fazendo.

Meus senhores, meus irmãos, muitas vezes, quando estamos no trânsito, principalmente no trânsito urbano das grandes cidades, somos obrigados por lei a dar passagem prioritária a veículos especiais, como as unidades do Corpo de Bombeiros, ambulâncias, policiais em serviço, entre “outros”. E até quando “autoridade” importante vem, com os batedores à frente, e temos que sair fora para deixar os batedores e as autoridades andarem na frente.

No caso, tempo pode não ser dinheiro, nem, quem sabe, uma vida a mais, ou um meliante a menos. Pode ser até mesmo uma mera demonstração pública de autoridade ou até de vaidade. Mas, ao contrário de outros veículos, a sirene da “autoridade” fica no carro batedor. É o carro batedor que faz barulho, é o batedor que abre alas e pede passagem. Por mais louvável que seja o trabalho, o importante é o que vem atrás, não raramente escondido pelas “películas escuras” que os carros de autoridades hoje estão usando.

É assim que eu vejo determinados momentos na nossa trajetória pública, no trânsito turbulento das tramitações de matérias legislativas no Congresso Nacional. No caso, as sirenes são substituídas pelos holofotes. Também para demonstrar autoridade. Mas aqui também existem os “batedores”. E existem as películas escuras, para que as autoridades possam transitar, sem serem notadas. Ainda que respeitem os sinais de trânsito regimental. Vai de acordo com o Regimento.

Vem daí a minha afirmação, diga-se de passagem, reiterada, de que temos que nos preocupar não somente com os desvios ilegais dos recursos públicos. Claro que temos que olhar com muita profundidade os desvios ilegais do serviço público que, a cada dia, são maiores em número e em quantidade de dinheiro. Mas é necessário, igualmente, que não nos fixemos apenas

nos “batedores” que fazem barulho, mas também nas autoridades que desejam passar quase incólumes. Olha-se para o batedor, para o veículo, e não se olha para o veículo de trás. Quem está? Quem é a autoridade? Para onde vai? E o que quer?

É preciso, portanto, nos preocuparmos também com as eventuais perdas causadas por atos legais. Não estou falando em transtorno, não estou falando em vigarice, não estou falando em mensalão. Estou falando em atos que foram votados, praticados pelo Presidente ou pelas autoridades, mas que são escandalosamente absurdos.

Assim como não tiro, Presidente Mão Santa, a importância do batedor, não quero dizer que tenhamos que desconhecer os atos ilegais. Se há desvios, que se investiguem, que se apontem os culpados e que se tente, de uma vez por todas, no Brasil, punir quem erra, para o Brasil deixar de ser o país da impunidade. Mas as investigações não podem empanar ou desviar a atenção sobre os projetos que tramitam regimentalmente nesta Casa.

Por exemplo, o Congresso Nacional se ocupou meses a fio sobre o caso das ambulâncias montadas para desviar recursos públicos, não raras vezes para as contas de Parlamentares. Uma verdadeira novela diária, com atores principais e co-protagonistas como vilões e como mocinhos. Luzes, câmaras, ação! Milhares de páginas, rios de tintas, vozes empostadas, frases decoradas. De repente, não mais que de repente, o pequeno empresário, pouco conhecido além do bairro, torna-se culpado de todas as nossas mazelas.

É o que está acontecendo agora nas contas. Porque o cara jantou ali, pagou almoço ali adiante, pegou não sei o quê, agora estão dizendo de um homem por quem tenho o maior respeito que é o Governador Olívio Dutra que, lá pelas tantas, nas contas dele encontraram novecentos reais em um almoço, em uma janta, não sei mais o quê, não sei mais o quê. Isso é piada, Sr. Presidente! Temos de ver o que há fundo, a gravidade, as coisas que realmente existem, e não brincar como estão brincando.

Manchete dos principais jornais da noite, repisando à meia-noite assuntos do café da manhã, da mesa do almoço, do lanche da tarde. Personagem de pesadelos de muitos.

Louve-se o trabalho do “batedor”. Que se prendam os culpados – está na hora! Que se cassem os parlamentares envolvidos – está na hora! Que se punam os responsáveis pela corrupção e pelos desvios – está na hora! Mas que não se esqueçam de avaliar se, ao mesmo tempo, logo atrás, abriu-se passagem para legalizar atos que poderiam ser iguais ou muito mais lesivos à coisa pública brasileira.

Pois as tais ambulâncias parecem ter sido exatamente as “batedoras”. Enquanto elas chamavam a atenção do trânsito regimental, passou batido por todos os canais deste Congresso um dos projetos – agora lei, Mão Santa –, em minha opinião, mais lesivos aos interesses da Nação brasileira, que almeja independência e soberania – um projeto do Governo Lula. Quem diria? Eu sei que a querida Marina, a Ministra, teve de engolir, mas não é coisa que ela gostaria –: a concessão de florestas públicas. Ou, numa tradução menos camuflada realidade, a concessão da Amazônia.

Enquanto os jornais estampavam, em primeira página, a passagem de mais uma ambulância superfaturada, transitava, quase sem limite de velocidade, a legalização de concessão externa de áreas da Amazônia por quatro décadas. Por 40 anos! Por uma geração! Isso foi o que o Dr. Lula fez com a nossa Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Uma geração corresponde a 25 anos, aí já são quase duas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quase duas.

Isso depois que outros eventuais batedores abriram passagem para a mudança do conceito de empresa nacional, a propriedade do subsolo, o patenteamento das descobertas minerais e vegetais, e tudo que se refere à nossa biodiversidade.

Ao “batedor”, a manchete de primeira página; à “autoridade”, uma ou duas linhas escondidas em uma coluna qualquer. Repito: não tiro o mérito de todas as investigações que forem objeto das Comissões Parlamentares de Inquérito do Congresso, mas elas não podem ofuscar outras questões, mesmo que “legais”; que não passem ao largo de uma discussão mais aprofundada pelos representantes do povo brasileiro.

Também, na minha opinião, a concessão de florestas públicas são películas contraditórias de preservação ambiental e, ofuscada pelos holofotes daquele momento, é uma das propostas, no mínimo, mas discutíveis que transitaram pelo Congresso Nacional e que foi aprovada sem o necessário aprofundamento do merecido debate. Portanto, discutível e sem a devida discussão.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a aborda um assunto – mais um assunto, por sinal – que aflige a Amazônia e, portanto, compromete o futuro do Brasil naquela região: essa chamada Lei de Gestão das Florestas, que veio para o Congresso Nacional, Câmara e Senado, com urgência constitucional e que fizeram uma verdadeira tratoragem para aprovar – na Câmara foi vapt-vupt; no Senado, a discussão ainda se deu. Eu fui Relator

na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e levantei inúmeras inconstitucionalidades na lei.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Houve um debate que, digamos assim, foi amordaçado; o Governo não deixou que o debate se processasse. A matéria veio para o Plenário, conseguimos aprovar algumas emendas e, assim mesmo, houve 13 votos contrários, no Senado, a essa lei, mesmo com as emendas. As emendas aliviavam, Senador Pedro Simon, porque passavam pelo Congresso, pela apreciação do Senado e tal.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu vou explicar aqui.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Mas elas foram derrubadas na Câmara imediatamente e, apesar dos compromissos aqui assumidos...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas, uma das mais importantes passou aqui, passou na Câmara, e o Lula a vetou.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Pior ainda isso. Então, na verdade, é aquela história de que falei há pouco. Esse Governo do Presidente Lula e o seu grupo de aconselhamento não admitem que ninguém divirja de sua opinião. Não aceitam nenhum tipo de aconselhamento, de sugestão ou de acréscimo ao que eles pensam. Então, essa lei de gestão de florestas – na verdade, lei de aluguel das nossas florestas –, ela faz o quê?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Aluguel de 40 anos.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – *Ad eternum*. E, na verdade é uma doação das florestas; por 40, por mais 40. Então, o que o Governo está fazendo? Para uns eles vendem a imagem de que as florestas são nacionais, são federais, portanto, estão estatizadas. Nenhuma pessoa brasileira pode ter mais floresta na Amazônia, mas essa lei permite que ela possa ser arrendada para outras pessoas. Dizer que é só para brasileiros? Ora, nós sabemos como é fácil burlar isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pode até ser só para brasileiro, mas a que recebeu pode endossar para uma empresa estrangeira.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Perfeitamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E essa empresa estrangeira que pegou pode, inclusive, pegar dinheiro dando como garantia a própria floresta.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – E outra coisa, Senador Pedro Simon, o Governo não fiscaliza nada, nem nos grandes centros. Imagine se vai fiscalizar

a atividade dessas instituições lá na floresta. Digamos que o plano de uma empresa seja tirar os produtos extrativistas da floresta; eles podem fazer biopirataria, podem fazer prospecção mineral, podem fazer tudo, porque não vai haver fiscalização. Então, eu me coloquei aqui claramente contra, V. Ex^a também, houve 13 votos contrários aqui no plenário, e infelizmente o Governo impôs do jeito que ele queria. Eu quero dizer a V. Ex^a que fico feliz de ver um Senador que realmente é um Senador da República, pois, embora seja lá do Rio Grande do Sul, se preocupa de maneira muito forte com essa questão da Amazônia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Repito, Sr. Presidente, pelo menos discutir, pelo menos debater... Deveria ter sido feito. Quando eu percebi que a “caravana”, travestida com roupagem preservacionista, passaria por todos os sinais, mesmo que fechados, a uma velocidade incompatível com a via do bom senso, tentei – e muitos colegas, como disse o Senador Mozarildo Cavalcanti e V. Ex^a, tentaram – pela via do bom senso, corrigir pelo menos o trajeto da lei.

Eu próprio apresentei uma emenda, Senador Mozarildo, que, por óbvia, deveria ser necessária. Algo assim como: “que se cumpra a Constituição; que a legislação que está para ser votada cumpra a Constituição”. Mais especificamente, está na Constituição, Sr. Presidente, está na Constituição: “é da competência do Congresso Nacional aprovar previamente a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 hectares”. É Constituição. A Assembléia Nacional Constituinte votou. Foi aprovada por unanimidade. Ninguém mais do que o PT defendeu este item: para vender terras públicas, doar, seja lá o que for, deve passar pelo Congresso Nacional quando a área tiver mais de 2.500 hectares.

Ora, uma lei não pode mudar um ditame constitucional. Mas, sabendo que poderia ser atropelado por toda a “comitiva”, apresentei a emenda, acrescentando dispositivos à lei que criou o Plano Anual de Outorga Florestal, coisa espetacular para o PT – Plano Anual de Outorga Florestal da floresta amazônica – ou o “Paof”, como foi chamada nossa lei de concessões de florestas públicas.

O texto que apresentei e que foi votado diz o seguinte: “O Paof deverá ser submetido à prévia aprovação pelo Congresso Nacional, quando incluir a concessão de floresta pública com área superior a 2.500 hectares, nos termos do art. 49, da Constituição Federal”.

Eu apenas repeti a Constituição. Mas como está sendo votada concessão de floresta pública e não dizia isso, eu acrescentei: “para doar igual área igual ou

superior a 2.500 hectares, passar pelo Senado e pela Câmara dos Deputados”.

Repito a tradução da minha emenda que foi aprovada: “cumpra-se a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, aprovada pela Assembléia Nacional Constituinte, legitimamente escolhida pelos brasileiros em eleições livres e democratas”.

Mas essas “autoridades” também definem os caminhos que melhor respondem aos seus interesses, não aos da Nação, aos seus interesses. Daí as diferentes leituras, as diferentes interpretações. Incluída na lei a emenda que apresentei, votada aqui, Senador, votada na Câmara, aprovada, foi para a sanção do Presidente.

Juro por Deus, nosso Senhor, que nunca me passou pela cabeça que esse item poderia ser vetado. Nunca me passou pela cabeça que o Presidente Lula, ao ler esse artigo – pedir licença para o Congresso Nacional e ler o artigo da Constituição –, nunca me passou pela cabeça que o Presidente o vetaria.

Agora, em decisão de março, única, o que aconteceu? O artigo – repito – foi vetado. O Lula vetou o artigo. Está aqui o artigo aprovado pelo Congresso Nacional. Está aqui a Lei nº 11.284, de 2 de março. Aqui está: art. 10, § 4º, vetado. O que foi vetado? Vetou o § 4º do art. 10, que dizia o seguinte: “O Paof [que é das florestas amazônicas] “deverá ser submetido à prévia aprovação pelo Congresso Nacional quando incluir a concessão de florestas públicas com área superior a 2.500 hectares, nos termos do inciso XVII, do art. 10, da Constituição Federal”.

Pois o Lula vetou esse artigo, Sr. Presidente. O Lula vetou esse artigo. É difícil acreditar, mas ele vetou.

O que aconteceu? Agora, em decisão recente, a Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Dr^a Selene Maria de Almeida, proferiu decisão relativa ao primeiro processo de concessão de nossas florestas, no âmbito da Lei nº 11.284, que é a lei a que me refiro, com o veto do Presidente Lula. Essa concessão foi realizada em Itapoã do Oeste, Estado de Rondônia. Uma licitação de 95 mil hectares, da chamada “Floresta Nacional do Jamari”, ou “Flona Jamari”. Foi de 95 mil hectares a concessão que o Presidente Lula assinou.

A justificativa, incluída na decisão da Desembargadora, e o Projeto de Lei do Senado nº 254... Porque eu entrei, nobre Senador, está tramitando aqui no Senado, com um projeto em que peço que nós votemos novamente o que foi vetado, o artigo, para que ele seja acrescentado à lei. E eu espero. O projeto está aqui. Eu vou lê-lo para os senhores:

“Projeto de Lei nº 254, de 2006. Senador Pedro Simon.

O Paof deverá ser submetido à prévia aprovação pelo Congresso Nacional quando incluir concessão de floresta pública com área superior a 2.500 hectares, nos termos da Constituição Federal, inciso XVII do art. 49.”

O artigo foi aprovado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, virou lei, foi ao Presidente, e o Presidente a vetou.

Entre com um projeto, que está em tramitação. Eu vou pedir urgência, Sr. Presidente. Urgência urgentíssima. Independentemente do meu projeto – eu repito –, a Juíza Dr^a Selene Maria de Almeida proferiu decisão relativa ao primeiro do Lula e trancou tudo. Está parado.

É importante salientar a importância deste meu pronunciamento, Sr. Presidente, porque nós estamos ainda no início. Foi a primeira concessão: 95 mil hectares. A Juíza Dr^a Selene Maria de Almeida proferiu decisão relativamente ao processo de concessão das nossas florestas, no âmbito da Lei nº 11.204, cuja área está localizada no oeste do Estado de Rondônia. Uma instalação – repito – de 95 mil hectares na chamada Flona Jamari.

As justificativas incluídas na decisão da desembargadora e o Projeto de Lei do Senado nº 254/06, a que me referi agora, de minha autoria, que restabelece a inclusão, na Lei nº 11.284/06, da necessidade da análise de concessão de terras públicas em áreas superiores a 2.500 mil hectares, têm forte correlação.

A decisão da Desembargadora está ligada à lei que votamos aqui e ao artigo que foi vetado. A Constituição diz que mais de 2.500 hectares têm de passar pelo Congresso. Nós votamos uma lei; na lei do Lula nós acreditamos e dissemos que 2.500 hectares têm de passar pelo Congresso. O Lula vetou. **E o Lula fez uma licitação de 95 mil hectares sem passar pelo Congresso. E a Desembargadora Selene Maria de Almeida proferiu decisão relativa ao primeiro processo e estamos discutindo agora. A decisão da desembargadora, a votação no Congresso, o veto do Lula e a nova apresentação que eu fiz aqui no Congresso dessa mesma emenda devem ser discutidos.

Prestem atenção ao que diz a Desembargadora:

“O risco de dano irreparável ou de difícil reparação está presente, com a previsão da abertura de envelope para o dia 10 de janeiro passado e o procedimento licitatório deverá estar em vias de conclusão. O bem objeto da ação popular faz parte do patrimônio e da so-

berania nacionais, sendo certo que a utilização do domínio público deverá ser feita na forma da Constituição e é premente a necessidade de se assegurar a competência do Congresso Nacional para participar desse complexo processo de concessão do domínio público, visando proteger os bens ambientais e o território brasileiro.”

Continua a Desembargadora – e quem diria, uma desembargadora chamando a atenção do Lula? –, mostrando ao Lula aquilo que ele sempre soube e que se esqueceu na hora da Presidência:

“Por uma questão de defesa dos interesses nacionais e de fidelidade do País e dada a urgência da decisão, reconheço a verossimilhança do direito invocado e defiro a antecipação da tutela recural, para sustar o processo de licitação da Floresta Nacional de Jamari, até que o Serviço Florestal Brasileiro obtenha autorização prévia do Congresso Nacional, conforme determina o art. 49, inciso XVII, da Constituição da República.”

Meu Deus! Meu Deus! Meus aplausos, meu carinho, meu respeito, minha admiração à ilustre desembargadora, Dr^a Selene Maria de Almeida.

Que coisa linda a sua decisão! Trancou. Foi o primeiro processo de concessão que o Lula fez. A desembargadora trancou e está parado. Eu estou nesta tribuna por causa disso. Está parado! E agora nós vamos ver para onde vai caminhar.

Em outras palavras, o Poder Judiciário também entende que a Constituição tem de ser cumprida e o Congresso tem de ser ouvido. E olhe que nós falamos que tem de ouvir o Congresso em concessão maior do que 2.500 hectares. E a concessão que o Lula deu é de 95 mil hectares! Eu gostaria que alguém me dissesse se, no mundo inteiro, desde que o mundo é mundo, lá nos Estados Unidos, lá na Austrália, em algum lugar, houve uma concessão de terras públicas no valor de 95 mil hectares, assim, por licitação.

E tem essa lei. Se for necessário, eu voltarei aqui. Se for dar licitação para a empresa tal, que é brasileira, mas a empresa tal pode fazer concessões a uma multinacional. E a empresa lá de fora entra com a nacional. E elas podem pegar um empréstimo do Banco Mundial, do banco que quiserem, dando como garantia essas terras. Vai ser uma coisa fantástica! E o Presidente Lula, onde está meu bravo Presidente Lula que não vê uma coisa dessa?! Onde está? Vetar a lei do Congresso, tudo bem, vetou a lei do Congresso.

Mas agora é a Desembargadora. É a Justiça que vem dizer exatamente a mesma coisa: não pode ha-

ver concessão de terras públicas com mais de 2.500 hectares sem ouvir o Congresso. Está na Constituição. Não é lei. Não é decisão. Não é interrogação. Não é tradição. É Constituição! Mais de 2.500 hectares, para conceder, o Congresso tem de falar. E a desembargadora veio e disse exatamente isso.

Agora é que eu quero chegar, Sr. Presidente. É evidente que cabe recurso da decisão da desembargadora. Por isso estou aqui, dirigindo-me pessoalmente ao Presidente Lula e a um homem que eu respeito, por quem tenho carinho, que acho um grande nome, que é o Ministro da Justiça, Tarso Genro, para que analisem essa parte. É evidente que ainda cabe recurso da decisão da desembargadora e que novos batedores certamente vão tentar abrir velhos caminhos, mas, quem sabe, essa decisão possa ser emblemática para mudança de rumo. Quem sabe o Lula não tenha vaidade e reconheça o equívoco e eu tenha que voltar a esta tribuna – e com que alegria voltarei a esta tribuna –, dizendo: “Olha, o Governo tomou uma decisão, reconhece e deixa que vá para o Congresso Nacional.

É muito melhor para o Lula, que faz o que quer praticamente com este Congresso, que, na hora de votar 95 mil hectares, tenha a aprovação do Congresso Nacional, do que a sua biografia estar inscrita.

E o Congresso Nacional apresentou uma emenda dizendo que mais de 2.500 hectares devem passar pelo Congresso, aliás, como diz a Constituição. Ponto. O Lula vetou esse artigo. Ponto. O Lula concedeu 95 mil hectares a uma empresa tal. Ponto. A desembargadora embargou, dizendo que não pode, que tem de ouvir o Congresso Nacional.

A palavra está com o Lula neste momento. O Lula pode recorrer. Pode recorrer e terminar ganhando lá no pleno, não sei onde. Mas o Lula poderá ter a grandeza de reunir a sua equipe. Chame o Congresso Nacional para discutir, chame o Ministro Tarso Genro, que tenho certeza é um jurista, para discutir, e acate; em vez de recorrer, muda a lei, manda para cá.

É um apelo dramático que faço ao Presidente Lula.

Gostaria muito mais, meus irmãos do Brasil, de voltar a esta tribuna, daqui um dia, dez dias, vinte dias, e dizer: o Lula merece respeito, aplausos ao Lula! Errar é humano, mas ele reconheceu, voltou atrás, teve a grandeza de voltar atrás! Do que ter de voltar a esta tribuna e dizer: “O Governo recorreu da decisão da desembargadora para ganhar tempo, porque não quer cumprir a Constituição.

Ouçõ o aparte do Senador Cristovam Buarque e, logo depois, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, a defesa do objeto em si do seu discurso, V. Ex^a já a

fez de maneira perfeita. Quero olhar esse ponto final, que é o comportamento de um Chefe de Estado, de um Chefe de Governo, ser capaz de reconhecer um erro, uma falha, de pedir desculpas e de dizer: “Eu vou fazer da maneira correta.” Essa grandeza só faz com que os estadistas cresçam. Então, todo o estudo que o senhor faz, toda a apresentação, toda a análise me convence e convence todos os que estão assistindo aqui. Este outro ponto é que seria fundamental, que é o convencimento ao nosso Presidente, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de reconhecer, Senador Mozarildo, e tomar a decisão correta, como o senhor está oferecendo neste momento. Ele só teria a ganhar e todo o Brasil teria a ganhar também com isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigada, Senador.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Pedro Simon, todos nós sabemos que V. Ex^a é um homem de muita fé. Por isso mesmo, V. Ex^a está colocando fé em que o Presidente Lula possa ouvir os seus conselhos. Aliás, não são nem conselhos, são esclarecimentos muito simples.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com todo o carinho, não é ouvir meu conselho. É olhar para trás, para a vida dele, chamar os velhos conselheiros dele para se aconselhar.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – O que V. Ex^a está expondo é muito simples: cumprir a Constituição. Ora, se ele cometeu um equívoco, induzido a erro ou não, de vetar a sua emenda como tinha vetado antes na Lei de Gestão das Florestas, uma proposta de que tudo fosse examinado pelo Congresso, nós examinamos concessão de rádio, de televisão, de empréstimos a municípios, Estados e à própria União, o nome de embaixadores, de agências reguladoras. E não podemos examinar?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – São 95 mil hectares.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Não podemos examinar uma concessão de terras dos Estados, terra pública da União? É o absurdo dos absurdos. Então, embora – repito – V. Ex^a tenha essa fé, eu não tenho. Parece-me que falta ao Presidente Lula essa virtude de ser coerente – não é nem ser humilde – como estadista e, como disse o Senador Cristovam Buarque, reconhecer quando se equivoca. E o grupo de conselheiros dele parece-me que é daqueles: “*o que pensamos é o que é e acabou-se.*” Passa-se por cima da Constituição inclusive. Felizmente, há o Poder Judiciário, porque, embora ele atropela o Legislativo, que o alertou, ele não pode atropelar o Judiciário.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu me dirijo ao Ministro Tarso Genro. Tem alguns nomes, nesse

Ministério, pelos quais tenho muito carinho. O primeiro é o do Tarso Genro. Eu o conheço lá do Rio Grande do Sul, é meu adversário, mas é um homem de dignidade, um homem de correção, um homem sério, um homem respeitável. A atuação da Polícia Federal, eu vejo, sob o comando dele, como mudou. Antes de ele assumir era aquele espalhafato. Prendiam, botavam na televisão, botavam amarras. Hoje ela está agindo com seriedade.

Vejo nomes como o da Ministra-Chefe da Casa Civil, que eu admiro. Acho que essa questão que está sendo debatida não está sendo discutida pelo lado correto. Se houve algum fato que deva ser discutido na Presidência da República, vamos ser sinceros, não foi a Ministra-Chefe da Casa Civil que fez. Temos de ter coragem de dizer que foi o Presidente da República.

Gosto demais do Ministro Ananias, acho-o um homem de bem, um homem espetacular. Reparem que todo mundo está batendo, fazendo propaganda, publicidade, e ele é o responsável pelo plano, ele é o grande nome e não apareceu em um lugar! Não há uma manchete onde ele apareça para inaugurar, para fazer qualquer coisa. Até dizem que ele não pode ser candidato a Presidente da República, porque ele está muito apagado. E, no entanto, ele está no Ministério que mais está na vitrine, que mais está mais sendo debatido. Ele é um grande nome.

Eu digo ao Ministro Tarso: “Entre nessa jogada. Entre nessa jogada.” Embora V. Ex^a esteja dizendo que não confia no Presidente Lula por isso ou por aquilo, o Presidente Lula mesmo disse que era contra as medidas provisórias quando era oposição, mas que, agora, no Governo, reconhece que tem que ser a favor das medidas provisórias. E há uma série de fatos como esse em que ele vem dizendo: “Eu era, quando era oposição; agora, reconheço que não”.

Agora, esse fato é diferente. Repare, meu amigo Tarso Genro, o que volto a repetir. Eu discuto, não debato o fato de eu, Pedro Simon, ter sido contra as medidas provisórias no Governo Sarney, contra as medidas provisórias no Governo Itamar, contra as medidas provisórias no Governo Fernando Henrique e ser contra as medidas provisórias no Governo Lula. Mas o Lula disse que era contra, quando era oposição, mas agora que chegou ao governo reconhece que são necessárias. Eu não discuto isso.

Mas este caso aqui. Está na Constituição que mais de 2.500 hectares de concessão de floresta pública devem passar pelo Congresso Nacional. Está na Constituição. O PT, o Lula, o Tarso e companhia eram a favor desse item, quando estavam na oposição. Bom, agora, estão no Governo. Meu amigo Tarso, o que leva o Governo a mudar agora? O que leva? Por ser Go-

verno? Perdoe-me a sinceridade, mas acho que, se o Presidente da República, quando era oposição, era a favor e exigia, e votou na Constituinte que mais de 2.500 hectares tem de passar pelo Congresso; agora, que ele é governo, que ele é o responsável, ele vai querer duas vezes. Não, 95 mil hectares passam pelo Congresso. Não quero ser o único responsável. Amanhã, a Nação vai cobrar de mim. Fui eu que decidi dar 95 mil hectares para a empresa tal. Não, ele vai dizer: “O Congresso concordou”.

Então, meu amigo Ministro Tarso Genro, acho que V. Ex^a há de concordar que esse não é igual ao problema da medida provisória, que, quando está no Governo é diferente – porque até, cá entre nós, quando se está no governo, é diferente. Mas esse, não, esse é o contrário: quem está no governo e vai assinar deve pensar duas vezes mais do que se estivesse na oposição.

O Lula vai querer passar para a história. Daqui a dois anos, três anos, dez anos, essa concessão de 95 mil hectares. Daqui a pouco, vai-se descobrir que se estudou que, no fundo, no território, há concessão disso, tem aquilo, tem minério, tem não sei mais o quê. Daqui a dez, quinze, vinte anos, vai-se descobrir que nessa concessão se fez isso, fez aquilo, e quem fez foi o Lula sozinho.

Ministro Tarso Genro, aconselhe o Lula a aceitar a decisão da desembargadora, não recorrer, mandar para esta Casa, e nós votamos – eu garanto – em urgência urgentíssima. Eu garanto! Não posso falar em nome de ninguém, mas falo em nome da Casa, porque tenho certeza de que toda a Casa, que votou por unanimidade a nossa emenda, vai votar por unanimidade o projeto que ele enviar. Ou que libere e que se aprove a minha emenda como ele bem entender, mas aprovar a minha emenda não vai querer, nem eu quero, porque aí é uma questão de mostrar...

Nós sabemos que o Governo copia um projeto, um projeto que está andando, mas não manda. Mandem um projeto, que vamos votar por urgência urgentíssima essa matéria.

Quem sabe, eu volto a repetir, essa decisão possa ser emblemática para mudança de rumos, para se caracterizar o debate com os devidos aprofundamentos e transparência que ficamos devendo ao povo brasileiro. Afinal, o povo brasileiro é o legítimo proprietário das terras que decidimos conceder, principalmente para empresas nacionais, ou nem tanto, porque elas podem conceder negociações com empresas lá de fora.

Volto a repetir, a empresa nacional que recebeu os 95 mil hectares pode fazer entendimento com uma empresa lá de fora, e a empresa lá de fora estar aqui dentro e fazer uma concessão para um banco do mundo

inteiro, dando como garantia essas terras. Isso é uma coisa fantástica! Dar como garantia essas terras!

Acrescento a este debate as últimas manifestações do general Augusto Heleno Ribeiro, Comandante Militar da Amazônia. Sua política indigenista brasileira. Eu não quero entrar nesse debate. O normal não era o general falar da maneira que falou. Estou totalmente de acordo com o que ele falou. Sou favorável à proposta do Senador Arthur Virgílio de ouvi-lo na Comissão de Relações Exteriores. Vamos ser muito claros, eu dou nota 10 ao Ministro Jobim. Nota 10! Ele já resolveu o assunto. Está encerrado. Não vamos querer criar uma questão militar. Isso estava muito em voga no passado: um militar falou, e não sei quê, e reuniu, e eu vi aparecer... Olha, fazia muito tempo que eu não via uma reunião do clube militar aparecer em jornal. E é muito ruim isso. Eu acho que clube militar não tem de aparecer em jornal. Mas, independente disso, a figura do Comandante do Exército, o conteúdo do que ele falou é importante a gente discutir. É muito importante a gente analisar. Acho que é um assunto profundo, e eu pretendo analisá-lo no devido momento.

Nunca me esqueço, lá atrás, quando fui à Amazônia analisar o projeto do Presidente Sarney – talvez uma das obras mais sensacionais do Governo Sarney – o Calha Norte. Eu era Ministro da Agricultura, quando participei, com o meu Ministério e vários outros Ministérios, na elaboração do projeto Calha Norte, sobre o qual o General-Chefe da Casa Militar fez o estudo e foi o responsável. Visitei e achei espetacular aquela obra. Lamentavelmente, o Ministério da Saúde não fez, o Ministério da Educação não fez, os vários Ministérios não fizeram, porque era para cada Ministério ter um segmento ali para garantia da floresta.

Lembro-me que, na Amazônia, o general – se não me engano – Espírito Santo, que era o Comandante de lá, nos reuniu e disse que, na escola brasileira, deveríamos ensinar os soldados a viverem e sobreviverem na floresta amazônica. Um trabalho fantástico. O general, de uma forma emocionante e patética, chamava-nos a atenção, lá no Governo Sarney, para os inimigos que estavam tentando nos tirar a Amazônia. Dizia ele, por exemplo, que os americanos queriam que déssemos força a eles para criarem uma unidade dessa ali na América Central, em uma das Guianas, idéia com a qual ele não concordou. Ele chamou a atenção para essa preocupação.

Chamar o general, conversar com ele – não com o general, mas com o cidadão – e debater essa matéria realmente é muito importante. Repito que não entro no mérito das opiniões do general, até porque, caso contrário, quem sabe eu pudesse dispensar o aprofun-

damento das discussões. Mas não se pode negar que ele trouxe a público um condimento, o mais importante, sobre a questão amazônica e a nossa soberania enquanto nação independente e soberana.

Não se trata de uma questão isolada, como não o é, a da concessão de grandes extensões de florestas públicas, notadamente na Amazônia.

Então, julgo ser a melhor hora para que possamos trazer para o devido local as discussões sobre uma região que, todos nós sabemos, é cobiça de interesses que estão longe de nossa soberania.

Apresentei, neste Senado, no passado, um mapa, que andava pelas escolas dos Estados Unidos da América, onde o Brasil perdia a floresta, e a floresta amazônica passava a ser um território independente, sob o controle da ONU. Isso foi distribuído, foi espalhado. O Governo não reconheceu como coisa oficial, mas andou, andou e já se tem vários mapas da América do Sul com o Brasil com menos de metade, 40% do seu atual território e a floresta amazônica com uma enorme região sob o controle internacional.

Afirmações nesse sentido não faltam. “Autoridades” acostumadas a barulhentos “batedores” já se manifestaram a respeito de nossa soberania sobre a Amazônia. Muitos, igualmente vestidos de defensores do meio ambiente. Como Al Gore, hoje Prêmio Nobel da Paz, exatamente pela “defesa do meio ambiente” quando ainda era candidato “democrata” a presidente dos Estados Unidos: “*Ao contrário do que os brasileiros acham, a Amazônia não é deles, mas de todos nós*”, dizia o norte-americano.

Ou Mikhail Gorbachev, ex-chefe do Estado soviético, em 1992: “*O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes*”.

Ou John Major, ex-Primeiro Ministro britânico: “*As nações desenvolvidas devem estender o domínio da Lei ao que é comum a todos no mundo. As campanhas ecológicas internacionais que visam à limitação das soberanias nacionais sobre a região amazônica estão abandonando a tese propagandista para iniciar uma fase operativa, que pode, definitivamente, ocasionar intervenções militares diretas sobre a região*”.

Ou Henry Kissinger, em 1994: “*Os países industrializados não poderão viver da mesma maneira como viveram até hoje, se não puderem ter à sua disposição os recursos naturais não-renováveis do planeta. Necessitarão montar um sistema de pressões e constrangimentos que assegure o alcance de suas intenções*”.

Ou, ainda, uma passagem extraída de um documento que se atribui a um tal de “Conselho Mundial de Igrejas Cristãs”, reunido em Genebra: “*A Amazô-*

nia é um patrimônio da humanidade. O domínio dessa imensa área pelo Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru e Equador é meramente circunstancial".

Mas ninguém foi mais direto e apropriado à nossa questão, objeto deste discurso, relativa à concessão de florestas públicas, como a ex-Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher: "*Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar seus débitos, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas*".

Margaret Thatcher, na crueza – e isso foi o seu governo, podemos discordar, mas foi uma senhora fantástica, lutadora pela Direita, mas de grande valor –, diz, numa tradução mais direta e mais "correta": "Se não consegue pagar seus débitos, venda suas riquezas, seus territórios, suas fábricas."

É preciso, portanto, decidir se queremos ser, em termos de nossa soberania, "autoridades" ou "batedores". Daí a importância do debate neste plenário ou na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E que esse mesmo debate seja ampliado com a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira diretamente ligados ao assunto: a comunidade acadêmica, as representações indígenas e de defesa do meio ambiente, as Forças Armadas e os Ministérios afins, a Igreja, a OAB e outras entidades.

Quando abriremos mão do que nos dita a Constituição, de nada adiantará nosso pseudo-abrigo das placas oficiais ou das películas protetoras. Espero que, com esse debate, possamos voltar à correta e verdadeira mão da história. E, no caso de nossas florestas públicas e da Amazônia, também de nossa geografia.

Volto a repetir – e já lhe darei um aparte com o maior prazer –: eu sei que quando Frei Betto – já falei isso várias vezes –, numa reunião do nosso grupo católico na CNBB, ao longo de uma missa, disse que estava se afastando da assessoria do Presidente da República, eu, de uma maneira até deselegante – eu me arrependi muito disso – disse que achava que ele estava errado, porque se as pessoas como ele, que orientavam para o bem, saíssem, só ficavam os outros. Achava que ele devia ficar. Ele respondeu, com muita grandeza, dizendo que sabia que o que ele podia fazer já estava fazendo e que estava-se criando uma situação de constrangimento, que não ficava bem para ele, que, então, passaria a atrapalhar em vez de ajudar o Presidente Lula, do qual ele continuaria amigo.

Eu estou mais ou menos nessa situação. Eu olhei o Presidente Lula com empolgação no seu primeiro mandato. Não nego isso, com empolgação. Eu achava que tinha chegado a nossa vez. O MDB fez toda a transição da luta pelo restabelecimento da democracia, mas Deus não nos quis. Na hora exata era para ser o Dr. Ulysses, não saíram as Diretas Já; ganhou o

Tancredo, que prometia uma obra espetacular, morreu; o Sarney é um homem de bem, fez a parte dele, mas não era o Sarney.

E o MDB, a partir da morte do Tancredo, é um ente penado que anda por aí. Dá pena! Vejo agora a decisão lá de São Paulo. Em São Paulo, éramos um grande Partido, elegemos Montoro, elegemos o Quéricia, elegemos todo mundo. Agora tem três Deputados federais, dois eleitos por duas igrejas diferentes; o terceiro, que é o Presidente do Partido, elegeu-se na terceira vaga, nas sobras, e, por mil votos, não era ele. Agora, não estão discutindo para que lado o PMDB vai apoiar o candidato a prefeito; estão discutindo o tempo do PMDB. É um partido pequenininho e todo mundo quer o PMDB apoiando porque tem quatro minutos para o programa de televisão.

Aí veio o Fernando Henrique, a social democracia. No mundo, era do que se falava – era o Mitterrand, era o Felipe González –, era uma maravilha, mas não deu.

Quando o Lula ganhou, eu achei que tinha chegado a nossa vez. Juro que pensei. Achava o Lula um homem puro. Eu nunca me esqueço, foi um dos momentos mais felizes da minha vida: ele jantando na minha casa, para minha honra – eu tenho a fotografia, guardo-a como recordação –, me convidando para ser Ministro do seu Governo, e falando o que ele queria, o que ele desejava, para onde ele caminhava. Eu pensei: "Chegou a vez do Brasil!". As coisas aconteceram e estão aí.

Pretendo fazer um discurso, meu amigo Cristovam, daqui a algum tempo, um discurso frio sobre o Governo Lula, porque tem as coisas positivas. Vamos reconhecer: tem as coisas positivas, muito positivas. É verdade que as circunstâncias que o mundo está vivendo facilitaram, mas o Governo soube aproveitar. Não enfrentou crises como a do México, da Rússia, da China e da Argentina, que Fernando Henrique enfrentou. Hoje não tem nada disso. Até a Argentina, que pediu moratória, que estava ridicularizada, hoje aumenta 7% o Produto Interno, muito mais do que o Brasil. Nós soubemos aproveitar. Vamos deixar isso claro.

Acho que os Programas Fome Zero e Bolsa-Família têm um aspecto que deve ser analisado: parece que o Governo tem isso como plano definitivo. Aí é uma loucura! Nós não podemos ter um plano definitivo em que dois, três, quatro, cinco milhões de brasileiros recebam uma bolsa alimentar e não precisem trabalhar, fiquem parados.

Muita gente pensa isso. Até nos Estados Unidos, depois da grande queda de 1929, quando Roosevelt lançou o plano de auxílio, de socorro, ele teve de fazer uma revisão porque muita gente lá não queria mais trabalhar, queria viver daquilo.

Então, é preciso aumentar emprego, aumentar trabalho, orientar essas pessoas no sentido de que estão vivendo de caridade por algum tempo, mas que têm de querer um trabalho para viver com dignidade, viver com o fruto de seu trabalho. No entanto, como um primeiro passo, é preciso reconhecer que está correto.

Tem coisas positivas? Tem, mas tem muitas coisas negativas, principalmente as concessões que o Presidente Lula está fazendo no campo da ética e da seriedade.

Ilustre Presidente Lula, esta aqui talvez seja a mais séria questão de todo o seu Governo e está na hora de decidir. Meu amigo Tarso Genro – posso chamá-lo de meu amigo Tarso Genro –, aprofunde-se nessa tese, estude isso. Vou mandar-lhe cópia de tudo isso – nem é necessário, ele tem muito mais do que isso. Analise isso, analise, Ministro Tarso Genro. Veja se V. Ex^a não chega à conclusão de que tem de dizer ao Presidente Lula: “Presidente, não recorra da decisão da desembargadora. Não recorra. Vamos mandar um projeto. O Simon está falando, mas temos certeza de que nós vamos mandar um projeto que vai ser aprovado com urgência urgentíssima. Não faça isso”. Noventa e cinco mil hectares, a primeira. Daqui a pouco, vem uma com duzentos mil hectares, sem votar no Congresso, sendo o Lula o único responsável.

É um apelo que eu faço. Eu invoco meu Deus para fazer com que o Lula, que tem sido tão abençoado com tantas coisas favoráveis nesse seu Governo, pare e pense. Eu não tenho o atrevimento, porque sei que o Lula não toma conhecimento, principalmente do que eu falo, mas com o Tarso não é assim. O meu amigo Tarso Genro, falo do fundo da alma, é uma pessoa que sei da maior dignidade. Eu não peço que ele pense como eu, apenas peço que ele pare e analise essa questão.

Ilustre Ministro, está na Constituição que a distribuição de terras públicas com mais de dois mil hectares tem de passar pelo Congresso Nacional. Quando se votou a Lei das Florestas, botamos na lei a reprodução desse artigo, o que talvez não fosse necessário, porque já está Constituição, mas o Presidente o vetou. O Presidente poderia ter vetado, dizendo: “Não precisa desse artigo porque isso já está na Constituição”. No entanto, na primeira concessão que ele deu – noventa e cinco mil hectares –, ele não pediu licença ao Congresso Nacional. Vem a desembargadora e suspende a concessão, dizendo que tem que pedir licença ao Congresso Nacional.

Ministro Tarso, jurista Tarso, analise isso e leve o seu conselho ao Presidente Lula.

Com o maior prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, é uma pena que a corrupção esteja tomando tanto o nosso tempo...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – ...que nos faz transformar o Senado na Casa das CPIs. Todas elas são necessárias, não estou contra nenhuma delas, mas não nos estão deixando tempo para pensar, para refletir sobre os grandes problemas que a Nação brasileira enfrenta. E um desses problemas o senhor trouxe hoje de manhã aqui. Trata-se de uma coisa muito específica, que é a definição da desembargadora e a necessidade de passar pelo Congresso num caso específico. Agora, por trás disso, está um desafio para a nossa geração: nós, que aqui estamos, precisamos entender a dificuldade de combinar três fenômenos que merecem ser combinados – a globalização, o nacionalismo e as etnias ou tribalismo, no sentido positivo dessa palavra. Nós não podemos ignorar que há um processo de globalização. Nós não podemos abrir mão da defesa da Nação brasileira e não podemos, nessa defesa, passar por cima de grupos como os nossos indígenas. Como combinar isso? É um desafio para esta Casa. Não há outro lugar para tratar disso. Não é no Supremo, porque o Supremo vai definir como se aplicam as leis que existem. Aqui é que a gente faz. É óbvio, hoje, que a Amazônia é nossa, como é óbvio também que a Amazônia tem um papel no equilíbrio ecológico do mundo. Então, a gente tem de saber como é que, mantida a nossa soberania, nós vamos usar, conviver e proteger a riqueza florestal do Brasil. É óbvio que criar uma reserva que atravesse a fronteira nacional pode trazer problemas no futuro.

Daqui a cem anos, pode ser que a gente diga: “Foi ali que o Brasil perdeu um pedaço de seu território, ao dar uma reserva, com muito boas intenções, que atravessava a fronteira do Brasil com outras nações”. Agora, também é óbvio – o terceiro óbvio –, que a gente não pode, em nome da defesa da Nação brasileira, esquecer os direitos daqueles que chegaram aqui antes de existir a Nação brasileira. Como combinar tudo isso? Eu não vou dizer que sei como combinar esses três fatores, mas o que eu sei é que esta Casa é o lugar onde este problema pode ser decidido: como garantir que a Amazônia seja nossa e, ao mesmo tempo, mantermos a responsabilidade nossa sobre esse patrimônio que não pertence à toda a humanidade, mas é de toda a humanidade: Pertence ao Brasil, mas é de toda a humanidade ou, se quiserem, o contrário: é do Brasil, mas pertence à humanidade. Como fazer isso? Como tratar o planeta como um condomínio no qual o que está dentro do território brasileiro pertence aos

brasileiros, mas a gente não pode tocar fogo, porque queima os vizinhos; a gente não pode deixar a torneira aberta porque a torneira aberta inunda o apartamento do vizinho; a gente não pode fazer represas que terminem prejudicando os vizinhos sem consultá-los? Como conviver neste momento com essa situação? Eu acho que raras vezes, nesses seus 180 anos, este Senado teve uma chance como a que nós temos hoje. Eu estou falando de um problema que o senhor trouxe, o problema da soberania no mundo global e do respeito às minorias, porque esse é o problema. Hoje não se trata apenas soberania, trata-se de soberania na realidade global e na ética de defesa dos direitos das minorias que aqui vivem, fazem parte do Brasil e têm direitos específicos. Esse desafio a gente não está aproveitando. Quando eu assisto o seu discurso, me dá alegria ver a sua resistência de nacionalista sem se deixar cair na ilusão globalizante, como se o País se diluísse. Agora, ao mesmo tempo, me dá a tristeza de saber que é um discurso que não vai provocar em nós a possibilidade de votarmos, porque essa é a nossa função. O senhor e eu usamos o direito de falar, mas não estamos conseguindo usar a obrigação de votar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, mas nós vamos votar de novo.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – É isso o que o senhor está pedindo, claro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Porque o projeto está aí.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Governo vetou. Mas eu apresentei de novo.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E nós vamos votar de novo, e nós vamos aprovar que mais de dois mil hectares tem de passar pelo Congresso.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Não há dúvida de que esse projeto tem de trazer para cá. O meu medo...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu só espero que o Lula não faça isso.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Primeiro, que o Lula não faça isso, porque o Poder Executivo é determinante. Segundo, que chegue aqui e leve tantos anos, tantos anos, tantos anos, que a gente já tenha perdido uma parte. Na velocidade com que as coisas aqui acontecem, raramente a gente tem a chance de dizer: “Nós estamos presentes na defesa do futuro do Brasil.” Foi a Deputada Maria Helena, de Roraima, que, um dia desses, discutindo a situação lá sobre como fazer com o problema da reserva, disse: “Eu acho que a gente deve pensar o que vão dizer da gente daqui a cem anos? Vão dizer da gente que destruímos o povo

indígena? Não queremos. Ou vão dizer da gente que entregamos uma parte do território para outro Estado que seja criado com influência estrangeira? Não queremos.” Esse é o desafio. E aí o senhor trouxe uma coisa interessante. Hoje tem tanta gente contra a reserva que foi feita para proteger os indígenas, mas essas mesmas pessoas que são contra estão a favor da reserva ser entregue a estrangeiros para explorar a floresta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Não é verdade? Aos índios, não; aos empresários, sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Eu sou contra a gente fazer qualquer desses dois sem pensar no interesse nacional. Pode até ser para os empresários, passando pelo interesse nacional primeiro; pode até ser para os índios, pensando no interesse nacional. A gente não está fazendo o que deveria. O seu discurso deveria ser motivo de profunda reflexão desta Casa, mas também de determinação para apressar o seu projeto, para que rapidamente a gente vote que qualquer concessão desse tipo tem de passar pelo Congresso, não porque somos superiores a ninguém, mas porque o povo todo vai assistir ao debate. A decisão do Poder Executivo é tomada em gabinetes. As decisões tomadas por esta Casa são decisões tomadas como se fôssemos um...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Na presença de todo o povo.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – É como se tivesse sido decidido nesse programa da Rede Globo, que põe uma porção de gente ali dentro para ver quem fica até o final. É aberto. É um BBB. Então, aqui, as decisões, em sendo abertas, sobretudo com o fim do voto secreto, como acabamos, a gente tem condições de tomá-las, se não as corretas – porque a história, às vezes, mostra que erramos –, pelo menos que sejam decisões com intenções corretas, visando defender a Nação, respeitar os povos indígenas, sem esquecer que há realmente uma globalização. No Planeta, hoje, há relações que, se queirmos aqui uma floresta, repercutirá nos outros, e temos de ter responsabilidade com isso. É uma pena que não estejamos aproveitando plenamente, mas, pelo menos, estamos aproveitando em ouvir o seu discurso, que tem, sem dúvida alguma, impacto na opinião pública que está assistindo, na opinião pública que vai tomar conhecimento e, sobretudo, na juventude brasileira.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito seu aparte e acho que ele, como o do Senador Mozarildo, vem fechar meu pronunciamento e lhe dar um sentido realmente real, como eu desejo.

Gosto muito de V. Ex^a. Ainda ontem, não assisti daqui, mas do meu gabinete, a todo o seu pronunciamento, que achei épico. V. Ex^a diz que o mundo se reúne e há entidades mundiais para tudo o que se quer, mas não há nada em que se discuta a questão da educação. V. Ex^a propõe a criação de uma entidade nesse sentido. V. Ex^a me dizia, ainda há pouco, que está pensando em levar essa idéia ao Congresso do Mercosul. Já seria um início, quer dizer, o Congresso brasileiro e o Congresso do Mercosul. Quando vejo V. Ex^a ser apontado como o Senador da Educação e debater com tanta profundidade essa matéria, acho que V. Ex^a está prestando um grande serviço.

Aos poucos, sinto que esta Casa vai entender que não há como se falar no amanhã sem se começar, primeiro, a questão da vida, a questão da dignidade, da criança, do problema de olharmos os milhões de brasileiros que nascem, vivem e morrem sem terem certidão de nascimento, sem terem chance de prosperar. E, logo depois, vem a educação. Eu fico muito feliz com V. Ex^a.

Com relação ao assunto que V. Ex^a abordou, quero, rapidamente, dizer o que já havia dito – V. Ex^a ainda não estava aqui – anos atrás, quando se discutia a demarcação na Amazônia. Eu dizia o seguinte: eu presto minhas maiores homenagens aos indígenas brasileiros. Não vejo autoridade nos Estados Unidos para nos dar qualquer tipo de lição, porque não há no mundo lugar histórico onde mais massacram e mais judiaram os indígenas do que os americanos, os Estados Unidos. Todo o progresso e todo o avanço foram feitos no sentido de destronar e liquidar os indígenas. Mas o Brasil tem todas as obrigações, até na questão afetiva, de dar força para que os indígenas vão adiante e tenham as suas garantias. Área para os indígenas? Sou totalmente favorável. Terra para os indígenas? Sou totalmente favorável. Mas por que na fronteira? Esta é a discussão que sempre fiz: por que na fronteira? A Amazônia é imensa e tem imensas regiões. Por que na fronteira? E na fronteira com outros países?

Já não se fala tanto, mas, na época, se discutiam e se mostravam os lanomâmis do Brasil numa área da fronteira, os lanomâmis dos outros países. Falava-se até em lanomâmis que estavam vindo de outras regiões para a fronteira com o Brasil e falava-se muito na nação lanomâmi. Então, fico a perguntar: os índios são brasileiros? São. Têm mais direitos do que nós? Têm. Se olharmos para Israel, quando a ONU criou, em 1947, aquele Estado, moravam em Israel milhões de brasileiros. Há muitos anos estavam ali e foram retirados. A ONU foi justa: criou o Estado de Israel e o país, a Palestina. Então, os judeus iam para a palestina e os palestinos teriam uma pátria que até hoje não têm.

No Brasil, os indígenas também têm direito e acho que devemos cumprir. Mas por que na fronteira? Por que na fronteira? Andei por toda aquela região. O Projeto Calha Norte, eu vi com uma alegria muito, muito grande. Era um general patriota, o General Espírito Santo, do Rio de Janeiro, Comandante Militar da Amazônia, um apaixonado pela matéria. O Calha Norte foi feito com o sentido de levar o progresso, o desenvolvimento, de nos apropriarmos daquela terra e fazê-la realmente uma terra produtiva.

Em primeiro lugar, por que pararam o Calha Norte? Por que o Fernando Henrique não deu força ao Calha Norte? E por que o Lula também não está dando?

Em segundo lugar: favorável à fixação dos indígenas? Sim. Mas eu repito: Por que na fronteira? Para que vamos criar uma região de conflito na fronteira? Nós já temos uma questão seriíssima, que são as forças revolucionárias da Colômbia, que já estão entrando na fronteira, estão entrando no nosso País, estão andando pelo nosso País, e não temos condição de vetar. Nós já temos uma questão, que é a droga que circula. Antigamente, circulava e subia para o Norte. Agora, circula, passa por ali, vem para São Paulo e se propaga pelo mundo e pelo Brasil.

Nós temos a questão do contrabando de armamentos, que também por ali passa. Por isso, acho importante a vinda do General, como acho importante a vinda de tantas outras autoridades, para discutirmos essa matéria que V. Ex^a apresentou. É importante? É. É séria? É. Para mim, nota mil para os indígenas, menos para os indígenas nas fronteiras. Acho que, se há uma região que merece ter uma área onde as Forças Armadas estejam presentes, é a região de fronteira.

Encerro, Sr. Presidente, voltando a falar sobre o grande brasileiro que é o Ministro da Justiça, Tarso Genro, que é a pessoa mais indicada para discutir essa matéria e levá-la ao Lula. Como Ministro da Justiça, pela autoridade e pela credibilidade que tem, ele pode estudar essa matéria e levá-la ao Presidente da República, que vai ouvi-lo e vai discutir com ele. É o apelo que faço, neste momento, agradecendo a tolerância de V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço ao Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra, pela Liderança do PTB, ao Senador Sérgio Zambiasi, por cinco minutos, para uma comunicação de interesse partidário. Em seguida, falará o Senador Cristovam Buarque.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti.

Ocupo este espaço da liderança partidária para fazer uma homenagem muito singela, mas muito justa, muito especial, pela passagem do aniversário de 60 anos do “35 CGT” (Centro de Tradições Gaúchas), lá em Porto Alegre, fato que foi celebrado festivamente e comemorado ontem, dia 24.

Uma das mais belas instituições da cultura do povo gaúcho, o “35” foi fundado por um dos símbolos vivos do tradicionalismo gaúcho, o folclorista e homem cuja figura, inclusive, inspirou a conhecida Estátua do Laçador, em Porto Alegre, o nosso querido, o nosso grande Paixão Côrtes.

O “35” foi como uma semente que frutificou nos quatro cantos do mundo, solidificando o conceito de que tradicionalismo é mais que um movimento, mas um organismo social de natureza nativista, cívica, cultural, literária, artística e folclórica.

Hoje, os CTGs estão espalhados em todos os continentes e somam mais de três mil por todo o Brasil, sendo metade no Rio Grande do Sul e mais de uma dezena em vários países do mundo.

Este verdadeiro culto à história de um Estado e de seu povo começou quando os fundadores do “35”, a maioria jovens estudantes vindos do interior para a capital, Porto Alegre, procuraram criar um espaço onde pudessem reviver suas origens do campo, impedindo, assim, a deterioração de uma entidade cultural que a vida urbana por vezes parecia tornar inevitável.

A importância do “35” no contexto do Movimento Tradicionalista Gaúcho não está apenas por ter sido a primeira entidade a ser criada, até porque muitas outras lhe antecederam na história, mas sim pelo modelo apresentado, o que levou ao desenvolvimento de um movimento social, tradicionalista, de forma organizada, do qual muito se espera, dentro e além fronteiras do Rio Grande do Sul e, acima de tudo, forjando um movimento que não apenas representasse o resgate do passado, mas contemplasse igualmente sua natureza nativista, cívica, cultural, literária, artística e folclórica.

Dentro deste momento histórico é que surge a criação da Ronda Crioula, evento que antecedia a comemoração do 20 de Setembro, data máxima do Rio Grande do Sul por marcar a eclosão do movimento histórico e épico que é a Revolução Farroupilha.

Aquele grupo de jovens liderados por Paixão Côrtes procura, então, a Liga de Defesa Nacional pedindo para associar-se aos festejos, propondo, então, que uma centelha do “Fogo Simbólico da Pátria” fosse retirada para transformá-la na “Chama Crioula”, símbolo da união indissolúvel do Rio Grande do Sul à Pátria brasileira e desejo de que a mesma aquecesse o coração de todos os gaúchos e brasileiros desde a Data da Pátria, 7 de Setembro, até a maior Data Gaúcha, 20 de Setembro.

No dia 7 de setembro de 1947, Paixão Côrtes, convidado a “presidir” o traslado dos restos mortais do herói farroupilha David Canabarro de Santana do Livramento para Porto Alegre, reuniu um piquete de oito gaúchos bem pilchados para conduzir o cortejo. Os jovens estudantes carregavam as bandeiras do Brasil, do Rio Grande do Sul e do Colégio Júlio de Castilhos e, desde então, passou a ser conhecido como o Grupo dos Oito, ou o Piquete da Tradição, plantando a primeira semente que iria frutificar no ano seguinte com a criação do “35 CTG” – é claro, rememorando o épico ano de 1835 da Revolução Farroupilha – e, mais tarde, do Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Entre esses pioneiros estavam Antônio João de Sá Siqueira, Fernando Machado Vieira, João Machado Vieira, Cilso Araújo Campos, Ciro Dias da Costa, Orlando Jorge Degrazzia, Cyro Dutra Ferreira e o líder João Carlos Paixão Côrtes. Mas a repercussão do trabalho logo, logo foi somando outros nomes importantes do tradicionalismo gaúcho, entre os quais podemos citar Barbosa Lessa, Wilmar Santana, Glaucus Saraiva, Flávio Krebs, Ivo Sanguinetti e tantos outros.

A adesão de Barbosa Lessa ao movimento é interessante de ser registrada. Poeta e músico, aquele que viria a tornar-se, junto com Paixão Côrtes, um dos principais nomes do nosso movimento tradicionalista, Lessa despertou para o movimento quando presenciou a passagem da guarda à Canabarro. Tratou, então, de saber quem eram aqueles que ali estavam, descobrindo que eram colegas do “Julinho” – a Escola Estadual Júlio de Castilho, aqui já referida, uma das mais tradicionais de Porto Alegre. Dois dias após, quando a Chama Crioula chegou ao “Julinho”, lá estava Barbosa Lessa como um dos participantes e organizadores da 1ª Ronda Crioula.

Paixão Côrtes é um personagem decisivo da cultura gaúcha e do movimento tradicionalista no Rio Grande do Sul, do qual foi um dos formuladores, juntamente com Luiz Carlos Barbosa Lessa e Glaucus Saraiva. Juntos, partiram para a pesquisa de campo, viajando pelo interior, para recuperar traços da cultura do Rio Grande.

Os jovens de 1947 e 1948 sabiam o que queriam e, após a consolidação da fundação, partiram para a escolha do nome que representaria os objetivos que os animava. Surgiram oito propostas, todas em homenagem a 1835, data de início da Revolução Farroupilha. Barbosa Lessa, que ficara calado, sugeriu: “Os 35 – Centro de Tradições Gaúchas”, decidindo-se que ficaria somente “35 – Centro de Tradições Gaúchas”.

Pois são de um desses pioneiros, justamente o poeta Barbosa Lessa, as palavras ao mesmo tempo singelas e significativas com as quais eu gostaria de encerrar este breve pronunciamento de reconhecimento e admiração por esses homens e sua história e pela história da terra em que nasci, da nossa cultura, do nosso movimento cultural e desse tradicionalismo que preserva, realmente, um sentimento pátrio muito especial.

Parece-me que hoje as fronteiras estão sendo um dos grandes temas do nosso plenário.

O Senador Simon abordou intensamente essa questão. O primeiro pronunciamento do dia foi meu e também comentei a questão das nossas fronteiras e, mais uma vez, agora aqui, homenageando o nosso “35 – Centro Tradições Gaúchas”, encontro mais uma razão para lembrar a importância, Senador Cristovam Buarque, de se falar em fronteiras, de se debaterem as fronteiras, de se conhecerem fronteiras. O Brasil tem 15,7 mil quilômetros de fronteiras, e nós praticamente não as conhecemos. Acho que é hora de as conhecermos um pouco melhor e de trabalharmos pela integração das nossas fronteiras com os países vizinhos, irmãos, ajudando-os no desenvolvimento e não insistindo em leis anacrônicas, leis antiquadas, leis superadas que acabam dificultando o próprio convívio natural entre os nossos povos.

Eu falava exatamente de Barbosa Lessa, que escreveu o Hino Tradicionalista gaúcho do “35”. A simplicidade de Barbosa Lessa revela também, em versos bonitos, versos verdadeiros, versos gaúchos, versos da nossa história, a simplicidade da alma gaúcha:

Eu agradeço à Salamanca do Jarau [a Salamanca é uma caverna, no alto de um serro chamado Jarau, lá na fronteira com o Uruguai, uma gruta mágica, que recebeu esse nome dos nossos espanhóis] por me ensinar o que aprendeu do “Velho” Blau [Blau dá para dizer que é o primeiro filho gaúcho, filho de uma índia charrua neto, dos índios charrua que povoavam as nossas terras das nossas fronteiras com a Argentina e o Uruguai]:

com alma forte e sereno coração
achei meu rumo para sair da escuridão.
Vi uma luz que se tornou fogo-de-chão,
sorvi a luz no ritual do chimarrão,
e hoje sei o que é a Cordialidade
que nos conduz à real felicidade.
Avante, cavaleiro mirim!
Em frente, veterano peão!
Lado a lado, prenda e prendinha,
todos juntos dando a mão.

Avante, seguindo os avós!
Em frente, trazendo os piás!
Coisa linda é se ver gerações
Convivendo em santa paz.
E dá uma gana de sair dançando,
Ou gritando com força juvenil:
Viva a Tradição Gaúcha
Dos campeiros do Brasil!

Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, colegas Senadoras e Senadores, com esta pequena homenagem ao 35 CTG, quero aqui reafirmar minha admiração pela história da nossa terra e do inquestionável, mas por vezes incompreendido, sentimento de brasilidade de todos os gaúchos e gaúchas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço a V. Ex^a. Quero fazer também a minha homenagem ao CTG Nova Querência de Roraima.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Cristovam Buarque, PDT, do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se eu ler uma lista de nomes aqui, é provável que, de imediato, as pessoas que estão nos assistindo nem percebiam o que há de comum com essas pessoas. Os nomes, por exemplo, de Maria Andressa, de Luana de Jesus, de Laila Luiza, de Izabela Tainara Faria, de João Hélio e de Isabela Nardoni. As pessoas vão saber o que une esses nomes que eu falei por causa dos dois últimos, provavelmente – João Hélio e Isabela Nardoni. Os outros, provavelmente, ninguém vai saber, porque já esquecemos. Já esquecemos que eu li a lista de crianças assassinadas há pouco tempo nos Brasil.

Eu não disse um nome. Se fosse um nome, poderíamos dizer que há maldade, há perversidade de bandidos bárbaros, assassinos e criminosos.

Mas eu li uma lista. Quando, em vez de um único nome, há uma lista, é porque não se trata apenas dos bandidos bárbaros que cometem esses crimes e merecem ser punidos. Quando a gente vê uma lista de

crianças sendo assassinadas é porque há algo mais profundo do que uma mente doentia de um assassino. Há algo errado na sociedade brasileira que está provocando isso não como caso esporádico, isolado e raro, mas em seqüência.

E nós precisamos refletir por que este País se transformou num lugar onde bandidos assassinam crianças no plural e não uma só, a cada década, mas sistematicamente.

Segundo: devemos saber o que fazer, agir, para que a gente possa tomar alguma medida no sentido de que, se houver crime contra criança neste País, seja como uma exceção, como algo doentio de uma mente e não como algo doentio de uma sociedade, que é o que está acontecendo agora.

No que se refere à reflexão sobre o porquê, tenho impressão de que a gente já sabe. A primeira coisa é a tolerância. Nós sabemos que esses criminosos ou não serão presos ou ficarão pouco tempo na cadeia. Sabemos disso. Há uma tolerância do sistema jurídico nacional, para fazer com que alguns crimes – estou falando daqueles cujos responsáveis já foram descobertos – não provoquem a punição dos criminosos. Há uma tolerância.

O segundo é o esquecimento. Nós fazemos o imenso sentimento nacional de frustração de culpa cada vez que há um crime como esse, especialmente no caso do João Hélio com o que o Brasil ficou perplexo. Neste Senado, foram dias de debates e eu diria até de choros. Passado um ano, quantos aqui lembram o que passou com o João Hélio?

Nestes últimos dias, é o caso da menina Isabela Nardoni. O Brasil inteiro está revoltado, indignado, sofrido. Por quanto tempo mais? Posso dizer com toda a certeza que não será por muito mais tempo do que o tempo que ficarão na cadeia aqueles que cometeram esse fato. A tolerância e o esquecimento são duas causas fundamentais de termos provocado o Brasil se transformar no País onde crianças são violentadas, assassinadas.

O terceiro é que a barbaridade hoje, Senador, não se limita à mente de uma ou outra pessoa. Vivemos numa sociedade em que se transformou em fato natural o abandono das crianças. Não fazemos como o bandido que joga uma criança da janela do apartamento onde vive, mas fazemos, sim, com as crianças, ao jogá-las pela janela da história, por essa outra janela, a janela do futuro.

Nós jogamos para fora deste País centenas de milhares e milhões de crianças.

Não é o assassinato brutal que desperta a polícia, que faz com que ela identifique o responsável; e até que a Justiça, de vez em quando, condene; e até que fiquem presos por alguns meses ou anos. Não. Falo de uma janela pela qual jogamos as crianças brasileiras; e nem percebemos que estamos jogando essas crianças brasileiras para fora do trem do futuro, onde elas deveriam viver. Não assassinamos fisicamente, mas condenamos essas crianças a não terem futuro. Não ter futuro é sinônimo de morte, mesmo que não seja a morte biológica. É a morte de um desemprego permanente. É a morte de ter até um emprego, mas sem um salário decente. É a morte de não participar da sociedade do seu país. É aquela morte pior de todas: a de saber que seu filho também será jogado fora pela janela da história do País, saber que seu o filho repetirá o mesmo tipo de vida, de constrangimento, de necessidade, de insatisfação, de desespero que o pai e a mãe têm por falta de atendimento no momento certo.

Nós vivemos num País que joga as suas crianças pela janela, de vez em quando num crime bárbaro como a gente viu recentemente em São Paulo, em que se identifica o criminoso. Mas, todos os dias, todas as horas, todos os minutos, há crianças sendo jogadas pela janela neste País, diante dos olhos tranqüilos, diante da total convivência de todos nós. Aí, temos que fazer uma diferença entre a convivência daquele popular que não tem poder e a convivência nossa, de Parlamentares, que temos a obrigação de procurar evitar que isso aconteça.

Mas, no Brasil, a gente não sabe como recorrer para evitar que isso aconteça; no Brasil, a gente, depois de uma criança jogada pela janela, recorre à polícia para descobrir quem fez, a gente recorre à Justiça para punir, mas a gente não sabe como recorrer para que essas coisas não aconteçam. E alguns podem dizer: mas o futuro ninguém sabe. Como recorrer a alguém para evitar que algo aconteça no futuro?

Eu lembro que, faz poucos meses, os aviões deste País começaram a atrasar, e nós soubemos a quem recorrer. Há uma coisa chamada Anac. Recorreu-se à Anac, demitiu-se o dirigente da Anac, colocou-se outra pessoa. O próprio Ministro da Defesa, que é o superior maior da Anac, foi demitido para que se pudesse fazer com que os aeroportos do Brasil voltassem a funcionar.

Pois bem, não há no Brasil, Senador Mozarildo, Anac para a criança. Não há uma Anac de criança no Brasil. Quando algumas crianças indígenas morreram, nós soubemos onde recorrer, à Funai, porque eram indígenas, não porque eram crianças. Eram indígenas.

Aí, havia uma agência para recorrer. A Funai foi responsabilizada porque algumas crianças morreram – indígenas. Mas, quando as crianças não são indígenas, a quem a gente recorre? Ao Ministério da Educação? Não. O Ministério da Educação cuida da educação. E das crianças? Ao Ministério da Assistência Social? Não. O Ministério da Assistência Social cuida da assistência social, com o nome de desenvolvimento social.

A quem recorrer? Não há uma agência para recorreremos, não há ninguém a quem culpamos, não pela morte de uma criança – porque desta sabemos: o criminoso – mas pela morte do conjunto das crianças. Não sabemos. Não há.

Pois bem. Hoje, de manhã, falei com o Senador Garibaldi que precisamos fazer alguma coisa no Senado Federal para tentarmos enfrentar essa tragédia, essa vergonha de sermos um País que joga suas crianças pela janela.

Volto a repetir: a janela do ponto de vista físico, real, de um apartamento no 6º andar de um prédio em São Paulo em que uma pessoa é responsável, ou duas, o que seja; e a janela do ponto de vista simbólico – a metáfora, como dizem os poetas –, a janela do tempo, a janela da história, a janela do trem para onde caminha este País. E aí a culpa não é de nenhum criminoso isolado: aí a culpa é de todos nós coniventes, especialmente, os dirigentes deste País.

Eu falei com o Senador Garibaldi que ia fazer uma proposta, que eu divido em duas partes. Uma, que eu reconheço, mais uma vez, que é daquelas propostas que não vão terminar sendo aceitas – embora ele, como Presidente, diga que sim –: é a de que, no Senado Federal, em que fazemos tantas sessões de homenagem, façamos uma sessão para refletirmos sobre a situação das crianças do Brasil, dediquemos um dia. Ainda ontem, houve uma sessão para a ABI; no dia anterior, houve uma sessão para os aposentados; segunda e terça-feira, haverá aqui diversas sessões de homenagem ao passado. Por que não fazemos uma sessão de homenagem ao futuro? Por que não nos reunimos aqui para descobrir por que estamos jogando nossas crianças pela janela, tanto do ponto de vista físico dos assassinatos brutais dos últimos meses quanto do ponto de vista simbólico de fazer com que as crianças não tenham oportunidade na vida, porque nascem, mas nem sobrevivem no número suficiente, se usássemos uma boa medicina? Sobrevivem, mas não se desenvolvem plenamente nos primeiros anos de vida. E, se não se desenvolvem plenamente nos primeiros anos de vida, não se recuperarão depois, salvo raríssimas exceções. Sobrevivem, têm até uma boa oportunidade

nos primeiros anos, mas não conseguem entrar numa escola aos quatro anos. E quem não entra na escola aos quatro anos e espera entrar aos sete, terá menos chance de se alfabetizar corretamente na hora certa, terá menos chance de entender o mundo como deve. Ou entra até na escola aos quatro anos, mas não sai aos dezoito, sai antes, porque no Brasil não chega a seis anos a média de anos de escolaridade. Estamos jogando fora, estamos jogando pela janela, estamos assassinando no sentido da produtividade dessas crianças, do bem-estar dessas crianças, do potencial dessas crianças. Somos um País que joga suas crianças pela janela. E só nos chocamos quando é a janela física de um apartamento, não nos chocamos quando é a janela simbólica do trem da história do País.

A primeira proposta seria esta: fazermos aqui uma sessão para decidir como fechar as janelas para que este País possa ter suas crianças para dentro, garantindo que: nasceu, vai ter uma boa alimentação e vai ter saúde. Chegou aos quatro anos, vai entrar na escola. Nessa escola vai encontrar professores motivados. E, para isso, eles precisam ser bem preparados e bem remunerados.

Colocar as crianças hoje em certas escolas é jogar a criança pela janela. Não matamos: abandonamos. E para uma criança a diferença entre o assassinato e o abandono é que a vida biológica continua, como continua em muitos outros seres vivos – que tem, até, é bom lembrar, sociedades de proteção dos animais. Mas nós não temos uma agência de proteção da criança e do adolescente no Brasil. A idéia de reunir-se, este Senado inteiro, num dia em que os 81 Senadores estejam juntos para discutir a criança brasileira é a proposta que eu fiz ao Senador Garibaldi cuja viabilidade ele disse que vai estudar. Eu acho que é difícil. Tantas coisas que os Senadores têm para fazer. Ano de eleição municipal... Difícilmente a gente vai ter tempo para sentarmos, todos juntos aqui, e discutirmos como fechar as janelas do trem da história pelas quais nós estamos jogando as crianças.

A segunda, Senador Mozarildo, eu creio que pode ser mais fácil: é fazermos um mutirão para analisarmos tudo o que está hoje no Senado e com projetos de lei relacionados com crianças, e portanto, com saúde, e, portanto, com educação. Vamos fazer um mutirão. Vamos fazer um mutirão em homenagem a essas crianças cujos nomes eu li aqui: a Maria Andressa, a Luana de Jesus, a Laila Luíza, o João Hélio, a Isabela Tainara, a Isabella Nardoni. Vamos prestar uma homenagem a elas pensando nas outras que ainda estão vivas, pensando nas outras que ainda não nasceram. Vamos

prestar uma homenagem a elas, senão nos reunindo aqui um dia inteiro os Senadores, para descobrirmos o que fazer com as crianças brasileiras, o que fazer para fechar as janelas pelas quais nós jogamos as crianças do Brasil, ou, pelo menos, fora do plenário, uma equipe até de técnicos – que muitas vezes têm mais tempo, pelo que se vê, que os Senadores; têm mais tempo para trabalhar, e trabalham duro – que pesquise, identifique, localize em que comissões estão os projetos relacionados com as crianças, os projetos relacionados com o futuro delas, com o presente das crianças.

E feito isso, vamos fazer um mutirão. Vamos fazer um mutirão neste Senado para que não esperemos, como estamos esperando há quatro anos, para aprovar o piso salarial do professor. Quatro anos! Há quatro anos, o Senado e a Câmara dos Deputados analisam um projeto para criar um piso salarial do professor de R\$940,00. Se fosse como o de outras categorias, que começa com R\$10 mil, está bom que levasse muito tempo para estudar e saber de onde vem o dinheiro; mas R\$940,00 por mês como piso salarial do professor? Não tem razão para esperar quatro anos! Vamos fazer com que esses projetos que tenham a ver com as crianças a gente possa agilizar.

Eu falei isso hoje com o Senador Garibaldi. E eu deixo aqui registrado, neste discurso de uma sexta-feira, que não podemos continuar tolerando que bandidos perversos, malditos, violentem, assassinem, joguem nossas crianças pela janela. Não podemos continuar com essa tendência ao esquecimento que nos caracteriza; de nos indignarmos durante algumas semanas, graças à mídia, e depois jogarmos tudo isso para a Justiça, que, em geral, não tem condições de condenar, e às vezes, quando condena é por pouco tempo, e às vezes, esse pouco tempo, nem ele inteiro é cumprido na cadeia.

Paremos a tolerância! Paremos com o esquecimento! Mas, também, paremos com a irresponsabilidade, com a omissão de todos nós, que sabemos que não somos nenhum de nós capazes de assistir sem tristeza o assassinato de crianças, mas assistimos tranquilos que outras crianças continuem sem comida, que outras continuem sem atendimento médico, que continuem sem escola... Ou seja, somos coniventes quando, neste País, as crianças são jogadas pela janela.

Concluo, lembrando duas propostas, pequenas, do tamanho das crianças deste País. Uma, de que façamos uma sessão aqui para discutir o futuro deste Brasil por meio do futuro das nossas crianças, mas sei que isso é difícil. Então, que fique o segundo: façamos um mutirão para agilizar da maneira mais rápida possível

todos os projetos que mudariam a vida das crianças que hoje no Brasil estão, sem a gente lembrar, sendo jogadas pela janela.

Desejo lembrar que há aqui o número de crianças assassinadas, mas, durante o tempo de meu discurso, Senador, não sei quantos minutos exatamente, podemos dizer que pelo menos três mil crianças foram jogadas pela janela. Esse é o número de crianças que nesse período que falei abandonaram a escola. Abandonarem a escola na idade infantil é o mesmo que serem jogadas pela janela, e aí a culpa não é delas. Não foi voluntariamente que se jogaram da janela da história, do futuro, mas sim porque a escola não presta, porque elas têm que trabalhar, porque os pais não estudaram e, por isso, de repente, não são capazes de transmitir o valor da educação para os seus filhos.

A culpa, talvez não dessas que li, mas dessas outras que foram jogadas pela janela durante o tempo em que falei, a culpa é nossa. Se não fizemos nada disso que sugeri, pelo menos assumamos a culpa. Não joguemos a culpa em uma coisa abstrata que seria o Brasil, mas, sim, na coisa concreta que é o Brasil que nós temos a obrigação de administrar, de gerenciar e de mudar.

É possível mudar, mas é difícil quando a gente não dedica o tempo necessário ou quando a gente não vê o problema na sua real dimensão, quando a gente limita o problema daquelas crianças que são jogadas fisicamente pela janela do apartamento, e esquecemos aquelas crianças que, não fisicamente, mas, mentalmente, intelectualmente, produtivamente, são jogadas pela janela da história do nosso País.

Fica aqui, de público, a sugestão que fiz hoje ao Presidente Garibaldi, que me autorizou a fazê-la de público, nesta manhã, no Senado.

Agradeço, Senador Mozarildo. Alegro-me, por um lado, de que este País tenha ainda um Congresso onde a gente possa falar, mas me entristece, porque a sensação que tenho é de que estamos impotentes. O mais que a gente faz é falar com a tristeza de quem vê as crianças sendo jogadas pela janela.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Cristovam, eu gostaria de pedir a V. Ex^a a gentileza de presidir a sessão por alguns minutos, porque eu preciso fazer uma comunicação antes do encerramento da sessão. (Pausa.)

O Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Cristovam Buarque, que preside esta sessão neste momento, Sr^{as} e Srs. Senadores, fui, com muito prazer, instado a fazer um registro de fundamental importância para o meu Estado.

Hoje, o Tribunal de Justiça do meu Estado completa 17 anos. É, com certeza, junto com o do Amapá e o de Tocantins, um dos Tribunais de Justiça mais novos do Brasil. O nosso Tribunal de Justiça de Roraima, que sedia, desde o dia 23, a 33^a reunião do Fórum Nacional de Juizados Especiais, um evento que reúne Juízes, portanto, de todo o Brasil, comemora esses 17 anos de uma maneira muito auspiciosa. Nós éramos antes um território federal, Senador Cristovam Buarque; o nosso Tribunal era em Brasília, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Veja V. Ex^a que o cidadão ou a cidadã de Roraima, quando tinha que recorrer de uma sentença de um juiz que era do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que era mandado para lá, tinha que vir para Brasília. Como? Sem ter defensor público? Sem poder pagar um advogado? Sem ter como se deslocar? Então, a transformação de Roraima em Estado propiciou, sob o aspecto da cidadania mais importante que é o da Justiça, a criação do nosso Tribunal, sem falar no aspecto da emancipação política, na oportunidade da presença maior do Estado.

Então eu, com muita honra, quero registrar hoje, mandando a todos os membros do Tribunal de Justiça do meu Estado, na pessoa do seu Presidente, Desembargador Robério Nunes, o meu abraço e a minha admiração. E, inclusive, ressaltar, pedindo permissão a V. Ex^a, com a leitura das palavras do Procurador-Geral de Recife a respeito do Tribunal de Justiça de Roraima.

Roraima hoje está com o seu processo judicial quase todo informatizado. O Tribunal implantou o processo digital nas Varas Cíveis da Capital, Boa Vista, que tem a maior parte das Varas. Então, o processo, chamado Projudi, está eliminando aquela papelada toda, aquela dificuldade de acesso dos advogados, e isso está representando um avanço muito grande de um Tribunal de Justiça pequeno e novo, como é o nosso, porque temos apenas sete desembargadores e 22 juízes, e temos tido um trabalho muito importante.

Então, palavras do Procurador-Geral de Recife:

“Essa celeridade processual atinge a todos, facilitando o dia-a-dia do cidadão, das instituições

e da Justiça. As decisões relacionadas às execuções fiscais e outros processos de interesse do município, por exemplo, com o auxílio dessa tecnologia iria se refletir na entrada de recursos de forma mais rápida para os municípios (...) Nós ficamos impressionados com o trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Roraima”.

Então, é importante que uma autoridade de outra área diga isso sobre o nosso Município.

“A informatização das comarcas, Varas, juizados e do próprio tribunal foi o ponto de partida. O desembargador lembrou que os desafios foram diversos e tinham causas materiais (falta de equipamentos gerada pelas deficiências orçamentárias, espaços físicos adequados), funcionais (...), e sistemática processual.

A implantação do Projudi, a partir de 2007, foi a custo zero para o Tribunal de Justiça de Roraima, por meio de uma parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”.

O CNJ viu em Roraima justamente a oportunidade de demonstrar para o Brasil todo como é possível fazer uma Justiça rápida, moderna e, o que é mais importante para a população, eficiente.

Então, ficam aqui registrados os meus cumprimentos pela passagem do 17^o aniversário do Tribunal de Justiça, pedindo a V. Ex^a que autorize a transcrição na íntegra das matérias publicadas no jornal *Folha de Boa Vista*, bem como de um *release* da Assessoria de Comunicação do Tribunal que dão conta da importância do trabalho que vem desenvolvendo o Tribunal de Justiça de Roraima.

Quero, portanto, abraçar todos os desembargadores, os juízes, os serventuários da Justiça do meu Estado e dizer que realmente, sem o Poder Judiciário, nenhum país, nenhum Estado pode dizer que promove a cidadania para os seus habitantes.

E, assim, quero homenagear todos os magistrados de Roraima, esperando que possamos ter – e agora está se realizando concurso para novos juízes! – a ampliação dessa Justiça a todos os lugares, os mais distantes possíveis do Estado, para que todos se sintam cidadãos e com a Justiça ao alcance das mãos.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2^o, do Regimento Interno)

TJ de Roraima é exemplo para o país

ACYANE DO VALLE

O tempo médio de tramitação dos processos jurídicos em Roraima sofreu uma redução significativa a partir da implantação, em 2007, do programa de virtualização no Tribunal de Justiça do Estado, o Projudi. Antes do programa, os processos levavam mais de cem dias para serem julgados. Agora, quando as ações judiciais podem ser acompanhadas via internet, o tempo médio caiu para 76 dias. A taxa de congestionamento dos processos nas diversas instâncias jurídicas que reflete mesmo o quanto a tecnologia vem auxiliando os juízes - em 2001, o congestionamento chegava aos 20%, após a virtualização, esta mesma taxa atingiu o percentual de -10,1%.

Os dados foram apresentados ontem pelo juiz do Tribunal de Justiça de Roraima, Erick Linhares, durante a realização do XXXI Fórum Nacional de Procuradores-Gerais das Capitais Brasileiras, que está acontecendo no auditório do Alpina Plaza Hotel, Praça do Centro Cívico. O evento começou ontem e vai terminar nesta sexta-feira após uma palestra sobre o projeto de lei que trata do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Reforma Tributária, com o senador Romero Jucá (PMDB).

Na avaliação de Linhares, que vem apresentando os resultados da implantação do Projudi a representantes de instituições jurídicas de diversos estados, a nova tecnologia trouxe vantagens, uma delas é a eliminação do "tempo morto" (período em que o processo passava no cartório) que atrasava o andamento da ação. O sistema também faz as citações e intimações automaticamente, representando economia de tempo e recursos. "Nunca se trabalhou tanto como agora", comentou, durante a palestra aos procuradores.

O juiz se referiu ao aumento de processos que deram entrada a partir do ano passado. "Em 2006, o último ano em que trabalhamos com processos exclusivamente no papel, foram registrados 3.569 processos. Com a implantação da virtualização, que simplificou o trabalho e eliminou procedimentos desnecessários, o número subiu para 4.881 processos em 2007, representando um aumento de 25,6%. E a nossa projeção para este ano é de 6.550 ações, ou seja, um crescimento de mais de 50% na demanda, e esses números só dizem respeito à área cível", argumentou Linhares. "Isso só demonstra que o processo eletrônico facilitou e vem incentivando o acesso do cidadão à Justiça, em função da agilidade do trabalho", completou. Há 13 anos, quando o Tribunal de Justiça estava sendo implantado no Estado, os juízes julgaram 214 processos no ano de 1995.

O presidente do fórum e procurador-geral de Recife (PE), Bruno Anosto de Holanda, disse que a experiência implantada em Roraima deveria ser seguida em todo o país. "Essa celeridade processual atinge a todos, facilitando o dia-a-dia do cidadão, das instituições e da Justiça. As decisões relacionadas às execuções fiscais e outros processos de interesse do município, por exemplo, com o auxílio dessa tecnologia iria se refletir na entrada de recursos de forma mais rápida para os municípios, gerando benefícios para a população", comentou. "Nós ficamos impressionados com o trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Roraima".

Primeiro Estado a implantar a virtualização

instituições para proporcionar agilidade ao trâmite dos processos jurídicos na região. O presidente do Tribunal de Justiça de Roraima, desembargador Robério Nunes dos Anjos, que abriu ontem a rodada de palestras do XXXI Fórum Nacional de Procuradores-Gerais das Capitais Brasileiras, contou que a decisão de desenvolver essa experiência foi em função da necessidade de atender a expectativa da população que reclamava da morosidade da Justiça.

A informatização das comarcas, Varas, juizados e do próprio tribunal foi o ponto de partida. O desembargador lembrou que os desafios foram diversos e tinham causas materiais (falta de equipamentos gerada pelas deficiências orçamentárias, espaços físicos adequados), funcionais (servidores que não conheciam a informática e precisavam de capacitação), e sistemática processual.

“Nós nos empenhamos para solucionar cada um desses problemas. Procuramos dotar nossas instituições com melhores espaços físicos; conseguimos apoio do Conselho Nacional de Justiça para implantar esta experiência; e agora estabelecemos como meta a virtualização da Justiça em todo Estado de Roraima até novembro de 2008”, declarou o presidente, salientando que nesta semana o tribunal recebeu 300 computadores que serão utilizados na integração do sistema. Até o final do ano, vão ser adquiridos mais 600 equipamentos de informática.

A implantação do Projudi a partir de 2007, foi a custo zero para o Tribunal de Justiça de Roraima, por meio de uma parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

SEGURANÇA – O sistema foi projetado para proporcionar total segurança aos processos jurídicos. “Cada processo que entra é feito um backup desta ação para evitar a perda de dados”, explicou o juiz Erick Linhares.

O Tribunal de Justiça também vem desenvolvendo uma política de treinamento junto aos usuários internos (juiz, escrivão e funcionários) e usuários externos (advogados e promotores de justiça).

Entre as dificuldades, o juiz listou a resistência à tecnologia, a desconfiança e insegurança em relação aos novos procedimentos, e a não-utilização do computador. “Alguns advogados nunca tinham usado o computador. Todas essas dificuldades também implicam em uma mudança de mentalidade, e isso é feito de forma lenta e gradual”, frisou Linhares.

TJ implanta processo digital nas varas cíveis de Boa Vista

Da Redação

O Tribunal de Justiça de Roraima iniciou a implantação do processo digital nas varas cíveis da Comarca de Boa Vista. A previsão é que até novembro deste ano o sistema seja usado em todas as varas, comarcas e juizados do Estado, incluindo o segundo grau de jurisdição.

Passam pelo processo de virtualização a 2ª, 4ª, 5ª, 6ª e 8ª varas cíveis. As varas de família (1ª e 7ª) e a 3ª Vara Cível iniciarão ainda neste mês a virtualização dos processos.

Para o juiz Erick Linhares, que coordena o projeto, uma das grandes vantagens do Processo Judicial Digital (Projudi) é que sua tramitação elimina o chamado “tempo morto do processo”. Ou seja, aquele tempo perdido em tramitação interna. Com a tramitação digital essas fases acabam. O processo dá entrada e já está à disposição do juiz para despachar. No ato do despacho, a intimação já é encaminhada por e-mail para as partes se manifestarem. Ou seja, o que demoraria até vinte dias pode ser feito em um único dia.

Tribunal de Justiça completa 17 anos de instalação e Fonaje encerra com palestra de Ministro

Desde o dia 23 a XXIII Reunião do Fórum Nacional dos Juizados Especiais (Fonaje) é realizada em Roraima. O evento, que acontece no Estado pela primeira vez, reúne juizes e desembargadores de todo o país, que por meio de palestras e debates, trocam experiências e informações, em torno da Lei 9.099/95, que criou os juizados.

De acordo com a presidente da Fonaje, a juíza Maria Abadia Mariano, o encontro busca, além do conhecimento, unificar os procedimentos dos Juizados brasileiros. Após a reunião são editados enunciados que representam as conclusões dos temas debatidos os quais servem para uma posterior orientação.

Durante o Fórum, que acontece duas vezes por ano, uma em cada semestre, estão sendo estudados projetos legislativos, promovendo o sistema peculiar de Justiça. Também é realizada uma colaboração com os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo da União, dos Estados e do Distrito Federal, bem como com os órgãos públicos e entidades privadas para o aprimoramento da prestação jurisdicional. As palestras e os debates do Fonaje são transmitidos pela internet, em tempo real, para todo o mundo.

TJRR – 17 anos de criação

O Tribunal de Justiça de Roraima completa 17 anos desde a sua instalação, na oportunidade, a programação de aniversário encerrará as atividades do FONAJE no Eco Park, hotel fazenda localizado na estrada que vai para o município de Alto Alegre.

A desembargadora roraimense em atividade, Zelite Andrade Carneiro, atual presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia está em Roraima para se unir aos participantes da XXIII edição do Fórum Nacional dos Juizados Especiais.

Hoje à noite, às 19h no Fórum Sobral Pinto, acontece o encerramento, com uma sessão solene do Fonaje, em comemoração aos 17 anos do Tribunal de Justiça de Roraima. O ministro do Superior Tribunal de Justiça, José de Castro Meira, fechará a noite com a palestra “200 Anos de Justiça no Brasil”.

Siloany Neves
ASCOM / TJRR
(95) 3621-2661

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno, Senador Mozarildo.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 57 minutos.)

Ata da 63ª Sessão Não Deliberativa, em 28 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes e Epitácio Cafeteira

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2007** (nº 2.186/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Dionísio Cerqueira – Arcom para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2007** (nº 115/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Aliança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2007** (nº 184/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradadas, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2007** (nº 172/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Vizinhança de Difusão Comunitária de Águas Lindas de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2007** (nº 173/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Pomerode Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2007** (nº 152/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Amigos de Porto Belo – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Belo, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2007** (nº 209/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura e Arte de Aimorés – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2007** (nº 213/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2007** (nº 261/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio Negrinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2007** (nº 279/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Goiatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2007** (nº 162/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Videira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2007** (nº 288/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Momento FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2007** (nº 148/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado de Mato Grosso para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2007** (nº 125/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Comunicação Comunitária de Águas de Lindóia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2007** (nº 214/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2007** (nº 281/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Nova Amparo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amparo, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 469, de 2007** (nº 328/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2007** (nº 304/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2007** (nº 316/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Novo Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Progresso, Estado do Pará;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2007** (nº 317/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2007** (nº 329/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Piranhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Alagoas;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2007** (nº 267/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Filadélfia – ACCFI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucuruí, Estado do Pará;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2008** (nº 163/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Canaã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo; e
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2008** (nº 350/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Mairi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairi, Estado da Bahia.
- Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.
- Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.
- O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)
- A Presidência recebeu, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal, as seguintes Mensagens:
 - **nº 77, de 2008** (nº 223/2008, na origem), de 24 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Programa da Linha 4 do Metrô de São Paulo;
 - **nº 78, de 2008** (nº 224/2008, na origem), de 24 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até quatorze milhões, setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o

Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto de Expansão da Infra-Estrutura Viária de Chapecó; e

– **nº 79, de 2008** (nº 225/2008, na origem), de 24 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até quinhentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Material Rodante e Sistemas para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e para a Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União o **Aviso nº 25, de 2008** (nº 352/2008, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 663/2008, proferido nos autos do processo nº TC 003.483/2004-8, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à consulta formulada pelo Senado Federal, acerca de dúvidas relacionadas com a incorporação da vantagem “opção” com base na Decisão nº 481/1997-TCU-Plenário.

A matéria, juntada ao processado do Aviso nº 200, de 2001, vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu do Procurador-Geral da República, o **Ofício nº 511/2008**, de 14 do corrente, encaminhando manifestação sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, elaborada pelo Grupo de Trabalho Saúde da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

O expediente será juntado à matéria, que retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 10:00 horas, destinada a comemorar o quadragésimo oitavo aniversário de Brasília, de acordo com o **Requerimento nº 425, de 2008**, do Senador Adelmir Santana e outros Srs. Senadores.

Lembra, ainda, que usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide para uma comunicação inadiável.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero usar a tribuna na tarde de hoje para tratar de um assunto muito importante, tanto para o Estado de Rondônia, quanto para outros Estados das regiões Norte e Nordeste do nosso País.

Refiro-me à situação das empresas federalizadas do setor elétrico, e hoje se somando também a essa situação crítica, a empresa de energia também do Estado do Amapá de V. Ex^a.

As informações apresentadas, Sr. Presidente, na audiência pública ocorrida na Câmara há cerca de 15 dias, para tratar do assunto da centralização da gestão das empresas federalizadas de energia elétrica, nos deixaram bastante preocupados.

As empresas de distribuição de energia dos Estados de Rondônia (Ceron), do Acre (Eletroacre), do Amazonas (Ceam), do Piauí (Cepisa), de Roraima (Bovesa) e de Alagoas (Ceal) passaram por um processo de federalização no final da década de 90. Logo em seguida, foram, no meu entender, engessadas, dentro do Programa Nacional de Desestatização – PND, onde seriam preparadas para a privatização. Resumindo, Sr. Presidente, o Governo Federal passaria um tempo administrando essas empresas, assumindo todos os passivos e, em seguida, entregaria para o setor privado um negócio da China em pleno Brasil.

Os técnicos da Eletrobrás apresentaram uma série de argumentos, naquela audiência, para que as empresas federalizadas, hoje prestando relevantes serviços públicos aos Estados mencionados, sejam desconstituídas como tal e passem a fazer parte de uma única empresa cuja gestão estaria centralizada na cidade do Rio de Janeiro ou em Brasília, como forma de superar os problemas pelos quais essas empresas passam.

Tentarei, Sr. Presidente, ser objetiva na tarefa de desmontar os argumentos mencionados naquele momento pela Eletrobrás por não concordar, primeiramente, com a decisão de centralizar a gestão dessas empresas. Na minha opinião, essa decisão contraria os interesses maiores do povo de Rondônia e do povo brasileiro, contraria os interesses da população de toda a Região Amazônica, além dos interesses da população de Alagoas e do Piauí. Vai ser o nosso povo o grande prejudicado.

O primeiro argumento levantado pela Eletrobrás chega a ser inadmissível. É citado o fato de que a agilidade das empresas privatizadas precisa ser levada

para dentro das empresas federalizadas, buscando-se, assim, atingir um grau maior de eficiência. Isso é uma meia verdade, Sr. Presidente, que precisa ser esclarecida. Não dá para comparar a ação de uma empresa hoje federalizada, que foi sucateada para permitir a sua privatização, e de outra que é privatizada, com uma gestão mais enxuta, a partir da agilidade da gestão.

As empresas privatizadas...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – RO) – V. Ex^a me permite?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pois não, Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – RO) – Chamei V. Ex^a para fazer uso da palavra, como comunicação inadiável, mas quero corrigir. V. Ex^a está fazendo uso da palavra como oradora inscrita, sem prejuízo da ordem das inscrições. A senhora pode fazer uso da palavra como oradora inscrita.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Como estava dizendo, as empresas privadas não se submetem às normas de licitação e, conseqüentemente, não precisam dar respostas nem satisfação ao Tribunal de Contas da União e, muito menos, à Auditoria-Geral da União as empresas estatais, sim. Elas tratam a energia não como uma simples *commodity*, mas como um bem social, em que a inclusão e a prestação de serviços estão acima dos interesses do mercado.

A lógica neoliberal, levada para a prestação desse serviço, inviabilizaria a chegada de energia a muitas localidades isoladas de nossa terra e jogaria por terra a base do Programa Luz para Todos. Energia, Sr. Presidente, é cidadania, é um bem social, não pode ser comparada simplesmente com mercadoria.

A eficiência e a lucratividade são objetivos a serem perseguidos por todos, porém isso não se consegue apenas aplicando o receituário da privatização. Centralizar a gestão das federalizadas nada mais é do que o caminho para a privatização do setor.

Outro argumento levantado pelos técnicos da Eletrobrás diz respeito ao fato de haver aporte de R\$22,5 bilhões nas distribuidoras e, ainda assim, as empresas continuarem dando prejuízos. A argumentação é, de novo, uma meia verdade.

Os técnicos não falam onde esses recursos foram utilizados nem a situação de cada empresa em relação a esse aporte. Todos sabemos que os investimentos feitos nas distribuidoras federais de energia elétrica não visaram recuperar as empresas, e sim prepará-las para privatização. Por isso, a maioria delas continua dando prejuízos.

No que se refere à liberação de recursos para essas empresas, cumpre considerar aspecto fundamental. No ano passado, parte da liberação de recursos para investimentos diversos no sistema Eletrobrás deu-se em 26 de dezembro de 2007, mediante a Lei nº 11.625! É isso mesmo: dia 26 de dezembro de 2007! Mesmo considerando o fato de o orçamento de investimento ter sido aprovado em 07 de fevereiro de 2007, pela Lei nº 11.451, as liberações em final de ano permanecem como um grave problema. O que desejo questionar, Sr. Presidente, é como essas empresas poderão se fortalecer desta forma, como encontrar soluções que não resultem de uma análise ampla, integrada e, principalmente, respeitando as peculiaridades locais. Não cabe buscar soluções que não contemplem as especificidades dessas empresas. O resultado desse processo é que tivemos a aplicação efetiva de 40% dos recursos liberados em 26 de dezembro do ano passado. É pouco, mas há que se considerar, Sr. Presidente, que o tempo foi curtíssimo.

Falou-se também que os acionistas minoritários da Eletrobrás vêm bloqueando a liberação de novos recursos por falta de remuneração do capital investido e exigindo uma solução.

Mais um argumento equivocado, Sr. Presidente, em defesa da centralização. Todos queremos eficiência total. Mas tal eficiência deve ser calcada em outros parâmetros que não os parâmetros neoliberais. Este não pode ser o único vetor da aplicação das políticas principalmente deste Governo. Nossa visão vai mais longe, vai até o direito do ser humano de ter cidadania plena.

Respeitamos os acionistas minoritários, residentes ou não residentes, que possuem somados 34,2% das ações da Eletrobrás. Entretanto, essa minoria não pode decidir sobre bloqueio de liberação de recursos para investimentos em serviços essenciais.

Estamos falando, Sr. Presidente, de energia para uma população historicamente abandonada, situada nos Estados do Norte e do Nordeste. A Eletrobrás tem responsabilidade, neste Governo, com metas dessa envergadura.

Aqui aparece mais uma fragilidade das argumentações apresentadas pelos técnicos da Eletrobrás. Se os acionistas minoritários acima referidos bloquearam investimentos nas distribuidoras federais de energia elétrica na forma alegada pela Eletrobrás, então eu pergunto: qual a alternativa que vai encontrar para realizar os investimentos que entende necessários que não pode ser adotada com o atual modelo de gestão?

Esta é a pergunta recorrente que precisa de resposta técnica e política: o que pode e precisa ser feito nessas empresas para a melhora de seus resultados, cuja aplicabilidade se inviabiliza de acordo com o atual modelo?

Outro argumento que merece destaque é aquele voltado para as elevadas perdas de energia elétrica. É um argumento sem sustentação no mundo real. Desprezando as questões técnicas que não foram abordadas nesse ponto – afinal, é impossível não haver perdas no abastecimento de áreas distantes e de difícil acesso no Norte e Nordeste –, passemos a fatos concretos.

A permanência dessas empresas no Programa Nacional de Desestatização engessou as federalizadas, o que precisa ser revisto com urgência.

Por isso, Sr. Presidente, ao chegar a esta Casa, apresentei o PLS nº 51, que objetiva retirar as empresas federalizadas do PND. Infelizmente, esse projeto sequer entrou na pauta de discussão da Comissão de Constituição e Justiça, embora já tenha parecer favorável do seu Relator, Senador Antonio Carlos Valadares.

Qualquer leigo sabe que a superação de perdas num sistema qualquer exige, antes de tudo, uma arrojada política de investimentos. Dito isso, apresentar a centralização da gestão de cinco empresas como forma de superar perdas é inaceitável, uma vez que a própria Eletrobrás, como forma de aumentar o superávit primário, tem limitado os necessários investimentos no combate às perdas e eficiência no sistema. Isso se repete, Sr. Presidente, ano a ano.

Cabe aqui, mais uma vez, a pergunta: o que a Eletrobrás pretende fazer para superar as perdas existentes, numa proposta de centralização das empresas federalizadas que não possa ser feita de acordo com as estruturas atuais?

Pois não, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Fátima Cleide, eu quero fazer um aparte a V. Ex^a apenas para acrescentar a este pronunciamento que não foi apresentado até agora pela Eletrobrás, ao fazer a gestão unificada, como vai se dar a recuperação das empresas.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – É o que questionamos.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O grande problema é a recuperação da empresa. Sabemos que as empresas estão, sim, com problemas, são deficitárias. Acreditamos que, quando os Estados ficaram responsáveis pela distribuição da energia e a cobrança, acabou que o próprio Poder Público, em muitos desses Estados, foi o principal inadimplente, não paga em dia. Portanto, se nós temos problema de receita, isso está em grande parte no próprio Poder Público. Pois, muito bem. Se as atuais diretorias não estão à altura de recuperar tal passivo, também a Eletrobrás não nos explica, ao fazer uma diretoria unificada, com certeza com sede no Rio de Janeiro, como vão ficar, primeiro, a recuperação das empresas, que é o que desejamos;

em segundo lugar, como ficam essas nuances do dia-a-dia, os problemas que aparecem. Quando os escritórios estão lá nas capitais desses Estados, as pessoas que estão precisando de um atendimento imediato têm um endereço, uma porta onde bater ali perto delas. Ao mudar para o Rio de Janeiro, fico pensando como é que ficam os clientes do sistema elétrico dos Estados, como é o caso de Rondônia, Acre, Amazonas, Piauí e Alagoas. Como é que ficam as populações desses Estados? Portanto, acredito que temos aí um problema para ser resolvido, sim. Temos que responder a esta pergunta: como fica o passivo dessas receitas não realizadas durante longo período, já que o próprio Poder Público desses Estados – Prefeituras, o próprio Estado, Governo Estadual – e uma grande parte também da própria população deixaram de pagar a energia em dia? Eu tenho certeza, pelo menos no meu Estado – que conheço mais de perto –, de que a atual diretoria está lá fazendo minimamente o seu dever de casa. Se a gente for vender a empresa, privatizá-la, quem é que fica com o custo, com aquilo que não foi recebido? Ou fica nas mãos da própria União, ou fica nas mãos da própria Eletrobrás, que está dizendo que os seus acionistas privados estão reclamando, entrando na Justiça, dizendo que não podem mais tirar dinheiro de suas rendas para cobrir um rombo dessa natureza. Portanto, nas mãos de quem vai ficar essa “batata quente”? Então, seria muito importante mesmo a gente continuar o diálogo. Tenho certeza de que, se se fizer uma apresentação convincente de uma alternativa por esse caminho, eu sou o primeiro a assinar embaixo. E estou convicto de que esse é um resultado a ser seguido. Porém, se vamos trocar seis por meia-dúzia, então deixemos como está, porque, pelo menos assim, o cliente que mora nesses Estados tem um endereço certo para bater no caso de uma reclamação que tenha que fazer. Portanto, eu acho que V. Ex^a tem razão. E vamos reproduzir mais vezes, na tribuna, esta grande preocupação da população desses cinco Estados que envolvem as companhias federalizadas.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senador Sibá Machado. Seu aparte contribui bastante com a nossa recorrente indagação. O que uma gestão centralizada fará diferente do atual modelo de gestão para realmente reverter a situação dessas empresas? Senador Sibá Machado, há diferença de resultado entre as cinco empresas federalizadas. A Ceron, Centrais Elétricas de Rondônia, por exemplo, Senador Papaléo, em 2007, conquistou um *status* de gestão tão bom que pagou, foi a única empresa a pagar a Eletrobrás. Desembolsou R\$54 milhões já como pagamento da dívida que não foi feita pela atual gestão. Ao contrário, a atual gestão, a partir de 2003, a partir

do Governo do Presidente Lula, passou a administrar a empresa no sentido de torná-la autônoma do sistema Eletrobrás. Infelizmente, uma empresa que poderia hoje investir muito mais se já tivesse sido retirada do Programa Nacional de Desestatização encontra-se engessada por estar nesse programa.

Ouçó, com prazer, o Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senadora Fátima Cleide, quero parabenizar V. Ex^a pela preocupação quanto à questão das companhias elétricas estatais, principalmente dos Estados a que V. Ex^a se refere, principalmente dos ex-territórios. Parabenizo V. Ex^a pela forma como traz esta matéria para esta Casa. Faço referência ao Estado do Amapá, que tem muitas coisas em comum com os outros ex-territórios. A Companhia de Eletricidade do Amapá, por exemplo, foi usada e abusada pelos Governos, principalmente no sentido de tornar-se um cabide de empregos. Temos uma série de servidores lá que são do quadro dos ex-territórios, que são do quadro da companhia, e esses servidores merecem ser respeitados. Mas, ali, contratam firmas terceirizadas, produzem e elaboram diversos cargos temporários, enfim, para ocupar a politicagem nessas empresas, que são empresas sérias. Nós sabemos que lá há um quadro de técnicos extremamente competentes, eficientes, e que não são eles, os funcionários dessas empresas, os responsáveis pelo caos em que vivem essas empresas. A irresponsabilidade do passado, principalmente, é que fez com que essas empresas se tornassem deficitárias, ficando numa situação de nos dar muita preocupação. Por que a preocupação? Uma das preocupações maiores é exatamente com aqueles servidores que fazem parte dessas empresas. São milhares de servidores; servidores que trabalham e produzem. Então, eles não podem ser prejudicados. Eu vejo, por exemplo, no Estado do Amapá, que a situação é caótica. Já houve tentativa de negociação, mas, para recompor uma alternativa de negociação, ainda é preciso um tempo de carência. Então, no caso do seu Estado, esses R\$54 milhões a que V. Ex^a faz referência é um sinal de que há possibilidade de nós começarmos uma tentativa de recomposição dessas empresas, para que nós não fiquemos nas mãos de outra instituição que pode nos trazer conseqüências principalmente na área social dos nossos Estados. Então, parabenizo V. Ex^a. Considero o aparte do Senador Sibá também muito importante. Por isso, vejo que este tema que V. Ex^a traz a esta Casa tem de ser discutido, rediscutido, e que V. Ex^a continue atenta como está para esta situação difícil, que necessita de muita responsabilidade. Obrigado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senador Papaléo Paes e Senador Sibá Machado. Alegrementemente, acato os apartes de V. Ex^{as}

no meu pronunciamento. É uma alegria muito grande poder contar com os Parlamentares da Amazônia nesta luta, que é a de conceber a energia como um bem social, como um bem público, e não apenas do ponto de vista neoliberal, como uma mercadoria.

Sr. Presidente, quero ainda atentar outros argumentos colocados pelos técnicos da Eletrobrás que são difíceis de se aceitar. Um deles se refere aos marcos regulatórios, tópico já citado anteriormente. Todos concordarmos com isso. É necessário termos o marco regulatório e respeitá-lo. Eles precisam ser implementados. Não obstante, não há justificativa para que isso só aconteça a partir de uma centralização da gestão, colocando os níveis decisórios distantes dos usuários, como bem disse aqui o Senador Sibá Machado, e da realização dos serviços. A meu ver, cabe à Eletrobrás desenvolver medidas para fortalecer as federalizadas, viabilizando-as como empresas públicas e estatais, e não centralizar a sua administração como uma panacéia gerencial.

O argumento de aperfeiçoamento da gestão, outro argumento também levantado aqui pelo Senador Sibá Machado, com que todos nós concordamos, é questionável a partir do que é proposto.

Segundo a Eletrobrás, os pontos a serem superados são os seguintes: adequar a legislação para os sistemas elétricos isolados; assegurar o atendimento do serviço público de energia elétrica; contratar energia elétrica por meio de leilões; incorporar mecanismos de incentivo à modicidade tarifária e estabelecer regras de migração para o sistema interligado nacional.

Tudo bem. Nós concordamos com isso.

Não querendo ser repetitiva, Sr. Presidente, cabe novamente a pergunta que nos persegue: o que a reestruturação dessas empresas, com a centralização, pode fazer para aperfeiçoar a gestão que o atual modelo não pode?

Muitos outros argumentos levantados podem ser desconstituídos pelos técnicos que defendem essas empresas, onde labutam há muitos anos e já passaram por momentos difíceis de suas vidas, defendendo essas empresas como empresas públicas e estatais.

São argumentos que podem ser, como disse, desconstituídos por serem considerados, por nós, frágeis. Como representante do Estado de Rondônia e amazônica, quero expressar minha preocupação sobre o que se anuncia fazer sem uma discussão mais aprofundada com todos os entes envolvidos.

O setor elétrico é estratégico para todos e suas decisões precisam contemplar as realidades locais. Espero que possamos avançar na busca de soluções que realmente contemplem compensações regionais, para alcançarmos um desenvolvimento igualitário e justo no Brasil.

Não me parece, Sr. Presidente, a melhor saída colocar as decisões desse setor na cidade do Rio de Janeiro ou aqui em Brasília, quando, como bem disse o Senador Papaléo Paes e o Senador Sibá Machado, os cidadãos envolvidos nesse processo estão a milhares de quilômetros de distância.

Quero concluir com uma visão otimista. Tenho certeza de que a discussão, a mais coletiva possível e dentro de um ambiente de bom senso e de racionalidade, será capaz de construir alternativa de interesse de todos.

Quero, Sr. Presidente, dizer que acredito bastante na força do diálogo e, principalmente, na disposição do Governo Federal e do Ministro Edison Lobão de se sentarem e discutir não com o prazo mínimo de trinta dias, mas com prazo suficiente, envolvendo a todos, Parlamentares, sociedade civil, que é a usuária da energia nos nossos Estados, e o Governo, para que possamos chegar a uma proposta de bom senso que seja a melhor para, principalmente, a população, que é a usuária desse bem público.

Muito obrigada, Sr. Presidente, a V. Ex^a e principalmente ao Senador Papaléo Paes, que nos permitiu falar primeiro.

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Epitácio Cafeteira.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Epitácio Cafeteira, Sr^{as} e Srs. Senadores, já que meu assunto trata sobre saúde pública, quero fazer o registro de que, do dia 27 ao dia 30 do mês de abril – inclusive a abertura foi ontem –, a sociedade médico-cirúrgica do Pará, que congrega 56 entidades, está realizando o Congresso Médico Amazônico, extremamente importante não só para a nossa região, mas para todo o País. Se Deus quiser, na quarta-feira, estarei presente, participando e fazendo uma palestra sobre políticas públicas para a saúde ou de saúde.

Sr. Presidente, o estado em que se encontra o sistema público de saúde no Brasil exige uma mudança profunda que se deve iniciar forçosamente por um maior aporte de recursos. A epidemia da dengue e a notória falta de meios para lidar com seus efeitos quer com suas causas consistem apenas na face mais recente e mais visível da precariedade do nosso siste-

ma de saúde. Ao visitarmos qualquer hospital público, principalmente da periferia das grandes cidades ou de regiões mais pobres, podemos atestar, em cores dramáticas, a incapacidade do Estado Brasileiro de cumprir o que foi estabelecido no art. 196 da Constituição Federal, que quero aqui citar na íntegra:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, para garantir o cumprimento dessa disposição constitucional, que traduz um dos mais importantes direitos sociais, foi aprovada, no ano de 2000, a Emenda Constitucional nº 29.

Essa emenda vinha estabelecer essencialmente o compromisso dos diversos entes federados com o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, definido por recursos mínimos a serem calculados, no caso dos Estados, Distrito Federal e Municípios, por percentuais do produto da arrecadação de impostos.

Contudo, esses percentuais e, no caso da União, a forma mesma de cálculo dos recursos obrigatoriamente aplicados em saúde ficavam na dependência do que fosse disposto em lei complementar.

É certo que a Emenda Constitucional nº 29 estabeleceu, em caráter provisório, uma sistemática para determinar os recursos mínimos a serem aplicados por esses entes federados, com previsão de vigência até o ano de 2004.

Sr. Presidente, não apenas esse prazo já era vencido, como se constatava que os recursos mínimos aplicados pela União em saúde situavam-se em nível bem inferior ao necessário.

Prova eloqüente disso é que os gastos federais em saúde caíram de 2,12% do PIB, em 1995, para 1,72% do PIB, em 2006.

De modo igualmente relevante, a falta de regulamentação de um aspecto tão decisivo quanto a definição do que são ações e serviços públicos de saúde ensejava diferentes critérios para cálculo dos respectivos dispêndios. Em consequência, boa parte dos Estados e Municípios não estava aplicando os recursos mínimos em ações e serviços específicos de saúde, vez que contabilizavam nessa rubrica ações de outras políticas públicas que pudessem ter algum tipo de efeito ou de relação com a saúde, tais como: saneamento ambiental, coleta de lixo ou pagamento dos servidores aposentados.

Então, para deixar bem claro, Municípios e Estados colocavam como investimentos em saúde, ou gastos em saúde, esse tipo de ação que não tinha nada a ver diretamente com os serviços de saúde, na prevenção ou no tratamento de doenças. Saneamento ambiental, coleta de lixo e até pagamento de servidores eram incluídos como despesas da área da saúde, ou seja, despesas-meio. Dessa forma, as despesas-fim eram diminuídas pelas despesas-meio.

A lei complementar deveria estabelecer, também, critérios para rateio dos recursos vinculados à saúde entre os entes federados, visando, inclusive, à “progressiva redução das disparidades regionais”, além de definir “normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde” nas três esferas de governo: municipal, estadual e federal.

A regulamentação desses diversos aspectos, com profundas repercussões sobre as condições de saúde da população, era, sem dúvida, de competência e responsabilidade do Congresso Nacional. Alguns projetos de lei que viriam suprir essa lacuna, entretanto, não prosperaram. Por fim, ao término do ano passado, um projeto de lei complementar, de autoria do Deputado Roberto Gouveia, era aprovado na Câmara dos Deputados, recebendo, no Senado, a identificação de PLC nº 89, de 2007.

Apesar de seus diversos méritos, devemos ressaltar que o projeto originário foi descaracterizado na forma como foi aprovado. Condizente com a posição do Governo Federal, a determinação de que a União gastasse em saúde pelo menos 10% de suas receitas correntes brutas foi substituída pela manutenção da regra atualmente vigente, obtendo-se, como compensação, um aporte crescente de percentuais da receita da CPMF para a saúde.

A bem-vinda extinção dessa contribuição, a CPMF, reconhecidamente nociva para a saúde de nossa economia, não apenas obriga a uma recomposição dos recursos para o setor saúde, como tornou anacrônico o projeto oriundo da Câmara.

Enquanto isso ocorria, o projeto de lei complementar reapresentado em 2007 pelo eminente Senador Tião Viana, com vários pontos de contato com o projeto originalmente concebido na Câmara dos Deputados, seguia sua tramitação – não sem deixar de sofrer algumas alterações substanciais por emendas aprovadas nas comissões. Então, o projeto do Senador Tião Viana, passando nas comissões, recebeu algumas alterações viáveis, que não tiraram o sentido do projeto.

O que pudemos assistir nesta Casa, Sr. Presidente, no dia 9 deste mês de abril, é condizente com sua alta responsabilidade para com os destinos do País. Neste plenário, uniram-se todos, nobres Senadoras e

Senadores, com o objetivo de aprovar, sem delongas, o Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007, bem como de restituí-lo à sua forma original, principalmente na determinação de que a União deva aplicar em saúde o mínimo de 10% de suas receitas correntes brutas.

Além disso, Sr. Presidente, o projeto aprovado define com clareza o que sejam ações e serviços públicos de saúde, impedindo as distorções e desvios já comentados; estabelece critérios para a distribuição dos recursos da União e dos Estados para os outros entes federados, priorizando a base populacional, mas levando em conta, também, outros aspectos que denotam a maior necessidade de recursos para os respectivos sistemas de saúde; e estabelece, ainda, mecanismos de controle da execução das políticas de saúde, abrangendo os aspectos econômico e financeiro.

Em suma, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PLS nº 121, de 2007, aprovado neste plenário – foram 59 votos, todos a favor –, vem atender a todas as exigências estampadas pela Constituição para a lei complementar, de acordo com uma concepção lúcida e sintonizada com os anseios da sociedade, impondo um consistente aumento dos gastos públicos com saúde. Não lhe faltou, tampouco, a nota de realismo, ao estabelecer o aumento progressivo dos percentuais efetivamente aplicados em ações e serviços de saúde pelos entes federados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerro este meu pronunciamento com a convicção de que os nobres membros da Câmara dos Deputados vão priorizar o bem do País, aprovando, sem alterações que não se mostrem, porventura, absolutamente imprescindíveis, o projeto de lei complementar que vem atender à necessidade urgente de mais recursos para a saúde, assegurando, ademais, a sua correta aplicação.

Quero, Sr. Presidente, após meu pronunciamento, fazer referência a um assunto no qual o Governo nem toca mais, que é o caso da extinção da CPMF. Naquela ânsia de manter a CPMF para destinar aqueles recursos que eram, para nós que fazemos saúde, inseguros, temporários, o Governo fazia um discurso, mas hoje viu que realmente todo aquele recurso que ficava retido pela CPMF ficou circulando e tivemos, como consequência, um aumento da arrecadação de impostos, nesse primeiro trimestre, de 13% – acima do que esperávamos, do ano passado. Isso logicamente faz com que o Governo repense essa questão da saúde.

Vejo boa vontade do Governo para tentar recompor essa questão da reposição dos gastos em saúde. Sabemos que a saúde pública brasileira está passando por um processo muito difícil, que necessita de muito mais recursos para se manter. Por quê? Porque as

ações básicas não foram feitas ao longo de décadas e décadas. Por exemplo, cito o meu Estado – e isso é consequência para o resto do País –, onde saneamento básico sempre foi tratado como uma necessidade de quinta categoria.

Se formos falar, Senador Sibá Machado, em coleta de esgoto sanitário, veremos que o Estado do Amapá tem no máximo 5% de esgotos destinados a coletas. Quando se fala em água potável, essa percentagem já aumenta para 70%. Mas a cidade de Macapá, por exemplo, é uma verdadeira mina com fossas biológicas, cada quintal tem sua fossa. Moro a um quilômetro do centro da cidade, Senador Cafeteira. Dá certinho, de casa para o hospital, que é no centro da cidade, um quilômetro. Lá em casa tenho uma fossa biológica. Todos têm de ter um quintal para poder fazer uma fossa. Isso significa o quê? A falta de observância da necessidade de termos esse investimento. Hoje, vemos que o Governo está, por meio de alguns programas, investindo para que esse reparo seja feito e para que a medicina preventiva tenha mais uma adesão importante na prevenção de diversas doenças que são, principalmente, de veiculação hídrica.

A questão da CPMF já foi superada. Quando votamos aqui contra a CPMF, votamos conscientes de que, se não tivéssemos mais a CPMF, que garantia aquele percentual vindo do imposto sobre o cheque, passaríamos a ter uma necessidade absoluta de regulamentação da Emenda nº 29. Foi o que aconteceu. Houve um trabalho muito grande entre os Parlamentares, e a Emenda nº 29, graças a Deus, teve sua regulamentação aprovada por meio do Projeto de Lei nº 121, de autoria do Senador Tião Viana. Realmente, veio a contemplar as necessidades da saúde.

Esse projeto foi encaminhado para a Câmara. Esperamos por ele, todos nós que fazemos saúde. Inclusive, no dia da votação da CPMF, tive um desencontro de opiniões com o Deputado Perondi, do qual surgiu um debate entre nós. S. Ex^a, hoje, está em uma luta a favor da aprovação do projeto de lei do Senador Tião Viana, que é muito importante. Sabemos das dificuldades, mas elas se resolvem com soluções que venham a equilibrar as receitas e as despesas, para que não tenhamos a saúde prejudicada.

O que queremos aqui – inclusive o Senador João Tenório, no dia da votação, fez até o seu registro de voto a favor pelo microfone – é exatamente que a Câmara olhe com muita responsabilidade que não estamos discutindo aqui cor partidária, Senador Sibá, estamos discutindo saúde pública.

Sou Presidente da Subcomissão de Saúde, sempre coloco aos presentes, de maneira particular, que não deixo que as discussões relacionadas a esse

assunto sejam contaminadas pelas discussões partidárias. Quando fazemos a partidarização nessa discussão, realmente, os resultados não são muito bons. Então queremos sempre levar para o lado da política de saúde, determinada pelo projeto de lei do Senador Tião Viana. E que a Câmara entenda que essa política é importante e que venha a fazer a sua avaliação de uma maneira correta.

Com muita honra, concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. Quero contribuir com a preocupação de V. Ex^a no que diz respeito ao encerramento do pronunciamento. Nenhum de nós, em sã consciência, tem desejo de criar nenhum problema, especialmente para as massas de trabalhadores que estão na chamada relação inativa: os aposentados e pensionistas. A tese do nosso Senador Paulo Paim é que se pudesse garantir a essas pessoas o mínimo dos benefícios, o crescimento do salário mínimo, com a mesma velocidade que é dada às pessoas que estão na ativa. Quando se faz a conta, o impacto para uma Previdência que já tem fortes dificuldades de honrar o volume de recursos não é coisa pequena. Mas, em tese, ele está 100% correto. No que diz respeito à Emenda nº 29, que também asseguraria um incremento novo de R\$24,5 bilhões nos próximos três anos para a saúde, a fim de que possamos ter nessa área, especialmente no serviço público, atendimento de qualidade e maior número de atendimentos, principalmente para as pessoas que têm extrema dificuldade de acesso a um atendimento de qualidade, em tese, estamos de total acordo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Voltando ao problema da Previdência, há seis ou sete anos, ou um pouco antes, desde período do milagre econômico até a chegada do Presidente Fernando Collor, aproximadamente, imaginávamos que havia a proporção de quatro trabalhadores na ativa para um inativo. Então, eram quatro pagando para um receber. Por mais que houvesse alguns percalços, parecia que o financiamento da Previdência estava garantido. De lá para cá, houve certa inversão, especialmente na estrutura da população brasileira: de um lado, na chamada década perdida, quando a economia se arrastou, houve crescimento quase próximo de zero. De outro lado, houve redução no nascimento de pessoas e o envelhecimento na outra ponta. Assim, houve grande redução dos colaboradores, seja por falta de oportunidades de trabalho, seja pelo envelhecimento, ficando praticamente dois pagando para um receber. A Previdência está sofrendo com esse problema

atualmente. No caso da saúde, temos que fazer um estudo. O que ninguém quer aqui é reeditar o que já foi feito, porque a CPMF foi criada com o intuito de resolver, pelo menos em grande parte, se não 100%, os graves problemas do financiamento da saúde pública. E agora nós vamos ter que nos debruçar sobre essa questão de fazer um arranjo no volume de recursos necessários para cobrir a Previdência e para cobrir a Emenda nº 29, que vai fazer a transferência para a saúde. E é claro que, quando nós colocamos esse mosaico na mesa, todas as outras áreas ficam perguntando: mas eu não sou importante também? Vai haver corte na minha área? Ou coisa parecida? Então não é tão simples, mas o Congresso tomou uma direção, e esperamos agora que, por um acordo de cavalheiros, numa negociação muito sábia e correta com o Executivo e com o Governo Federal, encontre alternativa para poder cumprir uma decisão que já foi tomada aqui no Senado, sobre a qual certamente a Câmara também vai se pronunciar. Então, diante desse fato, eu acho que ficarmos fazendo uma certa torcida de quem é a favor e quem é contra, quem é do bem e quem é do mal, talvez fique parecendo para a sociedade que nós não estamos falando de grandeza, e nós aqui estamos querendo falar de grandeza como sempre. V. Ex^a faz essa reflexão, e estamos todos de acordo. Acredito que cada um de nós tenha extrema fé e confiança em determinadas bandeiras. É isso que quero acreditar dos Senadores Paulo Paim e Tião Viana, autores dessas duas propostas. E agora se deve transferir esse tipo de ambiente aos demais Parlamentares que acompanharam. A proposta foi votada praticamente por unanimidade. Acredito que o único voto contrário aqui foi dado por um erro e não por estar querendo votar contra. Mas as observações já foram feitas e resta agora encontrar as fontes para cobrir tão importantes projetos para a sociedade brasileira. Diante disso, quero agradecer a V. Ex^a por ter me concedido o aparte e me irmanar nesta luta, nesta causa, para ver se conseguimos, o mais rápido possível, encontrar o financiamento desses dois projetos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento. Esse agradecimento é, principalmente, pelo fato de seu posicionamento ser muito equilibrado. Sabemos que, às vezes, nós usamos a tribuna para criticar por criticar. Não é essa nossa intenção. Nós queremos ser muito sensatos e equilibrados quando falamos em recursos. Nós temos muitas distorções que podem ser corrigidas. E, corrigidas essas distorções, que se possa realmente fazer com que os recursos da saúde sejam reservados e permanentes, para que não fiquemos

mais na situação em que ficamos em relação à CPMF, naquela expectativa se teríamos, ou não teríamos, ou de quando ela se encerraria.

Então, agradeço a V. Ex^a o seu posicionamento equilibrado, como sempre é nesta Casa. Nós aguardamos a decisão sábia, coerente e equilibrada da Câmara dos Deputados para decidirmos sobre matérias extremamente importantes para a saúde pública brasileira.

Muito obrigado, Senador.

Sr. Presidente, muito obrigado. Vamos pedir a Deus que isso tudo dê certo.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Tenório.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como bem salientou a jornalista Miriam Leitão em sua coluna de *O Globo* em 17 de abril, nos últimos dois anos o trigo está 227% mais caro; a soja valorizou-se 132%; o milho encareceu 157%; o arroz subiu mais do que 100% só em 2008.

Nas duas últimas semanas, a imprensa brasileira tem repercutido o debate internacional sobre as causas da inflação mundial dos alimentos. Além de grave em si mesmo, esse assunto nos interessa porque a reação dos governos estrangeiros pode prejudicar os interesses de longo prazo do Brasil, tanto de potência agrícola, quanto na produção de biocombustíveis.

A inflação dos alimentos prejudica o bem-estar dos mais pobres e incita manifestações sociais e políticas em vários países do mundo.

Essa pressão sobre os governantes é positiva, mas traz um sério risco potencial aos nossos interesses. É positiva na medida em que alerta os governantes de todo o mundo para os riscos sociais e políticos da escassez de alimentos. No entanto, esse alerta não garante que os governos optarão pelas políticas mais adequadas para elevar a oferta mundial.

Pressionados a responder com rapidez à elevação dos preços no mercado mundial, os governos dos países mais ricos podem optar pelo aumento da proteção comercial e dos subsídios à produção local de alimentos.

O risco da revitalização de uma agenda baseada no conceito vago de segurança alimentar será um erro grave, capaz de atrasar a solução adequada e definitiva do problema de oferta de alimento no mundo. Ademais, esse encaminhamento prejudicará o Brasil e os países pobres e em desenvolvimento que se destacam como produtores mais eficientes de produtos agrícolas.

Erroneamente, parte da opinião pública mundial vem associando a crise dos alimentos ao crescimento da produção de biocombustíveis dos países menos desenvolvidos.

Mas esse é um argumento simplista e falacioso, e o Governo brasileiro precisa enfrentá-lo com muito empenho e com informações precisas e adequadas. Temos a responsabilidade de indicar ao mundo as verdadeiras causas da inflação mundial de alimentos e podemos oferecer soluções eficientes, sustentáveis.

Na verdade, a crise atual se explica por fatores estruturais e por fatores conjunturais. Entre os principais fatores estruturais é preciso enfatizar: os desincentivos à produção de alimentos nos países mais eficientes, provocados pelo protecionismo agrícola dos países ricos; novas regras ambientais que restringem a expansão agrícola em muitos países; o crescimento do consumo de alimento nos países mais pobres, notadamente, China e Índia; e as regras trabalhistas impostas pela OIT – Organização Internacional do Trabalho.

Entre os aspectos conjunturais mais importantes, destaca-se o preço do barril de petróleo, que, na semana passada, superou os US\$110.00. O petróleo caro eleva o preço dos fertilizantes e do frete internacional, que, por sua vez, encarecem os custos de produzir e exportar alimentos.

Sr. Presidente, eu gostaria de discutir algumas dessas causas em maior profundidade. Começemos pelo protecionismo agrícola dos países ricos. O subsídio à agricultura distorce os preços internacionais, desincentiva a produção de alimento nos países mais eficientes e, assim, prejudica a oferta mundial.

A proteção de agricultores dos países ricos têm impacto devastador sobre a estrutura econômica dos países pobres e em desenvolvimento. Esses governos não têm como concorrer com o Tesouro dos países ricos e, por isso, a atividade agrícola acaba sendo desprestigiada onde é mais produtiva e mais importante para reduzir a pobreza e a indigência.

A insuficiência de recursos para fazer frente à intervenção dos governos ricos advém da própria condição de pobreza desses países. Como os governos de países pobres seriam capazes de subsidiar uma atividade que responde por 40%, às vezes 50% e até 60% do PIB nacional contra 3% a 5%, que é a participação da produção agrícola nos países industrializados?

Esse argumento já vem sendo usado pelo Governo brasileiro para destravar a Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio, e forçar a abertura do setor agrícola mundial. Mas ele também precisa ser usado para explicar a crise de alimentos e, assim, deslegitimar eventuais recaídas protecionistas nos países ricos sob a velha justificativa da segurança alimentar.

A opinião mundial precisa compreender que a União Européia, os Estados Unidos e o Japão, sobretudo, são parcialmente responsáveis pela atual crise de alimentos. Os países pobres e em desenvolvimento, apesar de disporem de vantagens comparativas e competitivas, não têm como competir com recursos do Tesouro dos países ricos. Esse é o caso do Brasil, da Argentina, na América do Sul de um modo geral; e é também o caso de países africanos e asiáticos.

Passemos à análise das novas regras ambientais. A revolução da produtividade agrícola poderia gerar níveis de oferta de alimentos suficientes para alimentar todo o planeta. Esse efeito se daria, sobretudo, de duas formas. Primeiro, pelo aproveitamento de áreas até então consideradas inadequadas à produção agrícola. Isso seria viabilizado pelo desenvolvimento de técnicas, como a correção química dos solos, que expandiriam a fronteira agrícola. Esse é o caso, por exemplo, do cerrado brasileiro, até recentemente uma terra que não se prestava para a produção agrícola, e, hoje, é um celeiro não apenas para o Brasil, como também para o mundo, significativamente.

A oferta de alimentos também poderia crescer exponencialmente pela aplicação de engenharia genética. Essa permite a elevação substancial da produtividade agrícola, como inclusive se tem verificado Brasil a fora.

Pois bem, falo no condicional ‘poderia’, porque a cada ano que passa surgem novos questionamentos e novas regras que restringem a ampliação da área agrícola, de um lado, e o acesso do agricultor às maravilhas da ciência moderna, de outro.

Restrições impostas à expansão da fronteira agrícola nacional pelos nossos órgãos ambientais são velhas conhecidas dos produtores e da população rural do Brasil. Elas inibem o aproveitamento das vantagens naturais para o nosso progresso econômico e mantêm desempregados milhares de trabalhadores potenciais que, sem perspectiva, migram para as cidades. Diante dessas restrições, precisamos nos indagar se o zelo e a cautela exagerada das autoridades ambientais brasileiras são razoáveis diante da conseqüente perda de bem-estar e de dignidade humana da nossa população.

O obscurantismo desses valores e práticas, muitas vezes institucionalizadas em políticas de governo, aprisiona a economia mundial a um equilíbrio perverso, no qual o crescimento do consumo de alimentos incentiva a alta de preços, mas essa alta não é capaz de provocar o aumento de oferta.

Outro item são as regras trabalhistas muito rígidas, que considero um empecilho à expansão da oferta de alimentos. O Brasil é um dos poucos países que ado-

tam, mesmo sem ratificar formalmente, o disposto na Convenção 184 da OIT, que disciplina rigidamente as condições de saúde e segurança do trabalho no setor agrícola. Em grande medida, convenções como essa refletem as condições de produção dos países mais ricos, sem levar em conta as especificidades dos países pobres e em desenvolvimento. Nestes países, a sua adoção implica um forte desincentivo à produção ou, quando implementada, prejudica a competitividade do produto nacional.

Para entender a crise atual é também importante citar o aumento do consumo de alimentos, especialmente na China e na Índia. Esses países abraçaram a globalização, especializaram-se na produção de manufaturas e serviços para a colocação na economia global e vêm crescendo a taxas muito elevadas há mais de dez anos. Em ambos, a pobreza vem caindo vertiginosamente e, com ela, tem aumentado a demanda por alimentos.

Vejamos, finalmente, a contribuição da alta dos fertilizantes. De acordo com a publicação *Análise e Indicadores do Agronegócio*, do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo – IEA, os preços dos fertilizantes pagos pelos agricultores brasileiros aumentaram significativamente no ano passado em comparação a 2006. Em sua edição de fevereiro deste ano, o IEA informava que uréia, fosfato de monoamônio e cloreto de potássio – três dos principais insumos para a fabricação de fertilizantes – tiveram seus preços elevados em níveis extremamente altos. Para se ter uma idéia, a uréia ficou 67% mais cara, e o fosfato de monoamônio subiu 112%, de 2006 para 2007. Em grande medida, esses preços refletem a alta do petróleo, que impacta o frete; refletem também o aumento na demanda.

Diante do que foi exposto aqui, é fundamental que o Governo brasileiro elabore uma agenda de fortalecimento da agricultura nacional: mudanças na estrutura regulatória, especialmente nos campos trabalhista e ambiental; melhorias na infra-estrutura e na logística; e ampliação e barateamento do crédito são medidas essenciais e urgentes, sobretudo, destinadas para os pequenos e médios produtores rurais.

Talvez devêssemos mesmo considerar com pragmatismo a necessidade de subsidiar a produção de alguns produtos cuja importação tem se mostrado não apenas custosa, mas também incerta. É o caso do trigo e também do arroz.

Para realizar esse planejamento, precisamos que o Governo seja suficientemente inteligente para eleger prioridades e competente para persegui-las. É isso o que o povo brasileiro exige!

Há várias tarefas que o Governo pode e precisa realizar: treinar e capacitar agricultores; melhorar a infra-estrutura e a logística; aperfeiçoar a legislação trabalhista; e melhorar a regulação ambiental.

Fazer isso não implica admitir que o crescimento da agricultura precisa se dar em condições sociais e/ou ambientais perversas. Significa apenas admitir que países em níveis mais baixos de desenvolvimento econômico têm condições específicas que limitam sua capacidade para adotar, de pronto, as melhores práticas seguidas nos países ricos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de concluir, permitam-me retomar a questão dos biocombustíveis. Este é um dos assuntos mais relevantes da economia e da política internacional desta última década e, certamente, se manterá no topo da agenda por muito mais tempo.

A questão essencial na discussão dos biocombustíveis é o valor que a humanidade atribui à redução da dependência por petróleo.

E isso por pelo menos três razões.

Primeiro, pela necessidade imperiosa de reduzirmos o atual nível de emissões de CO₂ na atmosfera terrestre, para aliviar o chamado efeito estufa, que provoca o aquecimento global.

Segundo, pelo elevado preço do petróleo, que impacta a estrutura de custos de praticamente todos os setores econômicos. E esse preço tende a se manter alto tanto por conta da escassez natural quanto em razão da geopolítica do mundo após 11 de setembro.

Por último, reduzir a dependência por petróleo pode ser importante devido à própria situação mundial ensejada por essa dependência: ela fortalece governos populistas e radicais que ameaçam a estabilidade do sistema internacional, como é o caso do Irã.

É nesses termos que o mundo – e o Brasil em particular – tem de discutir a conveniência de elevar a produção de biocombustíveis, ou não. Se ela for considerada importante, essencial, seus custos nominais e de oportunidade precisarão e merecerão ser pagos.

Aí é que entra uma segunda discussão relevante do tema dos biocombustíveis: esses custos são baixos e declinantes.

Vejamos alguns indicadores.

Em artigo recente, o economista Marcos Jank, presidente da Única – União da Indústria de Cana-de-Açúcar, apresentou os seguintes dados sobre a produção de etanol no Brasil: são gerados cerca de um milhão de empregos; serão investidos cerca de US\$30 bilhões até 2012; avalia-se que será possível co-gerar o equivalente a uma Itaipu e meia em bioeletricidade a partir do bagaço e da palha disponíveis; os veículos *flex* já respondem por 90% das vendas de

carros novos no Brasil; com apenas 1% da área agricultável do País, o etanol substitui 50% das necessidades brasileiras de combustíveis para veículos leves, superando o consumo de gasolina; o etanol da cana tem uma produtividade de 7 mil litros por hectare, só para referência, contra 3 mil litros por hectare, que é a produtividade do etanol do milho americano; com o progresso tecnológico esperado e em andamento, em dez anos vamos atingir pelo menos 12 mil litros por hectare ou exportar dez vezes mais energia para o sistema elétrico, com o aproveitamento da biomassa da cana-de-açúcar.

Esses são dados que apontam para o caráter verdadeiramente revolucionário da opção pelo aumento da produção de biocombustíveis.

Em entrevista ao **Valor Econômico**, publicada em 23 de abril, José Goldemberg – eminente físico brasileiro, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia e da Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República – aponta três grupos potencialmente interessados em culpar o aumento da produção de biocombustíveis pela atual crise de alimentos:

“A indústria do petróleo, com a preocupação que o etanol retire parte de seus lucros. Os produtores de soja nos EUA, porque a área cultivada de milho está avançando sobre a deles. E ambientalistas mal-informados que acreditam que a produção de biocombustíveis irá provocar a fome no mundo”.

Sinceramente, Sr. Presidente, prefiro as explicações mais lógicas do que aquelas que soam como teorias conspiratórias. Para mim, é justamente essa onda de má-informação que temos de mirar.

Cabe a todos os brasileiros direta ou indiretamente ligados à produção de bioenergia, e especialmente ao nosso Governo, defender o interesse nacional contra essas agressões ao bom senso e à verdade dos fatos.

Afinal, não pode haver dúvida de que o etanol é mais barato e polui menos do que o petróleo; a produção de biocombustíveis é ambientalmente sustentável e compatível com o crescimento da oferta de alimentos; e a produção de biocombustíveis é uma via importante de inserção para as populações dos países em desenvolvimento e pobres à economia global, com evidentes vantagens para o aumento do bem-estar e da prosperidade fora dos grandes centros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Tenório, o Sr. Epitácio Cafeteira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço ao Senador José Tenório e passo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, que, como orador inscrito, fará uso da tribuna por 20 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside a sessão desta tarde; Senador João Tenório; Sr^{as} e Srs. Senadores; na semana passada, vim a esta tribuna fazer uma avaliação, sob o meu ponto de vista, sobre os pronunciamentos de algumas autoridades da ONU e também da OMC a respeito do debate que se faz hoje na Europa, na União Européia, em que se culpa o Brasil, especialmente, e os biocombustíveis pelo aumento do preço dos alimentos no mundo.

Acho que esse assunto não pode passar ao largo do Senado Federal. Temos a obrigação de fazer um melhor esclarecimento, especialmente para a sociedade brasileira.

Mas, Sr. Presidente, antes de entrar propriamente nesse assunto, estava reconsultando os meus estudos na área de população e gostaria de lembrar aqui um estudioso do final do séc. XVIII e início do séc. XIX, Thomas Robert Malthus, um economista, um brilhante economista inglês que viveu nesse período, cuja formação era na área de Economia, com base também na geografia, religioso e fervoroso que era, anglicano, filho da Igreja Anglicana. Malthus levantou, em dois momentos, em dois de seus ensaios, em duas publicações, as teses da população do mundo e os princípios do ciclo da fome. Segundo ele, o ritmo do crescimento da população é um, e o ritmo do crescimento tecnológico para a produção de alimentos é outro. Ao ritmo do crescimento da população, ele disse que a população cresce de maneira geométrica, enquanto o crescimento das tecnologias para produção de alimentos cresce de maneira aritmética, ou seja, uma cresce como se fosse uma soma, uma adição, e a outra, como se fosse uma multiplicação.

Naquele momento, ele vivia os resquícios do que foi o feudalismo e a transição ainda não estava concluída para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Ele faz uma avaliação sobre o crescimento da população norte-americana e européia e o desenvolvimento das forças produtivas nos Estados Unidos e também na Europa. E chegou a essa conclusão.

De acordo com o momento em que ele viveu e aquilo em que acreditou, pelo cenário que o mundo poderia oferecer naquele momento, ele poderia ter as suas razões. Porque, realmente, a população rural do mundo, ao migrar para as cidades por conta do desenvolvimento das indústrias, precisava criar um contingente populacional urbano muito forte para o

oferecimento de mão-de-obra. Isso desestimulou ao máximo a produção rural, que padecia de um investimento tecnológico, porque todo o investimento em tecnologia estava, naquele momento, mais centrado nas cidades por conta do surgimento das indústrias, das fábricas.

Então, neste ponto, eu concordo que ele deve ter suas razões. Mas ele não pôde prever o futuro da humanidade, não pôde prever o futuro do desenvolvimento dessas tecnologias, inclusive no campo. E é claro que, hoje, estamos diante de uma coisa inusitada, porque há uma certa redução da reprodução humana. Chegamos ao ápice da reprodução humana no Brasil. O crescimento vegetativo da população brasileira chegou ao patamar de sete filhos por mulher em condições de reprodução, de fertilidade, a chamada TTF – Taxa Total de Fertilidade. Esse número caiu, hoje, para cerca de 1,9 a 2,0, e sabe-se que a TTF, para continuar repondo a população na mesma velocidade calculada por Thomas Malthus, deve ser de no mínimo 2,1 por mulher. Com exceção de alguns cenários ainda, como os países do sul da Ásia e boa parte da África, o restante do mundo, inclusive o Brasil, cresce a uma taxa abaixo de 2,1. A maioria está nesse ponto.

Portanto, se olharmos para a pirâmide da faixa etária da população brasileira e do mundo, vê-se que, em um país como o nosso, que viveu os anos 60 e 70 com a base da pirâmide muito larga – crianças e jovens –, e o topo da pirâmide muito estreito, a maioria da população acima de 60 anos, hoje temos o meio da pirâmide mais gordo, mais enlarguecido, uma base mais estreitada e um topo mais enlarguecido. É aí onde entra todo o debate da reformulação da Previdência, porque estamos com algumas dificuldades no financiamento da previdência.

Outro fator interessante que ocorre com a população do Brasil é o aumento substancial da expectativa de vida. Nas décadas de 40 a 60, nós tivemos uma expectativa de vida abaixo de 50 anos. Há ainda muitos países, pelo menos na África e parte da Ásia, com uma expectativa abaixo de 40 anos e uma taxa de mortalidade infantil exorbitante, chegando a números impressionantes.

Então, precisamos fazer um tipo de trabalho que avance não só no crescimento implícito da economia, da produção em si, da geração de riqueza, mas também da qualidade de vida.

A nossa população está envelhecendo, mas também, muito próximo desse envelhecimento, há uma certa qualidade de vida. Portanto, as mulheres no Brasil chegaram a 74,5 anos de expectativa de vida, e os homens a 72,3, aproximadamente.

Então, voltando ao assunto sobre o preço dos alimentos, reporteime, na semana passada, de que calculo que não é apenas o exorbitante preço do barril do petróleo o único responsável pelo aumento do preço dos alimentos. Isso também é uma verdade, porque o aumento do preço dos combustíveis vai incidir sobre uma maior valorização de custo, no aumento de custo real da produção agrícola, porque o óleo lubrificante, os lubrificantes em geral, o combustível das máquinas, o fertilizante, toda a parte de adubação, e assim por diante, tudo é ligado diretamente ao preço do barril do petróleo. E é claro que isso vai incidir sobre o preço dos alimentos.

Mas acho que há um fator muito maior do que esse que está incidindo sobre o preço dos alimentos, que é um chamamento novo de países como o Brasil, a Índia e a China, e outros. Neste *boom* do crescimento da economia mundial, houve uma mudança de endereço dos chamados centros do mundo, para dirimir a questão da economia.

Nós tínhamos apenas dois endereços até, mais ou menos, seis ou sete anos atrás, o chamado G-7. E quem dominava o grupo? Setenta por cento, os Estados Unidos, enquanto que a Alemanha e a Inglaterra, mais ou menos juntas, 15% a 20%, e o restante, países como o Japão, que está com dificuldade de crescimento da sua economia, com estabilidade da sua população.

Toda a União Européia também teve crescimento econômico não tão exponencial, mas lento e gradual, e também uma estabilização da sua população.

Quanto aos Estados Unidos, nós estamos assistindo o que está ocorrendo na economia daquele país. Se pudéssemos nos reportar aos anos 70, 80 e 90, o que está ocorrendo na economia norte-americana, neste momento, poderia provocar uma verdadeira avalanche, um verdadeiro *tsunami* nas outras economias mais incipientes, como é o caso da América do Sul, da África e da Ásia.

Continuo dizendo que o preço dos alimentos tem, na sua incidência, não apenas o preço do petróleo, cujo barril custa agora US\$120. Só comparando, na primeira crise do petróleo atingiu duramente o chamado milagre econômico do Brasil, no governo de Emílio Garrastazu Médici, o barril de petróleo, que estava a US\$4, subiu para 8. Foi o primeiro terremoto que aconteceu naquele momento. No segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o petróleo chegou a US\$36, e olha o prejuízo que criou no plano da estabilização fiscal do nosso País. O Presidente estava dando passos na direção do chamado desenvolvimento sustentável. Então, nós saímos de US\$36, no segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique, para US\$120,

hoje, no segundo mandato do Presidente Lula. Mesmo assim, o País está numa situação muito diferente do que foi essa avalanche do início dos anos 70 para o que foi a avalanche no final dos anos 90, o segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique.

Então, nós estamos aqui afirmando que não apenas o preço do petróleo incidiu sobre os preços dos alimentos, mas a sua falta. E por que a sua falta? Por que o seu desabastecimento? Aí que quero fazer uma comparação com Thomas Malthus. Ele não acreditava que a velocidade da tecnologia das indústrias urbanas pudesse chegar no campo com o vigor que ela chegou atualmente. E nós temos hoje condições, sim, o Brasil tem condições de ser hoje o grande celeiro do mundo, porque desenvolveu um método de tecnologia agrícola. Os produtos agrícolas brasileiros competem com qualquer país, seja a União Européia, o Japão, os Estados Unidos, que são obrigados, por conta inclusive da mãe natureza e das bênçãos de Deus... nós, brasileiros, costumamos dizer que o Brasil é um País abençoado por Deus, e eu acho que realmente o é. Basta olhar para a imensidão deste País, com 8,5 milhões de km², na latitude de 35°, que atinge o Rio Grande do Sul – então estamos na faixa equatorial e no início da faixa temperada. Isso faz com que nosso regime de chuvas, Sr. Presidente, seja equilibrado entre 1.500mm e 2.500mm por ano. Temos essa distribuição.

E, pasmem, mesmo com um pequeno pedaço do Estado do Amapá e um pequeno pedaço do Estado de Roraima no Hemisfério Norte, estando 100% do restante inseridos no Hemisfério Sul, o nosso País consegue ter um regime de chuvas diferenciado de forma que, enquanto estamos tendo chuva no Norte ou na região amazônica, no Nordeste, o regime de chuvas está terminando. Há uma certa falta de coincidência entre o regime de chuvas.

Sob o ponto de vista do relevo do nosso terreno, o Brasil é um país suavemente ondulado, de ondulado a suavemente ondulado. Então, os nossos terrenos são plenamente aproveitáveis, porque não temos picos de montanha e os terrenos rochosos são poucos. Portanto, um terreno de formação do chamado semi-árido brasileiro, que é a formação do bioma da caatinga, o que é o meio norte brasileiro, entre o Piauí e o Maranhão, entrando um pouco no Pará e formando a chamada floresta de cocais, o que é a grande Amazônia, o cerrado brasileiro, a região de Araucárias, que pega o a região sul, o pantanal mato-grossense, e assim por diante – são cinco ou seis biomas brasileiros que oferecem condições de fazermos, sim, a descentralização do ciclo da agricultura, de forma que, enquanto determinada cultura esteja sendo plantada em um lugar, a colheita dessa mesma cultura estará sendo feita em

outra região do País. Essa dinâmica do desenvolvimento da agronomia brasileira poderia fazer com que os problemas dos terrenos com baixa fertilidade fossem resolvidos pela engenharia.

Os problemas de altimetria dos terrenos podem ser corrigidos. O regime de chuvas é algo que natureza já nos oferece plenamente. O clima em geral não é problema para nós. Portanto, só falta uma coisa: complementar a capacidade de rentabilidade e produtividade dos terrenos. O Brasil é um país abençoado por Deus, sim. Podemos acreditar nisso.

A grande diferença, agora, é o fato de o Brasil estar fazendo uma certa distribuição de renda. A China e a Índia também estão fazendo, ao seu modo, certa distribuição de renda. E está surgindo um novo momento na África, especialmente na África do Sul. Juntando-se as mãos para a troca dessas tecnologias – desculpem-me, pois vou chutar um número –, calculo que próximo de 500 milhões de pessoas no mundo passaram a comer muito mais do que comiam antes.

E é isso, no meu entendimento, que está fazendo sumir produtos das prateleiras dos supermercados. Não é apenas o preço do petróleo, porque, se fosse apenas isso, a prateleira poderia ficar lotada de produtos caros. As pessoas veriam os produtos, mas não teriam dinheiro para comprá-los.

Mas olhem o que ocorre: nos Estados Unidos, está havendo é desabastecimento. Tanto é assim que há decisão do Governo no sentido de começar a fazer uma espécie de racionamento da oferta. Alguns supermercados, com os produtos que somem mais rapidamente, começam a vendê-los com limite de quantidade máxima por cliente. Isso me faz lembrar o *la libreta* de Cuba. Nos primeiros dez a quinze anos da revolução cubana, para que esta pudesse sobreviver, Cuba teve de partir para esse regime. Não estou querendo comparar os regimes, mas somente o método utilizado.

Nesse caso, de um lado, ficamos tristes porque está havendo desabastecimento, o que não é uma coisa pequena; mas, de outro lado, vamos ficar felizes, porque houve um incremento de distribuição de renda e tem gente comendo mais no mundo. Portanto, a União Européia e os Estados Unidos não podem usar o discurso medíocre de dizer que o biocombustível no Brasil é o único vilão responsável pelo aumento de preços. Pelo amor de Deus! Vamos fazer o debate correto, como ele é.

O que se tem de fazer neste momento, imediatamente, penso eu, Sr. Presidente, é esses países darem-se as mãos para trocar conhecimentos e fazer com que terras no Brasil – calcula-se que, no Brasil, haja 60 milhões de hectares subutilizados com pastagens em alta degradação – sejam incrementadas com

produtos novos na área de grãos. Estamos crescendo cerca de 10% por safra no Brasil. Isso não é pouco! Podemos chegar à próxima safra com cerca de 150 milhões de toneladas. O nosso País hoje é um dos maiores exportadores de carnes, de grãos e assim por diante.

Agora, se o chinês passou a implementar mais produtos na sua mesa e também na dinâmica de ração animal ou coisa parecida, não pode a União Européia, na impossibilidade de receber esse chamado da China, da Índia e de outros países, nos culpar de uma leviandade desse tamanho.

E agora eu quero falar para V. Ex^a do acerto do Presidente Lula. E é aqui onde eu começo a admirar o pensamento estratégico do Presidente da República, porque às vezes ele tem uns lances que a gente não está preparado para ouvir, e lá na frente é que vamos perceber o que ele queria dizer.

Ele acertou quando fez um acordo com Gana para colocar um escritório de representação da Embrapa na África e um outro na Venezuela. Ele já estava imaginando, penso eu, que inevitavelmente a economia do mundo, nessa velocidade, poderia ter novos endereços e que, de certa forma, o Planeta teria uma nova distribuição das riquezas, e que, portanto, os mais pobres do mundo poderiam ter acesso ao básico, pelo menos, que são os bens de primeira necessidade.

Nesse caso, o que eu diria aqui para V. Ex^{as}, com toda tranqüilidade, é que seria o momento de a União Européia dar sua contribuição, diante de seu vasto conhecimento milenar da agricultura. Desde antes dos césores, a Itália e toda aquela região já produz na mesma terra, e esse é um conhecimento que nós não podemos dispensar. Já imaginou somar um conhecimento dessa natureza à alta tecnologia que os norte-americanos têm e às condições de fazer adaptação de produtos que os brasileiros têm, em um clima desses que nós temos no País e na América do Sul? Com isso, nós poderemos incrementar uma boa parte da África, que também é subutilizada ou mal utilizada, para fazer um novo encontro das Nações no mundo. Viraremos a página, Sr. Presidente, das ocupações no tempo das Grandes Navegações, que chegaram à África da maneira que conhecemos. Foi uma espécie de anexação o que os ingleses fizeram com os indianos, o que franceses, ingleses e outros fizeram com os africanos, o que boa parte dos americanos fizeram também no desenho da geopolítica do Planeta. Chegou a hora da virada de página. Este é o grande momento da virada de página, porque nós podemos, sim, fazer uma nova economia solidária.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir ainda mais alguns minutos, eu queria fazer uma outra reflexão.

Eu estava olhando agora o resultado da pesquisa CNT/Sensus. Eu digo a V. Ex^a que, desde o ano passado, depois que o Deputado Devanir Ribeiro, do PT de São Paulo, apresentou um projeto de lei na Câmara dos Deputados falando de terceiro mandato, de minha parte – e é o que sinto da maioria das pessoas com quem convivo dentro do PT e, especialmente, do próprio Presidente da República –, esse assunto incomoda. Incomoda por todos os princípios. Incomoda por todos os princípios! E um deles, Sr. Presidente, muito seguramente, eu garanto a V. Ex^a: não se pode mudar o jogo no meio da partida. Não se pode! Essa crítica tem que ser feita ao PSDB na época em que fez a Emenda da Reeleição, no exercício do mandato. Essa marca vai ficar na história. Inevitavelmente, eu tenho certeza que, de vez em quando, o assunto vai voltar: se se pôde uma vez, pode-se uma segunda vez. E nós temos a obrigação de virar essa página.

Contudo, a pesquisa nos traz o seguinte sobre o Governo: é a melhor avaliação do Presidente Lula desde a sua posse: 57,5% de aceitação do Presidente da República no seio da nossa sociedade. A pesquisa ainda não foi publicada, mas já se vê ali pelos *blogs* da *Internet* que os números, que virão a ser publicados ainda no final desta semana, apontam para o Governo com cerca de 70% de aceitação popular.

Quando se fazem essas comparações, o que eu quero dizer a V. Ex^a é que acho que o nosso País está vivendo a chamada “lei dos saltos”, vamos dizer, está atingindo os 100% da sua qualidade de uma dinâmica interna e externa. Um líder do porte do Presidente Lula, digo a V. Ex^a, talvez a nossa sociedade não esperasse. Todos os setores da nossa sociedade: os que fazem imprensa, os que fazem ciência, os que fazem as empresas do nosso País, o mundo sindical, assim por diante. Não estávamos esperando.

E aqui não vamos esquecer os problemas com os quais vimos convivendo dentro da gestão do nosso Governo. Não estou falando disso; estou dizendo que, no rumo do Brasil, estamos vivendo uma nova etapa muito impressionante. É isso o que queríamos falar. Se for para falar de sucessão 2010, primeiro vamos concluir o processo da sucessão 2008.

Nesse sentido, as forças políticas no Brasil têm a obrigação de começar a raciocinar por uma outra lógica, a partir de um outro prisma, sem esconder as suas diferenças. O importante seria que os Partidos que apresentam as teses nacionais as publicassem, que as deixassem muito claras, porque, nesse debate, qualificariam o rumo. Um dos pontos da pesquisa

da CNT/Sensus foi perguntar aos entrevistados o que acham do chamado pacto social. Essa é uma expressão já utilizada no momento em que o Presidente da República era o nosso atual Senador José Sarney. O pacto social daquela época é retomado agora em outra linguagem. Entre os entrevistados, 74,5% apontaram que está na hora de o Brasil fazer esse pacto social. E apontam que está na hora de os sindicalistas, de os empresários, de todos os políticos se juntarem para dizer o que fazer da chamada política industrial, da política agrícola, da política ambiental, da política de reforma agrária. E chegam a falar coisas impressionantes ali, que a pesquisa apontou. Então, eu vou reestudar essa pesquisa.

Pretendo voltar se possível amanhã, ou ainda esta semana, ou no início da semana que vem, com maiores esclarecimentos sobre o que esta pesquisa está falando, porque ela não está discutindo eminentemente processos eleitorais. No meu entendimento, ela está discutindo um eixo de condução do Brasil. E, nesse eixo de condução do nosso País, do nosso Brasil, há um chamamento para que a gente abra mais os olhos a um comentário do Boechat, da rádio *Band News*, de que é impressionante dizer que, de tudo o que foi dito sobre o Governo de negativo, de tudo o que foi o embate realizado, especialmente pelo Congresso, pela imprensa nacional, a respeito do Governo do Presidente Lula, a sociedade parece que está fazendo exatamente uma leitura que ninguém está acompanhando, para a qual ninguém está atentando. A sociedade está separando uma coisa da outra, porque, quando se faz uma pergunta sobre os problemas do Governo, eles são enfáticos em dizer que reconhecem o problema, mas reconhecem muito mais o que é o acerto do Governo, o que é o acerto do Brasil.

É nesse ponto que queríamos chamar a atenção do Congresso Nacional especialmente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP. *Fazendo soar a campainha.*)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

... e das pessoas que fazem a pesquisa sociológica, histórica, etc. das análises políticas do Brasil para fazer uma reflexão desapaixonada. Está na hora de se fazer uma reflexão desapaixonada.

Então, vou dizer a V. Ex^a, com toda a tranquilidade aqui, que me sinto muito honrado como brasileiro, muito honrado, porque, desde o momento em que eu comecei a estudar Geografia, desde o meu 1º grau – sempre me apaixonei por essa área do conhecimento –, eu já olhava lá para os indicadores: país maior produtor de

petróleo; país com maior desenvolvimento industrial; país com não sei mais o quê, etc., e eram sempre os Estados Unidos e a Europa. Sempre Estados Unidos e Europa. Sempre! Lembro-me do programa de TV do nosso amigo o repórter Amaral Neto e do nosso atual Senador e Ministro das Comunicações, Hélio Costa. E era sempre assim a chamada dos domingos: “Nos Estados Unidos!” – e aí vinha aquela matéria. E eu pensava: “Mas será que mais ninguém no mundo tem juízo na cabeça? Será que mais ninguém no mundo pensa?” E hoje estou muito animado, porque estou vendo muitos brasileiros pensantes, estou vendo muita gente boa pensando no mundo afora e mudando o roteiro do mundo! Daqui para frente, queremos, sim, o desenvolvimento da economia mundial com uma palavra: solidariedade.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, destaco o que chamamos de sustentabilidade da economia. Sustentabilidade da economia tem o primeiro viés: estudo da pessoa humana, o cuidado com a pessoa humana; e o segundo viés: o cuidado e o estudo com a mãe-natureza, porque, se se tirarem todas as pessoas do Planeta que uma vez não existiram, a natureza e o Planeta continuarão. Porém, se se tirar a natureza, seremos retirados juntos, porque é impossível um ser humano viver sem a natureza!

Segundo estudos científicos, o ser humano que já passou mais dias sem comer foi o que fez greve de fome na Inglaterra por 63 dias e que veio a falecer. Uma pessoa consegue ficar sem tomar água, pelos cálculos da Medicina, no máximo por sete dias. Um ser humano agüenta ficar sem respirar por muito pouco tempo. Vejamos os campeões da apnéia. O campeão da semana passada chegou a sete minutos. Eu já tentei numa bacia d’água, Sr. Presidente, prender a respiração por um minuto e trinta segundos e quase morri afogado.

Então, não dá para fazer um debate enviesado, um debate maluco, atrapalhado, em dizer que quem luta pelas questões ambientais do Brasil e do mundo está lutando pelos bichos, pelos macacos e pelas cobras, em detrimento da pessoa humana. Esse é um debate enviesado, Sr. Presidente; é enviesado.

Nós queremos, sim, o sucesso do nosso Brasil e um Brasil campeão de tudo o que é bom: ...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...de justiça social, de transferência de renda, de transferência de conhecimento, de transferência de oportunidades, de distribuição de riquezas, etc. Mas com um cuidado extremamente sério, que é o cuidado ambiental.

Portanto, o biocombustível no Brasil, queiram os analistas da União Européia ou não, foi um acerto da inteligência brasileira, um acerto do conhecimento nacional. E nós haveremos de dar *show*, mas não para pisar no pescoço de ninguém, não para fazer mal a ninguém. Eu espero que o nosso Brasil faça da sua inteligência algo ainda mais, que é a de fazer a solidariedade dos povos do Planeta.

Com isso eu encerro, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância que V. Ex^a me deu. E eu pretendo voltar, se não amanhã, para uma reanálise da pesquisa da CNT, porque acho que ela foi provocante; saiu do eleitoral e veio avaliar sobre um pensamento de Brasil do futuro. E acho que é isso que os nossos Partidos...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...políticos têm a obrigação de fazer daqui para frente. Então, eu queria chamar a atenção de Senadores como Pedro Simon e Jefferson Péres, Aloizio Mercadante, Arthur Virgílio, que são analistas da chamada concertação nacional. Está na hora de virem para um debate bom nesta Casa, deixando a paixão da disputa eleitoral, para darmos um prêmio aos brasileiros de verem na tribuna deste Senado um grande debate sobre os rumos do nosso Brasil, com as teses que cada um tem. Não tem problema. E a disputa se dá em cima disso, porque o eleitoreiro pelo eleitoreiro é danoso, Sr. Presidente. Ele encurta a capacidade de pensar das pessoas e vira uma coisa banal, esquisita.

Que recado damos para os nossos jovens, para os nossos filhos, para as pessoas que disputam no ambiente de uma Câmara Municipal? Que o eleitoreiro é pelo eleitoreiro!? Que política é profissão!? Isso está errado. Política não é profissão! Política é paixão, é militância, é dedicação, e é isso que temos de fazer do Senado da República Federativa do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 358, DE 2008

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2004 (nº 6.415/2005, naquela Casa) que altera o art. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69– à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que

regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica.

Relator: Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

I – Relatório

Distribuído para apreciação, vem a esta Comissão o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.415-A, de 2005 (PLS nº 145, de 2004, na Casa de origem) que altera o art. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica, de autoria do Ilustre Senador César Borges.

Foi apresentada como justificção do projeto o fato de que “O Código de Processo Civil, mediante a alteração decorrente da Lei nº 10.173, de 9 de janeiro de 2001, deu prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte, pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos”, bem como “os portadores de doenças graves, em razão da maior probabilidade do falecimento antes da prestação jurisdicional, em relação àqueles cujo estado de saúde permitem-lhe esperar por um maior tempo até a solução definitiva do processo judicial”.

Por outro lado, busca a proposição adequar, em termos, o art. 1.211-A do Código de Processo Civil – CPC com o art. 71 da Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, para que melhor seja aplicada a justiça social.

Destaca-se que a proposição em questão de iniciativa do Senado, onde após aprovada na Comissão de Assuntos Sociais – CAS e na Comissão de Constituição e Justiça foi encaminhada à Câmara dos Deputados, ocasião em que também tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, e lá recebeu emendas e teve a sua redação final aprovada por unanimidade em 7-8-2007.

A alteração ocorrida na Câmara dos Deputados refere-se ao parágrafo único do art. 1.211-A que na forma original proposta pelo projeto em análise definia que “as doenças graves a que se referem o **caput** do art. 1.211-A deveriam constar de listas elaboradas pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Trabalho e Emprego, atualizadas semestralmente”.

Os deputados federais apresentaram emendas ao projeto de modo a estabelecer quais as doenças implicariam na preferência de tramitação de processos de seu portador, especificando ainda que provas deveriam

ser apresentadas à autoridade judiciária competente para a concessão do benefício e como se daria esta preferência e o prazo máximo de inclusão em pauta e finalização dos processos e a penalidade pelo descumprimento do regime de tramitação prioritária por parte do magistrado ou servidor público responsável pelas infrações previstas em lei e à reparação das perdas e danos sofridos pelo beneficiado.

Ficou ainda estabelecido na Câmara dos Deputados que “concedida a prioridade, essa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, em união estável”.

Em razão das alterações acima especificadas a matéria retornou à apreciação do Senado, tendo sido distribuída para minha relatoria.

Aberto o prazo regimental, não foram oferecidas no Senado emendas à proposição em exame.

II – Análise

Compete a esta Comissão, de acordo com o disposto no art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário.

Nesta esteira, estando o PLS ora analisado em conformidade com o inciso I, do art. 22 da CF/88, pois compete privativamente à União legislar sobre direito processual, entendemos que a matéria não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, posto que atende aos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 48 da CF/88).

Quanto ao mérito, destacamos a importância do projeto em análise para aplicação do princípio da celeridade processual e também para a aplicação da justiça.

As alterações propostas ao Projeto de Lei em análise modificam os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – CPC e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, estabelecendo em síntese:

“Art. 69-A. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado:

I – pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II – pessoa portadora de deficiência física ou mental;

III – pessoa portadora de moléstia profissional ou vítima de acidente de trabalho;

IV – pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo; (NR)”

Art. 1.211-B. A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

§ 1º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

§ 2º Nas instâncias recursais, o julgamento independe de inclusão em pauta e deve ser finalizado no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data de distribuição do processo no tribunal.

§ 3º O descumprimento do regime de tramitação prioritária sujeitará o magistrado ou servidor público responsável às penalidades previstas em lei e à reparação das perdas e danos sofridos pelo beneficiado. (NR).

Também foi promovida na Câmara, alteração no substitutivo, da ementa do PLS em análise, tendo em vista novas alterações ao conteúdo do PLS promovidas naquela casa, estabelecendo a nova ementa o seguinte:

“Esta lei altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, às pessoas portadoras de deficiência física ou mental, às pessoas portadoras de moléstia profissional ou vítimas de acidente de trabalho e às pessoas portadoras de doenças graves”.

Destaca-se que o Código de Processo Civil vem sofrendo inúmeras alterações nos últimos quinze anos, especialmente no período de 2005 e 2006, dando assim continuidade ao chamado “Pacto de Estado por um Judiciário mais Rápido e Republicano”, firmado em 2004 com o intuito de promover uma maior efetividade do processo.

Mas afinal, o que é efetividade e de que modo se manifesta no processo? Buscamos a resposta a essa pergunta nos conceitos clássicos de Chiovenda para quem “na medida em que for praticamente possível, o processo deve proporcionar a quem tem um direito tudo aquilo e precisamente aquilo que ele tem o direito de obter”.¹ Na verdade, é um meio para a realização do direito material.

Após a publicação da Emenda Constitucional nº 45 de 31 de dezembro de 2004, intitulada “Reforma do Poder Judiciário”, as propostas e medidas legislativas de alteração infraconstitucional das regras processuais civis, penais e trabalhistas passaram a ocupar espaço central nos debates em torno da modernização do Direito Processual.

No Brasil, um processo comum leva 546 dias para ser finalizado em 1ª instância, número maior que a média na América Latina* (461 dias) ou em outros países, como no Chile (305 dias). Dados do Supremo Tribunal Federal demonstram que parcela significativa dos processos demora cerca de oito anos para conclusão até a última instância².

Entretanto, quanto à juridicidade, merece reparo a alteração feita no **caput** do art. 1.211-A do Código de Processo Civil, acrescentando-lhe também incisos de I a IV:

I – pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II – pessoa portadora de deficiência, física ou mental;

III – pessoa portadora de moléstia profissional ou vítima de acidente de trabalho;

IV – pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

Cumpra observar que a concessão da prioridade deve se limitar aos idosos e aos portadores de doença

grave, de modo que se suprima a indicação expressa de todas as doenças consideradas graves, por se tratar de matéria estranha ao CPC.

No mérito, observa-se que as sociedades contemporâneas que alcançaram determinado grau de desenvolvimento têm experimentado significativa mudança demográfica, e uma das principais características dessa mudança é o envelhecimento da população, fator que suscitou, entre nós, o Estatuto do Idoso, versado na Lei nº 10.741, de 2003. Por essa razão, louvável o propósito do projeto de estabelecer como idade mínima a partir da qual se possa exercer o direito de prioridade na tramitação de processos judiciais o registro de sessenta anos.

Entretanto, observação deve ser feita quanto ao parágrafo 1º do art. 1.211-B do Código de Processo Civil, pois não nos parece adequada a definição do procedimento para a identificação dos autos dos processos que tramitam com prioridade, por se tratar de matéria de competência interna dos tribunais.

Ainda, o parágrafo 2º do mesmo art. 1.211-B inadequadamente estabelece prazo para o julgamento dos recursos dos processos que tramitam em regime de prioridade, sem considerar que existem inúmeros fatores (sobretudo os materiais) que podem inviabilizar o atendimento desse prazo.

Já o parágrafo 3º do art. 1.211-B dispõe desnecessariamente sobre a responsabilização dos magistrados e servidores públicos, vez que já existem normas no próprio CPC regulando a questão em termos genéricos (artigos 133 e 144).

Por fim, a extensão do regime de prioridade aos processos administrativos parece-nos adequada, razão pela qual acatamos o art. 5º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2004.

III – Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação da ementa e dos artigos 3º, 4º, 5º e 6º do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2004, sem prejuízo da renumeração e dos ajustes redacionais porventura necessários. Por conseguinte, manifestamo-nos pela rejeição dos artigos 1º e 2º do substitutivo. Restabelecer-se-á, ao mesmo tempo, o artigo 1º do texto originalmente aprovado no Senado Federal.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008, Senador **Marco Maciel**, Presidente – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Redator.

1 Giuseppe Chiovenda. “Dell’azzinone nascente dal contrato preliminar”, in “Saggi di diritto processuale civile”, vol. I, pág. 30, Roma, 1930.

2 Relato das pesquisas realizadas pela UnB a pedido do STF, disponível em <http://www.cnj.gov.br/downloads/dataunb.pdf>.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: SCD Nº 145 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/03 13h00'8, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>[Handwritten Signature]</i>	
RELATOR: <i>[Handwritten Signature]</i> <i>com Eduardo Duplicy</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)¹	
SERYS SLHESARENKO <i>[Handwritten Signature]</i>	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>[Handwritten Signature]</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLYC <i>(Relator)</i>	3. CÉSAR BORGES <i>[Handwritten Signature]</i>
ALOIZIO MERCADANTE <i>[Handwritten Signature]</i>	4. MARCELO CRIVELLA <i>[Handwritten Signature]</i>
IDELI SALVATTI <i>[Handwritten Signature]</i>	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Handwritten Signature]</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) ²
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>[Handwritten Signature]</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>[Handwritten Signature]</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>[Handwritten Signature]</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA <i>[Handwritten Signature]</i>	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>[Handwritten Signature]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES <i>[Handwritten Signature]</i>	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[Handwritten Signature]</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL <i>(Presidente)</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[Handwritten Signature]</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>[Handwritten Signature]</i>	4. ALVARO DIAS ³
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Handwritten Signature]</i>	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[Handwritten Signature]</i>	6. FLEXA RIBEIRO <i>[Handwritten Signature]</i>
EDUARDO AZEREDO <i>[Handwritten Signature]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>[Handwritten Signature]</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>[Handwritten Signature]</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁴	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 14/02/2008

¹ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07).

² Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

³ Vaga cedida pelo Democratas;

⁴ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~

~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

.....
LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

Institui o Código de Processo Civil.

.....
 Art. 133. Responderá por perdas e danos o juiz, quando:

I - no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude;

II - recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício, ou a requerimento da parte.

Parágrafo único. Reputar-se-ão verificadas as hipóteses previstas no nº II só depois que a parte, por intermédio do escrivão, requerer ao juiz que determine a providência e este não lhe atender o pedido dentro de 10 (dez) dias.

Seção II
Dos Impedimentos e da Suspeição

Art. 134. É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário:

I - de que for parte;

II - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como órgão do Ministério Público, ou prestou depoimento como testemunha;

III - que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão;

IV - quando nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta; ou na linha colateral até o segundo grau;

V - quando cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau;

VI - quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.

Parágrafo único. No caso do nº IV, o impedimento só se verifica quando o advogado já estava exercendo o patrocínio da causa; é, porém, vedado ao advogado pleitear no processo, a fim de criar o impedimento do juiz.

LEI Nº 10.173, DE 9 DE JANEIRO DE 2001.

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

§ 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos.

§ 3º A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

§ 4º Para o atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a idosos em local visível e caracteres legíveis.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

I – Relatório

Distribuído para apreciação, vem a esta Comissão o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.415-A, de 2005 (PLS nº 145, de 2004, na Casa de origem) que Altera o art. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica, de autoria do Ilustre Senador César Borges.

Foi apresentada como justificação do Projeto o fato de que “O Código de Processo Civil, mediante a alteração decorrente da Lei nº 10.173, de 9 de janeiro de 2001, deu prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte, pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos”, bem como “os portadores de doenças graves, em razão da maior probabilidade do falecimento antes da prestação jurisdicional, em relação àqueles cujo estado de saúde permitem-lhe esperar por um maior tempo até a solução definitiva do processo judicial”.

Por outro lado, busca a proposição adequar, em termos, o art. 1.211-A do Código de Processo Civil – CPC com o art. 71 da Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, para que melhor seja aplicada a justiça social.

Destaca-se que a proposição em questão de iniciativa do Senado, onde após aprovada na Comissão de Assuntos Sociais – CAS e na Comissão de Constituição e Justiça foi encaminhada à Câmara dos Deputados, ocasião em que também tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, e lá recebeu emendas e teve a sua redação final aprovada por unanimidade em 7-8-2007.

A alteração ocorrida na Câmara dos Deputados refere-se ao parágrafo único do art. 1.211-A que na forma original proposta pelo projeto em análise definia que “as doenças graves a que se referem o **caput** do art. 1.211-A deveriam constar de listas elaboradas pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Trabalho e Emprego, atualizadas semestralmente”.

Os deputados federais apresentaram emendas ao projeto de modo a estabelecer quais as doenças impli-

cariam na preferência de tramitação de processos de seu portador, especificando ainda que provas deveriam ser apresentadas à autoridade judiciária competente para a concessão do benefício e como se daria esta preferência e o prazo máximo de inclusão em pauta e finalização dos processos e a penalidade pelo descumprimento do regime de tramitação prioritária por parte do magistrado ou servidor público responsável pelas infrações previstas em lei e à reparação das perdas e danos sofridos pelo beneficiado.

Ficou ainda estabelecido na Câmara dos Deputados que “concedida a prioridade, essa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, em união estável”.

Em razão das alterações acima especificadas a matéria retornou à apreciação do Senado, tendo sido distribuída para minha relatoria.

Aberto o prazo regimental, não foram oferecidas no Senado emendas à proposição em exame.

II – Análise

Compete a esta Comissão, de acordo com o disposto no art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o plenário.

Nesta esteira, estando o PLS ora analisado em conformidade com o inciso I, do art. 22 da CF/88, pois compete privativamente à União legislar sobre direito processual, entendemos que a matéria não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, posto que atende aos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 48 da CF/88).

Quanto ao mérito, destacamos a importância do projeto em análise para aplicação do princípio da celeridade processual e também para a aplicação da justiça.

Nesta esteira, é de primordial importância o art. 1º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.415-A, de 2005, do Senado Federal (PLS nº 145/04 na casa de origem), que acrescenta o art. 69-A a Lei nº 9.784, de 27 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, às pessoas portadoras de deficiência física ou mental, às pessoas portadoras de moléstia profissional ou vítimas de acidente de trabalho e às pessoas portadoras de doenças graves.

Destaca-se que a redação original do Projeto estabelecia a idade igual ou superior a sessenta e cinco anos para a prioridade nos atos e diligências nos procedimentos judiciais em que figurasse como parte ou interveniente em qualquer instância, o que foi modificado na Câmara dos Deputados (grifos nossos).

As alterações propostas ao Projeto de Lei em análise modificam os arts. 1.211-A; 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – CPC e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, estabelecendo, em síntese:

“Art. 69-A. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado:

I – pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II – pessoa portadora de deficiência, física ou mental;

III – pessoa portadora de moléstia profissional ou vítima de acidente de trabalho;

IV – pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo” (NR);

Art-1.211-B. A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

§ 1º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

§ 2º Nas instâncias recursais, o julgamento independe de inclusão em pauta e deve ser finalizado no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data de distribuição do processo no tribunal.

§ 3º O descumprimento do regime de tramitação prioritária sujeitará o magistrado ou servidor público responsável às penalidades previstas em lei e à reparação das perdas e danos sofridos pelo beneficiado (NR).

Também foi promovida na Câmara alteração, no Substitutivo, da Ementa do PLS em análise, tendo em vista novas alterações ao conteúdo do PLS promovidas naquela casa, estabelecendo a nova Ementa o seguinte:

“Esta Lei altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, às pessoas portadoras de deficiência física ou mental, às pessoas portadoras de moléstia profissional ou vítimas de acidente de trabalho e às pessoas portadoras de doenças graves”.

Destaca-se que o Código de Processo Civil vem sofrendo inúmeras alterações nos últimos quinze anos, especialmente no período de 2005 e 2006, dando assim continuidade ao chamado “Pacto de Estado por um Judiciário mais Rápido e Republicano”, firmado em 2004, com o intuito de promover uma maior efetividade do processo.

Mas afinal, o que é efetividade e de que modo se manifesta no processo? Buscamos a resposta a essa pergunta nos conceitos clássicos de Chiovenda para quem “na medida em que for praticamente possível, o processo deve proporcionar a quem tem um direito tudo aquilo e precisamente aquilo que ele tem o direito de obter”.¹ Na verdade, é um meio para a realização do direito material.

Após a publicação da Emenda Constitucional nº 45 de 31 de dezembro de 2004, intitulada “Reforma do Poder Judiciário”, as propostas e medidas legislativas de alteração infraconstitucional das regras processuais civis, penais e trabalhistas passaram a ocupar espaço central nos debates em torno da modernização do Direito Processual.

No Brasil, um processo comum leva 546 dias para ser finalizado em 1º instância, número maior que a média na América Latina (461 dias) ou em outros países, como no Chile (305 dias). Dados do Supremo Tribunal Federal demonstram que parcela significativa dos processos demora cerca de oito anos para conclusão até a última instância².

1 Giuseppe Chiovenda. “Dell’azzinone nascente dal contratto preliminare”, in “Saggi de diritto processuale civile”, vol. I, pág. 30, Roma, 1930.

2 Relato das pesquisas realizadas pela UnB a pedido do STF, disponível em <http://www.cnj.gov.br/downloads/detaunb.pdf>.

III – Voto

Diante do acima exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2004, de autoria do Senador César Borges, no termos do substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

I – Relatório

Distribuído para apreciação, vem a esta Comissão o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.415-A, de 2005 (PLS nº 145, de 2004, na Casa de origem) que “Altera o art. 1.211-A, 1.211-8 e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que específica, de autoria do Ilustre Senador César Borges”.

Foi apresentada como justificação do projeto o fato de que “O Código de Processo Civil, mediante a alteração decorrente da Lei nº 10.173, de 9 de janeiro de 2001, deu prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte, pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos”, bem como “os portadores de doenças graves, em razão da maior probabilidade do falecimento antes da prestação jurisdicional, em relação àqueles cujo estado de saúde permitem-lhe esperar por um maior tempo até a solução definitiva do processo judicial”.

Por outro lado, busca a proposição adequar, em termos, o art. 1.211-A do Código de Processo Civil – CPC com o art. 71 da Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, para que melhor seja aplicada a Justiça Social.

Destaca-se que a proposição em questão de iniciativa do Senado, onde após aprovada na Comissão de Assuntos Sociais – CAS e na Comissão de Constituição e Justiça foi encaminhada à Câmara dos Deputados, ocasião em que também tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, e lá recebeu emendas e teve a sua redação final aprovada por unanimidade em 7-8-2007.

A alteração ocorrida na Câmara dos Deputados refere-se ao parágrafo único do art. 1.211-A que na forma original proposta pelo projeto em análise definia que “as doenças graves a que se referem o do art.

1.211-A deveriam constar de listas elaboradas pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Trabalho e Emprego, atualizadas semestralmente”.

Os Deputados Federais apresentaram emendas ao projeto de modo a estabelecer quais das doenças implicariam na preferência de tramitação de processos de seu portador, especificando ainda que provas deveriam ser apresentadas à autoridade judiciária competente para a concessão do benefício e como se daria esta preferência e o prazo máximo de inclusão em pauta e finalização dos processos e a penalidade pelo descumprimento do regime de tramitação prioritária por parte do magistrado ou servidor público responsável pelas infrações previstas em lei e à reparação das perdas e danos sofridos pelo beneficiado.

Ficou ainda estabelecido na Câmara dos Deputados que “concedida a prioridade, essa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, em união estável”.

Em razão das alterações acima especificadas a matéria retornou à apreciação do Senado, tendo sido distribuída para minha relatoria.

Aberto o prazo regimental, *não* foram oferecidas no Senado emendas à proposição em exame.

II – Análise

Compete a esta Comissão, de acordo com o disposto no art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário.

Nesta esteira, estando o PLS ora analisado em conformidade com os inciso I, do art. 22 da CF/88, pois compete privativamente à União legislar sobre direito processual, entendemos que a matéria não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, posto que atende aos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 48 da CF/88).

Quanto ao mérito, destacamos a importância do Projeto em análise para aplicação do princípio da celeridade processual e também para a aplicação da Justiça.

As alterações propostas ao Projeto de Lei em análise modificam os arts. 1.211-A; 1.211.B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil -CPC e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, estabelecendo, em síntese:

“Art. 69-A. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado:

I – pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II – pessoa portadora de deficiência, física ou mental;

III – pessoa portadora de moléstia profissional ou vítima de acidente de trabalho;

IV – pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo” (NR);

Art-1.211-B. A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

§ 1º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

§ 2º Nas instâncias recursais, o julgamento independe de inclusão em pauta e deve ser finalizado no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data de distribuição do processo no tribunal.

§ 3º O descumprimento do regime de tramitação prioritária sujeitará o magistrado ou servidor público responsável às penalidades previstas em lei e à reparação das perdas e danos sofridos pelo beneficiado. (NR).

Também foi promovida na Câmara alteração, no Substitutivo, da Ementa do PLS em análise, tendo em vista novas alterações ao conteúdo do PLS promovidas naquela casa, estabelecendo a nova Ementa o seguinte:

“Esta Lei altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo

no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, às pessoas portadoras de deficiência física ou mental, às pessoas portadoras de moléstia profissional ou vítimas de acidente de trabalho e às pessoas portadoras de doenças graves”.

Destaca-se que o Código de Processo Civil vem sofrendo inúmeras alterações nos últimos quinze anos, especialmente no período de 2005 e 2006, dando assim continuidade ao chamado “Pacto de Estado por um Judiciário mais Rápido e Republicano”, firmado em 2004, com o intuito de promover uma maior efetividade do processo.

Mas afinal, o que é efetividade e de que modo se manifesta no processo? Buscamos a resposta a essa pergunta nos conceitos clássicos de Chiovenda para quem “na medida em que for praticamente possível, o processo deve proporcionar a quem tem um direito tudo aquilo e precisamente aquilo que ele tem o direito de obter”.¹ Na verdade, é um meio para a realização do direito material.

Após a publicação da Emenda Constitucional nº 45 de 31 de dezembro de 2004, intitulada “Reforma do Poder Judiciário”, as propostas e medidas legislativas de alteração infraconstitucional das regras processuais civis, penais e trabalhistas passaram a ocupar espaço central nos debates em torno da modernização do Direito Processual.

No Brasil, um processo comum leva 546 dias para ser finalizado em 1ª instância, número maior que a média na América Latina (461 dias) ou em outros países, como no Chile (305 dias). Dados do Supremo Tribunal Federal demonstram que parcela significativa dos processos demora cerca de oito anos para conclusão até a última instância².

Entretanto, quanto à juridicidade, merece reparo a alteração feita no **caput** do art. 1.211-A do Código de Processo Civil, acrescentando-lhe também incisos de I a IV:

I – pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II – pessoa portadora de deficiência, física ou mental;

III – pessoa portadora de moléstia profissional ou vítima de acidente de trabalho;

1 Giuseppe Chiovenda. “Dell’azzinone nascente dal contrato preliminare”, in “Saggi de diritto processuale civile”, vol. I, pág. 30, Roma, 1930.

2 Relato das pesquisas realizadas pela UnB a pedido do STF, disponível em <http://www.cnj.gov.br/downloads/detaunb.pdf>.

IV – pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

Cumpra observar que a concessão da prioridade deve se limitar aos idosos e aos portadores de doença grave, de modo que se suprima a indicação expressa de todas as doenças consideradas graves, por se tratar de matéria estranha ao CPC.

No mérito, observa-se que as sociedades contemporâneas que alcançaram determinado grau de desenvolvimento têm experimentado significativa mudança demográfica, e uma das principais características dessa mudança é o envelhecimento da população, fator que suscitou, entre nós, o Estatuto do Idoso, versado na Lei nº 10.741, de 2003. Por essa razão, louvável o propósito do projeto de estabelecer como idade mínima a partir da qual se possa exercer o direito de prioridade na tramitação de processos judiciais o registro de sessenta anos.

Entretanto, observação deve ser feita quanto ao parágrafo 1º do art. 1.211-B do Código de Processo Civil, pois não nos parece adequada à definição do procedimento para a identificação dos autos dos processos que tramitam com prioridade, por se tratar de matéria de competência interna dos Tribunais.

Ainda, o parágrafo 2º do mesmo art. 1.211-B inadequadamente estabelece prazo para o julgamento dos recursos dos processos que tramitam em regime de prioridade, sem considerar que existem inúmeros fatores (sobretudo os materiais) que podem inviabilizar o atendimento desse prazo.

Já o parágrafo 3º do art. 1.211-B dispõe desnecessariamente sobre a responsabilização dos magistrados e servidores públicos, vez que já existem normas no próprio CPC regulando a questão em termos genéricos (artigos 133 e 144).

Por fim, a extensão do regime de prioridade aos processos administrativos não nos parece adequada. O propósito inicial do projeto é trazer celeridade aos processos judiciais, cuja tramitação é inaceitavelmente morosa. Os processos administrativos, em grande parte, têm tramitação mais célere que não justifica a quebra da ordem cronológica de tramitação.

III – Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação dos artigos 3º, 4º e 6º do Substitutivo ao Projeto

de Lei do Senado nº 145, de 2004, sem prejuízo da renumeração e dos ajustes redacionais porventura necessários. Por conseguinte, manifestamo-nos pela rejeição dos artigos 1º, 2º e 5º do Substitutivo. Restabelecer-se-ão, ao mesmo tempo, a ementa e artigo 1º do texto originalmente aprovado no Senado Federal.

Todas as alterações e acréscimos propostos foram reunidos em texto único, na forma do art. 133, § 6º, do RISF:

TEXTO FINAL CONSOLIDADO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Altera o art. 1.211-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), estendendo a prioridade na tramitação de atos e diligências judiciais aos portadores de doenças graves.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, ou portadora de doença grave, terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.

Parágrafo único. As doenças graves a que se refere o **caput** deste artigo constarão de listas elaboradas pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Trabalho, atualizadas semestralmente.

Art. 1.211-B. A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

§ 1º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

§ 2º Nas instâncias recursais, o julgamento independe de inclusão em pauta e deve ser finalizado no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data de distribuição do processo no tribunal.

§ 3º O descumprimento do regime de tramitação prioritária sujeitará o magistrado ou servidor público responsável às penalidades previstas em lei e à reparação das perdas e danos sofridos pelo beneficiado.

Art. 1.211-C. Concedida a prioridade, essa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, em união estável.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008. – Senador **Marco Maciel**, Presidente – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Reator.

PARECER Nº 359, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 624, de 2007, de autoria do Senador Tarso Jereissati que altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar a celebração de convênios com pessoas jurídicas de direito privado a prévio processo seletivo.

Relator: Senador Jefferson Péres

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 624, de 2007, da iniciativa do Senador Tasso Jereissati se encontra nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para decisão terminativa, conforme previsto no art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição pretende acrescentar §§ 7º e 8º ao art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina a aplicação das disposições do Estatuto das Licitações, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

Os dispositivos que se pretende acrescentar estabelecem que a celebração de convênio com pessoas jurídicas de direito privado, excetuadas a: integrantes da Administração Pública indireta, condiciona-se à realização de processo seletivo no qual se assegure a obediência aos princípios identificados no **caput** do art. 3º desta lei (basicamente os princípios da Administração Pública), permitida a participação de entidades sem fins lucrativos que atendam às exigências fixadas na lei de diretrizes orçamentárias para a transferência de recursos, observado processo seletivo, que será instaurado de ofício pelo órgão ou entidade repassadora dos recursos ou por solicitação de ente privado interessado, demonstrada a existência de interesse público na celebração do convênio.

Outrossim, do edital de abertura do processo de seleção do conveniente constarão informações e requisitos destinados a garantir a boa execução do objeto do convênio.

É prevista, ainda, a aplicação das normas relativas a vedações, penalidades, modalidades, limites, dispensa e inexigibilidade de licitação, no que couber, ao processo seletivo que se está instituindo.

Ademais, o art. 2º dispõe que a lei pretendida entra em vigor em 1º de janeiro do exercício seguinte ao de sua publicação.

Na justificação pondera-se que se pretende aplicar aos convênios celebrados com entes privados os

princípios constitucionais da impessoalidade, o da moralidade e o da eficiência, com a previsão de regras que prevejam um processo objetivo de seleção dos contratantes privados, no qual se assegure: (i) a isonomia entre aqueles que desejem firmar compromissos com a Administração; (ii) a escolha, dentre as propostas oferecidas, daquela mais apta a realizar o interesse público.

Anota-se, ademais, que se tem entendido, tradicionalmente, que aos convênios, por diferirem eles dos contratos administrativos, não seria possível a aplicação de regras que impusessem um processo de seleção daqueles com quem o Estado travaria relações.

Contudo, tal aplicação não apenas seria viável, como constituiria a única forma de cumprimento real dos princípios constitucionais aludidos, pois como se poderia falar de observância dos princípios da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, quando o administrador pode celebrar convênio com a entidade de sua escolha, sem que se tenha promovido qualquer procedimento objetivo de seleção, dentre as entidades que manifestem interesse em celebrar convênios com o Estado, daquela mais apta a realizar o objeto do convênio?

Sempre de acordo com a Justificação, é isto o que se tem observado no governo federal nos últimos anos: a escolha de convenientes presidida por critérios não-republicanos, de modo a favorecer instituições ligadas por laços ideológicos ou mesmo pessoais às autoridades do Poder Executivo, mesmo quando outras entidades do Terceiro Setor dispostas a realizar parcerias com o Estado apresentam maior reputação, capacidade técnica e eficiência para executar os objetivos dos convênios celebrados.

Ainda a propósito da necessidade de instauração de um processo seletivo para a celebração de convênios com organizações privadas, traz-se à colação ensinamento da jurista Odete Medauar (Direito Administrativo Moderno, p. 273):

Se a Administração pretender realizar convênio para resultado e finalidade que poderão ser alcançados por muitos, deverá ser realizada licitação ou se abrir a possibilidade de conveniar sem limitação, atendidas as condições fixadas genericamente; se assim não for, haverá ensejo para burla, acobertada pela acepção muito ampla que se queira dar aos convênios.

Nesse sentido, a Justificação registra que a circunstância, por muitos invocada, de nos contratos ad-

ministrativos as partes terem interesses contrapostos, ao passo que nos convênios os partícipes possuiriam um interesse único, não se presta a deles afastar a exigência de seleção objetiva, mesmo porque as regras constitucionais relativas a licitações e contratos (arts. 22, XXVII, 37, XXI, e 175 da Carta de 1988) devem ser lidas à luz dos princípios informadores do regime jurídico administrativo fixado pela Lei Maior.

Alega, ademais, que a própria teoria geral dos contratos evidencia a existência daqueles chamados cooperativos ou associativos, nos quais não se pode falar com propriedade de interesses opostos dos contratantes, tendo sido com base nessa competência conferida pela Constituição Federal que o legislador ordinário regulou, no art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, os convênios celebrados por órgãos e entes da Administração Pública.

A Justificação anota, ainda, ser tão factível a realização de certames nesses casos, que o Decreto nº 3.100, de 1999, ao regulamentar a Lei nº 9.790, de 1999, criadora da qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, previu, em seu art. 23, a figura do concurso de projetos para a habilitação de tais entidades ao recebimento dos recursos públicos necessários à consecução de atividades de interesse público.

Além disso, como teria acentuado em entrevista à Folha de S. Paulo de 30 de maio de 2004 o Dr. Lucas Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, é necessária uma mudança na legislação, para dar maior publicidade aos processos de celebração de convênios com entidades do Terceiro Setor e possibilitar que todos os interessados ofereçam suas propostas, sendo selecionada aquela que atender em maior medida o interesse público.

Consigna, também, a Justificação, que foram excluídos da aplicação das novas regras os convênios celebrados exclusivamente por entes públicos, pois não faria sentido deflagrar processos licitatórios nos quais competissem, por exemplo, municípios pela obtenção de recursos federais, embora deva haver critérios objetivos para o repasse de recursos públicos entre os entes federados, mas não exatamente sob a forma de uma competição entre eles.

Por fim, registra-se que, ao estabelecer a vigência das regras que se pretende adotar para o ano seguinte ao que for publicada, pretende-se evitar que a ausência de previsão de uma mudança gradual do sistema vigente para o de um processo de habilitação e seleção coloque em risco a continuidade de importantes

ações governamentais, desempenhadas com recursos orçamentários de forma continuada por entidades sem fins lucrativos.

Não há emendas ao projeto de lei sob análise.

II – Análise

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, decidir em caráter terminativo sobre a proposição em pauta, consoante o prescrito no art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal, combinado com o art. 91, I, do Regimento Interno da Casa.

No que diz respeito à constitucionalidade da proposição em pauta devemos registrar o seguinte. O art. 22, XXVII, da Constituição Federal, confere competência privativa à União para legislar sobre normas gerais de licitação para as administrações públicas de todos os entes federados.

Outrossim, a Lei Maior também preceitua que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias da competência da União, com a sanção do Presidente da República, com exceção das matérias que a Lei Maior declara serem da competência legislativa exclusiva da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional (arts. 49, 51 e 52).

Por outro lado, o art. 61, **caput**, do Texto Magno, estabelece a legitimidade de qualquer membro do Congresso Nacional para a iniciativa das leis complementares e ordinárias, ressalvadas as exceções consignadas, sendo que a matéria referente a licitações não se encontra entre elas.

No que se refere a convênios, a Constituição Federal trata dessa modalidade de cooperação entre entes públicos ou privados em diversos momentos (art. 37, XXII; art. 39, § 2º; art. 71, VI; art. 199, § 1º; art. 241, **caput** e nos arts. 34, § 8º e 41, § 3º das disposições transitórias).

Mais especificamente a respeito da matéria que é objeto da proposição que ora examinamos cumpre registrar que o art. 199, 1º, da Lei Maior, prevê expressamente a existência de convênios entre o poder público e instituições privadas para a prestação de serviços públicos, no caso, serviços pertinentes ao sistema único de saúde – SUS.

Desse modo, conforme entendemos, não há óbice constitucional à livre tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 624, de 2007, da iniciativa do Senador Tasso Jereissati, que pretende instituir regras de licitação para a celebração de convênios entre os entes públicos e entidades privadas. Antes, a Constituição Federal acolhe e legitima tal propósito.

No mesmo sentido, segundo nos parece, a proposição em tela atende aos requisitos de juridicidade e regimentalidade.

Quanto ao mérito da proposição, a nossa opinião é a de que merece acolhimento.

Deveras, a participação de instituições privadas na prestação de serviços públicos tem aumentado em nosso País já há alguns anos e, segundo nos parece, compõe o cenário da diminuição da prestação direta desses serviços pelo Estado, em favor do crescimento das chamadas organizações não governamentais na sua prestação, que temos observado como tendência e que se tem acentuado nos últimos dez anos.

Nesse sentido, recordamos aqui as Leis nº 9.637, de 15 de maio de 1998 e nº 9.790, de 23 de março de 1999. A Lei nº 9.637, de 1998, trouxe para o nosso direito administrativo positivo o conceito de organizações sociais, pessoas jurídicas de direito público sem fins lucrativos, com atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa, ao meio ambiente, à cultura e à saúde que, qualificadas como tais pelo Poder Executivo, podem firmar com o Poder Público contratos de gestão para formar parceria para fomento e execução de atividades relacionadas às áreas referidas (arts. 1º e 5º).

A Lei em referência também prevê que às organizações sociais poderão ser destinadas verbas orçamentárias e bens públicos, além de servidores públicos, necessários ao cumprimento do contrato de gestão (arts. 11 e 12).

Já a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, prevê a qualificação, pelo poder público, de pessoas jurídicas de direito privado como organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP, sem fins lucrativos, que tenham como objetivo a promoção da assistência social, cultura, educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, defesa do meio ambiente e combate à pobreza, entre outras finalidades (arts. 1º, 3º, 5º).

As OSCIP ficam habilitadas a firmar com o poder público termo de parceria para o fomento e execução das atividades de interesse público já acima referidas, podendo para tanto receber recursos e bens de origem pública (art. 4º, VII, d).

Devemos recordar que as Leis supracitadas foram aprovadas no contexto da Reforma Administrativa (Emenda Constitucional nº 19, de 1998) promovida no primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso e que teve como formulador principal o Professor Luiz Carlos Bresser Pereira, então Ministro da Administração e Reforma do Estado, entusiasta da chamada terceirização dos serviços públicos.

Outrossim, ambas as Leis referidas não trazem exigência de licitação para efeito de celebração dos contratos de gestão ou dos termos de parceria, muito embora, conforme entendemos, em princípio qualquer espécie de avença de que participe a Administração Pública poderá passar por processo licitatório, ainda que não previsto expressamente em lei. O que deve estar expresso na lei são os casos em que há dispensa ou inexigibilidade de licitação.

De qualquer modo, parece-nos plenamente adequada a presente proposição, que pretende tornar expressa a obrigação de a Administração Pública instaurar o devido processo licitatório para os casos dos convênios com as chamadas organizações não governamentais, uma vez que, conforme referido acima tem aumentado expressivamente a participação dessas entidades privadas na prestação tanto de serviços públicos como de serviços de interesse público, o que tem levado, também, ao aumento de irregularidades constatadas na execução de tais convênios, muitas vezes em prejuízo do erário.

Devemos, ainda, registrar que os princípios identificados no *caput* do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, referidos no § 7º que o Projeto de Lei em questão pretende acrescentar ao art. 116 daquela Lei, são os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, proibição administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e os que lhes são correlatos.

Cabe, também, consignar que as exigências fixadas na lei de diretrizes orçamentárias para a transferência de recursos, referidas na presente proposição, deverão ser renovadas a cada ano, tendo em vista a natureza anual dessa lei.

Por fim, parece-nos prudente e adequado o que está disposto no art. 2º do Projeto de Lei sob análise, estabelecendo a vigência das regras que se pretende adotar para o ano seguinte ao que for publicada a correspondente lei, sob a justificativa de evitar que a ausência de previsão de uma mudança gradual do sistema vigente, que não exige a licitação, para o que passa a exigí-la, coloque em risco a continuidade de importantes ações governamentais, desempenhadas com recursos orçamentários de forma continuada por entidades sem fins lucrativos.

III – Voto

Como conclusão, em face de todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 624, de 2007, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 16 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 024 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/04.1.2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: <i>Alcides</i> Sen. Valtor Pereira	
RELATOR: <i>Jefferson Pères</i> Sen. Jefferson Pères	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPPLY	3. CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>Romero Jucá</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>Kátia Abreu</i>	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>Antônio Carlos Júnior</i>	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>	6. FLEXA RIBEIRO <i>Flexa Ribeiro</i>
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vânia</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES (RELATOR)	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 01/04/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 624, DE 2007

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESSARENKO					1 - JOÃO RIBEIRO				
SIBA MACHADO					2 - INÁCIO ARRUDA				
EDUARDO SUPLICY					3 - CÉSAR BORGES	X			
ALOIZIO MERCADANTE					4 - MARCELO CRIVELLA				
IDELEI SALVATTI				X	5 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - JOSÉ NERY (PSOL)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS					1 - ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCA	X				3 - LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA LIMA					4 - VALDIR RAUPP				
VALTER PEREIRA (Instituído em 20/04/2008)					5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA					1 - ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL					2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO	X			
KÁTIA ABREU					4 - ALVARO DIAS	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5 - VIRGINIO DE CARVALHO				
ARTHUR VIRGILIO	X				6 - FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					7 - JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VANIA	X				8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI			X		9 - MÁRIO COUTO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EPITÁCIO CAFETEIRA					1 - MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PÉRES	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 14 SIM: 11 NÃO: -- ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 16 / 04 / 2008

Senador VALTER PEREIRA

Vice-Presidente no exercício da Presidência

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\VCA\2007\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 01/04/2008)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

~~Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:~~

~~I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;~~

~~II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;~~

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADIN nº 2.135-4)

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

~~VII - fixar idêntica remuneração para os Deputados Federais e os Senadores, em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.~~

~~VIII - fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;~~

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

.....

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

III - elaborar seu regimento interno;

~~IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;~~

IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

V - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

Seção IV DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

~~I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;~~

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99)

~~II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;~~

II processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) Presidente e diretores do banco central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII - elaborar seu regimento interno;

~~XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;~~

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

.....

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação

.....

§ 2º - às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

.....

..... Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

.....

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

.....

~~Art. 241. Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio do art. 39, § 1º, correspondente às carreiras disciplinadas no art. 135 desta Constituição.~~

Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

.....
Art. 34. O sistema tributário nacional entrará em vigor a partir do primeiro dia do quinto mês seguinte ao da promulgação da Constituição, mantido, até então, o da Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda nº 1, de 1969, e pelas posteriores.
.....

§ 8º - Se, no prazo de sessenta dias contados da promulgação da Constituição, não for editada a lei complementar necessária à instituição do imposto de que trata o art. 155, I, "b", os Estados e o Distrito Federal, mediante convênio celebrado nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, fixarão normas para regular provisoriamente a matéria.
.....

Art. 41. Os Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios reavaliarão todos os incentivos fiscais de natureza setorial ora em vigor, propondo aos Poderes Legislativos respectivos as medidas cabíveis.
.....

§ 3º - Os incentivos concedidos por convênio entre Estados, celebrados nos termos do art. 23, § 6º, da Constituição de 1967, com a redação da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, também deverão ser reavaliados e reconfirmados nos prazos deste artigo.
.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19. DE 04 DE JUNHO DE 1998

Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.
.....

LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998.

Conversão da MPv nº 1.648-7, de 1998

Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.
.....

Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.
.....

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º.
.....

.....
Art. 11. As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.

Art. 12. Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão parcela de recursos para compensar desligamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

.....
LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999.

Regulamento

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

.....
Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

.....
Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - promoção da assistência social;

II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V - promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - promoção do voluntariado;

VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela

.....
Art. 4º Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

.....
VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:

.....
d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

.....
Art. 5º Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

I - estatuto registrado em cartório;

II - ata de eleição de sua atual diretoria;

III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;

IV - declaração de isenção do imposto de renda;

V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

.....

Ofício nº 36/08-Presidência/CCJ

Brasília, 16 de abril de 2008

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em reunião ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 624, de 2007, que “Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar a celebração de convênios com pessoas jurídicas de direito privado a prévio processo seletivo”, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Valter Pereira**, Vice-Presidente no exercício da Presidência

PARECER Nº 360, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda nº 4-PLN à Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como 1º signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Em exame nesta Comissão, a proposta em epígrafe foi aprovada com emendas. Em Plenário, recebeu a Emenda nº 4-PLN.

Essa emenda, de autoria do Senador Expedito Júnior, inclui dispositivos ao art. 96 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), nos termos do art. 1º da PEC nº 5, de 2007.

O inciso III inclui entre os objetivos do Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade “garantir recursos para a segurança e policiamento das fronteiras terrestres”. O § 3º estabelece que esses recursos serão aplicados pelos estados por meio

de convênio celebrado com a União. O art. 4º altera a redação do antigo art. 3º, estabelecendo que a aplicação dos recursos do Fundo poderá se dar de forma regionalizada, enquanto na redação original consta que se dará de forma regionalizada.

II – Análise

O primeiro dispositivo aumenta o escopo do Fundo, ao incluir entre seus objetivos “garantir recursos para a segurança e policiamento das fronteiras terrestres”. Nesse sentido, convém registrar que é fundamental a intensificação da segurança na área de fronteira, uma vez que é por elas, extremamente porosas, que entram drogas, armas, produtos fruto de contrabando e descaminho, além de pessoas envolvidas com organizações criminosas. Também é pelas fronteiras terrestres que saem produtos brasileiros enviados ao exterior à revelia das autoridades públicas, de ouro a pedras preciosas e, ainda, bens frutos de ilícitos como roubo de carga e de veículos. De grande importância é, portanto, o policiamento de nossas fronteiras permeáveis.

O segundo dispositivo estabelece que esses recursos serão aplicados pelos estados, que poderão receber recursos extraordinários ou participar diretamente das ações, mediante convênio celebrado com a União. Entendo que é fundamental garantir o efetivo policiamento das fronteiras terrestres e que a descentralização dos recursos é a melhor forma de alcançar esse objetivo. Essa descentralização dar-se-á por meio das transferências voluntárias, com celebração de convênio ou ajuste, conforme previsto no art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já o art. 4º visa dotar de maior flexibilidade a aplicação dos recursos do Fundo, ao estabelecer que a aplicação deles poderá se dar de forma regionalizada.

III – Voto

Pelo exposto, voto pela aprovação da Emenda nº 4 – PLN à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 5, de 2007.

Sala da Comissão, 16 de Abril de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Emenda à Constituição nº 04 exercida em
PROPOSIÇÃO: PEC Nº 05 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/04/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: <i>Valter Pereira</i> Sen. Valter Pereira	
RELATOR: <i>Demóstenes Torres</i> Sen. Demóstenes Torres	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLYC	3. CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>Romero Jucá</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES (RELATOR)	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vânia</i>	8. MARCON PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS <i>Osmar Dias</i>

Atualizada em: 01/04/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000**Mensagem de veto**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 25. Para efeito desta lei complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I – existência de dotação específica;

II – (VETADO)

III – observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV – comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em restos a pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

§ 2º É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

§ 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta lei complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

PARECER Nº 361, DE 2008

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Aviso nº 104, de 2007 (nº 1.697/2007, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC nº 026.778/2007-3.

Relator *ad hoc*: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Por meio do Aviso nº 104, de 2007 (nº 1.697/2007/Seses-TCU-Plenário, na origem), de 21 de novembro de 2007, o presidente do Tribunal de Contas da União encaminhou ao Senado Federal cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC nº 026.778/2007-3, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram a deliberação.

Trata-se da Decisão Normativa nº 87, de 2007-TCU, que “Aprova, para o exercício de 2008, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alíneas **a** e **b**, da Constituição Federal e da reserva instituída pelo Decreto-Lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981”.

É o relatório.

II – Análise

As informações constantes do Aviso nº 104, de 2007, foram enviadas ao Senado Federal apenas para conhecimento. De fato, os dados contidos que acompanham o aviso não demandam, em princípio, nenhuma providência desta Casa.

Observe-se, ainda, que as informações enviadas pelo TCU já foram disponibilizadas para a Câmara dos Deputados, ao ministro de Estado da Fazenda, ao ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao presidente do Banco do Brasil S/A.

III – Voto

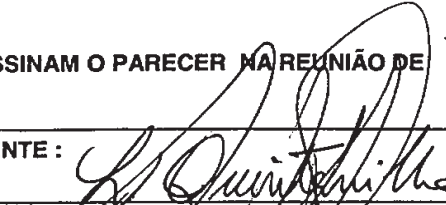

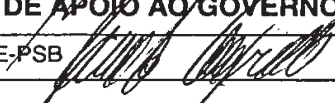
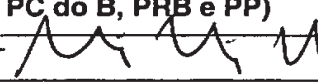





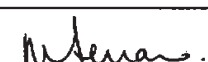
Diante do exposto, votamos que a CMA tome conhecimento da matéria e o processado seja enviado ao Arquivo.

Sala da Comissão, 22 de abril de 2008.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 104 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22, 04, 2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :  (Sen. Leomar Quintanilha)	
RELATOR :  (Relator "ad hoc" Sen. FLEXA RIBEIRO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB 	FLÁVIO ARNS-PT 
SIBA MACHADO-PT	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT 	SERYS SLHESARENKO-PT
CÉSAR BORGES-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B 
	EXPEDITO JÚNIOR-PR
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	ALMEIDA LIMA 
VALTER PEREIRA 	GERALDO MESQUITA 
Blóco da Minoria (DEM e PSDB)	
ELIZU RESENDE-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	VAGO
GILBERTO GOELLNER-DEM	VAGO
JOSÉ AGRIPINO-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
MÁRIO COUTO-PSDB	PAPALÉO PAES-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB 	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARCONI PERILLO-PSDB	ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB
PTB	
PDT	
JEFFERSON PERES	VAGO

ISA DO
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

.....

DECRETO-LEI Nº 1.881,
DE 27 DE AGOSTO DE 1981

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, cria a Reserva do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e dá outras providências.

.....

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a Mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 36/08 – Presidência/CCJ

Brasília, 16 de abril de 2008

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 624,

de 2007, que “Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar a celebração de convênios com pessoas jurídicas de direito privado a prévio processo seletivo”, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Valter Pereira**, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com referência ao ofício lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 624, de 2007, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com relação ao Parecer nº 361, de 2008, referente ao Aviso nº 104, de 2007, a Presidência, em observância à sua conclusão, encaminha a matéria ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Ministros do PT-SC irrigam entidades ligadas ao PT-SC”, publicada pelo jornal Folha de São Paulo em sua edição de 10 de março do corrente.

A matéria destaca que convênios com a Pesca abastecem organizações dirigidas por petistas em ano eleitoral.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ministros do PT-SC irrigam entidades ligadas ao PT-SC

Convênios com a Pesca abastecem organizações dirigidas por petistas em ano eleitoral

Em Laguna, o candidato do PT vitorioso à prefeitura em 2004 era subsecretário da pasta, que assinou no ano 2 convênios com a cidade

LEILA SUWVAN
DA SECURSAL DE BRASÍLIA

A exemplo dos casos já revelados envolvendo os ministros do Trabalho e do Esporte e entidades ligadas ao PFT e ao PC do B, a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca (Seap) também repassou recursos, por meio de convênios, para entidades cujos dirigentes são filiados ao PT em Santa Catarina, reduto do ministro Altamir Gregolin e do ex-ministro José Fritsch, ambos do partido.

As verbas abasteceram duas associações presididas por um candidato petista no período pré-eleitoral de 2004. Outra entidade, dirigida por petistas, já teve como seu endereço oficial o escritório do ex-deputado Mauro Passos (PT-SC), autor de emendas orçamentárias que financiaram os convênios.

A partir de dados da Controladoria Geral da União, a Folha analisou os R\$ 17 milhões repassados em convênios desde 2003 para o Estado. A Seap, pasta com status ministerial criada por Luiz Inácio Lula da Silva, abriga petistas catarinenses da Articulação de Esquerda, corrente que surge nas ligações verificadas nos convênios.

O caso mais emblemático ocorreu em Laguna (SC). O candidato vitorioso à prefeitura em 2004 foi Célio Antônio (PT), que era subsecretário na Seap. Entre junho e julho de 2004, a secretaria assinou dois convênios com o município.

O primeiro, de R\$ 101,3 mil, foi para a Colônia Pescadores Z-14, presidida por Obadias Barreiros, candidato a vereador pelo PT. O convênio tinha duração de três anos e meio, mas o dinheiro praticamente todo repassado em julho, três meses antes das eleições.

O segundo, de R\$ 100 mil, foi para a Casa Familiar do Mar, escola para cerca de 30 filhos de pescadores, também presidida por Barreiros. O convênio valia por cerca de um ano, mas a verba foi liberada em menos de um mês, antes da eleição.

Barreiros perdeu as eleições, mas hoje é o secretário municipal de Agricultura e Pesca de Célio Antônio, que assinou na virada do ano passado mais um convênio. Para a construção de 21 trapiches para pescadores, foram repassados R\$ 233,8 mil em uma só parcela em fevereiro. Célio Antônio disse estar analisando lançar sua candidatura neste ano. Barreiros nega que sua ligação partidária teve influência sobre os convênios.

Dinheiro de sobra

Durante sua campanha, a direção da Casa Familiar do Mar foi passada ao pedreiro Zulmar Gomes da Silva. Contatado, ele contou que "quando o dinheiro chegou, sobrava" e que foi instado a assinar dez folhas de cheque em branco. "Me usaram", disse à Folha. Após as eleições, disse que Barreiros reassumiu e não sabe da finalidade dos recursos.

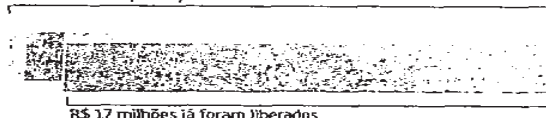
Em Florianópolis, governada

EM SANTA CATARINA

Convênios da Secretaria da Pesca com entidades no Estado

Recursos para SC (2003-2008)

Total de R\$ 18,2 milhões assinados



Os cinco municípios com mais recursos

Abelardo Luz
>> Prefeitura (PMDB/PT, cassada) - R\$ 1,6 milhão

Itajaí
>> Fundação Univali - R\$ 4,8 milhões
>> Prefeitura (PT) - R\$ 308,8 mil

Chapécó
>> Prefeitura (DEM) - R\$ 283 mil
>> Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) - R\$ 40 mil

Florianópolis

>> Famasc (Federação das Associações de Maricultores de Santa Catarina) - R\$ 1,2 milhão
Dirigida por Maria das Graças Silva (PT) e Uri Mafra (PT)
>> Cooperilha (Cooperativa Aquícola da Ilha de SC) - R\$ 134,8 mil
Dirigida por Emílio Kleber Gottschalk (Capôia o PT)

Laguna

>> Prefeitura (PT) - R\$ 233,8 mil
>> Colônia Pescadores Z14 - R\$ 101,3 mil
Dirigida por Obadias Barreiros (PT)
>> Casa Familiar do Mar - R\$ 100 mil
Dirigida por Obadias Barreiros (PT)

pela oposição, a Seap tem seus principais convênios com o governo do Estado, fundações de pesquisa e pequenas entidades. Entre elas, a Famasc (Federação das Associações de Maricultores de Santa Catarina), que assinou convênios de R\$ 1,2 milhão desde 2003.

Tanto o atual presidente da Famasc, Uri Mafra, como a ex, Maria das Graças Silva, são filiados ao PT e chegaram a disputar eleições regionais em 1998 e 2000, respectivamente.

Composta apenas por uma diretoria de 12 pessoas, paga a contrapartida dos convênios em horas trabalhadas e atua no setor de criação de moluscos. A Famasc assinou seu primeiro convênio em 2003 — R\$ 30 mil.

Em 2004, o endereço da sede foi transferido para o escritório do então deputado Mauro Passos na rua Lacerda Coutinho. Ele é autor da emenda que financiou o segundo convênio, de R\$ 385,4 mil. Hoje, funciona no local um jardim de infância.

A assessoria do deputado e a Famasc afirmam que não há problema na colaboração. Segundo a assessora de Passos, o gabinete foi colocado à disposição para reuniões, planejamento e para uso de computador e correspondência. Segundo Maria das Graças, a situação foi "temporária" e o endereço era apenas para correspondência.

A Cooperilha, do setor de maricultura, recebeu R\$ 135 mil em 2005. Seu dirigente é Emílio Kleber Gottschalk, que firmou, em nome da cooperativa, promessa de apoio e militância à candidatura vitoriosa de Luci Choinaki para a presidência do diretório estadual.

A Associação de Pescadores da Barra do Camacho em Jaguaruna (SC) também recebeu R\$ 59,5 mil. Teve o apoio do deputado estadual Paulo Serafim, da mesma corrente do PT.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “Em direção a lugar nenhum”, publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 5 de abril de 2008.

O artigo destaca mais um delírio do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao comparar o seu PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), ao Plano de Metas, do governo Kubitschek e ao 2º PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), do governo Geisel.

O Presidente Lula reiterando comparações entre essas experiências e o PAC, mostra que não teme o ridículo, pois, segundo o autor do excelente artigo, o

PAC é apenas uma catalogação de projetos preexistentes, quase sempre miúdos, concebidos isoladamente, sem visão sistêmica ou capacidade estruturante, sem perspectiva histórica, sem a vocação de produzir mutações.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CÉSAR BENJAMIN

Em direção a lugar nenhum

DIAS ATRÁS, mais uma vez, o presidente Lula comparou seu PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) ao Plano de Metas, do governo Kubitschek, e ao 2º PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), do governo Geisel. É um delírio. Esses últimos expressavam considerável esforço de pensamento sobre a economia brasileira. Propunham-se a realizar mutações ou alterações de qualidade, separando épocas. O PAC não é nada.

O Plano de Metas produziu um salto impressionante na infra-estrutura e nas indústrias de base, associado à passagem da industrialização a um novo patamar, com a implantação do setor automobilístico, dotado de elevada capacidade de encaideamento. Somou-se a isso a construção de Brasília, chamada “metassíntese”, que refez os eixos de deslocamento no interior do país e, para o bem e para o mal, alterou todo o processo de ocupação do território nacional. O 2º PND, por sua vez, completou o ciclo de industrializa-

ção por substituição de importações, conduzindo-o até os insumos básicos e a indústria de bens de capital, expandindo atividades estratégicas, como a produção de petróleo e a transmissão de grandes blocos de eletricidade, além de, igualmente, abrir setores novos, entre os quais a indústria nuclear.

Muito se pode debater sobre acertos e erros desses planos, bem como sobre os respectivos contextos, mas não lhes faltavam ousadia e implicações de longo prazo. Para ficarmos no Plano de Metas, realizado sob fortes restrições externas, ele envolveu diretamente cerca de 25% da capacidade produtiva do país. Foram estudados os pontos de germinação e de estrangulamento, a interdependência dos setores e a demanda derivada dos investimentos, definindo-

O presidente não se constrange em cumprir uma agenda de vereador federal, inaugurando insignificâncias e promessas

se então metas ambiciosas para cinco áreas prioritárias: energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação. Os resultados impressionam até hoje. Em cinco anos, a malha de estradas pavimentadas cresceu 100%, a produção siderúrgica, 82%, a geração de eletricidade, 36%, o transporte ferroviário de cargas, 32%, e assim por diante.

Ao reiterar comparações entre essas experiências e o PAC, até mesmo com vantagem para este último, o presidente Lula mostra que não teme o ridículo. Pois, repito, o PAC

não é nada. Ou melhor, é apenas uma catalogação de projetos preexistentes, quase sempre miúdos, concebidos isoladamente, sem visão sistêmica ou capacidade estruturante, sem perspectiva histórica, sem a vocação de produzir mutações.

Os documentos oficiais que apresentam a previsão de investimentos federais e os indicadores macroeconômicos durante a implantação do PAC mostram o tamanho da pequenez. A União deve investir 0,6% do PIB; e as estatais, 3,7%. Nem esses diminutos recursos são novos, pois estavam previstos no Orçamento ou nos planos das empresas, especialmente a Petrobras e a Eletrobras. A gestão macroeconômica hostil ao crescimento se mantém: o superávit primário e os juros permanecerão altos, o câmbio ficará onde os espe-

culadores desejam. Continuamos crescendo menos que a média do mundo, perdendo posições.

A rotina de governo tornou-se um permanente espetáculo. A tímida execução do Orçamento da União e os investimentos das estatais viraram PAC, e o PAC é Lula. Não há mais coisa pública. É um tremendo retrocesso político e cultural. O presidente não se constrange em cumprir uma agenda de vereador federal, inaugurando, freneticamente, insignificâncias e promessas. Comporta-se como um animador de auditórios. É ágil para discursar, mas seu governo não executa: nos últimos meses, apenas 12% dos recursos anunciados foram efetivamente desembolsados.

As claque aplaudem: O povo gosta. Políticos sôbregos pegam carona. E o Brasil não vai a lugar nenhum. Quem viver verá.

CÉSAR BENJAMIN, 53, editor da Editora Contraponto e doutor honoris causa da Universidade Bicentária de Araguaia (Venezuela), é autor de “Bom Combate” (Contraponto, 2006). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, no dia de hoje, para registrar o artigo intitulado “Psiu.Recebeu Marcos Valério?”, publicado pela revista **Veja** em sua edição de 13 de fevereiro 2008.

No artigo o jornalista Diogo Mainardi volta ao assunto do mensalão e ataca os gastos dos cartões corporativos usados pelo Governo Lula, para pagar até contas de padaria. Mainardi lembra que ninguém perguntou diretamente ao presidente Lula se ele recebeu Marcos Valério na Granja do Torto e chama a atenção para o fato de que duas semanas atrás o

advogado de Marcos Valério insinuou que seu cliente acompanhou Delúbio Soares à Granja do Torto, para encontrar-se com Lula. Para o jornalista a insinuação é um recado ao PT: “cuidado, porque eu posso entregar o presidente da República”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR SERGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIOGO MAINARDI

Psiu. Recebeu Marcos Valério?

Ninguém perguntou diretamente a Lula se ele recebeu Marcos Valério na Granja do Torto. Eu pergunto:

— Psiu. Recebeu Marcos Valério na Granja do Torto?

Dois semanas atrás, Delúbio Soares foi interrogado. O defensor de Marcos Valério encaminhou-lhe algumas perguntas. Numa delas, ele insinuou que seu cliente teria acompanhado Delúbio Soares à Granja do Torto, para encontrar-se com Lula. De acordo com o Ministério Público, isso só pode ser interpretado como um recado de Marcos Valério à turma do PT. E o recado é o seguinte: cuidado, porque eu posso entregar o presidente da República.

— Psiu. Como foi o encontro com Delúbio Soares e Marcos Valério na Granja do Torto?

O assunto já ficou caduco. Os mensaleiros fazem parte do passado. Agora a gente quer ser informado sobre as compras na padaria Cirandinha pagas com o Ourocard presidencial, um caso que promete animar a segunda metade do mandato lulista, assim como os mensaleiros animaram a primeira. Entretanto, há algo que caracteriza tanto os encontros secretos na Granja do Torto quanto as compras na padaria Cirandinha: a falta de mecanismos de controle sobre os atos do presidente. Ninguém pode conferir se ele recebeu Marcos Valério na Granja do Torto. Isso significa também que ninguém poderia saber se ele está sendo chantageado ou achacado por causa desse encontro. A mesma nebulosidade cerca os gastos do Palácio do Planalto, sobretudo no que se refere aos saques em dinheiro vivo.

A rigor, nada impediria que os membros do governo tivessem sacado dinheiro vivo para financiar atividades da campanha eleitoral, inclusive o dossiê dos sanguessugas.

— Psiu. Psiu. PSIU. Como é o pastel da padaria Cirandinha?

Lula está perto da aposentadoria. Eu já consigo imaginá-lo daqui a alguns anos, em sua cobertura no ABC paulista, num dia qualquer. Acorda. Liga a TV. Desliga a TV. Chega a pedicure. Come dois pratos de estrogonofe. Demite a empregada doméstica. Desmonta o aparelho de ar condicionado. É incapaz de remontá-lo. Dá os retoques finais em seu tratado sobre o atomismo de Demócrito. Compra uma grelha antiaderente por telefone. Come dois pratos de nhoque. Mergulha de trampolim em sua piscina cheia de moedinhas. Demite o motorista. Chega Delúbio Soares. Despede-se de Delúbio Soares. Olha o que acontece nos apartamentos vizinhos com um telescópio. Dorme no sofá.

Apesar de Lula estar chegando ao fim, ainda dá para transformar a última fase de seu mandato em algo proveitoso. Se a imprensa o atazanar e se o Ministério Público

perseguir os abusos de seu governo, talvez seu sucessor seja um tantinho mais contido. É uma hipótese remota, mas é uma hipótese. Lula está perto da aposentadoria. E eu estou perto de me aposentar dele. Quando tudo acabar, quero comprar uma grelha antiaderente por telefone.

“Há algo que caracteriza tanto os encontros secretos na Granja do Torto quanto as compras na padaria Cirandinha: a falta de mecanismos de controle sobre os atos do presidente. Ninguém pode conferir se ele recebeu Valério na Granja do Torto. A mesma nebulosidade cerca os gastos do Planalto, sobretudo no que se refere aos saques em dinheiro vivo”

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 29, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na*

importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro).

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o*

artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

18

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26,

de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334,*

de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com

as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o re-*

conhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do

Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar,

de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.*

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.*

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial

sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

49

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

50

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

52

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

53

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

54

REQUERIMENTO Nº 1072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan*

pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo”.

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

55

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

56

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

57

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

58

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

59

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

60

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

61

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

62

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhabilidade dos bens de família)*

63

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

64

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que específica)*

65

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

66

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

67

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

68

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

69

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

70

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV)*

71

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

72

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

73

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).*

74

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).*

75

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).*

76

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 8 minutos.)

Ata da 64ª Sessão Especial, em 29 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias e Adelmir Santana

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 44 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o 48º aniversário de Brasília, de acordo com o Requerimento nº 425, de 2008, do Senador Adelmir Santana e outros Srs. Senadores.

Convido, para compor a Mesa, o autor do requerimento, Senador Adelmir Santana, e o pioneiro de Brasília, representando os demais pioneiros, Sr. Ernesto Silva. (Palmas.)

Convido todos, para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional brasileiro, executado pelo cantor Nilton Lima, acompanhado do tecladista José Cabreira.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– É com satisfação que convido o Governador José Roberto Arruda para compor a Mesa.

Convido o Senador Adelmir Santana, primeiro subscritor do requerimento para esta sessão de homenagem, para compor a Mesa.

Agradecendo a presença de todos que nos honram nesta manhã de homenagem a Brasília, passo a palavra ao principal responsável por esta sessão especial, o Senador Adelmir Santana, que é também o primeiro orador inscrito.

Com a palavra, o Senador Adelmir Santana; depois, teremos o Senador Cristovam Buarque, Senador Mão Santa e Senador Renato Casagrande, inscritos também para esta solenidade.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Exmº Sr. Governador José Roberto Arruda, Exmº Sr. Dr. Ernesto Silva, pioneiro desta cidade, em nome do qual saúdo todos os pioneiros presentes, nesta manhã, a esta sessão.

Quero saudar também o Exmº Sr. Vice-Governador, que acaba de adentrar o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Peço licença ao Senador Adelmir Santana para convidar o Senador e Vice-Governador Paulo Octávio para assumir um lugar à mesa. (Palmas.)

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Srs.

Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Deputados, em nome do Deputado Osório Adriano, também pioneiro desta cidade, saúdo a todos; senhores convidados, meus senhores e minhas senhoras, um bom-dia a todos!

Fico emocionado ao ver este plenário lotado para homenagear uma cidade que surgiu do sonho de um homem admirável: Juscelino Kubitschek.

Quarenta e oito anos se passaram desde o dia da inauguração da nova capital do País.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Adelmir Santana, desculpe interrompê-lo.

Gostaria de anunciar uma delegação que nos honra com sua visita. Está-nos visitando o vice-presidente eleito do Paraguai, Sr. Federico Franco, que nos honra com sua presença, ao lado da sua comitiva, a quem solicitamos aplausos, agradecendo a visita. (Palmas.)

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Sr.

Presidente, quero aproveitar essa interrupção, também para saudar os Srs. Embaixadores, os quais tive a oportunidade de cumprimentar e que estão presentes a esta sessão.

Eu dizia, Sr. Presidente, que 48 anos se passaram desde o dia da inauguração da nova Capital do País. Uma cidade construída em pouco mais de mil dias, graças à coragem dos milhares de pioneiros que chegaram aqui no final da década de 50.

Seja seguindo um sonho, uma intuição, seja para viver uma aventura ou vencer um desafio...

São inúmeras as razões que motivaram a chegada dos pioneiros à nova Capital do País.

Desde o início de sua construção, Brasília significou a esperança de novos dias.

O empreendedorismo dos brasileiros foi, sem dúvida, um fator determinante para que os primeiros pioneiros viessem para Brasília quando aqui era apenas um sonho.

É muito bom ver que muitos desses pioneiros estão hoje aqui conosco, participando desta homenagem a Brasília. Uma homenagem que não se limita à

cidade, à nossa Capital, mas é também extensiva aos nossos bravos e corajosos pioneiros e às famílias que formaram aqui.

Pioneiros porque foram os primeiros trabalhadores das mais diversas áreas. Pessoas que iniciaram de forma obstinada suas atividades na nova Capital e contribuíram de forma decisiva com o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda no Distrito Federal.

Hoje, com quase 50 anos, Brasília pode ser descrita tanto pelo ousado planejamento urbanístico de Lúcio Costa e a arquitetura extraordinária, curva e mágica de Oscar Niemeyer, como pelas pessoas que aqui construíram as suas histórias e são o coração desta cidade.

Parece lugar comum, mas é preciso reafirmar: Brasília não está restrita à Esplanada dos Ministérios, ao Palácio do Planalto e ao nosso Congresso Nacional.

Ainda há quem diga que Brasília não tem gente. Isso porque não conhecem a nossa personalidade, formada e adquirida em menos de cinco décadas, a partir do caldo de cultura de brasileiros de todos os Estados que vieram para cá.

Ao olharmos para o verdadeiro universo que nasceu e se esparramou em torno do Plano Piloto, podemos ver e sentir um núcleo urbano vibrante que chega a 4 milhões de habitantes – 2,5 milhões no Distrito Federal e mais 1,5 milhão no chamado Entorno.

Esta Brasília é realmente exemplar e traz um orgulho para os seus filhos: possui o maior índice de Desenvolvimento Urbano do País.

Afinal, já somos a quarta cidade brasileira em população – à frente de Belo Horizonte e Fortaleza – e a terceira cidade mais rica, com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$80,5 milhões, o que representa 3,75% do PIB nacional.

Assim, possuímos níveis de qualidade de vida idênticos aos de países desenvolvidos da Europa. O uso da linguagem digital por parte da nossa juventude é extraordinário e superior até ao das principais capitais brasileiras.

Temos o terceiro aeroporto brasileiro em movimento de passageiros e aeronaves, com viagens diretas para a Europa e Estados Unidos; somos o terceiro mercado de barcos de passeio do Brasil e o nosso Lago Paranoá está a 1.200 quilômetros da praia mais próxima; e hospedamos em nosso território todos os países do mundo que mantêm relações diplomáticas com o Brasil.

Brasília já formou sua primeira geração de brasilienses, gente que nasceu e cresceu aqui; gente que aprendeu a viver suas distâncias, seu clima intenso de

chuvas e de seca; que ama o seu céu infinito; o pôr-do-sol magnífico; a diversidade de árvores e plantas e a vegetação do cerrado. Essa geração já é mais da metade da população brasiliense e seus exemplos florescem Brasil afora. Hoje já se fala, inclusive, de um sotaque próprio, o sotaque brasiliense, que vem sendo estudado a fundo pela Universidade de Brasília.

Eu mesmo, maranhense de nascimento e brasiliense de coração, cheguei aqui aos dezenove anos, onde conheci a minha amada esposa Maria José – Maria José que está aqui entre nós –, e aqui formei a minha família. Meus filhos são todos brasilienses e meus cinco netos também trazem em suas certidões de nascimento Brasília como sua cidade de origem.

Quis o destino e a divina providência que a minha pessoa fizesse parte deste enredo. Primeiro, como um jovem, como milhares de outros que vieram para o Distrito Federal dar vida e luz ao sonho de JK. Conheço bem as dificuldades e os obstáculos que precisamos vencer para fazer de Brasília uma cidade digna e motivo de orgulho para todos que vivem aqui.

Agora, como Senador da República e representante dos moradores do Distrito Federal, tenho condições de refletir sobre essa laboriosa e digna aventura e contribuir em todos os níveis para que Brasília não somente se sustente no atual patamar de desenvolvimento, mas que alcance outros degraus ainda mais altos.

Posso afirmar, sem medo, que Brasília hoje é um exemplo para o Brasil.

Somente aqui, motoristas respeitam a faixa de pedestre. Em Brasília, o pedestre tem prioridade.

É com orgulho também que anuncio que, em poucos meses, o Distrito Federal será a primeira unidade da Federação a oferecer água e esgoto tratados em 100% das residências.

Brasília, como acontece em todo o Brasil, é dividida por um imenso fosso social. É uma cidade desigual, como o Brasil é um país desigual. Mas o governo local tem investido pesado nas áreas mais pobres.

As áreas degradadas, invasões que surgiram a partir da falta de fiscalização dos governos que passaram pela cidade, estão sendo transformadas em cidades. São localidades como Pôr do Sol, Sol Nascente, Arniqueiras, Vila São José, Porto Rico, Itapoã – todas com nomes que remetem ao paraíso, mas sem a menor condição de abrigar as milhares de famílias que se amontoam em barracos paupérrimos. Os moradores vão ganhar água potável, esgoto, captação de água pluvial, asfalto, meios-fios e calçadas. São R\$287 milhões que estão sendo investidos apenas nessas áreas degradadas.

Outro programa, igualmente em execução, aplica R\$67 milhões na urbanização de outras duas localidades paupérrimas, Vila Estrutural e Varjão.

O compromisso do governo do Distrito Federal com o futuro vai além das fronteiras geográficas. Estão sendo investidos R\$30 milhões em cidades goianas que formam o Entorno do DF – e é bom lembrar que os moradores dessas cidades usam os serviços públicos do Distrito Federal, numa conta que alcança dezenas de milhões.

É claro que a nossa Capital tem problemas, como todas as grandes cidades brasileiras, mas são problemas que ainda não estão sedimentados e podem ser combatidos. É o que está sendo feito, de forma responsável e bem sucedida, pelo nosso Governador José Roberto Arruda, que não tem medo de assumir medidas impopulares, desde que sejam para o bem da sociedade como um todo e a garantia de uma sociedade mais organizada no futuro.

É essa Brasília que festejamos neste 48º ano de sua existência. A Brasília que levou à Esplanada dos Ministérios mais de um milhão de pessoas no dia 21 de abril deste ano, uma festa como há muito tempo não se via, uma cidade empreendedora desde o seu berço, com suas oportunidades de trabalho, educação, saúde, esporte, lazer e cultura.

Para finalizar, vale lembrar as palavras de Juscelino Kubitschek ao inaugurar a cidade que tanto amamos:

Ela foi fundada porque sabíamos estar forjada em nós a resolução de não mais conter o Brasil civilizado numa fímbria ao longo do oceano, de não mais vivermos esquecidos da existência de todo um mundo deserto, a reclamar posse e conquista.

Não podemos recuar um milímetro sequer no rumo do desenvolvimento, com emprego, educação e bem-estar para todos.

Tudo isso com muito humanismo e cultura.

Essa é a receita para chegarmos ao primeiro cinquentenário sem trairmos o ideário de JK.

É bom ver este plenário! Presentes aqui não apenas pioneiros, como Ernesto Silva, mas pioneiros que preservaram esta cidade, que construíram esta cidade e que foram sempre homenageados pelas autoridades locais. Tivemos a oportunidade de cumprimentar aqui, hoje, pioneiros homenageados pelo governo local no último dia 21 de abril e que orgulhosamente ostentam suas condecorações, demonstrando o amor que todos sentimos por esta cidade; cidade que aprendemos amar, que escolhemos como nossa pátria, não de nascimento, mas de escolha pessoal. Isto nos orgulha

muito: ver este plenário com a presença de pessoas tão importantes, importantes para a cidade, importantes para nós, pioneiros, importantes para nós que ajudamos a construí-la.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Meus cumprimentos ao Senador Adelmir Santana, que expressou sentimentos também da Mesa do Senado Federal.

Convido o Senador Adelmir Santana para presidir esta sessão. Farei as honras da Casa, recebendo o vice-presidente eleito do Paraguai, Federico Franco, que nos honra e vem representando o presidente eleito, Fernando Lugo, no reflorescimento da democracia no país vizinho, que recebe os cumprimentos do Senado Federal pela demonstração de avanço democrático, pelo respeito à soberania popular e acatamento à decisão das urnas. Parabéns do Senado Federal do Brasil ao país-irmão Paraguai!

Convido para assumir a Presidência o Senador Adelmir Santana. (Pausa.)

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Vamos ouvir agora, em homenagem ao fundador desta cidade, a música Peixe Vivo.

(Procede-se à execução da música Peixe Vivo.)

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, pela Liderança do PMDB.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Adelmir Santana, como são muitas as autoridades presentes, peço permissão para saudá-las todas, porque poderia esquecer alguns nomes, o que, mesmo involuntariamente, seria imperdoável. Quero, então, saudar todas as autoridades e iniciar este pronunciamento lembrando algo que disse Pascal, e que aprendi na infância: “O coração tem razões que a própria razão desconhece”. Saúdo, então, todas as lideranças na pessoa do nosso irmão camarada, o ex-Senador Paulo Octávio.

Parlamentares presentes, meus senhores, encantadoras senhoras, brasileiros e brasileiras que nos assistem aqui e pelo sistema de comunicação do Senado Federal, agradeço ao extraordinário Senador Gim Argello, que me cedeu sua vez, porque tenho um compromisso numa comissão. Serei breve, mas tinha que estar aqui.

Todos sabemos, mas nada melhor do que este folheto que saiu, por iniciativa do Governo Arruda, do Arquivo do Distrito Federal, sobre o sonho e sobre a história do nascimento de Brasília. Mas sou eu do Piauí, e acho que isso começou foi lá, professor Cristovam, no Piauí. Só estou contrariado porque acho que Adelmir Santana é mais piauiense do que maranhense, nasceu foi em Uruçuí – é porque tinha cartório em Balsas, e ele foi ali e se registrou. Aliás, o nosso Estado, lutando por seus direitos, já lhe deu o Título de Cidadão Municipal e Estadual do Piauí. Então, S. Ex^a é nosso, e digo isso com todo respeito, porque sou filho de maranhense.

Isso começou no Piauí, Cristovam. Eu sei de Dom João VI e tal, está muito bem inscrito aqui, estudei muito História, mas começou mesmo no Piauí. Teresina foi a primeira capital planejada deste País. Olhem as capitais do Nordeste: todas no mar – embora eu seja de uma cidade à beira-mar, no Piauí. Nós somos diferentes: cidade mesopotâmia, Teresina encravou-se no coração do Piauí – foi a primeira mensagem –, em 1852, que é bem antes de 1960. Padre Antônio Vieira disse que um bem nunca vem só. Então, com essa idéia, nasceu Goiânia, nasceu Belo Horizonte, nasceu Brasília e nasceu Palmas, mas tudo começou com essa decisão centralizadora, com a intenção de integrar. Assim como o coração está no meio do corpo, começou lá a primeira capital planejada. É aquela do Pascal, a que me referi: “o coração tem razões...”

Mas e este homem? Este homem foi médico como eu, foi cirurgião de Santa Casa, prefeitinho, governador, cassado bem aqui. Foi um homem ímpar. Mas Deus escreve certo por linhas tortas. Há tantos anos, tantos anos, desde Dom João VI, quase todas as Constituições traziam a idéia da criação da capital... Sou do tempo em que se estudava, e se estudava mesmo, porque este Brasil tinha boas escolas. O exemplo é lá de Itajubá, terra de boas escolas. Este Brasil era um Brasil organizado, constituído e sério. Vejam o exemplo dos que governaram, desde os governadores-gerais, estadistas, e chegando em Juscelino. Este País não se fez agora.

Vou lembrar o acontecido num comício no interior de Goiás – comício, povo... O líder do meu partido, encantado no fundo do mar, disse: “Ouçam a voz rouca das ruas”. Tônico, homem do povo – por coincidência histórica, é cunhado do ex-Senador Maguito Vilela, nosso companheiro –, indagou de Juscelino: “V. Ex^a, se eleito for, vai obedecer a Constituição?”. A Constituição não, as Constituições, que já pregavam a criação da capital no interior do País. A nossa geração de brasileiros estudava, este País era organizado. Chegou um poeta a dizer: “*Criança! Não verás pais*

nenhum como este!”. Qual é o poeta que canta isso hoje? Atentai bem! Meditem!

Tinha um quadradinho nos mapas, estudei vindo aquele quadradinho. Mas Juscelino disse: “Vou construir”, e mandou incluir isso em suas trinta metas, que todos nós lemos. Determinou ao Coronel Affonso Heliodoro dos Santos que incluísse a construção na meta-síntese. É a história de Brasília.

O que é Brasília? Brasília é Brasil, é o símbolo maior hoje. De Brasília, todos nós somos orgulhosos.

Deus já me permitiu, quando governei o Piauí, ir duas vezes a Washington, assinar um programa – naquele tempo, era PCBR; hoje é Programa de Combate à Pobreza Rural. Brasília é bem mais interessante do que Washington. Brasília é estudo, é qualidade. Mas Brasília – estou aqui e tenho que falar – é Piauí, porque tem trezentos mil piauienses aqui. O meu assessor botou o nome de três que ele acha importantes, mas não vou citá-los porque, para mim, todos os piauienses são importantes. São trezentos mil aqui!

Aqueles que são como São Tomé, olhem um painel aqui. Bem aqui, temos escrito “Ordem e Progresso”. Isso foi feito por um zelador, que é do Piauí. Ele faz isso com um aspirador de pó. Tem uma bandeira aqui nesse tapete. É um piauiense que desenha isso quando faz a limpeza.

São todos piauienses ilustres, inclusive os que meu assessor incluiu aqui e não vou citar. Todos são muito importantes, e ajudamos a construir Brasília.

Deus fez o mundo, todos nós sabemos. Juscelino Kubitschek fez isto. Árvore boa dá bons frutos: todos os Governadores daqui foram extraordinários, todos, começando por aqueles que eram nomeados quando o sistema era outro. De tal maneira que esta é, hoje, a melhor cidade do nosso Brasil, talvez do mundo. (Palmas.)

Também, com tantos piauienses, tinha que ser!

Mas tenho aqui um folheto sobre Juscelino Kubitschek. É uma homenagem do ex-combatente Tenente Jaime Tomaz de Aquino, jaguaribano, do Ceará. Chamo o Tenente de Rei do Caju. Ele planta caju, tem fábrica. Quando eu governava o Piauí, não tinha fábrica. Acabei fazendo 27, e ele me ajudou muito. Era tudo plantado, e os cearenses, sabidos, levavam. Nós industrializamos, inclusive com uma multinacional. Mas ele faz um folheto sobre Juscelino. E é a coisa mais bela!

Mostrem aí para o povo do Brasil ver a simpatia de Juscelino; Juscelino beijando sua santa mãe; amizade e fidelidade aos mais pobres, ao seu motorista; com sua esposa.

Há também uma frase... Esse Aquino foi amigo dele mesmo. Mandou o discurso que ele fez às vésperas de ser cassado. Ele, que conviveu com Jusceli-

no, escolheu a seguinte frase de JK – não é a que eu escolhi; depois, vou terminar com a minha:

Meu pensamento volta-se nesse instante para as novas gerações, que hão de recolher o fruto de nossos trabalhos e encontrar um Brasil diferente daquele que encontramos: um Brasil integrado no seu verdadeiro destino, diante da Bandeira Nacional, com as suas 22 estrelas.

Hoje tem mais, os Territórios foram transformados em Estados, nasceu o Mato Grosso do Sul, nasceu o Tocantins. Mas ele diz:

Saúdo os pioneiros, os que lutaram para que chegássemos ao que somos. E saúdo os filhos de nossos filhos, para os quais, sem medir esforços e sacrifícios, erguemos as bases da nossa grandeza futura.

Juscelino Kubitschek.

Todos sabemos que ele é fonte de inspiração para todos. Tenho 65 anos de idade. Ali, estou vendo uma comenda bonita no peito garboso. Já recebi algumas, mas a de que tenho mais orgulho foi a que recebi do Memorial JK, no centenário de Juscelino. Seriam escolhidos dois congressistas para homenagear. Eu já sabia de um – e vou contar, tive pouca fé –, que tinha que ganhar por merecimento: Paulo Octávio. Então, havia apenas uma, e jamais pensei que ia ganhá-la, porque Antonio Carlos Magalhães, que conviveu e lutou com ele, e era um dos maiores poderosos no Brasil, mostrou vontade de ganhá-la. Então, eu do Piauí... Não sei, foi Deus, foi Paulo Octávio que me ajudou ou foi uma inspiração. Não se foi o nosso General que toma conta do Memorial... Eu sei que, às vésperas, me disseram que tinha sido eu quem havia ganhado. Eu não convidei ninguém, porque não iria divulgar que estava disputando, porque não acreditava. E, como não convidei ninguém, pouca gente do Piauí sabe disso. Mas é com orgulho que ostento aquela comenda, porque não teremos mais, ninguém mais vai ganhar. Foram os cem anos e acabou! Só cem anos!

Então, com isso tudo, agradeço a Deus – acho que você deu uma mãozinha também –, mas o Coronel do Memorial, está aqui o retrato dele, até risquei aqui, Coronel Affonso Heliodoro, Coordenador das Metas de Brasília, a meta-síntese. Fiquei perplexo, porque achei que o Antonio Carlos ganharia, da Bahia... Mas vejo que o Piauí é melhor mesmo. Atentai bem! Com esse negócio de Tiradentes – os mineiros é que nos ganham aqui; somos a segunda colônia de Brasília, a primeira é a dos mineiros –, que não deu certo, quem colocou os portugueses para fora em guerra fomos nós, numa batalha sangrenta, em 13 de março. Depois, os baianos fizeram outra, mas foi em 2 de julho;

julho é depois de março. Então, tínhamos que estar na frente mesmo. Acho que eu merecia, e o fato é que eu ganhei. E essa, com certeza, é uma homenagem aos 300 mil piauienses que estão aqui.

Mas a frase de Juscelino, de tanta inspiração, que ele nos dá, é a seguinte, e faço minhas as palavras de Juscelino para terminar e para incutir na cabeça de todos os brasilienses, incutir nessa mocidade, que deu o maior presente a Brasília e ao Brasil – a nossa maior riqueza é a mocidade –, e que teve a coragem de lutar contra a corrupção na Universidade de Brasília. E não foi contra aquele problema interno de lá, não; aquilo foi um recado a todos nós. Ulysses dizia: “A corrupção é o cupim que mais corrói a democracia”. E como temos cupim hoje no Brasil, não é? Então, eles nos alertaram; foi o grande presente que a mocidade de Brasília deu a Brasília e ao Brasil.

Mas Juscelino disse assim:

É melhor sermos otimistas; o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errado.

Sejamos otimistas!

Brasil, Brasília, a capital do Brasil e da nossa felicidade! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Como disse o Senador Mão Santa, é difícil enumerar todas as presenças importantes aqui, mas queria destacar a presença do pioneiro Governador José Ornellas, do pioneiro Deputado Osório Adriano, do pioneiro Antônio de Paula Pontes, do pioneiro Benjamin Jacob, genro de Israel Pinheiro, pedindo desculpas por não citar a todos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gim Argello, que falará pela Liderança do PTB.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer uma referência muito especial àquele que vem governando Brasília de uma forma muito correta, muito séria. Parabéns Governador e amigo José Roberto Arruda. Da mesma forma, gostaria de fazer citação ao nosso Vice-Governador Paulo Octávio, parabenizando os dois por esse evento maravilhoso que foi a nossa festa do dia 21 passado, que realmente entrou para o marco da história da nossa cidade, com mais de um milhão de pessoas na Esplanada dos Ministérios. Gostaria de fazer citação especial ao nosso amigo, o querido ex-Governador Cristovam Buarque, nosso Senador que nos orienta aqui. E, da mesma forma, ao nosso Senador Adelmir Santana. Faço citação especial àquele que representa os pioneiros de Brasília, Dr. Ernesto Silva. Nosso muito obrigado.

Ouvi o Senador Adelmir Santana fazer uma relação dos pioneiros que aqui se encontram. Gostaria de citar, em primeiro lugar, nosso amigo Tonico. Tonico, muito obrigado. Você que sempre foi um amigo tão leal. Muito obrigado por tudo.

Da mesma forma o Sr. Orlando Taurisano. Sr. Orlando é muito bom vê-lo aqui. O Sr. Miguel Setembrino, chefe e amigo. Osório Adriano, e tantos outros. Agora que comecei: Mundim e Ataíde, que se encontram aqui; Benjamin, Attiê, Governador Ornellas, todos os senhores que tanto nos honram com suas presenças aqui no Senado.

Estava fazendo uma relação dos que aqui passaram no Senado e estava lembrando, Governador Arruda, de como V. Ex^a me ajudou e me orientou nessa fase mais complicada. Obrigado, Governador Arruda, publicamente.

Tenho várias razões que me trazem à tribuna no momento em que o Senado da República homenageia Brasília pela passagem dos seus 48 anos de existência. Mas a fundamental e a mais evidente de todas é que tenho a honra de representar o Distrito Federal nesta Casa. Nessa condição, não poderia ficar à margem de tão justa e merecida homenagem.

Esta cidade tem para mim significado muito especial: é a nossa Capital, construída em tempo recorde pela visão de estadista de Juscelino Kubitschek, à qual se uniu determinação férrea e monumental capacidade de realização como espécie de Eldorado, a Terra Prometida para todos que aqui estivessem dispostos a antecipar o futuro e construir uma vida melhor.

Por isso, Sr. Presidente, amigo Adelmir Santana, Brasília, para mim, é mais que a bela cidade que a todos encanta. O arrojado projeto urbanístico gerado pela mente privilegiada de Lúcio Costa, que se traduz na mais inovadora proposta de cidade que a civilização contemporânea conheceu. Não é mais importante que o calor humano que os brasileiros de todas as regiões vieram lhe emprestar.

A imponência da arquitetura de Oscar Niemeyer, cuja genialidade é internacionalmente reconhecida e admirada, responsável por conferir a Brasília a leveza das formas que a fazem única no planeta, não apenas extasia e nos aproxima do sublime, ela foi preenchida por homens e mulheres que dão valor ao trabalho e que não temem embalar sonhos e esperanças a perseguir a doce utopia que faz da vida um exercício mágico e fascinante.

É novamente cito todos os pioneiros que aqui se encontram. Parabéns a cada um de vocês.

É desse barro que me forjei. A partir da minha querida Taguatinga, à qual minha vida está indiscutivelmente ligada, aprendi a conhecer a magnitude de

Brasília. Aqui vivendo dia após dia, construí família, fortaleci laços de amizade, mergulhei no mundo do trabalho e, por fim, abracei a vida política, a vida pública. Todos, absolutamente todos os passos decisivos de minha vida foram dados aqui.

Por tudo isso, sinto-me motivado a homenagear a minha Brasília, a Capital de todos os brasileiros, com o sentimento próprio de quem por ela foi generosamente, carinhosamente acolhido; de reverenciá-la a partir da posição de alguém que sabe que com ela aprendeu a viver; de agradecer-lhe por tudo aquilo que recebeu, a começar pela possibilidade de servir aos brasilienses e ao Brasil como representante político da nossa Capital.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores pioneiros, Brasília é bem mais que a cidade, ainda que bela e inconfundível. Brasília é símbolo de um Brasil destemido, incapaz de dobrar-se ante a força avassaladora de um passado retraído, arcaico e provinciano. Ela representa, sob a liderança entusiástica de Juscelino Kubitschek, o momento mágico do encontro do Brasil consigo mesmo, na descoberta de um País ainda intocado e de uma gente apartado do desenvolvimento e do necessário acordar para a nova realidade.

Brasília é a prova de que somos capazes. A epopéia de sua construção soergueu a auto-estima nacional. Sua consolidação como metrópole urbana e centro de decisões políticas demonstra a nossa infinita força de vontade, a nossa inquebrantável decisão de tornar real o que não passava de um sonho.

Aos 48 anos, Brasília comprova o amadurecimento de uma Nação que assumiu potencialidades e deixou de temer a ousadia e, de forma firme e resoluta, decidiu-se por conduzir a sua própria história.

Não há como escamotear, porém, os inúmeros problemas da rápida urbanização e da explosão demográfica que acompanhou esse crescimento. E todos sabemos que Brasília, sonhada e projetada por Juscelino Kubitschek e todos aqueles que, naquela época... Recordo-me, agora, de uma história contada aqui por alguém que está fazendo falta neste plenário de pioneiros, – que Deus o tenha em bom lugar –, o nosso amigo, Dr. Newton Rossi.

Ele um dia me contou que na inauguração de Brasília, Governador Arruda, quando Juscelino ia para o parlatório dizer quantas pessoas teriam em Brasília no ano 2000, reuniu assessoria, e os mais comedidos disseram que ele poderia falar – era muito difícil fazer pesquisa naquela época –, que Brasília teria 200 mil pessoas. Um mais agressivo, perto do Newton, falou que teria 300 mil pessoas. Juscelino, na hora em que foi ao parlatório falar quantas pessoas teriam no ano

de 2000, somou as duas e disse que Brasília, entre o ano 2000 e o ano 2010, teria 500 mil pessoas. E hoje V. Ex^a administra não 500 mil pessoas, mas 2,5 milhões de pessoas, com mais 1,5 milhão do pequeno entorno.

Nós sabemos, como V. Ex^a bem sabe, que Brasília não são só os 2,5 milhões, mas que temos que administrar mais 1,5 milhão que vive no pequeno entorno, além do médio e do grande entorno. E quando falo em médio e grande entorno, só para quem nos está vendo, para o Brasil saber a diferença, quero dizer que quando pessoas – Deus me livre – se acidentam em Barreiras – que fica a 500 ou 600 quilômetros daqui – são trazidas diretamente para o nosso Hospital de Base.

Então, a infra-estrutura hospitalar do Distrito Federal não recebe apenas 2,5 milhões de pessoas por ano, mas, sim, mais de sete milhões de pessoas, as quais são atendidas na Capital da República. Isso nos dá muito orgulho. É claro que ainda temos deficiências, mas estão melhorando dia-a-dia, porque Brasília, sonhada e projetada para 500 mil pessoas, hoje administra mais de cinco milhões de pessoas. É isso mesmo, Dr. Ernesto Silva, esta é a nossa cidade, esta é a Capital de todos os brasileiros que muito nos orgulha.

Os Governos da União e do Distrito Federal devem estar atentos ao dinamismo que cerca esta jovem cidade. E vejam vocês, estão atentos, tanto o Governo Federal, com o PAC e todos os recursos alocados no Distrito Federal, com uma parceria fantástica entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o nosso Governador José Roberto Arruda. E já estamos pensando em Brasília de 2020, Brasília de 2030, Brasília dos próximos 50 anos.

Os Governos da União e do Distrito Federal devem estar atentos ao dinamismo que cerca esta jovem cidade, repito, e preparados para oferecer-lhe respostas adequadas e no tempo certo. Que sejam capazes, inclusive, de antecipar soluções para os problemas que se mostram naturalmente previsíveis.

Que a Nação não se esqueça do maior presente que Brasília lhe ofertou: abrir os caminhos que transformariam, radical e profundamente, os rumos do desenvolvimento brasileiro. Ao ser construída, Brasília concretizou o sonho de Dom Bosco e transformou a imensidão do cerrado em Terra da Promissão. Consolidada como o grande centro das decisões nacionais, continua a ditar o processo de expansão econômica do Brasil, mediante a indispensável incorporação de todas as regiões do País.

Aos quarenta e oito anos, Brasília mantém o frescor de uma juventude que jamais perderá. Ao mesmo tempo, dá mostras de inegável amadurecimento. Síntese perfeita de um País continental, a cidade congrega

e agrega as múltiplas expressões culturais que conferem unidade à Nação brasileira.

Eu vi que, agora, na Esplanada, já se avisa quantos dias faltam para o cinquentenário de Brasília, outra iniciativa muito boa do Governo local. A caminho do cinquentenário, Brasília é a afirmação do que temos de melhor.

Parabéns, Brasília! Obrigado aos que, vindos de todas as partes ou aqui nascidos, fazem esta cidade pulsar de vida, de energia e de compromisso com o País e com o futuro! A Nação merece esta Capital!

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Entre os pioneiros que estão aqui entre nós, queria citar a presença de Miguel Setembrino, Orlando Taurisano, Geraldo Vasconcelos, entre tantos outros.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, pela Liderança do PDT, ex-Governador desta cidade. (Palmas.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Um bom-dia a cada uma e a cada um de vocês. Cumprimento o Governador José Roberto Arruda e, em seu nome, todas as autoridades. Quero falar hoje não para as autoridades e nem para nós, os brasilienses. Nos aniversários, se convidamos só os irmãos, a festa fica sem graça. Esta sessão, que é para homenagear, graças à iniciativa do Senador Adelmir Santana, nossa cidade, nossa querida Brasília, está indo para o Brasil inteiro.

Eu quero falar para quem não está aqui. Eu quero falar para os brasileiros que não moram e que não conhecem, inclusive, a Brasília real, a Brasília verdadeira, a outra Brasília. Porque a Brasília dos prédios, dos traçados, dos seus fundadores, a Brasília deste Congresso é muito conhecida lá fora, mas o que lá fora não conhece é que há uma outra Brasília cheia de gente. Permitam-me até a liberdade poética de chamar “as gentes” de Brasília. Quero falar sobre elas, para que lá fora saibam que há uma outra Brasília.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar, saudar e falar dos trabalhadores de Brasília. E não quero falar nem dos pioneiros que fizeram Brasília. Eu quero falar dos trabalhadores de hoje, que fazem Brasília, começando pelos trabalhadores da construção civil, setor dinâmico que caracteriza de maneira tão especial Brasília, mas não porque estão fazendo a Capital e, sim, porque estão fazendo uma cidade, a nossa Cidade, a Capital de todos os brasileiros. Além de ser Capital, é uma cidade cheia de sangue, de carne, de “gentes” mexendo, bulindo, agindo como qualquer outra do País não por ser Capital, mas por ser cidade.

Quero falar a esses trabalhadores que são a imensa quantidade em Brasília, que são os nossos servidores públicos, mas não porque eles fazem Brasília, mas porque eles fazem o Brasil. Ao estarem aqui como servidores públicos estão fazendo o Brasil inteiro. As pessoas lá fora acham que os únicos servidores públicos que existem nesta cidade são os Deputados e os Senadores, o Presidente da República e os seus Ministros. Não! É preciso que lá fora saibam que aqui está cheio de trabalhadores no setor industrial, porque esta é uma cidade, hoje, que tem, sim, um setor industrial dinâmico. Está cheia de comerciários, porque eles hoje fazem parte desta cidade como os que estão fora de Brasília. E entre esses comerciários, quero citar especialmente os pequenos, que são comerciários e empresários, que são os feirantes, que caracterizam alguns setores de nossa cidade, como trabalhadores que suam todos os dias para fazerem com que suas famílias tenham o pão e fazerem com que neste País exista produção.

Eu quero citar, especialmente, um grupinho de feirantes que fui obrigado a desalojar, porque ficavam onde fizemos a estação do metrô na rodoviária. São trabalhadores, trabalhadores nesta cidade, que eu queria que o Brasil inteiro soubesse que aqui existem.

Quero falar dos artesãos que há em Brasília e que, hoje, produzem nesta cidade, não por ela ser capital, mas por ela ser cidade, algumas das mais belas peças de artesanato que este País tem.

Depois dos trabalhadores, eu quero falar dos pobres de Brasília. Lá fora, as pessoas acham que Brasília não fica no Brasil e que aqui não há pobres. Há pobres. Há pobres, inclusive, nos sinais de trânsito, pedindo esmola; há pobres que moram perto da rodoviária; há pobres, inclusive, em locais onde têm suas pequenas casas, mas vivem em condições muito pobres. Quero que nós nos lembremos deles, mas eu quero que o Brasil inteiro saiba que eles existem nesta cidade, porque esta cidade não é apenas capital, esta é uma cidade brasileira e, nas cidades brasileiras, há pobres nas esquinas. Talvez não tenhamos esquinas, mas eles encontraram lugares onde podem ficar esperando quem passa para lhes dar uma ajuda.

Quero, aqui, deixar esta mensagem para o resto do Brasil: que nós temos a beleza, que nós temos a maravilha, que nos orgulhamos disso, mas que nós somos iguais a vocês, em todas as cidades do Brasil. Temos trabalhadores; temos pobres, muito pobres.

Depois, eu quero falar de uma categoria que, lá fora, é esquecida e que existe em Brasília: os empresários. Pouca gente sabe – e, aqui, eu vejo diversos deles, não vou citá-los – que Brasília, hoje, é uma cidade de grande dinâmica empresarial. Três deles estão à

mesa; muitos estão aqui. Lá fora, ninguém sabe que há um setor empresarial na construção, que há um setor empresarial na indústria, que há um setor empresarial no comércio, gerando produto. Esta não é uma cidade apenas de papéis, é uma cidade de ferro, também, de produção de ferro e não só de uso de papel, como nós costumamos fazer na máquina burocrática que temos obrigação de ser, como capital. Mas, além disso, nós somos um setor que tem um grupo importante de empresários neste País.

Quero falar, também, para um grupo que não está dentro, exatamente, dos pobres, mas que são os desempregados. Lá fora, é capaz de acharem que aqui não tem desempregados, que, aqui, todos têm um emprego público. Não é verdade. Hoje, a maioria, a grande maioria da população de Brasília já não é mais de servidores públicos, é de trabalhadores no setor privado. É o setor privado que garante a maior parte do emprego nesta cidade e, obviamente, como em todo lugar do mundo, não só do Brasil, há momentos em que não se consegue gerar emprego suficiente para todos. Eu quero falar para eles, dizendo-lhes que esse 48º aniversário não é apenas da capital, é da cidade onde eles vivem, onde eles trabalham, quando conseguem, e onde eles não trabalham, neste momento, pelo desemprego que caracteriza o Brasil inteiro.

Eu quero falar para os artistas, que a gente esquece muitas vezes. Lá fora, as pessoas não sabem que os melhores grupos de *rock* aqui nasceram. As pessoas não lembram que o grande cantor Ney Matogrosso aqui começou a cantar. É uma lista grande a que fiz, inclusive com muitas pessoas, que tentarei ler com medo de muitos que eu esquecerei, apesar de ter feito uma lista de 100 pessoas. Não por estarem presentes – aliás, eu comecei a tirar os que estão presentes –, mas para citar aqueles que caracterizam a alma de Brasília, não a alma da capital, a alma da outra Brasília. São artistas plásticos, são artistas de performance que esta cidade tem, numa profusão que surpreende pelo tamanho dela.

Outro grupo são os atletas. Pouca gente sabe que muitos dos grandes campeões brasileiros – e não falo do futebol, em que temos, hoje, um grande nome – do atletismo daqui saíram, aqui se formaram, alguns aqui nasceram, inclusive.

Quero falar, também, de uma categoria que as pessoas não sabem que existe aqui, quem mora lá fora: a categoria dos professores. Brasília é uma cidade de funcionários públicos, que servem ao Brasil como funcionários da capital, mas Brasília é uma cidade de gente, com centenas de crianças na escola e, portanto, com alguns milhares de professores e de servidores administrativos da área da Educação.

Não vou falar de todas as categorias que fazem essa outra Brasília, mas falo também, ao lado dos professores e servidores da Educação, dos servidores da Saúde. Brasília é uma cidade que tem gente que fica doente. Por isso, aqui, em Brasília, nós somos atendidos por profissionais competentes de Brasília, em todas as áreas da Medicina. Alguns centros de ponta já temos hoje, aqui, que exportam conhecimento.

Quero falar, também, nessas categorias, para os servidores da Polícia Civil e Militar, e do Corpo de Bombeiros. Lá fora, a violência, hoje, é um dos itens mais graves da agenda brasileira. Eu quero que eles saibam que Brasília é parte do Brasil. Aqui, temos problemas também, mas temos uma competência tão grande na área da Polícia, que a gente ainda pode dizer que Brasília é uma cidade privilegiada do ponto de vista da segurança.

Eu quero falar, também, para os jovens. As pessoas esquecem que Brasília tem uma juventude, até porque, em alguns momentos, as notícias que saíram de grupos jovens foram notícias muito negativas, há alguns anos, por exercício da violência por parte de alguns jovens.

Eu quero que, lá fora, saibam que, além desses atos que foram cometidos aqui, aqui tem pelo menos 300 mil jovens. Não falo em crianças, porque falarei delas no final. Jovens. Jovens, por exemplo, estudantes, que como o Senador Mão Santa lembrou, recentemente saíram nos jornais do Brasil inteiro por conta dos fatos da UnB. Mas o número de jovens universitários, hoje, é muito maior fora do que dentro da UnB. As pessoas esquecem, lá fora, essa juventude brasileira que nasceu aqui, que não veio para cá como nós viemos, que não fez a cidade como ela é, como os pioneiros fizeram, mas que está fazendo a outra Brasília e está fazendo o Brasil inteiro.

Mas não quero falar só dos jovens universitários. Quero falar também, Presidente Garibaldi, de uma juventude de Brasília que tem os mesmos problemas da juventude do resto do Brasil, porque nós não somos uma ilha como muitos dizem. Aqui, hoje, há uma juventude perplexa, há uma juventude assustada, há uma juventude que tem medo do desemprego adiante, mesmo quando estuda, uma juventude que tem medo de não ter as condições que seus pais tiveram. Há uma juventude que é a primeira, na história do Brasil, que sabe que terá menos chance do que seus pais tiveram. Se há uma coisa que caracterizou este País, onde há uma grande mobilidade, é que a geração seguinte sempre tinha mais condições do que a geração anterior: os pais mais do que os avós, os filhos mais do que os pais. Pela primeira vez na história, a gente está tendo uma juventude com menos chance do que

os pais tiveram. Essa juventude existe, também, em Brasília, porque Brasília não é só a capital. Brasília, além de ser a capital, é uma cidade plena de gente, de carne, de sangue, de angústia, de sofrimento, de esperanças, de vontade, de trabalho, de medo, como o resto do Brasil.

Finalmente, quero dizer lá fora, aos que estão participando desta nossa festa como convidados, que Brasília tem crianças, que Brasília é uma cidade-criança, porque 48 anos não chegam nem a ser a juventude de uma cidade, mas é uma cidade-criança cheia de crianças.

Lá fora, de tanto aparecerem os Senadores, os Deputados, os altos funcionários públicos, devem achar que aqui não tem criança, Senador Adelmir.

Eu nunca vi, no Jornal Nacional, criança brasiliense aparecendo. Aqui tem criança, e tem criança dos dois tipos das crianças do Brasil: as crianças bem-cuidadas, as crianças com boas escolas, e as crianças que escapam desse cuidado, que escapam daquilo que a gente devia dar a elas, nas mesmas condições. É claro que é preciso dizer ao Brasil inteiro que mesmo essas crianças têm em Brasília uma situação bem melhor, muito melhor do que lá fora. No que se refere à educação, no que se refere à saúde, nós estamos melhor, mas nós não estamos iguais entre nós. Há uma desigualdade. É preciso que as pessoas saibam que nós temos crianças, crianças que aqui nasceram, crianças que aqui vão viver, crianças, elas sim, que vão fazer a Brasília do futuro, crianças, elas sim, que vão, cada vez mais, investir, produzir na outra Brasília, na Brasília que não é a capital, e elas sim – eu espero –, que sejam capazes, Senador Gim Argello, de casar as duas Brasília – a Brasília capital com a Brasília não-capital – e fazer uma grande cidade, um misto de capital e cidade verdade. Porque, ao ser criada Brasília, ela ficou na idéia da Brasília capital. E lá fora o que vêem é isso. Rio de Janeiro nunca foi vista como capital. Ela era capital em consequência de ser uma cidade. Nós somos uma cidade em consequência de sermos a capital. Nós não conseguimos, ainda, casar para a opinião pública brasileira inteira a cidade-capital – para isso ela nasceu – com a cidade verdadeira, igual às outras, que é o que vai predominar cada vez mais.

Até o trânsito, que a gente achou que ia poder dizer para sempre que éramos totalmente diferentes, eu quero que lá fora saibam que, embora estejamos muito melhor que o resto do Brasil, já temos problemas nessa área também.

Fico, então, aqui dizendo a vocês que hoje estamos comemorando 48 anos da Brasília que foi feita pelos pioneiros, sonhada pelo nosso maior de todos os estadistas, desenhada por dois dos maiores gênios que a humanida-

de teve na área da arquitetura e do urbanismo, mas, daqui para frente, quando estivermos aqui – não pessoalmente nós, mas outros –, comemorando os 96 anos, daqui a 48, ou o centenário de Brasília... E digo nós não com qualquer sombra de desvario enlouquecido de que seremos nós aqui, mas nós a alma dos que aqui estão hoje, porque isso será lembrado mais adiante. Quando estivermos comemorando aqui os cem anos, serão as crianças de hoje que terão construído, serão as crianças de hoje que terão feito.

Por isso, concluo dizendo que, nestes 48 anos, nesta festa para a qual tentei convidar todos os brasileiros, o nosso presente para o Brasil são as nossas crianças, porque, através delas, a gente vai fazer o casamento da cidade capital com a cidade real e vamos também ajudar a construir o Brasil, ajudar a mudar o rumo do Brasil em direção a uma sociedade mais justa, uma sociedade sem a desigualdade que temos, uma sociedade que respeita nossas florestas, nossos velhos, nossas crianças, uma sociedade com uma modernidade ética, e não apenas uma modernidade técnica, como tantos defendem.

Ao Brasil inteiro, nós, pioneiros e não-pioneiros que aqui vivemos, e somos adultos, ao Brasil inteiro, o nosso presente são as nossas crianças para construir, elas, o futuro desta cidade e o futuro do Brasil.

Um grande abraço para cada uma, para cada um.

E parabéns por nosso aniversário. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Adelmir Santana, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque e peço desculpas às autoridades e aos convidados. Se não estive presente desde o início é porque estava participando de uma reunião na Câmara dos Deputados em homenagem ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.

Estava lá, mas sabia que ainda viria a tempo de também participar desta sessão e de ter a honra de agora conceder a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança do Democratas. Ao mesmo tempo, cumprimento novamente a todos na pessoa do Governador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Garibaldi Alves; Governador José Roberto Arruda; Sr. Ernesto Silva, que, com seus cabelos brancos, interpreta a presença maciça neste plenário dos pioneiros de Brasília; Senadores Gim Argello, Adelmir Santana e Cristovam Buarque, de Brasília; meu querido amigo, Vice-Governador e Senador Paulo Octávio;

autoridades aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores: Governador José Roberto Arruda, a gente que mora em Brasília – e quando digo a gente eu me refiro aos parlamentares – não tem a exata dimensão do que significa Brasília. Brasília é uma cidade que foi idealizada e construída por três luminas: Lúcio Costa, o luminar do urbanismo; Niemeyer, que, quase centenário, é o luminar da arquitetura brasileira e mundial; e Juscelino Kubitschek, talvez o mais luminar dos políticos brasileiros de todos os tempos.

Nós não temos a dimensão do que seja Brasília. Nós, que vivemos aqui em Brasília, que moramos no Plano Piloto ou no Lago, não temos a dimensão do que significam Planaltina, Águas Claras, Samambaia, o Entorno de Brasília, para conhecer a realidade de uma cidade construída para ser a Capital e que, na verdade, significa hoje a âncora do Centro-Oeste.

No feriado de 21 de abril, depois de chegar do meu Estado, no dia seguinte, fui conhecer Pirenópolis. Para chegar a Pirenópolis, você corta um pedaço importante do Entorno de Brasília. Eu não conhecia. E, aí, tomei, Sr. Erasmo, intimidade com o que significa a realidade dura de Brasília. Brasília não é o Plano Piloto, não é o Lago Sul, não é a Praça dos Três Poderes. Brasília é uma cidade que hoje completa 48 anos e que desempenha um papel importantíssimo no Brasil.

O Centro-Oeste tem duas histórias: uma antes de Brasília e outra depois de Brasília. A produção de grãos, a fronteira econômica nova mais vigorosa do Brasil, que é a fronteira agrícola, foi evidentemente criada pelas oportunidades da terra, do solo, do brasileiro que se fixou em Goiás, em Tocantins, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, mas a âncora foi Brasília. Brasília é o ponto de convergência das oportunidades, dos prestadores de serviço e da pobreza que vem para cá.

Os senhores de cabelos brancos que são os pioneiros sabem muito mais do que eu que essa história é a história real de Brasília. Os senhores que aqui chegaram em 1960, ou até antes, que conheceram a poeira vermelha de Brasília, sabem que Brasília, ao longo do tempo, cresceu, explodiu, e hoje significa um trunfo e um problema. Problema pelo Entorno.

Governador Arruda, eu não o invejo pelo desafio que tem de governar esta cidade, que é uma belíssima cidade, mas que é um grande problema. Não se aborreça comigo, mas nesse ano e meio de governo V. Ex^a emagreceu e envelheceu. Tenho certeza de que os quilos que perdeu e as rugas que ganhou deles são credores o povo de Brasília.

V. Ex^a, que é do meu partido, que é meu amigo, que é um dos orgulhos do meu partido, que é um homem que, enfrentando todo tipo de adversidade, ganhou – e ganhou no primeiro turno – as eleições, teve a coragem

de, nos primeiros dias de governo, abrir mão de sua popularidade. V. Ex^a foi eleito no primeiro turno e isso significou uma carga de esperança para milhares de brasilienses, e teve a consciência de que ou tomava atitudes drásticas no começo do seu governo e decepcionava até alguns ou frustraria a todos no fim do seu governo; ou tomava atitudes fortes, até contrariando os pobres, ou ao final não seria aplaudido – como sei que vai ser – pelos pobres de Brasília, aqueles que vi no Entorno, em Planaltina, na área mais afastada do centro de Brasília, que é onde estão aqueles que carregam Brasília nas costas, mas que significam a carga de esperança dos que precisam de governo. Sempre disse que rico não precisa de governo. O governo foi feito para pobres, e Brasília é uma cidade onde mora o poder e moram pobres, justapostos, um ao lado do outro.

Aqui, ouvi o Senador Cristovam Buarque, no seu belo discurso – ele que já foi Governador, e foi um bom Governador –, falar da cidade real. A cidade que deve sensibilizar o governo é a cidade humana. Os recursos de que o governo precisa lançar mão são os recursos para o metrô, para a escola de tempo integral, que são metas do governo Arruda, objetivos para os quais está dedicando atenção especialíssima; para a rede hospitalar, para as unidades de saúde voltadas para os mais pobres. Não vi, até agora, Arruda, uma única menção a uma única obra voltada para a sua promoção pessoal, uma única! Só vejo V. Ex^a falar de coisas que vão projetar Brasília para o futuro, no que diz respeito ao dia-a-dia dos que fazem esta cidade caminhar, que são os mais pobres.

É por isso que fiz questão – não estava inscrito – de vir aqui para dirigir estas palavras de expectativa venturosa; de aplaudir V. S^{as}, que são os pioneiros de Brasília, os homens de cabelos brancos, e os seus filhos, os seus netos, as suas esposas; de dizer que V. S^{as} construíram o orgulho do nosso País, orgulho que é uma espécie de síntese do Brasil. O Brasil que tem a Embraer, a Companhia Vale do Rio Doce, mas que tem as favelas do Rio de Janeiro e os índices de criminalidade que lamentavelmente ostenta. É um País de grandes contrastes, como Brasília é uma cidade de grandes contrastes, que exigem administradores de boa qualidade, para equalizarem oportunidades. Acho que Brasília está bem servida com o Governador Arruda. Brasília tem grandes problemas, grandes desafios, mas conta com V. S^{as}, que construíram esta cidade, e com um bom administrador, que, acho, está à altura dos desafios da cidade.

Quero, portanto, em nome do meu partido, o partido do Governador Arruda, apresentar os meus cumprimentos mais efusivos à cidade, ao seu povo, às suas lideranças mais legítimas, mas também depositar

a nossa confiança em que a sua ação administrativa vai dar oportunidade àqueles que são a essência fundamental de Brasília, os imigrantes que vieram do meu Nordeste, principalmente, e os do Norte do País, que transportam esta cidade, que carregam esperanças.

Tenho certeza de que V. Ex^a saberá ser o depositário das expectativas do nosso partido, de que Brasília vai ser a cidade que vai interpretar o futuro do Brasil. Que Deus o proteja! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Agripino, Líder do Democratas nesta Casa.

Comunico, agora, que o Governador José Roberto Arruda vai ter de deixar a sessão, evidentemente lamentando muito. Mas não vou deixar S. Ex^a se ausentar sem antes dirigir uma palavra nesta data de comemoração do 48^o aniversário de Brasília.

Portanto, com a palavra, o Governador José Roberto Arruda. (Palmas.)

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr. Senador Adelmir Santana, autor do requerimento que convocou esta sessão, Senador Gim Argello, Senador e ex-Governador Cristovam Buarque, Senador José Agripino, Senador Mão Santa, Senador Eliseu Resende, ilustres Senadores e Senadoras desta Casa, senhoras e senhores pioneiros, que fazem com que esta sala congressual se transforme, hoje, num fórum de saudades e de homenagens a uma época ímpar na história do Brasil.

O Senador Garibaldi Alves Filho me dá, ao quebrar o Regimento, um momento de muita emoção: de voltar a esta tribuna, em que vivi grandes alegrias, em que participei de memoráveis debates, em que vivi também os momentos mais difíceis da minha vida. Voltar aqui, como Governador da Capital do meu País, a par de uma enorme emoção, dá-me a responsabilidade de convidá-los, todos que vieram a esta Casa e que nos assistem pelos meios de comunicação, a uma rápida reflexão.

Primeiro, o que comemoramos? Eu diria que a principal comemoração de hoje é a lembrança de que, cinquenta e poucos anos atrás, o Brasil vivia um momento muito convulsionado: o último governo de Getúlio, as crises que se sucediam na República, o suicídio do grande Presidente, a crise de Café Filho. E este País, quando vive grandes crises, resolve ser maior que suas lideranças, resolve se reinventar. E, quando o Brasil vivia uma das suas mais profundas crises, recebeu Juscelino Kubitschek. E, pelas mãos de Juscelino Kubitschek, este País foi redescoberto.

Nós tínhamos, até ali, 450 anos de história. Pedro Álvares Cabral tinha chegado, e, em 450 anos, fomos um país agrícola, litorâneo, um país da monocultura, um país tímido.

Juscelino, então, resolve redescobrir o Brasil. Faz um programa de 30 metas. Como num passe de mágica, começa a construir estradas. Antes dele, é verdade, Dutra e Getúlio o haviam iniciado, mas ele dá um outro impulso à construção de estradas, traz a indústria siderúrgica, constrói usinas hidrelétricas, Três Marias e Paulo Afonso, traz a indústria automobilística, faz a nossa revolução industrial e, como símbolo da época, acho eu, mais bonita da história do Brasil, constrói, no centro do Brasil, uma nova Capital.

Imaginemos nós o que seria, cinqüenta e poucos anos atrás, um Presidente visionário, governando do Rio de Janeiro, poucos meios de transporte e de comunicação, dizer que, em três anos – “só para responder à sua pergunta, Toniquinho” – construiria uma nova Capital! E, como num passe de mágica, ele tentou convencer os brasileiros de que, em três anos, daria conta de construir uma cidade nova, moderna; de trazer a Capital do Rio de Janeiro para Brasília; e, como conseqüência dessa mudança, de fazer o que ninguém antes dele ousou fazer, que era interiorizar o desenvolvimento nacional.

Há uma frase ótima, citada nas memórias de Juscelino, de que gosto muito, em que ele, repetindo um grande clássico, disse: “Eu não sabia que era impossível. Fui lá e fiz”. Porque acreditaram no otimismo de Juscelino brasileiros de todas as classes sociais, de todas as regiões deste País. E eu imagino, Garibaldi Alves, brasileiros humildes saindo do Norte e do Nordeste, do Sul, do Sudeste e do Centro deste País trazendo para cá as suas famílias, as suas poucas bagagens, as suas muitas esperanças. E, como num passe de mágica, este País se mobilizava, pelo otimismo e pelo sorriso contagiante de Juscelino, e construía, em apenas três anos, uma nova cidade. Errado. Não era apenas uma nova cidade. Era uma cidade que mudou o conceito que o mundo tinha sobre cidade.

Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Burle Marx, Israel Pinheiro, Ernesto Silva, que chegou aqui antes de JK para demarcar o Sítio Castanho. E vejo agora a foto deste que aqui está, Ernesto Silva, recebendo JK na porta do avião na primeira vez que o grande estadista pisou este solo. Esses homens, de uma geração incomparável, reinventaram o conceito de cidade, disseram que cidade podia não ser de ruas e esquinas, mas de quadras e eixos. Reinventaram a arquitetura mundial, buscaram inspiração em Le Corbusier, transformaram os nossos edifícios, fizeram deles monumentos, reinventaram o conceito de vida urbana.

E Brasília, símbolo maior deste País, reinventado e redescoberto por JK, começa a dar certo, porque o otimismo contagia. E os anos 50, que tinham começado sob a égide do governo de Getúlio, culminando

com o seu suicídio, termina os anos 50 com o Brasil ganhando o 1º Campeonato Mundial de Futebol, na Suécia, que este ano comemora cinqüenta anos.

Faz-se aqui, portanto, uma homenagem não apenas aos 48 anos de Brasília, estamos aqui reunidos para lembrarmos a época mais importante da histórica deste País, que foi escrita por milhares de mãos. Ou Maria Esther Bueno, no tênis, não ajudou a construir essa história? Tom Jobim e Vinícius inventaram a Música Popular Brasileira e ajudaram a construir essa história. Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos e tantos outros inventaram o Cinema Novo e ajudaram a construir essa história. Os arquitetos, os urbanistas, os engenheiros, o Brasil se fez presente e, como num passe de mágica, o mundo todo entendeu que a Capital do Brasil não era Buenos Aires e que não tinha perigo sobrevoar o solo brasileiro, porque não levariam flechadas.

O Brasil se fez presente no mundo. Eu diria que o momento mais alto dessa redescoberta do Brasil foi aquele jogo com a Suécia, não foi, não? Ali, a gente perdeu o complexo de pessimista: Gilmar, Djalma Santos, Bellini, Orlando, Nilton Santos, Zito, Didi, Garrincha, Vavá, Pelé e Zagalo. Isso é uma poesia, uma poesia que se fez para redescobrir o Brasil!

Estamos aqui hoje para comemorar 48 anos de Brasília, 48 anos da data em que o Brasil foi redescoberto por Juscelino Kubitschek.

Juscelino Kubitschek tinha razão, imortalizou-se não apenas pelas suas obras, mas principalmente pelo otimismo das suas idéias. E ele gravou, na Praça dos Três Poderes, uma frase lapidar com o seu pensamento sobre este País. Ele disse:

Deste Planalto Central, desta solidão que se tornará, em breve, o cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo, com uma fé inquebrantável e uma confiança sem limites, o seu grande destino.

JK, depois de tudo o que fez, foi aqui, nesta Casa, cassado. Sofreu as agruras do exílio, como quem sabia que, para completar uma biografia singular, era preciso terminá-la com dor, com sofrimento. Ele o fez com dignidade e com altivez.

Lembrando as frases de Juscelino que falavam sobre o futuro deste País, tenho a dizer hoje, Senador Garibaldi, em meu nome, em nome do Senador Paulo Octávio, com quem partilho a tarefa de governar a Capital do País, em nome de todos os brasilienses, em nome dos 2,5 milhões de pessoas que vivem na Capital do País, que nós somos herdeiros do otimismo de Juscelino.

Nesses dias, assistia, pela televisão, a notícias de tanta crise, tanta CPI, tanta coisa errada. E descobriram

petróleo. O Brasil é assim: quando há muita coisa ruim, vem uma coisa tão boa que mostra a todos nós como somos pequenos diante da grandeza deste País, como somos pequenos diante do futuro deste País.

Eu acredito no futuro deste País E eu acredito no futuro desta cidade. E, por acreditar no futuro desta cidade e por me sentir responsável com a herança de Juscelino Kubitschek é que, infelizmente, como Governador – é verdade –, fui obrigado a tomar medidas duras, algumas delas impopulares. Eu o fiz com dor no coração, porque sou filho de família humilde, sei como sofrem as famílias humildes deste País. Mas o fiz, Senador Garibaldi, porque temos que prestar contas à História. E nós não poderíamos deixar uma cidade planejada, uma cidade de vanguarda, uma cidade singular como Brasília cometer, em menos tempo, os mesmos erros que caotizaram a vida das outras grandes cidades brasileiras. Demos uma freada de arrumação ao não permitir o crescimento desordenado do solo, ao não permitir que a cidade fugisse do seu planejamento original. E me parece que, hoje, a cidade já compreende que é fundamental que a Capital do País dê o exemplo do crescimento organizado, dê o exemplo do cumprimento às leis.

Quarenta e oito anos de Brasília! Olho o amanhã do meu País e tenho absoluta consciência de que esta revolução, iniciada por JK há apenas 50 anos, vai continuar, independente das suas lideranças políticas. O Brasil é muito forte. O nosso solo é rico. A nossa gente é boa e trabalhadora. O Brasil tem nas suas mãos um grande futuro. As circunstâncias internacionais neste momento conspiram a nosso favor. Eu tenho absoluta convicção de que o Brasil vai crescer e se desenvolver muito mais rapidamente do que imaginamos, vai encontrar o caminho de que esse crescimento promova justiça social. E tenho absoluta certeza de que Brasília, a cidade que Juscelino inventou, a cidade que Juscelino usou como o símbolo da redescoberta do Brasil, cumprirá o seu papel, dando o exemplo de políticas públicas de inclusão social, dando o exemplo de planejamento urbano organizado, dando o exemplo de cumprimento às leis.

A todos os pioneiros que vejo daqui, em nome da geração que encontrou Brasília quase pronta, os nossos mais profundos agradecimentos. E às crianças, aos jovens e aos adolescentes, que receberão Brasília das nossas mãos, a certeza de que temos a responsabilidade de preservar, na memória de Juscelino, a sua obra, e de preservar, na memória, no trabalho, no suor dos pioneiros, o futuro desta cidade.

Senador Garibaldi, muito obrigado pela oportunidade que me deu de voltar a esta tribuna, em que vivi grandes alegrias e grandes sofrimentos, como Governador da Capital do meu País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Excelentíssimos Senhores Embaixadores; meu caro Governador José Roberto Arruda; meu caro vice-Governador e ainda nosso colega, Senador Paulo Octávio; nosso Senador de Brasília, Adelmir Santana; Senador Gim Argello; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr^{as} e Srs. Deputados Federais; Sr. Ernesto Silva, aqui presente às nossas homenagens; senhoras e senhores pioneiros; minhas senhoras e meus senhores, o Senador José Agripino disse aqui que o Governador estava com os cabelos – os poucos cabelos que tem – mais brancos. Agora, em matéria de entusiasmo, está um verdadeiro menino no Governo de Brasília.

E eu queria, no instante em que encerro esta sessão, parabenizar o Governador pela grande responsabilidade que tem hoje de governar esta cidade, assim como teve o nosso Senador Cristovam Buarque, hoje Senador para orgulho nosso, e ontem Governador de Brasília. Presto uma homenagem a esta Bancada de Brasília, aqui presente hoje: à esquerda, o Senador Gim Argello, e, à direita, o Senador Adelmir Santana.

Quero dizer a todos da minha alegria, da minha satisfação por presidir esta sessão em homenagem aos 48 anos de Brasília. Poder dizer a esta cidade da dívida imensa que temos todos nós, brasileiros, pelo que esta cidade vem representando; e como ela acolheu a tantos que aqui vieram, vindos de todos os Estados do Brasil, particularmente da nossa região, a Região Nordeste. Uma cidade que se transformou numa capital-referência para o mundo inteiro, como dizia o Governador.

De modo que, antes de agradecer a presença de todos os que vieram aqui... Evidentemente se falou muito aqui nos pioneiros, nesses homens de cabelos brancos, mas não estou vendo assim tanta gente de cabelos brancos, ou pelo menos pessoas que estejam assim com o ar de aposentados. Na verdade, estou aqui vendo pessoas que, se tivessem diante delas uma convocação para fazer alguma coisa de grande, de novo, como foi Brasília, o fariam novamente.

Por mais que possamos imaginar que o Brasil tenha feito alguma coisa de grande, de nova, não há por que não se colocar nessa situação histórica, nessa perspectiva, a criação de Brasília, verdadeiramente revolucionária, verdadeiramente renovadora!

No Congresso Nacional – aqui não, mas no Rio de Janeiro – discutiu-se a conveniência da construção de Brasília. A Oposição investiu contra a construção da Capital por achar que se constituía num empreendimento muito ousado para o Brasil daquela época. A ousadia foi total. A Oposição tinha total razão. Só não tinha razão porque a ousadia, como foi erigida e construída Brasília, se justifica justamente nos dias de hoje. Foi aquela visão empreendedora e futurista deste grande estadista

que foi Juscelino Kubitschek que concebeu Brasília. E concebeu Brasília de tal maneira que, como disse o Governador, aos 48 anos – ou disse um dos oradores, talvez o ex-Governador Cristovam Buarque –, Brasília é uma nova cidade, claro, e uma cidade que se renova; que tem já os desafios de uma cidade grande.

Meu caro Governador, V. Ex^a – eu sei – tem muitos problemas, mas aqui e acolá se diz que Brasília já tem problemas de trânsito, tem diversos problemas que jamais se poderia imaginar que teria, tal era a virtuosidade como Brasília foi criada. A cidade foi criada para que não tivesse problemas, mas Brasília foi criada em um país chamado Brasil e, em um país chamado Brasil, logo passou a atrair os problemas brasileiros. E os pioneiros que para cá vieram, no final das contas, terminaram por dar a Brasília um legado de trabalho muito grande.

Estou sendo informado de que está aqui presente – não é o senhor, fique tranquilo – um pioneiro com 101 anos de idade. (Pausa.)

Está lá: 101 anos de idade! (Palmas.)

É o Sr. Arthur Andrade. Peça licença... (Pausa.)

Parece que ele está fazendo um discurso. Será que ele não poderia vir até aqui? Talvez não, pelo deslocamento, mas... Por favor, liguem o microfone dele.

O SR. ARTHUR ANDRADE – Eu nunca fui orador paladino. Fazia alguns comícios em Lavras e falava para o povo, porque eu podia falar, eu podia prometer. Agora, aqui em Brasília, é primeira vez que tenho essa honra e o grande orgulho de estar perante a classe intelectual mais avançada da nossa Pátria. Deus os acompanhe, Deus os ajude e Deus lhes dê muita força para conduzir este Brasil imenso e esta cidade no caminho certo para sua completa evolução. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só Brasília mesmo poderia proporcionar um fato como esse. Nosso Arthur Andrade, Sr. Arthur Andrade, com 101 anos de idade, dizendo que falava nos comícios quando era mais jovem. Parece que ele é mineiro, mineiro de Lavras. Se pudesse – vou dizer uma coisa – ainda o levaria para minha campanha, para os meus comícios.

Portanto, depois da palavra do Sr. Arthur, quero realmente terminar, e vou terminar, acredito, de uma forma apoteótica, não pelo meu discurso, que não tem nada de apoteótico, mas porque será executado, ao final desta reunião – de pé ficaremos todos –, o Hino de Brasília, na voz do cantor Nilson Lima, acompanhado pelo tecladista José Cabreira.

Vamos ouvir o Hino.

(Procede-se à execução do Hino de Brasília.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ainda vou quebrar o protocolo aqui, com a licença de todos, e perguntar se o tecladista José Cabreira poderia executar – desculpe-me, se você não souber – o hino de JK, o Peixe Vivo.

Sabe? Ah, tocou no início. Eu não estava presente, desculpem-me. De qualquer forma, eu queria ouvir um trequinho no final. Só para mim agora! (Palmas.)

(Execução da música Peixe Vivo.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Senador Flexa Ribeiro e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, celebramos, nesta sessão especial, os 48 anos da inauguração de Brasília, a capital de todos os brasileiros!

O Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, no livro **Por Que Construí Brasília**, faz uma afirmação histórica, sucinta, objetiva e muito precisa do que representa Brasília para nosso futuro como grande nação: “*É nítida a linha divisória que separa duas fases antagônicas da nossa História. Há um Brasil de antes de 1956, afundado no marasmo econômico, descrente de si mesmo, e outro Brasil, confiante nas próprias energias, otimista, cioso da sua soberania e consciente do relevante papel que lhe compete representar no concerto das grandes nações. Qual o motivo da súbita mentalidade? As razões são diversas, mas sobressai-se, entre todas, a construção da nova capital.*”

O astronauta russo Yuri Gagarin, ao visitar Brasília e ser recebido pelo Presidente Kubitschek, afirmou: “A idéia que tenho, Presidente, é a de que estou desembarcando num planeta diferente, que não a Terra”.

“Digam o que quiserem, Brasília é um milagre. Quando fui lá pela primeira vez, aquilo tudo era deserto a perder de vista. Havia apenas uma trilha vermelha e reta descendo do alto do cruzeiro até o Alvorada, que começava a aflorar das fundações, perdido na distância. Apenas o cerrado, o céu imenso, e uma idéia saída da minha cabeça. O céu continua, mas a idéia brotou do chão como por encanto e a cidade agora se espalha e adensa”.

Essas declarações do autor do projeto urbanístico de Brasília, Lúcio Costa, foram publicadas na revista **Manchete**, no já longínquo ano de 1974, e continuam atuais, pois demonstram a capacidade do brasileiro de realizar o milagre da transformação deserto num campo fértil.

Se pudemos fazê-lo ontem, em precárias condições, com muito maior razão poderemos fazê-lo hoje, quando o progresso e a tecnologia colocam à nossa disposição um infindável número de possibilidades!

Brasília é produto da associação da genialidade de Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer e da determinação inquebrantável de Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro. Mas também é fruto de todos aqueles que, em busca de dias melhores, para cá vieram, dar seu suor, na construção da nova capital do Brasil.

A esses pioneiros, e às suas famílias, nossas eternas homenagens!

A construção de Brasília não foi fácil! Além das dificuldades logísticas, havia também as de ordem política e financeira!

A esse respeito, Lúcio Costa, em 1988, afirmou: *“Brasília é, portanto, uma síntese do Brasil, com seus aspectos positivos e negativos, mas é também testemunho de nossa força viva latente. Do ponto de vista do tesoureiro, do Ministro da Fazenda, a construção da cidade pode ter sido mesmo insensatez, mas do ponto de vista do estadista, foi um gesto de lúcida coragem e confiança no Brasil definitivo”*.

Hoje, decorridos 48 anos da inauguração de Brasília, se Lúcio Costa ainda estivesse entre nós, ele certamente concluiria que a visão do estadista, o ponto de vista e a capacidade de enxergar e antecipar o futuro, do Presidente Juscelino Kubitschek representa mais lucidez, mais coragem, mais confiança melhores resultados sociais e econômicos para o Brasil para as atuais e as futuras gerações.

A história comprovou que a visão do estadista é superior, é mais ampla, é mais produtiva e é mais eficaz, no longo prazo. Ela é superior ao ponto de vista restritivo e limitado do administrador financeiro, do tesoureiro, do gestor das finanças públicas.

Isso não significa, de modo algum, estimular nem fomentar a irresponsabilidade fiscal. Ao contrário, significa dizer que os objetivos e prioridades nacionais e o interesse público de longo prazo são mais importantes que as restrições orçamentárias!

Sobretudo naquele momento histórico, crítico para o Brasil, isso era particularmente verdadeiro. Vivíamos um tempo em que o País precisava crescer, precisava deixar de ser apenas um país agrícola e procurava ingressar na era industrial, incorporando a idéia central do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, nada mais fundamental do que interiorizar a capital do Brasil! Nada mais fundamental do que construir Brasília, a capital da Esperança!

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ao comemorarmos os 48 anos de Brasília, temos a oportunidade de olhar o passado e, ao mesmo tempo, pensar o

futuro, pensar o que o Governo Kubitschek representou para nosso desenvolvimento social, econômico, cultural, político, artístico e esportivo.

Até 1956, o Brasil era um país eminentemente agrícola, com poucas perspectivas de desenvolvimento, com graves problemas de desigualdades regionais e sociais.

Hoje, o Brasil se encontra entre as maiores e principais economias do planeta e muito se deve à coragem, ao empreendedorismo, à visão de futuro, ao idealismo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e à construção de Brasília.

O historiador Ronaldo Costa Couto, no livro **Brasília Kubitschek de Oliveira**, afirma: “JK: o mais feliz e popular presidente do Brasil, um visionário. Era JK: a alegria e a ação no poder, o Brasil na construção de um sonho. Democracia, estabilidade política, desenvolvimento econômico acelerado, modernização do país, elevação da auto-estima, esperança de dias melhores, certeza de futuro brilhante, a descoberta da vastidão interior”.

Como representante do Estado do Pará nesta Casa, ao lado dos Senadores Mario Couto e José Nery, não poderia deixar de fazer menção à enorme importância de Brasília para a integração do Pará ao restante do País, por intermédio da construção da rodovia Belém-Brasília. Somos um Estado gigantesco, que possui muitos lugares de difícil acesso, onde só é possível chegar pela via fluvial ou então pelo ar. A construção da rodovia ligando Belém à capital do País representou a criação de um canal de ligação direta com o centro-sul, tornando a capital paraense mais próspera e trazendo desenvolvimento para o nosso Estado.

Difícil imaginar, Senhoras e Senhores Senadores, o que seria o Pará, hoje, sem Brasília!

Neste momento, em que presto esta singela homenagem a Brasília e à memória desejo invocar e me inspirar nos mais altos ideais do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e reafirmar minha confiança inabalável na democracia, no desenvolvimento social e econômico do Brasil e na grandeza do nosso povo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente!

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicio meu pronunciamento contando uma história que aconteceu no dia 04 de abril do, já distante, ano de 1955, portanto, há cinqüenta e três anos e que foi, de certa forma, responsável pela construção de Brasília.

Tudo começou com uma chuva inesperada, numa segunda-feira, que amanheceu cheia de sol e mudou a rotina de Jataí, cidade do sudoeste goiano.

Era feriado municipal, decretado por um orgulhoso prefeito que receberia às 10h, pela primeira vez

na história da cidade, um candidato à Presidência da República.

Não era fácil ao jataiense entender por que o então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, decidira começar sua campanha presidencial por uma modesta cidade de 10 mil habitantes.

Jataí chegou em boa hora às ambições eleitorais de JK. O generalato já tinha deixado claro sua insatisfação com a candidatura do governador mineiro.

Morto Getúlio Vargas, a UDN queria um candidato único às eleições. As Forças Armadas falavam em "colaboração interpartidária", mas o PSD tinha encontrado fôlego próprio. Para não desafiar as Forças Armadas, Juscelino começou a comer o mingau pelas bordas.

JK lembrou-se de um velho amigo e correligionário, Serafim de Carvalho, colega na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, que tinha pleno domínio dos cinco mil eleitores de Jataí (metade da população!).

Dizia-se, à época, que 'quando doutor Serafim tocava o berrante, o pessoal batia atrás'. Juscelino decidiu fazer o comício na cidade a 320 quilômetros de Goiânia.

Jataí parou para receber JK. Uma comitiva foi recepcioná-lo no aeroporto, os estudantes tinham sido convocados ao comício, o palanque estava pronto, o alto-falante anunciava a chegada do candidato e o povo aglomerava-se na Praça Tenente Omar Menezes, no centro da cidade.

Inesperadamente, o tempo fechou e a chuva parecia dissolver os planos de JK, que pensara num comício com entusiasmo suficiente para que seus ecos chegassem ao Rio de Janeiro, sem no entanto soar como risco ao regime tão instável daqueles tempos.

Decidiu-se, na correria das águas, que o comício seria transferido para um galpão de oficina mecânica ali perto. Para palanque foi eleita a carroceria de um velho caminhão à espera de conserto.

O povo, que ainda continuou na praça, se espremeu no barracão de não mais de 100 metros quadrados.

Deu-se início ao comício, Juscelino falou de sua candidatura, remeteu-se ao Sermão da Montanha, e repetiu seu compromisso com a Constituição e o respeito a ela – recado destinado aos desconfiados generais a mil e quinhentos quilômetros dali.

Disposto a ouvir o que o povo de uma cidade dedicada à plantação de arroz queria de um presidente eleito, JK abriu a palavra ao público.

Deu-se um silêncio constrangedor, ninguém se manifestou. No gargarejo, bem na frente do candidato, estava um rapaz de 29 anos, funcionário de uma companhia de seguros, e parente dos caciques políticos da cidade.

Num sopetão, lhe veio a pergunta que entrou para a história. Levantou o dedo e, de pronto, perguntou:

– O senhor mudará a capital do país para o Planalto Central, como está previsto nas Disposições Transitórias da Constituição?

Pego pelo contrapé, Juscelino olhou para um lado, e para o outro, deu-se alguns segundos para pensar e finalmente respondeu:

– Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição e não vejo razão para que esse dispositivo seja ignorado. Se for eleito, construirei a nova capital e farei a mudança da sede do governo.

Aplausos e mais aplausos ecoaram daquele povo que estava acostumado a ser esquecido pelos governos. O autor da pergunta, Antônio Soares Neto, o Toniquinho, se assustou com o repentino sucesso. Havia pouco anos, ele tinha estudado a Constituição para um curso de tabelião de cartório.

Juscelino Kubitschek foi eleito presidente da República e cumpriu sua promessa.

Durante a construção da cidade, JK tinha como hábito chegar a Brasília, para suas visitas de vistorias às obras da futura capital, pela madrugada.

Saía direto do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, para a futura Brasília. O vôo, num Douglas DC-3, levava em torno de quatro horas normalmente.

Em uma dessas visitas, já com o dia nascendo na vastidão do Planalto Central, o presidente JK caminhava pelas obras do Congresso quando se deparou com um grupo de operários.

Uns preparavam massa de cimento, outros organizavam os tijolos e os ladrilhos que seriam erguidos e esquadrihados.

Israel Pinheiro cuidava de tudo e ia à frente. O coronel Afonso Heliodoro, ajudante de ordem de JK, também estava junto.

Para descontrair o ambiente, JK perguntou ao grupo de candangos no lusco-fusco da madrugada:

– E aí amigos, como anda a construção desse muro?

Para sua surpresa, e de todos que faziam parte daquela comitiva, o operário que estava com a mão na massa respondeu:

– Desculpa, moço, mas não estamos somente erguendo um muro. Estamos, sim, construindo a futura capital do Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, foi o escritor Nelson Rodrigues quem bem definiu a missão do presidente que nos presenteou a cidade de Brasília.

Disse ele: “Juscelino mudou o homem brasileiro. Deu-lhe uma nova e violenta dimensão interior. Sacudiu dentro de nós, insuspeitas possibilidades. A partir de Juscelino, surge um novo brasileiro”.

Brasília, portanto, tem para todos nós esse sentido de mutação.

Estamos iniciando hoje, às vésperas de seus 48 anos de existência, as comemorações e todas as possíveis reflexões sobre o significado do seu cinquentenário. Historicamente será em 2010, mas, concretamente falando, a epopéia da construção começou mesmo em 1957, com o início das obras.

Naquele mesmo ano, o poeta Vinícius de Moraes escreveu: “Vinhem de longe através de muitas solidões” As forças vivas da nação foram convocadas a erguer “num tempo, o novo tempo”.

Josés, Raimundos, Severinos e Franciscos perdiam a identidade no barro vermelho da futura capital. Coletivamente eram candangos – palavra originária da língua quimbundo/angolano.

Nos canteiros de obras passavam a ser chamados de Bahia, Piauí, Paulista, Pará, Gaúcho ou Mineiro. Goianos, então, tinha aos montes.

Multidões caminhavam em busca da Canaã de uma nova era. Tudo era alegria, entusiasmo e idealismo. A esperança nascia em um país desesperançado. Era o toque de reunir para a grande batalha. Todos foram chamados sem distinção de raças, credos, níveis culturais ou sociais.

Artistas, engenheiros, peões se irmanando para a realização do sonho que pulsava no coração de cada um.

As avenidas começaram a ser abertas. Os prédios se erguendo como mãos postas agradecendo aos céus. A cidade nascia e com ela, um novo tempo de prosperidade.

Um poema urbano de ousadas curvas e belezas arquitetônicas preenchia o espaço vazio do cerrado. A genialidade de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer transformava o marco zero em cidade do futuro.

O mundo, atônito, olhava de longe, admirado, o milagre que acontecia. O sonho de Dom Bosco começou a se concretizar na vontade patriótica e confiante do presidente Juscelino, tornando realidade o grande monumento do século XX.

Brasília, a cidade que fez o povo brasileiro sentir orgulho de sua pátria. Abstrata e concreta, esta cidade nos induz a profundas reflexões.

Agora, às vésperas de completar seu quadragésimo oitavo (48º) aniversário, já quase cinquentona, Brasília merece todas as nossas atenções.

Aqueles candangos iniciais, aqueles operários que tiveram a coragem de dizer a Juscelino Kubitschek que estavam construindo, não um simples muro, mas a futura capital do Brasil, cresceram e se multiplicaram junto com Brasília.

O mar de oportunidades que a cidade proporcionou a milhares de brasileiros que vieram dos mais longínquos rincões brasileiros, se transformou em riqueza material, social e cultural.

Surgiram os núcleos de trabalho, firmaram-se as famílias, constituíram-se escolas, universidades, firmas, empresas, partidos políticos, estilos, enfim; uma maneira de ser totalmente brasiliense que está muito bem representada, por exemplo, nos azulejos de Athos Bulcão, que a todos nós encanta e ilumina e hoje é um símbolo da nossa cidade para o resto do país e para o mundo.

A dimensão que aquele operário anônimo e candango deu ao seu trabalho, aparentemente simples e cotidiano, foi realmente transcendental.

Este sentido de grandeza, aliás, é uma das grandes lições que o presidente JK conseguia transferir para todos aqueles que vieram participar da epopéia da construção da nova capital.

Após o término de seu mandato, como presidente, JK se elegeu, pelo voto direto, senador da República pelo meu querido Estado de Goiás, onde foi detentor de seu último cargo público.

Juscelino Kubitschek é, ainda, uma sensação viva em cada um de nós, 48 anos depois da inauguração da nova capital.

E pensar que Brasília, hoje, Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, começou com uma pergunta de um humilde cidadão jataiense, há exatos cinquenta e três anos.

Parabéns Brasília! Parabéns a todos que aqui vivem! Parabéns a todos os brasilienses de nascimento ou de coração.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 33 minutos.)

Ata da 65ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 29 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Gerson Camata e Mão Santa

ÀS 14 HORAS ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 29/4/2008 07:17:58 até 29/4/2008 20:32:27

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PDT	BA	JOÃO DÜRVAL	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
	MA	LOBÃO FILHO	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X						
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X						
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X						

Compareceram: 54 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 54 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, ofícios de Ministro de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS

NºS 49, 50, 64, 76 E 108, DE 2008

- nº 49/2008, de 15 do corrente, do Ministro da Cultura, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 12, de 2008, do Senador Alvaro Dias;
- nº 50/2008, de 15 do corrente, do Ministro da Cultura, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 86, de 2008, do Senador Arthur Virgílio;
- nº 64/2008, de 22 do corrente, do Ministro da Educação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 74, de 2008, do Senador Arthur Virgílio;
- nº 76/2008, de 24 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 166, de 2008, da Senadora Lúcia Vânia; e
- nº 108/2008, de 16 do corrente, do Advogado-Geral da União, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 73, de 2008, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso do Secretário Especial dos Direitos Humanos que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

- Nº 25/2008, de 4 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 65, de 2008, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154 ,DE 2008

Acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 10:

“Art. 239.

§ 1º.....

§ 2º Se o ato é praticado por notário ou oficial de registro, no desempenho de seu ofício, a pena é agravada de um terço. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal assegura o cumprimento de tratados e acordos internacionais, dos quais o Brasil seja signatário, devendo-se, em consequência; adotar, na legislação infraconstitucional, coerência com as políticas de interesse humanitário, firmadas nesses tratados, entre as quais se inscreve, em primeiro plano, a de combate ao tráfico humano.

A Convenção de Palermo (Convenção da Organização das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional), adotada no ano de 2000, na cidade de Nova Iorque, e promulgada, no Brasil, em março de 2004, está alicerçada em dois protocolos e desponta como instrumento de eficácia internacional no combate ao crime organizado, de que é vertente o tráfico de seres humanos, especialmente crianças.

A Convenção de Palermo, subscrita por 147 países, foi aprovada por resolução da XXX Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), e ganhou esse nome porque três de seus quatro instrumentos foram assinados na cidade de Palermo, na Sicília, Itália, revelando-se, pela forma de controle e combate à criminalidade, o ato normativo internacional abrangente no combate ao crime organizado.

No âmbito nacional, para manter a sintonia com a Convenção de Palermo, impende, agora, aprimorar

o sistema legal com dispositivo apto a inibir o tráfico de pessoas, em reforço às disposições da Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005, que promoveu alterações significativas no Código Penal.

A proposição que se submete à apreciação dos nossos ilustres Pares visa, assim, a acrescentar parágrafo ao art. 239 do Estatuto da Criança e do Adolescente, com o propósito de agravar a pena aplicável a notários e oficiais de registro que, no desempenho de seu ofício, pratiquem ato destinado ao envio de criança para o exterior, com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro, sob simulacro de fé pública.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2008. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º

Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro:

Pena – reclusão de quatro a seis anos, e multa.

Parágrafo único. Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

Art. 240.

LEI Nº 11.106 DE 28 DE MARÇO DE 2005.

Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º

Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro:

Pena – reclusão de quatro a seis anos, e multa.

Parágrafo único. Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

Art. 240.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2008

Dá nova redação ao § 4º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de modo a incluir a obrigação de se desenvolver o conteúdo relativo aos aspectos históricos regionais e locais no ensino da História do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 4º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.

§ 4º O ensino da História do Brasil incluirá obrigatoriamente conteúdos relativos aos aspectos históricos regionais e locais e levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), trata da composição dos currículos do ensino fundamental e médio. Nesse aspecto, estabelece que eles terão uma base nacional comum que deve ser complementada por outra diversificada para atender a características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Estabelece, também, a obrigatoriedade de inclusão de algumas matérias tais como língua portuguesa, matemática, arte, educação física e, a partir da quinta série, o estudo de uma língua estrangeira moderna.

Assim sendo, a parte diversificada dos currículos pode, a critério dos sistemas de ensino e dos estabelecimentos escolares, abrangerem os conteúdos relativos aos tópicos históricos regionais e locais, conforme prevê a proposta que ora apresentamos. Porém, essa prática não se observa no cotidiano de grande parte das escolas do Nordeste brasileiro. A presente proposta visa dar caráter obrigatório ao que tem se interpretado como facultativo.

Não é incomum encontrar crianças, adolescentes e mesmo adultos completamente alheios a acontecimentos, figuras e datas relevantes de sua região ou de sua cidade.

Consideramos essa situação grave, pois entendemos que o conhecimento de aspectos culturais e históricos de uma comunidade contribui sobremaneira para um maior comprometimento de seus membros, ao mesmo tempo em que fortalece os laços culturais indispensáveis para a construção da identidade das populações envolvidas.

Em tempos de globalização, ao lado dos benefícios que os modernos meios de comunicação trazem em termos de aproximação de povos e culturas, há também o enorme risco de uma “pasteurização” cultural. A economia global requer produtos globais para consumidores globais. Neste ambiente, aquilo que nos diferencia, em vez de ser valorizado como um aspecto original, a ser preservado, acaba por ser desconsiderado na busca de mercado para produtos de massa. Não pode haver nada mais deletério para um povo do que essa desconstrução de sua história e de suas características originais. É preciso, pois reagir a essa predominância de uma cultura sobre outra, como se esta fosse mais “valiosa” ou “importante” ou mais “abrangente” do que aquela. As diferentes culturas são apenas isso, diferentes, e aí está sua riqueza.

Neste sentido, tem fundamental importância estimular o estudo e o conhecimento, pela população, de sua própria história. É ela que edifica, consolida e divulga os valores e tradições de uma comunidade.

O ensino desta história local deve, portanto, ser estimulada sob pena de que fatos e personagens que não sejam “considerados”, por este ou aquele historiador ou mesmo por este ou aquele burocrata de plantão, como de relevância nacional sejam subjugados por outros acontecimentos ou vultos ditos mais “importantes”, quando não simplesmente soterrados pelas ditas versões oficiais.

Senão vejamos o exemplo de Zumbi dos Palmares, hoje merecidamente reconhecido como Herói da Pátria. Há quem duvide que seu atual papel na história brasileira se deve essencialmente a “releitura” que os historiadores e finalmente as autoridades educacionais fizeram de um mesmo personagem ao longo dos tempos, mesmo que forçados pela pressão de grupos de valorização da história negra, ou melhor, afro-americana?

Em idêntico processo se enquadra a figura de Sepé Tiaraju, herói guarani-rio-grandense, que aos poucos vem sendo reconhecido nacionalmente, a despeito de sua inicial restrição ao âmbito da antiga região das missões e da sociedade gaúcha.

O que dizer de Plácido de Castro, herói da conquista do Acre, que somente veio a ser conhecido nacionalmente em função da brilhante versão televisiva da épica construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré?

Trazemos estes casos apenas para exemplificar os episódios e heróis que, independentemente do seu valor e mérito, não seriam reconhecidos nacionalmente não fosse a insistência de valorização da história local, seja sob o aspecto social, político ou econômico. Não temos dúvida de que, não fossem eles primeiramente reconhecidos pela sua própria comunidade, submergeriam diante da avassaladora imposição de valores alienígenas, efetivada especialmente pelos meios de comunicação de massa.

Maior risco correm aqueles que, literalmente soterrados pelo preconceito e pelas “versões oficiais” estarão condenados ao esquecimento, a menos que se dê luz, traga-se à tona outras “verdades” que, por ignorância ou mesmo má-fé, a historiografia dominante não permite revelar.

É o caso, particularmente por exemplo, do papel do Ceará e de muitos cearenses em episódios essenciais à identidade nacional, que foram subjugadas pelas versões mais divulgadas do descobrimento, da independência, dos conflitos platinos e da Proclamação da República.

Figuras como o navegante espanhol Yañes Pinzon que antecedeu a Cabral, os cabeças-chatas e a batalha do Genipapo, Jovita Feitosa e o batalhão de cearenses na Guerra do Paraguai, Padre Mororó e a Confederação do Equador; são fatos e personagens que desempenharam papel de fundamental importância histórica e que os próprios cearenses pouco conhecem, trabalhando em desfavor de nossas tradições, cultura e identidade.

Isto tudo porque ainda faltam mecanismos e instrumentos de divulgação dessa história local, seja no aspecto institucional ou mesmo concretamente falando. É comum inclusive, que obras de altíssimo valor histórico, centradas em perfunctória pesquisa e acuradíssima análise de fatos e documentos históricos, sejam relegadas ao esquecimento, limitadas aos escaninhos dos estudiosos mais atentos ou ainda em raríssimas ocasiões, teimosamente conservadas nas prateleiras de pouquíssimas bibliotecas públicas.

Mesmo aquelas que nos meios acadêmicos despertaram maior interesse, tiveram suas poucas edições esgotadas e sua reedição não é economicamente viável, também e especialmente em função de sua ausência do currículo escolar. Desnecessário ressaltar o autêntico crime que se comete não apenas contra a memória destes heróis, mas mesmo em desfavor da própria história nacional.

Por essa razão, decidimos apresentar o presente projeto de lei que visa explicitar na LDB, como um encargo obrigatório, o desenvolvimento, no ensino da História do Brasil, de conteúdos sobre os aspectos históricos da região e da localidade em que estão inseridas as escolas.

Pela relevância do pleito, esperamos contar com o apoio dos nossos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Tasso Jereissati**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I **Da Educação**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

CAPÍTULO II **Da Educação Básica**

Seção I **Das Disposições Gerais**

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o **caput** devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;

II – maior de trinta anos de idade;

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;

V – (VETADO)

VI – que tenha prole.

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

.....
(À Comissão da Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2008

Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.036, de 11 de maio 1990, para dispor sobre o percentual máximo das prestações do parcelamento de débitos dos municípios e estados para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) .

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 28-A. Por opção do estado ou do município e mediante contrato de parcelamento de débitos, a União entregará à Caixa Econômica Federal até um por cento da correspondente parcela do Fundo de Participação dos Estados – FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios – FPM na amortização de suas dívidas para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

§ 1º Quando a opção for feita por estado ou município ao qual já tenha sido concedido o parcelamento da mencionada dívida, a forma de pagamento prevista neste artigo substituirá esse parcelamento.

§ 2º A União antecipará, por sub-rogação, ao FGTS os valores decorrentes da aplicação do percentual de que trata este artigo, podendo ser simultânea essa antecipação de pagamento e a retenção da parcela do FPE e FPM para pagamento do respectivo crédito (Constituição Federal, art. 160, parágrafo único).

§ 3º O contrato previsto no **caput** não impede a propositura da reclamação trabalhista de que trata o art. 25 desta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo deste projeto é resolver as dificuldades financeiras que diversas prefeituras, e alguns estados, estão enfrentando devido ao endividamento com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mas imperativamente salvaguardando o patrimônio do trabalhador. Medidas legislativas similares as previstas neste Projeto foram estabelecidas na Lei nº 9.639¹, de 1998, e Lei Complementar nº 77, de 1993².

1. Art. 1º “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até 31 de agosto de 2001, poderão optar pela amortização de suas dívidas para com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, oriundas de contribuições sociais, bem como as decorrentes de obrigações acessórias, até a competência junho de 2001, mediante o emprego de quatro pontos percentuais do Fundo de Participação dos Estados – FPE e de nove pontos percentuais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187 – 13, de 2001)”.

2. Art. 27. “Por opção do município devedor, a União empregará 3% da correspondente parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) na amortização de sua dívida para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e 9% na amortização de sua dívida para com a Previdência Social. (...) §3º O disposto neste artigo refere-se à dívida do município, ou ao respectivo saldo, existente no dia 31 de dezembro de 1992, ajuizada ou não”.

A Lei nº 8.036, de 1990 (Lei do FGTS), assegura ao Conselho Curador do FGTS competência para fixar critérios para parcelamento de recolhimentos em atraso. Assim é que as Resoluções nºs 466 e 467, ambas de 2004, do Conselho Curador do FGTS buscaram uma solução para o alto índice de inadimplências, e de fato ali ficou estabelecida uma série de benefícios, tais como, prazos de parcelamento diferenciados, valor mínimo das parcelas, prazo de carência para o início do pagamento e possibilidade de reparcelamento, inclusive, das dívidas parceladas que forem inadimplidas.

Com efeito, dentre os vários tipos de parcelamentos existentes, estão os parcelamentos de débitos para com o FGTS devidos por prefeituras com amortização decendial e repasse de 3% (três por cento) da cota do FPM à Caixa Econômica Federal (CEF) pela Secretaria do Tesouro Nacional. Tal regra está prevista no Decreto nº 843, de 1993.

Saliente-se que somente para os parcelamentos de débitos de estados, municípios, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas é necessário que seja efetivada vinculação de receita, em garantia do contrato de parcelamento, que deve ser autorizado por meio de legislação específica. Geralmente as receitas vinculáveis, para fins de garantia são: FPE, nos casos de Estados e Distrito Federal; FPM, IPVA, ICMS e ITR, nos casos de municípios; e transferências correntes, nos casos de Autarquias e Fundações e empresas públicas vinculadas aos Estados e municípios.

Ou seja, para as entidades de direito público interno (Estados e municípios) há uma excessiva e draconiana exigência de garantia. E isso porque a Lei nº 9.012, de 1995, por sua vez veda às instituições oficiais de crédito conceder empréstimos, financiamentos, dispensa de juros, multa e correção monetária ou qualquer outro benefício a pessoas jurídicas em débito com as contribuições para o FGTS, corroborando a regra prevista no art. 27, alínea **b** da Lei nº 8.036, de 1990, que exige o Certificado de Regularidade do FGTS.

Ora, efetivamente o patrimônio do trabalhador e os programas públicos decorrentes dos recursos do FGTS devem ser sempre preservados, inclusive, essas garantias deveriam fazer com que os juros, taxas e encargos do parcelamento fossem menores, uma vez que há certeza do pagamento. Todavia, tal não ocorre. Assim, essa garantia está abusiva e onerosa, impedindo outras ações de caráter público que também são efetuadas pelos Estados e municípios, por meio de políticas públicas ou do dever legal de atuar em setores da Saúde ou da Educação, como por exemplo.

Desta feita, algumas prefeituras são obrigadas a retirar parte significativa das suas receitas, no caso 3% do FPM, para depositar nas contas da CEF, comprometendo a garantia de bem-estar social de seus habitantes, pois, como por exemplo, dados da Confederação Nacional dos municípios indicam que inúmeros municípios bem avaliados, do ponto de vista do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não ficaram bem colocados no **rankings** da educação e da saúde.

Por conseguinte, o presente Projeto busca fixar o teto no valor compromissado para o parcelamento de débitos de FGTS, na exata medida em que a atual regra que vincula 3% do FPM mostra-se extremamente gravosas para os municípios, tanto que eles estão comprometendo suas finanças. E diga-se com destaque: esse compromisso será honrado, uma vez que a União entregará diretamente à CEF a parcela correspondente (de até 1%) retirada do FPM.

Assim é que defendo a aprovação, pelo Congresso, de um mecanismo que estabeleça que a parcela paga e ofertada como garantia pelos municípios para o parcelamento do FGTS não ultrapasse 1% do valor equivalente ao FPM. Desta forma, restarão recursos para investimentos e melhorias para a vida dos munícipes, que também são trabalhadores, sem prejuízo das ações públicas desenvolvidas com recursos do FGTS.

Aliás, com o escopo de proteger o trabalhador, o Projeto deixa claro que o fato de o empregador estatal negociar a regularização de depósitos atrasados do FGTS com a CEF não impede o trabalhador de entrar com ação para pedir o recolhimento do benefício. Assim, busca-se apaziguar o conflito social – com reflexos na divergente jurisprudência trabalhista sobre a matéria – de que o acordo não possui o condão de impedir que o empregado proponha reclamação trabalhista com o objetivo de compelir o município ou o Estado a efetuar o imediato recolhimento do FGTS sobre as verbas de natureza remuneratória pagas durante o contrato de trabalho.

Por essas razões e por serem justos os propósitos que nortearam a apresentação da Proposta, esperamos contar com o apoio dos nossos Pares para que a iniciativa venha a merecer o acolhimento e aprovação desta Casa do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Art. 1º O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, passa a reger-se por esta lei.

Art. 2º O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas a que se refere esta lei e outros recursos a ele incorporados, devendo ser aplicados com atualização monetária e juros, de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações.

§ 1º Constituem recursos incorporados ao FGTS, nos termos do **caput** deste artigo:

a) eventuais saldos apurados nos termos do art. 12, § 4º;

b) dotações orçamentárias específicas;

c) resultados das aplicações dos recursos do FGTS;

d) multas, correção monetária e juros moratórios devidos;

e) demais receitas patrimoniais e financeiras.

§ 2º As contas vinculadas em nome dos trabalhadores são absolutamente impenhoráveis. (...)

Art. 5º Ao Conselho Curador do FGTS compete:

I – estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS, de acordo com os critérios definidos nesta lei, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal;

II – acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados;

III – apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FGTS;

IV – pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle interno para os fins legais;

V – adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos do Ministério da Ação Social e da Caixa Econômica Federal, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades no que concerne aos recursos do FGTS;

VI – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

VII – aprovar seu regimento interno;

VIII – fixar as normas e valores de remuneração do agente operador e dos agentes financeiros;

IX – fixar critérios para parcelamento de recolhimentos em atraso;

X – fixar critério e valor de remuneração para o exercício da fiscalização;

XI – divulgar, no **Diário Oficial** da União, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do FGTS e os respectivos pareceres emitidos.

XII – fixar critérios e condições para compensação entre créditos do empregador, decorrentes de depósitos relativos a trabalhadores não optantes, com contratos extintos, e débitos resultantes de competências em atraso, inclusive aqueles que forem objeto de composição de dívida com o FGTS. (Incluído pela Lei nº 9.711, de 1998)

XIII – em relação ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS: (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

a) aprovar a política de investimento do FI-FGTS por proposta do Comitê de Investimento; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

b) decidir sobre o reinvestimento ou distribuição dos resultados positivos aos cotistas do FI-FGTS, em cada exercício; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

c) definir a forma de deliberação, de funcionamento e a composição do Comitê de Investimento; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

d) estabelecer o valor da remuneração da Caixa Econômica Federal pela administração e gestão do FI-FGTS, inclusive a taxa de risco; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

e) definir a exposição máxima de risco dos investimentos do FI-FGTS; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

f) estabelecer o limite máximo de participação dos recursos do FI-FGTS por setor, por empreendimento e por classe de ativo, observados os requisitos técnicos aplicáveis; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

g) estabelecer o prazo mínimo de resgate das cotas e de retorno dos recursos à conta vinculada, observado o disposto no § 19 do art. 20 desta Lei; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

h) aprovar o regulamento do FI-FGTS, elaborado pela Caixa Econômica Federal; e (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

i) autorizar a integralização de cotas do FI-FGTS pelos trabalhadores, estabelecendo previamente os limites globais e individuais, parâmetros e condições de aplicação e resgate. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

(...)

Art. 25. Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o Sindicato a que estiver vinculado, acionar diretamente a empresa por intermédio da Justiça do Trabalho, para compeli-la a efetuar o depósito das importâncias devidas nos termos desta lei.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverão ser notificados da propositura da reclamação.

(...)

Art. 27. A apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, é obrigatória nas seguintes situações:

a) habilitação e licitação promovida por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta, indireta ou fundacional ou por entidade controlada direta ou indiretamente pela União, Estado e município;

b) obtenção, por parte da União, Estados e municípios, ou por órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta, indireta, ou fundacional, ou indiretamente pela União, Estados ou municípios, de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer entidades financeiras oficiais;

c) obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, outorga ou concessão de serviços ou quaisquer outros benefícios concedidos por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, salvo quando destinados a saldar débitos para com o FGTS;

d) transferência de domicílio para o exterior;

e) registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção.

Art. 28. São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta lei, quando praticados pela Caixa Econômica Federal, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos estabelecimentos bancários. Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta lei, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores.

.....
(*Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômico, cabendo à última a decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2008

Altera a Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências e a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o

Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990; 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** e o inciso III do art. 5º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, alterados pela Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O mutuário do SFH que tenha firmado contrato até 31 de dezembro de 1996 com cláusula de cobertura de eventuais saldos devedores residuais pelo FCVS poderá, no prazo máximo de um ano, liquidar antecipadamente sua dívida, mediante pagamento de valor correspondente a:

.....
 III – contratos firmados de 1º de janeiro de 1989 até 31 de dezembro de 1996: setenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da liquidação.

..... “(NR)

Art. 2º O § 3º do art. 2º da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º

§ 3º As dívidas relativas aos contratos referidos no **caput**, assinados até 31 de dezembro de 1996, poderão ser novadas por montante correspondente a cem por cento do valor do saldo devedor, posicionado na data de reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sobre os citados contratos.

.....”(NR)

Art. 3º O art. 23 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único como § 2º:

“Art. 23. Os contratos firmados no âmbito do SFH e do SFI, sem cobertura do FCVS, poderão, a critério da instituição financiadora, ser novados entre as partes, estabelecendo-se novas condições financeiras relativas a prazo, taxa nominal de juros, apólice de seguro, sistema de amortização e plano de reajuste, preservando-se para a operação, enquanto existir saldo devedor, a prerrogativa de os mutuários utilizarem os recursos da conta vinculada do

FGTS nas modalidades previstas nos incisos V e VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990.

§ 1º Caso haja saldo devedor após o pagamento da última prestação, na data de seu vencimento, a dívida será objeto de novação, por montante correspondente a 100% do valor do saldo devedor.

§ 2º..... “(NR)

Art. 4º O artigo 40 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas constitui o arrendatário em mora de pleno direito, configurando o esbulho possessório que autoriza o arrendador a promover a reintegração de posse, sendo esse prazo de inadimplência prorrogável até onze parcelas mensais consecutivas par o arrendatário comprovadamente desempregado” (NR).

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Submetemos à apreciação dos ilustres Pares o presente projeto de lei, objetivando promover três alterações fundamentais na lei que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do FCVS, bem como sobre o tratamento dispensado à inadimplência no arrendamento residencial.

Com efeito, propõe-se criar a possibilidade de liquidação antecipada de dívida, com incentivos, pelos mutuários, para os contratos habitacionais firmados até 31 de dezembro de 1996, ao invés de 31 de março de 1990, pela lei vigente. Nesses casos, a União poderá novar os saldos residuais junto ao agente financeiro, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS Sobre os citados contratos;

Desse modo, os saldos devedores remanescentes dos contratos de financiamento imobiliário firmados até 31 de dezembro de 1996, liquidados antecipadamente e com cobertura do FCVS, poderiam ser novados pela União por montante correspondente a até 100% do valor residual. Com a extensão dessa, norma até 1996, visa-se permitir à União maior equacionamento adequação das dívidas do FCVS.

Em segundo lugar, para os contratos firmados sem a responsabilidade do FCVS pelo saldo devedor remanescente das dívidas, propõe-se que o seu valor total seja novado pela instituição financeira contratante, desde que paga, em dia, a última prestação contratada.

Consoante a lei vigente, a falta de pagamento de apenas três prestações constitui o arrendatário residencial em mora e configura o esbulho possessório; o que autoriza o arrendador a promover a reintegração de posse. Com o projeto de lei, a mora ocorreria com o atraso no pagamento de seis parcelas e, se o arrendatário estiver enfrentando uma situação de desemprego, esse prazo passaria para onze parcelas mensais.

Em nosso País, são centenas de milhares os brasileiros e brasileiras que conquistaram suas moradias através , do financiamento imobiliário e que possuem imóveis contratados com o FCVS. Esses cidadãos e cidadãs vêm contribuindo, mensalmente, com tal Fundo por vários anos, sendo que, muitos deles e delas, foram marginalizados do processo de concessão do benefício pela quitação do saldo devedor. Pela Lei n° 10.150, sancionada em 21-12-2000, esta anistia ficou restrita aos contratos assinados até a data de 31-3-1990.

O artigo 5° da Constituição Federal, todavia, é muito claro ao garantir que_ todos são iguais perante à lei, sem restrições ou distinções de quaisquer natureza. Ao assim proceder, determinar, também, o tratamento isonômico entre os cidadãos e cidadãs brasileiras.

Portanto, conto com o apoio solidário e atento de meus Pares para universalizar os benefícios da Lei n° 10.150. Entendo que todos aqueles que financiaram as suas moradias e possuem contratos idênticos com a cláusula do FCVS devem também receber o benefício da remissão parcial do saldo devedor, quando liquidado antecipadamente, pois Todos e Todas suportaram os mesmos arrochos financeiros dos vários e mirabolantes Planos Econômicos. Como sabemos, o processo inflacionário que levou à adoção desses planos ocasionou um absurdo aumento de saldos devedores em contratos habitacionais, impagáveis quando do encerramento dos contratos.

Com o advento do Plano Real, o SFH – Sistema Financeiro de Habitação – passou a tratar como “equilibrados” os atuais contratos de financiamento. Contudo, não solucionou o drama em que se encontravam e ainda se encontram mergulhados os milhões de contratados e contratadas anteriores, que devido às altíssimas prestações mensais, na sua grande maioria se tornaram inadimplentes involuntários, somando-se aos excluídos sem-tetos, despejados pelas instituições financeiras e pelos especuladores imobiliários. Como é fácil constatar pelo noticiário veiculado pela mídia e através das lutas desenvolvidas pelas entidades representativas dos mutuários, seus imóveis são adquiridos por esses especuladores e rentistas, para usufruírem, em seguida, de renda de aluguéis.

A possibilidade de liquidação do saldo devedor com remissão parcial para todos e todas que tenham celebrado seus contratos até 31 de dezembro de 1996, além de tomar igualitário o tratamento dispensado a outros com situação contratual idêntica, também, na certa, terá o condão de abrandar o enorme trâmite processual no Poder Judiciário. Trâmite, hoje, tumultuado, dadas as milhares de ações relativas à discussão da cláusula FCVS nos contratos. São milhares de contratos que estão vencidos e a vencer que possuem esta garantia acordada em convenções e que precisam encontrar uma justa solução no interesse das centenas de milhares de cidadãos e cidadãs que, juntamente com suas famílias, se encontram enredadas neste imbróglio contratual.

A presente proposição nasce da inércia constatada por parte de quem tem a competência para resolver este problema: a equipe econômica da CEF – Caixa Econômica Federal e da EMGEA – Empresa Gestora de Ativos. Mesmo diante do caos anunciado, até agora não se pronunciaram. Visa o nosso projeto à proteção dos mutuários ameaçados por essa caótica situação, de forma a evitar que tenham de trilhar o caminho judicial, pois, sem a opção de quitação, esses mutuários serão fatalmente executados e seus imóveis retomados. Isto está a acontecer, apesar de Décadas de adimplência contratual.

Por outro lado, o artigo 40 da Lei n° 10.150, de 2000, é incoerente com a realidade vivenciada pela grande maioria dos arrendatários dos imóveis ofertados pelo Programa de Arrendamento Residencial – PAR.

A inscrição para este programa exige o comprovante de renda, portanto, apenas trabalhadores que apresentam vínculo laboral são contemplados. Entretanto, quando estes labutadores perdem o seu sustento com o advento de um súbito desemprego, eis que o perverso sistema retira a sua moradia, base de apoio do seu lar, deixando assim o cidadão humilhado e sem dignidade, o que está levando à destruição milhares de lares.

Ninguém está imune a uma inesperada situação problemática, seja por causa de doença, desastres diversos, desagregação familiar ou de falecimento de algum ente. Ironicamente, os conjuntos habitacionais do PAR são construídos com recursos dos trabalhadores que contribuem com o FGTS e que são despejados, quando, por razões justificadas, se tomam inadimplentes. Porém, para o sistema nada é justificável, mesmo usando capital financeiro destes labutadores.

O arrendatário é vulnerável às intempéries circunstanciais da vida, ao contrário do arrendador, por isso julgo que é imprescindível que seja garantido um mínimo de segurança para o lado mais frágil desta re-

lação de consumo, em consonância com o Código de Defesa do Consumir.

Faço esta proposta, alertada pelos brasileiros e brasileiras que militam, em Mato Grosso, no MOVHAB – Movimento dos Mutuários da Habitação, e com a humilde certeza de que o sonho da casa própria quitada poderá se tornar uma realidade para uma multidão de famílias brasileiras. Para tanto, conto com a aprovação do presente projeto de lei pelos ilustres parlamentares.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senadora **Serys Slhessarenko**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º

Art. 5º O mutuário do SFH que tenha firmado contrato até 31 de março de 1990 com cláusula de cobertura de eventuais saldos devedores residuais pelo FCVS poderá, no prazo máximo de um ano, liquidar antecipadamente sua dívida, mediante pagamento de valor correspondente a: (Redação dada pela Lei nº 10.150, de 2000).

I –

III – contratos firmados de 1º de janeiro de 1989 até 31 de março de 1990 setenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da liquidação. (Incluído pela Lei nº 10.150, de 2000)

§1º

LEI Nº 10.150, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000

Dispõe sobre a novação de dívidas e, responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º

Art. 2º Os saldos residuais de responsabilidade do FCVS, decorrentes das liquidações antecipadas previstas nos §§ 1º, 2º e 3º, em contratos firmados com mutuários finais do SFH, poderão ser novados antecipadamente pela União, nos termos desta lei, e equiparadas às dívidas caracterizadas vencidas, de que trata o inciso I do § 1º do artigo anterior, independentemente da restrição imposta pelo § 8º do art. 1º.

§ 1º As dívidas de que trata o **caput** deste artigo poderão ser novadas por montante correspondente a trinta por cento do valor do saldo devedor posicionado na data do reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sobre o saldo devedor remanescente, que será renegociado mediante acordo entre o agente financeiro e o mutuário.

§ 2º As dívidas relativas aos contratos cuja prestação total, em 31 de março de 1998, era de até R\$25,00 (vinte e cinco reais) poderão ser novadas por montante correspondente a setenta por cento do valor do saldo devedor, posicionado na data de reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sobre o saldo devedor remanescente, que será renegociado mediante acordo entre o agente financeiro e o mutuário.

§ 3º As dívidas relativas aos contratos referidos no **caput**, assinados até 31 de dezembro de 1987, poderão ser novadas por montante correspondente a cem por cento do valor do saldo devedor, posicionado na data de reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sob os citados contratos.

§ 4º

Art. 23. Os contratos firmados no SFH, sem cobertura do FCVS, poderão, a critério da instituição financiadora, ser novados entre as partes, estabelecendo-se novas condições financeiras relativas a prazo, taxa nominal de juros, apólice de seguro, sistema de amortização e plano de reajuste, preservando-se para a operação, enquanto existir saldo devedor, a prerrogativa de os mutuários utilizarem os recursos da conta vinculada do FGTS nas modalidades previstas nos incisos V e VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990.

Parágrafo único. O contrato objeto de renegociação será formalizado por meio de instrumento particular de aditamento contratual, com força de escritura pública, dispensando-se registro, averbação ou arquivamento no Registro de Imóveis e no Registro de Títulos e Documentos.

Art.24.....

Art. 40. A falta de pagamento de três parcelas mensais constitui o arrendatário em mora de pleno direito, configurando o esbulho possessório que autoriza o arrendador a promover a reintegração de posse.

Art. 41.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e a de Assuntos Econômicos, cabendo a última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2008

Dispõe sobre o seguro no arrendamento residencial e imobiliário especial e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As instituições financeiras que operem com crédito imobiliário e com a captação de depósitos à vista ficam obrigadas a oferecerem aos contratantes de arrendamento residencial e imobiliário, facultativamente, seguro destinado à cobertura de suas prestações.

Parágrafo único. O seguro referido no **caput** será direcionado aos arrendatários participantes dos programas de Arrendamento Imobiliário Especial com opção de compra e de Arrendamento Residencial.

§ 1º Em caso de falecimento do arrendatário, a cobertura do seguro contratado corresponderá a 100% (cem por cento) das prestações vincendas, desde que, na data do óbito, não haja inadimplência contratual.

§ 2º Em caso de desemprego do arrendatário, o seguro cobrirá, no máximo, 6 (seis) parcelas vincendas, desde que o contratante esteja rigorosamente adimplente.

§ 3º A oferta do seguro de que trata esta lei deverá abranger os contratos do Programa de Liquidação Incentivada promovidos pela Empresa Gestora de Ativos – EMGEA.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Nos Programas de Arrendamento Residencial e Imobiliário Especial com opção de compra, entendemos que a oferta do seguro habitacional securitário deverá ser, obrigatoriamente, disponibilizado aos arrendatários pelas instituições financeiras. Porém, sua contratação facultativa, à semelhança de procedimentos adotados pela maioria da iniciativa privada.

Logicamente, por implicar a inclusão de custos adicionais ao arrendatário, pela cobrança de uma nova taxa referente ao seguro, sua contratação deve ser opção do tomador do arrendamento, capaz de avaliar os possíveis riscos envolvidos ao longo do arrendamento

contratado e, em decorrência, decidir sobre sua conveniência.

A oferta do seguro deverá ser obrigatória nos Programas de Arrendamento Imobiliário e Residencial, para que se proceda de igual modo aos métodos adotados pela maioria da iniciativa privada: por razões de precaução diante das súbitas dificuldades financeiras dos clientes, promove-se, com a anuência dos consumidores, a inclusão de uma taxa mínima de seguro às prestações mensais.

É inadmissível e socialmente injusto que uma família dependente do arrendatário, o pai na maioria das vezes, venha a ter a sua moradia subtraída quando do falecimento do seu único provedor, pois dificilmente conseguirá renda suficiente para manter-se adimplente com as prestações do contrato.

Pre vemos ainda no projeto o prazo máximo de 6 meses para a cobertura das prestações em situação de desemprego do arrendatário. Esse lapso temporal é compatível com o máximo admitido para o seguro-desemprego. Desse modo, entendemos coerente fixar um prazo assemelhado para a cobertura do seguro com relação à sua moradia.

Apresento este projeto com a humilde certeza de que o sonho da “casa própria quitada” se tomará, certamente, uma realidade para uma multidão de famílias brasileiras, com a aprovação deste projeto de lei de vasto alcance social.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, DE 2008

Autoriza a União a celebrar convênio com o Governo do Estado de Goiás com vistas à implantação do Sistema Metropolitano de Transporte de Passageiros de Goiânia (GO).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a celebrar convênio com o governo do Estado de Goiás com vistas à implantação do Sistema Metropolitano de Transporte de Passageiros de Goiânia.

Parágrafo único. O sistema de que trata o **caput** destina-se a atender a demanda por transporte público de passageiros no aglomerado urbano de Goiânia, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento urbano e de organização territorial aplicadas ao aglomerado.

Art. 2º A participação da União, em cooperação com o Estado de Goiás, visa viabilizar a implantação

de sistema estrutural de transporte público coletivo de passageiros, de capacidade compatível com a demanda atual e futura nos corredores de transporte do aglomerado urbano de Goiânia.

Art. 3º O convênio objeto da autorização de que trata esta Lei disporá sobre:

- a) as características técnicas, físicas e operacionais do sistema a ser implantado;
- b) as condições gerais do suporte técnico e financeiro a ser prestado pelo governo federal;
- c) as contrapartidas dos governos estadual e municipais dos Municípios integrantes do aglomerado;
- d) a participação de financiamento privado, na forma de parceria público-privada.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Desde a extinção da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos (EBTU), ocorrida em definitivo em 1990, a participação da União nos investimentos e no aperfeiçoamento institucional dos sistemas urbanos e metropolitanos de transporte público passou por um período de desarticulação. Embora parte das atribuições da empresa extinta tenham sido remanejadas para a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), hoje também extinta, e para o Ministério dos Transportes, prevaleceu a percepção de que o governo federal havia se afastado do setor.

A criação do Ministério das Cidades, em 2003, marcou o início da alteração desse quadro de distanciamento da União. No âmbito do novo Ministério, cabe à Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SEMOB) formular e implementar, em articulação com a política de desenvolvimento urbano, uma política nacional de mobilidade urbana, centrada no desenvolvimento sustentável das cidades e na priorização dos investimentos federais nos modos de uso coletivo e nos meios não motorizados de transporte.

Nesse contexto, prevê-se que o governo federal atue como aliado dos estados e municípios, com o objetivo de assegurar à população que habita as cidades acesso amplo e democrático às atividades urbanas e condições para a plena utilização do espaço urbano, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável. Entre as diretrizes que orientam a ação do Ministério inclui-se o incentivo à implantação de sistemas estruturais de transporte de alta e média capacidade em corredores próprios nas cidades de médio e grande porte e nas regiões metropolitanas.

O modelo de transporte público predominante nas cidades brasileiras é fortemente baseado nos sistemas rodoviários convencionais. Operados com ônibus, esses sistemas podem alcançar excelentes níveis de serviço, mas começam a dar sinais de esgotamento quando a demanda atinge patamares mais altos, e se torna inviável continuar aumentando freqüências e a quantidade de veículos em operação. A partir daí, faz-se necessário mudar o perfil da oferta, com a introdução de novos componentes. Nesse momento, as cidades devem estar preparadas para investir na implantação de sistemas estruturais de transporte de média e alta capacidade, operados em via fixa ou segregada – soluções que, geralmente, levam ao emprego de tecnologia metro-ferroviária.

O futuro da capital goiana aponta nessa direção e a adequada condução do processo de planejamento urbano exige que os investimentos sejam realizados no seu devido tempo, sob pena de inviabilizar-se o atendimento às necessidades de transporte dos seus cidadãos. Essa é a realidade presente no aglomerado urbano de Goiânia, para cujo equacionamento acreditamos ser decisiva a participação da União, tendo em conta o porte dos investimentos necessários à implantação de um sistema de transporte de massa capaz de fazer face às demandas atualmente verificadas e sua perspectiva de evolução **pari passu** com a dinâmica do processo de desenvolvimento urbano experimentado pela região.

Por fim, é mister observar que, mesmo tendo a presente medida o caráter autorizativo, reveste-se da função precípua do Parlamento Brasileiro em sua tarefa de propor legislação e, de posse dela, instigar o Poder Executivo às providências pertinentes ao espírito patriótico que nos move.

Pelo exposto, esperamos que a presente iniciativa possa merecer o apoio dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Marconi Pirillo**, PSDB – GO.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 2008

Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre guarda e adoção.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 34, 50, 92, 93, 94 e 206 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34.

§ 1º O pedido de guarda de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado poderá ser apresentado por qualquer pessoa, estabelecida pelo casamento civil em seu favor.

§ 2º Para a apresentação do pedido mencionado no § 1º, poderão ser usadas fórmulas impressas, observado o disposto no art. 165.

§ 3º É assegurada prioridade na tramitação do processo referente à guarda de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado. (NR)”

“Art. 50. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção, de que encaminhará cópia ao respectivo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

.....
 § 3º A inscrição deferida será válida em todo o território nacional.

§ 4º Caberá ao psicólogo e ao assistente social da equipe interprofissional descrever o perfil da criança ou do adolescente adotável e o da pessoa interessada na adoção que constarão dos registros referidos no **caput**.

§ 5º Os registros serão atualizados com a periodicidade máxima de três meses, devendo ser imediatamente comunicada à autoridade judiciária qualquer alteração relativa à situação dos adotáveis ou dos potenciais adotantes.

§ 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente encaminhará cópia dos registros referidos no **caput** ao Conselho Estadual respectivo, que a fará chegar ao Conselho Nacional. (NR)”

“Art. 92.

V – não-desmembramento de grupos de irmãos;

VI – não-transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
 (NR)”

“Art. 93. As entidades que desenvolvem programas de abrigo têm as seguintes obrigações específicas:

I – comunicar à autoridade judiciária e ao Ministério Público, no prazo de cinco dias úteis, o ingresso de criança ou adolescente encaminhado pelo Conselho Tutelar;

II – encaminhar à autoridade judiciária, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar cópia do estudo social e pessoal da criança ou do adolescente no prazo de trinta dias, a contar da data de ingresso no abrigo;

III – reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de três meses, e dar ciência dos resultados à autoridade judiciária, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar;

IV – encaminhar à autoridade judiciária, ao Ministério Público ou ao Conselho Tutelar notícia de pessoa interessada no acolhimento de criança ou adolescente abrigado.

§ 1º Em caráter excepcional e de urgência, as entidades referidas no **caput** poderão abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, impondo-se-lhes a obrigação de comunicar o fato à autoridade judiciária, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar até o segundo dia útil imediato.

§ 2º Aplicam-se às entidades de abrigo, no que couber, as obrigações constantes do art. 94. (NR)”

“Art. 94.

VI – comunicar à autoridade judiciária, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar a ação adotada no caso para preservação ou reatamento dos vínculos familiares e o resultado dela;

.....
 Parágrafo único. No cumprimento das obrigações aludidas neste artigo, as entidades utilizarão preferencialmente os recursos da comunidade. (NR)”

“Art. 206. A criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos procedimentos de que trata esta Lei, por meio de advogado, o qual será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de justiça.

Parágrafo único. Excepciona-se da representação processual de que trata o **caput** a hipótese prevista no § 1º do art. 34. (NR)”

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 19-A, 34-A, 50-A, 52-A e 245-A:

“Art. 19-A. O Poder Público, em todos os níveis, promoverá campanhas de esclare-

cimento sobre a necessidade do cuidado e da vivência familiar na infância e na adolescência para o pleno desenvolvimento físico, psíquico e intelectual da pessoa.

Parágrafo único. Entre outros conteúdos, as campanhas devem:

I – informar sobre a disponibilidade de programas oficiais de apoio e proteção destinados ao fortalecimento da família, divulgando os respectivos critérios de elegibilidade;

II – incentivar a guarda e a adoção de crianças e adolescentes, sobretudo os mais vulneráveis, como forma de expressão de responsabilidade social;

III – divulgar dados relativos às crianças e aos adolescentes abrigados;

IV – difundir o caráter excepcional e provisório do abrigo em entidade.”

“Art. 34-A. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro das crianças e dos adolescentes abrigados e outro das entidades de abrigo em funcionamento, de que encaminhará cópia ao respectivo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.”

“Art. 50-A. Caberá aos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, no seu âmbito de atuação, criar, implantar e manter atualizado o respectivo cadastro de adoção.”

“Art. 52-A. Não será deferido o pedido de adoção internacional sem que se proceda ao levantamento, junto ao cadastro nacional de adoção, de interessado domiciliado no Brasil.”

“Art. 245-A. Deixar o dirigente da entidade de abrigo de cumprir qualquer dos prazos estabelecidos no art. 93:

Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Há quase duas décadas, o Brasil aparece como referência mundial de legislação pelo pioneirismo e avanço civilizatório no tratamento dado à infância e à adolescência. De fato, ao abraçar a teoria da proteção integral, a Constituição Cidadã de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 inovam

ao lidar com essas fases da vida como momentos privilegiados de desenvolvimento integral do indivíduo e, por isso, demandadores de cuidados especiais. Ao contrário do ordenamento jurídico anterior, que via a infância sob o prisma do risco social e adotava uma abordagem assistencialista ou repressora nesse campo, a legislação atual tem por marca o caráter emancipatório, pois investe na construção de cidadãos de primeira linha, mediante normas que garantem direitos e atribuem responsabilidades.

Assim, imputa à família, à sociedade e ao Estado o dever de colocar a criança e o adolescente a salvo de toda forma de negligência e o dever de assegurar-lhes – com absoluta prioridade – o direito à vida e à convivência familiar e comunitária, entre outros. Nesse sentido, prescreve a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência, além de priorizar a criação e a educação no seio da família, vista como ambiente de excelência para o desenvolvimento infanto-juvenil integral. Por isso, prevê, excepcionalmente, a colocação em família substituta, mediante guarda, tutela ou adoção.

Apesar dessas disposições, existe um número enorme de crianças e adolescentes no País sem direito à convivência familiar e comunitária, base para o exercício de outros direitos fundamentais. De acordo com estimativa da Associação dos Magistrados Brasileiros, cerca de 120 mil jovens estão hoje em abrigos, condenados a passar grande parte de suas vidas ou atingir a maioridade sem os cuidados, o carinho e a atenção de uma família. Basta dizer que 20% deles ali estão por mais de 6 anos e quase 7%, por mais de 10 anos.

As pesquisas já realizadas informam que a maioria absoluta (87%) das crianças e dos adolescentes abrigados tem família e que não existe impedimento judicial para a convivência. Também revelam que 46% do total estão nos abrigos sem o conhecimento da Justiça, impedidos, portanto, de ter acesso à tutela do Estado. Mostram, ainda, que apenas 11% dos abrigados estão aptos para a adoção, que 17% dos maiores de 16 anos ainda são analfabetos e que a pobreza é o principal motivo de ingresso nos abrigos.

Esses dados descrevem uma verdadeira tragédia social, pois esses jovens se vêem privados dos estímulos necessários à aquisição de segurança afetiva – requisito para que se tornem pessoas saudáveis do ponto de vista físico, intelectual e psíquico – justamente no momento mais importante da constituição humana. Uma tragédia que se alimenta da cultura arraigada de institucionalização da infância pobre e da falta ou falên-

cia de políticas públicas de apoio familiar e que constitui afronta explícita ao ordenamento jurídico vigente.

É óbvio que desse quadro aflora a necessidade de maior compromisso do poder público e da sociedade civil com a priorização da infância e com a proteção da família, mediante o efetivo cumprimento da lei, de modo a garantir à família as condições mínimas para a criação dos filhos. Mas ele também indica a necessidade de intervenção do legislador para formular normas que imprimam maior concatenação às ações dos diversos segmentos envolvidos no problema, facilitem a fiscalização na área, reduzam a burocracia e os custos dos processos, acelerem sua tramitação e incentivem o exercício da guarda e da adoção.

São exatamente esses os propósitos deste projeto de lei, inteiramente concebido sob o prisma do melhor interesse da criança e do adolescente. Em termos de estrutura, ele divide a regulação da matéria em dois artigos: dedica o primeiro a modificar os arts. 34, 50, 92, 93, 94 e 206 do Estatuto, diploma que o segundo artigo propõe inovar mediante o acréscimo dos arts. 19-A, 34-A, 50-A, 52-A e 245-A.

A proposta de nova redação para o art. 34, visa desburocratizar, baratear e acelerar o processo de guarda da criança e do adolescente órfãos, abandonados ou abrigados, sem deixá-los em situação ainda mais vulnerável. Por entendermos que reduzir custos, simplificar procedimentos e garantir celeridade processual são medidas essenciais para aproximar o cidadão comum do exercício da guarda, sugerimos dispensar a intervenção do advogado, permitir o uso de formulário para a apresentação do pedido de guarda e priorizar a tramitação do processo. Com essas medidas, que realçam a decisão das pessoas em vez do formato processual, esperamos atrair para a causa do acolhimento o brasileiro cujo salário afasta a garantia da assistência judiciária gratuita sem poder arcar com os custos de honorários advocatícios.

A alteração do art. 206, por seu turno, busca promover a necessária adequação desse dispositivo ao conteúdo do novo art. 34, de forma a manter a unidade intrassistêmica do Estatuto. Nesse sentido, situa a possibilidade de dispensa do advogado no caso do pedido de guarda de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado como uma exceção à regra de representação processual.

Para promover a guarda da criança e do adolescente abrigados, propõe-se, ainda, a inserção do art. 34-A, que preconiza a existência de registro dos jovens que estão nos abrigos tanto na Justiça quanto no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Lembramos que o desconhecimento judicial do problema impede uma atuação

operacional integrada e conseqüente no encaminhamento devido da situação, inviabiliza a fiscalização dos abrigos e pode retardar indefinidamente o exercício do direito individual à convivência familiar. Ademais, além de orientar a atuação do Ministério Público e dos conselhos na defesa dos interesses do público infante-juvenil abrigado, a existência desses registros concorrerá para a atualização dos registros de adoção mencionados no art. 50.

A proposta de nova redação para o art. 50, pretende reforçar a integração operacional já referida, ao imputar ao juiz o dever de encaminhar cópia dos registros de adoção para o CMDCA. Pretende, ainda, imprimir racionalidade ao sistema e poupar os potenciais adotantes do desgaste físico, financeiro e emocional de ter de efetuar inscrições em várias comarcas para aumentar suas chances de adoção, ao conferir validade nacional à inscrição deferida. Busca garantir, por fim, que a inserção do perfil dos adotáveis e dos potenciais adotantes nesses registros seja feita por profissionais qualificados, para minimizar frustrações e expectativas de toda sorte.

Afora a importância óbvia desses cuidados, eles se tornam necessários porque tais registros irão viabilizar a criação, a implantação e a atualização dos cadastros de adoção referidos nos arts. 50-A e 52-A. E a adoção desses cadastros, sem dúvida nenhuma, constitui imperativo para imprimir racionalidade, transparência e agilidade ao processo de adoção e para permitir que o adotando fique o mais próximo possível da sua origem. Trata-se de uma preocupação importante, visto que a adoção internacional ordinariamente resulta na quebra da identidade cultural, sendo a forma extrema de colocação definitiva em família substituta, movimento este já delicado e excepcional em si por implicar inteiro rompimento dos vínculos familiares originais.

A proposta de alteração do art. 93, por seu turno, tem por objetivo estabelecer obrigações específicas para as entidades, norteadas pelo princípio de provisoriedade da medida protetiva de abrigo, pela urgência inerente à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento do abrigado e pela necessidade de integração operacional dos atores envolvidos: família, abrigo, conselho tutelar, juiz, Ministério Público e conselho dos direitos. Nesse sentido, sugerimos a oferta obrigatória de determinadas informações sobre os jovens abrigados, fixamos prazos para o seu cumprimento e nomeamos os destinatários dos dados.

Essas regras procuram ordenar o caos hoje existente, mediante o estabelecimento de mecanismos que permitam fiscalizar e responsabilizar tanto os abrigos

quanto os demais atores envolvidos com essa medida de proteção. Isso porque não podemos aceitar que os abrigos sejam a forma de acolhimento das crianças pobres, não podemos tolerar que esses locais de passagem sejam transformados em destino e não podemos admitir que eles comportem crianças ou adolescentes sem o conhecimento da Justiça.

Ao dar nova redação ao art. 93, estabelecemos ser obrigação do abrigo comunicar ao juiz e ao Ministério Público, em até cinco dias úteis, o ingresso de criança ou adolescente determinado pelo Conselho Tutelar. Determinamos, também, o dever de encaminhar às referidas autoridades, no prazo de trinta dias, estudo pessoal e social de cada caso e o de dar-lhes ciência das reavaliações feitas, no máximo a cada três meses. Cuidamos, ainda, de manter as previsões legais já existentes, conferindo a forma de parágrafos às normas hoje inscritas no art. 93 e no § 1º do art. 94 do ECA.

Sabemos que a melhor técnica legislativa recomendaria a antecipação para o art. 93 do rol de obrigações descrito no art. 94, deixando consignado neste que as disposições cabíveis se aplicariam às entidades de internação. O atual contexto político frente à situação do adolescente infrator, entretanto, não permite a adoção desse tipo de rigor técnico, pela vulnerabilidade a que estaria sujeita a matéria durante o processo legislativo. Por isso, desconsideramos tal recomendação, mas seguimos à risca os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com base nesse diploma legal, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, sugerimos pequenas alterações no texto de dois artigos do Estatuto. No art. 92, inciso V, corrigimos a grafia da expressão “não-desmembramento”, com a colocação do hífen; no inciso VI, eliminamos a quebra de paralelismo gramatical e o uso de palavras desnecessárias, sem comprometer o conteúdo normativo. No art. 94, além de expurgar do texto o parágrafo cujo conteúdo foi deslocado para o artigo anterior, procuramos imprimir maior clareza e mais efeito à determinação inscrita no inciso VI. Para tanto, ressaltamos a importância e o resultado das ações de preservação ou reatamento dos vínculos familiares, questão especialmente sensível quando se avalia a hipótese de adoção do jovem submetido à medida de abrigo.

Por meio da inserção do art. 245-A no Estatuto, buscamos tornar concreta a possibilidade de responsabilização administrativa do dirigente de abrigo que desobedecer qualquer dos prazos estabelecidos para o cumprimento das obrigações específicas. Longe de constituir um estorvo no caminho de alguém quase sempre muito abnegado, esperamos que a sanção

prevista sirva para enfatizar a necessidade de compromisso desse ator-chave do sistema de proteção infanto-juvenil com o caráter excepcional e provisório da medida de abrigo.

Por último, propomos acrescentar ao ECA o art. 19-A, para esclarecer a opinião pública sobre o problema, prevenir o seu agravamento e repartir a responsabilidade por sua solução. Em suma, nosso objetivo é levar a população brasileira a cuidar melhor da infância, rejeitar a cultura da institucionalização, encarar a adoção de modo menos preconceituoso e instrumental e considerar formas alternativas de acolhimento, para que realmente se efetive a garantia do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária.

Com a conversão deste projeto em lei, cremos ser possível reverter o padrão cultural que vê o abrigo como primeira opção para as crianças pobres, a adoção como saída para a infertilidade do casal e que incentiva a busca de uma criança para a família, em vez de uma família para a criança. Um padrão deformador de corações e mentes, que priva as crianças, sobretudo as mais velhas e as afrodescendentes – do sentimento de pertencimento e cria sérios obstáculos para sua adaptação e convivência familiar e comunitária.

Contamos, pois, com o apoio e todos os Congressistas para a aprovação deste projeto de lei, pela importância social da matéria e pela propriedade e justiça das medidas sugeridas.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Marconi Pirillo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Subseção II **Da Guarda**

Art. 34. O Poder Público estimulará, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

Subseção IV **Da Adoção**

Art. 50. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e

adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.

§ 1º O deferimento da inscrição dar-se-á após prévia consulta aos órgãos técnicos do Juizado, ouvido o Ministério Público.

§ 2º Não será deferida a inscrição se o interessado não satisfizer os requisitos legais, ou verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 29.

CAPÍTULO II

Das Entidades de Atendimento

Seção I

Disposições Gerais

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

I – preservação dos vínculos familiares;

II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;

III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não-desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Parágrafo único. O dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.

Art. 93. As entidades que mantenham programas de abrigo poderão, em caráter excepcional e de urgência, abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato até o 2º dia útil imediato.

Art. 94. As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras:

VI – comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares;

CAPÍTULO VI

Do Advogado

Art. 206. A criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos procedimentos de que trata esta Lei, através de advogado, o qual será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de justiça.

Parágrafo único. Será prestada assistência judiciária integral e gratuita àqueles que dela necessitarem.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Espigão do Oeste, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Município de Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessários à instituição da Escola;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento da Escola;

III – lotar na Escola os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante criação, transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Espigão do Oeste será uma instituição de ensino profissionalizante, em nível médio, destinada à formação de técnicos para atender às necessidades socioeconômicas dos setores industrial, de serviços, agropecuário e de manejo ambiental.

Art. 3º A instituição do estabelecimento de que trata esta Lei subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias, as-

sim como à criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Município de Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia, possui uma área de 4.900Km², e limita-se: ao Norte, com o Estado do Mato Grosso; ao Sul, com o Município de Pimenta Bueno; a Leste, com o Município de Vilhena; a Oeste, com o Município de Cacoal. Possui quatro distritos: Nova Esperança, Novo Paraíso, Flor da Serra e Boa Vista. Por isso, é, na realidade, uma “capital regional”, com área de influência nas unidades políticas que lhe são confiáveis ou próximas.

Além disso, a atividade migratória é intensa, daí que a população do Município cresce incessantemente com a vinda de pessoas dos Estados do Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Paraíba, principalmente, com a finalidade de empreender atividades agropecuárias, sobretudo em razão do preço ainda módico das terras agricultáveis. Hoje em dia, é notável o surto de industrialização das matérias-primas abundantes no Município.

Não obstante contar o Município com enorme potencial econômico é evidente a falta de mão-de-obra qualificada para atender à demanda dos setores primário, secundário e terciário da economia.

Ressente-se, assim, a região de uma unidade educacional que possa preparar os jovens para o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, suprir as necessidades das atividades econômicas.

Em face dessas evidências, tomo a iniciativa de apresentar este projeto de lei, para que o Poder Executivo, tendo em conta os termos da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, que fomenta a expansão da rede de escolas de educação profissional do sistema federal de ensino, contemple, tão logo quanto possível, o Município de Espigão do Oeste com uma Escola Técnica Federal, a fim de que sejam supridas as necessidades da população jovem da região e, ao mesmo tempo, das atividades econômicas florescentes.

Por derradeiro, devo consignar que foi prevista a cláusula de que somente após os procedimentos prévios de natureza orçamentária é que será instituído o estabelecimento de que se trata, em face dos preceitos constitucionais e legais que regem a matéria.

Submeto, assim, esta iniciativa à consideração do Congresso Nacional, com a expectativa de que sua

aprovação possa contribuir para a expansão das atividades econômicas do nosso País, bem como para uma verdadeira integração do Estado de Rondônia ao progresso nacional.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2008

Determina o cancelamento das multas aplicadas na vigência da Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam canceladas as multas aplicadas em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º da Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008, durante a sua vigência.

Art. 2º Os valores correspondentes às multas pagas serão restituídos pela União, na forma do regulamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O consumo de bebidas alcoólicas por condutores de veículos é um dos principais fatores associados à ocorrência de acidentes de trânsito. Essa lamentável realidade, flagrante nas rodovias do País em períodos festivos ou feriados prolongados, levou o Governo Federal a editar às pressas, às vésperas do Carnaval de 2008, a Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008. Destinada a proibir “a venda varejista e o oferecimento para consumo de bebidas alcoólicas na faixa de domínio de rodovia federal ou em local contíguo à faixa de domínio com acesso direto a rodovia”, a medida entrou em vigor exatos dez dias após a sua edição.

Tinha em mente o Poder Executivo o nobre propósito de prevenir uma nova onda de acidentes, sem que, entretanto, tivesse atentado para a repercussão negativa sobre a atividade econômica que se desenvolve às margens das rodovias, ligada ao ramo de alimentação e bebidas.

Nem um mês foi necessário para que o próprio governo reconhecesse na iniciativa uma série de equívocos.

Ao longo da tramitação da MP nº 415/2008, na Câmara dos Deputados, pôde ser estabelecido um amplo debate com os setores da sociedade interessados

no tema e inúmeras emendas foram acolhidas pelo relator naquela Casa Legislativa, o Deputado Hugo Leal, que aprimorou de forma importante os dispositivos da proposição.

As mudanças promovidas pela Câmara dos Deputados foram tão amplas e profundas, que legitimam o entendimento de que a forma emergencial com que aquelas medidas entraram em vigor, não dando tempo para uma discussão aprofundada com a sociedade, trouxe como conseqüência inúmeras injustiças que agora serão corrigidas com o aprimoramento promovido pelo Congresso Nacional.

Apenas para dar um exemplo, inúmeros estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas às margens de rodovias federais em áreas urbanas foram multados com base na redação da MP nº 415/2008, mas que na redação final da proposição, tal proibição passa a não alcançar esses estabelecimentos.

Como se sabe, conforme o texto original da MP, o desrespeito à proibição da venda de bebidas é punido com multa de R\$1.500,00, aplicada em dobro, juntamente com a suspensão da autorização para acesso à rodovia pelo prazo de dois anos, em caso de reincidência. Em complementação, o estabelecimento comercial que deixar de divulgar a proibição, nos moldes previstos na Medida Provisória, está igualmente sujeito ao pagamento de multa de R\$300,00.

Diante do exposto, após o amplo debate levado a efeito no Congresso Nacional, e considerando que em conseqüência do tempo decorrido desde a edição da referida MP até a sua conversão em lei a sociedade já terá sido suficientemente informada e conscientizada sobre a nova norma, é justo que sejam canceladas todas as multas aplicadas na vigência da controvertida MP nº 415/2008, e que as punições somente passem a valer a partir da sua conversão em lei.

Certos da oportunidade da iniciativa, esperamos contar com o apoio necessário à aprovação do projeto de lei que apresentamos.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 415,
DE 21 DE JANEIRO DE 2008

.....
Art. 1º São vedados, na faixa de domínio de rodovia federal ou em local contíguo à faixa de domínio com acesso direto a rodovia, a venda varejista e o oferecimento para consumo de bebidas alcoólicas.

§ 1º A violação do disposto no **caput** implica multa de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais).

§ 2º Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro e suspensa a autorização para acesso a rodovia pelo prazo de dois anos.

Art. 2º O estabelecimento comercial situado na faixa de domínio de rodovia federal ou em local contíguo à faixa de domínio com acesso direto a rodovia que inclua entre sua atividade a venda ou o fornecimento de bebidas ou alimentos deverá fixar, em local de ampla visibilidade, aviso indicativo da vedação de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no **caput** implica multa de R\$300,00 (trezentos reais.)

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos vão às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/11, de 2008** (nº 11.671/2008, na origem), do Ministério do Controle e da Transparência, encaminhando para conhecimento e eventuais consultas, em CD, os Relatórios de Fiscalização, contendo os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas unidades municipais sorteadas na 24ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 28, de 2008** (nº 335/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 597/2008, proferido nos autos do processo nº TC 021.103/2005-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a Relatório de Acompanhamento sobre Edital de Concorrência das Obras de Construção do Prédio Anexo III do Senado Federal.

A matéria vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

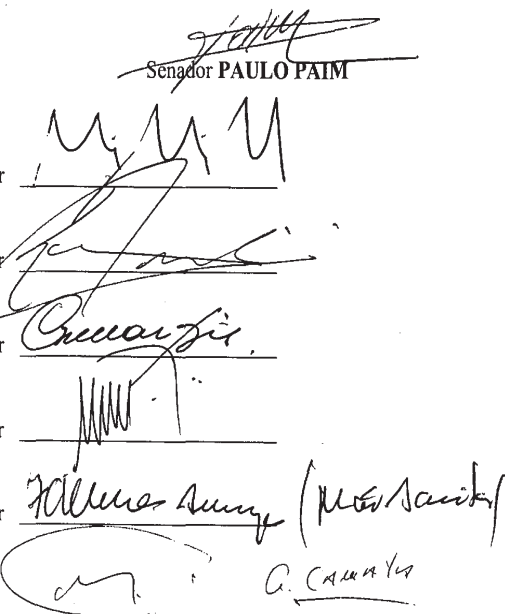
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 503, DE 2008

Nos termos do artigo 160 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do

Expediente da sessão de 30 de abril do corrente ano, seja destinado à homenagear os trabalhadores brasileiros em comemoração dia 1º de maio – Dia Mundial do Trabalho.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008.



 1. Senador PAULO PAIM

 2. Senador

 3. Senador

 4. Senador

 5. Senador

 6. Senador

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 504, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeiro que o PLS nº 250, de 2005, que estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência, e o PLS nº 68, de 2003, que regulamenta o § 4º do artigo 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, voltem a ter tramitação autônoma. Embora ambos os projetos tratem da concessão de aposentadoria especial a servidores públicos, há no mérito das matérias significativas distinções, o que justifica que as proposições sejam deliberadas separadamente.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Flávio Arns**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 505, DE 2007

Tendo em vista já ter se esgotado o prazo previsto no § 1º do art. 118 do Regimento Interno do Senado Federal para a Comissão de Assuntos Sociais examinar as emendas de Plenário ao PLS nº 68, de 2003-Complementar, que *regulamenta o § 4º do art. 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria especial a servidores públicos portadores de deficiência, aos servidores policiais que exerçam atividades de risco e aos servidores que exerçam atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física*, requeiro, na forma do inciso I do art. 172 do mesmo diploma legal, a inclusão da matéria em Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Demóstenes Torres**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Nos termos do disposto no art. 255, II, **c**, 12, do Regimento Interno do Senado, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, seja despachado para tramitação também na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com destino à Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia (CMACAA), além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, em virtude de se tratar de matéria de interesse direto entre os objetivos da Subcomissão.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 507, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada em caráter de-

finitivo do Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2007, de minha autoria.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Valdir Raupp**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência defere o requerimento lido nos termos do art. 256, § 2º, I, do Regimento Interno.

O Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2007, vai ao Arquivo.

O Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2003, que tramitava em conjunto, passa a ter tramitação autônoma e retorna à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 508, de 2008.

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada em caráter definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2007, de minha autoria.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Valdir Raupp**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência defere o requerimento lido nos termos do art. 256, § 2º, I, do Regimento Interno.

Há oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, primeiro orador inscrito na tarde de hoje.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me inscrevesse para comunicação inadiável, naqueles cinco minutos que V. Exª, com generosidade, passa para dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Regimentalmente, V. Exª fica inscrito para uma comunicação inadiável pelo tempo de cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Esgotadas as inscrições para comunicações inadiáveis, V. Exª será a terceira inscrita.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, como o primeiro orador inscrito, pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem à tarde, em Porto Alegre, o Movimento Sindical Gaúcho, reunindo 1.200 lideranças de todas as matrizes partidárias, ideológicas, religiosas e também vinculadas a centrais sindicais, aprovaram, com a minha participação, em um ato que emocionou a todos, a seguinte moção de apoio, a qual faço a leitura neste momento.

MOÇÃO DE DENÚNCIA, DEFESA E APOIO

Nós, mais de mil e cem (1.100) trabalhadores e sindicalistas representando uma centena de entidades sindicais, reunidos no SEMINÁRIO DO DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA ÀS VÍTIMAS DE ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO, organizado pelo Fórum Sindical da Saúde do Trabalhador e CUT/RS, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, denunciamos a forma como estão sendo realizadas as perícias médicas no INSS que, sistematicamente, vem eximindo as empresas da responsabilidade pelas doenças ocupacionais.

Manifestamos também, neste ato, total apoio ao Senador Paulo Paim, autor dos Projetos de Lei que derrubaram, no Senado da República, o FATOR PREVIDENCIÁRIO, e re-introduziu a correção das aposentadorias e pensões pelo índice de reajuste do Salário Mínimo.

Exprimimos, ainda, a nossa incondicional defesa do tema por se tratar de interesse histórico dos trabalhadores brasileiros – direito retirado no período neoliberal – e reafirmamos o compromisso de empreender uma luta nacional para que sejam os projetos aprovados na Câmara dos Deputados e sancionados pelo Presidente da República.

Porto Alegre, 28 de abril de 2008.

Sr. Presidente, na mesma linha, agradeço o apoio aos projetos recebido de todos os sindicalistas do País,

também da CNBB, das Câmaras de Vereadores, que estão encaminhando moções de apoio ao Congresso Nacional e às Assembléias Legislativas. Abaixo-assinados também estão sendo recolhidos em todo País.

Sr. Presidente, quero ainda registrar que foi com alegria que recebi, em meu gabinete em Canoas, no Rio Grande do Sul, o Presidente Nacional da UGT, Ricardo Patah, juntamente com toda a diretoria, que me visitaram e me ofereceram total apoio aos projetos aprovados pelo Senado. Mas não só aos dois, ao do fim do Fator Previdenciário e àquele que trata do reajuste dos aposentados, mas também à Emenda da Saúde.

Ainda no fim de semana, Sr. Presidente, reuni-me em Canela com a direção da nova Central Sindical que, por unanimidade, também declarou o seu apoio às decisões do Senado.

Ainda em Porto Alegre, reuni-me com os dirigentes da CUT, no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e, na palavra do presidente Celso, foi determinado que todos os sindicatos vinculados à Central farão uma grande mobilização pela aprovação dos referidos projetos.

Quero dizer também que me reuni, em Porto Alegre, no Hotel Embaixador, com os dirigentes da Força Sindical. Todos decidiram pela mobilização para a aprovação dos projetos.

Tivemos também a Federação dos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul que declarou que cerca de 1 milhão e 200 mil aposentados do Rio Grande estão mobilizados pela aprovação dos respectivos projetos.

Sr. Presidente, por último, quero ainda destacar que me reuni, em Porto Alegre, com a Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores, reunião com quorum altíssimo, com a presença do Presidente do Partido, meu companheiro Olívio Dutra, ex-Prefeito de Porto Alegre, ex-Governador do Estado e ex-Ministro das Cidades.

A posição do Presidente e da Executiva, nas palavras do próprio Presidente, foi que a reivindicação é justa para aposentados e futuros aposentados.

Por isso, o Partido se posicionou a favor de um amplo diálogo com a Câmara dos Deputados e com o Executivo, para construirmos alternativas ao fim do fator previdenciário e garantirmos os reajustes dos benefícios de todos aposentados e pensionistas.

Olívio terminou a reunião dizendo: “Boa luta, companheiro Paim, vamos fazer um debate qualificado pelo bem do nosso Brasil”.

Sr. Presidente, essa é uma luta de todos nós. E saliento mais uma vez a importância desse debate. Temos claro que essa é a caminhada da justiça, é a caminhada que vai permitir que nosso trabalhador de

hoje e aposentado de amanhã possa viver com dignidade.

Quero ainda, Sr. Presidente, terminar com as palavras do escritor Moacyr Scliar, respeitadíssimo não só no Brasil, mas no mundo, e que mora no Rio Grande. Ele escreveu no jornal **Zero Hora**, hoje:

“Enquanto generosos reajustes estão sendo concedidos a várias categorias, pensões e aposentadorias foram drasticamente comprimidas, o que lembra o filme japonês *A Balada de Narayama*, que se passa em uma pequena aldeia japonesa séculos atrás. Nessa aldeia, quem chega aos 70 anos é levado ao topo de Narayama, a nevada montanha próxima, para ali aguardar a morte em congelamento. Uma drástica aplicação da regra darwiniana de sobrevivência do mais apto que o Japão, hoje um país próspero e com uma elevada expectativa de vida, superou há muito tempo e que nós temos que superar também.

A emenda proposta pelo Senador Paulo Paim, que estende às aposentadorias e pensões o mesmo percentual de reajuste dado ao salário mínimo, é pelo menos um ponto de partida para isso.”

Ou seja, ele demonstra que se, nada for feito, estaremos condenando à morte os nossos idosos. E aqui ele faz então um belo artigo, dando força para que a Câmara dos Deputados aprove essa proposta.

É claro, Sr. Presidente, que as palavras de Moacyr Scliar, que acabei de ler, nos deixam muito orgulhosos pelo respeito que tenho a esse cidadão. Mas tenho um entendimento, por tudo aquilo que tenho recebido de todo o Brasil, de que estamos no caminho certo. É claro que alguns já me mandam algumas cutucadas, como gosto de dizer, até em tom de ameaça. Fazem documentos mentirosos tentando confundir a opinião pública, mas isso não me preocupa. Tenho dito que farei um debate qualificado e de alto nível. Por isso que não dou bola para que um ou outro escreva alguma impropriedade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paim, Senador Camata, olha, é muito oportuno, vou pedir a V. Ex^{as}, serei breve. Os aplausos a V. Ex^a são do Brasil todo e lá do Piauí. Olha, essa queda do fator previdenciário é uma necessidade. Camata, atente bem, preste atenção que você é um homem regimental. Padre Antonio Vieira disse que um bem é acompanhado de outro bem. E eu digo que um mal é acompanhado de outro bem. Camata, esse fator previdenciário é uma desgraça, é uma imoralidade, só existe no País, e V. Ex^a está nos tirando essa nódoa. Os velhinhos, que

pagaram dez salários a vida toda, por 35 anos, para receberem dez salários mínimos, estão recebendo cinco, quatro salários. Os que pagaram a vida toda, ou seja, por 35 anos, cinco salários estão recebendo dois. Atentai bem, um bem é seguido de outro bem; e um mal também, Camata. Camata, olhe para cá, imagine o amor: Camata e Rita, belo Amor; Mão Santa e Adalgisa. Então, esses planos de saúde, eu novinho, esse negócio de quando eu morrer, a mulher fica... Eu não quis, eu fui ver um plano que eu pudesse usufruir. Camata, eu fui para um tal de Aplub, que é do seu Estado, Paim, é uma vergonha. Você tem de pedir para jogarem pedra na sede da Aplub. Camata, fiz aquilo, li, atentai bem, preste atenção, Camata, paguei 25 anos e depois eu pensei, eu sonhei passar com a Adalgisinha, 25 anos ainda estava novo, antes de me aposentar. Esse é bom, cinco salários mínimos. Paguei religiosamente! Sabe quanto eles estão me pagando? R\$165,00. Viram o Governo, o Governo salafário, corrupto, sem-vergonha, que roubou os velhinhos aposentados, e estão fazendo a mesma coisa. Estão enganando os brasileiros e as brasileiras, os velhinhos, prometendo uma previdência privada, as aposentadorias privadas. É uma porcaria – e é lá, do seu Estado: Aplub. Eu paguei, religiosamente, ô Camata, 25 anos, para, depois, sair com Adalgisa por aí namorando. Que coisa! Estão-me pagando R\$165,00. E se baseiam na malandragem do Governo Federal, que está fazendo isso com os velhinhos dele. Esse é o País, essa é a vergonha. E V. Ex^a está livrando este País desse caos. Nós não podemos ficar na História como o único País perverso com nossos velhinhos e idosos. Parabéns e vamos juntos à luta, à guerra e à vitória.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para concluir, eu queria cumprimentar a Executiva do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul pela decisão tomada ontem de apoiar o amplo diálogo na Câmara dos Deputados, para que os dois projetos possam ser aprovados e sancionados pelo Presidente.

Sr. Presidente, vou dar por lido este pronunciamento, no qual faço uma análise da crise mundial de alimentos e que me leva a refletir sobre a importância da produção de alimentos no Brasil. Tenho certeza de que, como disse o Presidente Lula, o Brasil será o celeiro do mundo. O nosso País tem condições de desenvolver o potencial tecnológico necessário para aumentar a produtividade, além de não apresentar dificuldade alguma quanto à ampliação das áreas de cultivo pela enorme extensão de terra produtiva.

Sr. Presidente, entendo que, quando o debate da produção de alimentos se faz internacionalmente, o Governo toma uma posição correta em dizer que vai

investir, sim, na produção de alimentos, sem prejuízo às outras culturas.

Mas, hoje, pela fala que ouvi, percebo que a onda do bem, a onda do preço bom, a onda da produção de alimentos será fundamental para o desenvolvimento econômico, social e político do País, inclusive como fonte geradora de emprego.

Termino com a fala do ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que acredita que o País pode dobrar a área com grãos e ampliar em duas vezes e meia o volume da safra de alimento, atingindo 350 milhões de grãos.

Como já ultrapassei o tempo, Sr. Presidente, quero que V. Ex^a considere na íntegra meu pronunciamento, fortalecendo essa visão do empreendimento no nosso campo, na área rural, principalmente na produção de alimentos.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a atual crise mundial de alimentos nos leva a refletir sobre a possibilidade de o Brasil se tornar o grande celeiro do mundo.

O nosso País tem condições de desenvolver o potencial tecnológico necessário para aumentar a produtividade além do que não apresenta dificuldades quanto a ampliação de áreas cultiváveis, pela enorme extensão de terra produtiva.

Obviamente isso pode ocorrer desde que hajam políticas públicas de médio e longo prazo com estratégias de produção e de comercialização.

Nos últimos anos a produtividade cresceu fortemente, mas houve certo travamento no processo de produção devido aos altos custos, provocados pelo preço dos insumos, do crédito, do transporte e outros fatores, além da alta carga tributária que temos enfrentado.

Segundo recente matéria publicada em jornal de circulação nacional, o Governo federal já teria uma estratégia para enfrentar a crise mundial de alimentos.

Uma das medidas seria o de estabelecer créditos para que os agricultores não escolham o que plantar só a reboque da “onda do preço bom”.

Essa política de crédito seria principalmente para os setores que estão enfrentando problemas, como o do feijão, e que provocam alta de preços e alta da inflação.

Os grandes, médios e pequenos agricultores têm de entender que vale a pena produzir alimentos tanto para a exportação quanto para o consumo interno.

Hoje são 47 milhões de hectares usados para produzir alimentos. Temos também cerca de 50 milhões de hectares de pastagens subaproveitadas e com característica favoráveis para a agricultura.

O ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, acredita que o Brasil pode dobrar a área com grãos e ampliar em duas vezes e meia o volume da safra de alimentos, atingindo 350 milhões de grãos.

Ele considera que o aumento da área plantada deve vir acompanhada do aumento da produtividade, que, segundo ele, nas lavouras brasileiras é baixa.

Para termos aumento de produtividade, Sr. Presidente, é preciso que tenhamos tecnologia e mão de obra qualificada. É preciso investimentos na educação e na pesquisa.

Sabemos que na grande maioria das pequenas e médias propriedades rurais as atividades e as lidas com o plantio acontecem graças ao aprendizado rotineiro de pai para filho.

Como sou um incentivador e um apaixonado pelo ensino técnico profissionalizante, entendo que é fundamental – se queremos ser o celeiro do mundo – termos fortes investimentos em escolas técnicas agrícolas potencializando as regiões e micro-regiões produtoras de alimentos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, lembro que sou autor da PEC nº 24/05, que cria o Fundep (Fundo Nacional do Ensino Técnico Profissionalizante).

Se hoje o Fundep já estivesse valendo, teríamos um aporte financeiro de cerca de R\$2,6 bilhões para a expansão do ensino técnico e para construção de novas escolas.

Um valor significativo para o setor educacional que, com certeza, alavancaria a indústria, o agricultura brasileira e, por conseqüência, toda a economia do país.

O Fundep tem por base algumas fontes de recursos, entre elas o Imposto sobre a Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O Fundep tem como objetivo gerar emprego e renda, combater a pobreza, as desigualdades sociais e regionais.

Ele busca a descentralização regional, a elevação da produtividade, a qualificação e a competitividade do setor produtivo.

No mundo cada vez mais globalizado, em que as fronteiras comerciais se tornam cada vez mais tênues temos que buscar a eficácia mediante a redução da relação custo/benefício de forma que possamos ser cada vez mais competitivos.

A agricultura está tomando proporções grandiosas e, por isso, a necessidade de criarmos também políticas públicas para a pesquisa nas área de ino-

vação, de tecnologia de produção, do transporte, do processamento, da distribuição e comercialização da produção.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação que leio trecho da coluna do escritor Moacyr Scliar publicada hoje no jornal **Zero Hora** de Porto Alegre, na qual este Senador que fala é citado pelo ilustre conterrâneo.

Diz ele:

“Enquanto generosos reajustes estão sendo concedidos a várias categorias, pensões e aposentadorias foram drasticamente comprimidas. O que lembra o filme japonês *A Balada de Narayama*, que se passa em uma pequena aldeia japonesa séculos atrás. Nessa aldeia, quem chega aos 70 anos é levado ao topo de Narayama, a nevada montanha próxima, para ali aguardar a morte por congelamento.

Uma drástica aplicação da regra darwiniana da sobrevivência do mais apto que o Japão, hoje um país próspero e com uma elevada expectativa de vida, superou há muito tempo e que nós temos de superar também.

A emenda proposta pelo Senador Paulo Paim, que estende a aposentadorias e pensões o mesmo percentual de reajuste dado ao salário mínimo é pelo menos um ponto de partida para isso”.

Sr. Presidente, é claro que palavras como as do Moacyr Scliar que acabei de ler nos deixa orgulhosos de sabermos que aos poucos a sociedade vai entendendo que esta luta em defesa dos interesses dos aposentados e pensionistas é mais do que necessária.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, julgo importante trazer a esta tribuna Moção de Denúncia, Defesa e Apoio que recebi do Fórum Sindical da Saúde do Trabalhador e CUT/RS, onde o anfitrião do evento, que também reitera a reivindicação, foi o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre.

Essa Moção se refere à forma como estão se dando às perícias médicas no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Mais de mil e cem trabalhadores e sindicalistas representantes de uma centena de entidades sindicais participaram do Seminário do Dia Internacional

em memória às vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

Eles se mostram contrários ao modo como o INSS vem realizando as perícias e afirmam que, sistematicamente, ele vem eximindo as empresas da responsabilidade pelas doenças ocupacionais.

Manifestaram também, naquele ato, o total apoio que prestam aos projetos de nossa autoria que prevêm a derrubada do fator previdenciário e a correção das aposentadorias pelo mesmo índice dado ao reajuste do salário mínimo e que foram honrosamente aprovados, por unanimidade nesta Casa.

Salientam que se trata de uma demanda de interesse histórico dos trabalhadores e reafirmam seu compromisso de empreender uma luta nacional pela aprovação dos projetos.

Sr. Presidente, quero dizer da seriedade do tema acidentes de trabalho e pedir que o órgão responsável pela avaliação dos casos, escute os trabalhadores e suas argumentações.

Agradeço o apoio recebido aos projetos e me junto à luta desses sindicalistas, de todo movimento sindical, da CNBB, das Câmaras de Vereadores e da sociedade que também tem enviado abaixo-assinados em prol destes projetos.

Vou citar apenas algumas manifestações de apoio recebidas por vários setores, pois elas tem sido inúmeras e não teria como enumerá-las todas.

Recebi, nesse final de semana, em meu Gabinete, em Canoas, o Presidente da UGT, Ricardo Patah, e toda diretoria da UGT, que me disseram que apóiam na íntegra a aprovação desses dois projetos.

Em Canela reuni com a Nova Central Sindical que, por unanimidade, aprovou Moção de Apoio também em prol destes projetos.

Ainda em Porto Alegre, reuni com os dirigentes da CUT, do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e na palavra do Presidente Celso Woyciechowski, foram determinados e farão uma grande mobilização pela aprovação.

A Federação dos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul disse a um programa de TV para o Estado, que “os 1 milhão e duzentos mil aposentados estão mobilizados para cobrar dos Deputados a aprovação dos projetos do Senador Paulo Paim pois se trata de uma questão de fazer justiça a todos os aposentados”.

A mobilização será grande!

E, por último, Sr. Presidente, reuni com a Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores, com a presença do Presidente Olívio Dutra, ex-Prefeito de Porto Alegre, ex-Governador do estado do Rio Grande do Sul e ex-Ministro das Cidades.

A posição do Presidente da Executiva, nas palavras do próprio Presidente, foi de que a reivindicação é justa para aposentados e futuros aposentados.

Por isso, o Partido se posicionou a favor de um amplo diálogo com a Câmara dos Deputados e com o Executivo para construirmos alternativas ao fim do fator previdenciário e a garantia dos reajustes dos benefícios de todos aposentados e pensionistas.

Olívio terminou dizendo: “Boa luta, companheiro Paim, vamos fazer um debate qualificado pelo bem do nosso Brasil”

Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é uma luta de todos nós. E saliento, mais uma vez, que já apresentamos meios de tornar as propostas viáveis, contrariamente ao argumento de que elas oneram os cofres públicos e não tem previsão de fontes ou alternativas para sua implementação.

Esperamos que a Câmara dos Deputados haja com sensatez e justiça! Certamente é o que os eleitores esperam de seus Parlamentares.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O conteúdo da fala de V. Ex^a, Senador – desculpe-me dizer –, aparece em matéria do **Financial Time**, edição de hoje, em que se afirma que, para se combater a crise de alimentos com rapidez, o único país que tem conhecimento tecnológico e capacidade produtiva é o Brasil. E o jornal chama a atenção das autoridades da ONU para o papel que o Brasil pode desempenhar neste momento.

Cumprimentos a V. Ex^a pela fala.

A Presidência queria se desculpar com o Senador Expedito Júnior, que estava no plenário e tinha inscrição anterior ao Senador Paulo Paim. Não visualizei V. Ex^a no fundo do plenário, pois as luzes me impediram de vê-lo. Desculpo-me com V. Ex^a.

E percebi, Senadora Ideli Salvatti, desculpe-me também, quando V. Ex^a pediu a palavra para uma comunicação inadiável. Mas o orador, o Senador Paulo Paim, já estava na tribuna. Mesmo assim, desculpo-me com V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu, pela ordem.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria apenas de comunicar a esta Casa que terminamos uma reunião muito importante para o Brasil e para a pecuária brasileira, na Câmara dos Deputados, uma reunião conjunta da Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado com

o Parlamento europeu, onde discutimos o embargo à carne brasileira por parte da União Européia. Houve uma discussão quente, na qual mostramos todos os nossos descontentamentos com relação à atitude da União Européia contra a carne brasileira.

A pecuária brasileira passou mais de 40 anos quase que sozinha, sem subsídio de Governo, sem ajuda governamental, às custas dos produtores rurais deste País, com tecnologia de ponta, que fizeram com que a pecuária brasileira pudesse ser invejada por todo o mundo, principalmente pela produção de qualidade e com baixíssimo custo. Isso irritou bastante os europeus, principalmente o Parlamento europeu, que produzem com um custo quase cinco vezes maior que o do Brasil.

No dia de hoje, apesar das nossas animosidades, das nossas divergências, tiramos de lá uma meta importante. O presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento europeu declarou, publicamente, que a União Européia nunca exigiu rastreabilidade tão rigorosa como a que estamos praticando no Brasil e que nunca exigiu a certificadora, nem o brinco. Eles querem apenas duas coisas: que consigamos comprovar a estada do animal por 40 dias na propriedade antes do abate e que ele esteve por 90 dias na zona liberada. Apenas esses dois fatores são as exigências declaradas, hoje, pelos participantes do Parlamento europeu no Congresso Nacional.

Há pouco, eles encaminharam-se a uma churrasceria brasileira, a convite da CNA e das duas Comissões, para saborear a carne brasileira e conhecer a qualidade com que cuidamos do nosso rebanho.

Dissemos a eles, Sr. Presidente, que não conhecemos nenhum brasileiro e nenhum cidadão do mundo que tenha morrido porque comeu carne com aftosa, mas conhecemos centenas de europeus que morreram por conta da “vaca louca”. Isto é o que nós queremos: o respeito mútuo. Nós precisamos vender carne para eles e eles precisam comprar carne do Brasil. Nós queremos um comportamento equilibrado, uma conversa entre pessoas maduras e adultas e não uma conversa de enganações, usando uma questão sanitária para disfarçar uma atitude econômica: o embargo econômico com relação ao custo da carne brasileira.

O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Reinhold Stephanes, que tem sido um grande lutador nessa área, já tomou conhecimento do que aconteceu na Comissão.

Nós vamos partir desse princípio das duas sugestões, solicitações e imposições da União Européia: os 40 dias na propriedade antes do abate e os 90 dias na zona livre de aftosa, também antes do abate.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência concorda com V. Ex^a. Entretanto, no tempo concedido pela ordem não é para se fazer um discurso, segundo o Regimento Interno. Mas concordo em gênero, número e grau com o discurso de V. Ex^a, paladina da defesa do agronegócio no Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a tem o tempo de cinco minutos regimentais.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, desculpe-me se desobedeci o Regimento. Sou uma Parlamentar que pretende cumprir à risca não só as leis do meu País, mas também as da minha Casa. Da próxima vez, serei mais cuidadosa no cumprimento do Regimento que dirige esta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Camata, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, deixei de ir ao belo Estado de Rondônia, bem governado por Ivo Cassol. O Senador Expedito Júnior, com perspectivas invejáveis na política de lá e do Brasil, convidou-me, em nome do povo de Rondônia, para receber o título de cidadão.

Eu não fui, Expedito Júnior, porque eu tinha um compromisso. Tem aqueles irmãos camaradas. São dois gêmeos, lá do sul do Estado, Prefeitos: um de Uruçuí e outro de Canavieira. Têm uma irmã Deputada. Eu tinha, também, uma missa de sétimo dia de um grande empresário, político cinco vezes, filho de Floriano, Filadelfo Castro.

Eu fui, Camata. Camata, é tudo cacarejamento, aí, do Governo. É tudo mentira! É aquilo que o Goebbels disse: mentira repetida, repetida, se torna verdade.

Olha, eu fui, mas irei a Rondônia orgulhosamente, na próxima época. Eu já tinha esse compromisso de aniversário e missa de sétimo dia, e não podia mudar. Saí de Floriano, Regeneração, Bertolína, Canavieira e voltei por outro.

Camata, atentai bem!

Ô meu amigo Presidente Luiz Inácio, Pedro II, 49 anos, só viajou três vezes: uma vez para a Europa, uma para as Américas e outra para os Estados Unidos. Numa delas, ô Senador Eurípedes, ele escreveu: “Minha filha Isabel, lembre-se de que estrada é o melhor presente que você pode dar a um povo.” D. Pedro II, para a Princesa Isabel, grande mulher, extraordinária mulher. Tem mulheres extraordinárias. No pouco tempo em que assumiu, libertou os escravos.

Depois, o Camata sabe, porque ele sabe das coisas, houve um Presidente que disse: “Governar é fazer estradas”. Washington Luís. Aprenda. Não foi Arthur Bernardes, não, Camata. Eu estou aqui para ensinar, mas você é PhD. É que ficou nervoso porque falei, ainda agora, na Rita e comparei-a com a Adalgisa. Camata, Washington Luís.

Comemoramos, hoje, Brasília. Juscelino, o ícone, médico como eu, cirurgião como eu, de Santa Casa, do Exército, da Polícia Militar, prefeitinho, governador, sorridente, afável, agradável, foi cassado bem aí pela política injusta.

Brasília, um filho. Meta simples, mas importante mesmo foi onde ele governou. Binômio.

Ô Luiz Inácio, eu estou lhe oferecendo de bandeja. Eu sou o melhor para você, aqui, da política. Energia e transporte. Energia e transporte. Juscelino.

Olha, Camata, sabe o que é um sujeito percorrer 100 quilômetros em quatro horas? Eu pensei...

Na segunda-feira, ontem, eu faltei à sessão. Quando eu estou presidindo, sou generoso, dou tempo para todo mundo e vai até de madrugada.

Camata, ontem terminou cedinho. Eu não cheguei sabe por quê?

A festa de aniversário dos gêmeos acabou. Eu vou lá há muitos anos. Chico Filho é de Uruçuí, a capital da soja. Virou um carro e morreu gente. Aí, ele mandou despachar a orquestra, só que as comidas tinha de dar mesmo, porque não iam estragar. Acabou. Então, eu voltei às nove horas da noite. Tinha ido... “Não, tem outra melhor”. Rapaz, tinha de ter trator para rebocar os carros. Levei, ali, em menos de 100 quilômetros, quatro horas. Eu ia direto para Teresina, mas não agüentava, porque de Floriano a Teresina é asfalto. Tive de ficar no hotel. Daí, eu não vim ontem. Acabou cedo.

Então, Luiz Inácio, é tudo mentira, estão enganando-o. Eu peguei minhas emendas, muitas delas... As federais estão mais ou menos arrumadas. Agora, aí, vão dizer: “Não, mas e as estaduais?” O Governo estadual é do PT.

Olha, rapaz, não agüenta, não. Estrada ruim não é brincadeira, não. Aí, uma passageira, Diana, começou a vomitar. Eu não tinha visto mais esse negócio, porque é pior do que aqueles navios antigos, que dão náuseas. Era buraco, caindo, e tivemos, então, de pernoitar na cidade de Floriano para, no outro dia... Eu perdi a passagem de manhã e só vim à tarde. Então, é tudo conversa. E, lá, o aniversário foi triste por isso, porque tinha de virar um carro num negócio desse, numa estrada dessa. Um dos convidados... Uma estrada dessa... Mas essa é a tristeza.

Eu ouvi atentamente, Senador da República, aqueles plantadores de soja que saíram do Rio Gran-

de do Sul, saíram de Santa Catarina, 11 milhões de hectares. “O senhor é culpado, o senhor nos incentivou. Botou a Bunge. Nós plantamos, mas não tem estrada. Como é que vai nas estradas?”. Existe uma profissão agora, um trator para rebocar as carretas. Para chegar a um lugar, são uns cinco pedágios desses, não sei nem o nome, um trator para rebocar. Sem estradas.

Venho fazer um apelo, um pedido a Sua Excelência, o Luiz Inácio, porque o estão enganando. Não é dinheiro. O Governador é do PT, mas não pode.

A soja. Estão falando aí da fome. Eles plantaram. Era 50 a saca, baixou para 30. Está na contramão do mundo. Não estão aumentando os alimentos? Mas diminuiu. Sabe por que, Expedito Júnior? Porque não tem armazém, eles têm que entregar logo. Porque o transporte é mais caro.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe de um minuto para encerrar seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é, então eu apelo neste minuto para aquele Cristo, que fez o Pai-Nosso em um minuto. Está escrito pelo próprio Cristo: “Pedi e dar-se-vos-á”. Então, vim pedir a Sua Excelência o Presidente da República, porque os aloprados o estão enganando. Nunca vi tanta desgraça e tanta pobreza em nosso Estado, o Piauí. Resta-nos a esperança. Como terminei ainda há pouco, Juscelino disse: “Melhor sermos otimistas. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado”. Espero que Sua Excelência o Presidente da República atenda a esse apelo do Piauí, que Pedro II já havia ensinado à sua filha Isabel.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa agradece a V. Ex^a pelo cumprimento fiel do Regimento.

Próximo orador inscrito, Senador Expedito Júnior, que tem o tempo de dez minutos. A seguir, falará a Senadora Ideli Salvatti, por permuta com o Senador Gerson Camata.

Com a palavra, o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, Sr^s e Srs. Senadores, vou fazer um relato da Subcomissão que avalia a crise do meio ambiente.

Nesta Casa, alguns Senadores, às vezes, têm medo de falar sobre este assunto, às vezes, não gostam de falar e, às vezes, são mal compreendidos. Eu não tenho medo de falar sobre este assunto, eu não tenho medo de denunciar aqui os abusos da Operação Arco de Fogo, porque a criação dessa Subcomissão,

proposta pelo Senador Flexa Ribeiro, foi exatamente nesta linha: ninguém é contra a fiscalização; ninguém é contra a Operação Arco de Fogo; ninguém está defendendo os madeireiros que trabalham na "ilegalidade". Não sou representante de nenhum setor madeireiro do Estado de Rondônia. Não fui financiado por nenhum madeireiro no meu Estado. Por isso, não tenho medo de falar sobre o assunto.

Senador Paulo Paim, sei que a preocupação com a nossa preservação é um assunto que chama a atenção do mundo. Mas não podemos permitir abusos.

Estávamos no helicóptero eu e os Senadores Jayme Campos, Gilberto Goellner e Flexa Ribeiro e tivemos o privilégio de descer no pátio de uma madeireira que estava sendo fiscalizada pela Operação Arco de Fogo, pela Força Nacional e pela Polícia Federal. Ali descemos exatamente para saber o que estava acontecendo e os rumos que tomava a fiscalização.

Vejam bem, vou falar pelo Estado de Rondônia: todas as madeireiras fiscalizadas pela Operação Arco de Fogo têm seu plano de manejo aprovado ou pelo Instituto Federal, o Ibama, ou pela Sedam (Secretaria Ambiental do Estado de Rondônia), e também têm sua licença ambiental, a LO (Licença Operacional).

Pois bem. Vem a fiscalização, nobre Presidente, no pátio de determinada madeireira. Identifica-se ali um excesso, não bate o número, até por conta do que calcula o Ibama e do que calcula a Sedam, pois são taxas diferenciadas, e não bate a metragem feita no plano de manejo com a madeira que está no pátio da serraria. Mas esse 'não bate', até agora, somando-se todas as fiscalizações e a madeira apreendida no Estado de Rondônia, ainda não deu 10% da madeira apreendida.

E até 10%, tanto o Ibama quanto a operação chefiada pela Polícia Federal dizem que aceitam a diferença. Mas, veja bem, baixa a fiscalização, e encontram ali uma diferença de 12%, 13%, 15%. Eles apreendem os 5% da madeira que estaria descoberta, porque não existiria o plano de manejo, lavram a multa ao madeireiro e lacram a madeireira. A madeira que ficou no pátio está com a cobertura do plano de manejo, aprovada pelo Ibama, aprovada pela Sedam. Onde você consegue identificar na legislação a autorização para lacrar a madeireira, com uma polícia judiciária? Como vão poder fiscalizar, como vão querer criar desemprego para o País? E não estou falando aqui das madeireiras que trabalham na ilegalidade. Em Rondônia não estão. Estão com o plano de manejo aprovado, estão com a licença aprovada.

No final de semana, estivemos em dois municípios: no Município de Cujubim e no Município de Machadinho. A cidade parou. O discurso do Prefeito

de Machadinho era que estávamos lá para assistir ao funeral da cidade.

Portanto, somos favoráveis, entendemos que a fiscalização é importante, que a operação é importante, mas não se pode penalizar quem tenta trabalhar corretamente. Não entendo essa política. Se há um grande culpado, um grande responsável nessa política de desmatamento, é o próprio Governo, é o próprio Inbra. O responsável pelo desmatamento em Rondônia não é o madeireiro, são os assentamentos e as invasões.

Fiz questão de colocar os Senadores no helicóptero e sobrevoar as áreas de assentamento, as áreas de invasão e as áreas de reserva. Sr. Presidente, as reservas no Estado de Rondônia estão todas intactas, todas preservadas. Não é justo o tratamento que estão dando aos madeireiros do meu Estado.

Senador Mão Santa, em Rondônia, nós fizemos o dever de casa. Não existe uma madeireira que não tenha seu plano de manejo aprovado. O que existe hoje é divergência de números, pois não bate o número fiscalizado pelo Ibama com o número fiscalizado por quem concede a licença, que é a Secretaria do Meio Ambiente.

Pedimos prudência. Ninguém é louco de ir contra uma fiscalização dessa natureza. Ninguém. Nem eu, nem o Senador Jayme Campos, nem o Senador Flexa Ribeiro, tampouco o Senador Gilberto ou o Senador Sibá, que estava inclusive em Belém, e, acredito eu, muito feliz na sua fala, e classificava as empresas em "a", "b" e "c". Empresa "a" era a empresa 100% regularizada; empresa "b" era a empresa mais ou menos, que dava para ser recuperada; e empresa "c" era aquela que não tinha recuperação. Esse tipo de empresa não existe em Rondônia.

Já foram fiscalizadas 54 madeireiras em nosso Estado. Cerca de oitenta, noventa mil metros cúbicos de madeira foram apreendidos. Dois mil e novecentos metros cúbicos de madeira. Como é que se fecha uma madeireira? Baseado em que fatos colocam cinco mil pais de famílias, como no Município de Machadinho, no olho da rua? Querem agradar a quem com essa medida? Às ONGs?

No dia em que estávamos lá, vários jornalistas nos ligavam e perguntavam qual era o tamanho da área de terra que eu tinha, quantas cabeças de gado eu tinha, se eu tinha sido financiado pelo setor madeireiro. Eu disse: "Inclua mais uma pergunta aí: verifique quais são os políticos financiados pelas ONGs".

Então, não é justo. Estou aqui hoje defendendo meu Estado, Rondônia. Hoje é Cujubim, ontem foi o Município de Machadinho, e não sei, dos 52 Municípios, quantos serão fiscalizados por essa operação.

V. Ex^a me pede um aparte, Senador Mão Santa. Numa dessas visitas que fizemos ao Município de Machadinho, fiquei impressionado com a liderança exercida por V. Ex^a. Esqueci, na minha casa, em Porto Velho, uns seis ou sete presentes que a população fez questão de embrulhar e de dedicar a V. Ex^a. Pediram-me que entregasse a V. Ex^a aqui no Senado, por representar o povo do nosso Estado. Esqueci isso em Porto Velho, mas fiquei impressionado com a liderança que V. Ex^a exerce nesta Casa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Expedito Júnior, fiquei, vamos dizer, maravilhado com o Estado de V. Ex^a, pela gente trabalhadora. Encontrei lá muitos piauienses com dificuldade: é a visão de miopia ou de cegueira do Governo; eles estão buscando emprego em outros lugares. Mas Gerson Camata, é preciso entender as coisas; digo que a ignorância é audaciosa. Sei disto, e o Camata está ali e é sabido: Aristóteles foi o primeiro que se meteu em política; Hipócrates, em medicina; Sócrates, em filosofia; e Sófocles foi o primeiro ambientalista. Ô Camata, Sófocles é muito atual. Ele dizia que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano, é o homem. V. Ex^a está presenciando o homem – o homem trabalhador, o homem empresário, o homem empreiteiro, o homem madeireiro. Esse homem tem um grande defensor e representante, que é V. Ex^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – E é o homem trabalhador ecologicamente correto que estamos defendendo. Não estamos defendendo aqui, já disse e vou reafirmar, quem está trabalhando na ilegalidade, na clandestinidade, até porque, lá no meu Estado, esse tipo de madeireiro não há, quero registrar novamente aqui.

O que faltou a essa operação, a meu ver, Presidente Gerson Camata, foi planejamento. Eles foram muito açodados: com uma notícia do Inpe, em seguida, já quiseram dar uma resposta à sociedade – não sei qual. Não foi uma fiscalização planejada, não foi uma operação planejada...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a tem um minuto para concluir.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Para concluir, não foi uma operação organizada. Tenho certeza de que o Governo Federal – que exatamente combate a miséria, a fome –, tenho certeza de que o Presidente Lula não quer isso para Estado nenhum, para brasileiro nenhum.

No meu Estado, se continuarem levando essa fiscalização a ferro e fogo, da maneira como estão fazendo, vão gerar lá muitos miseráveis, muitos desem-

pregados, que, passando fome, ficarão, nos corredores das Prefeituras, pedindo esmola.

O povo do meu Estado não quer esmola. O povo do meu Estado quer emprego. E, por conta do povo de Rondônia, vou subir sempre a esta tribuna, para defendê-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex^a pelo cumprimento do tempo regimental.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Pres. nº 119/2008/CMO

Brasília, 23 abril de 2008

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho Presidente do Senado Federal

Assunto: Solicita a substituição do volume VI da Redação Final do Projeto de Lei nº 30/2007–CN (PLOA/2008).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, e, em atendimento ao Ofício nº 44/2008, de 15 de abril do corrente, do Relator-Geral do PLOA 2008, Deputado José Pimentel, informo a Vossa Excelência que o Volume VI da Redação Final ao Projeto de Lei nº 30/2007–CN (PLOA 2008) foi gerado com os seguintes erros materiais decorrentes de processamento dos dados:

- o campo relativo à descrição da ação está trazendo o nome do programa;
- os Quadros-Síntese não estão evidenciando o campo Função/Subfunção;
- há Quadros-Síntese, Programas, Funções e Subfunções sem o valor correspondente;
- o campo referente ao GND traz apenas o código, deixando de trazer a expressão “4–INV”, conforme consta do Projeto de Lei.

Providenciadas as devidas correções junto ao Prodasen/SF, reencaminho a Vossa Excelência o referido Volume VI, a fim de que a impressão gerada espelhe com fidedignidade as votações ocorridas tanto na CMO como no Plenário do Congresso Nacional.

Outrossim, solicito que este Volume VI corrigido seja enviado à Presidência do Congresso Nacional para que esta providencie a respectiva substituição junto à Casa Civil da Presidência da República.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Uma vez que se trata de “erros materiais decorrentes de processamento de dados” na redação final, conforme o ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 325 do Regimento Interno, a Presidência determina a republicação do Volume VI da Redação Final do Projeto de Lei nº 30 de 2007, do Congresso Nacional, bem como o envio do referido volume retificado à Presidência da República.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Como oradora inscrita, pelo tempo de dez minutos, tem a palavra a Sr^a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que ontem o Senador Sibá Machado fez referências ao resultado de mais uma pesquisa da CNT/Census, que apresenta uma evolução extremamente positiva para o Presidente Lula e para o seu Governo.

Essa evolução está atingindo números extremamente significativos. Por exemplo, a avaliação do Governo do Presidente Lula pulou de 52,7% na última pesquisa, em fevereiro, para nada mais, nada menos do que 57,5%. Portanto uma evolução bastante impressionante para dois meses, de 52% para 57%. E a avaliação pessoal do Presidente também atingiu um percentual extremamente significativo, pulando de 66,8% para 69,3%. É uma avaliação inédita para um Presidente, principalmente em segundo mandato.

E aparece a questão do terceiro mandato, Senador Gerson Camata, até como algo natural. Se quase 70% aproximadamente avaliam o desempenho do Presidente como bom, e 57%, o Governo como ótimo e bom, é natural as pessoas quererem que ele continue, não é?

Quando um jornalista me pediu para fazer uma avaliação sobre como eu entendia essa resposta, que apareceu, de forma tão contundente, na pesquisa sobre o terceiro mandato, disse, de forma muito clara: “Se fizerem uma pesquisa sobre a pena de morte, tenho certeza de que boa parte da população será favorável a ela, principalmente se não fizermos um bom debate sobre o assunto, mas, nem por causa disso, apoiaremos a pena de morte”.

Então, já há uma definição muito clara por parte do PT, e o Presidente Lula já declarou, alto e bom som, que é terminantemente contrário a qualquer modificação na Constituição para isso.

Tenho brincado com alguns jornalistas – e o Senador Zambiasi, que está adentrando o plenário, como jornalista, vai entender – e dito o seguinte, Senador Zambiasi: se o Presidente Lula, com esses índices de popularidade, de avaliação positiva do Governo, tem condição, cada vez mais, de fazer o sucessor, por que vai trocar o sucessor mais a possibilidade, se quiser, de voltar em 2014 – e, depois, se não for mudada a regra, de se reeleger – por um terceiro mandato, que, inclusive, seria uma afronta à Constituição?

Então, até por essa lógica, tenho brincado e dito que isso parece mais um complô da Oposição, para trocar um por três. Assim, cada vez mais, a situação que se está configurando é a do trabalho todo para que o Governo realmente termine, em 2010, com grandes possibilidades de o Presidente fazer o seu sucessor.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senadora Ideli, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Concedo um aparte ao Senador Zambiasi.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Eu não poderia deixar de cumprimentá-la pela abordagem do assunto. Acho que mais uma vez ele vem à tona e, mais uma vez, exige do próprio Governo uma manifestação. Todavia, o tema surge, parece-me, primeiro, realmente é o reconhecimento de um momento extremamente positivo que o Governo vive. É óbvio que o Presidente recolhe todo esse calor humano que brota das mais diversas direções, o que é muito importante. Estou aqui com um material – e, se houver tempo, ainda quero manifestar alguma coisa a respeito – sobre, por exemplo, um programa que dará ainda mais popularidade ao Presidente que é o Programa Territórios da Cidadania. Não tenho nenhuma dúvida disso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pena que o PFL não quer, como não quer o Programa Universidade para Todos (ProUni), como não quer a demarcação dos terrenos dos quilombos – vai para o Supremo Tribunal Federal tentar derrubá-la –, mas vai ser feita. E tudo isso vai ser feito porque é muito bom para o povo, é muito bom para a população, e eu tenho certeza de que V. Ex^a vai explicar isso muito bem.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Não sei como os programas estão organizados nos demais Estados do Brasil, mas, no Rio Grande do Sul, o foco do Programa Territórios da Cidadania é a zona sul, a nossa metade sul, que é uma região historicamente excluída, com sérios problemas de desenvolvimento...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Grandes problemas sociais que precisam ser atacados.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Sim; brutais problemas sociais, áreas enormes sem produtividade e que poderiam hoje manter a população em seus

locais e se desenvolvendo. E com essa programação que prevê a inclusão de oitenta ou noventa municípios da metade sul do Estado nós vamos dar um salto de desenvolvimento realmente fantástico e que ajudará inclusive as obras do Porto do Rio Grande, onde está sendo concluída a P-53. Ali se verifica um *boom* de desenvolvimento fantástico, graças ao dique seco que está sendo construído e a outros investimentos. Então, à medida que esses programas que o Presidente vem lançando caem no gosto popular, porque a população percebe que é uma forma de ascender socialmente e melhorar suas condições de vida, é claro que tem alguns setores da sociedade que reagem, numa expectativa de que o Presidente aproveite esse seu grande momento, que entendemos que continuará até o final do mandato, para anunciar algo casuístico, que não vai acontecer, pois confiamos na palavra do Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Certamente, Senador Zambiasi. Eu queria exatamente fazer como V. Ex^a fez, eu queria exemplificar, porque ninguém tem 69,3% de aprovação pessoal e ninguém tem 57% de avaliação ótimo/bom para seu governo se os resultados não fossem palpáveis, concretos. As pessoas não vivem um ano, dois anos, três anos apenas na expectativa de vir a acontecer. Não. Depois do primeiro, segundo e terceiro ano, ou acontece, ou então não tem quem se sustente em popularidade nem em avaliação positiva no sexto ano de mandato.

Quando V. Ex^a coloca o Programa Territórios da Cidadania, eu queria dar dois exemplos. Sexta-feira, tivemos a visita do Ministro Fernando Haddad em Santa Catarina. Começamos por Concórdia, na Escola Agro-técnica de Concórdia, uma escola que tem quase 50 anos. E fomos lá inaugurar obras importantíssimas, como o alojamento feminino, porque, como é uma escola que recebe alunos de mais de cem municípios, não só de Santa Catarina, como do Paraná, do Rio Grande do Sul e de outros Estados, se não tem como dar condição de alojamento para os alunos, eles não têm como estudar. Havia lá o alojamento para os meninos, mas não tinha para as moças. Então, fomos lá inaugurar o alojamento feminino, o prédio administrativo da escola. Só de emenda minha ali, nos últimos três anos, foram R\$3,2 milhões. O Ministro foi lá, conheceu as obras, extremamente importantes, porque a Agrotécnica de Concórdia vai ser um dos *campi* do Instituto Federal Tecnológico, que também vai ter lá no Rio Grande do Sul, como em todos os Estados. Portanto, a partir do ano que vem, já teremos, naquela escola como em todas as unidades de ensino profissionalizante, metade das vagas de ensino médio e metade das vagas de ensino superior. Portanto, estivemos pela manhã fazendo essa visita e importante inauguração.

Depois nos deslocamos para Joinville, a maior cidade do Estado de Santa Catarina, para o lançamento da pedra fundamental do campus da Universidade Federal. A Universidade Federal de Santa Catarina, Senador Zambiasi, tem 47 anos, ficou ilhada até a chegada do Presidente Lula – e olha que já tivemos Ministro da Educação do nosso Estado, já tivemos Ministro de Ciência e Tecnologia em governos anteriores, e Santa Catarina é um dos raros Estados, não conheço quais outros, que só têm uma universidade federal.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Espírito Santo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas veja o tamanho de Santa Catarina e veja o tamanho do Espírito Santo, e a nossa, só na ilha.

Então, agora, com o Governo Lula, estamos colocando para o interior, com o *campi* de 15 pólos e, agora também, com a nova Universidade da Fronteira que vai pegar parte do Rio Grande do Sul, parte do Paraná e parte de Santa Catarina, o que vai brindar toda aquela região, onde a base da agricultura familiar é tão forte, sendo, pois, tão importante ter uma universidade.

Depois nos deslocamos para Jaraguá do Sul, outro pólo industrial importante, para inaugurar também obras do Cefet de Jaraguá, onde inauguramos um prédio muito bonito, um prédio grande de dois andares, com auditório, biblioteca, laboratório de informática, sala de atendimento aos alunos, uma obra também importantíssima, numa demonstração clara de que o ensino público federal de qualidade está se espalhando, se instalando, permitindo que os nossos jovens, os alunos possam, cada vez mais, ter o ensino de qualidade que é ministrado tanto nas agrotécnicas, nos colégios agrícolas, quanto nas escolas técnicas federais.

Ontem, tivemos a presença do Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que também cumpriu uma extensa agenda. Começamos em Florianópolis, mas, por causa do tempo, não houve possibilidade de nos deslocarmos como estava previsto logo no início da manhã. Visitamos a Casa Eficiente, que é um Projeto da parceria entre a Eletrosul e a Universidade Federal, onde se mostra como montar uma casa aproveitando todas as possibilidades para a redução do custo energético de aquecimento e diminuição do consumo de energia. Fizemos, então, esta visita com o Ministro Edison Lobão. Depois, fomos visitar as obras que fazem com que Santa Catarina deixe de ser o único Estado brasileiro cuja capital não é integrada ao Sistema Energético Nacional.

Em 2003, na nossa ilha de Florianópolis, nós tivemos um apagão, tivemos um blecaute, que quase colocou a ponte abaixo – uma das pontes de ligação – porque a linha de transmissão passava embaixo da

ponte. Ocorreu uma explosão lá e ficamos sem luz e quase ficamos sem ponte. Agora, finalmente, a obra está para ser concluída em outubro de 2009. É uma subestação no continente, uma subestação na ilha, um cabo aéreo e submarino, com tecnologia de primeiríssimo mundo; e uma obra muito importante para garantir o abastecimento de energia da capital, da nossa querida Florianópolis, como também interligá-la a todo sistema nacional.

E fomos, posteriormente, fazer uma visita a uma obra de engenharia preciosa, que está sendo realizada em Santa Catarina, que é a Usina Hidrelétrica Salto Pilão, que, não tendo lago, não tendo reservatório, apenas desvia uma parte da água do rio, que cai por um túnel de dez quilômetros dentro da montanha. E, ao cair nesse túnel de dez quilômetros dentro da montanha, perde uma altitude de duzentos metros e, com essa queda, é que ela gera 182 *megawatts*, que é a potência da Usina.

A obra também está muito adiantada. Estava prevista a sua inauguração para 2010; mas já foi antecipada para 2009. A obra tem 40% de financiamento do BNDES; atualmente emprega mil funcionários, a maior parte da região do Alto Vale do Itajaí; e é algo digno de ser visto e de ser divulgado por ser uma obra de engenharia, volto a dizer, preciosa, porque, inclusive, não mexe com nada da agricultura, não desapropria pequeno agricultor, não tira um pezinho de milho de lugar nenhum e consegue, com essa tecnologia, gerar 180 *megawatts* a partir de 2009.

E, por último, o Ministro Edison Lobão participou da posse da nova diretoria da Eletrosul.

Portanto, duas agendas importantíssimas, uma na área da educação, sexta-feira, com o nosso Ministro Fernando Haddad, e, na segunda-feira, com o Ministro de Minas e Energia, visitando obras imprescindíveis para o Estado de Santa Catarina, no sentido da garantia do abastecimento e de geração de nova energia.

É por isto, Senador Zambiasi, porque está mudando efetivamente a vida das pessoas, que o Presidente Lula tem essa avaliação. Eu não tenho nenhuma dúvida. Se tivéssemos ficado exclusivamente, como alguns teimam em insistir, na propaganda, na divulgação de coisas que não acontecessem, fazendo repetidas afirmações que não tivessem amparo na realidade, com certeza, o Presidente Lula não estaria com 57% de “ótimo” e “bom” em termos de avaliação do seu Governo e 69,3% na sua avaliação pessoal. É porque a vida tem melhorado, e muito; é exatamente por essa melhora no cotidiano e na vida das pessoas que todos nós, em todos os nossos Estados, estamos vendo e acompanhando – e contribuímos também

para isso –, que o resultado na pesquisa se apresenta dessa maneira.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Gerson Camata, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, V. Ex^a pode usar da palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para solicitar minha inscrição para falar pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido.

O Senador Camata usará da palavra para uma comunicação inadiável por cinco minutos, nos termos do Regimento. Mas como sou do Novo Testamento: sete mais sete. Quando lhe pedem uma camisa, dê a capa também. Assim, V. Ex^a use o tempo que achar conveniente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado a V. Ex^a. Cumprirei o Regimento na palavra, na letra, no item e no artigo, em toda a sua plenitude.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a ONU classificou na sexta-feira, último dia 25, a alta dos preços de alimentos como uma “crise global”, e conclamou a comunidade internacional a agir imediatamente para resolver o problema. Até agora, contudo, organismos multinacionais e países desenvolvidos optaram pelo caminho mais fácil – e o organismo da ONU para alimentação, a FAO, numa declaração irresponsável do seu Secretário-Geral, ontem, em Roma: encontrar um grande vilão que seria o único responsável pela escassez de comida. Para o papel, elegeram os biocombustíveis, até pouco tempo saudados como a solução para problemas como o aquecimento global.

De remédio para alguns dos males do mundo, eles foram rebaixados a praga do dia para a noite. Um relator da ONU chegou a afirmar que a produção e o uso de biocombustíveis eram um “crime contra a humanidade”. Não foi o único nem o primeiro a proferir tais bobagens. O ditador cubano Fidel Castro e seu discípulo, o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, já haviam investido contra os biocombustíveis.

A verdade é que a disparada nos preços de cereais básicos para a alimentação, como o trigo, o arroz e o milho, nada tem a ver com as plantações de cana no Brasil. Os preços dos alimentos estão em alta devido à conjugação de uma série de fatores. Eles são muitos e incluem uma elevação no consumo, devido à melhoria do padrão de vida das populações da Ásia e da América Latina, o aumento do custo dos fertilizantes – que já acumula 140% nos últimos 12 meses –, o preço do petróleo, que triplicou em quatro anos, a crise imobiliária norte-americana, que fez muitos investidores passarem a aplicar recursos em *commodities* agrícolas.

Enfim, não há como vincular o etanol, muito menos os canaviais brasileiros, à escassez de comida no mundo. Nosso País destina às lavouras de cana menos de 1% dos quase três milhões de quilômetros quadrados usados no setor agropecuário. São essas lavouras que produzem mais da metade do combustível necessário para abastecer a frota de automóveis brasileira.

Como a cultura de cana necessita de rotatividade, muitas das áreas de canaviais são renovadas com lavouras de feijão e soja. Logo, a cana contribui para aumentar, e não para reduzir, a oferta de alimentos. A maior prova disso é que, embora a indústria de biocombustíveis continue a se expandir, o Brasil vai colher este ano 140 milhões de toneladas de grãos, uma nova safra recorde. A entrada da cana aumentou a produção agrícola no Brasil.

Se utilizarmos só 10% das áreas de pastagens para a plantação de cana – prestem atenção nisso –, poderemos produzir etanol em quantidade suficiente para substituir 5% da gasolina consumida no mundo, além de criarmos cinco milhões de novos empregos. Não será preciso recorrer a desmatamento nem invadir áreas de cultivo de alimentos.

Um relatório elaborado em 2005 pela Universidade de Campinas mostra que, se um dia conseguíssemos suprir 10% das necessidades mundiais de combustível, o Produto Interno Bruto do País dobraria. Em São Paulo, a contribuição do açúcar e do álcool de cana para o PIB estadual é igual ao da soja e da pecuária, somadas. Só que, em área ocupada, soja e criação de gado exigem 73 vezes mais terra do que a cana. Se investir em pesquisa para o domínio da tecnologia de produção do chamado álcool celulósico, a partir do bagaço e da palha, que são resíduos da cana, o Brasil pode fazer com que a produtividade de seus canaviais dê um salto formidável.

Organizações ambientalistas difundem pelo mundo o mito de que nosso País está destruindo a Floresta Amazônica para plantar cana. É outra mentira que se

propaga impunemente. As áreas em que o cultivo de cana é possível ficam distantes da floresta. Além disso, dispomos de tanta terra apropriada que poderíamos multiplicar por dez o plantio, e ainda assim mantê-lo bem distante de regiões como a Amazônia, o Pantanal e a Mata Atlântica.

Recentemente, o Presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, mostrou em público um pacote de arroz, para demonstrar que o etanol estaria tirando comida da humanidade. Antes de se pronunciar, deveria ter lido o Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Eis alguns pontos:

- O relatório recomenda a remoção das tarifas impostas ao etanol brasileiro.
- É enfático ao afirmar que o etanol do Brasil é mais eficiente que os outros biocombustíveis e que não contribui para o desmatamento da Amazônia.
- Ressalta que o Brasil é mais eficiente em produzir etanol que a União Européia e os Estados Unidos e que o etanol feito de cana-de-açúcar é mais eficaz para reduzir as emissões de carbono. O álcool brasileiro emite até 70% menos gases de efeito-estufa que os combustíveis fósseis.

Conclusão: as barreiras comerciais impostas ao etanol brasileiro estão elevando o custo...

(Interrupção do som.)

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como dizia: as barreiras comerciais impostas ao etanol brasileiro estão elevando o custo de redução das emissões de carbono e dificultando uma redução da dependência do petróleo. A União Européia taxa o álcool do Brasil em US\$1,00 por galão, o equivalente a 60% do preço, e os Estados Unidos cobram US\$0,54 por galão, além de 2,5% em impostos alfandegários.

Pesquisadores do mundo inteiro sabem que, nas próximas duas ou três décadas, o álcool é a única alternativa viável para substituir os combustíveis fósseis.

Como quase toda estratégia diversionista, repleta de equívocos e desprovida de vínculos com a realidade, a ofensiva contra os biocombustíveis está destinada a cair no vazio em breve. Mas é bom que o País fique alerta. A agroenergia brasileira tem potencial para transformar o mundo e representa uma oportunidade única de crescimento, geração de empregos e distribuição de renda. É por isso também que desperta tantas reações contrárias. É essencial que o Governo brasileiro mantenha a posição firme que teve até agora para garantir o nosso futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

- Aviso nº 9, de 2008–CN (nº 254–GP/TCU/2008, do Presidente do Tribunal de Contas da União), encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a prestação de contas daquele Órgão, referente ao exercício financeiro de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

O aviso que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, no prazo legal, as prestações de contas dos seguintes órgãos:

- Governo Federal (Mensagem nº 24, de 2008, nº 148/2008 na origem);
- Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 3/2008, nº 1.622/2008 na origem);
- Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 4/2008, nº 245-GP/2008 na origem);
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (Ofício nº 5/2008-CN, nº GPR/4.959/2008 na origem);
- Câmara dos Deputados (Ofício nº 6/2008, nº Ofício GP/0638/2008 na origem);
- Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 7/2008 CN, nº TST/GP/117/2008 na origem);
- Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 8/2008-CN – nº 2/GP/2008 na origem)
- Conselho da Justiça Federal (Ofício nº 9/2008-CN – nº PR2008020106/2008 na origem);
- Ministério Público da União (Ofício nº 10/2008-CN – nº PGR/GAB/408/2008 na origem);
- Supremo Tribunal Federal (Ofício nº 11/2008-CN – nº 26/GP/2008 na origem);
- Senado Federal (Ofício nº 12/2008-CN – nº 198/2008-CN na origem).

Nos termos do inciso I do art 71 da Constituição Federal e do art. 57 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as contas vão ao Tribunal de Contas da União.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Segundo o Regimento, a Liderança tem prioridade, mais ainda quando se trata desse extraordinário Líder que é Osmar Dias, do PDT.

No futuro, gostaria de anunciar V. Ex^a como Presidente Nacional do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela Liderança Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, é só V. Ex^a vir para o PDT e me ajudar a me tornar seu presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– No Piauí, me indagaram, e eu disse que estava aguardando V. Ex^a, as Lideranças. Lá, o PDT é um partido extraordinário; sempre que fui aos combates, eles nos ajudaram. O PDT inspira-se em João Goulart, Leonel Brizola, em nosso educador que foi Senador e em V. Ex^a

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, ontem, dia 28 de abril, foi comemorado o Dia da Educação no Brasil. Passou um pouco despercebido o Dia da Educação. O Presidente Lula, num programa de rádio, logo de manhã, anunciou – acredito ser importante repetir aqui – a criação, até 2010, de quatrocentas mil vagas novas nas universidades públicas do País.

É muito pouco! Pouco, porque hoje nós temos no Brasil um dado que transforma nossa realidade numa realidade muito dura para nós, uma estatística muito ruim, vergonhosa mesmo. Enquanto na Coréia 98 ou 99% das pessoas concluem um curso superior e, na Argentina, 35% das pessoas concluem um curso superior, no Brasil esse número corresponde somente a 10% da população. É que a educação aqui não foi prioridade mesmo ao longo do tempo, e nós estamos agora colhendo os frutos dessa falta de planejamento e de investimento num setor fundamental para a vida de todas as pessoas, para a formação da sociedade.

À primeira vista, essas quatrocentas mil vagas anunciadas parecem ser um número muito grande – há quem pense que dá para comemorar –, mas não é bem assim. Nós temos, hoje, 10% das pessoas no Brasil concluindo um curso superior. Na Argentina, repito, são 35%; na Coréia, 98 ou 99%, quase todos se formam num curso superior; nos países desenvolvidos, esse índice está acima de 50%. Então, nós temos que caminhar muito ainda para chegar a um índice aceitável.

E se formos falar sobre a escola pública no País, talvez fosse o caso de transformar o Dia da Educação no Brasil em dia do esforço de todos os brasileiros para apoiarem a escola pública, desde a escola infantil até a universidade, talvez fosse o dia de chamar a atenção de todos para a necessidade que temos de fortalecer,

Senador Flávio Arns – V. Ex^a é um educador, sabe do que estou falando – a escola pública.

Em nosso Estado, por exemplo, graças ao esforço de governantes da década de 60 e 70 – podemos citar até o Governador Paulo Pimentel –, que criaram as universidades estaduais, temos hoje a escola pública funcionando e atendendo um grande número de universitários. Não fosse esse esforço do Estado, se dependêssemos só da Universidade Federal, que tem uma qualidade excelente, que todos nós respeitamos, estaríamos em situação mais difícil – o Hospital de Clínicas, a propósito, precisa de mais apoio, e vou voltar à tribuna para falar sobre isso, porque a situação continua muito ruim. Senador Flávio Arns, o nosso esforço, o esforço do Paraná, o esforço dos paranaenses, é que ainda compensa essa falta de Estado na promoção da universidade pública em nosso Estado.

É pouco um Estado como o Paraná ter uma universidade pública. Agora, com o Cefet, que se transformou também em universidade, temos duas universidades e, como disse aqui a Senadora Ideli, vamos ter a Universidade do Mercosul, mas nós, durante todos esses anos, tivemos que arcar, o Paraná teve que arcar, com o ensino público superior em sua grande parte.

Eu apresentei aqui um projeto de lei para que, pelo menos, a União absorvesse dos Estados o custeio das universidades estaduais. É claro que é um projeto ousado que precisaria do apoio de todos os Senadores e do próprio Governo para que desse certo. Se fosse aprovado, não precisaríamos estar falando em quatrocentas mil vagas até 2010, porque a estrutura das universidades estaduais estaria exigindo muito menor investimento do que o Governo terá que despendar para atender essa demanda de quatrocentas mil vagas. Talvez fosse mais inteligente por parte do Governo Federal assumir, junto com os Estados, pelo menos parte das despesas das universidades estaduais para que, com essas estruturas já existentes, pudessemos somar esforços.

O dinheiro seria muito mais bem aplicado, porque nós abriríamos mais vagas na escola pública.

Além disso, nós sabemos que a escola pública precisa também de investimentos na sua qualidade. A qualidade da escola pública precisa melhorar, assim como precisam melhorar a das escolas particulares – vemos escolas particulares por aí que nada mais são do que fontes de recursos e fábricas de diplomas. Essas escolas precisam de investimentos na qualidade, no professor, no mestre, naquele que ensina.

Comemorar o Dia da Educação apenas dizendo que serão colocadas mais quatrocentas mil vagas para os universitários é pouco. Nós tínhamos, Sr. Presidente, no Dia da Educação, que falar sobre como valorizar

mais os professores, os profissionais da educação que, na maioria dos casos, não têm recebido um salário correspondente àquilo que eles merecem, principalmente porque estão formando as futuras gerações.

O Presidente fala que todo aluno que está num banco de universidade não está na rua. Ele tem razão: a criminalidade cai à medida que nós colocamos mais gente nos bancos das escolas. No entanto, isso não está correspondendo ao investimento que tem sido feito para colocar mais gente nos bancos escolares.

E eu diria que a grande reforma universitária que pode ser feita neste País não é exatamente a proposta do Ministério, que é fazer uma reforma só cercando a criação de novos cursos, exigindo mais critérios. Isso também é necessário, mas o que temos que fazer é uma reforma na base, para que os alunos, chegando à universidade, tenham mais preparo, tenham aprendido mais, estejam realmente preparados para enfrentar os ensinamentos de uma universidade.

Penso e continuo pregando que a escola em tempo integral deveria ser uma bandeira não de um partido como o nosso, o PDT, mas de um governo como o do Presidente Lula. Que se assumisse um compromisso, no Dia da Educação, dizendo: “Vou colocar em prática neste País um programa de parceria com os municípios brasileiros para que, nessa parceria, implantemos a escola em tempo integral gradativamente, progressivamente, até chegar a um ponto em que a escola em tempo integral esteja espalhada por este País”. Se o Presidente fizesse isso, estaria, desde o início, desde a idade de três anos, quatro ou cinco anos, preparando a criança para os desafios da vida, porque educar hoje não é preparar para os desafios de enfrentar um emprego, é preparar para os desafios da vida mesmo. A criança tem que aprender o que é responsabilidade e o que é direito de cidadão para poder cumprir com as suas responsabilidades e cobrar os seus direitos quando chegar na adolescência e na idade adulta.

Há um estudo da Unesco, Presidente – V. Ex^a lê muito, gosta de estudar, Senador Mão Santa –, que diz o seguinte: uma criança, quando tem oportunidade de freqüentar uma escola em tempo integral, na idade adulta, vai ter uma renda duas vezes maior do que uma criança que não teve a oportunidade de freqüentar a escola integral, porque ali ela foi preparada para a vida, aprendeu os seus direitos e as suas responsabilidades como eu disse: alimentou-se adequadamente em uma idade que, V. Ex^a sabe, está se formando o físico, está se formando a personalidade, a inteligência das crianças. Entre quatro, cinco ou seis anos de idade se define o que vai ser o cidadão, se vai tomar um rumo reto na vida ou não.

Temos um problema sério hoje, no Brasil, que é a violência. Talvez poucos saibam, mas Curitiba e Metropolitana enfrentam um problema de quatro assassinatos por dia neste ano, de janeiro até agora. É muita coisa, muita gente morrendo assassinada.

E quando o Presidente fala que precisamos tirar a juventude das ruas e do caminho da criminalidade para colocá-las num emprego, para colocá-las numa escola, e numa escola profissionalizante, concordo. Mas, para isso, é necessário muito mais que palavras, são necessárias atitudes, ações do Governo. E vejo que uma parceria com os Municípios seria fundamental para implantar escola em tempo integral, um grande instrumento de cidadania para o País.

Eu tinha esse projeto para o Paraná. Não o abandonei. Esse projeto um dia terá que ser implantado no meu Estado. Vamos mudar a história de um Estado e de um País quando fizermos este investimento que será o maior e o melhor investimento, o mais sagrado: a escola em tempo integral. Para quando chegar na adolescência, poderemos exigir das escolas a oferta de estágios, que é aquela lei minha que foi aprovada aqui, no Senado Federal, e que está na Câmara dos Deputados, e sobre a qual briguei porque o Governo copiou, plagiou. Depois perdeu o interesse, pois estava em regime de urgência e, de repente, perdeu a urgência.

Para concluir, Sr. Presidente, esse projeto de estágio poderia se somar à escola de tempo integral. E somado a isso, poderíamos avançar para a idade adulta, abrindo as portas das universidades públicas para os estudantes egressos dessas escolas de tempo integral, dessas escolas de ensino médio com estágios. Assim, estaríamos preparando muito melhor a nossa sociedade, dando aos nossos estudantes a oportunidade de estudarem e, ao mesmo tempo, especializarem-se numa profissão, começando desde criança, partindo para a adolescência com estágios obrigatórios, fazendo estágio em uma empresa que ficará de olho naquele profissional que estará nascendo ali, aperfeiçoando-o para que ele possa, conhecendo a empresa, ser muito mais útil do que aquele que chega, muitas vezes de fora, despreparado, sem conhecê-la. E aquele aluno, estudando, estagiando, vai estar pensando em ter um emprego decente, com uma remuneração digna, para ingressar numa universidade e formar a sua família.

Esse será o projeto do cidadão; ele não terá outro projeto. Não podemos continuar olhando para os módulos policiais abandonados, invadidos por drogados e traficantes, e achar que isso está bom. Precisamos combater isso com o instrumento mais poderoso que existe para combater as drogas e a violência, que hoje estão alarmando toda a sociedade brasileira, em especial as regiões metropolitanas, mas já atinge cidades

pequenas, onde a droga é, sim, o veículo principal da violência, um instrumento, a ferramenta da violência. Não podemos continuar assistindo a isso e comemorando o Dia da Educação apenas com um anúncio de que vamos criar, até 2010, mais 400 mil vagas nas universidades públicas. Não! Precisamos ousar em educação, valorizar quem ensina, dar aos alunos o gosto de estarem sentados em um banco da escola aprendendo. Para isso, é necessária a integração da família com a escola.

E eu prego isto, Sr. Presidente: a integração, criando espaços públicos nas praças, nos clubes de serviço, para que as escolas e as famílias possam freqüentar, praticar esportes, lazer, arte e cultura e, assim, serem formados cidadãos a fim de que os desafios da vida se tornem menos difíceis de serem enfrentados.

O País tem tudo para vencer. Vivemos um momento em que o mundo está de olho no Brasil. Todo o mundo fala: o Brasil pode ser a salvação para essa crise de alimentos; o Brasil pode ser a salvação para a crise de combustíveis, mas, para isso, o Brasil precisa oferecer para a sua gente educação, porque, com a educação, vamos, sim, ter qualidade suficiente na nossa mão-de-obra, nos nossos trabalhadores, tecnologia para as nossas empresas, a tecnologia ingressando em todos os segmentos da economia. E tudo isso, Sr. Presidente, depende da formação e da informação. E formação e informação vamos obter com escolas de qualidade, começando pela escola de tempo integral, indo para a escola média com estágios e ingressando na universidade pública com qualidade e com investimentos de verdade.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância do tempo. Esse era um assunto importante, já que ontem foi o Dia da Educação no Brasil e temos que chamar a atenção de toda a sociedade. A educação não é só aquela dada nos bancos da escola; ela começa em casa, ela se integra com a escola, mas todos somos responsáveis, não apenas o Governo em investir mais em educação, mas todos somos responsáveis a chamar a atenção e buscar idéias que estejam dando certo para que possamos colocá-las em prática aqui, em nosso País, no nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Osmar Dias, vamos fazer o debate qualificado.

V. Ex^a, este Plenário e o País estavam acostumados a vê-lo, e ninguém o excede quando fala de problema do campo, de produção, agricultura e pecuária, mas hoje

V. Ex^a superou a si mesmo quando mostrou ao País que a semente mais importante para nós é a semente da educação. V. Ex^a tem muitas responsabilida-

des, porque é do Partido de Brizola, de Darcy Ribeiro, de Cristovam Buarque, da Educação, e V. Ex^a se lembrou do Dia da Educação.

Mas eu queria participar desse debate qualificado, porque sua preocupação é justa. E queremos dar essa colaboração à Luiz Inácio, nós, que estudamos. Nos anos 90, das dez melhores universidades, sete eram públicas, três eram privadas.

Quando deixei o governo, já houve uma inversão de 2001 para 2002. Das dez melhores, somente três eram públicas – e uma delas era do Estado do Piauí; a Uespi é estadual – e sete eram privadas. Hoje, das dez melhores, somente duas são públicas e oito privadas, mostrando que no amanhã a perspectiva é negra para os estudantes pobres. Há faculdades de Medicina, no Nordeste, que cobram R\$4 mil por mês de um estudante.

V. Ex^a foi muito firme quando fez renascer aqui as idéias de Brizola e Darcy Ribeiro do estudo integral.

Nossos cumprimentos.

O Senador Cristovam Buarque quer participar porque é um debate qualificado. Prolongo aqui o tempo de V. Ex^a por mais cinco minutos para atender ao Professor Cristovam Buarque.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – É que o Professor Cristovam Buarque chegou e é claro que gostaria de incluir o aparte do Senador Cristovam neste pronunciamento que faço na tarde de hoje.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Osmar Dias, eu estava escutando o seu discurso pela rádio e vim correndo para fazer o meu aparte por uma única razão: dizer da minha satisfação de ser seu companheiro de Partido, seu correligionário e escutar um discurso como esse em que não apenas falou que é preciso melhorar a educação, mas como melhorá-la, lembrou ainda que é o horário integral e, terceiro, mostrar que isso não virá apenas dos Municípios, porque a maior parte deles é pobre, não tem condição, além disso, um ou outro prefeito não tem interesse. Tem que ser o Governo nacional a investir, dando apoio, recurso financeiro, definindo metas e cobrando para que façamos isso. E a última coisa que quero dizer e que me satisfez muito foi quando o vi mostrar como a educação é importante para mudar a vida das pessoas. E o Brasil tem um exemplo. Apareceu na televisão, no domingo, um pai que ganha salário mínimo, que fez um esforço para não deixar o filho trabalhar, tendo investido na educação do seu filho e, agora, o menino entrou num curso de Medicina.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Em primeiro lugar.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Em primeiro lugar. Então, o seu discurso traz o resgate. E a

última coisa, finalmente, é que foi lembrado o Dia da Educação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Na terra do Senador Jarbas Vasconcelos.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Então, parabeno-o e fico muito feliz de ter escutado o seu discurso e de poder participar com este meu pequeno aparte.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque. O aparte de V. Ex^a qualifica ainda mais o meu pronunciamento, assim como o aparte do Presidente da Mesa, que não é usual, mas foi muito importante para chamar a atenção para esse tema de extrema importância para nós todos.

Eu queria aproveitar e cumprimentar o ex-Presidente Collor pelo pronunciamento sobre Itaipu. Vivo no Paraná, sei o que representa Itaipu para o Paraná e para o Brasil e sei também que é injusto nós abriremos com o Paraguai uma negociação sobre um tratado que foi firmado há tantos anos. É a nossa própria soberania que precisa ser preservada. O pronunciamento de V. Ex^a, Senador Fernando Collor, foi firme e acredito que é a linha que deve ser seguida. Nós não podemos abrir nenhum milímetro na negociação com o Paraguai em relação a um tratado que foi firmado lá atrás e que deve ser cumprido até o final.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As coisas são simples, e está escrito ali na bandeira “Ordem e Progresso”, um lema positivista. Mas quero dizer que estamos alternando aqui. Eu havia dito que o próximo orador seria o Senador Geovani Borges, mas acaba de chegar aqui o Senador Cristovam Buarque, que está na frente de S. Ex^a. Então, o Amapá e o País aguardam chegar a vez de S. Ex^a.

O Professor Cristovam Buarque e o Senador Geovani Borges estão trocando gentilezas, e um dos dois usará a palavra agora. O Senador Cristovam Buarque estava inscrito anteriormente.

Depois, chamarei o ex-Presidente Fernando Collor para fazer uma comunicação inadiável, e, fazendo o rodízio, posteriormente, concederei a palavra ao Senador Flávio Arns, outro extraordinário Senador pelo Paraná.

Portanto, por cessão do Professor Cristovam Buarque, concedo a palavra ao Senador Geovani Borges, que representa, com muita grandeza, o Estado do Amapá.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ano era 1983, e eu era Deputado Federal. Apresentei o Projeto

de Lei nº 907, que criava a Universidade Federal do Amapá (Unifap). Sabedor da importância do ensino, como um todo, e da graduação, em particular, eu não me conformava com o fato de que meu então Território não tivesse uma universidade federal.

O projeto foi apresentado, tramitou e foi aprovado – no sistema, como é até hoje, bicameral, na época, os Territórios federais só tinham representação na Câmara dos Deputados, não tinham representação no Senado Federal – tanto na Câmara quanto no Senado, e quis o destino que o então Presidente José Sarney, hoje Senador pelo Estado do Amapá, sancionasse a Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, criando a Unifap, inicialmente como fundação pública, como previsto no Decreto nº 98.997, de 2 de março de 1990. Hoje, a Universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedece ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, regendo-se pelo seu Estatuto nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, do Regimento Geral e das demais legislações em vigor.

Ao longo de quase duas décadas, a Unifap foi dirigida por técnicos altamente qualificados, professores, como os ex-reitores Maria Alves de Sá; Antônio de Oliveira; João Renor Carvalho; Paulo Guerra, ex-Deputado Federal, meu colega; e João Brazão, a quem agradeço, especialmente, a criação do *Campus* de Santana, na minha cidade, no meu querido Município, em 2 de maio de 2005, com o Curso de Arquitetura e Urbanismo. Todos eles, sem dúvida alguma, pavimentaram a estrada do ensino, da extensão e da pesquisa.

Hoje, a Unifap é dirigida pelo Professor Doutor José Carlos Tavares Carvalho. José Carlos é farmacêutico graduado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), especialista em Homeopatia, mestre e doutor em Fármacos e Medicamentos pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado em Farmacologia Clínica pela Universidade de Berlim, na Alemanha. O Magnífico Reitor já anunciou que vai concluir novos *campi* em Oiapoque e em Laranjal do Jari e que vai melhorar a estrutura física dessas unidades e construir laboratórios.

Para este ano de 2008, a Bancada federal do Amapá, coordenada pelo Senador Gilvam Borges, conseguiu destinar R\$9 milhões para a Universidade. O Reitor sabe onde vai aplicar cada centavo: no prédio da pós-graduação, no laboratório de Biologia, no prédio da Farmácia, no laboratório de Ciências Sociais, no prédio de Gestão de Pessoas, em salas de Biologia, no laboratório de Esforço Físico, em salas para Educação Física, na garagem e no laboratório de Engenharias Civil, Elétrica, Florestal e Mecânica.

Implantar o curso de Medicina – V. Ex^a sabia que o Estado do Amapá, meu Presidente Mão Santa, que tão bem dirige esta Casa, é o único Estado da Federação que não tem curso de Medicina? –, avançar com a interiorização da universidade e ampliar os cursos de pós-graduação, esses são os principais projetos anunciados pelo Reitor da Unifap, José Carlos Tavares Carvalho.

A vida dá voltas e tem o dom divino de nos surpreender. Vinte e cinco anos depois – o Projeto de Lei nº 907/83 foi apresentado por mim em 18 de maio daquele ano –, eu, que, como Deputado Federal, apresentei projeto de lei criando a Unifap, subo a esta tribuna para, na condição de Senador da República – aliás, registre-se, especialmente homenageado nos 18 anos de criação da Universidade –, parabenizar a Universidade pela sua maioria.

Quicá eu tenha o prazer de dividir com meus nobres Pares a alegria de ver florescer o curso de Medicina no Amapá e de permitir que inúmeros jovens talentosos prestem juramento a Hipócrates e se dediquem a cuidar da saúde, que é o bem mais precioso que possuímos, sem o qual a vida é nada!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador Cristovam Buarque, que me permitiu a oportunidade de falar em seu lugar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos nos associar ao aniversário, à maioria da Universidade Federal do Amapá, e torcer para que ela tenha a Faculdade de Medicina, para que o Estado não se sinta discriminado.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Papaléo também é médico.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – S. Ex^a tem sido um grande aliado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Juntos, com certeza, V. Ex^{as} tornarão possível a criação da Faculdade de Medicina.

Lembro que a Ciência Médica é a mais humana das ciências e que o médico é um grande benfeitor da humanidade. De quando em quando, surge um médico como Juscelino Kubitschek, que hoje homenageamos aqui.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – E como Mão Santa, que preside esta Casa hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com muita honra, chamo para usar da palavra, para uma comunicação inadiável, o ex-Presidente da República Fernando Collor.

V. Ex^a pode usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente. O Presidente Sarney, V. Ex^a e Marco Maciel são três homens que exerceram com grandeza a Presidência da República deste País e que engrandecem este Senado da República. Lembre-se de que a justiça é uma criação divina. Deus entregou as leis a Moisés. O Filho de Deus, não tendo um som como V. Ex^a vai ter, subiu às montanhas e disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Mas a justiça é humana: **errare humanum est**.

V. Ex^a, absolvido pelo grande povo do Nordeste, de Alagoas, aqui representa aquele povo com grandeza. Testemunho ao povo do Brasil que votei em V. Ex^a com a mesma convicção de quando eu hasteava a bandeira do Brasil e de quando eu era Prefeito de Parnaíba, e V. Ex^a foi Presidente deste País.

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo, mais uma vez, abordar a grave situação pela qual passa nosso país vizinho Bolívia, onde se expandem os fatores de instabilidade e desagregação.

O movimento autonomista das províncias ou dos Departamentos de Santa Cruz de La Sierra, Pando, Beni e Tarija tem aumentado sua intensidade nas últimas semanas. Santa Cruz de La Sierra deverá realizar, no próximo dia 04 de maio, sua consulta popular sobre o estatuto de autonomia. Em julho, prevê-se a realização dos outros referendos, no mesmo sentido, em Pando, em Beni e em Tarija. A essas ações departamentais, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o governo boliviano tem contraposto seu apoio à autonomia de povos indígenas, com fundamento na Declaração dos Direitos Indígenas das Nações Unidas. Tudo isso faz com que se mobilizem as centrais sindicais e também a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba).

No último dia 23, em Caracas, o Presidente da Venezuela reuniu, emergencialmente, os integrantes do seu governo, ocasião em que colheu incondicional apoio ao presidente boliviano. Esse apoio foi entendido e rebatido pela oposição boliviana como interferência externa indevida, o que conduziu ao aumento das tensões e à radicalização de posições.

Em sentido inverso, buscando neutralizar o acirramento dos ânimos, tem agido a Organização dos Estados Americanos (OEA). Formou-se o Grupo de Amigos da Bolívia, composto por Brasil, Argentina e Colômbia, sob a égide da OEA, para intermediar o diálogo entre o governo central e as províncias autonomistas. No dia 26 passado, o Conselho Permanen-

te da OEA convocou as partes ao diálogo, aceito por Santa Cruz de La Sierra, que, no entanto, manteve e mantém o referendo.

Embora tenha esperança nessas iniciativas diplomáticas, devo registrar, Sr. Presidente, que vejo com preocupação o aprofundamento dessas divisões regionais, sociais e étnicas no nosso querido país vizinho da Bolívia. Vejo, com preocupação, que é real a possibilidade de desagregação territorial do país vizinho.

Além dos efeitos negativos para o Mercosul, que são evidentes, e para a democracia na região, o que era de se esperar, duas ordens de conseqüências dessa instabilidade podem afetar-nos diretamente. De um lado, pode haver prejuízo ainda maior no fornecimento energético. Quero, mais uma vez, ressaltar o perigo também dessa tentativa do governo paraguaio de revisão do Tratado de Itaipu, algo que, a meu ver, o Governo brasileiro não deverá, em hipótese alguma, aceitar. Então, de um lado, há um potencial prejuízo em função do fornecimento de gás da Bolívia ao Brasil. De outro lado, há a vulnerabilidade dos nossos compatriotas que se estabeleceram na Bolívia e que contribuem para o progresso do país irmão na área fronteira.

O Brasil deve apoiar, no meu entender, as ações da OEA, mas, sobretudo, deve assumir sua própria responsabilidade como fator de equilíbrio e paz na América do Sul. Deve antecipar-se o Brasil e formar, com firmeza, a iniciativa de manter a estabilidade na região, evitando deixar aberto espaço que possa ser ocupado, de modo oportunista, por intervenções ilegítimas, intervenções que se norteiam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por interesses meramente ideológicos e que podem prejudicar nosso objetivo maior de construir a paz e a solidariedade na América do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente Mão Santa, pela sua deferência e pelas suas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem-se revelado um estadista.

Na última sessão em que estive, todos nós aprendemos com as preocupações de V. Ex^a a respeito da política energética de Itaipu. Agora, V. Ex^a também traz preocupações sobre a democracia no vizinho Estado, irmão pobre, a Bolívia.

Quero dizer que quem melhor definiu a política – e vou falar de coração – foi Winston Churchill, que disse que a política é como a guerra, com a diferença de que, na guerra, só se morre uma vez e, na política, ressuscita-se.

A V. Ex^a, nessa visão, eu queria dizer mais ainda. Tenho um filho, um líder e trabalhador. Conhecemos a política, conhecemos a política. Bem aí, Juscelino Kubitschek, o símbolo maior desta Pátria, traduz isso.

Fiz um livro, para que meu filho entendesse o que era política e para que ele, se quisesse nela entrar, fizesse isso sabendo o que era política. O título era **Política na Mão Certa: aforismos**.

Vi um artigo que nada tinha a ver comigo, que não era inspirado por mim. Mas eu o vi e disse: “Eu vou colocá-lo, porque ele vai acabar lendo.” Era sobre a Turquia. Na história da Turquia, conturbada – ela foi grande, de Constantinopla –, de repente, tiraram o rei. O país não tinha as instituições, de tal maneira que ele saiu do governo, e o levaram para a força. Os que assumiram o poder disseram: “Não, nós temos tradições. Vamos cumprir as tradições.” São esses golpes políticos. Então, disse: “V. Ex^a tem direito a um pedido.” Aí, o rei disse: “Olha, vão atrás do meu filho e digam para ele nunca se meter em política.”

Mas nós, que somos lá do nosso Nordeste, aprendemos cantando:

Não chores, meu filho;
 Não chores, que a vida
 É luta renhida:
 Viver é lutar.
 A vida é combate,
 Que os fracos abate,
 Que os fortes, os bravos
 Só pode exaltar.

V. Ex^a é esse forte e bravo que o poeta quis traduzir.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, do Estado do Paraná.

Esse negócio é muito relativo, e eu já disse aqui que fui duro com o PT, em que votei em 1994. Mas não podemos ser tão duros!

Talvez, a melhor figura política do nosso País, do Paraná e do Senado seja Flávio Arns. Conhecemos Evaristo Arns, que foi aquele santo, e Zilda Arns, mas S. Ex^a é o homem mais virtuoso. Por si, pela sua vida, pelos seus sentimentos, S. Ex^a enriquece este Senado da República. A V. Ex^a nossa eterna admiração!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Atentai bem: S. Ex^a é um homem tão puro e é do PT. Naquela novela das galinhas cacarejando, S. Ex^a pulou e ficou atrás: “O quê? O Mão Santa nunca teve a intenção de atingir uma mulher!”. Olha aí! E é do PT. S. Ex^a disse: “Eu mesmo já chamei minha mulher de galinha choca, porque ela fica com os meninos. É outra a intenção”. Quer dizer, S. Ex^a é de uma pureza...

Foi a maior solidariedade que encontrei naquele dia. Muito obrigado. Use a tribuna pelo tempo que achar conveniente, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Já que V. Ex^a mencionou o assunto, algum esclarecimento tem que ser dado. Quando houve aquele episódio, aqui no Senado, em relação a “cacarejar”, eu havia dito – se bem que houve restrições em relação ao uso, isso nós expusemos a V. Ex^a – que significa divulgar uma obra. No Brasil, muitas pessoas utilizam a expressão “uma galinha desnaturada bota o ovo e não cacareja”; ou seja, não divulga que botou o ovo, e ninguém vai descobrir o ovo, porque a galinha não cacarejou. Ao mesmo tempo, disse que existe uma expressão muito utilizada, em que as pessoas se referem a algumas mulheres: “parece uma galinha-choca”. Isso significa dizer que ela cuida tanto dos filhos, de maneira tão próxima, que parece que está cuidando de seus pintinhos. Porque a galinha, de fato, chama os pintinhos para junto de si, para cuidá-los da melhor maneira possível deles.

Houve uma discussão em torno da questão, e eu disse que conheço o Senador Mão Santa e que ele jamais seria capaz de ofender uma pessoa dessa maneira, muito menos uma mulher. São expressões utilizadas. Pode-se discutir a conveniência ou não de utilizá-las, mas jamais no sentido de ofensa. Isso teria de ser descartado. Apenas para esclarecer.

Mas, Sr. Presidente, gostaria também de destacar três coisas...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Flávio Arns?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pois não, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu me congratulo com V. Ex^a pela altivez e por esse reparo histórico que faz à palhaçada que tentaram fazer aqui, dias atrás, com essa frase do Mão Santa. V. Ex^a é do Partido da Ministra, sabe da importância da Ministra nesse processo e sabe que, em nenhum momento, o Senador Mão Santa tentou fazer qualquer ilação pejorativa em relação à Ministra da Casa Civil. Fez-se aqui tempestade em copo d’água.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Fez-se uma tempestade em um copo d’água.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é; sem nenhuma necessidade, uma coisa completamente desproporcional. Eu me congratulo com V. Ex^a pela coragem e, acima de tudo, pela autonomia de recolocar, segundo a ótica de V. Ex^a, as coisas no seu devido lugar. Seu ponto de vista mostra que V. Ex^a

é um homem de bem e, acima de tudo, um homem independente, que não se deixa levar por determinados movimentos diversionista. Senador Cristovam Buarque, eu mesmo, quando vou a algum ambiente, a algum local, sem minha mulher. e as amigas comuns perguntam, digo, de maneira carinhosa: “Minha mulher parece uma galinha-choca. Gosta de estar ao lado dos pintinhos dela”. Das pintinhas, no caso, porque temos três filhas. Eu seria a última pessoa a fazer tal comparação em termos pejorativos, sabe bem V. Ex^a. Parabenizo V. Ex^a pelo gesto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço.

Como eu dizia, vou destacar três aspectos que aconteceram da semana para cá e que têm uma importância muito grande, eu diria, para muitos setores da sociedade.

O primeiro deles, e já me referi a ele desta tribuna na semana passada, foi a comemoração, no dia 23 de abril, quarta-feira última, do Dia Mundial do Escoteiro. É um movimento social, comunitário, sem fins lucrativos. São 70 mil escoteiros e escoteiras no Brasil e de 26 a 30 milhões no mundo.

E todos nós, Senadoras e Senadores, devemos, em nossos Estados, incentivar, apoiar de todas as maneiras possíveis o movimento, que é bom, é cidadão, é útil, faz as pessoas participarem em nosso País. É uma alegria para as famílias verem que seus filhos e suas filhas participam, com colegas da mesma idade, têm amigos, são bem orientados, discutem temas importantes relacionados com o meio ambiente; acampam, fazem programas de relevância para a sociedade.

Ontem, foi comemorado o Dia da Educação Nacional, como o Senador Osmar Dias mencionou. O escotismo é uma iniciativa de educação não-formal, não na escola, não em termos formais de escolaridade, mas de educação para a vida. O próprio conceito de educação significa isso. O prefixo “ex-” quer dizer “para fora”, o elemento “duc” quer dizer “conduzir”. Ou seja, conduzir de dentro para fora; conduzir a criança, o jovem, do seu potencial, da sua realidade, para uma ampla participação e inclusão na sociedade.

Destaco isso porque, no próximo ano, será realizado o Jamboree Nacional, o acampamento escoteiro nacional, na cidade de Foz do Iguaçu, no mês de janeiro. No ano retrasado, foi realizado em Brasília. No ano passado, o Jamboree Internacional, perto de Londres, em Chelmsford, no mês de julho, num evento que reuniu 45 mil jovens de todos os credos, de todas as raças, de todos os países, de todas as condições econômicas, e quase mil jovens brasileiros participaram desse evento.

Portanto, é o apelo que faço para o apoio não apenas dos Senadores e das Senadoras, mas de todo o Brasil, das Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas... Vamos ter um grupo escoteiro em nosso município. Por que só 60 ou 70 mil jovens no Brasil? Com a participação de todos, podemos ter 100 mil ou mais jovens participando de uma iniciativa que é importante, valorizada no mundo e tem que ser muito mais valorizada aqui no Brasil.

Sr. Presidente, o segundo aspecto é que, também na última quarta-feira, houve um debate amplo aqui no Senado sobre a Medida Provisória nº 410, de 2007, transformada no Projeto de Lei de Conversão nº 8, aprovado pela Câmara dos Deputados, e que virá ao Senado Federal. Ainda não foi lida a Medida Provisória aqui no Senado, mas será certamente votada – terá que ser votada – neste mês de maio.

A matéria trata da formalização das relações de trabalho no campo, onde 70% das pessoas, dos trabalhadores rurais, inclusive os da agricultura familiar, não têm suas relações de trabalho formalizadas. Portanto, a Medida Provisória prevê, entre outras coisas, que possa haver uma espécie de contrato de trabalho de curta duração, de no máximo dois meses, o que facilitaria, de acordo com essa ótica, a formalização da relação de trabalho. Existe a contestação por parte de movimentos, e nós temos que tomar muito cuidado com a redação e com o encaminhamento, porque isso poderia flexibilizar demais as relações de trabalho no campo.

Ao mesmo tempo, a Medida Provisória trata da questão da política nacional de habitação rural, com debates sobre se esses recursos podem vir do Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar – ou não, e trata também de outros aspectos como, por exemplo, a contagem do tempo para o segurado especial que, porventura, exerça alguma atividade, particularmente na entressafra, não na zona rural, mas, mas na zona urbana. Como isso pode ser contado para efeito da permanência no quadro de segurado especial para esta área?

Então, na quarta-feira da semana passada, fizemos uma reunião ampla, bonita, aqui no Senado Federal, com a participação dos Ministérios da Previdência, do Desenvolvimento Agrário, das Relações Institucionais, da Fazenda, do Trabalho, com a participação do Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), da representação dos auditores fiscais, das assessorias de deputados, da Via Campesina, do MST, da Contag, da Comissão Pastoral da Terra, enfim, todos sentados durante quatro ou horas, numa reunião de trabalho para examinar e

discutir o texto do Projeto de Lei de Conversão aprovado na Câmara dos Deputados.

Quero dizer que esse foi um momento importante de debate, de discussão, de busca de caminhos, de se verificar o que pode ser feito em conjunto com a sociedade, com a presença do Governo, do Executivo, com a presença do Legislativo, para se encaminhar um projeto que possa convergir em função das necessidades da área. Foi um bom debate. Acho que é bom que a sociedade saiba, mas que, particularmente, o trabalhador rural e a pessoa da agricultura familiar estejam todos muito atentos ao encaminhamento, aos desdobramentos desse Projeto de Conversão aprovado na Câmara, porque isso vai afetar, com certeza, vários aspectos importantes, como é o contrato, a relação, a formalização e a contagem do tempo.

E o terceiro aspecto, Sr. Presidente, que eu gostaria de enfatizar é que nós tivemos ontem, já no Paraná, uma reunião muito importante para discutir o Projeto de Lei do Executivo nº 3.021, de 2008 – e para ele peço a atenção da sociedade toda também –, que objetiva estabelecer novas regras para o terceiro setor, para a obtenção de documentos públicos, entre eles o documento de filantropia, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

Todos nós sabemos – eu já falei desta tribuna também – que o terceiro setor é fundamental, é uma riqueza que qualquer país tem. O primeiro setor é o público, o segundo setor é o privado e o terceiro setor é o comunitário, sem fins lucrativos.

Quando falamos de uma creche, de um asilo, das instituições para a pessoa com deficiência, das Apaes, da Sociedade Pestalozzi, das Co-irmãs, crianças e adolescentes – e nós vemos tantas crianças e adolescentes aqui presentes, nas galerias do Senado, os quais quero saudar também –, mas quando pensamos nesses setores, nas Santas Casas, nos hospitais filantrópicos, nós pensamos em entidades que fazem um trabalho exemplar, fundamental para o Brasil, na ausência ou na impossibilidade do Poder Público fazer o trabalho que a sociedade faz, em muitos casos muito melhor que o Poder Público. Então, a gente tem que cuidar desse terceiro setor, caprichar para que esse terceiro setor continue contribuindo com o Brasil.

Então, nesse sentido, este Projeto de Lei nº 3.021/2008, do Executivo, enviado ao Congresso Nacional, sem discussão alguma, como acontece habitualmente. E quero fazer esta crítica ao Executivo: os projetos são enviados ao Congresso Nacional sem

nenhum debate, sem nenhuma discussão com a sociedade ou com os parlamentares, nem da Base de apoio do Governo, quanto mais dos parlamentares da Oposição. Então, não existe qualquer entendimento ou qualquer diálogo anterior ao envio do projeto. Todos nós, na verdade, somos apanhados de surpresa com algum projeto de lei que atinge todo o terceiro setor do Brasil, e as pessoas perguntam: “O que é isto? Como foi feito? Qual a idéia que isto traz?” E nós dizemos que também não sabemos de nada porque estamos lendo o projeto nesse momento.

Esse projeto, então, tem, na verdade, muitas dificuldades. Por exemplo, uma entidade que atenda às pessoas na área da saúde, da assistência e da educação, como é o caso de uma Apae, por exemplo – e uma Apae atende educação, mas apóia a família na área da assistência, tem fisioterapia, tem fonoaudiologia... Uma Santa Casa, uma universidade, por exemplo, uma Pontifícia Universidade Católica (PUC) também tem pesquisa, tem ensino, tem extensão – extensão é o trabalho com a comunidade, o ensino é a educação; mas também muitas têm hospitais universitários. Onde é que começa a assistência, onde é que começa a educação, onde é que termina a saúde?

O projeto diz que, para cada área, a entidade teria que ter, de acordo com o projeto que está na Câmara dos Deputados, um CNPJ próprio, um CNPJ para a atividade de assistência, um CNPJ para a atividade de educação e um CNPJ para a atividade de saúde, ou seja, um esquadramento de um atendimento que tem que ser global. Nós temos que pensar, Senador Mão Santa, no ser humano. O ser humano precisa ser abordado na sua inteireza, na sua integralidade, e não dizer assim...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Flávio Arns, se V. Ex^a puder...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – (...) não, aqui nós estamos com assistência, aqui com saúde, aqui com educação. Se eu for à comunidade, não é assistência? Temos de debater com a sociedade esses aspectos todos.

Pois não, Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Flávio Arns, quero dizer a V. Ex^a, que cita exemplos de Apaes, de Santas Casas, V. Ex^a que é um batalhador dessa área, que eu não tenho dúvida. Nós, tenho certeza de que o Senador Mão Santa também, fizemos o nosso aprendizado de Medicina tendo como hospital-escola as Santas Casas, e o que nós vimos lá foi exatamente o quê? Um atendimento

prioritário, quase que exclusivo para os pobres. Então, realmente são entidades que são de fato do terceiro setor. Agora, o que nós vemos hoje é uma verdadeira deterioração, para usar um termo mais leve, dessa área chamada terceiro setor e que, de organizações não-governamentais, passaram a ser organizações neogovernamentais, porque, na verdade, vivem às custas, única e exclusivamente, dos recursos do Governo, substituindo, de maneira desnecessária, em muitos casos, a ação do Governo. Por isso é importante que V. Ex^a esteja abordando esse tema, inclusive do projeto, porque, quando eu presidi a primeira CPI das ONGs aqui, eu diria que a coisa mais importante que aquela CPI produziu, além de listar dez ONGs complicadas com irregularidades, foi a apresentação de um projeto que disciplinava o terceiro setor, em favor do terceiro setor. O que aconteceu? Nós aprovamos aqui no Senado, com alguma modificação, foi para a Câmara. Até hoje, Senador Flávio Arns, não andou. Agora, a segunda CPI das ONGs já está aprovando um outro projeto, antes mesmo de concluir seus trabalhos, vendo esse vácuo da legislação, mas nós não andamos nada. Agora V. Ex^a aborda que o Executivo já enviou um projeto...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Já enviou para a Câmara dos Deputados.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Como disse V. Ex^a, sem discutir com ninguém, nem com os aliados, nem com os opositores. Aliás, com opositor o Presidente Lula não discute nunca. Até quando se fala uma coisa certa para Sua Excelência, quando se é de Oposição, é um ataque a Sua Excelência. Lamento, porque o jornal *O Globo*, do dia 27, matéria de primeira página: “Governo terceiriza a ONGs política indigenista do País”. Terceiriza a ONGs. Será que é preciso fazer isso, Senador Flávio Arns? E que ONGs? Que critérios foram adotados para selecionar essas ONGs? Que ONGs são criadas exclusivamente para atender... E eu cito, no meu Estado, a CCPY, a Urihi, o CIR, que foram criados com o exclusivo objetivo de pegar dinheiro do Governo e “atender os índios”. É preciso, sim, uma regulamentação, para que o joio seja separado do trigo, para que as boas ONGs, as boas entidades como V. Ex^a citou aí – as Apaes, as Santas Casas e tantas outras, não são apenas essas –, tenham realmente apoio. Não é proibido receber recurso público, desde que haja um processo minimamente transparente de licitação ou um tipo de triagem que veja se a instituição tem capacitação técnica; se tem realmente o fim filantrópico de que V. Ex^a falou; se,

de fato, presta o serviço. Isso posto, vamos ajudar essas entidades, porque realmente, desde o início da História do Brasil, elas prestaram grande serviço ao País. Agora, do jeito que está, é ruim para as boas ONGs e é péssimo para o País, porque as ONGs picaretas ficam roubando dinheiro público.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero concordar com V. Ex^a e dizer que aprovamos, de fato, legislação aqui no Senado, que já está na Câmara dos Deputados há algum tempo, abordando esse tema.

Quando se fala, por exemplo, dos problemas que ocorrem com ONGs, quero dizer que é muito estranho uma Santa Casa, de fato, que tem uma tradição de mais de 100 anos no Brasil – no Paraná, a primeira Santa Casa tem mais de 100 anos – vir a Brasília para conseguir R\$100 mil, R\$200 mil, R\$300 mil. E, de repente, vê-se um processo de liberação a alguma ONG de R\$10 milhões. Claro que é estranho! E deve-se investigar não só a ONG, mas quem está repassando o recurso à ONG também. Não que seja, necessariamente, um problema. Pode haver um projeto, naturalmente, de âmbito maior, mas isso tem que ser investigado. Não há dúvida nesse sentido. Separar o joio do trigo.

Eu diria ainda que o projeto do Poder Executivo que chegou ao Congresso Nacional vai colaborar para a extinção das ONGs. Não podemos ter uma legislação que inviabilize o trabalho da sociedade que quer colaborar. É tão complicado, tão difícil, que se acaba inviabilizando o trabalho. Agora, o Executivo, ao lado da sociedade, tem todas as condições de fazer um acompanhamento, um controle, uma fiscalização, uma verificação, porque há 20 anos estamos no Brasil construindo um sistema de acompanhamento local, por meio do Conselho de Saúde, por exemplo, para ver se a entidade existe, se a entidade é séria, se atende aos doentes, se faz o trabalho, assinando embaixo.

O que se vê, no projeto de lei, é a iniciativa de dizer que a sociedade não vai participar desse processo – só o Executivo. Quer dizer, quem vai dar esse direito de a sociedade se organizar e participar serão os ministérios, ao contrário do que acontece atualmente, em que há conselhos paritários com a participação do Governo e da sociedade.

Mas, Senador Mozarildo – V. Ex^a está bem ligado a isso –, qual é o princípio? O princípio é o de que o terceiro setor é importante, é fundamental. Temos que separar o joio do trigo; temos que saber o que as entidades fazem; temos que acompanhar e fiscalizar –

isso falta no Brasil. As entidades sérias querem isso. E, ao mesmo tempo, criar os mecanismos para que isso aconteça de uma maneira adequada. Temos de discutir, pois o Projeto de Lei nº 3.021 é preocupante.

Enfim, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a concessão do tempo, mas só quero lembrar à sociedade a importância de deixarmos de ser espectadores. Todos aqueles que são sérios no terceiro setor deixarmos de ser espectadores para sermos protagonistas da proposição de uma legislação que atenda às necessidades da área. Temos de tomar cuidado, fazer uma leitura muito atenta do Projeto de Lei nº 3.021, de 2008.

Aos trabalhadores rurais, à agricultura familiar, para saberem que os movimentos representativos dessa área estão bem atentos, participando do debate e das discussões aqui no Senado sobre o Projeto de Conversão nº 8, que trata da formalização das relações de trabalho no campo e do apoio que nós queremos ver concretizar-se no Brasil em relação a uma das melhores coisas que pode haver em termos de amizade para os filhos, de iniciativas, de boa orientação, de educação, de meio ambiente, que é o Movimento dos Escoteiros do Brasil. Completou 101 anos de existência, 98 no Brasil, e que a gente possa, a partir desse 23 de abril, que foi o seu dia mundial, dizer: “Olha, vamos expandir isso em todos os Municípios do nosso Brasil, que vai fazer bem para todas as crianças, jovens e para os adultos que vão trabalhar com essa mocidade do nosso País”.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Flávio Arns, queríamos estar solidários com a defesa dos movimentos de escoteiros – realmente, acho que nossa mocidade está precisando disso – e das instituições voluntárias, que estão a desaparecer, em virtude dessas ONGs que visam a buscar só dinheiro.

Quero dar um testemunho. Em 1984, no Piauí, houve uma das grandes enchentes, e uma rádio da qual eu era proprietário fez uma campanha de doação, de solidariedade. O Rei do Ouro morava em Parnaíba, Zé Arara – ele é lá do Pará, de Itaituba. Ele deu tanto dinheiro, que tive de sair do meu consultório para administrá-lo, com medo de o dinheiro ser desvirtuado. Eu saía. Consegui umas viaturas. Meu irmão era presidente... Distribuíamos leite e pães, e o apoio e a solidariedade eram dos escoteiros.

Penso que esses foram os melhores momentos da minha vida pública. Eu fechava o consultório às 5 horas. De repente, a sociedade doou muito dinheiro. O Zé Arara, empresário do ouro de Itaituba, deu

um cheque, e a Rádio Igarapu fez essa campanha de solidariedade. A gente comprava leite e pão e os distribuía com o auxílio dos escoteiros da cidade de Parnaíba. É um movimento altamente disciplinado, educador.

V. Ex^a tem de fazer renascer isso, porque estou dando o testemunho de como esse movimento é útil à formação da nossa juventude. Mais uma vez, meus parabéns a V. Ex^a!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias, também do Paraná. Hoje, todo o Paraná já desfilou aqui: Osmar Dias, Flávio Arns e, agora, Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que V. Ex^a fala da juventude, de que o Senador Flávio Arns também falou, trago a Carta de Intenções da Juventude do PSDB para a Conferência Nacional da Juventude. Aliás, muito a propósito, Nelson Mandela afirma: “Recuso-me a discutir o futuro sem a presença daqueles que o viverão”.

A juventude está em Brasília nessa Conferência Nacional, discutindo o futuro do nosso País. Trago, para registro nos Anais do Senado Federal, esta Carta de Intenções da Juventude do PSDB, que, entre outras bandeiras, sustenta: erradicação da extrema pobreza e fome; universalização do Ensino Básico Fundamental de qualidade; igualdade de gêneros e de raça; garantia da sustentabilidade ambiental; inclusão do meio ambiente nas políticas sociais. São algumas das bandeiras que a Juventude do PSDB traz a Brasília nessa Conferência Nacional.

Lembram os jovens do meu Partido uma frase de Franco Montoro, essa liderança extraordinária que fundou o PSDB e que deixou muitas saudades com seu falecimento. Dizia Montoro: “A história não está escrita. Ela está sendo escrita, e os jovens não são meros expectadores dessa história. O futuro começa hoje, e ele se chama juventude”.

Por isso, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que autorize a divulgação, nos Anais da Casa, desta Carta da Juventude do Partido da Social Democracia.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

Carta de intenções da JPSDB para a Conferência Nacional de Juventude.

SECRETARIADO NACIONAL DE JUVENTUDE Brasília, 27 de abril de 2008

As Políticas Públicas de Juventude são um conjunto de ações voltadas aos jovens, que as consideram agentes fundamentais no processo de construção do estado. E nele o jovem deixa de ser apenas espectador e passa a atuar na edificação de um novo Brasil. Ou seja, sai da condição de “problema” e assume o papel de “solução”.

Tal transformação necessita de órgãos gestores de políticas públicas de juventude, assim como a existência de outros órgãos de controle social, como os conselhos de juventude.

No Brasil, o primeiro órgão dedicado aos jovens foi criado na gestão do Governador Franco Montoro, fundador do PSDB, no estado de São Paulo. Montoro compreendeu, dentro das suas atribuições políticas, a importância de valorizar um espaço próprio para a participação juvenil. Assim, o PSDB foi o partido na criação de Políticas Públicas de Juventude.

O PSDB é, e sempre foi, um partido com forte preocupação social. Ele nasceu tendo essa motivação como principal e como um partido próximo ao pulsar das ruas. Os que tentam definir o PSDB como um partido de motivações sociais ignoram os fatos e tentam reescrever a história a seu favor. A juventude é a torção política de nosso partido e basta conferir: os seis estados administrados por tucanos possuem órgãos de juventude, sendo eles Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo.

Em Minas Gerais, a Superintendência de Juventude foi criada pelo Governador Aécio Neves, muito antes da instalação da Secretaria Nacional do governo atual. Em São Paulo existe uma Secretaria de Esportes e Juventude desde a gestão do Governador Mário Covas. As PPJs são frutos de gestões tucanas. E foi a Juventude do PSDB a primeira, entre todos os partidos, a criar uma cartilha sobre PPJ foi a JPSDB.

Infelizmente, vivemos um período de espetacularização da política. Há discurso demais e ações de menos, em especial no âmbito federal. Um governo que se apropria das boas realizações do governo anterior, enquanto credita toda a culpa das mazelas nacionais na conta da oposição.

Vamos recapitular: Agente Jovem, Saberes da Terra e Escola da Fábrica. Todos os programas criados no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, modificados de maneira mínima e agregados com nova roupa no rebatizado Pro Jovem. Novamente, o governo atual não constrói, apenas passa uma nova camada de tinta em realizações alheias.

Quem participa desta conferência deve saber: os avanços existentes na área de juventude no âmbito da política brasileira começaram no governo FHC.

A Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, estimulará a JPSDB a oferecer idéias novas e adequadas ao mundo globalizado e agitado que vivemos.

As propostas de PPJ defendidas pela JPSDB nesta conferência são focadas nas necessidades básicas para a construção de uma sociedade livre, democrática, igualitária, justa e sustentável, onde todos os jovens tenham condições iguais de desenvolvimento social.

Prioritariamente, ressaltamos a importância da criação do **FUNDO NACIONAL DE JUVENTUDE**, o que daria aos jovens a chance de ter políticas públicas planejadas e focadas na juventude. Este fundo seria composto a partir de repasses de recursos federais para órgãos gestores de Juventude em nível Estadual e Municipal.

A seguir, apresentamos outras propostas defendidas pela JPSDB:

O que defendemos !!! Políticas Públicas de Juventude

- Erradicar a Extrema Pobreza e Fome:

Erradicar a pobreza e a fome não é sinônimo de dependência do estado. É preciso capacitar cidadãos para caminhar com as próprias pernas - o que significa escola pública de qualidade e economia saudável e competitiva que ofereça oportunidades.

- Universalização do Ensino Básico / Fundamental de Qualidade

A garantia de que todos os jovens terão condições iguais de desenvolvimento parte da premissa de que estes sejam igualmente qualificados. O governo federal se dedica exclusivamente a discutir sobre o ensino Superior, minimizando a importância do Ensino Básico e Fundamental. Com um ensino Básico e Fundamental de qualidade, as questões que afligem o ensino superior seriam diminuídas consideravelmente.

A JPSDB entende que a prioridade deve ser o Ensino Básico / Fundamental, sendo o segundo preferencialmente técnico, para que o jovem na faixa dos dezoito anos esteja capacitado a garantir sua própria renda através de um primeiro emprego.

- Igualdade de Gêneros e Raça

A diversidade é uma constante na juventude. Respeitar as diferenças e garantir a igualdade de gêneros e raça é uma bandeira social que a JPSDB defende, defendeu e sempre defenderá, baseada no que defende a constituição.

- Garantir a Sustentabilidade Ambiental: incluir meio-ambiente nas políticas sociais

A JPSDB entende que para garantir a Sustentabilidade Ambiental é possível a partir da implementação de políticas de planejamento familiar, redução de consumo, preservação ambiental, saneamento básico universal, reciclagem, efetivação do transporte público e controle de poluição. Abraçar a causa ambiental é pensar jovem.

"A história não está escrita. Ela está sendo escrita e os jovens não são meros espectadores dessa história. O futuro começa hoje e ele se chama JUVENTUDE"

Franco Montoro

Conheça o Partido da Social Democracia Brasileira

www.psdb.org.br

Acompanhe a Juventude do PSDB

www.jpsdb.org.br

SGAS Qd. 607, Ed. Metrópolis, Mód. B, Cob. 02, CEP 70.200-670, Brasília-DF.

PABX: (61) 3424-0500; Fax: (61) 3424-0515

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento, Senador Alvaro Dias.

Recentemente, tivemos um belo ensinamento. Brasília, aos 48 anos, recebeu seu maior presente, e este veio de sua mocidade estudiosa: os jovens resolveram dar um basta à corrupção, à falta de ética, à falta de decência. Eles mesmos deram um grande exemplo para todo o País. Não foi um fato ligado somente à Reitoria da Universidade criada por Darcy Ribeiro e tão bem dirigida por Cristovam Buarque: foi um grito da mocidade, que não aceita mais a corrupção. Aliás, grito anterior foi dado muito antes pelo Presidente do meu Partido que está encantado no fundo do mar, Ulisses Guimarães, que bradara: “A corrupção é o cupim que mais corrói a democracia!”. Essa mocidade deu um brado aqui. Brasília passou a ser, realmente, a grandiosa Capital de todos nós, brasileiros, porque vimos, no exemplo da mocidade brava, uma campanha pela ética, pela decência e pela dignidade.

Convidamos para usar da palavra um Senador do PDT que é professor – ontem foi o Dia da Educação –, que é do Partido de Darcy Ribeiro e seu continuador na Universidade de Brasília e que desempenha papel inspirador para a Educação neste Senado da República, Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a pode usar o tempo que achar conveniente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, que preside esta sessão.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^s e Srs. Senadores, não sei se os Senadores, os Deputados, os Ministros e o Presidente da República costumam assistir ao Programa do Faustão no domingo à tarde. Não sei quantos dos líderes nacionais costumam assistir a esse programa. Se são poucos, quero dizer que, pelo menos neste domingo, foi uma pena terem perdido uma parte desse programa na qual esse apresentador trouxe para a televisão um jovem de Jabotão, Senador Jarbas Vasconcelos, filho de um pobre homem daquela cidade – além da renda do Bolsa-Família, tem uma renda inferior a um salário mínimo – que teve a lucidez de fazer com que seus filhos estudassem.

Não sei quantos de nós, líderes, assistimos ao programa e não sei quantos de nós temos a percepção da importância da lição que, naqueles poucos minutos, aquele homem pernambucano passou para nós, os líderes deste País. O que ele mostrou, com clareza rara, por meio das imagens que o apresentador Faustão colocou no ar, é que é possível fazer o milagre, Senador Mão Santa, de, no meio da pobreza, faltando comida,

como ele disse, as crianças não pararem de estudar. E o mais importante é que, mesmo faltando comida em casa, eles – o pai e a mãe – não colocaram as crianças para trabalhar na hora de eles estudarem.

Foi uma lição para o Brasil, uma lição que nos deve fazer refletir. Essa família é um exemplo de como sair da pobreza, Senador Mozarildo, mas fico pensando em quantos outros Esaús, que é o nome daquele menino, existem perdidos neste imenso território brasileiro, no meio da imensa população brasileira. Quantos outros meninos não teriam o mesmo futuro se fosse possível seus pais darem a eles o apoio que aqueles deram! O menino entrou na Faculdade de Medicina em primeiro lugar, fez outros vestibulares e passou também. Só que não dá para a gente acreditar que milhões de pais e de mães vão ter essa percepção, essa sensibilidade; isso é querer demais. Não foram dados estudos a essas mães e a esses pais; um ou outro desperta para a importância de estudar.

Creio que devemos nos perguntar, Senador Mão Santa, o seguinte: será que o programa Bolsa-Escola, como era, e mesmo o programa Bolsa-Família – ele não cobra, mas está lá na lei – não tiveram um papel importante no despertar da família? Será que esse pai e essa mãe teriam percebido a importância da educação sem esse empurrãozinho que o Bolsa-Escola e o Bolsa-Família deram? Será que, sem esse empurrãozinho, teria havido a tomada de consciência por parte dessa família? Talvez, não.

O fato é que não dá para a gente exigir que outros pais e mães façam o mesmo. Daí minha pergunta: quantos de nós assistimos a esse programa? Quantos de nós vimos essa parte do programa? Quantos de nós despertamos para nossa responsabilidade de nos tornarmos – não vou dizer os pais – os tios das crianças brasileiras? Cada Deputado, cada Senador, cada funcionário público de nível superior, o Presidente da República, todos nós deveríamos tratar cada criança brasileira como se fosse nosso sobrinho ou nossa sobrinha, com a preocupação devida. O que aquele pai fez o Brasil pode fazer também; o Brasil pode fazer, para 42 milhões de crianças, o que aquele casal de Jabotão fez para seus filhos.

Se você observa a renda nacional como se fosse o salário daquele pai e daquela mãe, você vai ver que a renda nacional é maior para cada família do que o salário que aquele pai tem. Mas vamos deixar de lado a renda nacional. Se observarmos a renda do setor público brasileiro, que vai chegar em breve a R\$1 trilhão, e a dividirmos pelo número de famílias, em torno de quarenta milhões, vamos ver que a renda para cada família é maior do que a renda que aquela família de

Jaboatão tem. E eles conseguiram, com aquela pequena renda, manter seus filhos.

O que quero dizer é que nós temos a renda. Este Congresso, o Presidente da República, o Poder Judiciário, nós – muito mais do que aquela família – temos nas nossas mãos dinheiro suficiente para atender todas as famílias brasileiras.

A gente precisava aprender com aquele pai, a gente precisava aprender com o que ele disse: “Falta tudo na minha casa, mas não falta tempo para meus meninos estudarem”. E a gente não faz isso. Para boa parte das crianças brasileiras, falta tempo para estudar. Isso acontece, porque a parcela pobre tem de trabalhar, e a parcela rica tem diversões que a desviam da educação.

A gente poderia enfrentar isso. Poderíamos tratar as crianças do Brasil como se fossem nossos filhos ou nossos sobrinhos e, com isso, tentar dar-lhes tempo para estudarem em vez de trabalharem ou de nada fazerem.

Mas não basta usar o tempo. É perfeitamente possível dar um aumento substancial aos professores brasileiros e, ao mesmo tempo, exigir deles mais dedicação. Não é difícil fazer isso. A renda nacional permite isso perfeitamente, a renda do setor público permite isso perfeitamente. Falta em nós, começando pela Presidência da República e pelos outros Poderes, a vontade de tratar as crianças como aquele casal trata seus filhos.

É possível dar tempo para as crianças estudarem, é possível remunerar bem o professorado, fazer com que este se dedique e se prepare. É claro que há dinheiro para comprar todos os livros necessários, todos os computadores necessários.

Aquela família conseguiu comprar livros. Aparece na televisão aquela família numa casa absolutamente irreconhecível como casa, e os livros estavam na parede. Se aquela família, com R\$140,00, com R\$58,00, do Bolsa-Escola – são R\$200,00 –, e com mais um dinheirinho que a mãe arranja vendendo coisas na feira, consegue ter livros em casa, por que há famílias sem livros em casa, quando nosso Estado é rico, quando nossa Nação é rica, pelo menos mais rica do que aquela família de Jaboatão dos Guararapes?

Se há equipamentos nas escolas, professores bem remunerados e dedicados, crianças com tempo, construir os prédios custa quase nada, até porque os prédios a gente constrói uma vez, e uma boa escola pode durar 30 anos ou 50 anos. As que Dom Pedro fez estão aí há mais de 100 anos.

Se a gente considera que o Brasil é uma grande família e que o Presidente da República, os Deputados e os Senadores são os chefes dessa família, temos

recursos maiores do que aquela família teve para poder colocar seu filho na escola. Por que não fazemos isso? Porque não tratamos o Brasil como uma família, Senador Mozarildo. No Brasil, não vemos o conjunto da sociedade brasileira como uma grande família. Aquela família pobre, paupérrima, sozinha, consegue ver a importância da educação para seus filhos, mas nós, que somos os chefes da imensa família brasileira, não vemos essa importância, porque não tratamos a grande família brasileira como uma família. Alguns até a tratam como povo; outros, como população; outros, como habitantes. Mas não os tratamos como irmãos, não os tratamos como primos, não a tratamos como família.

Este sentimento é que está faltando: o sentimento de familiaridade do conjunto da sociedade brasileira como uma só família, não como quarenta milhões de famílias, cada uma do seu lado, todas elas pulverizadas, e, de vez em quando, uma que encontra seu caminho, como a família do Esaú e outras famílias perdidas.

Temos de fazer o que a Senadora Heloísa Helena dizia aqui – sinto saudades dela nesta Casa – quando falava que o Brasil só precisava de uma coisa: adotar uma geração de crianças. A Heloísa Helena falava isto: “Adotemos uma geração de crianças, que o Brasil não terá mais problemas no futuro, porque essa geração adotada vai encontrar o rumo e vai construir um Brasil diferente!”.

Mas nós nos negamos a fazer como o pai do Esaú; nós nos negamos a fazer como o Severino da Silva; nós nos negamos a fazer como ele fez com seu filho, porque não tratamos os filhos das famílias brasileiras como se fossem nossos filhos. Não os tratamos assim. Nós os olhamos com um certo desprezo, com descuido, como se essa não fosse nossa responsabilidade.

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, obrigado pela generosidade, porque V. Ex^a colocou cinco minutos.

Nós não temos essa generosidade quando tratamos das crianças brasileiras. Não, senhor! Digo “nós” no sentido plural – eu, inclusive. Não falo “nós” no sentido de esconder nada. Nós não estamos tratando a questão com o sentimento de adotar uma geração de brasileiros.

Por isso, uma família, quando consegue fazer aquilo, vai para a cadeia nacional, graças à sensibilidade de um apresentador de televisão no seu programa de domingo à tarde. É exceção, é raridade. Aquele não é um fato comum. E não vai ser um fato comum se deixarmos a critério de cada família, a não ser que esperemos 20 anos, 30 anos, 50 anos, até que todas

as famílias brasileiras despertem, sejam capazes da generosidade – veja que a família tem generosidade entre si! – de o pai trabalhar mais para que a criança não trabalhe. A gente não faz o mesmo com as crianças do Brasil inteiro.

Gastamos quanto aqui? Quanto se gasta com os cartões corporativos, como se fala? Quanto se gasta em desperdício em diversos setores da vida nacional? Por que, na hora de decidirmos o Orçamento, submetemo-nos às pressões corporativas daqueles que usam gravata, calçam sapato, sejam líderes empresarias ou sindicais, que vêm aqui pedir e conseguem arrastar de nós?

Há muitas semanas, há uma greve nacional de uma categoria que está pedindo o piso salarial de R\$11 mil. De onde vêm esses recursos? Vêm dessa grande massa de recursos que tem a Nação brasileira. Aqui dentro, fala-se, de vez em quando, em aumento salarial dos nossos salários. Aqui dentro, fala-se de incorporar a verba indenizatória como parte do salário, desviando sua finalidade de financiar as atividades da defesa das bandeiras, para a gente defender como se fosse nosso próprio salário.

A gente não trata os outros como parte da família. A gente não tem a generosidade de tratar as crianças brasileiras como se fossem parte da grande família. Temos a obrigação, como pessoas eleitas, como líderes nacionais, de vê-las como parte da nossa família.

Aquele programa, Senador – e termino –, tocume, porque mostrou que uma família pode fazer sua revolução e que, logo, uma nação também pode fazer sua revolução. Um pai de família pode fazer sua revolução; logo, o Presidente da República, os Parlamentares, os Ministros, nós juntos podemos fazer uma revolução. O programa mostrou que aquele fato é tão inusitado na sociedade brasileira, que merece ir para a cadeia nacional. Se todos os pais fizessem o mesmo, nenhum apareceria em tevê nacional. Logo, vamos fazer com que esse inusitado de uma família se transforme no normal de todos. E aí só há um jeito: nós, os líderes nacionais, o setor público brasileiro fazermos o que a Heloísa Helena defendia, ou seja, adotarmos uma geração de brasileiros. Devemos adotarmos todos os Esaús deste País, como o pai e a mãe dele fizeram com que eles fossem adotados, no sentido não apenas de nascer, mas de serem cuidados; não apenas de serem cuidados no presente, mas de serem cuidados, olhando para um futuro, para um projeto nacional. E isso só pode ser feito por meio da educação, como aquele pobre homem de Jaboatão dos Guararapes percebeu e executou na sua casa. E nós não estamos conseguindo fazer isso na nossa casa chamada Brasil.

Foi muito oportuno esse programa, ainda mais que tenha sido transmitido na véspera do Dia da Educação, que estamos comemorando hoje. Que seja o Dia da Educação não apenas de um Esaú, mas de todos os Esaús; não apenas liderado por um pai e por uma mãe, mas liderado por este País, por nós, que ganhamos as eleições para fazer essa liderança!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Professor Cristovam, outros programas só vão vir se for mantido o ensino público. O Brasil está caminhando para o ensino privado. Aí, nenhuma família vai ter mais esse sonho.

V. Ex^a governou este Estado. Eu quero dizer que o dia mais feliz do meu Governo foi quando eu vivi uma cena como essa. Eu criei, no Estado do Piauí, uma faculdade de medicina – o Mozarildo sabe o que significa isso. Então, eu resolvi anunciar os aprovados no Palácio. De repente, uma senhora começou a gritar: “Meu filho vai ser doutor igual ao Governador! Meu filho vai ser doutor igual ao Governador!”. Aquela confusão no meu discurso. Eu disse: “Minha senhora, cadê seu filho?” Ela disse: “Não, ele não veio, porque ele não tinha coragem. Eu sou lavadeira. Eu vim, porque acreditei”. Eu falei: “Pois, então, vamos ali ao gabinete, para telefonar”. Ela não tinha telefone. E os vizinhos? “Também não têm. Eu moro num bairro pobre”. Eu vi isso. Eu senti, mas estávamos a oferecer uma universidade pública de medicina no Piauí.

Se o ensino público acabar, jamais teremos outros programas. Está crescendo o ensino privado para os ricos. Eu não sou contra, mas não vamos ter mais programas como esse do Faustão.

Era o que eu tinha a acrescentar. O próximo orador inscrito é o Senador Mozarildo. Depois, como Líder – estamos alternando –, o Senador Alvaro Dias. Estão inscritos o Senador José Agripino e o Senador César Borges, como Líder.

O Senador Mozarildo Cavalcanti representa com muita grandeza o Estado de Roraima e foi o primeiro a denunciar a corrupção das ONGs neste País e o Senador Heráclito Fortes aproveitou e pediu uma CPI.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, que preside esta sessão, Sr^s e Srs. Senadores, eu gostaria hoje de vir a esta tribuna para falar exaustivamente sobre uma grande iniciativa do Senado Federal em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral que foi o lançamento deste importante e, até certo ponto, simples livrinho intitulado Guia do Eleitor Cidadão para as eleições de 2008. Mas não vou fazê-lo hoje. Quero apenas fazer o registro da importância desse gesto.

Gostaria, também, Senador Mão Santa, de falar hoje sobre esse tema que está aqui no verso do jornal do Conselho Federal de Medicina que diz, com a imagem da luz de uma ambulância: “A classe médica alerta: a saúde pública precisa urgentemente ser tratada com respeito”. Na capa do jornal, em vermelho, está aqui: “SOS, o SUS pede socorro”.

Gostaria muito de me aprofundar nesse tema hoje. V. Ex^a, que também é médico, sabe da veracidade e da importância desse assunto, que, aliás, é repetido pelo informativo do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul, que diz: “SUS – chegamos ao limite.”

É preciso efetivamente que o Governo encare essa questão com seriedade. A Emenda nº 29, que aprovamos aqui, terá de ser votada de novo, por questão de um equívoco na aprovação de uma emenda apresentada. Espero que o Governo não coloque aqui a sua maioria para derrubar essa emenda e agravar ainda mais a questão do SUS, porque a Emenda nº 29 é a que garante os recursos para a saúde sem ma-landragem de CPMF, de tirar depois uma parte para uma coisa e outra parte para outra coisa, assaltando o bolso do cidadão.

Gostaria também de falar sobre um evento interessante que está ocorrendo hoje e amanhã em Londres, Senador Renan Calheiros. O Príncipe Charles, da Inglaterra, convidou os Governadores da Amazônia para conversar e discutir sobre a Amazônia e ver como a trataremos, inclusive dispondo-se a ser interlocutor e a financiar a permanência das florestas. Ora, esse é um assunto que a mim, como homem que nasceu na Amazônia, efetivamente da Amazônia, me arrepia. É aquela história de que, quando a esmola é grande, o santo desconfia. Não dá para entender que os ingleses sejam tão bonzinhos. Eles serão tão bonzinhos como foram na época de Dom João VI, protegendo-o para vir para cá, porque não queriam que a França tomasse Portugal, mas, chegando aqui, Dom João VI abriu os portos e se endividou com a Inglaterra de maneira astronômica? É preciso pensar nisso.

Mas não tenho tempo para falar nisso hoje. Quero falar hoje, Sr. Presidente, sobre o tema que está na primeira página do jornal **O Globo** do dia 27, anteontem: “Governo terceiriza a ONGs política indigenista do país”. Quer dizer, o Governo entregou para ONGs a política de cuidar dos índios do País. E diz mais: “A Funai administra 488 reservas que ocupam 12% do território nacional”. Para cuidar, portanto, de 740 mil índios e de reservas que ocupam 12% do território nacional, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Governo Federal entregou a

incumbência às organizações não governamentais, que não dão conta dos problemas. Aliás, não foram feitas para deles dar conta, não, Senador Mão Santa; foram feitas para roubar. Essas ONGs foram feitas para roubar mesmo.

Fico muito feliz de ver um jornal do tamanho e da importância de **O Globo** dedicar, numa edição, sua primeira página e sua terceira página inteira, com fotografias, a esse assunto. Está aqui: “ONGs dominam política indigenista”; “Governo repassa centenas de milhões para organizações e está ausente das aldeias”; “Abandono à porta da Funai”. Aqui, mostram-se índios passando fome em Brasília, mendigando coisas na Funai. Depois, na página seguinte, o jornal diz: “Guaranis-caiúas enfrentam violência e desnutrição”.

Então, Sr. Presidente, primeiramente, quero pedir que V. Ex^a autorize a transcrição, na íntegra, dessa matéria do jornal *O Globo* como parte integrante do meu pronunciamento. Não vou ler toda a matéria e peço que os brasileiros e as brasileiras que me assistem pela TV Senado e que me ouvem pela Rádio Senado tenham o cuidado de lê-la, pois é muito importante. Tenho a certeza de que, se formos aprofundá-la, vamos ver a que ponto chegamos: 12% do território do Brasil – não é pouca coisa, são 12% para 740 mil índios –, na verdade, foram levantados, delimitados e demarcados por ONGs, inclusive internacionais. E o que faz o Governo, Senador Mão Santa? Repassa, a cada ano, cada vez mais dinheiro.

Tive a curiosidade de fazer um levantamento ainda preliminar – e vou-me aprofundar nisto. Em 2003, no primeiro ano do Governo Lula, foram repassados do Orçamento para a política indigenista R\$184.588.522,00 – vejam bem! –, para atender a menos de 0,5% da população brasileira. Entregaram esses recursos para ONGs. Se ainda fossem entregues para os índios, eu diria que tudo bem. Mas não! Foram entregues para ONGs R\$184 milhões no ano de 2003.

Sabe quais foram os programas, Senador Mão Santa? Etnodesenvolvimento das sociedades indígenas. O que é etnodesenvolvimento? É o desenvolvimento das etnias. Mas que etnia foi desenvolvida por meio de algum trabalho de ONG? Não, eles estão é desescrevendo a história. Índio que nunca usou uma tanga agora está usando; índio que nunca usou um cocar agora está usando; índio que nunca se pintou de guerra agora está-se pintando. É esse o etnodesenvolvimento no qual o Governo gastou, em 2003, R\$184 milhões?

Para território e cultura indígena, foram destinados R\$36 milhões. Território e cultura indígena!? Mas que cultura indígena? Respeito que aqueles que ain-

da têm realmente uma cultura, como os Yanomamis e poucos outros, querendo, preservem, mas, se quiserem evoluir no sentido de se integrar à sociedade, que também tenham o direito de fazê-lo. Mas não concordo que alguém, que alguns “ongueiros” queiram lhes impor como devem viver.

Há mais outro item interessante que eu não havia visto: ensino profissional diplomático para os índios. Ensino profissional diplomático para os índios!? Gastou-se nesse item até que pouco: foram R\$50 mil em 2003.

Vamos em frente. O mais interessante, Senador Mão Santa, é que, quando se passam essas quantias para os Estados, elas não são grandes. E quando isso é passado nacionalmente? Vou citar, por exemplo, os Estados. Pernambuco recebeu R\$137 mil; o Rio de Janeiro, R\$204 mil. Mas, no âmbito nacional, foram R\$184 milhões em 2003. Vamos em frente. Em 2004, pulou de R\$184 milhões para R\$208 milhões o Orçamento para as ONGs que cuidam dos índios, porque a Funai, a cada dia que passa, está sendo desmantelada. Não há concurso para compor o quadro de funcionários da Funai, não há concurso para formar pessoas encarregadas e habilitadas para cuidar dos índios. Há terceirização, como diz o jornal **O Globo**, para entidades que não têm capacitação e que são, no fundo, no fundo, apenas gigolôs de índios. Vamos em frente.

Em 2004, há algo interessante, de novo: Estados como o meu receberam zero real, mas, em âmbito nacional, foram R\$207 milhões. Aí é onde se embute, Senador Renan, o dinheiro pago ao Conselho Indígena de Roraima, à Comissão para Criação do Parque Yanomami (CCPY), à Urihi, que roubou R\$60 milhões só em um ano.

Vamos para o ano de 2005: foram R\$261 milhões. Aí de novo vêm os itens: identidade étnica e patrimônio cultural dos povos indígenas, R\$209 milhões; proteção das terras indígenas, gestão territorial e eco-desenvolvimento, R\$39 milhões; ensino profissional diplomático...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Isso significa que já se estão criando nações mesmo. Então, precisa-se de uma diplomacia para formar os futuros embaixadores dessas nações futuras.

Este é outro item: saneamento rural, R\$11 milhões. Nunca vi saneamento rural em nenhuma comunidade indígena. E olha, Senador Renan, que andei em Rondônia, em Mato Grosso do Sul, em Roraima, onde conheço todas elas, e não conheço uma com sa-

neamento rural. Entendo que saneamento rural deve ser saneamento básico: fossas assépticas, instalações para água encanada, etc.

Em 2006, Senador Mão Santa, foram R\$346 milhões; em 2007, R\$362 milhões. Senador Mão Santa, se realmente esse dinheiro fosse aplicado e revertido em favor da educação, da saúde, da proteção do ser humano índio, adulto, jovem e velho, eu, como médico, estaria aplaudindo – como brasileiro, eu aplaudiria mais e, como amazônida, mais ainda –, mas isso não é verdade. Tanto isso não é verdade, que, agora, o jornal **Correio Braziliense** publica: “Pente fino em convênios”. Aqui, o jornal se refere ao convênio com a editora da Universidade de Brasília (UnB). A UnB tinha um convênio com a Fundação Nacional de Saúde para dar assistência à saúde aos índios Yanomamis no oeste de Roraima e do Amazonas. Ora, qual é a lógica de contratar a UnB se há uma universidade federal em Roraima? Por que não se contrata essa universidade, se ela tem curso de Medicina e já formou vários médicos? Por que não se contrata essa universidade? Poderia contratar o Estado. Mas, se se suspeitava do Estado, que se contratasse a universidade! Por que não se contratam os militares que estão lá com dois pelotões dentro da área indígena Yanomami? Por que não os contrata?

Quem é brasileiro é suspeito, mas ONGs transnacionais não são suspeitas. É por isso, é por essas e por outras, Sr. Presidente, que quero aqui dizer a V. Ex^a, Senador Renan, que, na demarcação da reserva Raposa Serra do Sol – e V. Ex^a sabe disso, porque foi Ministro da Justiça –, houve pressão dessas ONGs comandadas – não tenho medo de dizer – pelo Conselho Indigenista Missionário, que é um braço da Igreja Católica, que criou, em Roraima, o Conselho Indígena de Roraima e que plantou em Roraima, numa aldeia chamada Maturuca, um padre chamado Jorge Dal Ben, que nunca rezou uma missa, mas que passou toda a sua vida, mais de década, dentro dessa aldeia Maturuca, fazendo de lá um QG para fazer essa demarcação em área contínua, inclusive usando pressão internacional. Isso é verdade. Isso foi publicado pela revista **IstoÉ**, e tenho o exemplar da revista.

Não sou um parlamentar que ouviu dizer não. Não sou um parlamentar que apenas fui eleito por Roraima. Não, eu nasci em Roraima. Eu, como médico, andei aquelas comunidades todas, atendendo a todos eles. E o que eu vejo hoje na Raposa Serra do Sol, Senador Renan? Um grupo étnico comandado pelo CIR, Conselho Indígena de Roraima, que é só quem recebe dinheiro! Interessante: é só o CIR que recebe dinheiro do Governo Federal, só ele. A

Sodiur, que é a Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima, não recebe, não tem convênio com o Governo Federal. A Alidici não tem convênio com o Governo Federal. A seleção para receber o convênio é feita pela Igreja Católica.

Aliás, quando eu quero falar em Igreja Católica, eu quero ressaltar aqui: eu sou católico. Não vamos confundir a fé católica, a religião católica com padres, bispos e cardeais que, às vezes, cometem, como cometeram no passado, muitas atrocidades dizendo ser em benefício da fé. Está aí a Inquisição, estão aí as Cruzadas, está aí o ódio que eles suscitaram nos muçulmanos até hoje, está aí o que estão fazendo no meu Estado: um grupo de índios brigando contra outros índios. E eu convido o Senador João Pedro, que tem falado sobre isso aqui, bem como o Senador Nery, para irem lá conhecer de perto, conversar com os índios. Não conversem com os não-índios, não; conversem só com os índios, já que para V. Ex^{as} não existem direitos humanos iguais para todos. Conversem com os índios, com todos eles lá, de todas as comunidades, sozinhos; conversem com eles sem a interferência de ninguém e vejam se o que estamos plantando lá não é verdadeiramente um **apartheid** intra-étnico dentro daquela reserva, para não dizer as outras coisas, um **apartheid** intra-étnico, sim, porque estão separando pessoas que são casadas com índios, que têm filhos e netos lá.

O caso mais emblemático, Senador Renan, foi o de uma senhora índia que tem um filho de pele clara. Ela agora está impedida de ir para a comunidade e levar o filho. Está documentado, a Assembléia Legislativa do Estado está entrando com uma ação no Ministério público. É uma barbaridade! Essas coisas não são observadas; ou para eles não há direitos humanos também? Que direito humano que é só para um ou para uns? É aquela história do *slogan* desse Governo: Brasil, um País de todos. Mas que todos? Que todos? Todos? Todos os brasileiros ou todos os companheiros? Todos os brasileiros mesmo? Índios, não-índios, brancos, negros, ou apenas aqueles que são os escolhidos?

Eu quero aqui dizer que vou gastar todo o tempo que dispuser, até a decisão do Supremo, para trazer esse tema reiteradas vezes. Eu já fiz quatro missões àquela região. Primeiro, uma Comissão Temporária Externa do Senado, onde nós sugerimos ao Presidente Lula... Aliás, uma Comissão Temporária Externa do Senado, cujo Relator foi um Senador do PT. Sugerimos uma demarcação que não seria problemática. Depois, uma comissão temporária externa sugerindo uma retificação do decreto, assim como duas viagens pela

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E não vale o relatório da Comissão Temporária Externa, não vale o que nós constatamos? Vale o quê? Vale o que um grupo de iluminados ligados a esse núcleo comunistóide pensa.

Quero ouvir, primeiramente, o Senador Tasso Jereissati, que já havia pedido. Em seguida, ouvirei o Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Mozarildo, gostaria de congratular-me com V. Ex^a pela oportunidade, pela percepção e pelo constante acompanhamento de um problema para o qual V. Ex^a, com muita perseverança, vem há muito tempo chamando a atenção. Na verdade, pouca gente presta atenção à questão. Hoje, só depois que vem à tona a gravidade do problema, todas as suas conseqüências, a pouca pertinência, a falta dos devidos cuidados, o exagero das reservas que foram criadas com um intuito aparentemente demagógico, com um intuito de responder aos anseios de determinados grupos, criou-se uma situação de verdadeiro caos e quase uma pequena guerra civil localizada em uma área de seu Estado. V. Ex^a foi o primeiro – e durante muito tempo o único – a chamar a atenção para essa questão. As autoridades não lhe deram atenção, não lhe deram ouvidos. Nós mesmos, aqui no Senado Federal, ouvíamos, mas não demos a importância ao alerta que V. Ex^a fazia. Quero penitenciar-me e congratular-me com V. Ex^a pela percepção e pelo alerta que V. Ex^a fez nesta Casa há muito tempo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Quero dizer a V. Ex^a que Fernando Henrique Cardoso, quando Presidente da República, sofreu muitas pressões para demarcar essa reserva, muitas. Eu já era Senador e fui muitas vezes conversar, juntamente com o Governador do Estado, e o então Presidente não demarcou, não demarcou. Embora o procedimento da Funai e do Ministério da Justiça estivesse concluído, ele não demarcou, porque soube se aconselhar e viu que não era apropriado demarcar. Portanto, não demarcou.

Agora, o Presidente Lula, apesar de ter conversado com diversos Governadores, com o Governador Flamarion Portela, que foi para o PT para tentar resolver essa questão e outras das terras de Roraima; com o Governador Otomar Pinto, do seu Partido; e agora com o Governador Anchieta. Apesar de tudo isso, o Presidente Lula demarcou ouvindo apenas uma pessoa, entre outras, o Ministro Thomaz Bastos, que inclusive fez uma molecagem jurídica para induzir o Supremo a

derrubar as ações que havia contra a portaria anterior, a Portaria nº 820.

Então, quero dizer a V. Ex^a que a coisa não se restringe a demarcar ou não uma reserva indígena. E não é uma reservazinha indígena simples, qualquer, não. É uma reserva indígena complexa. Lá em Roraima não temos do que reclamar, porque mais da metade do Estado é reserva indígena, sem nenhuma lógica, porque somos o terceiro em população indígena e somos, disparados, o Estado que têm mais reservas indígenas demarcadas. A reserva lanomâmi eram várias reservas separadas que foram unidas em uma só e abrange o meu Estado e o Estado do Senador João Pedro. Então, não estamos reclamando por causa de uma reserva indígena. Lá, já há 35 reservas indígenas demarcadas.

O que queremos agora é não deixar que esse absurdo se concretize. Espero que o Supremo reveja essa questão e vá a fundo, inclusive *in loco*, para ver essa questão.

Pois não, Senador Demóstenes.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Senador Mozarildo, V. Ex^a faz um pronunciamento contundente e correto. Semana passada, iniciei uma discussão aqui a este respeito. Não pude falar o tanto que queria, até por uma questão regimental.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas hoje V. Ex^a fala a tempo que quiser.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Tenho de concordar com V. Ex^a. Basta pegar o que pensava José Bonifácio de Andrada sobre a integração dos povos indígenas à civilização. É uma coisa centenária. É algo que quem tem bom senso prega e preconiza. O que estamos vendo hoje? A Funai gastando algo em torno de R\$1,2 bilhão, incluindo gastos com saúde indígena; os indígenas com saúde precaríssima, numa situação educacional humilhante; e alguns caciques vivendo de forma nababesca. Tudo isso para dar azo a uma pseudo-etnologia instalada na Funai. Isso reverte em prejuízo sério para os indígenas. Favorece, como disse V. Ex^a, um **apartheid** social, como se os indígenas pudessem até passar a ser discriminados em razão desse absurdo que se tenta construir, quando os indígenas têm para a sociedade brasileira – eu trouxe até uma pesquisa – uma imagem das melhores, devido a um falso protecionismo. Quero até lembrar aqui o que disse o Presidente da FUNAI, numa platitudo extraordinária. Ele disse que a política indigenista brasileira é reconhecida internacionalmente. Quantos índios tem a Suécia, Senador, para dar um palpite a respeito disso? É muito fácil tentar, simplesmente, explodir com as es-

truturas tradicionais do Brasil não para beneficiar. Se fosse para beneficiar, quem estaria aqui para contrariar essa determinação? Não. Mas para dar azo, dar vazão a uma filosofia de botequim implantada na Funai, que quer a todo custo implantar ali mais uma reserva, pegando fronteira de forma contínua, desprezando o que tradicionalmente existe ali, até a miscigenação, como preconizava o José Bonifácio.

Nós vamos desconhecer o que existe ali dentro? Então, Senador Mozarildo, eu tenho confiança também no Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal, mais uma vez, vai dar razão àquilo que é racional, vai dar a César o que é de César. E os apelos que V. Ex^a vem fazendo aqui, há muito tempo, vão encontrar agora ressonância no Supremo Tribunal Federal. Eu teria muito mais a dizer, Senador, mas, em respeito ao seu pronunciamento, fico por aqui, parabenizando V. Ex^a e lembrando, como disse o General Heleno, ali também é uma questão de sobrevivência do Brasil. Do outro lado da fronteira, nós temos um ditadorzinho que não obedece a regras, que não conhece lei, independentemente de quem for. Neste momento peculiar, eu quero fazer um elogio ao Ministro Nelson Jobim. Não tenho nada que elogiar o Ministro, mas o farei. A compra do material que o Exército e as Forças Armadas estão fazendo é capaz agora de fazer voltar à época em que a soberania nacional era prevalente, porque hoje as nossas Forças Armadas estão absurdamente sucateadas. Parabéns a V. Ex^a. Voltaremos ao tema, fazendo eco com o discurso.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Demóstenes Torres, agradeço a V. Ex^a o aparte. Está na coluna do Cláudio Humberto de hoje – eu não a li ainda; portanto, não posso dizer em que termos está – que o Cônsul da Venezuela mandou um expediente para o Supremo aconselhando aquela Corte a como decidir sobre essa questão da Raposa Serra do Sol, defendendo a demarcação em área contínua, da forma como está.

Olhem a que ponto nós chegamos: já há recomendação de um país sobre como deve proceder outro país numa região de reserva, de fronteira. Aliás, a Venezuela tem uma contestação com a Guiana. Todo mundo sabe que existe uma área que a Venezuela não reconhece como sendo da Guiana, que é uma zona de reclamação; e já está há décadas, inclusive, registrado na ONU formalmente o protesto. Portanto, a qualquer momento, o Presidente Chávez pode invadir aquela região; e isso não terá sido inventado por ele, porque está há décadas em contestação. Agora a Venezuela está dando palpites sobre como deve ser demarcada aquela região, que está justamente colada à região

que a Venezuela contesta. Não sei se isso é verdade. Está na coluna do Cláudio Humberto.

Mas há outros paradoxos. O que propusemos na Comissão Temporária Externa: retirar 320 mil hectares, Senador Renan, de 1,7 milhão do que foi demarcado. Trezentos e vinte mil hectares! Significava retirar o quê? As quatro pequenas cidades que se localizam lá na fronteira; quatro pequenas cidades. Retirar aqueles proprietários com títulos anteriores a 1934, quando Roraima ainda era do Estado do Amazonas, e retirar a área dos arroteiros, que têm títulos anteriores a 1934.

Agora, é até interessante: o Brasil está passando por uma crise de arroz, quer impedir a exportação de arroz. E, em Roraima, o Governo Federal quer acabar com os arroteiros, que produzem 25% do PIB do Estado e até exportam arroz. Mas eu não estou só falando dos arroteiros, não. Há 458 proprietários lá naquela região, quatro cidades, Senador José Agripino. E não é possível realmente, numa região de fronteira como essa, em que até a Venezuela dá pitaco, nós deixarmos acontecer tranqüilamente.

Eu tenho fé patriótica de que o Supremo vai rever essa questão e vai, com certeza, debruçar-se sobre o trabalho feito pelo Senado e também pela Câmara, que tinha uma comissão temporária externa. Vai rever, sim, inclusive dando oportunidade para corrigir as injustiças e ouvindo os índios. Eu fiz o convite aqui ao Senador João Pedro e ao Senador José Nery para irem lá, ouvir os índios. E vão ver que a realidade é bem outra.

Eu quero, aqui, mais uma vez, dizer: eu estou aplaudindo a conduta do General Heleno, porque, realmente, o patriotismo e o compromisso com o País são maiores do que quaisquer conveniências ou ranços que impedem o militar de falar. O militar, antes de tudo, é um patriota.

Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Mozarildo, eu não poderia deixar de apartear-lo neste seu pronunciamento. Aliás, V. Ex^a tem sido um Senador muito coerente nesta questão. Eu sou testemunha pelo que tenho ouvido em seus pronunciamentos e pelas ações não só aqui, mas também e principalmente na Comissão de Relações Exteriores. Se o Brasil tivesse ouvido V. Ex^a, teria evitado passar por algumas situações que ora passa. Eu me lembro quando V. Ex^a denunciou a invasão de helicóptero da Venezuela em território brasileiro exatamente nessa região. Quero dizer a V. Ex^a que, recentemente, só recentemente, recebemos as informações prestadas pelo Ministério a respeito do episódio. V. Ex^a, inclusive, tem feito o

sacrifício de, com a autorização da Comissão, passar dias a fio na região do conflito, tentando mediar soluções. De forma que V. Ex^a tem tido uma atuação responsável como representante da sua região e, acima de tudo, do País. Há poucos minutos, encontrei-me com um cidadão de origem indígena, aqui no corredor, que é da região e me contava exatamente o que V. Ex^a traz hoje à tribuna, inclusive assustado com a atuação descontrolada de ONGs naquela região. De forma que não é isolada a voz de V. Ex^a. É preciso que o Governo veja o que foi denunciado pelo general. Se o general infringiu algum regulamento por ter tratado desse assunto em público é outra questão. A verdade é que o assunto tratado é sério e merece de todos nós cuidado, cautela e, acima de tudo, muita atenção. O general já vinha, há algum tempo, alertando as autoridades do País não só para a questão do conflito dos arroteiros, mas também para a questão das ONGs na região amazônica. É preciso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que algumas medidas sejam tomadas. Os Anais do Senado estão à disposição de quem quiser. Pelo menos com relação a V. Ex^a, ninguém pode dizer que o Senador Mozarildo não sabia. Sabia, avisou e não foi ouvido. Que pena! Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Eu agradeço, Senador Heráclito. Espero que agora sejamos ouvidos – nós todos, roraimenses – pelo Supremo Tribunal Federal, porque já estávamos sendo ouvidos. A Ministra Ellen Gracie tinha suspenso a demarcação. Mas o Ministro Thomas Bastos fez uma molecagem, revogou a Portaria nº 820, e baixou outra no mesmo dia, com outro número, com as mesmas bases da Portaria nº 820, e, com isso, fez com que o Supremo dissesse que estavam prejudicadas as ações contra a Portaria nº 820. Então, isso foi uma molecagem que o Ministro Thomas Bastos fez, o que levou o Supremo a corretamente declarar prejudicadas as ações contra aquela Portaria.

Nós estamos, agora, combatendo essa nova Portaria e o Decreto do Presidente, porque eles estão eivados de vícios e de fraudes e não correspondem à realidade daquela região.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, só reitero o pedido de transcrição das matérias do Jornal e dos dados do Orçamento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Governo terceiriza a ONGs política indigenista do país

Funai administra 488 reservas que ocupam 12% do território nacional

A política indigenista responsável pelo cuidado de 740 mil índios e de reservas que ocupam 12% do território nacional está entregue a organizações Não-Governamentais que não contam com os problemas. Só na área de saúde, as ONGs recebem repasses do governo. Em

2007, o programa de saúde indígena consumiu R\$ 179 milhões, dos quais R\$ 13 milhões foram para a Editora da Universidade de Brasília, investigada por desvios. Diretorias estratégicas da Funai estão ocupadas por pessoas egressas de ONGs. O ex-presidente da Funai Márcio Pe-

reira Gomes diz que o general Augusto Heleno, comandante da Amazônia, prestou um serviço à nação ao denunciar a "caótica política indigenista". O atual presidente, Márcio Meira, contesta críticos e diz que o objetivo é garantir a sobrevivência dos índios.

'PARA NÃO DIZER CAOTICA': Críticas de general do Exército são rebatidas

Presidente da Funai diz que política indigenista no país é um sucesso

Para Márcio Meira, grande mérito é conseguir manter os índios vivos

Maria Lima e Evandro Éboli

• BRASÍLIA. O presidente da Fundação Nacional do Índio, (Funai), Márcio Meira, considera que a política indigenista do país é um sucesso. Ele também defende a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) nas reservas.

— Com a sociedade civil de parceira, é possível compartilhar a gestão para melhor atender os povos indígenas — disse Meira.

O presidente da Funai discorda da avaliação do comandante da Amazônia, general do Exército Augusto Heleno, que há duas semanas criticou abertamente a ação do governo nas aldeias da região. Meira sustenta que o grande mérito da política indigenista é manter os índios vivos e que falta de terras não é o problema. Confrontado com todos os problemas de sustentabilidade nessas áreas, da falta de saúde à questão da autonomia socioeconômica, o presidente da Funai afirma que tudo isso é um desafio para o futuro.

— Não reajo às declarações do general Heleno. Não vou fazer juízo de valor. Acho que é um sucesso a política indigenista brasileira.

Índios trucás reclamam da assistência

Líderes da aldeia dizem que atendimento médico e educação são precários

Vânia Castro*

• SOBRADINHO (BA). A situação de abandono da tribo trucá, localizada nas proximidades da cidade de Sobradinho (a 555 km de Salvador, região nordeste da Bahia), é visível logo na entrada da aldeia. Buracos e uma estrada de terra ligam o local à cidade, e cercas velhas separam as casas de talpas da sociedade vizinha. As plantações de cebola, melancia, maracujá, feijão, mandioca e pimentão ajudam os índios no sustento das famílias. Lazer é uma palavra pouco usada na falta de brinquedos ou outras diversões, a turma da tri-

bo se reúne embaixo de umbuzeiros para passar o tempo.

Segundo Pedro Antônio da Silva, uma das lideranças da aldeia, a assistência médica é escassa e o acesso a ela é difícil.

— Somos assistidos e reconhecidos. Mas a Funai e a Funasa não cumprem com o verdadeiro papel nas áreas de educação, saúde e lazer.

A trucá é uma tribo dissidente da trucá-mãe, de Cabrobó (Pernambuco), há 25 anos, mas foi reconhecida há apenas dois.

A aldeia possui energia elétrica e a água para beber e cozinhar que chega por carros-pipa. A água do riacho serve para o

banho e para a agricultura. A Funai contribui mensalmente com 25 cestas básicas, mas, segundo a liderança, o fornecimento atrasa até quatro meses.

Assistente administrativa da Funasa em Juazeiro, Aparecida Barbosa dos Santos diz que os índios recebem todo o apoio necessário na saúde e saneamento e que determinadas ações e programas não são feitas porque a tribo não está em terra legalizada. Pedro Antônio, por sua vez, afirma que todos têm esperanças de regularizar a propriedade. ■

(*) Da Agência A Tarde

Meira discorda que índios vivem no limite da indigência

Sobre a pobreza e as péssimas condições de vida dos índios em várias aldeias, o presidente da Funai argumenta que é preciso considerar as diferenças culturais relacionadas ao modo de vida próprio do indígena:

— Existem algumas situações de vulnerabilidade, como a reserva dos guaranis-caluaís, que é na beira da rodovia em Dourados. Mas não posso concordar que a maioria dos índios vive no limite da indigência. Eles vivem uma cultura diferente. Não podemos fazer juízo de valor tomando como parâmetro o que para nós pode parecer pobreza. Para eles não é. A partir de seus pressupostos culturais, vivem uma vida digna — afirmou Márcio Meira.

Bases da política indigenista têm quase cem anos

As bases da política indigenista do governo, segundo o presidente do órgão, ainda têm como ponto central a política de estado lançada pelo Marechal Rondon em 1910, ou seja, há quase cem anos.

— O foco central é que os índios sejam protegidos e sobrevivam. O índio precisa viver. Então vem dado certo, na medida que o índio está sobrevivendo e a população indígena, rescendo substancialmente. Para isso, o mais importante é que sejam protegidos e suas terras, garantidas — disse Márcio Meira. ■

CORPO A CORPO

MÉRCIO PEREIRA GOMES

'Política está sendo conduzida de maneira caótica'

• Civil que mais durou na presidência da Funai — foram três anos e sete meses no governo Lula —, o antropólogo Mércio Pereira Gomes concorda com a crítica do general Augusto Heleno de que a política indigenista é caótica. Disse que tentou tirar as ONGs do atendimento a índios, mas não conseguiu. Hoje, tem um blog — o "Blog do Mércio" — no qual faz duras críticas à atual gestão.

O GLOBO: Como o senhor avalia a atuação das ONGs na Funai?

MÉRCIO PEREIRA GOMES: As ONGs indigenistas fazem um péssimo papel. Estão fazendo a Funai perder espaço e força, além de perder orçamento e capacidade de diálogo com os índios. As ONGs, desde o governo Collor, tomaram conta do Estado. E não têm qualquer compromisso com a causa. Deveriam sair fora.

• Na gestão do senhor não havia ONGs dentro da Funai?

MÉRCIO: Não havia pessoas de ONG ocupando cargos importantes, como tem hoje. Privilegiei quadros tradicionais da Funai, só indigenistas de fato.

• O que o senhor achou das críticas do general Augusto Heleno, comandante militar da Amazônia, que chamou de caótica a po-

lítica indigenista. Concorda?

MÉRCIO: Concordo. Acho a política indigenista brasileira uma das melhores do mundo, mas está sendo conduzida de maneira caótica. O general prestou um grande serviço à nação ao alertar para o perigo da ameaça à soberania, mas apontou o rifle para o lado errado. A culpa não é dos índios, mas do Estado, que não fortalece o Ibama, a Funai e o próprio Exército, órgãos que devem proteger a Amazônia.

• Por que a política indigenista é caótica?

MÉRCIO: Porque R\$ 700 milhões para a política indigenista estão nas mãos de outras áreas, como os ministérios da Saúde, da Educação e do Meio Ambiente. Só R\$ 140 milhões vão para a própria Funai.

• O senhor é contra outros setores do governo cuidarem de índio?

MÉRCIO: Completamente contra. Tentei mudar isso no governo, mas não consegui. São pessoas sem espírito indigenista, sem amor à causa. Essa Funai é a desgraça nacional. Cuida muito mal da saúde dos índios. Essa divisão no governo e a presença das ONGs diminuíram o tamanho da Funai. Em 86, eram cinco mil servidores para cuidar de 200 mil índios. Hoje, são dois mil funcionários para meio milhão de indígenas. Não pode dar certo mesmo.

PARA NÃO DIZER CAÓTICA': *Coordenador do Cimi diz que falta de terras é uma das causas do problema na tribo*

Guaranis-caiuás enfrentam violência e desnutrição

Problema é provocado por consumo de drogas e de álcool;
ano passado houve 53 homicídios entre os índios

Paulo Yafusso

Especial para O GLOBO

• CAMPO GRANDE (MS). A violência, decorrente do uso de drogas e de bebida alcoólica, é hoje o principal problema vivido pelos índios guaranis-caiuás de Mato Grosso do Sul, que nos anos 80 chamaram a atenção de organizações internacionais por causa da onda de suicídios e que, em 2004, enfrentou a morte de dezenas de crianças por desnutrição. Levantamento feito pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) ano passado apontou que o Estado lidera em número de assassinatos. Das 92 mortes por homicídio registradas, 53 foram de índios sul-mato-grossense. O Cimi é uma organização ligada à igreja católica.

Para o coordenador da entidade, Egon Heck, esse quadro é consequência de vários fatores, a começar pela falta de terras. Só na reserva de Dourados, a maior do estado, vivem mais de 12 mil guaranis-caiuás e tere-

nas, num espaço de 3.500 hectares. Ele diz que a situação vem se agravando com a expansão das lavouras de cana-de-açúcar e a instalação de novas usinas e destilarias na região sul. Por ser mais barata, a mão-de-obra indígena é a mais procurada para o corte de cana.

— Estima-se que atualmente existam 13 mil índios nessa atividade desgastante do ponto de vista físico. Além disso, eles inalam o pó resultante da queima dos canaviais e têm um desgaste enorme com os movimentos repetidos do uso do machete para o corte da cana — afirma Heck.

Maioria das vítimas de homicídio tem de 15 e 29 anos

Para o coordenador, o crescimento da produção do etanol a partir da cana-de-açúcar pode ser bom para a economia do estado e do país, mas vem trazendo prejuízos catastróficos para a cultura e a tradição dos índios guaranis-caiuás. Egon He-

ck entende que o contato com o mundo dos brancos tem levado os índios a conseguir acesso mais fácil a drogas e bebidas. Ele ressalta que o dinheiro obtido com o trabalho nas usinas e destilarias de álcool acaba gerando uma espécie de disputa interna na família. Geralmente, a violência nas aldeias recrudescer na época em que é feito o pagamento aos índios, já que muitos gastam com bebida e se envolvem em brigas.

Dados do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), da Funasa de Mato Grosso do Sul, apontam que a maioria das vítimas de homicídio são indígenas com idades entre 15 e 29 anos. É nessa faixa etária também que ocorre a maioria dos casos de suicídio entre eles. Segundo registros do DSEI, ano passado houve 39 suicídios.

O resultado da violência envolvendo os índios é que atualmente pelo menos 200 estão presos em delegacias e presídios do estado. ■

Na Amazônia, tribos sofrem com desmatamento

Expansão da fronteira agrícola é outro problema na região

Ronaldo Brasiliense
e Anselmo Carvalho Pinto *

• BELÉM e CUIABÁ. A expansão da fronteira agrícola, causando conflitos de terra, o desmatamento e a demora na demarcação e homologação das reservas indígenas são alguns dos maiores problemas das

tribos da Amazônia Legal.

Os índios já são donos de um território que equivale a 20,5% da Amazônia brasileira. São terras demarcadas e homologadas pela Funai que continuam sujeitas a invasões de grileiros, madeireiros, garimpeiros e sem-terra. Em muitos casos, é necessária a ação do Poder Judiciário para garantir os direitos dos índios sobre suas terras.

DINHEIRO PÚBLICO

Integrantes da CPI das ONGs querem devassa da Receita Federal em empresa contratada pela Editora da Universidade de Brasília

Pente-fino em convênios

MARCELO ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

Na tentativa de rastrear o destino dado pela Editora Universidade de Brasília (EDU) aos milhões de reais recebidos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a CPI das ONGs levanta suspeitas em torno da atuação da MI Management Profissionais Associados, empresa que funciona num pequeno escritório no Setor de Autarquias Sul. De acordo com os técnicos da comissão, a Management recebeu da editora cerca de R\$ 1,9 milhão em contratos sem licitação entre os anos de 2004 e 2007.

No período, ainda segundo os dados em poder da CPI, a empresa foi beneficiária de R\$ 2,2 milhões do governo federal. Ou seja, quase 100% de seu faturamento via verbas públicas teve origem na editora vinculada à Universidade de Brasília (UnB). E se destinava a programas de atenção à saúde dos povos indígenas. Em requerimento apresentado à CPI, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR)

propõe que a Receita Federal faça auditoria nas contas da empresa. O parlamentar justifica o pedido diante da desconfiança de a Management se tratar “apenas de uma entidade de emissão de notas fiscais”.

O Correio consultou o CNPJ da empresa no banco de dados da Receita Federal. A Management atende, agora, pelo nome de Vertice Associados, e oferece consultoria em tecnologia da informação, além de administração de fundos por contrato ou comissão. Apesar de funcionar no 11º andar de edifício do Setor de Autarquias, consta no cadastro do Fisco um endereço do Riacho Fundo II como sede oficial da entidade — conjunto 2 da QN 7F. No local, há uma igreja evangélica.

Pesquisa no Portal da Transparência, administrado pela Controladoria-Geral da União (CGU), revelou também que a Management recebeu até 2004 valores modestos — não supe-

riores a R\$ 10 mil — oriundos de órgãos da administração pública, caso dos ministérios do Turismo e Planejamento. Tratavam-se de parcerias que previam a capacitação de servidores nas respectivas áreas.

A partir de 2005, porém, a empresa teve um salto significativo nos negócios, ainda segundo as informações da CGU. Naquele ano, a Management recebeu R\$ 45 mil da editora da UnB. Nos dois anos seguintes, mais dinheiro: R\$ 840 mil e R\$ 870 mil, respectivamente. Os três convênios tratavam de cooperação em programas de

atenção à saúde indígena. “A entidade realiza tarefas muito distante do seu propósito”, afirmou o senador Álvaro Dias, na proposta de devassa encaminhada à cúpula da CPI.

Sem licitação

Na semana passada, em depoimento à comissão, o ex-diretor da EDU Alexandre Lima alegou “notório saber” para justificar a dispensa de licitação nas parcerias com a Management. A entidade que funciona no Setor de Autarquias Sul, porém, conta apenas com dois auxiliares administrativos e um motorista, além do diretor-presidente, Cleônides de Sousa Gomes.

Não satisfeito com as explicações de Lima, o senador tucano entende que é necessária a investigação da Receita para saber os efetivos beneficiários do dinheiro transferido pela editora à Management. A CPI deve analisar o pedido de Álvaro Dias nos próximos dias. A empresa de Cleônides também é alvo de investigação do Ministério Público do Distrito Federal (MPDF).

Execução Orçamentária da LOA 2003 - Orçamento Indigenista Por Programa

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
0150 - ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDIGENAS	154.261.900	171.846.950	168.433.490	168.433.362	148.165.309
0151 - TERRITORIO E CULTURA INDIGENAS	44.480.000	45.820.957	40.639.332	40.639.332	36.373.213
0685 - ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMATICO	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000
TOTAL	198.791.900	217.717.907	209.122.822	209.122.694	184.588.522

Execução Orçamentária da LOA 2003 - Orçamento Indigenista Por Unidade da Federação

UF	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago
AM	50.000	50.000	0	0	0
NA	198.004.900	216.930.907	208.693.628	208.693.501	184.222.586
PE	200.000	200.000	152.537	152.537	137.150
RJ	237.000	237.000	236.614	236.614	204.286
RR	250.000	250.000	40.042	40.042	24.500
SC	50.000	50.000	0	0	0
TOTAL	198.791.900	217.717.907	209.122.822	209.122.694	184.588.522

R\$ 1,00

Execução Orçamentária da LOA 2004 - Orçamento Indigenista Por Programa

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
0150 - IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS	186.171.210	215.740.210	201.835.134	201.835.134	159.575.849
0151 - PROTECAO DE TERRAS INDIGENAS, GESTAO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO	64.187.305	75.107.305	53.153.357	53.153.357	39.731.184
0685 - ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMATICO	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	982.813
1287 - SANEAMENTO RURAL	26.000.000	26.000.000	19.327.019	19.327.019	8.302.412
TOTAL	277.358.515	317.847.515	275.315.510	275.315.510	208.592.257

Execução Orçamentária da LOA 2004 - Orçamento Indigenista Por Unidade da Federação

R\$ 1,00

UF	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago
AC	255.000	204.000	0	0	0
AM	200.000	200.000	44.182	44.182	17.725
AP	435.000	435.000	0	0	0
MT	100.000	100.000	0	0	0
NA	263.916.185	304.456.185	273.945.582	273.945.582	207.766.286
NO	10.855.330	10.855.330	485.139	485.139	485.139
PE	0	0	0	0	0
RJ	947.000	947.000	251.607	251.607	163.107
RO	200.000	200.000	189.000	189.000	160.000
RR	450.000	450.000	400.000	400.000	0
TOTAL	277.358.515	317.847.515	275.315.510	275.315.510	208.592.257

Execução Orçamentária da LOA 2005 - Orçamento Indigenista Por Programa

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidadado	Pago
0150 - IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS	226.974.329	255.497.049	246.763.054	246.763.054	209.452.901
0151 - PROTECAO DE TERRAS INDIGENAS, GESTAO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO	66.356.519	77.742.999	56.332.429	56.332.429	39.942.527
0685 - ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMATICO	1.100.000	1.100.000	934.608	934.608	834.608
1287 - SANEAMENTO RURAL	31.240.000	36.840.000	29.117.385	29.117.385	11.644.767
TOTAL	325.670.848	371.180.048	333.147.476	333.147.476	261.874.803

R\$ 1,00

Execução Orçamentária da LOA 2005 - Orçamento Indigenista Por Unidade da Federação

R\$ 1,00

UF	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago
AP	300.000	300.000	300.000	300.000	0
DF	500.000	500.000	0	0	0
NA	309.236.729	356.245.929	331.180.728	331.180.728	260.478.317
NO	14.417.119	12.917.119	870.979	870.979	870.745
PE	150.000	150.000	59.301	59.301	59.250
RJ	947.000	947.000	631.371	631.371	411.586
RO	100.000	100.000	99.937	99.937	49.746
RR	20.000	20.000	5.160	5.160	5.160
TOTAL	325.670.848	371.180.048	333.147.476	333.147.476	261.874.803

**Execução Orçamentária da LOA 2006 - Orçamento Indigenista
Por Programa**

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
0150 - IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS	279.008.303	330.762.303	323.969.376	323.969.376	295.516.896
0151 - PROTECAO DE TERRAS INDIGENAS, GESTAO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO	53.901.477	62.099.905	47.881.895	47.881.895	35.494.609
0685 - ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMATICO	924.000	924.000	923.220	923.220	346.020
1287 - SANEAMENTO RURAL	45.000.000	48.099.000	36.816.929	36.816.929	14.888.236
TOTAL	378.833.780	441.885.208	409.591.420	409.591.420	346.345.761

Execução Orçamentária da LOA 2006 - Orçamento Indigenista Por Unidade da Federação

R\$ 1,00

UF	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subeamento)	Pago
AC	200.000	200.000	0	0	0
AM	100.000	100.000	98.000	98.000	0
AP	100.000	100.000	90.250	90.250	20.836
DF	500.000	500.000	13.000	13.000	3.000
NA	373.740.057	436.794.485	407.684.899	407.684.899	344.976.369
NO	2.606.723	2.606.723	550.662	550.662	550.662
PE	240.000	240.000	239.984	239.984	98.545
RJ	817.000	817.000	814.629	814.629	696.350
RO	100.000	100.000	99.996	99.996	0
RR	400.000	400.000	0	0	0
SC	30.000	27.000	0	0	0
TOTAL	378.833.780	441.885.208	409.591.420	409.591.420	346.345.761

Execução Orçamentária da LOA 2007 - Orçamento Indigenista Por Programa

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
0150 - IDENTIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS	346.521.800	374.501.800	354.295.227	354.059.918	310.861.567
0151 - PROTEÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, GESTÃO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO	60.243.935	61.343.935	53.187.677	53.129.470	34.322.207
0685 - ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO	1.000.000	1.000.000	988.929	988.929	81.629
1049 - ACESSO A ALIMENTAÇÃO	6.000.001	6.000.001	5.962.153	5.962.153	5.650.591
1287 - SANEAMENTO RURAL	42.600.000	47.712.757	43.416.287	43.410.621	11.043.848
1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - BRASIL PLURAL	500.000	500.000	177.431	177.431	94.960
TOTAL	456.865.736	491.058.493	458.027.705	457.728.522	362.054.802

Execução Orçamentária da LOA 2007 - Orçamento Indigenista Por Unidade da Federação

R\$ 1,00

UF	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago
AM	200.000	200.000	194.140	194.140	176.112
CE	250.000	250.000	0	0	0
DF	100.000	90.000	2.000	2.000	2.000
MA	120.000	120.000	0	0	0
MT	150.000	150.000	147.149	147.149	98.000
NA	451.530.915	485.733.672	456.195.902	455.897.314	360.455.454
NO	3.254.821	3.254.821	591.041	591.041	591.041
PE	0	0	0	0	0
RJ	900.000	900.000	897.473	896.878	732.195
RO	200.000	200.000	0	0	0
TO	160.000	160.000	0	0	0
TOTAL	456.865.736	491.058.493	458.027.705	457.728.522	362.054.802

**Execução Orçamentária da LOA 2008 - Orçamento Indigenista
Por Programa**

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
0150 - IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS	530.460.365	532.375.597	97.507.118	51.978.054	50.528.731
0151 - PROTECAO DE TERRAS INDIGENAS, GESTAO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO	0	1.472.401	115.493	59.669	59.669
1287 - SANEAMENTO RURAL	28.500.000	28.500.000	0	0	0
1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - BRASIL PLURAL	1.550.000	1.550.000	0	0	0
TOTAL	560.510.365	563.897.998	97.622.611	52.037.723	50.588.399

Execução Orçamentária da LOA 2008 - Orçamento Indigenista Por Unidade da Federação

R\$ 1,00

UF	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago
AP	350.000	350.000	0	0	0
BA	200.000	200.000	0	0	0
MG	200.000	200.000	0	0	0
MT	950.000	950.000	0	0	0
NA	550.026.466	553.414.099	97.622.611	52.037.723	50.588.399
NO	8.283.899	8.283.899	0	0	0
RO	200.000	200.000	0	0	0
RR	300.000	300.000	0	0	0
TOTAL	560.510.365	563.897.998	97.622.611	52.037.723	50.588.399

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento.

Os mortos inspiram os vivos. Eu aqui estou seguindo a inspiração de Petrônio Portella, que deixava Brosard, sendo seu adversário e do regime militar, falar por uma hora. Então, o Mozarildo falou por 31 minutos.

Convidamos para falar como Líder o Senador Alvaro Dias – estamos alternando. Enquanto S. Ex^a chega à tribuna, vou ler o comunicado que chega à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência informa ao Plenário que não houve acordo de Lideranças para a apreciação dos Itens 1 e 2 da pauta de hoje, ficando sobrestados os demais itens.

A pauta de hoje fica transferida para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal.)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro).*

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista

Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana,

ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

18

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26,

de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003,

na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004,

na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços

a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105,

de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

49

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

50

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

52

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadía, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

53

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

54

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo.”*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

55

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

56

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

57

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

58

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

59

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

60

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

61

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribe-

ro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

62

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhabilidade dos bens de família.)*

63

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

64

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica.)*

65

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Se-*

nado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

66

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

67

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

68

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

69

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington

Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

70

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Regionalização da programação de rádio e TV).

71

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

72

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

73

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício

da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).

74

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).*

75

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).*

76

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência convoca sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se hoje, terça-feira, dia 29 do corrente, às 19 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à apreciação de projetos de lei.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a pode usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise de alimentos no mundo passa a assustar.

A ONU, Organização das Nações Unidas, em razão da escassez de alimentos, passa a prever até mesmo a possibilidade de guerras civis em alguns países.

O Diretor-Geral da FAO, Organização da ONU para Agricultura e Alimentação, classificou de “catástrofe previsível” o cenário de escassez de alimentos, caso os líderes internacionais não reajam aos alertas da FAO. Segundo o Diretor da FAO, no contexto da crise de alimentos, uma guerra civil é um perigo potencial para países da África, Ásia e América Latina.

Vale ressaltar que, segundo informações da FAO, já eclodiram inúmeras agitações e distúrbios sociais relacionados à inflação nos preços dos alimentos na Indonésia, nas Filipinas, na Mauritània, na Etiópia e em Camarões, entre outros países. Portanto, Sr. Presidente, a crise que se avizinha é mais grave do que possa parecer.

O Secretário-Geral da ONU reforçou a gravidade da crise de alimentos. Esse forte aumento nos preços dos alimentos se tornou uma crise global real.

As estimativas da ONU são as de que aproximadamente 100 milhões de pessoas entre as mais pobres, que anteriormente não precisavam da ajuda humanitária, agora terão que ser socorridas em face de não poderem arcar com os preços dos alimentos – 100 milhões a mais.

A FAO sugeriu que a comunidade internacional conceda subsídios aos países em desenvolvimento como forma de compensar a ajuda governamental oferecida aos agricultores das nações desenvolvidas. É importante ressaltar que as negociações para eliminação de subsídios às exportações agrícolas se arrastam sem os avanços esperados. Os preços dos alimentos disparam na esteira do desequilíbrio entre a oferta e a demanda e do agravamento das distorções dos mercados. Os resultados da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio, ainda são controversos.

A crise de alimentos, como afirmam os especialistas, não será solucionada tão cedo, considerando que suas causas estão relacionadas a motivos estruturais de difícil solução.

O aumento do consumo do arroz nos países emergentes, principalmente os asiáticos, é um forte ingrediente para a disparada dos preços do produto. A crise de escassez alcança todos os grãos, carnes e lácteos. Superá-la exige o aumento da produção e da produtividade.

A decisão estratégica de aumentar a produção e a produtividade esbarra em inúmeros obstáculos. Pouco se fala, por exemplo, da elevação dos preços dos fertilizantes como fator desestabilizador da produção.

Eu tenho falado, Sr. Presidente, aqui e por onde ando, porque este é um assunto a ser discutido no Brasil.

Há um oligopólio comandado por uma empresa multinacional, a Bunge, que cobra o que quer e explora o produtor rural brasileiro. Cerca de 70% a

75% dos fertilizantes são importados. A Bunge é proprietária de rochas e jazidas no Brasil que não explora.

O próprio Estado Brasileiro é proprietário de rochas e jazidas que não explora. Não há uma ação governamental para permitir a exploração, para que possamos reduzir a importação desses insumos necessários à produção agrícola brasileira. Observamos que o aumento chega a ser exorbitante. Vejam: os preços médios, em março, subiram 58% se comparados ao mesmo mês do ano anterior. Apenas no primeiro trimestre de 2008, a alta verificada foi de 25% – em três meses.

Não podemos esquecer que o Brasil é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo e que 70% – já disse – dos adubos utilizados na agricultura brasileira são importados. No Paraná, por exemplo, o fertilizante subiu 100%, elevando o custo da produção agrícola.

Fala-se que há um aumento de preços dos produtos alimentares, mas ignora-se o aumento do custo da produção? Como é possível ignorar o aumento dos preços dos fertilizantes? Entre fevereiro de 2007 e fevereiro deste ano, os produtores paranaenses chegaram a pagar em média 60% a mais pelos fertilizantes formulados.

Em alguns itens houve 100% de aumento; até 150% em alguns dos itens. No caso do adubo 00-30-20, os preços chegaram a variar 100% nesse período. Eles saltaram de R\$695,43 para R\$1.389,89. No tocante às matérias-primas usadas em fertilizantes, houve produto que registrou alta superior a 70%. É o caso do preço da tonelada do super fosfato triplo, que variou 72%. Em fevereiro do ano passado, a tonelada do produto custava R\$745,77. Em fevereiro deste ano, já estava em R\$1.279,53. Já os preços dos herbicidas subiram 31%.

Sem aderir a qualquer catastrofismo, vale reproduzir algumas recomendações. O professor Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, destaca que os países menos desenvolvidos deveriam aproveitar o ciclo de preços altos de alimentos – “que deve durar algum tempo até que o equilíbrio entre oferta e demanda se restabeleça” – para estruturar seus sistemas produtivos de forma a reduzir dependência de fatores externos.

Sabemos que é inútil pensar apenas no aumento do volume da produção. Mais do que nunca é necessário formular estratégias de produção e de comercialização.

O Brasil elevou consideravelmente a produtividade nos últimos anos, mas deixa a desejar no seu processo de produção em face dos elevados custos e do baixo poder financeiro dos produtores.

Em meio a teses que propagam que o século XXI será de “penúria alimentar”, é importante destacar que o Brasil é detentor de um potencial para solucionar, no curto prazo, a crise mundial de alimentos.

Podemos incorporar aos 47 milhões de hectares usados para produzir comida mais 50 milhões de hectares de pastagens subaproveitadas que possuem aptidão para agricultura de grãos. Sendo assim, dobraríamos a área com grãos e ampliaríamos em 2,5 vezes o volume da safra de alimentos, alcançando 350 milhões de grãos, sem desmatar – o que é mais importante. Esse é um projeto do ex-Ministro Roberto Rodrigues que pode ser posto em prática.

Aliás, esse Ministro deixou o cargo, talvez ou até porque os seus projetos não encontravam ressonância no Governo Lula.

Antes de conceder o aparte, quero concluir a opinião de Roberto Rodrigues. Segundo ele, o Brasil pode igualmente multiplicar por sete a área plantada com cana-de-açúcar para produção de etanol, sem afetar a produção de comida. Ele avalia que há 22 milhões de hectares ocupados com pastagens degradadas que são vocacionadas para cana-de-açúcar e que podem ser aproveitadas. Atualmente, a cana-de-açúcar destinada ao etanol ocupa uma área de aproximadamente 3,6 milhões de hectares. Essa expansão, no entanto, defronta-se com dois grandes entraves: deficiência de infra-estrutura e falta de financiamento à produção.

Concedo o aparte, com satisfação, ao Senador Gilberto Goellner, que representa um Estado, Senador Mão Santa, que é um celeiro deste País: Mato Grosso.

Estive lá há poucos dias e pude confirmar a visão que já tinha da grandeza do Estado do Mato Grosso como produtor de alimentos para o mundo. Aliás, o Centro-Oeste do Brasil é um celeiro do mundo. É claro que acrescentamos aí outros Estados como Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, mas o Centro-Oeste do País, em desenvolvimento, com áreas agricultáveis imensas, vai se consolidando como o grande celeiro do mundo, necessitando de obras de infra-estrutura essenciais para o escoamento da produção.

Peço ao Sr. Presidente, Senador Mão Santa, que acrescente os dez minutos que faltaram, porque,

depois da Ordem do Dia, o tempo é de 20 minutos, e não 10, para a campanha não ficar nos atormentando a cada minuto.

Concedo o aparte ao Senador Gilberto Goellner, com prazer.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Senador Álvaro Dias, V. Ex^a traz à Casa um assunto muito oportuno e que hoje ocupa as manchetes da mídia internacional, não só no Brasil. Pela manhã, estivemos visitando o Congresso Nacional com uma comissão de Deputados do Parlamento europeu. O assunto era o mesmo. Os Deputados, recebidos em uma comissão mista de agricultura da Câmara e do Senado, ouviram dos Parlamentares brasileiros importantes ponderações quanto ao comércio internacional, à produção de alimentos, à produção de biocombustíveis. V. Ex^a fala que o custo de produção das principais culturas brasileiras de exportação e de manutenção de toda a subsistência nacional está comprometido com o elevado custo dos fertilizantes. Eu iria ao encontro de uma necessidade da agricultura brasileira. O Governo está, durante esta semana, promovendo uma renegociação parcial das dívidas que esses mesmos produtores acumularam devido aos últimos três anos de queda substancial do câmbio, da valorização do real frente ao dólar. Isso tudo tem levado os produtores, além da seca que ocorreu no sul do País – nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins –, nos últimos três anos, há um decréscimo de renda dessa atividade. Assim, é um estímulo hoje do Governo propor uma renegociação eficiente dessas dívidas, fazendo não só o que já foi colocado – que, a partir de 1º de abril, seriam alongados e diminuídos os juros –, mas também a antecipação dos mesmos a partir de 1º de janeiro. Isso é essencial, porque estaríamos promovendo a produção de alimentos, incentivando os produtores a realizarem, com recursos mais eficientes, a aquisição dos insumos já caros, como V. Ex^a tem exposto, e viabilizando assim, urgentemente, o plano de safra, porque o Brasil parou. Os custos aumentaram e a previsão de resultado financeiro fica muito decrescida. Portanto, parabênizo V. Ex^a pelo oportuno assunto que traz à Casa, que é a falta de alimentos que poderá ocorrer não só no Brasil, mas no mundo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a, que, como especialista que é – e nós o reconhecemos –, terá uma contribuição muito importante para o debate que o Senado Federal deverá travar daqui por diante, já que este será um assunto da pauta permanente nos próximos anos, não só no Brasil como no mundo todo.

Nós não estamos anunciando uma catástrofe, como já dizemos, mas há aí um sério desafio à frente,

que deve ser enfrentado pelas autoridades governamentais de todo o mundo.

Concedo ao Senador Flexa Ribeiro, com prazer, o aparte que solicita.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a traz à tribuna um assunto que preocupa o mundo globalizado, que é o aumento dos alimentos, gerando inclusive uma crise internacional que pode acarretar um aumento da fome que já se espalha por todo o mundo. V. Ex^a fez referência ao seu Estado, o Paraná, ao Estado do Mato Grosso, ao Centro Oeste, e quero dizer que a fronteira agrícola também está presente na Amazônia. O jornal *O Globo* de hoje reproduz uma matéria do **Financial Times**, que diz: “Brasil é solução óbvia para a crise”. A matéria vem exatamente ao encontro daquilo que V. Ex^a traz, com toda a sua competência e conhecimento, à tribuna. “O Brasil é uma solução óbvia, mas esquecida, para alta global dos preços dos alimentos”, afirmou ontem o jornal inglês **Financial Times**. O diário de negócios ressaltou que o País tem enormes reservas de área cultivável não utilizada, a maior parte usada hoje como pastagem. O **Times**, no entanto, não deixa de lado o maior entrave à produção agrícola brasileira. Diz o jornal: “as tarifas proibitivas de Europa e Estados Unidos”. Senador, assisti ontem a um programa de televisão em que estava a própria Ministra Marina Silva num evento com o Ministro do Meio Ambiente da Alemanha. Ela fez uma afirmação correta, de que podemos e temos tecnologia, como V. Ex^a colocou aí, para duplicar, triplicar a produção de alimentos no Brasil sem derrubar uma única árvore da Amazônia, basta que se usem de forma inteligente e correta as áreas já alteradas, aquelas áreas já abertas, e que se faça então a compensação da reserva legal em áreas de preservação. Vamos poder, sim, transformar o Brasil num **player** de solução para o problema da crise de produção de alimentos no mundo. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, que é também profundo conhecedor dessa matéria.

A falta de financiamento ao produtor é outro obstáculo ao aumento da safra de grãos: apenas 20% dos recursos financiados ao produtor são provenientes de bancos públicos, com taxas de 6,75% ao ano. O restante, 80%, é obtido à taxa de mercado, com juros estratosféricos ou junto a empresas **tradings**. Outro entrave ao aumento da produção, aqui já mencionado, é o custo dos fertilizantes e defensivos agrícolas, com a presença do oligopólio predominando.

A questão do endividamento dos agricultores, ainda em aberto nas intermináveis rodadas de negociação

com o Governo – já fez referência o Senador Gilberto –, recebe o impacto da previsão de aumento da carga tributária. Em que pese o esforço das partes envolvidas nas negociações, a proposta do governo para resolver o endividamento não atende ao setor. O aumento da arrecadação no primeiro trimestre de 2008 indica que a carga tributária deve continuar a sua escalada em 2008. Os contribuintes brasileiros pagaram R\$18 bilhões a mais em impostos no primeiro trimestre de 2008, se comparado ao mesmo período de 2007.

O agronegócio brasileiro, neste momento de crise mundial de aumento de preços e escassez na oferta de alimentos, incorpora novas vertentes estratégicas. O Governo precisa valorizar o papel do produtor e oferecer financiamento adequado à produção.

Algumas conclusões, agora, para encerrar meu pronunciamento, Senador Mão Santa.

A magnitude da crise: “Numa análise superficial, estimamos que o aumento de 100% no preço da comida nos últimos três anos poderá jogar 100 milhões de pessoas de países de Terceiro Mundo mais fundo na pobreza”. É a previsão do Presidente do Banco Mundial.

As verdadeiras causas da crise que se delineia são apontadas em várias frentes. É fato que entre 1975 e 2004 os preços dos alimentos caíram em média 75% (dados da **Economist Intelligence Unit**).

Em meio às perspectivas de desaceleração econômica global, na esteira da crise no mercado imobiliário americano, as estimativas do Banco Mundial são de que o arroz, em 2008, será o grande vilão dos alimentos, com uma alta acumulada de 52,3%, seguido pelo trigo, com 39,5%.

Os prognósticos não são animadores: a pobreza deverá voltar a crescer. Milhões de consumidores que haviam sido incorporados ao mercado nos últimos anos deverão perder acesso. A fome do mundo também deverá aumentar – e não apenas nos países mais pobres.

“Passamos uma crise muito grave. Para quem gasta a maior parte do salário com comida, a alta dos preços dos alimentos é um problema muito sério. Veremos muitas greves e protestos por causa de comida”. Quem afirma é Kofi Annan, ex-Secretário-Geral das Nações Unidas.

“Essa é a nova face da fome. Pessoas que há seis meses não passavam fome, agora passam.” Palavras de Josette Sheeran, Diretora do Programa Mundial de Alimentação da ONU.

A alta dos preços dos produtos agrícolas já é responsável por uma onda de protestos em todo o mundo. Alguns exemplos. No Haiti, o Presidente Jacques Edouard Alexis deixou o cargo no início de abril, após

uma série de manifestações contra a elevação dos preços dos alimentos: saldo de cinco mortos e quarenta feridos. No Egito, o aumento do preço do pão, em decorrência da alta do trigo, provocou distúrbios de rua com um saldo de quatro mortos. Na Índia, a falta de alimentos motivou manifestações. Na Argentina, o contorno da crise culminou com o protesto dos produtores que cortaram o abastecimento dos supermercados durante várias semanas. Eles alegaram prejuízos com as restrições impostas pelo governo às exportações de alimentos.

As causas da crise são elencadas em diferentes níveis.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Uns preferem “jogar a culpa” na escalada dos subsídios americano e europeu para a agricultura. Outros preferem responsabilizar o impacto da alta do petróleo no agronegócio, em particular no transporte e nos fertilizantes. Existe ainda quem atribua ao aumento dos preços de outras matérias-primas, como o minério de ferro, usado na produção de aço (base para a fabricação de tratores e outros bens), a causa da elevação dos preços dos alimentos.

Todavia, segundo a maior parte dos especialistas, há um flagrante descompasso entre a oferta e a demanda de alimentos. Hoje, a produção simplesmente não é suficiente para suprir a procura. Um estudo realizado pela FAO prevê um crescimento na oferta mundial de 4,6%, neste ano, para 2,10 bilhões de toneladas. Mesmo assim, ainda pouco abaixo da demanda de 2,12 bilhões.

Estou concluindo, Sr. Presidente.

No turbilhão da crise de escassez e preços de alimentos, sem dúvida...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...podemos nos firmar como uma potência agrícola. Segundo o Banco Mundial, o Brasil é o que tem a menor “área agricultável” em relação à área total na América Latina e, provavelmente, em todo o mundo. O Brasil produz hoje cerca de 140 milhões de toneladas de grãos por ano, numa área agricultável de 47 milhões de hectares, ocupando apenas 5,4% do território nacional. Apenas 5,4%! Calcula-se que, excluídas as florestas e as áreas de conservação ambiental, haja ainda 90 milhões de hectares virgens, que somam 11% da área do País. O Brasil é visto como um das principais alternativas para viabilizar o aumento da oferta de alimentos.

Em que pese termos uma eficiente produção – muito superior à média de outros países –, não pode-

mos continuar nos valendo apenas de características como um vasto território, clima adaptado, gente...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...capacitada e vocacionada à produção e tecnologia desenvolvida. Precisamos eliminar os entraves logísticos que comprometem o escoamento das nossas safras: estradas mal conservadas, portos ineficientes, gargalos energéticos etc.

Para concluir, Sr. Presidente, o aumento da produtividade do campo não é uma tarefa do produtor isoladamente. Cabe ao Governo agir e entrar em campo! O produtor necessita de mais financiamento, mais recursos e apoio técnico, notadamente os pequenos e médios produtores.

As grandes nações ricas do mundo precisam sepultar o seu egoísmo, acabar com essa política protecionista de barreiras alfandegárias e não alfandegárias, que acabam massacrando o produtor de países emergentes e desestimulando a produção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Brasil viu a competência dos irmãos Dias. Hoje, assistimos a um pronunciamento do Senador Osmar Dias sobre educação, e já conhecíamos a sua excelência em agricultura. Agora, esse homem de grande cultura apresentou profundos conhecimentos e preocupações que devemos ter quanto à produção de alimentos.

Convidamos para usar da palavra como orador inscrito, por cessão do Senador Papaléo Paes, o Senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas e uma das vidas mais brilhantes na política: foi Líder do PRN, Líder do PMDB, Presidente desta Casa e um dos melhores Ministro da Justiça deste País.

Dou testemunho como Governador do Piauí: o que existe lá de penitenciárias, nós agradecemos a V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentei, recentemente, aqui no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 142, de 2008, que trata dos Arranjos Produtivos Locais, os chamados APLs.

Eu gostaria que o Parlamento, a sociedade brasileira e as instituições que atuam no segmento do desenvolvimento regional debatessem profundamente essa matéria.

Como sabem os senhores, o BNDES aplica recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador em projetos de desenvolvimento econômico. É uma determinação constitucional.

Com este projeto, Sr. Presidente, uma parte desses recursos seria destinada a estimular os Arranjos Produtivos Locais, conforme, obviamente, critérios que preservem a adequada remuneração dos recursos do FAT.

O cenário empresarial do mundo, nas últimas décadas, passou por grandes mudanças, por grandes transformações, influenciado fortemente pelo fenômeno da globalização.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, é necessário estimular novos modelos de produção para que o desenvolvimento social e econômico leve em conta, sobretudo, as vocações regionais.

Entre tais modelos, destacamos os APLs, que são, na verdade, sistemas produtivos com forte articulação interna na sua cadeia.

Além disso, esses arranjos estão vinculados a determinadas localidades, justamente porque nelas há vantagens que podem ser exploradas, tais como o estilo cooperativo, o conhecimento técnico ou artesanal específico.

Assim, pequenas e médias empresas estabelecidas em localidades com essas características acabam se mostrando capazes de enfrentar os mercados, inclusive, Sr. Presidente, em nível internacional.

A Alemanha, a Dinamarca, a Finlândia, a Espanha, a França, a Itália, os Estados Unidos, a Coreia do Sul e a Índia são nações que vêm estabelecendo políticas de desenvolvimento das médias, pequenas e microempresas com base no incentivo aos arranjos produtivos locais.

No Brasil, Srs. Senadores, a experiência positiva dos APLs pode ser comprovada no Pará, no ramo de frutas; no Mato Grosso do Sul, com a cerâmica; em Serrana, Minas Gerais, na área de calçados; no Rio de Janeiro, no Município de Santo Antônio de Pádua, o setor de rochas ornamentais avança graças ao APL; em Pernambuco, o Porto Digital de Recife é outro bom exemplo, sem dúvida.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Permitirei já o aparte a V. Ex^a, Senador Adelmir.

Em Alagoas, os setores de tecnologia da informação, de piscicultura, movelaria e turismo desenvolvem-se cada vez mais em formato de APL.

Concedo com satisfação o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – AL) – Quero louvar a atitude de V. Ex^a ao apresentar esse projeto sobre APLs e dizer que, no Brasil também, além desses países citados, temos uma instituição de caráter nacional que tem se envolvido sobremaneira com todos esses movimentos de APLs no Brasil, que é o

Sebrae. O Sebrae tem naturalmente proporcionado o surgimento de todas as cadeias produtivas ligado a APLs locais, incentivado-as através da formação de pequenos empresários, pequenas e microempresas. Eu louvo, portanto, a iniciativa de V. Ex^a. No Brasil, o Sebrae, por meio da capilaridade dos Sebraes estaduais em todo o País, tem estado frente a esses APLs, pelo qual demonstra muito interesse, de forma muito constante e presente. Parabênzo V. Ex^a pelo pronunciamento que faz.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço muito, muito mesmo a V. Ex^a pelo aparte e pela lembrança, sobretudo, do belíssimo trabalho que faz, no Brasil, o Sebrae com relação a esses APLs.

O BNDES também vem apoiando sistematicamente os Arranjos Produtivos Locais a ponto, Srs. Senadores, de ter criado uma área específica para fomentar o crédito ao segmento.

Por isso mesmo, esse projeto vem no sentido de fortalecer o papel do Banco no fomento aos APLs por meio da destinação legal de recursos para esse grande modelo de produção.

Trata-se de proposta legislativa compatível com os objetivos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, porque se volta verdadeiramente para a geração de novos postos de trabalho e para a elevação da renda regional.

O projeto também inclui o critério do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – para balizar os programas de desenvolvimento econômico a cargo do BNDES.

A idéia é que os projetos demonstrem metas e indicadores concretos da melhoria das condições humanas e sociais das áreas beneficiárias. Isso, sem dúvida, favorecerá áreas e regiões que, apesar das vantagens competitivas, ainda apresentam baixos índices de IDH.

Acredito, Sr. Presidente, que são temas como este que aproximam o Senado Federal das reais necessidades do País e da sociedade organizada.

Espero ainda que este projeto possa, por meio do debate parlamentar – entendo que seja necessário aprofundá-lo –, colaborar efetivamente para a superação de possíveis gargalos na implementação dos APLs, como política pública relevante para o desenvolvimento regional e para a geração de emprego e renda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Renan Calheiros, motivando o Governo a dedicar-se a criar emprego, convidamos para usar da palavra o Senador César Borges, como Líder do PR. Acreditamos no poder do Senhor do Bonfim. Respeitamos a obra de

Antonio Carlos Magalhães, mas foi o Senador César Borges que mais incrementou o desenvolvimento industrial do Nordeste, levando a fábrica Ford à Bahia e ao Nordeste.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, sei do seu apreço pela minha pessoa. Daí as palavras sempre carinhosas e elogiosas que aproveitou a oportunidade para agradecer-lhe.

Sr. Presidente, assomo à tribuna para relatar uma reunião ocorrida na quinta-feira da semana passada, no dia 24, em Tóquio, no Japão, quando se reuniram brasileiros e japoneses para reafirmar a amizade entre os dois países. Ali se comemorava o Centenário da Imigração Nipônica ao Brasil.

O Senado esteve representado com a delegação de Senadores nesse tão importante e significativo momento. Sr. Presidente, esse centenário é tão importante para o Japão que o ato solene foi presidido pessoalmente pelo Imperador Akihito, cuja presença ressaltou a importância recíproca atribuída a ambos os países. Houve um pronunciamento do Imperador, dizendo das três vezes em que S. Ex^a esteve no Brasil, como príncipe herdeiro e como Imperador, e as boas e gratas lembranças daquelas visitas.

Não é fato comum a presença de um Imperador nessas solenidades. Mais do que isso, Sr. Presidente, ali estavam o Imperador Akihito, sua esposa, Imperatriz Michiko, e também o Príncipe herdeiro, Naruhito, além das principais figuras políticas do Japão: o Primeiro-Ministro, o Ministro das Relações Exteriores, ou seja, estava ali realmente a representação máxima do Estado do Japão. Pelo Brasil, representando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estava a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

A Ministra Dilma Rousseff se encontrou, antes da solenidade oficial, com os Parlamentares presentes àquela reunião e deu conhecimento das negociações mantidas com as autoridades japonesas, principalmente na área econômica, e dos projetos de interesse japoneses e brasileiros, especialmente os projetos brasileiros. Eu cito o trem de alta velocidade entre São Paulo e Rio de Janeiro e as novas usinas hidrelétricas movidas por energia nuclear. Também com relação à TV digital e a tantos outros projetos, o Japão, uma nação desenvolvida de primeiro mundo, já tem contribuído e pode contribuir muito com o País.

Na verdade, é uma continuidade, Sr. Presidente, de uma parceria muito forte, que foi mais forte num passado recente, nas décadas de 70 e 80, com financiamentos japoneses, pelo GBIC. Na Bahia, inclusive, o GBIC participou do esforço da área de saneamento,

em um programa chamado Saneamento Ambiental da Baía de Todos os Santos, mais conhecido como Bahia Azul. Ele fez o co-financiamento de parte desse projeto e também atuou em outros projetos, como no Estado de Tocantins – lá estava o ex-Governador Siqueira Campos, também prestigiando esse evento. Então, esses financiamentos japoneses ajudaram a ocupação agrícola do cerrado brasileiro.

Lamentavelmente, isso diminuiu nos últimos anos, mas espero que seja retomado o quanto antes. Recentemente, verificamos a integração da economia japonesa, dos projetos japoneses com a tevê de alta definição do Brasil.

Sr. Presidente, como é do conhecimento de todos, as histórias do Brasil e do Japão se cruzaram em 1908, quando o navio Kasato Maru chegou ao porto de Santos vindo da cidade de Kobe, no Japão. Também tivemos oportunidade de ver que essa cidade participou de todos os eventos por intermédio do seu cônsul-geral e da Embaixada Brasileira no Japão.

O navio Kasato Maru veio para o Brasil trazendo 781 japoneses a bordo. Naquele tempo, o Japão era uma nação exaurida pela explosão populacional e pelos gastos provocados por guerras travadas, na época, contra a China e a Rússia, apesar da modernização conduzida nas décadas do final do século XIX pela chamada Revolução Meiji, de 1867. O Japão tinha sérios problemas.

O Brasil tinha interesse pela vinda dos japoneses, principalmente devido à interrupção, em 1902, do fluxo de imigrantes italianos, que fez com que as fazendas cafejeiras precisassem de trabalhadores.

Foi um início difícil para aqueles imigrantes. Lá, há um museu mostrando a saga desses homens, dessas famílias japonesas que vieram no Kasato Maru e, posteriormente, o processo que se seguiu de imigração.

Levados para as fazendas de café, viviam muitas vezes em condições análogas às de escravo. E o choque cultural era imenso, num lugar de língua e hábitos diversos, no qual sequer tinham acesso ao arroz, comida básica do povo japonês que aqui chegou.

A vida dos imigrantes só começou a melhorar depois que passaram a trabalhar em regime de parceria na lavoura com os proprietários de terra, sistema pelo qual era possível partilhar a produção e ainda plantar outras culturas.

Hoje, Sr. Presidente, cem anos depois dos primeiros imigrantes, o Brasil tem a mais numerosa comunidade nikkei, que são japoneses nascidos fora do Japão ou que vivem regularmente no exterior, com mais de um milhão e meio de pessoas descendentes daqueles imigrantes. Paralelamente, a terceira maior comunidade de brasileiros no exterior está no Japão.

São aqueles que respondem por uma grande parcela de recursos que ingressam no Brasil todos os anos, mandada pelos dekasseguis. Eles hoje têm uma comunidade no Japão em torno de 350 mil brasileiros, Sr. Presidente, que já dispõem, inclusive, de revistas próprias e jornais dedicados a essa comunidade.

Até mesmo a Bahia, Estado que se notabiliza pela hegemonia da cultura afro-brasileira, recebeu também imigrantes japoneses já na década de 50 do século passado. A primeira colônia foi criada em Una, no sul do Estado; a segunda em Ituberá, em 1954; por último, a Colônia JK, em Mata de São João, em 1959. Exatamente 172 famílias japonesas foram trazidas para as três colônias na Bahia, entre os anos de 1953 e 1962.

O contrato assinado entre Brasil e Japão exigia no mínimo a permanência de três anos, mas praticamente todos ficaram na Bahia. Graças a isso é que temos hoje na Bahia netos de japoneses tocando berimbau e exímios sushimen de origem africana.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a integração entre brasileiros e descendentes de japoneses hoje é total. Há vários exemplos de homens públicos importantes que participaram e participam da vida nacional. Mais recentemente eu cito a escolha, pelo Presidente Lula, para o comando da Força Aérea Brasileira, de um filho de imigrantes japoneses, o Brigadeiro Juniti Saito.

O Brigadeiro Saito é um nissei, um filho de imigrantes, mas a geração dele já se desdobrou nos sanseis e yonseis, netos e bisnetos dos primeiros japoneses que chegaram ao Brasil.

De acordo com estudo da historiadora Célia Oi, divulgado pela revista *Veja*, 61% dos membros da terceira geração de nipo-descendentes, os yonseis, já são mestiços, contando com pelo menos um ascendente de origem não-japonesa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, muitos dos que vieram para o Brasil pensaram numa passagem talvez transitória pelo nosso País. Entretanto, dos quase 190 mil japoneses que imigraram para o Brasil até a Segunda Guerra Mundial, menos de 10% retornaram à terra natal. A imensa maioria ficou para sempre entre nós e ajudou a construir a história deste País.

Nós, aqui do Senado, agradecemos esse esforço que empreenderam para o Brasil. A presença, hoje, dessa comunidade é marcante na maioria dos Estados brasileiros, no Parlamento brasileiro. A Câmara dos Deputados esteve representada nesse evento das comemorações dos cem anos por diversos Deputados de origem japonesa, nikkeis, e agora os seus descendentes estão aqui representando bem o nosso País e o nosso povo.

Ouçõ o aparte do Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador César Borges, V. Ex^a traz um relato da viagem da Comitativa Parlamentar Brasileira ao Japão, que esteve presente à cerimônia de início das comemorações do centenário da emigração japonesa para o Brasil. Lamentavelmente, não pude fazer essa viagem, ainda mais por ser Vice-Presidente do Grupo Parlamentar que organiza as comemorações do centenário, presidido pelo Deputado Takayama. O meu Estado, o Pará, detém a terceira maior colônia japonesa no Brasil. Nesse sentido, temos um dever de gratidão para com o povo japonês, que veio há cem anos para o Brasil pelo Kasato Maru e nos ajudou a desenvolver o nosso País. E o meu Estado do Pará tem nos japoneses colaboradores valorosos no desenvolvimento, principalmente, no início, da agricultura e, posteriormente, em todas as atividades. Grandes grupos empresariais são descendentes de japoneses que vieram nesses navios e se estabeleceram no Pará e, hoje, seus filhos e netos participam do desenvolvimento da nossa região e do nosso Brasil. Parabéns a todos os imigrantes japoneses, aos seus descendentes, que orgulham a todos nós por nos ajudarem a construir o nosso País.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Eu incorporo inteiramente o aparte de V. Ex^a. Acho que todos aqueles que vivem com essa comunidade sabem o trabalho em prol do desenvolvimento do nosso País pelos imigrantes japoneses que aqui aportaram a partir do Kasato Maru e que continuou até as décadas de 50 e 60, além da amizade que existe hoje entre esses países.

O País vivia uma crise econômica. Hoje temos 350 mil de kasseguis no Japão, são verdadeiras comunidades implantadas. Temos um único advogado permitido pela OAB, um brasileiro que está advogando. Pense-se na possibilidade de se dar uma representatividade através de eleição de um representante dessa comunidade junto ao Governo brasileiro.

Há interesse em que aqueles que foram do Brasil para lá sejam educados também na língua portuguesa. É necessário dar o apoio para que professores de língua portuguesa estejam assistindo àquelas crianças.

Sr. Presidente, assisti, emocionado, a uma apresentação de um grupo de crianças que estavam ali, crianças brasileiras ou nascidas no Japão, mas filhos de brasileiros, falando em japonês e em português, cantando músicas japonesas e músicas brasileiras, coisa que emocionou a todos.

Ressalto a importância do evento mais uma vez. Não foi um evento qualquer. Foi um evento que contou com a participação do Imperador do Japão. E o Imperador do Japão é algo que eles consideram semidivino, se não for divino. Ele renunciou à divindade, mas isso

foi formal, porque continua esse culto à divindade do Imperador. Há um respeito muito grande pela figura do Imperador. Ele, sua esposa, a Imperatriz e também o príncipe herdeiro estiveram presentes.

Depois, houve uma recepção oferecida por ele, que se confraternizou com todos os brasileiros que estavam ali presentes. Ele não se ausentou e ficou sendo cumprimentado, algo inusitado, mostrando a deferência que o povo japonês tem pela imigração que foi feita e por toda essa relação existente entre o Japão e o nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, faço questão, hoje, de ressaltar a magnitude desse fato, que vai ter continuidade no âmbito de colaboração entre os países e mesmo de comemoração sobre esse fato que agora vai se dar no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador César Borges traz um brilhante pronunciamento sobre a relação Brasil/Japão, iniciada há mais de um século. Mesmo sofrendo os impactos da Segunda Guerra Mundial, essas duas nações, embora naquele período adversárias, hoje irmanam-se. E nós temos de agradecer aos japoneses que aqui estão e que fazem o progresso do Brasil, como aos brasileiros que lá estão e fazem o progresso do Japão.

Agora, seguindo a lista de oradores inscritos, convidamos para usar da palavra o Senador Gilberto Goellner, de Mato Grosso, e, em seguida, como Líder, o Senador José Agripino, do DEM. Depois, o Senador Flexa Ribeiro, que o Pará e o Brasil aguardam ansiosamente ouvir.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em dezembro do ano passado, o Governo Federal formalizou ações adicionais relativas à proteção de áreas ameaçadas de degradação e à racionalização do solo no bioma Amazônia, para prevenir, monitorar e controlar o desmatamento ilegal.

Inicialmente, foram consideradas ações em 36 municípios dos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia. Em março de 2008, o Ministério do Meio Ambiente ampliou a área das ações para todos os Municípios do bioma Amazônia, englobando, assim, a totalidade dos municípios dos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima e ainda 216 municípios dos Estados do Mato Grosso, Maranhão e Tocantins.

Entre as ações previstas, principalmente pela Resolução nº 3.545, do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central, estão as que obrigam os proprietários a procederem à atualização cadastral de

seus imóveis rurais junto ao Incra e as que impedem a concessão de créditos oficiais e venda de produtos e subprodutos produzidos nos imóveis que não atenderem aos procedimentos exigidos pelo Ministério do Meio Ambiente.

Estão excluídas dessas ações as propriedades que integram os assentamentos de reforma agrária e os enquadrados na agricultura familiar, mesmo diante das evidências de que os produtores que estão nessas propriedades contribuem com cerca de 30% do total do desmatamento que ocorre na Amazônia.

Em fevereiro de 2008, os Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente, por meio da Polícia Federal e do Ibama, desencadearam a Operação Arco de Fogo, com a finalidade de combater exploração ilegal de madeira na Amazônia Legal, abrangendo, sobretudo, os Estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essas ações levadas a efeito nos Municípios desses Estados vêm criando um clima de insegurança e de intranquilidade entre os produtores rurais, estes impedidos inclusive de produzir alimentos. Uma coisa é o desmatamento; outra coisa é a possibilidade rápida de se fazer o enquadramento, de se fazerem os laudos ambientais únicos, de se fazer o georreferenciamento, de se fazer o enquadramento rápido de uma medida que vai ser impossível de ser efetivada em curto espaço de tempo, sendo que as culturas têm prazo para se plantarem e para se colherem. Uma coisa é o desmatamento; outra coisa é pegar produtores que estão em atividade. Simplesmente por pertencerem à Bacia Amazônica, eles vão ser impedidos hoje de continuar produzindo.

As indústrias madeireiras, estas sim, foram enquadradas praticamente na sua totalidade.

Na semana passada, junto com a Comissão do Meio Ambiente, subcomissão do desmatamento, e a Comissão aqui do Senado, presidida pelo Senador Jayme Campos, e a da Crise Ambiental, presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, visitamos o Estado de Rondônia. Ali vimos madeireiras operando legalmente simplesmente fechadas. Uma população inteira, nos Municípios de Machadinho d'Oeste e Cujubim, totalmente paralisada. A cidade entrou em caos econômico: nada mais entra, nada mais sai. Mais de mil famílias foram prejudicadas e estão hoje vivendo à custa do Bolsa Família.

Os reflexos dessas ações criaram uma crise nos Municípios envolvidos, com ocorrência de desemprego, queda da atividade econômica e que vem se transformando em clima de desolação. E o que vimos lá foi que a população local, sem oportunidade de emprego e sem a possibilidade de cumprir os seus compromissos financeiros e até mesmo o seu sustento, vem fazendo a triste peregrinação em busca do que fazer

e como fazer para se sustentar. As administrações locais, já combatidas pelo efeito da crise, não conseguem assegurar à população os meios para minimizar os efeitos da crise, nem mesmo de conceder cestas básicas de alimento.

As lideranças locais vêm levantando e lamentando esse caótico estado de crise, e os Parlamentares têm acompanhado essa situação nas constantes incursões que fazem aos seus Estados, sem que possam, isoladamente, tomar medidas para que os efeitos dessa crise sejam minimizados.

Assim, a Comissão do Risco Ambiental, do Senado Federal, acompanhando todo esse processo, juntamente com a Comissão de Crise Ambiental da Amazônia, atua para verificar exclusivamente o programa do Decreto nº 6.321 e os fatos relacionados ao levantamento do Inpe em seu mapa do desmatamento. Tais comissões, como já falei, são presididas, respectivamente, pelo Senador Jayme Campos e pelo Senador Flexa Ribeiro. Tenho a honra de integrar essas comissões, até porque represento o Estado do Mato Grosso, que está diretamente ligado a esses fatos. Na minha atividade como agropecuarista, sei do envolvimento e da necessidade de respeito ao meio ambiente.

Essas duas comissões realizam intenso programa de visitas e de contatos nos Estados envolvidos – inicialmente no Estado do Pará e agora em Rondônia e, proximamente, no Estado do Mato Grosso. Tivemos a participação efetiva do Presidente da Assembléia do Estado de Rondônia, do Governador Ivo Cassol, de prefeitos e vereadores, de representantes dos setores produtivos, de trabalhadores, de lideranças locais, de mais de 600 produtores de assentamentos, todos envolvidos com essa situação. Essa visita e esses contatos sempre contaram, então, com a presença de autoridades públicas e de representantes inclusive de ONGs que atuam naquelas áreas.

Tive oportunidade de participar dessas visitas e de suas audiências públicas e pude testemunhar o gravíssimo quadro de crise, de insegurança e de desolação por que vêm passando esses Municípios e suas populações. Um quadro realmente caótico, deprimente e altamente preocupante, um verdadeiro “buraco social”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não quero aqui agora apresentar estatísticas, números ou análises mais refinadas dos dados disponíveis sobre os desmatamentos. Também não quero criticar ou justificar as iniciativas e as ações realizadas pelos governos e pela população daquelas regiões ou, como é usual, identificar culpados ou patrocinadores dessas ações e tirar delas vantagens políticas. Essa é uma discussão profunda e altamente complexa, que tem de ser

feita com altruísmo e que, no momento, não é objeto da minha manifestação neste plenário.

Mas não posso deixar de manifestar a minha profunda preocupação com o quadro desolador que presenciei naquelas regiões – especialmente nos Municípios de Machadinho d’Oeste e Cujubim, em Rondônia – e de alertar sobre seus possíveis desdobramentos, os imprevisíveis desdobramentos para a economia local e para a população que reside naquelas localidades distanciadas do olhar dos dirigentes deste País. Realmente, dificilmente os órgãos governamentais – o Inbra e o IBAMA – têm a noção exata do grande caos que ocasionaram essas medidas policialescas ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – ...
da Polícia Federal e do Ibama.

Também, Sr. Presidente, não posso deixar de registrar – até para que não seja deturpada esta minha manifestação – que não estou defendendo e não defendo o ilegal desmatamento na Amazônia, a ilegal retirada e venda de madeiras ou quaisquer atividades e práticas que não sejam auto-sustentadas e estejam ao arrepio da legislação em vigor. Ao contrário, sou defensor do desmate ilegal zero.

Mas, Sr. Presidente, quem conhece as regiões interioranas do Norte do Brasil sabe que lá se concentra um contingente populacional importante, sobretudo 23 milhões de brasileiros que, num ambiente carente de opções econômicas, precisam trabalhar e ter recursos para alimentar e custear suas famílias. Assim, a supressão, de um momento para outro, de suas possibilidades de trabalho e de sustento criam uma terrível crise social.

E esse é o ponto que me preocupa. O Governo Federal toma uma iniciativa dessa envergadura – repito: não estou emitindo juízo de valor – sem que, paralelamente, sejam articuladas e implementadas medidas para compensar os efeitos desses impedimentos na população local e uma política de incentivo e de valorização para manutenção das florestas naturais e opções econômicas viáveis.

Realmente, os assentados não têm outra atividade a não ser explorar dignamente num novo modelo de exploração. Quem sabe a integração de projetos com três ambientes de atividades agrícolas – agro, pastoril e silvícola – seja uma forma de estarmos mudando o perfil de produção dessas áreas degradadas da Amazônia?

Nada está sendo feito além de ações impeditivas e punitivas. Uma visão policialesca e míope, que demonstra o descaso e a desatenção com as populações pobres da distante e desassistida Amazônia

brasileira. Um conjunto de ações voltado unicamente para os holofotes nacionais e internacionais e, sobretudo, para as urnas eleitorais dos grandes centros populacionais urbanos.

Hoje pela manhã, inclusive, quando da visita de doze deputados do parlamento europeu à Comissão de Agricultura Mista da Câmara e do Senado, verificamos que os Deputados colocaram que o Brasil cria gado em áreas que hoje poderiam ser florestas, sendo que a autoridade que o Brasil tem em falar de conservação de floresta é muito grande. O Brasil ainda possui 69,4% das florestas nativas originais em pé; e o continente europeu, apenas 0,3%. Quer dizer, com que autoridade os europeus vêm aqui e querem ditar norma?

Vamos fazer, sim, com que medidas complementares sejam colocadas à disposição para que se remunere, então, o produtor que está lá conservando a floresta, para que ele tenha renda e auto-sustentabilidade; além de outras ações voltadas para a viabilização da exploração auto-sustentada e de manejo legal para o desenvolvimento da atividade madeireira, que é nobre, assim como o são outras atividades econômicas de exploração agrícola.

Também não se buscam identificar as causas que têm provocado esse estado de crise por que passam aquelas regiões e tampouco identificar e implementar medidas para que possam minimizá-las e evitar que se agravem.

Até porque a repercussão é maior e, infelizmente, por gerar maiores dividendos políticos entre a população urbana, tem sido mais fácil implementar mutirões policialescos e punitivos discriminatórios, “caçar cabeças de pessoas culpadas”, punir os desassistidos “favêlados” das miseráveis regiões distantes dos grandes centros populacionais.

Ou também porque, agindo assim, o Governo Federal omite a sua incompetência na gestão e fiscalização dos recursos florestais de sua propriedade, na implementação de ações educacionais à população que ali vive, na assistência aos produtores assentados da reforma agrária e a pequenos produtores da agricultura familiar, na ineficácia de suas políticas públicas para as regiões do interior e de seu papel institucional de promotor do desenvolvimento.

Sr. Presidente, mesmo não querendo me delongar neste pronunciamento, sinto-me, no entanto, aproveitando esta oportunidade, na obrigação de alertar que o que tem contribuído muito para o crescimento do desmatamento no Brasil, notadamente na Amazônia, é a protelação indefinida de se votar a Medida Provisória nº 2.166, de 1966, que tramita no Congresso Nacional desde agosto de 1996 – há portanto, quase doze anos.

É injustificável o Brasil ter o seu Código Florestal regulado por uma precária medida provisória ainda não votada pelo Congresso Nacional e, portanto, não transformada em lei e ainda sujeita a ser alterada a qualquer momento.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Gilberto Goellner, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Pois não, Senador Expedito Júnior.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Desculpe-me eu atrapalhar V. Ex^a, que está tão concentrado no seu pronunciamento, mas eu não poderia deixar de cumprimentá-lo, ainda mais quando se fala da Medida Provisória nº 2.166. Eu acredito que o povo do Mato Grosso e o povo brasileiro devem estar aplaudindo V. Ex^a neste momento, principalmente o povo do Mato Grosso. Um dos grandes Senadores que defendia o tema, na tribuna desta Casa e nas comissões do Senado, era o Senador Jonas Pinheiro, que percorreu o País inteiro, praticamente junto com o Relator. A matéria inclusive ficou conhecida como a Emenda Micheletto, referente à MP nº 2.166, exatamente regulamentando essa questão das nossas florestas, áreas degradadas, enfim, tratamos sobre tudo. Infelizmente, essa medida provisória está pronta para ser votada, e não sei por qual motivo não é votada. Mas eu não poderia deixar de cumprimentá-lo exatamente por ter percorrido o meu Estado. Eu disse hoje aqui, no meu pronunciamento, que fiz questão de levá-los em duas áreas: uma que são as áreas de reserva – estava o Senador Flexa Ribeiro –, verificando que há um compromisso do Estado de Rondônia e há o consenso já do povo rondoniense, principalmente do amazônico, que é de manter as nossas florestas; principalmente as nossas florestas estão intactas; eu fiz questão de mostrar como estavam conservadas as nossas reservas; e fiz questão de mostrar também e apontar o direcionamento e o foco – que acredito está errado nessa questão da Operação Arco de Fogo – exatamente onde estão os desmatamentos; é exatamente nas áreas assentadas, nos assentamentos feitos pelo próprio Incra, ou nas áreas de invasões também feitas pelo próprio Incra. Então, fica aqui o nosso apelo que fiz hoje, na tribuna do Senado: pelo amor de Deus, não é possível que se faça o que estão fazendo com o Estado de Rondônia e com o Pará.

E vejam que há divergência nesses dois Estados. Rondônia está fazendo seu dever de casa. Temos os nossos planos de manejo prontos. Há divergência entre o Ibama e a Secretaria do Meio Ambiente Estadual sobre a questão dos índices, sobre a questão das madeiras apreendidas, as madeiras medidas nos pátios das madeiras e há uma diferença enorme com o Pará,

porque nós temos o nosso licenciamento concedido e definiu-se onde se faz o nosso plano de manejo. Mas não se pode comparar com a situação do Pará, porque, lá, infelizmente, deparamo-nos com um quadro negro. Os madeireiros querem produzir, os madeireiros querem trabalhar na legalidade, mas são empurrados para a ilegalidade por conta da Secretaria do Meio Ambiente Estadual, que não proporciona possibilidades. Existe licenciamento de plano de manejo que está engavetado há dois anos e os madeireiros puderam comprovar isso para a comissão, esperando que, ao bel-prazer da Secretaria do Meio Ambiente ou do próprio Ibama, possa ser concedido licenciamento aos madeireiros. Agora, não é possível o que está acontecendo no Estado de Rondônia! As madeiras estão praticamente legalizadas. Não bate a metragem que eles fazem do PAT com o plano de manejo. Apreende-se o excesso de madeira. A madeira que fica no pátio fica com a cobertura. Então, esse madeireiro tinha que continuar trabalhando, haja vista que, se a madeira ficou no pátio da madeireira, está legalizada. Então, não é justo criar mil, dois mil, três mil, cinco mil desempregos, como se chegou na cidade de Machadinho. O Prefeito Flávio nos anunciou: “Vocês estão vindo para o anúncio do falecimento do Município de Machadinho”. Isso não é possível! E é exatamente o que essa Comissão está fazendo. Nós não estamos querendo proteger quem trabalha na ilegalidade. Nós estamos querendo apontar soluções. Nós temos dito – praticamente os quatro ou cinco Senadores que estamos percorrendo o Brasil afora – que o que nós queremos é que cada um faça a sua parte e que o Governo também faça a sua, porque o que nós encontramos no Pará – e também não é diferente no Estado de Rondônia – são os problemas de alguns planos de manejo que não têm a titularização fundiária das terras, e o Incra precisa acelerar. Então, o que nós estamos colocando? Nós somos contra essa operação? Não, mas o Governo bem que podia também, já que criou uma operação nesse sentido, fazer o mesmo, fazer uma força-tarefa no Estado do Pará, no Estado de Rondônia, no Estado do Amapá, na Amazônia...

(Interrupção do som.)

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) –.... para que nós pudéssemos ter uma mesma frente nesse sentido, para fazer a regularização fundiária, pois certamente nós haveríamos de resolver 80% dos problemas do desmatamento na Amazônia.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Ouço o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Gilberto Goellner, V. Ex^a faz, com competência e brilhante

tismo, um pronunciamento que traz ao conhecimento da Nação brasileira a visita que fizemos ao Estado do nobre Senador Expedito Júnior, do Senador Valdir Raupp e da Senadora Fátima Cleide, para acompanhar a fiscalização da Operação Arco de Fogo. É importante, como foi dito aqui e repetido à exaustão, que os Senadores da Comissão Externa do Senado e da Subcomissão e Comissão de Meio Ambiente não são contra a fiscalização do Ministério do Meio Ambiente. Nós não somos contra a fiscalização. Nós não somos contra a Operação Arco de Fogo; pelo contrário, achamos que a fiscalização tem de ser permanente e continuada, não em momentos pontuais, quando há uma grita internacional. Talvez para dar resposta a essa grita vem uma ação midiática do Ministério do Meio Ambiente. Então, vamos deixar claro, de uma vez por todas, que nós não somos a favor da ilegalidade, nós não somos a favor da devastação. Muito pelo contrário, somos a favor da exploração ecologicamente correta, da exploração sustentável das riquezas da floresta, para que os brasileiros que lá habitam possam ter qualidade de vida digna. V. Ex^a traz ao conhecimento, mais uma vez, de uma outra visita nossa. O que vimos em Rondônia e, anteriormente, no Pará e o que iremos ver nos próximos Estados a visitar são ações de combate ao efeito, que é o desmatamento, e não de combate à causa que leva a esse efeito. Então, a causa é a falta de ação do Estado. Presidente Mão Santa, pedimos ao Presidente Garibaldi Alves Filho que nos recebeu numa audiência no gabinete da Presidência e ficou de intermediar uma audiência com o Presidente Lula, para que os Senadores da Amazônia possam ir ao Presidente Lula, já que não conseguimos ter audiência com a Ministra Marina Silva, para colocar...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ...uma pauta positiva, pauta positiva essa que combata as causas, ou seja, a questão da legalização fundiária, a questão do zoneamento econômico e ecológico, a questão do desmatamento zero, a questão da utilização das áreas alteradas, com a preservação das reservas legais. Tudo isso nós queremos propor. Nesses últimos dias, vários governadores da Amazônia e parlamentares se deslocaram até Londres para lá discutirem as questões da Amazônia. É interessante. Por que nós não discutimos as questões da Amazônia na Amazônia, no Brasil? O Presidente Garibaldi Alves ficou de agendar a visita dos Senadores da Amazônia com o Presidente Lula para que possamos discutir, de forma clara e transparente, essa questão. Mas, como eu dizia, em vez de discutir essa questão em Londres, vamos discutir a Amazônia no Brasil, vamos discutir a Amazônia na Amazônia.

Para terminar, vou ler mais um trecho da reportagem que *O Globo* reproduz hoje do jornal inglês **Financial Times**, que diz o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu pediria permissão para interromper e transferir ao nosso Presidente de fato e de direito e desejar muitas felicidades no comando desta sessão.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – O **Financial Times** diz, em um outro trecho da matéria reproduzida pelo *O Globo*: “O Brasil tem sua fatia de culpa por não divulgar suficientemente sua capacidade de produção e fazer pouco para combater a histeria sobre a suposta ameaça do etanol à floresta amazônica.” Quem diz que o Brasil não faz o seu dever de casa é o *Financial Times*. Então, nós podemos e seremos um grande produtor de alimentos sem afetarmos a floresta, sem necessidade de derrubar uma única árvore a mais. Vamos usar de forma inteligente e ecologicamente sustentável as áreas já alteradas. É disso que precisamos e é isso que queremos levar, como sugestão das Comissões, ao Presidente Lula e à Ministra Marina Silva. Precisamos, Presidente Garibaldi Alves Filho, que V. Ex^a consiga essa audiência que prometeu a vários Senadores da Amazônia que o visitaram, com setores produtivos – tanto empresários quanto trabalhadores –, no seu gabinete, na Presidência do Senado.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Agradeço a intervenção dos Senadores Expedito Júnior e Flexa Ribeiro, que fazem parte da Comissão que está avaliando o desmatamento no Brasil.

Gostaria, para concluir, de dizer que, hoje à tarde, tive oportunidade de fazer uma audiência com o Presidente do Incra, Dr. Rolf Hackbart, ao qual expus toda a situação de desolação que vivem as comunidades onde se explora a madeira. Além dos Municípios de Rondônia já citados, eu citaria os Municípios de Juína, Juara, Alta Floresta e Sinop, que foram altamente afetados na sua economia por essas medidas um pouco policialescas e impeditivas, numa forma não comumente usual de fazer fiscalização, sendo que cabe ao Ibama e à Sema fazerem fiscalizações e controles periódicos e permanentes e não da forma como foi proposto pelo Decreto nº 6.321.

Então, para concluir, eu falava que era preciso que essa Medida Provisória nº 2.166 fosse realmente votada aqui no Congresso Nacional e transformada em lei.

Sinto uma profunda resistência, por parte do Governo Federal, em discutir e analisar democraticamente esse complexo tema e se integrar àqueles que querem uma solução legal e institucional para o desmatamento em nosso País, principalmente instituindo regras claras e zoneamento socioeconômico específico para cada

região desses Estados amazonenses, para que se obtenha uma contribuição efetiva para controle, uso e ocupação de solos na região do bioma amazônico.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gilberto Gollner, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do Democratas nesta Casa.

Depois, teremos a palavra do Senador Antonio Carlos Júnior e, finalizando, a palavra do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de manifestar hoje uma preocupação sobre uma pesquisa, que não é a pesquisa da CNT/Sensus, que avalia a circunstancial popularidade do Presidente da República, nem a avaliação do momento do Governo. É uma pesquisa que saiu na mesma época, ontem, em que foi publicada a pesquisa CNT/Sensus, que, para mim, é permanente e que, essa, sim, inspira preocupação; essa, sim, merece reflexão; e essa, sim, merece tomada de posição. Essa, sim!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Agripino, com a permissão de V. Ex^a, vou prorrogar o tempo da sessão por 40 minutos. Obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigada, Sr. Presidente.

Retomando o meu raciocínio, quero me referir a uma pesquisa que foi divulgada, que mereceu destaque de alguns jornais de circulação nacional e que traduz uma preocupação nacional. Aliás, a maior preocupação nacional, porque, Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a, que é muito ligado às questões de educação, que é um experto nesse assunto, reverenciado pelo Brasil inteiro, essa pesquisa retrata a preocupação dos brasileiros com os problemas do País. E a preocupação número um, acima do desemprego, da violência e da educação, é a questão da saúde. Vinte e nove por cento dos brasileiros acham que algo tem que acontecer com a saúde, porque a saúde está em pandarecos, está falida, está carente de providências, de choques. E a pesquisa revela, além da preocupação, dados, que são – esses, sim – preocupantes.

V. Ex^a sabe, Senador Cristovam, que, em 1988, votamos a Constituição brasileira. Eu fui Constituinte, Senador Flexa. Eu participei da Constituição. Eu assinei a Constituição. E ela criou, em 1988, o Sistema

Único de Saúde. Foi pela Constituição de 88 que se criou o SUS, Sistema Único de Saúde, que garantia aos brasileiros o direito à assistência médica e ao medicamento. Bom, papel agüenta tudo.

A intenção do Constituinte foi a melhor possível, foi a de garantir aos brasileiros e brasileiras o direito à vida, o bem essencial. Se o brasileiro rico, médio ou pobre não tem o direito à saúde, garantido pela Constituição, ele, em última análise, não tem direito à vida. Então, você precisava começar por garantir o direito à vida das pessoas garantindo a criação do Sistema Único de Saúde e garantindo recursos para que ele funcionasse.

Senador Adelmir Santana, os recursos para a saúde sempre foram poucos. Nunca foram abundantes. Nós temos que reconhecer. Nem agora, nem com Fernando Henrique, nem com Sarney, nem com os governos militares, nem com Fernando Collor.

Agora, Senador Mão Santa, um problema que hoje é a maior preocupação dos brasileiros, 29% dos brasileiros acham que o maior problema do Brasil é a saúde... E você assistir ou você ver os dados que foram coletados por uma entidade chamada Conasems... É uma entidade que congrega as secretarias de saúde do Brasil inteiro, municipais e estaduais. É um órgão sério que compilou elementos à luz de informações do IBGE, do Ministério da Saúde, da Organização Mundial de Saúde e da Agência Nacional de Saúde, todos órgãos públicos com credibilidade. Levantou elementos para dizer que, em 1995, os recursos do SUS, os recursos que existiam no Sistema Único de Saúde, eram 61,6% públicos e 38,4% privados; mais ou menos dois terços públicos e um terço privado. Vou repetir: 61,6% eram recursos públicos e 38,4% eram recursos privados. Eram os fundos, eram os planos de saúde, que eram um terço; e o Sistema Único de Saúde recebia dois terços dos recursos que iam para o sistema de saúde do Brasil.

Muito bem. Em 2007, o Conasems fez um levantamento, cotejou elementos e chegou à conclusão de que – esta é que é preocupante – os recursos públicos, que eram 61,6% do bolo de dinheiro aplicado na saúde, a despeito da existência da CPMF, de qualquer esforço que tenha sido feito pelo Governo, os recursos públicos caíram para 49% do bolo; e os recursos privados, como numa espécie de compensação, subiram para 51%. Ou seja, os recursos públicos caíram. Cresceram que nem rabo de cavalo de 1995 para 2007 e caíram de 61% para 49%. E os recursos privados subiram de 32%, mais ou menos, para 51%, numa espécie de compensação automática, só que compensação para os que podem. São quantos os que podem? São 40 milhões; 39 milhões de brasileiros. E quantos são os

que não podem? Cento e quarenta milhões de brasileiros são os que vão para as filas dos postos de saúde, das unidades de saúde, são os que vão para a fila do INSS. E o que se faz?

Aí vem, Sr. Presidente Mão Santa, a minha grande preocupação e a razão de estar aqui, nesta tribuna. São 140 milhões de brasileiros os que não têm dinheiro para entrar em plano de saúde nenhum. O plano de saúde ocupou o espaço do SUS, porque não teve dinheiro público. Os planos de saúde invadiram. As pessoas estão gastando o que não podem para ter um plano de saúde, porque o Estado não está cumprindo a Constituição, não estão dando a devida prioridade à questão saúde.

O setor privado, portanto, avançou; com todos os seus problemas, avançou. E as pessoas estão comprando plano de saúde e gastando o que não deveriam gastar, porque deveriam ter a garantia da Constituição de que a saúde é um bem do cidadão.

Muito bem, Senador Gilberto Goellner, a preocupação maior vem agora. Nós fizemos, hoje à tarde, uma reunião de líderes e foi proposto um entendimento para que, na terça-feira, possamos abrir a pauta e votar as MPs que estão aí pendentes. São MPs que concedem crédito extraordinário. Nós não vamos votar simbolicamente. Espero que o Governo bote número. Nós não vamos obstruir; vamos pedir verificação de *quorum* e vamos votar. Contra, vamos votar. O Governo ganhe ou perca, vamos votar. Para quê? Para desobstruir a pauta. Para quê? Para votar coisas importantes. Que coisa importante? A regulamentação da Emenda nº 29 que foi votada há mais ou menos três semanas com um equívoco, um equívoco terrível, porque, ao invés de acrescentar R\$5 bilhões e meio por ano, faz é diminuir R\$5 bilhões. E a Casa toda vai corrigir este equívoco para que a Câmara dos Deputados receba essa matéria consertada. Vamos, mais uma vez, abrir a pauta para votar a regulamentação da Emenda nº 29.

Agora, qual é a minha preocupação? A minha preocupação, Senador Gilberto Goellner, é que estamos fazendo este esforço todo de priorização de recursos. E o que estamos ouvindo? O Presidente da República dizer, anunciar claramente que vai vetar, vai mobilizar a base dele na Câmara para derrubar a regulamentação da Emenda nº 29, porque não tem dinheiro.

Como não tem dinheiro? Senador Adelmir Santana, Senador Flávio Arns, como não tem dinheiro? V. Ex^a é do PT, V. Ex^a é um homem de bem, V. Ex^a assistiu, como eu assisti, ao Governo aumentar, na semana passada, 0,5 pontos percentuais na taxa Selic, de uma canetada, 0,5, o Copom. Não vai ter dinheiro para pagar os juros decorrentes do aumento da taxa de juros da dívida interna? Vai ter que ter. V. Ex^a ou-

viu algum comentário do Presidente de que não tinha dinheiro para pagar esses juros, que o Governo foi quem aumentou, até porque o Copom é composto por elementos ligados ao Governo. Quanto significa 0,5% na taxa de juros Selic para a dívida interna? No mínimo, Senador Adelmir, R\$4 bilhões por mês. Quanto significa a concessão da regulamentação da Emenda nº 29 por ano? Cinco bilhões e meio. Então, não vai faltar dinheiro para pagar os juros que o Governo aumentou, R\$4 bilhões por mês. Vai faltar dinheiro para a regulamentação da saúde, com R\$5,5 bilhões por ano? Tem quatro por mês para pagar juros e não tem cinco e meio por ano para atender a maior preocupação dos brasileiros, que é com a questão saúde? Ah, não! Essa não!

Senador Valdir Raupp, nós vamos ter que armar barricadas. Tem dinheiro para juros e não tem dinheiro para a saúde? O Presidente ficar anunciando que vai vetar o esforço que este Congresso fez?! O Plenário foi invadido por Deputados. Aqui está o Deputado Rafael Guerra, que veio no dia da votação, e eu espero que venha de novo na próxima terça-feira, para assistir a manifestação do Senado pró-saúde. E eu queria, Deputado Rafael Guerra, que V. Ex^a levasse para a Câmara dos Deputados essa preocupação. O Presidente está anunciando que vai vetar a regulamentação proposta por um Senador do PT, o Senador Tião Viana. Nós vamos abrir a pauta de novo, na terça-feira, e vamos votar de novo, na terça-feira, a regulamentação. Para dar o quê? Para dar ao SUS o que ele não tem. O SUS está funcionando mal, porque não tem dinheiro! Falta dinheiro! Com dinheiro o SUS funciona! Vamos gastar dinheiro com o quê? Com juros? Com tevê pública? Com cartão corporativo ou com saúde do povo? A CPMF está fazendo falta?

Senador Adelmir Santana, sabe V. Ex^a quanto foi o superávit do mês de março? Quanto foi a arrecadação, a maior em relação ao que se previa? Dez bilhões, setecentos e cinquenta e três milhões de reais. Arrecadou-se mais em março de 2008 do que em março de 2007. Dez bilhões de reais! Fora os dez bilhões de janeiro – não lembro quanto foi em março. A perda da CPMF já se foi em excesso de arrecadação não previsto; já está toda compensada. O Brasil morreu porque acabou a CPMF ou o Brasil melhorou porque a carga tributária diminuiu? O Brasil está respirando aliviado. Temos que legislar, temos que votar leis e obrigar o Governo a melhorar a qualidade do gasto.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – É claro, Senador Flexa, com muito prazer.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador José Agripino, V. Ex^a traz à tribuna um assunto que preocupa a todos nós, que é a questão do financiamento da saúde. V. Ex^a tem toda a razão ao dizer que 140 milhões de brasileiros estão desassistidos em suas necessidades de saúde, porque o Governo Federal não alimenta o Ministério com os recursos necessários. Dizia ele, no final do ano passado, que, se não fosse prorrogada a CPMF, a saúde brasileira se tornaria ingovernável, o que mostra que pior do que a mentira é uma meia verdade, porque engana a população. Foi derrubada a CPMF, que não era o obstáculo para os recursos da saúde. V. Ex^a demonstrou que o orçamento previa a CPMF de 2008. Mesmo sem ela há um superávit da ordem de mais de R\$30 bilhões no trimestre. Agora, é importante – e o Governo é contra – que se regulem a Emenda nº 29, que se definam, de uma vez por todas, os recursos necessários para a saúde. O único ente federado que não tem determinada a sua participação mínima é a União, porque os Estados e os Municípios têm que participar com 15% e 12% das suas receitas, e a União, pela emenda do Senador Tião Viana, tem de entrar com 10%. E o Governo não colocar esses recursos na área da saúde.

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Por isso ele ameaça vetar aquilo que o Congresso vai aprovar. Nós vamos aprovar, em segundo turno, na terça-feira próxima, e vai ser encaminhado à Câmara. E tenho certeza absoluta de que lá também será aprovado. E o Presidente terá que sancionar, porque os 140 milhões de brasileiros – que V. Ex^a tem toda razão de dizer que são desassistidos – merecem a atenção do Estado para o maior bem que a pessoa humana pode ter, que é o direito à vida. Parabéns, Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Flexa, agradeço o aparte de V. Ex^a.

Farei um raciocínio simplista: o SUS é o maior sistema de saúde pública do mundo. São 180 milhões de brasileiros que estão atendidos pelo sistema: 40 milhões através de fundos privados, planos de saúde, e 140 milhões exclusivamente atendidos pela rede do SUS, que cumpre a Constituição, dizendo que ao cidadão brasileiro são garantidos o médico e o medicamento. E é o desastre que a gente conhece. Por quê?

Vou repetir: entre 1995 e 2007, o volume de recursos públicos caiu 20,15%. E a arrecadação da Nação, como funcionou?

Vou citar apenas um dado, Deputado Rafael Guerra: entre março de 2007, em que a União teve um superávit de R\$3,864 bilhões, e março de 2008, quando

a arrecadação foi maior do que a despesa, o superávit foi de R\$10,753 bilhões.

Enquanto o volume de dinheiro alocado para a saúde caía de 1995 para 2007 em 20%, entre março de 2007 e março de 2008 o superávit, a diferença entre a receita e a despesa, a sobra de caixa da União – que a União pode gastar em que quiser e tem que gastar com saúde – foi de R\$7 bilhões. O superávit foi de R\$10 bilhões em março de 2008 e de R\$3 bilhões em março de 2007 – R\$7 bilhões a mais. E aí vem o Presidente da República dizer que vai vetar porque não tem dinheiro? Tem dinheiro para pagar juros, tem excesso de arrecadação e não tem dinheiro para a saúde? Ah, não! Vou votar com responsabilidade.

A máscara da CPMF já caiu. O Brasil não quebrou. São superávits seguidos: 10 bilhões, 10 bilhões, 10 bilhões. A perda da CPMF já se foi em quatro meses de superávit de arrecadação – arrecadação esta que a União não previa ter e já teve.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Está na hora, Presidente Mão Santa, de cuidarmos, pelo nosso voto, aqui, nesta Casa, do bem-estar dos brasileiros. Vinte e nove por cento dos brasileiros, talvez muitos deles que tenham nas pesquisas avaliado o Presidente Lula vai muito bem, acham que a saúde pública está péssima e que é o maior problema do Brasil.

Temos que falar por eles, Senador Expedito Júnior. Temos obrigação de falar por esses brasileiros que estão incomodados com a má qualidade de saúde pública.

E, para falar por eles, nós temos que votar aqui – e na Câmara dos Deputados – e entregar ao Presidente o projeto para ele sancionar, e, se ele vetar, temos que derrubar o veto dele, porque dinheiro há. O problema existe, é o maior do Brasil, dinheiro existe, e tem que haver solução pela via do dinheiro do contribuinte, que tem que ir não para cartão corporativo, não para TV Pública; tem que ir para a saúde pública.

E eu venho aqui trazer logo, por antecipação, a nossa posição: na terça-feira, independentemente das ameaças de veto do Presidente, estaremos aqui, solidários com o Senador Tião Viana, para, mais uma vez, por unanimidade, votar a favor da regulamentação da Emenda 29, sem medo. Sem medo de veto e com a determinação: se vetarem aquilo que eu tenho certeza de que a Câmara dos Deputados vai apreciar e votar favoravelmente, nós vamos cuidar de derrubar o veto.

Em nome de quê? Em nome de uma pesquisa que traduz o pensamento do povo brasileiro. Não é a pesquisa de popularidade do Presidente; é de uma

pesquisa que traduz o pensamento real dos brasileiros que estão com problemas de vida. Saúde significa vida. A saúde pública é de má qualidade, na verdade – tanto faz em Porto Velho como em Natal...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ...tanto faz em Curitiba como em Porto Alegre, tanto faz em Mossoró como em Campina Grande –, a saúde pública é um desastre por falta de dinheiro.

E assim como, pelo nosso voto, acabamos com a CPMF, nós vamos acabar, aqui, na terça-feira – e eu espero que a Câmara dos Deputados, em seguida, o faça –, com a seca de dinheiro na saúde e garantir esses R\$5,5 bilhões por ano para que o SUS possa funcionar e a Constituição possa vigorar em benefício do povo do Brasil.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Líder José Agripino, em defesa da saúde do povo do Brasil, convidamos, segundo a lista escrita pelo Presidente Garibaldi Alves...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele disse que eu deveria chamar Antonio Carlos Júnior agora. Mas, pela ordem, tem a palavra o Líder do PMDB, Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente Mão Santa, eu gostaria que V. Ex^a pudesse me inscrever para falar como Líder do PMDB, intercalando com os oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a quer falar como Líder?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Se possível, logo após o próximo orador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos intercalando. Temos outro Líder aqui.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Júnior, do Democratas do Estado da Bahia.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, venho aqui me referir a uma caluniosa reportagem feita pela revista **IstoÉ**, um veículo de baixa qualificação, que já costu-

meiramente ataca Parlamentares e, particularmente, ataca minha família, meu pai e a mim também. Coube-me responder às calúnias e iniciar processo judicial contra essa empresa.

Na reportagem publicada em sua última edição sob o título “O Espólio Secreto de ACM”, **IstoÉ** ultrapassou todos os limites éticos e enveredou pelo crime ao dar guarida a informações caluniosas e difamatórias que agridem a memória de meu pai, o saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães, e minha própria honra, o que me obriga, indignado com a ofensa, a recorrer à Justiça com ações crime e cível para a justa reparação.

No simulacro de reportagem, a revista publica mentiras que, de pronto, precisam ser rechaçadas e chega ao absurdo de atribuir a mim, levemente, ação caracterizada como crime – calúnia que repudio e que impõe punição judicial.

A revista afirma que, contrariando o art. 54 da Constituição, assumi a cadeira no Senado, mas não deixei – como exige a lei – a gestão das emissoras de rádio e TV da Rede Bahia de Comunicação, o que é uma deslavada mentira. Mais grave: acusa-me de falsificar uma ata de reunião de acionistas, segundo afirma, “datada de 2004, mas produzida em 2007”, para tentar burlar a exigência constitucional, o que é uma calúnia e uma tentativa de difamação. Ora, estou afastado da direção das emissoras de rádio e TV da Rede Bahia de Comunicação desde o ano de 2001, quando assumi pela primeira vez a cadeira no Senado em substituição ao meu pai. Portanto, desconheço os fatos narrados pela revista e vou processá-la pela imputação do crime de falsificação de documento, calúnia de fácil comprovação que ataca a minha honra, o que exige o devido agravo.

Nas diatribes que publica na reportagem, **IstoÉ** chega ao ponto de agredir de forma asquerosa a memória do Senador Antonio Carlos Magalhães, o que certamente causa repulsa aos baianos, que tanto veneram o seu legado e que sentem tanto a sua falta. Insinua que algumas das obras de arte da sua coleção não teriam origem lícita. E mais: fez uma montagem grosseira, via computador, de uma foto do Senador, no Salão Negro do Senado, como se as peças a ele pertencessem. Imagem! Toda a coleção de arte de ACM, que milhares de pessoas que freqüentaram sua casa conhecem, tem origem identificada e documentada. Logo, a leviandade precisa de reparação.

Por fim, é preciso lamentar – embora não seja a primeira vez, já que, em várias outras oportunidades, inclusive de forma desonesta, a revista agiu – que a revista **IstoÉ** tenha deixado de lado princípios jornalísticos e éticos, manipulando informações ou publi-

cando simplesmente mentiras para atender interesses inconfessos.

Fica aqui o meu protesto à maneira como a revista agiu neste caso. Já tomei medidas cabíveis para processá-la criminal e civilmente, na forma que a lei me assegura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência comunica que está transferida para amanhã, dia 30 do corrente, às 13 horas e 30 minutos, a sessão conjunta do Congresso Nacional anteriormente convocada para hoje, a realizar-se no plenário do Senado Federal, destinada à apreciação de projetos de lei.

Então, saibam os Senadores e Deputados que estão vindo para cá que a sessão conjunta do Congresso Nacional destinada à apreciação de projetos de lei, que estava marcada para hoje às 19 horas, no plenário do Senado Federal, foi transferida para amanhã, dia 30, às 13 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que em 18 de abril de 2006 foi promulgado o **Decreto Legislativo nº 70, de 2006**, que “*aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002*”.

Entretanto, tendo sido constatada a ocorrência de inexatidão material nas publicações do texto do referido Tratado no Diário do Senado Federal, a Presidência determina a republicação do mencionado Decreto Legislativo, devidamente acompanhado do texto do referido Tratado.

São os seguintes os textos do Decreto Legislativo e respectivo Tratado:

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 2006(*)()(***)**

Aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.

(*) Republicado em retificação à referência de publicação do Tratado mencionada no **DOU** de 19-4-2006, Seção 1.

(**) O texto do Tratado acima citado está republicado no **DSF** de 12 e 13-4-2006.

(***) Republicado o Decreto Legislativo nº 70, de 2006, com o texto do Tratado acima citado, no **DSF**, de 30-4-2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

TRATADO INTERNACIONAL SOBRE RECURSOS FITOGENÉTICOS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA

PREÂMBULO

As Partes Contratantes,

Convencidas da natureza especial dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, suas distintas características e seus problemas que requerem soluções específicas;

Profundamente preocupadas com a continuada erosão desses recursos;

Conscientes de que os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura são uma preocupação comum a todos os países, já que todos dependem amplamente de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura originados de outras partes;

Reconhecendo que a conservação, a prospecção, a coleta, a caracterização, a avaliação e a documentação dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura são essenciais para alcançar as metas da Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação da Cúpula Mundial sobre a Alimentação e para um desenvolvimento agrícola sustentável para as gerações presentes e futuras, e que é necessário fortalecer com urgência a capacidade dos países em desenvolvimento e dos países com economias em transição de realizarem essas tarefas;

Observando que o Plano Global de Ação para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura é uma estrutura internacionalmente acordada para essas atividades;

Reconhecendo ainda que os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura são a matéria prima indispensável para o melhoramento genético dos

cultivos, quer por meio da seleção feita pelos agricultores, do fitomelhoramento clássico ou das biotecnologias modernas, e que são essenciais para a adaptação a mudanças ambientais imprevisíveis e às necessidades humanas finuras.

Afirmando que as contribuições passadas, presentes e futuras dos agricultores em todas as regiões do mundo, particularmente aquelas nos centros de origem e de diversidade, na conservação, melhoramento e na disponibilidade desses recursos constituem a base dos Direitos do Agricultor;

Afirmando também que os direitos reconhecidos no presente Tratado de conservar, usar, trocar e vender sementes e outros materiais de propagação conservados pelo agricultor, e de participar da tomada de decisões sobre a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, são fundamentais para a aplicação dos Direitos do Agricultor, bem como para sua promoção tanto nacional quanto internacionalmente.

Reconhecendo que este Tratado e outros acordos internacionais relevantes para este Tratado devem apoiar-se mutuamente com vistas a alcançar a agricultura sustentável e a segurança alimentar;

Afirmando que nada no presente Tratado será interpretado no sentido de representar uma mudança nos direitos e obrigações das Partes Contratantes no âmbito de outros acordos internacionais;

Compreendendo que o exposto acima não pretende criar uma hierarquia entre este Tratado e outros acordos internacionais;

Cientes de que as questões sobre o manejo dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura estão no ponto de confluência entre a agricultura, o meio ambiente e o comércio e convencidas de que deve haver sinergia entre esses setores;

Cientes de sua responsabilidade com as gerações presentes e futuras de conservar a diversidade mundial de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura;

Reconhecendo que, no exercício de seus direitos soberanos sobre seus recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, os Estados podem beneficiar-se mutuamente da criação de um efetivo sistema multilateral para facilitar o acesso a uma seleção negociada desses recursos e para a distribuição justa e equitativa dos benefícios advindos de sua utilização; e

Desejando concluir um acordo internacional no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e, doravante denominada FAO, sob o artigo 14 da Constituição da FAO;

Acordaram no seguinte:

PARTE I – INTRODUÇÃO

Artigo 1º – Objetivos

1.1 Os objetivos deste Tratado são a conservação e o uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização, em harmonia com a Convenção sobre Diversidade Biológica, para uma agricultura sustentável e a segurança alimentar.

1.2 Esses objetivos serão alcançados por meio de estreita ligação deste Tratado com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e com a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Artigo 2º – Utilização dos Termos

Para os propósitos deste Tratado, os seguintes termos terão os significados a eles atribuídos. Essas definições não se aplicam ao comércio de produtos de base agrícolas:

Por “conservação **in situ**” se entende a conservação dos ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e a recuperação de populações viáveis de espécies em seus ambientes naturais e, no caso de espécies vegetais cultivadas ou domesticadas, no ambiente em que desenvolveram suas propriedades características.

Por “conservação **ex situ**” se entende a conservação de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura fora de seu habitat natural.

Por “recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura” se entende qualquer material genético de origem vegetal com valor real ou potencial para a alimentação e a agricultura.

Por “material genético” se entende qualquer material de origem vegetal, inclusive material reprodutivo e de propagação vegetativa, que contenha unidades funcionais de hereditariedade.

Por “variedade” se entende um grupo de plantas dentro de um táxon botânico único no nível mais baixo conhecido, definido pela expressão reproduzível de suas características distintas e outras de caráter genético.

Por “coleção **ex situ**” se entende uma coleção de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura mantida fora de seu habitat natural.

Por “centro de origem” se entende uma área geográfica onde uma espécie vegetal, quer domesticada ou silvestre, desenvolveu pela primeira vez suas propriedades distintas.

Por “centro de diversidade de cultivos” se entende uma área geográfica contendo um nível elevado

de diversidade genética de espécies cultivadas em condições **in situ**.

Artigo 3º – Escopo

Este Tratado está relacionado com os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

PARTE II – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 4º – Obrigações Gerais

Cada Parte Contratante assegurará a conformidade de suas leis, regulamentos e procedimentos com as obrigações estipuladas neste Tratado.

Artigo 5º – Conservação, Prospecção, Coleta, Caracterização, Avaliação e Documentação de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura

5.1 Cada Parte Contratante promoverá, conforme a legislação nacional e em cooperação com outras Partes Contratantes, quando apropriado, uma abordagem integrada da prospecção, conservação e uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e, em particular, conforme o caso:

a) levantar e inventariar os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, levando em consideração a situação e o grau de variação das populações existentes, incluindo aquelas de uso potencial e, quando viável, avaliar qualquer ameaça a elas;

b) promover a coleta de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e informações associadas relevantes sobre aqueles recursos fitogenéticos que estejam ameaçados ou sejam de uso potencial;

c) promover ou apoiar, conforme o caso, os esforços dos agricultores e das comunidades locais no manejo e conservação nas propriedades seus recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura;

d) promover a conservação **in situ** dos parentes silvestres das plantas cultivadas e das plantas silvestres para a produção de alimentos, inclusive em áreas protegidas, apoiando, entre outros, os esforços das comunidades indígenas e locais;

e) cooperar para promover o desenvolvimento de um sistema eficiente e sustentável de conservação **ex situ**, prestando a devida atenção à necessidade de adequada documentação, caracterização, regeneração e avaliação, bem como promover o desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas para

essa finalidade com vistas a melhorar o uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

f) monitorar a manutenção da viabilidade, do grau de variação e da integridade genética das coleções de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

5.2 As Partes Contratantes deverão, conforme o caso, adotar medidas para minimizar ou, se possível, eliminar as ameaças aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

Artigo 6º – Uso Sustentável dos Recursos Fitogenéticos

6.1 As Partes Contratantes elaborarão e manterão políticas e medidas jurídicas apropriadas que promovam o uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

6.2 O uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura pode incluir medidas como:

a) elaboração políticas agrícolas justas que promovam, conforme o caso, o desenvolvimento e a manutenção dos diversos sistemas de cultivo que favoreçam o uso sustentável da agrobiodiversidade e de outros recursos naturais;

b) fortalecimento a pesquisa que promova e conserve a diversidade biológica maximizando a variação intra-específica e inter-específica em benefício dos agricultores, especialmente daqueles que geram e utilizam suas próprias variedades e aplicam os princípios ecológicos para a manutenção da fertilidade do solo e o combate a doenças, ervas daninhas e pragas;

c) promoção, conforme o caso, de esforços para o fitomelhoramento que, com a participação dos agricultores, particularmente nos países em desenvolvimento, fortalecendo a capacidade do desenvolvimento de variedades especialmente adaptadas às condições sociais, econômicas e ecológicas, inclusive nas áreas marginais;

d) ampliação da base genética dos cultivos, aumentando a gama de diversidade genética à disposição dos agricultores;

e) promoção, conforme o caso, da expansão do uso dos cultivos locais e daqueles ali adaptados, das variedades e das espécies sub-utilizadas;

f) apoio, conforme o caso, à utilização mais ampla da diversidade de variedades e espécies dos cultivos manejados, conservados e utilizados sustentavelmente nas propriedades e criação de fortes ligações com o fitomelhoramento e o desenvolvimento agrícola a fim de reduzir a vulnerabilidade dos cultivos e da erosão genética e promoção do aumento da produção mundial de alimentos compatível com o desenvolvimento sustentável;

g) exame e, conforme o caso, ajustamento, das estratégias de melhoramento regulação liberação de variedades e a distribuição de sementes;

Artigo 7º – Compromissos Nacionais e Cooperação Internacional

7.1 Cada Parte Contratante incorporará, conforme o caso, em seus programas e políticas de desenvolvimento rural e agrícola, as atividades referidas nos artigos 5º e 6º, e cooperará com outras Partes Contratantes, diretamente ou por meio da FAO, e outras organizações internacionais relevantes, na conservação e no uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

7.2 A cooperação internacional será especialmente dirigida a:

a) estabelecimento ou fortalecimento das competências dos países em desenvolvimento e dos países com economias em transição em relação à conservação e ao uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura;

b) ampliação das atividades internacionais para promover a conservação, avaliação, documentação, melhoramento genético, fitomelhoramento, multiplicação de sementes; e repartição, acesso e intercâmbio, de acordo com a Parte IV, dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e das informações e tecnologias apropriadas.

c) manutenção e fortalecimento dos arranjos institucionais estabelecidos na Parte V; e

d) implementação da estratégia de financiamento prevista no artigo 18.

Artigo 8º – Assistência Técnica

As Partes Contratantes acordam promover a prestação de assistência técnica às Partes Contratantes, especialmente àquelas que são países em desenvolvimento ou países com economias em transição, em caráter bilateral ou por meio de organizações interna-

cionais pertinentes, com vistas a facilitar a implementação do presente Tratado.

PARTE III – DIREITOS DOS AGRICULTORES

Artigo 9º – Direitos dos Agricultores

9.1 As Partes Contratantes reconhecem a enorme contribuição que as comunidades locais e indígenas e os agricultores de todas as regiões do mundo, particularmente dos centros de origem e de diversidade de cultivos, têm realizado e continuarão a realizar para a conservação e para o desenvolvimento dos recursos fitogenéticos que constituem a base da produção alimentar e agrícola em todo o mundo.

9.2 As Partes Contratantes concordam que a responsabilidade de implementar os Direitos dos Agricultores em relação aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura é dos governos nacionais. De acordo com suas necessidades e prioridades, cada Parte Contratante deverá, conforme o caso e sujeito a sua legislação nacional, adotar medidas para proteger e promover os Direitos dos Agricultores, inclusive:

a) proteção do conhecimento tradicional relevante aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura;

b) o direito de participar de forma equitativa na repartição dos benefícios derivados da utilização dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura; e

c) o direito de participar na tomada de decisões, em nível nacional, sobre assuntos relacionados à conservação e ao uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

9.3 Nada no presente Artigo será interpretado no sentido de limitar qualquer direito que os agricultores tenham de conservar, usar, trocar e vender sementes ou material de propagação conservado nas propriedades, conforme o caso e sujeito às leis nacionais.

PARTE IV – O SISTEMA MULTILATERAL DE ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

Artigo 10 – O Sistema Multilateral de Acesso e Repartição de Benefícios

10.1 Em suas relações com outros Estados, as Partes Contratantes reconhecem os direitos soberanos dos Estados sobre seus próprios recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, inclusive a autoridade para determinar o acesso a esses recursos pertence aos governos nacionais e está sujeita à legislação nacional.

10.2 No exercício de seus direitos soberanos, as Partes Contratantes acordam em estabelecer um sistema multilateral que seja eficiente, eficaz e transparente tanto para facilitar o acesso aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura quanto para repartir, de forma justa e eqüitativa, os benefícios derivados da utilização desses recursos, em base complementar e de fortalecimento mútuo.

Artigo 11 – Cobertura do Sistema Multilateral

11.1 Para alcançar os objetivos de conservação e uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e da repartição justa e eqüitativa dos benefícios derivados de seu uso, como estabelecido no artigo 1º, o Sistema Multilateral aplicar-se-á aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura relacionados no Anexo I, estabelecidos de acordo com os critérios de segurança alimentar e interdependência.

11.2 O Sistema Multilateral, na forma identificada no artigo 11.1, incluirá todos os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura relacionados no Anexo I que estejam sob o gerenciamento e controle das Partes Contratantes e que sejam de domínio público. Com vistas a alcançar a maior cobertura possível do Sistema Multilateral, as Partes Contratantes convidam todos os outros detentores de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, relacionados no Anexo I, a incluir estes recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura no Sistema Multilateral.

11.3 As Partes Contratantes acordam também em tomar medidas apropriadas para encorajar as pessoas físicas e jurídicas em sua jurisdição que detenham recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, relacionados no Anexo I, a incluir estes recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura no Sistema Multilateral.

11.4 No prazo de dois anos a partir da entrada em vigor do Tratado, o Órgão Gestor avaliará o progresso obtido com a inclusão dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, referidos pelo parágrafo 11.3, no Sistema Multilateral. De acordo com essa avaliação, o Órgão Gestor decidirá se o acesso continuará facilitado àquelas pessoas físicas e jurídicas mencionadas no parágrafo 11.3 que não tenham incluído esses recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura no Sistema Multilateral, ou se serão tomadas outras medidas consideradas apropriadas.

11.5 O Sistema Multilateral também incluirá os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura relacionados no Anexo I e conservados em coleções *ex situ* dos Centros Internacionais de Pesquisa Agrícola do Grupo Consultivo sobre Pesquisa Agríco-

la Internacional (CGIAR), na forma prevista no artigo 15.1a, e de outras instituições internacionais, conforme o artigo 15.5.

Artigo 12 – Acesso Facilitado aos Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura no Âmbito do Sistema Multilateral

12.1 As Partes Contratantes acordam que o acesso facilitado aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, no âmbito do Sistema Multilateral, tal como definido no Artigo 11, será realizado de acordo com as disposições deste Tratado.

12.2 As Partes Contratantes acordam tomar as medidas jurídicas necessárias, ou outras que sejam apropriadas, para proporcionar tal acesso a outras Partes Contratantes por meio do Sistema Multilateral. Para esse fim, o acesso será também concedido às pessoas físicas e jurídicas sob a jurisdição de qualquer Parte Contratante, de acordo com as disposições do artigo 11.4.

12.3 Esse acesso será proporcionado de acordo com as condições abaixo:

a) o acesso será concedido exclusivamente para a finalidade de utilização e conservação, para pesquisa, melhoramento e treinamento para alimentação e agricultura, desde que essa finalidade não inclua usos químicos, farmacêuticos e/ou outros usos industriais não relacionados aos alimentos humanos e animais. No caso de cultivos de múltiplo uso (alimentícios e não-alimentícios), sua importância para a segurança alimentar deverá ser o fator determinante para sua inclusão no Sistema Multilateral e sua disponibilidade para o acesso facilitado.

b) o acesso será concedido de forma agilizadada, sem a necessidade de controle individual dos acessos e gratuitamente, ou, quando for cobrada uma taxa, esta não excederá os custos mínimos correspondentes;

c) todos os dados de passaporte disponíveis e, sujeito à legislação vigente, qualquer outra informação associada descritiva disponível, não-confidencial, disponível serão fornecidas junto com os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura;

d) os beneficiários não reivindicarão qualquer direito de propriedade intelectual ou outros direitos que limitem o acesso facilitado aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, ou às suas partes ou aos seus componentes genéticos, na forma recebida do Sistema Multilateral.

e) o acesso aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura em desenvolvimento, inclusive material sendo desenvolvido por agricultores, será concedido, a critério de quem o esteja desenvolvendo, durante esse período;

f) o acesso aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, protegidos por direitos de propriedade intelectual e outros direitos de propriedade, será compatível com relevantes acordos internacionais e leis nacionais;

g) Os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, acessados no âmbito do Sistema Multilateral, e que tenham sido conservados, serão mantidos à disposição do Sistema Multilateral pelos beneficiários, nos termos deste Tratado; e

h) sem prejuízo das outras disposições do presente artigo, as Partes Contratantes acordam que o acesso aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, encontrados em condições **in situ** será concedido de acordo com a legislação nacional ou, na ausência de tal legislação, de acordo com as normas que venham a ser estabelecidas pelo Órgão Gestor.

12.4 Para esse fim, acesso facilitado será concedido, em consonância com os artigos 12.2 e 12.3 acima, será concedido de acordo com um modelo de Termo de Transferência de Material (TTM) que será adotado pelo Órgão Gestor que contenha as disposições do artigo 12.3, alíneas **a**, **d** e **g**, bem como as disposições sobre repartição de benefícios estabelecidas no artigo 13.2d(ii) e outras disposições relevantes deste Tratado, e a disposição de que o recipiendário dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura exigirá que as condições do TTM serão aplicadas na transferência dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura para outra pessoa ou entidade.

12.5 As Partes Contratantes assegurarão que, no âmbito de seus sistemas jurídicos e em consonância com as exigências jurisdicionais aplicáveis, exista oportunidade para apresentação de recursos, no caso de disputas contratuais decorrentes desses TTM's, reconhecendo que as obrigações advindas desses TTM's correspondem, exclusivamente, às partes envolvidas.

12.6 Em situações emergenciais devidas a desastre, a catástrofes, as Partes Contratantes acordam facilitar o acesso aos recursos fitogenéticos apropriados para a alimentação e a agricultura no Sistema Multilateral a fim de contribuir para o re-estabelecimento de

sistemas agrícolas, em cooperação com os coordenadores de desastres.

Artigo 13 – Repartição de Benefícios no Sistema Multilateral

13.1 As Partes Contratantes reconhecem que o acesso facilitado aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura incluídos no Sistema Multilateral constitui em si um benefício importante do Sistema Multilateral e acordam que os benefícios dele derivados serão repartidos de forma justa e eqüitativa, de acordo com as disposições deste Artigo.

13.2 As Partes Contratantes acordam que os benefícios derivados da utilização, inclusive comercial, dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura no âmbito do Sistema Multilateral devem ser repartidos de forma justa e eqüitativa por meio dos seguintes mecanismos: troca de informações, acesso e transferência de tecnologia, capacitação e a repartição dos benefícios derivados da comercialização, levando em consideração as áreas prioritárias de atividades no Plano Global de Ação progressivo, sob a orientação do Órgão Gestor.

a) Troca de informações:

As Partes Contratantes acordam tomar disponíveis informações que incluam, entre outras, catálogos e inventários, informações sobre tecnologias, resultados de pesquisas técnicas, científicas e socioeconômicas, inclusive caracterização, avaliação e utilização, em relação àqueles recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura incluídos no Sistema Multilateral. Essas informações serão tornadas disponíveis, quando não-confidenciais, de acordo com a legislação vigente e com as competências nacionais. Tais informações serão tomadas disponíveis a todas as Partes Contratantes deste Tratado, por meio do sistema de informações estabelecido no artigo 17.

b) Acesso à tecnologia e sua transferência

i) As Partes Contratantes se comprometem a providenciar e/ou facilitar acesso às tecnologias para a conservação, caracterização, avaliação e utilização dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura que estejam incluídos no Sistema Multilateral. Reconhecendo que algumas tecnologias só podem ser transferidas por meio de material genético, as Partes Contratantes providenciarão e/ou facilitarão acesso a essas tecnologias, ao material genético que está incluído no âmbito do Sistema Multilateral e às variedades melhoradas e aos materiais genéticos obtidos mediante o uso de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, incluídos no Sistema Multilateral, em conformidade com as disposições do artigo 12. O acesso a essas tecnologias, variedades

melhoradas e material genético será proporcionado e/ou facilitado, respeitando, ao mesmo tempo, os direitos de propriedade e a legislação sobre acesso, e de acordo com as competências nacionais.

ii) O acesso e a transferência de tecnologia aos países, especialmente aos países em desenvolvimento e países com economias em transição, serão realizados por meio de um conjunto de medidas, tais como o estabelecimento, a manutenção e a participação em grupos temáticos, baseados em cultivos, sobre a utilização dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, todos os tipos de parceria em pesquisa e desenvolvimento e parcerias comerciais relacionadas ao material recebido, desenvolvimento de recursos humanos e acesso efetivo às instalações de pesquisa.

iii) O acesso à tecnologia e transferência de tecnologia, como mencionado acima, itens i) e ii), inclusive àquelas protegidas por direitos de propriedade intelectual, aos países em desenvolvimento que são Partes Contratantes, em particular países menos desenvolvidos e países com economias em transição, serão concedidos e/ou facilitados sob termos justos e mais favoráveis, em particular nos casos das tecnologias para serem usadas na conservação, bem como tecnologias para benefício dos agricultores em países em desenvolvimento, especialmente em países menos desenvolvidos, e d em países com economias em transição, inclusive em termos concessionais e preferenciais, onde acordado mutuamente, por meio de, entre outros, parcerias em pesquisa e desenvolvimento sob o Sistema Multilateral. Tal acesso e transferência serão concedidos em termos que reconheçam e sejam consistentes com a proteção adequada e efetiva dos direitos de propriedade intelectual .

c) Capacitação

Levando em conta as necessidades dos países em desenvolvimento e dos países com economias em transição, tal como refletidas nas prioridades dadas à capacitação em recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura em seus planos e programas, quando existirem, em relação àqueles recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura cobertos pelo Sistema Multilateral, as Partes Contratantes concordam em dar prioridade a:

i) estabelecimento ou fortalecimento de programas voltados, à educação e científica e técnica e treinamento em conservação e uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura;

ii) desenvolvimento e fortalecimento de instalações para conservação e uso sustentável de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, em

particular nos países em desenvolvimento e nos países com economias em transição;

iii) realização de pesquisas científicas, referencialmente, e onde possível, nos países em desenvolvimento e países com economias em transição, em cooperação com instituições desses países, e desenvolvendo capacitação para essas pesquisas nas áreas em que forem necessárias.

d) Repartição de benefícios monetários e outros benefícios da comercialização

i) As Partes Contratantes acordam, no âmbito do Sistema Multilateral, tomar medidas para assegurar a repartição de benefícios comerciais, mediante a participação dos setores público e privado nas atividades identificadas neste artigo, mediante parcerias e colaborações, inclusive com o setor privado nos países em desenvolvimento e nos países com economias em transição, para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;

ii) As Partes Contratantes acordam que o modelo de Termo de Transferência de Material, mencionado no artigo 12.4, incluirá uma disposição mediante a qual o beneficiário, que comercialize um produto que seja um recurso fitogenético para a alimentação e a agricultura, que incorpore material acessado do Sistema Multilateral, pagará ao mecanismo referido no artigo 19.3f, uma parte eqüitativa dos benefícios derivados da comercialização daquele produto, salvo se esse produto estiver disponível sem restrições a outros beneficiários para pesquisa e melhoramento, caso este em que o beneficiário que comercialize será incentivado a realizar tal pagamento.

O Órgão Gestor, em sua primeira reunião, determinará a quantia, forma e modalidade do pagamento, conforme as práticas comerciais. O Órgão Gestor poderá decidir estabelecer níveis distintos de pagamento para as diversas categorias de beneficiários que comercializem tais produtos; poderá também decidir sobre a necessidade de isentar desses pagamentos os pequenos agricultores nos países em desenvolvimento e nos países com economias em transição. O Órgão Gestor poderá, de tempos em tempos, revisar os níveis de pagamento com vistas a alcançar uma repartição justa e eqüitativa dos benefícios e poderá também avaliar, dentro de um período de cinco anos da entrada em vigor do presente Tratado, se o pagamento obrigatório previsto no TTM também se aplica nos casos em que esses produtos comercializados estejam disponíveis sem restrições a outros beneficiários para fins de pesquisa e melhoramento.

13.3 As Partes Contratantes acordam que os benefícios derivados do uso de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, que sejam repartidos no

âmbito do Sistema Multilateral, devem fluir primariamente, diretamente e indiretamente, aos agricultores em todos os países, especialmente nos países em desenvolvimento e países com economias em transição, que conservam e utilizam, de forma sustentável, os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

13.4 O Órgão Gestor, em sua primeira reunião, considerará políticas e critérios relevantes para prestar assistência específica no âmbito da estratégia de financiamento acordada, estabelecida no artigo 18, para a conservação dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura nos países em desenvolvimento e países com economias em transição, cuja contribuição para a diversidade de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura no Sistema Multilateral seja significativa e/ou que tenha necessidades especiais.

13.5 As Partes Contratantes reconhecem que a capacidade de implementar plenamente o Plano Global de Ação, em particular nos países em desenvolvimento e nos países com economias em transição, dependerá, amplamente, da implementação efetiva deste artigo e da estratégia de financiamento prevista no artigo 18.

13.6 As Partes Contratantes considerarão as modalidades de uma estratégia de contribuições voluntárias de repartição de benefícios, por meio da qual as indústrias alimentícias que se beneficiam dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura contribuirão para o Sistema Multilateral.

PARTE V – COMPONENTES DE APOIO

Artigo 14 – Plano de Ação Mundial

Reconhecendo que o Plano Global de Ação para a Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, de natureza progressiva, é importante para este Tratado, as Partes Contratantes devem promover sua implementação efetiva, inclusive por meio de ações nacionais e, conforme o caso, cooperação internacional para fornecer uma estrutura coerente para, entre outras coisas, capacitação, transferência de tecnologia e intercâmbio de informação, levando em consideração as disposições do artigo 13.

Artigo 15 – Coleções *ex situ* de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura mantidas pelos Centros Internacionais de Pesquisa Agrícola do Grupo Consultivo em Pesquisa Agrícola Internacional e por outras Instituições Internacionais

15.1 As Partes Contratantes reconhecem a importância para este Tratado das coleções *ex situ* de

recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura mantidas sob custódia dos Centros Internacionais de Pesquisa Agrícola (IARC) do Grupo Consultivo em Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR). As Partes Contratantes convidam aos IARC para assinar acordos com o Órgão Gestor no que diz respeito a essas coleções *ex situ*, de acordo com os seguintes termos e condições:

a) os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, listados no Anexo 1, deste Tratado e mantidos pelos IARC serão disponibilizados de acordo com as disposições estabelecidas na Parte IV deste Tratado;

b) os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura mantidos pelos IARC, não listados no Anexo I deste Tratado, e que tenham sido coletados antes de sua entrada em vigor serão disponibilizados de acordo com as disposições do TTM, atualmente em uso conforme os acordos entre os IARC e a FAO. Esse TTM será emendado pelo Órgão Gestor até sua segunda sessão regular, em consulta com os IARC, de acordo com as disposições relevantes deste Tratado, especialmente os artigos 12 e 13 e sob as seguintes condições:

i) os IARC informarão, periodicamente, ao Órgão Gestor acerca dos TTM assinados, de acordo com cronograma estabelecido pelo Órgão Gestor;

ii) as Partes Contratantes, em cujo território foram coletados os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura em condições *in situ*, receberão amostras de tais recursos mediante solicitação, sem qualquer TTM;

iii) os benefícios advindos do TTM acima, que sejam creditados ao mecanismo mencionado no artigo 19.3f, aplicar-se-ão, em particular, à conservação e ao uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, especialmente nos programas nacionais e regionais dos países em desenvolvimento e dos países com economias em transição, em particular nos centros de diversidade e nos países menos desenvolvidos; e

iv) os IARC tomarão as medidas apropriadas, de acordo com suas capacidades, para cumprir efetivamente as condições dos TTM e informarão, prontamente, ao Órgão Gestor dos casos de não-cumprimento.

c) os IARC reconhecem a autoridade do Órgão Gestor de prover orientação sobre políticas relativas às coleções *ex situ* mantidas por eles e que sejam sujeitas às disposições deste Tratado.

d) as instalações científicas e técnicas em que essas coleções **ex situ** sejam conservadas permanecem sob a autoridade dos IARC, que se comprometem a manejar e administrar essas coleções **ex situ** de acordo com normas internacionalmente aceitas, em particular as Normas para Bancos de Germoplasma endossadas pela Comissão de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura da FAO.

e) quando solicitada por um IARC, o Secretário envidará esforços de prover a assistência técnica apropriada.

f) O Secretário terá, em qualquer momento, o direito de acesso às instalações, bem como o direito de inspecionar todas as atividades lá realizadas diretamente relacionadas à conservação e à troca de material, previstas por este artigo.

g) Se a boa conservação dessas coleções **ex situ** mantidas pelos IARC for impedida ou ameaçada por qualquer evento, inclusive força maior, o Secretário, com a aprovação do país sede, auxiliará na evacuação ou na transferência dessas coleções na medida do possível.

15.2 As Partes Contratantes concordam em facilitar o acesso aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, listados no Anexo I, no âmbito do Sistema Multilateral, aos IARC do CGIAR que tenham firmado acordos com o Órgão Gestor, de acordo com este Tratado. Esses Centros serão incluídos em lista mantida pelo Secretário, disponibilizada às Partes Contratantes mediante solicitação.

15.3 O material não listado no Anexo I, que tenha sido recebido e conservado pelos IARC após a entrada em vigor deste Tratado, estará disponível para acesso nos termos compatíveis com aqueles mutuamente acordados entre os IARC que receberem o material e o país de origem desses recursos ou o país que adquiriu esses recursos de acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica ou outra legislação aplicável.

15.4 As Partes Contratantes são incentivadas a fornecer aos IARC que tenham assinado acordos com o Órgão Gestor, em termos mutuamente acordados, acesso aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura não listados no Anexo I que sejam importantes para os programas e atividades dos IARC.

15.5 O Órgão Gestor buscará, igualmente, estabelecer acordos, conforme os propósitos enunciados neste artigo com outras instituições internacionais relevantes.

Artigo 16 – Redes Internacionais de Recursos Fitogenéticos

16.1 A cooperação existente nas redes internacionais de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura será incentivada ou desenvolvida com base nos arranjos existentes e compatíveis com os termos deste Tratado, a fim de alcançar a maior cobertura possível dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

16.2 As Partes Contratantes incentivarão, conforme o caso, todas as instituições relevantes, inclusive as governamentais, as privadas, as não-governamentais, as de pesquisa, as de melhoramento e outras instituições, a participar das redes internacionais.

Artigo 17 – O Sistema Global de Informação sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura

17.1 As Partes Contratantes cooperarão para desenvolver e fortalecer um sistema mundial de informação para facilitar o intercâmbio de informação, com base em sistemas existentes, sobre assuntos científicos, técnicos e ambientais relacionados aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, com a expectativa de que esse intercâmbio de informações contribua para a repartição de benefícios, tomando as informações sobre recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura disponíveis para todas as Partes Contratantes. Ao desenvolver o Sistema Mundial de Informação, será buscada cooperação com o Mecanismo de Intermediação da Convenção sobre Diversidade Biológica.

17.2 Com base em notificação das Partes Contratantes, deve se fornecer um alerta prévio no caso de ameaças à manutenção eficiente dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, com vistas a salvaguardar o material.

17.3 As Partes Contratantes cooperarão com a Comissão de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura da FAO em sua avaliação periódica do estado dos recursos fitogenéticos mundiais para a alimentação e a agricultura, a fim de facilitar a atualização do Plano Global de Ação progressivo, mencionado no artigo 14.

PARTE VI – DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 18 – Recursos Financeiros

18.1 As Partes Contratantes se comprometem a implementar uma estratégia de financiamento para a implementação do presente Tratado, de acordo com o disposto neste artigo.

18.2 Os objetivos da estratégia de financiamento serão os de aumentar a disponibilidade, transparência, eficiência e eficácia do fornecimento de recursos

financeiros para a implementação de atividades no âmbito do presente Tratado.

18.3 A fim de mobilizar financiamento para as atividades, planos e programas prioritários, em particular nos países em desenvolvimento e nos países com economias em transição, e levando em conta o Plano de Ação Mundial, o órgão gestor irá periodicamente estabelecer uma meta para esse financiamento.

18.4 Em conformidade com essa estratégia de financiamento:

a) As Partes Contratantes tomarão as medidas necessárias e apropriadas; no âmbito dos órgãos gestores dos mecanismos, fundos e órgãos internacionais relevantes, a fim de assegurar que as devidas prioridade e atenção sejam dadas à alocação efetiva de recursos previsíveis e acordados para a implementação de planos e programas sob o presente Tratado.

b) A medida em que as Partes Contratantes que sejam países em desenvolvimento e as Partes Contratantes com economias em transição irão implementar efetivamente seus compromissos no âmbito do presente Tratado dependerá da alocação efetiva, particularmente pelas Partes Contratantes que sejam países desenvolvidos, dos recursos objeto do presente artigo. As Partes Contratantes que sejam países em desenvolvimento e as Partes Contratantes com economias em transição darão a devida prioridade em seus próprios planos e programas para o desenvolvimento de capacidades em recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

c) As Partes Contratantes, que sejam países desenvolvidos, também proporcionarão, e as Partes Contratantes que sejam países em desenvolvimento e as Partes Contratantes com economias em transição aproveitarão, os recursos financeiros para a implementação do presente Tratado mediante canais bilaterais, regionais e multilaterais. Esses canais incluirão o mecanismo referido pelo artigo 19.3f

d) Cada Parte Contratante concorda em realizar atividades nacionais para a conservação e uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e em proporcionar recursos financeiros para essas atividades, de acordo com suas capacidades nacionais e meios financeiros. Os recursos financeiros proporcionados não serão usados para fins incompatíveis com o presente Tratado,

em particular em áreas relacionadas ao comércio internacional de produtos de base;

e) As Partes Contratantes acordam que os benefícios financeiros decorrentes do artigo 13.2d fazem parte da estratégia de financiamento.

f) O Contribuições voluntárias também podem ser proporcionadas pelas Partes Contratantes, pelo setor privado, levando em conta o disposto no artigo 13, pelas organizações não-governamentais e outras fontes. As Partes Contratantes acordam que o órgão gestor considerará as modalidades de uma estratégia que promova essas contribuições.

18.5 As Partes Contratantes acordam que prioridade seja dada à implementação dos planos e programas acordados para agricultores nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos países com economias em transição, que conservem e utilizem forma sustentável os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

PARTE VII – DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

Artigo 19 – Órgão Gestor

19.1 Um Órgão Gestor composto de todas as Partes Contratantes fica estabelecido para o presente Tratado.

19.2 Todas as decisões do órgão gestor serão tomadas por consenso salvo se tenha estabelecido, por consenso, um outro método de tomar uma decisão sobre certas medidas, com a exceção de que o consenso será sempre necessário em relação aos artigos 23 e 24.

19.3 O órgão gestor tem por função promover a plena implementação do presente Tratado, mantendo em vista seus objetivos e em particular:

a) fornecer direção e orientação gerais para monitorar e adotar as recomendações que se façam necessárias para implementar o presente Tratado e, em particular, para a operação do Sistema Multilateral;

b) adotar planos e programas para a implementação do presente Tratado;

c) adotar, em sua primeira sessão, e examinar periodicamente, a estratégia de financiamento para a implementação do presente Tratado, de acordo com o disposto no artigo 18;

d) adotar o orçamento do presente Tratado;

e) considerar e estabelecer, sujeito à disponibilidade dos recursos necessários,

tais órgãos subsidiários que se julgue necessário e seus respectivos mandatos e composições;

f) estabelecer, conforme necessário, um mecanismo apropriado, como uma Conta Fiduciária, para receber e utilizar os recursos financeiros que se depositem nela com a finalidade de implementar o presente Tratado;

g) estabelecer e manter cooperação com outras organizações internacionais e órgãos de tratados relevantes, em particular a Conferência das Partes à Convenção sobre Diversidade Biológica, a respeito de assuntos cobertos pelo presente Tratado, inclusive sua participação na estratégia de financiamento.

h) considerar e adotar, conforme necessário, emendas ao presente Tratado, de acordo com as disposições do artigo 23;

i) considerar e adotar, conforme necessário, emendas aos anexos do presente Tratado, de acordo com as disposições do artigo 24;

j) considerar modalidades de uma estratégia para incentivar contribuições voluntárias, em particular, com referência aos artigos 13 e 18;

k) realizar outras funções que possam ser necessárias para o cumprimento dos objetivos do presente Tratado;

l) tomar nota das decisões relevantes da Conferência das Partes à Convenção sobre Diversidade Biológica e outras organizações internacionais e órgãos de tratados relevantes;

m) informar, conforme o caso, a Conferência das Partes à Convenção sobre Diversidade Biológica e outras organizações internacionais e órgãos de tratados relevantes sobre assuntos relacionados à implementação do presente Tratado; e

n) aprovar os termos dos acordos com os IARC e outras instituições internacionais no âmbito do artigo 15, e revisar e emendar o TTM previsto no artigo 15.

19.4 Sujeito ao artigo 19.6, cada Parte Contratante terá um voto e poderá ser representada em sessões do órgão gestor por um único delegado que pode ser acompanhado de um suplente e por peritos e assessores. Os suplentes, peritos e assessores poderão participar das deliberações do órgão gestor, porém não poderão votar, salvo nos casos em que sejam devidamente autorizados a substituir o delegado.

19.5 As Nações Unidas, suas agências especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, bem como qualquer Estado que não seja uma Parte Contratante ao presente Tratado, poderão ser representados na qualidade de observadores nas sessões do órgão gestor. Qualquer outro órgão ou agência, quer governamental ou não-governamental, que tenha competência nas áreas de conservação e uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, que tenha informado ao Secretário de seu desejo de se fazer representado como observador em uma sessão do órgão gestor, poderá ser admitido nessa qualidade salvo se pelo menos um terço das Partes Contratantes presentes se opuser. A admissão e participação de observadores estarão sujeitas às Regras de Procedimento adotadas pelo órgão gestor.

19.6 Uma organização membro da FAO que seja uma Parte Contratante e os estados membros daquela organização membro que sejam Partes Contratantes exercerão seus direitos e cumprirão suas obrigações na qualidade de membros conforme, **mutatis mutandis**, a Constituição e as Regras Gerais da FAO.

19.7 O órgão gestor poderá adotar e emendar, conforme seja necessário, suas próprias Regras de Procedimento e as regras financeiras que não devem ser incompatíveis com o presente Tratado.

19.8 Será necessária a presença de delegados que representem uma maioria das Partes Contratantes para constituir um **quorum** em cada sessão do órgão gestor.

19.9 O órgão gestor realizará sessões ordinárias pelo menos a cada dois anos. Essas sessões devem, à medida do possível, ser realizadas imediatamente antes ou após as sessões ordinárias da Comissão de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura.

19.10 Sessões extraordinárias do órgão gestor serão realizadas quando forem consideradas necessárias pelo órgão gestor, ou a pedido por escrito de qualquer Parte Contratante, desde que esse pedido seja apoiado por pelo menos um terço das Partes Contratantes.

19.11 O órgão gestor elegerá seu Presidente e Vice-Presidentes (coletivamente referidos como “a Mesa”), em conformidade com suas Regras de Procedimento.

Artigo 20 – Secretário

20.1 O Secretário do órgão gestor será designado pelo Diretor-Geral da FAO com a aprovação do órgão gestor. O Secretário será assessorado pelo número de funcionários que se fizerem necessários.

20.2 O Secretário realizará as seguintes funções:

a) organizar as sessões do órgão gestor e dos órgãos subsidiários que venham a ser estabelecidos, e lhes prestar apoio administrativo;

b) auxiliar o órgão gestor na realização de suas funções, inclusive na execução de tarefas específicas que o órgão gestor venha a lhe atribuir;

c) informar ao órgão gestor sobre suas atividades.

20.3 O Secretário comunicará a todas as Partes Contratantes e ao Diretor-Geral:

a) as decisões do órgão gestor, no prazo de sessenta dias de sua adoção;

b) as informações recebidas das Partes Contratantes, de acordo com as disposições do presente Tratado.

20.4 O Secretário providenciará a documentação para as sessões do órgão gestor nos seis idiomas das Nações Unidas.

20.5 O Secretário cooperará com outras organizações e órgãos de tratados, inclusive, em particular, com o Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, para realizar os objetivos do presente Tratado.

Artigo 21 – Cumprimento

O órgão gestor irá, em sua primeira sessão, considerar e aprovar procedimentos de cooperação eficazes e mecanismos operacionais para promover o cumprimento das disposições do presente Tratado e para atender às questões do não-cumprimento. Esses procedimentos e mecanismos incluirão monitoramento, assessoria ou assistência, inclusive jurídica, conforme a necessidade, em particular aos países em desenvolvimento e aos países com economias em transição.

Artigo 22 – Solução de Controvérsias

22.1 No caso de controvérsia entre Partes Contratantes, no que diz respeito à interpretação ou aplicação do presente Tratado, as Partes envolvidas deverão procurar resolvê-la por meio de negociação.

22.2 Se as partes envolvidas não conseguirem chegar a um acordo por meio de negociação, podem conjuntamente solicitar os bons ofícios, ou solicitar a mediação, de uma terceira parte.

22.3 Ao ratificar, aceitar, aprovar ou aderir ao presente Tratado, ou em qualquer momento posterior, uma Parte Contratante pode declarar por escrito ao Depositário que, no caso de uma controvérsia não resolvida de acordo com o artigo 22.1 ou 22.2, aceita

como obrigatório um ou ambos dos seguintes meios de solução de controvérsias:

a) arbitragem de acordo com o procedimento estabelecido na Parte 1 do Anexo II do presente Tratado;

b) submissão da controvérsia à Corte Internacional de Justiça.

22.4 Se, de acordo com o artigo 22.3 acima, as partes na controvérsia não tiverem aceitado o mesmo, ou qualquer outro, procedimento, a controvérsia deve ser submetida a conciliação de acordo, com a Parte 2 do Anexo II do presente Tratado, salvo se as partes acordarem de outra maneira.

Artigo 23 – Emendas ao Tratado

23.1 Qualquer Parte Contratante poderá propor emendas ao presente Tratado.

23.2 As emendas ao presente Tratado serão adotadas numa sessão do órgão gestor. O Secretário comunicará o texto de qualquer proposta de emenda às Partes Contratantes com uma antecedência mínima de seis meses antes da sessão em que sua adoção seja proposta.

23.3 As emendas ao presente Tratado só serão adotadas por consenso das Partes Contratantes presentes à sessão do órgão gestor.

23.4 Qualquer emenda adotada pelo órgão gestor entrará em vigor para as Partes Contratantes, que a tenham ratificado, aceitado ou aprovado, no nonagésimo dia após o depósito dos instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação por dois terços das Partes Contratantes. Após isso, a emenda entrará em vigor para qualquer outra Parte Contratante no nonagésimo dia após aquela Parte Contratante ter depositado seu instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação da emenda.

23.5 Para os propósitos deste artigo, um instrumento depositado por uma organização membro da FAO não será contado como sendo adicional àqueles depositados pelos Estados Membros dessa organização.

Artigo 24 – Anexos

24.1 Os anexos ao presente Tratado formarão parte integral do presente Tratado e uma referência ao presente Tratado constituirá ao mesmo tempo referência a seus anexos.

24.2 As disposições do Artigo 23 sobre emendas ao presente Tratado aplicar-se-ão às emendas dos anexos.

Artigo 25 – Assinatura

O presente Tratado permanecerá aberto para assinatura na FAO do dia 3 de novembro de 2001 até o

dia 4 de novembro de 2002 por todos os membros da FAO e qualquer Estado que não seja membro da FAO, mas seja membro das Nações Unidas, ou de qualquer de suas agências especializadas ou da Agência Internacional de Energia Atômica.

Artigo 26 – Ratificação, Aceitação ou Aprovação

O presente Tratado será sujeito à ratificação, aceitação ou aprovação pelos membros e não-membros da FAO referidos pelo artigo 25. Os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto ao Depositário.

Artigo 27 – Adesão

O presente Tratado permanecerá aberto para adesão por todos os membros da FAO e qualquer Estado que não seja membro da FAO, mas seja membro das Nações Unidas, ou de qualquer de suas agências especializadas ou da Agência Internacional de Energia Atômica a partir da data que seja fechado para assinaturas. Os instrumentos de adesão serão depositados junto ao Depositário.

Artigo 28 – Entrada em vigor

28.1 Sujeito às disposições do artigo 29.2, o presente Tratado entrará em vigor no nonagésimo dia após o depósito do quadragésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, desde que pelo menos vinte dos instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão tenham sido depositados por membros da FAO.

28.2 Para cada membro da FAO e para qualquer Estado que não seja membro da FAO, mas seja membro das Nações Unidas, ou de qualquer de suas agências especializadas ou da Agência Internacional de Energia Atômica que ratifique, aceite, aprove ou adira ao presente Tratado após o depósito, de acordo com o artigo 28.1, do quadragésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, o Tratado entrará em vigor no nonagésimo dia após o depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

Artigo 29 – Organizações Membros da FAO

29.1 Quando uma organização membro da FAO depositar um instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão ao presente Tratado, a organização membro notificará, de acordo com as disposições do artigo 11.7 da Constituição da FAO, qualquer mudança na sua repartição de competências em sua declaração de competência submetida no âmbito do artigo 11.5 da Constituição da FAO, que seja necessária à luz de sua aceitação do presente Tratado. Qualquer Parte Contratante ao presente Tratado po-

derá, a qualquer momento, solicitar uma organização membro da FAO, que seja uma Parte Contratante do presente Tratado, a fornecer informações sobre quem, entre a organização membro e seus estados membros, é responsável pela implementação de uma questão específica coberta pelo presente Tratado. A organização membro fornecerá essa informação num prazo razoável.

29.2 Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação, adesão ou denúncia depositados por uma organização membro da FAO não serão contados como sendo adicionais àqueles depositados pelos seus estados membros.

Artigo 30 – Reservas

Nenhuma reserva poderá ser feita ao presente Tratado.

Artigo 31 – Não-Partes

As Partes Contratantes incentivarão todos os membros da FAO ou outros Estados que não sejam Partes Contratantes do presente Tratado a aceitar o presente Tratado.

Artigo 32 – Denúncias

32.1 Qualquer Parte Contratante poderá em qualquer momento, após dois anos da data em que o presente Tratado tiver entrado em vigor para aquela Parte, notificar o Depositário por escrito de sua retirada do presente Tratado. O Depositário informará imediatamente todas as Partes Contratantes.

32.2 A denúncia entrará em vigor um ano após a data do recebimento da notificação.

Artigo 33 – Rescisão

33.1 O presente Tratado será automaticamente rescindido se e quando, como resultado de denúncias, o número de Partes Contratantes caia abaixo de quarenta, salvo se as Partes Contratantes restantes decidirem de forma unânime de outra forma.

33.2 O Depositário informará todas as Partes Contratantes restantes quando o número de Partes Contratantes tiver caído para quarenta.

33.3 No caso de rescisão, a disposição dos bens será regida pelas regras financeiras a serem adotadas pelo órgão gestor.

Artigo 34 – Depositário

O Diretor-Geral da FAO será o Depositário do presente Tratado. **Artigo 35 – Textos Autênticos**

Os textos nos idiomas árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol do presente Tratado são igualmente autênticos.

ANEXO I

LISTA DE ESPÉCIES CULTIVADAS INCLUÍDAS NO SISTEMA MULTILATERAL

Cultivos alimentares

Cultivo	Gênero	Observações
Fruta pão	<i>Artocarpus</i>	Apenas fruta pão.
Aspargos	<i>Asparagus</i>	
Aveia	<i>Avena</i>	
Beterraba	<i>Beta</i>	
Brassicas	<i>Brassica et al.</i>	Os gêneros incluídos são: <i>Brassica</i> , <i>Armoracia</i> , <i>Barbarea</i> , <i>Camelina</i> , <i>Crambe</i> , <i>Diplctaxis</i> , <i>Eruca</i> , <i>Isatis</i> , <i>Lepidium</i> , <i>Raphanobrassica</i> , <i>Raphanus</i> , <i>Rorippa</i> , e <i>Sinapis</i> . Inclui sementes oleaginosas e cultivos vegetais como repolho, colza, mostarda, agrião, rúcula, rabanete e nabo. A espécie <i>Lepidium meyenii</i> (maca) está excluída.
Guandu	<i>Cajanus</i>	
Grão-de-bico	<i>Cicer</i>	
Citrus	<i>Citrus</i>	Os gêneros <i>Poncirus</i> e <i>Fortunella</i> estão incluídos como porta-enxertos.
Coco	<i>Cocos</i>	
Árums principais	<i>Colocasia</i> , <i>Xanthosoma</i>	Os árums principais incluem taro, taioba, inhame e tannia.
Cenoura	<i>Daucus</i>	
Cará	<i>Dioscorea</i>	
Capim-de-galinha	<i>Eleusine</i>	
Morango	<i>Fragaria</i>	
Girassol	<i>Helianthus</i>	
Cevada	<i>Hordeum</i>	
Batata Doce	<i>Ipomoea</i>	
Chincho	<i>Lathyrus</i>	
Lentilha	<i>Lens</i>	
Maçã	<i>Malus</i>	
Mandioca	<i>Manihot</i>	Somente <i>Manihot esculent</i> .
Banana	<i>Musa</i>	Com exceção de <i>Musa textilis</i> .
Arroz	<i>Oryza</i>	
Milheto	<i>Pennisetum</i>	
Feijão	<i>Phaseolus</i>	Com exceção de <i>Phaseolus polyanthus</i> .
Ervilha	<i>Pisum</i>	
Centeio	<i>Secale</i>	
Batata	<i>Solanum</i>	Inclusive seção tuberosas, com exceção de <i>Solanum phureja</i> .

Berinjela	<i>Solanum</i>	Inclusive seção melongenas
Sorgo	<i>Sorghum</i>	
Triticale	<i>Triticosecale</i>	
Trigo	<i>Triticum et al.</i>	Inclusive <i>Agropyron</i> , <i>Elymus</i> e <i>Secale</i> .
Fava	<i>Vicia</i>	
Feijão fradinho e outros	<i>Vigna</i>	
Milho	<i>Zea</i>	Com exceção de <i>Zea perennis</i> , <i>Zea diploperennis</i> e <i>Zea luxurians</i> .

Forrageiras

Gênero	Espécie
FORRAGEIRAS LEGUMINOSAS	
<i>Astragalus</i>	<i>chinensis</i> , <i>cicer</i> , <i>arenarius</i>
<i>Canavalia</i>	<i>ensifomis</i>
<i>Coronilla</i>	<i>varia</i>
<i>Hedysarum</i>	<i>coronarium</i>
<i>Lathyrus</i>	<i>cicera</i> , <i>ciliolatus</i> , <i>hirsutus</i> , <i>ochrus</i> , <i>odoratus</i> , <i>sativus</i>
<i>Lespedeza</i>	<i>cuneata</i> , <i>striata</i> , <i>stipulacea</i>
<i>Lotus</i>	<i>corniculatus</i> , <i>subbiflorus</i> , <i>uliginosus</i>
<i>Lupinus</i>	<i>albus</i> , <i>angustifolius</i> , <i>luteus</i>
<i>Medicago</i>	<i>arborea</i> , <i>falcata</i> , <i>sativa</i> , <i>scutellata</i> , <i>rigidula</i> , <i>truncatula</i>
<i>Melilotus</i>	<i>albus</i> , <i>officinalis</i>
<i>Onobrychis</i>	<i>viciifolia</i>
<i>Ornithopus</i>	<i>sativus</i>
<i>Prosopis</i>	<i>affinis</i> , <i>alba</i> , <i>chilensis</i> , <i>nigra</i> , <i>pallida</i>
<i>Pueraria</i>	<i>phaseoloides</i>
<i>Trifolium</i>	<i>alexandrinum</i> , <i>alpestre</i> , <i>ambiguum</i> , <i>angustifolium</i> , <i>arvense</i> , <i>agrocicerum</i> , <i>hybridum</i> , <i>incarnatum</i> , <i>pratense</i> , <i>repens</i> , <i>resupinatum</i> , <i>rueppellianum</i> , <i>semipilosum</i> , <i>subterraneum</i> , <i>vesiculosum</i>
FORRAGEIRAS GRAMÍNEAS	
<i>Andropogon</i>	<i>gayanus</i>
<i>Agropyron</i>	<i>cristatum</i> , <i>desertorum</i>
<i>Agrostis</i>	<i>stolonifera</i> , <i>tenuis</i>
<i>Alopecurus</i>	<i>pratensis</i>
<i>Arrhenatherum</i>	<i>elatius</i>
<i>Dactylis</i>	<i>glomerata</i>
<i>Festuca</i>	<i>arundinacea</i> , <i>gigantea</i> , <i>heterophylla</i> , <i>ovina</i> , <i>pratensis</i> , <i>rubra</i>

<i>Lolium</i>	<i>hybridum</i> , <i>multiflorum</i> , <i>perenne</i> , <i>rigidum</i> , <i>temulentum</i>
<i>Phalaris</i>	<i>aquatica</i> , <i>arundinacea</i>
<i>Phleum</i>	<i>pratense</i>
<i>Poa</i>	<i>alpina</i> , <i>annua</i> , <i>pratensis</i>
<i>Tripsacum</i>	<i>laxum</i>
OUTRAS FORRAGEIRAS	
<i>Atriplex</i>	<i>halimus</i> , <i>nummularia</i>
<i>Salsola</i>	<i>vermiculata</i>

ANEXO II
Parte I

ARBITRAGEM

Artigo 1º

A parte demandante deve notificar o Secretário que as partes estão submetendo uma controvérsia à arbitragem de acordo com o artigo 22. A notificação deve expor a questão a ser arbitrada e incluir, em particular, os artigos do presente Tratado de cuja interpretação ou aplicação se tratar a questão. Se as partes na controvérsia não concordarem sobre o objeto da controvérsia antes de ser designado o Presidente do tribunal, o tribunal de arbitragem deve definir o objeto em questão. O Secretário deve comunicar a informação assim recebida a todas as Partes Contratantes ao presente Tratado.

Artigo 2º

1. Em controvérsias entre duas partes, o tribunal de arbitragem deve ser composto de três membros. Cada uma das partes na controvérsia deve nomear um árbitro e os dois árbitros assim nomeados devem designar de comum acordo o terceiro árbitro que deve presidir o tribunal. Este último não pode ser da mesma nacionalidade das partes em controvérsia, nem ter residência fixa no território de uma das partes, tampouco deve estar a serviço de nenhuma delas, nem ter tratado do caso a qualquer título.

2. Em controvérsias entre mais de duas Partes Contratantes, as Partes que tenham o mesmo interesse devem nomear um árbitro de comum acordo.

3. Qualquer vaga no tribunal deve ser preenchida de acordo com o procedimento previsto para a nomeação original.

Artigo 3º

1. Se o Presidente do tribunal de arbitragem não for designado dentro de dois meses após a nomeação do segundo árbitro, o Diretor-Geral da FAO, a pedido de uma das partes na controvérsia, deve designar o Presidente no prazo adicional de dois meses.

2. Se uma das partes na controvérsia não nomear um árbitro no prazo de dois meses após o recebimento da solicitação, a outra parte poderá disso informar o Diretor-Geral da FAO, que deve designá-lo num prazo adicional de dois meses.

Artigo 4º

O tribunal de arbitragem deve proferir suas decisões de acordo com o disposto no presente Tratado e com o direito internacional.

Artigo 5º

Salvo se as partes na controvérsia concordarem de outro modo, o tribunal de arbitragem deve adotar suas próprias regras de procedimento.

Artigo 6º

O tribunal de arbitragem pode, a pedido de uma das partes, recomendar medidas provisórias indispensáveis de proteção.

Artigo 7º

As partes na controvérsia devem facilitar os trabalhos do tribunal de arbitragem e, em particular, utilizando todos os meios a sua disposição, devem:

- a) apresentar-lhe todos os documentos, informações e meios pertinentes; e
- b) permitir-lhe, se necessário, convocar testemunhas ou especialistas e ouvir seus depoimentos.

Artigo 8º

As partes na controvérsia e os árbitros são obrigados a proteger a confidencialidade de qualquer informação recebida com esse caráter durante os trabalhos do tribunal de arbitragem.

Artigo 9º

Salvo se decidido de outro modo pelo tribunal de arbitragem, devido a circunstâncias particulares do caso, os custos do tribunal devem ser cobertos em proporções iguais pelas partes em controvérsia. O tribunal deve manter um registro de todos os seus gastos e deve apresentar uma prestação de contas final às Partes.

Artigo 10

Qualquer Parte Contratante que tenha interesse de natureza jurídica no objeto em questão da controvérsia, que possa ser afetada pela decisão sobre o caso, pode intervir no processo com o consentimento do tribunal.

Artigo 11

O tribunal pode ouvir é decidir sobre contra-argumentos diretamente relacionados ao objeto da controvérsia.

Artigo 12

As decisões do tribunal de arbitragem tanto em matéria processual quanto sobre o fundo da questão devem ser tomadas por maioria de seus membros

Artigo 13

Se uma das Partes na controvérsia não comparecer perante o tribunal de arbitragem ou não apresentar defesa

de sua causa, a outra parte pode solicitar ao tribunal que continue o processo e profira seu laudo. A ausência de uma das Partes na controvérsia ou a abstenção de uma Parte de apresentar defesa de sua causa não constitui impedimento ao processo. Antes de proferir sua decisão final, o tribunal de arbitragem deve certificar-se de que a demanda está bem fundamentada de fato e de direito.

Artigo 14

O tribunal deve proferir sua decisão final em cinco meses a partir da data em que for plenamente constituído, salvo se considerar necessário prorrogar esse prazo por um período não superior a cinco meses.

Artigo 15

A decisão final do tribunal de arbitragem deve se restringir ao objeto da questão em controvérsia e deve ser fundamentada. Nela devem constar os nomes dos membros que a adotaram e a data. Qualquer membro de tribunal pode anexar à decisão final um parecer em separado ou um parecer divergente.

Artigo 16

A decisão é obrigatória para as partes na controvérsia. Dela não há recurso, salvo se as Partes na controvérsia tenham concordado com antecedência sobre um procedimento de apelação.

Artigo 17

As controvérsias que surjam entre as Partes na controvérsia no que diz respeito à interpretação ou execução da decisão final podem ser submetidas por qualquer das Partes ao tribunal que a proferiu.

Parte 2

CONCILIAÇÃO

Artigo 1º

Uma comissão de conciliação deve ser criada a pedido de uma das Partes na controvérsia. Essa comissão, salvo se as Partes na controvérsia concordarem de outro modo, deve ser composta de cinco membros, dois nomeados por cada Parte envolvida e um Presidente escolhido conjuntamente pelos membros.

Artigo 2º

Em controvérsias entre mais de duas Partes Contratantes, as Partes que tenham o mesmo interesse devem nomear seus membros na comissão de comum acordo. Quando duas ou mais Partes tiverem interesses independentes ou houver discordância sobre o fato de terem ou não o mesmo interesse, as Partes devem nomear seus membros separadamente.

Artigo 3º

Se, no prazo de dois meses a partir da data do pedido de criação de uma comissão de conciliação, as Partes não tiverem nomeado os membros da comissão, o Diretor-Geral da FAO, por solicitação da parte na controvérsia que formulou o pedido, deve nomeá-los no prazo adicional de dois meses.

Artigo 4º

Se o Presidente da comissão de conciliação não for escolhido nos dois meses seguintes à nomeação do último membro da comissão, o Diretor-Geral da FAO, por solicitação de uma das Partes na controvérsia, deve designá-lo no prazo adicional de dois meses.

Artigo 5º

A comissão de conciliação deverá tomar decisões por maioria de seus membros. Salvo se as Partes na controvérsia concordarem de outro modo, a comissão de conciliação deve definir seus próprios procedimentos. A comissão deve apresentar uma proposta de solução da controvérsia, que as Partes devem examinar em boa fé.

Artigo 6º

Uma discordância quanto à competência da comissão de conciliação deve ser decidida pela comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra – estamos alternando –, como Líder, o Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O Senador Casagrande sugere, e acho muito boa a sugestão de S. Ex^a, que cada orador, com a sua capacidade de síntese, utilize apenas dez minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com certeza, eu farei o meu pronunciamento em menos de dez minutos.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, mais uma vez, para falar sobre gasoduto, até porque eu cheguei de viagem hoje e li uma matéria na **Folha de S. Paulo**, do dia 20 de abril, que diz o seguinte:

Amazônia é nova fronteira de exploração petrolífera em terra.

Se a camada pré-sal é a mais promissora área de exploração em mar, a sua correspondente em terra está no meio da selva amazônica. É a bacia do Solimões, com a terceira maior reserva de gás e a terceira maior produção de óleo e gás do país. Batizada de província petrolífera de Urucu (a 600 km da capital do

Amazonas, Manaus, e a 500 km da capital do meu Estado, Porto Velho), a área produz 53 mil barris por dia de óleo ultraleve – de maior valor comercial e mais fácil refino. De tão leve, é conhecido como “gasolina natural”, capaz de movimentar motores assim que extraído, mesmo sem ser processado.

Eu já estive lá, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e é verdade. O óleo diesel extraído da bacia do Urucu pode ser retirado do poço diretamente para os tanques dos caminhões, dos veículos, dos motores estacionados e ele realmente funciona.

Mas a maior riqueza é o gás natural – produção de 10 milhões de metros cúbicos por dia, somente inferior à das bacias de Campos e Santos. A estatal só não extrai mais gás da reserva, que tem 100 bilhões de metros cúbicos, por não ter para quem vender”.

É esse ponto, Sr. Presidente, que quero contestar. Há mais ou menos uns seis anos, estamos falando sobre o gás de Urucu. É bem verdade que já teve início o gasoduto para escoar parte desse gás para Manaus, mas até então a alegação da Petrobras é que tinham apenas sete milhões de metros cúbicos. Mesmo com sete milhões de metros cúbicos, iriam cinco para Manaus e dois para Porto Velho. E dois milhões de metros cúbicos/dia para Porto Velho seriam suficientes para abastecer uma térmica a diesel que queima 1,5 milhão de litros de óleo diesel por dia, que seria abastecida com o gás, economizando dinheiro. Além disso, é um combustível menos poluente.

Sr. Presidente, essa térmica produz 400 MW de energia, que abastecem Rondônia e Manaus. Agora, eu já sabia, porque o Diretor da Petrobras chamado Ildo Sauer já tinha afirmado, com documento assinado, que tinha gás para Manaus e Porto Velho, mas a Petrobras sempre criou dificuldades. Não só a Petrobras como as autoridades do Ministério das Minas e Energia têm criado inúmeras dificuldades para levar esse gás para Rondônia. Não sei por que isso vem acontecendo.

Diz ainda a empresa: “Enquanto não se constroem os gasodutos de Coari–Manaus e Urucu–Porto Velho, não tem mercado suficiente para o produto”. É claro, sem gasoduto, para onde se vai escoar esse produto? E só tem essas duas saídas, ou sai para Manaus ou para Porto Velho. Então, aqui está muito claro que temos gás na bacia do Urucu para abastecer Manaus e Porto Velho, para abastecer o Amazonas e o Estado de Rondônia, assim como o Acre, que já está interligado a Porto Velho.

“Até lá, a estatal é obrigada a reinjetar 6 milhões de metros cúbicos de gás por dia nos poços”. É o que diz a matéria da **Folha de S. Paulo**. Ela reinjeta seis milhões de metros cúbicos, e uma parte ainda é queimada nas chaminés da Petrobras na bacia de Urucu.

Mesmo assim, a estatal está otimista: possui 80 poços na região e espera perfurar 23 até 2012 – a companhia não detalhou o investimento destinado apenas à bacia do Solimões.

Mas, além da bacia do Solimões, Sr. Presidente, quero dizer que, além desses 100 bilhões de metros cúbicos que a Petrobras afirma ter na bacia do Solimões, ainda há a bacia do Juruá, que é tão grande e rica em petróleo quanto a bacia do Solimões. É outra bacia, fica muito próxima – apenas a 80 quilômetros, Senador Flávio Arns, da bacia do Solimões –, e não há outros locais para onde escoar esse gás. Ele também terá de ser levado para Manaus e Porto Velho.

Então, não consigo entender por que uma riqueza tão grande dessa que está na bacia do Solimões e na bacia do Juruá não foi aproveitada há mais tempo. E ainda ficam segurando, amarrando, criando problemas e dificuldades para construir o gasoduto Urucu–Porto Velho. Eu havia parado de falar sobre esse assunto, porque estava se tornando até chato e eu estava me tornando persistente demais por cobrar a construção desse gasoduto Urucu–Porto Velho.

Estamos com a licença. Só há um erro na matéria, que quero corrigir. A matéria da **Folha de S. Paulo** diz que não há as licenças ambientais. Nós a temos tanto para o gasoduto Coari–Manaus, que já está sendo construído, como para o gasoduto Urucu–Porto Velho, já há mais de dois anos. Há mais de dois anos, temos a licença ambiental aprovada, com termo de ajustamento de conduta assinado por todas as partes, para construir esse gasoduto.

Infelizmente, a Petrobras tem criado dificuldades enormes para a construção dessa obra. E eu quero aqui, mais uma vez, cobrar, insistentemente, das autoridades do setor elétrico, das autoridades da Petrobras que liberem, de uma vez por todas, a construção do gasoduto Urucu–Porto Velho.

Agora vem mais uma desculpa. Ah, Porto Velho vai ganhar as usinas do rio Madeira! É verdade. Rondônia vai ganhar as usinas do rio Madeira. Vai ganhar as obras, não a energia. Se a energia das usinas do rio Madeira fosse apenas para abastecer Rondônia, elas jamais sairiam. Não vamos aqui nos iludir e achar que essas usinas iriam sair se fosse para abastecer apenas o Estado de Rondônia. Essas usinas estão saindo para abastecer o Brasil, para sustentar o crescimento

econômico do País, para sustentar o crescimento do PAC, do programa de aceleração do Brasil.

As usinas do Madeira vão gerar emprego, vão gerar riqueza para o meu Estado, mas 99% dessa energia vai ser destinada a São Paulo, a Minas Gerais, ao Rio de Janeiro, ao centro industrial do nosso País.

No primeiro leilão, nem sequer foi reservada energia para Rondônia. Talvez no segundo leilão, o da usina de Jirau, fique reserva de uma pequena quantidade para Rondônia. Mas o grosso dessa energia é para abastecer o Brasil.

É por isso que o gasoduto tem que sair. Esse é nosso, é da nossa região. É difícil transportar gás lá do Amazonas para outras regiões do Brasil, mas é fácil transportar esse gás para Manaus e para Porto Velho, para abastecer essas térmicas que estão queimando milhões e milhões de óleo diesel por dia e poluindo ainda o nosso País e o nosso planeta.

Por que não consumir esse gás natural que é nosso, da nossa região, enquanto o Brasil importa gás da Bolívia a preços altos, de dólar caro, e ainda pensa em construir um gasoduto na Venezuela? O Presidente Hugo Chávez esteve recentemente no Brasil tratando, com a Petrobras, da construção de um gasoduto vindo da Venezuela para o Brasil, deixando o nosso gás, 100 bilhões de metros cúbicos de gás, na bacia do Urucu e na bacia do Juruá.

Era esse o apelo que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, mais uma vez, em nome do povo de Rondônia, do povo do Acre, do povo do Amazonas e também do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Líder Valdir Raupp, defendendo o futuro da energia na sua região,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Deixe-me só ler aqui, e, logo em seguida, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 466, de 2008**, do Senador Flávio Arns e outros Srs. Senadores, solicitando que o período do Expediente da sessão do próximo dia 29 de maio seja dedicado a homenagear os 60 anos da existência da Associação Pestalozzi de Niterói, Rio de Janeiro.

Desnecessário dizer que ela é um exemplo de atendimento aos deficientes do Brasil. E, nesse sentido, vem o Senador Flávio Arns, sempre solidário e atento às ações em benefício dos deficientes.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Parabéns ao Senador Flávio Arns por mais essa ação, valorizando os que trabalham pelos deficientes do nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, na mesma linha do Senador Flávio Arns, encaminhei à Mesa um requerimento para que o espaço do pequeno Expediente de amanhã fosse dedicado a homenagearmos o Dia Internacional do Trabalho.

Eu já falei com a nossa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Secretária Executiva, Dr^a Cláudia Lyra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso. Dr^a Cláudia Lyra. Ela me orientou que, por decisão do Colégio de Líderes, na terça e na quarta não é possível. Como sou o primeiro orador inscrito, quero, mediante requerimento que encaminhei, fazer um apelo ao Plenário para que a gente, democraticamente, use o pequeno Expediente de amanhã para pronunciamentos em homenagem aos trabalhadores e aposentados brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido de acordo com a força da liderança que V. Ex^a tem neste plenário.

Vai usar da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Depois, os Senadores José Nery e Renato Casagrande.

Por sábia sugestão do Senador Renato Casagrande, que aprovamos, Senador Flexa Ribeiro, cada orador usará a tribuna por dez minutos. É uma sugestão inteligente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Acato a sugestão do nosso Líder do PSB, Senador Renato Casagrande, endossada pelo Presidente Mão Santa.

Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho com pesar, novamente, a esta tribuna para denunciar, como já o fiz várias vezes, a situação de desgoverno que a Governadora petista Ana Júlia implantou, após um ano e quatro meses, no meu Estado do Pará. Até hoje o que se ouve falar do Estado do Pará, pela mídia, são notícias negativas. Eu gostaria muito de vir aqui elogiar a Governadora, elogiar o trabalho dela, elogiar meu Estado – que tem merecimentos e tem capacidade de crescer e distribuir riquezas para

a nossa população de mais de sete milhões e meio de paraenses.

O caos se instalou na segurança pública, na saúde, na questão ambiental, no mercado de trabalho e na gestão administrativa.

Lamentavelmente, como eu disse, só encontramos na mídia brasileira notícias negativas sobre o Pará. Diante disso, Senador Mão Santa – V. Ex^a que diariamente pede ao Presidente Lula para ficar às suas sábias palavras –, quero dizer que está confirmada, lamentavelmente, a previsão do Presidente Lula feita à revista **IstoÉ**, na edição do dia 19 de março de 2007, um ano atrás, no início do Governo petista no Estado do Pará, quando, analisando os novos Governadores, disse que José Serra, em São Paulo, e José Roberto Arruda, no Distrito Federal, tinham tudo para dar certo.

Quanto à Ana Júlia, “era um desastre anunciado”. O próprio Presidente da República, do Partido dos Trabalhadores, disse isso da sua governadora, que é do meu Estado do Pará. Lamentavelmente, Sua Excelência tem o dom de prever o futuro, tem o dom de ver à frente aquilo que acontece no Estado do Pará.

Se o Presidente Lula tinha convicção de que o governo de Ana Júlia seria um desastre anunciado, tem enorme responsabilidade com o Pará, porque ajudou a eleger a Governadora subindo em seu palanque, assumindo compromissos com os paraenses e dizendo-lhes para votar na candidata dele, que, se fosse eleita, ele a ajudaria e mandaria recursos para o Pará. O que mais ele dizia, naquela altura, é que era para combater imediatamente a violência.

E o que chegou ao Pará até hoje, um ano e quatro meses depois? Nada. Para não dizer que nada, Senador Mão Santa, alguns equipamentos usados no Pan, que foram redistribuídos pelo Brasil. Ele encaminhou um helicóptero, algumas motocicletas e alguns outros equipamentos carros usados do Pan, mas não era essa a promessa de palanque, por ocasião do processo eleitoral.

O Bispo do Marajó, Dom Luís Azcona, ousou denunciar o desgoverno no Pará em entrevista ao jornal **O Liberal**, edição do dia 15 de abril de 2008. Descreveu o seguinte quadro: “Um Estado em situação de ingovernabilidade, omissa diante da exploração sexual infantil e com forte presença do narcotráfico”. Quem disse isso foi o Bispo Dom Luís Azcona, do Marajó. Está aqui o jornal. Os paraenses todos conhecem, mas o Brasil precisa conhecer qual é o Governo do PT. Está aqui o Bispo: “Estado está ingovernável”.

A Governadora ficou irritada com a declaração do bispo de 68 anos e, por isso, negou-se a recebê-lo para tratar dos assuntos denunciados. (**O Liberal**, caderno Atualidades, edição de 18/04/ 2008). A res-

posta da Governadora, que, em vez de chamar o bispo e agir para diminuir ou extirpar este mal do Marajó... Não. Ana Júlia não recebe o bispo do Marajó. Essa foi a resposta da Governadora para todos os paraenses, todos os marajoaras.

As denúncias encontraram eco nesta Casa, e o bispo será ouvido na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida pelo nobre Senador Paulo Paim. Eu lá estarei, Senador Nery, para ouvir as denúncias que o Bispo Dom Luís Azcona fará sobre a situação do Marajó, sobre a qual a Governadora não quer saber.

Quanto à saúde, já denunciei inúmeras vezes desta tribuna a situação caótica. Referi-me à Santa Casa de Misericórdia.

V. Ex^a fez um aparte, inúmeros Senadores, Senador Papaléo, Senador Mozarildo, Senador Tião Viana, todos médicos formados pela Universidade Federal do Pará que usaram a Santa Casa de Misericórdia como hospital de apoio à Universidade, que ficava em frente à Faculdade de Medicina naquela altura. Ela disse àquela época e eu repito hoje: no Governo petista é um exemplo de descaso. Principalmente porque, como eu disse, era um hospital de referência no atendimento materno-infantil. Hoje o que se vê é o mais absoluto descalabro.

Os jornais – eu não gostaria nem de mostrar essa foto, Senador Mão Santa – mostram um recém-nascido com a seguinte manchete: “Falta de leite deixa 17 bebês sem UTI na Santa Casa”.

Essa é a mídia do Estado do Pará. Lamentavelmente, essa foto foi publicada no dia 7 de abril, eu fiz esse pronunciamento há mais de um mês aqui da tribuna, e, no dia 29 de abril, hoje, os jornais anunciam o seguinte:

Um inquérito foi aberto na seccional da cremação para apurar negligência no atendimento do bebê Jolele Vitória Souza dos Santos, de 29 dias, que morreu sem atendimento depois de passar por três hospitais públicos; os dois pronto-socorros de Belém e a Santa Casa de Misericórdia.

Sabe por que ela não foi atendida na Santa Casa de Misericórdia, Senador Mão Santa? Sabe por quê? A Santa Casa de Misericórdia, como eu disse, que é referência neonatal no Pará, e onde nasceu o bebê prematuro, recusou-se a fazer o atendimento sob o argumento de que só é responsável pelos recém-nascidos no hospital até 28 dias após o nascimento. Essa criança tinha 29 dias e não foi atendida. Lamentavelmente, foi a óbito.

Essa é a situação da saúde no meu Estado. A falta de bom senso ceifou a vida de um inocente. Cadê a responsabilidade e a sensibilidade da governadora?

A verdade é que, cercada pelo crime, a população paraense vive um clima de terror diante de tanta insegurança. Aí nós vamos para o terceiro mal que aflige o Pará nesse governo petista, que é a violência.

O jornal **O Liberal** de domingo, 27.04.2008, estampa as seguintes manchetes: “*Onda de violência assusta paraense*”; “*Vítima passa a ter medo da própria sombra*”. Esse é um mapa da violência em Belém, onde as pessoas não podem mais transitar livremente com medo de não voltarem sãs e salvas para seus lares.

(*Interrupção de som.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O tempo já se foi, Senador Flexa Ribeiro. Vou dar-lhe cinco minutos pelo Piauí, que parou, e pelo Pará, que piorou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já conluo.

A manchete do jornal de hoje sobre a violência é “Uma morte a cada cinco horas” no Pará.

Para agravar a situação de insegurança, a Polícia Civil anuncia paralisação para amanhã, dia 30.04.08, quando todos os 550 delegados prometem cruzar os braços por um dia, como advertência para a política salarial injusta praticada pela Governadora.

Além da Polícia Civil, Presidente Mão Santa, Senador Nery, os professores já estão em greve há seis dias. Então, hoje a educação também está um caos, porque o Sintep não tem diálogo com o Governo petista, que defendia o diálogo para discutir o reajustamento dos salários.

Então, a saúde está um caos, a educação está em greve, e a Polícia, em greve.

E o que faz a Governadora? Nomeou 1.242 assessores, Senador Nery, 1.242 assessores, que, se comparecessem ao trabalho, não encontrariam espaço suficiente.

Quando o ex-Governador Simão Jatene chegou a nomear 700 assessores, a então Senadora Ana Júlia veio à tribuna denunciar os assessores do governo do PSDB – e ela já quase dobrou o número de assessores do Governo anterior.

Além disso, deu um aumento para os ocupantes de cargos DAS-6, que passaram a perceber R\$7,8 mil, ferindo o Regime Jurídico Único, por deixar de contemplar os demais cargos da pirâmide comissionada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lamentável dizer que, em pouco tempo, a Governadora Ana Júlia conseguiu abater aquilo que foi reconstruído, Senador Heráclito Fortes, durante doze anos, que foi a auto-estima dos paraenses.

Em 14 meses, a Governadora conseguiu destruir a auto-estima dos paraenses, construída em 12 anos.

Andando pelo Estado do Pará – e concluindo –, ouvimos, Senador Nery, em todos os Municípios, o povo se referindo à Governadora Ana Júlia como Governadora Ana “Judas”, com referência àquele que traiu Cristo. Isso porque a Governadora traiu o povo do Pará, quando fez as suas promessas na campanha eleitoral, não cumprindo nenhuma delas em 14, 15 meses de governo.

Espero e torço para que a Governadora tenha realmente condições de reestruturar o seu governo, redirecionar as suas ações, a fim de que possa atender os 7,5 milhões de paraenses que necessitam de apoio em todas essas áreas fundamentais para a qualidade de vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Líder Flexa Ribeiro, do Estado do Pará, convidamos para usar da palavra, também do Estado do Pará, o Senador José Nery, do PSOL.

Ao tempo, quero cumprimentá-lo pelo brilhante programa desse Partido Socialismo e Liberdade, que tem como presidente a extraordinária mulher, líder brasileira, Heloisa Helena. Fiquei, como o povo brasileiro, entusiasmado pela liderança firme e pura de Heloisa Helena.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de falar sobre o assunto que me traz à tribuna neste momento, aproveito as referências feitas por V. Ex^a em relação ao programa do Partido Socialismo e Liberdade, veiculado ontem em cadeia nacional de rádio e televisão.

Mais uma vez, apresentamos e discutimos com o País os grandes problemas que afligem o nosso povo, bem como apresentamos idéias e sugestões que devem fazer parte de um verdadeiro programa de mudanças para melhorar as condições do nosso País e construir, assim, uma sociedade onde prevaleçam os interesses da maioria, e não os interesses de uma minoria, como muitas vezes tenho observado nessa nossa triste realidade nacional.

No momento em que o PSOL divulga suas idéias, também a nossa Presidente faz um chamado especial a uma participação consciente e cidadã no processo das eleições municipais de 2008, em que os 5.564 Municípios brasileiros vão escolher os seus novos dirigentes: prefeitos, prefeitas, vice-prefeitos, vice-prefeitas, vereadores e vereadoras.

Portanto, agradeço a menção que faz V. Ex^a ao programa do Partido Socialismo e Liberdade levado ao ar no dia de ontem.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, nas últimas semanas as atenções mundiais se voltaram para a crise dos alimentos.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senador José Nery...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – O Relator da ONU para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, qualificou a crise de verdadeira tragédia e apontou como causas prováveis da alta dos preços dos produtos alimentícios a transformação de alimentos em biocombustíveis e a especulação financeira.

Concedo o aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Eu pedi o aparte no início para não atrapalhar o seu discurso, porque a minha fala não tem, de fato, qualquer relação com o que V. Ex^a começou a falar. Quero apenas dar uma satisfação a V. Ex^a. Transmito o seu recado aos Bispos do Marajó. Estive em seu Estado, como é do seu conhecimento. Fui ao Marajó me encontrar com o Bispo ameaçado de morte por denunciar o tráfico de pessoas, mulheres e crianças, o abuso sexual contra crianças e pedofilia. Estive com ele um dia inteiro, e as referências dele a V. Ex^a são as mais elogiosas em relação a sua luta em favor das minorias e no combate a esses desencontros. Estou estupefocado, pois tomei conhecimento de uma coisa que achei que não era verdade: que, infelizmente, aquela área não tem monitoramento do Sivam, e deveria ter. Mas fui levar a ele a nossa solidariedade, Senador Nery – e falei o seu nome –, e dizer do poder de que a CPI dispõe, tomando posse das denúncias dele para poder fazer valer algo que ele já vem denunciando há dois anos, no Ministério da Justiça, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e de que esta CPI tomou conhecimento. Há uma coisa muito grave realmente nas denúncias do Bispo. É preciso que todos nós nos fortaleçamos. Estive com a Governadora no momento seguinte. Eu vou voltar ao seu Estado e gostaria de convidá-lo, então, publicamente, neste plenário, para que esteja conosco numa reunião junto com a Governadora e os bispos, para que sejam colocadas em cima da mesa todas as denúncias feitas, e como nós podemos caminhar, a fim de punir aqueles envolvidos com essas ameaças e crimes que foram denunciados pelos bispos. Por isso eu fiz questão – e V. Ex^a me perdoe –, de fazer essa referência, até porque me comuniquei com V. Ex^a, pedindo autorização para entrar no Pará.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Senador Magno Malta, eu agradeço o aparte e as ponderações de V. Ex^a. Realmente, lamentei não poder, ao final, acompanhá-lo na visita que fez, em nome da CPI, ao Bispo Dom Azcona, no Marajó. Efetivamente, há razão de

sobra para a indignação que tomou conta da CNBB, que publicou uma nota durante a sua conferência nacional, denunciando a violência a que estão submetidas dezenas de milhares de crianças em nosso Estado, vítimas do abandono das políticas públicas, e todo um conjunto de situações que tem levado a perda da dignidade por essas crianças.

Portanto, a solidariedade que o senhor levou em nome, com certeza, do Senado brasileiro, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que o senhor preside. Diante da gravidade daquela situação, precisamos cobrar e ter a garantia de que ações efetivas serão realizadas não somente do ponto de vista da repressão e punição dos crimes denunciados, mas, também, da busca de um conjunto de alternativas econômicas e sociais para livrar aquela população do Marajó da pobreza, da miséria, da falta de condições de sobreviver com dignidade.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senador Nery, fiquei impressionado que cinco ou seis pessoas tocam um terror tão grande numa região tão imensa. Os criminosos são audaciosos, palavra que o Senador Mão Santa gosta de falar. Eles são audaciosos. Se os homens do bem tivessem a audácia dos homens do mal, a sociedade seria outra. Eles são audaciosos. Cinco ou seis pessoas tocam um terror tremendo, subjagam pessoas e as fazem cometer crimes por conta da força da imposição do terror. Mas fiquei feliz, também, por ter recebido da Governadora um programa pronto para ser implantado no Marajó. É importante que compartilhem com os bispos, com os religiosos de maneira geral, quer católicos, quer evangélicos, que estão na base, perto do povo, discutindo com as comunidades de base, que é a formação de V. Ex^a e da própria Governadora, que vieram dos movimentos populares, que, sem dúvida alguma, é a base de vocês, tem de ser mais fortalecida mesmo. Esse é um programa que a mim deixou satisfeito e não pode ser implantado sem a presença desses religiosos, sem que façam parte dele. V. Ex^a prossiga o seu discurso. Desculpe-me tê-lo cortado e ter feito esse debate. Mas eu precisava realmente falar isso para o País e com V. Ex^a na tribuna, que é parte daquele povo, e, sem dúvida alguma, a minha palavra tem mais valor e maior veracidade. Encerro dizendo o seguinte: a Polícia Federal começou a abrir os álbuns que nós quebramos do Google e do Orkut – três mil e duzentos. O pouquinho que já foi aberto... Senador Nery, eu quero dizer algo para o senhor, como pai de família, e eu sou pai de família. Eu estou vindo de lá agora. Eu saí da sala com vontade de vomitar com o que eu acabei de ver, do pouco que já começou a se abrir desse material que o Google entregou, a quebra dos Orkuts, a desgraça imposta a crianças. É preciso

que nós tomemos providência muito rápido, muito ligeira, com coração e sentimento paterno de quem tem sentimento humano.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Magno Malta. Convidado por V. Ex^a para participar da reunião com os bispos e a Governadora Ana Júlia, para tratar das graves questões que afetam a população no Marajó, não só a questão da violência contra a criança e o adolescente, que é um dos aspectos mais graves desta realidade, tenho toda a vontade, a possibilidade de participar, até porque se o Senador Flexa Ribeiro tivesse me concedido um aparte há pouco, eu teria também me somado. Faço-o agora, para lamentar o fato de que a Governadora tenha se negado a receber Dom Luiz Azcona, quando, na verdade, ele pretendia levar essas questões e cobrar do Estado uma posição definitiva sobre esses fatos. E, ao fazer a crítica, Dom Azcona não se referia exatamente só aos fatos recentes. Verdade seja dita, os bispos do Marajó têm denunciado, ao longo do tempo, sendo que, durante os últimos dez anos, de forma insistente. Portanto, não é uma crítica...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senador Mão Santa, fui eu que...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Solicito ao Senador Mão Santa condescendência, porque o Senador Magno Malta abordou uma questão muito importante, tem relevância para o nosso Estado e para o nosso País. Mas V. Ex^a e todos que estão nos assistindo não de convir que o pronunciamento que estou fazendo, tendo iniciado apenas o primeiro parágrafo, que trata da crise mundial de alimentos e as conseqüências sobre o nosso País, acabou...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Eu estou lhe passando os meus dez minutos de Liderança, com a complacência do Presidente, que é complacente mesmo. Depois, vou até presidir a sessão para ele fazer seu discurso, e vou dar uns 45 minutos a uma hora para ele fazer o discurso. Pode fazer outro, então. Quero dizer, Senador Flexa...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Senador Nery.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Quero dizer que senti boa vontade da Governadora. Dei uma coletiva junto com ela, falamos à imprensa. Ela falou ao povo do seu Estado da disposição de estar com os bispos, até porque ela não dispõe daquelas denúncias, que não chegaram a suas mãos. Ela precisa dessas denúncias, elas estão aqui. Eu fico triste, porque estão no Ministério da Justiça há dois anos e ninguém toma providências. A única diferença do seu Estado para o

meu foi a coragem da denúncia. Para mim, se existe crime hediondo, a pedofilia é o crime mais hediondo. No meu Estado, agora, no sábado, foi preso um pedófilo no Município de Fundão, um Município pequenininho, Senador Renato Casagrande. Um pedófilo com um computador repleto de lama, de indignidade, de lágrima, de choro contra a criança. Ali, num Estado pequenininho. Então, está cheio de pedófilo precisando de punição, precisando ser descoberto. A diferença é esta coragem de fazer a denúncia.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Senador Magno Malta, coragem também que é parte da ação dos conselheiros tutelares do Pará. Inclusive, encaminhei a V. Ex^a, no dia de hoje, uma denúncia do Conselho Tutelar de Canaã dos Carajás, no sul do Pará, em que relatam graves fatos que não foram nem investigados nem tratados pela polícia civil do Município.

Estou encaminhando a V. Ex^a e espero toda atenção. Vamos investigar os fatos e, se possível, convidar, chamar as pessoas envolvidas em vários casos de pedofilia segundo avaliação e denúncia enviada pelo Conselho Tutelar de Canaã dos Carajás, no Estado do Pará.

Eu queria, agora...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Vou receber e vou dar celeridade. V. Ex^a tem os meus 10 minutos pela Liderança do meu Partido além dos 10 minutos de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Permita-me interromper V. Ex^a, para anunciar que há um convênio do Senado com o Clube do Choro, musical, e que eles convidam os que quiserem a assistir um espetáculo que ocorrerá no Salão Negro.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, prossigo, então, tratando aqui do tema principal do nosso pronunciamento no dia de hoje, relativo à crise mundial dos alimentos e, efetivamente, das conseqüências sobre nosso País; uma questão tão vital e tão importante para a humanidade que convive hoje com a falta de alimentos provocando crises e reações populares, lutas e confrontos em várias partes do mundo.

Segundo dados da FAO – Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, no último ano, o preço dos cereais – especialmente o trigo – aumentou 130%; o do arroz, 74%; o da soja, 87%, e o do milho, 53%.

Uma família européia destina de 10% a 12% do seu orçamento à alimentação. No mundo em desenvolvimento, onde 2,2 bilhões de pessoas vivem em extrema pobreza, segundo o Banco Mundial, a proporção é de 85% a 90% da renda gasta com alimentos.

Para o professor da Universidade da Califórnia e membro da Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia, Miguel Altieri, “a humanidade está tomando consciência rapidamente de que o modelo industrial capitalista de agricultura dependente de petróleo não mais funciona para suprir os alimentos necessários”. Isso se deve ao fato de que os preços inflacionários do petróleo aumentam os custos de produção e os preços dos alimentos subiram a tal ponto que um dólar compra 30% menos alimento do que há um ano. Para o professor, essas pressões estão desencadeando uma crise sem precedentes no sistema alimentar global, que já começa a se manifestar em protestos por escassez de alimentos em muitos países da África e da Ásia. De fato, há 33 países à beira da instabilidade social devido à falta e ao preço dos alimentos.

Contrariando o senso comum da grande imprensa, o professor titular de Geografia Agrária da USP e diretor da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária) Ariovaldo Umbelino é categórico: existem dois processos monopolistas que comandam a produção agrícola mundial.

De um lado, está a territorialização dos monopólios, que atuam simultaneamente no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. O principal exemplo é o setor sucroalcooleiro.

De outro lado, está a monopolização do território pelas empresas de comercialização e processamento industrial da produção agropecuária, que, sem produzir absolutamente nada no campo, controlam, por meio de mecanismos de sujeição, camponeses e capitalistas produtores do campo.

Concordo com seus argumentos. Considero que a atual crise dos alimentos tem dois fundamentos: a alta dos preços internacionais do petróleo e, conseqüentemente, a elevação dos custos dos fertilizantes e agrotóxicos; e é conseqüência do aumento do consumo, mas não do consumo direto como alimento, como quer fazer crer o Governo brasileiro, mas, isso sim, daquele decorrente da opção dos Estados Unidos pela produção do etanol a partir do milho.

E o Brasil? A questão dos agrocombustíveis e a produção de alimentos refletem diretamente no campo brasileiro. A área plantada de cana-de-açúcar na última safra chegou perto de 7 milhões de hectares e, em São Paulo, onde se concentra mais de 50% do total, já ocupa a quase totalidade dos solos mais férteis existentes.

Os dados do IBGE, entre 1990 e 2006, revelam a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar, que cresceu, nesse período, mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verifica-se que, neles, ocorreu a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil hectares de arroz.

Para o professor Ariovaldo Umbelino “essa área reduzida poderia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional e um milhão de toneladas de arroz, o que equivale a 9% do total do País”.

Vale lembrar que a produção dos três alimentos básicos no país – arroz, feijão e mandioca – também não cresce desde os anos 90, e o Brasil se tornou o maior país importador de trigo no mundo.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, corremos o risco da previsão de Frei Betto acontecer: vamos alimentar carros e desnutrir pessoas. Há 800 milhões de veículos automotores no mundo. O mesmo número de pessoas sobrevive em desnutrição crônica. O que inquieta é que nenhum dos governos entusiasmados com os agrocombustíveis questiona o modelo de transporte individual, como se os lucros da indústria automobilística fossem intocáveis.

A desnutrição ameaça, hoje, 52,4 milhões de latino-americanos e caribenhos, 10% da população do Continente. Com a expansão das áreas de cultivo...

(Interrupção do som)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ...voltadas à produção de etanol, corre-se o risco do biocombustível se transformar no que ele denomina de necrocombustível, ou seja, predador de vidas humanas.

Precisamos de um paradigma alternativo de desenvolvimento agrícola que propicie formas de agricultura ecológica, sustentável e socialmente justa. Redesenhar o sistema alimentar para formas mais eqüitativas e viáveis para agricultores e consumidores vai requerer mudanças radicais nas forças políticas e econômicas que determinam o que vai ser produzido, como, onde e para quem.

Precisamos de outra política econômica, que não permita que especuladores e rentistas fiquem com o principal dos recursos produzidos pelos brasileiros.

Finalizo esse pronunciamento, Sr. Presidente, repetindo o alerta do Frei Betto:

Antes de transformar o País num imenso canavial e sonhar com a energia atômica, deveria priorizar fontes de energia alternativa abundantes no Brasil, como hidráulica, solar e eólica. E cuidar de alimentar os sofridos

famintos, antes de enriquecer os 'heróicos usineiros.

Além de empresários e principalmente esses que hoje se deleitam com o agronegócio brasileiro, que tem a sua importância, do ponto de vista econômico, para exportação e, sem dúvida, contribuir com a balança comercial do País, mas a verdade é que o direito à alimentação não pode ser superior ao direito ao lucro e à acumulação capitalista. É a nossa mensagem e a nossa visão, Sr. Presidente.

Diante da gravidade deste assunto, estou propondo, por meio de requerimento na Comissão de Agricultura no Senado, a realização de uma audiência pública convidando as autoridades e organismos internacionais, bem como a representação de trabalhadores, para uma audiência pública onde a crise dos alimentos e as suas repercussões e conseqüências no País sejam analisadas e possamos assim nos adiantar sugerindo e construindo um conjunto de medidas que contribuam para que os efeitos da crise em nosso País sejam, senão eliminados, pelo menos minimizados.

Isso é o que pretendemos fazer, Sr. Presidente, com a discussão que queremos realizar no âmbito da Comissão de Agricultura no Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concretizando a história da humanidade, ela sempre se preocupou com a carência de alimentos e as epidemias. Atentai bem. Essa é uma preocupação na história da humanidade.

Convidamos para usar da palavra o Líder do PSB, Renato Casagrande, que representa o Estado do Espírito Santo e o faz muito bem. Lembro a V. Ex^a a sua sugestão de dez minutos, e dez é a nota que V. Ex^a merece como Senador da República.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo seu carinho com relação ao nosso mandato no Senado da República. Tenho me pronunciado ultimamente, tenho tido a sorte e a coincidência de tê-lo como Presidente nesses últimos dias na Casa.

Sr. Presidente, tenho tratado de um assunto com muita freqüência. Tratei na semana passada e estou tratando hoje de novo, que é a questão das telecomunicações. Vou tratar de novo porque nós tivemos a compra da Brasil Telecom pela Oi no final da semana passada, uma operação que envolveu US\$12 bilhões. E é fundamental que a gente faça uma reflexão sobre ela.

Os desdobramentos de dois movimentos significativos ocorridos no cenário nacional nos últimos dias nos motivaram a esta intervenção de hoje.

O primeiro, um evento meritório, essencial e democrático trata do acordo entre o Governo Federal e empresas de telefonia fixa para levar, até 2010, Internet banda larga à sede dos municípios brasileiros e a algumas outras cidades ou vilas e às escolas públicas do nosso país.

O acordo estabelece ainda que as mais de 56 mil escolas públicas localizadas em zonas urbanas do país tenham acesso à Internet banda larga gratuita por 18 anos. A medida significa que mais de 37,1 milhões de alunos, 85% do total matriculados em escolas públicas, terão acesso ao serviço.

Outro movimento ao qual me refiro é a compra da Brasil Telecom pela Oi. A transação foi fechada na semana passada e, de acordo com os noticiários dos últimos dias, não há dúvidas de que está selado o negócio.

O tema, todavia, ainda causa polêmica, por conta da sua grandiosidade em cifras, da ordem de 12 bilhões de reais, e não de dólares, no envolvimento do BNDES, além de pendências legais. Os motivos da fusão, no entanto, que são de ganhar escala, criar uma empresa nacional de porte mundial são também meritórios e mostram um senso de oportunidade bem razoável.

O fato é que a empresa que surgirá dessa fusão terá musculatura suficiente para se tornar um *player* de respeito nesse mercado constituído em todo mundo por gigantes. Não há nenhum país, nenhuma região, nenhum continente em que não haja gigantes atuando nessa área de telecomunicações. Por que então as resistências e críticas de setores da sociedade e do empresariado a ambos os movimentos? Qual a razão dessas críticas? Por que aspectos positivos como o anúncio do programa Nacional de Banda Larga foram eclipsados, apagados pela crítica de parte do empresariado, constituído inclusive por empresas de telecomunicações, além de provedores de Internet? Por que até a principal empresa de telefonia fixa de longa distância vê com reserva a fusão em um mercado que não é o seu?

Respostas às indagações são, entre outras, as seguintes – são eventos meritórios, mas que recebem críticas; por que críticas?

Primeiro, o modelo de telecomunicações, Sr^{as} e Srs. Senadores, no Brasil está incompleto, ou seja, não regulamentado, apesar das exigências contidas na Lei Geral das Telecomunicações e no Decreto nº 4.733/2003. Falta regulamentação.

O que está faltando? Falta a principal medida para garantir a concorrência do setor de telefonia fixa e a queda dos preços aos usuários, que é a desagregação das redes, ou seja, a separação do que é infra-estrutura

e do que é serviço de telecomunicações, utilizando-se dessa rede. Essa medida aguarda regulamentação, há uma década, nos escaninhos da Anatel.

Hoje, sob o mesmo nome Oi ou Telefônica, tem-se telefonia fixa, telefonia de longa distância, serviços de provimento de acesso à Internet, celular, TV por assinatura, e por aí vai. Creio que fica claro que não há vantagem ao consumidor quando os serviços são oferecidos assim, digamos, de forma embolada, confusa, e por um mesmo grupo econômico, sem concorrência.

Outra razão, outro ponto que precisa de regulamentação é que a dinâmica do setor sem a desagregação da rede – com serviços executados por empresas agrupadas, sem clareza de preço de insumos e tarifas, já que são serviços públicos ou privados -, que seja disponível isonomicamente ao mercado, aprofunda a dominância das teles fixas em área de concessão.

Outro problema é que a extensão da banda larga a cargo das teles para todos os Municípios abriu o mercado em troca de investimentos que elas seriam obrigadas a fazer. O que as teles fizeram para levar a banda larga aos Municípios menores e às escolas? As teles teriam de gastar perto de R\$1 bilhão para instalar 8.461 Postos de Serviços Telefônicos, os PST's, como parte da meta da universalização, uma exigência da Lei Geral de Telecomunicações. Agora, elas gastarão os mesmos valores, mas ganharão um belo mercado, mercado que elas nunca tiveram interesse em explorar, diga-se de passagem, pela alta relação custo/benefício.

Por último, a concentração de 97% da área física de cobertura do País nas mãos da Brasil Telecom/Oi – será a mesma empresa – em estrutura oligopolista, monopolista por região, só aprofundaria essas características e diminuiria o poder de fogo dos prestadores de serviços, que dependem dos insumos que elas oferecem para poder atuar, e de todos nós consumidores.

Infrações às leis e abuso do poder econômico do mesmo tipo que estão sendo praticados no Brasil fizeram com que a Comissão Européia multasse a Telefônica da Espanha em 152 milhões de euros e, neste ano, a Deutsche Telekom, em 12 milhões de euros. A justificativa dada pela Comissão Européia para a multa parece até reclamação dos compradores de serviços brasileiros: “abusou de sua posição de domínio”. Essa é a justificativa da multa, das penalidades aplicadas na Alemanha e na Espanha.

Uma forma que o Governo brasileiro poderia adotar para aumentar a concorrência e forçar a queda dos preços e o aumento da qualidade seria utilizar estruturas de redes de empresas públicas como Pe-

trobras, Eletronorte, Furnas, entre outras, e a principal: a Eletronet, a grande rede de transmissão de dados, de 19 mil quilômetros de extensão, da Eletrobrás, que chega a mais de dois mil Municípios. Essas redes poderiam ser disponibilizadas a preços justos para os interessados. Isso quebraria o monopólio regional das teles fixas, que, além de já serem concessionárias da quase totalidade dos recursos da rede pública, foram incentivadas pelo Governo a aumentar o monopólio com a oferta de banda larga em cada um dos Municípios brasileiros.

Portanto, proponho que esta Casa se envolva decisivamente nesta discussão, para que possamos exigir do Governo e da agência reguladora, a Anatel, a imediata e urgente regulamentação da Lei Geral das Telecomunicações e do Decreto 4.733, de 2003, nos aspectos que afetam a concorrência e a isonomia de tratamento.

Aproveito a oportunidade, ao encerrar esta parte do pronunciamento, para reiterar que já formulei convite ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa, e também ao Presidente da Anatel para que venham ao Senado dialogar com todos os Pares e tirar dúvidas sobre algumas questões, sobretudo a respeito de uma que me inquieta: o que o consumidor, o que o cidadão ganha com esse negócio milionário?

Além de tudo, é preciso que as nossas leis em vigor sejam respeitadas para que a sociedade possa ter acesso livre e farto aos recursos por que ela tanto lutou para pagar: a grande malha de telecomunicações brasileiras, que foi cedida, em regime de concessão, às empresas de telefonia fixa em operação no Brasil.

Esse, Sr. Presidente, é o recado.

Quero encerrar, fazendo só um registro. Amanhã me pronunciarei com mais detalhe.

Fiz também um pronunciamento, semana passada, sobre os altos **spreads** bancários e as tarifas bancárias. Amanhã entra em vigor uma norma regulamentando as tarifas bancárias, e ontem foi anunciado o lucro do Bradesco no primeiro trimestre – já vou encerrar, Presidente; não preciso desse tempo todo que o senhor me deu, não – de 2008. Sabe de quanto foi, Sr. Presidente, o lucro do Bradesco no primeiro trimestre de 2008? Dois bilhões e cento e dois milhões, em três meses de atuação do Bradesco. Dois bilhões e cento e dois milhões!

É lógico que toda empresa privada tem que ter lucro, mas os altos **spreads** bancários e as tarifas cobradas pelas instituições...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu só queria uma comparação: esse seria o dinheiro da Emenda nº 29, em um ano, R\$5 milhões – a metade...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Metade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A metade daquilo...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Então, de lucro para um banco.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...que o País não pode dar para a saúde de 170 milhões de brasileiros.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Então, nós não podemos concordar com aquilo que os empresários do setor falam, que precisam cobrar altos *spreads* bancários – que é a diferença entre a taxa Selic e o valor de juro cobrado de quem vai ao banco tomar um empréstimo –, porque há inadimplência. Não é verdade. A inadimplência no Brasil se mantém estável: é de 6,4%. As operações estão aumentando, o financiamento está aumentando.

Então, não há justificativa para se manter esse **spread**. Não há risco neste País para se manter esse alto *spread* bancário que nós temos. Não há risco neste País para se cobrar uma alta taxa de tarifas bancárias como nós estamos tendo do Sistema Financeiro Nacional.

Esse tipo e esse volume de lucro é abusivo. É abusivo! É fundamental que os bancos públicos possam puxar isso para baixo. Que tenhamos um mínimo de concorrência, porque, de fato, esse tipo de comportamento, de lucratividade abusiva onera o trabalhador que precisa ter uma conta em banco, que precisa tomar um empréstimo. A economia brasileira está estável, não necessita cobrar tanto do consumidor e do correntista, argumentando-se risco nos empréstimos, nas operações feitas.

Falarei mais sobre isso. Mas, como amanhã vai começar um controle, eu queria deixar registrado que é importante que esta Casa acompanhe esse tema. Deixo registrado, então, essa parte com relação às tarifas bancárias e à lucratividade do Banco Bradesco que foi anunciada ontem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Líder do PSB, Senador Renato Casagrande, ouviremos o Líder do PCdoB. O Senador Inácio Arruda representa o Estado do Ceará.

V. Ex^a pode usar a palavra pelo tempo que achar conveniente, principalmente porque a minha sensibilidade é grande e há razões que a própria razão não explica: é o coração. Tenho muita simpatia pelo Partido de V. Ex^a e pelas Lideranças do seu Partido no Estado do Piauí.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Além desses fatores todos, estamos ligados ali, na Parnaíba, a Bitupitá, àquelas ilhas todas que existem ali. Além dessa ligação litorânea, temos a ligação do Parnaíba direto com a serra da Joanina, lá nas regiões de Crateús e Quiterianópolis, que vai formar o rio Poty.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E nós permutamos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Muita gente fala isso. E é importante saber por que a capital não é no litoral. Saraiva era um baiano inteligentíssimo. E ele, com 20 e poucos anos, já era interventor em Sergipe, chegou ao Piauí, mudou a capital. Aí indagam: por que Saraiva não a colocou no litoral? O litoral não era nosso; o litoral era do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, ele cravou Mesopotâmia e fez a primeira capital planejada do País.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Planejada. É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – No meio das terras, no meio da área do Piauí, como Brasília foi, depois, construída pela inspiração...

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Então, nós estamos ligados pelo litoral e pelo sertão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É. Aí, nós cedemos a vocês Crateús.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Crateús.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – De valorosa gente cearense.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Toda aquela região: Novo Oriente, Crateús. E o Piauí ficou com o Delta do Parnaíba, aquela coisa belíssima. Há muitas ilhas. Eu citei Bitupitá porque V. Ex^a conhece muito bem aquela região.

Mas, Sr. Presidente, é recorrente o tema, nesta Casa e, principalmente, no dia de hoje, porque já foi abordado pelo ex-Presidente da República e atual Senador pelo Estado de Alagoas, Collor de Mello, o tema da situação política na América do Sul e a particularidade do caso da Bolívia.

Solicito a V. Ex^a, de início, que a gente possa receber, nos Anais do Senado, um importante artigo publicado há pouco pelo sociólogo Emir Sader, que trata desse episódio da Bolívia. Ele dá as tinturas, as letras para examinarmos o que ocorre nesse nosso País vizinho. E eu quero fazer uma relação. Primeiro,

o que vai ocorrer no domingo, em Santa Cruz de La Sierra, é um ato de separatismo. Porque poderíamos examinar uma situação especialíssima em que um povo organizado há mil, dois mil anos, como é o caso dos palestinos, dos curdos e de algumas minorias que percorrem o mundo, pede para ter o seu território, ter o seu Estado, ter o seu País. Os judeus viveram essa saga. Tiveram lá. Está lá o seu Estado. Mesmo criado em cima da Nação palestina, está lá o Estado de Israel. Os palestinos pleiteiam também o seu Estado, a sua Nação, o seu País. Os curdos pleiteiam a sua Nação.

Mas, Sr. Presidente, esse não é o caso da Bolívia. O caso da Bolívia é o contrário. Se formos examinar do ponto de vista mais profundo, os proprietários do País, os donos do País são outros, são as grandes Nações que ali estão, de nativos daquela terra, alguns dos quais se miscigenaram com os brancos, espanhóis especialmente. Esses são os verdadeiros donos da Bolívia. Esses lutam há décadas – podemos dizer há séculos –, para reaver parte do seu País para o seu povo, para essas Nações nativas. E os silvícolas nativos ficaram conhecidos entre nós como índios, porque os portugueses e os europeus da Península Ibérica queriam chegar à Índia, então, na sua ignorância, chamaram os nativos de índios. Esses nativos, as suas tribos, as suas nações, principalmente os grandes impérios – Inca, Asteca e Maia –, esse povo boliviano tem como nação ancestral a nação incaica. É daí que eles vêm. Faziam parte dessa grande nação.

Incas nos Andes; Astecas no México; os Maias na América Central, já entrando um pouco por onde hoje é a Venezuela. Eram grandes nações e grandes civilizações; foram massacradas e destruídas. Esses são remanescentes desses povos. E, depois de um esforço gigantesco, um deles passa a fazer política, estrutura-se, cria organizações partidárias, disputa as eleições e, em um movimento fortíssimo do seu povo, ganha pelo voto do povo. Não foi um golpe, não foi uma insurreição armada; foi pelos métodos que o próprio Ocidente estabeleceu como a grande regra do processo democrático. Foi aí que Evo ganhou a eleição. Ganhou a eleição e busca reordenar o seu País, para poder melhorar a vida do seu povo, que vive, mesmo em cima de grandes riquezas, na miséria. Esse é o problema da Bolívia.

E uma parte do País, Santa Cruz de La Sierra, situada onde se localizam as principais reservas de gás, de petróleo, e, digamos assim, a elite conservadora, a elite de direita boliviana, especialmente branca, que diz: “Não, nós não aceitamos esse índio. Nós não aceitamos ser governados por povos que, até agora, eram povos subalternos, que viviam sob o domínio dessa meia dúzia de bolivianos”.

Quando Evo chega ao poder: “queremos que os nossos nativos sejam respeitados, que sejam tratados como seres humanos, que melhorem a sua qualidade de vida e que todos os outros, descendentes dos espanhóis que ocuparam nossos territórios, sejam tratados também como iguais. Não queremos separação de raça, não queremos um racismo na Bolívia, não queremos que se mantenha esse tipo de política”.

Sr. Presidente, esses dirigentes da elite branca, do grande empresariado daquela região de Santa Cruz de La Sierra, resolvem, então, fazer um referendo por cima do País. Não é um referendo de uma etnia, de um povo, etc. Não. É uma espécie de um golpe através de um referendo. É isso que se tenta fazer na Bolívia.

Sr. Presidente, considero essa atitude inaceitável. O Brasil, com a sua cautela, com a sua tranqüilidade, com a política que é feita pelo Itamaraty, deve interferir, no sentido positivo, é claro. Não queremos uma guerra civil na nossa fronteira; não queremos um atrito de grande monta na nossa fronteira. Mas o Brasil precisa dizer com todas as letras: a quem interessa esse referendo? Não por acaso, Senador Mão Santa, Senador José Nery, os que promovem o referendo têm o apoio da embaixada norte-americana em La Paz. Não por acaso! Não é um acidente! Não é um raio partindo do céu azul! Não é nada disso! É uma atitude, aí sim, essa, de intervenção nos assuntos internos daquela Nação.

Por que essa onda na América do Sul? Por que a América do Sul foi varrida por esse sentimento dos seus povos de que precisa se auto-afirmar no cenário político internacional? Por que as eleições têm sido ganhas sucessivamente por setores mais progressistas, do campo da esquerda, do campo popular, do campo democrático? É por isso? Quer se criar uma cizânia na América do Sul para, talvez, a quarta frota americana, que acaba de ressurgir – estava amortecida em algum lugar e acaba de ressurgir –, para que os submarinos e os porta-aviões passem a varrer os mares do Atlântico e do Pacífico na costa da América do Sul? É para isso que se quer essa cizânia na Bolívia? Considero, Sr. Presidente, que nós deveríamos denunciar essa manobra.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Inácio Arruda, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com grande satisfação, Senador José Nery.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Inácio Arruda, primeiro desejo cumprimentar V. Ex^a pelo tema que traz neste momento, tendo em vista que a realização de um referendo para aprovar o estatuto de autonomia para a província de Santa Cruz é uma tentativa inaceitável de quem não respeita as regras

do jogo democrático, que fez um dos mais legítimos líderes da luta indígena e popular na Bolívia, o Presidente indígena Evo Morales, chegar à Presidência do País, tomando como deliberação a luta para garantir a soberania e o direito das maiorias que, historicamente, durante séculos, tem sido não só negado, mas, Senador Mão Santa, tem sido massacrado pelos sucessivos governos da elite boliviana. Portanto, hoje eles não suportam a idéia de que um indígena, de que um aliado da luta mais correta e mais justa, no sentido de fazer com que a maioria do povo boliviano seja representada e seja dirigente de um processo de mudança e de transformação que a Bolívia vem experimentando, mude a Constituição para democratizar o acesso e a participação no poder, do ponto de vista social e econômico, para garantir a soberania do povo boliviano, massacrado durante séculos. Essa mesma elite, no rico Estado de Santa Cruz, se rebela contra a Carta Constitucional discutida e votada pelo Parlamento boliviano e propõe um referendo separatista que tem como objetivo, na verdade, que aquele departamento rico possa, separado do país, inclusive porque pode contribuir com suas riquezas, com impostos para o melhor desenvolvimento do povo boliviano, ter essa riqueza só para ele, só para os ricos, brancos, da província de Santa Cruz. Associe-me à manifestação de V. Ex^a para condenar a atitude daqueles que, apoiados, inclusive, por forças externas que tanto mal têm feito à América Latina, com sua forma de intervenção autoritária e violenta, como temos presenciado diversos episódios patrocinados pelos Estados Unidos... Portanto, associe-me às suas preocupações para dizer que nós, do Partido Socialismo e Liberdade, estamos solidários com o governo popular de Evo Morales, solidários com os movimentos populares que estão se posicionando em relação ao referendo, solicitando a abstenção, na esperança de que essa atitude e principalmente a mobilização dos interesses populares consigam vencer o dinheiro, a mobilização e a campanha dos ricos de Santa Cruz, para prevalecerem os interesses não do povo boliviano. Portanto, esperamos que o povo boliviano, especialmente da província de Santa Cruz, possa cerrar fileiras para derrotar os intentos daqueles que só sabem dominar, massacrar, humilhar e violentar o direito do nosso povo, seja na Bolívia, seja em qualquer país da América Latina onde eles pensam que podem se considerar donos. Portanto, minha solidariedade ao pronunciamento de V. Ex^a e a certeza de que o povo boliviano, especialmente da província de Santa Cruz, dê a resposta adequada aos algozes que, durante longos séculos, só sabem lucrar, espoliar e maltratar o digno povo boliviano. Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Eu que agradeço as assertivas de V. Ex^a ao pronunciamento que faço no sentido de também mostrar o que importa para o Brasil. Um processo democrático e popular conduzido no Brasil tem de examinar. Não vamos fazer interferência na Bolívia, não vamos nos imiscuir nos assuntos internos da Bolívia, mas queremos uma Bolívia una, uma Bolívia só. Não queremos a divisão da Bolívia, principalmente num momento em que a Bolívia cria condições excepcionais para o seu povo poder ter o controle de sua própria Nação e exercer a sua própria soberania; soberania do seu subsolo, das suas riquezas, que são enormes, da produção agropecuária do seu país. Quando se fala em crise de alimento, eu digo: pois aqui temos um potencial, na América do Sul inteira, de produção de alimentos de toda sorte, sem prejuízo do etanol, até porque o etanol o Brasil produz há mais de trinta anos, e nunca foi problema para a produção de alimentos. Não o seria agora.

O que temos de fazer é permitir que essas nações tenham garantida a sua soberania. A Bolívia pode produzir muito alimento, mas a Bolívia não tem só alimentos; a Bolívia tem gás, a Bolívia tem petróleo, a Bolívia ainda tem um restinho de estanho que as empresas americanas deixaram por lá e que o povo conseguiu reconquistar.

Tudo isso são riquezas daquele povo, para permitir o seu desenvolvimento, o seu crescimento, para que eles possam ter acesso às escolas, para que eles possam melhorar sua saúde, para que eles possam melhorar sua renda e adquirir os bens que a ciência e a tecnologia possibilitam aos homens hoje. É para isso que queremos uma Bolívia desenvolvida, unida, forte. Ela sendo forte, fortalece a América do Sul, e não podemos aceitar que a América do Sul seja acosada pelas tropas alienígenas que se posicionam não só no Pacífico, no Atlântico, mas que têm suas bases incrustadas em nosso território.

Por isso, Sr. Presidente, considero que, mesmo sendo a política externa brasileira conduzida pelo nosso Chefe de Governo, pelo Presidente da República, que assume as duas funções no Brasil – ele é o Chefe de Governo e o Chefe de Estado –, que ela seja feita então pelo Itamaraty. Mas o Senado da República, que escolhe os embaixadores brasileiros para tudo quanto é posto neste mundo afora, deve estar atento para o que ocorre nos nossos países vizinhos, que são irmãos nossos, e com os quais devemos colaborar para que o processo democrático se consolide. A democracia é o que temos almejado no País, no nosso Brasil, e que está sendo conquistada pelo voto. Talvez esteja acontecendo na América do Sul uma espécie de insurreição pelo voto, e insurreição pelo voto parece que também

não é aceita. Não se quer aceitar. O Evo foi eleito. O povo boliviano elegeu Evo Morales. Então, não dá para admitirmos que se conteste o processo político da Bolívia, porque esse povo deseja ter soberania, deseja viver com altivez e sendo respeitado pelos seus irmãos da América do Sul e por todos no mundo.

Então, Sr. Presidente, essa é uma preocupação de quem participa da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República. Penso que devemos dar opinião, devemos ter posição, e a nossa posição, na minha opinião, do meu partido, o Partido Comunista do Brasil, pelo que tenho examinado e visto na nossa atuação no Congresso Nacional, é a de que a Bolívia é uma só, e nós não devemos aceitar nenhum tipo de separatismo na Bolívia; não devemos reconhecer esse

referendo, que é contra a constituição boliviana, contra a lei boliviana e contra os interesses daquele país. Não devemos aceitar, nem a OEA nem o Brasil, essa atitude de uma meia dúzia de pretensos donos de Santa Cruz de la Sierra. Santa Cruz de la Sierra é da Bolívia, é do seu povo e deve ser mantida dessa forma.

Essa era a questão que gostaria de levantar, nesta noite de terça-feira, no Senado da República brasileira.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Emir Sader: Bolívia é palco de racismo separatista

Para o sociólogo Emir Sader, o atual cenário político da Bolívia é fruto de uma das modalidades que o racismo assume hoje em dia. É uma "forma de tentar delimitar os territórios da raça branca, apropriando-se privadamente de riquezas que pertencem à nação e ao seu povo", diz, em texto publicado em seu blog.

Confira abaixo a íntegra:

O racismo separatista

Uma das novas modalidades que o racismo assume hoje em dia é o separatismo, forma de tentar delimitar os territórios da raça branca, apropriando-se privadamente de riquezas que pertencem à nação e ao seu povo. Nós já conhecíamos essas tentativas na forma de bairros ricos que procuram constituir-se como prefeituras próprias, para que os impostos que são obrigados a pagar por uma parte — a parte que não podem sonegar — das suas

imensas riquezas, fiquem ali, aumentando os benefícios dos seus bairros entrincheirados, dentro dos quais procuram isolar e defender — com segurança privada, é claro — suas formas privilegiadas de vida.

Um fenômeno que inicialmente caracterizou cidades como Los Angeles e Miami, que agrupam em territórios comuns ou próximos setores muito ricos da população e outros muito pobres — com freqüência imigrantes —, foi se alastrando pela América Latina, conforme os estilos de vida miamescos e californianos das burguesias e classes médias altas do continente foram se espalhando. São reiteradas as tentativas, por exemplo, de bairros da Barra da Tijuca (que já foi caracterizada como “A Miami da América do Sul”) para conseguir aprovar, por meio de referendos, a separação das suas zonas residenciais da cidade do Rio de Janeiro.

Fracassaram sistematicamente, seja porque domingos de sol dificultam o

quorum necessário para que a consulta tenha validade legal, seja porque os bairros pobres que estão em volta votam massivamente contra essas tentativas elitistas. Não há dúvida de que os moradores de bairros como Chacacão, em Caracas, e outros redutos privilegiados de cidades latino-americanas alimentam sempre esse sonho racista e separatista.

É uma postura típica do desenvolvimento desigual das nossas sociedades. Os preconceitos do sul do Brasil com respeito ao nordeste, da cidade de Buenos Aires com respeito aos “cabecitas negras” e “descamisados”, entre tantos outros, também se reproduz na Europa, e o exemplo recente disso é o enorme crescimento da Liga do Norte, partido neofascista italiano. Trata-se de uma nova expressão do preconceito do norte — tendo o progresso de cidades como Milão e outras da região — contra o sul da Itália, que é exatamente de onde vêm os trabalhadores que criam as riquezas dessa região — igual que nos casos citados do Brasil e da

Argentina. É um preconceito de raça e de classe.

É o mesmo que hoje afeta gravemente a Bolívia. As províncias da chamada Meia-Lua, com seu epicentro em Santa Cruz de la Sierra, tiveram derrotados seus governos, da ditadura de Hugo Banzer a todos os governos neoliberais que vieram depois e que concentraram como nunca a riqueza na Bolívia, acentuaram sua apropriação privada e sua desnacionalização. A queda de seu derradeiro governo, o de Sánchez de Losada – refugiado nos EUA, com demanda de extradição para a Bolívia para responder pelos assassinatos de centenas de bolivianos, na tentativa desesperada de continuar protegendo os interesses das elites de Santa Cruz e das províncias do leste do país – representou uma grande vitória do povo boliviano que, pela primeira vez em sua vida, elegeu um indígena como presidente do país. Um país no qual 62% da população se reivindica como indígena e que somente agora conseguiu eleger um

presidente que defende os interesses da maioria do país.

Mas a minoria continua dispondo de grande parte das riquezas do país e foi afetada pela nacionalização das riquezas naturais. Eles, que faziam com que a Bolívia pobre vendesse o gás a preço “solidário” para a Argentina e o Brasil, muito mais desenvolvidos, agora querem ficar com a grande fatia dos impostos que o governo de Evo Morales recuperou para o país, com a nacionalização. Querem, além disso, impedir que a reforma agrária se estenda por todo o país, buscando reservar para si o direito de dispor da concentração de terras em suas províncias, para continuar exportando soja transgênica e acumulando riquezas para eles e não para o país e o povo boliviano.

Convocaram um referendo que tentava legalizar seu separatismo racista. Racista, porque sua imprensa monopólica não esconde seus preconceitos contra os indígenas, contra Evo Morales, não deixa

de contrapor sua raça branca à da grande maioria do povo boliviano, que há séculos discriminam, oprimem, humilham. Mantiveram uma consulta que teve negado qualquer valor legal por parte da Justiça boliviana, que tem sido condenada por todo tipo de organismo internacional, pelos governos da região, pelas forças democráticas.

É uma tentativa que, não por acidente, é apoiada pelo governo dos EUA e sua embaixada em La Paz, abertamente envolvida em tentativas de espionagem e financiamento do separatismo racista. Esse bloco de forças do separatismo racista tem que ser derrotado, para que o povo da Bolívia possa seguir adiante, construindo a mais avançada Constituição do continente — de corte plurinacional, pluriétnico, pluricultural. Para que os povos originários do continente possam afirmar sua soberania, para que os recursos naturais da Bolívia sejam explorados a favor do seu povo, para que a terra produza sadamente os alimentos que a Bolívia precisa, para que o governo democrático e soberano de Evo Morales continue transformando a Bolívia em um país livre, à imagem e semelhança do seu povo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Inácio Arruda, vamos entender, e entendemos, que a democracia é uma das melhores conquistas da humanidade. Ela começou muito antes de Cristo, na Grécia, e foi se aperfeiçoando até que o grito “liberdade, igualdade e fraternidade” acabou com **l’Etat, c’est moi**, poder único e absoluto, representado e simbolizado pelo poder de Luiz XIV, o Rei Sol.

Aqui na nossa América do Sul – e V. Ex^a defende o Mercosul –, a exemplo da União Européia que enriquece os seus povos e progride, queremos dizer que o Brasil, sobretudo, tem de ter a responsabilidade do exemplo. Ao longo da História, tivemos duas grandes fugas dos princípios democráticos, uma civil, do grande estadista Getúlio Dornelles Vargas, e outra do período militar, recentemente, que nós conhecemos. Temos de dar o exemplo. Entendo eu – e entendo bem, por isso estou aqui no Senado da República presidindo – que, da mesma maneira que se tenta embebedar uma Nação para fugir da Constituição com novos mandatos que ela não prevê, da mesma maneira se tenta usurpar mandatos que vieram do povo. Então, o Brasil deve dar o seu exemplo de amor.

Daí Ulysses Guimarães, sofrido. Deus não permitiu que ele fosse Presidente da República, como não permitiu também Rui Barbosa, para dizer que nem isso é tudo; vale mais o gesto de Ulysses Guimarães ter beijado, em 5 de outubro de 1988, a nossa Constituição, dizendo que desobedecer a ela é o mesmo que rasgar a bandeira.

Isso eu já vi, e não deu certo.

Então, que o Brasil dê esse exemplo de obediência à Constituição, e que a Bolívia se enquadre, com o espírito de Simón Bolívar, republicano – governo do povo, pelo povo e para o povo, como definiu Abraham Lincoln –, porque a Bolívia foi o país que mais foi infelicitado com o golpe de todos os países da América Latina.

Assim, eu parablenizo V. Ex^a por ter advertido o nosso Governo a dar esse exemplo, as nossas relações exteriores, que são um dos pontos fortes do Governo do Presidente Luiz Inácio, a fim de que haja um entendimento no Congresso para que, com o exemplo do Brasil de obediência à Constituição, à democracia, à alternância de poder, a Bolívia pegue esses trilhos da democracia, de que ela tem descarrilado frequentemente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Antes de encerrar, em nome do Piauí, eu quero externar aqui o sentimento de pesar de um povo a que eu assisti. Sábado eu estava em Floriano. Floriano é importante cidade piauiense, em homenagem ao segundo Presidente da República, Floriano Peixoto, e é uma sociedade pujante, uma cidade intelectual, de líderes, de desenvolvimento agropecuário. Fui à missa de 7º dia de Filadelfo Freire de Castro. Um filósofo oriental, Confúcio, disse – ali está o professor Docca Lustosa, um homem que pensa muito bem – o seguinte: nos mistérios da vida, depois de nascermos e morrermos, o mais que o homem pode fazer é mudar; quando ele nasce, entra no mundo chorando, e em torno dele estão todos sorrindo; quando ele sai dessa vida, isso se inverte, ele sai sorrindo e deixa todos chorando. Eu vi a cidade de Floriano chorar por esse homem, um advogado, professor, rotariano, esportista, empresário, pecuarista, Secretário de Estado, Deputado Estadual por cinco vezes. Eu vi a solidariedade de um povo e vi um povo chorar. Abençoado por Deus, Filadelfo Freire de Castro. E eu tive o privilégio de, quando governava o Piauí, lá na igreja onde fizeram um filme sobre sua vida, colocar no peito de Filadelfo Freire de Castro a comenda maior do Estado do Piauí, a Grã-Cruz Renascença.

Portanto, queremos externar o nosso pesar e o nosso sentimento neste momento em que ocupamos a Presidência do Senado. Ele, com sua grandeza, nasceu no Maranhão, mas tornou-se filho do Piauí. Falo não só do sofrimento do Piauí, mas de todos nós políticos. Entendemos que ele era abençoado por Deus. Senador Inácio Arruda, está escrito no livro de Deus que aqueles escolhidos por Deus e abençoados têm uma longa vida, mas essa longa vida, até o fim, será no exercício da plenitude de suas atividades. Ele foi um líder. Vi chorarem tanto humildes moradores quanto os grandes. Estavam lá representados os políticos, por meio do Deputado Federal Marcelo Castro e por mim, Senador da República. À família o nosso pesar. Que fique o exemplo de amor. Um dos momentos mais bonitos foi quando falou sua esposa, Ivanilde Alves de Castro. Em maio iriam fazer 50 anos de casados. Eram, sobretudo, um exemplo de família. Eu vi um sacerdote, velhinho, querer usar da palavra e chorar traduzindo sua amizade e o seu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Romero Jucá, Papaléo Paes e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem

publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o acesso às inúmeras possibilidades de comunicação tornadas disponíveis pela rede mundial de computadores é, cada vez mais, um requisito de plena cidadania. Em nosso País, contudo, uma grande quantidade de Municípios permanece sem Internet na modalidade conhecida por banda larga, que permite o acesso em alta velocidade.

Sr. Presidente, o acesso à Internet em alta velocidade é um direito pelo qual tem-se manifestado, reiteradamente, a população do Estado de Roraima. Sabemos as dificuldades que o acesso discado impõe ao usuário da Internet, ainda maiores em regiões distantes dos grandes centros. Na atual situação, apenas a Capital, Boa Vista, dispõe da oferta da Internet em banda larga, mas em preços tão elevados que a tornam impraticável, tanto para as pessoas físicas como para a grande maioria das empresas. Essa situação de exclusão digital é semelhante à de outros Estados amazônicos, e se repete em diversos Municípios espalhados pelo País, em áreas de menor densidade populacional e de menor renda.

Considerando que o acesso à Internet em alta velocidade está contemplado no direito à telecomunicação e à inclusão digital, o Ministério Público do Estado de Roraima protocolou uma ação civil pública para que a empresa autorizada a oferecer o serviço o faça com preços acessíveis e sem limitações injustificadas, não apenas na Capital, mas para toda a população roraimense. Aguarda-se o julgamento final da ação, que poderá, sem dúvida, estender-se por outras instâncias.

Devemos ter em mente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Serviço de Comunicação Multimídia, que compreende o provimento de conexão à Internet em alta velocidade, é um serviço de interesse coletivo prestado no regime privado. Pelo fato de o serviço não se inserir no regime jurídico público, as empresas que o oferecem não estão sujeitas, em princípio, a obrigações de cobertura ou metas de universalização.

Disso não decorre, entretanto, que não se possa impor determinados condicionamentos de interesse coletivo ao direito de explorar serviços de telecomunicação em regime privado. A Lei Geral de Telecomunicações prevê tal tipo de imposição pela Anatel, Agência Nacional de Telecomunicações, desde que os condicionamentos impostos tenham vínculos com finalidades públicas específicas e relevantes, assegu-

rada a proporcionalidade entre o proveito coletivo e a privação imposta ao prestador do serviço.

Sr^{as} e Srs. Senadores, embora se possa aventar a possibilidade de um projeto de lei que insira o serviço de comunicação multimídia entre aqueles a serem prestados em regime público, tal medida viria destoar do modelo institucional adotado para o setor de telecomunicações. Esse modelo prevê que a lei se limite a definir princípios e normas gerais, atribuindo, complementarmente, poderes normativos à agência reguladora.

A alteração desse modelo não seria, a nosso ver, o meio mais adequado para impulsionar o desenvolvimento das telecomunicações no País. Além disso, o tempo necessário para aprovar uma proposição legislativa como a referida e para implementar as decorrentes mudanças, incluindo a definição de novas regras e a realização de licitações, iria, possivelmente, retardar mais que adiantar a consecução do objetivo almejado.

De acordo com o marco legal das telecomunicações, compete ao Poder Executivo impor, mesmo às empresas que atuam no regime privado, determinadas obrigações que atendam ao interesse coletivo inerente a esses serviços. Refiro-me à imposição, mas é, tanto quanto possível, pelo acordo com as empresas que essas obrigações devem ser acertadas, cabendo aos agentes políticos esforçarem-se por tornar convergentes os interesses privados e os fins públicos.

Pois bem, Senhor Presidente, é exatamente isso o que está realizando o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Constatamos que uma série de ações atualmente em curso vêm ampliar a inclusão digital em todo o País. Particularmente, o acesso à *Internet* em alta velocidade estará alcançando, em pouco tempo e por meio de diferentes tecnologias, todos os Municípios brasileiros.

Citemos, inicialmente, a licitação da terceira geração (3G) da telefonia celular, cujos contratos com as empresas vencedoras foram recentemente celebrados. De acordo com as regras previamente estabelecidas, todas as capitais dos Estados, o Distrito Federal e as cidades com mais de 500 mil habitantes terão cobertura total para serviços de banda larga móvel nos próximos dois anos. Esse sistema permite o acesso à *Internet* em alta velocidade tanto a partir dos celulares como dos computadores pessoais. Pois bem, em quatro anos, essa cobertura deverá alcançar todos os Municípios com mais de 200 mil habitantes, e ao fim de oito anos, pelo menos 60% dos Municípios com menos de 30 mil habitantes.

Mas a oferta desse tipo de acesso sem fio, com base na telefonia celular, não torna dispensável a expansão da infra-estrutura física de banda larga. Eis que o Ministério das Comunicações, com o apoio po-

lítico decisivo da Presidência da República, da Casa Civil e da Anatel, propôs uma inesperada tanto quanto bem-vinda troca de metas de universalização com as concessionárias de telefonia fixa, que corresponde, esta, ao único serviço de telecomunicações prestado em regime público.

Em lugar de instalar Postos de Serviço de Telecomunicações, como previsto originalmente no contrato de concessão, as empresas comprometem-se a expandir a infra-estrutura de banda larga, denominada **backhaul**, a todas as sedes de Municípios brasileiros. Restariam, então, alguns passos complementares para conectar a malha ao consumidor final.

Com essa mudança de metas, substitui-se um objetivo que já se mostra anacrônico, ou no mínimo de conseqüências limitadas, por um outro que aponta para o futuro, oferecendo inumeráveis e crescentes oportunidades aos cidadãos e às empresas – em suma, ao desenvolvimento humano e econômico do País. De acordo com a jornalista Lia Ribeiro, a construção da referida infra-estrutura vem redesenhar o modelo de telecomunicações, mudando o eixo do serviço de telefonia fixa para a oferta “multisserviços”, a partir da plataforma de banda larga.

A jornalista ressalta, em particular, a determinação do Presidente Lula de que as escolas públicas urbanas estivessem conectadas à *Internet* até o final de seu Governo como fator “que animou o enorme esforço de negociação” com as concessionárias.

De fato, este último programa, **Banda Larga nas Escolas**, prevê que, com base na expansão da infra-estrutura de banda larga, o acesso à *Internet* em alta velocidade alcance, até 2010, as 55 mil escolas urbanas da rede pública de ensino fundamental e médio. O acesso gratuito à *Internet* por essas escolas está assegurado até o ano de 2025.

Menciono, ainda, outra linha de atuação do Governo Federal, que se materializa no **GESAC (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão)**. Por meio desse programa, já foram instalados 3,3 mil pontos de acesso sem fio à *Internet*, atendendo cada um deles a uma média de seis computadores. O Ministério das Comunicações estabeleceu como meta para o presente ano a instalação de um total de 20 mil pontos, distribuídos por todos os 5.565 Municípios do País.

Como podemos ver, Senhoras e Senhores Senadores, o desenvolvimento das telecomunicações no Brasil avança celeremente para expandir e, dentro de algum tempo, universalizar a oferta de acesso à *Internet* em alta velocidade, abrangendo, inclusive, as povoações mais distantes dos grandes centros.

Quero concluir, Senhor Presidente, dirigindo-me ao povo de nossa querida Roraima, para reafirmar que

estaremos acompanhando bem de perto o encaminhamento dessas soluções, que devem garantir, em breve prazo, a extensão do acesso à *Internet* banda larga, por meio de diferentes tecnologias e em condições bastante atraentes, a todos os Municípios roraimenses.

Muito obrigado!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Pressão pela sobrevivência acelera abandono”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 09 de março do corrente.

Pressão pela sobrevivência acelera abandono

Meninos deixam bancos escolares para buscar salário e ajudar famílias

LAGOA DOS GATOS

José Osinaldo da Silva, 15 anos, garante que vai voltar a estudar. Matriculou-se este ano de novo na 6ª série noturna da Escola Municipal Cordeiro Filho. Mas, nas três semanas de aula até agora, faltou a mais da metade. Durante o dia, desde às 7 da manhã, Naldinho, como é chamado, trabalha numa padaria simples de Lagoa dos Gatos, assando biscoitos em um forno de barro. “Na hora da escola estou meio cansado”, explica.

Naldinho tem seis irmãos mais novos. A família já recebe o máximo permitido pelo Bolsa-Família, R\$112. O que o garoto ganha na padaria, R\$ 60 por semana, ajuda a família. “Eu gosto de estudar. Se ganhasse para estudar não trabalhava mais. Mas hoje tenho que ajudar em casa.”

O pai de Naldinho trabalha em um matadouro, coisa que o menino não quer fazer de jeito nenhum. Quando perguntado sobre o que gostaria de ser quando crescer, responde em um tom tranqüilo, mas entre a esperança e a resignação: “Não quero ser nada.”

Para Edson José de Oliveira o Bolsa-Família chegou tarde. Quando sua mãe começou a recebê-lo, Edson tinha 15 anos e estava na 5ª série. Por conta da bolsa, ficou ainda mais um ano na escola. Hoje, aos 19, largou os estudos e trabalha na reforma da quadra da escola de onde saiu em 2005. “Quando o Bolsa-Família chegou eu já estava quase desistindo mesmo”, lembra. “Fiquei um pouco mais por conta do pagamento.”

Mas, quando uma das suas irmãs mais novas entrou na escola, sua mãe, Socorro, de 45 anos, garantiu que poderia receber os mesmos R\$ 112 por mês porque tinha três filhos na escola, mesmo que Edson não estudasse mais. “Quando eu dizia que ele estava recebendo, ele não faltava nada. Mas, depois, achou que era melhor ir trabalhar”, lembra.

Hoje, Socorro garante a permanência na escola de dois outros filhos, um menino de 13 e uma menina de 16, com uma mentira inocente: diz a eles que, se pararem de estudar, vai perder parte do dinheiro. Na verdade, os R\$ 112 são o limite que pode receber, pagos por Julia Keli,

A matéria destaca o dia a dia de vários jovens entre 15 e 17 anos que abandonaram a escola com o fim do benefício dado pelo programa Bolsa Família porque atingiram a idade limite.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

8 anos, e Laís Maria, 5, além da pequena Larissa, de dois anos e meio. Mas os dois mais velhos já querem deixar a escola para trabalhar. “Minha caneta foi o cabo da enxada. Não quero a mesma coisa para os meus meninos.” Edson diz que gostava de estudar. “Vale a pena. Se tiver um filho, quero que estude. Mas um homem precisa trabalhar.”

Na vida de Aldivan Vicente Ferreira da Silva, em Lagoa dos

Gatos, a escola parece não trazer nenhuma vantagem. Pelo menos não tanto quanto os R\$10 por dia que ganha colhendo mangas que são vendidas na feira de Caruaru. Sem nem mesmo completar a 6ª série, Aldivan não quer voltar a estudar. “Estudar não dá de comer a ninguém”, diz o menino, de 15 anos.

O mesmo pensamento têm seu irmão de 13 anos, Maurivan, e a prima de 17 anos, Valquíria – que queria ser professora, mas foi reprovada e não quis voltar para a escola. Nenhum deles está no Bolsa-Família. “Quando completaram a idade, parei de receber. E agora não tem jeito de fazer voltar para a escola”,

conta a avó, Beatriz dos Santos, 73 anos, que cria os netos com o salário mínimo da aposentadoria. “Minha preocupação é quando eu morrer. O que vai ser desses meninos?” Nem o incentivo

nem a preocupação da avó convencem os meninos de que precisam estudar.

Em Lagoa dos Gatos não há indústria. Apenas agricultura, plantio de frutas e padarias de fundo de quintal onde são feitos biscoitos vendidos em Caruaru – nenhum emprego que exija diploma. “Não tenho o que fazer na escola”, repete Aldivan. Colher mangas, por enquanto, é o futuro dos netos de Beatriz. ● L.P. //

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Dois ministros embolsaram ajuda indevida”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 13 de fevereiro de 2008.

A matéria destaca que em 2007 o Ministro dos Portos, Pedro Brito, e o Secretário-executivo da Fazenda, Nelson Machado, então Ministro da Previdência, embolsaram, de forma indevida, R\$8.300 e R\$18 mil respectivamente.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dois ministros embolsaram ajuda indevida

Pedro Brito e Nelson Machado receberam ajuda de custo depois de deixarem ministérios, mas jamais saíram de Brasília

Decreto prevê devolução do dinheiro se servidor não se mudar de cidade em 30 dias ou se ele regressar ao local de origem em até 90 dias

LEILA SUYWAN DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Depois dos cartões corporativos, outra forma de pagamento de despesas de ministros e servidores revela irregularidades. Em 2007 o ministro dos Portos, Pedro Brito, e o secretário-executivo da Fazenda, Nelson Machado, embolsaram da Previdência, embolsaram de forma indevida R\$ 8.300 e R\$ 18 mil, respectivamente.

O dinheiro é uma ajuda de custo para quem é transferido de cidade. Ambos mudaram de funções, mas nunca saíram de Brasília.

As informações sobre os pagamentos estão na rubrica “restituições e indenizações” do Portal da Transparência – o mesmo que trouxe as revelações sobre os cartões corporativos do governo. O portal é mantido pela CGU (Controladoria Geral da União). Esses valores foram pagos pelo governo a título de “ajuda de custo”, uma indenização prevista em lei para o servidor público que muda de cidade para assumir um novo posto. No caso de Brito, a “mudança” foi apenas do posto.

Ele saiu do Ministério da Integração em março, foi anunciado para a Secretaria dos Portos em abril e despediu-se imediatamente. Mas a Previdência lhe pagou o valor equivalente a um salário como “ajuda de custo”, no dia 31 de julho.

Segundo sua assessoria de imprensa, Brito nunca deixou de ter residência oficial em Fortaleza e apenas passava a semana em Brasília, onde se hospedava em apart-hotel com o auxílio-moradia separado. Fazia isso enquanto ainda era ministro da Integração Nacional.

Já no caso de Machado, a “ajuda” foi paga com mais rapidez e pelo Ministério da Previdência, do qual ele titular até 29 de março, quando Luiz Marinho tomou posse na reforma ministerial. Uma semana depois, no dia 4 de abril, ele foi nomeado para sua atual função na Fazenda, também em Brasília.

Apesar disso, foi feito um ofício que o “devolvia” ao governo de São Paulo. A data do ofício é do dia 10 de abril, conforme informação da assessoria de imprensa da Previdência. Nos dias 12 e 13 de abril foram feitos dois depósitos em sua conta: R\$ 83,40, por indenização de transporte, e R\$ 17.986,05, equivalente a seu salário.

O valor se refere à remuneração como funcionário da Receita em São Paulo, de onde foi requisitado, mais 60% do salário de ministro. “A remuneração, no caso aqui, é a de São Paulo, porque a daqui é uma miséria”, disse Machado.

Machado disse à Folha que ele tem direito a essa verba porque foi “demitido” e não fez a devolução ao “tesouro”, mesmo não tendo mudado de cidades, devido ao novo convite de trabalho em Brasília.

De acordo com o decreto 4.004 de 8 de novembro de

O GOVERNO E OS REEMBOLSOS

Entenda como funcionam as restituições a que ministros têm direito

QUÊ

>> Reembolsos feitos a servidores que tenham tido despesas de trabalho pagas do próprio bolso, em situações extraordinárias, sem o uso do cartão corporativo ou da conta “tipo B”

MINISTROS

>> Vários ministros usam diretamente o mecanismo para reembolso de despesas. Não é possível verificar quem o usa indiretamente, por meio de assessores

COMO FUNCIONA

>> Após pagar a despesa, o servidor apresenta comprovantes e justificativa de gastos para abertura de um processo interno em seu órgão. Depois, é feita a devolução do valor

FISCALIZAÇÃO

>> Os processos ficam arquivados e são verificados pelo controle interno do órgão, mas, na prática, fogem de fiscalização mais rigorosa e ficam longe do controle público

TRANSPARÊNCIA

>> Reembolsos de despesas corretoras não têm rubrica própria. Estão agrupados em “restituições e indenizações”, que inclui auxílio e/ou auxílio-moradia e/ou ajuda de custo

Ajuda de custo é ‘indenização’ diz Machado

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ex-ministro da Previdência e atual secretário-executivo da Fazenda, Nelson Machado, considera que a ajuda de custo recebida é uma “indenização” pela demissão à qual tem direito mesmo se tivesse ficado apenas um dia entre um posto e outro em Brasília.

A assessoria de imprensa do ministro dos Portos informou que Pedro Brito não podia ser contatado ontem, mas negou que haja qualquer irregularidade. Afirmando que o valor foi recebido a título de “ajuda de custo para pagamento de despesas de deslocamento e mudança para assumir a secretaria”.

Segundo Luiz Navarro, secretário-executivo da CGU, casos dessa natureza precisam de análises individuais e, além do tempo que o servidor esteve entre duas funções, o valor foi recebido a título de “ajuda de custo para pagamento de despesas de deslocamento e mudança para assumir a secretaria”.

“Essa indenização é justamente porque o servidor vai ter que voltar para seu Estado”, disse Machado. Mas, questionado sobre sua própria mudança de volta, disse: “Eu fui embora, mas não fiz a mudança porque dentro do prazo de fazer a mudança, fui convocados para voltar para a [pastada] Fazenda”.

“Solicitei a ajuda de custo porque é um direito. Se eu ficasse dois dias, um dia fora, eu teria esse direito, é independente disso. O direito independe do prazo que eu fiquei fora”, disse Machado, em contradição com os limites do decreto.

Navarro, da CGU, também estranhou que o pagamento tenha sido feito pela Previdência, já que apenas voltou a adotar a prática de viajar para Brasília durante a semana

para trabalhar – fica hospedado em apartamento que paga com o auxílio-moradia, também pago pelo governo federal.

A assessoria informou que o ministro também recebeu um valor de indenização após sua exoneração na Integração Nacional, mas não soube dizer o valor, que não consta do Portal da Transparência. E disse que o “registro” a Brasília dentro dos 90 dias do decreto não se aplica, já que Brito estaria chegando para um novo cargo.

Nelson Machado entrou em contato com a reportagem após um pedido de esclarecimentos feito à Previdência. Ele defendeu o direito à ajuda de custo, conforme a lei 8.112, regulamentada pelo decreto 4.004 de 8 de novembro de 2001 – ele prometeu enviar uma cópia à reportagem.

“Essa indenização é justamente porque o servidor vai ter que voltar para seu Estado”, disse Machado. Mas, questionado sobre sua própria mudança de volta, disse: “Eu fui embora, mas não fiz a mudança porque dentro do prazo de fazer a mudança, fui convocados para voltar para a [pastada] Fazenda”.

“Solicitei a ajuda de custo porque é um direito. Se eu ficasse dois dias, um dia fora, eu teria esse direito, é independente disso. O direito independe do prazo que eu fiquei fora”, disse Machado, em contradição com os limites do decreto.

Navarro, da CGU, também estranhou que o pagamento tenha sido feito pela Previdência, já que apenas voltou a adotar a prática de viajar para Brasília durante a semana

IO valor recebido pelo ministro Pedro Brito foi ajuda de custo para pagamento de despesas de deslocamento e mudança para assumir a secretaria

Resposta da assessoria do ministro dos Portos sobre a ajuda de custo de R\$ 8.300

2001, o servidor tem direito à ajuda de custo para despesas de “viagem, mudança e instalação” quando é mandado para servir “em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente”. Mas a ajuda deve ser devolvida se o deslocamento para a nova sede não ocorrer em 30 dias ou se o servidor regressar em menos de 90 dias, segundo o mesmo decreto.

Procurada a respeito do caso de Nelson Machado na segunda-feira, a Controladoria Geral da União afirmou que o argu-

mento apresentado, conforme repassado pela reportagem, é “indequido”.

“É o caso de ressarcimento, devolver a indenização”, disse Luiz Navarro, secretário-executivo da CGU.

“Não está correta a leitura de que uma ‘indenização’ por demissão é a que a pessoa e compensa as despesas do instalação no novo local”, completou. Ele disse, que acionará sua equipe para analisar o caso. Ontem, procurado novamente pela Folha, a CGU afirmou que

só poderá comentar os casos após uma investigação.

Má outro caso de recebimento dessa verba por ministro que depois assumiu outro posto em Brasília, mas o prazo excede o limite do decreto: o ex-ministro da Agricultura Luiz Carlos Guedes Pinto cedeu o posto a Reinhold Stephanes em março e só assumiu a vice-presidência de Aproximados no Banco do Brasil em julho.

Os outros dois ministros que fizeram uso dessa verba foram os ministros Roberto Mangabeira

Unger (Planejamento de Longo Prazo) e Marta Suplicy (Turismo), que assumiram as funções neste ano e não moravam em Brasília antes disso.

Os valores recebidos a título de “restituições e indenizações” estão no Portal da Transparência da CGU, de forma separada do atual escândalo das farças dos cartões corporativos. Além da ajuda de custo, há outros pagamentos aos ministros, como o auxílio-moradia. Eles têm direito a até R\$ 1.800 mensais (R\$ 21,6 mil no ano).

GASTOS DO GOVERNO

484,6 milhões
632,7 milhões

Foi o total gasto pelo governo federal em “restituições e indenizações” em 2007

Foi o total em 2006

QUEM RECEBEU “AJUDA DE CUSTO” EM 2007

Ministro	Posto	Valor recebido em R\$
Nelson Machado	Previdência	8.362,8
Pedro Brito	Portos/Integração	8.362,8
Luís Carlos G. Pinto	Agricultura	107.744,43
Roberto M. Unger	Longo Prazo	8.362,8
Marta Suplicy	Turismo	8.362,8

O QUE DIZ O DECRETO 4.004 DE 8/11/2001

Que regulamenta a ajuda de custo

Art 1º A servidor público civil que, no interesse da administração, for mandado servir em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, conceder-se-á ajuda de custo, para atender às despesas de viagem, mudança e instalação, transporte, concessão de preferência por via aérea, inclusive para seus dependentes; transporte de mobiliário e bagagem, inclusive de seus dependentes

Art 2º SERÁ RESTITUIDA A AJUDA DE CUSTO:

considerando-se individualmente o servidor e cada dependente quando não se efetivar o deslocamento para a nova sede no prazo de trinta dias, contados a partir da cessação (..) quando, antes de decorridos três meses do deslocamento, regressar, pedir exoneração ou abandonar o serviço

RANKING LÍQUIDO DE REEMBOLSOS DE DESPESAS

Excluídos valores que foram identificados como auxílio-moradia e ajuda de custo

Ministro	Posto	Valor recebido em R\$
Fernando Haddad	Educação	7.029,29
Marta Suplicy	Turismo	4.165,00
Jorge Félix	Segurança Institucional	3.642,26
Altemir Gregolin	Agricultura e Pesca	3.234,00
Tarso Genro	Justiça/R. Institucionais	2.874,29
Nílceia Freire	Políticas para Mulheres	2.541,72
Orlando Silva	Esporte	2.015,00
Pedro Brito	Portos/Int. Nacional	1.824,23
Luiz Dulci	Secretaria-Geral	1.766,43
Roberto Mangabeira	Longo Prazo	1.508,24
Alfredo Nascimento	Transportes	1.429,02
Sérgio M. Rezende	Ciência e Tecnologia	1.327,59
Mário Fortes	Cidades	1.327,59
Luís Carlos G. Pinto	Agricultura	1.037,30
Franklin de S. Martins	Comunicação Social	966,77
Márcia Silva	Meio Ambiente	890,16
Paulo Bernardo	Planejamento	799,62
Waldino dos Mares	Defesa	731,5
Patruss Ananias	Relações Institucionais	434,62
Luiz Marinho	Desenvolvimento Social	367,2
Reinhold Stephanes	Prev. Social/Trabalho	233,70
	Agricultura	67,8

Restituição paga despesas em viagens

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Além do auxílio-moradia e das ajudas de custo, alguns ministros usam a restituição para pagar suas despesas de trabalho, geralmente durante viagens. Mas diferentemente do cartão corporativo, que foi criado para essa situação, o reembolso tem pouca ou nenhuma fiscalização externa.

Em alguns casos, o ministro não tem cartão próprio, como Marta Suplicy (Turismo), e não divulga detalhes das contas reembolsadas. Em outros, o reembolso é usado em complemento ao uso do cartão, como Orlando Silva (Especiais) e Altemir Gregolin (Pesca).

A Folha realizou um levantamento sobre valores recebidos pelos ministros no ano passado dentro da rubrica “restituições e indenizações”, um item de despesas correntes nas contas do governo.

Considerando apenas os valores que foram identificados como reembolsos de despesas, o líder do ranking foi o ministro da Educação, Fernando Haddad. Seus dois reembolsos se referem à compra de uma passagem de classe executiva de Madri a São Paulo (3740 euros) e R\$ 650 por excesso de peso na ida a Paris, na mesma viagem de trabalho.

Ele levou um carregamento de livros para distribuir em uma conferência da Unesco em Paris e, na volta, perdeu o bilhete.

O caso difere dos procedimentos adotados por outros ministros, como Orlando Silva (Especiais) e Jorge Félix (CGU), que não detalharam a agenda relativa aos reembolsos. As assessorias informaram apenas tratar de gastos em viagens de trabalho.

Mesmo com o valor do reembolso disponível no Portal da Transparência, a CGU considera que a prática do reembolso deve ser alvo de fiscalização, o normal seria usar o cartão.

“A dificuldade é a mesma de todo provimento de fundos. É difícil controlar nos milhares de processos arquivados nos órgãos e ver tudo”, disse Luiz Navarro, da CGU. Ele diz ter recebido uso de verba para despesas que não de viagem.

As assessorias de Gregolin, Orlando Silva e Nílceia Freire (Mulheres) enviaram justificativas do reembolso de despesas de trabalho. Gregolin, em viagem oficial, ofereceu para hoje detalhamento de seus reembolsos. A assessoria de Gregolin, em viagem oficial, ofereceu para hoje detalhamento de seus reembolsos. A assessoria de Gregolin, em viagem oficial, ofereceu para hoje detalhamento de seus reembolsos. A assessoria de Gregolin, em viagem oficial, ofereceu para hoje detalhamento de seus reembolsos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Esta sessão foi toda supervisionada e coordenada pela nossa bela Secretária Executiva, Cláudia Lyra, e por esses dois extraordinários assessores que o Senado possui: Dr. José Roberto e Dr. João Pedro.

Atentai bem! O Inácio Arruda tem de aprender: o Presidente Castello Branco, ao modificar umas posições, iria retirar determinada pessoa, e chegou alguém e disse: “Não faça isso. Esse é insubstituível”. E ele respondeu: “O cemitério está cheio de insubstituíveis. O mais que um homem pode ser é necessário”. Eu via aqui o nosso Raimundo Carreiro, que de repente foi substituído por essa equipe de alto valor que engrandece o Senado. Eu não poderia me esquecer do Zezinho, servidor que serve. Ele veio ao mundo, como disse Cristo, não para ser servido, e sim para servir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 30, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007**

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

2**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007**

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008**

(*Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal*)

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno*)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro).*

4**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008**

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003**

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pro-

nunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador

Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro

signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

18

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

19

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

20

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos*

regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura*

dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que al-

tera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

49

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator

ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

50

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

52

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na*

prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

53

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

54

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo”.*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

55

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e De-

fesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

56

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

57

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

58

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

59

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação con-*

junta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

60

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

61

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

62

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)*

63

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito

Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

64

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que específica)

65

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

66

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

67

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

68

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

69

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

70

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV)

71

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

72

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

73

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).*

74

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).*

75

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).*

76

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 33 minutos.)

Ata da 66ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 30 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Flexa Ribeiro, Mão Santa e da Sra. Rosalba Ciarlini

(Às 14 horas acham-se presentes as
Sras. e os Srs. Senadores.)

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 30/4/2008 07:35:21 até 30/4/2008 21:36:15

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X	DEM	TO	KÁTIA ABREU		X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR		X	PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	-	MA	LOBÃO FILHO		X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES		X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X	Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA		X
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL		X	PMDB	PI	MÃO SANTA		X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X	Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X	DEM	PE	MARCO MACIEL		X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X	PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR		X	PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X	PMDB	SC	NEUTO DE CONTO		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X	PDT	PR	OSMAR DIAS		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X	PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES		X	PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER		X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI		X
PTB	DF	GIM ARGELLO		X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY		X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES		X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					

Compareceram: 53 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 80, de 2008 (nº 221/2008, na origem), de 24 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2006, de autoria do Senador Tião Viana, que altera as alíneas **b** e **c** e revoga a alínea **d** do art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, a fim de modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich “menos cinco horas” para o fuso horário Greenwich “menos quatro horas”, e da parte ocidental do Estado do Pará do fuso horário Greenwich “menos quatro horas” para o fuso horário Greenwich “menos três horas”, sancionado e transformado na Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008; e
- Nº 81, de 2008 (nº 222/2008, na origem), de 24 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga as Leis nºs 10.874, de 1º de junho de 2004, e 11.360, de 19 de outubro de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007, sancionado e transformado na Lei nº 11.663, de 24 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2006** (nº 5.245/2005, na Casa de origem), que dá

nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 24, de 2008** (nº 351/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 647/2008, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, que negou provimento a Embargos de Declaração opostos contra o Acórdão 1.062/2007, proferido nos autos do processo nº TC 004.395/99-9, referente a acompanhamento de procedimentos administrativos atinentes à construção de nova sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (PI).

A matéria, juntada ao processado do Aviso nº 9, de 2002, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO Nº 26, DE 2008

Aviso nº 419-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 24 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Transmito a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do inteiro teor do pronunciamento feito pelo Excelentíssimo Sr. Ministro Marcos Vinícios Vilela em 23-4-2008, na Sessão Ordinária do Plenário deste Tribunal.

Respeitosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO

Senhor Presidente,

Senhores Ministros,

Senhor Representante do Ministério Público,

Jornais deste fim-de-semana noticiam que o novo Governo paraguaio tem como prioridade a revisão das tarifas pactuadas pela utilização da energia produzida na hidrelétrica binacional de Itaipu.

Em 26 de abril de 1973, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, que constitui o instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná pelos dois países.

O artigo VI do Tratado estabelece que seu anexo “C” fixará as “bases financeiras e de prestação de serviços de eletricidade de Itaipu”.

Segundo esse anexo, as disposições nele contidas poderão ser revistas após 50 anos de sua assinatura, ou seja, somente depois de abril de 2023, levando-se em conta o grau de amortização das dívidas de Itaipu e a relação das potências contratadas pelo Brasil e Paraguai.

Diante dessa situação fática, proponho que este Plenário, no contexto do acompanhamento geral das contas públicas, determine à Segecex que, no prazo de 15 dias, informe a este Colegiado, por intermédio do Ministro-Relator dos processos da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás, detentora da metade do capital da Itaipu Binacional:

- a situação do Tratado, quanto o cumprimento atual das cláusulas econômicas;
- o nível de endividamento da empresa binacional e o fluxo de pagamento da dívida;
- a forma como vem ocorrendo o aproveitamento pelo Brasil e Paraguai da energia produzida.

Proponho, ainda, que o Relator seja quinzenalmente informado sobre negociações que possam estar ocorrendo com vistas a eventual modificação do acordo bilateral no âmbito dos Ministérios das Relações Exteriores, de Minas e Energia e da Eletrobrás.

Por fim, sugiro que esta comunicação seja encaminhada aos Ministérios das Relações Exteriores, de Minas e Energia e aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da Eletrobrás.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2008. – **Marcos Vinícios Vilaça**, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O aviso que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2008

Altera o § 2º do art. 15 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para reduzir de cinquenta para vinte e cinco o percentual máximo de ações preferenciais em relação ao total das ações emitidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 15 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.15.

.....
 § 2º O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar vinte e cinco por cento do total das ações emitidas. (NR)”

Art. 2º A alteração de direitos conferidos às ações existentes em decorrência de adequação a esta Lei não confere o direito de recesso de que trata o art. 137 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, se efetivada até o término do ano seguinte ao de entrada em vigor desta Lei.

Art. 3º A proporção de que trata o § 2º do art. 15 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nos termos da redação dada por esta Lei, será aplicada de acordo com o seguinte critério:

- I – imediatamente às companhias novas;
- II – às companhias fechadas existentes, no momento em que decidirem abrir o seu capital;
- III – as companhias abertas existentes poderão manter proporção de até metade de ações preferenciais, em relação ao total de ações emitidas, inclusive em relação a novas emissões de ações; e
- IV – as companhias abertas existentes antes da edição da Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, poderão manter proporção de até dois terços de ações preferenciais, em relação ao total de ações emitidas, inclusive em relação a novas emissões de ações.

§ 1º Nas emissões de ações ordinárias por companhias abertas que optarem por se adaptar ao disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 6.404, de 1976, com a redação que lhe é conferida por esta Lei, poderá não ser estendido aos acionistas titulares de ações preferenciais, a critério da companhia, o direito de preferência a que se refere o art. 171, § 1º, alínea **b**, da Lei nº 6.404, de 1976.

§ 2º Uma vez reduzido o percentual de participação em ações preferenciais, a companhia não poderá elevá-lo além do limite atingido.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, reduziu de dois terços para cinquenta por cento o percentual máximo de ações preferenciais, sem direito a voto ou com restrições a esse direito, que podem ser emitidas pela companhia. O limite máximo retornou ao percentual permitido antes da edição da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que, entre outras alterações, elevou o limite máximo de emissão de ações preferenciais.

Quando da aprovação da Lei de 1976, grande parte das sociedades anônimas no Brasil era sociedade fechada, de forte caráter personalista e controlada por famílias. Essas empresas necessitavam obter recursos no mercado, mas o controle da empresa deveria permanecer concentrado nas mãos de poucos acionistas, que aportaram pequena parcela do capital social, de forma mais personalista do que hoje em dia.

A questão da separação entre propriedade e controle causa problemas quando o controlador, ao eleger a maioria dos administradores, sente-se em situação confortável para extrair benefícios privados em detrimento da companhia (**private benefits of control**), gerando enriquecimento dos controladores e administradores em detrimento dos investidores.

A valorização e a liquidez das ações refletem o grau de segurança e a qualidade das informações prestadas pelas companhias. A confiança dos investidores, fundamental para direcionar parte da poupança popular para a atividade produtiva, depende da ação das autoridades, tanto na tarefa de disciplinar os mercados, quanto no de fiscalizar gestores de fundos e companhias abertas e respectivos administradores.

A regulação do mercado de valores mobiliários requer adequada legislação societária e modelos de governança, com formulação de regras claras. A Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) criou níveis diferenciados de governança corporativa, exigindo-se que o capital da companhia inserida na lista de empresas aderentes ao denominado Novo Mercado seja composto somente por ações ordinárias. A participação na capitalização de mercado dessas empresas (Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2) chega a cerca de 57% de participação na Bovespa, com tendência de valorização maior das ações desses segmentos em relação às demais.

Em consonância com o presente projeto, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 5.672, de 2001, que, entre outras alterações, propõe a extinção das ações preferenciais. Consta da justificativa do projeto que a dupla estrutura do capital das sociedades anônimas

é uma das causas da anemia do mercado de capitais brasileiro, ao lado da falta de transparência e da dificuldade de acompanhamento e fiscalização dos atos de gestão da maioria das companhias abertas, fruto ainda da tradição de predominância da empresa fechada, de controle familiar. A verdade é que as ações preferenciais já cumpriram o seu papel e o mercado demanda ação votante. Veja-se o exemplo do México, onde em menos de três meses foi aprovada a nova lei societária,

cujas maior preocupação é zelar pelo interesse dos investidores, pela qualidade, eficiência, transparência e liquidez do mercado, além de ampliar e garantir direitos dos acionistas minoritários e limitar em 25% (vinte e cinco por cento) do total a emissão de ações sem o direito de voto.

De acordo com a regra de transição prevista no art. 2º do projeto, a alteração do percentual aplica-se imediatamente às companhias novas, e em relação às companhias fechadas já existentes, apenas no momento em que decidirem abrir seu capital. As companhias abertas já existentes poderão manter proporção de até metade de ações preferenciais, em relação ao total de ações emitidas, inclusive em relação a novas emissões de ações, e as companhias abertas existentes antes da edição da Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, poderão manter proporção de até dois terços de ações preferenciais, em relação ao total de ações emitidas, inclusive em relação a novas emissões de ações.

A nosso ver, a tendência atual é de extinção das ações preferenciais e a presente iniciativa, ao propor a redução do percentual máximo de ações sem direito a voto, complementa a modificação proposta no Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2006, recentemente aprovado nesta Casa, que estabelece a aquisição do direito a voto de titulares de ações preferenciais no caso de não-pagamento de qualquer dividendo pelo prazo de três anos consecutivos.

Diante de todo o exposto, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Antonio Carlos Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

Vide texto compilado

Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Características e Natureza da Companhia ou Sociedade Anônima

Características

Art. 1º A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

SEÇÃO III Espécies e Classes

Espécies

Art. 15. As ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição.

§ 1º As ações ordinárias da companhia fechada e as ações preferenciais da companhia aberta e fechada poderão ser de uma ou mais classes.

§ 2º O número de ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas a restrições no exercício desse direito, não pode ultrapassar 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas.

§ 2º O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

Direito de Preferência

Art. 171. Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital.

§ 1º Se o capital for dividido em ações de diversas espécies ou classes e o aumento for feito por emissão de mais de uma espécie ou classe, observar-se-ão as seguintes normas:

a) no caso de aumento, na mesma proporção, do número de ações de todas as espécies e classes existentes, cada acionista exercerá o direito de preferência sobre ações idênticas às de que for possuidor;

b) se as ações emitidas forem de espécies e classes existentes, mas importarem alteração das respectivas proporções no capital social, a preferência será exercida sobre ações de espécies e classes idênticas às de que forem possuidores os acionistas, somente se estendendo às demais se aquelas forem insuficientes para lhes assegurar, no capital aumentado, a mesma proporção que tinham no capital antes do aumento;

c) se houver emissão de ações de espécie ou classe diversa das existentes, cada acionista exercerá a preferência, na proporção do número de ações que possuir, sobre ações de todas as espécies e classes do aumento.

§ 2º No aumento mediante capitalização de créditos ou subscrição em bens, será sempre assegurado aos acionistas o direito de preferência e, se for o caso, as importâncias por eles pagas serão entregues ao titular do crédito a ser capitalizado ou do bem a ser incorporado.

§ 3º Os acionistas terão direito de preferência para subscrição das emissões de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e partes beneficiárias

conversíveis em ações emitidas para alienação onerosa; mas na conversão desses títulos em ações, ou na outorga e no exercício de opção de compra de ações, não haverá direito de preferência.

§ 4º O estatuto ou a assembléia-geral fixará prazo de decadência, não inferior a 30 (trinta) dias, para o exercício do direito de preferência.

§ 5º No usufruto e no fideicomisso, o direito de preferência, quando não exercido pelo acionista até 10 (dez) dias antes do vencimento do prazo, poderá sê-lo pelo usufrutuário ou fideicomissário.

§ 6º O acionista poderá ceder seu direito de preferência.

§ 7º Na companhia aberta, o órgão que deliberar sobre a emissão mediante subscrição particular deverá dispor sobre as sobras de valores mobiliários não subscritos, podendo:

a) mandar vendê-las em bolsa, em benefício da companhia; ou

b) rateá-las, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem pedido, no boletim ou lista de subscrição, reserva de sobras; nesse caso, a condição constará dos boletins e listas de subscrição e o saldo não rateado será vendido em bolsa, nos termos da alínea anterior.

§ 8º Na companhia fechada, será obrigatório o rateio previsto na alínea b do § 7º, podendo o saldo, se houver, ser subscrito por terceiros, de acordo com os critérios estabelecidos pela assembléia-geral ou pelos órgãos da administração.

LEI Nº 10.303, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001

Mensagem de veto

Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2008

Altera o caput do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Sociedades por Ações), para aumentar de oitenta para noventa o percentual do preço mínimo a ser pago aos demais acionistas da companhia no caso de alienação do controle.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Sociedades por Ações), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 254-A. A alienação, direta ou indireta, do controle de companhia aberta somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da companhia, de modo a lhes assegurar o preço no mínimo igual a noventa por cento do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

..... “ (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

O art. 254 da Lei nº 6.404, de 1976, submetia a alienação do controle de companhia aberta à prévia autorização da Comissão de Valores Mobiliários, que deveria assegurar tratamento igualitário aos acionistas minoritários, mediante simultânea oferta pública para aquisição de ações. A finalidade do dispositivo era evitar grande diferença entre o preço das ações do controlador, cujo valor engloba o prêmio pago pelo poder de controle, e o preço das ações dos minoritários. Além disso, a alienação do controle gera incertezas na condução dos negócios da companhia e, por conseguinte, pode prejudicar o valor de mercado das ações dos minoritários.

A Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997, revogou expressamente o art. 254. O objetivo era o de maximizar o valor pago à União no processo de alienação do controle das empresas estatais. O governo tinha interesse em ficar com todo o prêmio pago pelo controle, sem dividi-lo com os demais acionistas. Passada a fase das desestatizações, a Lei nº 10.303, de 2001, no art. 254-A, restabeleceu a obrigatoriedade de oferta pública de aquisição das ações dos minoritários, de modo a lhes assegurar o preço mínimo de 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle. O presente projeto propõe que esse

percentual seja elevado para 90%, para que os acionistas minoritários tenham um direito mais próximo do assegurado aos acionistas controladores.

Além disso, o § 4º do art. 254-A dispõe que o adquirente do controle acionário pode propor a permanência dos acionistas minoritários na companhia, com o pagamento de prêmio equivalente à diferença entre o valor de mercado das ações e o valor pago por ação integrante do bloco de controle. O disposto no artigo citado beneficia apenas os titulares de ações com direito a voto. O estatuto da companhia, entretanto, pode estender esse direito aos preferencialistas (inciso III do §1º do art. 17 da Lei nº 6.404, de 1976).

Antes da aprovação da lei citada, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) já havia, por meio de regulamentação por ela editada, garantido determinados direitos, superiores aos do texto legal, aos acionistas minoritários, no que foi chamado de *Novo Mercado*, atraindo mais investidores para o mercado de capitais, conforme trecho da reportagem publicada no jornal **Valor Econômico** de 6 de setembro de 2006, de autoria de Daniele Camba e Catherine Vieira, cujo título é *Investidores pagam mais por ações que têm boa governança*:

Depois de muitas décadas relegado a segundo plano, o mercado de capitais brasileiro voltou a fazer parte da agenda do investidor estrangeiro. Entre outros motivos, segundo o ex-presidente do Banco Central e sócio da Gávea Investimentos, Arminio Fraga, isso ocorreu principalmente graças ao desenvolvimento da governança corporativa, que, se de um lado reduziu o risco para os minoritários, de outro diminuiu o custo de capital das empresas brasileiras, uma vez que, mais seguros, os investidores agora estão dispostos a pagar mais pelas ações.

.....
A primeira mudança de qualidade que fez o investidor estrangeiro voltar os olhos para o mercado brasileiro, segundo Fraga, foi a aprovação da nova Lei das Sociedades Anônimas (S.A.), em 2001. A lei trouxe de volta, por exemplo, o direito de os minoritários detentores de ações ordinárias (ON, com direito a voto) receberem 80% do prêmio pago ao controlador, no caso de venda da companhia (o chamado “tag along”), que havia sido banido da lei no momento das privatizações. “Foi uma verdadeira guerra aprovarmos a nova lei, mas ela passou e melhorou o ambiente regulatório”, lembra Fraga.

.....

Seja lá o que faltar para o mercado atingir seu nível de excelência – apenas ações ordinárias, tag along de 100% e pulverização do capital –, Fraga acredita que as exigências partirão do investidor e não de regras impostas pelo órgão regulador, assim como aconteceu com as boas práticas de governança. E essa demanda ficará cada vez mais forte na medida que a taxa de juros for caindo e o investidor aumentando sua parcela de recursos em bolsa. Ele brinca: “o brasileiro ficou muito preguiçoso conseguindo 10% de retorno no CDI.” Segundo o economista, as bases principais estão lançadas para o desenvolvimento do mercado local e agora é uma questão de tempo e aculturação para o desenvolvimento dele. “Não devemos ter medo do capitalismo”, diz o ex-BC.

Diante de todo o exposto, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – – Senador **Antonio Carlos Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

Vide texto compilado

Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Características e Natureza da Companhia ou Sociedade Anônima

Características

Art. 1º A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

SEÇÃO VI

Alienação de Controle

Divulgação

Art. 254. ~~A alienação do controle da companhia aberta dependerá de prévia autorização da comissão de Valores Imobiliários. (Revogado pela Lei nº 9.457, de 1997)~~

~~§ 1º A Comissão de Valores Mobiliários deve zelar para que seja assegurado tratamento igualitário aos acionistas minoritários, mediante simultânea oferta pública para aquisição de ações. (Revogado pela Lei nº 9.457, de 1997)~~

~~§ 2º Se o número de ações ofertadas, incluindo as dos controladores ou majoritários, ultrapassar o máximo previsto na oferta, será obrigatório o rateio, na forma prevista no instrumento da oferta pública. (Revogado pela Lei nº 9.457, de 1997)~~

~~§ 3º Compete ao Conselho Monetário Nacional estabelecer normas observadas na oferta pública relativa à alienação de controle de companhia aberta. (Revogado pela Lei nº 9.457, de 1997)~~

Art. 254-A. A alienação, direta ou indireta, do controle de companhia aberta somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da companhia, de modo a lhes assegurar o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle. (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 1º Entende-se como alienação de controle a transferência, de forma direta ou indireta, de ações integrantes do bloco de controle, de ações vinculadas a acordos de acionistas e de valores mobiliários conversíveis em ações com direito a voto, cessão de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações que venham a resultar na alienação de controle acionário da sociedade. (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001).

§ 2º A Comissão de Valores Mobiliários autorizará a alienação de controle de que trata o **caput**, desde que verificado que as condições da oferta pública atendem aos requisitos legais. (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001).

§ 3º Compete à Comissão de Valores Mobiliários estabelecer normas a serem observadas na oferta pública de que trata o **caput**. (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 4º O adquirente do controle acionário de companhia aberta poderá oferecer aos acionistas minoritários a opção de permanecer na companhia, mediante o pagamento de um prêmio equivalente à diferença entre o valor de mercado das ações e o valor pago por ação integrante do bloco de controle. (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 5º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)

LEI Nº 10.303, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001

Mensagem de veto

Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

LEI Nº 9.457, DE 5 DE MAIO DE 1997

Altera dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, abaixo enumerados, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16.

- I – conversibilidade em ações preferenciais;
- II – exigência de nacionalidade brasileira do acionista; ou
- III – direito de voto em separado para o preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos.

Art. 6º Revogam-se a Lei nº 7.958, de 20 de dezembro de 1989 o art. 254 e os §§1º e 2º do art. 255 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 5 de maio de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL, Pedro Malan.**

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, no Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, vinculada ao Ministério da Educação, com sede em Taguatinga, no Distrito Federal.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias à instituição da escola;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento da escola;

III – lotar na escola os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante criação, transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Taguatinga será uma instituição de educação profissional, destinada à formação e qualificação de profissionais, principalmente de técnicos de nível médio, para atender às necessidades socioeconômicas do Distrito Federal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A criação de oportunidades de acesso à educação profissional constitui um dos maiores desafios das políticas públicas no Brasil. Essa assertiva é evidenciada, por exemplo, pelos números de estudantes que freqüentam o ensino médio. Enquanto cerca de 9 milhões de alunos estão matriculados em escolas de ensino médio regular, apenas em torno de 750 mil estudam em estabelecimentos de educação profissional de nível técnico. Dadas as dificuldades de chegar à universidade, o ensino médio surge como a via por excelência para a profissionalização de expressivo contingente de estudantes, especialmente de famílias de baixa renda. Se nem esse caminho é aberto a esses estudantes, sua inserção no mercado de trabalho, sem maior qualificação, tenderá a ser marcada pelo subemprego.

O valor da educação profissional está bem estabelecido na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educa-

ção (LDB). Conforme a LDB, a educação profissional, *integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho (arts. 39 e 40).*

É de se lamentar que, durante quase um decênio, a rede federal de educação profissional tenha praticamente deixado de crescer. Contudo, com a edição da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, foram revistos os obstáculos à expansão dessa rede. A seguir, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), anunciado pelo Governo Federal, em 2007, previu a criação, em quatro anos, de 150 escolas técnicas federais em cidades-pólo.

O presente projeto prestigia essa tendência de valorizar a educação profissional, mediante a iniciativa de indicar ao Poder Executivo uma localidade que possui todas as condições para ser sede de uma nova escola federal.

Criada em 1958 para atacar o problema das invasões que já apareciam em Brasília, Taguatinga cresceu extraordinariamente em seu meio século de existência. Com população superior a 250 mil habitantes, é considerada, hoje, a capital econômica do Distrito Federal, devido à força de seu comércio e de sua indústria. Isso revela que a cidade merece ter uma escola técnica federal, que proporcionará à sua juventude novas oportunidades de acesso ao ensino de natureza profissional.

Em vista das razões expostas, solicito o apoio de meus Pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Adelmir Santana**, Senador.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal na cidade do Gama, no Distrito Federal.

Art. 2º A Escola Técnica Federal do Gama manterá cursos de nível médio e de educação profissional, a serem autorizados pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 3º A instalação do estabelecimento de que trata esta Lei subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias, assim como à criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 4º A regulamentação desta Lei tratará dos recursos indispensáveis à instalação da Escola Técnica do Gama, Distrito Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

No fim dos anos 1950, a construção de Brasília, nova capital da República, exigiu a ocupação da antiga fazenda Gama, então habitada por cerca de mil pessoas. No processo de criação da nova sede do governo federal, trinta famílias necessitaram ser transferidas dos arredores da barragem do Lago Paranoá para a região do Gama, movimento que resultou na criação da nova cidade-satélite.

O Gama, que pertence à Região Administrativa II, do Distrito Federal, foi criado pelo Decreto nº 11.921, de 1989, que fixa os novos limites das Regiões Administrativas do Distrito Federal. Atualmente, o Gama distribui-se em uma área urbana, que engloba seis setores, e uma área rural.

A população do Gama vem aumentando consistentemente, desde a sua fundação. No ano 2000, a cidade já contabilizava mais de 130 mil habitantes, atendidos por uma rede pública de educação que dispõe de 51 unidades escolares, sendo 42 escolas na região urbana e outras 8 na zona rural.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) relativos ao grau de instrução, no ano de 2004, revelam que, naquele momento, a população do Gama possuía 3,4% de analfabetos, porém nada menos que 30,2% não haviam concluído o antigo primeiro grau. Apenas 5% do total da população contavam, então, com diploma de curso superior completo.

Os dados socioeconômicos supra indicam, a toda evidência, a necessidade de o Gama qualificar profissionalmente a população local, mediante a adoção, pelo governo do Distrito-Federal, de políticas públicas que permitam a seus moradores o acesso ao estudo de qualidade que uma escola técnica fornece, com especial foco para a absorção de seus egressos pelo mercado de trabalho.

Com a criação da Escola Técnica Federal do Gama, os jovens não mais terão de se deslocar para outras localidades, passando a receber a formação profissional necessária à modernização e dinamização da economia local.

Por todo o exposto, solicito o apoio dos Senadores a este projeto, de visível significado social.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Adelmir Santana**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Planaltina, no Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Planaltina, no Distrito Federal.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Planaltina manterá cursos de nível médio e de educação profissional, a serem definidos pelo Ministério da Educação.

Art. 3º A instalação do estabelecimento de que trata esta Lei subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias, assim como à criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 4º A regulamentação desta Lei tratará dos recursos indispensáveis à instalação da Escola Técnica de Planaltina, no Distrito Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Os documentos existentes não indicam a data exata da fundação de Planaltina, embora se acredite que tenha sido em fins do século XVIII. A antiga povoação cresceu a partir de 1917, com o surgimento de charqueadas, empresas de curtume, fábricas de calçado e usina hidrelétrica. Nesse ano, passou a denominar-se Planaltina.

Em 1922, por disposição legal, foi determinado o assentamento da pedra fundamental da futura capital do Brasil, a nove quilômetros da cidade de Planaltina.

Com a criação de Brasília, Planaltina passou, nos anos 1960, a receber egressos das invasões de Brasília e pessoas oriundas de várias partes do País, aumentando seu ritmo de crescimento.

A cidade conta atualmente com mais de 185 mil habitantes, dos quais mais de 86 mil são eleitores. Seus aproximadamente 50 mil estudantes freqüentam mais de setenta escolas, urbanas e rurais. Esses dados caracterizam Planaltina como Diretoria Regional de Ensino (DRE) de grande porte.

Essas cifras nos fazem compreender que a cidade faz jus a uma escola técnica que atenda aos estudantes e promova o desenvolvimento, de modo compatível com a situação socioeconômica do lugar.

Com a criação da Escola Técnica Federal de Planaltina, os jovens passariam a receber a formação profissional necessária à modernização e dinamização da economia local.

Por todo o, exposto, solicitamos o apoio de nossos Pares a mais este projeto.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Adelmir Santana**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Samambaia, no Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Samambaia, no Distrito Federal.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Samambaia manterá cursos de nível médio e de educação profissional.

Art. 3º A instalação do estabelecimento de que trata esta Lei subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias, assim como à criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 4º A regulamentação desta Lei tratará dos recursos indispensáveis à instalação da Escola Técnica de Samambaia, no Distrito Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Com o crescimento da população da capital federal, nos anos 1980, criou-se um projeto de erradicação de invasões, com vistas a controlar a crescente favelização da cidade.

A remoção das invasões da Boca da Mata, Asa Branca e outras menores constituiu o início de Samambaia. Um programa progressivo de moradias, desenvolvido e administrado pelo governo, começou a levar famílias faveladas para áreas selecionadas.

A política de habitação teve em Samambaia momentos de glória e a cidade ganhou colocações prestigiosas em prêmios internacionais.

Samambaia é a quarta maior região administrativa do Distrito Federal. Conta com mais de 220 mil

habitantes, dos quais mais de 50 mil são estudantes que freqüentam cerca de quarenta escolas públicas. Também há numero similar de escolas privadas, além de instituições de ensino superior, segundo dados de 2005.

Samambaia desenvolveu-se muito, possuindo hospitais, centros de saúde, shopping centers, estabelecimentos comerciais e algumas indústrias. Rodovias pavimentadas servem à cidade e nela há três estações de metrô. Pelo seu tamanho e desenvolvimento, pode ser considerada uma cidade de médio porte, inclusive com as necessidades atinentes a sua dimensão demográfica.

Pelos dados socioeconômicos listados, percebe-se que Samambaia precisa qualificar profissionalmente seus moradores. O Governo que criou a cidade precisa dar continuidade às suas ações estabelecendo políticas públicas que permitam aos seus moradores o acesso ao estudo de qualidade que uma escola técnica fornece.

Com a criação da Escola Técnica Federal de Samambaia os jovens não precisarão mais deslocar-se para outras localidades e passarão a receber a formação profissional necessária à modernização e dinamização da economia local.

Por todo o exposto, solicitamos o apoio de nossos pares a este projeto.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Adelmir Santana**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2008

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exdusivo, em serviços e processos de reciclagem.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, de fabricação em países integrantes do Mercosul, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações, para emprego, exclusivo, em processos de reciclagem.

Art. 2º A isenção de que trata o art. 1º será concedida na forma do regulamento, e será declarada nula, sendo o imposto cobrado com todos os acréscimos legais, se verificada antes de decorridos três anos da aquisição:

I – a transferência, a qualquer título, da propriedade dos bens objeto da isenção, salvo para pessoas jurídicas de que trata a presente Lei e mediante a prévia anuência do órgão de administração fiscal;

II – a comprovação de uso dos bens, de que trata o art. 1º, em atividade diversa da que houver justificando o benefício; ou

III – a descaracterização dos bens, se a isenção houver sido baseada no disposto no art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. A isenção para veículos, máquinas e equipamentos, de que trata a presente Lei, só poderá ser concedida uma vez, ressalvadas as hipóteses de sinistro com perda total, furto, roubo ou da transferência de propriedade prevista no inciso I deste artigo.

Art. 3º O regulamento disporá sobre restrições à concessão da isenção de que trata esta Lei ao atendimento dos requisitos de identificação dos bens e produtos que especificar, inclusive quanto os aspectos quantitativos, quantitativos, controle de uso e demais exigências legais.

Art. 4º Fica assegurada a manutenção do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) relativo a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados nos bens e produtos objeto da isenção de que trata o art. 1º

Art. 5º Para os fins do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação ocorrer depois de sessenta dias de publicação desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 5º.

Justificação

As medidas de incentivo fiscal, aqui propostas, têm o objetivo de estimular a atividade de reciclagem no País, maximizando os efeitos multiplicador dos seus benefícios sobre o meio ambiente, e com a preocupação de contribuir para uma vida sustentável para as gerações presentes e futuras.

O reaproveitamento de materiais e produtos sem utilidade ou considerados imprestáveis ou descartáveis ainda é uma atividade incipiente no Brasil. Por isso mesmo enfrenta muitas dificuldades para atender a demanda pela desintoxicação do nosso sistema am-

biental. As dificuldades se revelam na indisponibilidade de tecnologias apropriadas à reciclagem de diversos tipos de materiais e produtos que ainda são jogados ou mal depositados no meio ambiente. As dificuldades se revelam também pelo baixo nível de investimentos no setor.

Ademais, a atividade de reciclagem é, potencialmente, um setor promissor para a geração de emprego e renda, principalmente para as camadas mais necessitadas da sociedade. Mas os benefícios não se restringem à geração de emprego, de renda e da retirada do meio ambiente de materiais recicláveis. O impacto dos resultados positivos vão além desses ganhos: ajudam no processo de economia de uso de recursos naturais renovais ou não.

A legislação ambiental brasileira e a Política Nacional de Meio Ambiente têm como foco principal a preocupação com a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental no País. O setor público, por esse meio, busca despertar a consciência coletiva para a necessidade de se ter um ambiente ecologicamente equilibrado. Para isso, é fundamental que o Estado estimule a instalação de indústrias recicladoras de pequeno, médio e grande porte por todo o País.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há oradores inscritos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me inscrever para uma comunicação inadiável, se possível para formulá-la imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a será atendido, mas, antes, concederei a palavra à Senadora Fátima Cleide, que, como V. Ex^a, havia pedido a palavra.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a exemplo do Senador Geraldo Mesquita, gostaria de pedir minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, ao mesmo tempo em que o saúdo, trago aqui uma notícia a respeito de um fato muito grave ocorrido em nosso País.

Hoje, pela manhã, por provocação do Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, essa importante Comissão inaugurou um ciclo de seminários, de palestras e de debates para tratar da questão atinente ao povo negro.

Sr. Presidente, exatamente nesse contexto, ao abrir os jornais de hoje, deparo-me, estarecido, com a notícia de um fato ocorrido na Bahia, aquele belo Estado brasileiro. Faço referência especificamente a uma matéria da *Folha de S. Paulo*, matéria da jornalista Renata Baptista, onde colho a informação de que o coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), um cidadão chamado Antônio Dantas, teria declarado que “o baixo rendimento dos alunos da faculdade [de Medicina] no Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) se deve ao ‘baixo QI (quociente de inteligência) dos baianos’”.

Repare, Sr. Presidente, a gravidade dessa declaração, feita exatamente no momento em que a Comissão de Direitos Humanos deste Senado Federal inaugura um ciclo de debates e de seminários para tratar da questão do povo negro.

Um cidadão que tem a responsabilidade de ordenar um curso superior de Medicina – curso que, aliás, foi alvo de homenagem deste Senado Federal há poucos dias pela passagem de seus duzentos anos de existência, Senadora Fátima Cleide – agride o povo baiano, agride, inclusive, o povo brasileiro. Sr. Presidente, trata-se de puro preconceito, de pura discriminação racial. Digo isso, porque, entre as bobagens proferidas por esse cidadão, atribui-se a ele o seguinte: “O baiano toca berimbau porque só tem uma corda. Se tivesse mais [cordas], não conseguiria”. E por aí vai.

Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, berimbau, como nós sabemos, é o instrumento introduzido neste País pelos escravos negros para marcar o ritmo do jogo e da luta da capoeira. Na Bahia, a população é, majoritariamente, composta de negros. Esse cidadão acaba de proferir uma agressão inominável, especialmente ao povo negro da Bahia e, em regra, ao povo baiano, a quem ele atribui baixo QI, generalizando.

Eu não poderia ficar calado em face de tamanha agressão. O Senador Paulo Paim, hoje pela manhã, presidindo a Comissão de Direitos Humanos, incontênti, tomou a iniciativa de mandar elaborar uma moção de repúdio ao ato desse cidadão. Chega aqui o Senador César Borges, meu vizinho, nosso companheiro aqui

do Senado. O Senador Paulo Paim, mandou elaborar, em nome da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, uma moção de repúdio à atitude desse cidadão da terra de V. Ex^a, Senador César Borges, uma atitude, repito, ofensiva, discriminatória e preconceituosa com o povo baiano e com o povo brasileiro.

Senti-me particularmente ofendido com a fala desse cidadão, que deveria ser – não tenho esse poder – demitido incontinenti pelo dirigente da Universidade Federal da Bahia, pois ele não merece ser absolutamente nada na terra da Bahia, naquela grande terra de um povo inteligente, de um povo trabalhador, que não merece uma agressão como essa.

Portanto, Sr. Presidente, em breves palavras – o Senador Antonio Carlos Júnior também está chegando aqui –, queria registrar minha indignação, Senador César Borges. Fiquei indignado. Li a matéria uma vez, duas vezes, três vezes, para compreender o que eu estava lendo. É inadmissível uma coisa como essa nos dias de hoje!

Nós, no Brasil, temos a mania de deixar barato essas coisas, de deixar pra lá. Mas não podemos deixar pra lá uma situação dessa! O Senado Federal, além dessa nota de repúdio, dessa moção de repúdio, tem de oficiar as autoridades brasileiras, o Ministério Público, porque se configura aí o cometimento de um crime, e um crime grave, como há muito tempo não vejo ser cometido neste País.

Portanto, queria deixar aqui registrado meu repúdio e minha indignação à fala desse cidadão, que é ofensiva, preconceituosa e desrespeitosa com o povo baiano e com o povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, quero associar-me às palavras de V. Ex^a. Não se pode admitir essa manifestação de puro preconceito desse cidadão que agride o povo baiano de maneira despropositada. Mas tenho a certeza que a representação baiana já se está articulando para trazer aqui também seu protesto.

Peço permissão aos Senadores baianos César Borges e Antonio Carlos Júnior para conceder a palavra ao Senador Paulo Paim, que já estava inscrito. Posteriormente, S. Ex^{as} terão a palavra, que será concedida pelo Presidente em exercício Senador Flexa Ribeiro, a quem tenho a honra de passar a Presidência. Trata-se de um grande Senador do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:


REQUERIMENTO Nº 509, DE 2008

Nos termos do Art. 222 do RISF, requiero Voto de Repúdio à notícia veiculada no meio de empresa escrita, notadamente na “**Folha de S. Paulo**”, creditada ao Professor Antônio Dantas –Coordenador do Curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia –que atribui ao “baixo QI dos baianos” a nota 2 obtida pelo curso no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e no Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD). O Professor afirmou que a tradicional percussão do Olodum é um “barulho” e que um dos símbolos da Bahia, o berimbau, é um instrumento para pessoas pouco inteligentes. “O berimbau é o tipo de instrumento para o indivíduo que tem poucos neurônios. Ele tem uma corda só e não precisa de muitas combinações musicais”. Disse ainda que o sistema de cotas para afrodescendentes pode ter contribuído para o mau desempenho. “A prova foi feita com alunos do primeiro semestre e do último semestre. Pode estar havendo uma contaminação das cotas e influência da transformação curricular nesse resultado”.

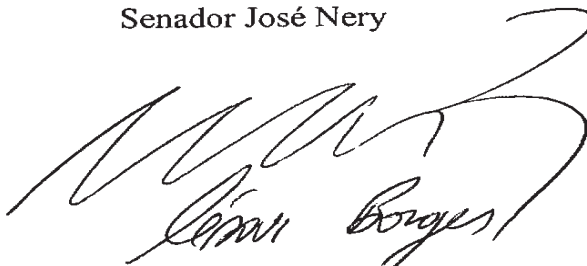
Podemos constatar que estas declarações são “racistas e ignorantes”. Jamais podemos coadunar com posições que são contra a dignidade da pessoa humana. Como seria bom se um dia todos intendessem que nós, humanos, temos sim as nossas especificidades e são elas que nos tornam tão especiais.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008.


Senador Geraldo Mesquita Júnior


Senador Paulo Paim

Senador José Nery


César Borges

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará o voto de repúdio solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 510, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 13, do Regimento Interno, seja considerada como missão política minha ausência dos trabalhos da Casa no dia 17 de abril quando, na qualidade de Presidente da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193/2008, estarei participando de diligências, em conjunto com membros da Subcomissão Temporária para acompanhar a crise ambiental na Amazônia, criada no âmbito da CMA, na cidade de Belém, Estado do Pará.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Jayme Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro, suplente de Secretário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Sr^{as} e Srs. Senadores, rapidamente, eu queria reforçar aqui as palavras do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Hoje, pela manhã, estávamos fazendo um debate sobre os 120 anos da abolição não concluída e, ao mesmo tempo, fazendo uma homenagem aos trabalhadores, porque amanhã é o dia 1º de maio, quando o Senador Geraldo Mesquita Júnior nos apresentou uma série de recortes de jornais e *blogs* em que esse cidadão, que diz que é professor – tenho o maior carinho pelos professores do nosso País –, chamado Antônio Dantas, Coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia – nem vou repetir tudo o que ele disse aqui –, disse, entre outras palavras, Senador Antonio Carlos Júnior e Senador César Borges, que berimbau é coisa de quem não pensa, que o povo baiano o toca porque o instrumento tem só uma corda. Ele também disse que o Olodum só faz barulho, ofendendo também aquele grupo. Li toda a matéria, e

ele diz mais à frente: “Feliz do povo do Sul (eu sou do Sul), porque para lá foram alemães e italianos”.

Em resumo, é tão grave a ofensa que ele faz ao nosso querido povo baiano, que V. Ex^{as} tão bem representam aqui, e ao nosso País, que, de pronto, a Comissão entendeu – naturalmente, pegaremos a assinatura de V. Ex^{as} – por bem aprovar um voto de repúdio a essa matéria divulgada, não ao jornal que a divulgou corretamente, mas, sim, a quem fez esse tipo de afirmação, ofendendo todo o povo brasileiro, ferindo os direitos humanos. Nessa matéria, ele diz: “O problema é o baixo QI dos baianos”.

Senador César Borges, nem sempre aqui estamos no mesmo debate, mas quero dizer que V. Ex^a é um cidadão competente, qualificado, como é todo o povo baiano.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, trata-se de ofensa direta, pois ele diz que o QI dos baianos é baixíssimo e que, por isso, o resultado nas provas do exame em questão foi baixo. Diante disso, tomaria até a liberdade de fazermos aqui um voto de solidariedade ao povo da Bahia e um voto de repúdio a esse cidadão pelo ato criminoso, porque racismo e preconceito são crimes e não prescrevem. Portanto, ele tem de ser processado.

Vou além: acho que é obrigação do Reitor da Universidade Federal da Bahia, de pronto, pedir que ele bote o cargo à disposição. E peço isso, porque não sou eu quem tem força de demiti-lo, porque, se eu estivesse lá, com certeza, encaminharia hoje mesmo a demissão desse cidadão.

É isso, Sr. Presidente. Faço questão de ouvir nossos representantes da Bahia, que agora é que estão tomando pé na situação – também só tomei conhecimento disso perto do meio-dia.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Geraldo Mesquita e ao Senador Paulo Paim a atitude tomada publicamente, não só pela palavra assumida, mas também pela atitude já adotada pela Comissão de Direitos Humanos: o Senador Paulo Paim, como Presidente daquela Comissão, fez muito bem ao aprovar uma moção de repúdio.

Também estamos encaminhando – o Senador Antonio Carlos Júnior e eu –, Sr. Presidente, com base no art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de censura ao coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas, em repúdio à declaração feita ao jornal **Folha de S. Paulo** do dia 30 de abril de 2008, no qual atribui a má **performance** de sua escola no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) ao “baixo QI dos baianos” e no qual afirma que “o baiano toca berimbau porque só tem uma corda; se tivesse mais (cordas), não conseguiria”.

Sr. Presidente, essa declaração é inadmissível, sobretudo quando parte de um coordenador – imagine, Sr. Presidente, um coordenador! – de curso da UFBA, responsável, portanto, pela **performance** desse curso. Mais ainda, ele se serve de preconceito para justificar o aparente fracasso da sua política de ensino, preferindo transferir, de forma infeliz, aos alunos a responsabilidade quanto à *performance* do curso, ao responder ao questionamento do jornal **Folha de S. Paulo**. Muitas razões podem explicar os resultados dos alunos da Escola de Medicina da UFBA no Enade, essa aferição que é promovida pelo Ministério da Educação. Entre essas razões, poderiam estar o boicote a esse tipo de avaliação, o baixo comparecimento à prova ou mesmo a deficiência do ensino.

É lamentável também que remanesçam no quadro docente da Faculdade de Medicina da Bahia – inclusive, comemoramos aqui os duzentos anos de fundação dessa escola, um período de glórias e de admiração da sociedade brasileira – professores que propugnam as velhas teorias do início do século XX, que aliavam raça com quociente de inteligência.

A declaração do citado professor beira, se não por inteiro, o racismo e traduz o preconceito com que parte da elite baiana, felizmente minoritária, vê a cultura popular e a miscigenação festejada por todos nós existente na sociedade baiana. Por isso, merece o inteiro repúdio desta Casa.

Solicito, Sr. Presidente, que a presente manifestação, sem prejuízo da manifestação já feita pelo Senador Paulo Paim, seja enviada para conhecimento do Magnífico Reitor da UFBA, para enviar junto a essa autoridade as providências que se fazem necessárias.

Aqui, como já foi dito, consideramos impossível a permanência no cargo de alguém que entenda dessa forma a má *performance* do curso de Medicina. Que ele seja, de imediato, afastado, para que não haja figura como essa falando pela escola de

Medicina da Bahia, tão festejada pela sua tradição de glória na sociedade baiana e brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, neste momento, estou encaminhando este requerimento, com integral apoio do meu colega de Bancada Senador Antonio Carlos Júnior, agradecendo a todos os Senadores que fizeram referência e manifestaram seu repúdio a esse tipo de declaração que ofende os baianos, os brasileiros, todos nós que queremos um país igualitário de todos os pontos de vista, principalmente do ponto de vista social e racial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 511, DE 2007

Com base no artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de Voto de Censura ao coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Antonio Dantas, em repúdio à declaração ao jornal **Folha de São Paulo** do dia 30 de abril de 2008, na qual atribui a má *performance* de sua escola no ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) ao “baixo QI dos baianos” e que na qual afirma que “o baiano só toca berimbau porque só tem uma corda; se tivesse mais, não conseguiria”.

Justificação

A declaração é inadmissível, sobretudo quando parte de um coordenador de curso da Universidade Federal da Bahia. Mais ainda, quando se serve de preconceito para justificar o aparente fracasso da sua política de ensino, preferindo transferir de forma infeliz aos alunos a responsabilidade quanto a *performance* do curso, ao responder ao questionamento do jornal.

Muitas razões podem explicar os resultados dos alunos de Medicina da Universidade Federal da Bahia no Enade, uma aferição promovida pelo Ministério da Educação. Entre estas razões, poderiam estar o boicote a este tipo de avaliação, o baixa comparecimento à prova ou mesmo a deficiência do ensino.

É lamentável também que remanesça no quadro docente da Faculdade de Medicina da Bahia, que acaba de completar 200 anos de glórias e admiração da sociedade brasileira, professores que propugnam as velhas teorias do início do século XX que aliavam raça com quociente de inteligência.

A declaração do citado professor beira o racismo e traduz o preconceito com que parte da elite baiana,

felizmente minoritária, vê a cultura popular e a miscigenação baiana. Por isto, merece o inteiro repúdio desta Casa.

Solicito que a presente manifestação desta Casa seja enviada para conhecimento do Magnífico Reitor da Universidade Federal da Bahia, para envidar junto a esta autoridade as providências que se fazem necessárias.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008.

CÉSAR BORGES

ARNALDO SÜSSEKIND

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador César Borges, a Presidência acata a solicitação de V. Ex^a e dará o encaminhamento regimental.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 512, DE 2008

Nos termos do Art. 222 do regimento interno da Casa, requero Voto de Aplauso destinado a homenagear os 65 anos da publicação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Homenageamos também o mestre em direito do trabalho e um dos elaboradores no processo de formulação da CLT, Arnaldo Süssekind.

Justificação

No próximo dia 1º de maio, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), completa seus 65 anos. Em vigor desde 1º de maio de 1943, ela assegura direitos

e deveres de todos os trabalhadores brasileiros. Para tanto, encaminho Voto de Aplauso em homenagem à consolidação destas leis. Não podendo deixar de exaltar a importância do mestre em Direito do Trabalho e um dos elaboradores no processo de formulação da CLT, Arnaldo Süssekind.

Arnaldo Süssekind, foi ministro do trabalho e também do Tribunal Superior do Trabalho (TST), lançou diversos livros relacionados às questões trabalhistas. O jurista, sempre procurou focar suas abordagens nas áreas da previdência social brasileira, direito do trabalho e direitos internacional do trabalho.

Normalmente, por meio de seminários, conferências e artigos, Süssekind lutou contra as tentativas de acabarem com o sistema legal de proteção aos trabalhadores.

Parabéns a este guerreiro da área dos direitos dos trabalhadores!

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

REQUERIMENTO Nº 513, DE 2008

Requer Voto de Congratulações aos Senhores Egídio Malanquini – proprietário da empresa Vista Cafés Especiais e presidente do Sindicato das Indústrias de Café do Espírito Santo (SINCAFÉ) e José Guilherme Lima – Sócio-Diretor da Café Campeão.

Requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata, de Voto de Congratulações aos Senhores Egídio Malanquini – proprietário da empresa Vista Cafés Especiais e presidente do Sindicato das Indústrias de Café do Espírito Santo (SINCAFÉ) e José Guilherme Lima – sócio-diretor da Café Campeão.

Requeiro também que o Voto de Congratulações seja levado ao conhecimento dos Senhores Egídio Malanquini – Endereço: Rodovia do Sol, 2.605, Praia dos Recifes, Vila Velha/ES, CEP 29.130-600 – e Sr. José Guilherme Lima – Endereço: Avenida Jones dos Santos Neves, S/Nº, Parque Industrial Melvim Jones, Cachoeiro de Itapemirim/ES, CEP 29.312-300.

Justificação

A quarta Edição Especial dos Melhores Cafés do Brasil, promovida pela Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC), lançada nesta quarta-feira, dia 30, em Brasília, concedeu o primeiro lugar a duas indústrias capixabas: Vista Linda Cafés Especiais e Café Campeão. É mais um prêmio que atesta a qualidade do café do Espírito Santo.

A presença constante de nossos produtores nas premiações nacionais do setor levou o estado a integrar o seletivo grupo de produtores de cafés especiais, con-

quistando o mercado internacional, especialmente junto aos compradores de cafés de alto padrão dos Estados Unidos, Japão, Coréia do Sul e outros países.

A Edição Especial, iniciada em 2005, promove os cafés de qualidade junto aos consumidores, em parceria com o varejo de todo o País. Como ocorreu nos anos anteriores, as marcas selecionadas utilizaram como matéria-prima os grãos vencedores do Concurso Nacional ABIC de Qualidade do Café.

Do concurso nacional, considerado um dos maiores certames do gênero no mundo, participam apenas os lotes vencedores dos torneios realizados pelos estados produtores, nas categorias: café Cereja descascado e café natural. Em 2007, mais de 3.500 cafeicultores participaram destes torneios. Os lotes finalistas foram adquiridos pelas indústrias em leilão, e são esses grãos que integram a quarta Edição Especial dos Melhores Cafés do Brasil.

Referência nacional em café Conilon, responsável por 75 por cento da produção brasileira, o Espírito Santo tem ainda 190 mil hectares de plantação de café Arábica, em 24 mil propriedades distribuídas pelo estado, muitas delas com certificação internacional.

O merecido prêmio conquistado pelas indústrias Vista Linda, de Egídio Malanquini, também presidente do Sindicato das Indústrias de Café do Espírito Santo (SINCAFÉ), e Campeão, de José Guilherme Lima, representa o reconhecimento do esforço conjunto de produtores, pesquisadores e industriais, que conseguiram fazer do café capixaba um produto respeitado internacionalmente.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Gerson Camata**.

REQUERIMENTO Nº 514, DE 2008

Com fulcro no art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do presidente do jornal **O Povo**, Demócrito Rocha Dummar, com apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senadora **Patrícia Saboya**.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Com a palavra, a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presi-

dente, eu apenas gostaria de comungar do sentimento do Senador César Borges, do Senador Antonio Carlos Júnior, do nosso Senador Paulo Paim, do Senador Geraldo Mesquita, enfim dos Senadores que já se pronunciaram. Quero dizer não a esse tipo de atitude do Coordenador de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Independentemente de estar endossando, realmente é um procedimento absolutamente, politicamente equivocado.

Eu gostaria de aproveitar este momento também para cumprimentar o Professor Doutor Antônio Amorim, Coordenador do Curso de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso.

Essa Universidade está entre as seis no País que conquistaram a nota máxima, nota total de valoração do curso de Medicina na Universidade Federal de Mato Grosso, está entre as seis que tiveram o grau máximo na qualidade do ensino da Medicina em Mato Grosso. E o coordenador-geral é o Dr. Antônio Amorim. A nossa saudação a todos que fazem Medicina em Mato Grosso, que já fizeram na Federal, que estão fazendo e especialmente a seu coordenador.

Com certeza, Srs. Senadores, especialmente Senadores da Bahia, com pessoas da mentalidade do Dr. Antônio Amorim, um curso vai muito bem; porém, com pessoas com a mentalidade deste outro professor, que agora não me recordo do nome...

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Antônio Dantas.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ...Antônio Dantas. Ele tem total e absoluta responsabilidade pelo que está acontecendo no curso de Medicina da Bahia e não pode jogar essa responsabilidade nas costas daqueles que são os seus coordenados e que dependem da sua orientação para ter um bom ou um não tão bom desempenho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é revoltante a declaração deste irresponsável coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Sr. Antônio Dantas. Realmente, isso nos revolta como representantes do Estado da Bahia.

E eu venho aqui, em nome da bancada baiana, em nome do Senado Federal, exigir do Reitor Nao-mar Alcântara e do Diretor José Tavares Filho a demissão imediata desse irresponsável, porque ele é racista, preconceituoso e está se eximindo das suas

responsabilidades em relação à condução do curso e do mau desempenho aferido no exame, cujas razões não conheço.

Agradeço as manifestações dos Senadores Geraldo Mesquita, Paulo Paim, Serys Slhessarenko e do meu companheiro César Borges, porque estamos juntos nesta luta para exigir respeito à Bahia, porque isso é um desrespeito ao nosso Estado.

E, volto a dizer, o Reitor Naomar Alcântara e o Diretor José Tavares Filho têm obrigação de demitir sumariamente esse irresponsável, que não poderia ocupar um cargo desse tipo na Universidade Federal da Bahia, a mais antiga do Brasil – recentemente completou 200 anos –, e não pode ser manchada com a declaração de um irresponsável como o Sr. Antônio Dantas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador Antonio Carlos Júnior, quero também estar solidário com os baianos e com sua bancada no Senado, parabenizar os Senadores Geraldo Mesquita, Paulo Paim e Serys Slhessarenko e dizer que gostaria também de assinar o requerimento de solidariedade. Só quem pode dar uma declaração dessa a respeito da inteligência dos baianos é quem não os conhece, porque os baianos já deram demonstração da sua capacidade, não só de inteligência, mas de trabalho, transformando aquele querido Estado numa referência nacional. Teve como Governador V. Ex^a, Senador César Borges, e o saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães, que deram impulso àquele Estado, que, para nós, brasileiros, é uma referência internacional.

Então, é realmente lamentável que tenha sido feita uma declaração desse tipo, e sou solidário às manifestações aqui expressadas por todos os nossos Pares em apoio ao povo da Bahia.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Já concederei a palavra a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Chamo para fazer uso da palavra, pela Liderança do PDMB, o Senador José Maranhão.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, eu trago um discurso escrito, mas, evidentemente, pelo tempo de cinco minutos, vejo a impossibilidade material de lê-lo, de forma que farei alguns comentários na linha do discurso, pedindo a V. Ex^a que o inclua nos Anais da Casa, dando como lido este pronunciamento.

Nós estamos querendo analisar esta balela que vem sendo produzida especialmente pela imprensa internacional, mas com ecos na imprensa nacional, sobre o preço dos alimentos.

Essas versões tendenciosas procuram apresentar os países emergentes, produtores de alimentos e de matérias-primas, sobretudo aqueles como o Brasil, que tem um valiosíssimo plano de produção de biocombustível, como responsáveis pela alta do preço dos alimentos no mundo.

Por coincidência, os países que promovem, que são as matrizes dessa boataria bem orquestrada na imprensa internacional e com repercussão na imprensa nacional são exatamente grandes produtores de petróleo e países que concedem pesados subsídios – pesados para os outros países – à sua agricultura. Estão à frente deles os integrantes da Europa Ocidental e os Estados Unidos.

O curioso nisso tudo – aliás, eu não estou inovando ao fazer esta afirmação, pois ela já foi feita por muitas pessoas, por autoridades brasileiras e, inclusive, pelo próprio Presidente da República – é que esses países nunca saíram a público apresentando as verdadeiras causas da elevação dos preços dos alimentos.

Nunca disseram, por exemplo, que o preço do petróleo saltou de US\$30 para cerca de US\$120 o barril e que o petróleo influi em todos os custos, porque, inclusive, na agricultura ele é a fonte produtora de muitos insumos que são fundamentais, como os adubos, o combustível gasto na mecanização e os defensivos agrícolas. Enfim, toda uma cadeia produtiva é altamente alterada pelo preço do petróleo. Nunca saíram a público para reclamar contra a alta do preço do petróleo, a não ser naquela invasão injusta do Iraque, que todo mundo, hoje, sabe que não tinha nada a ver com armas de destruição em massa, senão com a ambição dos Estados Unidos de se apropriar de uma fatia maior da produção de petróleo daquele país.

Então, Sr. Presidente, é este o meu pronunciamento.

Mais uma vez, as potências desenvolvidas do mundo se articulam contra os países emergentes, contra os países que têm, na sua conta de exportações, os produtos primários. Mas que isso sirva, também, de exemplo aos brasileiros, especialmente àqueles que têm responsabilidade na condução dos negócios públicos, para darem o devido encaminhamento a sua produção.

Quando eu vejo o Brasil entusiasmado com a grande vitória das safras extraordinárias que nós temos tido, sobretudo estimulado pelos altos preços que a conjuntura internacional tem permitido, fico preocupado, porque sabemos, perfeitamente, que há países

que produzem matérias-primas mas que não procuram agregar valores a elas, industrializando-as e permitindo que os produtos que são perecíveis ou que têm um mercado internacional instável sejam mais duráveis e tenham uma melhor remuneração nos mercados internacionais.

O Brasil precisa cuidar fortemente da industrialização de seus produtos primários, porque a exportação de matérias-primas foi sempre um negócio instável, precário, até, nos mercados internacionais.

Eram esses os comentários que eu queria fazer, Sr. Presidente. Eu trouxe um discurso escrito, com uma análise mais profunda, mas, infelizmente, cinco minutos são um tempo muito curto e V. Ex^a já vai sendo tolerante, pois me permitiu que ultrapassasse um pouco o tempo.

Vou entregar o discurso à Mesa e peço a V. Ex^a que o faça constar dos Anais da Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – A Mesa aguarda o encaminhamento e fará o registro nos Anais. V. Ex^a teria o tempo necessário para concluir o seu pronunciamento. O tempo regimental de cinco minutos foi-lhe concedido porque V. Ex^a estava inscrito como Líder do PMDB.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Eu agradeço a generosidade de V. Ex^a e, aproveitando essa minha presença rápida na tribuna, quero-me associar à ilustre Bancada da Bahia, ao Senador Paim, ao Senador Mesquita e aos demais Senadores que se manifestaram sobre esse desastrado pronunciamento do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia.

É desastrado, é injusto, parece mais uma tentativa, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, de fuga da responsabilidade que ele, como coordenador do curso de Medicina, tem sobre os resultados, que não estão em análise aqui. Qualquer crítica poderia ser feita, mas respeitando a dignidade do povo baiano e desprovida de qualquer caráter preconceituoso, especialmente no que diz respeito à questão racial. Isso foge do trivial e vai a uma matéria de Direito Penal. É uma responsabilidade criminal. Certamente, o povo baiano, na sua altivez, na sua coragem e, sobretudo, na sua tradição cultural e de inteligência, vai saber reagir e responsabilizar esse...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – ... homem que não dignifica a categoria de professor universitário. Essa é a solidariedade que quero levar aos oradores que se pronunciaram sobre essa questão.

É lamentável que isso tenha acontecido exatamente no ambiente acadêmico, no ambiente universitário, e que tenha partido de um professor que, inclusive, tem responsabilidades profundas não somente quanto ao respeito racial e ao respeito à inteligência do povo baiano. Sobretudo, ele tem responsabilidades pessoais como dirigente e coordenador de um curso médico.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ MARANHÃO.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a economia global vive, neste momento, uma conjuntura de aumento acelerado dos preços dos alimentos. O resultado já é percebido, nos países mais ricos e de população bem nutrida, no crescimento dos índices inflacionários, o que tem gerado uma inquietação popular como há muito não se via. Semana passada, os servidores públicos do Reino Unido – um dos países onde o sindicalismo é menos ativo – entraram em greve por reposição salarial, seguindo o movimento de seus congêneres franceses de quinze dias atrás. Na Alemanha, os protestos se repetem. No Haiti e em Burkina Faso, revoltas populares eclodiram.

As causas desse aumento de preços são diversas. Entre outras circunstâncias, houve quebra da última safra de grãos de grandes produtores, como Austrália e Canadá, e, a partir da escassez relativa, vem operando a lei da oferta e da procura. Por outro lado, o preço do barril de petróleo nos mercados internacionais parece não ter mais teto: anunciou-se, dia desses, a ultrapassagem da barreira dos 110 dólares por barril. Já ameaça chegar a US\$ 120. E com o petróleo, lá sobem também os preços de fertilizantes e defensivos agrícolas, para não falar dos custos de transporte – tudo que se reflete no preço dos alimentos.

Apesar desses fatos óbvios e mais que conhecidos, certas autoridades econômicas internacionais aparecem nos meios de comunicação para anunciar que a alta dos alimentos se deve à utilização, por parte de países como o Brasil, de suas terras agrícolas para a produção de biocombustíveis! Quer dizer: para essa gente, o Brasil é o grande culpado pelo aumento global dos preços dos alimentos. E por consequência, culpado do agravamento da fome dos pobres de todo o mundo, sobretudo nas nações mais miseráveis.

Ora, é de se perguntar, Senhor Presidente, se tal conversa faz algum sentido. Há quantas décadas os países ricos, sob o argumento de garantir sua segurança alimentar, vêm subsidiando suas agriculturas caras e ineficientes, impedindo o crescimento da produção dos países emergentes e po-

bres, sabotando seu desenvolvimento econômico e bloqueando a redistribuição mundial da riqueza? O subsídio mensal concedido pelo governo da Suíça a uma vaca leiteira, por exemplo, equivale, segundo um documentário do canal *Discovery* apresentado recentemente, a umas três bolsas-família do Brasil. Uma única vaca vale três famílias! Subsidiaram suas vaquinhas sagradas e depois reclamam dos preços dos alimentos...

Mas esses são e sempre foram os termos do comércio mundial: a lei do mais forte. A produção dos países ricos, seja a de tecnologia de ponta, seja a agroindústria, pode ter seus termos de troca valorizados; a dos países pobres ou emergentes, essa tem de ter preços aviltados, com termos de troca injustos impostos pelos donos da riqueza.

Naquelas circunstâncias, não tinha choro: era pagar o que eles queriam. Agora, quando acontece de estarem eles com a faca no peito e os tais termos de troca nos favorecem, nós somos os vilões do mercado. Seria engraçado se não fosse vergonhoso.

Não podemos cair nesse jogo. Não podemos nos deixar enganar pelo discurso demagógico que manipula o argumento da fome como se não tivessem os países ricos responsabilidades pela exploração colonial do Terceiro Mundo e pela imposição de relações desiguais de comércio década após década. E não podemos cair tampouco no jogo dos demagogos de vizinhos nossos, como o coronel Hugo Chávez, que ataca os biocombustíveis não porque causem fome, como tenta fazer crer, mas porque concorre com sua galinha dos ovos de ouro, o petróleo. Evo Morales é outro que, dependente da venda de gás natural, faz eco contra o etanol e o biodiesel.

Felizmente, nossos governantes não se deixam ludibriar, nem por autoridades internacionais, nem por dirigentes de países desenvolvidos, nem por esse vizinhos pobres, mas *amigos da onça*. Na XXX Conferência Regional da América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), realizada aqui em Brasília neste mês de abril, o Presidente Lula da Silva, interrogado sobre a relação entre os biocombustíveis e a carestia dos alimentos, declarou: “*É sempre mais fácil escolher respostas simplistas por trás de supostas preocupações sociais. O biodiesel não é o vilão na questão do aumento dos preços dos alimentos*”.

O Brasil é, com efeito, o exemplo de país cuja agricultura tem conseguido realizações extraordinárias na produção e alimentos e de biocombustíveis. Ao mesmo tempo, sem que uma exclua a outra. E também sem ser necessário causar nova devastação florestal, ao contrário do que afirmam certas ONGs

ambientalistas, que, paradoxalmente, conseguem se mostrar inimigas dos biocombustíveis.

Trata-se de um paradoxo porque é evidente que os biocombustíveis representam solução para o problema do equilíbrio dos gases reputados causadores do efeito estufa na atmosfera, ao substituir os combustíveis de origem fóssil.

Os Ministros Celso Amorim e Guido Mantega também deram declarações corretas no sentido de identificar os subsídios agrícolas e o protecionismo comercial dos países ricos como causas maiores da crise dos preços dos alimentos. E até o Presidente do Banco Mundial (Bird), Robert Zoellick, segundo matéria de Nalu Fernandes, do **Estado de S. Paulo** do dia 13 de abril, mesmo associando biocombustíveis e preços dos gêneros alimentícios, reconheceu que o álcool brasileiro, produzido a partir da cana-de-açúcar, tem menos impacto no mercado de alimentos que o álcool americano, produzido a partir do milho e muito menos eficiente em termos de rendimento energético.

Disse Zoellick, ainda, que o Brasil é dos países que mais aumentou sua contribuição para o Programa Mundial de Alimentos da ONU.

Ora, esse reconhecimento, partindo do Presidente do Bird, deveria servir para calar as vozes acusatórias dos que não desejam ver o Brasil aproveitando uma conjuntura internacional favorável a sua capacidade produtiva e a seu perfil de exportações.

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores: a decisão de produzir em escala industrial o álcool combustível, que já data de três décadas, colocou o Brasil em uma posição invejável em termos de segurança energética e de tecnologia alternativa para o petróleo. A tecnologia do agronegócio tornou possível aumentar a produção de alimentos e de biocombustíveis concomitantemente. Não permitamos que toda essa realização de nossa gente se perca por darmos ouvidos à cantilena desses arautos do desastre, que escondem suas verdadeiras intenções imperialistas sob o discurso tão simpático do combate à fome.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador José Maranhão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa, do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a fica bem nessa Presidência. O Pará está crescendo, não é?

Atentai bem! Nossa solidariedade ao povo baiano.

Senador César Borges, Confúcio disse: “Um quadro vale por mil palavras”. O povo baiano é o mais inteligente do nosso Brasil. Eis o quadro: Rui Barbosa, a quem todos nós nos curvamos. O Senado, em 183 anos, quantas inteligências passaram por aqui? É a inteligência do povo baiano sintetizada.

Flexa Ribeiro, não se ouve esta Casa. Eu, Senador do Piauí, já tinha feito esse diagnóstico. Aten-tai bem! Em 1990, eu fiz um pronunciamento – para acordar esse Governo que aí está – dizendo que, das dez melhores universidades do País – não só facul-dades de medicina –, sete eram federais e três eram particulares. Em 2000, mudou: das melhores, dez eram públicas, e sete, privadas.

Eu tenho que dizer isto com orgulho porque acom-panhei: quando deixei o governo do Piauí, a Uespi, Universidade Estadual do Piauí, era uma das três melhores.

Mas, hoje, o MEC... Eu já fiz discursos aí. Eu acordei o Governo. O caos está em todo o ensino pú-blico federal. Hoje, das dez melhores universidades do Brasil, atentai bem: oito são privadas, particulares, e duas, públicas. Isso é um atestado da incompetência do Governo Federal. Esse é o MEC. Das dez...

Agora, a ignorância é audaciosa. Não adianta, a ignorância é audaciosa. Esse é um dado do MEC: das dez melhores, oito são privadas.

E vou dizer mais, aonde a ignorância está levando este País. Das faculdades de medicina privadas, tem no Nordeste uma que cobra R\$4 mil por mês. Uma particu-lar no Nordeste – não vou citar nome para não agredir ninguém – cobra R\$4 mil por mês! E o estudante não paga só a mensalidade. Ele tem que comer, tem que morar, tem que ter roupa, tem que ter livro.

Então, nós vamos chegar ao tempo em que es-tarão sucateadas as universidades federais públicas, e só o rico, o privilegiado... Essa bolsa aí não vai resol-ver não. Vai levar o povo brasileiro pobre a nunca mais ser doutor. O que se vê aqui é que as universidades públicas estão decadentes.

Agora, à Bahia a nossa solidariedade. Tanto é verdade que o Paim tinha feito aqui uma convocação para homenagear, no Dia do Trabalho, o QI da Bahia, simbolizado por Rui Barbosa e toda a gente baiana. Os Senadores, aqui, são os mais brilhantes: não bastasse o que foi para o céu, Antonio Carlos Magalhães, como os que estão aqui, os três com quem convivemos. É o melhor QI de nossa Pátria.

Então, pesquisando para homenagear o Dia do Trabalho... Ô Marco Maciel, V. Ex^a que é da Aca-de-mia de Letras, pode ver que tem mais baiano do que

de qualquer outro Estado lá na Academia Brasileira de Letras. Os baianos são respeitados.

E, para rememorar e apagar isso, eu recitaria o que disse, em homenagem ao trabalho, Rui Bar-bosa:

Há na vossa grandeza um condão para atrair os que não se rendem a outras: é que é a grandeza do trabalho. O trabalho não é o castigo: é a santificação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho é bom.

Tudo o que se amontoa pelo trabalho é justo. Tudo o que assenta no trabalho é útil. Por isso, a riqueza, por isso, o capital, que emanam do trabalho, são, como ele, providenciais: como ele, necessários, benfazejos como ele. Mas já que do capital e da riqueza é manancial o trabalho, ao trabalho cabe a primazia incon-testável sobre a riqueza e o capital.

E Rui Barbosa casou o trabalho com a educa-ção, que fazem a riqueza e o exemplo para a nossa Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Mão Santa, até pela economia que S. Ex^a concede a esta Presidência, por-que já fez uso da palavra pela ordem e também pela inscrição como orador no dia de hoje.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiv-ável, à nobre Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço um pouquinho de tempo também porque gostaria de me pronunciar sobre essa questão da Bahia. Quero repudiar...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex^a terá os cinco minutos regimentais, mais o tem-po necessário para que se solidarize com os baianos, como todos os Senadores aqui fazem neste instante.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero também trazer meu repúdio a essa afirma-ção racista e que merece o enquadramento na lei que hoje existe, a Lei nº 7.716, que é a Lei do Racismo, desse que seria o responsável pelos índices baixíssimos do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Eu me solidarizo, por intermédio da bancada da Bahia presente nesta Casa, o Senador César Borges e o Senador Antonio Carlos Júnior, com o povo bai-no, que não merece esse tipo de coisa. Nenhum povo deste País, ninguém, nenhuma pessoa, de nenhuma cor, de nenhuma etnia, merece sofrer um tipo de afir-mação tão negativa como essa.

Sr. Presidente, inicio minha comunicação na tarde de hoje registrando algo que considero triste, uma vez que é mais uma perda para o Partido dos Trabalhadores no Estado de Rondônia.

No dia de ontem, 29, terça-feira, por volta de 10 horas da manhã, foi assassinado nosso companheiro Edson Dutra Barros, morto brutalmente próximo à BR-421, possivelmente em função de conflitos agrários na fazenda Catanio, no Município de Campo Novo, em Rondônia. Edson era filiado ao Partido dos Trabalhadores, foi vereador no Município de Alvorada d'Oeste, eleito pelos idos dos anos 90, e agora era pré-candidato a vereador no Município de Buritis.

Sr. Presidente, solicito ao Governo do Estado de Rondônia que aja com determinação a fim de responsabilizar as pessoas envolvidas nesse assassinato brutal. E digo mais uma perda porque já é o terceiro vereador que o Partido dos Trabalhadores perde no Estado de Rondônia apenas no ano de 2008.

Edson Dutra era casado, tinha seis filhos, era trabalhador e, com certeza, foi morto porque estava dando apoio às pessoas acampadas na fazenda Catanio, hoje em litígio, no Estado de Rondônia.

Infelizmente, não é de hoje que a violência assola o meu Estado no que diz respeito a questões agrárias.

Sr. Presidente, vou também fazer um outro registro; desta feita, com muito alegria. O Brasil viveu, ontem à tarde, um evento de grande significado neste ano em que se comemora os sessenta anos da Declaração Universal de Direitos Humanos. Na tarde de ontem, o Governo brasileiro lançou oficialmente a Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros – a chamada comunidade GLBT.

Convocada por decreto presidencial de 28 de novembro de 2007, a Conferência Nacional GLBT integra a programação do Governo Federal em comemoração aos 60 anos da edição da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas, e – sobretudo – reafirma o compromisso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em tratar a questão dos direitos humanos como uma política de Estado.

Em dia com os avanços recém-conquistados e em construção no mundo, no respeito aos direitos universais dos seres humanos, o Brasil realiza a primeira conferência com essa abordagem no mundo, e terá como tema: “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (GLBT)”.

Sr. Presidente, esse assunto parece incomodar muita gente. Há pessoas que não suportam ouvir falar

as palavras gays, lésbicas, travestis, que logo começam a se exaltar. É justamente por isso que essa conferência precisa ser realizada, a fim de que comecemos a superar o que considero mais um tipo de preconceito, de discriminação, que leva à violência, violência que leva à morte de homens e mulheres, única e exclusivamente por conta de sua orientação sexual.

Sr. Presidente, com muita alegria, registro que 170 países, por considerarem essa uma inovação mundial, já confirmaram participação de representantes ministeriais, como observadores dessa inédita parceria da sociedade brasileira com o Governo Federal e os governos estaduais, para propor políticas públicas e contribuir na elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de GLBT, além de avaliar e propor estratégias para fortalecer o Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual.

A Conferência é coordenada pela Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (Sedh) da Presidência da República.

Os delegados – representantes da sociedade civil e do Poder Público – estão sendo indicados em conferências estaduais organizadas por comissões formadas pelo Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, universidades públicas, Poder Executivo, Poder Legislativo e membros dos movimentos e organizações GLBT.

Uma portaria da Secretaria Especial de Direitos Humanos constituiu a comissão organizadora, composta por 32 pessoas, que subsidia a elaboração dos regimentos estaduais.

No último sábado, dia 26 passado, concluiu-se a etapa estadual da Conferência no Acre, com o apoio integral e a participação pessoal do Secretário Estadual de Direitos Humanos, Henrique Corinto, e do Governador Binho Marques.

Faço esse registro, Sr. Presidente, porque, também lá no Acre, destacou-se o alto nível de organização dos debates, que se realizaram na escola Armando Nogueira, em Rio Branco, capital do Estado.

Nesse sentido, quero louvar o lançamento da Conferência Nacional GLBT e saudar especialmente a comunidade acreana, parabenizando a todas e a todos, no nome do companheiro Germano Marino, presidente da pioneira Associação de Homossexuais do Acre, integrante da comissão organizadora desse grande evento e, certamente, um dos principais responsáveis pela excelência com que se realizou, no Es-

tado do Acre, a I Conferência GLBT. Faça-o, Sr. Presidente, pela coragem do Germano em ter sido um dos primeiros da Região Amazônica a fazer o registro da sua parceria civil, motivo pelo qual foi violentamente agredido nas ruas por aqueles que são contrários aos direitos humanos das comunidades GLBTs.

Sr. Presidente, gostaria de, ao encerrar, ousar fazer uma correção no pronunciamento tão expressivo do Senador Mão Santa, feito há pouco, e dizer a S. Ex^a que o levantamento do Enade constatou o contrário do que S. Ex^a afirmou. São as universidades federais as que têm hoje as melhores notas no curso de Medicina.

(Interrupção do som.)

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – AC) – Permita-me, Sr. Presidente. Não são as universidades privadas. De quatro a cinco, encontra-se uma privada. O problema é que a mídia ressaltou, e com toda razão – acho que isto é correto também –, que quatro universidades federais precisam ser supervisionadas, porque estão com notas ruins. Precisamos, realmente, melhorar as notas dessas universidades. E, infelizmente, tivemos a avaliação e a afirmação racista desse coordenador do curso de Medicina da Bahia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço à nobre Senadora Fátima Cleide e concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Marco Maciel.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, art. 14! Art. 14!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex^a foi citado de forma...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Depende da interpretação. “Não há bem nem mal, o que vale é a interpretação”, Shakespeare.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Já a concedo. Agora, já concedi a palavra ao Senador Marco Maciel, como orador inscrito, mas a concedo a V. Ex^a, em seguida, pelo art. 14.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Art. 14. E aprenda! Shakespeare: “Não há bem nem mal, o que vale é a interpretação”.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Quero aproveitar, Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Tenho que ensinar a esse povo do PT. Já estou exausto, e eles não aprendem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex^a usará da palavra pelo art. 14.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Agradeço a sua iniciativa, a sua vontade de me ensinar; mas os seus ensinamentos, eu dispensei.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senadora Fátima Cleide, quero aproveitar para saudar os alunos do Colégio Marista, que nos visitam nesta oportunidade e que estão em nossa galeria.

Sejam bem-vindos! Vocês são o futuro do nosso País. Aqui, vocês têm uma demonstração de que se procura trabalhar para transformar este País a fim de que tenham uma qualidade de vida melhor do que a que têm hoje.

Parabéns a vocês e obrigado pela visita. (Palmas.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Flexa Ribeiro, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a comemoração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, neste ano, coincidiu com a realização da III Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa no transcurso do primeiro centenário da fundação da ABI – Associação Brasileira de Imprensa e no primeiro aniversário da morte do *publisher* da , Octavio Frias de Oliveira.

E, ao registrar este fato, gostaria de, mais uma vez, homenagear, postumamente, a notável figura do *publisher* da **Folha de S. Paulo**, Octavio Frias de Oliveira, que teve a graça de conhecer e a oportunidade de com ele conviver em muitos episódios significativos da história da imprensa brasileira.

Sr. Presidente, volto à realização da III Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa, evento promovido pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), presidida pelo competente jornalista Nelson Sirotsky, que é também diretor presidente do grupo RBS, um dos grupos mais importantes da comunicação social em nosso país. A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) foi também co-patrocinadora do evento juntamente com a Unesco.

A passagem do dia mundial da liberdade de imprensa nos leva a uma meditação sobre a imprensa na história política do Brasil, tão intimamente entrelaçadas elas se encontram.

Tive a oportunidade, Sr. Presidente, de participar do encontro como palestrante, juntamente com o Deputado Miro Teixeira, com o Dr. Cezar Britto, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o moderador do painel foi o jornalista Maurício Azêdo, por sinal, Presidente da ABI e acatado homem público brasileiro.

Sr. Presidente, a liberdade de consciência, sabe-se, é intrínseca à natureza humana só começa a realizar-se através da liberdade de expressão, daí é que se vai a liberdade de agir. Se olharmos, retrospectivamente, a história da imprensa no Brasil, vamos concluir facilmente que ela muito contribuiu, ao longo da História, para a formação da nacionalidade e da consciência crítica do País.

Não vou recordar aspectos passados, mas apenas salienta que, já que estamos celebrando o bicentenário da vinda da Família Real para o Brasil, quando D. João VI trouxe, entre outras instituições, a Imprensa Régia, ou seja, traduzindo na linguagem de hoje, a Imprensa Nacional que permitiu suscitar no País um grande debate, através do qual se precipitou o processo de emancipação nacional.

O fato é que D. João VI chegou em 1808, e, em 1822, o Brasil era um país independente. Com isso, quero dizer que D. João VI trouxe para o País um projeto de Estado, na medida em que instalou a Imprensa Régia, o ensino superior, as Forças Armadas e criou o Jardim Botânico; tudo isso propiciou o processo de formação nacional que redundou na independência.

Foi muito importante também a participação de pessoas, como José Bonifácio, o Patriarca da Independência, que, além de político, era geólogo, muito culto e jornalista. Poderia dar outros exemplos como o de Joaquim Nabuco, que foi um grande líder abolicionista e, ao mesmo tempo, usou o jornalismo para fazer a defesa dessa causa. Argumentaria também com outros, como Machado de Assis, um grande escritor cujo centenário de sua morte celebramos este ano, que deixou também palavras muito interessantes no campo da crônica política. Ele tem um livro intitulado “*O Velho Senado*”, onde descreve como era esta Casa no período imperial, quando não era eletivo. Manifestou-se muitas e muitas vezes através de crônicas publicadas nos jornais e sempre defendia que se forjasse no País aquilo que denominou de instinto de nacionalidade, ou seja, um instinto de brasilidade. Mais adiante, poderíamos lembrar Rui Barbosa, cujo busto se encontra aqui acima da Mesa principal deste plenário, grande defensor da liberdade de imprensa e também um jurista que foi jornalista. Por fim, citaria um conterrâneo meu, Barbosa Lima Sobrinho, que foi Presidente da ABI, escritor, intelectual, Governador de Pernambuco e muito contribuiu para a liberdade de imprensa em nosso País.

Sabemos que, desde o início, os jornalistas tiveram papel muito importante na defesa das suas teses

e muitos deles – entre os quais destaco Líbero Badaró – deram a sua vida em prol da liberdade de imprensa no Primeiro Reinado.

No Segundo Reinado. No Segundo Reinado prosseguiu a coincidência de liberdade de imprensa e de liberdade política. José de Alencar, um dos maiores escritores brasileiros, também jornalista se destacou como um dos grandes defensores da liberdade de expressão. É bom lembrar que José de Alencar teve presença política muito ativa. Foi Deputado Federal e sempre associou a sua obra em defesa liberdade de manifestação.

Na Primeira República, outros tantos jornalistas se destacaram neste mesmo espírito e, entre eles, Dunshee de Abranches que esteve entre os que mais combateram em defesa da democracia.

Ainda nesse período, em 1908, Gustavo Lacerda assumiu a iniciativa de criar a Associação Brasileira de Imprensa com o objetivo de congregar e defender os jornalistas. Àquela época, ainda não existiam os sindicatos. A ABI, de início, preenchia essa lacuna. Mesmo depois de criados os sindicatos, manteve as atividades de assistência médica e previdenciária ao lado das atividades culturais e políticas, sem nunca esquecer a sua finalidade precípua, qual seja, a de lutar pela liberdade de imprensa.

A ABI chega ao seu primeiro centenário com grandes serviços prestados à Nação e por isto não poderíamos deixar de juntar a nossa voz de reconhecimento, de regozijo ao trabalho que a ABI vem prestando ao País ao longo do nosso evoluir histórico.

Herbert Moses, quando seu presidente, liderou a construção da sede própria, onde hoje a ABI se encontra instalada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex^a terá o tempo necessário para concluir o seu brilhante pronunciamento, Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Mas, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, o que mais viveu e exerceu também o cargo de presidente da ABI foi Barbosa Lima Sobrinho, a quem já me referi. Ele faleceu com 103 anos, um autêntico cidadão republicano na plena acepção do termo, isento, acima das paixões, porém sempre fiel ao seu ideal.

Hoje a presidência da ABI, como salientei, é exercida pelo jornalista Mauricio Azedo, continuador

da grande tradição de liberdade defendida por sucessivas gerações de jornalistas.

Sr. Presidente, a democracia em geral e o Poder Legislativo em especial trabalham em necessária colaboração com a imprensa. Ela hoje, a imprensa, se estende dos jornais e revistas às chamadas mídias eletrônicas, falada e televisiva. Todas partem de textos escritos, relatando e comentando realidades concretas quotidianas. A liberdade de expressão tem de ser exercida por todos setores.

Considero-me gutemberguiano, ou seja, apreciador da mídia impressa, invento atribuído a Johann Gutenberg, no início do século XV – ele nasceu, se não estou equivocado, no ano 1400, bem no início do século XV, quando já começávamos a ingressar no Renascimento, fase de grande *aggiornamento* que viveu o mundo, saindo do período da Idade Média.

Além dos jornais, revistas e outras mídias impressas, surgiram as mídias eletrônicas, de que são exemplo o rádio e a televisão, e hoje as mídias virtuais, como consequência da revolução tecnológica, a *internet*, que Millôr Fernandes chama de “Infernet”, **blogs**, a nova imprensa, etc.

McLuhan, ao estudar o que denominou aldeia global, referia-se ao que chamou de galáxia de Gutenberg, o mundo das imprensas tão diversificadas pelas tecnologias numa das muitas globalizações dos tempos atuais.

De fato, o mundo vive um grande momento de aceleração histórica e isso se reflete de forma visível e palpável até, podemos dizer, por grandes transformações que se operam no campo da ciência e da tecnologia, posto que o que passou a acontecer nos pontos mais distantes do mundo imediatamente se conhece como algo ocorrendo muito próximo a todos nós.

Mais do que nunca, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, no sentido ético de responsabilidade social, tornou-se fundamental a busca de aprimorar os costumes políticos.

É bom salientar, por oportuno, Sr. Presidente, que a nossa geração teve a aventura, se assim posso dizer, de ter assistido à virada de um século. Poucas gerações viram a virada de um século. Pouquíssimas gerações viram a virada de um milênio. Somos de uma geração privilegiada porque vimos perpassar um século – do século XX para o século XXI – e vimos também ultrapassar o novo milênio – do 2º para o 3º milênio da chamada Era Cristã. Somos, sob esse aspecto, uma geração privilegiada. E, ao constatar o óbvio, podemos dizer que isso nos faz refletir sobre

esses novos tempos que surgem do século XXI, do 3º milênio da Era Cristã.

Vivemos hoje – e recorro a uma expressão de Anthony Downs – numa “multidão solitária”, como ele assim denominou, e nos movemos muito em função de símbolos e ritos, como chamou a atenção Umberto Eco. O que parece marcar muito a sociedade dos nossos dias são constatações que nos levam a dizer que muitos dos nossos símbolos estão perdendo a sua real significação e sentimos que há uma certa perplexidade nos tempos em que vivemos. E isso tem provocado reflexos nos mais diferentes campos da atividade humana.

Nenhum sistema pode sobreviver de forma adequada se não fundado, por isso mesmo, em preceitos éticos. Por outro lado, inovação, mudança, renovação não são incompatíveis com a tradição. Tradição é condição necessária, embora não suficiente para a sua credibilidade.

A ABI, por seus jornalistas, há muito acompanha o que se passa dentro e fora do País. Grandes jornais e televisões brasileiros dispõem de correspondentes estaduais e internacionais. Noticiam e comentam os fatos acontecidos em cada momento importante. Enfim, a imprensa brasileira está entre as melhores do mundo.

A Associação Brasileira de Imprensa, Sr. Presidente – estou concluindo –, nestes cem anos vem testemunhando, com isenção e coragem, o desenrolar dos grandes acontecimentos nacionais e mundiais. O Senado Federal só pode regozijar-se com essas comemorações e desejar que prossiga, em outros tantos anos, a ABI a comemorar o meritório trabalho que realiza em favor da liberdade de imprensa no País.

Devo registrar também, por oportuno, que o evento a que me refiro, além do patrocínio da ANJ, da SIP, da Unesco e da ABI, teve também a participação da Câmara dos Deputados, cujo Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia, presidiu o primeiro painel.

É ocasião também, Sr. Presidente, para dizer que há muita interação entre Imprensa e Parlamento. Imprensa e Parlamento são como irmãos siameses, estão xifopagamente ligados: um não vive sem o outro. Daí porque, ao homenagear a Imprensa, estamos também defendendo uma instituição que tem lutado pela liberdade, ao longo da nossa história.

O Parlamento brasileiro, sob esse aspecto, é um modelo de coerência cívica, no sentido de reconhecer o papel da imprensa como forma de vertebrar corretamente um processo democrático e como forma de assegurar a todos igualdade de participação.

É de se notar, Sr. Presidente, que a Imprensa, enquanto instituição, promove interlocução entre a sociedade e o Governo, outro papel significadamente importante e que constitui um permanente desafio para nós políticos.

Concluo minhas palavras, Sr. Presidente, citando Rui Barbosa, que foi um grande jurista, um grande escritor, mas também um grande jornalista. Rui Barbosa, no trabalho intitulado *A Imprensa e o Dever da Verdade*, afirma: “Imprensa é a vista da Nação... Para a Nação, não há segredos”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Marco Maciel. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento em homenagem à imprensa brasileira e dizer que me solidarizo com as suas palavras.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para falar como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex^a já está inscrito para falar pela Liderança.

Senador Mão Santa, V. Ex^a solicita a palavra pelo art. 14. Esclareço, contudo, que a citação do nome de V. Ex^a pela Senadora Fátima Cleide não foi ofensiva ou negativa. Ela apenas discordou da informação que V. Ex^a deu. Mesmo assim, V. Ex^a terá, democraticamente, o direito à palavra pelo art. 14, até porque é o primeiro Parlamentar, na sessão de hoje, a solicitá-la com base nesse artigo do Regimento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Shakespeare já disse que não existe bem nem mal, o que vale é a interpretação. O que eu queria dizer era o seguinte: o que eu me referi aqui foi a “universidade”. Eu tenho uma vivência, sou médico, sou pós-graduado, também tenho curso de gestão pública e administração pela Fundação Getúlio Vargas, governei o Estado e fiz o maior desenvolvimento universitário deste País.

Sr. Presidente, não estou contestando a análise que foi feita aqui sobre os cursos de Medicina, de

maneira nenhuma. Mas eu me referi à “universidade”. Em uma universidade há dezenas, até centenas de cursos. Então, eu falei “universidade”. Um dado que já trouxe em um pronunciamento que já fiz nesta Casa é que, em 1990 – não era Presidente nem Luiz Inácio, eu acho que estava deixando a Presidência o nosso grande Presidente Sarney... E universidade não é faculdade. Eu não estou contestando, nem aplaudindo, nem condenando a avaliação feita pelo Enade. Não estou. Mas aqui se trata de faculdade. Eu disse “universidade”, o que é mais complexo. Há universidades com mais de cem cursos. A que eu ajudei a criar e fortalecer no Piauí tinha mais de 400 cursos, 36 *campi* universitários em cidades do interior.

Como dizia, num pronunciamento que já havia feito aqui, em 1990, segundo dados oficiais do MEC, das dez melhores universidades do Brasil – universidades, algumas delas têm centenas de cursos –, sete eram públicas, eram do Governo, e três eram privadas, ou seja, particulares. Em 2000, quando eu governava o Piauí, atento ao ensino universitário, houve uma inversão: das dez melhores, três eram públicas, caíram – e, em 2000, Luiz Inácio não era nem Presidente da República –, e sete eram privadas. Hoje, elas cresceram. Com o poder econômico, em Estados fortes, as universidades privadas se fortaleceram muito. Então, hoje, das dez melhores universidades... Não é faculdade de Medicina. Há uma diferença muito grande entre uma faculdade e uma universidade. Há universidades que estão espalhadas pelo País, que estão presentes em vários Estados. Então, hoje, em 2008, das dez melhores, só duas são públicas e oito são particulares.

Eu não quis contestar. É uma realidade. E isso nos preocupa, porque cada vez mais se tiram as possibilidades dos estudantes pobres, diminuindo relativamente o acesso. Quando eu me formei... Eu fui fazer Medicina no Ceará – não existia nem no Piauí nem no Maranhão. Só havia uma faculdade de Medicina federal. Hoje, por esses anos, vimos que há centenas espalhadas no Brasil. Mas isso, cada vez mais, está tirando a chance do estudante pobre que precisa da universidade pública.

Essa foi a minha preocupação e acho que é a de V. Ex^a e do Brasil. Foi um apelo para que haja investimento na universidade pública. Existe uma do Nordeste – não quero citar o nome – em que uma neta minha estudou, e ela pagava R\$4 mil por mês no curso de Medicina.

Então, essa é a minha preocupação. Eu estudei em uma universidade que tinha faculdade de Medicina pública; fiz pós-graduação, mestrado e residência

também numa faculdade pública; e fiz, depois, como Governador, na Fundação Getulio Vargas, um curso de Gestão Pública.

E o Senado é para isso, é para trazer uma luz para o Governo. Essa é a realidade.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra, pela Liderança do PSDB, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Flexa Ribeiro, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebemos ontem, na Presidência do Senado Federal, o Vice-Presidente eleito do Paraguai, Frederico Franco, eleito na chapa de Fernando Lugo, que polemizou durante a sua campanha, defendendo teses que diziam respeito a interesses na relação daquele País com o Brasil, notadamente quanto a Itaipu. A presença do Vice-Presidente paraguaio entre nós teve como objetivo, provavelmente, apagar a fogueira acesa com o debate eleitoral do Paraguai, quando o nosso País foi denominado país imperialista e explorador. Discutimos alguns assuntos relevantes para as relações diplomáticas Brasil-Paraguai.

Entre esses assuntos, a questão da transparência na gestão da Binacional Itaipu. Há um projeto que tramita nesta Casa há algum tempo que propõe alterações constitucionais a esse respeito. Nossa pretensão é abrir a caixa-preta, a nossa pretensão é propor transparência e fiscalização nos atos da administração da Binacional Itaipu, uma empresa da maior importância para o nosso País, empresa avaliada em cerca de US\$60 bilhões.

Não há prestação de contas, não há fiscalização alguma, ninguém tem acesso às informações sobre a contabilidade da empresa. Nem mesmo o Supremo Tribunal Federal teria, se desejasse hoje, acesso àquelas informações. São informações mais sigilosas do que aquelas que são guardadas a sete chaves na Presidência da República, relativas aos gastos com os cartões corporativos.

A nossa proposta estabelece duas alterações essenciais. Uma delas: o Senado Federal apreciaria a indicação dos dirigentes da empresa. O Senado Federal, como faz em relação a Embaixadores, Ministros do Supremo e do Superior Tribunal de Justiça, a dirigentes do Banco Central, passaria a avaliar previamente as indicações de presidentes, diretores e conselheiros brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público de cujo capital social a União

participe de forma direta ou indireta. Itaipu enquadra-se nesse figurino.

Nós achamos que estamos vivendo em outro tempo. Esse arcabouço jurídico foi idealizado num período autoritário. Nós estamos na vigência do Estado de Direito democrático. Não cabe mais esse modelo de gestão. É necessário alterá-lo e, o que é essencial, agora temos o apoio do governo paraguaio. No entendimento que mantivemos ontem com o Vice-Presidente eleito, ficou visível que a posição do governo eleito é também de propor transparência – essa palavra foi pronunciada por ele diversas vezes.

É evidente que não basta alterarmos a nossa Constituição: para alterarmos o tratado, há necessidade de concordância do país parceiro. Nesse caso temos a concordância do Paraguai. Daí a razão deste pronunciamento: pedir aos nobres Senadores que possibilitem uma rápida tramitação dessa proposta, a fim de que possamos alterar a nossa Constituição e, a partir daí, no tempo previsível, o Brasil manter entendimentos com o Paraguai para alterar o tratado no que diz respeito à fiscalização das ações administrativas da Binacional Itaipu.

Na nossa justificativa escrevemos exatamente isso:

(...) “Decerto, não podemos, unilateralmente, obrigar outros Estados soberanos a modificar tratados já firmados que tratem da constituição de pessoas jurídicas internacionais que exercem atividade econômica ou que sejam prestadoras de serviços públicos de que a União participa, direta ou indiretamente. Todavia, jungido pela Constituição, o Poder Executivo não pode se furtar ao dever de abrir negociações, utilizando todos os meios diplomáticos de que dispõe para que seja incorporada a esses acordos internacionais a possibilidade de fiscalização dessas entidades pelo TCU.” (...)

O que se pretende, portanto, é que o Tribunal de Contas da União no Brasil fiscalize e que órgão semelhante no Paraguai faça o mesmo.

Aprovada essa alteração à nossa Constituição, certamente providências semelhantes serão adotadas no Paraguai, já que o governo eleito concorda com a necessidade dessa alteração. Portanto, em relação a isso, não convergência agora, e podemos agir.

Não deve haver convergência, porém, no que diz respeito à alteração de preços da energia paga pelo Brasil ao Paraguai. E vou pedir a V. Ex^a, Senador Mão Santa, que autorize a publicação nos Anais da Casa

de artigo a esse respeito denominado “Itaipu e o Paraguai”, artigo da lavra de Hélio Duque, que é Doutor em Ciências, na área de Economia, pela Universidade Estadual Paulista, Unesp; foi Deputado Federal e é autor de vários livros sobre economia brasileira, e tenho a honra de tê-lo como um de meus suplentes.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Hélio Duque escreve esse artigo, e eu peço a V. Ex^a que o registre nos Anais – depois concederei o aparte a V. Ex^a –, porque eu quero antes, Senador Flexa Ribeiro, fazer referência a dados importantes que constam desse artigo. Por exemplo:

“O Tratado de Itaipu, assinado em 1973, tem prazo de validade de 50 anos e só poderá ser renegociado em 2023. O capital inicial da Itaipu binacional era US\$100 milhões [50% do Brasil, 50% do Paraguai]”.

Os 50% da Ande (a Eletrobrás deles), equivalente a US\$50 milhões só puderam ser investidos pelo Paraguai porque foram emprestados pelo Banco do Brasil. Ou seja, o Banco do Brasil financiou o Paraguai para que ele se tornasse nosso sócio na binacional Itaipu.

O custo de Itaipu foi estimado em US12 bilhões, recursos captados no mercado internacional pelo Brasil, avalizados pelo Tesouro Nacional. Ao final da obra, o total da dívida, fruto dos empréstimos internacionais, atingia o montante de US\$26,9 bilhões. O Paraguai em todo o processo foi um “sócio” contemplativo. Contudo, por ser uma administração compartilhada, ela é dualizada. As funções diretoriais e funcionais existentes no lado brasileiro têm o correspondente no lado paraguaio.

Ao completar 10 anos, Itaipu viu a primeira turbina entrar em funcionamento. (...) O Paraguai tem direito a 50% da energia de Itaipu. Em função da sua estrutura econômica frágil, o Brasil compra o excedente. E paga religiosamente pela “energia paraguaia”. Somente com o pagamento de “royalties” e remuneração da energia, o Brasil vem pagando US\$375 milhões de dólares anuais.

O Paraguai, portanto, é um sócio contemplativo, só é sócio porque recebeu empréstimo do Banco do Brasil. O Paraguai recebe US\$375 milhões sem nada investir anualmente.

A amortização dos empréstimos externos vem ocorrendo obedecendo rígido organogra-

ma financeiro. O total da dívida [do Paraguai] hoje é de U\$18 bilhões e sua liquidação é estimada para 2023 [quando do término desse tratado]. (...) A amortização da dívida absorve U\$2 bilhões do montante orçamentário [de Itaipu, que é de U\$3,2 bilhões].

O Tratado de Itaipu proporcionou ao Paraguai uma escala econômica inimaginável. Calcula-se que o valor de mercado de Itaipu hoje seria de U\$60 bilhões. Comparativamente ao PIB (Produto Interno Bruto) paraguaio, seria seis vezes maior.

Portanto, o Paraguai hoje tem um patrimônio de U\$30 bilhões, sem realizar, na verdade, um centavo sequer de investimento próprio. Esse patrimônio é três vezes maior do que o Produto Interno Bruto do Paraguai! Portanto, o Brasil não pode ser acusado de imperialista e de explorador. Ao contrário, o Brasil é benfeitor.

E é nestes termos que o Governo brasileiro deve exigir ser tratado pelo governo paraguaio. Este assunto, Senador Flexa Ribeiro, une Governo e Oposição no Brasil, e não poderia ser diferente.

Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – É um breve aparte, Senador Alvaro Dias, para cumprimentá-lo por trazer à tribuna esse assunto que já aflige e preocupa a todos nós, V. Ex^a que é conhecedor profundo da questão e um representante do Estado do Paraná, onde temos a nossa hidrelétrica. Eu queria só fazer uma referência ao que li ontem na imprensa nacional, uma declaração do Senador Aloizio Mercadante, que foi eleito presidente do grupo brasileiro no Parlamento do Mercosul. O Senador Mercadante deu uma declaração de que, em hipótese nenhuma, o Governo brasileiro iria rever o acordo firmado com o Paraguai. V. Ex^a já deu todos os dados que mostram realmente que o Brasil foi benfeitor no tratado que fez ao assumir o investimento e aceitar o pagamento parcelado até 2023. Espero que realmente desta vez o Governo brasileiro não faça o que fez quando da Bolívia, que recuou de uma posição primeira. E que o nosso Presidente da CAE, Senador Aloizio Mercadante, como membro proeminente do Partido dos Trabalhadores e com acesso ao Presidente, possa fazer valer aquilo que ele próprio declarou, ou seja, o Brasil não haverá de transigir com relação ao acordo firmado e que vem sendo cumprido ao longo dos anos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

É uma injustiça que temos que repudiar. Vamos compreender o discurso de palanque: acabou a eleição no Paraguai, vamos colocar esse discurso nos seus devidos termos. O Brasil é benfeitor do Paraguai e jamais foi explorador, não somos uma Nação imperialista. Isso tem que ficar claro.

Antes de concluir, Sr. Presidente, tratamos também com o vice-Presidente do Paraguai sobre os “brasiguaios”, que estão preocupados, evidentemente. Muda o governo, há muitos “brasiguaios” numa situação de insegurança, são mais de 500 mil brasileiros que adquiriram propriedades no Paraguai e vivem lá. Estes são os chamados “brasiguaios”, muitos deles com documentação regular; outros, com documentação a se regularizar.

Recebemos, há poucos dias, telefonema do Secretário de Relações Internacionais da Cidade de Foz do Iguaçu, Sérgio Lobato, preocupado com essa questão. Tratamos desse assunto com o vice-Presidente eleito, que nos assegurou segurança absoluta aos proprietários brasileiros no Paraguai. A reforma agrária que se fará no país, segundo ele, não comprometerá as atividades produtivas dos “brasiguaios”. Aqueles que possuem documentação legalizada serão absolutamente respeitados; e aqueles que devem regularizar a sua documentação, uma comissão já constituída está tratando do assunto. Haverá uma negociação com os brasileiros que lá se instalaram e que, eventualmente, ainda não tenham as suas terras regularizadas oficialmente pelo governo daquele país.

Portanto, é uma palavra de tranquilidade que nos transmitiu o vice-Presidente do Paraguai.

De resto, diz ele, desejar...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Desejar que o Paraguai continue bom sócio e bom amigo do Brasil. E é o que queremos: relações diplomáticas civilizadas, cordiais e respeitadas.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Antes de concluir, se o Presidente Mão Santa me permite, quero conceder um aparte ao seu conterrâneo, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Infelizmente, eu estava em outro compromisso e só peguei a parte final do seu pronunciamento, mas quero dizer que tive a mesma opinião de V. Ex^a, que conhece, até mesmo pela geografia, mais detalhadamente a questão Brasil-Paraguai. Ontem, como Presidente

da Comissão de Relações Exteriores, tive a oportunidade de receber o vice-Presidente, que considerei uma pessoa ponderada, e a impressão que tenho é a mesma de V. Ex^a. Uma das primeiras palavras dele para mim foi: “as emoções eleitorais acabaram, a campanha acabou, temos, agora, que tratar das questões envolvendo a relação histórica entre os dois países”. Penso que rever tarifas é uma questão legítima; tratado, não. E não vi da parte dele nenhum estímulo à revisão do tratado, pelo contrário, defendendo a sua manutenção. Mas temos outras questões. Ele abordou o problema dos sacoleiros, que temos que tratar com responsabilidade, como temos que tratar todo esse questionamento dos “brasiguaios”. Agora, para ser tratada de maneira objetiva essa questão, só a partir de 15 de agosto. A Comissão, inclusive, recebeu convite para a posse. Senador Alvaro Dias, penso que estamos diante de boas perspectivas. Esse impacto, esse suspense criado pelo clima eleitoral já se esvaiu com o tempo e temos que manter a amizade que temos com os paraguaios, e V. Ex^a, mais do que qualquer um de nós, porque é o mais vizinho de todos os brasileiros. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. V. Ex^a, que é Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pode ser uma ponte importante. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em tempos passados, já esteve na cidade de Foz do Iguaçu, em um encontro que promovemos com autoridade paraguaias, discutindo exatamente as nossas relações. Há convergências, há divergências e precisamos reestudar os acordos que foram celebrados ao longo do tempo, no que diz respeito ao ir e vir das pessoas, às relações existentes de trabalho. E temos, aqui, esse projeto em regime de urgência que trata dos sacoleiros, transformando-os em microempresários, que já está na pauta da Ordem do Dia – é o terceiro item da pauta – e, provavelmente, na próxima semana, estaremos debatendo, aqui, este assunto.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela condescendência de sempre, oferecendo-nos um tempo maior do que merecemos, para tratarmos deste assunto que é muito importante, mais importante, evidentemente, do que a nossa presença nesta tribuna.

Muito obrigado a V. Ex^a.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Itaipu e o Paraguai

Hélio Duque

A binacional hidroelétrica de Itaipu já nasceu polêmica. O governo autoritário embalava o sonho do "Brasil Grande" e a sua concepção se encaixava nos objetivos estratégicos de visão geopolítica militar. O projeto original era outro e surgiu no final do governo Juscelino Kubitschek, objetivando o aproveitamento das potencialidades geradoras de energia de Sete Quedas. Somente em 1961, quando JK não era mais presidente, o projeto foi concluído. O seu autor foi o engenheiro militar Pedro Henrique Rupp e sugeria que o rio Paraná fosse desviado para o interior do território nacional, antes de alcançar a área fronteira com o Paraguai, acima dos Saltos del Guairá. A diplomacia dos dois países ficaria encarregada de encontrar uma solução negociada. Com isso, estaria garantida a integridade das Sete Quedas de Guaira.

Em 1962, no governo João Goulart, o engenheiro eletricista Octávio Marcondes Ferraz, atualizou o projeto original. Na década de 40 ele foi o responsável pela construção da maior obra da engenharia nacional até então executada no Brasil: a hidroelétrica de Paulo Afonso. Contornara obstáculos técnicos quase intransponíveis. Um deles foi a operação de desvio do rio São Francisco. Conhecia o que iria propor. Era uma hidroelétrica inteiramente brasileira e não binacional. A abertura de um canal de 60 quilômetros permitiria o fluxo da água que seria mais adiante devolvida ao curso natural do rio, depois de gerar na hidroelétrica construída na área, 10 milhões de quilowatts.

Enxergando o futuro Marcondes Ferraz afirmava: "Sempre que se faz uma usina muito grande, se a gente adiar obras que não são imediatamente utilizáveis, sempre se diminui os investimentos preliminares e, sobretudo, os juros durante a construção. Por isso, eu tinha previsto, ali, três usinas hidroelétricas. Fazia a primeira e, quando fosse necessário fazia a segunda e depois a terceira."

Além da competência técnica, sua visão ecológica era formidável. Entendia fundamental manter a integridade de Sete Quedas. A sua extraordinária beleza foi sepultada pelas águas para se construir Itaipu. O poeta Carlos Drummond de Andrade protestou em nome da humanidade: "Sete Quedas por nós passaram/ e não soubemos, ah, não soubemos amá-las/ e todas sete foram mortas/ e todas sete somem no ar/ sete fantasmas, sete crimes/ dos vivos golpeando a vida/ que nunca mais renascerá".

Quando Marcondes Ferraz no seu projeto propôs a criação de três hidroelétricas em território brasileiro, preservando a beleza das Sete Quedas, antevia a desnecessidade de uma associação com o Paraguai. Hoje naquele País, o Brasil é vilão e recebe acusações do tipo "são 34 anos de espoliação, engano e injustiça em Itaipu." O jornal ABC Color acusa o Brasil de imperialista e explorador. O agora eleito presidente da República Fernando Lugo, quando candidato, acusava: "Sem dúvida, a realidade da Itaipu Binacional é que se tirou do povo paraguaio a sua soberania. Por que não podemos recuperar nossa soberania sobre Itaipu? "Ameaçava denunciar o Tratado de Itaipu à Corte de Haia e denunciava: "Historicamente o Brasil tem roubado o Paraguai."

Os paraguaios demonstram profunda ignorância e má fé, quando formulam essas acusações. Em verdade o Brasil ao compartilhar o uso da água, favoreceu

extraordinariamente aquele País.

O Tratado de Itaipu, assinado em 1973, tem prazo de validade de 50 anos e só poderá ser renegociado em 2.023. O capital inicial da Itaipu binacional era US\$ 100 milhões. Os 50% da Ande (a Eletrobrás deles), equivalente a US\$ 50 milhões só foi possível porque o Banco do Brasil emprestou e financiou. O custo de Itaipu foi estimado em US\$ 12 bilhões, recursos captados no mercado internacional pelo Brasil, avalizados pelo Tesouro nacional. Ao final da obra, o total da dívida fruto dos empréstimos internacionais, atingia o montante de US\$ 26,9 bilhões. O Paraguai em todo o processo foi um "sócio" contemplativo. Contudo, por ser uma administração compartilhada, ela é dualizada. As funções diretoriais e funcionais existentes no lado brasileiro têm o correspondente no lado paraguaio.

Ao completar 10 anos, Itaipu viu a primeira turbina entrar em funcionamento e desde 1984 passou a gerar receitas que são usadas para amortizar as dívidas contraídas para a sua construção. O Paraguai tem direito a 50% da energia de Itaipu. Em função da sua estrutura econômica frágil o Brasil compra o excedente. E paga religiosamente pela "energia paraguaia". Somente com o pagamento de "royalties" e remuneração da energia, o Brasil vem pagando US\$ 375 milhões de dólares anuais.

A amortização dos empréstimos externos vem ocorrendo obedecendo rígido organograma financeiro. O total da dívida hoje é de US\$ 18 bilhões e sua liquidação é estimada para 2.003. O orçamento anual de Itaipu é da ordem de US\$ 3,2 bilhões. A amortização da dívida absorve US\$ 2 bilhões do montante orçamentário. A empresa vem se pagando com os seus próprios recursos e transferindo grandes benefícios para os paraguaios. Por exemplo, o consumidor, guarani paga energia mais barata do que os consumidores brasileiros, em função do que chamam de "energia excedente".

O Tratado de Itaipu proporcionou ao Paraguai uma escala econômica inimaginável. Calcula-se que o valor de mercado de Itaipu seria de US\$ 60 bilhões. Comparativamente ao PIB (Produto Interno Bruto) paraguaio seria seis vezes maior. Ele é de US\$ 9,3 bilhões de dólares. Sendo binacional, o Paraguai detendo 50% da empresa nominalmente é dono de US\$ 30 bilhões. Três vezes maior do que o seu PIB nacional. E o Brasil é acusado de imperialista e explorador, quando na verdade é um benfeitor.

Tivesse prevalecido o projeto do engenheiro Octavio Marcondes Ferraz, estaríamos livres de um "parceiro" hostil, fornecedor unicamente de águas compartilhadas. O governo brasileiro não pode e não deve ceder em qualquer tipo de negociação que represente revisão no Tratado de Itaipu. Firmeza na defesa dos interesses nacionais é os que os brasileiros exigem do seu governo. Renegociação tem data certa: 2023.

Hélio Duque é doutor em Ciências, área econômica, pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Foi Deputado Federal (1978-1991). É autor de vários livros sobre a economia brasileira. Atualmente é suplente do Senador Alvaro Dias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso IV do art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52.

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha de:

a) chefes de missão diplomática de caráter permanente;

b) presidentes, diretores e conselheiros brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta:

....." (NR)

Art. 2º O inciso V do art. 71 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 71.

.....

V – fiscalizar as contas nacionais de pessoa jurídica de direito internacional que exerça atividade econômica ou preste serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo, que deverá conter dispositivo garantidor do exercício do controle externo, conforme preceituado nesta Constituição;

..... NR)"

Art. 3º Serão iniciadas, em até doze meses da publicação desta Emenda Constitucional, negociações para incluir nos tratados constitutivos de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, dispositivo que permita o exercício do controle externo, conforme preceituado na Constituição.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposição que apresentamos tem por fim declarar claro o que, em verdade, já existe no Texto Constitucional, mas não vem sendo respeitado. Em especial no que tange à Itaipu Binacional.

Antes de ser uma alteração, é uma medida ratificadora da vontade do constituinte originário e de proteção das competências do Congresso Nacional, que tem entre suas missões a de zelar pela efetividade dos princípios programáticos contidos na Carta Política. A melhoria na redação dos dispositivos constitucionais é uma forma de desempenhar essa missão.

O Poder Executivo tem se quedado inerte quanto à obrigação imposta pela Carta Cidadã de que acordos internacionais assinados pelo Brasil para constituir pessoas jurídicas de direito internacional, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, contenham dispositivo que permita a concretização do princípio programático – claramente expresso no inciso V do art. 71 – de que tais entidades sejam submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU). Em razão dessa inércia, por exemplo, a empresa binacional brasileiro-paraguaia encontra-se virtualmente imune ao controle externo. Ou seja, o dinheiro público vem sendo administrado sem a possibilidade de que o Congresso Nacional, auxiliado pela Corte de Contas, exerça sua competência constitucional.

A tripartição de poderes é cláusula pétrea, conseqüentemente, qualquer medida tendente a reduzi-la pela inconstitucionalidade. Considerando que o titular do controle externo é o Congresso Nacional, um tratado firmado pela União com o fim de constituir pessoa jurídica de direito internacional que exerça atividade econômica ou preste serviço público que não preveja, ou pior, que vede a fiscalização pelo TCU não pode ser ratificado pelo Congresso Nacional, porquanto o tribunal é órgão que lhe presta auxílio direto. Materialmente, a hipótese caracteriza redução dessa atribuição do Poder Legislativo.

Outrossim, tratados preexistentes que não contemplem essa fiscalização necessitam ser revistos, de forma a incorporar a premissa constitucional.

Decerto, não podemos, unilateralmente, obrigar outros Estados soberanos a modificar tratados já firmados que tratem da constituição de pessoas jurídicas internacionais que exercem atividade econômica ou que sejam prestadoras de serviços públicos de que a União participa, direta ou indiretamente. Todavia, jungido pela Constituição, o Poder Executivo não pode se furtar ao dever de abrir negociações, utilizando todos os meios diplomáticos de que dispõe para que seja incorporada a esses acordos internacionais a possibilidade de fiscalização dessas entidades pelo TCU.

No bojo das medidas de valorização do controle externo inserimos regra que exige a aprovação prévia pelo Senado Federal de presidentes, diretores e conselheiros brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta.

Por todo o exposto, pedimos o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação desta proposição, certos de sua importância para os interesses maiores da Nação.

Sala das Sessões, 5 de julho de 2006. – Senador **Alvaro Dias**.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2006

Data da leitura	05/07/2006
Autor	SENADOR - Alvaro Dias
Ementa	Altera os arts. 52 e 71 da Constituição Federal, para determinar a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha de dirigentes brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, bem como para exigir, de forma expressa, a necessidade de que os tratados internacionais que constituam essas pessoas jurídicas contenham dispositivo que garanta a fiscalização das respectivas contas nacionais pelo Tribunal de Contas da União.
Despacho inicial	(SF) CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TRAMITAÇÕES (ordem decrescente de data)**PEC 00030 / 2006**

03/10/2007 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Recebido o relatório do Senador Eduardo Azeredo com voto pela aprovação da Proposta com a Emenda que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

19/09/2007 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Instalada a Comissão. Distribuído ao Senador Eduardo Azeredo para emitir relatório.

25/01/2007 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Retorna à CCJ. Matéria aguardando instalação da Comissão para posterior distribuição.

02/01/2007 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal. A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

27/12/2006 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, para atender ao disposto no art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal (Final da 52ª Legislatura). À SSCLSF.

06/07/2006 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.

05/07/2006 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Leitura. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Publicação em 06/07/2006 no DSF Página(s): 22837 - 22841 ([Ver Diário](#))

05/07/2006 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Este processo contém 10 (dez) folhas numeradas e rubricadas. À CCJ.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Flexa Ribeiro, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós queremos cumprimentá-lo e ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Heráclito Fortes, pelas preocupações externadas em relação ao Paraguai. No passado, tivemos uma história muito infeliz, Presidente Heráclito Fortes. Todos sabemos que o Paraguai foi a primeira civilização a se industrializar aqui na América do Sul, e eles começaram com uma indústria têxtil incipiente. Mas o poder econômico é perverso: os ingleses dominavam o comércio e a indústria. Infelizmente, aceitamos dinheiro dos ingleses – também os argentinos e uruguaios – e fizemos aquela guerra. E não só os ingleses, também os portugueses que dependiam dos primeiros. Foram cinco países contra um. Foi um massacre, uma nódoa na nossa história. É uma das guerras mais tristes da história do mundo. Cinco países contra os irmãos paraguaios, que tinham uma indústria têxtil incipiente e estavam ganhando mercado.

Então, assim como o Presidente Luiz Inácio, que, num feliz gesto, foi à África e pediu perdão por termos transportados aqueles seres humanos como escravos, também temos que nos apertar ao Paraguai, pedindo desculpas pelo que passou. E vamos construir um futuro alicerçado pela política do Mercosul, na qual todos nós estamos trabalhando.

Convidamos para usar da palavra o Senador pelo Estado do Pará, Flexa Ribeiro, que é do PSDB.

Em seguida, está inscrito, pela ordem, o Senador Heráclito Fortes. Se V. Ex^a quiser... Porque estamos alternando, há outros inscritos para comunicação inadiável, e o tempo aqui é livre. É o espírito da lei. Eu coloco comunicação, porque, assim, alternamos. Ainda temos o Senador Valadares, mas já terminaram as inscrições para comunicação inadiável. V. Ex^a falará como Líder, não?

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente, mas tenho confiança na capacidade de síntese e na inteligência de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, nobre Presidente, Senador Mão Santa. Usarei o tempo regimental para fazer o pronunciamento.

Eu quero aproveitar esta vinda à tribuna para, Senador Valadares, parabenizar o trabalhador brasileiro.

Amanhã, dia 1º de maio, homenageamos os trabalhadores do nosso País, aqueles que, no dia-a-dia, com o suor dos seus rostos, com os seus esforços, constroem o nosso País.

Eu não poderia deixar, Senador Pedro Simon, nesta oportunidade, de parabenizar todos os brasileiros

e todas as brasileiras que, por meio do trabalho digno, dão condições de crescimento e de desenvolvimento ao nosso País, em especial, os trabalhadores do meu querido Estado do Pará.

Amanhã, estarei em Belém participando de várias homenagens aos trabalhadores paraenses, representados por aqueles que lá puderem estar, mas, com certeza, essas homenagens se estendem a todos os paraenses que labutam, no dia-a-dia, para o crescimento do nosso Estado.

Senador Heráclito Fortes, na véspera do dia em que homenageamos o trabalhador brasileiro, vejo uma matéria da **Folha de S. Paulo** de ontem, que traz a seguinte manchete: “Brasileiro trabalha metade da vida para o fisco, diz estudo”, Senador Mão Santa. Vou repetir: “Brasileiro trabalha metade da vida para o fisco, diz estudo”.

A expectativa de vida hoje do brasileiro é de 72,3 anos, dos quais 36,3 anos irão para pagar tributos, ou seja, é até um pouquinho mais da metade, aponta o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

Neste ano de 2008, o aumento da carga tributária, Senador João Pedro, que é negada pelo Governo atual, vai fazer com que o trabalhador acrescente dois dias de trabalho durante o ano para pagar os tributos. No ano passado, 2007, Senador Antonio Carlos Valadares, eram 146 dias de trabalho dedicados ao pagamento de tributos. Agora, em 2008, são necessários 148 dias, conforme afirma o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

A Receita Federal não quis comentar o assunto, segundo a reportagem do jornalista Marcos Cézari, da **Folha de S. Paulo**. Diz a matéria:

Os brasileiros que nasceram – ou que ainda vão nascer – este ano terão de trabalhar metade de suas vidas apenas para o pagamento de tributos aos governos federal, estaduais e municipais.

Esses brasileiros têm expectativa de vida de 72,3 anos (72 anos e quatro meses), com base na Tábua de Mortalidade do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Significa dizer que, daqui a quase 73 anos, terão trabalhado 13.247 dias de suas vidas – ou 36,3 anos – para cumprir suas obrigações tributárias no País.

A conclusão é de estudo [Senador Mão Santa,] divulgado ontem pelo IBT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), com base no aumento da carga tributária sobre renda, patrimônio e consumo nos últimos 18 anos, bem como das projeções da carga tributária, pela proposta de reforma do Governo e que está em tramitação no Congresso.

A Receita Federal [a Receita do Brasil,] disse ontem, por meio da assessoria de imprensa, que não podia comentar o estudo, porque estava analisando-o. Por isso, hoje ou

nos próximos dias, deverá divulgar nota sobre o assunto.

O estudo foi feito com dados oficiais a partir de 1900, quando eram necessários [Senador Mão Santa, atentai bem] 43 dias de trabalho por ano para pagar tributos. Naquele ano, a expectativa de vida era de 33,4 anos, com perspectiva de pagamento de tributos durante 3,9 anos. Meio século depois, em 1950, a expectativa de vida havia subido para 42,6 anos [Senador Hércilio Fortes] e a de pagar tributos, para 6,82 anos. Mais meio século, em 2000, os números tinham subido para 70,5 anos [de expectativa de vida] e 23,3 anos [de pagamento de tributos]. Neste ano, 2008, é de 72,3 anos [a expectativa de vida] e 29,3 anos [para o pagamento da carga tributária], segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

O advogado Gilberto Luiz do Amaral, Presidente do IBPT, afirma que “em 108 anos, a expectativa de vida dos brasileiros cresceu 116%, enquanto a expectativa de pagamento de tributos aumentou 244%”. [Ou seja, a expectativa de pagamento de tributos cresceu duas vezes mais do que a expectativa de vida dos brasileiros.] Ele toma por base os 148 dias que serão necessários trabalhar neste ano para o pagamento de tributos aos três níveis de governo – dois dias a mais do que em 2007. Assim, na média, os contribuintes brasileiros terão de trabalhar [Senador Antonio Carlos Valadares,] até 27 de maio para o fisco. [Ou seja, desde o dia 1º de janeiro deste ano até o próximo dia 27 de maio, os trabalhadores brasileiros, que serão homenageados amanhã, estarão trabalhando para o fisco brasileiro.] Como comparação, [e a reportagem é clara] um argentino trabalha 97 dias por ano; um chileno, 92 dias. Os suíços trabalham 185 dias, e os franceses, 149 dias, diz o IBPT.

Lamentavelmente, os brasileiros terão necessariamente de trabalhar 148 dias neste ano de 2008. E, Senador Mão Santa, a matéria publicada pela Folha de S.Paulo traz um ábaco, um gráfico e a informação de que todos os brasileiros que quiserem saber, aqueles que nos assistem pela TV Senado, de acordo com o ano do seu nascimento, qual o tempo de vida que deverão dar ao Estado como contribuição ao Fisco, podem entrar no *site*.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para terem um cálculo personalizado, ou seja, de cada brasileiro, basta digitarem a data do seu nascimento. O *site* é www.tributometro.com.br. Nele, veremos exatamente

esse crescimento exacerbado da carga tributária em nosso País.

Para concluir, Presidente Mão Santa, quero mandar um abraço a todos os nossos companheiros que participaram do 4º Encontro Regional do PSDB do Pará, reunindo os Municípios da região do Baixo Tocantins, com sede em Abaitetuba. Abaitetuba é um Município valoroso do nosso Estado do Pará mas, lamentavelmente, ficou conhecido na mídia por aquele infeliz evento, lamentável fato da menina de 16 anos que ficou presa, durante quase um mês, sendo manipulada e usada por mais de 20 homens, numa cadeia pública.

Essa reunião regional do PSDB foi a quarta de nove reuniões com as quais iremos percorrer o Pará por inteiro, visitando todas as suas regiões e tendo contato com todos os companheiros dos diretórios municipais e das comissões provisórias dos 143 Municípios do nosso Estado.

Essa reunião no Município de Abaitetuba contou com a presença do ex-Governador Simon Jatene, do Deputado Federal Nilson Pinto e dos Deputados Estaduais Italo Mácola, Manoel Pioneiro, Suleima Pegado e Tetê Santos. Mário Couto, nosso valoroso e combatente Senador pelo Estado do Pará, lamentavelmente, não pode ir porque estava em uma outra região do Estado, em outro evento político. Contamos, também, com a presença de diversos candidatos a prefeitos e de prefeitos dos 10 Municípios que compõem essa regional: Municípios de Abaitetuba, Barcarena, Baião, Igarapé-Mirim, Mocajuba, Cameté, Oeiras, Limoeiro do Ajuru, Tailândia e Moju.

Em nome da nossa companheira, Dr^a Francinete Carvalho, pré-candidata do PSDB à prefeitura de Abaitetuba, quero saudar todos os nossos pré-candidatos, todos os nossos prefeitos que concorrerão à reeleição e todos os nossos vice-prefeitos, na certeza de que o PSDB do nosso Estado do Pará está unido e que caminha para, nesse processo eleitoral que se aproxima, em outubro, sair fortalecido, elegendo um grande número de prefeitos e de vice-prefeitos e um grande número de vereadores, que também estiveram presentes em nosso encontro e a quem quero saudar nesta oportunidade em que faço menção ao 4º Encontro Regional do PSDB do Pará, na cidade de Abaitetuba, no nosso querido Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Senador Mão Santa.

Agradeço pelo tempo que V. Ex^a destinou ao meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimento V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento, em que homenageou os trabalhadores do Brasil. V. Ex^a lembrou que o trabalhador e a trabalhadora do Brasil trabalham meio ano apenas para pagar impostos e taxas para o Governo.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon, por cessão do Senador Valter Pereira. Estão inscritos, depois, o Senador João Pedro, por permuta com a Senadora Ideli Salvatti, e o Senador Geovani Borges.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Querido Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a sociedade brasileira nunca, em outro tempo, envolveu-se tanto em sentimentos de comoção, em sentimentos de indignação, como nos dias de hoje. De repente, parece que todos nós fomos chamados a participar de uma minissérie da vida real, como protagonistas de uma história de barbárie, no capítulo de maior audiência, aquele no qual, infelizmente, tudo indica, atingimos o tão temido “fundo do poço”.

É por isso que, meus irmãos, eu me dirijo especialmente aos jovens, e falo dos jovens não mais como a geração do futuro, mas como pivôs da história, a mesma história que será vivida intensamente por eles e pelas gerações que haverão de vir.

Eu não diria, evidentemente, que perdi a esperança na minha geração, Presidente. Acho, entretanto, que nós, maduros pelo tempo, já demonstramos algum sinal de fadiga. Quem sabe, “fadiga do imaterial”. Continuamos na luta, é claro, porque a nossa experiência se abastece da energia da juventude. Bem que gostaríamos de deixar, para as gerações que virão após nós, um País menos desigual, mais rico e mais honrado! Mas, pelo menos, justiça seja feita, a nossa luta, inclusive com a própria vida dos que tomaram nessa travessia de suor, lágrimas, sangue, chumbo e espinhos, devolveu a essa geração que engatinha a liberdade que nos foi roubada numa noite escura, na qual a maioria de nós semeava os mesmos sonhos de liberdade que, hoje, todos nós, de qualquer idade, estamos colhendo: a liberdade que conquistamos na luta contra a ditadura.

Tenho certeza de que, em nenhum outro momento da nossa história, mostrou-se tão necessário unir a experiência ao vigor – a experiência de quem construiu os alicerces e o vigor de quem erguerá as paredes da nossa construção histórica.

Na verdade, meus irmãos, eu acho que não perdemos, na intensidade que parece, os melhores valores. Tenho provas disso quando encontro e converso com os jovens de hoje, Presidente, pelos caminhos de todo o Brasil. O que eu sinto? O que eu sinto é que esses mesmos valores não têm sido disseminados, nem acatados como deveriam ser. Acho que passamos muito bem pela fase de diagnóstico. Diagnosticamos. A realidade já nos é conhecida, o que é necessário também. Mas ainda não conseguimos alcançar a me-

lhor estratégia de multiplicar esses mesmos valores o suficiente e o necessário.

Eu temo, como já disse tantas vezes, pela glamorização da barbárie.

A família, a escola, a Igreja, até ontem fontes inspiradoras dos valores mais fundamentais para a formação do caráter, perderam, conjuntamente, lugar para a televisão e para o monitor.

O grande círculo de discussão, capitaneado pelos pais, mestres, pastores de todos os credos, transformouse num semicírculo de silêncio, quebrado apenas pela voz do locutor ou do ator na televisão, numa valorização absoluta da audição no lugar do diálogo, que muito informa, mas muito pouco forma a verdade brasileira.

Hoje, a criança passa mais tempo em frente à televisão do que na escola. O jovem se encanta muito mais pelas salas da Internet do que pelas salas de aula. O ser humano, no seu melhor período de formação, tornou-se “plugado” no mundo, ao mesmo tempo em que se auto-encarcera entre quatro paredes. Desenvolveu linguagens novas e frias, confia suas emoções ou a falta delas a quem não conhece nem o corpo nem a alma. Tornou-se um solitário na multidão.

Eu passei muito tempo sem conseguir a melhor explicação do porquê da glamorização da barbárie. Entre o noticiário e a novela, não sabia o que é causa, o que é consequência. Será a realidade que influencia a ficção, ou o contrário, a ficção que influencia a realidade?

Aginaldo Silva, o autor da novela do momento, por sinal chamada *Duas Caras*, disse textualmente: “Nós, que trabalhamos em televisão, sabemos que bons sentimentos não dão audiência”. “Bons sentimentos” – diz Aginaldo Silva – “não dão audiência”. Sílvio de Abreu, outro dramaturgo global, já havia afirmado: “Entre o mocinho e o bandido, a população fica com o vilão”.

Eu, sinceramente, não acredito nessa tese, apesar dessas afirmações baseadas em supostas pesquisas qualitativas. Mas, se eu sair perguntando para a população, em todos os lugares, a sua opção entre o bem e o mal, acho que vai ser daquelas pesquisas esdrúxulas, das quais se sabe o resultado *a priori* e que não admitamos seja diferente da unanimidade.

Mas acontece, meu Presidente, que, em muitas situações, embora acredite e mesmo pregue o contrário, a população percebe que, nessa verdadeira selva em que se transformaram as relações, os bons estão perdendo espaço. Nessas relações de hoje, os bons estão perdendo espaço. A competição sadia deu lugar à concorrência fratricida. O meu próximo já não é necessariamente um semelhante, mas um concorrente, pela fila do hospital, pela vaga na escola, pela vaga no trabalho, pela vida, enfim.

O que vale – já disse e repito nesta tribuna, Sr. Presidente – é a lei de Gerson, segundo a qual se tem de levar vantagem em tudo. O ser humano é cada vez menos um cidadão e cada vez mais um consumidor. O verbo “ser” perdeu com rapidez deplorável lugar para o “ter”; ou, quem sabe, o verbo “ser” tenha modificado o seu significado. Agora, eu não sou pelo que eu sou, pelo que represento como cidadão, mas pelo que eu tenho como consumidor. Sou, na verdade, não o que sou, mas o que eu aparento ser. E, aí, ergue-se uma barreira que separa quem tem e quem não tem condição de comprar e de consumir. Mas também, aí, não se trata de adquirir o alimento, o básico, o necessário, que é importante para alguns, mas o supérfluo, tão necessário para tanta gente.

Há um apelo mordaz pelo uso do tênis da moda, Presidente, pela roupa da grife, pelo carro mais possante, pela jóia mais cintilante, pelo *status*. Até a moda deixou de ser um estilo para se tornar uma manipulação. Quem vê a propaganda nos jornais e na televisão, páginas e páginas, para condomínios fechados e carros em 80 prestações, com prestações de R\$300,00, R\$400,00, fica a se imaginar que estamos num país das maravilhas.

Os que ficam de fora, do outro lado da barreira, tentam, de qualquer maneira, obter o seu passaporte, nem que seja por meio do crime. Não importa.

Se não há os melhores valores, por que o suor, de sol a sol, se é possível conseguir pelo cano de um revolver, num pequeno lapso de tempo? Se morrer, de que vale a vida? Se matar, nada lhe valia aquela vida roubada. Aprende-se, no real, que os meios justificam os fins e que, na ficção, o herói pode ser aquele que mais rouba, que mais fere, que mais mata.

De repente, o discurso sobre valores outrora moldados na família, na escola e na Igreja, que parecia ultrapassado e folclorizado, infelizmente ganha força, depois de tragédias humanas, de comoções e de indignações.

Mártires como o menino João Hélio e a menina Isabella, tudo indica, apesar da tamanha dor, não tiveram suas vidas ceifadas em vão. É nesses momentos que a emoção aguça a razão.

O que deu errado, meus irmãos, no projeto humano? “Para onde viemos”, muito mais do que “aonde vamos chegar”?

Como voltar e retomar o melhor caminho?

Nunca, como agora, os especialistas de comportamento humano revisaram tanto pontos de vista que pareciam longe no tempo, ultrapassados, jurássicos.

Na **Veja** da semana passada, por exemplo, um psicanalista francês, considerado um dos melhores do nosso tempo, é enfático ao dizer: “Assistimos, hoje, a um acontecimento que talvez não tenha precedentes na história, que é a dissolução do grupo familiar. Pela primeira vez”

– diz ele – , “a instituição familiar está desaparecendo, e as conseqüências são imprevisíveis”, conclui.

Quem sabe não previsível, ainda, ou por enquanto, na França! Aqui, basta ligar a televisão, em qualquer hora, em qualquer canal, e vamos verificar. Ano passado, nesta mesma época, o personagem principal do nosso semicírculo era o menino João Hélio. Ali, tínhamos dois lados muito bem definidos: o filho, os pais, impotentes frente à barbárie; e os bandidos, insensíveis a ela. Nunca se viu tamanha comoção. Mas, agora, temos Isabella. Só que, embora semelhantes na tragédia humana, parece que, nesse último caso, os dois lados se confundem. A mãe de João Hélio lutou para proteger o filho das garras do bandido. Não conseguiu. Tudo indica, se as perícias não estiverem falhas, que a Isabella teria lutado para se livrar exatamente de quem deveria dar-lhe proteção. Não teria conseguido. À emoção se somou a indignação.

O pior é que os casos de João Hélio e de Isabella são apenas emblemáticos para os nossos sentimentos de comoção e indignação.

A cada dez horas, Sr. Presidente, uma criança é assassinada neste País. Uma parcela significativa é assassinada, segundo as pesquisas, vítima de alguém da própria família. Nunca tantos como agora preferiram que tudo fosse ficção. Mas, não. A realidade invadiu as nossas salas, e nós preferíamos que o mocinho não fosse o vilão.

Nesses casos citados – João Hélio, Isabella –, a polícia agiu prontamente. Havia um apelo popular, turbinado por estes sentimentos, o de comoção e o de indignação, que são muito mais do que uma rima. Mas o que se dirá, por exemplo, do menino Jefferson, quase escondido numa página de um caderno, sintomaticamente chamado “Cotidiano”, de um jornal do interior? Ele tinha 11 anos, muito pouco para o tamanho dos seus sonhos, abortados por tiros certos na porta do barraco onde morava, um barraco num beco qualquer, quem sabe sem, nem mesmo, janelas e redes de proteção. Jefferson, ou Tartaruga, como ele era conhecido pelos amiguinhos, era preto e pobre. Ele e tantos outros que nem viraram notícia de jornal tomara que façam parte pelo menos da nossa comoção e da nossa indignação, sentimentos que, agora ampliados pelo caso da menina Isabella, creio que terão resposta.

Volto a perguntar: o que deu errado no projeto do homem?

Em primeiro lugar, se mantivemos, embora tantas pressões contrárias, os nossos mais dignos valores, não posso dizer o mesmo sobre as nossas melhores referências. Em todos os segmentos da nossa realidade, quebraram-se os espelhos que refletiam nossa melhor imagem. Não se construíram outros

personagens pelos quais referenciávamos os nossos projetos de vida.

Não conheço momento na história sem que houvesse uma referência a ser seguida, alguém que, em meio ao povo judeu escravizado no Egito, abriu as águas turbulentas, como Moisés e seu cajado, ou que “espalhou esperança e transformou sal em mel”, como Teotônio e sua bengala. Na Igreja, houve Dom Helder, Dom Aloísio, Dom Ivo; na política, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Mário Covas; na Academia, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Florestan Fernandes; nas demais representações civis, Barbosa Lima Sobrinho, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e Raymundo Faoro, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). E houve muitos outros, em todos os campos, como Sobral Pinto e como Betinho. Também posso incluir aqui aqueles que permanecem, felizmente, no nosso plano de vida, mas que, igualmente, não perderam a esperança, embora demonstrem, até mesmo no silêncio, no silêncio obsequioso, sinais de fadiga.

Procuo, em tão diferentes campos, algo que seja comum em todos esses nomes que construíram e ainda constroem nossos sonhos e nossas utopias e que não se contentaram em viver a história, nem em contá-la, mas que decidiram construí-la. Construíram a história. Aí não tenho qualquer dúvida, meus irmãos: todos eles, em todos os segmentos, alinhavaram suas condutas pela coerência, pela dignidade, pela moral e pela ética.

Na nossa história mais recente, podemos acrescentar outro sentimento à nossa comoção e à nossa indignação: a frustração. Quem sabe, em muitos casos, a frustração seria a causa das duas primeiras? Ou seria a consequência?

Depositamos nossas melhores expectativas nas novas referências que se construíram nesses últimos tempos, mas elas, infelizmente, não pautaram suas condutas pela coerência e, muito menos, pela ética. Portanto, meus irmãos, se desejarmos outra realidade, a do ser, e se quisermos manter nossos valores mais preciosos, será preciso, urgentemente, que recuperemos dois princípios básicos e fundamentais, a coerência e a ética, principalmente daqueles que são escolhidos para dirigir nossos destinos ou que são pagos para projetar nossa Pátria.

Como formar o caráter das gerações do futuro se a família, que deveria proteger, mata; se a escola não educa; se a Igreja vende indulgências; se o resultado do suor não é repartido, mas, pelo contrário, espoliado?

Como construir um verdadeiro cidadão, se, desde muito cedo, ele percebe que aqueles escolhidos para prover coletivamente a proteção, a educação, a saúde e a própria soberania subtraem o que é de todos para proveito próprio e individual? Ao contrário do que de-

veria ser, ele também percebe que a vida hoje não se constrói com a contribuição de cada um para o proveito de todos, mas que acontece exatamente o oposto.

Franca e infelizmente, aquela dúvida que eu alimentava até há pouco tempo – se era o noticiário que muniava a novela ou se era o contrário –, hoje essa dúvida já quase não tenho. Cada vez mais, formo a convicção de que, no caso, é a realidade que está alimentando a ficção. Teria sido mais fácil qualquer mudança se fosse o contrário. Se são tão poucos os dramaturgos em relação aos tantos personagens da vida real, bastaria mudar o enredo das novelas. Mas a realidade não se muda trocando ou escamoteando a notícia. E o noticiário, nos últimos tempos, se o assunto diz respeito às nossas referências, não tem sido alvissareiro. O que mais se vê são desvios de coerência e desvios de ética, maus exemplos, pobres valores, péssimas referências.

Por isso, para que os jovens de hoje e os que ainda virão vivam na plenitude de sua cidadania, não há de se criarem novas leis. Uma lei pode ser a legalização de um costume, mas, se os costumes de quem elabora as leis, de quem as executa e de quem tem a função de fazê-las executar são maus, o que se esperar da lei que já existe?

Tenho chamado a atenção para o fato de que ainda desconhecemos o tamanho da corrupção legalizada que tramita incólume pelos canais regimentais do Congresso, do Executivo e, desgraçadamente, também do Judiciário e que legitima interesses nem sempre meritórios, que igualmente transitam, também incólumes, pelos corredores e pelos gabinetes de todos os Poderes, repito, de quem faz a lei, de quem a executa, de quem a faz executar ou de quem deveria fazê-lo!

Enquanto não se mudarem esses maus costumes, de nada adiantarão as leis e as novas leis. Pior ainda: elas poderão acobertar o que queremos eliminar. Enquanto isso, as boas leis não são cumpridas. Ao contrário, elas nascem quase como letras mortas, com traços bem definidos de impunidade.

O cumprimento da lei também tem preço, depende da capacidade de pagamento de quem a transgride, depende da grife do advogado, depende de que lado estamos da tal barreira. As leis punitivas de desvios de conduta são feitas para alcançar quem conhece apenas a Polícia, nunca quem tem condições de interpretar, a seu favor e segundo a sua conveniência, a justiça na hora própria.

Enquanto isso não mudar, minha esperança corre risco de inanição. Ainda bem que ainda me alimento de sonhos, mesmo que o tempo não permita que eu viva para vê-los se tornarem realidade. Afinal, o que seria de nós, meus irmãos, independentemente do tempo, não fossem nossos sonhos e nossas utopias?

Portanto, não há apenas de se mudarem os valores do povo. Eles são bons. Há de se mudarem os costumes daqueles de quem se imaginavam as melhores referências. Eles são maus. Daí a comoção, a indignação e a frustração.

Temo que este mesmo povo, ainda que não perca totalmente a esperança, também demonstre sinais de fadiga. Aí não importa a idade. Sinais nesse sentido também não faltam.

Quando a comoção, a indignação e a frustração transbordam, o perigo é a justiça pelas próprias mãos. A sociedade percebe que não há freios necessários e suficientes para limitar a ação das pessoas e que há um enfraquecimento das regras sociais e se sente desestimulada em respeitar as leis. Então, o único remédio seria a justiça pelas próprias mãos.

No caso da menina Isabella, um grupo de pessoas, num pequeno lapso de tempo, na imaginação e, em alguns momentos, na tentativa concreta, investigou, julgou, condenou e deu sinais evidentes de que teria a coragem de cumprir a pena. Quer dizer, essas pessoas chamaram para si todos os poderes. Será que esse mesmo grupo é representativo da sociedade brasileira, nos nossos dias? Tomara que não!

Se a justiça, nesse caso, fosse feita pelas próprias mãos, não haveria diferença com a barbárie em si nem com as atitudes do Estado paralelo, que, segundo a imprensa, também julga, condena e executa. É a barbárie alimentando ainda mais a barbárie. Precisamos, meu Presidente, do fortalecimento do Estado legal, que elabora as leis e que, principalmente, as faz cumprir.

Como eu disse, os maus costumes de quem deveria se pautar pela virtude não mudarão com novas leis punitivas de desvios éticos. Na certeza da impunidade, essas novas leis nascerão mortas.

Mais ainda, como também já disse outras vezes, o pior para o sentimento de frustração de um povo não é a falta de leis – o povo pode substituir a falta de leis pelos seus bons costumes –, mas o não-cumprimento das leis existentes, o que ele não deve substituir pela força.

Então, o primeiro passo é, necessariamente, fazer com que as leis sejam cumpridas, redirecionar as energias, que, hoje, estão propensas a turbinar a justiça pelas próprias mãos ou algo parecido com a pena de Talião, para a obrigatoriedade de se cumprir o aparato legal que já existe. Ou seja, que se faça cumprir o “cumpra-se”.

Essa mudança não virá de fora para dentro nem de cima para baixo. O poder não combina com auto-imolações. Ao contrário, o poder constrói mecanismos de auto-sustentação e de perpetuação. São fins que

justificam meios. Poder e pudor não rimam; apenas coincidem nas iniciais.

Nos últimos tempos, por exemplo, a Justiça Eleitoral brasileira tem-se preocupado, com sucesso, com a identificação do eleitor. Novas tecnologias, novos métodos, urnas eletrônicas nos colocaram como exemplos a seguir em todo o planeta na eliminação de fraudes, antes costume eleitoral, como os eleitores-fantasmas, porque fabricavam eleitores e tiravam a legitimidade do processo eleitoral. Mas poucos se preocuparam até aqui com a identificação dos candidatos. Além disso, essa mesma legitimidade política é arranhada pelas próprias regras eleitorais, com legendas, com coligações, com um mecanismo eleitoral que, com mil subterfúgios, impede a busca da verdade.

Mas será que é necessário fazer uma lei determinando que os Partidos não aceitem candidatos que não possuam probidade, honradez ou qualquer outro sinônimo que possa significar, no popular, folha corrida, limpa e respeitosa? Os Partidos não podem fazer isso? A experiência mostra que, nesse caso, sim. Inclusive, já apresentei projeto nesse sentido. Mas quem sabe os partidos, se tomassem, eles próprios, essa bandeira e coibissem representar-se por quem tem maus costumes, certamente não seriam acompanhados, já na posse, por princípios éticos?

Com a palavra os jovens do País, novos menestréis do nosso Brasil! “Quem é esse?” São todos aqueles que têm “ira santa, saúde civil”. É a todos eles que me dirijo neste momento. Sintam-se todos emancipados politicamente. Não se contentem com essa conversa de que vocês são o país do futuro. Esse discurso, neste momento, é uma forma sutil e, talvez, mal-intencionada, embora os discursos em contrário, de manietá-los, para que nada mude. Forcem as portas, forcem as portas dessa mudança de fora para dentro! Tomem as rédeas da história! Transformem realmente o sal em mel!

Se não colocarmos em prática nossos bons valores, perpetuar-se-ão os maus costumes, por vezes transformados em lei, e aí nem mesmo as futuras gerações terão as melhores referências.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer, agradecendo a V. Ex^a a gentileza.

São algumas reflexões que venho fazendo, meu Presidente, em relação a esta hora de tanta comoção! Estive em Mato Grosso do Sul. V. Ex^a deixou uma belíssima passagem. Nosso querido Senador pelo Mato Grosso do Sul e eu vimos, com alegria e com comoção, a presença de V. Ex^a, inclusive em Três Lagoas, onde V. Ex^a viu tantos e tantos trabalhadores do Piauí,

que foram ali em busca de trabalho. Senti, falando aos jovens, em Campo Grande, que realmente vivemos uma hora de grande interrogação.

Acho que esse domingo foi dramático. As informações que se têm são as de que, há muito tempo, não havia tantas estações de televisão ligadas todo o tempo em São Paulo, no acompanhamento da reconstituição do caso daquela menina. Algo que deveria ter sido feito, a rigor, quase em segredo gerou uma comoção nacional.

Sr. Presidente, devemos parar para pensar, para refletir, para analisar, mas, nesta vida em que os fatos mais importantes são as medidas provisórias, o dia-a-dia não nos deixa fazer isso. Alguma coisa precisa ser feita. Tenho tentado, nesses longos tempos, fazer isso. Recebo manifestações do Brasil inteiro, e essas manifestações são de interrogação, são de preocupação, são de mágoa.

É interessante, Sr. Presidente, que hoje vivemos, a rigor, um momento em que a economia vai bem. Pessoas dizem que, há muito tempo, não tinham um trabalho garantido, não tinham um pão no fim do mês, mas que, hoje, elas os têm. Mesmo assim, o sentimento é de angústia. Não sabem o que vai ser amanhã e para onde vão.

Que a gente possa fazer e aprofundar esse debate! É esse o sentido do meu trabalho, agradecendo a V. Ex^a, Sr. Presidente, a sempre tão estimada tolerância.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, Senador Pedro Simon, dá um exemplo na véspera do Dia do Trabalho, engrandecendo o País com o seu trabalho como Parlamentar, após brilhante pronunciamento.

Com a palavra o Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o próximo orador se dirige à tribuna – menos de um minuto –, depois do belo e histórico pronunciamento do Senador Pedro Simon, eu desejo dar também uma notícia histórica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores e à população brasileira.

O Brasil acaba de receber o grau de investimento tão sonhado, tão esperado pela população brasileira. A agência Standard & Poor's eleva o *rating* do Brasil para grau de investimento.

A agência de classificação de risco Standard & Poor's [...] anunciou nesta quarta-feira que elevou o rating soberano (nota de risco de crédito) do Brasil para grau de investimento,

melhor classificação para receber investimentos estrangeiros.

O rating do Brasil em moeda estrangeira passou de BB+ para BBB-, segundo a assessoria da S&P.

O grau de investimento é a classificação dada pelas agências de rating a países com poucas chances de deixar de honrar suas dívidas.

Com a nota, o Brasil poderá receber recursos de grandes fundos internacionais que só têm autorização para investir em mercados que já conquistaram essa chancela de bom pagador.

Sr. Presidente, neste momento, as bolsas do Brasil estão disparando: já chegaram a dez pontos de crescimento, caíram um pouquinho agora, chegando a próximo de sete pontos.

Eu acho que é uma notícia importante que a população brasileira deveria receber neste momento. Esta notícia saiu na **Folha Online** há poucos minutos. Só resta saber se o Brasil está preparado agora para receber essa avalanche de investimentos que vai receber daqui para frente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Brasil está preparado porque, como um País cristão, aprendeu, confia e crê: quem planta colhe. E, ao longo da existência, nós tivemos extraordinários governantes que plantaram exemplos de trabalho. Entre eles, está aí o Presidente Sarney, pois, no momento mais difícil da nossa História, de transição de uma ditadura militar para o renascer da democracia, o Brasil crescia de 8% a 10% ao mês.

Eu tive a oportunidade de ser Prefeito quando o Presidente Sarney governava este País.

Estamos alternando aqui: agora, para uma comunicação inadiável, o Líder do Piauí, Heráclito Fortes.

Ontem, o Líder Casagrande deu uma sugestão muito boa: confiando na capacidade sintética e na inteligência privilegiada de cada um dos oradores, que muito se aproxima de Rui Barbosa, o baiano, dez minutos para cada um. É a nota dez. Todo mundo vai falar, e o Senado da República dá o exemplo de trabalho.

Com a palavra o Senador do Piauí, Heráclito Fortes, maior municipalista da história daquele Estado. Quero cumprimentá-lo, porque Heráclito Fortes convida o povo do Piauí, do Maranhão, do Ceará e do Brasil para a inauguração do pronto-socorro municipal. Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio, vai à inauguração, mas o DNA, quem começou, quero dar o testemunho ao Brasil, foi Heráclito Fortes quando Prefeito de Teresina, por volta de 1989.

A V. Ex^a os nossos parabéns antecipados e a gratidão dos que precisam de saúde no Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, em primeiro lugar, agradeço a V. Ex^a as referências a essa obra que foi iniciada por mim em 1991, Mão Santa, para ser mais preciso.

O planejamento teve início antes, mas a obra começou em 91; ficou paralisada por incompreensões políticas lamentavelmente. Depois, o Ministro da Saúde José Serra teve a sensibilidade de continuá-la. A obra avançou mais 80%, e agora o Governo Lula vai inaugurá-la – o Presidente vai estar em Teresina na segunda-feira.

Agora, acho que é uma obra de todos. Essa é uma obra que será importante para o Estado do Piauí e, de maneira muito especial, para Teresina.

Senador Valdir Raupp...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu só me permitiria o seguinte: não precisa fazer o DNA, V. Ex^a é o pai do pronto-socorro. Mas eu, aproveitando o Ministro do PMDB, S. Ex^a o Ministro Temporão, fiz todos os pedidos e disse a ele que o Secretário de Saúde do Município, Dr. João Orlando, era uma das pessoas de melhor integridade que conheço na Medicina.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a tem razão. E o pronto-socorro tem o nome do grande médico piauiense, Zenon Rocha, que formou gerações naquela capital.

Mas, Senador Valdir Raupp, eu quero congratular-me com V. Ex^a pelo anúncio que faz; é alvissareiro.

Senador Sarney, sabe bem V. Ex^a o sacrifício pessoal que fez, quando Presidente da República, enfrentando o pior momento das turbulências internacionais, para que hoje o Brasil pudesse, alguns anos depois, começar a colher os frutos de administrações responsáveis que souberam cumprir com suas obrigações, fazendo, acima de tudo, o que nós chamamos de dever de casa. V. Ex^a sabe que esse esforço que se coroa agora é um esforço de várias gerações. Foi de muito sacrifício para homens públicos que pagaram um preço alto por cumprir o dever para com o País. Felizmente, Senador Raupp, a nossa geração ainda teve a oportunidade de começar a assistir à colheita desses frutos.

Afinal de contas, nós somos um País que se propõe a participar do BRIC, hoje o bloco formado pelos países – uns chamam de emergentes; outros dos que querem crescer; e outros, chamam em crescimento – que englobam o Brasil, a Rússia, a Índia e a China.

Mas há algo que me entristece, meu caro Líder, algo que nos passou despercebido – por V. Ex^a, como Líder, e por mim, que estou indignado, como o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional,

o Senador Pedro Simon. Há pouco tempo, com base num acordo, aprovamos recursos para o Orçamento, mas não vimos que foram vetados, Sr. Presidente, de maneira despropositada: foram vetados os R\$9 milhões que a Comissão de Orçamento havia destinado ao reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras.

Veja bem, Presidente José Sarney: exatamente recursos para o desenvolvimento de um cargueiro tático, um avião cargueiro – Projeto KCX, que vem levando o nome de 390. Imaginem os senhores que o Ministério do Planejamento, ao mandar essa peça orçamentária para a Casa, Senador Pedro Simon, cortou os R\$9 milhões destinados ao desenvolvimento desse projeto.

Estamos louvando hoje a repercussão na Bolsa da notícia relativa à reavaliação brasileira, mas seria bom que estivéssemos comemorando a geração de empregos. Como é que um País como o nosso gera empregos se projetos dessa natureza são impiedosamente cortados pela área econômica do Governo?

O Presidente Sarney tem alertado sempre desta tribuna para o perigo da desmilitarização do Brasil, enquanto países vizinhos compram armas e equipamentos militares às pencas.

Um projeto genuinamente brasileiro como esse não poderia, de maneira nenhuma, ter os seus recursos cortados, Senador Valadares, como se fez hoje. Essa é uma das razões pelas quais, Senador Cristovam Buarque, nós temos relutado em votar em plenário, em sessão do Congresso, determinadas matérias que vêm do Executivo. Esses cortes são feitos e, na prensa, não percebemos, não conseguimos analisar item por item porque seu volume é imenso – na bancada, os senhores podem ver o tamanho do que se votou hoje confiando única e exclusivamente na palavra do Governo. O Governo apunhalou um projeto fundamental para a defesa do Brasil, para o futuro do País e, acima de tudo, para a geração de empregos.

Senador Cristovam, ontem vi na televisão uma discussão que se travou em Nova Iorque, com a participação do Brasil, na qual se falou sobre a nossa participação no BRIC. Foi dada muito ênfase à falta de uma política de formação educacional para os brasileiros, tema que, aliás, é o carro-chefe de sua atuação nesta Casa. O Brasil, enquanto os outros três países participantes do BRIC investem intensamente em educação, de maneira distorcida, premia o ócio, paga a hora parada do cidadão brasileiro.

Recente avaliação na área da educação prova isso.

Senador Cristovam, estive em Comandatuba, onde assisti a um debate cujo tema central era educação, e me impressionei com uma frase da Dr^a Viviane Senna, exatamente a respeito do que se passa hoje na educação

brasileira. Estava presente, inclusive, o seu substituto no Ministério da Educação, Sr. Fernando Haddad.

O tema – a educação – não poderia ser mais oportuno para um País que quer crescer. A Sr^a Viviane Senna, com autoridade de ser dirigente de uma ONG que é um exemplo e que merece aplausos de todos nós, disse uma frase fantástica: “É preciso que se tenha cuidado para que as escolas e as universidades brasileiras não se tornem apenas estacionamentos de alunos”. Perfeita! Perfeita, oportuna e merece ser estudada e analisada.

A proliferação de faculdades... O Mão Santa fala sempre de uma escola que cobra R\$4 mil de mensalidade. Se não acabarmos com a criação desordenada desses cursos, Senador Cristovam Buarque, logo vamos ver nas televisões, nos meios de comunicação, propagandas do tipo: “Pague em dia sua faculdade. Freqüente-a ou não. Se não for aprovado, está garantido o dinheiro de volta”.

É um absurdo, é um absurdo para um País que quer entrar na competição dos maiores países do mundo e que já tem um lugar garantido – esse dado de hoje é altamente alvissareiro. Em vez de comemorar o *boom* da Bolsa, que é transitório, tínhamos que estar comemorando aqui, Senador Cristovam Buarque, o aumento de empregos no País, a instalação de indústrias, não o capital fugitivo, o capital motel, o capital vagalume, que vai e volta, que fazem, muitas vezes, com que os indicadores econômicos passem de positivos a negativos em um piscar de olhos.

Se o Brasil tivesse convicção e uma política seqüenciada de investimentos em programas educacionais, principalmente em treinamento de pessoal, em treinamento de mão-de-obra, tenho certeza de que esses investimentos seriam mais duradouros. As indústrias, pelas características favoráveis de nosso País, por sua mão-de-obra ainda barata, teriam aqui o lugar ideal para se instalarem, seríamos um paraíso para quem quer, de maneira permanente, colocar o seu investimento com segurança.

Nós estamos vendo agora – os jornais anunciam – a China querendo alugar áreas agrícolas em outras partes do mundo para conseguir combater o problema da fome em seu território – cada um com seu problema!

Não queremos aqui alugar as nossas áreas para qualquer atividade, queremos aqui a implantação segura de indústrias. Para isso, precisamos trabalhar com afinco no treinamento e na preparação da mão-de-obra.

Senador Cristovam, infelizmente V. Ex^a não participou desse encontro em Comandatuba. Tratamos de um tema do seu domínio e, tenho certeza, V. Ex^a poderia ter dado uma colaboração positiva. Nós vimos, no exemplo da Viviane Senna, exatamente o exemplo de organizações não-governamentais que devem ser

estimuladas, seguidas e aplaudidas. E foi com essas organizações em mente que, no ano passado, pedimos a constituição de uma CPI para investigar desvios e desmandos nas ONGs do Brasil.

Senador João Pedro, ontem encontrei-me com um cidadão de origem indígena no corredor do Congresso, no chamado “túnel do tempo”. Ele se mostrou assombrado com o desvio de recursos que as ONGs praticam em sua região e citou exemplos. Ele estava aqui, inclusive, para procurar as autoridades. Espero que tenha conseguido o seu objetivo.

Mas essa questão da investigação tem a aprovação desta Casa. Tanto é, Senador Valadares, que acabei de dar entrada, perante a Mesa da Casa, de um pedido de prorrogação por mais 180 dias. E, para isso, tivemos a felicidade de obter a assinatura de 60 Srs. Senadores, o que deixa incontestável que a maioria dos membros desta Casa sabe de sua importância e quer a continuação das investigações.

É evidente que preparados estamos todos para enfrentar boicote, sabotagem, tropa de choque – chamem lá de que chamem – por parte do bloco de defesa do Governo. Mas nós temos a convicção de que a virtude, mais cedo ou mais tarde, triunfa, e de que esse é um programa que tem de ser preservado. As atividades do terceiro setor têm de ser estimuladas e nós temos, Sr. Presidente, de separar o joio do trigo enquanto ainda existir o trigo, antes que o joio tome conta.

De forma que me congratulo com o anúncio feito pelo Senador Líder do PMDB, mas quero alertá-lo de que, entre a especulação comemorada numa tarde véspera de feriado pela Bolsa, meu caro amigo Valdir Raupp, e a consolidação de parques industriais, com investimentos em pesquisas, nós temos de optar pelo caminho mais seguro.

E esse corte feito hoje no Orçamento, sem que o Governo tivesse a delicadeza de comunicar pelo menos às comissões que participaram de sua elaboração, é lamentável e enfraquece, cada dia mais, a confiança que nós temos em aceitar acordos cujos conteúdos não conhecemos, ponto por ponto, vírgula por vírgula.

É uma pena!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está inscrito, aqui, à frente, o nosso Senador João Pedro, que permutou com a Senadora Ideli Salvatti.

V. Ex^a está como Líder. Estamos alternando.

Senador Heráclito Fortes, vamos agradecer V. Ex^a, lendo um requerimento de prorrogação de prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito.

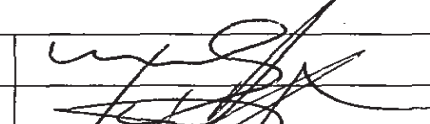
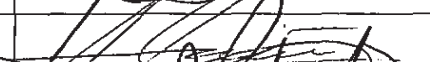




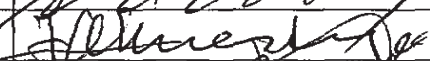

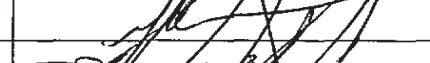


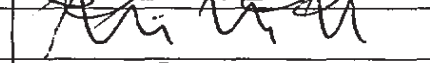




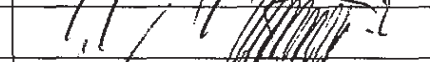




Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº. 515, de 2008.

Em aditamento aos Requerimentos nºs 201, 217, e 1.324 de 2007. Requeremos seja prorrogado o prazo de funcionamento em 180 (cento e oitenta dias), a partir de 12 de maio de 2008, da Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de onze Senadores titulares e sete suplentes, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007, mantendo seu limite de despesas em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Sala das Sessões, em 30 de abril de 2008

1.		HERACLITO
2.		JOSE AGRIPINO
3.		Ademir SANTANA
4.		DE APOSTOLUS TORRES
5.		João Camp
6.		Reinaldo Caramuru
7.		Summa
8.		ARIDIVIO CARVALHO JUNIOR
9.		Mário Amê
10.		TRIO VIANA
11.		WOLFRIGTON SILVANO
12.		EDUARDO AZEREDO
13.		FELIX RIBEIRO
14.		Botelho
15.		FLAVIO ARNS
16.		MOZANILDO
17.		Seplôbas
18.		Virgínia de Carvalho
19.		Paulo Dupont
20.		Leuto
21.		VALENTIN RAUPO
22.		Giuliano
23.		BERALDO MESQUITA DA

Handwritten signature/initials on the left margin, possibly 'Kul'.

26.	[Signature]	Raimundo
27.	[Signature]	Romero Juv's
28.	[Signature]	JOÃO TENÓZIS
29.	[Signature]	JARAS VASCONCELOS
30.	[Signature]	CRISTIAN
31.	[Signature]	FABIO JERONISSI
32.	[Signature]	Eliseu Resende
33.	[Signature]	Marisa Senara
34.	[Signature]	ARTHUR VIEGAS
35.	[Signature]	Seane Pereira
36.	[Signature]	MARCONI PEREIRA
37.	[Signature]	LUCELA VIANA
38.	[Signature]	[Signature]
39.	[Signature]	GILBERTO GOELLNER
40.	[Signature]	Yair Couto

56 - [Handwritten signature/initials]

41.	[Signature]	JOSE NEBY
42.	[Signature]	Raimundo Colunha
43.	[Signature]	AIMÉIDA LIMA
44.	[Signature]	VALADARES
45.	[Signature]	ETM DABELO
46.	[Signature]	ROSALBA
47.	[Signature]	51 [Signature]
48.	[Signature]	53. Oscar [Signature]
49.	[Signature]	[Signature]
50.	[Signature]	55 [Signature]

57 - [Signature]

58 - F. Collor - Fernando Collor R (PTB - 12)

59 - [Signature]

Perceira

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento lido contém subscritores em número suficiente para a prorrogação solicitada, nos termos do art. 152 do Regimento Interno.

Será publicado para que produza os devidos efeitos.

Senador Heráclito Fortes, o documento, mostrando a sua capacidade de Liderança, tem 60 assinaturas, superando o que a legislação e o Regimento mandam.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Na tribuna, o Senador João Pedro e, por sugestão, ontem, do Senador Casagrande, seria conveniente cada um usar dez minutos. E V. Ex^a com a sua inteligência privilegiada e a capacidade sintética.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero...

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Senador, V. Ex^a me concede trinta segundos antes de começar para que eu não atrapalhe o pronunciamento de V. Ex^a...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pois não, Senador Casagrande. V. Ex^a não está atrapalhando.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço V. Ex^a pela consideração. Eu estou inscrito e, se der tempo, antes de viajar, gostaria de me pronunciar, mas não queria perder a oportunidade.

O Senador Valdir Raupp fez uma menção à classificação de uma agência que colocou o Brasil com um grau de investimento, o *investment grade* e, pela primeira vez, o Brasil consegue esse enquadramento na Standard & Poor's. Isso, Senador João Pedro, é uma vitória para a condução da política econômica do Governo, para o projeto que vem sendo desenvolvido no País e atrairá investimentos de grandes fundos internacionais que só têm autorização dos seus conselhos para investir em países que tenham grau de investimento.

Então, o Brasil, que já estava recebendo muitos investimentos externos, terá agora condição de receber muito mais investimentos do que estava recebendo. O Brasil ansiava por isso há muito tempo, teve essa conquista e essa conquista é uma manifestação de confiança do mercado internacional, dos investidores internacionais na condução da política econômica de nosso País. Portanto, penso que é importante registrarmos a relevância disso. É lógico que o Brasil terá de ser mais rápido para fazer o investimento necessário em infra-estrutura, o Brasil terá de ser mais rápido para poder de fato manter o controle da sua política fiscal, para que tenhamos afastado, a muitos quilôme-

tros de distância de nós, o fantasma da inflação, e que também possamos ter uma política cambial que permita o dólar se manter em um patamar que não atrapalhe nossos exportadores. Então, há muitos pontos positivos, há algumas preocupações em decorrência desse feito, mas o fato é positivo e já fez as bolsas dispararem. Portanto, eu queria fazer o registro desse momento para a história do nosso País. Obrigado, Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, quero me associar às duas manifestações havidas acerca dessa conquista da economia brasileira que tem reflexo em nível internacional.

Em 2007, o Brasil só perdeu para a Holanda nos investimentos internacionais. Penso que isso é mérito da nossa equipe econômica, mas também da sociedade, que faz e participa desse momento tão importante da economia nacional.

Sr. Presidente, os grandes jornais de hoje, a mídia de modo geral, abordam os resultados do MEC no que diz respeito à avaliação de dois conceitos que considera em nossas universidades, mais precisamente os cursos de medicina no Brasil, o Enad e o IDD, e registra 103 universidades em que os cursos foram submetidos a essa avaliação.

Primeiro, quero dizer da importância do método que o MEC utiliza para acompanhar os cursos. É bom lembrar, Senador José Sarney, que está nesta sessão, que, em 1994, existiam 80 cursos de medicina no Brasil e hoje, em 2008, são 175 cursos de medicina. Chama-me atenção primeiro os seis primeiros cursos bem avaliados, com nota 5, que é avaliação máxima do Enad, para seis universidades federais.

Quero registrar aqui a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; a Universidade Federal de Goiás, em Goiânia; a Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre; a Universidade Federal de Santa Maria, em Santa Maria, Rio Grande do Sul; a Universidade Federal do Piauí, em Teresina – não consigo dar a ênfase que V. Ex^a dá ao belo Estado da nossa Federação que é o Piauí –; a Universidade Federal de Mato Grosso; a Escola Superior de Ciências da Saúde, em Brasília – vou citar as dez primeiras –; a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ; a Universidade Federal do Rio de Janeiro, novamente, e a Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Então, veja só, Rio Grande do Sul, Goiás, Piauí, Mato Grosso são os Estados que têm as seis universidades com as melhores avaliações – até Mato Grosso.

Quero parabenizar o MEC, e, na condição de Senador da República, quero externar uma opinião: o MEC precisa adotar um padrão de rigor para acompanhar a

recuperação de 17 universidades que foram reprovadas – 17 universidades foram reprovadas! Quero dizer da minha angústia, não para fazer uma denúncia aqui, mas para demonstrar a preocupação de um cidadão do Amazonas, de um Senador do Amazonas, porque a minha universidade federal está entre as dezessete universidades.

Também a Universidade Federal do Pará chama a minha atenção, porque, com ela, são duas universidades de Estados lá no Norte que foram reprovadas; duas referências do ensino, da pesquisa, duas instituições importantes do Norte do nosso País, no meu Estado do Amazonas e Pará, estão entre as universidades reprovadas.

Eu quero dizer da minha tranquilidade para fazer essa reflexão, para cobrar do nosso Magnífico Reitor Hidembergue Frota uma manifestação do porquê desse resultado. Evidentemente que é complexo administrar universidades, e eu entendo a complexidade diante de crises, dificuldades por que passaram e passam as nossas universidades nesses últimos anos, tais como laboratórios obsoletos, evasão de bons professores das universidades federais. Eu na minha universidade, porque eu passei pela Universidade Federal do Amazonas, e estou cobrando aqui dessa instituição tão importante para o nosso Estado, mas particularmente do Reitor Hidembergue Frota, uma explicação. Por que a nossa universidade mereceu notas tão baixas? Estou cobrando essa manifestação e, ao mesmo tempo, me colocando à disposição, porque a universidade não é do reitor, do professor, mas do povo brasileiro, do povo amazonense.

A Universidade de Medicina, em todo o Brasil, tem um grande simbolismo. É preocupante o número de universidades que foram reprovadas. Falo de duas universidades federais lá na Amazônia.

Quero colocar-me à disposição do magnífico reitor da nossa universidade no sentido de ajudar. Como contribuir? O que não pode é a nossa universidade ficar entre as universidades reprovadas pelo método de avaliação que o MEC adota e tem de adotar sempre. Espero que o MEC...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, para terminar.

Espero que o MEC adote procedimentos no sentido de acompanhar essas universidades prioritariamente e também todas as outras universidades. Das 17 universidades reprovadas 13 são privadas. O Governo, o MEC e a própria sociedade brasileira precisam acompanhar essas instituições estratégicas, importantes para o povo brasileiro, para a sociedade brasileira.

As universidades não podem ter um padrão que não corresponda a esse sentimento, a essa exigência do povo brasileiro, da sociedade brasileira, de ter universidades como referência. Falo de referência nacional, de referência internacional. O número de universidades privadas reprovadas assusta-me. É preciso que haja uma política para acompanhar com rigor a recuperação delas, para que tenhamos um ensino comprometido com a cidadania, com a qualificação dos nossos profissionais e que sirvam à sociedade brasileira.

E quero finalizar, Sr. Presidente, ao lado de Senadores que já repudiaram – e não posso ter outra atitude – a postura do coordenador do curso de Medicina do Estado da Bahia, que não só adotou postura discriminatória, mas também desrespeitosa com o povo baiano ao dizer que o povo baiano tem um QI baixo. Quero repudiar essa manifestação do coordenador do curso de Medicina do Estado da Bahia. Penso que ele deveria entregar hoje a sua carta de demissão e o que o MEC deve adotar procedimentos rigorosos para punir a postura discriminatória, desrespeitosa não só à Academia, à Universidade Federal, mas ao povo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após belo pronunciamento, convidamos o Senador, o Presidente Sarney para fazer uso da palavra por cessão de Lobão Filho, do Maranhão; depois, como Líder, falará o Senador Antonio Carlos Valadares.

Feliz este Senado da República do Brasil. Os grandes senados do mundo, a exemplo da Itália, têm como referência o Senador Cícero. Lá, eles têm senadores vitalícios, escolhido por mérito. São cinco, entre eles Norberto Bobbio, cujo aparecimento foi dos mais gritante por ser uma das vivas forças da teoria da democracia e por ter deixado o melhor livro.

Mas são cinco. Feliz este Senado, que tem três ex-Presidentes da República. Por isso, digo que este é um dos melhores Senados da história da República. O Presidente Sarney, que foi Presidente deste País no momento mais difícil da nossa história, na transição de uma ditadura militar para uma democracia que vivemos. Acompanhado dele, ainda temos Marco Maciel, que exerceu a Presidência por longo período, sendo Vice-Presidente da República, e o Presidente Collor.

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente. E a honra é tão grande que convido o Presidente da Casa, de fato e de direito, o Senador Garibaldi Alves, que se aproxima, a presidir, enquanto irei para o plenário ouvir atentamente os ensinamentos de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, muito obrigado, Senador Mão Santa, pelas suas generosas palavras, sempre generosas, para com este seu companheiro de Senado e seu amigo. Sr. Presidente, em primeiro lugar, antes de entrar no assunto objeto do meu discurso, queria congratular-me com o povo e o Governo do Brasil por termos alcançado o grau de investimento. Fica reconhecido assim que o nosso País hoje saiu de todas as crises econômicas que enfrentou e situa-se entre aqueles países mais confiáveis da economia mundial.

Quero, particularmente, dizer que esse é um caminho longo que o País vem percorrendo. Cada um de nós colocou um pedaço do seu trabalho – políticos, empresários, administradores – para que chegássemos até esse ponto. Mas, sem dúvida alguma, não podemos esquecer que isso acontece quando é Presidente o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que tem feito um extraordinário Governo, colocando a economia dentro de um caminho de estabilidade e dando ao País uma projeção internacional muito grande. Ao mesmo tempo em que a nossa economia hoje é reconhecida mundialmente como uma economia forte, de um País que, cada vez mais, consolida não só suas instituições, mas também sua presença no mundo. Por isso mesmo é necessário reconhecer o trabalho do Presidente e, ao mesmo tempo, nos congratularmos com o povo brasileiro e com o Governo do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, vim a esta tribuna, hoje, para tratar de um assunto que diz respeito às nossas relações internacionais e também do maior interesse para o Brasil.

Venho, em primeiro lugar, congratular-me com o povo do Paraguai pela realização das últimas eleições naquele país. Devo dizer mesmo que eu torci para que o Bispo Lugo fosse o vencedor, porque via uma etapa importante no aprofundamento da democracia no Paraguai, que é, sem dúvida, a alternância no poder, que é a base de todo sistema democrático. Quero dizer que o candidato vitorioso a presidente da república tem feito algumas declarações – e o fez durante a campanha também –, que, de certo modo, merecem contestações nossas e reflexão do Governo e do povo brasileiros.

Nosso Senado sempre foi muito sensível às questões do Paraguai, sempre teve uma especial atenção com o Paraguai. Depois da Guerra do Paraguai, chamada por Doratioto de maldita guerra, o Senado teve uma posição forte na formulação das condições de paz entre nossos países. Os grandes negociadores brasileiros foram Senadores como o Visconde do Rio Branco, pai do Barão do Rio Branco; Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco; o Conselheiro Saraiva, que

tinha participado das questões diplomáticas do Prata; Pimenta Bueno, que depois veio a ser o Visconde de São Vicente. Eles todos se reuniram e, seguindo Nabuco de Araújo e Sarmiento, presidente da Argentina, defenderam a tese de que a vitória não assegurava aos vencedores o direito aos “espólios territoriais” do vencido.

Essa tese se transformou vitoriosa e por causa dela o Brasil sustentou a posição de que a área do Charco devia ser devolvida ao Paraguai, e não ficar com a Argentina, que já o tinha ocupado. Assim as fronteiras do Paraguai com a Argentina acabaram sendo consolidadas na linha do rio Pilcomayo.

Isso foi um trabalho do Senado, com aquela visão de que devíamos ter para com o Paraguai, naquele momento, um tratamento generoso.

Agora, não é de outra maneira que nós devemos tratar o problema do Paraguai, sobretudo, quando nós sabemos que a maior discussão da campanha foi sobre o Brasil, considerado como espoliador e como um país imperialista. Nada mais injusto. E reconheço que, talvez, estas palavras tenham sido usadas – porque todos nós somos políticos – como excessos de campanha que são cometidas por políticos de todos os níveis e até pelos mais responsáveis.

Ao dizer o candidato vitorioso que quer defender os interesses do seu país, ele está muito certo, que deseja que o Paraguai tenha muito mais resultado de Itaipu do que tem, está muito certo. Quando pede que Itaipu tenha mais transparência, está muito certo. Agora, está errado quando põe a culpa no Brasil, quando, na realidade, é o Paraguai que tem feito com que os resultados de Itaipu, o quanto receberam, estão recebendo e vão receber, não seja transparente para o povo do Paraguai.

Esse esconder, esse segredo a respeito do que é Itaipu e do que tem feito Itaipu, do que representa Itaipu para o povo paraguaio não deve ser debitado ao Brasil e, sim, à parte paraguaia, ao governo do Paraguai, que detém a metade da usina de Itaipu e, certamente, não tem dado ao povo paraguaio a transparência que deve dar a respeito da usina e desse empreendimento binacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu estava neste Senado, neste plenário e participei das discussões sobre o tratado para a construção de Itaipu em 1973. E, naquele momento, no Senado, tínhamos duas alas. Uma defendia a construção da usina binacional com o Paraguai. A outra corrente defendia o ponto de vista do engenheiro Marcondes Ferraz.

Aqui está o nosso Senador Antonio Carlos Valadares, por Sergipe, e ele sabe que Marcondes Ferraz era um grande nome, uma das figuras mais eminen-

tes da engenharia nacional e da história energética do Brasil, porque fora o construtor de Paulo Afonso. No tempo em que o Brasil não tinha dinheiro, ele formulou construir a usina em três etapas, em três usinas praticamente, para que pudesse ser feita.

A tese de Marcondes Ferraz era de que se podia fazer uma usina só no Brasil, sem ser binacional, e essa usina teria a mesma carga que tem Itaipu, da ordem de 10 milhões kW – lembro que a parte que o Brasil tem em Itaipu é menor do que 10 milhões kW, porque a Usina de Itaipu tem 14 milhões kW e a oferta firme é um pouco menor. Ele defendia essa tese dizendo que, se localizássemos o eixo da usina a 50 km das Cataratas de Sete Quedas, teríamos condições de fazer uma barragem somente em território brasileiro, e que essa barragem teria uma altura de doze metros; quando Itaipu depois foi feita com 170 metros. Era a diferença. Qual a outra vantagem que ele alegava? É que a usina feita dentro do território brasileiro não inundaria aquela maravilha da natureza que eram os Saltos das Sete Quedas. E infelizmente foi uma tragédia que eles tenham sido tragados pela usina construída em Itaipu.

Mas o engenheiro Marcondes Ferraz não tinha essa idéia somente naquele momento. Não. O Rio Paraná, com sua queda, sai daqui do Planalto Central, até fazer parte do estuário do Prata, e suas águas têm valor energético extraordinário. Então, na década de 1950, se começou a estudar o aproveitamento do potencial energético do Rio Paraná e, em 1958, já caminhávamos na direção de aproveitar o Rio Paraná, com várias propostas.

É de 1958, Sr. Presidente, um protesto feito pelo Paraguai de que nós não devíamos fazer uma usina só do nosso lado, e de que eles desejavam participar.

Em 1962 o engenheiro Marcondes Ferraz foi ao Ministro Gabriel Passos, que era Ministro das Minas e Energia, durante o Governo parlamentarista presidido por Tancredo Neves, sendo Presidente da República João Goulart. Ele expôs ao Ministro Gabriel Passos a sua concepção sobre a construção dessa grande usina no Brasil. Marcondes Ferraz foi levado então ao Presidente João Goulart e lhe expôs seu projeto de construção da usina. Ele conta, na entrevista que deu ao CPDOC, que constituem suas memórias – estão arquivadas na Fundação Getúlio Vargas e publicadas em livro –, que o Presidente Jango lhe disse: “Toque o projeto. Vamos fazer a caneladas!” É a expressão que ele repete: “Vamos fazer a caneladas.” Infelizmente, o Brasil entrou naquele processo político da saída do Presidente e o assunto morreu.

Mas, em 1966, ele foi retomado e assinamos a chamada Ata das Cataratas, que foi feita pelo Governo

brasileiro e pelo Governo do Paraguai, na qual os dois Governos se uniam para fazer uma usina binacional. O gesto brasileiro de largar o seu projeto de fazer uma usina toda dentro do território nacional, só nossa, foi um grande gesto de solidariedade continental.

Ele resultou de um estudo da Escola Superior de Guerra concluindo que as vantagens de construirmos uma usina somente no território nacional eram menores do que construirmos uma usina binacional que, ao mesmo tempo, teria um fator estratégico de uma aliança maior nossa com o Paraguai. Pretendia unir, cada vez mais, os nossos países, como irmãos, pensando, talvez, que tínhamos obrigação de tratar bem o Paraguai depois da guerra que tivemos, a única guerra que o Brasil enfrentou.

Com esse espírito foi feita a Ata das Cataratas de 1966. A partir daí, iniciaram-se as negociações, que foram longas, até que, em 1972, firma-se o Tratado de Itaipu e, em 1973, nós, aqui no Congresso Nacional, o aprovamos. Quanto a esse tratado, Sr. Presidente, o Brasil arcou com todas as responsabilidades financeiras da construção da usina. O Paraguai não entrou com um tostão. Do capital inicial, a sua parte de 50 milhões de dólares foi emprestada pelo Brasil.

Estou fazendo essas considerações para mostrar o sentimento de solidariedade com que nasceu Itaipu. O que queremos, e as minhas palavras têm esse sentido, é que um gesto de solidariedade não seja transformado em uma dor de cabeça, não somente para o Paraguai, como para o Brasil, e permaneça ao longo da nossa história, porque hoje não se pode desfazer o que esta feito.

Com Itaipu estamos juntos, unidos. O empreendimento é dos dois países. Então, temos que construir soluções. Agora, em duas coisas não se pode mexer. Primeiro, no tratado. Não há como possamos rever qualquer tratado formado soberanamente por governos. Não se discute. Eu li que no Paraguai se diz que foi feito por ditaduras, que era uma ditadura no Brasil e outra no Paraguai. Não, essa idéia vinha sendo germinada desde os anos 50, então não era uma coisa que acontecia por acontecer, era uma aspiração de utilizar as riquezas nacionais.

Creio, Sr. Presidente, que o dever de todo Presidente da República é defender a soberania e os interesses de seu país. Esse é o nosso primeiro dever. Eu, no Rio de Janeiro, vi o velho Arthur Bernardes, ex-Presidente da República, defendendo o Brasil. Quando se falava nas riquezas nacionais, na soberania nacional aquele velho se tornava um gigante, e dizia que ele tinha que o defender os interesses do Brasil até o fim. Então, é isso que estou fazendo aqui.

O Tratado de Itaipu é um tratado feito soberanamente, extremamente justo, um gesto de solidariedade do Brasil. Deve-se ter a noção precisa do que cedeu o Brasil. Portanto, não há como se pensar em modificar este tratado.

Outro problema, Sr. Presidente, é o que surgiu agora, um problema de fronteira que ali existiria. Realmente, esse problema de fronteira existiu em relação ao Paraguai, depois da guerra, que foi de 1864 a 1870. O que houve foi que tínhamos o desafio de demarcar as fronteiras definidas dos países, não só naquele tempo, como também em relação aos outros países.

Foi feito um tratado com o Paraguai em 1872. Em 1874, esse tratado foi tornado realidade e nós então demarcamos as fronteiras. Não há mais discussão sobre fronteira.

Quero fixar mais ainda, Sr. Presidente, é que o Brasil paga mais caro pela energia de Itaipu. Ele compra a energia do Paraguai – nós nos obrigamos a comprar toda a energia que o Paraguai não utilizasse, a sua metade. Quando Itaipu foi feita, durante doze anos, Sr. Presidente, a energia que era produzida na metade paraguaia e que o Paraguai não consumia, o Brasil comprou sem também precisar consumir. Por quê? Porque tínhamos auto-suficiência em energia, então nós não precisávamos da energia que comprávamos. Compramos o nada, justamente para cumprir as obrigações do Tratado de Itaipu.

As origens do Brasil e do Paraguai, embora tenhamos tido, em algum tempo, divergências naturais ao longo da história, são quase comuns, porque todos somos frutos da descoberta da América. Ambos herdamos aquelas hipotecas que existiam na Europa, com a luta entre Portugal e Espanha, para ver quem dominava mais as terras do Novo Mundo.

De tal modo que foi feita aquela divisão na Bula *Inter Coetera*, que depois foi modificada pelo Tratado de Tordesilhas, pois Portugal não aprovou a primeira, que dava apenas 100 léguas a oeste de Cabo Verde. Ele alegava: “Isso não é nada! Eu conheço o oceano. Vou ter direito apenas à água.” Então, D. João II teve visão, protestou, e fez-se um novo tratado, o Tratado de Tordesilhas, a 370 léguas, que incluiu uma parte do Brasil. E Francisco I, rei da França, dizia: “Eu quero ver o testamento de Adão que dividiu o mundo entre Portugal e Espanha”.

Naquele tempo, então, tivemos várias expedições portuguesas e espanholas em busca de uma lenda que corria no mundo inteiro da existência aqui do que eles chamavam um “rei branco”, e de um lugar onde havia ouro e prata em grande abundância. Então, idealizava-se que, pelo Prata, se subiria e chegaria a esse reino. E a luta, então, foi para ver quem tomava conta e dis-

putava o Prata. Essa luta resistiu até quase o século passado, nas nossas divergências com a Argentina, divergências essas que, felizmente, encerramos com a criação do Mercosul.

Basta ver que a expedição de Martim Afonso de Sousa, que D. Manoel manda para descobrir como realmente era o Brasil, tinha como objetivo descobrir o Prata. Infelizmente, na foz do Prata foi atingido, com toda a sua esquadra, por uma grande tempestade, e seus navios naufragaram. Já em 1512 o navio espanhol do Juan Díaz de Solis naufragara e ele fora morto pelos índios. A verdade é que todo o mundo pensava em ir atrás desse reino de ouro.

Existia realmente esse reino de ouro naquela área: era a montanha de prata de Potosí, que foi, em 1545, descoberta não pelos espanhóis nem pelos portugueses que vinham aqui pelo Prata, mas por uma missão de aventureiros que vinha do Peru e que descobriu, então, essa montanha de prata que durante tantos anos foi explorada pela Espanha.

Nessa luta, também tínhamos aquelas feitorias da costa do Brasil, como a do Bacharel de Cananéia e a de São Vicente. Estes pioneiros tentavam uma outra rota para encontrar os rios onde estariam localizados esses tesouros. A partir dessas rotas os portugueses tentaram algumas vezes e não conseguiram, e os espanhóis chegaram primeiro pelo Prata e fundaram Assunção em 1537.

Aí também nós não conseguimos chegar. Eles pensavam que era mais fácil sair da costa do Brasil, atravessar todo o território e chegar em Assunção do que dar a volta por esse litoral todo, 600 quilômetros de praia sem porto – que são essas praias que percorrem uma parte do Paraná, Santa Catarina, o Rio Grande do Sul e uma parte do Uruguai. Imaginavam ser mais rápido, era mais fácil, então – dizia eu –, sair da costa do Brasil e ir a pé, descendo o Tietê, até Assunção. Mas isso não ocorria e, na realidade, o Paraguai transformou-se numa colônia espanhola, que só vai ser independente em 1811.

Sr. Presidente, quero dizer aos Srs. Senadores e perante o Senado que nós, que fizemos aqui no Senado, como eu disse, aquela demonstração de generosidade em relação às fronteiras, depois da guerra do Paraguai, devemos ter hoje a iniciativa do chamamento ao bom senso, para dizer que, na realidade, os problemas que vive o Paraguai em relação a Itaipu não são nossos. São problemas da própria estrutura do Governo do Paraguai, ao longo desse tempo todo.

E se é justo que o Presidente eleito do Paraguai, Presidente Lugo, deseje um melhor aproveitamento de Itaipu, ele deve por isso mesmo ter no seu programa a industrialização do país. Nós, brasileiros, temos, hoje,

um empresariado forte, e, se ele tiver condições de criar no Paraguai estabilidade e incentivos para que nós possamos – aliás não só os empresários brasileiros, mas de todo o mundo e os próprios paraguaios – ter indústrias para consumir a energia paraguaia lá dentro do Paraguai, ele estará criando riqueza e podendo fazer justiça social. Esse é o programa que pode ser feito.

Agora, o que está errado é colocar nas costas do nosso País uma acusação que não só é imprópria como é injusta. Injusto não é o preço de Itaipu; injusta é a acusação para o Brasil, porque o que fizemos com o Paraguai foi um gesto de generosidade na construção de Itaipu. E queremos que esse gesto de generosidade seja, cada vez mais, a união dos nossos países e não uma dor de cabeça para o Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador e ex-Presidente José Sarney e quero me associar às suas palavras no que toca ao Brasil e ao Governo brasileiro ter alcançado a condição de *green card* em matéria de investimento.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, pela Liderança do PSB.

Em seguida, falará o Senador Geovani Borges.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de o Senador Antonio Carlos Valadares se pronunciar em nome da nossa Liderança, estou inscrito, mas, terei que viajar e não terei condições de me pronunciar.

Eu queria deixar registrado um pronunciamento que trata das tarifas bancárias, pois hoje entra em vigência a regulamentação do Banco Central com relação a este tema; que trata do lucro que o Bradesco teve, nos primeiros três meses do ano, de R\$2,1 bilhões, demonstrando claramente que o *spread* bancário é altíssimo no nosso País.

Faço uma análise da necessidade da regulamentação; faço uma análise desse lucro exagerado e exorbitante e até, de certa forma, fora de qualquer realidade no mundo.

Trato um pouco aqui da entrevista que o Presidente Lula deu, aos **Diários Associados** do final de semana, em que ele fala da importância da reforma política, e sou um defensor deste debate aqui no Congresso Nacional – V. Ex^a sabe disso.

Queria registrar este pronunciamento e desejar um bom pronunciamento ao nosso Líder Antonio Carlos Valadares.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR RENATO CASAGRANDE.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há alguns dias estive nesta tribuna tratando das altas taxas cobradas pelos serviços bancários e dos elevados *spreads* bancários, que tem duas implicações diretas: a elevada lucratividade que os bancos estão obtendo na esteira do crescimento econômico, sem que isso reflita imediatamente em redução de custos e benefícios diretos para o consumidor, no caso o correntista.

Pois bem, nesta terça-feira, os jornais anunciam a expressiva lucratividade do Bradesco, no primeiro trimestre do ano, sinalizando que as demais instituições financeiras apresentarão, nos próximos dias, resultados de grande magnitude.

Para usar palavras do repórter Fabrício Vieira, da **Folha de S.Paulo**, “o Bradesco abriu a safra de balanços de 2008 com anúncio do lucro líquido de R\$ 2,102 bilhões no primeiro trimestre do ano”.

De acordo com as informações, o resultado significa aumento de 23,3% em relação aos números do primeiro trimestre de 2007.

A consultoria Econômica informa que “foi o melhor resultado para um primeiro trimestre alcançado por um banco nacional privado nos últimos 20 anos”.

A expansão do crédito para pessoa física e dos seguros foram os propulsores de tamanha lucratividade. É verdade também que alguns segmentos perderam espaço, como a cobrança de tarifas, taxas e fundos, entre outros.

O fabuloso resultado do Bradesco, porém, joga, mais uma vez por terra, o discurso do que o dinheiro custa caro por causa da inadimplência. Não é verdade, uma vez que, diante de tamanha lucratividade, a inadimplência para pessoa física se manteve estável, em 6,4%, nos últimos doze meses.

No que toca ao aumento do consumo é, portanto, hora de saudar mais uma vez a política econômica do Governo que está proporcionando o crescimento do crédito e possibilitando todas as classes sociais a consumirem bens de consumo e serviços. Em março, de acordo com Banco Central, a expansão do crédito chegou ao maior nível da história, alcançando R\$992,7 bilhões, equivalentes a 35% do PIB. É o melhor resultado para a nossa economia desde janeiro de 1995.

Esses números revelam duas realidades: a primeira é que a nossa economia tem potencial para expandir o crédito, de acordo com expectativa do Banco Central, até 40% do PIB até o fim do ano. A outra é que ainda estamos longe dos patamares de países emergentes, cuja oferta de crédito atinge em média 60%.

Sr. Presidente, por decisão do Banco Central, a partir de desta quarta-feira, os bancos estão obrigados a divulgar os valores das tarifas que cobram pelos serviços chamados prioritários. Há nos meios políticos uma máxima que diz: no Brasil há dois tipos de lei, a que pega e a que não pega. Espero que essa corresponda à primeira hipótese.

São medidas adotadas para coibir abusos. É ainda uma oportunidade de fornecer aos correntistas alternativas de mudar de instituição financeira quando se sentirem lesados.

É preciso também que os bancos não só cumpram as normas do Banco Central, mas também que tenham consciência de que podem reduzir espontaneamente os custos das suas tarifas, de modo a ampliar o acesso aos serviços bancários a cada vez mais cidadão.

Em se tratando de direito do consumidor, creio que é nosso papel, ao lado dos órgãos de defesa do consumidor, ficar atentos e não poupar esforços para que a norma do Banco Central pegue e, efetivamente, reduza os custos do dinheiro para os cidadãos deste País.

Outro assunto que me traz a esta tribuna é a entrevista do Presidente Lula, publicada nos veículos dos Diários Associados, no último domingo, e amplamente repercutida pela mídia nacional no início da semana.

Quero, antes de tudo, destacar a lucidez com que o presidente trata os diversos temas na reportagem, como biocombustíveis, o contencioso envolvendo a reserva indígena Raposa Serra do Sol, a sucessão presidencial, cartões corporativos, entre outros. Mas, um tema me chamou especial atenção, a abordagem à necessária reforma política.

Primeiro, ele diz textualmente que “não é papel do Executivo fazer a proposta da reforma política”. Esse papel, friso, é nosso. O Parlamento precisa assumir essa missão e ter a coragem de mudar regras, ainda que muitos Parlamentares enxerguem riscos de perderem vantagens pessoais obtidas com atual sistema. Não podemos legislar em causa própria, Srs. Senadores.

Uma reforma, ampla, democraticamente discutida e aprovada, beneficiará os bons políticos e expurgará os maus. Acredito que reforçará o compromisso do político com mandato, com o seu eleitor, com o partido e com as atribuições constitucionais do Parlamento.

Muitas das mazelas que nos assolaram nos últimos anos decorrem de um sistema político-eleitoral

cheio de vícios, facilitador da corrupção, que anda de braços dados com o clientelismo, ofusca o papel dos partidos, denigre a imagem pessoal do Parlamentar e das instituições políticas.

Em segundo lugar, o Presidente volta a rechaçar a hipótese de disputar o terceiro mandato, chegando a afirmar durante a entrevista que “as pessoas que discutem o terceiro mandato não têm coisa mais séria para discutir”.

Neste caso reafirmo, fazendo coro com o Presidente, o que já dissera em mais de uma oportunidade desta tribuna: debater a reforma política, ainda este ano, é criar antídoto contra a tentação do terceiro mandato que pode surgir em 2009, após as eleições municipais e às vésperas do pleito de 2010. Essa discussão é para já, Sr. Presidente.

Embora a pesquisa CNT/Sensus, divulgada na última segunda-feira, apresente ligeira maioria dos brasileiros favoráveis a mais um mandato para o Presidente – 50,4% –, esse percentual espelha mais os bons resultados da economia do que propriamente a convicção e a consciência coletiva do que representaria para o país esse novo instituto.

O resultado da sondagem revela, na realidade, que a Nação brasileira está dividida sobre questão. Sem dúvida é um sinal de que o terceiro mandato, embora pudesse ser aprovado pelo Congresso Nacional, fragilizaria a democracia e as instituições democráticas. Vale à pena colocar em risco o Estado Democrático de Direito? O Presidente Lula é o primeiro a dizer que não.

Sr. Presidente, apresentei há dias um requerimento propondo a criação de uma comissão mista para discutir a reforma política. Creio que é hora de nos sentarmos, todos os partidos, para tratarmos de viabilizar esta discussão. É hora de trabalharmos para entregar ao País um conjunto de normas que proporcione regras claras e sólidas sobre a norma político-eleitoral.

Defendo a aprovação de regras que exorcize da vida nacional o fantasma do terceiro mandato. E, o que reputo de suma importância, que ajude a resgatar a desbotada imagem desta Casa junto ao conjunto da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela Liderança do PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de felicitar o Senador José Sarney, ex-Presidente da República e ex-Presidente desta Casa, pelo oportuno pronunciamento que acabou de fazer da tribuna

desta Casa, enfocando um assunto da realidade hoje internacional envolvendo principalmente, por meio de uma campanha eleitoral, interesses do Paraguai em aumentar suas tarifas, ou seja, praticamente quebrar um contrato reconhecido internacionalmente. Eu tenho certeza de que o novo Presidente do Paraguai vai avaliar bem essa questão. Foi uma verdadeira aula do Presidente Sarney a que assistimos aqui, não só sobre o histórico desse grande projeto de Itaipu, construído pelos dois Países, Brasil e Paraguai, mas uma verdadeira aula de História.

Muito obrigado, Presidente, pelas palavras que muito tocaram, tenho certeza, o coração de todos os Senadores que estavam presentes nesta sessão histórica.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a a sua generosidade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de retornar ao tema objeto de um discurso do Senador João Pedro, do Estado do Pará, sobre os exames efetuados pelo Ministério da Educação nas 103 faculdades de Medicina de todo o País, o chamado Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

O Enade não examina apenas os estudantes de Medicina; também examina os estudantes de outras profissões. Mas eu queria me referir à desigualdade ou à distribuição, a meu ver, injusta das faculdades de Medicina em nosso País.

Sabemos que os médicos são geradores de serviços essenciais para a população no setor de saúde. Devemos observar não só a qualificação do médico, mas também uma boa remuneração. E também, quem sabe, direcionada pelo próprio Estado, uma redistribuição geográfica de sua localização – da localização do médico.

Digo isso, Sr. Presidente, porque os concluintes de Medicina, segundo dados que colhemos na imprensa no dia de hoje, principalmente em *O Globo* e na *Folha*, no Sudeste do nosso País, cresceram 200% entre 2004 e 2006. Enquanto o Sudeste representa 43% da população brasileira e dispõe de 59% dos formados em Medicina, o Nordeste do nosso País, que representa 36% da população brasileira, só dispõe de 21% dos médicos existentes no País.

Essa discrepância, essa disparidade, significa menor qualidade de vida, significa menor bem-estar para aqueles que residem na nossa Região Nordeste, significa menor segurança do atendimento do setor médico às populações ali residentes.

Para que os senhores tenham uma idéia dessa disparidade, vou ler o resumo de uma tabela que diz o seguinte: no Distrito Federal, há um médico para 292 habitantes; já no Rio de Janeiro, um médico para 299

habitantes; em São Paulo, um médico para 448 habitantes. Agora vamos a três Estados – só três Estados – do Nordeste do Brasil, para que possamos fazer uma comparação, uma comparação que traduz o desnível da colocação dos médicos por região: no Estado do Maranhão, há um médico para cada 1.786 habitantes; no Pará, um médico para 1.351 habitantes; e no Piauí, um médico para 1.282 habitantes.

Ora, como estamos falando da questão da qualidade do ensino, da reprovação de 17 faculdades, acho que é uma boa oportunidade, Senadora Rosalba, para que nós entremos na idéia da descentralização dos cursos de Medicina, ou seja, espalhar cursos de Medicina não de forma aleatória, mas de forma programada, estudada cientificamente.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

V. Ex^a é médica e nordestina, sabe tanto quanto eu e aqueles que participam dos debates desta Casa que há realmente uma disparidade a ser corrigida. E está é a oportunidade de corrigi-la.

Agradeço a V. Ex^a o aparte.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador, eu gostaria de parabenizá-lo pela brilhante oportunidade de levantar essa questão, porque realmente é necessário descentralizar de acordo com a necessidade. Está comprovado que a nossa Região Nordeste e a Região Norte carecem de mais profissionais médicos. Só que há um detalhe: quando são formados no seu Estado, na sua região, eles já têm raízes fincadas naquela região e, em geral, permanecem para ali desempenhar suas funções. Para muitos dos que têm que sair do seu Estado para conseguir uma oportunidade em outra região fica mais difícil retornar. Essa é uma questão primordial. Saúde precisa de bons profissionais. Está-se fazendo a avaliação da qualidade, e é bom que se diga o seguinte... Inclusive, quero parabenizar o Estado do Piauí, do Senador Mão Santa, porque a Faculdade de Medicina do Piauí obteve nota máxima, de excelência. Isso prova que, no Nordeste, no Norte, nas regiões mais distantes, podemos ter qualidade e atender às necessidades. O senhor tem toda razão. É muito oportuna esta questão. E V. Ex^a está de parabéns por trazê-la ao debate e colocar também, com a sua experiência de nordestino, de quem governou e conhece a realidade, a necessidade de termos mais cursos de Medicina implantados nas regiões mais carentes. E a nossa região é uma delas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Rosalba.

Citei, então, três Estados importantes, inclusive o Distrito Federal, e três Estados do Norte e Nordeste, ou seja, um do Norte, o Pará, e dois do Nordeste, Maranhão e Piauí, para que fizéssemos uma comparação e mostrássemos um desequilíbrio na distribuição de médicos por situação geográfica em nosso País.

Acredito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esses exames que estão sendo feitos pelo Ministério da Educação, que podem levar à punição de uma determinada faculdade, não só reduzindo o número de vagas a cada ano, como até podendo ser fechadas caso não obedeçam aos ditames do Ministério da Educação, que possamos melhorar a qualidade de ensino das que já estão funcionando.

O que estamos pretendendo, propugnando, o que nós queremos, na realidade, não é fechar nenhuma faculdade. Queremos, sim, que elas ofereçam aos nossos futuros médicos um ensino capaz de enfrentamento da realidade nacional. Os nossos médicos, nos seus mais variados segmentos, precisam ter uma aprendizagem adequada, uma aprendizagem justa, que faça jus não apenas ao esforço desenvolvido pelos pais para colocarem seus filhos no ensino superior; não apenas para fazer jus ao pagamento, porque mais de... Eu não sei, na realidade, o percentual de faculdades particulares... Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a tem na cabeça, em relação às faculdades públicas, o percentual de faculdades particulares no setor de Medicina?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Não. Exatamente, não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, V. Ex^a não tem, mas, naturalmente, é uma grande maioria.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Grande maioria. Se somarmos todos, hoje nós temos 4,5 milhões de universitários, e 500 a 600 mil, nas universidades públicas apenas. Na Medicina, a proporção não deve ser muito diferente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pois é. Então, veja: há um gasto exorbitante hoje para se formar, mesmo cursando uma universidade pública.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – De R\$4 mil a R\$7 mil por mês.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A média é de R\$7 mil?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Não, tem de R\$2 mil, de R\$3 mil, de R\$4 mil e até de R\$7 mil por mês.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pois bem. Então, não só para defender a vida futuramente, mas também até para preservar a economia do nosso País.

Ora, se o médico se forma, vai enfrentar a vida e não tem as condições mínimas para o exercício de sua profissão, quem está perdendo não é só a população; é a economia do nosso País. Ou seja, estamos perdendo no lado econômico e no lado social, porque os médicos não estão exercitando, pelo menos na medida das nossas necessidades, a profissão que abraçaram durante tantos e tantos anos.

Por isso, acho que o rigor da fiscalização, o controle das faculdades de Medicina, tudo isso é importante, mas muito mais importante do que isso é velar pela boa distribuição dessas faculdades.

Eu estava falando aqui, Senador Cristovam – e V. Ex^a é do Nordeste –, sobre a disparidade. Quem sabe, pelo peso político da Região Sudeste, pelo peso econômico, pela pressão exercida sobre os governos, eles foram capazes de montar centenas de faculdades de Medicina, não só faculdades públicas, como também e principalmente privadas.

Já no Nordeste, a pressão é mais frágil, tanto do ponto de vista econômico como do político. Econômico por quê? Porque, quem sabe, as faculdades do Nordeste não dão tanto lucro como dão no sul do País e no próprio Distrito Federal.

Mas eu acho que essa disparidade pode ser, sem dúvida alguma, regulamentada pelo Conselho Federal de Educação, por uma legislação específica, de tal modo que haja uma descentralização, um equilíbrio na Federação. Somos uma Federação e, para que haja equilíbrio, não é apenas necessária receita pública; não é preciso apenas arrecadação proporcional aos Estados e Municípios. Faz-se necessária também uma distribuição equitativa do ensino superior, notadamente das faculdades de Medicina.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Eu quero comunicar que a Ordem do Dia de hoje fica transferida para a sessão de terça-feira.

São os seguintes os itens adiados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e qua-*

renta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal.)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro).*

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ

(Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art.*

66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*.

17

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

18

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família*.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos*

regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura*

dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que al-

tera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

49

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator

ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

50

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

52

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na*

prisão do traficante internacional Juan Abadía, líder do cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

53

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Moza-rildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

54

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo.”*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduar-do Azeredo.

55

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

56

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

57

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimen-to nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

58

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimen-to nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

59

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimen-to nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352,*

de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)

60

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

61

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

62

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família.)*

63

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização*

e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

64

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica.)*

65

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

66

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

67

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão*

constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

68

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

69

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

70

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Regionalização da programação de rádio e TV).*

71

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial*

de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

72

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

73

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).*

74

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).*

75

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).*

76

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Geovani Borges. Em seguida, falará o Senador Paulo Paim.

V. Exª terá dez minutos, Senador Geovani Borges, a exemplo de todos os oradores.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, começo pedindo licença a V. Exªs para lhes contar um fato, uma história.

O Amapá é um Estado que tem apenas 16 Municípios e cerca de 700 mil habitantes. A capital Macapá tem um pouco menos de 400 mil habitantes.

Temos um único aeroporto que fica na capital, o Aeroporto Internacional de Macapá.

Pois bem, a Infraero decidiu que é preciso fazer uma segunda pista de pouso e decolagem. Acordou um determinado espaço com o Governo do Estado e ofereceu, em contrapartida, a construção da Avenida Norte-Sul e a implantação do Centro Administrativo do Governo do Estado.

Quanto à Avenida Norte-Sul, é importante esclarecer a V. Exªs que, atualmente, a ligação entre as zonas Norte e Sul de Macapá é feita por uma ponte chamada Sérgio Arruda, que diariamente sofre engarrafamentos terríveis. Às vezes, acidentes também. O importante é que a área anteriormente acertada, entre Infraero, Governo e Prefeitura, para a construção dessa segunda pista foi modificada.

Por conta própria, a Infraero decidiu que a obra deve ser feita em uma área proibida pelo Plano Diretor de Macapá, que, em seu arcabouço técnico-jurídico, veta a implantação dessa pista de pouso.

Então, Sr. Presidente, veja a situação surreal em que nos encontramos: o Plano Diretor da cidade veta a construção da pista, fato que, de pronto, inviabiliza, sob o ponto de vista jurídico e ambiental, a pretensão da Infraero.

Mesmo assim, não obstante os esforços da Justiça Federal, Advocacia da União, Instituto do Meio

Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá e do Governo do Estado, a Infraero vem implantando um clima de terrorismo jurídico-administrativo, que está causando pânico as comunidades dos bairros Alvorada, Infraero I e Infraero II.

O problema é que, como ex-Território, as terras da União ainda não foram, em sua totalidade, efetivamente passadas para o Estado. E, conseqüentemente, as pessoas que residem naqueles bairros, algumas há mais de 20 anos, não têm a titularidade das terras.

Resultado: casas já estão sendo derrubadas em nome da reintegração de posse; os moradores não são indenizados, e criou-se um problema imenso para o Amapá.

Ainda hoje pela manhã, em companhia do Deputado Feijão e do Dr. Djarde Queiroz, fui recebido em audiência pelo presidente interino da Agência Nacional de Aviação Civil, Dr. Alexandre Gomes de Barros, e expus-lhe essa situação.

À Anac cabe, dentre outras, a função de fiscalizar os atos da Infraero. Assim sendo, o Dr. Alexandre Gomes de Barros, sensível ao que lhe foi exposto, disse que o projeto da segunda pista de pouso do Aeroporto Internacional de Macapá, por parte da Infraero, já está na Anac e que ele pedirá, de pronto, o estudo sobre o impacto ambiental da obra.

Por outro lado, também solicitei, no dia de hoje, audiência com o presidente da Infraero para, juntamente com a Bancada Federal e o Governador Waldez Goés, possamos definir o que é e o que não é área de segurança.

Pois bem. Srªs e Srs. Senadores, contei-lhes essa situação. Cabe agora acrescentar que confio piamente que chegaremos a um bom termo e que implantaremos um grande projeto habitacional para atender às inúmeras famílias que vierem a ser desalojadas com a construção da segunda pista.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, dentro do tempo regimental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Geovani Borges, agradeço a V. Exª, e concedo a palavra ao Senador José Nery.

S. Exª dispõe de dez minutos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Srªs e Srs. Senadores, quero aproveitar este momento para fazer uma saudação às trabalhadoras e aos trabalhadores brasileiros pelo dia de amanhã, dia 1º de maio.

Para alguns, é o Dia do Trabalho; para nós, é o dia do trabalhador e da trabalhadora. Para alguns, é a celebração com festas; para nós, pode haver festas,

mas o dia 1º de maio tem de ser celebrado e comemorado principalmente como um dia de luta, de resistência e de afirmação dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras do mundo inteiro.

Neste momento em que, no mundo inteiro, há um esforço dos movimentos sindical e popular pela afirmação dos direitos e, ao mesmo tempo, há um esforço das forças do capital para a retirada de direitos dos trabalhadores, queremos dizer que a pauta de reivindicações da luta dos trabalhadores deve estar expressa em cada ato, em cada manifestação que acontecerá amanhã nas diversas capitais do País e em milhares de cidades do interior.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Nery, peço a V. Ex^a permissão para interrompê-lo a fim de prorrogar a sessão por mais uma hora, para que possamos ouvir os oradores inscritos e os Líderes.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pois não, Sr. Presidente.

Como eu dizia, amanhã, em diversas partes do País, teremos caminhadas, atos públicos e manifestações pela ampliação e pela garantia dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Hoje ainda assistimos ao enfrentamento entre, de um lado, os interesses daqueles que querem ter o trabalho como direito, que querem ter garantida sua dignidade, um trabalho decente, e de outro, os que teimam em tratar os trabalhadores e as condições de trabalho de forma degradante, de forma violenta ou de forma desrespeitosa com a dignidade humana. Nesse enfrentamento estão envolvidas questões fundamentais, como a valorização profissional por meio de salários condignos, seja no setor público seja no setor privado, a luta incessante por um salário mínimo que cumpra as determinações constitucionais de garantir ao trabalhador e a sua família as condições mínimas de sobrevivência, dando-lhes direito à alimentação, ao vestuário, ao transporte, ao lazer, enfim, à educação e à saúde como partes fundamentais da cidadania de cada trabalhador e trabalhadora.

Hoje, trava-se uma luta para garantir os direitos de aposentados e pensionistas. Neste momento, essa luta tem um significado especial, tendo em vista a decisão ativa deste Senado Federal, que aprovou aqui dois projetos de autoria do Senador Paim.

Um deles trata do fim do Fator Previdenciário, que castiga de forma desumana e até irresponsável o direito daquele que trabalhou e pagou a Previdência Social, mas, na hora da aposentadoria, tem os seus proventos diminuídos pelo rigor desse mecanismo perverso. O Senado já tomou a deliberação de pôr fim a essa excrescência quanto ao direito dos trabalhadores.

Igualmente, o 1º de maio deve desfraldar bandeira bem alta, em toda e qualquer manifestação, para pressionar pela aprovação, na Câmara, do reajuste dos aposentados baseado nos índices de reajuste do salário mínimo.

Igualmente, o movimento sindical brasileiro deve afirmar, no 1º de maio, a luta em prol do trabalho decente e digno, e, dessa forma, condenar todas as formas de exploração do trabalho, sobretudo aquelas que impõem ao trabalhador situações análogas às de escravo.

Conclamamos todo o movimento sindical brasileiro a se unificar com os movimentos sociais, com os partidos políticos e com os parlamentares que, aqui no Congresso Nacional, se empenham para aprovar a PEC nº 438, que vai garantir que o escravagista contemporâneo, que teima em desrespeitar a Constituição e as leis do País, que teima em desrespeitar a dignidade humana, seja frustrado em seus objetivos.

Esperamos que, com a aprovação da PEC nº 438, que precisa ser votada em segundo turno na Câmara dos Deputados, possamos, enfim, punir de forma muito conseqüente, punir de forma exemplar, aqueles que teimam em manter os seus lucros escravizando trabalhadores nos lugares mais distantes do País, especialmente na Amazônia, tendo em vista que, nos últimos treze anos, quase trinta mil brasileiros foram libertados dessa condição, da condição, Senador Valdir Raupp, de escravos contemporâneos. A esses escravos modernos são negados alojamentos dignos, alimentação, transporte adequado, e muitos são submetidos a trabalho forçado, muitos são submetidos à escravidão por dívidas – consumindo produtos da cantina de um empreiteiro ou de um “gato” no interior das grandes fazendas, no final do mês, não lhes restam saldo salarial ou, muitas vezes, esse saldo é negativo, o que configura a escravidão por dívidas.

Hoje, na Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paulo Paim, quando discutimos questões relacionadas aos direitos do povo negro, anunciamos – e faço questão de repetir isso aqui na tribuna do Senado – um convite e um trabalho envolvendo todas as centrais sindicais brasileiras. Queremos, na próxima semana, promover uma reunião entre os parlamentares que compõem a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo no Senado, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo na Câmara dos Deputados, e um conjunto de parlamentares de diversos partidos que apóia a luta contra a escravidão contemporânea. Estaremos realizando, no próximo dia 7, às 10h da manhã, uma reunião com o objetivo de discutir as tarefas e as ações necessárias para convencer o conjunto dos Deputados Federais de todos os partidos

da importância de, juntos, assinarmos a segunda Lei Áurea, cento e vinte anos após a declaração oficial do fim da escravidão, feita em 13 de maio de 1888. Esse é o convite, esse é o desafio e esta é a nossa luta: unificar os Parlamentares de todos os partidos, o movimento sindical, o movimento popular e as organizações da sociedade civil brasileira para, em 2008, declararmos, mais uma vez, o fim da escravatura com a garantia de que todos aqueles que, de alguma forma, coloquem trabalhadores em situação degradante quanto às suas condições de trabalho e quanto aos seus direitos venham a ser punidos exemplarmente.

E, por último, Sr. Presidente, quero dizer que, amanhã, participando dos atos de 1º de maio, estarei em Belém, a capital do Estado do Pará, associando-me à manifestação dos trabalhadores, às 9 horas, na praça do Centro Arquitetônico de Nazaré, com uma grande caminhada pelo centro de Belém, na oportunidade com a expressiva participação dos professores e professoras, dos trabalhadores em educação do Estado do Pará, que se encontrem em greve, na luta por melhores condições de trabalho, por melhores salários e por uma gestão mais democrática na educação em nosso Estado.

Estaremos amanhã participando de forma muito concreta dessa mobilização dos trabalhadores e, com certeza, nos irmanando a todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, dos diversos recantos do País, que se organizam, lutam e resistem para verem assegurados e garantidos os seus direitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Nery, e concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

Peço ao Senador Mão Santa que assuma a Presidência, mas faça um apelo a V. Ex^a para que dê a cada orador o tempo de dez minutos, abrindo apenas exceção para o Senador Paulo Paim, que falará em nome do Senado Federal em homenagem ao Dia do Trabalhador.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Rosalba Ciarlini, V. Ex^a dispõe de dez minutos, como todos nós temos de obedecer à determinação do nosso Presidente. Aliás, ele lhe deu dez minutos para falar; eu dou dez como nota pelo comportamento de V. Ex^a nesta Casa. Mulher forte, brava, inteligente e que representa bem o Nordeste e o Rio Grande do Norte.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Mão Santa, que muito dignamente dá continuidade a esta sessão, presidindo-a em substituição ao nosso Presidente Senador Garibaldi Alves.

Senador Mão Santa, V. Ex^a me concede dez minutos. Vou tentar, em dez minutos, resumir duas questões, todas bastante importantes e, com certeza, de interesse da população.

Inicialmente, gostaria de prestar uma homenagem aos homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras do nosso Brasil, que, no dia-a-dia, com a sua capacidade, inteligência e suor, construíram no ontem e no hoje esta grande Nação. Esta Nação que, com certeza, Senador Mão Santa, ainda tem um potencial muito grande para ser forte, para ser uma nação cidadã, e esta Nação cidadã, Senador Paulo Paim, passa pelas oportunidades de trabalho, pelo respeito às leis trabalhistas, pela valorização do trabalhador na ativa e pelo respeito ao trabalhador que, durante toda uma vida, contribuiu para esta Nação e que muitas vezes fica, em sua velhice, na hora em que mais precisa, vendo como resultado de tanto esforço e de tanta luta seu momento de mais angústia e de mais sofrimento.

Por isso é que aprovamos uma emenda por unanimidade, aqui no Senado, para evitar que os aposentados, os trabalhadores, depois de toda uma vida, quantos anos, meu Deus, contribuindo, dando tudo de si, na época da aposentadoria, vejam o seu salário, a sua pensão ser comprimida, ir diminuindo, de forma que, muitas vezes, não dá nem para as necessidades básicas. A oportunidade é esta, e já foi aprovada no Senado. Mas precisamos agora da sensibilidade da Câmara dos Deputados para honrar seu compromisso com aqueles que mais precisam.

E, neste momento, na véspera do Dia do Trabalhador, homenageio os trabalhadores brasileiros, os que estão hoje na ativa e que, no futuro, se não for corrigida essa injustiça, essa distorção, vão estar na mesma situação dos milhares de aposentados que clamam pelo direito de ter suas aposentadorias reajustadas dentro dos percentuais que são dados ao salário mínimo. Somente isso é uma questão de justiça.

Então, neste dia, é um ponto de reflexão.

Outro ponto de reflexão também é homenagearmos o trabalho, mas o trabalho que dignifica, o trabalho que liberta; não aquele trabalho que escraviza, mas o trabalho que faz com que homens e mulheres possam, de cabeça erguida, dizer: “Trago o sustento da minha casa, posso dar roupa ao meu filho, posso comprar o medicamento na hora em que preciso”. Falo sobre o trabalho que faz com que o cidadão possa ter a tranqüi-

lidade de arcar com as despesas de sua família. Esse é o trabalho. Não aquele escravo, não aquele que explora não somente as forças do trabalhador, mas explora também a sua consciência e a sua dignidade.

Então, é hora de refletirmos para juntos podermos, cada vez mais, valorizar o trabalho por meio de leis, por meio da proteção ao trabalhador, para que ele possa crescer com a sua força, com a sua capacidade, com o seu potencial, com as suas vocações, contribuindo com o engrandecimento do País.

Ao falar em trabalho, Senador Mão Santa, falamos aqui da calamidade das enchentes; quantos trabalhadores do campo que viram as suas lavouras dizimadas pelas forças das águas ainda estão sem saber o que fazer? Ainda estão sem ter os meios, o apoio, porque o Governo ainda não chegou. O socorro está tardando, e não é somente na questão do apoio para que eles possam refazer o que perderam e ainda plantar, porque é isso o que eles querem lá no Vale do Apodi, no Vale do Açú, no meu Estado, no Estado do Piauí, no Estado da Paraíba, onde as águas foram pesadas e, em vez de trazer a alegria do inverno, trouxeram também a tristeza com o excesso de águas.

Então, o que eu quero aqui é fazer esse apelo mais uma vez, não somente com relação ao apoio que ainda não chegou, pois a medida provisória foi editada. Nós, que tanto combatemos medida provisória, sabemos que esta é de importância vital, é urgente, urgentíssima, estamos de acordo e a defendemos, mas os recursos aos Estados ainda não chegaram. É necessário o apoio ao agricultor para refazer o seguro safra, o seguro desemprego. É preciso analisar a questão dos pequenos agricultores, da agricultura familiar, desses trabalhadores que, infelizmente, amanhã não poderão comemorar, porque estão sem condições de trabalho. Não porque não tenham forças, não porque não queiram, mas porque, na hora da adversidade, é direito, é obrigação, é fazer justiça o Governo Federal chegar com os recursos que são do povo, deles que contribuíram para trazer condições para que possam continuar esse trabalho tão importante para a Nação.

Mais importante ainda é quando se discute, no mundo, a crise dos alimentos. Então é hora de chegar mais perto. Terra nos temos. Temos uma mão-de-obra que está aí precisando apenas de uma oportunidade para que possa produzir mais frutos, mais sementes, mais alimentos para abastecer não somente o País, mas que cheguem também aos outros países, aos outros irmãos.

Em referência ao Dia do Trabalhador, Senador Mão Santa, quero mais uma vez homenagear todos, em todas as atividades, em todos os setores. É necessário não esquecermos daqueles que trabalha-

ram a vida toda e que estão sendo injustiçados. Não podemos nos esquecer do homem do campo, que sofre com as adversidades do tempo e que precisa de respostas rápidas. Não podem suportar o que está acontecendo agora. Apesar da calamidade, Senador Valdir Raupp, os bancos continuam cobrando sua dívida agrícola, inclusive chegando ao ponto de tomar terras. São terras que, muitas vezes, não pagam nem a dívida que existe. Estão executando. Faço um apelo. Vamos parar as execuções nessas áreas que precisam ser tratadas de forma diferenciada, como o Nordeste, principalmente em um momento de crise. Precisamos dar a eles realmente um apoio.

Não estamos pedindo anistia. Estamos dizendo que dêem a oportunidade de um repactuação, dando-lhe condições, ao recuperarem a área, replantando, tendo outra safra, de pagar suas dívidas. Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, é nesse dia que tantas questões são colocadas com relação ao trabalho.

Se eu falo de trabalho, lembro da saúde. Ontem, estava em São Paulo, participando, Mão Santa, de uma ação que enobrece, uma ação da sociedade civil organizada. Tive oportunidade de participar do lançamento do Programa Diagnóstico Precoce, lançado pelo Instituto Ronald McDonald que patrocina as casa de apoio à criança e ao adolescente com câncer em todo o Brasil. Esse programa conta com a participação, a parceira do Instituto Nacional do Câncer e da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica. Foram escolhidos nove Estados para executarem esse programa piloto, nove casas de apoio, nove grupos que voluntariamente já prestam esse grande trabalho de solidariedade às nossas crianças e aos nossos adolescentes. Quando digo que essa foi uma ação que realmente nos sensibiliza porque sabemos, o senhor....

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora, acabaram os dez minutos dados pelo seu contrerrâneo e Presidente Garibaldi. Vou lhe conceder mais um minuto. Um minuto foi o tempo em que Cristo fez o Pai-Nosso, que é uma beleza.

Depois, convidarei os outros oradores.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Para concluir, Senador Mão Santa, eu gostaria apenas de lembrar desse fato que fala da saúde das nossas crianças, que serão os trabalhadores e trabalhadoras do futuro, dos quais, sem saúde, de forma alguma, poderemos ter como resultado uma produção ainda maior no nosso País. É exatamente lembrando do lançamento dessa campanha em nove Estado, inclusive em vários Estados nordestinos, que podemos aqui re-

lembrar o quanto é importante trazer aos trabalhadores e às trabalhadoras do Brasil o direito maior à vida, que é exatamente a sua saúde.

Espero que a Emenda nº 29, aprovada nesta Casa, seja também aprovada na Câmara e que o Governo tenha a sensibilidade de entender ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ... que investimento em saúde é vida, é produção, é desenvolvimento, é valorização do trabalho.

Parabéns senhores e senhoras, homens e mulheres bravos do meu Brasil que trabalham e enfrentam adversidades. Quero aqui dizer aos milhares, aos milhões que esperam ter uma oportunidade que nós precisamos, sim, do tanto que o Brasil ainda tem para ser aproveitado, do potencial de cada região, das vocações que temos em cada Estado, em cada cidade, em cada local...

Queremos, sim, que o Governo, não somente o Federal, o Estadual e o Municipal, mas que todos nós possamos juntos chegar a uma ação geradora de emprego e renda. O povo não quer esmola. O povo quer a oportunidade de, com a sua força, a sua garra, a sua determinação e coragem, ter o seu trabalho para produzir e ajudar este Brasil a crescer.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância. Espero que V. Ex^a não tenha baixado a minha nota.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, não. V. Ex^a simboliza a mulher trabalhadora deste País, e trabalhadora com inteligência e amor.

Olha, Senador Valter Pereira, sei que V. Ex^a é inspirado por Montesquieu, tem o espírito da lei. Mas vou agora me inspirar em cirurgião, e às vezes dá certo.

Senador Valdir Raupp, Juscelino foi um cirurgião como nós. Tem uma cadeira chamada Técnica Cirúrgica, que aprendemos durante o curso de Medicina. Quando uma cirurgia ocorre dentro da normalidade, é tudo igualzinho: o nervo é branco, a veia é azul, a artéria é vermelha. Preste atenção! Mas, quando enrola, aí a gente fecha o livro de Técnicas Cirúrgicas e segue com táticas cirúrgicas, para improvisar, devido às dificuldades. Então, vou agora adotar a tática cirúrgica, para esta reunião terminar bem. Quem dos presentes precisa de cinco minutos para fazer seu pronunciamento? Vá à tribuna. Cinco minutos, quem é capaz?

V. Ex^a não é, Valter. Então, Valdir Raupp ganhou. Pronto.

Depois, vou perguntar quem é capaz de fazer o pronunciamento em dez minutos.

Com a palavra, por cinco minutos, o líder do meu partido, o PMDB, Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em cada passagem do dia 1º de maio, somos levados a fazer uma reflexão sobre a situação do trabalhador em nosso País.

É claro que muitos ainda são os problemas e muitas as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros. As lutas e as bandeiras da causa sindical permanecem na ordem do dia, e suas reivindicações e aspirações são absolutamente legítimas. Mas até o mais ferrenho opositor, Sr. Presidente, e o mais frio dos pessimistas não de reconhecer que são claros e incontestáveis os avanços obtidos pelos trabalhadores nos últimos anos.

Não é por acaso que hoje, no comando da Nação, está um homem que é símbolo da causa dos trabalhadores, um lutador histórico oriundo do movimento operário. No Governo do Presidente Lula, não foram poucas as conquistas obtidas pelos trabalhadores brasileiros.

Podemos citar, entre outras, a reposição do salário mínimo – inclusive, nobre Senador Paulo Paim, V. Ex^a tanto defendeu, como Deputado, e depois, como Senador, um salário de US\$100,00: hoje o salário mínimo está acima de US\$200,00 –, o fortalecimento institucional dos sindicatos, a expressiva diminuição das taxas de desemprego e a festejada expansão do número de empregos nos diversos setores de nossa economia.

Podem os senhores e as senhoras observar, em suas bases eleitorais, como a perspectiva do emprego formal não é mais uma quimera, um sonho distante dentro da família brasileira. Já é uma realidade.

Quero aqui saudar em especial, os trabalhadores do meu querido Estado de Rondônia. Os rondonienses, bravos lutadores, um povo marcado pelo espírito empreendedor e combativo, celebram a passagem do Dia Internacional do Trabalho com bastante esperança no coração e muita disposição para tocar o desenvolvimento de nosso Estado.

E por falar em nosso Estado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos mais ainda o que festejar: as usinas do rio Madeira – um empreendimento de mais de R\$15 bilhões –, que vão empregar mais de 15 mil trabalhadores diretos, fora os trabalhos indiretos; as indústrias que estão chegando a Rondônia, como a fábrica de cimento em Porto Velho; a fábrica de turbinas, que vai fabricar mais de oitenta turbinas para as usinas de Rondônia e, posteriormente, as turbinas do rio Xingu, no Pará, na usina de Belo Monte; e tantas outras empresas que estão chegando ao interior do Estado e à capital, gerando milhares e milhares de empregos.

Rondônia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, tem muito o que festejar, além de comemorar o Dia Internacional do Trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero profundamente que este 1º de Maio seja o símbolo de um novo País que estamos construindo neste momento. Um País que seja caracterizado, sobretudo, pelo profundo respeito aos direitos de seus trabalhadores. Virtuosa é a nação que possibilita a todo o seu povo a dignidade do trabalho honesto e produtivo.

Ainda, Sr. Presidente, nos dois minutos que me restam, eu gostaria de falar mais uma vez – já fiz uma questão de ordem anteriormente – sobre o grau de investimento que o País recebe neste dia. As bolsas dispararam, cresceram quase sete pontos, fecharam o dia com quase sete pontos de crescimento. O dólar baixou um pouco mais. É claro que, atrás de uma boa notícia, às vezes, pode vir uma não muito boa, que é a queda do dólar, talvez o risco de uma pequena alta na inflação, que os nossos economistas, que os nossos Ministros do Planejamento e da Fazenda vão ter que saber administrar daqui para frente. Mas o importante é que, neste momento, o Brasil recebeu o grau de investimento, está pronto para receber investimentos vultosos de todos os Países do mundo. Alguns não investiram no Brasil porque tinham medo do risco, mas hoje esse risco não existe mais.

Então, parabenizo, para concluir, o Presidente Lula e toda a sua equipe por esse trabalho que vem fazendo. Também os ex-Presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso tiveram um pouco de contribuição nesse sucesso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o que desejo a todos os trabalhadores, no dia de amanhã, quando comemoraremos o Dia do Trabalhador brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos parabéns. Cumpriu rigorosamente. Mais uma vez, está explicado por que V. Ex^a é o Líder do PMDB.

Alguns dos oradores presentes quer cinco minutos? Dez minutos?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Dez minutos? Então, dez minutos. Olha aí, viu? Isso se chama tática cirúrgica. Porque quando embola – está vendo que é melhor do que o Montesquieu... quando está tudo direitinho, a gente segue técnica cirúrgica: vai operar, o nervo é branco, a artéria é vermelha, a veia é azul. Quando enrola, há complicação, aí se busca a tática cirúrgica, a improvisação.

V. Ex^a tem dez minutos, que coincide com a nota que o povo do Brasil dá a V. Ex^a neste mandato, Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na maioria das crises, há uma prevalência de mão dupla: além dos perigos, sempre aparecem também oportunidades.

Esse é um verdadeiro mantra que se aprende nos cursos de Administração e que é preciso lembrar na mais nova crise por que passa todo o comércio internacional.

Mal estabilizara a bolha imobiliária norte-americana, que tanta inquietação trouxera à economia internacional, a nova crise espalha temor. Afinal, ela aponta a escassez de alimentos. E nada pode trazer um risco maior do que a fome. Daí por que este debate está na televisão, nos jornais, na Internet, nas universidades, em todo lugar.

Nas discussões travadas sobre o assunto, o que não tem faltado é acusação aos biocombustíveis como os vilões da história. Para muitos, a área agrícola estaria deixando de priorizar os alimentos, forçando a escalada de preços.

Como se sabe, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido o maior baluarte dos biocombustíveis no plano internacional. Nesse sentido, ele tem promovido um respeitável enfrentamento contra poderosos *lobbies* de agricultores de países ricos, de produtores que não poupam críticas ao modelo brasileiro, mas que são beneficiários contumazes de generosos subsídios com os quais conseguem competir com a agricultura brasileira.

Da mesma forma, Sr. Presidente, o Chefe de Estado brasileiro tem agido com indiferença às pressões das nações produtoras e exportadoras de petróleo, que tanto se incomodam com os avanços dos biocombustíveis do Brasil.

Recentemente, o Presidente Lula pontificou que é preciso levar em conta a cotação do petróleo, em constante alta, nos custos dos produtos agrícolas.

Tem razão o Presidente.

Além dos combustíveis que movem máquinas, os defensivos agrícolas são componentes que pressionam os custos de produção. Ambos são derivados do petróleo.

Para agravar o problema, há uma cartelização do setor.

Aliás, não só os defensivos estão subordinados a esse mercado cartelizado. Os fertilizantes estão na mesma situação. E os cartéis só controlam tais setores porque o Governo tem sido leniente.

Desde os anos noventa, o País submete-se a um inexplicável sistema de registro que não permite às pequenas e médias empresas a renovação de sua linha de produtos. Em consequência disso, dos 249 ingredientes ativos em comercialização no País em 1998, apenas 54 produtos estavam registrados por empresas independentes. Os demais ficavam sujeitos aos interesses de empresas multinacionais. Sem concorrência, Sr. Presidente, os preços tomam seu rumo, em prejuízo dos consumidores.

É hora de se valer do exemplo do setor farmacêutico.

Com dificuldades parecidas, o Governo instituiu o medicamento genérico. Será que não está na hora dos insumos genéricos também para a produção agropecuária? Como disse anteriormente, é preciso valer-se da crise e aproveitar a oportunidade. A oportunidade, neste caso, é enfrentar os cartéis, estimulando a livre concorrência e fomentando a produção independente.

Na opinião do mandatário brasileiro, “o que acontece no mundo é que tem mais pobres comendo. Tem mais chineses, indianos, africanos, brasileiros, comendo. E a produção de alimentos não cresceu proporcionalmente à demanda”.

Pelo sim, pelo não, a Organização das Nações Unidas conclama todos os países a manter a regularidade do comércio de alimentos. Mais que isto: classifica a alta nos preços das *commodities* como uma “crise global e real”.

O maior receio é de que, nos países mais vulneráveis, os transtornos dos alimentos desencadeiem crises seriais. Isso pode acontecer se setores como saúde e educação, por exemplo, forem compelidos a redirecionar recursos para suprir carências alimentares das populações pobres.

Na revista *Veja* desta semana, o jornalista J. R. Guzzo desvenda o que está por trás da ‘crise’ e, em alguma medida, dá sustentação à intuição do Presidente brasileiro. Com relação ao mercado de produtos primários, ele aponta uma mudança estrutural que faz os preços subirem em decorrência da alteração da natureza da demanda. De acordo com o jornalista, a demanda passou a subordinar-se à lógica de um aumento devido ao surgimento de um mercado comprador que o mundo jamais tinha visto antes.

Nesse quadro, muda, além dos preços, o controle sobre a própria formação desses preços, e o Brasil deixa de ser um aceitador de preços para firmar-se como um fazedor de preços. Nesse cenário, o Brasil emerge como um fornecedor potencialmente competitivo. Afinal, somos um dos três principais produtores mundiais de alimentos, o que não é pouco para um

país que ainda recentemente se debatia com o abastecimento interno.

É certo, contudo, que o Brasil tem que enfrentar sérias e decisivas questões internas ainda não devidamente equacionadas e resolvidas. Preliminarmente, é preciso entender que a potencialidade do nosso País e a estatura que conquistou no mercado de alimentos exigem grandes investimentos em pesquisa.

É preciso liberar todas as energias de uma instituição, por exemplo, como a Embrapa, que V. Ex^a conhece e todos nós respeitamos, para que ela possa avançar nas pesquisas e experiências que vem dominando, com muita maestria, por sinal.

Se o Governo priorizar seus investimentos no conhecimento, e acreditar na inteligência de técnicos e cientistas da Embrapa e de outras instituições congêneres, a produtividade e a competitividade do Brasil serão imbatíveis no mercado internacional.

É incompreensível que o Brasil seja o maior comprador mundial de trigo. Não produzimos sequer metade de nossas necessidades e vimos pagando um preço crescente pelo produto.

Mesmo assim, o País ainda não conseguiu se decidir por alternativas à dependência, que seriam capazes de dar estabilidade aos preços internos dos alimentos derivados.

Além da melhoria genética que só a pesquisa pode descobrir, e de subsídios que faltam para compensar os elevados custos do produto, é preciso encerrar soluções nacionais a fim de baratear o pão nosso de cada dia.

A utilização intensiva do amido de mandioca, por exemplo, pode ajudar o País a reduzir de forma considerável a dependência do trigo importado.

Está tramitando nesta Casa o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2007, de autoria de eminente Deputado Aldo Rebelo. A proposta prevê a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, na massa do pão. Prevê, igualmente, um regime tributário especial para a farinha de trigo misturada. Medidas simples, mas eficazes, como estas, não podem ser desprezadas.

Enfim, é preciso também reconhecer que age corretamente o Governo Federal ao não se deixar impressionar pelo caráter supostamente alarmista da anunciada ‘crise’. Entretanto, ele não pode simplesmente apostar no artificialismo ou no caráter transitório dessa situação. Afinal, os preços dos alimentos – na gôndola do supermercado e no armazém da esquina – vêm-se alterando em prejuízo da sociedade.

E o Governo não pode, também, deixar escapar pelos vãos dos dedos a grande oportunidade de ne-

gócios que a crise oferece a um país como o Brasil, marcado por uma exuberante potencialidade de produção.

Era esse o nosso pronunciamento, Sr. Presidente. Espero que não tenha rompido tanto o prazo que V. Ex^a teve a tolerância de nos oferecer em garantia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O tempo foi pequeno diante da grandeza do conteúdo e do brilho que a inteligência de V. Ex^a representa. Foi uma extraordinária homenagem ao trabalhador e às perspectivas de riquezas que aparecem neste País por ação do trabalhador brasileiro.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da tribuna, conforme ficou estabelecido, para representar este Congresso Nacional, na homenagem ao Dia do Trabalhador, o Senador do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, Paulo Paim, que, ao longo de sua vida, tem defendido o trabalho e o trabalhador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador Garibaldi por ter-me assegurado o direito de falar, em nome do Senado, sobre o dia de amanhã, o Dia Internacional do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E ele determinou 20 minutos, mas jamais cortarei a palavra de V. Ex^a, porque isso seria cortar toda a festa do Dia do Trabalhador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero também agradecer a V. Ex^a, pois estava inscrito para falar às quatorze horas, e V. Ex^a me assegurou: “Fique tranquilo, que não encerro a sessão, sem que você tenha o direito de falar, homenageando os trabalhadores brasileiros.” Então, agradeço a V. Ex^a, agradeço ao Senador Valdir Raupp, presente ainda, que ficou exatamente cinco minutos, para que eu pudesse ter tempo, enfim. Agradeço ao Senador Valter Pereira, ao Senador Cristovam, todos estão me dando essa oportunidade.

Mas, Sr. Presidente, amanhã, de fato, será um dia especial quando todos iremos render nossas homenagens, muito especiais, eu diria, a todos os trabalhadores da Nação brasileira: os trabalhadores da ativa e também os trabalhadores aposentados e pensionistas.

Entendo que o mundo todo amanhã há de, se dependesse de mim, o mundo todo deveria ajoelhar e rezar e dizer “muito obrigado, trabalhadores do mundo” pela sua caminhada e pela construção que estão fazendo na busca de um mundo melhor para todos.

Sr. Presidente, o País pára amanhã, o País amanhã vai silenciar, é dia 1º de maio e, nesse dia, o significado da força trabalhadora vai refletir-se no silêncio das máquinas, o silêncio das fábricas, dos escritórios, dos bancos, das lojas, dos consultórios, das escolas fechadas, das feiras, das ruas comerciais. Nos campos, com certeza, as enxadas vão repousar e os tratores, as colheitadeiras vão calar em uma homenagem àqueles que operam a enxada e o trator.

Daí, Sr. Presidente, nesse silêncio é que vamos todos enxergar o poder que esses homens e mulheres imprimem ao trabalho. É o silêncio da reverência aos heróis da pátria, aos heróis trabalhadores e trabalhadoras. Nós, talvez, não nos damos conta de que o caminho que uma nação percorre tem as pegadas fortes, firmes, daqueles que, exercendo as mais diferentes profissões dão vida e fazem vida e fazem pulsar o coração do espaço que ocupamos.

Amanhã, com certeza, será um dia para eles de glória, talvez para muitos de sofrimento. Mas uma glória interna, aquela glória espiritual, porque eles, trabalhadoras e trabalhadores, estão conscientes do dever cumprido. Eles estarão nas ruas, sim, para celebrar seu dia, porque considero que, amanhã, por uma questão de justiça, não é somente o 1º de maio, Dia do Trabalho; amanhã é o dia do trabalhador.

Sr. Presidente, apresentei à Casa um projeto mudando, inclusive, o nome, estipulando que o dia 1º de maio não será mais chamado Dia do Trabalho, mas será chamado Dia do Trabalhador. É o PL nº 103.

Sr. Presidente, vale a pena lembrar aqui como se iniciou essa data de 1º de maio. Iniciou-se com uma luta desses homens e mulheres que trabalhavam de sol a sol, sete dias por semana. Naquela época, havia o temor, como há hoje, como se a redução da jornada de trabalho sem redução de salário pudesse trazer algum caos na economia.

Sr. Presidente, os trabalhadores foram vitoriosos, conseguiram assegurar a jornada de oito horas. Num primeiro momento, eles lutaram por uma jornada de dez horas por dia. Depois, reduziram para oito horas e conseguiram o repouso remunerado.

Há um livro bonito, Sr^a Presidente, chamado *Guia do Trabalhador*, da Confederação Nacional dos Trabalhadores, que teve como pesquisador José Gabriel Santos, que diz:

Fica deliberado, pela Federação dos Sindicatos Trabalhistas e das Profissões Organizadas dos Estados Unidos e Canadá, que o trabalho legal diário se constituirá de oito horas, a partir de 1º de maio de 1886, e que se recomende às organizações trabalhistas, em toda esta jurisdição, que orientem seus dis-

positivos legais no sentido de conformar-se a esta resolução na época indicada.

Milhares de trabalhadores aderiram diretamente a essa longa caminhada. Foram greves, foram lutas para assegurar a redução de jornada. Podemos lembrar, Sr^a Presidente, que, no dia 11 de novembro de 1887, em Chicago, nos Estados Unidos, operários foram enforcados depois de responderem a processo sumário e injusto por liderarem uma greve que se iniciou em 1º de maio de 1886.

Sr^a Presidente, vou ler aqui o depoimento de August Spies, um dos acusados, que morreu enforcado porque lutou pela carga de oito horas. Ele disse, antes de ser enforcado, dirigindo-se ao Juiz Gary – é algo que acho que cabe nos dias de hoje:

Se o senhor crê que, enforcando-nos, poderá eliminar o movimento através do qual milhões de pisoteados, milhões que trabalham passando miséria e necessidades esperam a salvação, se é essa a sua opinião, então nos enforque. Assim, estará apagando apenas uma faísca, mas, lá e acolá, ao seu lado, às suas costas, em todas as partes, incendiarse-ão as chamas. É fogo subterrâneo [do movimento dos trabalhadores], e o senhor não pode apagá-lo.

Esse fogo nunca será apagado, esse ninguém pode vencer.

Sr^a Presidente, essa frase desse lutador pela redução de jornada representa muito, no meu entendimento, uma frase que gosto de repetir: podem derrotar um homem, mas ninguém derrota um movimento. O movimento social, liderado pelos trabalhadores, esse é imbatível.

Sr^a Presidente, eu poderia aqui levantar os mais variados dados. Vou tentar simplificar ao máximo este meu pronunciamento, dizendo que trabalhamos muito no Senado da República com o objetivo de aprovar a redução de jornada hoje de 44 horas para 40 horas semanais.

Temos um projeto na Câmara dos Deputados que eu apresentei ainda quando era Deputado Federal, junto com o ex-Deputado Federal Inácio Arruda. Reapresentei a PEC aqui no Senado. O que diz essa PEC? A PEC reduz a jornada, no primeiro momento, de 44 horas para 40 horas; depois, reduz uma hora por ano, até chegarmos a 36 horas semanais, ou seja, turno de seis horas para todos, a exemplo do que é na maioria dos países mais avançados.

Sr^a Presidente, quero insistir que a redução de jornada nos moldes que estamos propondo vai gerar cerca de 10 milhões de novos empregos no País.

Fiquei feliz ao perceber que, nesta semana, a CNBB definiu, o seu comando maior, que vai apoiar essa proposta de redução de jornada sem redução de salário em todo o País. As centrais sindicais, que já tomaram essa posição há mais de dois anos, estão numa campanha permanente. Haverão de chegar no mês de maio ainda mais de cinco milhões de assinaturas apoiando a proposta que nós apresentamos, repito, junto com o Senador Inácio Arruda, na Câmara e aqui no Senado.

Quero aqui ainda usar as palavras do Secretário-Geral da CNBB, Dom Dimas Lara. O que ele disse?

É uma causa justa, que se propõe a beneficiar a maioria e a incluir mais brasileiros no mercado formal de trabalho. Eu me entusiasmei pessoalmente com a idéia e consultei todos os integrantes do Conselho Episcopal da Pastoral, que aprovaram.

Eles aprovaram essa cruzada nacional a favor da redução da jornada sem redução de salário, para gerar mais empregos.

O movimento social está engajado não só na luta pela redução da jornada, mas também pelo fim do fator previdenciário, para que os 30 milhões de brasileiros que estão hoje na atividade possam sonhar em se aposentar sem aquele redutor de 40%, cujo fim o Senado aprovou o por unanimidade.

Também, Sr^a Presidente, o movimento social brasileiro apóia que o salário dos aposentados e pensionistas ou benefícios sejam reajustados uma vez por ano, com o mesmo índice do salário mínimo.

Quero agradecer, nesta oportunidade, nesta véspera de 1º de maio, a todas as câmaras de vereadores e às assembleias legislativas do País que estão encaminhando à Câmara e ao Senado moções de apoio, abaixo-assinados para que o fim do fator também seja votado, como também o reajuste de aposentados e pensionistas.

Neste dia histórico, Sr^a Presidente, quero falar da importância do Fundep. Senadora Kátia, vou dirigir-me a V. Ex^a, porque V. Ex^a conhece muito bem o projeto chamado Fundep. É um fundo de investimento no ensino técnico profissionalizante que não mexe no Sistema “S”. O Sistema “S” vai muito bem, obrigado. Eu mesmo sou formado pelo Sistema “S”. O Fundep visa a criar um outro fundo para investimento no ensino técnico-profissionalizante. Deixaremos o Sistema “S” cumprindo seu papel e teremos também o Fundep com o mesmo objetivo.

Sr^a Presidente, estou acelerando o meu pronunciamento, porque a Casa já me deu 20 minutos. Sei que tive 10 minutos a mais do que os outros Senadores.

Senador Cristovam, V. Ex^a é autor, juntamente com este Senador, de um projeto para que o dia 13 de maio seja de homenagem aos 120 anos da abolição não conclusa. Faremos aqui uma grande audiência, neste plenário, lembrando a importância da liberdade. Que a gente avance, definitivamente, numa proposta que garanta ao povo negro o fim da chamada escravidão ou que aconteça efetivamente a abolição não-conclusa.

Sr. Presidente, quero também dizer que, a partir de amanhã, Senador Mão Santa, estamos chegando, no mês de maio, a 120 anos da Abolição não-conclusa, porque, há 120 anos, a partir de amanhã, no mês de maio, é que aconteceu a assinatura da Lei Áurea.

Hoje vimos o caso da Bahia, e aqui denunciei, em nome da Comissão de Direitos Humanos – Senador Mesquita e V. Ex^a e quase todos fizeram coro para o mesmo debate, inclusive a bancada de Senadores da Bahia -, que o coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia disse que o QI dos baianos é baixo; disse que o povo baiano, como dança ao som do Olodum, faz barulho e, quando toca outro instrumento, toca um berimbau de somente uma corda, mostrando com isso a falta de capacidade de entender as notas.

Foi uma ofensa e, aqui, faço do meu pronunciamento uma crítica dura: se eu fosse reitor dessa universidade, com certeza teria demitido esse cidadão que não vou chamar de professor – porque tenho um carinho enorme por todos os professores do nosso País -, pelo desrespeito ao nosso querido povo da Bahia e ao povo brasileiro.

Quero ir para o finalmente, minha Presidente, porque sei que já é tarde, para dizer que não vou deixar de fazer o bom debate, aqui no Senado, sobre um projeto de lei que está na Câmara, que leva o número 1.987, de 2007. Com o discurso de enxugar a CLT, está embutida ali a retirada de direito dos trabalhadores.

Esse projeto aqui passará por um amplo debate. Não sou contra debater a CLT, atualizar o texto, mas não aceitaremos, com certeza absoluta, nada que venha retirar os direitos dos trabalhadores.

Quero fazer uma pequena homenagem à nossa CLT. Finalizo, dizendo que não posso deixar de registrar que, no dia 1º de maio, amanhã, estaremos também celebrando os 65 anos da CLT. Não precisaria dizer da importância da CLT. O nascimento da CLT, em 1º de maio de 1943, representa um marco na nossa história. Com muita justiça, requeremos voto de aplauso em homenagem aos 65 anos da CLT, com o qual também homenageamos o Sr. Arnaldo Sussekind, grande mestre do Direito que trabalhou e foi um dos que elaboraram o processo de formulação da nossa CLT. Ele foi Ministro

do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho; foi um lutador e um defensor da nossa CLT.

A CLT, conforme consagrados juristas, faz parte da nossa história, da nossa Pátria, um instrumento legítimo que sempre esteve na linha da defesa dos trabalhadores. Por isso estou fazendo esta homenagem à nossa CLT.

Sr^a Presidente, vou terminar esses quatro minutos, dizendo a todos que estão me ouvindo neste momento que nós vamos conseguir ver o Brasil que queremos. O Brasil está avançando muito. Avançou no salário mínimo; avançou com oito milhões de trabalhadores com carteira assinada; estamos com o risco Brasil despencando; estamos com a inflação sob controle – os juros sob controle. Fizemos muito, Senador Mão Santa, mas entendo V. Ex^a. Temos que fazer muito mais por esse nosso povo que está aí, na expectativa de um mundo melhor para todos.

Diria que é com muita fé, com a prática da justiça social, com a boa vontade, com o trabalho que, com certeza, nós vamos poder olhar para o horizonte e, amanhã ou depois, dizer que temos hoje os trabalhadores vivendo com qualidade de vida.

Sr. Presidente, este Brasil, que desde sempre é feito pelos trabalhadores, só tem graça, só é generoso se, efetivamente, se voltar para aqueles que produzem nesta Nação. E os que produzem são os trabalhadores, são os empreendedores. Faço aqui a minha homenagem também aos empreendedores, aqueles que geram emprego onde os trabalhadores prestam o seu trabalho, a sua força de produção.

Termino, Sr^a Presidente – e vou ficar exatamente, com certeza, nesses dois minutos –, com uma poesia, que vou ler, chamada *Meu Maio*, de Vladimir Maiakovski, um poeta russo. Ela é o meu abraço apertado que se estende a todos os homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras deste País.

Diz a poesia desse poeta russo:

A todos
Que saíam às ruas
De corpo-máquina cansado,
A todos
Que imploram feriado
Às costas que a terra extenua –
Primeiro de Maio!
Meu mundo, em primaveras,
Derrete a neve com sol gaio.
Sou operário –
Este é o meu maio!
Sou camponês – Este é o meu mês.
Sou ferro –
Eis o maio que eu quero!
Sou terra –
O maio é minha era!

Com esta pequena poesia de um poeta russo, eu termino, Sr^a Presidente, dentro exatamente do meu tempo, esta homenagem que fiz hoje a todos os trabalhadores do Brasil, em nome do Senado da República, conforme me pediu o nosso querido Presidente Garibaldi, antes de se retirar dessa Presidência. Como eu não quero passar um segundo dos vinte, eu encerro, dizendo: viva o Brasil! Vivam os trabalhadores e as trabalhadoras no nosso País.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã será um dia de rendermos nossas homenagens muito especiais aos trabalhadores e trabalhadoras da nação brasileira, sejam eles da ativa, ou aposentados.

O País pára suas atividades no 1º de maio e neste dia o significado da força trabalhadora ecoa através do silêncio das máquinas, das fábricas, dos escritórios, dos bancos, dos restaurantes, dos consultórios, das escolas fechadas, das feiras, das ruas comerciais abandonadas e, nos campos, quando as enxadas repousam e os tratores calam.

É aí, nesse silêncio, que enxergamos o poder que homens e mulheres imprimem ao trabalho. É um silêncio de reverência aos heróis trabalhadores e trabalhadoras.

Nós nos damos conta de que o caminho que uma nação percorre tem as pegadas fortes deles e que, exercendo as mais diferentes profissões, eles dão vida e fazem pulsar o coração do espaço que ocupamos.

Amanhã com certeza será um dia de glória. Eles estarão nas ruas sim, mas para celebrar o seu dia porque eu considero, por uma questão de justiça, que 1º de maio deve ser comemorado como dia do trabalhador e não do trabalho.

Inclusive, o projeto que criamos de nº 103/2008 pede esta alteração, por razões óbvias. O grande homenageado tem que ser o trabalhador e a trabalhadora, sejam eles da ativa ou aposentados. Eles são a figura central desse dia. A história demonstra isso.

Vale a pena fazer um breve relato da história de luta dos trabalhadores que iniciou desde os tempos em que eles trabalhavam de sol a sol, 7 dias na semana...

Naquela época havia o temor de que reduzindo as horas trabalhadas o pagamento também seria reduzido. Assim, o ponto culminante da luta dos operários era conseguir reduzir as horas, sem perda do ganho.

A implementação pela redução da jornada de trabalho sempre foi o grande foco de suas reivindicações. Num primeiro momento eles pediam a redução para 10 horas diárias e mais tarde começaram a reivindicar 08 horas.

Até que, em 1884, como consta do livro **1º de Maio, Dia do Trabalhador**, da Confederação Nacional dos Trabalhadores que teve como pesquisador José Gabriel Santos:...

“Fica deliberado, pela Federação dos Sindicatos Trabalhistas e das Profissões Organizadas dos Estados Unidos e Canadá, que o trabalho legal diário se constituirá de oito horas, a partir de 1º de maio de 1886, e que se recomende às organizações trabalhistas, em toda esta jurisdição, que orientem seus dispositivos legais no sentido de conformar-se a esta resolução na época indicada”

Milhares de trabalhadores aderiam diariamente à greve que teria vez no 1º de maio previsto.

Sei que não seria necessário lembrar para vocês, mas o registro é válido, que no dia 11 de novembro de 1887, em Chicago, nos Estados Unidos, operários foram enforcados depois de responderem a processo sumário e injusto por liderarem a greve de 1º de maio de 1886.

Vou apenas ler o depoimento de August Spies, um dos acusados, para que possamos tentar imaginar o que foi aquele momento.

Ele disse ao juiz Gary: “Se o senhor crê que enforcando-nos poderá eliminar o Movimento através do qual milhões de pisoteados, milhões que trabalham passando miséria e necessidades esperam a salvação, se é essa a sua opinião, então nos enforque. Assim estará apagando apenas uma faísca, mas lá e acolá, ao seu lado e as suas costas, em todas as partes, incendiar-se-ão as chamas. É fogo subterrâneo e o Sr. não pode apagá-lo”

Eu me emocionio pensando nesses homens que não hesitaram em dar suas vidas por aquilo em que acreditavam. Eles lutaram até o fim pela própria dignidade e pela de seus companheiros e companheiras.

Sr^{as} e Srs. Senadores, porque será que não nos causa estranheza essa batalha pela redução da jornada de trabalho? Porque será que ela nos soa tão familiar?

Eu sei que vocês reconhecem em toda esta luta que os trabalhadores travaram, os caminhos que hoje ainda percorrem.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego, o mês de março de 2008 bateu

recorde comparado aos meses de março desde 1992 em termos de comportamento do emprego formal....

Atingiu a casa de 206.556 novos empregos celetistas. É um índice histórico nos registros do CAGED.

O Brasil está avançando, isso é ótimo. Mas podemos avançar ainda mais. Nós temos uma proposta que irá colaborar imensamente com a modernização das relações trabalhistas e a criação de novos postos de empregos formais.

Desde 1995 com a Proposta de Emenda Constitucional 231, que buscava a redução da jornada semanal de trabalho de 44 horas para 40 horas e mais tarde com a PEC 393/01 estamos trabalhando em parceria com o então deputado federal e, agora senador, Inácio Arruda, defendendo esta idéia, como forma de geração de novos empregos.

As duas PECs estavam sob a Relatoria do Deputado Paulo Magalhães. Elas haviam sido arquivadas e em 2007 foram desarquivadas.

Elas tramitam em conjunto, em função de tratar da mesma matéria e estão aguardando despacho na Mesa Diretora.

A consciência de que estava no caminho certo fez aumentar minha convicção e apresentei no Senado Federal a PEC nº 75/2003 buscando, primeiramente, reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais para, em seguida, gradativamente, num período de 04 anos, decrescermos até o limite de 36 horas semanais.

Ela irá gerar num primeiro momento, 4 milhões de novos empregos e num segundo momento com a redução para 36 horas semanais seriam criados aproximadamente seis milhões de empregos e com a redução para 30 horas, cerca de 10 milhões...

Além do que, a qualidade de vida dos nossos trabalhadores irá melhorar sensivelmente!

Quero lembrar que a campanha nacional das centrais sindicais e confederações de trabalhadores pela aprovação da PEC de autoria deste senador que fala em parceria com o senador Inácio Arruda, de redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas semanais para 40 horas sem redução salarial tem o apoio oficial da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Ela anunciou que participa da campanha nacional pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários.

As pastorais sociais e as paróquias serão orientadas a colher assinaturas entre os fiéis em apoio à aprovação da mudança constitucional.

Vou repetir as palavras do secretário-geral da CNBB, Dom Dimas Lara "É uma causa justa, que se propõe a beneficiar a maioria e a incluir mais brasilei-

ros no mercado formal de trabalho" e prossegue Dom Dimas "Eu me entusiasmei pessoalmente com a idéia e consultei todos os integrantes do Conselho Episcopal de Pastoral, que aprovaram".

O movimento social está engajado não só na luta pela redução da jornada mas também, pelo fim do fator previdenciário e para que aposentados e pensionistas recebam o mesmo índice de aumento concedido ao salário mínimo.

Já falei inclusive outro dia, que as centrais sindicais e confederações de trabalhadores iniciaram duas campanhas nacionais que vão ao encontro do desejo da maioria dos trabalhadores brasileiros.

A primeira delas refere-se à defesa do projeto que extingue o fator previdenciário para cálculo dos benefícios da Previdência (PLS 296/03) e da proposta que estende aos aposentados os índices de reajuste concedidos ao salário mínimo (PLC 42/07), aprovados este mês pelo Senado.

Em audiência pública realizada sobre o assunto, o movimento sindical estava representado da base à cúpula, onde o direito a palavra foi assegurado a todos.

E não são somente eles que apóiam estes projetos. Tenho recebido Moções de Apoio de diversos segmentos, de Câmaras de Vereadores e abaixo-assinados de inúmeros cidadãos e cidadãs que querem a aprovação destas propostas.

Quero salientar que estes dois projetos honrosamente aprovados nesta Casa por unanimidade vão continuar sendo motivo de luta e que vamos insistir, de forma incansável, para que se tornem Lei.

Creio que respondemos ao anseio da nossa população e fizemos jus aos votos que recebemos e creio também que o nobres Deputados farão o mesmo.

Sr. Presidente, preciso insistir também na proposta que criamos, a PEC 24/05, o FUNDEP. Ele é uma fonte segura de financiamento, não somente para manutenção das escolas profissionalizantes, mas, principalmente, para sua expansão e desenvolvimento.

É muito importante darmos educação profissional aos nossos jovens, preparando-os para o mercado de trabalho...

Pois, lembram que outro dia ainda eu falava sobre a escassez de mão de obra qualificada e que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) havia registrado em 2007, um déficit de 193 mil vagas de pessoal qualificado?

Outros fatores, que considero essenciais como reforma agrária, políticas de segurança pública, saúde, educação, habitação, redução de juros, redução da carga tributária com um novo pacto federativo voltado para o social, precisam ser estendidos aos nossos trabalhadores e trabalhadoras.

Temos que encarar também o fato de que as mulheres ainda recebem proventos menores que os homens. O IBGE realizou pesquisa onde demonstra que a escolaridade feminina é maior que a masculina (são praticamente 11 anos ou mais de estudo) e que no entanto, as mulheres com nível superior, recebem apenas 60% do vencimento pago aos homens com a mesma escolaridade.

E o que dizer da realidade da população negra trabalhadora?

Com a Lei Áurea os escravos foram libertos, mas não tinham direitos. Não possuíam meios de sobreviver. Viram-se sem trabalho e sem local para morar. Isso porque eles faziam o serviço braçal, assim, não tinham qualificação.

Além disso, com a Lei Áurea, eles foram libertos, mas não tiveram acesso às terras (e não podiam morar nas terras dos antigos donos)...

Também não podiam freqüentar a escola. Muitos se refugiaram em quilombos, favelas, mocambos e palafitas.

Os negros sofrem, desde 1888, desigualdade socioeconômica em relação aos brancos.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão. Com isso, abriu-se as portas para o trabalho assalariado (ideal para sociedade industrial em formação).

Em sua grande maioria continuam em trabalhos mais pesados. Em algumas fazendas muitos trabalhadores, a maioria negra, são encontrados em regime de semi-escravidão...

Aos negros parece ter sobrado os pequenos serviços: o comércio ambulante, o conserto, o biscate e, sobretudo, os serviços pessoais.

Verificamos diferenças substanciais entre os rendimentos de homens e mulheres negros se comparados com os de homens e mulheres não negros.

No ano passado a Fundação Seade divulgou um estudo feito de outubro de 2006 a setembro de 2007, na Grande São Paulo. Ele indicava que os negros têm quatro vezes mais dificuldades para ocupar melhores postos de trabalho.

Entre os negros empregados, 4,6% ocupam cargos de direção ou planejamento, sendo 2,2% como empresários, direção e gerência e 2,4% em posição de planejamento e organização...

Já entre os brancos empregados, 18,4% têm cargos de direção ou planejamento, sendo 8,4% como empresários, direção e gerência e 10% planejamento e organização.

Entre os empregados domésticos, 54,9% são negros e pardos e 45,1% são não-negros.

Em março de 2005 o IBGE nos dizia o mesmo em sua pesquisa mensal de emprego. Segundo a cor,

em seis regiões metropolitanas, a pesquisa do IBGE indicou que as informações sobre os rendimentos do trabalho mostravam que os negros e os pardos recebiam por hora trabalhada menos que os brancos.

Para mudar este triste quadro, apresentamos o Estatuto da Igualdade Racial, o PLS 213/03, que já foi aprovado nesta Casa e aguarda parecer da Comissão Especial quanto ao projeto.

Outra questão séria, Senhoras e Senhores Senadores, que envolve os trabalhadores são os acidentes de trabalho. Os índices do Ministério do Trabalho dão conta de que no Brasil ocorrem 1,3 milhão de acidentes por ano....

No mundo o número é de 270 milhões, com 2 milhões de mortes. São números muito expressivos que merecem nossa atenção e exigem medidas enérgicas para que este quadro seja revertido.

É necessário também, que eu traga a esta Tribuna a situação dos trabalhadores rurais. Fala-se tanto que o Brasil pode ser o celeiro do mundo e nós queremos ser, mas para isso temos que valorizar o trabalhador rural, homens e mulheres que, de sol a sol, produzem o santo alimento de cada dia.

O Movimento dos Pequenos Agricultores em nível nacional, trouxe até mim sua preocupação no que diz respeito ao resultado da votação ocorrida na Câmara dos Deputados, quanto à MP 410/07.

Eles fazem uma avaliação de que a MP, da forma como está, não resolve a situação dos trabalhadores rurais contratados por curto prazo frente ao Sistema de Seguridade Social.

Afirmam também que a aplicação da MP é inviável ao pequeno agricultor como contratante, pelo mesmo não possuir condições técnicas para calcular o percentual dos direitos trabalhistas a serem pagos quando da contratação do trabalhador rural temporário, uma vez que o pagamento dos honorários deverá ser diário.

No documento que apresentaram, trouxeram propostas de emendas ao texto e a justificativa para tanto.

É importante que se faça uma avaliação debate acurado sobre o assunto.

Quero trazer a esta Tribuna também outra ponderação importante...

Estou perplexo diante do projeto de Lei 1987/2007, de autoria do Deputado Cândido Vaccarezza, que trata da Consolidação das Leis Materiais Trabalhistas, uma vez que retira direitos históricos dos nossos trabalhadores.

Tenho recebido inúmeras manifestações contra o projeto.

Acredito que este é um momento ímpar para um grande debate social no sentido de construirmos todos: sociedade, trabalhador, empregador e governo as normas que queremos com inovações legislativas que não impliquem em flexibilização e precarização das relações de trabalho.

Ao finalizar, não posso deixar de registrar que no nosso 1º de maio comemoramos também os 65 anos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Nem precisaria dizer da importância da CLT para a sociedade brasileira. Direitos e deveres dos trabalhadores estão fixados nela e é um instrumento de grande valor para nossos trabalhadores e trabalhadoras.

O nascimento da CLT em 1º de maio de 1943, representa um marco da nossa história. Com muita justiça requeri voto de aplauso em homenagem aos seus 65 anos, onde também será homenageado Arnaldo Süssekind, grande mestre em Direito do Trabalho e um dos elaboradores no processo de formulação da CLT.

Ele foi Ministro do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, e sempre foi muito dedicado às questões trabalhistas, aos direitos dos trabalhadores e sempre lutou para que os mesmos não lhes fossem retirados.

Meus aplausos aos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país, aos aposentados e aposentadas que deram sua força de trabalho por esta Pátria. Meus aplausos a CLT e a esse grande jurista que também são parte na grande história desta Pátria.

Eu digo a todos que estão me ouvindo neste momento, nós vamos conseguir ver o Brasil que queremos...

Com fé, com a prática da justiça social, com boa vontade e com trabalho, certamente pousaremos nossos olhos sobre a recuperação da dignidade do trabalhador, descansaremos nossas consciências sabedores de que o esforço diário dos trabalhadores foi realmente reconhecido e que nossas homenagens poderão ser sentidas não somente em palavras.

Esse Brasil que desde sempre é feito por vocês. Ele só é o que é graças a generosidade do nosso Deus e a força trabalhadora da nossa gente. Vocês fazem com que ele seja O BRASIL!

Essa poesia que vou ler, chamada “Meu Maio” é de Vladimir Maiakovski, poeta russo, e ela é o meu abraço apertado que se estende a todos vocês homens e mulheres trabalhadores de ontem de hoje.

A todos
Que saíam às ruas
De corpo-máquina cansado,
A todos
Que imploram feriado
Às costas que a terra extenua –
Primeiro de Maio!

Meu mundo, em primaveras,
Derrete a neve com sol gaio.
Sou operário –
Este é o meu maio!
Sou camponês – Este é o meu mês.
Sou ferro –
Eis o maio que eu quero!
Sou terra –
O maio é minha era!

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Rosalba Ciarlini.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Parabéns, Senador Paim. E viva a sua oratória.

Quero, agora, passar a palavra ao Senador Mão Santa; em seguida, Senador Cristovam Buarque e, como última oradora, Senadora Kátia Abreu.

O Senador Paulo Paim pede que seu discurso seja publicado na íntegra. S. Exª será atendido.

Antes do pronunciamento do Senador Mão Santa, coloco em votação o **Requerimento nº 510, de 2008**, de autoria do Senador Jayme Campos, que já foi lido anteriormente.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª trabalhadora, Senadora Rosalba Ciarlini, Srªs e Srs. Parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal.

Deus: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Uma mensagem de Deus para que busquemos o trabalho. Uma mensagem de Deus aos governantes para propiciarem o trabalho.

O Apóstolo Paulo, mais rígido – Paulo, Paim, seu patrono: quem não trabalha não merece ganhar para viver.

O próprio Deus colocou seu filho especial, Jesus, na casa de um trabalhador.

Rosalba Ciarlini, atentai bem! Nós todos somos cristãos. Cristo falou bonito. O Pai-Nosso é um discurso bonito; o Sermão da Montanha é outro belo discurso. São muitos discursos bonitos, mas nós seguimos Cristo porque Ele deu exemplo de trabalho, Ele fez obras: Ele fez o cego ver, fez aleijado andar; o mudo

falar; o surdo ouvir; limpou os corpos dos leprosos; tirou o demônio dos endemoniados; ressuscitou mortos, multiplicou os alimentos, pães e peixes; fez até o vinho para nos alegrar.

Isso tudo nos leva ao trabalho.

Mas, neste dia e nesta Casa, nada mais justo do que buscar palavras do nosso patrono Rui Barbosa.

Por que ele está aí? Em 1919, aqui, ele disse:

O trabalho.

Há na vossa grandeza um condão, para atrair os que se não rendem a outras: é que é a grandeza do trabalho. O trabalho não é o castigo: é a santificação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho é bom [falou Rui].

Tudo o que se amontoa pelo trabalho é justo. Tudo o que assenta no trabalho é útil. Por isso, a riqueza, por isso, o capital, que emanam do trabalho, são, como ele, providenciais; como ele, necessários, benfazejos como ele. Mas já que do capital e da riqueza é manancial o trabalho, ao trabalho cabe a primazia incontestável sobre a riqueza e o capital.

Lincoln [está sendo citado por Rui Barbosa] não era um demagogo, não era um revolucionário, não era um agitador popular. Era o presidente da grande república norte-americana durante a mais tremenda crise da sua história; e o consenso geral da posteridade o sagra, hoje, como o maior gênio de estadista que a tem governado. Pois Lincoln, senhores, não duvidava reivindicar, em uma das suas mensagens ao Congresso Nacional, em dezembro de 1861, a preeminência do trabalho aos outros fatores sociais.

O trabalho – dizia ele – precede ao capital, e deste não depende.

O capital não é senão um fruto do trabalho, e não chegaria nunca a existir, se primeiro não existisse o trabalho. O trabalho é, pois, superior ao capital e merece consideração muito mais elevada.

Essas são as palavras de Rui.

E nós? Temos nossas crenças. Eu creio em Deus. Eu creio no amor, que consolida a instituição mais importante.

Por isso V. Ex^a está aí, bem. V. Ex^a simboliza a família, a mãe, a mulher digna e decente, a avó, a família cimentada por esse amor em que eu creio. Eu creio no estudo. Nós cremos, ô Rosalba, no estudo que busca a sabedoria e que, segundo o Livro de Deus, vale mais do que o ouro e a prata. E o trabalho é que faz essas riquezas; o trabalho hoje que plantamos todos

nós, brasileiros e brasileiras. E nossos antepassados fazem esta Pátria em que vivemos hoje.

Mas quero falar do trabalho, daquelas fábulas do La Fontaine que estudávamos. Nós estudamos. A nossa geração teve boas escolas, porque este País teve bons governos. Lembro-me de La Fontaine, que dizia: “O trabalho é um tesouro”.

Aquele estadista guerreiro da França, Napoleão Bonaparte, não só ficou na História por vencer guerras, mas porque ele fez o Código de Napoleão, o primeiro estatuto de Direito na França. E ele disse um pensamento que eu reproduzo aqui. Rosalba, ele disse: “Conheci os limites dos meus braços; conheci os limites das minhas pernas; conheci os limites dos meus olhos, da minha visão, mas nunca conheci o limite do trabalho”.

Franklin Delano Roosevelt, esse aí governou por quatro vezes, eleito Presidente dos Estados Unidos. Pós-guerra, recessão, e ele dava um conselho: “Norte-americanos, busquem o trabalho; não dando certo, persistam; não dando certo, procurem outro, o trabalho”. E disse mais – fez o **new deal**: “Se eu colocar um bico de luz em cada fazenda e tiver uma galinha – esse negócio de galinha, eu estou até com...mas foi o que ele disse – em uma panela, este país estará salvo”. Ele continua o seu raciocínio e diz, Rosalba: “As cidades poderão ser destruídas, mas o campo não; tem de ser apoiado, porque, se ele for destruído, as cidades morrerão de fome”. E é o exemplo da grandeza dos Estados Unidos: são 600 milhões de toneladas de grão. Então, são essas as palavras do trabalho.

Voltaire, o nosso filósofo, que foi Parlamentar da França, disse que o trabalho afasta, no mínimo, três grandes males: o tédio, a preguiça e a pobreza.

Eu iria a um muito simples, médico como nós, que depois viu de um estudo uma nova ciência, a Neurolinguística: Lair Ribeiro. Muito objetivo, Lair Ribeiro, cardiologista, diz, Professor Cristovam que só conhece um lugar em que o sucesso vem antes do trabalho; é no dicionário.

Então, queríamos, já se aproximando aquele compromisso do minuto, dizer que nós vamos agora pegar o avião para a minha cidade, Parnaíba. Podemos dizer que lá foi a sede inicial da federação das indústrias, cidade de passado de trabalho, que construiu sua grandeza. Uma emissora, do qual fui fundador, com meu irmão, Antônio José de Moraes Souza, Rádio Igarauçu, vai homenagear os trabalhadores, pessoas que, através do trabalho, fizeram o engrandecimento...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E alguns que, mesmo falecidos, deixaram o exemplo de trabalho.

Um dos homenageados vai ser o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Então, queremos deixar aqui as nossas palavras.

E, para terminar em tempo, atentai bem, atentai bem, brasileiras e brasileiros! Eu falo assim porque me vem à mente Getúlio Vargas, tido como o pai dos trabalhadores. Todo 1º de maio, eu, criança, o ouvia discursar: “Trabalhadores do Brasil...”. Aí, anunciava essa legislação, os benefícios e a esperança.

Então, eu digo da minha maneira: Atentai bem, brasileiras e brasileiros! Atentai bem, acreditai, estudai, trabalhai e amai, que, aí sim, estaremos construindo um Brasil grande, mais rico e feliz e um mundo melhor em que almejamos viver.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini DEM – RN) – Quero parabenizá-lo, Senador Mão Santa. Como sempre, o senhor, com muita eloquência e conhecimento, nos traz aqui uma brilhante oratória. Quando o senhor lembrava o presidente americano como grande estadista, quero lhe dizer que a origem é no campo; no campo, é onde realmente o trabalho começa; é o setor primário. Veja que ele já dizia que, sem a vida do campo, sem o trabalho do campo, não existe vida nas cidades. Daí por que vemos este País tão desenvolvido, porque a sua história foi sempre história de trabalho. E sobre o trabalho, Senador, o senhor esqueceu só uma coisa: de dizer o quanto o Brasil pode ser. O trabalho também é a maior arma contra a violência. O homem trabalhador tendo oportunidade, o jovem encontrando onde deixar suas energias, no trabalho digno, honesto, honrado, com certeza, este será um País de mais paz, um País menos violento, o País que nós desejamos.

Parabéns, faça uma boa viagem e, com os seus conterrâneos, lá do seu Piauí, comemore este grande Dia do Trabalho na esperança de que nós não vamos deixar de sonhar com a oportunidade de trabalho para todos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço que sejam incorporadas todas as palavras da Presidente, médica e trabalhadora Rosalba Ciarlini ao meu pronunciamento. Assim, ele se torna uma grande homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Obrigada, que Deus o abençoe.

Passo a palavra ao digno Senador Cristovam Buarque, o homem preocupado 24 horas, todos os segundos do dia, com a Educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Como a senhora também, Srª Presidente.

Eu vim aqui falar da cegueira, mas não da cegueira que aflige milhares de brasileiros fisicamente, até porque muitos dos brasileiros que são portadores de deficiência visual, que são cegos, enxergam. Eles enxergam graças ao pensamento, à lucidez, à reflexão; eles conseguem ver lá na frente. Aqui mesmo, em Brasília, temos um líder importante, o professor Antônio Leitão, que, como ele mesmo se define, é um cego de visão.

Eu vim falar da outra cegueira, a cegueira de quem não quer ver a realidade dos problemas do nosso País. A cegueira que, no passado, fez este País endividarse ao ponto de sacrificar o seu progresso. A cegueira que faz com que nós consideremos como prova de grande progresso o aumento de veículos nas ruas das cidades, que estão inviabilizando o funcionamento da vida nas cidades.

Eu vim falar, sobretudo, da cegueira daqueles que não querem perceber que o problema das nossas universidades, hoje, está principalmente no ensino infantil, no ensino fundamental, no ensino médio.

Hoje, diversos falaram aqui do diretor de uma faculdade de Medicina da Bahia que, ao ver os resultados ruins da sua faculdade, disse que o problema está no QI dos baianos, sugerindo, indiretamente, que tiremos daqui o busto de Rui Barbosa, que é um dos símbolos da inteligência brasileira. O que me aflige é esse tipo de cegueira, que faz com que uma pessoa diga que o problema está no QI dos baianos ou que diga que o problema está no QI, quando, na verdade, o problema das baixas notas das nossas universidades está no ensino fundamental, está lá atrás, na educação infantil que a senhora defende tanto.

Eu não vou nem dizer o que penso desse diretor, que age de forma a nos levar a caracterizá-lo como racista. Não. Esse diretor é um caso a parte. Não vamos perder tempo com isso. Eu falo é da maioria da comunidade universitária, que põe a culpa da má universidade às vezes no salário dos professores – é verdade que não são bons –, na falta de equipamentos – é verdade que não existem –, em todos os problemas internos à universidade. É desta cegueira que quero falar: da cegueira que não vê além dos limites do **campus** universitário, da cegueira que acha que o problema da universidade é só da universidade, que estão apenas dentro da universidade e que podem ser resolvidos apenas dentro da universidade, da cegueira daqueles que não vêem que o problema da universidade brasileira é que apenas um terço dos nossos jovens terminam o ensino médio.

Jogamos fora dois terços do potencial intelectual deste País. Quantos gênios não perdemos porque não aprenderam a ler na hora?

Esse senhor que disse que o problema está no QI não lembrou que um problema da universidade baiana e de qualquer outra universidade de qualquer Estado é o número de analfabetos. Ele não disse, por exemplo, que a Bahia tem o maior contingente de adultos analfabetos do Brasil, seguida por São Paulo – para mostrar que não é uma questão de renda, é uma questão de vontade.

Dentre os analfabetos adultos da Bahia, quantos grandes médicos não perdemos, se tivessem aprendido a ler na hora? Quantos grandes cientistas não perdemos, se tivessem aprendido as quatro operações no momento certo e entrado na escola alfabetizados ou se alfabetizando no primeiro ano da escola para aprender a ler mesmo, como muitos não conseguem?

O nosso problema tem de ser analisado olhando-se para eles, e não mantendo os olhos fechados, como hoje faz a maior parte da comunidade universitária. É como esse senhor, que olhou para dentro e disse: “O problema nosso é que os alunos que aqui entram têm o QI baixo.” Além do racismo de dizer que isso é coisa de baiano, o que não tem nada a ver – o escritor brasileiro mais conhecido no mundo depois de Paulo Coelho é um baiano: Jorge Amado –, ele só olhou dentro, ele não olhou o que está fora, o que está antes.

O problema é que esses baianos, esses pernambucanos, esses cariocas, esses rio-grandenses do sul não puderam estudar como deveriam para chegar ao final do segundo grau e fazer o vestibular.

Além disso, mesmo os que fazem o vestibular e entram na universidade entram com uma educação de base deficiente e aí não tem como ter universidade boa. Não tem como ter universidade boa se os alunos entram na universidade e puxam a universidade para baixo porque não vieram preparados.

Não há bom professor se os alunos o puxam para baixo, se não deixam que ele ensine algo mais na frente. Não há bom professor nem boa universidade se, durante os primeiros meses e até anos, a universidade tem de fazer uma reciclagem do que os alunos não aprenderam na educação de base.

Então, vejam que há dois problemas. Primeiro, há o problema dos que não conseguem terminar a educação de base e aí não podem fazer vestibular – e o Brasil jogou fora todo esse potencial. Segundo: mesmo aqueles que fazem o vestibular, entram na universidade com uma formação deficiente e puxam a qualidade para baixo.

Esta é a cegueira da qual queria falar hoje: a cegueira daqueles que olham o seu problema como

se fosse apenas seu e não de um conjunto, de um processo que faz com que as instituições brasileiras sejam puxadas para baixo em vez de serem puxadas para cima.

Não é possível ter professor ruim quando os alunos são bons, porque, se os alunos forem bons e o professor for ruim, os alunos expulsam o professor, os professores são desnudados quando o aluno é bom.

Então, são dois os problemas no Brasil: primeiro, jogamos fora grande parte do potencial intelectual; e, segundo, mesmo os que entram na universidade não estão bem preparados. Assim, não há como haver boa universidade.

Esse diretor deveria olhar mais longe, deveria deixar a cegueira dele e olhar mais adiante para perceber que o problema não está no QI dos baianos, o problema está na falta de investimento na educação de base na Bahia, em Pernambuco, em todo este Brasil.

Mas volto a insistir: não é só ele. Ele se manifestou como um racista ao especificar a idéia maluca de que o QI dos baianos não é alto, mas os outros, que acham que o QI é alto, não percebem que jogamos fora uma massa imensa de QIs ao não educar todos os brasileiros.

Por isso, eu vim falar da cegueira e dizer que, se queremos enxergar e melhorar a qualidade da universidade, façamos com que a criança, ao nascer, seja bem alimentada; que, nas semanas e nos meses seguintes, com boa alimentação, ela comece a ter um desenvolvimento intelectual graças aos procedimentos que hoje existem para dinamizar, para fazer com que uma criança descubra a realidade do mundo, aprenda a raciocinar. É aí que melhora a universidade.

Quer melhorar a universidade de um país? Dê alimentação às crianças logo que ela nasçam e dê incentivos ao desenvolvimento intelectual delas logo nos primeiros cinco anos. É aí que melhora a universidade. E não há outra maneira de melhorar a universidade se não alimentarmos bem as crianças ao nascerem e, depois disso, fazer com que, aos quatro anos, entrem na escola e, aos quatro anos entrando na escola, consigam se alfabetizar aos cinco anos.

Porque uma criança alfabetizada aos cinco anos tem muito mais chances de, aos poucos, ir se transformando numa criança educada.

Além disso, vamos fazer com que o ensino médio seja de qualidade para todos. Casa pessoa que não tem ensino médio é uma pessoa a menos na universidade. E é por isso que a universidade é ruim, porque, neste País, só disputa para entrar na universidade um terço; dois terços ficam de fora. Já pensou se no futebol a gente fizesse o mesmo? Já pensou se no futebol a gente dissesse que só joga futebol um terço dos me-

inhos deste País e agora das meninas? Como iríamos ter uma boa seleção? Nunca.

O Brasil tem uma boa seleção de futebol porque todos jogam bola desde os quatro anos e não tem uma boa universidade porque não se joga educação, não se brinca, não se estuda, não se educa a partir dos quatro anos como se joga futebol.

O Brasil tem uma boa seleção de futebol porque a bola é redonda para todos, não há diferença entre ricos e pobres. Jogar bola é com bola redonda, mas, na escola, não! A escola tem as redondas e as quadradas: as redondas dos ricos e as quadradas dos pobres. E o pior é que, como os ricos sabem que os pobres não vão conseguir estudar, eles também não estudam muito, porque não têm concorrência com eles.

Basta estudar um pouquinho que já conseguem entrar na universidade. Já pensou, se todos estudassem bem, a disputa para entrar na universidade? Aí, sim, todos teriam de estudar muito, todos teriam de se preparar, todos teriam de chegar lá na universidade já com uma preparação razoável. A gente não vê isso! É triste.

Mas o mais triste na declaração desse senhor não foi o racismo. Isso é uma debilidade mental dele. O que lamento é a outra parte, a parte em que ele não é diferente do resto, a parte da cegueira. Não é a parte do racismo. E essa cegueira é muito generalizada. Grande parte da comunidade universitária acha que o problema da universidade é interno, salário e equipamentos. Não é interno nem está nos alunos da universidade, está lá na ponta, nas crianças que, ao nascerem, não recebem alimentação correta, que chegam aos quatro anos e não entram na escola, que entram na escola, mas não fazem o curso até o final do 2º grau, ou que fazem o curso até o final do 2º grau sem a competência correta.

Vamos acabar com essa cegueira, porque racistas eles próprios se acabam e ninguém fala mais neles. Agora, a cegueira, não, essa continua. Não a cegueira visual dos deficientes, não a cegueira daqueles que não vêem fisicamente, mas são capazes de imaginar, de pensar, de analisar, e são cegos de visão.

Falo daqueles que pensam que vêem, porque os olhos funcionam, mas a cabeça, não, porque os preconceitos não deixam, porque o egoísmo não permite, porque olham só para dentro deles, olham só para o seu ambiente e não vêem que o problema no Brasil é muito maior.

Essa cegueira é que me preocupa, muito mais do que o racismo de um maluco qualquer, que diz besteira como esse senhor disse ontem ao falar que os baianos têm baixo QI.

Lamentavelmente, a Bahia tem, sim, um elevado índice de analfabetismo de adultos e isso, se os baianos quiserem, podem mudar.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Parabéns, Senador, mais uma vez o senhor nos coloca para fazer uma reflexão sobre essa questão da cegueira. E o pior cego é aquele que não quer enxergar. Não é falta de apelos, o senhor tem sido incansável nessa questão da educação. E fico muito grata em saber que não estamos sós nessa luta para melhorar a educação infantil. Enquanto não houver a valorização do ensino infantil, enquanto não houver o entendimento de que a educação não é gasto, é investimento, nós vamos encontrar situações tristes como esta de analfabetismo, de universidades que não estão tendo o resultado esperado. Agora, dizer que o nosso povo tem o QI baixo... Nisto eu concordo com o senhor: o brasileiro tem um QI que está sendo desperdiçado pela falta de oportunidade. Parabéns, Senador!

Passo a palavra, agora, à Senadora Kátia Abreu, que será nossa última oradora do dia de trabalho.

Amanhã é Dia do Trabalho e já estamos com a sessão prorrogada, e a senhora vai ter a primazia de encerrar esta sessão.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Srª Presidente, Senadora Rosalba, do Rio Grande do Norte, competente. É uma alegria para o Senado Federal tê-la conosco. Nós agradecemos a todo o povo do Rio Grande do Norte, especialmente da cidade de Mossoró, por ter-nos enviado uma pessoa tão distinta, tão determinada e batalhadora aqui para o Senado Federal.

Srª Presidente, a senhora tem acompanhado, como todo o povo brasileiro, pela televisão, nos últimos dias, a questão de uma criança que tem a suspeita de ter sido assassinada pelos pais.

Nós vimos, há alguns meses, o caso do menino João Hélio, que foi assassinado, arrastado pelo cinto de segurança, por dois assaltantes, traficantes e drogados. Esses dois casos foram amplamente divulgados pela imprensa nacional. Um não é pior do que o outro. Não são piores do que a morte de qualquer criança neste País, em qualquer lugar que esteja, em qualquer Estado, em qualquer circunstância, mesmo que seja por uma doença. No entanto, pela agressão, pela violência, esses casos nos trazem indignação.

A criança tem de ser protegida por todos nós, principalmente pela família, pelos pais. Por isso nós temos pais, avós, padrinhos, madrinhas, tios e tias, que são a sustentação de uma família, bem como amigos que ganhamos pela vida afora, que nos ajudam também a criar e a proteger as crianças.

Estamos assistindo ao caso específico de Isabela. O que talvez tenha chocado ainda mais o povo brasileiro foi exatamente ter sido assassinada cruelmente não só pela madrasta mas pelo pai.

Sou avó e tenho uma netinha que tem a idade de Isabela. Maria Eduarda tem cinco anos de idade. Não consegui evitar que ela entendesse o caso, por conta da divulgação nos veículos de comunicação, e que o acompanhasse. Cheguei até a pensar e comecei a criar uma mentira dizendo que não havia sido o pai, mas outra pessoa. No entanto, não posso ficar o dia todo ao lado dela, e entendeu que, parece, foi mesmo o pai que matou aquela criança.

Quero, não só como Senadora, mas, principalmente, como cidadã, como mulher, como mãe, como avó, como psicóloga, dizer a todos, colegas Senadores e Senadoras, a todos deste País que possam nos ouvir neste instante que este é um momento delicado para a família brasileira. Estamos todos em xeque, estamos todos assustados, mas, principalmente, as crianças, principalmente as crianças de pais separados, principalmente as crianças que têm padrasto, as crianças que têm madrasta. Não podemos fugir, como tentei fazer com a minha neta, para protegê-la e tirá-la desse medo, porque também o meu filho é separado da mãe da Maria Eduarda e ela é casada novamente, para tirar esse medo e esse pavor que as crianças poderão criar não apenas do padrasto, mas do próprio pai. Temos de conversar com as nossas crianças e dar atenção a elas e não imaginar que esse choque está sendo só para nós, adultos, mas muito mais porque não conseguiremos nunca dimensionar, na cabeça de uma criança, como a minha neta Maria Eduarda, de cinco anos, o que está significando para ela um pai ter matado a própria filha.

Eu falo, Presidente, e consigo ficar sinceramente emocionada e arrepiada de ver o rosto da minha neta perguntando a todo momento se realmente foi o pai que matou a filha. Então, temos de ter bastante cuidado. As professoras e professores nas escolas dão atenção e não fujam desse assunto. Não há como fugir. É o dia todo na televisão, e não estou condenando a veiculação desse problema. Ao contrário, a veiculação está ajudando a nos alertar para essa questão familiar. Estamos enxergando, estamos na iminência de assistir a uma quadrilha familiar.

No início, pedi tanto a Deus que não tivesse sido ele, que pudesse ter sido outra pessoa e não ele. As investigações estão avançando e estamos vendo que o avô, que a tia, que aqueles avôs estão silenciosos e que sabem da verdade. É a formação de uma quadri-

lha familiar. Aonde nós vamos chegar com isso? Temos de acalmar as nossas crianças, temos de esclarecer a elas. Noventa e três por cento dos brasileiros consultados disseram que sabem do caso Isabella e só um pouco, pouco mais de cinquenta por cento, sabia do cartão corporativo.

Imaginem as crianças que passam a tarde na frente da televisão, com os pais trabalhando, não tendo com quem conversar, com quem tirar as dúvidas, assistindo televisão pela manhã, assistindo televisão à noite, sem ter com quem conversar e tirar as dúvidas. Às vezes, os pais chegam cansados, vão jantar, deitar, dormir; querem ver o Jornal Nacional, querem ver a novela e não conseguem conversar com as crianças.

Se nós não estamos conseguindo responder a nós mesmos que monstruosidade foi essa, imagine uma criança. Não estou aqui como conselheira. Longe disso. Estou estarecida como todos. Faço um alerta: que observemos o comportamento das nossas crianças neste momento e tentemos acalantar o coração de cada uma delas, mostrando que as crianças precisam de seus pais, mas que existem as aberrações, que existem as distorções, que existem as calamidades, que existe o inadmissível. Que isso não é a normalidade. Isso é a exceção. Que existe a doença mental, a psicopatia, a neurose. Que existe não só a doença física, mas também existe a doença mental.

Quero aqui complementar, dizendo também da minha tristeza ao ver no *Jornal do Tocantins*, jornal do meu Estado, um dos jornais de maior circulação, filiado à Rede Globo de Televisão, também no meu Estado, que divulgou, por meio do Conselho Tutelar de Palmas, Senador Cristovam Buarque, que em Palmas já foram registrados 78 casos de violência infantil apenas em 2008 – uma a cada 36 horas. Três mortes em 2008. Uma criança de apenas dois anos, Pablo Henrique, espancado pelo pai. Em 2007, quatro mortes, na minha capital, na cidade em que eu moro, na cidade em que minha neta nasceu e os meus filhos moram.

No Brasil não é diferente: 76.568 denúncias entre 2003 e 2007. Isso foi relatado pela ONU. Dessas denúncias, 55 mil têm envolvimento familiar, o que não é diferente da violência brutal também contra a mulher – a grande maioria dentro de casa, pelos próprios familiares.

Desses 55 mil que ocorrem dentro de casa, em 81% das agressões dentro de casa, os responsáveis são os pais. Os pais são os agressores. Os pais é que estão levando a essa estatística. De 76 mil, 55 mil dentro de casa. E de 55 mil dentro de casa, em 81%, os responsáveis são os pais. Creio que o restante possa

ser um irmão, um parente, uma funcionária; eu lá sei quem. Mas os pais?! É demais! É uma estatística que assusta a todos nós.

Cinco crianças, Senador Cristovam Buarque, de até 14 anos, morrem vítimas de agressão a cada dois dias. Esse é um dado do Ministério da Saúde. Uma criança é assassinada no Brasil a cada dez horas.

E os principais tipos de violência são: maus tratos, negligência, abandono, violência sexual. Violência sexual que pode não matar, mas pode causar a morte emocional, a morte da alma, a morte do espírito, a morte da vontade de viver; da decepção profunda, vai ficar um morto vivo, uma criança que permanecerá morta viva.

Nós temos meios de denunciar, e todos nós precisamos participar. O Governo tem que fazer a sua parte criando as delegacias da criança e do adolescente, assim como existe a das mulheres. Mas nós precisamos aconselhar, e os prefeitos e as prefeitas municipais precisam orientar os seus professores e as suas professoras, que são as pessoas que convivem mais com a criança. Depois da família, em segundo lugar, quem convive mais com a criança são os professores e as professoras, que nós conhecemos. Pelo menos, na minha época, nós chamávamos a nossa professora de segunda mãe. A professora tem a sensibilidade de observar o diferente, o diferencial na criança que está roxa, que está machucada, que foi esfolada numa brincadeira em que ralou o joelho de um roxo que está no braço, de um beliscão ou de um murro no rosto. Os professores são muito importantes! Não quero jogar apenas para eles essa responsabilidade, mas são um instrumento precioso para o Brasil, para todos nós. Que eles nos ajudem nessa luta!

Que os vizinhos possam se manifestar. Nós, às vezes, nos acovardamos diante do problema familiar do vizinho. “Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Esse é um ditado antigo. “Se um pai está educando um filho, eu não vou me meter”.

Tudo tem o equilíbrio e o bom senso. Também a família vizinha é responsável; é responsável como cidadã. É responsável não legalmente por vigiar a família alheia, mas, moralmente, do ponto de vista ético, do ponto de vista humano. Se vir alguma coisa errada, denuncie! Se não houver delegacia da criança e do adolescente, que denuncie em qualquer delegacia de polícia. Não tenha medo! Denuncie no Ministério Público, denuncie no conselho tutelar. É difícil um município no Brasil hoje que não tenha um conselho tutelar.

Você pode fazer a denúncia anônima. Você não precisa sequer se identificar diante desses casos.

É o que acontece também com as mulheres. Um caso muito mais complicado. Ao serem espancadas, violentadas elas denunciam. Mas a grande maioria em seguida se arrepende por vários motivos. Não é de caráter, mas normalmente as mais pobres, pela questão financeira, pela falta de moradia, pelos filhos pequenos que não tem com quem deixar. Elas são um instrumento que trabalha contra elas mesmas quando retiram a denúncia contra o seu agressor.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Agora há pouco, o Senador Cristovam Buarque estava falando sobre educação, como sempre faz desta tribuna, e também a Senadora Rosalba. Nós precisamos e temos instrumentos para minimizar tudo isso. Nós temos os casos, os abusos e as exceções do alcoolismo, da loucura mental. Mas nós precisamos diminuir essa exceção cada vez mais. Nós precisamos colocar essas crianças em lugares seguros. Não que longe dos pais seja o lugar mais seguro, não! Mas nós precisamos dar oportunidades, nós precisamos criar situações para que essas crianças possam ser protegidas, que elas possam ter uma formação intelectual, ter a educação infantil, a educação de tempo integral, a escola técnica, a universidade.

E a questão não é dinheiro, Senador Cristovam Buarque! Não é dinheiro! Eu tenho uma informação que me deixou chocada. O Brasil investe em educação duas vezes mais do que a Coreia, que é um País asiático. Duas vezes mais, o dobro de dinheiro investido pela Coreia. E lá os 82% dos jovens estão na universidade; aqui no Brasil, apenas 18%. Não é dinheiro! É interesse verdadeiro! É política pública consistente! É determinação, pois as coisas não acontecem com facilidade! Do mesmo jeito que acontece na vida dos seres humanos, acontece na economia. Chega de bravatas! Chega de anúncios falsos não realizáveis!

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Senadora Kátia, eu gostaria só de fazer um pedido. Nós já estamos no tempo regimental. Eu gostaria que V. Exª pudesse concluir. São brilhantes e pertinentes suas colocações. Falar de crianças, ninguém mais do que eu que sou mãe, avó, médica de criança. Enfim, estou aqui, nesta Casa, em defesa das nossas crianças, como o Senador Cristovam Buarque. Mas eu gostaria de pedir a V. Exª que conclua nos próximos três minutos. Muito obrigada.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Obrigada, Srª Presidente, pela sua paciência e compreensão.

Eu quero, então, dividir estes três minutos com o meu colega Cristovam Buarque, concedendo-lhe o aparte que me pede.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Vou falar o mínimo possível, porque seu discurso é mais importante. Mas não queria deixar de registrar no meio do seu discurso o meu aparte para dizer uma coisa: eu não tinha ouvido ainda alguém falar sobre este assunto sob a ótica da criança. Eu a felicito, porque confesso que sou ligadíssimo em todo este assunto. Eu não tinha dado ainda a devida importância ao que está acontecendo na cabeça das crianças brasileiras por conta disso. A senhora me alertou para algo que estava meio escondido. De fato, hoje talvez seja essa a pior face da tragédia, a marca que vai deixar nas crianças brasileiras: o medo de seus familiares, para não dizer até de seus pais, da esposa do pai, do marido da mãe, que hoje é tão comum no Brasil. Então, seu discurso traz para nós uma força muito grande para refletir sobre o que fazer, porque não sabemos direito, mas pelo menos o que fazer para recuperar a confiança das crianças brasileiras naqueles que são os responsáveis por elas.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Senador. Agradeço-lhe o apoio. É importante esse reforço para que possamos alertar as famílias do Brasil, que é nossa obrigação como representantes do Estado brasileiro.

Encerro, minha Presidente, deixando aqui a minha compaixão, não o meu dó, não a minha pena. O povo brasileiro não merece isso. A minha compaixão é por todas as mães deste Brasil que têm os filhos roubados, que têm os filhos na rua, que têm os filhos mortos, assassinados. Especialmente neste momento, cumprimento todas as mães.

O meu abraço de mãe, de avó, de solidariedade profunda. Eu sei exatamente o que cada uma delas está sentindo, embora, graças a Deus, comigo nunca aconteceu isso. Mas, como mãe, nós temos o mesmo sentimento.

Eu quero deixar a minha solidariedade especialíssima pela mãe da Isabella, pelo seu sofrimento, que compartilho todos os dias. E já cheguei, sozinha, vendo o rosto daquela criança alegre, uma menina linda, pela televisão, a chorar junto com ela, junto com outros adultos presentes. Eu quero deixar a ela a nossa solidariedade, das mulheres do Brasil, das mulheres do Tocantins, de todos nós. Todos nós estamos com você e somos solidários, bem como às mães, mulheres anônimas, as Marias, as Joanas, as Raimundas, as Lúcias, as Lurdes, pois nós não temos a oportunidade

de sofrer junto com elas, porque os seus casos não vão para a televisão. Mas também a nossa solidariedade, a nossa amizade, e a nossa força de trabalho, para tentar minimizar essa situação monstruosa que está acontecendo no País.

Vamos denunciar! Vamos à luta!

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Parabéns, Senadora Kátia. V. Ex^a, realmente, nos sensibiliza com as suas colocações, com a sua preocupação, que é de todos nós.

Eu acho que essa sua emoção, essa sua compaixão, nós podemos interpretar, Senador Buarque, toda esta Casa, como um grito que tenha eco: vamos salvar nossas crianças! Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Papaléo Paes e Flexa Ribeiro e a Sr^a Senadora Patrícia Saboya enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o §2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Consultor ataca sugestão do Ipea para conter dólar”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 07 de março do corrente.

A matéria destaca que o especialista em política cambial e sócio da Tendências Consultoria, Nathan Blanche, condenou a sugestão do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, de reduzir a valorização do real em relação ao dólar com restrições a entrada de recursos externos. “Com todo o respeito pelo professor Pochmann, que é **expert** na área trabalhista, do ponto de vista da política cambial ele mostrou que leu o livro errado”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Consultor ataca sugestão do Ipea para conter dólar

Para Nathan Blanche, Pochmann leu o livro errado de política cambial

Adriana Fernandes
BRASÍLIA

O especialista em política cambial e sócio da Tendências Consultoria Nathan Blanche condenou ontem a sugestão do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, de reduzir a valorização do real em relação ao dólar com restrições à entrada de recursos externos.

“Com todo o respeito pelo professor Pochmann, que é expert na área trabalhista, do ponto de vista da política cambial ele mostrou que leu o livro errado”, disse Blanche.

O consultor também criticou a avaliação do presidente do Ipea segundo a qual o Brasil tem aumentado as importações de produtos que não são recomendáveis e afetam a estrutura produtiva, comprometendo a criação de empregos no País.

Segundo Blanche, barreiras externas aumentam a taxa de câmbio e os preços relativos da economia, trazendo mais inflação e juros altos. “O nível de atividade seria afetado, teríamos um PIB (Produto Interno Bruto) menor e também menos oferta de emprego”, ponderou. Segundo ele, o dólar mais baixo tem efeitos benéficos para a inflação.

Para o economista, o governo brasileiro deveria abrir mais a economia para evitar a valorização do real, reduzindo as tarifas de importação.

Segundo ele, países com maior grau de abertura econômica têm maior crescimento e emprego. “Nós importamos 9% do PIB, enquanto a média dos emergentes é de 30%”, ressaltou. Blanche acrescentou, contudo, que essa redução deve ser feita de forma gradual e não abrupta, como a realizada pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello.

“Os setores que demandam do governo proteção são os menos competitivos. Isso resulta em produtos mais caros e menos eficientes”, disse Blanche.

O consultor também criticou Pochmann por ter defendido a continuidade do aumento das reservas internacionais e a criação de um fundo soberano de investimentos pelo governo. Para ele, o custo das reservas é elevado e o Brasil está acumulando divisas desnecessariamente. Ele classificou de “mirabolante” a proposta de criação do fundo, que não serviria para o momento atual da economia brasileira, mas para países com superávits persistentes nas contas externas.

Na quarta-feira, Pochmann disse, em entrevista ao **Estado**, que a taxa de câmbio está afetando as exportações brasileiras e o governo não deveria ter permitido que chegasse ao nível em que se encontra. O presidente do Ipea citou medidas que podem ser adotadas, que vão desde a tributação do capital externo a restrições ao seu ingresso. ●

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Governo federal é grande braço do MST”, publicada no jornal **O Liberal**, em sua edição de 20 de abril de 2008.

A matéria destaca que quatro ministérios do governo Lula, já pagaram ao MST R\$8 milhões a título de convênios e que só o banco do Brasil financiou um curso de lideranças em Brasília no valor de R\$50 mil reais. Segundo a matéria, 80 % dos recursos que financiam as ações do MST vêm do Governo federal.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governo federal é grande braço do MST

DEFERIDO
R\$ 8 milhões
vêm principalmente
de convênios com
quatro ministérios

TRIAÇO VILARINS
Da Secorab

Os métodos duros e agressivos utilizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foram novamente colocados em prática durante a semana. Na última quinta-feira, 17, sob a cortina do aniversário dos doze anos do massacre de Eldorado dos Carajás, 17 Estados, além do Distrito Federal, sofreram ações coordenadas do movimento. Ao mesmo tempo, por diversas regiões do País, eram registrados atos como invasão de praças de pedágio, ocupação de hidrelétrica e de agências bancárias, caminhadas, bloqueio de estradas, entre outros. No Pará, o radicalismo do MST escolheu a mineradora Vale como vítima. A sede da empresa foi invadida, em Belém, e a estrada de ferro dos Carajás, em Parauapebas, ficou interdita pelos milhares durante oito horas.

As ofensivas do MST já não são novidade. O chamado “Abril Vermelho” é anunciado há tempos. No entanto, toda

Movimento mantém duas universidades corporativas para treinamento

a estrutura por trás dos ataques simultâneos, como estes verificados no dia 17 de abril, chamam a atenção por requererem um investimento muito alto.

O caixa milionário do MST, além de manter tanta gente em acampamento, promover ocupações nos mais distantes recôndos do País, manter funcionários e militantes assalariados, ainda treina intensamente os integrantes do seu quadro através das duas “universidades corporativas” que mantém. Uma fica em Santa Catarina, no município de Caxador, e a outra recebe o nome, a Escola Nacional Florestan Fernandes, no município de Guarema, em São Paulo. Concluída em janeiro de 2007, a obra teve o valor de R\$ 74 milhões.

Mas o destino do dinheiro do MST não se limita à manutenção dessa estrutura. O movimento também diversifica suas atividades econômicas e passa a investir em outros ramos do mercado. Um dos exemplos é a destilaria Patidar, que produz cachaça na Bahia, com foco na exportação para Itália e Alemanha.

Outro segmento descoberto pelos coordenadores do MST foi o turismo rural, denominada de Turismo Solidário (MSTur), a agência consiste em organizar visitas a assentamentos, onde são oferecidos festas e churrascos. A diversificação de negócios faz encobrir a bandeira socialista pregada pelo movimento. “O MST enfrenta um inimigo produzido pela própria organização: os setores da área, após se tornarem donos das áreas, passam a defender a propriedade privada e, por decorrência, tornam-se capitalistas, passando a discutir sobre capital de giro, geração de caixa e lucro”, afirma a socióloga Sandra Silva.

Consultada, a assessora de imprensa do MST limitou-se a dizer que os recursos são oriundos da contribuição dos trabalhadores campesinos e de doações de entidades simpatizantes ao movimento. O LIBERAL apurou e conseguiu identificar as principais fontes. De acordo com o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, deputado federal Raul Jungmann (PPS/PE), as contribuições externas têm basicamente duas origens. Uma delas são as doações de igrejas, principalmente a Igreja Católica progressista, e de ONGs internacionais.

Governo cai na chantagem do MST e acaba financiando ameaças

Já o grande braço do MST, apontado pelo ex-ministro, é o setor público, principalmente o governo federal. “Eu diria que, aproximadamente 80% são recursos públicos das esferas governamentais e 20% vêm de outros recursos externos”, destaca o deputado.

Esse dinheiro do governo federal é repassado, principalmente, através de convênios com quatro ministérios: Desenvolvimento Agrário, Educação, Saúde e Trabalho. Por ano, o movimento tem acesso a verbas próximas de R\$ 8 milhões. São recursos, na maioria dos casos, para treinamento e assistência técnica nos assentamentos. Entretanto, a pasta do Desenvolvimento Agrário nega qualquer repasse ao MST, sob a alegação de que o movimento não tem titularidade jurídica. Para que o dinheiro chegue ao MST, Jungmann explica quais são as torções. “A primeira é a Secorab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), que é um braço cooperativista do MST. É para onde

o dinheiro vai primeiro, para depois escorrer para o MST. A outra é a Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola), que cuida da assistência técnica e que também recebe milhões”, aponta.

Uma terceira fonte de recursos públicos, apontada pelo deputado, são os próprios assentamentos. Todos assentados são obrigados a dar um dízimo. A cobrança é de 1% do que é produzido nos assentamentos. O MST ainda cobra um “pedágio” de 3% na liberação de empréstimos para a agricultura familiar ou para projetos habitacionais. “Quem é assentado pelo MST, pela vida afora, tem que pagar um pedaço de sua renda, do recurso que ele recebe do Governo Federal, e repassar ao MST. Esses são os raios por onde corre dinheiro público para o Movimento Sem-Terra, ainda que ele não exista institucionalmente”, aponta.

Raul estima que o volume financeiro movimentado anualmente pelos sem-terra,

contando apenas a parte dos repasses federais, chega próximo a R\$ 80 milhões. “Quando se soma tudo dá uma cesta boa. Quem sustenta o MST é o governo federal, os governos estaduais e municipais. Estes são os grandes sustentadores e mantenedores do MST”. Ele justifica que os governos caem na chantagem do MST e acabam patrocinando as ameaças do movimento. “Se dá basicamente de uma única forma. O MST pressiona a invade, faz toda uma agenda de manifestações, muitas delas agressivas. Isso acaba resultando na obtenção de dinheiro público. O governo faz isso para apaziguar. Faz convênio para acalmar o movimento. Mas apazigua só naquele momento. Depois o MST volta com mais força, porque ele usou aqueles recursos para ampliar a sua capacidade de intervenção e expressão. É um ciclo que, se não for cortado radicalmente, termina-se sempre e agora. É o que está acontecendo hoje com o Governo Federal”, explica.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com imensa dor que desejo aqui registrar a morte de Demócrito Rocha Dummar, ocorrida no dia 25 de abril. Tive o privilégio de conhecê-lo, de conhecer a sua exemplar família e o fantástico trabalho por ele realizado à frente do complexo de comunicação **O Povo**, que ganhou novas dimensões durante sua administração inspirada.

Nas relações pessoais, assim como nas profissionais e mesmo nas políticas, desenvolveu um estilo próprio. Suas marcas eram o diálogo, a simplicidade e a humildade, demonstrada por sua abertura a ouvir com atenção os interlocutores e a acolher sugestões. Tratava a todos com gentileza, senão com carinho. Embora se dissesse tímido, conseguia prender a atenção de empresários, políticos, intelectuais estudantes. Era antes de mais nada uma pessoa apaixonada. Apaixonada pela mulher Wânia e pelos filhos, apaixonada pelo seu jornal, apaixonado pelo que considerava sua missão.

Era também um desbravador, sempre buscando novos e generosos projetos, mas questionando permanentemente os amigos sobre a viabilidade dessas idéias. O jornalismo entrou cedo em sua vida e marcou-o até o fim. Conduzir **O Povo** foi o grande desafio de sua vida.

Sob seu comando, o jornal precisou adaptar-se a novos tempos. Os veículos impressos vêm, há décadas, sofrendo o impacto representado por competidores de peso, drenando as verbas publicitárias. Sofreu primeiro a concorrência do rádio e depois, com muito maior peso, da televisão, Hoje a TV recebe quase 60 por cento da receita de publicidade do país, embora os jornais tenham voltado a ampliar sua parcela. Viria enfim novo desafio, o surgimento da Internet.

Demócrito Rocha Dummar percebeu com clareza esse quadro. Cito aqui novamente suas próprias palavras, ao refletir sobre os 80 anos de **O Povo**. “Antigamente”, diz ele, “o jornal pensava com a lógica de cada dia. Por conta disso, nos tempos modernos as notícias podiam chegar a cada dia até ultrapassadas. Na era da sociedade do conhecimento tivemos que reaprender a editar. O surgimento de novos meios implica a descoberta de novas formas se, contudo, perdermos contato com o essencial de sua antiga feição”. A partir daí, chega a uma conclusão que me parece resumir toda essa moderna conceituação: “nós, fazedores de jornal”, somos eternos aprendizes”.

Demócrito foi um dos fundadores da Associação Nacional de Jornais, onde se destacou como defensor permanente da modernização da indústria jornalística, desejando sempre identificar os jornais com os temas mais importantes da cidadania, sobretudo da educação. Tinha como prioridade absoluta o estímulo ao hábito da leitura e ao uso dos jornais como instrumentos pedagógicos em sala de aula.

Sabemos que os melhores jornais são os que mais se aproximam da comunidade, abordando as questões que refletem interesses mais profundos dos seus cidadãos. Demócrito sempre teve isso muito claro. Por isso mesmo fazia do seu jornal uma expressão autêntica dos cearenses, seus problemas, anseios e desafios. Muito mais do que empreendimento empresarial, fazer jornal era para ele um ato de cidadania.

Conseguiu enfrentar os desafios e transformar **O Povo** – veículo historicamente marcado pelo pioneirismo de seus dirigentes – em um verdadeiro grupo de comunicação, que investiu e investe em diversas mídias. Conseguiu ainda proporcionar sinergia entre elas. Assim é que, além de **O Povo**, o grupo conta com emissoras de rádio e, agora, de televisão, sempre voltadas para a informação, além de importantes operações na internet. Costumo dizer que Dummar cumpriu como ninguém o compromisso com a modernidade que marcou **O Povo** desde sua fundação, por inspiração do fundador Demócrito Rocha.

Demócrito Dummar sempre considerou **O Povo** uma extensão de sua família. Foi, assim, um guardião das melhores tradições do jornalismo cearense e de sua empresa. **O Povo**, Fortaleza e o Ceará eram suas paixões. No entanto, gosto de lembrar que a figura de Demócrito apresentava muitas dimensões.

Não era apenas jornalista e empresário, comunicador de visão. Era também um intelectual respeitado. Encontrava no conhecimento, em especial nos livros, a inspiração para seus projetos. Cultivava com carinho uma especial biblioteca. Acumulava e organizava livros, devorando-os permanentemente. Nas viagens ao exterior, costumava freqüentar livrarias para encontrar novidades e reforçar seu acervo. Não se concentrava em um ou dois temas, mas dedicava-se a múltiplas áreas, sempre interessado em conhecer cada vez mais.

Herdou do avô, Demócrito Rocha, herdou o gosto pela poesia pela filosofia. Inspirava-o o pensamento da Grécia Antiga, como ponto de partida para uma visão muito singular. Via a filosofia como um poderoso instrumento que o ajudava a compreender o mundo contemporâneo e inspirar novas propostas. Contava com o respeito e a familiaridade de intelectuais importantes, com quem costumava trocar idéias.

O vértice de seu pensamento, porém, sempre foi nosso Ceará. Preocupava-se em manter viva a memória das pessoas que pensavam o Estado. Nesse sentido tomou importantes iniciativas, como desenvolver, por meio da Fundação Demócrito Rocha, a coleção Clássicos Cearenses.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a morte de Demócrito Rocha Dummar foi sentida por amigos de todo o país e causou extrema comoção no Ceará. Seu velório foi realizado durante toda a manhã do último sábado, na Assembléia Legislativa. Antes de seguir para o cemitério onde seria sepultado, o cor-

po foi levado, por volta do meio-dia, para os jardins da sede do jornal **O Povo**. Autoridades, empresários, parlamentares, as mais representativas figuras do Ceará compareceram de forma maciça à Assembléia Legislativa e acompanharam o corpo. Coroas de flores estavam dispostas desde a entrada do edifício do Legislativo até o local onde o caixão ficou disposto, em frente à entrada do Plenário. Foi maciça a presença, entre os muitos amigos, jornalistas de Demócrito, dos funcionários do Grupo de Comunicação **O Povo** e de simples admiradores do seu marcante trabalho.

Quero aqui manifestar meu pesar. Senti a morte de Demócrito, em primeiro lugar, como de um amigo, de alguém muito próximo. Senti sua morte, ainda, porque ela representa o desaparecimento de um ser humano intenso, capaz de carinho, de amor, de solidariedade. Preocupa-me sua ausência. Demócrito tinha grande importância em nosso firmamento político e empresarial. Exercia forte poder de aglutinação, pois não se prendia a disputas menores e pensava sempre nos grandes temas de nossa comunidade. Também nesse sentido fará uma falta imensa.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 23 minutos.)

-

-

SENADO FEDERAL**SECRETARIA-GERAL DA MESA****2ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura -2008****Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 30/04/2008)****A – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL****I – MEDIDAS PROVISÓRIAS****1. Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão e enviadas à sanção.....Total 3**

Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008 (Medida Provisória nº 401, de 2007), que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre os subsídios das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga as Leis nºs 10.874, de 1º de junho de 2004, e 11.360, de 19 de outubro de 2006.

Sessão: 1-4-2008

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008 (Medida Provisória nº 403, de 2007), que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal e dá outras providências.

Sessão: 9-4-2008

Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008 (Medida Provisória nº 404, de 2007), que altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da previdência social.

Sessão: 9-4-2008

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação..... Total 4

Medida Provisória nº 402, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.

Sessão: 9-4-2008

Medida Provisória nº 405, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões,

seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais), para os fins que especifica.

Sessão: 16-4-2008

Medida Provisória nº 406, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, duzentos e cinquenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais, para os fins que especifica.

Sessão: 16-4-2008

Medida Provisória nº 407, de 2007, que autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

Sessão: 22-4-2008

3 – Não admitida..... Total 1

Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007), que altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

(Rejeitados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência)

Sessão: 16-4-2008

4 – Rejeitada..... Total 1

Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para os fins que especifica.

Sessão: 01-04-2008

5 – Prazo integral de vigência encerrado.... Total 1

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2008 (Medida Provisória nº 399, de 2007), que abre crédito extraor-

dinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de R\$ 456.625.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e vinte e cinco mil reais), para os fins que especifica.

Prazo integral de vigência encerrado no dia 27/03/2008, nos termos do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 20, de 2008, de 1º/04/2008, publicado no DOU de 02/04/2008.

Sessão: 1-4-2008

II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

De iniciativa do Presidente da República.....	2
De iniciativa do Senado Federal.....	2
Total.....	4

Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007 (nº 1213/2007, na Casa de origem), que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Sessão: 9-4-2008

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais.

Sessão: 9-4-2008

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2006, de autoria do Senador Tião Viana, que altera o inciso “c” e revoga o inciso “d” do art. 2º da Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913, visando a alterar o fuso horário do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso Greenwich “menos cinco horas” para o fuso Greenwich “menos quatro horas”.

Sessão: 9-4-2008

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2008 (nº 969/2007 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

Sessão: 9-4-2008

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Presidente da República.....	1
De iniciativa do Senado Federal.....	6
Total.....	7

Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que inscreve o nome de Maria Quitéria de Jesus, no Livro dos Heróis da Pátria.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)

Sessão: 2-4-2008

Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)

Sessão: 8-4-2008

Projeto de Lei do Senado nº 543, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade na concessão de prazos e permanência de estrangeiros no Brasil e dá outras providências.

(Decisão Terminativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Sessão: 8-4-2008

Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União, em ações e serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do governo.

Sessão: 9-4-2008

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.

Sessão: 9-4-2008

Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que Altera o artigo 29 da Lei 8213, de 24 de julho de 1991, e revoga os artigos 3º, 5º, 6º e 7º da Lei 9876, de 26 de novembro de 1999, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social.

(Apreciado em regime de urgência, por acordo de Lideranças)

Sessão: 9-4-2008

Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995

(Lei da Concessão de Serviço Público), e nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, para conceder direito à compensação, no prazo de quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços que disciplinam.

(Decisão terminativa da Comissão de Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 25-4-2008

IV – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Senado Federal..... 1

De iniciativa da Câmara dos Deputados..... 24

Total..... 25

Projeto de Resolução nº 12, de 2008, que suspende a execução do § 2º do art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, com as redações sucessivamente ditadas pela Lei nº 3.188, de 22 de fevereiro de 1999, e pela Lei nº 3.334, de 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro.

(Decisão Terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 1-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2007 (nº 2.186/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Dionísio Cerqueira – Arcom para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina;

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2007 (nº 115/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Aliança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2007 (nº 184/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2007 (nº 172/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Vizinhança de Difusão Comunitária de Águas Lindas de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2007 (nº 173/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Pomerode Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2007 (nº 152/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Amigos de Porto Belo – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Belo, Estado de Santa Catarina.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2007 (nº 209/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura e Arte de Aimorés – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2007 (nº 213/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Serra, Estado de Minas Gerais.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2007 (nº 261/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio Negrinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2007 (nº 279/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Goiatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2007 (nº 162/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Videira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2007 (nº 288/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Momento FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2007 (nº 148/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado de Mato Grosso para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2007 (nº 125/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Comunicação Comunitária de Águas de Lindóia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2007 (nº 214/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo

Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2007 (nº 281/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Nova Amparo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amparo, Estado de São Paulo.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 469, de 2007 (nº 328/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2007 (nº 304/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2007 (nº 316/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Novo Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Progresso, Estado do Pará.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2007 (nº 317/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2007 (nº 329/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Piranhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Alagoas.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2007 (nº 267/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Filadélfia – ACCFI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucuruí, Estado do Pará.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2008 (nº 163/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Canaã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2008 (nº 350/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Mairi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairi, Estado da Bahia.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

V – ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total..... 12

Parecer nº 211, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 275, de 2007 (nº 986, de 2007, na Casa de origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha da Sr^a Maria Auxiliadora Figueiredo, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa do Marfim, e, cumulativamente, o de Embaixadora do Brasil junto à República da Libéria e República de Serra Leoa, desde que obtido o agreement do Governo daquele País.

Sessão: 1-4-2008

Parecer nº 212, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 34, de 2008 (nº 7/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação da Senhora Débora Vainer Barenboim, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslovênia.

Sessão: 1-4-2008

Parecer nº 213, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 40, de 2008, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Virgílio Moretzsohn de Andrade, Ministro de 1ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

Sessão: 1-4-2008

Parecer nº 214, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 44, de 2008 (nº 51/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Felipe Mendonça Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador.

Sessão: 1-4-2008

Parecer nº 215, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 45, de 2008 (nº 52/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Carlos Alberto Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

Sessão: 5-4-2008

Parecer nº 334, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 276, de 2007 (nº 987/2007, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, com § 1º do art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e com o § 1º do art. 46 do Anexo I ao Decreto nº 5979, de 6 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Paquistão

e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto a República Islâmica do Afeganistão e à República do Tadjiquistão.

Sessão: 16-4-2008

Parecer nº 335, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 41, de 2008 (nº 28/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Raul Campos e Castro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto aos Emirados Árabes Unidos.

Sessão: 16-4-2008-04-24

Parecer nº 336, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 48, de 2008 (nº 48/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha que deseja fazer, do Senhor Cesário Melantonio Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Eritreia e na República Democrática Somali, desde que obtidos os agréments dos governos desses países.

Sessão: 16-4-2008.

Parecer nº 337, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 49, de 2008 (nº 80/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Edgard Antonio Casciano, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria.

Sessão: 16-4-2008

Parecer nº 338, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 53, de 2008 (nº 103/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Fiuza Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné.

Sessão: 16-4-2008

Parecer nº 347, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 58, de 2008 (nº 137/2008, na origem), pela qual o Se-

nhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Jorge José Frantz Ramos, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

Sessão: 22-4-2008

Parecer nº 348, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 59, de 2008 (nº 152/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

Sessão: 22-4-2008

VI – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total..... 2

Parecer nº 309, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 51, de 2008 (nº 91/2008, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Mário Rodrigues Junior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Sessão: 16-4-2008.

Parecer nº 345, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 209, de 2007 (nº 846/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal a escolha do Senhor Enéas Costa de Souza para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor Luis Fernando Schuartz.

Sessão: 22-4-2008.

VII – REQUERIMENTOS DE VOTO DE APLAUSO OU SEMELHANTE

Total..... 3

Requerimento nº 361, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos dos arts. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da atriz Nair Bello Souza Francisco, aos 75 anos, de falência múltipla dos órgãos em decorrência de parada cardiorrespiratória, após internação de cinco meses no Hospital Sírio Libanês em São Paulo, bem como apresentação de condolências aos três filhos e quatro netos.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 399, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade e que esta manifestação seja encaminhada à família, e apelam para a libertação de Ingrid Betancourt, ex-Senadora e ex-candidata à Presidência da Colômbia.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 500, de 2008, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de louvor à Ministra Ellen Gracie Northfleet, que em 24 de abril de 2008, além do brilhante desempenho como magistrada, encerrou seu mandato de Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Sessão: 24-4-2008

VIII – REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Total..... 1

Requerimento nº 515, de 2008, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros senhores Senadores, solicitando a prorrogação do prazo de funcionamento de 180(cento e oitenta) dias, a partir de 12 de maio de 2008, da Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze Senadores titulares e sete suplentes, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs.

Sessão: 30-4-2008

IX – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

Total..... 1

Requerimento nº 341, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por três membros, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas – Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

Sessão:3-4-2008

X – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total..... 12

Requerimento nº 332, de 2008, de autoria do Senador João Tenório e outros senhores Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 27 de maio, às onze horas, destinada a comemorar o dia da indústria brasileira.

Sessão: 3-4-2008

Requerimento nº 366, de 2008, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da Sessão do dia 17 de abril de 2008 seja destinado a homenagear o jornalista ASSIS CHATEAUBRIAND, tendo em vista o transcurso dos 40 anos do seu falecimento.

Sessão: 3-4-2008

Requerimento nº 378, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, que seria realizada no dia 11 de abril de 2008, para data a ser marcada oportunamente, destinada a comemorar os vinte e sete anos de atividades da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO-Brasil.

Sessão: 3-4-2008

Requerimento nº 392, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando, nos termos do art. 199, § 1º do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial para comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, a realizar-se no mês de abril de 2008.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 223, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, a realizar-se no dia 22 de abril de 2008, destinada a homenagear o Aposentado do Serviço Público.

Sessão: 10-4-2008

Requerimento nº 376, de 2008, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, solicitando, nos termos dos artigos 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial destinada a homenagear os 120 anos da promulgação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil.

Sessão: 10-4-2008

Requerimento nº 425, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando, nos termos do disposto no art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 29 de abril de 2008, para comemorar o 48º aniversário de Brasília.

Sessão: 16-4-2008

Requerimento nº 397, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 14 de maio de 2008, em homenagem aos 60 anos de criação do Estado de Israel.

Sessão: 17-4-2008

Requerimento nº 377, de 2008, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, solicitando, nos termos dos artigos 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o centenário da imigração japonesa no Brasil seja no dia 12 de junho de 2008.

Sessão: 23-4-2008

Requerimento nº 394, de 2008, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, solicitando, nos termos dos artigos 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o centenário da imigração japonesa no Brasil seja no dia 12 de junho de 2008.

Sessão: 23-4-2008

Requerimento nº 462, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão especial, às 10 horas, do dia 12 de junho de 2008, destinada a homenagear os 100 anos da imigração japonesa para o Brasil.

Sessão: 23-4-2008

Requerimento nº 466, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Hora do Expediente da Sessão do Senado Federal, do dia 29 de maio de 2008, seja dedicada a homenagear os sessenta anos de existência da Associação Pestalozzi de Niterói/RJ.

Sessão: 29-4-2008

XI – OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS

Total..... 7

Requerimento nº 175, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 247, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003..

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 248, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a dispensa do Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, DE 2003, de sua autoria, que dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 405, de 2008, subscrito por Líderes Partidários, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007 (nº 1213/2007, ns Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 406, de 2008, de iniciativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, solicitando urgência para o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2006 (nº 7.648/2006, naquela Casa), que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), a fim de prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 407, de 2008, subscrito por líderes partidários, solicitando urgência para o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2006 (nº 882, de 2007, naquela Casa), de autoria do Senador Tião Viana, que altera o inciso “c” e revoga o inciso “d” do art. 2º da Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913, visando a alterar o fuso horário do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso Greenwich “menos cinco horas” para o fuso Greenwich “menos quatro horas”.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 409, de 2008, subscrito por Líderes Partidários, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2008 (nº 969/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

Sessão: 9-4-2008

XII – MATÉRIA REJEITADA

De iniciativa do Senado Federal..... 1

Total..... 1

Requerimento nº 175, de 2007, do Senador Marconi Perillo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 9-4-2008.

XIII – MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

Total..... 5

Projeto de Lei do Senado nº 608, de 2007, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que Altera

a Lei nº 9.311, de 1996, que “institui a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências”, estabelecendo redução progressiva das alíquotas.

(Retirado pelo Requerimento nº 359, de 2008).

Sessão: 2-4-2008

Requerimento nº 351, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos dos arts. 222 e 223, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade à Sra. Yolanda Pulecio, mãe, e família de Ingrid Betancourt, ex-candidata à presidência da Colômbia, seqüestrada pela guerrilha Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em 2002, e apelam para sua libertação o mais breve possível, contribuindo assim para o sucesso do acordo humanitário proposto pelo governo colombiano.

(Retirado pelo Requerimento nº 360, de 2008).

Sessão: 2-4-2008

Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação, por órgãos da administração pública, entidades de direito privado e organizações da sociedade civil, de protocolos de intenções sobre a adoção de medidas para preservação e recuperação do meio ambiente, mitigação das emissões de gases de efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas.

(Retirado pelo Requerimento nº 393, de 2008).

Sessão: 8-4-2008

Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que veda a incidência da CPMF sobre lançamentos a débito de depósitos oriundos de empréstimos a pessoas físicas, e determina a não-incidência sobre empréstimos com desconto em folha de pagamento.

(Retirado pelo Requerimento nº 507, de 2008).

Sessão: 29-4-2008

Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que Revoga a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, que “reduz a zero as alíquotas do Imposto de Renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências”.

(Retirado pelo Requerimento nº 508, de 2008).

Sessão: 29-4-2008

XIV – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total..... 44

Requerimento nº 353, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do artigo 222 do

Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações ao Jornal “O LIBERAL” pelo prêmio “mérito lojista” nacional, na categoria Mídia/Jornal Impresso.

Sessão: 01.04.29008

Requerimento nº 354, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do inciso II, art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Constituinte e ex-Prefeito de Uberlândia, Virgílio Galassi, ocorrido em Uberlândia, Minas Gerais, em 03 de janeiro de 2008.

Sessão: 1-4-2008

Requerimento nº 355, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Jornal O GLOBO, pela publicação, no Caderno BOA VIAGEM, de reportagem sobre as novas frentes de turismo na Amazônia.

Sessão: 1-4-2008

Requerimento nº 356, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de lembrança em homenagem à memória do ex-Senador BENJAMIN FARAH, que, se vivo fosse, estaria completando 97 anos no mês de março de 2008.

Sessão: 1-4-2008

Requerimento nº 362, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Advogado Luiz Rosalvo Fin.

Sessão: 2-4-2008

Requerimento nº 363, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao povo de Uruará, no Amazonas, pela realização da Festa do Tucumã.

Sessão: 2-4-2008

Requerimento nº 364, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao povo de Rio Preto da Eva, no Amazonas

Sessão: 2-4-2008

Requerimento nº 367, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de louvor aos municípios paranaenses de Jesuítas, Marilena, Pinhais, Realeza e São Jorge D`Oeste.

Sessão: 2-4-2008

Requerimento nº 369, de 2008, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Osmar Dias, solicitando voto de louvor aos Prefeitos, Secretários Municipais de Educação e Presidentes das Câmaras de Vereadores, dos Municípios de Jesuítas – PR, Marilena – PR, São Jorge d'Oeste – PR, Realeza – PR, Pinhais – PR, Arroio do

Meio – RS, Horizontina – RS, Guaramirim – SC, Farroupilha – RS, Sapiranga – RS, Apiacás – MT, Carmo do Rio Verde – GO, Cesarina – GO, Comodoro – M, Piranhas – GO, Formosa – GO, Rondonópolis – MT, Rio Verde – GO, Mortugaba – BA, Presidente Dutra – BA, Alto Alegre do Pindaré – MA, Teresina – PI, Sobral – CE, Alvorada – TO, Altamira – PA, Rio Branco – AC, Santarém – PA, Araguaína – TO, Lagamar – MG, Santa Rita de Caldas – MG, Sud Menucci – SP, Rio Piracicaba – MG, Sete Barras – SP, João Monlevadr – MG, Santo Antônio de Pádua – RJ, Votuporanga – SP, Divinópolis – MG.

Sessão: 3-4-2008

Requerimento nº 372, de 2008, de autoria do Senador Paulo Duque, solicitando voto de pesar pelo falecimento do advogado Dr. Carlos Alberto Motta Vinha.

Sessão: 3-4-2008

Requerimento nº 373, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ilda Coutinho.

Sessão: 3-4-2008

Requerimento nº 374, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Terezinha Duarte Câmara.

Sessão: 3-4-2008

Requerimento nº 380, de 2008, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldson Antônio Neiva Moura Santos, Prefeito de Ipiranga do Piauí.

Sessão: 7-4-2008

Requerimento nº 384, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Hospital Português, de Manaus, Amazonas.

Sessão: 8-4-2008

Requerimento nº 386, de 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando voto de congratulações à Revista Veja, pela reportagem intitulada “*Amazônia, a verdade sobre a saúde da floresta*”.

Sessão: 8-4-2008

Requerimento nº 388, de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldson Antônio Neiva Moura Santos.

Sessão: 8-4-2008

Requerimento nº 390, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente do Coritiba Foot Ball Club, Evangelino da Costa Neves.

Sessão: 8-4-2008

Requerimento nº 395, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso ao jornal “*A Notícia*”, de Santa Catarina.

Sessão: 8-4-2008.

Requerimento nº 396, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), pela comemoração de seu centenário.

Sessão: 8-4-2008

Requerimento nº 400, de 2008, de autoria Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Aparício Pires.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 401, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos jornalistas do Brasil pelo transcurso do Dia do Jornalista.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 210, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 410, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Jornal *Mente – Corpo*.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 412, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Fundação Nokia de Ensino, do Amazonas.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 414, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao empresário Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente-Fundador do MBC.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 415, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Dr. Eurípedes Ferreira Lins.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 419, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do inciso II art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, injeção em ata de voto de pesar pelo falecimento do reitor da Unifenas, Edson Antônio Velano, em 29 de março de 2008.

Sessão: 10-4-2008

Requerimento nº 421, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, pela realização, dia 10 de abril de 2008, em Brasília, do XIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Sessão: 10-4-2008

Requerimento nº 422, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Prefeito de Parintins-AM, DR. Frank Bi Garcia, e, por seu intermédio, ao povo do Município pela inauguração no dia 11 de abril de 2008, da Escola Municipal "CHARLES GARCIA".

Sessão: 10-4-2008

Requerimento nº 450, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Professor Armando Kettle, ocorrido no Amazonas, no dia 9 de março de 2008.

Sessão: 17-4-2008

Requerimento nº 451, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da atriz Renata Fronzi.

Sessão: 17-4-2008

Requerimento nº 452, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso aos novos membros da Academia Brasileira de Ciências/Região Norte, em Manaus.

Sessão: 17-4-2008

Requerimento nº 453, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso aos jornalistas Simone Iglesias, Sheila d'amorim e Valdo Cruz, que aderiram à prática de corrida pedestre e vão participar da 2ª. Maratona de Brasília, no dia 21 de abril de 2008.

Sessão: 17-4-2008

Requerimento nº 454, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Diário de Pernambuco, que inova na informação e passa a ser o primeiro jornal diário do Brasil a ser impresso também em Braille.

Sessão: 17-4-2008

Requerimento nº 467, de 2008, de autoria do Senador Paulo Duque, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso

so pelo transcurso do centenário do sanitarista mineiro Henrique Furtado Portugal, nascido em 18 de abril de 1908, em Rio Preto, Minas Gerais.

Sessão: 17-4-2008

Requerimento nº 471, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Acadêmico, da Academia Piauiense de Letras, político e ex-Deputado Federal Jônatas de Barros Nunes, pela publicação do livro "Jônatas com a Palavra", coletânea de discursos.

Sessão: 17-4-2008

Requerimento nº 473, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar apresentação de condolências à família, pelo falecimento ocorrido no dia 21 de abril de 2008, da atriz Carmem Silva.

Sessão: 22.04.2008

Requerimento nº 487, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para o Sr. Glaucio Olinger, de Santa Catarina, e a Sra. Wânia Maria Gonçalves Fukuda, da Bahia, pelo prêmio Frederico Menezes Veiga.

Sessão: 23-4-2008

Requerimento nº 501, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Afonso Emílio Haubert, ocorrido dia 21 de abril de 2008. Afonso Emílio era pai de Edson Guilherme Haubert, presidente do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas – MOSAP.

Sessão: 24-4-2008

Requerimento nº 509, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros Srs. Senadores, solicitando voto de repúdio à notícia veiculada no meio da imprensa escrita, notadamente na Folha de S. Paulo, creditada ao Professor Antônio Dantas, que atribui ao "baixo QI dos baianos", a nota 2 obtida pelo curso de Medicina no exame do Enade.

Sessão: 30-4-2008

Requerimento nº 511, de 2008, de autoria do Senador César Borges, solicitando voto de censura ao coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Antonio Dantas.

Sessão: 30-4-2008

Requerimento nº 512, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso pelos

65 anos da publicação da Consolidação das Leis do Trabalho.

Sessão: 30-4-2008

Requerimento nº 513, de 2008, de autoria do Gerson Camata – voto de congratulações aos Srs. Egídio Malanquini e José Guilherme Lima.

Sessão: 30-4-2008

Requerimento nº 514, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando voto de pesar pelo falecimento do presidente do jornal O Povo, Demócrito Rocha Dummar.

Sessão: 30-4-2008

(*) XV – REQUERIMENTOS DE LICENÇAS

Total..... 91

1. Aprovados pelo Plenário

Total..... 2

Requerimentos nº 349 e 350, de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando, nos termos do disposto no art. 43, I do Regimento Interno do Senado Federal, licença para tratamento de saúde, no período de 31 de março a 12 de abril, conforme Laudo Médico anexo, e nos termos do disposto no art. 43, II do Regimento Interno, licença para tratar de interesses particulares, por 110 (cento e dez) dias, contados a partir do dia 13 de abril de 2008, respectivamente.

Sessão: 1-4-2008

2. Deferidos pela Mesa

Total..... 89

Requerimento nº 85, de 2008-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 11 a 16/04/2008 (republicado na resenha de abril em razão do deferimento da alteração do período de licença originalmente solicitado em março do corrente ano).

Requerimento nº 107, de 2008-M, Senador João Pedro – art. 13 – 6 a 9-4-2008.

Requerimento nº 108, de 2008-M, Senador Sérgio Zambiasi – art. 13 – 3-4-2008.

Requerimento nº 109, 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 3-4-2008.

Requerimento nº 110, 2008-M, Senador Raimundo Colombo – art. 13 – 3-4-2008.

(*) **Art. 13** – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 40 – representação da Casa / missão no País ou no exterior (deferidos pela Mesa).

Art. 43, I – tratamento de saúde.

Art. 43, II – interesse particular.

Requerimento nº 111, 2008-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 3-4-2008.

Requerimento nº 112, de 2008-M, Senador Efraim Morais – art. 13 – 3-4-2008.

Requerimento nº 113, de 2008-M, Senador Mozarildo Cavalcanti – art. 43, I – 2-4-2008.

Requerimento nº 114, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 3-4-2008.

Requerimento nº 115, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 3-4-2008.

Requerimento nº 116, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 3-4-2008.

Requerimento nº 117, de 2008-M, Senador Jarbas Vasconcelos – art. 13 – 11 a 17-4-2008.

Requerimento nº 118, de 2008-M, Senador Adelmir Santana – art. 13 – 8 e 09-4-2008.

Requerimento nº 119, de 2008-M, Senador Gerson Camata – art. 13 – 8 a 12-4-2008.

Requerimento nº 120, de 2008-M, Senador Mário Couto – art. 13 – 9 e 10-4-2008.

Requerimento nº 121, de 2008-M, Senadora Lúcia Vânia – art. 13 – 8-4-2008.

Requerimento nº 122, de 2008-M, Senadora Lúcia Vânia – art. 13 – 9-4-2008.

Requerimento nº 123, de 2008-M, Senador Gilvam Borges – art. 13 – 10 a 14-4-2008.

Requerimento nº 124, de 2008-M, Senador Heráclito Fortes – art. 13 – 11 a 20-4-2008.

Requerimento nº 125, de 2008-M, Senador Lobão Filho – art. 43, II – 14 a 17-4-2008.

Requerimento nº 126, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 10-4-2008.

Requerimento nº 127, de 2008-M, Senador Patrícia Saboya – art. 13 – 10-4-2008.

Requerimento nº 128, de 2008-M, Senador Augusto Botelho – art. 13 – 10 a 18-4-2008.

Requerimento nº 129, de 2008-M, Senador Flávio Arns – art. 43, I – 18 a 27/03/2008.

Requerimento nº 130, de 2008-M, Senador José Maranhão – art. 43, II – 08-4-2008.

Requerimento nº 131, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 10-4-2008.

Requerimento nº 132, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 10-4-2008.

Requerimento nº 133, de 2008-M, Senador Efraim Morais – art. 13 – 13 a 18-4-2008.

Requerimento nº 134, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 10-4-2008.

Requerimento nº 135, de 2008-M, Senador João Tenório – art. 13 – 13 a 19-4-2008.

Requerimento nº 136, de 2008-M, Senadora Lúcia Vânia – art. 13 – 10-4-2008.

Requerimento nº 137, de 2008-M, Senador Marconi Perillo – art. 13 – 10-4-2008.

Requerimento nº 138, de 2008-M, Senadora Serys Slhessarenko – art. 13 – 14 a 17-4-2008.

Requerimento nº 139, de 2008-M, Senador Adelmir Santana – art. 13 – 15-4-2008.

Requerimento nº 140, de 2008-M, Senador Jefferson Peres – art. 13 – 15-4-2008.

Requerimento nº 141, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 15-4-2008.

Requerimento nº 142, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 15-4-2008.

Requerimento nº 143, de 2008-M, Senador Marco Maciel – art. 43, II – 16 e 17-4-2008.

Requerimento nº 144, de 2008-M, Senador Flexa Ribeiro – art. 13 – 17-4-2008.

Requerimento nº 145, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 16-4-2008.

Requerimento nº 146, de 2008-M, Senador Pedro Simon – art. 13 – 16 e 17-4-2008.

Requerimento nº 147, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 43, II – 28 a 30-4-2008.

Requerimento nº 148, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 16-4-2008.

Requerimento nº 149, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 17-4-2008.

Requerimento nº 150, de 2008-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 13 – 17 e 22-4-2008.

Requerimento nº 151, de 2008-M, Senador Paulo Paim – art. 13 – 3-4-2008.

Requerimento nº 152, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 17-4-2008.

Requerimento nº 153, de 2008-M, Senador Jayme Campos – art. 13 – 17-4-2008.

Requerimento nº 154, de 2008-M, Senador Epitácio Cafeteira – art. 13 – 22-4-2008.

Requerimento nº 155, de 2008-M, Senador Virgínio de Carvalho – art. 43, II – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 156, de 2008-M, Senador Francisco Dornelles – art. 13 – 22 a 24-4-2008.

Requerimento nº 157, de 2008-M, Senador Neuto de Conto – art. 13 – 22-4-2008.

Requerimento nº 158, de 2008-M, Senador Eliseu Resende – art. 13 – 22-4-2008.

Requerimento nº 159, de 2008-M, Senador Gerson Camata – art. 13 – 22-4-2008.

Requerimento nº 160, de 2008-M, Senador João Tenório – art. 13 – 22-4-2008.

Requerimento nº 161, de 2008-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 22-4-2008.

Requerimento nº 162, de 2008-M, Senador João Vicente Claudino – art. 13 – 29-4-2008 a 1º/05/2008.

Requerimento nº 163, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 17-4-2008.

Requerimento nº 164, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 24-4-2008.

Requerimento nº 165, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 166, de 2008-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 22-4-2008.

Requerimento nº 167, de 2008-M, Senador Aloízio Mercante – art. 13 – 30-4-2008.

Requerimento nº 168, de 2008-M, Senador José Nery – art. 13 – 24-4-2008.

Requerimento nº 169, de 2008-M, Senador Romeu Tuma – art. 13 – 23 e 24-4-2008.

Requerimento nº 170, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 24-4-2008.

Requerimento nº 171, de 2008-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 24-4-2008.

Requerimento nº 172, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 24-4-2008.

Requerimento nº 173, de 2008-M, Senador Mário Couto – art. 13 – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 174, de 2008-M, Senador Jefferson Peres – art. 13 – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 175, de 2008-M, Senador Romeu Tuma – art. 40 – 25-4-2008.

Requerimento nº 176, de 2008-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 29-4-2008.

Requerimento nº 177, de 2008-M, Senador Jayme Campos – art. 13 – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 178, de 2008-M, Senador Augusto Botelho – art. 13 – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 179, de 2008-M, Senador Raimundo Colombo – art. 13 – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 180, de 2008-M, Senador Carlos Dunga – art. 13 – 29-4-2008.

Requerimento nº 181, de 2008-M, Senadora Ideli Salvatti – art. 13 – 30-4-2008.

Requerimento nº 182, de 2008-M, Senador Wellington Salgado – art. 13 – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 183, de 2008-M, Senador Lobão Filho – art. 43, I – 21 a 24-4-2008.

Requerimento nº 184, de 2008-M, Senador Efraim Morais – art. 13 – 29 e 30-4-2008 (cancelado, em razão do Requerimento nº 492, de 2008).

Requerimento nº 185, de 2008-M, Senador Carlos Dunga – art. 13 – 30-4-2008.

Requerimento nº 186, de 2008-M, Senador Papaléo Paes – art. 13 – 30-4-2008.

Requerimento nº 187, de 2008-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 30-4-2008.

Requerimento nº 188, de 2008-M, Senador Inácio Arruda – art. 13 – 30-4-2008.

Requerimento nº 189, de 2008-M, Senador Sibá Machado – art. 43, I – 29-4-2008 a 13/05/2008.

Requerimento nº 190, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 29-4-2008.

Requerimento nº 191, de 2008-M, Senador João Tenório – art. 13 – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 192, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 30-4-2008.

Requerimento nº 193, de 2008-M, Senador Mozarildo Cavalcanti – art. 43, I – 24-4-2008.

Requerimento nº 194, de 2008-M, Senador José Maranhão – art. 40 – 5-5-2008.

Requerimento nº 195, de 2008-M, Senador Renan Calheiros – art. 13 – 30-4-2008.

() XVI – REQUERIMENTOS APROVADOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO**

Total..... 29

Requerimento nº 379, de 2008 – Senador Mozarildo Cavalcanti – de 9 a 23-4-2008 – Acompanhamento da Operação Upatakon III – Estado de Roraima, Brasil.
Sessão: 08-4-2008.

(**) Art. 40 – representação da Casa / missão no País ou no exterior (aprovados pelo Plenário).

Requerimento nº 381, de 2008 – Senador José Nery – de 10 a 14-4-2008 – Conferência Mundial da Paz – Caracas, Venezuela.

Sessão: 08-4-2008.

Requerimento nº 382, de 2008 – Senador Inácio Arruda – de 9 a 13-4-2008 – Conferência Mundial da Paz – Caracas, Venezuela.

Sessão: 8-4-2008.

Requerimento nº 398, de 2008 – Senador Valdir Raupp – de 17 a 29-4-2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE – Cerimônia Oficial do “Centenário da Imigração Japonesa no Brasil” e do “Ano do Intercâmbio Japão-Brasil” – Tóquio, Japão.

Sessão: 10-4-2008.

Requerimento nº 416, de 2008 – Senador César Borges – de 17 a 29-4-2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE – Cerimônia Oficial do “Centenário da Imigração Japonesa no Brasil” e do “Ano do Intercâmbio Japão-Brasil” – Tóquio, Japão.

Sessão: 10-4-2008.

Requerimento nº 424, de 2008 – Senador Tião Viana – de 25 a 30-4-2008 – Participação no encontro “Amazon Private Meeting” – Londres, Grã-Bretanha.

Sessão: 15-4-2008.

Requerimento nº 426, de 2008 – Senador Sérgio Guerra – de 19 a 26-4-2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE – Cerimônia Oficial do “Centenário da Imigração Japonesa no Brasil” e do “Ano do Intercâmbio Japão-Brasil” – Tóquio, Japão.

Sessão: 15-4-2008.

Requerimento nº 427, de 2008 – Senador Arthur Virgílio – de 19 a 25-4-2008 – Intercâmbio Parlamentar por ocasião da realização das Eleições Primárias dos Estados Unidos da América do Norte – Pittsburgh e Pensilvânia, EUA.

Sessão: 15-4-2008.

Requerimento nº 428, de 2008 – Senador Arthur Virgílio – de 27 a 30-4-2008 – Participação no encontro “Amazon Private Meeting” – Londres, Grã-Bretanha.

Sessão: 15-4-2008.

Requerimento nº 434, de 2008 – Senador Eduardo Suplicy – de 25 a 30-4-2008 – Participação no encontro “Amazon Private Meeting” – Londres, Grã-Bretanha.

Sessão: 15-4-2008.

Requerimento nº 440, de 2008 – Senador Eduardo Azeredo – de 20-4-2008 a 04/05/2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE – Cerimônia Oficial do “Centenário da Imigração Japonesa no Brasil” e do “Ano do Intercâmbio Japão-Brasil” – Tóquio, Japão.

Sessão: 16-4-2008.

Requerimento nº 442, de 2008 – Senador Marconi Perillo – de 29 a 30-4-2008 – Seminário Nacional “Violência: Uma Epidemia Silenciosa” – Porto Alegre, Brasil.

Sessão: 16-4-2008.

Requerimento nº 449, de 2008 – Senador Heráclito Fortes – de 19 a 27-4-2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE para acompanhar as eleições primárias nos Estados Unidos da América do Norte.

Sessão: 17-4-2008.

Requerimento nº 468, de 2008 – Senador Virgínio de Carvalho – de 19 a 26-4-2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE para acompanhar as eleições primárias nos Estados Unidos da América do Norte.

Sessão: 17-4-2008.

Requerimento nº 469, de 2008 – Senador Adelmir Santana – de 19 a 26-4-2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE para acompanhar as eleições primárias nos Estados Unidos da América do Norte.

Sessão: 17-4-2008.

Requerimento nº 479, de 2008 – Senador Romeu Tuma – de 24 a 30-4-2008 – Participação na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 480, de 2008 – Senador Inácio Arruda – de 27 a 29-4-2008 – Participação na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 481, de 2008 – Senador Sérgio Zambiasi – de 27 a 30-4-2008 – Participação na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 482, de 2008 – Senador Geraldo Mesquita Júnior – de 24 a 29-4-2008 – Participação na Reunião da Comissão de Assuntos Jurídicos e Institucionais em Assunção, Paraguai, e na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 484, de 2008 – Senador Flexa Ribeiro – 17-4-2008 – Reunião Conjunta da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193, de 2008, e da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, em diligências na cidade de Belém, Estado do Pará. (Decorre do Requerimento nº 144, de 2008-M).

Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 490, de 2008 – Senador Flexa Ribeiro – 24-4-2008 – Reunião Conjunta da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193, de 2008, e da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Am-

biental na Amazônia, em diligências no Estado de Rondônia, visitando os municípios de Porto Velho, Machadinho do Oeste, Buritis e Vilhena – Estado de Rondônia, Brasil.

Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 491, de 2008 – Senador Aloízio Mercadante – de 27 a 29-4-2008 – Participação na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 492, de 2008 – Senador Efraim Morais – de 28 a 30-4-2008 – Participação na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 493, de 2008 – Senador Pedro Simon – de 27 a 29-4-2008 – Participação na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 496, de 2008 – Senadora Marisa Serrano – de 27 a 30-4-2008 – Participação na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 24-4-2008.

Requerimento nº 497, de 2008 – Senador Cristovam Buarque – de 27 e 28-4-2008 – Participação na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 24-4-2008.

Requerimento nº 498, de 2008 – Senador Jayme Campos – 24-4-2008 – Reunião Conjunta da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193, de 2008, e da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, em diligências no Estado de Rondônia, visitando os municípios de Porto Velho, Machadinho do Oeste, Buritis e Vilhena – Estado de Rondônia, Brasil.

Sessão: 24-4-2008.

Requerimento nº 499, de 2008 – Senador Gilberto Goellner – 23 a 25-4-2008 – Reunião Conjunta da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193, de 2008, e da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, em diligências no Estado de Rondônia, visitando os municípios de Porto Velho, Machadinho do Oeste, Buritis e Vilhena – Estado de Rondônia, Brasil.

Sessão: 24-4-2008.

Requerimento nº 510, de 2008 – Senador Jayme Campos – 17-4-2008 – Reunião Conjunta da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193, de 2008, e da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, em diligências na cidade de Belém, Estado do Pará. (Decorre do Requerimento nº 153, de 2008-M).

Sessão: 30-4-2008.

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 30 de abril de 2008)	
Deliberativas Ordinárias	14
Não Deliberativas	7
Deliberativas Extraordinárias	0
Especiais	5
Total	26
Sessão não realizada	0

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO
SENADO FEDERAL**

(1º A 30 DE ABRIL DE 2008)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A IX) 80

I – Medidas Provisórias	7	V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática.....	12
1. Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão (apresentados pela Câmara dos Deputados) e enviadas à sanção	3	VI – Escolha de Autoridades	2
2. Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação. 4		VII – Requerimentos de Voto de Aplauso ou Semelhante.....	3
II – Projetos aprovados e enviados à sanção.....	4	VIII – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente	12
III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	7	IX – Requerimentos de criação de Comissão Temporária	1
1 – Por decisão do Plenário	3	X – Outros Requerimentos aprovados	7
2 – Em decisão terminativa	4	Matérias enviadas ao arquivo (Itens XI a XV)	9
2.1 – Projetos de Lei do Senado	4	XI – Matérias rejeitadas.....	1
IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	25	XII – Matérias retiradas pelos autores.....	5
1 – Concessões de telecomunicações.	24	XIII – Medida Provisória não admitida.....	1
2 – Suspensão de Atos Normativos	1	XIV – Medida Provisória rejeitada	1
		XV – Medida Provisória com prazo de vigência integral encerrado	1
		Total de matérias apreciadas (Itens I a XV)	89
		Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões	120
		Requerimento de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito	1

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 6 DE FEVEREIRO A 30 DE ABRIL DE 2008

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (6 de fevereiro a 30 de abril de 2008)	
Deliberativas Ordinárias	33
Não Deliberativas	23
Deliberativas Extraordinárias	1
Especiais	9
Total	66
Sessão não realizada	0

Matérias aprovadas (Itens I a XI)	372	XVII – Medida Provisória com prazo de vigência integral encerrado	1
I – Medidas Provisórias aprovadas.....	9	XVIII – Requerimentos de tramitação conjunta rejeitados pela Mesa	2
1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção.....	5	Total de matérias apreciadas (Itens I a XVIII)	395
2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação .	4	Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões	247
II – Projetos aprovados e enviados à sanção.....	9	Requerimento de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito	1
III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	51	Requerimento de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito	1
1 – Por decisão do Plenário	8		
1.1 – Do Senado Federal	3		
1.2 – Da Câmara dos Deputados	4		
1.3 – Da Presidência da República	1		
2 – Em decisão terminativa	43		
IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	143		
1 – Concessões de telecomunicações	132		
2 – Atos Internacionais.....	4		
3 – Operações de crédito	3		
4 – Suspensão de Atos Normativos	3		
5 – Projetos de Resolução	1		
V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática	13		
VI – Escolha de Autoridades	7		
VII – Requerimentos de Homenagem de Pesar	2		
VIII – Requerimentos de Voto de Aplauso ou Semelhante.....	3		
VIII – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente	32		
VIII – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa	89		
IX – Requerimentos de tramitação conjunta aprovados pela Mesa	2		
X – Requerimentos de criação de Comissão Temporária	4		
XI – Requerimentos Diversos (aprovados pelo Plenário)	8		
Matérias enviadas ao arquivo (Itens XII a XVIII) ...	23		
XII – Matérias rejeitadas	3		
XIII – Matérias prejudicadas	4		
XIV – Matérias retiradas pelos autores	10		
XV – Medida Provisória não admitida	2		
XVI – Medida Provisória rejeitada	1		

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (Sem Partido-) (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
PTB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
VAGO	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008
Prazo final: 03/06/2008

TITULARES
Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
VAGO

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Shessarenko (PT)
Majoria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.
(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

Leitura: 25/03/2008

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.
(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

VAGO

Maioria (PMDB)

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁷⁾	5. VAGO ⁽⁴⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁶⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
João Vicente Claudino	1. VAGO
Gim Argello	2. VAGO
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB (1)	
Cícero Lucena (Sem Partido) (6)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Patrícia Saboya (PDT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO (5)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (7)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (4)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (Sem Partido) (8)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB (6)	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Shessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Sibá Machado (PT) ⁽⁹⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. n° 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB n° 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. n° 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. 44/2008).
10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário n° 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO (1)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Silhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) ⁽⁴⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1 SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO (3)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2 SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Silhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (4)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹²⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽¹¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽¹⁰⁾	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
VAGO	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) (1)	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. VAGO (4)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) (5)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Silhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Silhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁸⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (Sem Partido) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Sihessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO (3)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Geovani Borges (PMDB) (7)
VAGO (4)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (Sem Partido) (6)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (5)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 120/08-GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Jim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1. VAGO
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.

4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Sibá Machado (PT) (6)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (Sem Partido) (5)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (8)	
Carlos Dunga (7)	1. VAGO
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.

7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (Sem Partido) (3)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

Secretário(a): Églio Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) (2)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (Sem Partido) (4)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (Sem Partido-) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. César Borges (PR-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. Maria do Carmo Alves (Sem Partido-) ⁽¹⁰⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	
Marconi Perillo (PSDB-GO)	3. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	4. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007

3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP

4. Eleito na Sessão de 27.6.2007

5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP

6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.

7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007

8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008

9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

10. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS

PMDB

Roseana Sarney (MA)

DEM

Maria do Carmo Alves (Sem Partido-) ⁽²⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

VAGO

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ADELMIR SANTANA			
Comemoração do Quadragésimo Oitavo Aniversário de Brasília.....	227	Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2008, que altera o § 2º do art. 15 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para reduzir de cinquenta para vinte e cinco o percentual máximo de ações preferenciais em relação ao total das ações emitidas.....	393
Congratulações ao senador Renan Calheiros e ao Sebrae pelo envolvimento com os Arranjos Produtivos Locais – APLs. Aparte ao Senador Renan Calheiros.....	330	Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2008, que altera o caput do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Sociedades por Ações), para aumentar de oitenta para noventa o percentual do preço mínimo a ser pago aos demais acionistas da companhia no caso de alienação do controle. .	396
Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, no Distrito Federal.....	398	Repúdio à atitude do coordenador do Curso de Medicina da UFBA.....	407
Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal.	399	ANTONIO CARLOS VALADARES	
Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Planaltina, no Distrito Federal.	400	Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2008, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.036, de 11 de maio 1990, para dispor sobre o percentual máximo das prestações do parcelamento de débitos dos municípios e estados para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).....	248
Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Samambaia, no Distrito Federal.....	400	Considerações sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e a descentralização dos cursos de Medicina.....	441
ALVARO DIAS			
Transcrição nos Anais da Carta de Intenções da Juventude do PSDB, para a Conferência Nacional da Juventude.....	288	AUGUSTO BOTELHO	
Preocupação com a crise que se avizinha no mundo, em razão da escassez e da alta no preço dos alimentos. Comprometimento do custo de produção dos alimentos em razão do aumento no preço dos fertilizantes.....	326	Considerações sobre o Programa Territórios da Cidadania.....	61
Registro da presença, ontem, no Senado Federal, do Vice-Presidente eleito do Paraguai, Frederico Franco, quando foi discutida a transparência da gestão da Binacional Itaipu.....	417	Congratulações pelo lançamento do PAC da EMBRAPA. Aparte ao Senador Sibá Machado.....	75
ANTONIO CARLOS JUNIOR			
Repúdio à reportagem caluniosa da revista Istoé, contra a pessoa de S.Exa. e de sua família.	341	Fazendo referência ao lançamento do PAC da Embrapa, comenta a abertura de uma unidade na Venezuela.	78
ANTONIO CARLOS JUNIOR			
CÉSAR BORGES			
Parecer nº 355, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto			

	Pág.		Pág.
de Lei da Câmara nº 17, de 2008 (nº 4.858/ 2005, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, e que dispõe sobre a transformação de Funções Comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e dá outras providências.....	117	metas e cobrar para que as metas sejam cumpridas. Aparte ao Senador Osmar Dias.....	281
Relato de reunião ocorrida no dia 24 de abril de 2008, em Tóquio, no Japão, para reafirmar a amizade entre os dois países, em comemoração do Centenário da Imigração Nipônica ao Brasil. ...	331	Considerações sobre a história de um jovem residente em Jaboatão dos Guararapes, que passou no vestibular de medicina, em primeiro lugar, e cujo pai tem renda inferior ao salário-mínimo.....	291
Repúdio à atitude do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas.....	404	Reflexão sobre a falta de investimento na educação de base e o baixo desempenho das universidades brasileiras.....	470
Requerimento nº 511, de 2008, que requer a inserção em ata de Voto de Censura ao coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Antonio Dantas, em repúdio à declaração ao jornal <i>Folha de São Paulo</i> do dia 30 de abril de 2008, na qual atribui a má performance de sua escola no ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) ao “baixo QI dos baianos” e que na qual afirma que “o baiano só toca berimbau porque só tem uma corda; se tivesse mais, não conseguiria”..	405	Marca da violência pela a perspectiva das crianças brasileiras. Aparte à Senadora Kátia Abreu.....	475
CRISTOVAM BUARQUE		DEMÓSTENES TORRES	
Requerimento nº 497, de 2008, que requer autorização para que seja considerada “desempenho de Missão Política e Cultural de interesse parlamentar no exterior”, ausência de S.Exa. dos trabalhos da Casa, entre os dias 27 e 28 de abril de 2008, ao ser designado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para participar da Reunião Ordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu – Uruguai.....	20	Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2008, que acrescenta o artigo 183-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estipular a necessidade da reparação do dano nos crimes patrimoniais como condição para oferecimento de transação penal.....	21
Considerações acerca a maneira que o Presidente Lula está lidando com a política externa. Aparte ao Senador Inácio Arruda.....	87	Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2008, que altera os arts. 61, 62, 65 e 66 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para fixar em 1/6 o acréscimo ou diminuição da pena base em decorrência de circunstâncias agravantes ou atenuantes.	22
Comentários sobre encontro com o Presidente Garibaldi para entregar relatório final das diversas audiências feitas na Comissão de Educação, propondo um rumo para a educação brasileira e sobre o segundo Seminário Internacional sobre Pobreza e Educação, realizado na Comissão de Educação. .	91	Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2008, que altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e a Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, para permitir o protesto da Dívida Ativa (CDA).....	24
Apoio ao pronunciamento do Senador Pedro Simon com relação à Lei de Gestão das Florestas. Aparte ao Senador Pedro Simon.....	149	Elogios ao gerenciamento, pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim, do incidente causado pelas declarações do Comandante Militar da Amazônia, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, sobre os descaminhos da política indigenista brasileira.	43
Reflexão sobre a seqüência de assassinatos de crianças no Brasil.	157	Parecer nº 360, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Emenda nº 4-PLN à Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como 1º signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.....	207
Comemoração do Quadragésimo Oitavo Aniversário de Brasília.	233	Requerimento nº 505, de 2008, que requer a inclusão, em Ordem do Dia, das emendas de Plenário ao PLS nº 68, de 2003-Complementar, que regulamenta o § 4º do art. 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria especial a servidores públicos portadores de deficiência, aos servidores policiais que exerçam atividades de risco e aos servidores que exerçam atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física; tendo em vista já ter se esgotado	

	Pág.	III	Pág.
o prazo previsto no § 1º do art. 118 do Regimento Interno do Senado Federal para a Comissão de Assuntos Sociais examinar a matéria.....	264		
Considerações sobre a matéria do jornal O Globo, intitulada “Governo Federal terceiriza a ONGs política indigenista do país”. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	297	Fiscalização e Controle, com destino à Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia (CMACAA), além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, em virtude de se tratar de matéria de interesse direto entre os objetivos da Subcomissão.	264
EDUARDO SUPPLICY		Relato sobre os trabalhos da Subcomissão que avalia a crise do meio ambiente.	271
Comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	12	Considerações acerca da MP nº 2.166, que regulamenta o Código Florestal Brasileiro. Aparte ao Senador Gilberto Goellner.	336
Reiteração de apelo para que as FARC’s liberte a ex-Senadora colombiana Ingrid Betancourt. ..	46	FÁTIMA CLEIDE	
Parecer nº 358, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2004 (nº 6.415/2005, naquela Casa) que altera o art. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69 – à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica.	182	Preocupação com a centralização das gestões das empresas de energia elétrica de Rondônia, Acre, Amazonas, Piauí, Roraima e Alagoas.....	167
EPITÁCIO CAFETEIRA		Repúdio à atitude do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas.	411
Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2008, que altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional. ..	35	Registro do assassinato de Edson Dutra Barros, pré-candidato a vereador no Município de Buritis.....	411
EXPEDITO JÚNIOR		Comemoração aos sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	413
Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia.	261	FERNANDO COLLOR	
Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2008, que determina o cancelamento das multas aplicadas na vigência da Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.	262	Preocupação com a grave crise por que passa a Bolívia, onde se expandem os fatores de instabilidade e de desagregação.....	283
Requerimento nº 506, de 2008, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, seja despachado para tramitação também na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e		FLÁVIO ARNS	
		Requerimento nº 504, de 2008, que requer que o PLS nº 250, de 2005, que estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência, e o PLS nº 68, de 2003, que regulamenta o § 4º do artigo 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, voltem a ser tramitação autônoma. Embora ambos os projetos tratem da concessão de aposentadoria especial a servidores públicos, há no mérito das matérias significativas distinções, o que justifica que as proposições sejam deliberadas separadamente.....	264
		Registro do transcurso, em 23 de abril, do Dia Mundial do Escoteiro e, no dia 28 de abril, do Dia Nacional da Educação.....	284
		Debate sobre a Medida Provisória 410, de 2007.....	284

IV

	Pág.		Pág.
Relato sobre reunião realizada no Paraná, para discutir o Projeto de Lei do Executivo 3.021/08, que estabelece novas regras para a obtenção de documentos públicos para o terceiro setor.....	284	tivo aos primeiros socorros no ensino fundamental e médio.....	96
FLEXA RIBEIRO		Homenagem ao Senador José Sarney pelo transcurso de seu aniversário.....	96
Parecer nº 361, de 2008 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 104, de 2007 (nº 1.697/2007, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC nº 026.778/2007-3.	209	Homenagem pelo transcurso dos 18 anos da Universidade Federal do Amapá, e comemoração pela concessão de verbas para a Universidade....	281
Registro do artigo intitulado “Em direção a lugar nenhum”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 5 de abril de 2008.	213	A questão da construção de uma segunda pista de pouso e decolagem no Aeroporto Internacional de Macapá.....	455
Comemoração do Quadragésimo Oitavo Aniversário de Brasília.	240	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
Considerações sobre a crise mundial de produção de alimento. Aparte ao Senador Alvaro Dias.....	328	Repúdio à atitude do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas, que atribuiu o rendimento dos alunos da referida Universidade no Enade, ao QI dos baianos.....	402
Parabenização a todos os imigrantes japoneses e aos seus descendentes, por ajudarem a construir o Brasil. Aparte ao Senador César Borges. ...	333	Requerimento nº 509, de 2008, que requer Voto de Repúdio à notícia veiculada no jornal Folha de São Paulo creditada ao Professor Antônio Dantas –Coordenador do Curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia – que atribui ao “baixo QI dos baianos” a nota 2 obtida pelo curso no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e no Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD).	403
Considerações acerca do financiamento da saúde. Aparte ao Senador José Agripino.	340	GERSON CAMATA	
Críticas a gestão da Governadora Ana Júlia, do Estado do Pará.	360	Considerações sobre a reivindicação do Paraguai de revisão do Tratado da Usina de Itaipu....	53
Registro da matéria intitulada “Dois ministros embolsaram ajuda indevida”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 13 de fevereiro de 2008.....	378	Comentários sobre o anúncio da ONU a respeito da alta dos preços de alimentos como crise global. Questionamento sobre as alegações de que o biocombustível é o vilão da crise de alimentos... ..	276
Referência à declaração do Senador Mercadante, na imprensa nacional, de que, em hipótese alguma, o Governo brasileiro iria rever o acordo firmado com o Paraguai. Aparte ao Senador Alvaro Dias.....	418	GILBERTO GOELLNER	
Homenagem aos trabalhadores brasileiros pelo transcurso, dia 1º de maio, do Dia do Trabalho.....	424	Requerimento nº499, de 2008, que requer autorização para participar de diligências nos dias 23 a 25 de abril de 2008, no Estado de Rondônia, em visita aos Municípios de Porto Velho, Machadinho do Oeste, Buritis (Ponta de Abunã). e Vilhena, em conjunto com a Subcomissão Temporária para acompanhar a crise ambiental na Amazônia, criada no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, tendo sido designado pelo Exmo. Sr. Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 193 de 2008.....	21
Comentário sobre matéria publicada no jornal Folha de S.Paulo, intitulada “Brasileiro trabalha metade da vida para o fisco, diz estudo”.....	424	Considerações sobre a crise mundial de produção de alimento. Aparte ao Senador Alvaro Dias....	328
Registro do Quarto Encontro Regional do PSDB do Pará.....	424		
Registro da matéria intitulada “Governo federal é grande braço do MST”, publicada no jornal <i>O Liberal</i> , edição de 20 de abril de 2008.....	477		
GEOVANI BORGES			
Justificação pela apresentação do Projeto de Lei do Senado 143/2008, para incluir conteúdo rela-			

	Pág.	V	Pág.
Insegurança entre os produtores rurais da Amazônia Legal em virtude do desencadeamento da Operação Arco de Fogo, que tem a finalidade de combater a exploração ilegal de madeira.....	333		
GIM ARGELLO			
Comemoração do Quadragésimo Oitavo Aniversário de Brasília.....	231		274
HERÁCLITO FORTES			
Considerações sobre a matéria do jornal O Globo, intitulada “Governo Federal terceiriza a ONGs política indigenista do país”. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	298		
Apoio ao Senador Alvaro Dias e suas impressões acerca do Vice-Presidente eleito do Paraguai, Frederico Franco. Aparte ao Senador Alvaro Dias.	419		
Indignação com o corte de recursos orçamentários destinados às Forças Armadas brasileiras..	431		
Os baixos investimentos do Brasil na área de educação.	431		
Requerimento nº 515, de 2008, que requer que seja prorrogado o prazo de funcionamento de 180 (cento e oitenta dias), a partir de 12 de maio de 2008, da Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de onze Senadores titulares e sete suplentes, destinada a apurar a libertação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007, mantendo seu limite de despesas em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).	433		
IDELI SALVATTI			
Na qualidade de participante da Frente em Defesa do Livro Orientação Sexual, saúda uma das primeiras convenções coletivas, na qual o direito dos dependentes da união estável entre pessoas do mesmo sexo é reconhecido.	39		
Registro de que a Justiça determinou ao Prefeito de Joinville/SC arcar com a reforma do telhado das escolas.....	41		
Comentários sobre a reunião do Conselho Político do Governo.....	41		
Parecer nº 354, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2008 (nº 6.778 2002, na			
Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que “dispõe sobre a transformação e criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 12a Região, e dá outras providências”..			109
Comentários sobre pesquisa da CNT/Census, apresentando evolução positiva para o Presidente Lula e seu Governo.....			274
INÁCIO ARRUDA			
Comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa.			1
Alusão à eleição do Sr. Fernando Lugo para presidir o Paraguai.....			84
Comentários ao plebiscito a ser realizado em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, para decidir se a região vai tornar-se um país independente.			368
JARBAS VASCONCELOS			
Reflexão sobre a situação política e econômica do País.			54
JAYME CAMPOS			
Requerimento nº495, de 2008, que requer adendo ao Requerimento nº 193, de 2008, tendo em vista que foram 36 (trinta e seis) e não 31 (trinta e um) os municípios situados no Bioma Amazônia relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu “mapa do desmatamento” e identificados no Anexo da Portaria nº 28, de 24/01/2008, da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.			20
Requerimento nº 498, de 2008, que requer que seja considerada como missão política a ausência de S.Exa. dos trabalhos da Casa no dia 24 de abril de 2008 quando, na qualidade de Presidente da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193/2008, estará participando de diligências, em conjunto com membros da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, criada no âmbito da CMA, na cidade de Podo Velho, Estado de Rondônia.....			21
Requerimento nº 510, de 2008, que requer que seja considerada como missão política a ausência de S.Exa. dos trabalhos da Casa no dia 17 de abril quando, na qualidade de Presidente da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193/2008, estará participando de diligências, em conjunto com membros da Subcomissão Temporária para acompanhar a crise ambiental na Amazônia, criada no âmbito da CMA, na cidade de Belém, Estado do Pará.....			404

	Pág.		Pág.
JEFFERSON PÉRES			
Parecer nº 359, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 624, de 2007, de autoria do Senador Tarso Jereissati que altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar a celebração de convênios com pessoas jurídicas de direito privado a prévio processo seletivo.....	194	A crise mundial de alimentos e as suas conseqüências para o Brasil.	362
		Comentários ao plebiscito a ser realizado em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, para decidir se a região vai tornar-se um país independente. Aparte ao Senador Inácio Arruda.....	369
		Saudação aos trabalhadores brasileiros pelo transcurso, dia 1º de maio de 2008, do Dia do Trabalho.	455
JOÃO PEDRO			
Comentário sobre a necessidade do Congresso nacional e de instituições como a OAB, a União Nacional dos Estudantes, CNBB e a ABI, fazerem a reforma política. Aparte ao Senador Renato Casagrande.	79	JOSÉ SARNEY	
Congratulações ao trabalho desenvolvido pelos servidores da Embrapa.....	82	Congratulações com o povo paraguaio pela eleição do Bispo Lugo à Presidência daquela nação.	436
Importância de o Congresso Nacional priorizar a reforma tributária.	82	Reflexões sobre a questão da Binacional Itaipu.....	436
Considerações acerca dos resultados do MEC no que diz respeito à avaliação das universidades brasileiras.	435	KÁTIA ABREU	
JOÃO TENÓRIO			
Atribuições enfrentadas pelo Estado de Alagoas.....	58	Comenta reunião conjunta das comissões de agricultura do Senado, Câmara e do Parlamento Europeu para discutir o embargo à carne brasileira por parte da União Européia.	269
Considerações sobre a inflação mundial nos preços dos alimentos.....	174	Reflexão sobre o assassinato da menina Isabela e da violência cometida contra as crianças brasileiras.	472
JOSÉ AGRIPINO			
Comemoração do Quadragésimo Oitavo Aniversário de Brasília.	236	LÚCIA VÂNIA	
Alerta sobre pesquisa divulgada pela mídia, que retrata a preocupação dos brasileiros com a questão da saúde.	338	Comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa.	17
JOSÉ MARANHÃO			
Considerações sobre a veiculação, pela imprensa internacional, da alta do preço dos alimentos.	408	Comemoração do Quadragésimo Oitavo Aniversário de Brasília.	241
Repúdio à atitude do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas.	408	MAGNO MALTA	
JOSÉ NERY			
A violência contra os moradores da Ilha de Marajó.....	362	Relato de encontro, em Marajó, com Bispo ameaçado de morte por denunciar o tráfico de pessoas, mulheres e crianças e o abuso sexual contra crianças e pedofilia. Aparte ao Senador José Nery.	363
		MÃO SANTA	
		Comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa.	12
		Cumprimentos ao Prefeito de São Luís do Piauí pela criação de um simpósio para a educação dos prefeitos do Piauí.....	39
		Considerações acerca do governo do Piauí, fazendo referência a algumas notícias, como o número de pessoas desabrigadas pelas enchentes,	

	Pág.		Pág.
a epidemia de dengue, o estado das estradas e a greve de professores.	39	Lei da Câmara nº 124, de 2007 (nº 6.917/e 2006, na Casa de Origem), que inscreve o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis da Pátria.	107
Cumprimentos ao Senador Jarbas Vasconcelos pela sua reflexão sobre a política e economia brasileira. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.	55	Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2008, que autoriza a União a celebrar convênio com o Governo do Estado de Goiás com vistas à implantação do Sistema Metropolitano de Transporte de Passageiros de Goiânia (GO).....	255
Complementa seu discurso anterior apresentando o programa do Primeiro Encontro de Gestores Municipais da Microrregião de Picos.....	58	Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2008, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre guarda e adoção.....	256
Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2008, que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para o fim de tomar obrigatória a nomeação de candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas e no prazo de validade do certame.....	126	MARISA SERRANO	
Considerações acerca do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores..	138	Comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa.	8
Comemoração do Quadragésimo Oitavo Aniversário de Brasília.	229	Requerimento nº 496, de 2008, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 27 a 30 de abril de 2008 para participar da Nona Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se na cidade de Montevidéu, Uruguai.....	20
Considerações sobre a queda do fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	266	MOZARILDO CAVALCANTI	
Apelo ao Presidente Lula no sentido da recuperação das estradas no Piauí e em todo o País..	270	Parecer nº 357, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte) (em audiência, nos termos do Requerimento nº 937, de 2006), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.	121
Elogios ao Senador Expedito Júnior e ao Estado de Rondônia pelo seu povo trabalhador. Aparte ao Senador Expedito Júnior.....	273	Requerimento nº 502, de 2008, que requer que seja solicitado, ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre o quantitativo de servidores e militares ativos e inativos e instituidores de pensão dos ex-Territórios Federais de Roraima e do Amapá, discriminados por lotação e por carreira ou categoria funcional. .	127
Comentário acerca da inteligência da população baiana e acerca das universidades públicas. .	410	Considerações a respeito da faixa de fronteira brasileira. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.	130
Comentário sobre os investimentos do Governo nas universidades públicas brasileiras.	416	Considerações acerca das fronteiras brasileiras, inclusive da fronteira da reserva indígena Raposa Serra do Sol.	133
Exaltação ao esforço e homenagem ao trabalhador brasileiro.	468	Considerações acerca aprovação da Lei de Gestão das Florestas. Aparte ao Senador Pedro Simon.....	146
MARCELO CRIVELLA		Homenagem pelos 17 anos de funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.....	161
Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2008, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem.....	401	Considerações sobre a terceirização de ONGs. Aparte ao Senador Flávio Arns.....	286
MARCO MACIEL			
Registro do transcurso do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, e a realização da terceira Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa..	413		
MARCONI PERILLO			
Parecer nº 353, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de			

VIII

	Pág.		Pág.
Registro da importância do lançamento do livro “Guia do Eleitor Cidadão para as eleições de 2008”.....	293	presidente do jornal <i>O Povo</i> , Demócrito Rocha Dummar, com apresentação de condolências à família... ..	407
Referências à matéria publicada no jornal do Conselho Federal de Medicina intitulada “SOS, o SUS pede socorro”.....	293	Voto de pesar pelo falecimento do presidente do jornal <i>O Povo</i> , Demócrito Rocha Dummar.....	478
Registro de encontro do Príncipe Charles com Governadores da Amazônia.....	293	PAULO PAIM	
Considerações sobre a matéria do jornal O Globo, intitulada “Governo Federal terceiriza a ONGs política indigenista do país”.....	293	Requerimento nº 501, de 2008, que requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Afonso Emílio Haubert, ocorrido dia 21 de abril de 2008. Afonso Emílio era pai de Edson Guilherme Haubert, presidente do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas – MOSAP.....	58
OSMAR DIAS		Parecer nº 356, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte) (em audiência, nos termos do Requerimento nº 937, de 2006), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.....	119
Contestação ao anúncio feito pelo Presidente Lula sobre a criação, até 2010, de 400 mil novas vagas nas universidades brasileiras. Defesa da escola em tempo integral e verbas da União para as universidades estaduais.....	278	Requerimento nº 503, de 2008, que requer que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 30 de abril do corrente ano, seja destinado à homenagear os trabalhadores brasileiros em comemoração, dia 1º de maio, do Dia Mundial do Trabalho.....	263
PAPALÉO PAES		Leitura de Moção de Denúncia, Defesa e Apoio de autoria do Movimento Sindical Gaúcho e registro de reuniões com diversas entidades, que manifestaram-se em apoio aos projetos em favor de aposentados e pensionistas.....	265
Registro da matéria intitulada “Campanha contra a Emenda 29”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 23 de abril de 2008.....	98	Análise sobre a crise mundial de alimentos.....	265
Preocupação com a centralização das gestões das empresas de energia elétrica, principalmente do Estado do Amapá. Aparte à Senadora Fátima Cleide.....	170	Reforço às palavras do Senador Geraldo Mesquita Júnior, em pronunciamento sobre a ofensa ao povo baiano.....	404
Registro da realização, nos dias 27 a 30 de abril de 2008, do Congresso Médico Amazônico. Apelo no sentido da aprovação na Câmara, do Projeto de Lei do Senado 121/2007, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços de saúde.....	171	Requerimento nº 512, de 2008, que requer Voto de Aplauso destinado a homenagear os 65 anos da publicação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Homenageamos também o mestre em direito do trabalho e um dos elaboradores no processo de formulação da CLT, Arnaldo Sússekind.....	406
Registro da matéria intitulada “Ministros do PT-SC irrigam entidades ligadas ao PT-SC”, publicada no jornal <i>Folha de São Paulo</i> , edição de 10 de março de 2008.....	211	Requerimento nº 513, de 2008, que requer Voto de Congratulações aos Senhores Egídio Malanquini – proprietário da empresa Vista Cafés Especiais e presidente do Sindicato das Indústrias de Café do Espírito Santo (SINCAFÉ) e José Guilherme Lima – Sócio-Diretor da Café Campeão.....	406
Registro da matéria intitulada “Pressão pela sobrevivência acelera abandono”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 09 de março de 2008.....	377	Homenagem aos trabalhadores brasileiros.....	462
Registro da matéria intitulada “Consultor ataca sugestão do Ipea para conter dólar”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 7 de março de 2008.....	475	Comemoração pelo apoio da CNBB à redução da jornada de trabalho sem redução de salário. ...	462
PATRÍCIA SABOYA GOMES			
Requerimento nº 514, de 2008, que requer a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do			

	Pág.		Pág.
Registro das movimentações sociais pelo fim do fator previdenciário e reajuste dos aposentados e pensionistas.....	462	Análise acerca das tarifas bancárias, da necessidade de regulamentação e do lucro exorbitante dos bancos.	440
PEDRO SIMON		ROMERO JUCÁ	
Comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa.	5	Considerações sobre o acesso às comunicações através da rede mundial de computadores e elogios aos programas Banda Larga nas Escolas e Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão.....	375
Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2008, que acresce o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais.....	26	ROSALBA CIARLINI	
Requerimento para que seja verificada a afirmativa do senador Mão Santa de que haja censura na Voz do Brasil. Aparte ao Senador Mão Santa...	140	Considerações acerca da necessidade de descentralização dos cursos de Medicina. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.....	442
Questionamento referente ao projeto que destina recursos para o setor da Saúde aprovado no Senado no dia 9 de abril de 2008.	144	Homenagem aos trabalhadores brasileiros.	457
Contrariedade diante de veto a dispositivo da Lei de Florestas que se refere à necessidade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das concessões com mais de 2.500 hectares.	145	Apelo à Câmara dos Deputados pela votação do reajuste do salário dos aposentados.....	457
Reflexão sobre a perda dos valores fundamentais, pela sociedade.....	426	Apoio ao agricultor para refazer o seguro safra, o seguro desemprego.....	457
RENAN CALHEIROS		SÉRGIO GUERRA	
Homenagem de pesar pelo falecimento do alagoano Major-Brigadeiro Othon Correia Netto, sobrevivente de um campo de concentração na Segunda Guerra Mundial como voluntário do primeiro Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira.....	82	Registro do artigo intitulado “Psiu. Recebeu Marcos Valério?”, publicado pela revista <i>Veja</i> , edição de 13 de fevereiro de 2008.	214
Defesa do Projeto de Lei do Senado 142, de 2008, de autoria de S.Exa., que trata dos Arranjos Produtivos Locais - APLs.....	330	SÉRGIO ZAMBIASI	
RENATO CASAGRANDE		Cinquenta e um anos de fundação da Rádio Guaíba, no Rio Grande do Sul.	129
Proposta de criação de uma comissão especial mista para debater a reforma política.....	78	Considerações a respeito da faixa de fronteira brasileira.	129
Considerações sobre a fusão das empresas Brasil Telecom e Oi. Proposta para que o Senado Federal promova debate sobre a regulamentação da Lei Geral das Telecomunicações.....	366	Homenagem pelo transcurso de 60 anos de criação do “35 CGT” - Centro de Tradições Gaúchas.	156
O lucro abusivo dos bancos.....	366	Considerações sobre o Programa Territórios da Cidadania. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	274
Comentário sobre a elevação do ranking do Brasil para um grau de investimento, melhor classificação para receber investimentos estrangeiros, pela agência Standard & Poor’s.....	435	SERYS SLHESSARENKO	
		Comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa.	11
		Registro da assinatura de contratos da ordem de R\$ 240 milhões entre a Prefeitura de Cuiabá, cinco consórcios e duas empreiteiras, que executarão as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na capital do Mato Grosso.....	37
		Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2008, que acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e	

	Pág.		Pág.
oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro.	245	Comentários sobre a questão do terceiro mandato presidencial e o resultado da pesquisa CNT-Sensus.....	177
Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2008, que altera a Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências e a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990; 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências..	251	TASSO JEREISSATI	
Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2008, que dispõe sobre o seguro no arrendamento residencial e imobiliário especial e dá outras providências.	255	Requerimento nº 500, de 2008, que requer a inserção em ata de Voto de Louvor à Exma. Sra. Ministra Ellen Gracie Northfleet, que, no dia 24 de abril de 2008, encerra seu mandato como Presidente do Supremo Tribunal Federal.....	57
Cumprimentos à atuação do coordenador do Curso de Medicina da UFMT.	407	Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2008, que dá nova redação ao § 4º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de modo a incluir a obrigação de se desenvolver o conteúdo relativo aos aspectos históricos regionais e locais no ensino da História do Brasil.....	246
SIBÁ MACHADO		Considerações sobre o exagero de criação de reservas indígenas. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	296
Voto de louvor a Excelentíssima Ministra Ellen Gracie Northfleet, que, no dia 24 de abril de 2008, encerra seu mandato como Presidente do Supremo Tribunal Federal.	57	VALDIR RAUPP	
Registro do lançamento do PAC da Embrapa.	73	Requerimento nº 507, de 2008, que requer a retirada em caráter definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2007, de autoria de S.Exa..	264
Exposição de pontos de vista de S.Exa. contribuindo para o pronunciamento do Senador Renato Casagrande sobre a reforma política. Aparte ao Senador Renato Casagrande.	80	Requerimento nº 508, de 2008, que requer a retirada em caráter definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2007, de autoria de S.Exa..	265
Preocupação com a centralização das gestões das empresas de energia elétrica de Rondônia, Acre, Amazonas, Piauí, Roraima e Alagoas. Aparte à Senadora Fátima Cleide.	169	Comentário sobre matéria publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , do dia 20 de abril de 2008, intitulada “Amazônia é nova fronteira de exploração petrolífera em terra”.	358
Preocupação para que seja aprovado na Câmara o Projeto de Lei do Senado 121/2007, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços de saúde. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	173	Registra que a agência Standard e Poor’s, elevou o ranking do Brasil para um grau de investimento, melhor classificação para receber investimentos estrangeiros.	430
Contrário à tese de que o aumento dos preços dos alimentos no mercado global seria devido, sobretudo, à ampliação da produção de biocombustíveis.....	177	Reflexão sobre a situação do trabalhador brasileiro, por ocasião da passagem do “Dia Internacional do Trabalho”.....	459
		VALTER PEREIRA	
		A crise no comércio internacional e a escalada dos preços dos alimentos. As perspectivas brasileiras com o avanço do biocombustível.....	460